

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

# ESCOLHA DO CÔNJUGE E MODOS DE CONSTRUÇÃO DA DISTÂNCIA SOCIAL NO CASAL

**Rodrigo Rosa**

Tese submetida como requisito para a obtenção do grau de

**Doutor em Sociologia**

Orientação científica  
Prof. Doutora **Karin Wall**

Setembro de 2008

Esta tese foi realizada com o apoio financeiro da  
**Fundação para a Ciência e a Tecnologia** e do **Fundo Social Europeu**  
(PRAXIS\_XXI/BD/21441/99), no âmbito do 2º Quadro Comunitário de Apoio



## Agradecimentos

O primeiro agradecimento é devido à Professora Karin Wall, minha orientadora, pelos conhecimentos e competências que desde sempre me transmitiu com rigor, incansável disponibilidade, incentivo e amizade. Às suas observações críticas e à sua capacidade para me derrubar os horizontes devo grande parte da minha formação na investigação.

Devo ainda reconhecimento a Michel Bozon, pelo debate e os comentários que fez aos primeiros resultados deste trabalho. A Maria das Dores Guerreiro, pela minúcia das suas críticas e sugestões para aperfeiçoar, na forma e no conteúdo, o trabalho numa fase inicial. A José Manuel Paquete de Oliveira, pela amizade e pelas oportunidades que sempre me proporcionou na investigação. A Rui Pena Pires, pelo estímulo que representou desde a licenciatura e, particularmente, pelos debates que me levam sempre a visitar a teoria sociológica.

Gostaria também de agradecer a todos os meus colegas no ICS, em particular, da equipa do projecto *Famílias no Portugal Contemporâneo*, que contribuíram para manter sempre vivo o entusiasmo pela investigação científica. Um agradecimento, em particular, à Vanessa Cunha, por todo o seu apoio. À Alice Ramos e ao Marcus Lima, pela sua prontidão em esclarecer os enredos mais insondáveis da estatística.

Qualquer tese requer, sobretudo, um vigor que se alimenta da energia humana em seu redor, energia essa que fui encontrar na Catarina, companheira sempre atenta a cada um dos meus passos nesta travessia. Um agradecimento muito especial é, por outro lado, devido à Noémia, por ter “segurado as pontas”, sobretudo nestes últimos meses, até ao limite do sustentável. Não me restam dúvidas de que, sem ela, este projecto oceânico não chegaria a bom porto. Agradeço também à minha mãe o apoio na realização deste trabalho. Conjuntamente, quis a sorte que não me faltasse todo um grupo de pessoas muito especiais, que se mobilizaram em apoio ao doutorando. Começo por agradecer à Graça e ao António Manuel, pela sua constante dedicação. À Ana e ao Francisco pela amizade e apoio. Ao Luís e à Hortense, ao Eduardo, à Ivone e ao Joaquim, à Marta, ao Afonso e ao Santiago pela paciência para com a nossa ausência. À avó, sempre preocupada com o presente e o futuro dos netos. À Maria do Carmo, pelas longas tertúlias e o caloroso acolhimento no Porto. Quero também agradecer à Margarida, pelo apoio em momentos decisivos. E, enfim, nesta rede “familiar” de apoio fez de igual modo questão de se incluir a Marlene, a quem portanto deixo uma palavra.

Por outro lado, a rede de apoio alarga-se aos amigos que me têm acompanhado, sempre tolerantes, como gosto de acreditar, para com os meus silêncios. Ao Pedro Hespanha, por ter lido e devolvido com interpelações, frequentemente carregadas de uma ironia corrosiva, as

reflexões escritas nos intervalos da tese. À Cristina Joanaz de Melo, cúmplice nas agruras desta caminhada, por, tal como eu, ter preferido os seus desabafos aos meus silêncios. Ao Guilherme Carrilho da Graça, amigo desde a infância despreocupada na Bartolomeu Dias, por nunca se ter cansado de me desafiar. À Luísa Luzio, por recheiar a minha caixa de correio electrónico com mensagens escritas numa prosa *gourmet*, em gesto de prolongamento da amizade e das afinidades. Ao Luís Lomelino, pelo interesse e expectativa que sempre demonstrou para com o resultado do meu trabalho. À Angelina Castro, por se lembrar de estar presente nos bons e nos maus momentos. Ao Filipe Passeira e ao Miguel, por quase conseguirem fazer-me acreditar ser melhor do que sou. Ao Bernardo Couto, por ainda hoje aguardar em vão no seu gabinete a minha primeira sessão de psicoterapia. À Paula Goulão, ao Tiago e à Sara, por não se cansarem de lamentar a minha ausência. À Sandra Pereira, ao Robi Silva e à Ana Horta, pelos bons momentos nos intervalos do percurso. *Last but not least*, ao Braulio Gómez Fortes, que deu comigo descobrindo Lisboa.

Devo uma palavra de agradecimento às instituições que apoiaram *Escolha do Cônjuge e Modos de Construção da Distância Social no Casal*. À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo financiamento que tornou possível a concretização deste trabalho. Ao Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, bem como ao Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, por terem proporcionado o devido enquadramento deste doutoramento, com um agradecimento especial a Ilda Ferreira, a Anabela Ramos e a Célia Ramalho, pela sua incansável disponibilidade. Agradeço ainda ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição onde iniciei a minha actividade como investigador e que me acolheu na realização da presente tese.

Uma palavra de gratidão é ainda devida ao conjunto das entrevistadas, que me deram grande parte da matéria substantiva para realizar este trabalho.

Alcochete, 5 de Setembro de 2008

*À memória do meu pai,  
Viriato Francisco Duarte Rosa*

*À memória da minha avó,  
Maria de Lourdes Pinto do Souto*

*À Catarina,  
"And you want to travel with her  
And you want to travel blind"*



Uma ficção...





## Kissing

Since the moment we met, my wife and I have not stopped kissing. I'm Catholic and she's Islamic, so there were complications. Throughout the delicate negotiations with our families, our lips did not part for a moment. Eventually they accepted our love, so we married. We walked, tongues tangled, down the aisle. Now, after six years of marriage, we are still fused. We had our first child without stopping kissing for the conception, pregnancy or birth. Our lips are four broken scabs, and our chins always covered in blood, but we will never stop. We are far too much in love.

Dan Rhodes, *Anthropology*, 2000, pp. 81-82



... e uma realidade.



Eu já tinha metido na cabeça, naquela altura, que não casava com ninguém que não tivesse um curso superior, porque achava que causava desequilíbrios a nível por exemplo das conversações, a nível até social... Se a pessoa quer ir sair e a outra pessoa não consegue acompanhar, a pessoa sente-se mal! Era o que eu tinha na cabeça, e ainda hoje penso assim. Também porque eu tinha uma colega no liceu que começou a namorar com um primo que tinha a quarta classe, era serralheiro, e eu imaginava as conversas que ela poderia ter com ele! Ela queria ser médica e, se calhar, não ia dar bem. Quer dizer, não é por ele ser serralheiro, mas é por ela querer ser médica! E eu não estava a ver eu ter um curso superior e o meu marido ser não-sei-o-quê. Eu não conseguia apaixonar-me, se calhar, por uma pessoa assim. Eu tive um primo que gostava muito de mim e um dia eu disse-lhe: "Mas eu não vou casar com ninguém que não tenha um curso superior!".

Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão na administração pública, casada com José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços na administração pública, com quem tem dois filhos.



## Resumo

Ancorada num imaginário romântico, a ideia de que a decisão de casar seria progressivamente dominada por sentimentos alheios à estrutura social foi sendo disseminada nas sociedades ocidentais, tornando-se a procura de traços de personalidade o pretexto de diversos estudos no âmbito das ciências sociais. Ao invés, trabalhos no domínio da sociologia vieram questionar esta crença num amor sem condicionalismos sociais. A importância decisiva da proximidade social na escolha do cônjuge, demonstrada pela prevalência do casamento homogâmico, é um resultado transversal às pesquisas realizadas em sociedades que sofreram transformações cujos contornos Portugal testemunhou nas últimas décadas, quer no plano da demografia familiar, quer no plano da estrutura sócio-profissional.

A presente investigação sociológica sobre escolha do cônjuge e distância social no casal confrontou-se com dois principais desafios. Um primeiro desafio consistia em avaliar até que ponto a *escolha do cônjuge*, em Portugal, constitui um momento decisivo na diferenciação social. Com base numa pesquisa extensiva a famílias portuguesas com filhos foi possível observar diversos critérios - posição sócio-profissional, escolaridade, origem social, etc. - intervenientes na escolha do cônjuge no sentido da proximidade social e cultural. Um segundo desafio prendia-se com a interpelação à circunscrição do papel do casamento na diferenciação social ao momento da escolha do cônjuge. A partir de uma análise qualitativa, com base em vinte e sete entrevistas em profundidade a mulheres a viver em união conjugal, com filhos em idade escolar, licenciadas e que exercem profissões qualificadas, observámos diferentes tipos de *trajectória conjugal*, consoante a distância social entre cônjuges que, entretanto, se produziu no decurso da vida em casal, demonstrando-se que tal distância não é alheia à divisão familiar do trabalho, à dinâmica conjugal e, enfim, às *estratégias femininas de conciliação família-trabalho*.

**Palavras-chave:** *Escolha do cônjuge; homogamia; trajectória conjugal; estratégias de conciliação família-trabalho.*

## Abstract

Anchored in a romantic imagery, the idea that the decision to marry is progressively dominated by feelings detached from the social structure is widespread in Western societies, making the search for personality traits into a pretext for studies within the social sciences. Instead, sociological research has questioned this belief in love without social constraints. The crucial importance of social proximity in marital choice, confirmed by the prevalence of homogamic marriage, is a result common to multiple researches carried out in societies that have undergone transformations similar to those witnessed in Portugal over recent decades, both in family demography and in socio-professional structure.

The present research on marital choice and social distance in the couples followed two main goals. A first goal was to assess to what extent *marital choice* is a critical moment in the social differentiation in Portugal. Drawing upon a survey on Portuguese families with children, we were able to observe the criteria - socioprofessional position, schooling, social origin, etc. - involved in marital choice concerning social and cultural proximity. A second goal dealt with the problem of confining the role played by marriage in social differentiation to the stage of marital choice. Drawing upon qualitative data gathered from in-depth interviews with 27 highly qualified women living in couples with children, we observed different types of *couple trajectory* depending upon social distance in the couple produced over the life course. Findings reveal that social distance in the couples results from the family division of work arrangement, marital dynamics and mainly from female *strategies for the articulation of work and family life*.

**Key-words:** *Marital choice; homogamy; couple trajectory; strategies for the articulation of work and family life.*





# Índice

<b>Índice de quadros</b>	<b>23</b>
<b>Introdução</b>	<b>27</b>
Uma encruzilhada de caminhos	27
O rumo da caminhada	29
<b>PARTE I CASAMENTO E DESIGUALDADE</b>	
<b>1 Perspectivas sobre a escolha do cônjuge e interpretações da homogamia</b>	<b>35</b>
1.1 A esperança de uma escolha livre	36
1.1.1 Companheirismo e liberdade de escolha	36
1.1.2 Uma função desadequada	37
1.1.3 Perspectivas psicologizantes e a (des)articulação entre níveis micro e macro	40
1.2 A redescoberta do padrão homogâmico	43
1.2.1 A interferência do colectivo de pertença	45
1.2.2 A ênfase atribuída às preferências individuais	48
1.2.3 Homogamia, estrutura social e a ordem da interacção	54
<i>Das propriedades estruturais incorporadas ao peso do presente</i>	58
<i>As características relacionais e morfológicas dos locais de encontro</i>	62
1.2.4 O peso da diferença sexual	67
<i>Diferença sexual e distribuição na estrutura sócio-profissional</i>	68
<i>Os interesses dos homens e os interesses das mulheres</i>	70
1.2.5 A homogamia como processo	76
<i>Os limites heurísticos do conceito</i>	77
<b>2 Elementos teóricos para uma proposta de análise e opções metodológicas</b>	<b>81</b>
2.1 Rumo a uma análise dinâmica da distância social no casal	81
2.1.1 Escolha do cônjuge e homogamia social: definindo conceitos	82
2.1.2 A necessidade de uma abordagem dinâmica	83
2.1.3 Renunciando ao subjectivismo	87
<i>Entre a norma e a escolha</i>	87
<i>As condições objectivas da subjectividade</i>	88
<i>As mulheres como agentes e a coerência necessária</i>	91
2.1.4 As hipóteses	92

2.2	Metodologias adoptadas	94
2.2.1	Um retrato extensivo da escolha do cônjuge em Portugal	94
	<i>A escolha do cônjuge no projecto Famílias no Portugal Contemporâneo</i>	95
	<i>Breve sociografia do inquérito</i>	98
2.2.2	Distância social no casal: a profundidade necessária	103
	<i>A situação de entrevista</i>	103
	<i>Breve sociografia das mulheres entrevistadas</i>	106

## PARTE II ESCOLHA DO CÔNJUGE E LOCAIS DE ENCONTRO

<b>3</b>	<b>A prevalência da proximidade sócio-profissional na formação do casal</b>	<b>111</b>
3.1	A recomposição da estrutura sócio-profissional	111
3.1.1	A mobilidade social das famílias e a desigualdade entre os homens e as mulheres	112
3.1.2	A reprodução social num contexto de recomposição	115
3.2	A proximidade sócio-profissional como tendência na escolha do cônjuge	116
3.2.1	A homogamia sócio-profissional	117
	<i>A homogamia sócio-profissional restrita</i>	118
	<i>A homogamia sócio-profissional alargada</i>	121
3.2.2	As variações da homogamia sócio-profissional e o papel do casamento na diferenciação sexual	122
3.2.3	Os padrões hipergâmicos	126
3.2.4	A hipogamia sócio-profissional	127
3.2.5	A improbabilidade da heterogamia sócio-profissional	128
<b>4</b>	<b>Outros critérios de proximidade na escolha do cônjuge</b>	<b>131</b>
4.1	A proximidade dos diplomas	132
4.1.1	A homogamia escolar	132
4.1.2	Consequências da escolarização	134
4.2	O peso da origem social e da proximidade geográfica	138
4.2.1	A homogamia de origens	138
4.2.2	O critério da proximidade geográfica	140
4.3	Diferença de idades: padrões e tendências	150
4.3.1	Diferença entre homens e mulheres e evolução da distância etária no casal	150
4.3.2	Mulher e autonomia à entrada na vida conjugal	155
4.4	Religião e formação do casal	159
4.4.1	Crença religiosa, origem social e escolaridade	160
4.4.2	Os critérios decisivos da fé religiosa e da prática católica	163

<b>5</b>	<b>O condicionalismo dos contextos de interacção</b>	<b>169</b>
5.1	Os locais e situações de encontro	169
5.1.1	A evolução das circunstâncias do encontro	172
5.1.2	Idade e autonomia da mulher no início do namoro	173
5.1.3	Para uma caracterização social dos locais de encontro	175
5.2	Proporcionando a proximidade	180
5.2.1	Os contextos de interacção e a proximidade dos títulos escolares e da idade	180
5.2.2	As origens no encontro amoroso	183
5.2.3	A religiosidade e o encontro amoroso	186

### PARTE III VIDA CONJUGAL E DISTÂNCIA SOCIAL NO CASAL

<b>6</b>	<b>Da formação da família à distância social no casal</b>	<b>191</b>
6.1	A formação do casal e da família	191
6.1.1	O prolongamento do namoro e o casamento sem coabitação	191
6.1.2	O namoro abreviado e as lógicas de coabitação	194
6.1.3	O início da vida conjugal e o primeiro filho	198
6.2	Profissões qualificadas e condicionamentos à escolha do cônjuge	199
6.2.1	Da aposta na escolaridade ao condicionamento da origem social	199
6.2.2	Escolha do cônjuge e o peso da posição sócio-profissional	204
6.2.3	Locais de ensino, amizades, trabalho e lazer: as circunstâncias do encontro	206
6.3	<i>As trajectórias conjugais</i>	210
6.3.1	<i>As trajectórias hipergâmicas</i>	213
6.3.2	<i>As trajectórias homogâmicas</i>	215
6.3.3	<i>As trajectórias hipogâmicas</i>	216
<b>7</b>	<b><i>A hipergamia prioritária: o primado da família e a assunção da distância social no casal</i></b>	<b>219</b>
7.1	Da proximidade inicial ao distanciamento do homem	220
7.1.1	“Esperava casar-me mais tarde com este marido”	221
7.1.2	“Olhando para ele, não dizia que era mais novo”	224
7.2	<i>Estratégias familiaristas</i> na conciliação família-trabalho	227
7.2.1	Maternidade, desejos e constrangimentos	229
7.2.2	A recusa da liderança e o receio da responsabilidade	232
7.2.3	Adiando projectos	235
7.2.4	“Carreira hospitalar, para quê?”	240
7.2.5	O critério da “estabilidade” e “a carreira bem feita”	243
7.2.6	“Ser engenheira não é a minha verdadeira vocação”	247

7.2.7	A possibilidade de “organizar” e “programar a vida”	250
7.3	Uma divisão diferenciada do trabalho doméstico	252
7.3.1	A desvinculação do homem	253
7.3.2	Dos apoios exteriores à assunção feminina do trabalho doméstico	260
7.4	Do predomínio masculino à diluição do casal na família	268
7.4.1	Profissão do homem, profissão da mulher: o (ir)relevante na comunicação conjugal	268
7.4.2	O poder e a negociação difícil	272
7.4.3	A integração no exterior e a <i>familiarização</i> do tempo do casal	277
7.4.4	Da resignação à subestima da carreira profissional e do tempo para si	283
<b>8</b>	<b><i>A hipergamia progressiva: dupla aposta da mulher e intangível proximidade social no casal</i></b>	<b>285</b>
8.1	Explicar o distanciamento social do homem: os limites da escolha do cônjuge	286
8.1.1	“Estávamos na mesma luta”	288
8.1.2	“Foi assim aquela paixão de aluna-professor”	291
8.2	<i>Estratégias maximalistas concessoras</i> na conciliação família-trabalho	294
8.2.1	Carreira profissional e as consequências da maternidade	296
8.2.2	A <i>moderação</i> da ambição profissional e a primazia da conciliação	301
	“Chegar a directora de serviço nunca foi um objectivo”	302
	“A carreira não é de todo o mais importante”	305
	“Para ter uma carreira como a dele, tinha que ter muito mais disponibilidade”	308
	“Eu não quis nada e hoje estou o mais arrependida possível”	313
8.2.3	O princípio da <i>polivalência</i>	319
	“Era uma coisa que conjugava perfeitamente”	320
	“Achei que conseguia conciliar tudo”	325
	“Fazer isto tudo ao mesmo tempo é complicado de gerir”	331
8.3	A divisão diferenciada das tarefas e o sentimento de ausência do pai	334
8.3.1	Trabalho doméstico: a delegação em terceiros e a (in)tolerância à desvinculação do homem	334
8.3.2	Um pai mais presente reclamado ao cônjuge	338
8.4	A diversificação das dinâmicas conjugais e a expectativa face à vida em casal	342
8.4.1	As ausências na comunicação e a exigência emocional da mulher	343
8.4.2	Dinheiro: fusão, separação, desigualdade e conflito	346
8.4.3	Em busca do tempo do casal e da abertura ao exterior	349
8.4.4	Da multiplicação dos <i>focos de tensão conjugal</i> ao inconformismo da mulher	352
<b>9</b>	<b><i>Trajectórias homogâmicas: da perpetuação da proximidade social à dupla ascensão</i></b>	<b>365</b>
9.1	Homogamia, herança e ascensão	366
9.1.1	“Por causa do trabalho houve logo uma aproximação”	368
9.1.2	“Foi aquela coisa de aprender a gostar”	371

9.2	<i>Estratégias carreiristas e estratégias maximalistas na conciliação família-trabalho</i>	374
9.2.1	Entre o "custo" profissional da maternidade e a procura do equilíbrio	375
9.2.2	A mulher e a conciliação no contexto de duas fortes aspirações de carreira	380
	<i>A descoberta da possibilidade de uma carreira académica: "achava que era uma coisa escolhida"</i>	381
	<i>"Sempre quis ligar-me ao laboratório, à investigação e isso tudo"</i>	386
	<i>"Aqui as pessoas vestem a camisola"</i>	389
	<i>"Prefiro o stress"</i>	393
	<i>"Estou sempre a trabalhar"</i>	398
9.2.3	Entre a maximização das apostas e a procura do "equilíbrio"	402
	<i>"Mais trabalho não, porque eu não quero estar a tirar o tempo da família"</i>	402
	<i>"Não tinha isto em mente, o que faço hoje"</i>	407
9.3.	A partilha dos cuidados à criança e a desvinculação masculina das tarefas domésticas	411
9.3.1	Os apoios e a orientação para uma partilha igualitária nos cuidados à criança	411
9.3.2	Da participação do homem à delegação das tarefas domésticas em terceiros	415
9.4	Companheirismo, partilha de recursos e abertura ao exterior	419
9.4.1	Dupla carreira e mútuo apoio no casal	419
9.4.2	A ausência de uma tutela individualizada do dinheiro e o princípio da redistribuição	422
9.4.3	A abertura procurada	424
<b>10</b>	<b><i>Trajectórias hipogâmicas: a aposta na carreira como exclusividade da mulher</i></b>	<b>429</b>
10.1	Da proximidade à distância a favor da mulher	430
10.1.1	<i>"Não era alguém com quem estivesse habituada a andar"</i>	431
10.1.2	<i>"Para estar ao meu lado, tinha que ter um curso superior"</i>	436
10.2	<i>Estratégias maximalistas e estratégias carreiristas na conciliação família-trabalho</i>	442
10.2.1	Entre o significado contido da maternidade e a prioridade dos primeiros anos da criança	442
10.2.2	A carreira como domínio máximo de gratificação da mulher	447
10.2.3	A carreira e a família como domínios máximos de gratificação da mulher	449
	<i>A actividade profissional "quase como se fosse um filho"</i>	450
	<i>"Não consigo fazer as duas coisas ao mesmo tempo"</i>	455
	<i>"Encontro a tranquilidade na aula"</i>	461
10.3	Divisão do trabalho doméstico: da participação do homem à delegação em terceiros	467
10.3.1	A ausência de apoios e a participação do homem	468
10.3.2	A delegação em familiares e a desvinculação masculina	470
10.4	O apoio do homem, o poder da mulher e a fusão conjugal	476
10.4.1	O apoio necessário	477
10.4.2	Da consciência da desigualdade ao poder da mulher no casal	480
10.4.3	O casal com os filhos e o exterior	485

<b>Conclusões</b>	<b>489</b>
Escolha do cônjuge e proximidade social	492
Os pressupostos no estudo da distância social no casal	495
Da distância emergente à conservação da proximidade social	495
Prioridades e constrangimentos na conciliação família-trabalho	497
Explicando as <i>trajectórias conjugais</i>	499
<b>Bibliografia</b>	<b>507</b>
<b>Anexos</b>	
Anexo I Inquérito por questionário	537
Anexo II Construção da variável "grupo sócio-profissional"	567
Anexo III Questionário de caracterização social das entrevistadas	573
Anexo IV Guião de entrevista	575

# Índice de quadros

## PARTE I

N.º 2.1	Distribuição regional da população inquirida por NUTSII	99
N.º 2.2	Dados de caracterização biográfica e familiar da mulher	100
N.º 2.3	Caracterização escolar e sócio-profissional da mulher e do cônjuge	101
N.º 2.4	Posição religiosa da mulher e do cônjuge	102
N.º 2.5	Dados de caracterização biográfica e familiar	107
N.º 2.6	Caracterização escolar e sócio-profissional	108
N.º 3.1	Posição sócio-profissional da mulher, do pai da mulher, do homem e do pai do homem actualmente	114
N.º 3.2	Posição sócio-profissional da mulher actualmente segundo a posição sócio-profissional do pai	116
N.º 3.3	Posição sócio-profissional do homem e posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal	119
N.º 3.4	Posição sócio-profissional do pai da mulher e posição sócio-profissional da mãe da mulher no início da vida conjugal	120
N.º 3.5	Matriz classificatória da homogamia sócio-profissional	121
N.º 3.6	Posição sócio-profissional do homem e posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal (resíduos ajustados na forma estandardizada)	124

## PARTE II

N.º 4.1	Grau de escolaridade do homem segundo grau de escolaridade da mulher no início da vida conjugal	133
N.º 4.2	Grau de escolaridade do homem segundo grau de escolaridade da mulher no início da vida conjugal (resíduos ajustados na forma estandardizada)	134
N.º 4.3	Grau de escolaridade do pai da mulher segundo grau de escolaridade da mãe da mulher	135
N.º 4.4	Homogamia, hipergamia e hipogamia escolar por ano de nascimento da mulher	137
N.º 4.5	Posição sócio-profissional do pai do homem e posição sócio-profissional do pai da mulher	139
N.º 4.6	Posição sócio-profissional do pai do homem e posição sócio-profissional do pai da mulher (resíduos ajustados na forma estandardizada)	140
N.º 4.7	Distância geográfica entre cônjuges à nascença e antes da vida conjugal	141
N.º 4.8	Homogamia geográfica em função dos locais de nascimento e de residência antes da vida conjugal	142
N.º 4.9	Posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal segundo distância a que nasceu do cônjuge	144
N.º 4.10	Distância geográfica entre os cônjuges antes da união segundo perfil conjugal e idade da mulher no início da vida conjugal	146



N.º 4.11	Distância geográfica entre os cônjuges antes da união segundo escolaridade da mulher no início da vida conjugal	147
N.º 4.12	Área de residência da mulher antes da vida conjugal segundo distância a que nasceu do cônjuge	148
N.º 4.13	Área de residência da mulher antes do início da vida conjugal segundo a sua posição sócio-profissional no início da vida conjugal	149
N.º 4.14	Diferença de idades entre cônjuges segundo perfil conjugal da mulher	152
N.º 4.15	Diferença de idades entre cônjuges na primeira conjugalidade da mulher segundo década de entrada na vida conjugal	154
N.º 4.16	Diferença de idades entre cônjuges segundo perfil conjugal e idade da mulher no início da vida conjugal	156
N.º 4.17	Diferença de idades entre cônjuges na primeira conjugalidade da mulher segundo condição da mulher perante a actividade económica	157
N.º 4.18	Diferença de idades entre cônjuges na primeira conjugalidade da mulher segundo escolaridade da mulher no início da vida conjugal	158
N.º 4.19	Religião e prática religiosa das mulheres e dos homens	161
N.º 4.20	Religião e prática religiosa da mulher segundo a sua origem social	162
N.º 4.21	Religião e prática religiosa da mulher segundo o seu grau de escolaridade actualmente	163
N.º 4.22	Proximidade religiosa no casal	164
N.º 4.23	Crença religiosa e prática católica dos cônjuges comparadas	165
N.º 4.24	Crença religiosa e prática católica dos cônjuges comparadas (resíduos ajustados na forma estandardizada)	165
N.º 4.25	Proximidade religiosa no casal segundo escolaridade da mulher no início da vida conjugal	166
N.º 5.1	Local ou situação de encontro	170
N.º 5.2	Local ou situação de encontro segundo perfil conjugal	172
N.º 5.3	Local ou situação de encontro segundo idade média e condição da mulher perante actividade económica no início do namoro	174
N.º 5.4	Local ou situação de encontro segundo idade média, perfil conjugal e escolaridade da mulher no início da vida conjugal	176
N.º 5.5	Local ou situação de encontro segundo posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal	177
N.º 5.6	Homogamia escolar segundo local ou situação de encontro	182
N.º 5.7	Perfil conjugal e diferença de idades no casal segundo local ou situação de encontro	183
N.º 5.8	Homogamia de origem segundo local ou situação de encontro	184
N.º 5.9	Homogamia geográfica segundo local ou situação de encontro	185
N.º 5.10	Religião e prática católica da mulher segundo local ou situação de encontro	187
N.º 5.11	Crença religiosa e prática católica no casal segundo local ou situação de encontro	188

### PARTE III

N.º 6.1	Formação do casal e da família	192
N.º 6.2	Perfil sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge	202
N.º 6.3	Perfil escolar e sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge	205
N.º 6.4	Circunstâncias do encontro, idade ao namoro e diferença de idades	209
N.º 6.5	Tipos de <i>trajectória conjugal</i> e perfil sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge e no momento actual	212
N.º 6.6	Tipologia das <i>trajectórias conjugais</i>	218

### ANEXOS

All.1	Tipologia dos grupos sócio-profissionais	567
All.2	Grupos 1, 2, 3 e 4; variáveis “situação na profissão” e “escolaridade”	568
All.3	Grupos 5, 6, 7, 8 e 9; variável “situação na profissão”	570



## Introdução

### Uma encruzilhada de caminhos

Averiguar o papel do casamento e da vida conjugal nos processos de diferenciação social foi o principal objectivo deste trabalho de investigação. A suspeita, já amplamente confirmada noutros países, de que o casamento constitui uma peça fundamental na cristalização das clivagens sociais, por via da homogamia, nasceu de uma interpelação à ideia, amiúde difundida, de que o amor prescinde dos códigos sociais e é imune aos constrangimentos estruturais. Por um lado, são com efeito diversas as perspectivas teóricas, bem como os estudos nelas alicerçados, que procuram sustentar essa ideia de “inspiração liberal” (Bozon e Héran, 2006) de que, nas sociedades mais marcadas pelos fenómenos de mobilidade social, a escolha do cônjuge seria progressivamente deixada aos desejos individuais, liberta portanto de condicionalismos de natureza social. Por outro lado, a incessante demonstração empiricamente sustentada da persistência dos padrões matrimoniais homogâmicos veio recordar que os factores estruturais intervêm de forma decisiva na escolha do cônjuge, seja sob a forma de constrangimentos exteriores - como a interferência mais ou menos directa dos pais, do colectivo de pertença, dos quadros normativos, etc. -, seja sob a forma de disposições internalizadas - afinidades de gosto, afinidades ideológicas, etc. A questão de partida prendia-se então com o papel que o casamento desempenha na diferenciação social por via da escolha do cônjuge e, designadamente, da homogamia. Um *primeiro objectivo* da investigação consistiu, com efeito, em *averiguar o peso da proximidade social na escolha do cônjuge num país particularmente marcado pela recomposição da estrutura sócio-profissional*, assumindo que o modo como os cônjuges se posicionam nessa estrutura, os recursos educacionais que detêm, bem como as suas origens sociais são indicadores elucidativos de tal proximidade.

Na esteira de diversos autores que, por via de pesquisas empiricamente sustentadas, contestam a crença numa escolha livre de condicionalismos sociais (Girard, 1981/1964; Segalen e Jacquard, 1971; Kellerhals *et al.*, 1982; Bozon e Héran, 1987; Kalmijn, 1994; Birkelund e Heldal, 2003; Blossfeld e Timm, 2003; Widmer *et al.*, 2003; Esteve e Cortina, 2005; Vanderschelden, 2006), partimos do pressuposto de que os critérios de proximidade social e cultural - posição sócio-profissional, escolaridade, origem social, origem geográfica e religião - persistem na escolha do cônjuge. Para concretizarmos este primeiro objectivo da investigação recorreremos ao material empírico resultante de um inquérito que nos proporcionou uma abordagem extensiva e estatisticamente representativa de famílias portuguesas com filhos. A

análise da escolha do cônjuge teve, com efeito, lugar no quadro do projecto «Famílias no Portugal Contemporâneo: momentos de transição, interações familiares e redes sociais» - projecto de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL) e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE) - cujo objectivo principal consistiu em fornecer, através do inquérito *Famílias no Portugal Contemporâneo* (FPC), um retrato extensivo e aprofundado da vida familiar na sociedade portuguesa (Wall, 2005).

A confrontação com os resultados do inquérito FPC (Rosa, 2005; 2004) veio ao encontro das suspeitas que já nos inquietavam quanto às limitações heurísticas de uma linha de investigação que elege como *lugar de observação por excelência* o momento da escolha do cônjuge na análise do papel do casamento na diferenciação social, levando-nos assim a propor, em alternativa, uma abordagem capaz de conceber a distância social entre os cônjuges como um *processo* que se desenvolve para além da formação do casal, por um lado, e captar os modos como diversos factores interagem e intervêm nesse processo, por outro. Esta *abordagem dinâmica* implicava um alargamento da problemática da distância social no casal - *até então circunscrita ao momento da Escolha do Cônjuge* - à própria vida conjugal, no sentido de averiguar os *Modos de Construção da Distância Social no Casal*. Observar a distância social no casal emergente no decurso da vida conjugal era o desafio que então se colocava à pesquisa.

Tendo presente o modo como as desigualdades entre os sexos atravessam as esferas profissional e familiar, indagámos pois sobre os efeitos da entrada no casamento sobre os homens e as mulheres e em que medida esses efeitos se consubstanciam gradualmente em destinos profissionais diferenciados para os dois elementos do casal. São, de facto, diversas as *interpretações* da homogamia social (Kellerhals, 1989/1984), mas escasseiam - com as devidas excepções (Singly, 1987; 1997/1987; Delphy e Leonard, 1992) - os autores, e sobretudo as pesquisas empíricas, que interpelam os limites heurísticos do conceito de homogamia, daqui resultando um evidente alheamento face às cumplicidades e aos compromissos entre a família e o trabalho subjacentes aos fenómenos de mobilidade social, como se o posicionamento dos indivíduos na estrutura sócio-profissional, a concretização dos seus projectos profissionais e respectivas aspirações de carreira fossem refractários das dinâmicas familiares em que se enredam e, em particular, das complexidades de que se reveste a própria conciliação família-trabalho. Este alheamento face à eleição do momento da escolha do cônjuge como *lugar único* na observação do contributo do casamento para a diferenciação social revelou-se tanto mais questionável quando nos deparamos com as transformações sociais e demográficas que, nas últimas décadas, perpassam a sociedade portuguesa - o fenómeno da mobilidade geográfica e social, os diversos fluxos migratórios, a recomposição da estrutura sócio-profissional, a

crescente presença de mulheres no mercado de trabalho e concomitante declínio do modelo de ganha-pão masculino, outrora prevaemente na divisão familiar do trabalho, o prolongamento dos estudos ou o crescimento da coabitação pré-nupcial, da união de facto e do divórcio (Wall e Guerreiro, 2005; Pires, 2003; Machado e Costa, 1998; Almeida *et al.*, 1998; Torres, 1996; Bandeira, 1996).

O questionamento dos limites heurísticos da homogamia social esteve, deste modo, na origem de um *segundo objectivo da investigação*, que consistiu em *propor uma abordagem da dinâmica de que se tecem os compromissos entre o género e a vida familiar e profissional, dinâmica essa que está na origem de eventuais consolidações ou reconfigurações da homogamia observada no início da vida conjugal*. Para concretizarmos este segundo objectivo procedemos à realização de entrevistas em profundidade junto de mulheres a viver em união conjugal, com filhos em idade escolar, licenciadas e com profissões qualificadas, assumindo que a “lógica de descoberta” (Pais, 2002) desta etapa do trabalho implicava incessantes reajustamentos do quadro teórico e analítico à medida que surgiam novos dados extraídos dos relatos das mulheres entrevistadas.

Em suma, o confronto sistemático entre teoria e observação da realidade empírica foi abrindo os *caminhos* de investigação que se cruzaram em *Escolha do Cônjuge e Modos de Construção da Distância Social no Casal*.

## O rumo da caminhada

No sentido de orientar a leitura apresentamos o rumo que tomou a caminhada em *Escolha do Cônjuge e Modos de Construção da Distância Social no Casal*.

Na **Parte I, Casamento e Desigualdade**, percorremos e discutimos, num primeiro momento, um conjunto de propostas teóricas e pesquisas empíricas e, num segundo momento, definimos o objecto de estudo e esclarecemos as opções metodológicas. Assim, no **capítulo 1** discorremos sobre as diferentes abordagens teóricas em torno da escolha do cônjuge. Das perspectivas teóricas alicerçadas no pressuposto apriorístico de uma escolha liberta de condicionalismos sociais aos trabalhos determinados em identificar os factores intervenientes na formação do casal fora do alcance de uma abordagem sociológica, diversos estudos contrariam incessantemente a crença numa escolha livre de obstáculos de natureza social, insistindo no persistente contributo do casamento na diferenciação social por via da escolha do cônjuge. Ao alertar para os condicionalismos em que se enreda a escolha do cônjuge, estes estudos circunscrevem, todavia, a análise do papel do casamento na diferenciação social ao momento da

formação do casal. No **capítulo 2** expomos e sustentamos a nossa posição teórica, assumindo uma perspectiva crítica face à usual circunscrição da distância social no casal ao momento da escolha do cônjuge, avançando e definindo o objecto de estudo no quadro de uma abordagem dinâmica que propomos para a análise do papel do casamento na diferenciação social. Apresentado o modelo de análise, terminamos o capítulo com uma exposição das opções metodológicas que envolveram a realização deste estudo. No plano da pesquisa extensiva a famílias com filhos, clarificam-se as opções quanto ao próprio instrumento de recolha de informação, à população-alvo, à amostra e ao tratamento dos dados estatísticos. No plano da pesquisa qualitativa, explicitam-se os critérios que nos levaram a entrevistar mulheres casadas, com filhos, licenciadas e que exercem profissões qualificadas. A exposição das estratégias de investigação é ainda acompanhada de um primeiro retrato dos casais estudados, onde são descritas as principais características sociográficas das populações inquiridas.

Na **Parte II**, *Escolha do Cônjuge e Locais de Encontro*, procedemos ao longo de três capítulos à análise dos dados estatísticos referentes ao momento da formação do casal, que o inquérito FPC proporcionou. O **capítulo 3** é então destinado à avaliação dos critérios de proximidade sócio-profissional que presidem na escolha do cônjuge. Num contexto nacional marcado por mudanças estruturais ainda recentes, designadamente a recomposição do tecido social e profissional ou a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, auscultamos as posições sócio-profissionais que os parceiros ocupavam no momento da escolha do cônjuge, avaliando o peso da homogamia sócio-profissional, identificando a existência de alguns padrões (hipogâmicos) em que o homem ocupa uma posição sócio-profissional superior à da mulher e, de resto, confirmando a improbabilidade do casamento heterogâmico. O **capítulo 4** é reservado à abordagem de um conjunto de critérios de proximidade que presidem na escolha do cônjuge para além dos posicionamentos dos cônjuges na estrutura sócio-profissional. Analisamos assim o peso dos recursos educacionais num contexto de global escolarização, a importância das origens sociais e geográficas, da idade e da crença religiosa. Por fim, consagramos o **capítulo 5** ao levantamento dos locais e situações de encontro, que contribuem de forma decisiva na proximidade social à escolha do cônjuge. Analisamos aqui as circunstâncias em que os cônjuges se conheceram, considerando o local de encontro como indicador privilegiado na observação do peso dos contextos de interacção na escolha do cônjuge, particularmente no sentido dos padrões homogâmicos identificados nos dois capítulos anteriores.

Na **Parte III**, *Vida Conjugal e Distância Social no Casal*, destinamos um primeiro capítulo à apresentação dos percursos sociais e familiares das mulheres entrevistadas e caracterizamos ao longo dos quatro capítulos seguintes os tipos de *trajectória conjugal* identificados de acordo com:

a distância social no momento da formação do casal e no momento da entrevista; as *estratégias de conciliação família-trabalho*; a divisão familiar do trabalho; e, enfim, alguns elementos relevantes da dinâmica conjugal e familiar. No **capítulo 6** procedemos a uma caracterização dos percursos sociais e familiares das mulheres entrevistadas, observando, em primeiro lugar, os modos de formação do casal e da família, as características do namoro, as lógicas de coabitação que precedem a formalização do laço conjugal e a chegada do primeiro filho e, em segundo lugar, os condicionalismos sociais na escolha do cônjuge, bem como os locais e as circunstâncias do encontro. Concluímos o capítulo com uma exposição sumária dos tipos de *trajectória conjugal* identificados a partir dos casais que as mulheres entrevistadas representam. Destinamos o **capítulo 7** à análise em profundidade de um primeiro tipo de *trajectória conjugal* identificado: a *trajectória de hipergamia prioritária*. Nestes casos, demonstra-se que uma análise circunscrita à escolha do cônjuge não poderia antever os modos por via dos quais a proximidade entre os cônjuges no momento da formação do casal se transforma, paulatinamente, em distância social no casal favorecendo o elemento masculino. No **capítulo 8** analisamos um segundo tipo de *trajectória conjugal*: a *trajectória de hipergamia progressiva*. Também nestes casos a proximidade social no momento da formação do casal, demonstrativa do papel do casamento na diferenciação social, não permite entrever os mecanismos por via dos quais tal proximidade se dilui, dando lugar a uma distância social no casal, também aqui favorecendo o homem. No **capítulo 9** expomos um terceiro tipo de *trajectória conjugal*: a *trajectória homogâmica*. Os casais com este tipo de *trajectória* distinguem-se *grosso modo* pela conservação da proximidade social entre os cônjuges, implicando tal proximidade uma aposta mais ou menos forte na carreira profissional de cada elemento. Por fim, consagramos o **capítulo 10** aos casais com *trajectórias hipogâmicas*. No início da vida a dois, a relativa proximidade social entre os cônjuges não permite, mais uma vez, antever a formação crescente de uma distância entre as situações sócio-profissionais dos elementos do casal. Estes casais distinguem-se dos demais, contudo, pelo facto de ser a mulher quem assume, através de uma aposta mais decidida na profissão e na carreira, uma posição socialmente mais favorecida.

As **conclusões** de *Escolha do Cônjuge e Modos de Construção da Distância Social no Casal* serão desenvolvidas em torno de cinco eixos descritivos, analíticos e interpretativos. Em “Escolha do cônjuge e proximidade social” analisamos a proximidade social no momento da formação do casal e sintetizamos as principais pistas de interpretação dos padrões homogâmicos observados. Em “Os pressupostos no estudo da distância social no casal” e “Da distância emergente à conservação da proximidade social”, fazemos uma súmula descritiva e interpretativa da distância social no casal construída no decurso da vida conjugal. Em



"Prioridades e constrangimentos na conciliação família-trabalho", analisamos as *estratégias de conciliação família-trabalho*, em particular, nos modos como se revelam comprometidas com as *trajectórias conjugais*; finalmente, em "Explicando as *trajectórias conjugais*" tecemos as considerações finais partindo da análise dos processos que estão na origem das *trajectórias conjugais*.

# PARTE I

## CASAMENTO E DESIGUALDADE



## 1 Perspectivas sobre a escolha do cônjuge e interpretações da homogamia

Desde a lógica afectiva em que se alicerçava a família de “companheirismo” de Burgess (1963/45) ao pressuposto funcionalista de Parsons (1971/1949) de que a perda de uma intervenção directa dos pais conduziria a uma escolha do cônjuge cada vez mais livre de condicionalismos sociais, foram diversos os trabalhos que insistiram na procura dos factores intervenientes na formação do casal que não se enquadram numa abordagem sociológica. Todavia, contrariando o imaginário romântico segundo o qual a decisão de casar seria hoje inteiramente dominada por sentimentos alheios a determinantes de natureza social, diversos trabalhos vieram revelar a importância da proximidade social na escolha do cônjuge. Neste capítulo, começamos por analisar numa perspectiva crítica as propostas teóricas e os trabalhos empíricos que se alicerçaram naquilo que, mais do que um pressuposto teórico, consideramos ser a esperança numa escolha livre de condicionalismos sociais.

Essa interpelação é seguidamente sustentada com a exposição de pesquisas empíricas que, desvinculadas de tais pressupostos apriorísticos, têm demonstrado a prevalência de factores de proximidade social na escolha do cônjuge e, assim, a clara persistência de padrões homogâmicos. Da interferência cada vez mais indirecta da família de origem à crescente ênfase atribuída às preferências individuais, são complexos os mecanismos por via dos quais se transforma o próprio processo de escolha do cônjuge sem que, por isso, o casamento deixe de constituir um momento decisivo na diferenciação social. Existe, entretanto, um progressivo consenso entre os diversos estudos que sublinham o papel do casamento na diferenciação social no que respeita ao peso: da *estrutura social*, sob a forma de constrangimentos externos ou disposições; da *ordem da interacção*, que condiciona as circunstâncias do encontro; e da *diferença sexual*, que intervém condicionando os mercados matrimoniais, porquanto homens e mulheres tanto se distribuem de forma desigual na estrutura sócio-profissional como manifestam diferentes preferências na escolha do cônjuge. Esse consenso no que toca ao significado elementar da prevalência do padrão homogâmico não invalida, contudo, que se interpele o próprio conceito de homogamia, que devido à sua natureza estática se revela insuficiente à abordagem da homogamia como processo, não permitindo analisar a distância social no casal que desenvolve muito para além da formação do casal.

## 1.1 A esperança de uma escolha livre

São diversas as perspectivas teóricas, bem como os estudos nelas alicerçados, que alimentam a esperança de uma escolha do cônjuge liberta de condicionalismos sociais, mas limitamo-nos neste primeiro ponto a fazer uma breve sùmula dos aspectos mais relevantes dessa diversidade de correntes e trabalhos. A lógica afectiva sublinhada por Burgess (1963/45) na família de “companheirismo” predominante na época moderna, e na formação da qual tenderiam a prevalecer critérios da exclusiva ordem dos afectos, foi pensada em desarticulação com o conjunto de tensões culturais que envolveram a evolução dos comportamentos familiares no sentido de uma “sentimentalização” das relações familiares. Sabemos hoje, de facto, que as transformações no plano das orientações normativas e das práticas familiares resultam de evoluções tão insidiosas quão diversas são as realidades conjugais e familiares nas sociedades contemporâneas. De modo diferenciado, mas com resultados semelhantes, Parsons (1971/1949) deduziu uma escolha do cônjuge “puramente” pessoal da dissipação da intervenção directa dos pais nesse processo, subestimando os efeitos emergentes da internalização das propriedades da “estrutura cultural” na própria decisão de casar. Da perspectiva de uma escolha “puramente” pessoal à procura pelos factores psicológicos determinantes foi um passo, proliferando durante vários anos as pesquisas que o fizeram sem, no mínimo, contemplarem a reformulação identitária envolvida já no processo de escolha enquanto etapa antecipatória de uma vida conjugal e, neste sentido, a necessidade de uma perspectiva sociológica sobre a própria formação do casal. À subestima parsoniana da capacidade de intervenção das normas internalizadas nas escolhas dos agentes e à desarticulação entre níveis micro e macro já presente na perspectiva de Burgess somam-se os resultados contraditórios de um conjunto de trabalhos psicológicos, controversos, entre outros aspectos, por isolarem aquilo que é um processo social das condições sociais e culturais que caracterizam o seu contexto.

### 1.1.1 Companheirismo e liberdade de escolha

Na década de vinte, no âmbito da escola de Chicago, E. W. Burgess propôs em parceria com H. J. Locke e M. M. Thomes (1963/45) aquela que, porventura, foi a primeira abordagem interaccionista da vida familiar. Nesta proposta, a história da família e do casamento teria sido marcada pela transformação de uma lógica “institucional”, onde cabe convenientemente à família e, em particular, aos pais, a escolha do cônjuge, para uma lógica “companheirista”, segundo a qual apenas factores relacionados com a “personalidade” dos indivíduos intervêm na eleição de

um parceiro conjugal. De acordo com Burgess, a privatização do núcleo familiar ocupa um papel central nesse processo de libertação, na medida em que é responsável pelo decréscimo da influência dos pais na escolha do cônjuge que caracterizava o casamento-instituição. Noutro trabalho, levado a cabo em parceria com P. Wallin, Burgess (1943) procurou no mesmo sentido demonstrar que à influência dos familiares, sobretudo dos pais, na escolha do cônjuge se sobrepõem progressivamente factores como a religiosidade, o passado familiar, o tipo de namoro na adolescência, a concepção de casamento, a participação dos indivíduos na vida social.<sup>1</sup>

A emergência da família de “companheirismo” e a previsão de uma escolha do cônjuge liberta da influência da família de origem assenta na polémica tese de que a privatização resultante da separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, entre local de trabalho e local de residência, seria alheia ao conjunto de tensões culturais em que necessariamente esteve envolta a transformação no sentido de uma “sentimentalização” das famílias nas sociedades ocidentais. Tais tensões são designadamente evidentes quer entre a igualdade no casal - interdependência dos parceiros nas tomadas de decisão - que o ideal do companheirismo supõe e a desigualdade entre homens e mulheres manifestas no quotidiano da família, quer nas contradições normativas entre o modelo conjugal de fusão e o ideal cultural do individualismo (Kellerhals, 1989/1984). Tal como demonstraram Kellerhals *et al.* numa investigação sobre famílias na Suíça, “é, com efeito, nesta conjuntura que se exacerba a tensão de negociação com o outro: aquele que pretende que o indivíduo submeta os seus ‘bens’ ao casal, e a aquele que afirma o primado da autonomia do ‘eu’.” (1982 : 29). De igual modo, no contexto da sociedade portuguesa, os movimentos no sentido da privatização e do individualismo, ainda que mais recentes, evidenciam uma diversidade de transformações no plano das orientações normativas e das práticas (Wall, 2005; Aboim, 2006), transformações essas que são sintomáticas de que a mudança é menos linear e as realidades familiares muito mais complexas do que Burgess previa.

### 1.1.2 Uma função desadequada

Tal como Burgess (1963/45; 1943), insistente nos efeitos da “nuclearização” do grupo familiar, T. Parsons (1971/1949) entendia, por sua vez, que a progressiva independência do casal (família de procriação) face aos pais (família de orientação) se associa ao fenómeno global de mobilidade social e geográfica decorrente da industrialização. Na sua perspectiva de teor

---

<sup>1</sup> Burgess, E. W., Wallin, P.W. (1943), “Homogamy in social characteristics”, *American Journal of Sociology*, n.º 49 (2), pp. 109-124. Citado por Girard (1981/1964).

funcionalista, a intervenção dos pais na escolha do cônjuge entre as classes médias não tem a função que desempenha noutros meios - quer associados às “elites” norte-americanas, quer ligados ao campo e à propriedade fundiária - onde a aliança com base nos “sentimentos afectivos pessoais” com um novo elemento questiona obviamente os interesses de reprodução de um património familiar (1971/1949: 273-278). Para Parsons, o esvaecimento mais geral desta intervenção dos pais na escolha do cônjuge está directamente relacionado com o facto de a família, em geral, ter vindo a perder a sua função na esfera produtiva, função essa absorvida pelo moderno “sistema ocupacional”.<sup>2</sup> Esta constatação não deixa, contudo, de ser acompanhada de uma subestima dos processos de internalização das propriedades da “estrutura cultural” na explicação dos efeitos de padronização social. Como sublinha R. P. Pires (2007), no âmbito do funcionalismo parsoniano a estrutura cultural regula normativamente a acção sobretudo por via dos constrangimentos resultantes da codificação das normas, ou seja, “se é a internalização que explica a eficácia causal da norma, o efeito de ordenação, de padronização, resulta da consistência lógica da sua codificação externa” (2007: 34). Parece então encontrada a razão pela qual a homogamia deixaria de constituir o padrão matrimonial prevalecente entre as classes médias, uma vez que só permaneceria *como norma*, e de uma forma aliás explícita, nos estratos sociais onde os pais, em virtude de o casamento poder questionar a reprodução do património familiar, intervêm *por norma* directamente na escolha do cônjuge.

Assim, e ao contrário da proposta interaccionista de Burgess, segundo a qual a função emergente da família nas sociedades modernas, que doravante consistia em assegurar a afectividade aos indivíduos, se opunha à lógica institucional do passado, a perspectiva de Parsons, enquanto variante funcionalista da tradição institucionalista herdada de Durkheim, sublinhava que a interacção familiar nunca deixa de se situar no contexto alargado da estrutura social e dos sistemas sociais, considerando que a família deve ser *sempre*, em primeiro lugar, considerada uma instituição.<sup>3</sup> O próprio Durkheim, segundo o qual às instituições, como neste caso a família, cabe “o princípio integrador das partes constitutivas dos sistemas sociais” (Pires, 2007: 34), sublinhava que o casamento implicava deveres e expectativas sob a forma de regras

---

<sup>2</sup> Tal como sublinha Parsons num texto em parceria com R. F. Balles, “Over much of the world and of history a very large proportion of the world’s ordinary work is and has been performed in the context of kinship units. Occupational organization in the modern sense is the sociological antithesis of this.” (1968/1956: 12)

<sup>3</sup> A capacidade “reguladora” que Parsons atribuía à “estrutura cultural” no que toca à acção, definido as posições sociais dos actores e as expectativas sobre os comportamentos destes em situação de interacção resultou, segundo Pires, numa subestima das dinâmicas próprias da ordem da interacção em virtude de insistir na “eficácia dos mecanismos de indução da conformidade com as definições partilhadas dos papéis” (2007: 27).

que, legal ou informalmente, se impõem aos indivíduos em qualquer circunstância (Durkheim, 1975/1921: 35-49).

No entanto, Parsons entendia que também “não falta geralmente campo para seguir as inclinações pessoais no quadro das condições da instituição”, prevendo que o sistema familiar viesse a proporcionar “um tipo de escolha *puramente* pessoal”<sup>4</sup> (1971/1949: 279). O progressivo isolamento estrutural da família conjugal permitiria que as relações familiares ancorassem numa lógica afectiva, processo esse que, aliás, não é alheio à própria função que, sem questionar a natureza institucional da família, esta é suposta exercer na “estabilidade” psicológica dos indivíduos adultos nas “modernas organizações profissionais”. No que toca a essa “esperança” de que a família constituísse um “refúgio” dos indivíduos e, deste modo, o “local dotado de sentido” por excelência (Kellerhals, 19889/1984: 18), a tese de Parsons não deixa afinal de encontrar afinidades com a de Burgess, para quem a família de “companheirismo” é um espaço dominado pelos afectos que protege os indivíduos da lógica competitiva reinante no exterior, preponderando hoje na escolha do cônjuge, como resultado de um processo evolutivo e linear, sobretudo os factores de natureza psicológica (Bawin-Legros, 1996: 162).

Todavia, a previsão de ambas as perspectivas não explica as razões pelas quais as representações sociais da família sugerem com frequência, pelo contrário, uma ideia de “crise da família”, representações essas que radicam precisamente no “facto de o indivíduo ser conduzido a esperar da família tudo o que a sociedade exterior lhe recusa” (Kellerhals, 1989/1984: 17). Por outro lado, é lúcido reconhecer que a família tanto pode propor-se como refúgio e funcionar como factor de estabilização psico-afectiva como ser “desqualificada pela impressão de fechamento, de rotina, pelo sentimento de perda de oportunidades” em sociedades onde impera a norma cultural da mudança, que incentiva à capacidade de “ruptura e reaprendizagens contínuas” (Kellerhals: 1989/84: 22).

Por sua vez, deve referir-se que a previsão referente à libertação da escolha do cônjuge face aos condicionalismos sociais só não entra em contradição com a eficácia, atribuída, no quadro do funcionalismo parsoniano, à estrutura cultural na regulação das acções no sentido da ordem social, porque Parsons privilegia os constrangimentos exercidos pelos processos de institucionalização no plano normativo, e não no plano relacional ou distributivo, ou seja, no plano dos desiguais posicionamentos dos agentes. Perante a difusão dos ideais românticos no imaginário colectivo, não como uma utopia, mas como “sendo deste mundo” e, assim, adquirindo o estatuto de “programa de vida” (Kellerhals, 1989/1984), por um lado, e a progressiva ausência de uma codificação externa de regras homogâmicas ou endogâmicas na maioria dos estratos

---

<sup>4</sup> Itálico nosso.



sociais, onde a ausência de um património familiar questionável pela heterogamia coexiste com o facto de o próprio “sistema ocupacional” ter, em grande medida, absorvido a função produtiva e económica da família, por outro, compreende-se que uma perspectiva como a de Parsons, que menospreza os efeitos da desigualdade na padronização das relações sociais, não encontre justificação funcional para que a escolha do cônjuge se depare com condicionalismos de natureza social. De resto, sem contemplar a real probabilidade de se terem alterado os critérios de proximidade na escolha do cônjuge (Segalen e Jaquard, 1971), a previsão funcionalista não deixa de ter eco em teses como a de E. Shorter (1995/1975), para quem o “progresso do amor romântico” e da “felicidade pessoal”, em detrimento da imposição da necessidade de “aprovação da comunidade”, iria de par com um decréscimo da homogamia social.

### 1.1.3 Perspectivas psicologizantes e a (des)articulação entre níveis micro e macro

A crença numa escolha do cônjuge liberta de constrangimentos sociais não deixou de se projectar em diversas pesquisas norte-americanas levadas a cabo entre as décadas de cinquenta e setenta. Nesses trabalhos foram privilegiadas variáveis supostamente alheias ora a qualquer tipo de propriedades emergentes da estrutura social, ora às possibilidades de a escolha do cônjuge - entendida como acção social, no sentido weberiano do termo - estar sujeita à interferência de normas, valores, representações, interesses ou “preferências”. “Espontaneidade afectiva”, “sentimento afectivo pessoal”, “desejo de casar” ou “semelhança com o parceiro ideal” surgem assim, entre outras, como *as* variáveis decisivas na explicação da escolha do cônjuge, pressupondo-se que tais factores, presentes no âmbito de relações pessoais entre familiares, actuam sem qualquer articulação com contextos sociais e normativos onde, necessariamente, essas relações têm lugar. Estes estudos analisaram a escolha do cônjuge, de certa forma, à semelhança da proposta de G. Homans (1961), que protagonizou a vertente psicológica da teoria da troca. Para Homans, a troca social alicerçava-se sobretudo em processos psicológicos, razão pela qual abordava o custo e o benefício de uma relação “em termos de reforço e aprendizagem”. Partindo do pressuposto de que “os indivíduos reproduzem os comportamentos que os gratificam, não insistindo naqueles que não o fazem”, Homans foi criticado por “personalizar” a interacção, uma vez que a considerava sobretudo estruturada de acordo com princípios de reciprocidade entre indivíduos (Bawin-Legros, 1996: 97-98).

A escolha do cônjuge passava então a ser amiúde objecto de trabalhos que abordavam *exclusivamente* a intervenção de factores de natureza psicológica, não se estranhando, por essa razão, que tais pesquisas tivessem, com frequência, produzido resultados contraditórios e

polêmicos. A título de exemplo, nos anos 50, R. F. Winch (1958) procurou demonstrar que “as necessidades são recompensadas no decurso do processo de escolha do cônjuge através da procura de um parceiro cujas características de personalidade - e assim as necessidades - são opostas, mas complementares, às do próprio”, enquanto diversos trabalhos realizados na década de sessenta refutam a influência positiva dessas características opostas e, supostamente, compensatórias, sublinhando, pelo contrário, a importância da semelhança dos perfis de personalidade (Adams, 1979: 261). Já na década de setenta assistimos às tentativas polêmicas de autores como A. Y. Napier<sup>5</sup> ou A. Aron<sup>6</sup> para confirmar a hipótese de os indivíduos procurarem num parceiro conjugal a possibilidade de reproduzir as relações que desde sempre estabeleceram com os seus pais: o primeiro esforçando-se na demonstração de uma hipotética procura dos indivíduos em reproduzir, na relação conjugal, os contornos da relação com o pai do sexo oposto; e o segundo sustentando a prevalência das características de personalidade da mãe no potencial parceiro ou parceira.

Foi precisamente com o propósito de libertar a análise da vida familiar deste tipo de perspectivas psicologizantes que P. Berger e H. Kellner (1975/1964) vieram alertar para a natureza *nómica* da relação conjugal e das relações em família. Para estes investigadores, o papel decisivo da família na integração dos indivíduos na sociedade passa, na sua essência, pelo carácter de produção de sentido das relações que se desenrolam no interior do núcleo familiar. Inspirados pela fenomenologia, sublinharam que o casamento representa uma ruptura *nómica* para dois indivíduos que são “normalmente provenientes de diferentes contextos de conversação”, ou seja, que “não partilham de um passado, apesar da estrutura semelhante dos seus passados” (Berger e Kellner, 1975/1964: 306). Adivinha-se aqui, contudo, a limitação de uma perspectiva que herda menos do interaccionismo do que da fenomenologia um pendor construcionista, privilegiando a descrição em lugar da explicação, limitação essa desde logo bastante evidente no plano empírico. Tal como observa Bawin-Legros, “o facto de se questionar mais sobre o ‘como’ do que sobre o ‘porquê’ incita a esta crítica, na medida em que, através da narração das suas experiências, os indivíduos podem, com ou sem intenção, omitir o contextos e os seus constrangimentos” (1996 : 159).

No entanto, essa limitação é ainda acrescida de uma controversa desarticulação entre as relações “construídas” no âmbito da conjugalidade e da família, por um lado, e as dimensões históricas e estruturais da sociedade, por outro - desarticulação essa designadamente presente

---

<sup>5</sup> Napier, A. Y. (1971), “The marriage of families: cross-generational complementarity”, *Family Process*, n.º 9, pp. 373-395. Citado por Adams, 1979.

<sup>6</sup> Aron, A. (1974), “Relationships with opposite-sex parents and mate choice”, *Human Relations*, n.º 27, pp. 17-24. Citado por Adams, 1979.

numa separação rígida entre as relações íntimas ou pessoais com os “outros significativos” e as relações impessoais com o mundo exterior ou com o “outro generalizado”<sup>7</sup> - como se a vida quotidiana familiar e conjugal pudesse alicerçar-se para além dos modelos normativos, que estruturam valores e representações, e do conjunto dos constrangimentos inerentes à própria estruturação da sociedade. Apesar destes aspectos mais polémicos da sua proposta, ao alertarem para o carácter de produção de sentido Berger e Kellner (1975/1964) trouxeram para a discussão a reformulação identitária que o casamento implica e, neste sentido, a própria necessidade de analisar *sociologicamente* a escolha do cônjuge, pois, tal como sublinha M. Bozon, “é manifesto que as características sociais do cônjuge constituem, em qualquer caso, um indicador sociológico de primeira importância porque o ser social de um indivíduo, seja homem ou mulher, encontra-se *redefinido* de forma decisiva pelo casamento”<sup>8</sup> (Bozon, 1991: 189).

Em suma, se Parsons (1968/1956) subestimava os efeitos dos processos de internalização das normas na padronização social e dos diferenciais de poder radicados na desigualdade social, quer a abordagem interaccionista de Burgess (1963/1945), quer as vertentes mais psicologizantes da teoria da troca, quer ainda a sociologia de influência fenomenológica revelam lacunas na articulação entre níveis micro e macro, lacunas essas que apontam para uma limitação semelhante à de todas as perspectivas que, separando analiticamente as dimensões da vida social, definem *a priori* a própria amplitude das suas consequências, ou seja, associam os processos decorrentes no âmbito da interacção social ao nível micro e os processos de institucionalização ao nível macro.<sup>9</sup> Ora, de acordo com N. Mouzelis, deve sublinhar-se que também “são de nível macro as interacções de face-a-face com consequências que se estendem amplamente no espaço e no tempo” (1995: 158). Tal confusão, já se vê, está subjacente na esperança de uma escolha livre - que todas estas teses sustentavam e que alguns investigadores continuam a sustentar (ponto 1.2.2) - ou seja, numa escolha do cônjuge cujos efeitos se circunscrevem ao nível micro, quando, pelo contrário, diversos estudos realizados nos Estados Unidos da América e na Europa desde o pós-Segunda Guerra Mundial têm, justamente,

---

<sup>7</sup> No que respeita a esta divisão dicotómica do mundo social, Berger e Kellner (1964) inspiraram-se claramente na fenomenologia de A. Schutz (1979). Concentrado na relação dialéctica entre, por um lado, a forma como os indivíduos constroem a realidade social e, por outro, a herança social e cultural que recebem do passado, Schutz defendia que uma sociologia da vida quotidiana obriga, de igual modo, a distinguir as relações íntimas de face-a-face, designadas de “*we-relations*”, das relações distantes e impessoais, designadas de “*they-relations*” (Ritzer, 2003/1983).

<sup>8</sup> Itálico nosso.

<sup>9</sup> É frequente a correspondência apriorística entre dimensões da vida social e as amplitudes dos seus efeitos, tendo sido alvo da crítica de Mouzelis: “It is wrong to view what Goffman calls the ‘interaction order’ as micro and the ‘institutional order’ as macro. Both orders can be micro and macro. When face-to-face interactions have consequences which stretch widely in time/space, they are macro. On the other hand, when institutions are embodied into role-positions which entail low levels of power (or games whose outcomes do not stretch widely), then they are micro.” (1995: 158)

demonstrado a persistência dos padrões homogâmicos. Afinal, se a escolha do cônjuge permanece cercada de condicionalismos sociais em qualquer estrato social, é então muito difícil sustentar que as interações de face-a-face envolvidas nesse processo possam apenas ter consequências de nível micro.

## 1.2 A redescoberta do padrão homogâmico

Diversos estudos realizados nos Estados Unidos e na Europa do pós-guerra têm vindo a contrariar as previsões que apontam para uma escolha liberta de condicionalismos sociais. Recenseando a persistência de uma diversidade de formas que os constrangimentos sociais assumem na escolha do cônjuge, estes trabalhos apontam incessantemente no sentido oposto ao de uma escolha livre. Entre o conjunto de factores de proximidade intervenientes na escolha do cônjuge, têm sido privilegiadas sobretudo variáveis de natureza social (origem social, posição sócio-profissional, grau de escolaridade, etc.), revelando a prevalência dos padrões homogâmicos e, assim, a persistência da função da união conjugal na consolidação das diferenças sociais.<sup>10</sup> Em particular no que toca à homogamia sócio-profissional, um recente trabalho levado a cabo em França demonstra que, “levando em linha de conta as transformações da estrutura sócio-profissional”, este padrão homogâmico tem evoluído pouco no longo prazo (Vanderschelden, 2006: 38)<sup>11</sup>.

De acordo com Kellerhals, a persistente constatação da homogamia social nas sociedades ocidentais contemporâneas contraria a ideia de evolução de um “casamento arranjado, em que os noivos são supostos ser ‘violentados’ pelos seus pais ou pela tradição”<sup>12</sup> para um “casamento afinidade”, que seria resultante de uma escolha do cônjuge liberta de constrangimentos sociais, sendo que também os próprios trabalhos no âmbito da história questionam “que, na maior parte dos casamentos arranjados (ou de conveniência) da Europa pré-industrial, os filhos sofressem contra a sua vontade a lei inflexível dos pais” (1989/1984: 24). Em lugar da ideia de evolução

---

<sup>10</sup> A este respeito, os Estados Unidos da América distinguem-se dos países da Europa ocidental, uma vez que a diversidade étnica e racial tem levado os investigadores a concentrarem-se tanto ou mais nos casamentos interracialis do que na homogamia social (Kalmijn, 1998).

<sup>11</sup> “La comparaison entre l’homogamie observée et celle qui serait observée sou l’hypothèse que l’évolution de la structure socioprofessionnelle explique totalement les changements intervenus dans la composition des couples (évolution dit « minimale » de l’homogamie) montre une faible évolution de la tendance à l’union entre personnes de même catégorie professionnelle (Vanderschelden, 2006: 38).

<sup>12</sup> Outros processos terão, com efeito, caracterizado a escolha do cônjuge no passado, ficando a escolha subordinada, de um modo porventura muito mais flagrante, aos interesses de aliança das famílias em função da transmissão do património, já que eram sobretudo as lógicas familiares e de parentesco que asseguravam directamente o funcionamento económico (Flandrin, 1994; Pillorget, 1979).

alicerçada na dicotomia entre uma escolha sob a influência colectiva do “sentido das conveniências” e uma escolha individual livre de condicionalismos exteriores, apenas sujeita às “afinidades interpessoais”, a homogamia social é, afinal, sintomática do “mútuo condicionamento” dos diversos factores colectivos e individuais intervenientes, uma vez que “*os sentimentos e as motivações interpessoais assimilam, alimentam-se dos códigos sociais do momento, mais do que a eles se opõem*” (Kellerhals, 1989/1984: 25).

Na verdade, sendo a homogamia social um conceito descritivo da proximidade social no casal, ou seja, “designando apenas um resultado global”, que de acordo com Bozon, “corresponde a situações, trajetórias, processos muito diversos, variáveis de um meio social para o outro” (1991: 189), nem por isso deixa de ser esclarecedora do modo como a vida familiar, no momento da sua formação, contribui na diferenciação social. O peso da proximidade social na formação do casal pode fornecer-nos pistas importantes, ainda que essa constatação nem sempre seja suficientemente elucidativa dos processos envolvidos na escolha do cônjuge ou dos factores que, de forma mais ou menos directa, nela intervêm. A constatação da homogamia social autoriza assim algumas “pistas de interpretação” (Kellerhals, 1989/1984), sendo relativamente consensual apontar um conjunto de factores cuja intervenção neste processo tende mais a aproximar-se da lógica de complementaridade do que da de contradição ou conflito.

Entre estas pistas de interpretação encontramos: em primeiro lugar, o que podemos designar de *interpretação comunitária* (ponto 1.2.1), que sublinha a importância de “factores colectivos” intervenientes na escolha do cônjuge (Kalmijn, 1998); em segundo lugar, a *interpretação económica* (ponto 1.2.2), que dá ênfase aos “factores individuais” ou “preferências” (Kalmijn, 1998); em terceiro lugar, a *interpretação estrutural* (ponto 1.2.3), que privilegia os factores de natureza “psicocultural” e “probabilística” (Kellerhals, 1989/1984); e, por último, a *interpretação do género* (ponto 1.2.4), que acentua o peso de um conjunto de factores associados à diferença entre homens e mulheres. Se se compreende que a *interpretação comunitária* seja privilegiada nos estudos direccionados para meios sociais onde os interesses do colectivo de pertença tendem a prevalecer nas escolhas dos indivíduos, é pouco plausível que as abordagens funcionalistas se tenham circunscrito a este tipo de interpretação, reduzindo uma explicação mais alargada da homogamia social aos estrangimentos externos da estrutura cultural manifestos na intervenção directa da família nas situações em que a escolha do cônjuge questiona a reprodução familiar de um património fundiário ou económico. Já os estudos que procuraram demonstrar o papel do casamento na consolidação das clivagens sociais avançaram com outras pistas de interpretação, alguns privilegiando o carácter “racional instrumental” da

escolha do cônjuge enquanto acção social (*interpretação económica*), outros, pelo contrário, insistindo nos efeitos da estrutura social (*interpretação estrutural*) que, sob a forma de disposições condicionantes de sentimentos de afinidade, semelhança ou complementaridade, ora sob a forma de constrangimentos exercidos pela natureza "relacional" ou "distributiva" desta enquanto "estrutura externa", designadamente através do privilégio de determinados circuitos de interacção que proporcionam ou evitam o encontro, actuam de forma mais ou menos decisiva no sentido de uma escolha homogâmica. Enfim, a *interpretação do género*, não apenas porque a desigual distribuição dos indivíduos na estrutura sócio-profissional não é refractária da diferença sexual, mas também porque homens e mulheres não se valorizam mutuamente de acordo com o mesmos critérios na escolha do cônjuge.

### 1.2.1 A interferência do colectivo de pertença

A escolha do cônjuge pode sujeitar-se a uma diversidade de influências de natureza colectiva, como os pais, a família, o grupo de pertença, tal como sugere a *interpretação comunitária*, ainda que essas influências sejam amiúde pouco evidentes simplesmente através da constatação da prevalência do padrão homogâmico numa sociedade. A análise deste tipo de intervenientes de natureza comunitária - ou seja, factores que remetem para a intervenção de um colectivo de pertença - é sobretudo apanágio dos estudos sobre casamentos interracialis, que têm demonstrado a importância da "identificação com o grupo" e das "sanções do grupo" para evitar a exogamia (Kalmijn, 1998).

A este respeito, deve recordar-se que foram precisamente dois dos investigadores - R. K. Merton (1941) e W. J. Goode (1959) - que, no quadro do funcionalismo, mais se demarcaram da controversa abordagem funcionalista da mudança e do conflito (Ritzer, 2003/1983) a estudar a eficácia das normas colectivas ou comunitárias no sentido da endogamia, por um lado, e o carácter indirecto da intervenção dos pais na escolha do cônjuge no sentido da homogamia social na sociedade americana, por outro. Com efeito, Merton (1941) constatou que, em grande parte dos grupos étnicos e raciais, é suposto as "normas de endogamia" estarem fortemente incorporadas nos indivíduos, enquanto Goode (1959) se destacou no quadro da sociologia funcionalista por demonstrar que, se a libertação dos cônjuges face a uma intervenção directa dos pais na decisão de casar é consequência directa da industrialização do Ocidente e da crescente mobilidade social e geográfica, também deu lugar a formas mais indirectas de intervenção na escolha do parceiro, como a selecção dos locais de frequência por parte dos pais e a influência dos amigos.

No que toca à intervenção de factores colectivos no sentido da homogamia social, a escolha do cônjuge tem sido abordada nalguns trabalhos realizados em Portugal que, ainda assim, não só apenas excepcionalmente fazem da homogamia o seu objecto de estudo (Almeida *et al.*, 1997), como se circunscrevem a contextos sociais e culturais específicos. Estes estudos revelam que a proximidade social é sobretudo decisiva quer junto dos meios sociais mais favorecidos, quer entre as camadas menos privilegiadas ligadas aos sectores primário e secundário, constatação essa desde logo reveladora da complexidade e da diversidade dos processos que conduzem à homogamia social. O facto de a homogamia social se acentuar tanto nos grupos mais privilegiados como nos meios ligados à fábrica ou ao campo encontra provavelmente explicação na natureza endogâmica que caracteriza o processo de escolha do cônjuge nestes contextos, tal como demonstram diversas pesquisas que incidem especificamente sobre meios rurais (Lourenço, 1991; Silva, 1998; Sobral, 1999; Wall, 1998), sobre meios operários (Almeida, 1998/1993) ou, ainda, sobre famílias da elite empresarial (Lima, 2003).

No caso dos meios rurais, o relativo isolamento geográfico e a necessidade de preservação da propriedade fundiária na família explicam que a homogamia social e a própria homogamia geográfica sejam, de certa forma, subprodutos da endogamia, “tendo presente o sentimento de pertença e de identificação de grupo que caracteriza a comunidade rural” (Lourenço, 1991: 166). No que toca ao meio operário, não só a atitude de identificação com o grupo de pertença é transposta para o contexto urbano de destino por aqueles que trocam o trabalho agrícola pela fábrica - atitude essa que explica o casamento endogâmico, quando possível dentro dos limites da vizinhança, e a proximidade social na escolha do cônjuge (Almeida, 1998/1993) - como a própria concentração e circunscrição dos operários nas imediações das zonas industriais promove a endogamia, à semelhança dos processos de escolha analisados nos estudos sobre casamentos interracialis, revelando que os grupos étnicos/raciais precisamente concentrados em determinadas regiões tendem a ser mais endogâmicos do que aqueles que se dispersam no espaço.<sup>13</sup> Por último, a homogamia e a endogamia são amiúde fenómenos necessariamente entrelaçados junto dos estratos sociais mais favorecidos, não se estranhando que grandes empresas, como aquelas estudadas por A. P. Lima, alicerçadas em modelos organizacionais e profissionais de excelência e “construídas sobre uma densa rede de relações familiares que unem accionistas”, apresentem características comunitárias e de elite que induzem à homogamia social (2003: 152). Com efeito, ao questionar-se se tais grupos familiares constituem uma comunidade, “um grupo social com consciência de si próprio, cujos membros partilham

---

<sup>13</sup> Lieberson S, Waters MC. (1988), *From Many Strands: Ethnic and Racial Groups in Contemporary America*, New York, Russell Sage Found. Citado por Kalmijn (1998).

valores, representações e práticas”, a investigadora confirma que “os membros destes vários grupos empresariais mantêm entre si relações de amizade e sociabilidade que são frequentemente consolidadas através de casamentos entre os seus membros” (Lima, 2003: 157).

É de referir que, se a intervenção de um colectivo de pertença e, em particular, dos pais na escolha do cônjuge pode atenuar-se ou diluir-se, actuando de forma mais discreta ou indirecta nos meios sociais onde o casamento, à partida, não vem questionar a reprodução de um património familiar, este é sem dúvida um comportamento difícil de captar, exigindo, como de resto qualquer estudo que abordasse a escolha do cônjuge enquanto processo, uma análise à escala individual, através da qual, “por exemplo, fosse possível focar as práticas de socialização e as características da vivência familiar com os pais, no sentido de testar as hipóteses acerca da intervenção de terceiros” (Kalmijn, 1998: 418).

De resto, deve sublinhar-se que o carácter mais directo da intervenção dos pais não dá necessariamente lugar a uma intervenção indirecta, ao contrário do que procurou demonstrar Goode (1959), pois não é difícil supor que, nos estratos sociais sem os imperativos de reprodução do património familiar, a intenção e a própria capacidade de intervenção dos pais se atenuem ao ponto de darem espaço a uma escolha do cônjuge mais individualizada, ainda que porventura também susceptível das interferências de “outros significativos” (Berger e Luckmann, 1999/1966) que estão para além do quadro familiar, como é caso dos amigos. No entanto, supor que a escolha do cônjuge possa ser hoje, em grande medida, mais individualizada não equivale a proclamar uma escolha liberta de condicionalismos sociais. Goode (1959) procurou encontrar as vias, doravante mais indirectas, pelas quais os pais intervêm na escolha do cônjuge precisamente porque, conservando-se fiel à própria tradição funcionalista, pressupunha que a eficácia da estrutura cultural na padronização da acção social - neste caso, da escolha do cônjuge no sentido da homogamia - era menos explicada pela *interiorização* da norma - neste caso, homogâmica - nos próprios protagonistas da escolha do que pela sua *exteriorização*, manifesta na própria atitude dos pais. Todavia, é precisamente em virtude de a estrutura social emergir, de facto, nas acções dos indivíduos sob a forma de uma “estrutura internalizada” (Pires, 2007) - consubstanciada em “disposições” (Lahire, 2003/1998), ou nalguns casos mesmo num “sistema de disposições” ou *habitus* (Bourdieu, 1972), disposições essas que operam como mecanismos generativos das percepções, das interpretações e das acções - que a individualização da escolha do cônjuge, em detrimento da própria intervenção parental ou familiar, não pode ser sinónimo de uma escolha liberta de condicionalismos sociais.



## 1.2.2 A ênfase atribuída às preferências individuais

Se a transformação das sociedades ocidentais no sentido da privatização da formação da família - ou seja, no sentido de uma "autorização dada aos cônjuges para fazerem valer as suas preferências na constituição e na organização da sua união" (Kellerhals, 1989/1984: 27-28) - não impede que este "jogo de preferências se alimente de códigos sociais, das representações colectivas, dos prestígios de pertença", muitos trabalhos dão primazia a uma *interpretação económica* de natureza racionalista na explicação da homogamia social como "resultado de uma estratégia racional dos actores procurando, através do casamento, conservar ou aumentar os seus capitais materiais ou simbólicos" (Kellerhals, 1989/1984: 27-28).

Convém então esclarecer que a *interpretação económica* da homogamia não é decerto alheia aos princípios racionalistas subjacentes nas teorias da troca. As teorias da troca, das quais P. Blau (1964) e G. Homans (1961) constam entre os principais protagonistas, foram sobejamente influenciadas pelas "teorias da escolha racional", cujos princípios básicos radicam na "economia neoclássica" (Ritzer, 2003/1983). Todavia, enquanto Homans encontra nos processos psicológicos a explicação para a troca subjacente nas relações interpessoais, Blau coloca por sua vez a ênfase nos princípios económicos (Bawin-Legros; 1996). O conceito de *troca social* circunscreve-se, na perspectiva de Blau, a toda a acção que está dependente das reacções compensatórias do outro, acções essas que, deste modo, tendem a esvanecer-se sempre que tais reacções não estão iminentes. Pelo contrário, se as reacções se manifestam de forma compensatória, as relações saem reforçadas: "As pessoas são mutuamente atraídas por um conjunto de razões que as induzem a estabelecer associações sociais. Forjados os primeiros laços, as recompensas recíprocas vêm conservá-los e reforçá-los" (Ritzer, 2003/1983: 411). Na perspectiva de Blau, as recompensas inerentes à troca social podem ser de natureza "intrínseca", como é o caso do amor, do afecto ou do respeito, ou de natureza "extrínseca", como, por exemplo, o dinheiro, o estatuto sócio-profissional ou a origem social, sendo que a desigualdade no plano das recompensas é suposta produzir diferenciais de poder na relação.

De índole utilitarista<sup>14</sup>, esta vertente da teoria da troca está fortemente presente em diversos trabalhos desenvolvidos, sobretudo nos Estados Unidos da América, no sentido de demonstrar o peso dos condicionalismos sociais manifesto nas "preferências" individuais na escolha do cônjuge. *Grosso modo*, à semelhança da teoria que os inspira, estes estudos partem de um

---

<sup>14</sup> De acordo com A. Hirschman, a doutrina utilitarista tem por "elemento fundamental" o cálculo racional que, impregnando "toda a acção motivada pelo interesse", se define pelo "esforço sistemático para avaliar de antemão os custos, benefícios, satisfações, etc.". Ver Hirschman, A. (1986), "Le concept d'intérêt: de l'euphémisme à la tautologie", in *Vers une économie politique élargie*, paris, Éditions de Minuit. Citado por Singly (1992: 160).

pressuposto racionalista assente numa perspectiva instrumental, privilegiando os “interesses” dos indivíduos na interpretação da homogamia social. Nestes trabalhos, como refere M. Kalmijn, “os potenciais cônjuges são avaliados com base nos recursos que têm para oferecer e (...) uma vez casados, reúnem esses recursos no sentido de produzir bens familiares, tal como bem-estar económico, *status*, confirmação social e afectos” (1998: 398). Ora, já se vê que tal perspectiva, à qual são caros termos económicos como “oferta” e “procura”, faz tábua rasa das propriedades estruturais emergentes na própria escolha do cônjuge sob a forma de normas que enquadram *valores* - como sejam os critérios que *devem* presidir na escolha do cônjuge -, normas essas que não deixam necessariamente de actuar como constrangimentos. A teoria da troca tende a esquecer que “nem todas as interacções sociais são motivadas pelo interesse ou a recompensa”, porém, como adverte B. Bawin-Legros, “as interacções são condicionadas por forças irracionais e sistemas de valores” (1996: 97). Neste sentido, não se estranha que, uma vez aplicada à análise da escolha do cônjuge, tal teoria se traduza num pressuposto apriorístico<sup>15</sup> que subestima ora os “processos do amor” - que “têm a sua própria referência, pese embora a ênfase nas nossas sociedades seja colocada na escolha esclarecida” (Bawin-Legros, 1996: 97) -, ora os quadros normativos que tanto podem, por exemplo, definir o “respeito” que é devido ao cônjuge como se imiscuir na própria experiência desses “processos”, reduzindo enfim o amor e as normas a recursos sob a forma, para utilizar o eufemismo de Blau, de “recompensas intrínsecas”.

Por outro lado, o problema em reduzir o amor e os afectos a *capitais* não consiste apenas no facto de se considerar plausível elaborar, a este respeito, regras de equivalência num pressuposto de que estaríamos perante bens e serviços de natureza diversa, mas também porque, sem “resgatar” à troca “o amor e as vantagens afectivas”, só é possível que “as contas” na própria escolha do cônjuge sejam “equilibradas pela magia amorosa”. Tal problema contribui assim mais para obscurecer do que para esclarecer a troca dos valores sociais entre os cônjuges que o casamento representa, sem que contudo se reduza a tal troca (Singly, 1992). A reflexão de F. de Singly sobre os efeitos da vida conjugal no valor social dos parceiros elucida-

---

<sup>15</sup> Este pressuposto apriorístico, que menospreza o conjunto de processos alheios aos interesses pessoais, transporta-nos para as críticas que Durkheim insistentemente lançou à ênfase também colocada em tais factores por muitos dos seus contemporâneos. Tal como observa B. Lahire: “Quando Durkheim critica o recurso que alguns desses contemporâneos fazem da noção de “interesse” ou de “maximização do proveito”, ele não o faz a partir de uma outra concepção das motivações humanas, mas criticando-o ele próprio *a priori*. (...) Durkheim teria podido criticar essa teoria do “interesse pessoal”, mas toma de facto uma posição muito mais distanciada (e pertinente), não rejeitando de chofre a noção de “interesse pessoal”, mas a ideia de que possamos manter essa noção como um *a priori*. ‘Nós não começamos’, explica ele, ‘por postular uma certa concepção da natureza humana para daí deduzir uma sociologia.’” (2003/1998: 201).

nos sobre a necessidade de “separar o que na realidade está intimamente ligado”, referindo-se à suspensão temporária do amor e do “fluxo dos afectos” para efeitos analíticos da troca conjugal .

Os benefícios assegurados pela visibilidade dos efeitos da vida conjugal sobre o valor social dos cônjuges acarretam um certo custo, o da ignorância sobre o modo como os indivíduos fazem, ou não, os seus cálculos. O amor e as vantagens afectivas foram *a priori* resgatados às trocas, com o objectivo de tornar as outras trocas mais perceptíveis. Conservando-os, correr-se-ia o risco de atingir contas equilibradas pela magia amorosa, que autoriza todo o investimento afectivo - os beijos, os presentes - em troca de um dispêndio de capital. Ao separar na teoria o que, na realidade, está intimamente ligado, ou seja, o fluxo dos capitais e o fluxos dos afectos (o que não significa que haja qualquer regra de equivalência entre estes dois níveis), o sociólogo pode, enfim, captar a circulação dos primeiros. É certo que por instantes levanta a máscara do amor, mas não é menos verdade que também suprime as razões de fé dos cônjuges no próprio casal - a família contemporânea “funcionando” ideologicamente a partir do amor. (Singly, 1992: 161)

Feita esta ressalva crítica quanto às perspectivas racionalistas, deve recordar-se que os estudos que evidenciam uma perspectiva sobre a homogamia como resultado de estratégias racionais dos agentes não deixam de contribuir para demonstrar a presença de condicionalismos sociais ao privilegiarem a análise do peso dos “recursos “sócio-económicos” e dos “recursos culturais” na escolha do cônjuge. Assim, de acordo com esta *interpretação económica* da homogamia, os dois tipos de recursos não condicionam de igual modo a escolha do cônjuge, uma vez que se, no que toca aos recursos sócio-económicos, as “preferências” assentam numa lógica de *maximização*, procurando-se um cônjuge tão dotado quanto possível, já no que respeita aos recursos culturais prevalece uma lógica de *proximidade* e, assim, a procura por um parceiro conjugal com recursos educacionais semelhantes: “enquanto a importância dos recursos sócio-económicos se baseia numa preferência para casar com um parceiro tão dotado quanto possível, independentemente dos seus próprios recursos, o papel dos recursos culturais baseia-se numa preferência para casar com alguém que é semelhante” (Kalmijn, 1998: 399).

Neste sentido, as “preferências” no plano dos recursos sócio-económicos e a própria natureza da “competição” pelo cônjuge mais bem dotado “variam em função do papel que a mulher desempenha na sociedade” (Kalmijn, 1998: 398), ou seja, alteram-se de acordo com as diferenças entre os sexos no que respeita à presença no mercado de trabalho. Entendendo-se, nesta perspectiva, por recursos sócio-económicos os “recursos que produzem bem-estar económico e *status*”, num contexto onde predomina uma divisão sexual do trabalho mais rígida, o homem é suposto “trocar” os recursos resultantes do seu trabalho pago e associados ao seu estatuto sócio-profissional pelos recursos provenientes do trabalho não pago exercido pela mulher - recursos estes consubstanciados em competências domésticas e familiares - e vice-versa. No que toca à explicação do peso da proximidade social na escolha do cônjuge, quando prevalece este modelo de *male breadwinner/female caregiver*, presume-se ainda uma “troca” do prestígio social do homem, em boa parte associado à sua posição sócio-profissional, pelas

qualidades sociais da mulher noutros domínios, como sejam a sua origem social, as suas características físicas e, ainda, a sua “participação cultural” (Jacobs e Furstenberg, 1986; Stevens *et al.*, 1990). Ora, este tipo de “competição” tende a alterar-se não apenas com o crescimento da presença de mulheres no mercado de trabalho, mas também, e talvez sobretudo, com a transformação das suas aspirações no que toca à realização pessoal através da profissão. Não se limitando à satisfação das necessidades económicas, a profissão da mulher torna-se deste modo importante para o próprio *status* da família, o que faz com que diversos investigadores acreditem numa crescente cobiça dos homens, no momento da escolha do cônjuge, pelos recursos sócio-económicos das mulheres que exercem uma profissão, levando, neste sentido, à emergência de mais um padrão homogâmico, doravante assente nas características sócio-profissionais dos cônjuges (Oppenheimer, 1994; Davis, 1984)<sup>16</sup>.

Quanto aos recursos “culturais”, referindo-se usualmente ao capital cultural proporcionado pela via da escola e, assim, averiguados através do grau de escolaridade, a importância progressiva dos títulos escolares no próprio mercado de trabalho transforma a natureza do seu valor social. Capitalizável de uma forma mais *indirecta* por algumas mulheres que, sem o constrangimento material que as levem a exercer uma actividade profissional, permanecem fora do mercado de trabalho, é verdade que os títulos escolares podem nestes casos funcionar simplesmente como requisito, sintomático da detenção de capital cultural, de reafirmação de um *status*. Contudo, a escolaridade é capitalizável de forma *directa* entre aquelas que nela apostam para poderem vir a exercer profissões mais qualificadas e com carreira. De acordo com V. K. Oppenheimer (1994), a crescente entrada de mulheres no mercado de trabalho em diversas sociedades ocidentais e, sobretudo, a atitude apostada em alcançar títulos escolares com vista ao exercício de uma actividade profissional muito qualificada são supostas influenciar a escolha do cônjuge e os padrões matrimoniais, acentuando a homogamia respeitante aos recursos educacionais dos parceiros. Com efeito, alguns estudos demonstram, precisamente sustentando tal hipótese, que a homogamia escolar tende a acentuar-se sobretudo entre as camadas mais escolarizadas da população (Mare, 1991; Esteve e Cortina, 2006). Outros investigadores procuraram mesmo demonstrar que a própria escolaridade, enquanto indicador do “estatuto adquirido”, tende a impor-se como principal critério na escolha do cônjuge (Kalmijn, 1991).

Entretanto, nos contextos onde se observa um crescimento do peso da proximidade dos títulos escolares, os investigadores são por vezes tentados a transformar abusivamente as pistas

---

<sup>16</sup> Deve referir-se que, realizados em contextos onde prevalecia a forma de divisão familiar do trabalho profissional fortemente diferenciada - o modelo do homem ganha-pão - os trabalhos clássicos sobre a escolha do cônjuge avaliavam a homogamia a partir da comparação entre a situação sócio-profissional do elemento masculino do casal e a situação sócio-profissional do pai da mulher.

de interpretação em conclusões explicativas. No caso da homogamia escolar, a proximidade é suposta ser explicada pelo facto de os títulos escolares constituírem indicadores do grau de “semelhança cultural”, considerando-se mesmo sem justificação objectiva que tal “semelhança” se encontraria, de facto, entre as próprias “preferências” dos protagonistas da escolha do cônjuge com vista ao efectivo funcionamento da vida conjugal: “A semelhança de valores e de opiniões conduz à mútua confirmação dos comportamentos e pontos de vista de cada um dos cônjuges, a semelhança de gostos contribui na atracção porque alarga as oportunidades de participação conjunta em actividades, e a semelhança de conhecimentos cria uma base comum de conversação, reforçando o mútuo entendimento” (Kalmijn, 1998: 399). Com efeito, não deixa de ser comum a tentação em substituir aquilo que não pode ser senão uma pista de interpretação das crenças e das subjectividades dos protagonistas da escolha do cônjuge - crenças e subjectividades essas consubstanciadas nas *representações* que os agentes fazem acerca dos critérios intervenientes na escolha do cônjuge e que podem, ou não, entrar em contradição com os seus próprios *valores*, entre os quais porventura se encontra a escolha com base no amor - pela formulação de explicações sob forma de leis. Deste modo, não se estranha que um investigador possa ao mesmo tempo reconhecer que “os padrões matrimoniais nos revelam simplesmente que grupos interagem entre si (...), sem nos dizerem porquê”, e concluir que, “de uma forma mais geral, as pessoas preferem casar com alguém que tem recursos culturais semelhantes, porque isso lhes permite desenvolverem um estilo de vida comum no casamento, produzindo confirmação social e afectos” (Kalmijn, 1998: 400).<sup>17</sup>

Por outro lado, o acréscimo da homogamia escolar parece estar longe de ser uma tendência global, variando a sua evolução em função de cada país. Com efeito, pesquisas de âmbito internacional como a que foi levada a cabo por W. Ultee e R. Luijckx (1990) observaram tal acréscimo em apenas cinco dos dezoito países abrangidos pelo seu estudo. Por sua vez, J. Smits *et al.* (1998) procuraram explicar as variações entre sessenta e cinco países de acordo com factores de desenvolvimento económico e factores culturais, como a religião predominante. Estes investigadores observaram que, nos países mais industrializados, a homogamia escolar tende a atenuar-se entre aqueles onde predomina o Protestantismo. Esta observação contribui para sustentar o que designam de “hipótese do amor romântico”, ou seja, a hipótese de, “com a

---

<sup>17</sup> Afirmar que a “semelhança cultural” se encontra, de facto, entre as próprias “preferências” dos protagonistas da escolha do cônjuge é, com efeito, uma conclusão tão abusiva quanto está longe de se observar uma relação entre afinidades e a partilha de gostos comuns, por um lado, e o efectivo funcionamento da vida conjugal, por outro. Alguns estudos demonstram precisamente a ausência de uma associação entre a distância “cultural” entre os cônjuges e a probabilidade do divórcio. A. Boigeol e J. Commaille (1974) demonstraram que uma mulher pertencente aos “quadros médios” casada com um operário não se divorcia com mais frequência do que outra, casada com um homem pertencente à mesma categoria sócio-profissional que a sua. No mesmo sentido, também Kellerhals *et al.* (1985) demonstraram não existir uma relação linear entre heterogamia e divórcio.

industrialização, a educação se tornar menos importante na escolha do cônjuge, devido à atenuação da necessidade de uma escolha económica, bem como ao crescimento dos contactos com pessoas de diferentes grupos” (Smits *et al.*, 1998: 281). Ao invés dos países onde predomina o Catolicismo, a avançada industrialização dos países protestantes é suposta estar associada a uma atenuação na “ênfase dos valores tradicionais da família” e na “importância atribuída ao *status* na escolha do cônjuge”.

Deste modo, evocando novamente a esperança numa escolha livre de condicionalismos sociais partilhada por outros (ponto 1.1), Smits *et al.* (1998) concluem que a evolução da homogamia escolar é representada por uma curva em “U”, ou seja, que a proximidade dos recursos educacionais acentua-se no arranque e nas primeiras etapas da industrialização de um país para, posteriormente, vir a atenuar-se, dando lugar, de acordo com a “hipótese do amor-romântico”, a uma escolha livre desse tipo de critérios em virtude de terem decrescido quer “a necessidade de os pais controlarem a escolha do cônjuge”, quer “a capacidade para o fazerem”, quer ainda o fechamento no que toca ao “contacto entre pessoas de diferentes grupos de *status*” (1998: 267). Esta esperança de uma escolha livre assenta, afinal, na recuperação de um pressuposto sobre a privatização da vida familiar tão caro ao funcionalismo de Parsons quanto à tese da “família de companheirismo” de Burgess (1963/1945) - e cuja crítica lançada por Kellerhals (1989/1984: 24-28) já subscrevemos (ponto 1.2) -, pressuposto esse que se depreende claramente na hipótese avançada pelos investigadores.

O desenvolvimento de uma economia agrária no sentido de uma economia industrial tem sido acompanhado por uma mudança dos casamentos arrançados de acordo com os interesses das famílias para os casamentos por amor. A separação da casa e do trabalho reduz as funções económicas dos lares e reforça as suas funções emocionais. A legislação no que respeita à segurança social tem efeito semelhante. No contexto laboral, prevalece o ideal de produção eficiente, enquanto no contexto conjugal emergiu o ideal de amor romântico. Através de uma elevação do nível de vida, a racionalização da produção tornou possível o “luxo” do casamento por amor. Além disso, a fria eficiência da racionalização da produção tornou também mais necessário este tipo de casamento. Neste sentido, se se assume que, em certa medida, “o amor é cego”, então o crescimento de casamentos por amor nas sociedades industrializadas pode ter enfraquecido a associação entre os níveis educacionais dos cônjuges. (Smits *et al.*, 1998: 266-267)

De resto, realizados a uma escala nacional, outros trabalhos apresentam resultados que nem sempre vão no sentido das conclusões do estudo de Smits *et al.* (1998) no que toca à evolução da homogamia escolar, demonstrando que países do Primeiro Mundo onde predominam tanto a religião protestante como a religião católica - como é o caso dos Estados Unidos da América (Mare, 1991; Kalmijn 1991), da Alemanha (Blossfeld e Timm, 1997) ou da Holanda (Hendrickx, 1994<sup>18</sup>) - registam crescimentos da homogamia escolar, enquanto em países predominantemente católicos como a França (Vanderschelden, 2006) ou a Espanha (Esteve e

---

<sup>18</sup> Citado por Kalmijn, 1998.

Cortina, 2006), o peso da proximidade dos graus de escolaridade diminuí. Enfim, tal decréscimo observado nestes países católicos entra particularmente em contradição com as conclusões de Smits *et al.* (1998), de acordo com a quais o decréscimo da homogamia escolar é apanágio de países protestantes, como de facto acontece no caso da Noruega (Birkelund e Heldal, 2003).

De resto, os estudos que colocam a ênfase nas preferências e nos interesses individuais na explicação da homogamia partem de uma perspectiva sobre o conjunto dos “candidatos” entendido como um “mercado matrimonial”, conceito utilizado “metaforicamente” por um economista, G. Becker (1973), para se referir ao facto de a escolha do cônjuge ser, à semelhança de qualquer outro fenómeno numa dinâmica de mercado, um processo “altamente sistemático e estruturado”. Desta perspectiva resulta uma definição de *mercado matrimonial* cuja dinâmica, para recorrer à terminologia marxiana, deve mais às “coisas da lógica” do que à “lógica das coisas”, pelo que não se estranha a utilização de conceitos como “eficiência”, “preços-sombra” ou “maximização”, efectivamente demonstrativos de uma tentativa de redução dos processos da escolha do cônjuge ao funcionamento económico que é próprio de um mercado: “Um mercado matrimonial *eficiente* desenvolve *preços-sombra* no sentido de orientar os seus participantes para casamentos que *maximizam* o seu expectável bem-estar” (Becker, 1973: 81). No entanto, se não se reduzir tais processos ao funcionamento económico que é próprio dos mercados, nem tão-pouco a decisões racionais com base em interesses e preferências individuais, a perspectiva da escolha do cônjuge no contexto de um mercado matrimonial não perde pertinência, pois, no limite, existem sempre constrangimentos reais no que se refere aos candidatos disponíveis nesse mercado. Tal como vieram demonstrar os estudos que privilegiam uma *interpretação estrutural* da homogamia - acentuando, tal como verificaremos de seguida, a importância da natureza distributiva e morfológica da estrutura social - não deixa de ser verdade que, no limite, a escolha homogâmica está circunscrita ao volume da oferta de candidatos que ocupam a mesma posição no espaço social.

### 1.2.3 Homogamia, estrutura social e a ordem da interacção

Os estudos que privilegiam uma *interpretação estrutural* da homogamia colocam a ênfase nos efeitos que resultam da desigual distribuição dos agentes no espaço social sobre a escolha do cônjuge. Esta interpretação da homogamia acentua os efeitos internos e externos da estrutura social, na qual os indivíduos se distribuem e posicionam de forma desigual. Apesar do conjunto de transformações que nas últimas décadas atravessam as sociedades - como sejam a mobilidade geográfica e social, as migrações internas, a recomposição da estrutura sócio-

profissional, a crescente presença de mulheres no mercado de trabalho e concomitante alteração do modelo predominante da divisão familiar do trabalho, o prolongamento dos estudos ou o crescimento da coabitação pré-nupcial, da união de facto e do divórcio - a persistência da homogamia social como padrão matrimonial representa uma demonstração inegável de que *a rigidez da estrutura social é, em parte, o resultado dos mecanismos que presidem na escolha do cônjuge.*

É sobretudo no âmbito deste tipo de interpretação que encontramos os trabalhos de língua francesa, como começou por ser o caso do estudo pioneiro de A. Girard (1981/1964). Quando, no final da década de cinquenta, Girard analisou os efeitos das transformações da estrutura social na escolha do cônjuge, concluiu que, sem contrastar com a ideia de um passado caracterizado por uma escolha do cônjuge cercada de condicionalismos sociais, “as estruturas e os modos de vida social colocam em presença indivíduos oriundos do mesmo meio social” (1981/1964: 198). O facto de quase metade dos casais (45%) ser constituída por parceiros com origens sociais idênticas, e em dois terços (66%) o homem pertencer à mesma categoria sócio-profissional do pai da mulher, era suficientemente elucidativo de que a distância social permanece um obstáculo na escolha do cônjuge. Girard concluiu então que, enquanto fundação da própria família, o casamento está “na origem de efeitos selectivos que se opõem à igual repartição das oportunidades”<sup>19</sup>. Entretanto, os resultados de outros estudos levados a cabo posteriormente em França, como o de L. Roussel (1975), de A. Desrosières (1978), de C. Thélot (1982), de J.-C. Deville (1981) ou de P.-A. Audirac, (1982) não deixaram de confirmar que a escolha do cônjuge se restringe a fronteiras sociais bastante apertadas. No mesmo sentido, numa pesquisa sobre as dinâmicas conjugais e familiares levada a cabo na Suíça, Kellerhals *et al.* (1982) observaram também que, na maioria dos casais inquiridos (52%), os cônjuges pertenciam à mesma categoria sócio-profissional.

No que respeita à leitura da própria proporção da homogamia social, que invariavelmente difere nos diversos estudos, deve-se todavia fazer duas ressalvas. Em primeiro lugar, o significado das proporções *observadas* prende-se menos com o valor que representam no conjunto das uniões conjugais do que com a forte distância, sistematicamente demonstrada, que estes representam face às proporções *esperadas* (Girard, 1981/1964; Kellerhals *et al.*, 1982; Bozon e Héran, 1987; Widmer *et al.*, 2003; Vanderschelden, 2006). Ou seja, se atendendo aos casamentos homogâmicos expectáveis sem a interferência das posições sociais do homem e da mulher na escolha do cônjuge, a real proporção de uniões conjugais homogâmicas é muito significativa, esta revela-se então um padrão matrimonial. Em segundo lugar, se a proporção da

---

<sup>19</sup> Girard (1981/1964), prefácio à segunda edição, p. XXX.



homogamia "*restrita*" representa um padrão matrimonial, ainda assim este padrão não faz total justiça à real importância da proximidade social na escolha do cônjuge, porquanto numa perspectiva mais *alargada* do indicador de *proximidade sócio-profissional* revela-se efectivamente que a esmagadora maioria dos casamentos se concretiza entre indivíduos com posições muito próximas na estrutura sócio-profissional. Deste modo, para além do *padrão* de casamentos entre indivíduos pertencentes à mesma categoria sócio-profissional, trata-se sobretudo da observação sistemática de uma *tendência* para casar com alguém com uma posição próxima na estrutura sócio-profissional. A título de exemplo, um inquérito realizado há duas décadas a famílias suíças, quatro em cinco casamentos eram constituídos por indivíduos pertencentes à mesma categoria sócio-profissional ou a categorias vizinhas (Kellerhals *et al.*, 1982: 61), enquanto em França, dados relativos a 1999 revelam que se a homogamia sócio-profissional *restrita* representa quase um terço das uniões conjugais (Vanderschelden, 2006), a homogamia sócio-profissional *alargada* caracteriza dois em cada três casamentos (Vanderschelden, 2006a). Mais recentemente, outro inquérito a famílias suíças mostra que mais de metade (52%) das uniões conjugais são constituídas por parceiros com posições sócio-profissionais idênticas ou vizinhas (Widmer *et al.*, 2003: 56).

De referir que esta actualização dos dados sobre a homogamia vem novamente confrontar-nos, por sua vez, com a prudência que se impõe quando comparamos os resultados de estudos que, mesmo recorrendo a critérios semelhantes na construção do indicador sócio-profissional, utilizam uma classificação com diferentes agregações das categorias. Com efeito, a diferença de valores correspondentes à homogamia *restrita* (*homogamie stricte*) de um inquérito para o outro - uniões conjugais entre indivíduos pertencentes à mesma categoria sócio-profissional correspondiam, no inquérito suíço mais recente, a 24% dos casamentos (Widmer *et al.*, 2003) - poderíamos ser levados a presumir um decréscimo da homogamia na Suíça apenas num espaço de vinte anos. No entanto, esta diferença não autoriza tal conclusão, já que no primeiro inquérito a homogamia é avaliada a partir de um indicador sócio-profissional desagregado em cinco categorias<sup>20</sup>, enquanto na pesquisa mais recente alargam o nível de desagregação a sete categorias<sup>21</sup>. Aliás, é precisamente por esta razão que estes últimos investigadores não comparam os resultados de ambos os estudos e, de igual modo, "renunciam" a uma comparação com os resultados observados na década anterior por R. Levy *et al.* (1997).

---

<sup>20</sup> "Manœuvre du primaire et du secondaire + Ouvrier spécialisé + Manœuvre du tertiaire"; "Ouvrier qualifié + Employé qualifié"; "Petit indépendant du commerce, d'agriculture, de l'industrie"; "Cadre moyen non-universitaire"; "Cadre moyen universitaire + Cadre supérieur + Profession libérale" (Kellerhals *et al.*, 1982).

<sup>21</sup> "Non qualifié"; "Ouvrier qualifié"; "Employé qualifié"; "Petit indépendant"; "Intermédiaire"; "Cadre"; "Profession dirigeant" (Widmer *et al.*, 2003).

Esta prudência face à homogamia observada por estudos realizados em diferentes momentos aplica-se ainda com maior pertinência à comparação dos resultados obtidos através dos estudos realizados em diferentes países. Com efeito, não é seguramente válido proceder a comparações entre países sem que, entretanto, se levem a cabo pesquisas de carácter internacional - à semelhança, por exemplo, de alguns estudos realizados no âmbito da sociologia das classes e da estratificação social (Almeida *et al.*, 2006; Wright, 1997) - que, por um lado, partam de um consenso no que toca ao indicador sócio-profissional construído com base em critérios teóricos unívocos e, por outro, sejam criteriosos nas metodologias adoptadas, atendendo em particular às necessárias afinações na adaptação do questionário a cada país, com vista a assegurar comparações internacionais que sejam objectivas. De resto, estas alertas e ressalvas não invalidam, porém, os resultados dos estudos que privilegiam uma *interpretação estrutural* da homogamia social, que evidenciam *o peso sistematicamente muito significativo dos casamentos homogâmicos e, sobretudo, a prevalência da proximidade sócio-profissional na escolha do cônjuge*, prevalência essa que sobressai utilizando uma perspectiva mais *alargada* da homogamia.

No âmbito dos trabalhos que interpretam a homogamia sobretudo como uma causa e um efeito da desigual distribuição dos indivíduos na estrutura social é ainda privilegiada a análise quer das proximidades das origens sociais, quer dos obstáculos geográficos na escolha do cônjuge. De certa forma, em virtude da urbanização e concomitante crescimento da mobilidade residencial, o peso da proximidade geográfica tende geralmente a decrescer (Girard, 1981/1964; Bozon e Héran, 1987a). Neste cenário de atenuação progressiva dos obstáculos geográficos, Bozon e Héran recordam que a endogamia junto dos agricultores contrasta com a elevada "exogamia espacial" que é própria da categoria sócio-profissional dos "quadros"<sup>22</sup>. Se no que toca à homogamia geográfica, a pesquisa de Bozon e Héran apresenta resultados semelhantes aos do estudo de Girard, já no que toca ao peso das origens sociais, Bozon (1991) mostra-se mais cauteloso em extrapolar conclusões no sentido de um decréscimo da proximidade das origens sociais em compensação de um acréscimo da proximidade sócio-profissional (Kalmijn,

---

<sup>22</sup> "L'exogamie spatiale allait de pair avec l'urbanisation et la mobilité résidentielle. Sur cette toile de fond, les agriculteurs et les cadres représentaient deux extrêmes. Les agriculteurs qui résidaient plus que d'autres dans le canton ou la commune où ils étaient nés, avaient des occasions de rencontre limitées et pouvaient difficilement renouveler le réseau des partenaires potentiels. Pour rencontrer un futur conjoint, il leur fallait sortir de leur commune et déployer une stratégie de prospection active, à l'échelle d'un arrondissement rural (ce que le bal permit longtemps de faire). Inversement, les cadres se signalaient par une forte exogamie spatiale (leur conjoint provenant souvent d'un autre département que leur département de naissance), mais celle-ci n'était qu'une conséquence de leur mobilité résidentielle qui leur permettait de faire rencontres exogames sans avoir à le chercher. La tendance à trouver un conjoint dans la même commune ou dans les environs était surtout le fait des ouvriers : groupe social nombreux, ils avaient les probabilités les plus fortes de trouver l'âme sœur sans avoir à effectuer de long déplacement." (Bozon e Héran, 2006 : 16).

1991; Kellerhals *et al.*, 1982), constatando marcadas diferenças entre os estratos no que toca à homogamia de origens sociais, que de resto permanece muito vincada sobretudo nas “classes superiores”, nas “classes independentes tradicionais” e, ainda, junto do “operariado industrial pouco qualificado” (Bozon, 1991).

Resta referir que a observação dos condicionalismos sociais na escolha cômjuge nem por isso levou Girard (1981/1964) a escapar ao sentimento de esperança numa escolha livre. Com efeito, o facto de o movimento de individualização dos comportamentos estar associado a uma recusa da formalização da relação conjugal, de que foi sintomático o crescimento da coabitação sem casamento, levou Girard a sustentar a tese segundo a qual a coabitação questionaria a própria tendência homogâmica (Bozon e Héran, 2006). Ora, é possível vislumbrar aqui a contradição teórica consubstanciada numa confusão comum entre aquilo que é a alteração dos comportamentos no sentido da individualização, por um lado, e uma separação entre indivíduo e sociedade, por outro - ou seja, entre as aspirações dos indivíduos e os constrangimentos sócio-culturais - particularmente criticada por N. Elias (2004/1987). Ora, a verdade é que, tal como sublinham Bozon e Héran, a coabitação veio revelar-se apenas mais uma forma de entrada na vida conjugal – evidenciada pelo facto de a maioria dos casais coabitantes acabar, mais tarde ou mais cedo, por se casar -, pelo que não se estranha que, em lugar de se questionarem sobre as consequências da individualização dos comportamentos no padrão homogâmico, estes investigadores tenham, noutra sentido, concentrado a sua atenção sobre “o distanciamento entre, por um lado, uma liberalização e uma privatização dos hábitos cada vez mais óbvias e, por outro, a persistência silenciosa das atracções e das repulsas na escolha do cômjuge” (Bozon e Héran, 2006).

Em suma, ainda que nem sempre isentos de uma réstia de esperança face às alterações dos comportamentos matrimoniais no sentido de uma escolha do cômjuge liberta de condicionalismos sociais, os estudos que colocam a ênfase numa *interpretação estrutural* na explicação da homogamia social avançam, *grosso modo*, com duas pistas na análise do peso da proximidade social, pistas essas que, de seguida, passamos a expor.

#### *Das propriedades estruturais incorporadas ao peso do presente*

Em primeiro lugar, é sugerido que a consolidação das clivagens sociais para a qual a homogamia contribui assenta em mecanismos generativos da própria estrutura social, que é suposta actuar à escala individual sob a forma de uma estrutura internalizada, estando obviamente presentes tais mecanismos no processo de escolha do cômjuge sob a forma de

disposições incorporadas. Esta pista avançada no âmbito da *interpretação estrutural* da homogamia social é tanto mais plausível quanto a proximidade dos recursos escolares - o grau de escolaridade é vulgarmente utilizado como indicador de semelhança dos capitais culturais - acresce à própria proximidade das posições sócio-profissionais dos cônjuges. Com efeito, utilizando um indicador de cinco categorias, Girard observou que na França ainda muito rural da década de cinquenta, dois terços (66%) dos casamentos envolviam cônjuges com o mesmo grau de escolaridade, e que a tendência para casar com alguém com o mesmo grau de escolaridade se aplicava a todos os níveis de educação escolar. Utilizando o mesmo indicador de escolaridade, um recente estudo francês demonstra que a proporção da homogamia escolar tem vindo a diminuir desde a década de cinquenta neste país, caracterizando ainda assim mais de metade (54%) dos casamentos no final da década de noventa (Vanderschelden, 2006). Já na Suíça, Widmer *et al.* (2003) observaram que a proporção da homogamia escolar - 50% - tinha aumentado face à proporção de 44% observada no início da década de noventa por Levy *et al.* (1997). No que toca à proximidade dos títulos escolares, pese embora o contraste entre o decréscimo de uniões homogâmicas nas últimas décadas em França e o acréscimo da homogamia escolar na Suíça no espaço de uma década, as disparidades nas proporções observadas nestes diversos estudos não dão exactamente conta, ainda assim, da real prevalência do padrão de proximidade, padrão este apenas atestado, na verdade, pela distância que os valores da homogamia *observados* apresentam face aos valores que seriam *esperados* se a escolaridade não intervisse na escolha do cônjuge. Com efeito, todos estes trabalhos confirmam incessantemente que os casamentos homogâmicos observados representam cerca do dobro das uniões conjugais que se esperavam se a escolha do cônjuge fosse alheia à proximidade educacional.

No entanto, ainda que a observação sistemática de padrões matrimoniais assentes na proximidade dos recursos escolares - apesar de entre os diversos países se observarem diferenças ao nível das flutuações na própria evolução da homogamia escolar (ponto 1.2.2) - constitua uma pista indiciando a importância das categorias de percepção, de avaliação e de gosto, que sob a forma de disposições resultam da internalização da estrutura social nas escolhas individuais, o facto de a proximidade dos recursos escolares se tornar ainda mais decisiva nos meios mais escolarizados só vem corroborar tal interpretação. Que a proximidade cultural por via da escolaridade na escolha do cônjuge se acentua, em particular, nos níveis de escolaridade mais elevados têm-no frequentemente demonstrado os trabalhos realizados em diversos países (Mare, 1991; Esteve e Cortina, 2006; Widmer *et al.* 2003), dado este ao qual acresce o reforço da homogamia junto das categorias sócio-profissionais onde se incluem as

profissões mais exigentes em recursos qualificacionais (Bozon e Héran, 1987; Widmer *et al.*, 2003).

No plano socio-histórico, a hipótese de uma crescente inclinação para a semelhança cultural na escolha do cônjuge alicerça-se na tese da incorporação gradual de mecanismos de selecção do parceiro no quadro de um *processo civilizacional* que, segundo N. Elias (1990/1939), caracteriza os países do Ocidente desde a desintegração da sociedade feudal, processo esse que foi definido, entre outros aspectos, pela transformação simultânea das estruturas sociais e das estruturas psíquicas dos indivíduos. “São precisamente os medos”, sublinhou Elias, “que se referem à perda de prestígio distintivo (...) que mais se prestam à interiorização (...), que, através da maneira como cada um dos membros desses estratos [sociais] é educado, nele se enraízam e convertem em medos interiores, os quais o mantêm automaticamente coagido sob a pressão de um forte superego, independentemente de qualquer controlo por parte de outras pessoas.” (1990/1939: 262). Pode assim supor-se que este processo socio-histórico de internalização da estrutura social sob a forma de uma interiorização do “controlo dos medos e das pulsões” explique em grande parte que “a aversão pelos estilos de vida diferentes seja, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes” (Bourdieu, 1979: 60). Para Bourdieu, um tal repúdio da diferença social é produto do “habitus”, entendido por “sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de acções*” (Bourdieu, 1972: 178). Ora, da mesma forma que resulta em distanciamento social sob a forma de “aversão pelos estilos de vida diferentes”, o *habitus* também explica, defende Bourdieu, a “afinidade espontânea” que assegura a reprodução social por via do casamento homogâmico.

Como explicar a homogamia que, apesar de tudo, se observa? Existem certamente todas as técnicas sociais tendo em vista limitar o campo dos candidatos possíveis, através de uma espécie de protecção: excursões, bailes selectos, reuniões mundanas, etc.. Mas a maior garantia da homogamia e, assim, da reprodução social, é a afinidade espontânea (vivida como simpatia), que aproxima os agentes dotados de *habitus* ou de gostos semelhantes e, neste sentido, produtos de condições e de condicionamentos sociais semelhantes. E, com efeito, também o fechamento ligado à existência de grupos social e culturalmente homogêneos, como os grupos de discípulos (classes do [ensino] secundário, disciplinas das faculdades, etc.), que são hoje responsáveis por uma grande parte dos casamentos ou das uniões, e que devem muito, eles próprios, ao efeito da afinidade dos *habitus* (sobretudo nas operações de mútua escolha e de selecção). Em *La distinction*, demonstrei amplamente que o amor pode também ser descrito como uma forma de *amor fati*: amar é sempre um pouco amar no outro uma outra realização do seu próprio destino social. (Bourdieu, 1987: 88)

O conceito de *habitus* pressupõe, deste modo, a ampliação das potencialidades heurísticas da teoria da prática, de acordo com a qual os diversos grupos sociais elaboram “estratégias” no sentido da conservação ou do incremento da sua posição e/ou património. Entre a diversidade de configurações que essas estratégias podem assumir, as *estratégias matrimoniais* são, para

Bourdieu (1972a), elucidativas do papel central que a família ocupa na reprodução das classes sociais, mas ambos os conceitos têm sido alvo de críticas diversas. Por um lado, a verdade é que, pese embora a sua pertinência em determinados contextos, como é o caso dos meios agrícolas, onde o casamento vem colocar directamente em questão a reprodução do património familiar, o conceito de *estratégias matrimoniais* demonstra limitações quando aplicado à maioria dos estratos em sociedades onde os sistemas e as estruturas sociais tendem a transformar-se no sentido de uma complexificação crescente. Deste modo, em virtude de tal complexificação e, em particular, da dissipação do mundo rural, o recurso ao conceito de *estratégias matrimoniais* vai perdendo pertinência num país como Portugal, onde “a história dos últimos 40 anos e das profundas transformações ocorridas no quadro da família e do casamento, é exactamente a demonstração do crescimento dos sectores sociais em que essas lógicas [de reprodução do património] menos se aplicam.” (Torres, 2001: 76).

Por outro lado, também o conceito de *habitus* tem estado envolto em controvérsias, às quais não é alheia a sua aplicação na *interpretação estrutural* da homogamia social. É sabido que Bourdieu defende que “as apostas na escolaridade desempenham o papel do capital escolar, resultante das estratégias educativas, porquanto permitem um melhor posicionamento no mercado matrimonial” (Singly, 1992: 154). E, com efeito, não deixa de ser verdade que o meio social de origem condiciona fortemente a aposta na escolaridade, condicionamento este que, sem dúvida, indicia estratégias de reprodução social consubstanciadas numa reconversão dos recursos económicos em títulos escolares (Benavente *et al.*, 1994). Por outras palavras, a complexificação das próprias estratégias de reprodução são um sintoma dos modos de reacção e adaptação das famílias à transformação dos sistemas sociais. A título de exemplo, numa pesquisa realizada em meio rural, J. M. Pinto verificou que a posse de recursos educacionais veio, de facto, alterar os padrões de comportamento no que respeita à escolha do cônjuge, confrontando “o peso que os determinismos sociais ligados à propriedade fundiária assumem na definição das *estratégias matrimoniais* da burguesia agrária local com os factores que, relevando já sobretudo de um jogo de ‘afinidades culturais’ que a detenção de títulos escolares normalmente traduz e garante, influenciam as inclinações conjugais da nova pequena-burguesia”. (1985: 357).

Contudo, Bourdieu (1972) insiste numa ideia de consistência no que toca à internalização da estrutura social, ideia essa bastante evidente na própria concepção do *habitus* enquanto “sistema de disposições” que são refractárias, precisamente, em virtude da sua natureza “sistémica”, resistindo ao tempo - “duráveis” - e à mobilidade entre contextos - “transponíveis”. Da sua proposta teórica resulta então essencialmente uma concepção apriorística da estrutura

internalizada, que não contempla a possibilidade de, em lugar da consistência das disposições que é própria de um “sistema”, os agentes incorporarem disposições “plurais”, quando não “dissonantes” ou mesmo “contraditórias”, (Lahire, 2003/1998). O que leva precisamente alguns dos seus críticos a defender que “o grau e o tipo de sistematicidade das relações entre disposições deveriam constituir um problema analítico, não um *a priori* conceptual” (Pires, 2007: 38), ou seja, questionando-se se, “mais do que supor a existência de um processo sociocognitivo como o da ‘transferibilidade’ (ou ‘transponibilidade’) das disposições, não seria melhor trabalhar esta questão em pesquisas empíricas que visassem *comparar sistematicamente* as disposições sociais postas em prática segundo o contexto de acção (domínios de práticas, esferas de actividade, microcontextos, tipos de interacção...) considerado?” (Lahire, 2005: 13)<sup>23</sup>. Por outro lado, desta concepção apriorística da estrutura internalizada resulta um “peso” atribuído ao passado que subestima e, deste modo, obscurece o peso do presente e da ordem da interacção nas escolhas do agentes, quando estes factores são, na realidade, tanto mais decisivos quanto maior a “pluralidade” e a “dissonância” das disposições incorporadas.

O “presente” tem, portanto, tanto mais peso na explicação dos comportamentos, das práticas ou das condutas, quanto os actores são plurais. Quando estes foram socializados em condições particularmente homogéneas e coerentes, a sua reacção às novas situações pode ser previsível. Em comparação, quanto mais os actores forem o produto de formas de vida sociais heterogéneas, e até contraditórias, mais a lógica da situação presente desempenha um papel central na reacção de uma parte das experiências passadas incorporadas. O passado está, por isso, “aberto” diferentemente, conforme a natureza e a configuração da situação presente. (Lahire, 2003/1998: 66-67)

Afinal, a probabilidade de o passado se impor sem “abertura” às configurações que o presente e a interacção social podem assumir reduzem-se aos casos em que os indivíduos não estiveram expostos a socializações plurais, inconsistentes e/ou contraditórias, sendo por isso “necessário”, de acordo com Pires, “considerar o habitus como um caso particular, extremo, no *continuum* das possibilidades de sistematicidade das relações entre disposições” (2007: 38).

#### *As características relacionais e morfológicas dos locais de encontro*

Em segundo lugar, são também alguns dos trabalhos que privilegiam uma *interpretação estrutural* da homogamia a dar assim ênfase ao presente e à ordem da interacção na análise da escolha do cônjuge, concluindo que a consolidação das clivagens sociais através do casamento homogâmico não é alheia ao “facto de os indivíduos serem colocados em contextos (escolas,

---

<sup>23</sup> Do questionamento deste aspecto da teoria bourdiana nasce então uma pergunta elementar que, para B. Lahire, só poder ser respondida com a pesquisa à escala individual: “Como é que as múltiplas disposições incorporadas, que não formam necessariamente um “sistema” coerente e harmonioso, se organizam ou se articulam?” (2005: 17).

fábricas, bairros, certos lugares de lazer, etc.) onde é forte a *probabilidade* de encontrar uma pessoa cuja identidade social é próxima da sua"<sup>24</sup> (Kellerhals, 1989/1984: 26). Esta componente "probabilística" da interpretação estrutural da homogamia tem sido bastante privilegiada desde o trabalho pioneiro de Girard (1981/1964), que atribuiu especial importância aos locais de encontro, na medida em que funcionam, consoante a sua morfologia e as suas características relacionais, como mediações entre as posições sociais dos agentes e a tendência para o casamento homogâmico. Apesar de o encontro não prescindir do próprio contexto de interacção social, poderíamos ser levados a questionar sobre a pertinência de insistir na importância da ordem da interacção invocando que as sociedades envolvem cada vez mais, como recorda A. F. da Costa, "articulações estruturais e domínios sistémicos de ordem diferente da interaccional - estruturas e sistemas que apresentam complexidade crescente e âmbito cada vez mais vasto", mas se pensarmos melhor e de acordo com este sociólogo, tal desenvolvimento "não eliminou a ordem da interacção, nem lhe diminuiu a importância enquanto co-determinante da acção. Pelo contrário, esta importância pode mesmo ter-se acentuado, atendendo à intensificação da reflexividade, à diversificação dos contextos e situações, à multiplicação de interlocutores" (2003: 122).

Compreende-se, portanto, que a análise das circunstâncias em que os cônjuges se conheceram seja privilegiada no estudo da escolha do cônjuge, uma vez que é plausível que essa diversificação crescente dos contextos de interacção - indissociável da complexificação dos sistemas sociais - e, assim, a proliferação dos locais de encontro contribuam para uma individualização da escolha, resultando *grosso modo* na proeminência da proximidade das posições ocupadas na estrutura sócio-profissional face à proximidade das origens sociais (Kellerhals *et al.*, 1982; Kalmijn, 1991). Com efeito, na França ainda fortemente agrícola que Girard (1981/1964) estudou, três quartos dos casais - formados entre 1914 e 1929 - tinham-se conhecido no contexto da vizinhança, do local de trabalho, num baile ou em casa de amigos. Este conjunto de locais e circunstâncias que, então, representava os contextos de interacção onde a maior parte dos indivíduos tinha conhecido o seu parceiro conjugal decresceu fortemente nas últimas décadas, em boa parte explicando que a endogamia e a homogamia de origens sociais e geográficas tenha perdido expressão enquanto padrão matrimonial.

Quando Bozon e Héran (1987; 1988; 1990) actualizaram o trabalho de Girard (1981/1964), constataram que essas circunstâncias só estavam na origem de cerca de um terço dos casamentos, diversificando-se os encontros por locais públicos, associações desportivas ou recreativas, locais de férias, locais de ensino como a escola ou a faculdade, e enfim a frequência

---

<sup>24</sup> Itálico nosso.



de espectáculos ou outro tipo de eventos “culturais” (1987: 948-949)<sup>25</sup>. Confrontados com a persistência dos padrões homogâmicos, Bozon e Héran (1987; 1988) concentraram-se então em analisar a evolução dos locais de encontro e a sua relação com a distribuição dos indivíduos na estrutura social, assumindo, no entanto, uma perspectiva na conceptualização da escolha do cônjuge que articula os efeitos da estrutura social - simultaneamente entendida como conjunto de constrangimentos externos, sob a forma de propriedades morfológicas e relacionais emergentes na interacção social, e de mecanismos generativos internalizados nos agentes sob a forma de “disposições inconscientes” - com as “perspectivas estratégicas” dos parceiros, levando sobretudo em linha de conta a diferença sexual (ponto 1.2.4) no que toca às preferências individuais.

O declínio dos encontros no baile ou na vizinhança prende-se *grosso modo* com o esvaecimento do mundo rural, embora não seja objectivo afirmar que tanto as relações de vizinhança como os contextos de bairro, ainda que sujeitem menos os indivíduos ao controlo social local, tenham deixado de contribuir de forma decisiva nos próprios “estilos de vida urbanos”<sup>26</sup>. Assim, por um lado, o baile vai cada vez mais sendo um local de encontro privilegiado pelo operariado industrial, apesar de alguns trabalhos terem colocado a hipótese de o crescimento do êxodo rural e da dissipação do interconhecimento aldeão ser compensado com “o recurso a um mercado [matrimonial] mais alargado, recrutando-se [cônjuges] à escala dos arredores ou da região” (Bozon e Héran, 1987: 953). Por outro lado, as relações de vizinhança, associadas aos meios rurais ou aos estratos urbanos menos favorecidos, vão entrando em declínio à medida que proliferam os casamentos em que os cônjuges se conheceram em locais públicos. Os encontros nos locais públicos são, de acordo com a própria observação dos investigadores, todos aqueles em que não é “mencionado” o olhar vigilante da vizinhança, da

---

<sup>25</sup> Deve referir-se que, ao adoptar uma perspectiva teórica bastante mais abrangente e complexa, designadamente contemplando os efeitos da estrutura internalizada sob a forma de propriedades objectivadas e incorporadas na escolha dos cônjuges, Bozon e Héran (1987, 1988, 1990) evitam a conclusão de Girard, que relativiza o próprio termo de “escolha” para, pelo contrário, privilegiar uma explicação estruturalista de pendor morfológico da homogamia: “A liberdade do indivíduo permanece encerrada por todo o lado, hoje como no passado, numa *rede estreita de probabilidades e determinismos que conduzem menos a escolher do que a encontrar um cônjuge* que lhe seja tão próximo quanto possível” (Girard (1981/1964). Itálicos nossos.

<sup>26</sup> O estudo de Crow *et al.* (2002) realizado numa pequena vila de 6000 habitantes no sul do Reino Unido, à qual atribuíram o pseudónimo de “Steeptown”, vem precisamente contribuir para desconstruir eventuais preconceitos acerca das relações de vizinhança em contexto urbano. Assumindo que “contemporary neighbourliness is distinct from the compulsory solidarity”, os investigadores observam que “respect for the privacy of neighbours’ domestic lives did not prohibit meaningful ties between neighbours, and indeed can be interpreted as being a necessary part of the ‘friendly distance’ that characterizes these relationships” (2002: 141). Por outro lado, consideram que se “it is possible to interpret ‘busybodies’ as the product of encapsulated communities where people are forced together, while privatized ‘nobodies’ emerge from fragmented communities in which there is nothing to hold people together”, alertam para “the outcome of situations like that in Steeptown where neither encapsulation nor fragmentation prevails. People are not forced into dependency on their neighbours, but nor do they behave like Beck’s ‘single individual’ (...) who eschews enduring commitments to others” (Crow *et al.*, 2002: 142).

comunidade ou, mais ainda, das relações familiares, como sejam “os encontros na rua, na cidade, no bairro, no café, no centro comercial, no hospital”, etc. (Bozon e Héran, 1987: 956). Na verdade, foram sobretudo o baile e a vizinhança os principais locais de encontro que decaíram de forma expressiva com o paulatino desaparecimento do mundo agrícola e o crescimento da mobilidade geográfica e social. Neste sentido, vão proliferando não apenas os encontros mais próprios das áreas urbanas, como sejam os encontros em locais públicos, sobretudo associados aos estratos menos favorecidos, mas também os encontros em *boîtes* ou discotecas ou em contextos de sociabilidade mais “privados”, como as reuniões ou as festas em casa de amigos, ou simplesmente em lugares mais “reservados” como os locais de férias, os locais de lazer, todo o tipo de eventos ligados à “cultura” ou as associações desportivas, recreativas ou culturais.

Bozon e Héran (1987; 1988) revelam o papel de mediação que os locais de encontro desempenham na escolha homogâmica, ainda que, segundo alertam, a lógica social que se entrevê na multiplicidade de locais e circunstâncias de encontro não deva iludir acerca da existência de um efeito mecânico da proximidade social. *Grosso modo*, estes investigadores distinguem os locais mais abertos - como os locais públicos ou os espaços cuja abertura vai de par com o olhar vigilante do colectivo de pertença - associados aos estratos menos favorecidos, das circunstâncias mais “reservadas”, privilegiadas pelo meios mais favorecidos, embora entre estes estratos, os grupos mais dotados de capital económico privilegiem sobretudo as circunstâncias mais “privadas”, enquanto os grupos mais dotados em capital cultural se inclinam para os encontros em locais simplesmente mais “reservados”. Neste sentido, recusam-se utilizar o conceito bourdiano de *estratégias matrimoniais*, através do qual se evidenciam “formas de sociabilidade muito diversas de uma categoria social para outra” (Bozon e Héran, 1988: 124), revelando assim o funcionamento dos contextos da interacção como mecanismo interveniente entre a desigual distribuição dos agentes na estrutura social e a escolha do cônjuge. Ainda que não “necessariamente orientadas por considerações matrimoniais”, as estratégias de sociabilidade têm em vista “reservar o acesso de um local aos seus semelhantes (ainda que este resultado se obtenha pela fuga dos locais frequentados pelos *outros* através de uma escolha positiva)” (Bozon e Héran, 1988: 144)<sup>27</sup>. Ao contribuir para explicar a inclinação prevalecente para a proximidade social no casal, a própria diferenciação social dos contextos de interacção não só indicia a diversidade de estratégias de sociabilidade como reforça a tese de Lahire (2003/1998) sobre o “peso do presente” na explicação dos comportamentos, neste caso aplicados à escolha do cônjuge. Com efeito, se o peso do passado fosse tão decisivo nos comportamentos individuais, como era suposto na teoria da prática de Bourdieu, e se então o

---

<sup>27</sup> Itálico nosso.

presente e a ordem da interacção fossem alheios às acções e às escolhas - ou tivessem quando muito consequência de nível micro (Mouzelis, 1995) - como explicar a própria diferenciação social dos contextos de interacção e, assim, a “preocupação” dos grupos sociais em elaborar, como sugerem Bozon e Héran (1988), “estratégias de sociabilidade”?

A oposição principal entre locais públicos e *locais reservados*, acrescida da oposição secundária entre locais reservados e locais privados, tende a segmentar o mercado matrimonial sem que se observe necessariamente estratégias matrimoniais: uma parte considerável da selecção realiza-se logo à partida através das *estratégias de sociabilidade* mais abrangentes, em particular as estratégias pelas quais as classes superiores evitam a abertura, os *locais abertos* ou todas as circunstâncias em que o indivíduo, devido ao grande número de intervenientes, pode amiúde deixar ao acaso a gestão dos encontros. (...) Seria sem dúvida falacioso sustentar que os meios populares, pelo contrário, ignoram qualquer forma de sociabilidade selectiva. (...) Se os meios populares são os únicos a fazer um uso matrimonial de espaços formalmente abertos a todos, tal é devido à deserção das classes mais elevadas, que afinal lhes deixam o campo livre. Neste sentido, os meios populares não têm qualquer necessidade de colocar entraves à entrada no círculo em que se processa a escolha. (Bozon e Héran, 1988: 127-128)<sup>28</sup>

Por outro lado, o peso do presente e, em particular, da ordem da interacção não pode de igual modo ser diminuído por qualquer perspectiva que reduza a diversidade dos contextos da interacção a propriedades morfológicas emergentes da estrutura social, como numa leitura mais desatenta poderia sugerir a própria constatação de regularidades entre grupos sociais e locais de encontro, como se observa no trabalho de Bozon e Héran (1988). Se existem, na realidade, tais associações entre grupos sociais e contextos da interacção, não é menos verdade que essas não só apenas traduzem tendências como, sobretudo, resta sempre à própria ordem da interacção as lógicas que lhe são próprias, lógicas essas que reconfiguram os efeitos da estrutura social que nela emergem, precisamente ao contrário do que levaria a supor “uma análise apenas situacional e sincrónica dos fenómenos sociais” (Costa, 1999: 297). Se assim não fosse, não ficariam os locais e as circunstâncias do encontro apenas reduzidos à explicação dos casamentos homogâmicos?

Deste modo, se os contextos mais urbanos acima mencionados contribuem na explicação de que a importância da proximidade das origens sociais e geográficas tendam, cada vez mais, a ser compensadas pela proximidade das posições sócio-profissionais dos cônjuges (Kellerhals *et al.*, 1982; Kalmijn, 1991), também o local de trabalho contribui para a homogamia sócio-profissional proporcionando encontros entre indivíduos profissionalmente próximos, enquanto os estabelecimentos de ensino (escolas, liceus, faculdades) - cuja especificidade morfológica cria, à partida grupos de discípulos em classes escolares - estão na origem de boa parte das uniões conjugais entre indivíduos com o mesmo grau de escolaridade (Bozon e Héran, 1987, 1988; Kalmijn, 2001). Todavia, estes contextos não fornecem apenas pistas na explicação de inclinações genéricas para as proximidades profissional e educacional entre os cônjuges, mas

---

<sup>28</sup> Itálicos nossos.

sugerem outro tipo de proximidades e distâncias que só são explicadas à luz de uma perspectiva da homogamia que contemple o impacto que as diferenças entre os homens e as mulheres produzem na escolha do cônjuge.

#### 1.2.4 O peso da diferença sexual

O crescimento do número de encontros no local de trabalho e em locais de ensino é, em certa medida, consequência de algumas transformações que caracterizam as últimas décadas, como sejam, respectivamente, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e concomitante feminização de determinados segmentos profissionais, bem como o crescimento do divórcio, por um lado, e o movimento de escolarização e o prolongamento dos estudos, por outro. A análise mais detalhada dos locais de encontro veio efectivamente evidenciar ainda mais a necessidade de introduzir as diferenças entre homens e mulheres na análise da escolha do cônjuge, necessidade essa para a qual Singly (1987) alertou ao avançar com uma “teoria crítica da homogamia”, na qual acusava o facto de a maioria dos estudos omitir as assimetrias de género presentes no momento da formação do casal. Esta última perspectiva que, sem entrar em contradição com as diversas pistas de interpretação da homogamia social anteriormente expostas, sublinha assim a necessidade de introduzir uma *interpretação do género*.

Com efeito, ora através das “estratégias de sociabilidade”, ora através das propriedades estruturais emergentes sob a forma de categorias de percepção ou disposições, a proximidade social não intervém na escolha do cônjuge sem ser refractada pelas diferenças entre homens e mulheres, uma vez que, se esta escolha envolve uma troca de interesses - tal como sublinham os trabalhos que privilegiam uma *interpretação económica* da homogamia social (ponto 1.2.2) - importa desde logo esclarecer que esses interesses são necessariamente sexuados, uma vez que as uniões conjugais são, na sua grande maioria, heterossexuais. “No encontro de um cônjuge”, precisam Bozon e Héran, “os indivíduos levam a cabo procedimentos de classificação e de avaliação análogos àqueles que utilizam noutras escolhas na sua vida, como a escolha de um bairro para habitar ou a escolha dos lazeres, ainda que a formação dos casais não seja, contudo, uma escolha como as outras, pois envolve homens e mulheres que, em virtude das suas ‘diferenças de capitais’ [parafraseado Singly (1987)], não utilizam as mesmas categorias para avaliar o outro sexo” (2006: 18).

Na análise da escolha do cônjuge, importa então ter em conta, em primeiro lugar, que homens e mulheres não se distribuem de igual modo na estrutura sócio-profissional, o que leva necessariamente a questionar se grande parte dos casamentos entre homens e mulheres

pertencentes a categorias sócio-profissionais próximas, mas que caem fora da designada homogamia sócio-profissional *restrita*, não é afinal explicada por um efeito estrutural distributivo da própria diferença sexual. Em segundo lugar, da mesma forma que os casos de “heterogamia estrutural” são devidos às desigualdades profissionais entre homens e mulheres (Bozon e Héran, 2006), a hipergamia - ou seja, “o facto de uma mulher se casar com alguém cujo estatuto é *um pouco superior ao seu*” (Kellerhals, 1989/1984: 26) - frequentemente observada nalguns segmentos intermédios é, sem dúvida, um sintoma de que os interesses envolvidos na escolha do cônjuge não são alheios à diferença sexual. Por último, estando longe de emergir entre os interesses envolvidos na escolha do cônjuge, tal como acontece quando há intervenção directa dos pais, da família ou de um colectivo de pertença, a homogamia não pode ser analisada enquanto resultado da intenção dos indivíduos, mas como “norma social” que, segundo Bozon e Héran, “se reparte em múltiplas normas intermediárias apoiadas num conjunto de atributos físicos e sociais, como a altura, a aparência corporal, o ‘carácter’ construído por uma série de provas significativas, as promessas de excelência social atestadas pelo diploma, as garantias de acessibilidade social, a necessidade de ser tomado em conta e consideração pelo outro, e assim por diante” (2006: 12-13). É neste sentido que a escolha do cônjuge e, designadamente, a inclinação homogâmica não são alheias à diferença sexual evidenciada por essa regularidade estatística que é a própria inclinação para a diferença de idades a favor do homem, mas de igual modo por todo um conjunto de preferências que, referindo-se ora aos atributos do parceiro, ora às qualidades da parceira, não deixam enfim de ser atravessadas pela diferença sexual.

#### *Diferença sexual e distribuição na estrutura sócio-profissional*

Uma primeira *interpretação do género* aplicada à escolha do cônjuge prende-se com a explicação da formação do casal enquanto consequência da desigual distribuição dos homens e das mulheres na estrutura social. Tal como acontece com a *interpretação comunitária* da homogamia, sobretudo apanágio dos estudos sobre casamentos interraciais (ponto 1.2.1), o impacto dos efeitos da distribuição dos sexos na estrutura social na escolha do cônjuge tem sido mais frequentemente objecto dos estudos sobre uniões conjugais entre homens e mulheres de raças ou etnias diferentes, cujos resultados demonstram incessantemente que os homens de raça negra casam mais com mulheres de raça branca do que o inverso (Kalmijn, 1993). Nestes trabalhos, as explicações da diferença no que toca aos casamentos interraciais combinam usualmente uma *interpretação económica* da homogamia social (ponto 1.2.2) com a *interpretação do género*, sendo comum explicar-se o facto de os casamentos interraciais serem

sobretudo protagonizados por homens negros e mulheres brancas pelo facto de apenas uma “minoría de homens ser capaz de compensar o seu reduzido prestígio étnico oferecendo às mulheres brancas um estatuto ocupacional ou um ordenado elevados” (Kalmijn, 1998: 412).

Já no que toca às pesquisas sobre a escolha do cônjuge e homogamia, a hipergamia social observa-se desde logo no plano educacional. O trabalho de Girard começou por revelar que, se dois terços dos casamentos se realizavam entre homens e mulheres com o mesmo grau de escolaridade, em mais de dois em cada dez casais o homem era mais escolarizado do que a mulher, uma proporção quase duas vezes superior à dos casamentos hipogâmicos, ou seja, à das uniões em que a mulher era mais escolarizada do que o homem, mas à data deste inquérito francês (1959) eram óbvias e, aliás, sistemáticas as assimetrias entre os sexos no plano dos recursos escolares: “o nível de instrução dos homens”, sublinhava o investigador, “é sempre mais elevado do que o das mulheres” (1981/1964: 80). A presença de um padrão hipergâmico no que toca à escolaridade dos cônjuges foi, de igual modo, constatada nos Estados Unidos da América (Mare, 1991; Kalmijn, 1994), mas também neste país as assimetrias sexuais no que toca à posse de recursos escolares contrariam as perspectivas de senso comum, que “geralmente interpretam a [reduzida] hipogamia como uma relutância da parte dos homens para casar com mulheres de elevado estatuto” (Kalmijn, 1998). Com efeito, a pesquisa R. D. Mare (1991) procura demonstrar que o padrão hipergâmico resulta menos de uma inclinação das mulheres para casar com um homem mais escolarizado, do que de um efeito estrutural da desigualdade ao nível do capital cultural sob a forma de títulos escolares, sendo de prever que, a partir do momento em que as mulheres prolongarem os seus estudos tanto quanto os homens, mais os estabelecimentos de ensino e, designadamente, a universidade, com a sua inerente característica de segregação por níveis de escolaridade, poderão proporcionar encontros e, assim, casamentos homogâmicos. Este resultado no plano educacional vem então corroborar a prevalência da proximidade social na escolha do cônjuge, proximidade essa para a qual também apontam os resultados respeitantes à própria hipergamia sócio-profissional.

Na verdade, Bozon (1991) sublinhava que, na França dos anos oitenta, o padrão hipergâmico observado nalgumas categorias sociais - os homens “quadros” casavam mais com mulheres das “profissões intermediárias”, e os homens da “profissões intermediárias” casavam mais com “empregadas”, ainda que a maioria destas casasse com “operários” - não era necessariamente o produto de uma estratégia feminina de mobilidade ascendente, mas sem dúvida que resultava da forte presença de mulheres na categoria das “empregadas” e da sua fraca representação entre os “quadros”. De resto, no que toca à escolha do cônjuge, os efeitos estruturais da diferença sexual têm perdurado, como confirma um inquérito realizado em 1999 naquele país, não apenas

observando que quase um quinto da totalidade de casamentos é composta por uma “empregada” e um “operário”, mas também confirmando os padrões hipergâmicos já observados no inquérito anterior.

Apesar de uma larga participação no mercado de trabalho, em particular em profissões onde a presença feminina foi, durante muito tempo pouco, reduzida, as mulheres não ocupam os mesmos empregos que os homens. Este desequilíbrio tem um forte impacto sobre a composição dos casais: 9% dos casais são constituídos por um homem que exerce (ou que exerceu antes de deixar a sua actividade) uma profissão intermediária, categoria maioritariamente masculina, e por uma mulher empregada ou ex-empregada, enquanto que a situação inversa representa apenas 2% dos casais (...). Esta desproporção é ainda mais nítida no caso dos quadros: os casais em que a mulher é quadro e o homem exerce uma profissão intermediária são quatro vezes menos numerosos do que os casais constituídos por um homem quadro e uma mulher com uma profissão intermediária (1% contra 4%). (Vanderschelden, 2006: 34-35)

Assim, uma vez que a maior parte dos casamentos hipergâmicos traduz uma relativa proximidade social e uma grande parte das uniões revela a persistência da heterogamia horizontal como resultante da diferença sexual no plano da distribuição na estrutura profissional, o padrão homogâmico sugere claramente, nesta perspectiva *alargada*, o papel do casamento numa “dupla” reprodução das “relações entre classes sociais” e das “relações entre os sexos” (Singly, 1997/1987). Mas, ainda que a hipergamia, como regularidade estatística, possa traduzir os efeitos estruturais da diferença sexual, autores como Singly (1987) têm insistido na insuficiência deste tipo abordagem, que não contempla, de facto, a necessidade de analisar sobretudo a escolha do cônjuge enquanto troca de “interesses” forçosamente sexuados.

#### *Os interesses dos homens e os interesses das mulheres*

Para além dos efeitos estruturais da própria distribuição dos homens e das mulheres no mercado de trabalho sobre o mercado matrimonial, afinal quase sempre traduzida numa proximidade social relativa, ora sob a forma da hipergamia, ora sob a forma da heterogamia horizontal ou “estrutural”, os investigadores que alertam para a necessidade de uma *interpretação do género* da homogamia social sublinham ainda os factores que, inerentes às relações sociais de sexo, emergem sob a forma de “interesses” na escolha do cônjuge. Deste modo, os “pequenos anúncios matrimoniais redigidos pelos próprios indivíduos” constituem para Singly (1987; 1997/1987) fontes esclarecedoras acerca da diferença sexual no que toca aos “interesses” envolvidos na escolha do cônjuge, enquanto um inquérito representativo da sociedade francesa da década de oitenta (1983-1984), bem como mais de cem entrevistas qualitativas realizadas junto de alguns dos inquiridos permitiram a Bozon (1990; 1990a) revelar as divergências entre homens e mulheres que actuam na formação do casal, divergências essas traduzidas nalgumas regularidades estatísticas, como sejam a diferença de idades (Bozon, 1990; 1990a;

Vanderschelden, 2006b) ou de estaturas físicas (Herpin, 2003) no casal, mais frequentemente a favor do homem.

Entendendo por escolha do cônjuge um “processo de avaliação recíproca”, não no sentido racionalista e utilitarista explícito nos trabalhos que privilegiam uma *interpretação económica* da homogamia social (ponto 1.2.2), mas como processo no decurso do qual “cada parceiro procura, *consciente ou inconscientemente*, actualizar tanto quanto possível o seu valor, jogando com todos os seus capitais”<sup>29</sup>, Singly sublinha a necessidade de reconhecer, “perante a observação de uma aliança desequilibrada entre um homem e uma mulher, a impossibilidade de saber se se trata realmente de um bom casamento para um dos parceiros ou se, pelo contrário, houve um capital que ficou esquecido” (1987: 192). Recordando a proporção elevada de casamentos heterogâmicos - ou seja, uniões conjugais em que os cônjuges não pertencem à mesma categoria sócio-profissional - Singly acusa a maioria dos trabalhos que privilegiam uma *interpretação estrutural* sem qualquer distanciamento crítico face à perspectiva bourdiana das “estratégias de reprodução” e que subestimam “a gestão desigual dos actores face ao seu destino e, neste sentido, a improvável existência de bons casamentos”, no pressuposto de “que os instrumentos estratégicos à disposição dos actores sociais são perfeitamente fiáveis” e, sobretudo, de que “todos os indivíduos interiorizaram os objectivos da luta para a defesa do seu estatuto social” (1987: 192). Este investigador sustenta então que o desafio sociológico reside na análise dos “mecanismos através dos quais uma pessoa é julgada como digna de se tornar o cônjuge de outra” (1987: 192), constatando através de uma pesquisa dos anúncios colocados em jornais que “o desejo de encontrar um equivalente matrimonial não implica uma ausência de diferenciação entre sexos” (1997/1987: 27), o que considera explicar a elevada heterogamia “para um dado nível de capital, uma vez que a definição da identidade masculina e da identidade feminina diferem socialmente” (1987: 198).

Por um lado, a *interpretação do género* que Singly retira da própria homogamia social acrescenta às conclusões dos trabalhos que privilegiam uma *interpretação estrutural* o impacto da diferença entre homens e mulheres no plano dos interesses na escolha do cônjuge, mas demarca-se implicitamente, enfim, de qualquer *interpretação económica*, porquanto as “estratégias” não podem ser reduzidas a interesses racionais e assexuados, já que “no mercado matrimonial, tal como nos outros mercados, os capitais têm um sexo” (1987: 204). As “estratégias” envolvidas na formação do casal são assim, em seu entender, fruto de uma complexa articulação entre efeitos estruturais e interesses com base no género, ou seja, entre os efeitos do posicionamento dos indivíduos na estrutura social, que desde logo não é alheio à

---

<sup>29</sup> Itálico nosso.



divisão sexual do trabalho, e a diferença entre homens e mulheres manifesta sob a forma de “preferências” na escolha do cônjuge. Nesta perspectiva, é então possível conceber que, não sendo propriamente um “objectivo confessado dos anunciantes”, à homogamia social - sintoma evidente de que o mercado matrimonial “constitui um espaço onde os indivíduos vêm reconhecer o seu valor social” (Singly, 1987: 198) - crescem outros padrões matrimoniais onde a proximidade social no casal não é tão pronunciada, padrões esses que, tal como a própria homogamia social<sup>30</sup>, são explicáveis à luz da diferença entre os interesses dos homens - valorizando os atributos “estéticos” e “relacionais” da mulher - e os interesses das mulheres - valorizando a “excelência social” do homem - que, não obstante, está sempre envolvida numa troca de capitais sociais e culturais “comparáveis”.

Por outro lado, se é do “interesse” da mulher a procura pela “excelência social” do homem, a heterogamia fica, segundo Singly, esclarecida à luz de uma definição mais precisa do “valor social da mulher antes do seu casamento”. Se o próprio cônjuge traduz o “valor matrimonial” que é reconhecido à mulher, tal valor está afecto ao acréscimo/decrécimo que a escolaridade por esta alcançada, elemento por excelência caracterizante do seu “valor ajustado”, representa face à sua origem social, ou seja, ao seu “valor inicial”. O facto de o reconhecimento social de uma mulher no mercado matrimonial estar dependente desse “valor ajustado”, que derivando sobretudo da sua escolaridade se consubstancia assim num “dote escolar”, não impede porém que tal “valor” seja insuficiente como “valor matrimonial” quando não estão reunidos outros recursos fundamentais, como sejam uma origem social privilegiada, a beleza física ou determinadas qualidades relacionais.

Para compreender a causa de tantos casais heterogâmicos, é preciso definir melhor o *valor social da mulher* antes do seu casamento. A posição social do seu pai constitui o seu *valor inicial*, a posição social do seu marido, o seu *valor matrimonial*. O contraste entre estes dois valores remete para um elemento intermediário: o *valor ajustado* da mulher. A sua socialização e a sua educação puderam aumentar ou diminuir o valor da sua pertença a determinado meio. (...) O valor ajustado da mulher deriva especialmente do seu *dote escolar*. (...) O dote escolar da mulher só aumenta o seu valor matrimonial quando associado com uma outra riqueza, seja esta um bom valor inicial (as mulheres oriundas dos meios privilegiados), seja um capital estético (para as mulheres provenientes de meio popular ou da classe média). O capital cultural de uma mulher sustenta fortemente os projectos matrimoniais das mulheres belas com uma origem popular e das mulheres, belas ou não, com uma origem superior. Para as mulheres oriundas dos meios populares, é necessária alguma beleza para provar a sua cultura, enquanto que entre as demais a beleza é facultativa. (Singly, 1997/1987: 27-33)<sup>31</sup>

Dois apontamentos críticos devem ser, contudo, dirigidos à proposta de Singly (1997/1987).

Em primeiro lugar, concordar com o facto de as *estratégias* envolvidas na escolha do cônjuge não poderem ser reduzidas a interesses racionais e assexuados, redução esta vulgarmente

---

<sup>30</sup> “Un homme et une femme, pourtant considérés comme formant une union homogame, n'ont pas échangé obligatoirement des richesses sociales, culturelles, relationnelles identiques.” (Singly, 1987 : 204).

<sup>31</sup> Itálicos nossos.

observada junto das perspectivas que privilegiam uma *interpretação económica* da homogamia social, não obriga a concluir do princípio segundo o qual “no mercado matrimonial, tal como nos outros mercados, os capitais têm um sexo” (Singly, 1987: 204) uma *diferenciação inevitável* entre as qualidades que os capitais assumem para cada sexo. Mais concretamente, captado através do grau de escolaridade, em que difere na escolha do cônjuge o capital cultural da mulher do capital escolar do homem? Singly defende que, junto das mulheres, “para um valor herdado constante, os desvios de dote escolar traduzem-se em valor matrimonial” (1987: 189). Mas cumpre-os então questionar *em que sentido não funciona como acréscimo do “valor matrimonial” do homem uma escolaridade elevada*, enquanto indicador da sua “excelência social”, tão valorizada pelas mulheres nos homens? O princípio de que “os capitais têm um sexo” reduz então aquilo que, na verdade, é um desafio empírico a um pressuposto apriorístico, à semelhança das hipóteses de diversos investigadores que, privilegiando por sua vez uma *interpretação económica* da homogamia social, sustentam que a crescente entrada de mulheres no mercado de trabalho em diversas sociedades ocidentais e, sobretudo, a atitude apostada em alcançar títulos escolares - tendo em vista exercer uma actividade profissional muito qualificada - são supostas *influenciar as preferências do homem no sentido de uma valorização da escolaridade da mulher na escolha do cônjuge*, acentuando a homogamia entre as camadas mais escolarizadas da população (Oppenheimer, 1994; Mare, 1991; Esteve e Cortina, 2006).

Em segundo lugar, estar de acordo com a introdução de uma perspectiva da diferença sexual no plano dos interesses e preferências envolvidos na formação do casal não implica deixar de colocar reservas quanto ao facto de Singly extrapolar as conclusões de um estudo sobre “anúncios matrimoniais” para o universo bastante mais vasto e complexo das demais e múltiplas abordagens na escolha do cônjuge, extrapolação essa que, entre outros aspectos, não contempla, desde logo, as possibilidades plurais de (re)construção das identidades sexuais, quer no plano das orientações normativas e dos comportamentos em família - a título de exemplo, a articulação entre o desempenho do papel paternal, a vida familiar e o trabalho envolve hoje uma “negociação entre novas e velhas masculinidades” (Wall *et al.*, 2007) - quer no plano das representações da masculinidade e da feminilidade que circulam na sociedade - tal como revela um estudo sobre representações do género nos *media* (Lorga e Rosa, no prelo) - quer enfim no âmbito dos critérios actantes na escolha do cônjuge, uma vez que os designados “interesses” femininos e masculinos se diversificam de acordo com os contextos sociais, constituindo os atributos estéticos do próprio homem um capital particularmente valorizado ora quando este é originário de um meio social desfavorecido, ora quando as mulheres são “economicamente mais independentes” (Herpin, 2003).

De resto, uma *interpretação do género* impõe-se mais obviamente perante regularidades estatísticas no plano da escolha como a diferença de idades a favor do homem, um padrão matrimonial que, para Bozon, “deve ser explicado de outra forma do que em termos puramente demográficos” (1990: 327). Este investigador constatou que as mulheres francesas são, em média, cerca de dois anos e meio mais novas que o cônjuge, mas igualmente que essa diferença média varia bastante em função da sua origem social: enquanto que entre as mulheres provenientes de grupos pouco favorecidos, como os operários ou as profissões ligadas ao campo, a idade do cônjuge era, em média, superior à sua em mais de três anos, entre as mulheres oriundas dos meios mais escolarizados a média da diferença etária entre parceiros reduzia-se apenas a um ano e meio (Bozon, 1990a: 580). Bozon associou estas variações não directamente ao impacto da origem social na diferença etária no casal, mas antes ao facto de as mulheres com uma origem social menos favorecida prolongarem menos os estudos do que aquelas com uma origem social favorecida. E, com efeito, se a propensão generalizada para prolongar mais os estudos e, assim, para a frequência dos locais de ensino, onde a segregação por níveis etários faz prever que a diferença de idades no casal tenda a atenuar-se, não se estranha que, da mesma forma que “uma saída precoce do sistema de ensino está associada a uma probabilidade muito mais forte de casar com um homem claramente mais velho”, o prolongamento dos estudos “corresponda a uma probabilidade menor de encontrar um homem sensivelmente mais velho” (Bozon, 1990a: 567). Esta associação entre homogamia etária e prolongamento dos estudos não deve, contudo, ser apenas interpretada como um efeito do encontro entre condiscípulos com idades próximas que a escola ou a universidade proporcionam, mas igualmente como fruto da diferença sexual no plano dos interesses presentes na escolha do cônjuge. Face à maior propensão para a hipergamia etária entre as mulheres menos escolarizadas, uma *interpretação do género* impõe-se, sugerindo-se a procura destas por um homem com autonomia.

Para as mulheres, [o término dos estudos] revela uma possibilidade de autonomia e de independência, mesmo quando as condições de saída de casa dos pais não estão reunidas. O namoro com um homem (potencial cônjuge) que detém características de autonomia pode ser ponderado como o meio de reduzir esta diferença entre situação presente e aspirações à independência. O caso das jovens pouco escolarizadas pode ser analisado nesta perspectiva. (Bozon, 1990a: 569)

Tal como a homogamia e demais padrões matrimoniais que, como verificámos, diversos estudos têm vindo a observar, a diferença de idades no casal revela-se assim como o produto de uma articulação entre interesses sexualmente diferenciados e os “usos sociais da idade”, ou seja, os “usos que são próprios de cada grupo social” (Bozon, 1990: 344). Com efeito, os

resultados de um estudo recente levado a cabo em França (Vanderschelden, 2006b) confirmam não apenas que a homogamia etária tem vindo a acentuar-se - a média da diferença de idades dos cônjuges decaiu de 2,8 anos entre os casais formados na década de cinquenta para 2,3 anos entre os casais formados na década de oitenta - mas também que tal decréscimo da diferença de idades no casal, tal como observara Bozon, está directamente relacionado com o prolongamento dos estudos. No entanto, ainda que a homogamia etária se afirme como padrão matrimonial - três em cada dez casais caracteriza-se por uma diferença de idades não superior a um ano - na maioria dos casais (seis em cada dez) o homem é mais velho que a mulher.

Ora, uma *interpretação do género* acerca da prevalência de um padrão hipergâmico no que toca à diferença de idades no casal sugere que este padrão é sobretudo sintomático da diferença de interesses entre homens e mulheres na escolha do cônjuge. Recorrendo a entrevistas qualitativas, Bozon observou a prevalência do “elogio da maturidade masculina” entre as mulheres francesas, que assim se mostram “muito presas à ideia segundo a qual o homem deve ser mais idoso no casal”, enquanto a maioria dos homens entrevistados “afirmam que aceitariam viver com uma mulher ligeiramente mais idosa que eles” (1990: 347). Esta diferença de atitudes entre homens e mulheres no que toca à diferença etária no casal radica, segundo Bozon, na prevalência de uma orientação normativa junto destas que considera “tradicional”, na medida em que evoca um modelo convencional de divisão sexual do trabalho resultando numa total ou forte dependência do “estatuto do casal” em relação à posição social do homem. Neste sentido, não se estranha que o acréscimo de autonomia feminina corresponda igualmente a uma inclinação menos pronunciada por homens mais velhos: “esta preferência torna-se menos acentuada, sem porém desaparecer, quando aumenta a autonomia da mulher, quando o seu estatuto depende menos do cônjuge” (Bozon, 1990: 349).

Por último, à semelhança da diferença de idades no casal, outro tipo de características físicas, bem como elementos psicológicos distinguem homens e mulheres no planos dos interesses e das preferências envolvidos na escolha do cônjuge. Neste sentido, as entrevistas realizadas por Bozon revelaram que “os homens valorizam mais nas mulheres a aparência física e as qualidades de apresentação, bem como traços psicológicos que qualificam um estilo de relações com o outro em associação com os papéis de representação e de mediação sociais que a elas estão tradicionalmente destinados”, enquanto “as mulheres também levam em linha de conta a aparência física, contudo para rapidamente fazerem apreciações associadas ao estatuto social e profissional do parceiro ou a juízos afectivos (‘transmite segurança’, ‘afectuoso’) que manifestam a importância do estatuto do homem para o estatuto social do casal” (Bozon e Héran, 2006 : 18). No conjunto das apreciações que ambos os sexos exercem mutuamente na escolha do cônjuge,

a diferença de estatura física a favor do homem revela ser uma inclinação, sem dúvida, preponderante. A elevada estatura de um homem tem significados diversos junto das mulheres. Herpin (2003), por exemplo, observa que a elevada estatura de um homem funciona junto da maioria das mulheres como indicador de uma carreira profissional promissora, mas entre as mulheres economicamente mais autónomas, a altura de um homem reduz-se sobretudo a um atributo estético.

A elevada estatura [de um homem] faz parte dos recursos positivos que contribuem para a sua ascensão social pela via do casamento ou da união conjugal, seja enquanto indicador de beleza, seja enquanto indicador de uma carreira promissora. Para reforçar esta hipótese, é de sublinhar que tal é o comportamento de mulheres que, economicamente mais independentes, privilegiam entre outras particularidades, as componentes físicas na escolha do cônjuge. Na vida conjugal e no momento da sua formação, as preferências destas mulheres, relativamente mais desafogadas e, também, relativamente mais livres, são mais consideradas pelo seu cônjuge do que em meios sociais mais modestos. (Herpin, 2003 : 87)

Já Bozon observou que a transversal procura feminina pela superioridade física do homem no casal é um indicador da “dominação consentida” que se confirma nos demais padrões hipergâmicos, revelando afinal que as mulheres “partilham da convicção de que um casal em que o homem é dominado pela estatura sofre uma perda de estatuto”.

As mulheres insistem fortemente na necessidade do homem em ser mais alto que a mulher, porque partilham da convicção de que um casal em que o homem é dominado pela estatura sofre uma perda de estatuto. Consoante o meio social, a ênfase é colocada em propriedades diferentes. As mulheres dos meios populares apreciam os homens que conhecem pela sua conformidade com um ideal de estabilidade profissional e familiar, como tão bem traduz a noção de “seriedade” aliada à uma certa solidez física. Nas classes favorecidas, as mulheres privilegiam nos homens que conhecem qualidades relativas à educação (social e escolar) e manifestações de superioridade social, da qual a elevada estatura é um claro sintoma. (Bozon e Héran, 2006 : 18)

### 1.2.5 A homogamia como processo

Ao invés das antevistas de autores como Burgess ou Parsons, os estudos sobre a escolha do cônjuge que acabamos de expor demonstram a prevalência dos padrões homogâmicos avançando com diversas interpretações da homogamia, todas elas, de resto, reconhecendo que a escolha do cônjuge, por via de diversos critérios de proximidade, constitui um momento decisivo na diferenciação social. Que o casamento constitui uma peça fundamental na cristalização das diferenças sociais na sociedade portuguesa já também tivemos oportunidade de o demonstrar anteriormente (Rosa, 2005), pretendendo-se, de resto, com a presente tese desenvolver e alargar mais o espectro da nossa análise sobre a escolha do cônjuge e proximidade social (capítulo 3, 4 e 5). Todavia, o enfoque da análise no momento da escolha do

cônjuge revela-se insuficiente, tal é a nossa tese, na observação do papel do casamento na diferenciação social.

### *Os limites heurísticos do conceito*

Limitando-se à caracterização social dos cônjuges no momento da escolha, ou seja, à observação dos critérios de proximidade actuantes na escolha do cônjuge, a homogamia é um conceito puramente *descritivo* e, sobretudo, *estático*, como se a distância social no casal não estivesse sujeita a transformações no decurso da vida conjugal. Ou seja, o conceito revela-se assim insuficiente a uma abordagem da homogamia como processo, sobretudo nos contextos conjugais em que os cônjuges exercem profissões com carreira, estando portanto sujeitos a progredirem e, assim, a alteram a distância social que caracterizava o casal no momento da sua formação.

Há algumas décadas atrás, constituíam excepção as mulheres com uma carreira profissional entre a minoria daquelas que então exercia uma actividade profissional. O aumento exponencial de mulheres no mercado de trabalho foi, com efeito, ao ponto de inverter as próprias estruturas familiares. Nos anos sessenta, na grande maioria dos casamentos só o homem exercia uma actividade profissional, sendo que em cada cem portuguesas apenas dezoito tinham uma profissão. Já o último recenseamento da população (2001) revela uma realidade contrastante, pois “entre os 25 e os 34 anos, precisamente nos momentos de maior entrada na conjugalidade e na maternidade, 83% das mulheres são activas; entre os 35 e os 44 anos, 80% estão inseridas no mercado de trabalho” (Wall e Guerreiro, 2005: 303).

Ora, a forte presença feminina no mercado de trabalho, bem como a conservação da actividade profissional nas fases mais críticas do ciclo da vida familiar só reforçam o questionamento em torno da utilização clássica do conceito de homogamia. Com efeito, no plano metodológico, isto significa que a análise da escolha do cônjuge deve levar em linha de conta, *individualmente*, os posicionamentos do homem e da mulher na estrutura sócio-profissional. Deixa então de fazer sentido comparar os perfis sociais dos membros do casal localizando a mulher na estrutura social a partir da posição sócio-profissional do pai. No plano conceptual, se, tal como aponta Singly, “ocultar as relações sociais entre os sexos, [a homogamia] conduz frequentemente a subestimar os *interesses divergentes*<sup>32</sup> dos cônjuges” (1987: 182), um conceito que, deste modo, esquece as diferenças entre os homens e as mulheres desadequa-se a um cenário de forte presença feminina no mercado de trabalho, onde tende precisamente a

---

<sup>32</sup> Itálico nosso.

crescer o número de mulheres que, entre outros “interesses”, têm interesses profissionais - ou seja, interesses de realização pessoal por via da actividade profissional - e, porventura, aspirações de carreira. É, neste sentido, pertinente colocar a hipótese de esta transformação questionar as próprias preferências convencionalmente atribuídas às mulheres na escolha do cônjuge, em particular, as preferências associadas à posição social do parceiro (Oppenheimer, 1994).

De facto, a inclinação para a escolha homogâmica – que se revela ainda mais acentuada, aliás, entre as mulheres com profissões muito qualificadas (Bozon e Héran, 1987; Vanderschelden, 2006) - não permite explicar, nem tão-pouco entrever as razões pelas quais “um casal socialmente homogâmico no início de carreira conjugal não o é necessariamente no final” (Singly, 1987: 182). Por outro lado, se no passado, quando predominava o “modelo do ganha-pão masculino” (Crompton, 1999), a carreira profissional do homem não colidia com “interesses” profissionais femininos, inexistentes na grande maioria das famílias, na sociedade actual, marcada pela forte presença de mulheres no mercado de trabalho, mas também pela predominância de uma “repartição das tarefas domésticas em que a *mulher faz sobretudo sozinha* as tarefas rotineiras” (Wall e Guerreiro, 2005: 357), *é de supor que os interesses profissionais da mulher questionem o perfil social que o casal assumia no início da vida conjugal.*

É reconhecido que as mulheres com uma profissão muito exigente em recursos escolares são, à partida, mais propensas a desenvolver aspirações de carreira do que as mulheres nos meios sociais pouco qualificados (Commaille, 1993). Com efeito, em Portugal, são as mulheres mais escolarizadas, casadas e com filhos em idade escolar quem menos interrompe o exercício de uma actividade profissional ao longo das diversas etapas do ciclo da vida familiar (Wall e Guerreiro, 2005). Deste modo, se se pensar que este compromisso com a vida profissional e a carreira implica transformações na relação da mulher com a família - na medida em que esta coloca sistematicamente à prova a disponibilidade daquela, pese embora se multipliquem as possibilidades de atenuar os efeitos dos encargos com a vida familiar à medida que crescem os recursos económicos da família<sup>33</sup> - é de colocar então *a hipótese de as soluções encontradas pela mulher no sentido de uma articulação entre a actividade profissional e a vida familiar contribuírem na produção da distância social no casal.* Confirmada esta hipótese, a distância social no casal emergente no decurso da vida conjugal revelaria que, em lugar de se traduzir num desinvestimento na vida familiar, o investimento da mulher na esfera profissional “questiona

---

<sup>33</sup> Ou não fosse o recurso a empregadas domésticas apanágio dos grupos sócio-profissionais mais favorecidos (Wall e Guerreiro, 2005).

as relações internas no seio da família e as funções sociais tradicionalmente assumidas, sobretudo através da mulher, pela família” (Commaile, 1993: 9).





## 2 Elementos teóricos para uma proposta de análise e opções metodológicas

Neste capítulo definimos, num primeiro momento, o objecto de estudo da presente tese, esclarecendo a nossa posição teórica e os conceitos que consideramos fundamentais nesta proposta de análise do papel do casamento na diferenciação social. Como ponto de partida na definição do objecto de estudo, questionamos, por um lado, a usual circunscrição das análises ao momento da escolha do cônjuge, e, por outro lado, as limitações do conceito de homogamia para dar conta da distância social no casal enquanto processo que se desenrola para além da etapa da formação da família. Para além do momento da escolha do cônjuge, neste trabalho procuramos *analisar a diversidade dos percursos de casamentos homogâmicos*, avançando com um novo conceito, o conceito de *trajectória conjugal*, que possibilita *não apenas descrever a configuração que assumem os percursos da distância social do casal, mas sobretudo identificar os processos e os factores que contribuem nessa configuração*. A definição das *trajetórias conjugais* implica a observação de um conjunto de dimensões, entre as quais se destaca as atitudes das mulheres perante a necessária articulação entre a vida profissional e a vida familiar, pelo que terminamos a exposição da nossa proposta de análise com um debate tendo em vista esclarecer o nosso posicionamento teórico relativamente à definição do que entendemos por “estratégias de conciliação família-trabalho”. Num segundo momento, esclarecemos as opções metodológicas assumidas no âmbito da pesquisa empírica e apresentamos uma breve sociografia das amostras reunidas.

### 2.1 Rumo a uma análise dinâmica da distância social no casal

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a escolha do cônjuge representa um momento decisivo na diferenciação social, contribuindo, deste modo, na reprodução da estrutura social. Nos três capítulos que compõem a Parte II da presente tese procuramos avaliar o peso da proximidade social e cultural auscultando para o efeito as posições sócio-profissionais dos parceiros, os seus recursos educacionais, as suas origens sociais e geográficas, bem como os significados das diferenças no plano da idade e as proximidades no plano da crença religiosa. Se uma análise circunscrita ao momento da escolha permite observar uma variedade de padrões homogâmicos, particularmente o padrão de proximidade relativa aos posicionamentos dos cônjuges na estrutura sócio-profissional, não autoriza, no entanto, a antever as alterações da distância social no casal susceptíveis de se produzirem no decurso da vida conjugal. Nas sociedades permeáveis aos percursos de mobilidade social, uma abordagem da distância social

no casal reduzida ao momento da escolha do cônjuge oferece, em nosso entender, uma visão demasiado parcimoniosa do papel do casamento na cristalização das diferenças sociais e, designadamente, das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Tendo presente o modo como as desigualdades de género atravessam as esferas profissional e familiar - pese embora as mudanças observadas no plano das atitudes e dos comportamentos (ainda que mais no plano das primeiras do que no dos últimos) - pressupomos que, com frequência, os efeitos da entrada no casamento se consubstanciam gradualmente em destinos profissionais diferenciados para os homens e as mulheres. “A negociação [conjugal], ela própria função do tipo de casamento realizado”, como defende Singly, “modifica as proximidades e as distâncias entre os cônjuges” (1987a: 182). O valor social do homem tende a ser desenvolvido ou, pelo menos, preservado por via da sobrecarga feminina com o trabalho doméstico, do “respeito pela prioridade masculina, evidente mesmo nos grupos inclinados para a crítica da mulher no lar” (Singly, 1987a: 36), e ainda pelas qualidades relacionais da mulher, tão importantes para o homem no momento da escolha do cônjuge (Bozon, 1990a), qualidades essas que amiúde se traduzem em apoio de bastidores e/ou promoção da imagem do homem.

### 2.1.1 Escolha do cônjuge e homogamia social: definindo conceitos

Enquanto prática entre o conjunto de práticas sociais *reproduzidas* que definem a família como sistema social, a escolha do cônjuge revela ser, através da propensão para homogamia social, um momento fundamental da estruturação da sociedade, ou seja, um dos modos por via dos quais a estrutura social é reproduzida. Com efeito, os diversos padrões e regularidades observados na escolha do cônjuge, homogâmicos ou heterogâmicos, devem ser entendidos como “propriedades estruturais” que emergem no momento da formação da família. No entanto, a escolha do cônjuge não se limita a exibir propriedades estruturais do sistema social em que está inscrita. Na verdade, algumas dessas propriedades estruturais, em particular, os padrões da homogamia social, referem-se àquilo que A. Giddens designa de “princípios estruturais”, porquanto tais regularidades estão, de facto, “mais profundamente embutidas, implicadas na reprodução de totalidades sociais” (1989/1984: 13-14), pelo que, a confirmar-se a homogamia como padrão matrimonial prevalecente, se desvela que o casamento intervém de forma decisiva nos processos de diferenciação social, ou seja, na reprodução da estrutura social, entendida como “princípio de organização de um sistema social” (Pires, 2007: 28).

Cumpre-nos antes de mais esclarecer que, neste trabalho, referimo-nos à noção de *homogamia social* como um *padrão matrimonial resultante de um conjunto de critérios*

*proximidade social que actuam na escolha*: proximidade entre posições sócio-profissionais; proximidade entre recursos educacionais; proximidade entre origens sociais; proximidade entre origens geográficas e proximidade religiosa. Por *escolha do cônjuge* entendemos *o processo de decisão que leva a iniciar uma vida conjugal radicado num conjunto de acções que, sendo afectadas por constrangimentos inerentes à própria ordenação das relações sociais - ou seja, constrangimentos enraizados quer na componente distributiva da estrutura social (porque a distribuição desigual das posições na estrutura social define o mercado matrimonial), quer na diversidade morfológica dos contextos de interacção - são tanto o produto das interpretações envolvidas nos rituais da interacção social e, designadamente, no local de encontro, como o resultado de crenças (valores e representações) e interesses (preferências) através dos quais emergem propriedades estruturais internalizadas sob a forma de disposições.*

Devido à sua natureza *descritiva*, o conceito de homogamia social apresenta limitações óbvias na observação do papel do casamento na diferenciação social. Com efeito, o carácter *estático* do conceito permite apenas uma caracterização social sumária do casal no momento da sua formação, indicando unicamente um resultado, sem nada informar sobre o processo que o explica, nem tão-pouco sobre a dinâmica de que se tecem os compromissos posteriores entre o género e a vida familiar e profissional, dinâmica essa que está na origem de eventuais consolidações ou reconfigurações da homogamia observada no início da vida conjugal. Sem oferecer a possibilidade de dar conta das alterações dos posicionamentos sócio-profissionais dos cônjuges que se podem produzir no quadro da vida conjugal, *a homogamia, ainda que expressiva da presença dos condicionalismos sociais na escolha do cônjuge, revela ser um conceito insuficiente para captar a distância social no casal para além do momento da formação da família.*

### 2.1.2 A necessidade de uma abordagem dinâmica

Perante os referidos limites heurísticos do conceito de homogamia (capítulo 1), sobretudo quando se trata de averiguar o contributo do casamento na diferenciação sexual por via do funcionamento da vida conjugal, é então necessário um outro conceito, que possibilite explicar a homogamia como processo. Neste ponto, propomos então um conceito dinâmico, que designamos de *trajectória conjugal*, permitindo identificar as alterações da distância social no casal, bem como dar conta dos factores que estão na origem de tais transformações.

Por *trajectória conjugal* entendemos a configuração que assume o conjunto dos processos que actuam na articulação entre a vida profissional e a vida familiar no decurso da conjugalidade.

O carácter dinâmico deste conceito prende-se assim, por um lado, com o facto de reportar a processos que se desenrolam no tempo da vida conjugal e, por outro, com o facto de contemplar o modo como esses processos interagem na explicação da distância social no casal. Com o conceito de *trajectória conjugal* pretende-se assim *captar um conjunto de aspectos que configuram a vida em casal nas suas articulações e compromissos com as exigências do mundo do trabalho num contexto de dupla carreira*. Tais aspectos agrupam-se em *quatro dimensões* distintas cuja interacção explica a configuração que a *trajectória conjugal* assume.

A confrontação entre a actual distância ou proximidade social do casal e a configuração que este apresentava no momento da sua formação constitui uma *primeira dimensão*, permitindo uma abordagem preliminar das alterações da distância social no casal no decurso da vida conjugal. Terão ambos os cônjuges, na maioria dos casos, percursos profissionais paralelos, conservando assim a proximidade social que caracterizava o casal no início da vida conjugal? Ou, pelo contrário não se anula mais frequentemente no decurso da vida conjugal a proximidade inicial - ou seja, a homogamia social - dando lugar à distância social no casal? No entanto, tomada isoladamente, esta dimensão reduzir-nos-ia a uma observação puramente descritiva das eventuais transformações da distância social no casal no decurso da conjugalidade.

Deste modo, uma *segunda dimensão* refere-se a um dos elementos fundamentais na constituição das diferenças entre homens e mulheres: a divisão sexual do trabalho na família. Repartindo-se entre a divisão familiar do trabalho profissional e a divisão familiar do trabalho doméstico, esta dimensão da *trajectória conjugal* permite caracterizar o funcionamento da vida familiar nos constrangimentos que esta exerce directamente sobre a disponibilidade dos elementos do casal para a vida profissional. Entre as lógicas de divisão do trabalho doméstico - em particular, os cuidados à criança, o acompanhamento dos filhos e execução das tarefas - às lógicas de delegação em empregadas, amas ou serviços exteriores e aos apoios da rede familiar, não será o elemento feminino do casal quem provavelmente mais cede, contendo aspirações e apostas relacionadas com a carreira profissional, sabendo-se que ainda hoje, mesmo entre os meios mais qualificados, é sobretudo sobre as mulheres que recai a maioria dos encargos domésticos?

Quanto a uma *terceira dimensão* - a dinâmica conjugal - os estudos sobre o funcionamento da vida familiar (Kellerhals *et al.*, 1982; Widmer *et al.*, 2003; Aboim, 2005) têm demonstrado amplamente as suas cumplicidades com os modos de divisão familiar do trabalho. Na definição das *trajetórias conjugais*, observar alguns aspectos da dinâmica da vida em casal revela-se, com efeito, fundamental, tanto mais que as diversas formas de empenho e disponibilidade para a actividade profissional não podem ser dissociadas do facto de a vida em casal implicar uma

interdependência progressiva entre os cônjuges. Como observa Nicole-Drancourt, a “partir do momento em que se constrói e, posteriormente, se alarga, uma família envolve lógicas interactivas que tendem a anular a autonomia de evolução de trajectórias profissionais e sociais de cada um dos cônjuges e a torná-los dependentes um do outro” (1989: 62). Neste trabalho, entendemos que assumir essa “interdependência progressiva entre os cônjuges” significa, por um lado, atribuir particular ênfase aos planos da comunicação e apoio emocional/instrumental, do poder, da negociação, dos modos de (re)distribuição dos recursos, da integração no exterior e do tempo destinado ao casal. Por outro lado, essa “interdependência” conjugal vai de par com tensões entre os interesses colectivos da família e a autonomia individual, tensões particularmente desafiantes nos casais de duplo emprego, pelo que consideramos que a análise da dinâmica conjugal deve de igual modo contemplar uma abordagem dos *focos de tensão conjugal* mais recorrentes, abordagem essa que contribui para explicar como pode o mesmo quadro normativo que orienta as *estratégias de conciliação família-trabalho* se enredar na própria dinâmica conjugal, consubstanciado-se num “poder normativo” (Björnberg, 2004) por via do qual os homens saem amiúde privilegiados no plano da distância social no casal.

Devemos, entretanto, sublinhar que assumir a “interdependência progressiva entre os cônjuges” não se traduz numa subestima das pressões que o mundo exterior à família, designadamente o mundo do trabalho, exerce também sobre as mulheres, não apenas através de constrangimentos directos, como uma carga horária pouco compatível com a disponibilidade para a família, mas também no sentido do desenvolvimento de uma atitude individualista que colide e questiona as exigências colectivas inerentes à vida em família. A este propósito, J. Commaille recorda que “isolar os comportamentos da mulher levando em linha de conta os seus crescentes compromissos no exterior da família, e especialmente no trabalho, é admitir que os membros da família podem ter estratégias individuais, ser portadores de interesses contraditórios, desenvolver relações de força”, querendo com isto apontar que a “ideia de interesses divergentes introduz, de facto, a de *estratégias* entre *actores* sociais” (1993: 9-10). Um dos aspectos mais marcantes da divergência de interesses num casal em que ambos os membros exercem uma profissão reside no facto de esta representar, no caso da mulher, uma aspiração em “realizar-se de outra forma”, o que se traduz num “trabalho de construção pessoal de uma relação com a família e a actividade profissional” (Commaille, 1993: 12). Com efeito, o vigor dessa aspiração, eventualmente convertida em aspirações de carreira, conduz as mulheres a elaborarem *estratégias* no sentido de articularem a sua actividade profissional com os encargos da vida familiar. O que nos conduz a uma *quarta dimensão* do conceito de *trajectória conjugal*: as *estratégias de conciliação família-trabalho*.

Qual o significado do exercício de uma actividade profissional? Em que medida o empenho na profissão e na construção de uma carreira profissional são determinantes na realização pessoal das mulheres entrevistadas? Face às suas expectativas de realização profissional, que lugar atribuem estas mulheres com profissões qualificadas à vida familiar? Por outras palavras, qual o lugar simbólico que a mulher ocupa na configuração familiar? Na prática, até que ponto estão as mulheres disponíveis para a vida familiar, acumulando o trabalho doméstico ou negociando com o cônjuge, partilhando com outros membros da família ou, enfim, delegando em substitutos os múltiplos encargos com a família, tradicionalmente considerados da sua responsabilidade e competência? Até que ponto impõem limites ao seu empenhamento na profissão em função de uma disponibilidade que consideram adequada às necessidades da família? As respostas a estas questões vêm elucidar as *estratégias de conciliação família-trabalho*, que consideramos diferenciarem-se de acordo com as atitudes das mulheres face à vida familiar - designadamente, o lugar que atribuem à maternidade e à vida familiar enquanto domínios prioritários de realização pessoal - e à vida profissional - desde o lugar que asseguram à profissão e à carreira como domínios de realização pessoal à primazia ou à concessão que atribuem aos projectos profissionais do homem na pessoa do cônjuge. No sentido de identificar as diferentes atitudes das mulheres face à articulação entre a vida familiar e a vida profissional, o conceito de *estratégias de conciliação família-trabalho* que propomos inspira-se no conceito de “gestão emprego/família” (“*employment/family management*”), proposto por R. Crompton e F. Harris (1999), se bem que, neste trabalho, o conceito as *estratégias* assumam um carácter mais compósito, incorporando também o lugar que as mulheres atribuem à actividade profissional do homem na família, não se circunscrevendo, portanto, às atitudes das mulheres face às exigências da vida familiar e da sua profissão.

Identificar as *estratégias* que elaboram no sentido de articularem actividade profissional e vida familiar obriga necessariamente a dar conta dos factores que estão na sua origem. Em torno das soluções que as mulheres elaboram para enfrentar os desafios dessa articulação surge uma diversidade de questões cujas respostas - fundamentais para então explicar os modos de construção da distância ou da proximidade social no casal - se encontram no enquadramento dessas *estratégias de conciliação família-trabalho* no contexto da dinâmica conjugal, da divisão familiar do trabalho e de um conjunto de condicionalismos entre os quais se incluem constrangimentos de ordem estrutural - desde uma origem social menos privilegiada às exigências de uma entidade empregadora menos atenta aos projectos familiares e respectivos encargos - e a própria adversidade - desde a doença ou os encargos com familiares dependentes (para além dos filhos) a uma gravidez não planeada.

### 2.1.3 Renunciando ao subjectivismo

Finalmente, a proposta do conceito de *estratégias de conciliação família-trabalho* coloca necessariamente um conjunto de questões que pretendemos debater antes de encerrar este ponto. Deve, antes de mais, esclarecer-se que as *estratégias* que as mulheres elaboram no sentido de uma articulação entre a vida profissional e a vida familiar não são sinónimo de projecções lógicas ou racionais que se reflectiriam num conjunto de escolhas individuais tomadas isoladamente e, portanto, estranhas às heranças identitárias e aos contextos da interacção conjugal e social. Com efeito, tal como a escolha do cônjuge não é alheia a constrangimentos estruturais, também as opções das mulheres no toca à articulação entre a vida profissional e a vida familiar revelam compromissos e cedências, normas e valores que levam a *rejeitar a ideia de uma escolha alheia aos constrangimentos sociais e culturais* subjacente, por exemplo, na tese de C. Hakim (2000), que reúne em “agrupamentos de preferência” (“*preference groupings*”) as mulheres de acordo com o tipo de “escolhas” que realizam no sentido de solucionar os dilemas inerentes às exigências da conciliação da vida profissional com a vida familiar que recaem com mais frequência, como é sabido, sobre o elemento feminino do casal. Acusando o assumido pendor biologicista de Hakim, R. Crompton (2006) não estranha que a “teoria da preferência” tenha sido bem recebida entre os “círculos conservadores/neoliberais”. A este respeito, Crompton contrapõe que, se as mulheres “fazem escolhas no que toca ao seu emprego e à sua vida familiar, (...) as ‘escolhas’ serão afectadas (ou limitadas) pelo contexto em que a escolha é exercida” (2006: 12).

#### *Entre a norma e a escolha*

Se as escolhas nunca são livres, tão-pouco podem as orientações normativas e as “identidades” ser uma questão de escolha, ao contrário do que defende Hakim, para quem a “auto-classificação [da mulher] como provedor principal ou secundário [da família] é determinada por *identidades escolhidas*, e não por circunstâncias externas ou certos empregos” (2000: 275)<sup>1</sup>. Considerar que a “identidade” resulta de uma escolha socialmente não condicionada significa, com efeito, aderir à ilusão de que “o actor”, como sublinha F. Dubet, “já nada tem a ver com o sistema”, considerando que essa “ilusão” resulta, afinal, da “heterogeneidade das lógicas da acção que hoje se cruzam na experiência social” (1994: 17). Todavia, ainda que a “distância subjectiva que os indivíduos mantêm em relação ao sistema” seja vivida como se “cada um fosse

---

<sup>1</sup> Citado por Crompton (2006: 11-12). Itálico nosso.



o autor da sua experiência”, Dubet recorda que, na realidade, as experiências sociais consistem em “combinações subjectivas de elementos objectivos”, pretendendo, deste modo, defender que “os elementos simples que compõe a experiência social não pertencem ao actor, são-lhe dados, antecedem-no na existência ou são-lhe impostos através de uma cultura” (1994: 135-136). Sublinhemos então que *as escolhas não podem ser avaliadas apenas na sua dimensão racional e instrumental, porquanto comportam tanto crenças axiológicas consubstanciadas em valores como crenças cognitivas que se manifestam nas representações da realidade social, crenças essas que condicionam a acção* (Pires, 2007).

Por outro lado, as *estratégias* das mulheres com vista à articulação entre a vida profissional e a vida familiar estão longe de ser o resultado de uma negociação conjugal baseada nos diferentes recursos dos indivíduos, como defendiam Blood e Wolfe (1960), pois, tal como sublinha Nicole-Drancourt, “o futuro dos homens e das mulheres que vivem em conjugalidade é tributário de racionalidades que os recursos não bastam para definir” (1989: 60). Esta investigadora critica a designada “teoria dos recursos”, que em seu entender reduz a interacção conjugal a um “sistema de trocas”, quando esta interacção se define mais propriamente por ser um “sistema de influências” entre membros do casal, o que portanto explica que as aspirações profissionais da mulher sejam “um elemento potente da dinâmica familiar e parte constituinte da mudança social nas famílias” (1989: 75). No mesmo sentido desta crítica aponta o trabalho sobre famílias monoparentais de Duncan *et al.* (2003)<sup>2</sup>, ao demonstrar que, no toca à criação de um equilíbrio entre a vida profissional e os cuidados com os filhos, as mulheres não agem propriamente como indivíduos, ou seja, de acordo com uma lógica racional de “maximização individual”, como levariam a acreditar todas as teorias que subestimam o impactos dos contextos sociais e normativos - desde a perspectiva interaccionista de Burgess (1963) à visão racionalista da “teoria dos recursos” de Blood e Wolfe (1960), sem evidentemente deixar de passar pelo subjectivismo evidente na “teoria da preferência” avançada por Hakim (2000) - mas “em negociação com os outros no contexto de um quadro moral relativamente flexível” (Crompton, 2006:12).

#### *As condições objectivas da subjectividade*

Devemos sublinhar que *o conceito de estratégias de conciliação família-trabalho afasta-se assim de qualquer teoria que reduza as escolhas a opções racionais ou instrumentais, desenquadrando a subjectividade das condições subjectivas na sua constituição. Neste sentido, as estratégias*

---

<sup>2</sup> Citado por Crompton (2006).

*femininas de articulação* aproximam-se do conceito proposto por Bourdieu, para quem as “estratégias” dos actores, “ainda que pareçam estar objectivamente ajustadas à situação”, não devem ser analisadas como o “produto de um objectivo consciente, de finalidades explicitadas com base num conhecimento adequado das condições objectivas ou mecanicamente determinadas por causas” (1987: 21). As “estratégias”, sinónimo em Bourdieu de “sentido prático”, representam, no plano conceptual, um esforço simultaneamente de ruptura com o objectivismo, de que acusava o estruturalismo straussiano, e de recusa em cair no subjectivismo, que este sociólogo identificaria na “teoria da preferência” de Hakim (2000), alheia ou avessa a qualquer perspectiva sobre as escolhas das mulheres como “*domínio prático da lógica* ou da necessidade imanente *de um jogo que se adquire pela experiência* e que funciona aquém da consciência e do discurso” (Bourdieu: 1987, 77).<sup>3</sup>

Afirmar que as escolhas das mulheres com profissão, vida conjugal e filhos em idade escolar são tomadas em função de razões que ficam *aquém* de uma legitimação racional segundo a comparação dos “recursos” no casal, mas que vão *além* das suas “preferências” significa assumir a subjectividade sem, contudo, subestimar os processos que as condicionam, ou seja, as *condições objectivas da subjectividade*. Entre estas condições encontra-se um processo fundamental que escapa aos argumentos mais racionalistas da diferença de recursos como lógica exclusiva ou primordial subjacente às desigualdades entre os sexos, porquanto os recursos só ganham realmente importância “através das possibilidades e das oportunidades de os mobilizar em estratégias individuais” (Nicole-Drancourt, 1989: 78). Não obstante a transformação do estatuto das mulheres, durante muito tempo unicamente definido pelo seu posicionamento na família, a realidade é que, em virtude de uma diferença elementar que prevalece ao nível dos papéis sociais de género - a saber que *as mulheres permanecem o centro da economia familiar* - elas têm de elaborar *estratégias* no sentido de articularem actividade profissional e vida familiar.

Com efeito, se a divisão familiar do trabalho penaliza ainda hoje fortemente as mulheres, mesmo as mais escolarizadas (Wall e Guerreiro, 2005), não constituirá surpresa que entre as mulheres entrevistadas - todas elas, não obstante, com posses e possibilidades de atenuarem os encargos domésticos através do recurso a substitutos funcionais (empregada, ama ou outros prestadores de serviços domésticos, quando não familiares) - prevaleça o princípio normativo da mulher como elemento-chave da organização familiar. Tal constatação será ainda menos surpreendente quando se constata que, nas famílias onde a carreira profissional do homem não implica uma disponibilidade exclusiva da mulher para a vida familiar - a designada

---

<sup>3</sup> Itálicos nossos.

“hipoconjugalidade”, por oposição à “hiperconjugalidade” - é também sobre ela que invariavelmente recai a responsabilidade pelo “apoio logístico do sistema de regulação que assegura o equilíbrio [familiar]” (Nicole-Drancourt, 1989: 76). Ao contrário da “hiperconjugalidade”, que Nicole-Drancourt, caracteriza pela “hegemonia das estratégias masculinas ao serviço das quais é consagrada toda a organização da família (...), a hipoconjugalidade caracteriza-se pela “lógica que envolve o desenvolvimento das *estratégias femininas*: lógica de compromisso com a carreira dos homens, lógica de difusão da função maternal que mantém a mulheres no centro de um sistema pelo qual são responsáveis, mas do qual já não têm o encargo exclusivo.” (1989: 75)<sup>4</sup>. Por sua vez, a prevalência da mulher como elemento-chave da organização familiar nos casais de duplo emprego reflecte o “desfasamento entre normas ideais e práticas” que os estudos não deixam de observar (Torres *et al.*, 2004; Wall e Guerreiro, 2005), e que é precisamente “menor no que diz respeito à divisão do trabalho profissional do que no âmbito das tarefas domésticas” (Wall e Guerreiro, 2005: 359). Para este desfasamento contribuirá, no plano cultural, uma “ideologia dominante” que corrobora e legitima desempenhos diferenciados, associados aos estereótipos feminino e masculino (Amâncio, 1994), que na prática se traduz na expectativa de que “mesmo trabalhando no exterior, [as mulheres] se ocupem fundamentalmente da casa e dos cuidados com os filhos, enquanto se considera que eles [os homens] obtenham melhores salários, para os mesmo níveis de instrução” (Torres *et al.*, 2004: 184-185).

No entanto, o desfasamento entre um discurso predominantemente favorável à participação feminina no mercado de trabalho e uma persistência, na prática, da penalização da mulher no que toca à divisão familiar do trabalho é revelador de dois aspectos fundamentais. Por um lado, esse desfasamento serve de demonstração de que o “sentido prático” ou as “estratégias” dos actores, como afirmava Bourdieu (1987), são precisamente anteriores à consciência, ao discurso ou às normas ideais, os quais podem assim ser traídos - como, de facto, são - pelos comportamentos. Por outro lado, esta contradição é reveladora de que a “experiência social”, enquanto “combinação subjectiva, realizada pelos indivíduos, de diversos tipos de acção” está longe de ser o produto da exclusiva autoria do actor, ou seja, longe de ser o resultado de uma escolha livre de constrangimentos objectivos, devendo-se então insistir novamente no pressuposto de que “cada uma das lógicas da acção que se combinam na experiência social inscreve-se, ela própria, numa certa ‘objectividade’ do sistema social” (Dubet, 1994: 135).

---

<sup>4</sup> Itálico nosso.

Ora, a situação de uma mulher casada, com filhos em idade escolar e que exerce uma profissão qualificada com possibilidades de carreira, bem como as soluções que encontra no sentido de articular actividade profissional e vida familiar é perfeitamente ilustrativa da “heterogeneidade dos princípios da acção”, na medida em que remete não apenas para a “heterogeneidade do sistema”, mas também para a “própria pluralidade dos mecanismos da ‘determinação’ das lógicas da acção” (Dubet 1994). Ao afirmar que tal situação remete para a “heterogeneidade do sistema” pretende-se sublinhar que esta deve ser analisada num contexto de “transformação do estatuto da mulher como centro da vida familiar, de uma identidade exclusivamente definida pelo investimento no doméstico, no sentido de um estatuto da mulher constituído pela sua existência como indivíduo, como sujeito social susceptível de compromissos fora da família, como o compromisso profissional” (Commaille, 1993: 18). Por outras palavras, a experiência da autonomia que o exercício de uma profissão proporciona à mulher, bem como a concepção singular e distintiva de si própria como indivíduo - e não apenas como “membro alienado de uma instituição familiar” (Commaille, 1993) - que a realização profissional e a possibilidade de construção de uma carreira autorizam, projectam-na como *agente*, e não apenas *actor*<sup>5</sup>, na pluralidade de experiências sociais, que dela exigirão “coerência” e “capacidade de acção própria” (Dubet, 1994).

*As estratégias de conciliação família-trabalho são, neste sentido, o resultado da procura de coerência num contexto em que, para a generalidade das mulheres, a instituição familiar deixou de ser a única fonte de definição de papéis, valores, normas e regras, sem contudo esquecer que, por um lado, as identidades assentam em processos de identificação e diferenciação face aos comportamentos dos outros significativos que acompanham a formação do indivíduo, às normas ou aos modelos que eles representam, bem como às representações sociais dominantes. Por outro lado, as estratégias de articulação família-trabalho não deixam de ser resultado das dinâmicas intersubjectivas que se desenvolvem, sobretudo, no âmbito da família e do casal, na medida em que estas dinâmicas afectam o que N. Heinich (1998) designa de “trabalho de enquadramento dos momentos de si”, ou seja, a ideia de mulher que o sujeito faz de si (autopercepção), o seu esforço na projecção dessa ideia para os outros (representação) e,*

---

<sup>5</sup> Assumimos, de acordo com Pires, a “distinção entre as categorias de agente e de actor, frequentemente fluida na maioria dos textos sociológicos, incluindo nas obras de referência”, considerando “a unidade de análise ‘agente’ como o indivíduo socialmente constituído, na totalidade das suas determinações, enquanto a unidade ‘actor’ designaria (...) o agente actuante no desempenho de um papel específico” (2007: 38).

finalmente, a imagem e o lugar que estes lhe atribuem (designação).<sup>6</sup> A título de exemplo, um défice no reconhecimento do cônjuge ao sentido que a mulher atribui ao seu próprio trabalho - designadamente expresso no sentimento de incentivo ausente ou demasiado pontual - poderá constituir um entrave mais ou menos decisivo no enquadramento identitário.

Em suma, a exigência de uma coerência à mulher enquanto agente, designadamente no plano das soluções que encontra no sentido de articular a actividade profissional e a vida familiar, é bastante evidente na expectativa social nela depositada no que toca à conciliação família-trabalho, expectativa essa porventura presente nas políticas das entidades empregadoras (Guerreiro e Pereira, 2007; Dionízio e Schouten, 2007)<sup>7</sup>, condicionando assim a aplicabilidade dos ideais de partilha familiar do trabalho e da concepção “subjectiva” de si própria como indivíduo. A pressão no sentido dessa coerência é tanto mais vivida quanto a assunção do fracasso ao nível de um dos parâmetros identitários - desempenho profissional não reconhecido, desamor, deterioração da vida conjugal, problemas na relação com os filhos, sentimento de um acompanhamento incompetente na sua educação, etc. - pode originar uma crise de identidade.

#### 2.1.4 As hipóteses

Na primeira etapa da pesquisa, respeitante à formação do casal e à homogamia, avançamos três hipóteses que, obedecendo ao princípio da *função de comando da teoria* (Almeida e Pinto, 1986; Costa, 1999), se equacionam no quadro da interpelação aos pressupostos teóricos apriorísticos de uma escolha do cônjuge liberta de condicionalismos sociais. A primeira hipótese,

---

<sup>6</sup> Para Heinich, “a construção da identidade não é um acção solitária, que remeta o sujeito para si mesmo”. A investigadora sustenta que a identidade resulta de “uma interacção, que o coloca em relação com outros sujeitos, com grupos, com instituições, com corpos, com objectos, com palavras. Nesta rede de interacções podem ser distinguidos três ‘momentos’ fundamentais: a imagem que cada um de si tem (autopercepção), a que atribui aos outros (representação) e a que é reflectida pelos outros (designação). No estado normal, ou seja não problemático ou mesmo não perceptível, a identidade é vivida na coincidência destes três momentos, insinuando-se a crise logo que há desvio, divergência, se não mesmo contradição entre eles: e isto tanto mais quanto investido for o parâmetro relevante para a imagem de si (sexo, idade, profissão, nacionalidade, etc.), podendo então o sujeito viver essa incoerência como um crise de identidade.” (1998: 368).

<sup>7</sup> Baseando-se nos resultados de um estudo realizado em empresas com significativa presença de mulheres em diversas posições (Guerreiro *et al.*, 2003), M. D. Guerreiro e I. Pereira observaram que “in general, the principles of gender equality and a work/private life balance were not found in enterprise statements and employers did not have explicit arrangements for such principles” (2007: 197). Por sua vez, S. Dionízio e M. J. Schouten, num estudo sobre o impacto das políticas sociais na conciliação da vida familiar e actividade profissional, constataram, por um lado, que “as entidades empregadoras (públicas e privadas) têm ficado significativamente aquém de um potencial papel chave como catalisadores de estratégias e práticas que facilitem o equilíbrio entre a vida profissional e familiar”, pese embora “a margem de progressão nesta matéria [seja] elevada, sobretudo no desenvolvimento de estratégias coerentes, que combinem intervenções de natureza diversa (...) e que respondam de forma agregada e articulada às especificidades de cada realidade” (2007: 97). Por outro lado, as autoras observaram “uma supermacia quase generalizada da utilização feminina de medidas, o que sustenta a ideia de que o papel social tradicionalmente associado às mulheres e as responsabilidades quotidianas que lhe são atribuídas poderá conduzi-las a usufruir de medidas que melhor lhes permitam conciliar a vida familiar e actividade profissional” (2007: 96).

mais geral, prende-se justamente com *a existência de diversos constrangimentos estruturais e condicionalismos radicados na diferença sexual que se impõem na escolha do cônjuge*. A segunda hipótese surge da assunção de que *esses constrangimentos e condicionalismos se consubstanciam mais frequentemente em critérios de proximidade social, resultando assim na prevalência de um conjunto de padrões matrimoniais homogâmicos e hipergâmicos*. A terceira hipótese relaciona-se com o pressuposto de que *os contextos de interação, ao proporcionarem o encontro entre indivíduos socialmente próximos, funcionam como mecanismos na mediação entre a estrutura social e as escolhas individuais*.

Na segunda etapa, com enfoque na distância social no casal emergente ao longo da vida conjugal, enunciamos um conjunto de hipóteses que se consubstanciam nos eixos de desenvolvimento de uma abordagem alternativa e dinâmica da homogamia, enquanto processo que se desenvolve para além da formação do casal assumindo, deste modo, a configuração de uma *trajectória conjugal*. Emergindo de um circuito onde os novos elementos obtidos no decurso do trabalho empírico vão reequacionando o quadro teórico e analítico (Merton, 1987/1949), as hipóteses afiguram-se fundamentais na orientação da pesquisa, assumindo a forma de pressupostos na questão primordial de saber qual, afinal, o papel do casamento e da vida conjugal na diferenciação social. A primeira hipótese surge do pressuposto de que *a configuração homogâmica do casal no momento da sua formação, sendo reveladora do peso da proximidade social na escolha do cônjuge, tende a desfazer-se durante a vida conjugal para dar lugar à distância social no casal*. A segunda hipótese assume que *a distância social no casal emergente ao longo da vida conjugal favorece mais frequentemente o elemento masculino*. A terceira hipótese assenta no pressuposto de que *as estratégias elaboradas pela mulher no sentido da articulação entre a vida profissional e a vida familiar contribuem de forma decisiva para explicar a distância social no casal construída no decurso da vida conjugal*. A quarta hipótese prende-se com o condicionamento das *estratégias de conciliação família-trabalho pelos constrangimentos e vicissitudes com que se deparam as mulheres que as empreendem*. Por último, a quinta hipótese pressupõe que *a explicação da distância social no casal resulta sobretudo do modo como as estratégias de conciliação família-trabalho interagem com a própria dinâmica de funcionamento do casal e da família e a divisão familiar do trabalho*.

## 2.2 Metodologias adoptadas

As questões com que confrontámos a realidade empírica foram formuladas no entrecruzamento de duas estratégias de investigação: uma *estratégia extensiva-quantitativa*, no sentido de auscultar os critérios de proximidade social e cultural intervenientes na escolha do cônjuge e o conjunto de padrões homogâmicos na realidade social portuguesa; uma *estratégia comparativa-tipológica*<sup>8</sup> com o intuito de captar os processos de distanciamento ou aproximação social entre os cônjuges que se desenvolvem para além da formação do casal, por um lado, e os modos como diversos factores interagem e intervêm nesses processos, por outro, tendo em vista a produção de uma tipologia de *trajectórias conjugais*. Começamos por esclarecer, num primeiro momento, as opções metodológicas assumidas no âmbito da pesquisa extensiva sobre a escolha do cônjuge realizada por via do inquérito *Famílias no Portugal Contemporâneo*, procedendo à clarificação dos principais critérios e coordenadas na operacionalização dos conceitos utilizados na abordagem da escolha do cônjuge. De seguida, apresentamos as principais características sociográficas da população inquirida. Um segundo momento é então reservado à clarificação das opções metodológicas no âmbito da pesquisa qualitativa, realizada por via de entrevistas, sobre a construção da distância social no casal, procedendo ainda a uma breve sociografia do conjunto das mulheres entrevistadas.

### 2.2.1 Um retrato extensivo da escolha do cônjuge em Portugal

As linhas de análise da *escolha do cônjuge* devem ser enquadradas nos objectivos estabelecidos e opções tomadas no âmbito do projecto *Famílias no Portugal Contemporâneo*. A nossa participação teve início quando as interrogações de partida e os objectivos de investigação estavam a ser traçados, impondo-se afinar as articulações entre os nossos objectivos de pesquisa e as questões teóricas, conceptuais e metodológicas do projecto. Entre as coordenadas do projecto FPC, as mais importantes reportam-se à escolha de um método extensivo de inquirição – o inquérito por questionário – e de uma população com características singulares – mulheres a viver em casal, entre os 25 e os 49 anos e pelo menos um filho entre os

---

<sup>8</sup> No que respeita a esta *estratégia*, tal como esclarece A. F. da Costa, “a finalidade principal é conseguir captar a diversidade constitutiva de um determinado fenómeno social, à partida apenas conhecido de maneira vaga e indiferenciada. Os resultados mais importantes a que se chega condensam-se, na maioria das vezes, em torno de uma *tipologia*, a das principais modalidades que tal fenómeno assume. A lógica analítica é a da comparação entre as unidades estudadas, procurando-se organizá-las por tipos, de acordo com a maneira como se situam numa série de atributos dimensionais, ao mesmo tempo que se afina o conjunto das dimensões pertinentes, tomando em conta as configurações tipológicas a que se vai chegando” (1999: 10).

6 e os 16 anos. A construção do questionário foi o resultado de cumplicidades múltiplas, desde os debates desenvolvidos em equipa ao confronto entre uma diversidade de propostas teóricas e reflexão pessoal. O nosso contributo consistiu na introdução de uma vertente consistente sobre a escolha do cônjuge e o papel do casamento na diferenciação social.

#### *A escolha do cônjuge no projecto Famílias no Portugal Contemporâneo*

A análise da *escolha do cônjuge e proximidade social* teve lugar no quadro do projecto «Famílias no Portugal Contemporâneo: momentos de transição, interações familiares e redes sociais» (ICS/UL e CIES/ISCTE)<sup>9</sup>, cujo objectivo principal consistiu em “investigar as formas familiares no Portugal contemporâneo, através de uma análise das estruturas da família (composição interna e rede familiar de parentes), das dinâmicas conjugais e parentais (formação e funcionamento do casal e da família; projectos e práticas de parentalidade; estratégias de fecundidade e socialização) e das solidariedades familiares (trocas intergeracionais, nomeadamente entre gerações envelhecidas e mais jovens” (Wall, 1995, s.p.).

Inscrever a análise da escolha do cônjuge no âmbito do projecto *Famílias no Portugal Contemporâneo* implicou a adopção de uma estratégia metodológica traçada em função das coordenadas da pesquisa-mãe: I) a *utilização de um método extensivo* - o inquérito por questionário -, permitindo obter uma visão global e estatisticamente representativa de diversos critérios de natureza social (posição sócio-profissional, escolaridade, origem social, origem geográfica, idade e religião) intervenientes na escolha do cônjuge e do conjunto de padrões matrimoniais homogâmicos na realidade social portuguesa. Tratando-se de um primeiro retrato extensivo da vida familiar em Portugal, e em particular da escolha do cônjuge e proximidade social, o inquérito FPC possibilitou não apenas a auscultação de diversos critérios de carácter social intervenientes na formação do casal, mas também um enquadramento comparativo do caso português (Rosa, 2005) com os resultados verificados em países como a França (Bozon e Héran, 1987; Vanderschelden, 2006), os Estados Unidos da América (Kalmijn, 1994), a Suíça (Kellerhals *et al.*, 1982; Widmer *et al.*, 2003) ou a Noruega (Birkelund e Heldal, 2003); II) a *investigação circunscrita à face feminina da vida conjugal e familiar*, porquanto foram apenas entrevistadas mulheres-mães. A escolha do cônjuge foi assim captada através do olhar feminino,

---

<sup>9</sup> Apresentado ao Programa Praxis XXI em 1995, o projecto teve início em 1997, tendo sido financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A equipa de trabalho incluiu investigadores de três instituições: Karin Wall (coordenadora), Ana Nunes de Almeida, Piedade Lalanda, Sofia Aboim, Vanessa Cunha e Rodrigo Rosa, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Maria das Dores Guerreiro e Pedro Vasconcelos, do CIES/ISCTE; e Isabel André, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



assumindo-se a ausência da perspectiva masculina; III) A *circunscrição a uma população de casais com filhos co-residentes na idade da escolaridade obrigatória* (pelo menos um filho entre os 6 e os 16 anos), e como tal situada numa etapa do ciclo de vida familiar, permitiu a comparação de todos os casais entre si, sem entrar em linha de conta com as diferenciações provocadas por fases muito diferentes da vida conjugal; IV) A *estruturação do questionário em três momentos* - transição para a conjugalidade actual, transição para a parentalidade no contexto dessa conjugalidade e momento actual - possibilitou o mapeamento do conjunto de padrões homogâmicos no momento da formação do casal.

No âmbito do inquérito FPC o principal desafio com que nos defrontámos residuiu, com efeito, na construção de indicadores que permitissem observar os diversos critérios intervenientes na escolha do cônjuge, indicadores simultaneamente compatíveis com a padronização das respostas a que qualquer inquérito por questionário exige. É sabido que as perguntas colocadas num instrumento de inquirição constituem o término de um processo minucioso de definição de conceitos, dimensões, componentes e indicadores. No caso concreto da presente investigação, o processo de construção do modelo analítico foi exposto no ponto anterior, sendo agora o momento oportuno para esclarecer, através de alguns exemplos, o tratamento de um conjunto de questões do inquérito FPC (anexo I) que ora reenviam directamente para os respectivos indicadores privilegiados no modelo analítico, ora tiveram que ser sujeitas a recodificações ou constituíram a base para a construção de novas variáveis, de modo a responderem às nossas interrogações.

Nalguns casos houve uma correspondência entre as perguntas e os indicadores respeitantes a alguns aspectos da distância social no casal no momento da sua formação e às circunstâncias do primeiro encontro entre os cônjuges, tendo quando muito as variáveis sofrido recodificações. A título ilustrativo, refira-se o indicador de *local de encontro*, inicialmente contemplando quinze tipos de situações de encontro (com a devida excepção para a categoria de “Outra situação ou local”). Este indicador foi sujeito às seguintes agregações: das categorias de “local de férias”, “bar ou discoteca” ou “cinema, teatro, concerto” resultou a categoria de “contexto de lazer”; das categorias de “festa entre amigos” e “casa de amigos” resultou a categoria de “redes de amizades”; das categorias de “bairro ou aldeia”, “baile”, “associação recreativa, desportiva ou cultural” resultou a categoria de “sociabilidades locais”; e das categorias de “festa de família”, “reunião de família” ou “sempre se conheceram” resultou a categoria de “parentesco e relações de proximidade”. Estas agregações deram assim origem a um novo indicador de local de encontro com apenas sete categorias.

Noutros casos houve necessidade de proceder à construção de variáveis secundárias a partir de variáveis primárias, como é o caso da construção do indicador sócio-profissional - *posição sócio-profissional* - inspirado nas propostas de alguns estudos realizados no âmbito da sociologia das classes sociais (Almeida, 1999/1986; Costa, 1999; Costa *et al.*, 2000). Trata-se de uma variável secundária construída a partir de variáveis primárias, indicadores cruciais do modo como se desenrolam as relações no interior dessa estrutura, como a profissão, a situação na profissão, a escolaridade, o lugar ocupado na hierarquia da organização e o sector em que se inclui a actividade profissional (anexo II). Assim, o que basicamente diferencia os camponeses (C) dos operários agrícolas (OA), os dois grupos do sector primário, é a sua situação na profissão. Enquanto que os operários agrícolas são trabalhadores rurais por conta de outrem, os camponeses trabalham por conta própria, na sua esmagadora maioria sem pessoas a cargo, possuindo ou arrendando terras que exploram. Por sua vez, optou-se por distinguir no grupo dos operários industriais, onde se reúnem todas as situações profissionais assalariadas do sector secundário, os operários qualificados (OIQ) - mecânicos, artesãos, serralheiros, operadores de máquinas, etc. - dos não qualificados (OINQ) - trabalhadores não qualificados da construção civil, indústria têxtil, transformadora, etc.. No que diz respeito, aos empregados do sector terciário, fazia todo o sentido distinguir os empregados não qualificados (ENQ), situações em que quer o teor das profissões (caixas, bilheteiros, recepcionistas, empregados de armazém, etc.), quer os níveis de escolaridade (a esmagadora maioria completou, no máximo, o ensino básico unificado) revelam posições pouco exigentes no que toca às qualificações, dos empregados executantes (EE), casos em que o tipo de actividade profissional (secretários, empregados de contabilidade) aponta para requisitos educacionais mais elevados (no caso das mulheres e dos cônjuges, a maioria possui, no mínimo, o ensino secundário). Os trabalhadores independentes incluem os activos dos sectores secundário e terciário que trabalham por conta própria sem, no entanto, terem outros indivíduos ao seu serviço (mecânicos por conta própria, vendedores de jornais, etc.). Na grande maioria, o nível de escolaridade é baixo, não ultrapassando o ensino básico unificado. O perfil profissional e escolar dos pequenos patrões é semelhante ao dos independentes, sendo mais propriamente a situação na profissão que permite distinguir os primeiros (patrões com menos de cinco pessoas a cargo) dos segundos, pelo que optámos por agregar os dois grupos numa única categoria (IPP). Os empresários e dirigentes (ED) incluem as situações que concentram maior volume de recursos (nomeadamente, económicos e de autoridade), como são as profissões de topo nas hierarquias das instituições públicas, as profissões liberais muito qualificadas, e ainda os lugares dominantes do ponto de vista económico, como é o caso dos patrões e dos quadros dirigentes das grandes

empresas. Neste grupo sócio-profissional, enquanto a esmagadora maioria das mulheres possui uma licenciatura completa (91,7%), mais de um quarto dos homens não completou a licenciatura ou possui um curso médio/bacharelato (27,3%), um dado revelador de que a desigualdade entre os homens e as mulheres no acesso à posição mais favorecida da estrutura não se resume à menor presença feminina nos lugares de topo. As profissões intelectuais e científicas (PIC) reúnem as profissões assalariadas muito qualificadas e escolarizadas. Ao contrário das profissões técnicas de enquadramento (PTEI), onde o perfil escolar sempre é menos elevado (a grande maioria não possui mais do que o ensino secundário), entre as profissões intelectuais e científicas *todos* os indivíduos frequentaram, no mínimo, a universidade.

Outros exemplos da construção de variáveis secundárias prendem-se com a variável de *proximidade geográfica* ou de *proximidade religiosa*. A variável de *proximidade geográfica* ao nível do concelho de nascimento foi construída a partir dos indicadores de concelho de nascimento da inquirida e do cônjuge, calculando-se a distância entre os concelhos com base em mapas com uma desagregação correspondente através do número de círculos de concelhos que separava o concelho de nascimento da mulher do concelho de nascimento do homem. A variável de *proximidade religiosa* foi construída a partir da variável de posição religiosa da mulher e posição religiosa do homem, resultando num indicador de proximidade compreendendo duas grandes categorias - homogamia e heterogamia religiosa - respectivamente desagregadas em cinco subcategorias - “ambos os cônjuges católicos praticantes”; “ambos os cônjuges católicos não praticantes”; “mulher católica praticante/homem católico não praticante”; “homem católico praticante/mulher católica não praticante”; “ambos os cônjuges sem religião” - e duas subcategorias - “uniões entre católicos e sem religião”; “outras uniões heterogâmicas”.

#### *Breve sociografia do inquérito*

O conjunto de variáveis que enunciamos neste ponto visa proporcionar um retrato sumário das famílias portuguesas com filhos a partir de alguns dados biográficos e sociais do inquérito FPC.

Resultando directamente do critério de representatividade estatística ao nível do Continente, uma primeira variável de caracterização diz respeito ao local de residência, constatando-se que mais de dois terços das inquiridas encontra-se nas regiões (NUTSII) com maior incidência global de casais com filhos em idade escolar, ou seja, no Norte e na região de Lisboa e Vale do Tejo (quadro n.º 2.1). Já as regiões a sul do Tejo se distinguem, ao invés, pelo número bastante mais reduzido de famílias no total da amostra.

Quadro N.º 2.1 | Distribuição regional da população inquirida por NUTSII

	N	%
Norte	669	37,6
Centro	310	17,5
Lisboa e Vale do Tejo	645	36,4
Alentejo	90	5,0
Algarve	62	3,5
Total Continente	1776	100,0

Outro critério elementar na definição da amostra foi, como vimos, a idade das mulheres: à data da aplicação do inquérito (1999), as inquiridas tinham idades compreendidas entre os 25 e 49 anos (quadro n.º 2.2). O intervalo modal, situado entre os 35-39 anos, reúne quase um terço da amostra. São também de destacar as inquiridas na faixa etária entre os 40 e os 44 anos, representando mais de um quarto de uma amostra cuja média de idade se situa nos 38,6 anos. Aos critérios geográfico e etário acrescentou-se o critério do laço conjugal: todas as inquiridas viviam, no momento da inquirição, numa união conjugal, com ou sem formalização pelo casamento. Na esmagadora maioria dos casos, estamos perante inquiridas que vivem a primeira conjugalidade: apenas para 5% das inquiridas a actual união conjugal não era a primeira.

Um último critério na construção da amostra prendia-se com a descendência e as suas características, de modo a captar as famílias com filhos numa etapa de particular sobrecarga do ciclo de vida. As inquiridas deveriam, portanto, ter pelo menos um filho co-residente com idade compreendida entre os 6 e os 16 anos. Uma vez que estamos maioritariamente perante primeiras conjugalidades, este critério contribuiu para o facto de estarem em minoria as inquiridas que casaram já na década de noventa, contrastando com a clara maioria que iniciou a vida conjugal na década de oitenta. Por outro lado, também em virtude de se tratar, sobretudo, de primeiras conjugalidades, quase todos os agregados domésticos incluem apenas filhos do casal, constatando-se que mais de metade das famílias vivem com dois filhos, cerca de um quarto vive apenas com um e as restantes com três e mais filhos.

Quadro N.º 2.2 | Dados de caracterização biográfica e familiar da mulher

	N	%
<b>Idade actual</b>		
25-29 anos	76	4,3
30-34 anos	350	19,7
35-39 anos	568	32,0
40-44 anos	511	28,8
45-49 anos	268	15,1
Total	1176	100,0
<b>Conjugalidade</b>		
Primeira	1680	94,6
No mínimo, segunda	96	5,4
Total	1776	100,0
<b>Vínculo conjugal</b>		
Casamento	1698	95,6
União de facto	78	4,4
Total	1776	100,0
<b>Ano de entrada na vida conjugal</b>		
Até 1979	522	29,4
1980 e 1989	1073	60,4
1990 ou depois	181	10,2
Total	1776	100,0
<b>Número de filhos co-residentes</b>		
Um filho	453	25,5
Dois filhos	991	55,8
Três filhos	252	14,2
Quatro ou mais filhos	80	4,5
Total	1776	100,0

No que toca à caracterização escolar das famílias, prevalecem na amostra as baixas qualificações escolares, o que não se estranha atendendo ao critério de representatividade que presidiu na construção desta amostra (quadro n.º 2.3). No que se refere às inquiridas, quase metade têm no máximo o antigo ensino primário - sendo de realçar a proporção das que não possuem qualquer grau de ensino (cerca de 4%) - e apenas 11% frequentaram o ensino

superior. No seu conjunto, o perfil de escolaridade dos cônjuges é muito semelhante ao das inquiridas. Já no que respeita à condição perante a actividade económica, destaca-se a grande maioria de quase três quartos de famílias em que a mulher exerce profissão, o que de certa forma não surpreendente no contexto da sociedade portuguesa, marcado pela forte presença de mulheres no mercado de trabalho que, mesmo com filhos em idade escolar, trabalham a tempo inteiro. Ainda assim, quase duas em cada dez é doméstica. No seu conjunto, observa-se que a esmagadora maioria dos homens exerce profissão, sendo a reduzida proporção dos desempregados um pouco inferior à das mulheres desempregadas. As diferenças mais contrastantes entre mulheres e homens observam-se no plano dos posicionamentos na estrutura sócio-profissional. Enquanto as mulheres estão mais presentes no grupo sócio-profissional mais qualificado das profissões intelectuais e científicas, entre os empregados executantes ou os empregados não qualificados, e ainda entre os camponeses, os homens estão mais representados no grupo mais favorecido dos empresários e dirigentes, entre os independentes e pequenos patrões e entre o operariado da indústria.

Quadro N.º 2.3 | Caracterização escolar e sócio-profissional da mulher e do cônjuge

	Mulher N	Homem N	Mulher %	Homem %
<b>Escolaridade</b>				
Licenciatura ou grau superior	93	102	5,2	5,7
Ensino médio/ Licenciatura incompleta	100	69	5,6	3,9
Ensino secundário	199	190	11,2	10,7
Ensino preparatório/unificado	596	602	33,6	33,9
Ensino primário	710	735	40,0	41,4
Sem escolaridade	78	76	4,4	4,3
<b>Total</b>	<b>1776</b>	<b>1776</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Condição perante actividade económica</b>				
Exerce profissão	1300	1659	73,2	93,4
Estudante	4	2	0,2	0,1
Desempregada	107	75	6,0	4,2
Doméstica	330	-	18,6	-
Outra situação	35	40	2,0	2,3
<b>Total</b>	<b>1776</b>	<b>1776</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Quadro N.º 2.3  
(continuação)

Caracterização escolar e sócio-profissional da mulher e do cônjuge

	Mulher N	Homem N	Mulher %	Homem %
<b>Trajectória profissional da mulher</b>				
Sempre com trabalho	920	-	51,8	-
Sempre sem trabalho	218	-	12,3	-
Trabalho em um ou dois momentos	638	-	35,9	-
<b>Total</b>	<b>1776</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Posição sócio-profissional</b>				
Empresários e dirigentes (ED)	12	33	0,9	2,0
Profissões intelectuais e científicas (PIC)	159	114	12,2	6,9
Profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI)	56	94	4,3	5,7
Independentes e pequenos patrões (IPP)	157	353	12,1	21,3
Camponeses (C)	73	50	5,6	3,0
Empregados executantes (EE)	292	242	22,5	14,6
Empregados não qualificados (ENQ)	233	38	17,9	2,3
Operários industriais qualificados (OIQ)	100	343	7,7	20,7
Operários industriais não qualificados (OINQ)	180	328	13,9	19,8
Operários agrícolas (OA)	37	62	2,8	3,7
<b>Total</b>	<b>1299</b>	<b>1657</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Finalmente, no que respeita à posição religiosa (quadro n.º 2.4), num país predominantemente católico, não surpreende que a esmagadora maioria das inquiridas e cônjuges seja católica. No entanto, se cerca de metade das mulheres se declara católica praticante, só pouco mais de um terço considera que o cônjuge é católico praticante. De resto, não ter religião ou ter outra crença religiosa são situações minoritárias no contexto nacional.

Quadro N.º 2.4

Posição religiosa da mulher e do cônjuge

	Mulher N	Homem N	Mulher %	Homem %
Católica praticante	873	656	49,2	36,9
Católica n/ praticante	807	986	45,4	55,5
Outra religião	34	30	1,9	1,7
Sem religião	61	100	3,4	5,6
NS/NR	1	4	0,1	0,2
<b>Total</b>	<b>1776</b>	<b>1776</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Em síntese, a população inquirida e respectivos cônjuges no Continente assume o principais traços: mulheres e homens com idades compreendidas entre os trinta e os quarenta e pouco anos, na sua maioria, com qualificações escolares ou profissionais não muito elevadas, formalmente casados pela primeira vez há dez/vinte anos atrás face ao momento da inquirição, com uma matriz católica no que respeita à religião e filhos em idade escolar obrigatória.

## 2.2.2 Distância social no casal: a profundidade necessária

### *A situação de entrevista*

Indagar sobre a homogamia como *processo que se traduz numa trajectória conjugal* - as diversas dimensões que configuram a vida em casal nas suas articulações e compromissos com as exigências do mundo do trabalho num contexto de duplo emprego e dupla carreira - implica a captação do sentido que os agentes - neste caso, as mulheres - dão às suas práticas e às realidades familiar e profissional com que se defrontam, bem como a reconstituição dos processos em que se enreda a sua acção, as suas experiências e o seu passado. Se a compreensão sociológica da acção e, em particular, das *escolhas*, implica apreender o sentido explícito ou implícito, consciente ou não que os agentes lhe atribuem (Weber, 1993/1922), tal apreensão alarga-se necessariamente à subjectividade de que se constitui o próprio sentido da acção (Berger e Luckmann, 1999/1966). Sublinhe-se, no entanto, que a compreensão sociológica do sentido subjectivo nas escolhas dos agentes significa, nesta perspectiva, enquadrá-las nos contextos sociais, ideológicos e históricos de que também são o produto.

A *situação de entrevista*<sup>10</sup> revelou-se o procedimento metodológico mais apropriado para a reconstituição, no sentido weberiano, dos universos de sentido de que as realidades familiar e profissional se revestem para as mulheres. Interessava sobretudo descobrir a forma como as mulheres interiorizam, rejeitam ou reformulam as normas pelas quais se pautam as soluções que encontram na articulação entre a vida familiar e a vida profissional. Com efeito, as entrevistas representaram um esforço para levar um conjunto de mulheres a falar das suas *escolhas* a respeito da vida familiar, da sua actividade profissional e aspirações de carreira e, sobretudo, sobre o modo como vão respondendo aos imperativos de articulação entre esses dois universos

---

<sup>10</sup> A entrevista consiste num encontro interpessoal que tem lugar num contexto e situação social determinados, implicando a presença de dois sujeitos com estatutos diferenciados e assimétricos - investigador e entrevistado (Ruquoy, 1997/1995; Blanchet e Gotman, 1992; Ghiglione e Matalon, 1992/1978).



de realização em que se projectam. A análise dos processos que conduzem à homogamia e, sobretudo, das suas transformações no tempo da conjugalidade partiu então de um conjunto de relatos de mulheres a viver em união conjugal, com filhos em idade escolar, licenciadas, com profissões qualificadas e todas elas residentes na Área Metropolitana de Lisboa.

A dimensão da amostra ficou definida quando, alcançada uma diversidade considerável de perfis e a profundidade analítica necessária à “recuperação do real submerso às suas formas” numa “lógica de descoberta” (Pais, 2002: 141), se verificou uma *saturação* de informação (Bertaux, 1980). Foram assim efectuadas, entre 2002 e 2003, vinte e sete entrevistas individuais em profundidade, com uma duração média de quatro horas. À selecção da amostra presidiu um conjunto de critérios explícitos. O *critério da escolaridade* (licenciatura) das entrevistadas e cônjuges prendeu-se com a necessidade de controlar a variável de caracterização “grupo sócio-profissional”. Ao contrário da diversidade social dos casais que o inquérito FPC permitiu observar, pretendíamos agora circunscrever-nos a situações sócio-profissionais mais permeáveis, por vias diversas, ao fenómeno da mobilidade, seja pela aposta sistemática em recursos de natureza escolar, seja pela capitalização ou reconversão desses recursos em capital económico, etc. Por sua vez, o *critério da profissão* (qualificada) resultou do objectivo de reunir situações profissionais com fortes probabilidades de carreira. O *critério do perfil conjugal e parental* reportou-se ao propósito de auscultar os compromissos entre a dinâmica conjugal e as exigências da maternidade e da relação pais-filhos, sendo no entanto aleatório o tipo de vínculo (casamento/união de facto) entre as entrevistadas e os cônjuges. O *critério etário* também presidiu na selecção da amostra, tanto no que diz respeito à idade actual da mulher - entre os 30 e 54 anos - como do(s) filho(s) - entre 6 e 16 anos. Já o *critério da residência* ficou a dever-se tão-somente ao facto de a *Área Metropolitana de Lisboa* ser uma área com grande concentração de profissões qualificadas. De referir que o método de “bola de neve” afigurou-se-nos o mais apropriado para ir ao encontro de mulheres com os perfis que cumpriam esses critérios.

A opção pela *entrevista semi-estruturada e semi-directiva* prendeu-se com o facto de esta variante metodológica possibilitar a construção da narrativa, da “história” (Bourdieu, 1986), sem as interrupções constantes a que uma excessiva directividade conduziria. Com efeito, a semi-estruturação da entrevista, implicando a construção prévia de um guião que constitui o eixo orientador da entrevista, vai de par com o carácter semi-directivo na sua realização, que permite ao investigador controlar a ordem pré-estabelecida das perguntas-guia (Ghiglione e Matalon, 1992/1978) de acordo com a adaptação necessária a cada entrevistado e à situação particular de cada entrevista (Ruquoy, 1997/1995). Em suma, as perguntas formuladas no guião da entrevista (anexo IV) não só desempenharam uma função orientadora como permitiram abrir

caminho a episódios relevantes dos percursos familiares e profissionais das mulheres entrevistadas, episódios esses cujo acesso não podia ser previamente traçado. Por sua vez, a (re)formulação do guião da entrevista não prescindiu de relatos captados numa etapa de pré-teste.

Nessa etapa de pré-teste, entrevistámos quatro mulheres cujas características sociais e familiares cumpriam os critérios estipulados. Convém, no entanto, clarificar que as finalidades desta primeira fase exploratória não se confundem com os objectivos analíticos das entrevistas posteriormente realizadas. Com efeito, na realização das entrevistas de pré-teste prevaleceram o grau de liberdade de observação e a reduzida orientação do diálogo entre entrevistador e entrevistada, já que não se tratava propriamente de encontrar respostas para aquilo que questionávamos, mas de estarmos atentos às eventuais necessidades de reflectir melhor os modos de colocar as questões presentes no guião de entrevista, bem como colmatar algumas lacunas. Representando uma primeira confrontação com o terreno, num estudo de natureza exploratória como o que levamos a cabo, as entrevistas pré-teste significaram a primeira oportunidade do diálogo entre teoria e realidade empírica. De resto, todo o trabalho posteriormente realizado prosseguiu numa lógica de exploração e reformulação das hipóteses. É neste sentido, aliás, que podemos recorrer ao termo, sugerido por J.-C. Kaufmann, de *ruptura progressiva* com o senso comum. A ruptura vai-se realizando “em oposição não absoluta, mas relativa, com o senso comum, num movimento pendular constante entre compreensão, escuta atenta, distanciamento e análise crítica.” (Kaufmann, 1996: 22). É uma postura com a qual, sublinhe-se, este trabalho encontrou sintonia, já que - concedendo à pesquisa empírica o papel de activação, reformulação, desvio e clarificação da teoria, muito para além, portanto, da exclusiva confirmação ou refutação das hipóteses formuladas (Merton, 1987/1949) - foi no decurso de todo um processo de constante confrontação entre teoria e pesquisa empírica, processo esse que está na origem da ideia de que a ruptura não pode concluir-se num só momento da investigação, que pudemos constituir os ideais-tipo de *trajectória conjugal*.

As potencialidades heurísticas da entrevista não podem, todavia, fazer esquecer dois aspectos fundamentais. O primeiro refere-se precisamente ao facto de a entrevista se caracterizar por um momento *comunicativo* e *interaccional*. Com efeito, as respostas e as formulações do entrevistado não podem ser analisadas sem que as condições e a relação com o entrevistador sejam explicitadas. Analisar uma entrevista significa, também, um esforço para apresentar com clareza tudo o que contribui para o que dela resulta, ou seja, tudo o que nas formulações do entrevistado é induzido pelas questões colocadas pelo entrevistador, pelo contexto da entrevista e pela relação de troca implícita nessa situação. Um segundo aspecto diz

respeito ao necessário distanciamento na análise da informação obtida. Para além do que já foi dito, a entrevista define-se também pela maior ou menor cumplicidade entre entrevistador e entrevistado no que se refere ao pressuposto de que a reconstituição do passado e do sentido da história coincidem, de facto, com esse passado, com essa história. O paradoxo maior desta abordagem da realidade consiste na dupla necessidade de distanciamento e compromisso com uma *ilusão biográfica*. Por um lado, distanciamento relativamente ao discurso comum a que o esforço de objectivação obriga. Por outro, a conivência do momento da entrevista, necessária para que “a história”, o discurso do entrevistado encontre uma sintonia formal nas perguntas do entrevistador. Como sublinhava Bourdieu, “esta tendência para agir como ideólogo da sua própria vida, seleccionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões próprias para lhes dar coerência (...), encontra a cumplicidade natural do biógrafo, a quem tudo - a começar pelas suas disposições como profissional da interpretação - leva a aceitar esta criação artificial de sentido” (1986: 69).

#### *Breve sociografia das mulheres entrevistadas*

Finalmente, apresentamos alguns dados de caracterização biográfica, familiar e social do conjunto das mulheres entrevistadas. Com idades compreendidas entre os 30 e os 54 anos, a faixa etária mais representada é entre os 40 e os 49 anos (quadro n.º 2.5). Por seu turno, os cônjuges repartem-se mais entre as diversas faixas etárias, destacando-se sobretudo a sua maior presença nas faixas etárias superiores aos 50 anos, um sintoma óbvio da diferença de idade a favor do homem no casal.

No que toca à relação das entrevistadas com o actual cônjuge, destaca-se desde logo o facto de serem raros os namoros tardios: apenas quatro entrevistadas conheceu o respectivo cônjuge com uma idade igual ou superior aos 27 anos, distribuindo-se as restantes quase equitativamente entre as faixas etárias dos 15-18 anos, 19-22 anos e 23-26 anos. No que respeita à vida conjugal, todas estas mulheres vivem a primeira conjugalidade, sendo que a grande maioria (21) iniciou-a na casa dos vinte anos, concentrando-se um pouco mais na faixa dos 25-29 anos. Já no que toca à entrada na vida conjugal, constata-se uma reduzida adesão à coabitação (6), estando na origem destas opções ora uma atribuição da formalização do vínculo mais propriamente às conveniências do contexto social e da família do que a um desejo pessoal, ora uma reivindicação para si da intenção de iniciar a vida a dois exclusivamente pela via da formalização do vínculo. Um traço transversal a praticamente todas as entrevistadas é o vínculo conjugal não prescindir da sua formalização por via do casamento civil ou religioso, observando-

se apenas um caso de união de facto. Por fim, no que respeita à descendência, a maioria das entrevistadas é mãe de dois filhos (15), repartindo-se quase equitativamente as demais entre as descendências ora de um filho (6), ora de três filhos (5). Apenas uma entrevistada tem um descendência mais numerosa, de quatro filhos.

Quadro N.º 2.5 | Dados de caracterização biográfica e familiar

	Mulher	Homem		Mulher	Homem
<b>Idade actual</b>			<b>Idade ao namoro</b>		
30-34 anos	3	2	15-18 anos	8	6
35-39 anos	3	6	19-22 anos	7	9
40-44 anos	13	8	23-26 anos	8	7
45-49 anos	6	4	27-30 anos	2	1
50-54 anos	2	6	31-34 anos	1	1
≥ 55 anos	-	1	≥ 35 anos	1	3
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>27</b>
<b>Idade à união conjugal</b>			<b>Número de filhos</b>		
18-20 anos	2	1	Um filho	6	
21-24 anos	9	9	Dois filhos	15	
25-29 anos	12	11	Três filhos	5	
30-34 anos	3	2	Quatro filhos	1	
≥ 35 anos	1	4	<b>Total</b>	<b>27</b>	
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>27</b>			
<b>Vínculo conjugal</b>			<b>Modos de entrada na vida conjugal</b>		
Casamento	26		Coabitação	6	
União de facto	1		Casamento	21	
<b>Total</b>	<b>17</b>		<b>Total</b>	<b>17</b>	

A caracterização escolar e sócio-profissional dos casais analisados através das entrevistas encontra-se em concordância com os critérios de selecção previamente definidos. Todas as mulheres entrevistadas possuem uma licenciatura completa (24) ou incompleta (3) no início da vida conjugal. Apenas três é casada com um homem que não frequentou o ensino superior. Posicionadas maioritariamente no grupo das profissões intelectuais e científicas (PIC), é verdade que nem todas as entrevistadas casaram com homens pertencentes ao mesmo grupo sócio-profissional, porém, a amostra reparte-se, com a excepção de um único caso, entre os casamentos de indivíduos inseridos no mesmo grupo sócio-profissional, por um lado, e os

casamentos entre indivíduos com posições sócio-profissionais vizinhas. Ora, esta prevalência da proximidade sócio-profissional não é, afinal, surpreendente, se recordarmos que *grosso modo* as mulheres entrevistadas já ocupavam as posições (PIC ou ED) onde, segundo os dados do inquérito *FPC*, se observa a tendência mais acentuada para a homogamia sócio-profissional. Com efeito, quase metade das entrevistadas casou com um homem com o mesmo perfil sócio-profissional que o seu, e cinco casaram com alguém que exerce uma profissão do mesmo ramo de actividade.

Quadro N.º 2.6 | Caracterização escolar e sócio-profissional

	Início da vida conjugal		Actualmente	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
<b>Escolaridade</b>				
Pós-licenciatura	-	1	9	3
Licenciatura	24	16	18	19
Ensino médio/ bacharelato/ licenciatura incompleta	3	6	-	1
Ensino secundário	-	3	-	3
Ensino secundário incompleto	-	1	-	1
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>
<b>Posição sócio-profissional</b>				
Empresários e dirigentes (ED)	1	6	4	14
Profissões intelectuais e científicas (PIC)	23	13	23	10
Profissões técnicas e de enquadramento intermédio (PTEI)	-	6	-	2
Independentes e pequenos patrões (IPP)	-	-	-	1
Camponeses (C)	-	-	-	-
Empregados executantes (EE)	1	-	-	-
Empregados não qualificados (ENQ)	-	-	-	-
Operários industriais qualificados (OIQ)	-	-	-	-
Operários industriais não qualificados (OINQ)	-	-	-	-
Operários agrícolas (OA)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>

## **PARTE II**

ESCOLHA DO CÔNJUGE  
E LOCAIS DE ENCONTRO



### **3 A prevalência da proximidade sócio-profissional na formação do casal**

Os diversos estudos que vieram contrariar a ideia de que a decisão de casar seria crescentemente dominada por sentimentos dissociados de factores de natureza social, demonstrando pelo contrário a importância da proximidade social na escolha do cônjuge, foram desenvolvidos em sociedades ocidentais que sofreram processos de transformação cujos contornos marcam também as últimas décadas em Portugal, testemunhando, no plano da demografia familiar, o crescimento do divórcio e a queda da nupcialidade (Torres, 1996; Bandeira, 1996), e no plano da estrutura sócio-profissional o abandono gradual do sector primário em virtude do alargamento dos restantes, a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho e a crescente aposta em recursos educacionais (Machado e Costa, 1998; Almeida *et al.*, 1998). Neste capítulo, averigua-se a importância da proximidade sócio-profissional na escolha do cônjuge num país particularmente marcado pela recomposição da estrutura sócio-profissional. De início, faz-se uma breve caracterização das diferenças intergeracionais - entre pais e filhos - no plano das posições sócio-profissionais, colocando em evidência o duplo processo de mobilidade e reprodução social que caracteriza a sociedade portuguesa contemporânea. Em seguida, analisa-se a importância da proximidade sócio-profissional na escolha do cônjuge, no sentido de avaliar o papel do casamento na diferenciação social neste contexto de mudança. Haverá uma tendência em Portugal para casar com alguém do mesmo grupo sócio-profissional? Em caso afirmativo, serão alguns grupos sócio-profissionais mais propensos à homogamia? Por outro lado, estarão algumas mulheres mais inclinadas para casar com homens de grupos sócio-profissionais mais qualificados ou favorecidos?

#### **3.1 A recomposição da estrutura sócio-profissional**

Nas últimas décadas, Portugal testemunhou um processo de recomposição da estrutura sócio-profissional, de tal forma que, no início da década de noventa, o tecido sócio-profissional diferenciava-se bastante do cenário do início dos anos sessenta, quando quase metade da população activa trabalhava no sector primário e apenas pouco mais de um décimo das mulheres portuguesas era profissionalmente activa (Almeida *et al.*, 1998). A recente recomposição da estrutura sócio-profissional resultou da articulação de diversos factores, desde a gradual e maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho, à forte industrialização das décadas de sessenta e setenta, ao crescimento continuado do sector dos serviços (onde, ao contrário da indústria, é prevaemente a presença das mulheres), passando pelo movimento de



escolarização e o crescimento de profissões com elevados requisitos escolares e qualificacionais. De resto, os fenómenos migratórios que marcaram Portugal desde a década de sessenta - o crescimento dos movimentos emigratórios no anos sessenta e a sua retracção até meados dos anos oitenta, o “retorno de emigrantes, até aos anos 90, [o] repatriamento dos portugueses residentes nas ex-colónias e, por fim, [o] crescimento dos fluxos imigratórios” (Pires, 2003: 119) - e, ainda, as dinâmicas de migração interna associadas à urbanização e litoralização do país, contribuíram, por sua vez, de um forma decisiva para estas mudanças (Almeida *et al.*, 1994). Ora, este processo de vasta e complexa transformação não foi alheio aos projectos de mobilidade social das famílias portuguesas, projectos esses que não deixam de ser atravessados quer pela desigualdade entre os homens e as mulheres, quer pela desigualdade social.

### 3.1.1 A mobilidade social das famílias e a desigualdade entre os homens e as mulheres

O inquérito *Famílias no Portugal Contemporâneo* (1999) - FPC – permitiu-nos comparar as situações sócio-profissionais das mulheres e cônjuges com a situação sócio-profissional dos respectivos pais, revelando os principais traços da recomposição do tecido social português. Devemos, antes de mais, esclarecer que, se eventualmente a origem social das inquiridas não se resume à posição sócio-profissional do pai, este indicador representa, contudo, uma aproximação muito razoável a essa realidade, porquanto a presença das mulheres no mercado de trabalho era num passado ainda recente muito menos expressiva do que é hoje. O facto de a posição sócio-profissional do pai como referência do meio social de origem, em lugar da posição social do casal ou da família, prende-se *apenas* com a necessidade de comparar posições sócio-profissionais individuais, sem no entanto pretender aqui escamotear a importância do grupo doméstico, onde, na realidade, “se condensa uma pluralidade de efeitos sociais e se organizam basicamente os sistemas de disposições dos elementos que o integram, a ele se referenciam trajectos passados e trajectos virtuais, nele radicam estratégias e práticas socialmente relevantes” (Almeida, 1999/1986: 233).

Assim, num primeiro olhar, ressalta a fraca presença, perante a geração dos pais, de inquiridas e cônjuges que exercem actividades agrícolas (quadro n.º 3.1).<sup>1</sup> O caso do operariado agrícola reflecte bem o progressivo desaparecimento dos agricultores sem terra. No que respeita

---

<sup>1</sup> Qualquer interpretação dos indicadores e das variáveis respeitantes aos cônjuges das inquiridas, bem como aos pais de ambos, deve tomar em linha de conta o facto de estas amostras, dada a forma indirecta como foram alcançadas, não serem representativas quer dos homens que vivem em conjugalidade com mulheres de perfil idêntico ao das inquiridas, quer dos respectivos pais.

aos camponeses, isto é, agricultores não assalariados que cultivam terra própria ou arrendada, a inferior presença face à geração dos pais traduz o reconhecido processo de sub-reprodução do campesinato “puro” que resulta da gradual carência de sucessores. Na medida em que o indicador sócio-profissional utilizado tem como base a profissão principal, torna-se compreensível que a presença feminina entre os camponeses supere aqui a masculina. É, com efeito, possível que grande parte das inquiridas cuja profissão principal do cônjuge se inclui no grupo dos camponeses esteja em situações de campesinato “puro”, porém, aquelas cuja própria profissão as inclui no grupo das camponesas vivem mais provavelmente nas designadas famílias pluriactivas. As situações de pluriactividade, que foram surgindo em substituição da modernização dos campos e da lógica do campesinato “puro”, são prova de que êxodo agrícola não é necessariamente sinónimo de êxodo rural. Tal como observou J. F. de Almeida, “a conservação da casa, por um lado, da segurança e do complemento económico fornecidos pela pequena leira, por outro, terão estado na base da prevalência clara que a pluriactividade pendular revelou face às alternativas virtuais, dantes frequentemente praticadas, da emigração ou da migração interna definitiva” (1999/1986: 381). A diversidade das situações de pluriactividade é, de resto, uma realidade bem conhecida dos sociólogos, tendo sido objecto de análise em vários trabalhos realizados em meios rurais confrontados com processos de industrialização difusa (Almeida, 1999/1986; Lourenço, 1991; Pinto, 1985; Sobral; 1999; Wall, 1998).

No que toca aos restantes sectores de actividade, a ampla presença de mulheres entre as profissões menos qualificadas do sector terciário (ENQ), precisamente ao contrário do que se observa na maioria das profissões ligadas ao sector secundário (OIQ, OINQ), onde prevalecem os homens, é um dos principais traços da entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho. Esta preponderância feminina no sector terciário e masculina no sector secundário está obviamente longe de ser uma especificidade portuguesa, sendo um fenómeno também observado em diversos países europeus (Almeida *et al.*, 2006). Na década de setenta, já L. Thévenot (1977) demonstrava as assimetrias na distribuição dos géneros na esfera sócio-profissional também evidentes no interior dos segmentos menos favorecidos da sociedade francesa. A feminização intensiva dos empregos assalariados, observava o investigador, não resulta necessariamente numa igualdade profissional entre mulheres e homens com as mesmas qualificações: “as operárias ou as empregadas executantes ocupavam frequentemente os postos de trabalho menos qualificados; detentoras de um diploma, é menos frequente exercerem uma profissão liberal não assalariada que os seus homólogos masculinos” (1977: 20).

Mais recentemente, M. C. Lopes e H. Perista constataram que, em Portugal, as desigualdades de género são observáveis não apenas “na persistência de acentuados desvios salariais” entre os homens e as mulheres nos sectores da banca, dos têxteis, do vestuário e calçado, mas também na “probabilidade de as mulheres ascenderem a níveis de qualificação de topo (lugares de direcção, concepção ou enquadramento da execução) [ser] sistematicamente inferior à dos homens em qualquer um dos sectores considerados” (1999: 85). Deste modo, não se estranha que, no que toca à inserção no grupo dos empresários e dirigentes (EE), onde se incluem os indivíduos mais dotados de recursos económicos, de propriedade e/ou de autoridade, os resultados do inquérito FPC evidenciem também semelhantes assimetrias entre os sexos. Em termos absolutos, o número de mulheres neste grupo (12) é praticamente um terço do que se verifica quer entre os pais das inquiridas (32), quer entre os cônjuges (33).

**Quadro N.º 3.1** | Posição sócio-profissional da mulher, do pai da mulher, do homem e do pai do homem actualmente (em percentagem)

	Mulher	Pai da mulher	Homem	Pai do homem	Mulher	Pai da mulher	Homem	Pai do homem
	N	N	N	N	%	%	%	%
ED	12	32	33	15	0,9	1,9	2,0	0,9
PIC	159	31	114	27	12,2	1,8	6,9	1,6
PTEI	56	48	94	41	4,3	2,8	5,7	2,5
IPP	157	271	353	295	12,1	15,7	21,3	17,8
C	73	270	50	328	5,6	15,7	3,0	19,8
EE	292	148	242	132	22,5	8,6	14,6	8,0
ENQ	233	65	38	66	17,9	3,8	2,3	4,0
OIQ	100	272	343	232	7,7	15,8	20,7	14,0
OINQ	180	400	328	327	13,9	23,2	19,8	19,7
OA	37	184	62	195	2,8	10,7	3,7	11,8
Total	1299	1721	1657	1658	100,0	100,0	100,0	100,0

ED – empresários e dirigentes; PIC – profissões intelectuais e científicas; PTEI – profissões técnicas e de enquadramento intermédio; IPP – independentes e pequenos patrões (com menos de 5 pessoas a cargo); C – camponeses; EE – empregados executantes; ENQ – empregados não qualificados; OIQ – operários industriais qualificados; OINQ – operários industriais não qualificados; OA- operários agrícolas

A recomposição da estrutura social e as diferenças no que toca à posição sócio-profissional das inquiridas e dos cônjuges vão de par com um processo de diferenciação social de pais para filhos. O facto de os grupos sócio-profissionais com maiores requisitos de natureza escolar (PIC e PTEI) estarem muito mais representados entre o conjunto das inquiridas e cônjuges do que entre o dos seus pais é, como se sabe, indicador da aposta gradual na obtenção de diplomas escolares que caracteriza o processo de transformação social que o país tem vindo a atravessar,

aposta essa particularmente acentuada entre as mulheres, como o demonstra a progressiva feminização do ensino<sup>2</sup>, sugerindo “uma generalização de estratégias de acumulação de capital escolar, por forma a facilitar a inserção na vida activa e a evitar situações de discriminação social” (Lorga, 1999: 115). No entanto, este movimento de escolarização não é um processo refractário à desigualdade social, porquanto o contexto social de origem contribui fortemente para definir as condições de acesso aos recursos educacionais.

### 3.1.2 A reprodução social num contexto de recomposição

Com efeito, o investimento em diplomas escolares e qualificações, subjacente na inserção nas profissões mais qualificadas (PIC), não deixa de ser condicionado pela origem social, como confirmam os dados expostos no quadro n.º 3.2. As mulheres oriundas dos meios mais favorecidos (ED, PIC, PTEI) inserem-se hoje, na sua maioria, em posições sócio-profissionais qualificadas (PIC/PTEI) e/ou muito favorecidas (ED). Indicador de dinâmicas de reprodução social intergeracionais pela via da conquista de diplomas escolares e qualificações profissionais é, designadamente, o facto de três quartos das mulheres oriundas dos contextos mais qualificados (PIC) se inserir hoje no grupo das profissões intelectuais e científicas.

Por outro lado, quatro em dez mulheres que são filhas de empresários e dirigentes ou profissionais técnicos e de enquadramento exercem actualmente uma profissão altamente qualificada (PIC), o que à partida sugere dinâmicas de mobilidade social “sob a forma de trajectórias estacionárias com promoção escolar” (Machado *et al.*, 2003: 58). Em particular, no caso dos pais das mulheres pertencentes ao grupo dos empresários e dirigentes, a maioria (52,6%) não possui uma formação superior. *Grosso modo*, estes resultados contrastam com a reduzida proporção de mulheres que, exercendo hoje uma profissão qualificada ou muito favorecida, é proveniente dos meios ligados ao campo e à indústria (OIQ, OINQ, C, OA), onde predomina a escassez de recursos económicos e educacionais.

---

<sup>2</sup> “De uma situação minoritária, com baixo número de efectivos escolarizados, a partir de 1970, e sobretudo no pós-25 de Abril, o sector feminino apresenta os índices mais elevados de escolarização e os maiores níveis de qualificação (Lorga, 1999: 115).

Quadro N.º 3.2 | Posição sócio-profissional da mulher actualmente segundo a posição sócio-profissional do pai (percentagem em linha)

Pai da mulher	Mulher										Total
	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENQ	OIQ	OINQ	OA	
ED	16,0	44,0	8,0	16,0	0,0	12,0	4,0	0,0	0,0	0,0	100,0
PIC	7,1	75,0	7,1	3,6	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
PTEI	2,3	38,6	9,1	13,6	0,0	29,5	2,3	2,3	2,3	0,0	100,0
IPP	1,5	18,1	5,9	19,6	2,0	26,0	16,2	2,5	8,3	0,0	100,0
C	0,0	4,1	1,6	9,8	22,8	17,6	13,5	10,4	15,5	4,7	100,0
EE	0,0	20,3	8,9	10,6	0,8	27,6	16,3	4,9	10,6	0,0	100,0
ENQ	0,0	2,3	11,4	11,4	0,0	34,1	27,3	2,3	11,4	0,0	100,0
OIQ	1,0	10,2	4,6	8,6	1,0	27,4	18,3	10,2	18,3	0,5	100,0
OINQ	0,0	4,9	2,3	14,8	4,6	21,7	17,9	11,0	20,9	1,9	100,0
OA	0,0	1,4	1,4	5,8	6,5	15,8	34,5	9,4	10,1	15,1	100,0
Total (n = 1260)	1,0	12,3	4,4	12,1	5,7	22,8	17,8	7,5	13,6	2,9	100,0

Em suma, a recomposição da estrutura sócio-profissional resulta de uma confluência de dinâmicas de reprodução e mobilidade social intergeracionais, bem como de assimetrias sociais com base na diferença sexual, assimetrias essas que a presença crescente das mulheres no mundo do trabalho e o modo como aí se posicionam vão evidenciando (Mendes, 1997). Ora, se a este cenário de recomposição sócio-profissional acrescentarmos a mudança dos comportamentos no plano familiar (que se traduzem, entre outros aspectos, no decréscimo da nupcialidade e no crescimento do divórcio), coloca-se então a questão de saber até que ponto factores como a localização na estrutura sócio-profissional ou a idade actuam como critérios na escolha do cônjuge.

### 3.2 A proximidade sócio-profissional como tendência na escolha do cônjuge

Neste contexto de mudança simultaneamente marcado por estratégias familiares de reprodução social, qual o papel do casamento na diferenciação social? Começemos por avaliar a importância da proximidade sócio-profissional na escolha do cônjuge a partir das posições que a mulher e o homem ocupavam na estrutura sócio-profissional no início da vida a dois. Em que medida as posições sócio-profissionais dos parceiros são critérios importantes na escolha do cônjuge? Serão todos os grupos sócio-profissionais propensos à homogamia? Até que ponto se verificarão padrões matrimoniais hipergâmicos? Ou seja, serão as mulheres propensas a casar com homens de grupos sócio-profissionais mais qualificados ou favorecidos?

### 3.2.1 A homogamia sócio-profissional

Para dar resposta a estas questões começamos por comparar os perfis sócio-profissionais dos parceiros no início da vida conjugal. A avaliação clássica da homogamia assenta na comparação entre a posição sócio-profissional do pai da mulher e a posição do marido. Trata-se de uma operação quase sempre justificada pela elevada proporção de mulheres sem actividade profissional formalizada (Girard, 1981/1964; Bozon e Héran, 1987; 1988; Thélot, 1982). Porém, a gradual profissionalização das mulheres portuguesas - a larga maioria das inquiridas exercia uma profissão no início da vida conjugal - vem justificar a comparação *directa* das posições ocupadas pelos parceiros. A situação das mulheres da amostra - com pelo menos um filho com idade compreendida entre os 6 e os 16 anos - só vem reforçar a pertinência desta opção, tendo em conta a elevada proporção, relativamente aos restantes países da Europa, das mães portuguesas com uma actividade profissional a tempo inteiro (Almeida *et al.*, 1998). Resta acrescentar que a comparação - utilizada nos primeiros trabalhos sobre a escolha do cônjuge (Girard, 1981/1964) - entre a posição ocupada pelo homem e a posição ocupada pelo pai da mulher revela-se hoje desadequada, na medida em que confronta posições de indivíduos pertencentes a gerações distintas. Num cenário de recomposição da estrutura sócio-profissional, o problema desta operação resulta, naturalmente, na dificuldade em discernir a homogamia sócio-profissional da própria mobilidade (ascendente ou estrutural) intergeraccional.

Os resultados da pesquisa realizada em França por C. Thélot (1982), que comparou a proporção da homogamia e o peso da "imobilidade social" entre pai e filhos em dois momentos, são bem ilustrativos de tal limitação. "Em 1953", observa Thélot, "45% dos casais eram formados por cônjuges pertencentes ao mesmo meio, ou seja, o marido ocupava a mesma posição do seu sogro; em 1977, 34%. O decréscimo da homogamia assume uma proporção muito semelhante ao da imobilidade: em 1953, 50% dos homens na faixa etária dos 40-59 anos de idade pertencia à mesma categoria social do seu pai; em 1977, 38%." (1982: 182-183). Ou seja, o facto de entre um e outro momento a homogamia, analisada através da comparação entre a posição sócio-profissional do homem e a posição sócio-profissional do pai da mulher, sofrer variações semelhantes à da imobilidade social esclarece-nos mais sobre o fenómeno da mobilidade intergeraccional do que, propriamente, sobre a homogamia sócio-profissional. Nesta pesquisa, avaliamos assim a homogamia sócio-profissional a partir das posições que ambos os cônjuges ocupam na estrutura sócio-profissional no início da vida conjugal. O peso da homogamia sócio-profissional é fortemente indicativo da importância da proximidade sócio-profissional na escolha do cônjuge, pelo que se justifica distinguir um primeiro tipo de escolha do cônjuge, a *homogamia*

*sócio-profissional restrita*, consubstanciada no casamento entre uma mulher e um homem que, no início da vida a dois, pertenciam ao mesmo grupo sócio-profissional, de um segundo tipo de escolha do cônjuge mais abrangente, a *homogamia sócio-profissional alargada*, acrescentando ao casamento entre parceiros com a mesma posição sócio-profissional as uniões conjugais entre parceiros com posições próximas ou vizinhas.

#### *A homogamia sócio-profissional restrita*

Por *homogamia sócio-profissional restrita* entendemos as situações em que o homem e a mulher ocupavam a mesma posição sócio-profissional no início da vida conjugal. As uniões conjugais com este perfil perfazem mais de um terço (36,1%) da totalidade das uniões que as inquiridas representam (quadro n.º 3.3). Trata-se de uma proporção muito elevada face ao *valor esperado* se não houvesse qualquer relação entre as duas variáveis, ou seja, *se as posições sócio-profissionais do homem e da mulher não influenciassem a escolha do cônjuge*. Neste caso, a proporção da homogamia sócio-profissional restrita representaria menos de um sexto (14,8%) do total da amostra.

A comparação entre valores *observados* e *esperados* é o procedimento estatístico utilizado com mais frequência para averiguar a tendência para a homogamia nos estudos sobre a formação do casal (Girard, 1981/1964; Segalen e Jacquard, 1971; Bozon e Héran, 1987). A proporção esperada traduz a hipótese segundo a qual a posição sócio-profissional dos indivíduos seria totalmente irrelevante na escolha do cônjuge. A *homogamia sócio-profissional restrita* observada é, pois, muito significativa do ponto de vista estatístico, representando mais do dobro do que seria esperável se a proximidade sócio-profissional não tivesse qualquer influência na escolha do cônjuge. É notável que a proporção de *homogamia sócio-profissional restrita* observada neste estudo seja bastante superior à proporção verificada num inquérito realizado na Suíça, onde apenas um quarto dos casamentos (24%) era caracterizado por cônjuges que pertenciam à mesma categoria sócio-profissional (Widmer *et al.*, 2003: 56)<sup>3</sup>. Esta diferença é, com efeito, assinalável, ainda que a comparação dos resultados dos inquéritos realizados nos dois países possa, até certo ponto, ser insidiosa. Um primeiro problema prende-se, desde logo, com as diferenças ao nível dos indicadores sócio-profissionais. Neste caso, não só os critérios de construção do indicador são diferentes, como o número de categorias (7) no caso suíço é consideravelmente inferior ao do indicador de posição sócio-profissional utilizado no inquérito FPC (10 categorias). Ora, a maior desagregação do indicador sócio-profissional aqui utilizado

---

<sup>3</sup> Capítulo 1.

torna assim, à partida, ainda mais significativa a diferença entre a *homogamia sócio-profissional restrita* observada neste inquérito e a *homogamia* observada pela equipa suíça.

Quadro N.º 3.3 | Posição sócio-profissional do homem e posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal (percentagem sobre o total)

Mulher*	Homem										Total
	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENQ	OIQ	OINQ	OA	
ED	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
PIC	0,1	5,0	1,3	0,7	0,1	2,0	0,0	0,4	0,1	0,0	9,6
PTEI	0,2	1,0	1,3	0,1	0,0	1,1	0,0	0,5	0,1	0,0	4,3
IPP	0,1	0,0	0,3	1,7	0,0	0,5	0,2	0,9	0,6	0,1	4,3
C	0,0	0,0	0,0	0,4	2,0	0,3	0,1	0,6	2,6	0,9	6,9
EE	0,3	0,8	2,9	2,4	0,3	10,1	0,5	6,1	3,3	0,3	26,9
ENQ	0,0	0,1	0,3	0,4	0,1	2,2	0,6	2,5	4,3	0,4	10,9
OIQ	0,1	0,0	0,2	0,6	0,0	0,6	0,2	4,9	3,1	0,2	9,8
OINQ	0,0	0,0	0,3	0,9	0,3	2,8	0,4	6,2	8,5	0,7	20,2
OA	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,4	0,2	0,9	3,0	1,7	6,7
Total (n = 1173)	0,9	6,9	6,5	7,6	2,8	19,9	2,1	23,2	25,7	4,3	100,0

\* As mulheres domésticas no início da vida conjugal foram classificadas segundo a posição sócio-profissional do pai.

Por outro lado, a equipa suíça avalia a *homogamia* a partir das posições sócio-profissionais dos cônjuges à data da aplicação do inquérito (Widmer *et al.*, 2003: 56). Tendo em linha de conta que a grande maioria dos casais (79%) vive em conjugalidade há mais de dez anos (Widmer *et al.*, 2003: 47), fica por saber até que ponto o facto de o valor referente à *homogamia sócio-profissional restrita* ser bastante inferior ao observado na nossa amostra não está associado aos efeitos do funcionamento da vida familiar na aposta profissional dos cônjuges. Um dos objectivos principais da análise qualitativa levada a cabo na Parte III consiste, precisamente, em analisar em que medida a proximidade sócio-profissional que caracteriza o casal no início da vida a dois não se desfaz progressivamente no decurso da vida conjugal.

Por sua vez, uma comparação entre as proporções referentes à *homogamia sócio-profissional* observada entre inquiridas e respectivos cônjuges (36,1%), por um lado, e à *homogamia sócio-profissional* observada entre os pais destas (44%), por outro, revela um decréscimo de casamentos homogâmicos (quadro n.º 3.4). Esta comparação não pode, todavia, conduzir senão a conclusões pouco objectivas, tendo em consideração a própria distribuição dos indivíduos na estrutura sócio-profissional de uma geração para outra e a crescente presença de mulheres em determinadas categorias sócio-profissionais. Com efeito, entre os pais das



inquiridas, observa-se uma concentração muito superior entre as profissões pouco qualificadas ligadas ao campo e entre os trabalhadores independentes e pequenos patrões, o que explica o forte decréscimo de casamentos homogâmicos precisamente entre camponeses, entre operários agrícolas e entre independentes ou pequenos patrões.

Quadro N.º 3.4 | Posição sócio-profissional do pai da mulher e posição sócio-profissional da mãe da mulher no início da vida conjugal<sup>4</sup> (percentagem sobre o total)

Mãe da mulher	Pai da mulher										Total
	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENQ	OIQ	OINQ	OA	
ED	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
PIC	0,0	0,5	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8
PTEI	0,3	0,5	0,5	0,3	0,1	0,3	0,0	0,2	0,1	0,0	2,2
IPP	0,3	0,1	0,2	6,7	1,1	1,0	0,0	1,1	1,6	0,1	12,2
C	0,0	0,1	0,0	2,1	16,4	0,6	0,5	1,2	4,5	2,0	27,5
EE	0,4	0,2	1,2	1,4	0,0	2,5	0,6	1,8	0,8	0,4	9,3
ENQ	0,0	0,1	0,1	2,5	0,6	1,6	0,8	3,9	5,7	1,9	17,2
OIQ	0,1	0,0	0,0	0,9	0,0	0,5	0,5	3,0	1,4	0,1	6,4
OINQ	0,0	0,1	0,4	0,9	0,3	1,3	0,3	2,7	4,4	0,3	10,5
OA	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	1,9	8,3	13,1
Total (n = 1091)	1,7	1,6	2,6	15,4	19,0	8,2	3,4	14,6	20,4	13,1	100,0

Já a acentuada presença das inquiridas, relativamente aos seus pais, quer entre as profissões mais qualificadas (PIC) ou de enquadramento intermédio, quer entre os empregados executantes resulta em acréscimos significativos das proporções de casamentos homogâmicos nestas categorias sócio-profissionais que, contudo, não compensam os decréscimos verificados nas referidas profissões pouco qualificadas. Tal deve-se, entre outros aspectos, à hipergamia e à designada heterogamia “estrutural” (Bozon, 1991) - fruto dos efeitos da desigual distribuição de homens e mulheres na estrutura sócio-profissional - que se observam respectivamente no aumento significativo, entre as duas gerações, de casamentos de empregadas executantes com profissionais de enquadramento técnico e intermédio e com operários industriais qualificados: os casamentos de mulheres EE com homens PTEI sobem de 1,2% para 2,9%; os casamentos de mulheres EE com homens OIQ sobem de 1,8% para 6,1%.

<sup>4</sup> As mulheres domésticas no início da vida conjugal foram classificadas segundo a posição sócio-profissional do pai.

### *A homogamia sócio-profissional alargada*

Para além do significativo peso dos casamentos entre cônjuges pertencentes ao mesmo grupo sócio-profissional, são diversas as situações em que os cônjuges ocupam posições próximas. Designamos assim de *homogamia sócio-profissional alargada* os casamentos entre mulheres e homens com posições sócio-profissionais idênticas, vizinhas ou próximas, ou seja, uniões conjugais em que os diferentes perfis sócio-profissionais dos parceiros, mesmo que distintos, não implicam, à partida, uma disparidade forte no plano dos recursos sociais e culturais. De acordo com a matriz classificatória exposta no quadro n.º 3.5, são classificadas com essa designação as seguintes uniões conjugais: entre empresários ou dirigentes e profissionais intelectuais e científicos; entre profissionais técnicos e de enquadramento e profissionais intelectuais e científicos; entre profissionais técnicos e de enquadramento intermédio e empregados executantes; entre camponeses e trabalhadores independentes ou pequenos patrões; entre empregados executantes e empregados não qualificados; entre camponeses e empregados executantes; entre camponeses e operários industriais qualificados; entre operários industriais qualificados com empregados não qualificados, entre operários industriais qualificados e empregados executantes; entre empregados não qualificados e operários não qualificados; entre empregados não qualificados e operários agrícolas; e entre operários industriais e operários agrícolas.

Quadro N.º 3.5 | Matriz classificatória da homogamia sócio-profissional

	ED	PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENQ	OIQ	OINQ	OA
ED	HR	HA	HT	HT	HT	HT	HT	HT	HT	HT
PIC	HA	HR	HA	HT	HT	HT	HT	HT	HT	HT
PTEI	HT	HA	HR	HA	HT	HA	HT	HT	HT	HT
IPP	HT	HT	HA	HR	HA	HA	HT	HT	HT	HT
C	HT	HT	HT	HA	HR	HA	HA	HA	HT	HT
EE	HT	HT	HA	HA	HA	HR	HA	HA	HT	HT
ENQ	HT	HT	HT	HT	HA	HA	HR	HA	HA	HA
OIQ	HT	HT	HT	HT	HA	HA	HA	HR	HA	HA
OINQ	HT	HT	HT	HT	HT	HT	HA	HA	HR	HA
OA	HT	HT	HT	HT	HT	HT	HA	HA	HA	HR

HR – homogamia sócio-profissional restrita; HA – heterogamia sócio-profissional alargada; HT – heterogamia sócio-profissional

Todos estes casamentos, onde as diferentes inserções do homem e da mulher no mercado de trabalho não se consubstanciam em acentuadas discrepâncias ao nível dos recursos, representam 43,0% da totalidade das uniões conjugais. Ora, a noção de *homogamia sócio-profissional* abrange aqui quer a *homogamia sócio-profissional restrita*, quer estas situações de *homogamia sócio-profissional alargada*, caracterizando assim quase oito em cada dez casamentos (79,1%).

### 3.2.2 As variações da homogamia sócio-profissional e o papel do casamento na diferenciação sexual

Demonstrada a prevalência da inclinação homogâmica no que toca à localização dos cônjuges na estrutura sócio-profissional, averiguamos agora se esta tendência tende a sofrer variações em função dos grupos sócio-profissionais. Que no início da vida conjugal as posições ocupadas pelas inquiridas e pelos parceiros na estrutura sócio-profissional foram decisivas na escolha do cônjuge revela-o a elevada correlação ( $cc=,70$ ) observada entre as duas variáveis (quadro n.º 3.6). De uma forma detalhada, a análise de resíduos permite-nos identificar as uniões que contribuem para explicar essa forte associação.

A opção por este método estatístico - a *análise dos resíduos ajustados na forma estandardizada* - deve-se sobretudo à natureza específica do indicador sócio-profissional, na medida em que a escolha homogâmica fica teoricamente limitada ao volume de potenciais parceiros pertencentes ao mesmo grupo sócio-profissional, sendo que, na prática, em determinados grupos o “mercado matrimonial” é, de facto, mais limitado do que noutros. Por exemplo, se as mulheres estão mais presentes no grupo dos empregados não qualificados (ENQ) do que os homens (quadro n.º 3.6), coloca-se a questão de saber se essas mulheres não *casariam* mais com homens deste grupo sócio-profissional se eles as igualassem ou superassem em número. Os *valores residuais*<sup>5</sup> são, por um lado, o resultado da diferença entre os casamentos *observados* e os casamentos *esperados* em cada célula, resultado que, à partida, corrige a discrepância entre as margens, neste caso a discrepância entre mulheres e homens na mesma categoria sócio-profissional, sendo que esse resultado é apenas numerador do resíduo, “enquanto que o denominador é uma estimativa do seu erro amostral” (Pestana e Gageiro, 2003: 140). Podemos então averiguar, através desta análise, os casamentos prováveis (resíduos superiores a +1,96), por um lado, e os casamentos improváveis (resíduos inferiores a -1,96), por outro,.

---

<sup>5</sup> Procedimento estatístico efectuado com recurso ao SPSS.

Em primeiro lugar, confirmando a tendência genérica para a homogamia sócio-profissional que se observou anteriormente, os *valores residuais* referentes às uniões conjugais entre parceiros com a mesma posição sócio-profissional são, todos eles, muito superiores a +1,96. No sentido *restrito* do termo, a homogamia sócio-profissional tende, porém, a acentuar-se quando a mulher desempenha profissões muito qualificadas. São, de facto, as inquiridas inseridas na categoria que reúne as actividades profissionais mais exigentes em qualificações e recursos escolares (ED/PIC) quem apresenta a inclinação homogâmica mais marcada (20,9), sendo de referir que o reduzido número de inquiridas (3) que pertenciam ao grupo dos empresários e dirigentes (ED) no início da vida conjugal levou à agregação deste grupo ao das profissões intelectuais e científicas (PIC). Neste sentido, é evidente que a categoria ED/PIC é sobretudo constituída por mulheres com profissões muito qualificadas.

No caso das mulheres com as profissões mais qualificadas (ED/PIC), a elevada homogamia sugere a importância decisiva de uma "afinidade espontânea" que se alimenta da semelhança educacional (diplomas escolares, qualificações profissionais, etc.). Como diria P. Bourdieu, "a afinidade espontânea (vivida como simpatia) constitui a melhor garantia da homogamia, na medida em que aproxima agentes dotados de habitus ou gostos semelhantes, que são consequentemente o produto de condições e condicionamentos semelhantes." (1987: 88) Ora, essa afinidade não terá sido alheia também à forte tendência homogâmica dos grupos cujo perfil escolar é superior à média, como as profissões técnicas e de enquadramento intermédio (8,1) e as empregadas executantes (10,4). Por outro lado, a *homogamia sócio-profissional restrita* atinge também valores residuais particularmente elevados junto das camponesas (14,4). Neste caso, para além de uma afinidade alimentada pela semelhança das actividades e dos saberes relacionados com o trabalho, bem como do próprio isolamento que caracteriza a vida nos campos, a forte homogamia resulta da importância da posse de terra e, assim, dos meios de subsistência na escolha do cônjuge. Já entre as operárias agrícolas, para além do isolamento a que estão votados os meios rurais, a partilha do mesmo tipo de actividade e dos saberes relacionados com o trabalho contribuem para que a escolha recaia dentro do próprio grupo sócio-profissional, acrescenta-se o facto de o operariado agrícola ser uma condição socialmente muito pouco valorizada (8,9).

No que toca ao operariado industrial, não deixa de se destacar a inclinação das operárias qualificadas para casar com um homem do mesmo segmento (7,4). Este tipo de inclinação atenua-se, contudo, entre as operárias pouco qualificadas (5,8), cuja escolha pode recair no segmento vizinho - os operários qualificados (3,5) - ou seja, sempre dentro dos limites (mais alargados) da homogamia sócio-profissional. É, no entanto, no segmento menos qualificado do

sector terciário - as empregadas não qualificadas - que vamos encontrar a inclinação mais ténue (3,2) para casar com um homem que ocupa a mesma posição sócio-profissional, se bem que neste caso a escolha, que se orienta sobretudo para um operário não qualificado da indústria (3,6), resulta numa *homogamia sócio-profissional alargada*.

Quadro N.º 3.6 | Posição sócio-profissional do homem e posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal (resíduos ajustados na forma estandardizada)

Mulher	Homem										Total	
	ED/PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENQ	OIQ	OINQ	OA	Outras situações	%	N
ED/PIC	20,9	3,7	-0,5	-1,4	0,5	-1,6	-4,9	-6,7	-2,5	-0,2	7,0	125
PTEI	6,3	8,1	-1,5	-1,2	1,7	-1,0	-1,7	-4,0	-1,6	-1,6	2,9	51
IPP	-1,3	0,3	8,6	-1,2	-1,0	1,1	-0,1	-2,1	-0,9	-1,6	2,9	52
C	-2,4	-2,1	-0,5	14,4	-3,3	-0,4	-3,0	2,4	3,9	-1,9	4,7	83
EE	-2,2	5,0	0,8	-2,2	10,4	0,1	0,4	-6,3	-3,1	-4,1	18,2	323
ENQ	-2,7	-1,5	-1,7	-1,4	1,0	3,2	0,2	3,6	-0,4	-2,7	7,3	130
OIQ	-2,6	-1,7	-0,7	-1,9	-3,3	-0,1	7,4	1,0	-1,6	-1,5	6,8	120
OINQ	-4,4	-2,6	-1,9	-1,5	-1,5	0,3	3,5	5,8	-1,0	-3,3	13,7	243
OA	-2,4	-2,1	-0,9	-0,2	-2,7	0,4	-1,8	3,5	8,9	-1,4	4,6	82
Domésticas	-3,6	-2,8	1,7	1,8	-2,3	-0,1	0,4	4,4	2,8	-3,9	19,2	341
Outras situações	-0,1	-1,7	-1,4	-2,2	-2,9	-1,6	-2,7	-3,0	-2,1	19,9	12,7	226
Total	%	6,4	5,0	7,5	2,7	16,9	1,8	21,5	26,0	4,5	7,7	100,0
	N	113	89	134	48	300	32	381	462	80	137	1776

$\chi^2 = 1709,23$ ;  $DF = 90$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,70$ )

Em segundo lugar, a tendência para a *homogamia sócio-profissional restrita* não só coexiste com inclinações para o casamento entre parceiros com posições socialmente próximas, como se acentua ou atenua em função de cada grupo sócio-profissional. É, de facto, indiscutível que a proximidade sócio-profissional está na origem da inclinação das empregadas não qualificadas para casar com operários não qualificados. A este respeito, será importante referir que a opção pela construção de um indicador sócio-profissional inspirado na tipologia classificatória proposta por alguns estudos realizados no âmbito da sociologia das classes sociais (capítulo 2) passa, entre outras razões, pelo propósito de observar entre os casais da amostra a existência de uniões conjugais com este perfil homogâmico: o homem operário e a mulher empregada nos serviços. Com efeito, a observação destas uniões conjugais entre elementos pertencentes a segmentos assalariados de sectores de actividade distintos ficaria na obscuridade se nos

inspirássemos noutras propostas, como a de E. O. Wright (1997), que agrega operários industriais e empregados dos serviços na categoria de “proletários”.

Assim, a tendência dos operários industriais menos qualificados para casarem com empregadas pouco qualificadas do sector terciário revela que a homogamia não é alheia ao modo diferenciado como os homens e as mulheres se inserem no mercado de trabalho. A propensão das empregadas não qualificadas para casar com o homólogo social, em particular, com um homem que exerce uma actividade profissional nos segmentos menos qualificados da indústria, é demonstrativa do “duplo” papel do casamento na diferenciação social e de género (Singly, 1987), pois na génese da desigual presença de mulheres e homens nos diversos segmentos dos sectores secundário e terciário encontram-se processos de divisão social do trabalho que se alicerçam na diferença sexual. Deste modo, a maior presença de mulheres no sector terciário é devida à simultaneidade da sua entrada maciça no mercado de trabalho, por um lado, e da expansão desse sector, por outro. Ora, este processo de transformação social não se explica sem recordar a realidade de desigualdade profunda entre homens e mulheres no próprio acesso ao mercado de trabalho até à década de sessenta. Um sector terciário em crescimento e a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho são, então, dois fenómenos que se conjugam no desenvolvimento de formas diferenciadas de divisão social do trabalho entre homens e mulheres. Tal como observa Torres, “o crescimento do sector dos serviços, ou a procura de mão-de-obra precária, criam oportunidades mais facilmente adequadas à situação de discriminação das mulheres, gerando grandes círculos viciosos” (2001: 102).

O facto de encontrarmos mais mulheres empregadas nos serviços será, deste modo, menos indicativo de uma particularidade feminina do que da transposição para o mercado de trabalho de funções tradicionalmente desempenhadas pela mulher doméstica. Esta é, aliás, uma hipótese explicativa para a tendência das assalariadas agrícolas (OA) casarem com operários não qualificados da indústria (3,5). Tais uniões são, afinal, o reflexo da inserção predominantemente masculina no sector industrial e da frequente permanência da mulher nas actividades agrícolas, que é reveladora da pluriactividade como resposta e forma de adaptação da família à mudança em contextos rurais.

O duplo papel do casamento na diferenciação social e de género não ressalta apenas da identificação das diferentes inserções sócio-profissionais das mulheres e dos homens, observando-se também, e de modo muito mais flagrante, nos casamentos das mulheres domésticas. Junto das domésticas, a inclinação é, de facto, para casarem com operários agrícolas (2,8) ou com operários industriais não qualificados (4,4), sendo de assinalar que o *valor residual* (1,8), muito próximo de 1,96, referente aos casamentos com camponeses indica que

este são praticamente uma tendência. O casamento vem aqui proporcionar a reprodução de uma condição social pouco privilegiada - a origem social das mulheres domésticas é predominantemente desfavorecida, sendo mais de três quartos (76,9%) proveniente de meios rurais (C, OA), ligados à indústria (OIQ, OINQ) ou ao sector dos serviços (ENQ) - e de uma desigualdade social assente na diferença sexual, já que na origem da ausência destas mulheres do mercado de trabalho encontramos uma visão mais tradicional dos papéis masculinos e femininos na divisão das actividades tanto no exterior como no interior da família.

Em terceiro lugar, nalguns grupos sócio-profissionais, à tendência para a homogamia acrescentam-se ainda padrões que traduzem alguma disparidade ao nível dos recursos dos parceiros, não sendo também de excluir a hipótese de uma análise mais detalhada das situações sócio-profissionais dos cônjuges - partindo, precisamente, de uma maior desagregação das categorias sócio-profissionais - vir descortinar assimetrias entre homens e mulheres no que toca ao seu posicionamento na estrutura sócio-profissional, e assim questionar algumas uniões conjugais aqui classificadas como homogâmicas. A título de exemplo, algumas situações hipergâmicas observadas no inquérito sobre o caso francês levado a cabo por Bozon (1991) só foram possíveis observar com base numa desagregação mais detalhada de determinadas categorias sócio-profissionais. Entretanto, destaque-se um conjunto de uniões conjugais que, classificadas como situações de *homogamia sócio-profissional alargada* devido à proximidade das posições, se definem, no entanto, pelo facto de o homem ocupar uma posição sócio-profissional superior à da mulher.

### 3.2.3 Os padrões hipergâmicos

Entre as uniões conjugais em que o homem ocupa uma posição sócio-profissional próxima, mas ainda assim mais qualificada ou favorecida, destacam-se pelo seu elevado *valor residual* os casamentos: entre mulheres com profissões técnicas e de enquadramento e empresários e dirigentes ou profissionais intelectuais e científicos (6,3); entre empregadas executantes e homens com profissões técnicas e de enquadramento intermédio (5,0); e ainda entre operárias industriais não qualificadas e operários industriais qualificados (3,5).

À partida, a tendência das inquiridas com profissões técnicas e de enquadramento intermédio para casarem com empresários e dirigentes ou homens com profissões intelectuais e científicas (ED/PIC) sugere a inclinação das mulheres que exercem actividades qualificadas e com carreira para "escolher" um homem com uma posição mais favorecida ou uma profissão mais qualificada que a sua. Não está, porém, excluída a hipótese de esta diferença dos perfis sócio-profissionais

ser explicada pela diferença etária entre parceiros que, apesar de se atenuar junto das mulheres mais escolarizadas, não deixa de permanecer a favor do homem (Rosa, 2005; Bozon, 1990). Em qualquer dos casos, estamos perante uniões em que a mulher e o homem exercem actividades com lógicas de carreira, o que frequentemente faz da idade um elemento importante no desfazamento entre as posições na formação do casal. Já no que respeita aos casamentos de empregadas executantes com profissionais técnicos, a inserção sócio-profissional da mulher, ao contrário da do homem, aponta mais para um emprego sem lógica de carreira, sendo aqui pouco provável que a idade esteja associada à discrepância inicial das posições sócio-profissionais dos parceiros. Quanto às uniões de mulheres que ocupam as posições menos qualificadas da indústria (OINQ) com operários qualificados (OIQ), a hipótese explicativa mais plausível prende-se com assimetrias entre os géneros no mercado de trabalho. De facto, perante os homens, as mulheres estão mais presentes nos postos de trabalho menos qualificados do sector secundário, o que reflecte a desigualdade entre os géneros ao nível das inserções profissionais nos contextos menos favorecidos: enquanto quase metade (45,2%) dos assalariados da indústria são operários qualificados, dois terços (66,9%) das operárias exercem actividades não qualificadas. A inclinação das operárias industriais não qualificadas para casar com um operário industrial qualificado não deixa assim de sugerir que a proximidade sócio-profissional, as afinidades profissional e cultural vão frequentemente de par com a procura por alguma superioridade masculina ao nível do posicionamento na estrutura sócio-profissional.

### 3.2.4 A hipogamia sócio-profissional

Se no conjunto da *homogamia sócio-profissional alargada* se encontra diversos padrões em que o homem ocupa uma posição um pouco mais qualificada ou mais favorecida do que a mulher, já a situação inversa não se observa. Ainda que não apresentem *valores residuais* acima de 1,96, podemos assinalar alguns casamentos hipogâmicos que quase se assumem como padrões, ou seja, uniões cujo *valor residual* tem expressão positiva (quadro n.º 3.5). É o caso das uniões conjugais entre mulheres que exercem profissões técnicas e empregados executantes (1,7) ou dos casamentos de mulheres pertencentes ao grupo dos independentes e pequenos patrões com empregados não qualificados dos serviços (1,1). Curiosamente, também aqui pode observar-se que a discrepância ao nível dos recursos não é excepcional. As únicas situações onde se destacam tendências hipogâmicas referem-se aos casamentos entre camponesas e operários agrícolas (3,9) ou operários não qualificados da indústria (2,4). Para os casamentos de camponesas, grupo fortemente homogâmico, com operários agrícolas - a condição menos



valorizada socialmente - terá contribuído uma insuficiência de "candidatos" com terra própria. O mesmo poderá dizer-se dos casamentos de camponesas com operários industriais não qualificados da indústria (2,4), mas esta tendência é também reveladora de um processo já amplamente estudado. As zonas rurais têm vindo a ser progressivamente abandonadas - em virtude de processos migratórios em que são *grosso modo* os homens a tomar a dianteira (Almeida, 1985) - ou confrontadas com a industrialização, que sempre vai recrutando mais homens do que mulheres (Lourenço, 1991). A menor presença de homens camponeses aponta assim para uma diferença entre os géneros que confirma a maior probabilidade de permanência feminina nas actividades agrícolas e de pendularidade masculina entre o campo e a fábrica (Almeida, 1999/1986).

O destaque que concedemos a estas uniões hipogâmicas não deve, no entanto, servir para escamotear o facto de nenhuma se revelar como padrão matrimonial, ao contrário do que verifica entre algumas uniões hipergâmicas. Em suma, parece claro que as mulheres se inclinam mais para casar com um homem numa posição mais qualificada ou mais favorecida do que o contrário, ainda que fosse abusivo classificar estas uniões conjugais como hipergâmicas, tendo precisamente em linha de conta a relativa proximidade sócio-profissional dos cônjuges. À tendência global para casar com um parceiro pertencente ao mesmo grupo sócio-profissional acresce assim este padrão de contornos hipergâmicos, revelador da função do casamento na diferenciação sexual. As tendências em que a diferença das posições sócio-profissionais está a favor do homem, pese embora confirmem a importância da proximidade sócio-profissional por se observarem exclusivamente entre posições vizinhas, não deixam de ser o produto de assimetrias entre os géneros, sugerindo a inclinação da mulher para casar com um homem numa posição mais favorecida ou qualificada.

### 3.2.5 A improbabilidade da heterogamia sócio-profissional

Por último, resta observar que todas as situações de acentuada disparidade entre os recursos dos parceiros apresentam *valores residuais* significativamente negativos. Quer isto dizer que esses casamentos, precisamente ao contrário daqueles que até agora destacámos, são bastante improváveis. Neste conjunto incluem-se os casamentos de mulheres que ocupam as posições menos favorecidas (C, ENQ, OIQ, OINQ e OA) ou mulheres domésticas com homens que exercem profissões qualificadas e que inseridos nos meios mais favorecidos (PTEI e ED/PIC). Aliás, se se consultar de novo o quadro n.º 3.3, pode verificar-se a quase inexistência de casamentos com estes perfis. Praticamente inexistentes são também as uniões de empregadas

executantes com homens nas posições mais favorecidas (ED/PIC), bem como os casamentos entre mulheres nas posições mais favorecidas (ED/PIC) e homens que exercem actividades pouco favorecidas (OIQ, OINQ, OA); as uniões de mulheres com profissões técnicas e de enquadramento com operários pouco qualificados, industriais ou agrícolas. Como atestam os valores residuais negativos no quadro n.º 3.5, todos estes casamentos são, afinal, excepções que confirmam a regra de que a proximidade sócio-profissional se impõe de forma decisiva na escolha do cônjuge.

A comparação dos perfis sócio-profissionais dos parceiros no início da vida conjugal permite assim evidenciar que, neste cenário de recomposição da estrutura sócio-profissional, a escolha do cônjuge não é alheia aos condicionalismos que decorrem das desigualdades sociais e das assimetrias entre os géneros. Contudo, os constrangimentos de natureza social não se resumem à distância das posições dos parceiros na estrutura sócio-profissional. Como verificaremos de seguida, a escolaridade, as origens sociais e geográficas, a idade, a origem e a religião são, de igual modo, decisivas na escolha do cônjuge.



#### 4 Outros critérios de proximidade na escolha do cônjuge

Neste capítulo, analisamos o peso que assumem na formação do casal, outros factores de natureza social e cultural, designadamente os recursos educacionais, a origem social e geográfica, a idade, a crença e a prática religiosa. No capítulo anterior verificámos, através da homogamia sócio-profissional que o casamento persiste como mecanismo decisivo na diferenciação social num contexto de transformação da estrutura sócio-profissional que caracteriza a sociedade portuguesa. Ora, a transformação da estrutura sócio-profissional processou-se a par da presença crescente de mulheres no mercado de trabalho, de uma aposta global na escolarização, de movimentos migratórios no interior e para fora do espaço nacional (Pires, 2003), de um adiamento do início da vida conjugal (Aboim, 2005), do crescimento do divórcio (Torres, 1996) e, ainda, de uma quebra significativa das práticas católicas junto da população em geral (Cabral, 2001). Perante este cenário, pretendemos agora esclarecer o seguinte conjunto de questões.

Até que ponto a escolaridade é decisiva na escolha do cônjuge? Estarão sobretudo as mulheres com determinados níveis de escolaridade mais inclinadas para uma escolha homogâmica? Terá a homogamia escolar, em geral, sofrido um decréscimo, tal como se observa noutros países? Qual o peso da hipergamia e da hipogamia escolar? Quanto à origem social, será esta um constrangimento na formação do casal no sentido da homogamia? Estarão as mulheres provenientes de determinados meios sociais mais inclinadas para o casamento homogâmico? Em que situações a homogamia de origens é, porventura, mais o resultado da endogamia, do isolamento e, enfim, da proximidade geográfica? Como podemos, então, avaliar o peso da proximidade geográfica? Será o local de nascimento um factor decisivo na eleição de um parceiro conjugal? Em que medida a proximidade física condicionou a decisão de casar? Noutro sentido, até que ponto o prolongamento dos estudos e, neste sentido, uma entrada menos precoce na vida conjugal se reflectem na diferença de idades no casal? Será a diferença de idades a favor do homem sobretudo a consequência de uma entrada mais precoce na vida conjugal? Traduzir-se-á o prolongamento dos estudos e consequente conquista de diplomas escolares mais elevados numa atenuação da diferença de idades no casal? E em que medida essa diferença está relacionada com o perfil conjugal e etário da mulher? Estarão as mulheres que casam pela primeira vez mais inclinadas do que as divorciadas para casar com um homem mais velho? Finalmente, no que respeita ao peso da religião na formação do casal, sendo Portugal um país onde predomina a crença católica, constituirão a religião e, em particular, a prática católica critérios decisivos na escolha do cônjuge?

## 4.1 A proximidade dos diplomas

Como verificámos no capítulo anterior, pese embora a transformação do tecido sócio-profissional nas últimas décadas, o casamento não deixa de exercer o seu papel na diferenciação sócio-profissional. Ora, este contexto de transformação envolveu, por um lado, um movimento global de escolarização, o que leva a questionar em que medida as desigualdades no plano educacional intervêm na escolha do cônjuge? Por outro lado, um dos factores que marcaram as recentes mudanças da sociedade portuguesa foi, sem dúvida, a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, sendo que a crescente presença feminina no acesso ao trabalho remunerado foi acompanhada, como observa C. Lorga, de uma “generalização de estratégias de acumulação de capital escolar, por forma a potencializar futuras condições de inserção na vida activa”, pelo que “após várias décadas de predominância masculina nos níveis mais elevados do ensino, as mulheres são presentemente mais numerosas do que os homens em quase todos os graus de ensino”, frequentando “mais a escola e por mais tempo do que os homens” (Lorga, 1999: 111-112). Neste cenário onde, no que toca à diferença sexual, se alteram, quando não se invertem, os padrões observados há algumas décadas atrás, até que ponto os diplomas escolares são decisivos na escolha do cônjuge? Estarão as mulheres com determinados níveis de escolaridade mais inclinadas para uma escolha homogâmica do que as demais? Terá a homogamia escolar vindo a decrescer? Em caso afirmativo, como interpretar tal evolução? E qual o peso e o significado da hipergamia e da hipogamia escolar?

### 4.1.1 A homogamia escolar

Se a par da proximidade das posições sócio-profissionais, a proximidade dos recursos escolares pesar igualmente na escolha do cônjuge, reforça-se então a tese de que a consolidação das clivagens sociais assenta em mecanismos generativos da estrutura social, que actuam à escala individual nas próprias escolhas dos indivíduos. É, aliás, esta *interpretação estrutural* que diversos estudos francófonos fazem da inclinação generalizada para casar com um parceiro com o mesmo grau de escolaridade (capítulo 1). Os resultados do inquérito FPC revelam que mais de metade (57,5%) dos casamentos se caracteriza pelo facto de os cônjuges possuírem o mesmo grau de escolaridade no início da vida conjugal (quadro n.º 4.1). O facto de a maior parte destes casamentos homogâmicos envolver ainda cônjuges com reduzidos recursos escolares é consequência de estarmos perante uma população ainda globalmente pouco escolarizada: em mais de um quarto das uniões (27,5%) ambos os cônjuges tinham apenas o ensino primário; e

quase dois em cada dez casamentos (19,0%) realizou-se entre indivíduos com o ensino preparatório.

Por outro lado, as proporções referentes à heterogamia escolar repartem-se entre valores muito aproximados de casamentos hipergâmicos (20,2%) e casamentos hipogâmicos (22,3%). Junto dos casamentos que envolvem disparidades muito acentuadas entre os cônjuges no plano dos recursos escolares não se observa qualquer padrão matrimonial, mas destacam-se as uniões conjugais entre homens com o ensino secundário e mulheres licenciadas. Pelo contrário, entre os indivíduos com, pelo menos, o ensino secundário, observa-se fortes inclinações para casar com um parceiro com *apenas* um grau de escolaridade superior ou inferior. *Grosso modo*, tais inclinações não são afectadas pela diferença sexual, mas ainda assim a inclinação das mulheres com o ensino médio ou uma licenciatura incompleta para casarem com homens com uma licenciatura ou um grau superior destaca-se dos restantes padrões heterogâmicos.

**Quadro N.º 4.1** | Grau de escolaridade do homem segundo grau de escolaridade da mulher no início da vida conjugal (*percentagem sobre o total*)

Mulher	Homem						Total	Homo-gamia (%)	Hiper-gamia (%)	Hipo-gamia (%)
	Licenciatura ou grau superior	Ensino médio/Licenc. Incompleta	Ensino secundário	Ensino preparatório / unificado	Ensino primário	Sem escolaridade				
Licenc. ou grau superior	1,4	0,6	0,6	0,2	0,0	0,0	2,9	57,5	20,2	22,3
Ensino médio/Licenc. incompleta	1,2	2,4	1,5	1,0	0,2	0,0	6,3			
Ensino secundário	0,4	1,1	5,6	4,1	0,6	0,0	11,9			
Ensino preparatório/unificado	0,4	0,6	2,8	19,0	10,6	0,4	33,8			
Ensino primário	0,0	0,2	0,6	9,8	27,5	2,4	40,6			
Sem escolaridade	0,0	0,0	0,0	0,3	2,7	1,5	4,5			
Total (n = 1693)	3,5	5,0	11,2	34,4	41,6	4,4	100,0			

$\chi^2 = 1629,19$ ;  $DF = 35$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,70$ )

Em suma, as proporções de casamentos hipergâmicos e hipogâmicos são aproximadas, sendo, porém, de assinalar que o casamento hipergâmico homem licenciado/mulher não licenciada é o padrão heterogâmico que mais se destaca. Como veremos de seguida, porém, este aparente e relativo equilíbrio entre hipergamia e hipogamia escolar tende a desfazer-se com a idade da mulher. De resto, a inclinação para casar com um parceiro que possui o mesmo grau

de escolaridade é bastante acentuada seja qual for o nível de escolaridade, tal como confirmam os elevados *valores residuais* na linha diagonal correspondente à homogamia escolar destacada no quando n.º 4.2.

**Quadro N.º 4.2** | Grau de escolaridade do homem segundo grau de escolaridade da mulher no início da vida conjugal (resíduos ajustados na forma estandardizada)

Mulher *	Homem*						Total
	Licenciatura. ou grau superior	Ensino médio/ Licenc. Incompleta	Ensino secundário	Ensino preparatório/ unificado	Ensino primário	Sem escolaridade	
Licenc. ou grau superior	17,6	5,7	2,1	-3,9	-6,0	-1,5	2,9
Ensino médio/ Licenc. incompleta	9,4	16,4	4,1	-4,2	-8,4	-2,3	6,3
Ensino secundário	0,0	3,1	17,3	0,0	-11,1	-3,2	11,9
Ensino preparatório/ unificado	-3,6	-4,4	-2,6	13,4	-6,1	-4,5	33,8
Ensino primário	-6,5	-7,1	-10,3	-7,3	18,1	2,7	40,6
Sem escolaridade	-1,7	-2,0	-3,2	-5,2	3,2	13,0	4,5
Total (n = 1693)	3,5	5,0	11,2	34,4	41,6	4,4	100,0

$\chi^2 = 1629,19$ ;  $DF = 35$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,70$ )

#### 4.1.2 Consequências da escolarização

Se no conjunto das inquiridas a maioria dos casamentos homogâmicos envolve necessariamente parceiros pouco escolarizados, não se estranha que entre as gerações dos seus pais, no seu conjunto possuindo menos recursos escolares, a proximidade desses recursos fosse inevitável para a grande maioria dos casais (quadro n.º 4.3). Com efeito, se quase dois terços (65,6%) das mães das mulheres inquiridas casou com um homem com o mesmo grau de escolaridade, a esmagadora maioria desses casamentos homogâmicos envolve uniões conjugais em que ambos os cônjuges ou não têm escolaridade (38,4%) ou completaram apenas o ensino primário (24,3%). Já no que respeita à heterogamia escolar, se esta representa pouco mais de um terço dos casamentos, as situações em que o pai da inquirida é mais escolarizado do que a mãe são no entanto muito mais frequentes - caracterizando mais de um quarto das famílias de origem (26,9%) - do que as uniões hipogâmicas, reduzidas a uma minoria de 7,5%. Este contraste não é

simplesmente um reflexo dos efeitos estruturais no que toca à escolaridade, em geral mais elevada, no passado, entre os homens do que entre as mulheres, mas sobretudo sintomático da diferença sexual no plano dos interesses envolvidos na escolha do cônjuge, se atendermos ao facto de estarmos perante casais - os pais das mulheres inquiridas - que casaram num contexto em que predominava o modelo de divisão familiar do trabalho de homem ganha-pão. Que a escolaridade do homem fosse considerada um atributo junto das mulheres, e não o contrário, não é surpreendente, se atendermos precisamente ao facto de, na maioria das famílias, ser o homem quem apostava o capital escolar no mercado de trabalho.

Quadro N.º 4.3 | Grau de escolaridade do pai da mulher segundo grau de escolaridade da mãe da mulher (percentagem sobre o total)

Mãe da mulher	Pai da mulher						Total	Homo- gamia (%)	Hiper- gamia (%)	Hipo- gamia (%)
	Licen- ciatura. ou grau superior	Ensino médio/ Licenc. Incom- pleta	Ensino secundá- rio	Ensino preparatório / unificado	Ensino primário	Sem escola- ridade				
Licenc. ou grau superior	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,5			
Ensino médio/ Licenc. incompleta	0,3	0,2	0,3	0,1	0,2	0,1	1,1			
Ensino secundário	0,5	0,2	0,2	0,3	0,0	0,0	1,3			
Ensino preparatório/ unificado	0,4	0,3	0,5	2,1	1,2	0,1	4,5	65,6	26,9	7,5
Ensino primário	0,4	0,2	0,8	3,7	24,3	5,3	34,7			
Sem escolaridade	0,2	0,1	0,1	0,5	18,7	38,4	58,0			
Total (n = 1720)	2,2	1,0	1,9	6,8	44,4	43,8	100,0			

$\chi^2 = 1461,49$ ;  $DF = 25$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,68$ )

Por sua vez, uma análise mais detalhada da homogamia escolar (quadro n.º 4.4) consoante o estrato etário das inquiridas começa por confirmar precisamente a tendência para a proporção de casamentos homogâmicos ser menor entre as mulheres mais jovens. Com efeito, a proporção de uniões homogâmicas junto das que nasceram entre 1965 e 1974 (52,5%) contrasta fortemente com a proporção das inquiridas menos jovens na amostra, nascidas entre 1950 e 1954 (66,7%), sendo significativo que a homogamia vá crescendo com a idade das inquiridas, o que pode explicar-se pelo aumento progressivo da escolaridade entre as mais jovens. Já no que diz respeito aos casamentos heterogâmicos, enquanto uma visão global revelava um certo equilíbrio entre hipergamia e hipogamia, a análise mais detalhada, de acordo com o grupo etário,



aponta para uma tendência de inflexão da prevalência de um padrão hipergâmico - já observado entre os pais das inquiridas - para um relativo equilíbrio entre casamentos desiguais, em que as proporções da hipergamia vão sendo de algum modo superadas pelas da hipogamia.

De facto, se junto das inquiridas nascidas entre 1950 e 1954, a proporção de casamentos com homens mais escolarizados (18,2%) - ao contrário do que se observa no conjunto dos pais - está próxima da proporção de casamentos com homens menos escolarizados (15,1%), entre as mais jovens, nascidas no período de 1965 a 1974, os casamentos hipergâmicos (21,4%) são, no entanto, em número inferior às uniões hipogâmicas (25,7%). Esta inversão das proporções da hipergamia e da hipogamia mantém-se mesmo entre as inquiridas mais jovens na amostra, ou seja, entre as mulheres cujo perfil etário e familiar - entre os vinte e cinco e os vinte e nove anos de idade e com filhos dependentes com idade superior a seis anos - vai precisamente de par com um menor prolongamento dos estudos. De resto, o facto de os casamentos com homens menos escolarizados terem crescido, entre as mulheres mais velhas e as mais novas (de 15,1% para 25,7%), muito mais do que a hipogamia (de 18,2% para 21,4%) poderia ser interpretado numa perspectiva estritamente utilitarista como um interesse progressivo dos homens nos recursos escolares das mulheres numa sociedade onde o modelo de divisão familiar do trabalho de homem ganha-pão deixou de ser a norma (Oppenheimer, 1994). No entanto, a presença cada vez mais acentuada de casamentos desiguais, no plano da escolaridade, a favor da mulher parece-nos sobretudo, tal como sugerem os dados, uma consequência estrutural, porquanto as mulheres estão cada vez mais apostadas em prolongar os seus estudos como forma, entre outros aspectos, de conquistarem melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Quadro N.º 4.4 Homogamia, hipergamia e hipogamia escolar por ano de nascimento da mulher  
(percentagem sobre o total)

	Homem						Total	Homo- gamia (%)	Hiper- gamia (%)	Hipo- gamia (%)	
	Licenc. ou grau superior	Ensino médio/ Licenc. Incom- pleta	Ensino secun- dário	Ensino prepara- tório/ unificado	Ensino primário	Sem escola- ridade					
<b>Mulher</b>											
1950 - 1954	Licenc. ou grau superior	1,9	1,2	0,8	0,0	0,0	0,0	3,9	66,7	18,2	15,1
	Ensino médio/ Licenc. incompleta	1,2	4,3	2,7	2,3	0,4	0,0	10,9			
	Ensino secundário	0,0	1,2	2,7	1,2	0,0	0,0	5,0			
	Ensino preparatório/ unificado	0,8	0,8	0,8	10,9	4,3	0,0	17,4			
	Ensino primário	0,0	0,0	1,6	7,0	43,4	2,3	54,3			
	Sem escolaridade	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	3,5	8,5			
	Total (n = 258)	3,9	7,4	8,5	21,3	53,1	5,8	100,0			
1955 - 1959	Licenc. ou grau superior	2,5	1,0	0,4	0,4	0,0	0,0	4,3	56,9	19,5	23,6
	Ensino médio/ Licenc. incompleta	1,2	3,3	2,1	1,0	0,2	0,0	7,8			
	Ensino secundário	0,6	1,4	5,5	2,7	1,2	0,0	11,5			
	Ensino preparatório/ unificado	0,4	0,8	3,1	10,9	10,7	0,2	26,1			
	Ensino primário	0,0	0,4	0,2	7,6	32,6	3,7	44,6			
	Sem escolaridade	0,0	0,0	0,0	0,4	3,3	2,1	5,7			
	Total (n = 487)	4,7	7,0	11,3	23,0	48,0	6,0	100,0			
1960 - 1964	Licenc. ou grau superior	1,3	0,5	0,7	0,4	0,0	0,0	2,9	57,0	20,8	22,1
	Ensino médio/ Licenc. incompleta	1,5	1,6	0,9	0,9	0,2	0,0	5,1			
	Ensino secundário	0,5	1,3	8,8	5,5	0,2	0,0	16,3			
	Ensino preparatório/ unificado	0,4	0,2	3,3	24,5	10,2	0,7	39,3			
	Ensino primário	0,0	0,2	0,2	11,5	19,7	1,8	33,5			
	Sem escolaridade	0,0	0,0	0,0	0,2	1,6	1,1	2,9			
	Total (n = 547)	3,7	3,8	13,9	43,0	32,0	3,7	100,0			
1965 - 1974	Licenc. ou grau superior	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,5	52,9	21,4	25,7
	Ensino médio/ Licenc. incompleta	1,0	1,2	0,7	0,2	0,0	0,0	3,2			
	Ensino secundário	0,2	0,5	3,2	5,7	1,0	0,0	10,7			
	Ensino preparatório/ unificado	0,2	0,7	3,2	26,4	15,2	0,5	46,4			
	Ensino primário	0,0	0,0	1,2	12,0	21,7	1,7	36,7			
	Sem escolaridade	0,0	0,0	0,0	0,5	1,7	0,2	2,5			
	Total (n = 401)	1,5	2,5	9,0	44,9	39,7	2,5	100,0			

## 4.2 O peso da origem social e da proximidade geográfica

Verificámos que a posição sócio-profissional e a escolaridade são critérios decisivos na escolha do cônjuge, mas estes factores não nos esclarecem sobre as origens das inquiridas e dos cônjuges ou quanto ao seu impacto na formação do casal. Abordemos então o peso quer da origem social, quer da origem geográfica na escolha do cônjuge. A posição sócio-profissional dos pais representará um constrangimento na escolha do cônjuge no sentido da homogamia? Serão as mulheres provenientes de determinados meios sociais mais propensas para a homogamia? Em que sentido podemos supor que a homogamia de origens não resulta do controlo apertado de um colectivo de pertença? Ou seja, em que situações a homogamia de origens sugere ser mais um subproduto da endogamia e da proximidade geográfica? E em que sentido, então, podemos avaliar o peso da proximidade geográfica? Será o local de nascimento um factor decisivo na eleição de um parceiro conjugal? Em que medida, afinal, a proximidade física condicionou a decisão de casar?

### 4.2.1 A homogamia de origens

Se a homogamia sócio-profissional e a homogamia escolar são padrões claramente prevalentes no conjunto das inquiridas, a escolha do cônjuge não deixa contudo de ser atravessada pelos constrangimentos relacionados com as origens sociais da mulher e do homem. Sendo a origem social captada através do indicador sócio-profissional respeitante ao pai da mulher e ao pai do homem, entendemos por *homogamia de origem todas as situações envolvendo as uniões conjugais em que ambos os cônjuges ou têm a mesma origem social, ou têm origens sociais muito próximas*. Neste sentido, diferenciamos a *homogamia de origens restrita* da *homogamia de origens alargada* a partir do critério utilizado na análise da homogamia sócio-profissional, recorrendo pois à mesma matriz classificatória (capítulo 3, quadro n.º 3.5).

No conjunto das mulheres inquiridas, a *homogamia de origens restrita* – ou seja, os casamentos com homens provenientes do mesmo meio social - representam quase um terço (30,6%) do total de uniões conjugais (quadro n.º 4.5). Por um lado, é verdade que esta proporção é inferior à das situações em que os cônjuges se posicionam na mesma categoria sócio-profissional (capítulo 3), mas importa sobretudo sublinhar que estes casamentos - em que o pai da mulher e o pai do homem pertencem à mesma categoria sócio-profissional - revelam um padrão matrimonial, em virtude da distância a que, enquanto valor observado, estão das uniões

que seriam esperadas se a origem social não tivesse qualquer intervenção na formação do casal, uniões estas que representariam menos de um sexto (15,0%) do total dos casamentos.

Quadro N.º 4.5 | Posição sócio-profissional do pai do homem e posição sócio-profissional do pai da mulher (percentagem sobre o total)

Pai da mulher	Pai do homem									Total	
	ED/PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENQ	OIQ	OINO	OA	%	N
ED/PIC	<b>0,9</b>	0,4	1,1	0,2	0,4	0,1	0,2	0,2	0,1	3,6	59
PTEI	0,5	<b>0,5</b>	0,7	0,1	0,4	0,0	0,2	0,2	0,0	2,7	43
IPP	0,5	0,4	<b>4,3</b>	2,3	1,6	0,5	2,3	2,6	1,4	15,9	258
C	0,1	0,1	2,0	<b>8,6</b>	0,3	0,4	1,2	2,1	1,6	16,3	264
EE	0,3	0,2	2,3	1,0	<b>1,1</b>	0,3	1,3	1,8	0,4	8,7	141
ENQ	0,0	0,1	0,7	0,4	0,3	<b>0,0</b>	0,9	0,8	0,6	3,8	61
OIQ	0,1	0,6	2,7	1,4	2,2	0,7	<b>3,8</b>	3,1	0,9	15,5	250
OINO	0,2	0,2	3,0	4,2	1,1	1,5	3,5	<b>6,8</b>	2,2	22,7	368
OA	0,0	0,1	1,1	1,5	0,7	0,4	0,4	2,0	<b>4,5</b>	10,8	174
Total	%	2,5	2,5	17,9	19,7	8,1	3,8	14,0	19,7	11,8	100,0
	N	41	40	289	319	131	62	226	319	191	1618

$\chi^2= 778,87$ ;  $DF=64$ ;  $p<.000$  ( $cc=.57$ )

A proporção respeitante à *homogamia de origens restrita* é, por outro lado, o sintoma de uma inclinação generalizada entre as mulheres inquiridas para casar com um homem oriundo do mesmo meio social ou de um meio próximo do seu. Com efeito, em praticamente dois terços (66,2%) dos casamentos os cônjuges têm origens sociais próximas ou idênticas. Porém, ainda que o facto de a maioria das uniões conjugais se caracterize pela *homogamia de origens alargada* indique, sem sombra de dúvida, que a proximidade das origens sociais actua de forma decisiva na formação do casal, os contextos sociais de origem não deixam de intervir de forma diferenciada na escolha do cônjuge. Com efeito, tal como demonstram os *valores residuais* expostos no quadro n.º 4.6, se a homogamia de origens tende a acentuar-se quer junto das mulheres oriundas dos contextos mais favorecidos (11,4), quer entre as filhas de camponeses (14,7) ou de operários agrícolas (13,0), também é verdade que entre as filhas de empregados não qualificados (-1,6) não se observa qualquer tendência homogâmica.

Quadro N.º 4.6 | Posição sócio-profissional do pai do homem e posição sócio-profissional do pai da mulher (resíduos ajustados na forma estandardizada)

Pai da mulher	Pai do homem										Total	
	ED/PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENQ	OIQ	OINO	OA	%	N	
ED/PIC	11,4	3,9	2,6	-2,9	0,6	-0,9	-1,6	-2,5	-2,0	3,6	59	
PTEI	6,8	6,9	1,3	-2,5	1,4	-1,3	-0,9	-1,7	-2,4	2,7	43	
IPP	0,6	-0,2	4,2	-2,4	1,3	-0,7	0,4	-1,5	-1,6	15,9	258	
C	-2,4	-2,0	-2,7	14,7	-4,0	-1,4	-3,5	-3,1	-1,1	16,3	264	
EE	0,8	-0,3	2,7	-2,6	2,1	-0,2	0,3	0,3	-2,6	8,7	141	
ENQ	-1,3	-0,4	0,4	-1,6	0,0	-1,6	2,1	0,3	0,7	3,8	61	
OIQ	-2,3	1,2	-0,1	-4,7	4,0	0,5	5,4	0,1	-3,1	15,5	250	
OINO	-2,4	-1,9	-2,7	-0,7	-2,8	3,4	1,0	5,6	-1,4	22,7	368	
OA	-2,3	-1,7	-2,9	-1,9	-0,6	-0,3	-4,0	-0,3	13,0	10,8	174	
Total	%	2,5	2,5	17,9	19,7	8,1	3,8	14,0	19,7	11,8	100,0	
	N	41	40	289	319	131	62	226	319	191	1618	

$\chi^2= 778,87$ ;  $DF=64$ ;  $p<,000$  ( $cc=,57$ )

A homogamia de origens junto das filhas de empresários e dirigentes ou profissionais intelectuais e científicos não é surpreendente se levarmos em linha de conta que a forte probabilidade, como verificámos no capítulo anterior, de as mulheres oriundas desses meios exercerem as profissões mais qualificadas vai de par com uma elevada propensão homogâmica das mulheres que exercem profissões mais exigentes em qualificações. Já a elevada propensão para uma escolha homogâmica entre os filhos de operários agrícolas ou entre os filhos de camponeses radica em lógicas endogâmicas para as quais é decisivo o isolamento geográfico a que *grosso modo* estão sujeitas as zonas rurais. É então sobre o impacto da proximidade geográfica na escolha do cônjuge que nos debruçamos no ponto seguinte.

#### 4.2.2 O critério da proximidade geográfica

A pesquisa de Girard (1981/1964) revelava a importância decisiva da proximidade espacial na França da década de cinquenta. Em metade dos casais inquiridos, os cônjuges residiam no mesmo município (*commune*) antes do casamento. Entretanto, o aumento da mobilidade geográfica e o decréscimo das actividades ligadas ao campo levaram Bozon e Héran (1987b) a supor que a proximidade geográfica se impusesse com menos vigor na década de oitenta. A verdade é que, apesar do decréscimo observado entre o inquérito aos casais formados entre 1914 e 1959 (Girard, 1981/1964), por um lado, e o inquérito aos casais formados entre 1960 e

1983 (1987b), por outro, as elevadas proporções de casais constituídos por cônjuges que *nasceram* no mesmo município e de casamentos entre *residentes* no mesmo município renovava a conclusão do inquérito de Girard: a distância geográfica permanecia um obstáculo à escolha do cônjuge.

Em Portugal, a recomposição da estrutura sócio-profissional que caracteriza as últimas décadas decorreu em paralelo com o fenómeno das migrações com destino, até meados da década de setenta, às áreas metropolitanas do Porto e Lisboa mas progressivamente, a partir dos anos oitenta, a outras cidades de grande e média dimensão fora dessas áreas. Como observa J. Ferrão, “a lógica de rede, de multipolaridade, vai-se gradualmente articulando (substituindo?) às lógicas anteriores, de forte pendor dicotómico (campo vs. Cidade, Norte vs. Sul, litoral vs. Interior), traduzindo-se por configurações territoriais em arquipélago” (1996: 187). Atendendo a este cenário de mobilidade, em que medida a distância geográfica constitui um obstáculo na escolha do cônjuge? Utilizando como unidade de referência o distrito em que nasceram e residiam os parceiros, é possível observar que a esmagadora maioria das inquiridas (86,0%) residia no mesmo distrito que o cônjuge antes de terem iniciado a vida a dois<sup>1</sup>, tendo dois terços (66,2%) nascido no mesmo distrito que o seu parceiro (quadro n.º 4.7).

**Quadro N.º 4.7** | Distância geográfica entre cônjuges à nascença e antes da vida conjugal  
(em percentagem)

	À nascença		Antes da vida conjugal	
	N	%	N	%
No mesmo distrito	1175	<b>66,2</b>	1528	<b>86,0</b>
Em distritos diferentes	436	24,5	175	9,9
Outras situações <sup>2</sup>	165	9,3	73	4,1
<b>Total</b>	<b>1776</b>	<b>100,0</b>	<b>1776</b>	<b>100,0</b>
No mesmo concelho	888	<b>50,0</b>	1231	<b>69,3</b>
Em concelhos diferentes	525	40,8	472	26,6
Outras situações	163	9,2	73	4,1
<b>Total</b>	<b>1776</b>	<b>100,0</b>	<b>1776</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Solicitou-se às inquiridas que indicassem a sua residência e a do seu cônjuge no tempo em que namoravam.

<sup>2</sup> Esta categoria envolve todas as situações em que um ou ambos os cônjuges residiam, ou nasceram, fora dos pais antes do início da vida conjugal.

Uma análise mais detalhada, recorrendo ao concelho como unidade de referência, permite revelar que sete em cada dez uniões conjugais (69,3%) é constituída por indivíduos que residiam no mesmo concelho antes do início da vida conjugal e que metade das inquiridas (50,0%) nasceu no mesmo concelho que o seu cônjuge.<sup>3</sup> Afinal, só uma pequena proporção (14,8%) de inquiridas casou com um homem que nasceu a seis ou mais concelhos de distância, sendo praticamente residual a proporção (4,2%) das que residiam a seis ou mais concelhos de distância do seu parceiro antes da vida conjugal (quadro n.º 4.8). *Grosso modo*, se se levar em linha de conta a crescente possibilidade de muitos percursos individuais serem marcados pela mobilidade espacial, nomeadamente em direcção aos grandes centros urbanos, compreende-se que as proporções relativas à *homoctonia*<sup>4</sup> sejam bastante inferiores às dos casamentos entre residentes no mesmo concelho antes da vida conjugal.

Quadro N.º 4.8 | Homogamia geográfica em função dos locais de nascimento e de residência antes da vida conjugal (em percentagem)

	Os cônjuge nasceram...			Antes da vida conjugal, os cônjuges residiam...		
	N	%	% acumulada	N	%	% acumulada
No mesmo concelho	888	50,0	50,0	1231	69,3	69,3
Em concelhos adjacentes	261	14,7	64,7	289	16,3	85,6
Num raio de dois a cinco concelhos de distância	202	11,3	76,1	108	6,1	91,7
Num raio de seis ou mais concelhos de distância	262	<b>14,8</b>	90,8	75	<b>4,2</b>	95,9
Outras situações	163	9,2	100,0	73	4,1	100,0
Total	1776	100,0		1776	100,0	

Estes resultados são suficientemente esclarecedores da importância global que a proximidade geográfica assumiu na escolha do cônjuge entre as inquiridas, pois da elevada frequência de casamentos entre mulheres e homens nascidos no mesmo concelho - bem como

<sup>3</sup> O método que adoptámos para identificar a proximidade geográfica ao nível do concelho consistiu num cálculo de distância com base em mapas com uma desagregação correspondente, avaliando-se posteriormente a distância entre os concelhos, registando o número de círculos de concelhos que separava o concelho de nascimento da mulher do concelho de nascimento do homem no mapa do Continente com uma desagregação por concelhos. Os mapas consultados estão incluídos no volume do Instituto Nacional de Estatística, *Nomenclaturas Territoriais – Designações e Códigos*, Série Normas n.º 22, 1998.

<sup>4</sup> A *homoctonia* diz respeito às uniões conjugais em que os parceiros *nasceram* no mesmo contexto geográfico: no mesmo concelho, no mesmo distrito, consoante a unidade de referência utilizada.

do facto de a maioria das escolhas recair sobre um parceiro residente no mesmo concelho - se induz *uma inclinação generalizada para casar dentro de apertados limites geográficos*. Pode então dizer-se que, na escolha do cônjuge, a proximidade geográfica adquire uma relevância equiparada ou até superior à da proximidade sócio-profissional. É, aliás, reconhecida a frequência com que a homogamia geográfica surge articulada à homogamia sócio-profissional, como resultado da natureza endogâmica<sup>5</sup> que caracteriza o processo de escolha do cônjuge em determinados contextos – nomeadamente entre os grupos menos qualificados ligados ao campo e/ou à indústria (Almeida, 1998/1993; Lourenço, 1991; Pinto, 1985; Silva, 1998; Sobral, 1999; Wall, 1998)<sup>6</sup>. A título de exemplo, tendo como objecto de estudo as dinâmicas familiares num contexto rural, K. Wall constatou na sua pesquisa que “os jovens sucessores que aceitaram ser incluídos na agricultura familiar e que não queriam estudar são os que melhor aceitam os “conselhos” homogâmicos e as pressões sociais que emanam do meio camponês. Em contrapartida, os que teriam gostado de estudar, parecem procurar, aproveitando um contexto onde as estratégias matrimoniais são reconhecidas como mais livres, aliar-se a outros grupos profissionais.” (1998: 249-250).

No entanto, será que a imposição da proximidade das origens geográficas na escolha do cônjuge se observa com o mesmo vigor em todos os grupos sócio-profissionais? Os dados revelam que a origem geográfica assume uma importância efectivamente mais decisiva junto dos meios menos favorecidos. A grande maioria das inquiridas que exercem actividades agrícolas (C, OA) ou industriais (OIQ, OINQ) e das domésticas casou com um homem nascido no mesmo concelho (quadro n.º 4.9). O mútuo conhecimento das famílias e as relações de vizinhança quer nas aldeias, onde encontramos uma população predominantemente agrícola ou pluriactiva, quer em bairros dos meios urbanos, onde, entre outros grupos sócio-profissionais, se concentra em particular o operariado da indústria, poderão explicar a tendência para a escolha recair sobre o conterrâneo.

No caso das camponesas, diversos estudos observaram que a homogamia geográfica não é alheia à própria homogamia sócio-profissional, sendo mais a primeira o resultado das estratégias da segunda do que o inverso. “Tratando-se de casamentos projectados com membros provenientes, já da própria freguesia, já de freguesias vizinhas”, refere M. C. Silva, “o risco de

---

<sup>5</sup> A noção de “endogamia” refere-se aos casamentos no interior do grupo de pertença, supondo por isso da parte dos parceiros “uma atitude de identidade e de reconhecimento recíproco” (Lourenço, 1991: 166).

<sup>6</sup> Em particular, nas “classes rurais”, recordar C. Saraceno, “a homogamia tem muitas vezes como corolário a endogamia, dado que a unidade patrimonial é constituída pela terra e por isso o/a cônjuge é procurado na mesma localidade, possivelmente com uma terra vizinha. A endogamia dos casamentos camponeses, facilitada aliás pelas dificuldades de comunicação entre aldeias, podia levar a casamentos entre consanguíneos e afins.” (1995/1992: 94).



'mau casamento' é limitado pelo conhecimento do(a) candidato(a) e, sobretudo, pelo controlo do volume de bens e demais elementos fulcrais que presidem às decisões de escolhas matrimoniais." (1998: 210). Já no que toca às operárias industriais, entre as razões da proximidade das origens geográficas dos parceiros supõe-se a influência das redes informais – nomeadamente, redes de parentesco – que suportam a deslocação do operariado imigrante oriundo das zonas rurais. Quer o recurso a redes informais e a precariedade dos recursos disponíveis que marcam os percursos migratórios (Pires, 2003), quer a influência dessas redes na escolha de um cônjuge conterrâneo são realidades já cientificamente demonstradas. A título de exemplo, veja-se como os operários e as operárias do Barreiro "que migram solteiros acabam frequentemente por vir a escolher, na cidade, um parceiro da sua terra". (Almeida, 1998/1993: 228).

Quadro N.º 4.9 | Posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal segundo distância a que nasceu do cônjuge (*percentagem em linha*)

	Os cônjuges nasceram...					Total
	No mesmo concelho	Em concelhos adjacentes	Num raio de dois a cinco concelhos de distância	A seis ou mais concelhos de distância	Outras situações	
ED/PIC	26,4	8,0	12,0	<b>32,8</b>	20,8	100,0
PTEI	41,2	7,8	13,7	<b>19,6</b>	17,6	100,0
IPP	34,6	19,2	15,4	17,3	13,5	100,0
C	<b>71,1</b>	20,5	3,6	3,6	1,2	100,0
EE	39,6	11,1	12,7	<b>23,2</b>	13,3	100,0
ENQ	50,0	13,8	10,8	13,1	12,3	100,0
OIQ	<b>65,8</b>	15,0	11,7	3,3	4,2	100,0
OINQ	<b>59,3</b>	22,2	10,7	5,3	2,5	100,0
OA	<b>70,7</b>	11,0	7,3	9,8	1,2	100,0
Domésticas	<b>51,6</b>	13,5	12,3	14,1	8,5	100,0
Outras situações	47,3	17,3	11,5	15,0	8,8	100,0
Total (n = 1776)	50,0	14,7	11,4	14,8	9,2	100,0

$\chi^2 = 215,02$ ;  $DF = 40$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,33$ )

Se entre as mulheres com profissões industriais ou agrícolas a homogamia de concelho tende a acentuar-se, é precisamente o comportamento inverso que se observa entre as que exercem actividades qualificadas. Enquanto que a grande maioria das primeiras casa com um homem que nasceu no mesmo concelho que o seu, a proporção homóloga entre as mulheres com profissões mais qualificadas (ED/PIC) reduz-se a pouco mais de um quarto (26,4%). Por outro lado, quase

um terço destas mulheres casou com um homem que nasceu a seis ou mais concelhos de distância (32,8%). Inclinação semelhante se constata junto das mulheres com profissões técnicas ou entre as empregadas executantes: duas em dez destas inquiridas casou com um homem que nasceu a, pelo menos, seis concelhos de distância. Este alargamento da área de escolha do cônjuge junto das inquiridas mais qualificadas e com profissões ligadas ao terciário não pode deixar de ser interpretado à luz de um contexto marcado pela mobilidade geográfica rumo aos grandes centros urbanos, onde tende a concentrar-se a oferta deste tipo de actividades profissionais, sendo de realçar que estas mulheres são provavelmente menos confrontadas com a diversidade de constrangimentos que conduzem as inquiridas pouco qualificadas a casar com o conterrâneo. Por outras palavras, os dados indicam claramente que *a importância da proximidade das origens geográficas se atenua bastante entre as mulheres com profissões mais qualificadas e ligadas aos serviços.*

Perante a constatação desta associação entre a atenuação da proximidade das origens geográficas e as qualificações da mulher não se estranha então que a homogamia geográfica seja apanágio das mulheres que se casam mais cedo. De facto, a clara maioria das mulheres que iniciaram a vida conjugal antes dos vinte e cinco anos casou com um homem que nasceu quanto muito no concelho vizinho, sendo que mais de metade vive com um homem que nasceu no mesmo concelho (quadro n.º 4.10). Por sua vez, não pode dizer-se que os casamentos entre conterrâneos sejam raros entre aquelas que iniciaram a vida conjugal depois dos vinte e cinco anos, mas a proporção destas uniões vai pouco além dos quatro casamentos em cada dez, evidenciado-se, no caso daquelas que começaram uma vida a dois na segunda metade da casa dos vinte anos, o facto de praticamente duas em cada dez uniões (19,3%) se concretizarem com um homem que nasceu num concelho bastante distante, isto é, a seis ou mais concelhos de distância do seu. A este propósito, uma vez que estamos aqui mais frequentemente perante mulheres que adiaram o início da vida conjugal em virtude da sua aposta numa escolaridade superior, a interpretação mais plausível consiste então no alargamento do mercado matrimonial para além do seu contexto de origem, alargamento esse que a própria frequência do meio universitário proporciona. Já a probabilidade de um adiamento do início da vida conjugal em virtude de um prolongamento dos estudos parece ser menos plausível entre as mulheres que começaram uma vida a dois mais tarde, na casa dos trinta anos. Confrontadas já com constrangimentos inerentes à própria lógica de evolução do mercado matrimonial, estas mulheres destacam-se pela sua ambivalência: por um lado, são de longe aquelas que mais casam com um homem de um concelho vizinho (29,1%); por outro, não deixam de se destacar por casarem com homens que nasceram a seis ou mais concelhos de distância (16,4%). De

resto, quando não se trata da primeira conjugalidade, os padrões matrimoniais alteram-se bastante também no que respeita ao peso da proximidade geográfica: menos de três em cada dez mulheres (28,1%) que já tinham tido uma vida conjugal à data do inquérito é casada com um homem que nasceu no mesmo concelho, e apenas uma em cada dez (10,4%) vivia com um homem nascido num concelho vizinho.

Quadro N.º 4.10 | Distância geográfica entre os cônjuges antes da união segundo perfil conjugal e idade da mulher no início da vida conjugal (*percentagem em linha*)

		Antes da vida conjugal, os cônjuges residiam...					Total	
		No mesmo concelho	Em concelhos adjacentes	Num raio de dois a cinco concelhos de distância	A seis ou mais concelhos de distância	Outras situações	%	N
Primeira união conjugal	19 anos ou menos	55,3	13,8	11,6	11,6	7,7	100,0	441
	20-24 anos	52,3	15,2	10,4	13,8	8,4	100,0	930
	25-29 anos	42,5	13,0	11,8	19,3	13,4	100,0	254
	30 ou mais anos	41,8	29,1	7,3	16,4	5,5	100,0	55
No mínimo, segunda união conjugal		28,1	10,4	20,8	26,0	14,6	100,0	96
Total		50,0	14,7	11,4	14,8	9,2	100,0	1776

$\chi^2=61,23$ ;  $DF=16$ ;  $p<,000$  ( $cc=,18$ )

À associação entre a atenuação da proximidade das origens geográficas com as qualificações da mulher e a idade da mulher no início da vida conjugal acresce, por outro lado, uma propensão das mulheres mais escolarizadas para conhecer um homem que reside para além do seu concelho ou de um concelho adjacente. Com efeito, quase metade das inquiridas já licenciadas no início da vida conjugal casou com um homem que residia a dois ou mais concelhos de distância do seu (quadro n.º 4.11). Pelo contrário, a proximidade espacial na escolha do cônjuge torna-se um factor mais decisivo à medida que nos aproximamos das mulheres com menos escolaridade, sendo que a maioria das inquiridas que não tinha escolaridade (53,9%) ou que possuíam apenas o ensino primário (59,3%) no início da vida conjugal casou com um homem que também residia no seu concelho. Em suma, a proporção de casamentos entre indivíduos que residam no mesmo concelho antes do início da vida conjugal decresce progressivamente à medida que se elevam os recursos escolares da mulher, pelo que este tipo de uniões conjugais não chega a representar um terço das uniões (30,6%) das mulheres licenciadas.

Quadro N.º 4.11 | Distância geográfica entre os cônjuges antes da união segundo escolaridade da mulher no início da vida conjugal (*percentagem em linha*)

	Antes da vida conjugal, os cônjuges residiam...					Total	
	No mesmo concelho	Em concelhos adjacentes	Num raio de dois a cinco concelhos de distância	A seis ou mais concelhos de distância	Outras situações	%	N
Licenciatura ou grau superior	30,6	4,1	<b>16,3</b>	<b>28,6</b>	20,4	100,0	49
Ens. médio/ Lic. incompleta	27,9	11,7	7,2	<b>28,8</b>	24,3	100,0	111
Ensino secundário	41,2	8,5	<b>14,6</b>	<b>17,6</b>	18,1	100,0	199
Ens. preparatório/ básico	47,1	14,1	<b>12,6</b>	<b>16,6</b>	9,6	100,0	573
Ensino primário	<b>59,3</b>	<b>16,6</b>	10,3	9,9	3,8	100,0	686
Sem escolaridade	<b>53,9</b>	<b>21,1</b>	9,2	9,2	6,6	100,0	76
Total	49,9	14,3	11,5	14,8	9,4	100,0	1694

$\chi^2= 158,81$ ;  $DF=20$ ;  $p<,000$  ( $cc=,29$ )

Finalmente, averiguemos até que ponto os diversos contextos geográficos traduzem diferentes inclinações no que toca à escolha do cônjuge. O facto de se concentrar nos grandes centros urbanos a oferta de profissões qualificadas e ligadas ao terciário leva a supor que sejam as residentes nesta região antes do início da vida conjugal quem menos se inclina para casar com um homem nascido no mesmo concelho (quadro n.º 4.12). Com efeito, entre estas mulheres, a proporção das que casaram com um homem que nasceu a, pelos menos, seis concelhos de distância (32,9%) supera a própria homogamia de concelho (31,7%). Já entre as que residiam num concelho da Área Metropolitana do Porto (AMP), se não deixa de ser significativo que duas em cada dez (19,8%) viva em união com um homem que nasceu entre dois a cinco concelhos de distância, prevalecem aqui as uniões entre nascidos no mesmo concelho (49,1%) ou em concelhos adjacentes (18,1%).

Quadro N.º 4.12 | Área de residência da mulher antes da vida conjugal segundo distância a que nasceu do cônjuge (*percentagem em linha*)

Mulher residia...	Mulher e cônjuge nasceram...					Total
	No mesmo concelho	Em concelhos adjacentes	Num raio de dois a cinco concelhos de distância	A seis ou mais concelhos de distância	Outras situações	
Num concelho da AML	31,7	8,4	12,9	<b>32,9</b>	14,1	100,0
Num concelho da AMP	49,1	18,1	<b>19,8</b>	7,8	5,2	100,0
Num concelho com 100.000 ou mais habitantes fora da AML e da AMP	<b>67,8</b>	11,9	6,3	7,7	6,3	100,0
Num concelho com 50.000-99.999 habitantes fora da AML e da AMP	<b>63,9</b>	15,6	8,9	6,3	5,2	100,0
Num concelho com 10.000-49.999 habitantes fora da AML e da AMP	<b>55,2</b>	19,1	10,1	10,7	4,9	100,0
Num concelho com menos de 10.000 habitantes	<b>57,9</b>	19,8	7,1	9,5	5,6	100,0
Total (n = 1678)	50,9	15,0	11,4	15,1	7,6	100,0

$\chi^2 = 258,93$ ;  $DF=20$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,37$ )

No entanto, no que toca aos constrangimentos da distância geográfica na escolha do cônjuge, o perfil das residentes na AML contrasta mais fortemente com o das habitantes nos concelhos exteriores às áreas metropolitanas. Com efeito, independentemente da densidade demográfica do concelho, a grande maioria das inquiridas que residiam fora das grandes áreas metropolitanas antes de viver em conjugalidade casou com um homem que habitava no mesmo concelho ou num concelho adjacente. Uma observação da composição sócio-profissional dos diversos contextos geográficos permite compreender em parte estas diferenças. O facto de a homogamia de concelho se observar menos entre as residentes na AML - dando mesmo lugar ao casamento entre parceiros nascidos a vários concelhos de distância - não parece alheio ao próprio perfil da região, que se destaca pela presença de profissões qualificadas e ligadas ao terciário (quadro n.º 4.13). No que toca à AMP, se a significativa presença das profissionais técnicas e das empregadas executantes pode fornecer pistas para explicar a inclinação heterogâmica para casar com homens nascidos a vários concelhos de distância, o forte peso de operárias industriais nesta área metropolitana também deverá elucidar quanto à preponderância das uniões entre parceiros nascidos no mesmo concelho ou em concelhos adjacentes. Por sua vez, quando se observa a acentuação da homogamia geográfica nos concelhos de maior

dimensão (mais de 100.000 habitantes) há que ter em conta a forte presença do operariado da indústria nestes contextos urbanizados. Já nos concelhos de pequena e média dimensão, a acentuada homogamia geográfica poderá também explicar-se pelo perfil sócio-profissional das residentes nestes concelhos: domésticas, mulheres no segmento menos qualificado da indústria (no caso dos concelhos com 50.000 a 99.000 habitantes) e mulheres com actividades agrícolas (nos concelhos com menos de 50.000 habitantes).

**Quadro N.º 4.13** | Área de residência da mulher antes do início da vida conjugal segundo a sua posição sócio-profissional no início da vida conjugal (*percentagem em linha*)

Mulher residia...	ED/ PIC	PTEI	IPP	C	EE	ENO	OIQ	OINO	OA	Domésticas	Outras situações	Total
Num concelho da AML	12,2	5,9	3,2	0,2	32,4	10,0	2,9	7,5	0,9	13,4	11,3	100,0
Num concelho da AMP	5,6	3,9	2,2	2,6	22,0	4,7	15,9	19,0	0,9	9,9	13,4	100,0
Num concelho com 100.000 ou mais habitantes fora da AML e da AMP	8,4	2,1	1,4	3,5	9,1	7,7	18,2	22,4	2,8	11,9	12,6	100,0
Num concelho com 50.000-99.999 habitantes fora da AML e da AMP	4,1	0,7	2,6	7,8	10,8	6,7	6,3	24,9	1,9	24,5	9,7	100,0
Num concelho com 10.000-49.999 habitantes fora da AML e da AMP	5,4	1,3	3,4	7,7	12,4	7,3	4,1	8,8	10,9	24,8	13,9	100,0
Num concelho com menos de 10.000 habitantes	4,0	1,6	4,0	9,5	11,9	5,6	2,4	5,6	12,7	24,6	18,3	100,0
Total (n = 1678)	7,2	2,9	2,9	4,8	18,4	7,4	6,9	13,3	4,9	18,6	12,7	100,0

$\chi^2= 436,31$ ;  $DF=50$ ;  $p<,000$  ( $cc=,45$ )

Em suma, se é verdade que a distância espacial constitui um constrangimento na escolha do cônjuge, a proximidade das origens geográficas dos parceiros assume uma importância que se vai alterando em função dos grupos sócio-profissionais, retraindo-se junto das profissões qualificadas ou ligadas ao terciário, mas acentuando-se quer entre as mulheres com profissões menos qualificadas - ligadas ao campo ou à indústria - quer entre as mulheres domésticas. Os diferentes pesos da origem geográfica na escolha do cônjuge reflectem, afinal, os modos diferenciados como os actores sociais vivem o fenómeno da mobilidade espacial que, associada a movimentos migratórios rumo aos grandes centros urbanos, caracteriza as últimas décadas.

Mas se a importância das origens geográficas varia em função dos contextos sócio-profissionais, a proximidade espacial dos locais de residência antes da vida conjugal revela-se decisiva para a grande maioria das inquiridas - sete em cada dez mulheres casou, de facto, com um homem que residia no mesmo concelho que o seu - o que vem aproximar os nossos resultados das conclusões das pesquisas realizadas em França (Bozon, 1987a).

#### **4.3 Diferença de idades: padrões e tendências**

A análise do peso das origens geográficas na formação do casal revela os efeitos da transformação social das últimas décadas no sentido da escolarização: a proximidade geográfica actua claramente menos como critério na escolha do cônjuge entre as mulheres mais escolarizadas. Coloca-se então a questão de saber em que medida é que o prolongamento dos estudos e, neste sentido, uma entrada menos precoce na vida conjugal se reflectem na diferença de idades no casal? Estudos realizados noutros países constataram que a diferença de idades a favor do homem é uma regularidade estatística (Bozon, 1990; Kalmijn, 1998; Vanderschelden, 2006b). A confirmar-se uma inclinação mais genérica em Portugal para os casamentos desiguais no plano da idade a favor do homem, cumpre-nos questionar em que medida está a diferença de idades relacionada com o perfil conjugal e etário da mulher? Ou seja, estarão as mulheres que casam pela primeira vez mais inclinadas do que as divorciadas para casar com um homem mais velho? Será a diferença de idades a favor do homem também a consequência de uma entrada mais precoce na vida conjugal? Por outro lado, em países como França, a hipergamia etária tem vindo a atenuar-se nas últimas décadas (Bozon, 1990; Vanderschelden, 2006b), sugerindo os efeitos de uma crescente aposta da mulher em diplomas escolares no sentido de assegurar uma maior autonomia, aposta essa que vai necessariamente de par com um convívio maior entre condiscípulos do mesmo escalão etário. Neste sentido, indagamos até que ponto o prolongamento dos estudos e consequente conquista de diplomas escolares mais elevados se traduz numa atenuação da diferença de idades no casal?

##### **4.3.1 Diferença entre homens e mulheres e evolução da distância etária no casal**

Na sua pesquisa, Bozon constatou que a hipergamia etária - ou seja, a diferença de idades favorecendo o homem - era mais o resultado de um desejo feminino do que o contrário, identificando uma concepção sexualmente diferenciada da distância etária ideal entre cônjuges na origem dessa forma de "superioridade" do homem no casal: "a superioridade masculina

através da idade é em geral mais desejada pela mulher do que pelo homem, e vai de par com a tradicional valorização do casal cujo estatuto é conferido pelo homem” (Bozon, 1990a: 599). As mulheres entrevistadas por Bozon confessavam, assim, que casar com um homem mais novo era “dar a entender que é a mulher que domina, o que (paradoxalmente) a diminui do ponto de vista social” (Bozon, 1990a). Esta interpretação da diferença de idade no casal como fruto da diferença entre interesses dos homens e interesses das mulheres, ela própria sintomática de uma forma de “dominação consentida” (Bozon, 1990a), pode *grosso modo* aplicar-se aos resultados do inquérito FPC, entre os quais também constatamos que *o padrão matrimonial prevalecente no que toca à diferença de idades é hipergâmico*, situando-se a diferença média de idades no casal nos 2,8 anos a favor do homem (quadro n.º 4.14), uma inclinação hipergâmica um pouco mais acentuada, portanto, do que em França, onde a diferença média de idades, observada num inquérito realizado precisamente no mesmo ano, se situa nos 2,6 anos a favor do elemento masculino do casal (Vanderschelden, 2006b).

A hipergamia etária é, com efeito, o padrão prevalecente entre os casais portugueses. Referindo-se a *homogamia etária* a todas as uniões conjugais em que a diferença de idades entre os cônjuges é *inferior a dois anos*, observamos que esta situação caracteriza menos de um terço (30,6%) dos casamentos, enquanto cerca de seis em cada dez uniões conjugais envolve uma diferença de idades a favor do homem: em grande parte dos casos, o homem é dois a cinco anos mais velho que a mulher (42,2%) e em mais de um em cada dez casamentos essa diferença acentua-se, situando-se entre o seis e os nove anos (12,1%). As uniões conjugais em que o homem é muito mais velho do que a mulher - dez anos, pelo menos – são enfim minoritárias, mas não são propriamente residuais: quarenta e quatro inquiridas (6,2%) casaram com um homem muito mais velho que elas. As semelhanças destes resultados com os de um inquérito francês realizado, através do recenseamento, no mesmo ano que o inquérito FPC (Vanderschelden, 2006b), são evidentes, uma vez que também nesse país cerca de seis em cada dez casais envolve um homem mais velho do que a mulher, e as uniões onde a hipergamia etária é, de facto, muito acentuada assumem uma proporção (7%) muito próxima da verificada no inquérito FPC.



	Primeira união conjugal		No mínimo, segunda união conjugal		Total
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
Diferença média de idades	2,8	2,5	3,8	8,6	2,8
Mulher 2 ou mais anos mais velha	7,7	9,0	<b>29,2</b>	6,7	8,8
Cônjuge com idades iguais ou próximas (diferença de idades não superior a um ano)	31,5	31,9	15,6	9,6	30,6
Homem 2 a 5 anos mais velho	43,5	43,8	19,8	17,3	<b>42,2</b>
Homem 6 a 9 anos mais velho	12,0	11,4	<b>13,5</b>	<b>24,0</b>	12,1
Homem 10 ou mais anos mais velho	5,3	3,9	<b>21,9</b>	<b>42,3</b>	6,2
Total					
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	1680	1672	96	104	1776

Procurando as razões para a preponderância da inclinação hipergâmica, Bozon constatou que as mulheres e os homens entrevistados atribuíam um valor desigual à diferença de idade no casal. A diferença sexual no que toca à distância etária no casal evidencia-se desde logo no facto de “o elogio da maturidade masculina [ser] uma constante no discurso das mulheres quando se lhes pergunta sobre o primeiro encontro”, acrescentando que, “se as mulheres examinam com grande atenção a idade do homem e a importância da diferença, e associam à diferença a favor do homem imagens e características positivas nele, os homens preocupam-se muito menos com a idade da mulher” (1990: 347). No entanto, Bozon observa que a não valorização da idade da mulher pelo homem aplica-se aos homens mais jovens e à primeira conjugalidade, porquanto “no espírito dos homens mais velhos, a idade encontra-se, sem dúvida, carregada do poder suplementar de cristalizar um ‘passado’ matrimonial”, concluindo que “a procura por uma mulher tão nova quanto possível é uma manifestação da preferência do homem por um cônjuge sem demasiados traços” (1990: 349). Ora, serão porventura estas divergências entre interesses das mulheres e interesses dos homens na escolha do cônjuge - que, no caso dos últimos, parecem alterar-se com a idade e o passado conjugal - que estão na origem não apenas da hipergamia etária que predomina entre os casais portugueses, mas também da

alteração dos padrões matrimoniais entre homens e mulheres da primeira para a *segunda conjugalidade*<sup>7</sup>.

Com efeito, como se observa ainda no quadro n.º 4.5, *não se verificam diferenças notáveis entre as mulheres e os homens que vivem a primeira conjugalidade*, ainda que a diferença média de idades no conjunto dos cônjuges (2,5) seja inferior à média (2,8), eventualmente em virtude de uma menor importância atribuída pelo homem à idade da mulher. Ora, os valores referentes às mulheres e aos homens que vivem uma segunda conjugalidade invertem este cenário: a diferença média de idade eleva-se fortemente para ambos os sexos, mas entre os dois sexos registam-se agora diferenças significativas. Na verdade, este aumento da hipergamia na segunda conjugalidade é bastante mais acentuado junto dos homens - praticamente dois terços dos homens que vive a segunda conjugalidade tem, pelo menos, mais seis anos de idade do que a mulher - do que entre as mulheres inquiridas, entre as quais, ainda que aumentem muito na segunda conjugalidade os casamentos em que o homem é muito mais velho que a mulher (dez anos ou mais), tal acréscimo é acompanhado do facto de quase três em cada dez (29,2%) mulheres cuja conjugalidade actual não é a primeira ser vivida com um homem mais novo. Em suma, *se no caso das mulheres a segunda conjugalidade está associada a uma radicalização da diferença de idades no casal ora a favor do homem, ora a favor da mulher*<sup>8</sup>, já entre os homens a diferença de idades acentua-se bastante, mas simplesmente favorecendo o elemento masculino do casal.

Por último, os resultados do inquérito FPC apontam para um relativo decréscimo – ainda que não tão acentuado como o que se verifica em França - do padrão hipergâmico (quadro n.º 4.15). O valor referente à diferença média de idades decresce, com efeito, uma décima entre os casais que representam a esmagadora maioria da amostra, ou seja, entre os casais formados na década de setenta (2,8) e os casais formados na década de oitenta (2,7). Em particular, esta evolução não se traduz apenas num evidente decréscimo dos casamentos hipergâmicos mais frequentes - as situações em que o homem é dois a cinco anos mais velho que a mulher, caracterizando quase metade das uniões conjugais formadas na década de setenta (48,8%), referem-se a pouco mais de quatro em cada dez uniões constituídas na década de oitenta (41,5%) -, reflectindo igualmente um acréscimo da homogamia etária e, sobretudo, das uniões conjugais em que o homem é mais novo do que a mulher. A esta evolução não será estranha uma entrada mais tardia na vida conjugal - como se observa, entre as décadas de setenta e

---

<sup>7</sup> Por *segunda conjugalidade* referimo-nos aos casos em que as inquiridas ou os respectivos cônjuges já partilharam, pelo menos, uma vida conjugal para além da actual.

<sup>8</sup> Tal como se observa em França (Vanderschelden, 2006b).

oitenta a idade média cresce de 20,6% para 22,2%, respectivamente -, sugerindo o efeito de uma maior aposta na escolaridade.

**Quadro N.º 4.15** | **Diferença de idades entre cônjuges na primeira conjugalidade da mulher segundo década de entrada na vida conjugal\* (percentagem em coluna)**

	Primeira união conjugal, iniciada...				Total
	Entre 1970 e 1979	Entre 1980 e 1989	Em 1990 ou depois	União actual não é a primeira	
Idade da mulher no início da vida conjugal (média   desvio-padrão)	20,6   2,6	22,2   3,7	23,5   4,2	28,7   4,8	22,2
Diferença média de idades entre cônjuges	2,8	2,7	3,2	3,8	2,8
Mulher 2 ou mais anos mais velha	6,1	8,3	9,4	29,2	8,9
Cônjuge com idades iguais ou próximas (diferença de idades não superior a um ano)	29,9	32,9	26,8	15,6	30,6
Homem 2 a 5 anos mais velho	48,8	41,5	39,1	19,8	42,3
Homem 6 a 9 anos mais velho	11,7	11,7	14,5	13,5	12,0
Homem 10 ou mais anos mais velho	3,5	5,5	10,1	21,9	6,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
%					
N	512	1023	138	96	1769

$\chi^2=125,88$ ;  $DF=12$ ;  $p<,000$  ( $cc=,26$ )

\* Constituinte uma categoria residual de apenas sete casos, as inquiridas que iniciaram a vida conjugal antes de 1970 não foram incluídas neste quadro.

De resto, deve salvaguardar-se que, tanto no que toca aos casais formados na década de oitenta como àqueles que se constituíram mais recentemente, na década de noventa, a idade média de entrada da mulher na vida conjugal tem associada um desvio-padrão bastante superior ao valor homólogo para as que casaram na década de setenta, sugerindo que, para além do decréscimo da idade da mulher, há também a registar uma maior diversificação das idades no momento da formação do casal. Contudo, no caso das mulheres que começaram a vida conjugal na década de noventa, a sua composição surge enviesada pelo critério - que presidiu na construção da amostra do inquérito FPC - de incluir apenas casais com filhos em idade escolar, pelo que tal diversificação da idade da mulher na formação do casal vai ao encontro de uma acentuação da diferença de idades no casal a favor do homem que, só aparentemente, contraria a evolução observada entre os casais formados nas últimas décadas no sentido de um crescimento da homogamia etária.

### 4.3.2 Mulher e autonomia à entrada na vida conjugal

De acordo com diversos estudos, a tendência das mulheres para casarem com homens mais velhos resulta num desequilíbrio entre os sexos no mercado matrimonial, uma vez que, tendo em linha de conta a valorização feminina de uma superioridade etária no casal a favor do homem, os candidatos vão decrescendo à medida que as mulheres avançam na idade, enquanto as candidatas aumentam à medida que os homens deixam de ser jovens (Goldman *et al.*, 1984; Oppenheimer, 1988; Bozon 1990; 1990b). Estará, de facto, a diferença de idades no casal associada à idade das inquiridas quando iniciaram a vida conjugal? Acentuar-se-á a propensão hipergâmica quando as mulheres casam mais precocemente? Em caso afirmativo, em que medida a diferença de idades no casal está associada à autonomia da mulher? Serão as mulheres que não usufruem da independência económica proporcionada pelo exercício de uma profissão mais propensas a casar com homens mais velhos que elas? E em que sentido uma aposta mais prolongada nos estudos altera os padrões matrimoniais no que toca à diferença de idades entre os cônjuges?

Entre as mulheres que vivem a primeira conjugalidade, *são aquelas que iniciaram mais precocemente uma vida a dois que manifestam não apenas maior propensão para casar com um homem mais velho, mas também uma fraca inclinação para casar com homens mais novos* (quadro n.º 4.15). Com efeito, verifica-se uma relação muito clara entre o adiamento do início da vida conjugal e o decréscimo dos casamentos com um homem mais velho, por um lado, e o acréscimo das uniões conjugais com um homem mais novo, por outro. Enquanto praticamente oito em cada dez mulheres que iniciaram a vida conjugal antes dos vinte anos de idade casou com um homem mais velho, esta proporção decresce à medida que se eleva a idade da mulher, atingindo o valor mínimo entre aquelas que começaram a vida a dois pela primeira vez na casa dos trinta anos de idade. Neste último caso, apenas três em cada dez mulheres casou com um homem mais velho, sendo a minoria de uniões hipergâmicas compensada com uma grande proporção de uniões hipogâmicas: quase metade (45,5%) das inquiridas que casaram mais tarde vive com um homem mais novo. No entanto, entre as mulheres que estavam na casa dos vinte anos de idade quando iniciaram uma vida a dois, o progressivo decréscimo de casamentos com um homem mais velho vai sobretudo sendo contrabalançado com uma aproximação das idades no casal. Sobretudo, é entre as mulheres que começaram uma vida a dois entre os vinte e cinco e os vinte e nove anos de idade que a homogamia etária se impõe como o padrão prevalecente, caracterizando quase metade (45,3%) dos casamentos.

Quadro N.º 4.16

Diferença de idades entre cônjuges segundo perfil conjugal e idade da mulher no início da vida conjugal (*percentagem em linha*)

		Mulher 2 ou mais anos mais velha	Cônjuge com idades iguais ou próximas	Homem 2 a 5 anos mais velho	Homem 6 a 9 anos mais velho	Homem 10 ou mais anos mais velho	Total %	N
Primeira união conjugal	19 anos ou menos	2,3	18,8	51,7	21,1	6,1	100,0	441
	20 a 24 anos	5,4	34,1	46,1	9,6	4,8	100,0	930
	25 a 29 anos	17,3	45,3	26,4	6,7	4,3	100,0	254
	30 anos ou mais	45,5	25,5	12,7	5,5	10,9	100,0	55
No mínimo, segunda união conjugal		29,2	15,6	19,8	13,5	21,9	100,0	96
Total		8,8	30,6	42,2	12,1	6,2	100,0	1776

$\chi^2= 369,69$ ;  $DF=16$ ;  $p<,000$  ( $cc=,42$ )

Estes resultados revelam-nos três pistas de interpretação. Por um lado, o decréscimo progressivo da hipergamia com a idade da mulher no início da vida conjugal sugere uma relação entre a valorização de um homem mais velho, supostamente independente no plano económico, e uma idade mais precoce da mulher ao casamento. Por outro lado, a prevalência dos casamentos hipogâmicos entre as mulheres que iniciaram a primeira relação conjugal na casa dos trinta revela os constrangimentos do mercado matrimonial, onde os candidatos masculinos mais velhos ou da mesma idade tendem a escassear em virtude da generalizada propensão hipergâmica, ela própria fruto de interesses divergentes entre homens e mulheres. Por último, a preponderância da proximidade de idades no casal entre as mulheres que iniciam a vida conjugal na segunda metade da casa dos vinte é, porventura, a consequência do prolongamento dos estudos e do convívio entre pares que caracteriza a própria frequência de locais de ensino como a universidade. Vejamos então em que medida a condição perante a actividade económica no início da vida conjugal e a posse de títulos escolares contribuem para elucidar os padrões matrimoniais no que toca à diferença de idade no casal.

Na *interpretação do género*, em que também se enquadra a análise de Bozon (capítulo 1), o facto de a diferença etária no casal tender para se acentuar entre as mulheres que estão fora do mercado de trabalho é o resultado de a mulher valorizar tanto mais tal diferença quanto depende do estatuto independente do homem para conquistar a sua autonomia em relação aos pais, ou seja, é o produto da “procura por um homem cuja estabilidade profissional esteja já assegurada” (1990a: 599). Na verdade, esta relação entre a diferença de idades no casal e a autonomia da mulher confirma-se na “escolha” das inquiridas que vivem a primeira conjugalidade. Como se

observa desde logo no quadro n.º 4.17, a homogamia etária reduz-se fortemente - a pouco menos de quarto (24,3%) - entre as mulheres que, no início da vida conjugal, eram domésticas, sendo entre estas que encontramos mais casamentos onde a disparidade etária no casal a favor do homem é acentuada: 16,8% das domésticas casa com homens seis a nove anos mais velhos; 8,5% casa com homens dez ou mais anos mais velhos; e a diferença média de idades no casal assume o valor mais de 3,7 anos a favor do homem. Por sua vez, a média de idades eleva-se também, ainda que não tanto, entre as mulheres com a exclusiva condição de estudante no início da vida conjugal (3,3), mas estas revelam-se ambivalentes, pois se é verdade que praticamente uma em cada dez inquiridas casou com um homem dez ou mais anos mais velho (9,8%), deve sublinhar-se que mais de um terço vive com um homem da mesma idade (35,3%). Finalmente, se a hipergamia pouco acentuada - ou seja, os casamentos em que o homem, sendo mais velho, tem uma diferença de idade em relação à mulher não superior a cinco anos - é sobretudo muito frequente entre as mulheres que estavam desempregadas no início da vida conjugal, representando aqui a maioria dos casos (52,1%), já no que toca às mulheres que exerciam uma actividade profissional, pelo contrário, elas destacam-se exclusivamente pela sua propensão para os casamentos com homens da mesma idade (33,7%).

**Quadro N.º 4.17** | **Diferença de idades entre cônjuges na primeira conjugalidade da mulher segundo condição da mulher perante a actividade económica (percentagem em coluna)**

		Estudante	Exercia profissão*	Desempregada	Doméstica**	Outras situações	Total
Diferença média de idades entre cônjuges		<b>3,3</b>	2,5	2,9	<b>3,7</b>	2,9	2,8
Primeira união conjugal	Mulher 2 ou mais anos mais velha	2,0	8,5	5,5	6,3	7,8	7,7
	Cônjuges têm a mesma idade	<b>35,3</b>	<b>33,7</b>	24,7	25,6	31,1	31,5
	Homem 2 a 5 anos mais velho	43,1	43,0	<b>52,1</b>	42,9	45,6	43,5
	Homem 6 a 9 anos mais velho	9,8	10,8	12,3	<b>16,8</b>	9,7	12,0
	Homem 10 ou mais anos mais velho	<b>9,8</b>	4,0	5,5	<b>8,5</b>	5,8	5,3
Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	51	1101	73	352	103	1680

$\chi^2= 34,05$ ;  $DF=16$ ;  $p<,005$  ( $cc=,14$ )

\* Inclui-se nesta categoria as mulheres activas empregadas a tempo inteiro e as trabalhadoras estudantes.

\*\* Inclui-se nesta categoria as mulheres domésticas e as domésticas com algum trabalho remunerado.

O modo como a condição perante a actividade económica e a idade da mulher alteram os padrões matrimoniais respeitantes à diferença de idades no casal sugere então *uma associação entre a autonomia da mulher e a atenuação da hipergamia etária*, associação também evidenciada numa análise da escolaridade das inquiridas . Com efeito, *observa-se uma clara atenuação da diferença etária entre os cônjuges em função dos diplomas escolares, verificando-se que, ao invés, os casamentos com homens mais velhos são tanto mais frequentes quanto menor a escolaridade alcançada pela mulher*, tal como revela desde logo a diferença média de idades no casal, que decresce claramente à medida que se elevam os diplomas escolares. Entre as inquiridas menos escolarizadas e as mulheres mais escolarizadas, a média da diferença de idades no casal decai três anos, atingindo a mínima diferença média de 1,3 anos a favor do homem entre as licenciadas e máxima de 4,3 anos entre as mulheres sem escolaridade (quadro n.º 4.18).

**Quadro N.º 4.18** | Diferença de idades entre cônjuges na primeira conjugalidade da mulher segundo escolaridade da mulher no início da vida conjugal (*percentagem em coluna*)

	Licenciatura ou grau superior	Ensino médio/ Licenciatura Incompleta	Ensino secundário	Ensino preparatório./ unificado	Ensino primário	Sem escolaridade	Total
Diferença média de idades entre cônjuges	<b>1,3</b>	2,2	2,4	2,9	<b>2,8</b>	<b>4,3</b>	2,8
Mulher 2 ou mais anos mais velha	<b>13,3</b>	6,2	8,0	7,4	7,2	<b>10,8</b>	7,6
Cônjuges têm a mesma idade	<b>55,6</b>	<b>39,2</b>	<b>37,2</b>	29,5	29,4	25,7	31,5
Primeira união conjugal							
Homem 2 a 5 anos mais velho	20,0	44,,3	36,7	44,4	<b>47,0</b>	32,4	43,3
Homem 6 a 9 anos mais velho	6,7	7,0	12,5	<b>13,8</b>	11,3	<b>18,9</b>	12,2
Homem 10 ou mais anos mais velho	4,4	3,3	5,6	5,0	5,1	<b>12,2</b>	5,4
Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	45	100	186	543	653	74

$\chi^2= 44,34$ ;  $DF=20$ ;  $p<,001$  ( $cc=,16$ )

Uma análise mais detalhada revela-nos que a proximidade etária no casal vai sendo cada vez mais frequente à medida que se eleva o grau de escolaridade da mulher no início da vida conjugal. Assim, se pouco mais de um quarto das inquiridas sem escolaridade (26,3%) ou nem

sequer um terço daquelas que possuem o ensino primário (29,2%) ou o ensino preparatório (28,3%) casa com um homem da mesma idade, mais de metade (53,1%) das mulheres que eram já licenciadas quando iniciaram uma vida a dois com um homem de idade semelhante à sua. *É, de facto, entre as mulheres menos escolarizadas que se observa com maior frequência o casamento com homens mais velhos.* Em particular, entre as mulheres sem qualquer escolaridade, são bastante mais abundantes as uniões em que a diferença de idades no casal a favor do homem é mais acentuada: seis a nove anos (18,9%) e dez anos ou mais (12,2%). Em suma, é verdade que o homem é, em média, sempre mais velho do que a mulher independentemente do grau de escolaridade desta, mas *a escolarização das mulheres leva a colocar a hipótese de a hipergamia etária poder vir a perder expressão como padrão matrimonial.*

Por fim, os casamentos em que o homem é mais novo do que a mulher destacam-se, sobretudo, entre as licenciadas (13,3%), mas igualmente entre as mulheres que não possuem qualquer grau de escolaridade (10,8%). A este respeito, poderíamos sem dúvida invocar os argumentos da autonomia e dos constrangimentos do mercado matrimonial. No que toca às licenciadas, a hipogamia pode justificar-se parcialmente não apenas com o facto de as mulheres tenderem a não valorizar tanto a idade no homem à medida que adquirem mais recursos educacionais com vista a assegurar a sua independência económica, mas também com a maior escassez de candidatos com que se defrontam as mulheres que se casam mais tarde, neste caso, no mínimo só após o término da licenciatura. Já no caso das mulheres sem escolaridade, sabendo-se que os indivíduos com os mais baixos recursos escolares se encontram com maior frequência inseridos nos meios mais marcados pelo isolamento geográfico - como é caso dos meios rurais - o casamento com um homem mais novo pode ser explicado pelos próprios constrangimentos de um mercado matrimonial obviamente reduzido em virtude desse isolamento.

#### **4.4 Religião e formação do casal**

O peso da crença e da prática religiosas constituem, de igual modo, critérios que intervêm na formação do casal, pese embora o estudo do impacto deste tipo de factores na escolha do cônjuge seja apanágio dos estudos sobre casamentos interétnicos (Kalmijn, 1998), designadamente em países como os Estados Unidos, onde a diversidade étnica e racial vai de par com uma pluralidade de crenças religiosas. No contexto europeu, o estudo de Girard (1981/1964) destaca-se por incluir a variável religião na sua análise sobre a escolha do cônjuge



na França do anos cinquenta, ou seja, num contexto nacional onde, tal como em Portugal, o catolicismo é a religião prevalecente, envolvendo necessariamente a esmagadora maioria (88,4%) dos casamentos um homem e uma mulher católicos. Girard observou que a diferença sexual na prática religiosa - menos de quatro em cada dez homens declarava ser católico praticante, enquanto mais de metade das mulheres se considerava praticante da fé católica (1981/1964: 84) - se reflectia no facto de o padrão dominante da homogamia religiosa entre católicos incluir uma desproporção entre as uniões envolvendo uma católica praticante e um católico *não* praticante, por um lado, e as uniões envolvendo uma católica *não* praticante e um católico praticante, desproporção essa que, em virtude de tal diferença sexual, pesava para o lado do primeiro tipo de uniões conjugais. Para além da diferença entre homens e mulheres, a prática do catolicismo era também atravessada pela proveniência social dos inquiridos, revelando-se mais arraigada junto dos meios menos favorecidos e, particularmente, nos meios rurais. Sendo também Portugal um país onde predomina a crença católica, indagamos neste último ponto em que medida a religião e, sobretudo, a prática religiosa constituem um critério na escolha do cônjuge? Para esclarecer esta questão, começamos por definir o perfil religioso das mulheres inquiridas e dos cônjuges no seu conjunto.

#### 4.4.1 Crença religiosa, origem social e escolaridade

Que em Portugal prevalece a fé católica não é obviamente um dado que nos surpreenda. Tal como constatamos, a esmagadora maioria das mulheres inquiridas é católica, ou mais precisamente, o catolicismo é a religião de mais de nove em cada dez inquiridas ou cônjuges (quadro n.º 4.19). A crença religiosa preponderante não se traduz, para uma grande parte das mulheres no que consideram ser um acompanhamento assíduo dos rituais católicos, sendo que pouco mais de metade das católicas (52,1%) declara ser católica praticante. Todavia, a proporção das que se declaram católicas praticantes contrasta com o comportamento homólogo dos cônjuges: no conjunto dos casais estão, pelo contrário, em clara maioria (59,9%) as uniões em que o homem não é católico praticante.

Por um lado, não deixa de ser surpreendente que estas diferenças entre os sexos no que toca à prática dos rituais católicos tenham já sido observadas por Girard (1981/1964) na França ainda muito rural da década de cinquenta, se tivermos em linha de conta o desfasamento temporal entre o inquérito *Famílias no Portugal Contemporâneo*, de 1999, e o inquérito *Le Choix du Conjoint*, de 1959. Por outro lado, já não se estranha tanto o facto de a proporção de

portuguesas coincidir com a das francesas inquiridas por Girard, se recordarmos que tanto umas como outras são, *grosso modo*, oriundas de meios sociais pouco favorecidos ligados ao campo.

Quadro N.º 4.19 | Religião e prática religiosa das mulheres e dos homens (em percentagem)

		Mulheres			Homens		
		N	%	%	N	%	%
Católicos	Praticantes	873	52,1	94,6	659	40,1	92,7
	Não praticantes	807	47,9		984	59,9	
			100,0			100,0	
Não católicos	Sem religião	61		3,4	99		5,6
	Outra religião	34		1,9	30		1,7
Total		1775		100,0	1772		100,0

Observe-se então o modo como a fé religiosa e a prática dos rituais varia consoante a proveniência social das mulheres portuguesas (quadro n.º 4.20). Em primeiro lugar, é entre as filhas de camponeses que a prática católica mais se acentua - mais de sete em cada dez inquiridas (73,0%) é católica praticante - estando também notavelmente presente entre as mulheres oriundas do operariado agrícola (50,5%) e industrial pouco qualificado (51,5%), este último tantas vezes associado ao mundo rural em virtude da frequente natureza pluriactiva das famílias no campo (Almeida, 1999/1986; Wall, 1998).

Em segundo lugar, as mulheres provenientes dos meios sociais menos favorecidos, no que toca à prática dos rituais católicos, contrastam não apenas com as inquiridas provenientes de meios mais qualificados - como o operariado qualificado da indústria (39,7%) - mas também, e sobretudo, com as mulheres com origens sociais mais favorecidas no que se refere aos recursos escolares e qualificações, ou seja, as profissões técnicas de enquadramento intermédio (33,3%) e, em particular, as profissões intelectuais e científicas (13,3%). A menor adesão à prática católica junto das mulheres com as origens sociais mais qualificadas revela, por outro lado, que tal comportamento parece sobretudo associado a um contexto familiar caracterizado pela detenção de capitais culturais - mais precisamente, títulos escolares - uma vez que essa atenuação da prática católica contrasta também com o comportamento das mulheres oriundas dos meios mais favorecidos em capital económico (ED), que, pelo contrário, se declaram bastante mais cumpridoras dos rituais católicos. Ainda que o número absoluto de inquiridas

oriundas destes estratos culturalmente mais favorecidos (PIC) ou privilegiados em capital económico (ED) não autorize uma comparação precisa entre percentagens, parece-nos evidente uma maior propensão para a ausência de fé religiosa entre estas mulheres, sobretudo entre as primeiras: três em cada dez inquiridas com uma origem social muito qualificada (PIC) declara não ter religião.

Por último, no que toca à crença católica sem um acompanhamento assíduo dos respectivos rituais, esta não deixa de ser particularmente notável entre as filhas de profissionais técnicos de enquadramento intermédio (60,4%), mas também entre as provenientes de meios menos qualificados como os independentes e pequenos proprietários (49,8%), os empregados não qualificados (52,3%) ou os operários industriais qualificados (54,0%). De resto, as filhas de empregados executantes - grupo mais escolarizado do que estes últimos - destacam-se pela significativa proporção (5,4%), comparando com a proporção de mulheres (3,3%) que, no conjunto das inquiridas com essa origem social, declara não ter religião.

Quadro N.º 4.20 | Religião e prática religiosa da mulher segundo a sua origem social  
(percentagem em linha)

Posição sócio-profissional do pai	Religião e prática religiosa da mulher				Total	
	Católica		Sem religião	Outra religião	%	N
	Praticante	Não praticante				
ED	43,8	43,8	12,5	0,0	100,0	32
PIC	13,3	56,7	30,0	0,0	100,0	30
PTEI	33,3	60,4	4,2	2,1	100,0	48
IPP	43,5	49,8	3,3	3,3	100,0	271
C	73,0	25,2	1,5	0,4	100,0	270
EE	45,9	45,3	5,4	3,4	100,0	148
ENQ	41,5	52,3	3,1	3,1	100,0	65
OIQ	39,7	54,0	3,7	2,6	100,0	272
OINQ	51,5	45,5	1,8	1,3	100,0	400
OA	50,5	46,7	1,1	1,6	100,0	184
Total	49,5	45,3	3,3	1,9	100,0	1720

$\chi^2= 177,84$ ;  $DF=27$ ;  $p<,000$  ( $cc=,31$ )

Se o facto de ter uma origem social mais qualificada parece determinante, junto das mulheres católicas, no modo como praticam a fé, já a própria detenção, ou não, de títulos escolares sugere de uma forma bastante óbvia uma associação entre esta forma de capital cultural e a prática do catolicismo. Com efeito, a proporção de mulheres que se declaram católicas praticantes vai decrescendo progressivamente com o acréscimo do volume de recursos escolares, ao ponto de

a respectiva proporção de mulheres licenciadas representar menos de metade da proporção observada entre as mulheres sem escolaridade (quadro n.º 4.21). De um modo semelhante, é entre as mais escolarizadas, ou mais especificamente entre aquelas que possuem, pelo menos, o ensino secundário, que se verifica maiores proporções de mulheres declarando não ter religião: em particular, mais de uma em cada dez inquiridas (13,1%) que possuem um curso médio ou que não completaram a licenciatura diz não ter religião.

**Quadro N.º 4.21** | **Religião e prática religiosa da mulher segundo o seu grau de escolaridade actualmente**  
(percentagem em linha)

Escolaridade da mulher	Religião e prática religiosa da mulher				Total	
	Católica		Sem religião	Outra religião	%	N
	Praticante	Não praticante				
Licenciatura. ou grau superior	33,3	56,3	8,3	2,1	100,0	48
Ensino médio/Licenc. Incompleta	35,5	50,5	13,1	0,9	100,0	107
Ensino secundário	36,8	55,2	6,0	2,0	100,0	201
Ensino preparatório/ unificado	43,6	51,0	2,1	3,3	100,0	574
Ensino primário	60,1	37,1	1,7	1,0	100,0	687
Sem escolaridade	67,1	27,6	3,9	1,3	100,0	76
<b>Total</b>	<b>49,7</b>	<b>44,9</b>	<b>3,4</b>	<b>1,9</b>	<b>100,0</b>	<b>1693</b>

$\chi^2= 118,61$ ;  $DF=15$ ;  $p<,000$  ( $cc=,26$ )

Em suma, se inquiridas e cônjuges, no seu conjunto, têm comportamentos dissemelhantes no que toca à prática do catolicismo, pode dizer-se que a crença e assiduidade aos rituais católicos, por um lado, e a ausência de tal assiduidade ou mesmo de uma crença religiosa, por outro, são comportamentos que contrastam no modo como se associam quer à proveniência social das mulheres inquiridas, quer à detenção de títulos escolares. Que impacto tem, enfim, na escolha do cônjuge a diferença sexual da prática católica e, mais particularmente, as diferenças entre as próprias mulheres no que toca à crença religiosa e à assiduidade aos rituais católicos?

#### 4.4.2 Os critérios decisivos da fé religiosa e da prática católica

Uma avaliação sumária da proximidade religiosa no casal começa por revelar-nos que *a homogamia católica, independentemente da assiduidade aos rituais católicos, é sem surpresa a situação da esmagadora maioria das famílias (91,9%)*, situação essa à qual crescem ainda os

casos homogâmicos envolvendo uma pequena porção (2,8%) de casamentos em que nenhum dos cônjuges tem religião (quadro n.º 4.22). A heterogamia religiosa é, portanto, uma situação muito minoritária (3,8%) no conjunto das mulheres inquiridas, situação esta que ainda assim se refere a uniões conjugais em que um dos cônjuges é católico (3,2), sendo enfim residuais (1,5%) os casamentos em que ambos os cônjuges professam outra religião que não a religião católica.

Quadro N.º 4.22 | Proximidade religiosa no casal (*em percentagem*)

<b>Homogamia</b>	Ambos católicos	Ambos praticantes	36,8	91,9	<b>94,7</b>
		Ambos não praticantes	42,7		
		Mulher praticante; homem não praticante	12,0		
		Homem praticante; mulher não praticante	0,4		
		Ambos sem religião		2,8	
<b>Heterogamia</b>		Entre católicos e sem religião		3,2	<b>3,8</b>
		Outras uniões heterogâmicas		0,7	
<b>Outras religiões</b>					<b>1,5</b>
<b>Total (n = 1772)</b>					<b>100,0</b>

Se o facto de a esmagadora maioria dos casamentos se realizar entre católicos é claramente um efeito inevitável da prevalência da religião católica na sociedade portuguesa, da mesma forma não se estranha que a diferença entre homens e mulheres no que toca à prática dos rituais católicos resulte em frequentes uniões entre católicas praticantes e católicos não praticantes (quadro n.º 4.23). A diferença sexual na relação com a religião traduz-se enfim na escolha do cônjuge, uma vez que *a frequência de casamentos em que a mulher é o elemento mais religioso do casal é incomparavelmente superior às uniões conjugais com um perfil inverso*: em mais de um em cada dez casais (12%) ambos os cônjuges são católicos, mas só a mulher é praticante, enquanto constituem uma minoria residual (0,4%) os casais católicos em que só o homem é praticante; e entre a minoria de casais em que um dos cônjuges é católico, não professando o outro qualquer religião, os casos em que é a mulher o elemento religioso do casal (2,1%) estão, no conjunto da amostra, muito mais representados do que as uniões em que o elemento religioso é o homem (0,6%).

Quadro N.º 4.23 | Crença religiosa e prática católica dos cônjuges comparadas  
(percentagem sobre o total)

			Homem					
			Católico		Não católico		Total	
			Praticante	Não praticante	Sem religião	Outra religião		
N			659	984	99	30	1772	
Mulher	Católica	Praticante	874	<b>36,8</b>	<b>12,0</b>	0,4	0,1	49.3
		Não praticante	803	0,4	<b>42,7</b>	<b>2,1</b>	0,1	45.3
	Não católica	Sem religião	61	0,0	0,6	<b>2,8</b>	0,0	3.4
		Outra religião	34	0,0	0,2	0,2	<b>1,5</b>	1.9
Total			1772	37.2	55.5	5.6	1.7	100.0

$\chi^2= 2865,78$ ;  $DF=9$ ;  $p<,000$  ( $cc=,79$ )

Contudo, como pode observar-se no quadro n.º 4.24, a *inclinação para casar com um parceiro semelhante no que toca à crença religiosa ou à prática católica é o padrão matrimonial observado*. Designadamente, a inclinação das católicas praticantes, apesar das diferenças entre mulheres e homens no que se refere à assiduidade aos rituais católicos, é semelhante às dos católicos praticantes. Ou seja, ambos estão muito longe de manifestar uma inclinação para casar com católicos não praticantes, o que demonstra que *o padrão homogâmico prevalece ainda entre os católicos*. Com efeito, e tal como confirmam os elevados *valores residuais* destacados na diagonal do quadro n.º 4.24, a tendência é para as católicas praticantes casarem com católicos praticantes (32,1%) e as católicas não praticantes casarem com católicos não praticantes (29,8%), da mesma forma que as mulheres e os homens sem religião são também muito propensos a uma escolha homogâmica (26,4%).

Quadro N.º 4.24 | Crença religiosa e prática católica dos cônjuges comparadas  
(resíduos ajustados na forma standardizada)

			Homem					
			Católico		Não católico		Total	
			Praticante	Não praticante	Sem religião	Outra religião		
N			659	984	99	30	1772	
Mulher	Católica	Praticante	874	<b>32,1</b>	<b>-26,0</b>	-8,7	-4,7	49.3
		Não praticante	803	<b>-28,8</b>	<b>29,8</b>	-1,4	-4,3	45.3
	Não católica	Sem religião	61	-6,1	-6,0	<b>26,4</b>	-1,0	3.4
		Outra religião	34	-4,5	-5,2	1,6	<b>34,1</b>	1.9
Total			1772	37.2	55.5	5.6	1.7	100.0

$\chi^2= 2865,78$ ;  $DF=9$ ;  $p<,000$  ( $cc=,79$ )

Em suma, no que toca à intervenção da religião na formação do casal, *a homogamia, quer no sentido da crença religiosa, quer no sentido da prática dos rituais católicos, é o único padrão matrimonial observado*, o que significa que *a maior frequência de casamentos em que o elemento do casal religioso ou mais religioso é a mulher, longe de representar um padrão matrimonial, é o resultado de estrangimentos do mercado matrimonial, atendendo à diferença sexual observada no que toca à fé e à prática católica*. De resto, a prevalência de tal padrão vai, no entanto, de par com variações significativas consoante o capital cultural da mulher. Mais precisamente, são bastante diferentes os padrões matrimoniais entre as mulheres menos escolarizadas e as mais escolarizadas, uma consequência, já se vê, da relativa associação entre o perfil religioso das inquiridas e os recursos escolares (quadro n.º 4.25).

**Quadro N.º 4.25** | Proximidade religiosa no casal segundo escolaridade da mulher no início da vida conjugal (*percentagem em linha*)

Escolaridade Da mulher	Homogamia					Heterogamia			Total	
	Ambos católicos				Ambos sem religião	Entre católicos e sem religião	Outras uniões heterogâmicas	Outras religiões	%	N
	Ambos praticantes	Ambos não praticantes	Mulher praticante; homem não praticante	Homem praticante; mulher não praticante						
Licenciatura. ou grau superior	23,9	45,7	8,7	0,0	6,5	13,0	2,2	0,0	100,0	46
Ensino médio/Licenc. Incompleta	24,3	45,8	10,3	0,9	12,1	4,7	0,9	0,9	100,0	107
Ensino secundário	25,9	48,3	10,4	0,0	4,0	9,0	1,5	1,0	100,0	201
Ensino preparatório/ unificado	30,7	48,1	12,5	0,5	1,6	3,3	0,3	3,0	100,0	574
Ensino primário	46,8	36,2	12,8	0,4	1,6	0,9	0,6	0,7	100,0	686
Sem escolaridade	55,3	27,6	11,8	0,0	3,9	0,0	0,0	1,3	100,0	76
<b>Total</b>	37,2	42,1	12,1	0,4	2,8	3,2	0,7	1,5	100,0	1690

Por um lado, a homogamia entre católicos praticantes é apanágio das mulheres menos escolarizadas. A proporção de casamentos entre católicos praticantes vai decrescendo progressivamente à medida que aumentam os recursos escolares, pelo que, se mais de metade das mulheres sem escolaridade é católica praticante e está casada com um católico praticante, menos de um quarto das mulheres com, pelo menos, o ensino médio, é católica praticante e está casada com um católico praticante. Por outro lado, se *grosso modo* não se observa uma

tendência para os casamentos heterogâmicos, importa sublinhar que mais de uma em cada dez licenciadas (13,0%) vive numa união heterogâmica no que toca à crença religiosa, ou seja, numa união em que ela é católica e ele não tem religião, ou vice-versa. Esta proporção, ainda que minoritária, é tanto mais relevante quanto o valor homólogo para o conjunto das mulheres inquiridas é residual (3,2%), sendo afinal um sintoma da maior propensão para uma abertura religiosa, na escolha do cônjuge, junto de uma população que, sendo mais escolarizada, é também, como vimos, mais propensa a não abraçar uma religião.





## 5 O condicionalismo dos contextos de interacção

Com a análise dos perfis sociais, etários e religiosos - bem como das origens geográficas dos parceiros - demonstrámos a diversidade de que se revestem os condicionalismos estruturais e os constrangimentos radicados na diferença sexual que se impõem na escolha do cônjuge. O levantamento dos locais de encontro visa, por sua vez, fornecer pistas sobre o papel dos contextos de interacção no processo de escolha do cônjuge. Indiciando as circunstâncias em que os parceiros se conheceram, os locais de encontro proporcionam uma visão mais aproximada desse processo, pelo que o primeiro objectivo deste capítulo consistirá em fazer um levantamento das situações em que as inquiridas travaram conhecimento com o seu actual marido. Feito este levantamento, o segundo objectivo será responder a um conjunto de questões, ora relacionadas com a evolução e as características dos diversos locais de encontro, ora referentes ao modo como reforçam ou atenuam os diferentes critérios de proximidade que, tal como verificámos nos capítulos anteriores, actuam de forma decisiva na escolha do cônjuge. Em que tipos de circunstâncias se conheceram, afinal, os casais que as inquiridas representam? Ter-se-ão alterado os locais de encontro entre os casais formados mais recentemente? Em que sentido os locais de encontro contribuem para explicar o impacto que tanto a idade como a própria autonomia económica da mulher ao início do namoro podem ter na escolha do cônjuge? Por outro lado, estarão as circunstâncias do encontro associadas aos recursos escolares e aos perfis sócio-profissionais da mulher? Em caso afirmativo, em que medida podem essas associações esclarecer os padrões matrimoniais observados, designadamente a homogamia e a hipergamia sócio-profissional? De resto, em que sentido podemos afirmar que os locais de encontro propiciam a proximidade no casal? Não serão algumas circunstâncias mais propícias ao encontro amoroso entre indivíduos com as mesmas origens sociais ou conterrâneos? Não serão algumas situações mais atenuantes da diferença de idades no casal a favor do homem que, *grosso modo*, prevalece? E, quanto aos critérios religiosos que actuam na escolha do cônjuge, não estarão, afinal, os padrões homogâmicos que observámos dependentes dos contextos de interacção social?

### 5.1 Os locais e situações de encontro

No que toca aos locais e às circunstâncias do encontro amoroso, pode dizer-se que, em geral, os resultados do inquérito FPC não se distanciam daqueles que já tinham sido observados em França. Um levantamento dos locais e das situações de encontro na década de oitenta permitiu

a Bozon e Héran (1987; 1988) observar, face aos resultados da pesquisa de Girard (1981/1964), uma forte diversificação das circunstâncias do encontro numa França muito menos rural. Não obstante, o baile (16%) permanecia o contexto mais frequente para conhecer um parceiro, logo seguido dos locais públicos (13%) e do local de trabalho (12%).

Já entre os casais portugueses, o bairro e a aldeia (15,9%), seguidos do baile (12,0%), do local de trabalho (12,0%) e dos locais públicos (10,8%) são as circunstâncias de encontro mais frequentes (quadro n.º 5.1). O bairro, a aldeia ou o baile dominam então o que designamos de *sociabilidades locais* (30,5%), onde também se incluem as associações recreativas, desportivas ou culturais, que caracterizam uma minoria de encontros (2,6%), minoria essa bastante reduzida, aliás, mesmo quando comparada com a proporção homóloga de 8% que Bozon e Héran (1987: 948) verificaram entre os casais franceses. Nestas circunstâncias, sob um olhar colectivo apertado e vigilante, supõe-se que a escolha do cônjuge recaia mais provavelmente no interior do grupo de pertença.

Quadro N.º 5.1 | Local ou situação de encontro (*em percentagem*)

Escola, liceu ou faculdade			8,0
Contextos de lazer	Local de férias	3,5	6,9
	Bar ou discoteca	2,8	
	Cinema, teatro, concerto	0,6	
Redes de amizades	Festa entre amigos	9,2	14,5
	Casa de amigos	5,3	
Local de trabalho			12,0
Local público			10,8
Sociabilidades locais	Bairro ou aldeia	15,9	30,5
	Baile	12,0	
	Associação recreativa, desportiva ou cultural	2,6	
Parentesco e relações de proximidade	Festa de família	2,1	10,1
	Reunião de família	1,9	
	Sempre se conheceram	6,0	
Outra situação			7,2
Total (n = 1776)			100,0

Por sua vez, o facto de quase um oitavo das inquiridas (12,0%) ter conhecido o seu cônjuge no local de trabalho não é surpreendente, se tivermos presente a homogamia sócio-profissional globalmente observada (capítulo 3). A natureza deste local tende efectivamente a aproximar no

quotidiano indivíduos inseridos em categorias sócio-profissionais idênticas ou vizinhas. Um décimo dos encontros (10,8%) teve lugar em locais públicos: na cidade, num café, num hospital, num centro comercial, num transporte público, etc. Cenários onde se atenuam as possibilidades de uma influência directa de terceiros ou qualquer outro tipo de constrangimentos, os locais públicos são os únicos contextos aqui identificados onde poderia supor-se um encontro totalmente deixado ao acaso. Sem ser preciso recordar que a escolha do cônjuge está longe de se decidir no momento do encontro - cujo local serve unicamente de indicador de contexto de um complexo processo no qual radica essa decisão - só a reduzida proporção de encontros em locais públicos bastaria para demonstrar a improbabilidade de os cônjuges se conhecerem em contextos de interacção socialmente indiferenciados.

Circunstâncias como as festas entre amigos e os encontros em casa de amigos definem-se sobretudo pelo seu carácter privado. Conhecer o parceiro conjugal neste tipo de circunstâncias revela a importância das *redes de amizades*, que proporcionaram um sétimo (14,5%) da totalidade dos encontros, ainda que a influência dos amigos esteja muito provavelmente longe de se reduzir aos encontros no âmbito dessas redes de amizade. Por sua vez, cenários como o local de férias, o bar e a discoteca, uma ida ao cinema, ao teatro ou a um concerto definem-se pelo seu carácter lúdico ou cultural, e é nestes *contextos de lazer* que menos de um décimo (6,9%) das inquiridas conheceu o seu actual companheiro. Enfim, à influência directa de terceiros na escolha do cônjuge, sobretudo de familiares, dificilmente terá podido furtar-se cerca de uma em cada dez inquiridas (10,1%), que conheceu o cônjuge no contexto do *parentesco e relações de proximidade*, onde se englobam tanto as festas e as reuniões de família como os namoros de infância, tal como sugerem as situações em que os cônjuges se conhecem desde sempre. Já a reduzida proporção de encontros na escola, no liceu ou na faculdade (8,0%), curiosamente idêntica à observada por Bozon e Héran (1987), não deixa de causar perplexidade se pensarmos no movimento global de escolarização e no crescente prolongamento dos estudos que caracterizam as décadas mais recentes, mas a verdade é que a grande maioria das inquiridas já tinha deixado de estudar quando começou a namorar o homem com quem casou.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No início do namoro, menos de duas em cada dez das inquiridas sem experiência de uma vida conjugal anterior eram estudantes (18,4%), sendo que apenas uma minoria residual de 2,1% trabalhava e, simultaneamente, estudava.

### 5.1.1 A evolução das circunstâncias do encontro

A evolução dos locais de encontro observada por Bozon e Héran (1987) no sentido da diversidade também se constata entre os casais portugueses. Com efeito, como se observa no quadro n.º 5.2, no que respeita aos casais em que a mulher vive a primeira conjugalidade, as uniões conjugais formadas na década de setenta distinguem-se sobretudo pela frequência dos encontros no contexto das *sociabilidades locais* (35,5%) ou do *parentesco e relações de proximidade* (11,9%), enquanto os casamentos constituídos na década de oitenta se distinguem por uma maior diversidade, destacando-se aqui os encontros em estabelecimentos de ensino (9,3%) e em contexto de lazer (8,0%) ou de amizade (16,3%). Já as inquiridas que iniciaram a vida a dois na década de noventa se destacam simultaneamente pelos encontros ora em *contextos de lazer* (11,6%), ora num local público (14,5) ou no âmbito das *sociabilidades locais* (31,9%). Finalmente, no que toca aos casais em que a união conjugal actual da mulher não é a primeira, as circunstâncias em que os cônjuges se conheceram são bastante distintas, oscilando entre as *redes de amizades* (18,8%) e, sobretudo, o local de trabalho (29,2%).

Quadro N.º 5.2 | Local ou situação de encontro segundo perfil conjugal\* (*percentagem em coluna*)

Local ou situação de encontro	Primeira união conjugal, iniciada...			No mínimo, segunda união conjugal	Total
	Entre 1970 e 1979	Entre 1980 e 1989	Em 1990 ou depois		
Escola, liceu ou faculdade	7,2	<b>9,3</b>	5,1	3,1	8,0
Contextos de lazer	4,1	<b>8,0</b>	<b>11,6</b>	3,1	6,9
Redes de amizade	11,1	<b>16,3</b>	10,1	<b>18,8</b>	14,5
Local de trabalho	10,7	10,9	10,9	<b>29,2</b>	11,9
Local público	10,7	10,4	<b>14,5</b>	10,4	10,8
Sociabilidades locais	<b>35,5</b>	28,8	<b>31,9</b>	21,9	30,6
Parentesco e relações de proximidade	<b>11,9</b>	9,6	10,1	6,3	10,1
Outra situação	8,6	6,6	5,8	7,3	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	512	1023	138	96	1769

$\chi^2= 70,89$ ;  $DF=21$ ;  $p<,000$  ( $cc=,20$ )

\* Constituinte uma categoria residual de apenas sete casos, as inquiridas que iniciaram a vida conjugal antes de 1970 não foram incluídas neste quadro.

Em suma, também no que toca aos locais de encontro, as inquiridas distinguem-se consoante o seu perfil conjugal e a década em que iniciaram a sua primeira relação a dois. Se entre as décadas de setenta e oitenta é possível observar uma diversificação nos locais ou situações de

encontro, já no que respeita aos casais formados na década de noventa, não seria rigoroso utilizá-los no prosseguimento de tal avaliação, uma vez que é menos provável que as inquiridas que tinham pelo menos um filho em idade escolar no momento do inquérito e viviam a sua primeira relação conjugal tenham prolongado tanto os estudos. Quanto às mulheres que já tinham vivido noutra ou noutras relações conjugais anteriores à actual, em lugar de uma diversificação das circunstâncias de encontro, observa-se que a maior parte conheceu o cônjuge ora em circunstâncias mais privadas, ora em locais mais reservados, como são o caso dos contextos de amigos (18,8%) e do local de trabalho (29,2%), respectivamente. No sentido de elucidarmos estas diferenças que observamos quer entre o perfil conjugal das inquiridas, quer entre as décadas de início da vida conjugal, analisamos de seguida o próprio perfil dos locais e das situações de encontro.

### **5.1.2 Idade e autonomia da mulher no início do namoro**

O facto de as circunstâncias em que os cônjuges se conheceram variarem em função do perfil conjugal da mulher sugere desde logo que os locais propícios ao encontro amoroso não são alheios à idade da mulher no início do namoro com aquele que virá a ser o seu parceiro conjugal. Enquanto as inquiridas que vivem actualmente, pelo menos, uma segunda conjugalidade, iniciaram o respectivo namoro com, em média, 27,5 anos de idade, as mulheres que vivem a primeira conjugalidade começaram a namorar o cônjuge com, em média, apenas 19,2 de idade (quadro n.º 5.3). De resto, os namoros quando a mulher já viveu anteriormente em conjugalidade reduzem-se consideravelmente, de uma média de 3,0 anos para 1,2 anos. Esta diferença ao nível do perfil conjugal da mulher explica desde logo a maior propensão das inquiridas com um passado conjugal e, portanto, menos jovens para conhecerem um homem no local de trabalho. No entanto, no que diz respeito aos locais de encontro, as diferenças estão longe de se reduzir ao perfil conjugal da mulher.

Com efeito, os locais de encontro são bastante variáveis entre as mulheres que não recasaram, destacando-se desde logo os locais de ensino, por um lado, e os locais de trabalho por outro, pelo tipo de namoro a que estão respectivamente associados: no que toca à idade da mulher, a escola, o liceu ou a faculdade são locais que proporcionam namoros mais precoces, (em média, 17,6 anos de idade) por oposição aos namoros mais tardios (em média, 19,8 anos de idade) iniciados no local de trabalho. No que respeita à duração do namoro, as relações iniciadas no contexto dos locais de ensino tendem a prolongar-se, em média, 4,1 anos, enquanto os namoros entre aqueles que se conheceram no local de trabalho não duram mais do que 2,6

anos, em média. Quanto à idade da mulher ao namoro e à duração deste tipo de relação, os encontros no local de trabalho não deixam de contrastar ainda com os encontros no âmbito das *sociabilidades locais* ou do *parentesco e relações de proximidade*, que estão associados às mulheres que começam a namorar um pouco mais cedo e prolongam mais o namoro. Pelo contrário, os locais de trabalho aproximam-se, por razões diferentes, ora dos *contextos de lazer* e das relações de amizade, associados a namoros mais tardios e prolongados, ora dos locais públicos, por sua vez associados a namoros mais precoces e curtos.

**Quadro N.º 5.3** Local ou situação de encontro segundo idade média e condição da mulher perante actividade económica no início do namoro\* (*percentagem em linha*)

		Local ou situação de encontro								Total	N
		Escola, liceu ou faculdade	Contextos de lazer	Redes de amizades	Local de trabalho	Local público	Sociabilidades locais	Parentesco e relações de proximidade	Outra situação		
Idade média da mulher no início do namoro	Duração média do namoro (anos)	17,6   4,1	19,1   3,2	19,4   3,0	19,8   2,6	18,0   2,8	18,2   3,2	18,0   3,3	19,1   2,8	19,2   3,0	1680
Estudante		29,4	10,7	15,0	1,2	5,2	24,2	8,6	5,5	100,0	326
Exercia profissão		2,3	6,6	12,9	16,0	13,3	31,7	10,4	6,8	100,0	1004
Desempregada		13,2	5,3	15,8	2,6	10,5	36,8	13,2	2,6	100,0	38
Doméstica**		2,7	5,3	16,4	4,0	8,9	37,8	12,4	12,4	100,0	225
Trabalh.-estudante		15,8	7,0	15,8	12,3	7,0	24,6	8,8	8,8	100,0	57
Outras situações		0,0	3,3	26,7	10,0	10,0	36,7	10,0	3,3	100,0	30
<b>Total</b>		8,3	7,1	14,2	11,0	10,8	31,0	10,3	7,2	100,0	1680

$\chi^2= 378,71$ ;  $DF=35$ ;  $p<,000$  ( $cc=,42$ )

\* As mulheres que vivam, no mínimo, uma segunda união conjugal à data do inquérito não foram incluídas neste quadro, situando-se nos 27,5 anos a idade média com que estas começaram a namorar o actual cônjuge, namoro esse que teve uma duração média de 1,2 anos.

\*\* Inclui-se nesta categoria as mulheres domésticas e as domésticas com algum trabalho remunerado.

O adiamento ou a precocidade do namoro que está na origem de uma relação conjugal sugerem as condições de autonomia da mulher e o tipo de aposta em recursos escolares. Com efeito, as inquiridas que já não estudavam e exerciam uma actividade profissional destacam-se por terem conhecido o cônjuge no local de trabalho (16,0%) ou num local público (13,3%), enquanto as mulheres que estudavam, sem exercer qualquer actividade profissional, quando começaram a namorar se distinguem por terem conhecido o homem com quem casaram, precisamente, na escola, no liceu ou na faculdade (29,4%), num contexto de lazer (10,7%) ou através da sua rede de amizade (15,0%). Por sua vez, quando as mulheres acumulam a condição de trabalhadora com a de estudante, tanto podem conhecer o cônjuge num

estabelecimento de ensino (15,8%), no local de trabalho (12,3%) ou num qualquer evento entre amigos (15,8%). Mas quando já deixaram de estudar e estão em situação de desemprego, não parecem deixar de frequentar os locais de ensino<sup>2</sup>, que curiosamente continuam a propiciar encontros amorosos (13,2%), se bem que, com a excepção destes locais, o perfil das desempregadas seja, de resto, semelhante ao das mulheres domésticas: as inquiridas com esta ou aquela condição perante a actividade económica destacam-se pelos encontros através das *redes de amizades*, da *sociabilidades locais* ou no contexto do *parentesco e relações de proximidade*.

### 5.1.3 Para uma caracterização social dos locais de encontro

Sem pressupormos a existência de um laço mecânico entre os efeitos da estrutura social e os processos que decorrem à escala da interacção, uma caracterização social dos locais de encontro sugere, todavia, que estes constituem elementos decisivos na diferenciação social por via do casamento. Tal como demonstraram quer Girard (1981/1964), quer, posteriormente, Bozon e Héran (1987; 1988), os locais de encontro, enquanto contextos da interacção quotidiana, revelam ser, na verdade, mecanismos na mediação entre a estrutura social e as escolhas individuais, sugerindo, por um lado, que a afinidade na origem da homogamia social é produto da proximidade de “juízos” - impostos pelas instituições socializadoras, como servem de exemplo a escola e a família, mas não só, se atendermos à pluralidade e à contradição das disposições de que pode compor-se a “cultura dos indivíduos” (Lahire, 2004) - que se “manifestam continuamente nos encontros e nas interacções da existência quotidiana” e que devem a sua eficácia ao facto de serem “espontâneos” (Bourdieu, 1979: 549). Por outro lado, se a própria interacção tende a ser socialmente diferenciada, compreender-se-á que os locais de encontro são, de certa forma, um subproduto da segregação social no espaço físico, confrontando sobretudo indivíduos com perfis sociais semelhantes e, assim, reforçando o sentimento de espontaneidade e de autenticidade que conferem sentido à atracção e, segundo o imaginário romântico, legitimam a aproximação.

---

<sup>2</sup> Se os locais de ensino são supostos promover a interacção entre estudantes, também não deixa de ser verdade que este locais contém “regiões” mais ou menos condicionantes do encontro entre indivíduos de condições diversas. A propósito das dinâmicas de interacção nos estabelecimentos de ensino, consulte-se o estudo de J. T. Lopes (1996), onde é levada a cabo uma análise dos espaços escolares enquanto cenários de interacção, designadamente em escolas secundárias do centro do Porto. Inspirado na teoria do “comportamento regional” de E. Goffman (1993/1959), Lopes identifica nas salas de aula, nos corredores ou nas salas de convívio “regiões de fachada” que contrastam, pese embora não deixem nalguns espaços de se interpenetrar, com as “regiões de bastidores” situadas nas áreas exteriores e circundantes dos edifícios, como os pátios exteriores ou as traseiras dos edifícios.



Assim, começamos de facto por verificar uma forte relação entre os locais ou situações de encontro e o nível de escolaridade da mulher, sendo que, entre as inquiridas sem qualquer experiência conjugal anterior à actual, os encontros em locais de ensino como a escola, o liceu ou a faculdade, e em *contextos de lazer* e ou de amizade são tanto mais frequentes quando mais elevada a sua escolaridade (quadro n.º 5.4). Pelo contrário, os locais públicos, as *sociabilidades locais*, o *parentesco e relações de proximidade* são locais ou circunstâncias mais próprias das mulheres com baixos recursos escolares, ou seja, com uma escolaridade não superior ao ensino primário.

Quadro N.º 5.4 | Local ou situação de encontro segundo idade média, perfil conjugal e escolaridade da mulher no início da vida conjugal (*percentagem em linha*)

		Local ou situação de encontro							Total	N	
		Escola, liceu ou faculdade	Contextos de lazer	Redes de amizades	Local de trabalho	Local público	Sociabilidades locais	Parentesco e relações de proximidade			Outra situação
Primeira união conjugal	Licenc. ou grau superior	15,6	17,8	17,8	15,6	4,4	17,8	2,2	8,9	100,0	45
	Ensino médio/ Licenc. incompleta	25,0	13,0	23,0	6,0	8,0	12,0	5,0	8,0	100,0	100
	Ensino secundário	21,0	9,1	19,4	11,3	8,1	17,2	7,5	6,5	100,0	186
	Ensino preparatório/unificado	10,3	8,7	15,7	11,0	10,7	28,7	10,9	4,1	100,0	543
	Ensino primário	0,9	4,0	11,0	10,3	12,3	40,6	11,8	9,2	100,0	653
	Sem escolaridade	1,4	6,8	10,8	16,2	14,9	23,0	13,5	13,5	100,0	74
No mínimo, segunda união conjugal		3,1	3,1	18,8	29,2	10,4	21,9	6,3	7,3	100,0	96
Total		8,1	7,0	14,7	11,8	10,8	30,1	10,1	7,2	100,0	1697

$\chi^2= 281,21$ ;  $DF=42$ ;  $p<.000$  ( $cc=.38$ )

Perante a associação entre os locais ou situações de encontro e os recursos escolares da mulher não se estranha que as inquiridas tenham privilegiado determinados locais para conhecer o parceiro conjugal em função da posição que ocupavam na estrutura sócio-profissional no início da vida conjugal. E, de facto, os estabelecimentos de ensino constituem um local onde aquelas que exerciam já uma profissão qualificada (EE) ou muito qualificada (ED/PIC, PTEI) no início da vida conjugal conheceram o homem com quem casaram (quadro n.º 5.5). Parece óbvio que estes cenários, onde os indivíduos tendem a ser segregados de acordo com o seu nível de escolaridade, propiciem encontros caracterizados por afinidades educacionais. Ou seja, o facto de a homogamia se destacar sobretudo entre profissões mais qualificadas encontra explicação na aproximação quotidiana com base em critérios educacionais (níveis de escolaridade) que os

estabelecimentos de ensino proporcionam. Com efeito, importa recordar que também Almeida *et al.* (1997) constataram o peso dos locais de ensino na escolha do cônjuge, não apenas como locais de encontro, mas como factores “estruturantes” do próprio campo de recrutamento do cônjuge entre os segmentos mais qualificados de um universo de sócios de empresas na periferia de Lisboa.

Quadro N.º 5.5 | Local ou situação de encontro segundo posição sócio-profissional da mulher no início da vida conjugal (*percentagem em linha*)

	Local ou situação de encontro								Total
	Escola, liceu ou faculdade	Contextos de lazer	Redes de amizades	Local de trabalho	Local público	Sociabilidades locais	Parentesco e relações de proximidade	Outra situação	
ED/PIC	23,2	12,8	19,2	11,2	6,4	14,4	4,0	8,8	100,0
PTEI	17,6	11,8	29,4	13,7	9,8	5,9	9,8	2,0	100,0
IPP	1,9	7,7	17,3	11,5	11,5	34,6	9,6	5,8	100,0
C	0,0	1,2	6,0	4,8	10,8	51,8	10,8	14,5	100,0
EE	13,9	6,5	19,2	18,0	9,0	22,3	5,9	5,3	100,0
ENQ	3,1	7,7	12,3	24,6	10,8	25,4	10,8	5,4	100,0
OIQ	3,3	2,5	12,5	14,2	17,5	35,8	8,3	5,8	100,0
OINQ	2,5	6,6	9,5	9,1	17,7	32,9	12,3	9,5	100,0
OA	3,7	1,2	8,5	13,4	2,4	35,4	25,6	9,8	100,0
Domésticas	5,0	7,9	14,4	6,5	9,4	37,2	11,1	8,5	100,0
Outras situações	10,6	8,0	14,2	8,8	10,2	33,6	10,2	4,4	100,0
Total (n = 1776)	8,0	6,9	14,5	12,0	10,8	30,5	10,1	7,2	100,0

$\chi^2 = 302,99$ ;  $DF = 70$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,41$ )

No entanto, os estabelecimentos de ensino não são os únicos locais de encontro privilegiados pelas inquiridas com profissões qualificadas. Os designados *contextos de lazer* (férias, bares, discotecas, cinema, teatro, concertos) ou as *redes de amizades* são locais e circunstâncias de encontro de igual modo privilegiados pelas mulheres do grupo mais qualificado (ED/PIC), um comportamento igualmente observado entre as mulheres com profissões técnicas e de enquadramento, o que sugere bem a importância deste tipo de cenários para explicar tanto as tendências homogâmicas de cada um destes grupos, como a tendência hipergâmica das profissionais técnicas para casar com homens que exercem profissões mais qualificadas ou tão-somente mais favorecidas (ED/PIC). Particularmente, no que respeita às *redes de amizades* na adolescência, os grupos de amigos tanto funcionam como contexto de afirmação individual como podem subverter qualquer pressuposto de homogeneidade social. Com efeito, igualmente

propícias ao encontro amoroso no grupo das empregadas executantes - tal como também é o caso dos estabelecimentos de ensino (13,9%) - as *redes de amizades* tanto podem estar na origem de uniões homogâmicas com empregados executantes, como podem propiciar casamentos hipergâmicos com profissionais técnicos de enquadramento. De resto, note-se, não sem alguma surpresa, que as *redes de amizades* constituem também cenários privilegiados pelas mulheres do grupo dos independentes e pequenos patrões. Em suma, redes de amigos, *contextos de lazer* e estabelecimentos de ensino, estes três tipos de locais terão contribuído para a homogamia sócio-profissional entre os indivíduos inseridos nas diversas posições qualificadas, propiciando nalguns casos as escolhas hipergâmicas que se destacam como padrões matrimoniais (capítulo 3).

Cumprе acrescentar o papel do local de trabalho nas diversas tendências, homogâmicas e hipergâmicas observadas. Pela sua natureza, o local de trabalho constitui um contexto de interacção quotidiana entre indivíduos com profissões próximas, quando não idênticas. Simultaneamente associados às profissões técnicas e às empregadas executantes, os encontros no local de trabalho parecem contribuir para explicar a inclinação das últimas para casar com os primeiros. Por outro lado, o facto de o local de trabalho se revelar como uma tendência entre as empregadas executantes é um dado importante que se acrescenta à constatação de frequentes uniões conjugais entre empregadas e patrões de pequenas e médias empresas, ainda que estas não sobressaíam como um padrão nos resultados do inquérito (capítulo 4). Com efeito, num estudo sobre empresas familiares de pequena e média dimensão, Guerreiro observava que “as relações de interconhecimento em contexto profissional parecem desempenhar um papel relevante não só para o estabelecimento de laços conjugais, mas também para a assunção, por grande parte destas mulheres, de funções de direcção nas empresas dos maridos, *de que já antes eram empregadas*, normalmente conhecedoras e competentes”<sup>3</sup> (1996: 177). Enfim, privilegiado também pelas empregadas não qualificadas, o local de trabalho proporciona o encontro com operários industriais não qualificados, já que estas actividades profissionais exercem-se amiúde em interacção, partilhando os mesmos espaços.

Eventualmente por razão idêntica se observa a inclinação das operárias industriais não qualificadas para casar com operários qualificados, não obstante o local público e as *sociabilidades locais* - o bairro, a aldeia, o baile ou a associação - serem aqui os contextos que propiciam os encontros entre estes operários e operárias da indústria. As *sociabilidades locais* são também circunstâncias que promovem o encontro quer para as mulheres domésticas, quer

---

<sup>3</sup> Itálico nosso.

para as que exercem actividades agrícolas, quer ainda para as que pertencem ao grupo dos independentes e pequenos patrões, em que prevalecem as situações pouco qualificadas, se bem que não assalariadas. Ou seja, o encontro no âmbito das *sociabilidades locais* é uma especificidade dos meios sociais menos favorecidos ligados ao campo e à indústria, onde a fugaz incursão pelo universo da escola e a precoce entrada no mundo do trabalho implicam que as circunstâncias de encontro se circunscrevam ao círculo da comunidade de origem, que por sua vez “assegura uma escolha acertada, isto é, realizada dentro das suas teias e - portanto - recaindo sobre um semelhante” (Almeida *et al.*, 1997: 892).

Para os jovens nos meios rurais, não são raras as vezes em que a entrada no mundo do trabalho implica a migração pendular para os centros urbanos tendo em vista a inserção no sector industrial, podendo assim o próprio local de trabalho, distante do local de residência, funcionar como cenário alternativo para o encontro amoroso, porque simbolicamente distante do controlo local dos comportamentos (Almeida, 1999/1986: 262). No entanto, também é verdade que as migrações nem sempre assumem esse carácter pendular, partindo com frequência os migrantes definitivamente para zonas urbanas de acolhimento onde já está instalada uma rede de conterrâneos. Neste sentido, pode supor-se que as *sociabilidades locais* são sobretudo propícias à endogamia, ainda que não se deva esquecer que, tal como observou Costa no seu estudo sobre o bairro de Alfama, as estruturas e os processos sociais atravessam quer os “perfis e trajectórias sociais que caracterizam os protagonistas locais”, quer o “contexto relacional em que se geram as práticas sociais, as formas culturais e as dinâmicas identitárias” (1999: 297)<sup>4</sup>. De resto, é também nos meios sociais desfavorecidos (no segmento menos qualificado da indústria e entre as operárias agrícolas) que se encontra valores percentuais acima da média

---

<sup>4</sup> O bairro de Alfama é assim entendido por Costa como “quadro de interacção” cujas estruturas e os processos sociais que contribuem para que este se estabeleça se vêem igualmente reconfiguradas pela “lógica contextual e interaccional” que o define, lógica esta que é observável num conjunto de “características de natureza morfológica, relacional e simbólica”, como são “a especificidade da malha urbana, o carácter materialmente fechado do bairro, as escadinhas, os becos e vielas apertadas; as relações que se estabelecem entre as habitações e a rua, com a intensa utilização desta última em regime de prolongamento da casa e espaço colectivo de vizinhança; a constituição de subunidades locais de relacionamento intenso polarizadas por um certo pátio, largo ou esquina e por outros elementos organizadores, tais como uma colectividade, uma tasca ou um café-leitaria; as densas redes de vizinhos, familiares, conterrâneos, amigos e membros das mesmas associações, de vários tipos; a configuração particular das relações de dominação e influência, de patrocínio e clientelismo, de poder e dependência ligadas aos círculos do trabalho portuário, às actividades turísticas, às colectividades associativas locais, às filiações sindicais e partidárias, a um certo mundo de marginalidade; a sobreposição, parcial mas significativa, que se verifica no bairro entre local de trabalho, de residência e de lazer; os códigos ali vigentes que organizam a conduta, sistematizam os gostos, fazem partilhar estilos de procedimento, delimitam o permitido e o interdito; a impregnação da vivência quotidiana pelas formas locais de cultura popular urbana e pela identidade colectiva bairrista” (1999: 298).

referentes aos namoros de infância (relações de proximidade) ou aos encontros em circunstâncias que envolvem explicitamente a presença da rede de parentesco.

Através da análise dos locais de encontro podemos assim entrever que a homogamia sócio-profissional não se resume simplesmente a um efeito mecânico da proximidade ou da afinidade dos *habitus* na escolha do cônjuge. Os dados demonstram que a complexidade de que se reveste todo o processo de escolha do cônjuge passa, sem dúvida, pela ordem da interacção social. Assim, de uma forma sucinta, pode concluir-se que enquanto a escola, o liceu, a faculdade, os *contextos de lazer* ou as *redes de amizades* são cenários onde mulheres mais qualificadas ou em posições mais favorecidas conheceram o cônjuge, os locais públicos, as *sociabilidades locais*, as redes de *parentesco e relações de proximidade* ou vizinhança são cenários que caracterizam os encontros entre indivíduos com profissões pouco qualificadas.

## 5.2 Proporcionando a proximidade

A caracterização social dos locais de encontro oferece importantes pistas na interpretação da homogamia sócio-profissional. Analisamos, finalmente, o tipo de proximidade que, para além da proximidade sócio-profissional, as diversas circunstâncias do encontro tendem a promover. Serão determinados contextos de interacção mais propícios à homogamia escolar? E em que sentido a frequência de estabelecimentos de ensino – que, por definição, segregam os indivíduos em grupos de idade – atenua a diferença de idades no casal, geralmente a favor do homem? Estarão determinados locais de encontro mais destinados a promover o casamento entre indivíduos provenientes do mesmo meio social ou entre conterrâneos? E em que medida são determinantes os contextos de interacção numa escolha do cônjuge assente em critérios religiosos?

### 5.2.1 Os contextos de interacção e a proximidade dos títulos escolares e da idade

A inclinação generalizada para casar com um homem que possui o mesmo grau de escolaridade (capítulo 4) não significa que as circunstâncias do encontro não se diversifiquem em função da formação escolar da mulher. Com efeito, ainda que a maioria das inquiridas tenha casado com um homem com um grau de escolaridade idêntico ao seu (quadro n.º 5.6), algumas circunstâncias tendem, por razões distintas, a proporcionar mais casamentos homogâmicos. Os locais mais propícios à homogamia escolar são, sem surpresa, os estabelecimentos de ensino – quase dois terços (64,2%) das mulheres que conheceu o cônjuge na escola, no liceu ou na

faculdade casou com um homem com o mesmo grau de escolaridade - sendo também, a este respeito, de destacar as *sociabilidades locais* (60,2%), o parentesco e as situações em que os cônjuges se conhecem desde a infância (62,8%). Porém, deve recordar-se que, tal como verificámos no ponto anterior, os encontros proporcionados pelos estabelecimentos de ensino são tanto mais frequentes quanto mais elevada a escolaridade da mulher, estando pois certamente na origem de uniões conjugais entre mulheres e homens mais escolarizados. Já as *sociabilidades locais*, o *parentesco* e *relações de proximidade* são circunstâncias do encontro mais frequentes junto das mulheres pouco escolarizadas.

Por outro lado, as demais circunstâncias do encontro tendem a proporcionar mais casamentos heterogâmicos do que a média, mas ainda assim cada local de encontro tem efeitos específicos na escolha do cônjuge. Deste modo, os *contextos de lazer* (25,2%) e os locais públicos (23,0%) contribuem para as uniões em que a mulher é mais escolarizada do que o homem, ainda que não devamos esquecer que enquanto os primeiros são privilegiados pelas mulheres mais escolarizadas e com profissões qualificadas, proporcionando logicamente casamentos desiguais a favor de uma mulher com elevada escolaridade, os segundos, associados às mulheres menos escolarizadas que exercem profissões pouco qualificadas, proporcionam casamentos em que, pese embora a mulher supere o homem em títulos escolares, ambos os elementos são pouco escolarizados. Já as *redes de amizades* - local de encontro, de igual modo, tanto mais frequente quanto mais escolarizada a mulher (24,2%) - se destacam por propiciarem casamentos desiguais a favor do homem, ou seja, uniões em que o homem é mais escolarizado do que a mulher, apesar da tendência de ambos os cônjuges serem, nestes casais, mais escolarizados que a maioria. De resto, associados às mulheres que entram mais tarde na vida conjugal, os encontros no local de trabalho destacam-se face aos demais por resultarem menos em casamentos homogâmicos (50,7%). Os encontros no local de trabalho tendem, como vimos, a proporcionar-se quer entre as mulheres sem escolaridade, quer entre as mulheres mais escolarizadas, o que explica que as uniões em que a mulher é mais escolarizada do que o homem (27,9%), ou vice versa (24,2%), sejam um efeito próprio deste local de encontro. Porém, é sobretudo de destacar a frequência com que os encontros no local de trabalho se caracterizam pelo facto de a mulher ser mais escolarizada do que o homem: entre as mulheres que conheceram o cônjuge no local de trabalho, mais de um quarto (27,9%) casou com um homem menos escolarizado.

Quadro n.º 5.6 | Homogamia escolar segundo local ou situação de encontro (*percentagem em linha*)

Local ou situação de encontro	Grau de escolaridade idêntico	Homem é mais escolarizado	Mulher é mais escolarizada	Total	
				%	N
Escola, liceu ou faculdade	<b>64,2</b>	16,8	19,0	100,0	137
Contextos de lazer	56,3	18,5	<b>25,2</b>	100,0	119
Redes de amizades	53,6	<b>24,2</b>	22,2	100,0	248
Local de trabalho	50,7	<b>21,4</b>	<b>27,9</b>	100,0	201
Local público	56,3	20,8	<b>23,0</b>	100,0	183
Sociabilidades locais	<b>60,2</b>	18,2	21,6	100,0	510
Parentesco e relações de proximidade	<b>62,8</b>	17,4	19,8	100,0	172
Outra situação	52,8	26,8	20,3	100,0	123
<b>Total</b>	<b>57,5</b>	<b>20,2</b>	<b>22,3</b>	<b>100,0</b>	<b>1693</b>

$\chi^2= 17,51$ ;  $DF=14$ ;  $p<,001$  ( $cc=,10$ )

Os locais de trabalho não estão apenas associados às mulheres que casaram mais tarde, mas igualmente àquelas que vivem, pelo menos, um segunda conjugalidade, o que não é apenas elucidativo da menor frequência com que se realizam os encontros neste local entre uma mulher e um homem com o mesmo grau de escolaridade - ao contrário do que por exemplo acontece numa escola ou numa faculdade -, mas também contribui para explicar que menos de um quarto (24,4%) dos casais que se conheceram no contexto profissional de um ou de ambos os cônjuges se caracterizem pela proximidade etária (quadro n.º 5.7). Com efeito, enquanto *só os encontros nos estabelecimentos de ensino propiciam realmente uma aproximação etária no casal* - quase metade das mulheres que conheceram o seu marido na escola, no liceu ou na faculdade (45,8%) está casada com um homem da mesma idade -, os locais de trabalho destacam-se, pelo contrário, pelos encontros em que a mulher é mais velha do que o homem (8%) e, simultaneamente, pelo encontro em que o homem é muito mais velho - dez anos ou mais - do que a mulher (9,4%).

De resto, sublinhe-se que as circunstâncias de encontro tendem, sem surpresa, a proporcionar casamentos em que o homem é mais velho do que a mulher, ainda que seja possível identificar diferenças entre os diversos locais. Assim, em quase metade dos casais que se conheceram num contexto de lazer (48,8%), local privilegiado pelas mulheres mais escolarizadas e que começam a namorar mais tarde com o seu actual marido, a diferença de idades a favor do homem não ultrapassa os cinco anos, enquanto entre os casais que se conheceram através da redes de amigos, também associados às mulheres mais escolarizadas e

que começaram a namorar mais tarde, a diferença de idades no casal acentua-se a favor do homem: não chegam a perfazer quatro em dez (39,7%) os casamentos em que a mulher é um pouco mais nova do que o homem - dois a cinco anos - sendo que em praticamente um sexto das uniões (14,8%) o homem é seis a nove anos mais velho do que a mulher.

Quadro N.º 5.7 | Perfil conjugal e diferença de idades no casal segundo local ou situação de encontro (percentagem em linha)

Local ou situação de encontro	Primeira união conjugal					No mínimo, segunda união conjugal	Total	
	Mulher 2 ou mais anos mais velha	Cônjuge com idades iguais ou próximas	Homem 2 a 5 anos mais velho	Homem 6 a 9 anos mais velho	Homem 10 ou mais anos mais velho		%	N
Escola, liceu ou faculdade	7,0	45,8	39,4	4,2	1,4	2,1	100,0	142
Contextos de lazer	6,5	26,8	48,8	8,1	7,3	2,4	100,0	123
Redes de amizade	7,8	26,1	39,7	14,8	4,7	7,0	100,0	257
Local de trabalho	8,0	24,4	33,8	11,3	9,4	13,1	100,0	213
Local público	6,8	30,2	39,1	12,0	6,8	5,2	100,0	192
Sociabilidades locais	7,7	29,5	44,5	11,4	3,0	3,9	100,0	542
Parentesco e relações de proximidade	5,0	27,9	43,0	15,1	5,6	3,4	100,0	179
Outra situação	7,8	34,4	37,5	9,4	5,5	5,5	100,0	128
<b>Total</b>	<b>7,3</b>	<b>29,8</b>	<b>41,2</b>	<b>11,4</b>	<b>5,0</b>	<b>5,4</b>	<b>100,0</b>	<b>1776</b>

$\chi^2= 91,20$ ;  $DF=35$ ;  $p<,000$  ( $cc=,22$ )

No entanto, associados às mulheres menos escolarizadas e, particularmente, às que começam a namorar mais cedo, os locais públicos e os contextos do *parentesco e relações de proximidade* propiciam casamentos onde é acentuada a discrepância etária a favor do homem. Em particular, no caso dos encontros em locais públicos, o facto de a diferença de idades se acentuar com a precocidade da mulher ao casamento (capítulo 4) permite elucidar que estes locais, onde precisamente as mulheres que começam a namorar mais cedo e prolongam menos o namoro conheceram o seu marido, se destacam por estar na origem de casamentos onde a diferença de idades a favor do homem é mais pronunciada.

## 5.2.2 As origens no encontro amoroso

Os locais ou situações de encontro não se distinguem apenas na forma como, uma vez associados a diferentes posições sócio-profissionais, contribuem na explicação da homogamia



sócio-profissional ou de algumas tendências hipergâmicas. Na verdade, dos contextos de interação social em que os cônjuges se conhecem parece também estar dependente a proximidade das suas origens sociais e geográficas.

Com efeito, tal como se observa no quadro n.º 5.8, a homogamia social - ou seja, os casamentos em que os cônjuges têm a mesma origem social - é mais frequente entre os casais que se conheceram nos contextos das *sociabilidades locais* (33,6%) ou do *parentesco e relações de proximidade* (38,0%), contextos esses que, associados aos encontros entre os indivíduos que possuem menos recursos, propiciam mais o casamento endogâmico (quadro n.º 5.9), ou seja, no interior de um colectivo de pertença, tal como sugere a elevada proporção de casamentos em que os cônjuges nasceram no mesmo concelho: quase seis em cada dez mulheres que conheceu o marido no contexto das *sociabilidades locais* (58,3%) nasceu no mesmo concelho que ele, e quase sete em cada dez inquiridas casada com um homem que conheceu no âmbito da rede de parentesco ou que já o conhecia desde a infância (69,3%) tem por cônjuge um conterrâneo. Por outro lado, é verdade que a homogamia social também se destaca entre aqueles que se conheceram num contexto de lazer (31,6%), contudo, estamos aqui em presença de casamentos porventura entre indivíduos com origens sociais mais qualificadas e urbanas, ou seja, mais propícias à heterogamia geográfica (capítulo 4), ou não se destacassem precisamente os *contextos de lazer* por proporcionarem encontros amorosos entre aqueles que nasceram a seis ou mais concelhos de distância (16,3%).

**Quadro N.º 5.8** | Homogamia de origem segundo local ou situação de encontro (*percentagem em linha*)

Local ou situação de encontro	Homogamia social de origem restrita	Homem proveniente de um meio mais favorecido	Mulher proveniente de um meio mais favorecido	Total	
				%	N
Escola, liceu ou faculdade	21,5	34,8	<b>43,7</b>	100,0	135
Redes de amizades	20,9	<b>50,4</b>	28,7	100,0	115
Contextos de lazer	<b>31,6</b>	36,0	32,5	100,0	228
Local de trabalho	22,9	<b>41,7</b>	<b>35,4</b>	100,0	192
Local público	27,2	<b>38,5</b>	<b>34,3</b>	100,0	169
Sociabilidades locais	<b>33,6</b>	35,0	31,4	100,0	497
Parentesco e relações de proximidade	<b>38,0</b>	28,1	33,9	100,0	171
Outra situação	36,0	34,2	29,7	100,0	111
<b>Total</b>	<b>30,1</b>	<b>36,6</b>	<b>33,3</b>	100,0	1618

$\chi^2 = 35,44$ ;  $DF = 14$ ;  $p < ,001$  ( $cc = ,15$ )

Quadro N.º 5.9 | Homogamia geográfica segundo local ou situação de encontro (*percentagem em linha*)

Local ou situação de encontro	Cônjuges nasceram...					Total	
	No mesmo concelho	Em concelhos adjacentes	Num raio de dois a cinco concelhos de distância	A seis ou mais concelhos de distância	Outras situações	%	N
Escola, liceu ou faculdade	40,1	14,1	12,0	<b>19,7</b>	14,1	100,0	142
Contextos de lazer	41,5	10,6	17,1	<b>16,3</b>	14,6	100,0	123
Redes de amizade	43,2	<b>16,3</b>	8,9	<b>18,7</b>	12,8	100,0	257
Local de trabalho	42,7	9,9	<b>13,6</b>	<b>25,4</b>	8,5	100,0	213
Local público	45,8	<b>21,4</b>	<b>14,1</b>	10,9	7,8	100,0	192
Sociabilidades locais	<b>58,3</b>	15,7	8,9	9,4	7,7	100,0	542
Parentesco e relações de proximidade	<b>69,3</b>	7,3	8,4	10,1	5,0	100,0	179
Outra situação	39,1	20,3	17,2	17,2	6,3	100,0	128
<b>Total</b>	<b>50,0</b>	<b>14,7</b>	<b>11,4</b>	<b>14,8</b>	<b>9,2</b>	<b>100,0</b>	<b>1776</b>

$\chi^2 = 124,72$ ;  $DF = 28$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,26$ )

Se, tal como verificámos no ponto anterior, o local de trabalho se diferencia dos locais de ensino por não proporcionar tanto a proximidade dos diplomas escolares e as idades no casal, já no que respeita às origens sociais geográficas entre os cônjuges, ambos os locais tendem mais a proporcionar a distância do que a proximidade. De facto, apenas pouco mais de duas em cada dez mulheres que conheceu o seu marido na escola, no liceu, na faculdade (21,5%), ou no local de trabalho (22,9%), casou com um homem com a mesma origem social que a sua, sendo curioso observar que mais de quatro em cada dez (43,7%) tenha casado com um homem proveniente de um meio menos favorecido que o seu. De igual modo, no que toca à origem geográfica, tanto o local de trabalho como os locais de ensino se situam entre os contextos que menos proporcionam encontros amorosos entre conterrâneos, sendo de destacar que, se quase duas em cada dez mulheres (19,7%) que conheceu o cônjuge num local de ensino nasceu a seis ou mais concelhos de distância deste, já a proporção homóloga se eleva para mais de um quarto entre os casais que se conheceram no local de trabalho (25,4%).

Por outro lado, tal como o local de trabalho, as *redes de amizades* estão associadas às mulheres que começaram a namorar mais tarde com o actual cônjuge e não promovem tanto a homogamia escolar ou a homogamia etária, revelando-se igualmente mais propícias aos encontros amorosos entre uma mulher e um homem oriundos de meios sociais diferentes - e, de resto, estão com mais frequência na origem da hipergamia social (50,4%) - e ainda se destacando por estarem na origem de casamentos entre indivíduos que nasceram a seis ou mais

concelhos de distância (18,7%). Por último, associados às mulheres menos escolarizadas, mais jovens do que a média quando começaram a namorar com o seu actual marido e que não prolongaram tanto o namoro, os locais públicos propiciam mais a diferença de idades no casal. No entanto, sendo, por definição, contextos socialmente indiferenciados e menos vigiados por um colectivo de pertença, não se estranha que os locais públicos não propiciem tanto como outras circunstâncias quer os encontros entre indivíduos com a mesma origem social (27,2%), quer os encontros entre conterrâneos (45,8%).

### 5.2.3 A religiosidade e o encontro amoroso

Finalmente, analisamos o papel dos contextos de interacção na escolha do cônjuge no sentido de uma proximidade religiosa no casal e, sobretudo, de uma proximidade na relação com a prática católica. No capítulo anterior, demonstrámos que, num país onde prevalece a crença católica, a homogamia se destaca mesmo ao nível da prática católica, à qual, sublinhe-se, as mulheres são bastante mais fiéis do que os homens. Vejamos agora até que ponto a atitude perante a religião e a prática católica se diferenciam de acordo com as circunstâncias do encontro amoroso.

Por um lado, deparamos com circunstâncias de encontro associadas às mulheres católicas praticantes, como sejam as *sociabilidades locais* (32,4), os locais públicos (11,6%), ou o *parentesco e relações de proximidade* (12,1%). Por outro lado, deparamos com locais mais privilegiados pelas católicas não praticantes, como é o caso dos estabelecimentos de ensino (9,9%), dos *contextos de lazer* (8,3%) ou o local de trabalho (13,4%). Quanto à minoria de inquiridas que não professa qualquer religião, esta destaca-se, à semelhança das católicas não praticantes, por privilegiar o encontro amoroso ora em locais de ensino (16,4%), ora no âmbito das *redes de amizades* (18,0%). Em suma, estes resultados não constituem uma surpresa se recordarmos que *é entre as mulheres menos escolarizadas que encontramos maior adesão à prática católica e, obviamente, aos encontros no âmbito das sociabilidades locais, do parentesco ou dos locais públicos*, mas pode generalizar-se esta relação triangular entre escolaridade, locais de encontro e atitude face à prática católica ou à religião ao conjunto das mulheres inquiridas.

Se as circunstâncias do encontro amoroso são variáveis em função da religiosidade da mulher, não se estranha que, perante a prevalência do padrão matrimonial homogâmico no que toca ao critério da religião e da prática católica, os locais de encontro estejam na origem de diversos tipos de uniões conjugais (quadro n.º 5.11).

**Quadro N.º 5.10** | **Religião e prática católica da mulher segundo local ou situação de encontro**  
(percentagem em coluna)

Local ou situação de encontro	Religião e prática religiosa da mulher				Total
	Católica		Sem religião	Outra religião	
	Praticante	Não praticante			
Escola, liceu ou faculdade	5,4	<b>9,9</b>	<b>16,4</b>	14,7	8,0
Contextos de lazer	5,6	<b>8,3</b>	8,2	5,9	6,9
Redes de amizade	14,0	14,9	<b>18,0</b>	11,8	14,5
Local de trabalho	10,6	<b>13,4</b>	8,2	17,6	11,9
Local público	<b>11,6</b>	9,8	11,5	14,7	10,8
Sociabilidades locais	<b>32,4</b>	29,9	24,6	8,8	30,5
Parentesco e relações de proximidade	<b>12,1</b>	7,8	8,2	14,7	10,1
Outra situação	8,4	6,0	4,9	11,8	7,2
Total	%	100,0	100,0	100,0	100,0
	N	874	806	61	34

$\chi^2= 50,61$ ;  $DF=21$ ;  $p<,000$  ( $cc=,17$ )

Com efeito, não é surpreendente que os casamentos entre católicos praticantes sejam bastante mais frequentes entre os casais que se conheceram no contexto das *sociabilidades locais* (40,3%), em eventos familiares ou que se tenham conhecido na infância (45,3%), ou mesmo entre aqueles que se conheceram num local público (41,9%). Já os casamentos entre católicos não praticantes constituem a maioria junto daqueles que se conheceram na escola, no liceu ou na faculdade (51,4%), bem como entre os casais que se conheceram num *contexto de lazer* (52,0%). Não surpreendentemente também, são os estabelecimentos de ensino (7,0%) e as relações de amizade (3,5%) os contextos que mais se destacam por proporcionarem encontros amorosos entre aqueles que não professam qualquer religião.

No que toca às uniões conjugais em que só um dos cônjuges é praticante, embora ambos sejam católicos, e aos casamentos heterogâmicos católicos e não católicos, tal como observámos no capítulo anterior, em virtude da própria diferença sexual na atitude perante a religião, são apenas em número significativo quer as uniões entre católicas praticantes e católicos não praticantes, quer as uniões entre católicas não praticantes e homens sem religião. Ora, que os casamentos entre católicas praticantes com católicos não praticantes sejam mais

frequentes quando o encontro amoroso tem lugar no contexto das relações familiares ou quando os cônjuges se conhecem desde a infância (14,0%) não é surpreendente, porquanto estas estão precisamente entre as circunstâncias privilegiadas pelas mulheres católicas não praticantes.

**Quadro N.º 5.11** | Crença religiosa e prática católica no casal segundo local ou situação de encontro (percentagem em coluna)

Local ou situação de encontro	Homogamia				Heterogamia			Total	
	Católicos				Mulher católica não praticante; homem sem religião	Outras uniões heterogâmicas	Outras religiões	%	N
	Ambos os cônjuges praticantes	Ambos os cônjuges não praticantes	Mulher praticante; homem não praticante	Ambos os cônjuges sem religião					
Escola, liceu ou faculdade	23,9	51,4	8,5	7,0	4,9	0,7	3,5	100,0	142
Contextos de lazer	30,1	52,0	8,9	2,4	2,4	2,4	1,6	100,0	123
Redes de amizade	34,4	41,8	13,3	3,5	3,5	2,3	1,2	100,0	256
Local de trabalho	27,8	46,2	15,6	1,9	4,2	1,9	2,4	100,0	212
Local público	41,9	40,3	10,5	3,1	0,5	1,6	2,1	100,0	191
Sociabilidades locais	40,3	42,7	11,3	2,2	1,1	2,0	0,4	100,0	541
Parentesco e relações de proximidade	45,3	33,5	14,0	2,2	1,1	2,8	1,1	100,0	179
Outra situação	43,0	35,9	13,3	1,6	0,8	3,1	2,3	100,0	128
<b>Total</b>	<b>36,8</b>	<b>42,7</b>	<b>12,0</b>	<b>2,8</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>	<b>1,5</b>	<b>100,0</b>	<b>1772</b>

$\chi^2 = 82,80$ ;  $DF = 42$ ;  $p < ,000$  ( $cc = ,21$ )

Já a frequência deste tipo de casamento entre os casais que se conheceram no local de trabalho (15,4%) pode muito bem ser o resultado de os homens católicos não praticantes, tal como, de facto, acontece com as católicas não praticantes, se inclinarem para conhecer o parceiro conjugal em tais situações. Finalmente, não se estranha que tanto os locais de ensino (4,9%) como o local de trabalho (4,2%) e as *redes de amizades* (3,5%) tenham propiciado uniões heterogâmicas entre católicas não praticantes e homens sem religião, uma vez que todos estes locais são, no que toca ao encontro amoroso, privilegiados pelas mulheres com esse perfil religioso.

## **PARTE III**

VIDA CONJUGAL E  
DISTÂNCIA SOCIAL NO CASAL



## 6 Da formação da família à distância social no casal

Os resultados do inquérito *FPC* permitem fazer uma avaliação global e representativa da família conjugal no que diz respeito à escolha do cônjuge, contudo, não possibilitam analisar em profundidade os processos da homogamia social. A análise que apresentamos nos próximos capítulos 8, 9, 10 e 11, incidiu sobre o conteúdo dos relatos de vinte e sete mulheres entrevistadas. Tal como aquelas que responderam ao inquérito, estas mulheres vivem em conjugalidade e têm filhos em idades escolares, porém, distinguem-se pelo facto de, à data das entrevistas, *todas* elas serem *casadas*, estarem a viver a *primeira relação conjugal*, residirem na Área Metropolitana de Lisboa, possuírem uma *licenciatura* - ou um grau de escolaridade superior - e exercerem *profissões muito qualificadas*. Antes de analisarmos os processos da escolha do cônjuge e a construção da distância social no decurso da vida conjugal, pretende-se neste capítulo fazer uma breve caracterização das mulheres entrevistadas no que toca aos modos de formação do casal e da família, aos factores decisivos na escolha do cônjuge e às variações da proximidade social no casal ao longo da vida conjugal.

### 6.1 A formação do casal e da família

A construção da distância social em casais com profissões qualificadas não prescinde de uma análise da formação da família. A duração do namoro, as formas de entrada na vida conjugal e o nascimento do primeiro filho são alguns indicadores fundamentais nesta caracterização. As características biográficas e familiares das mulheres entrevistadas reflectem alguns comportamentos observados nos meios mais escolarizados (Aboim, 2005; Cunha, 2005).

#### 6.1.1 O prolongamento do namoro e o casamento sem coabitação

De acordo com o que apontavam os resultados do inquérito *FPC*, a maior parte das mulheres que concederam uma entrevista prolongou o namoro por três ou mais anos (quadro n.º 6.1). Um traço transversal a estas mulheres, cuja duração do namoro corresponde à média ou está acima da média observada no inquérito, é a reduzida adesão à união de facto ou à coabitação antecedendo o casamento. No entanto, no conjunto destas entrevistadas, podemos diferenciar duas atitudes face à formalização do vínculo conjugal.



Quadro N.º 6.1 | Formação do casal e da família (*mulheres entrevistadas*)

	<i>Idade ao namoro (anos)</i>	<i>Duração do namoro</i>	<i>Coabitou antes de casar?</i>	<i>Idade à união conjugal</i>	<i>Idade ao primeiro filho</i>	<i>Número de filhos</i>
Joana	26	6 meses	<1 ano	27	33	1
Vanda	26	8 meses	Não	26	31	3
Helena	24	10 meses	< 1ano	26	26	3
Genoveva	40	11 meses	Não	41	42	2
Sara	31	11 meses	União de facto	32	37	1
Ana	24	1 ano	Não	25	29	2
Adelaide	29	1 ano	1 ano	30	31	2
Maria	25	1 ano e meio	Não	27	34	1
Laura	21	2 anos	Não	23	29	2
Olívia	18	2 anos	4 anos	20	25	3
Júlia	22	2 anos	Não	24	29	2
Amália	15	3 anos	Não	18	19	3
Raquel	22	3 anos	Não	25	28	3
Marta	20	3 anos	Não	23	26	2
Elsa	18	3 anos e meio	Não	22	24	2
Susana	19	3 anos e meio	Não	23	26	1
Ivone	23	3 anos	Não	26	30	2
Leonor	28	3 anos	Não	31	36	2
Manuela	23	3 anos e meio	Não	27	29	2
Filomena	17	4 anos	Não	21	26	2
Anabela	18	4 anos e meio	Não	23	25	4
Mafalda	22	4 anos e meio	Não	27	31	2
Lurdes	24	5 anos	Não	29	35	1
Irene	21	5 anos	Não	26	28	1
Filipa	17	5 anos	Não	24	28	2
Felícia	17	8 anos	Não	25	27	2
Teresa	15	9 anos	Não	24	24	2

Por um lado, encontramos as mulheres que atribuem a formalização do vínculo mais propriamente às conveniências do contexto social e da família do que a um desejo pessoal: Manuela recorda que “eram outros tempos”, mas que se “surgisse algum [homem] para eu ter uma grande paixão, se calhar também ia de cabeça!”; para Elsa “ir viver juntos era complicado”, não apenas “por causa da sociedade”, mas pelo controlo exercido pela família e, em particular, por um irmão mais velho e “muito mais conservador” que ela e, como tal, “muito penalizador”; Raquel confessa que “a família não permitia isso”; para Filipa “a questão não se colocava”, ainda que pais ou sogros “tenham imposto o casamento”; oriunda de uma “família muito tradicional”, Júlia sublinha que a coabitação antes do casamento era “impensável”, assim como para Anabela, a quem a família expulsaria de casa se “fizesse isso”; e enfim Vanda, para quem o casamento foi vontade de Vitor, dos pais e dos sogros, porque ela “não proporia jamais casar”.

Eram outros tempos, embora houvesse já quem o fizesse. Tive colegas lá em Maputo no liceu, mesmo assim, tive algumas colegas que viveram... Havia várias assim, mas se calhar é porque nunca me deu para aí ou nunca aconteceu! As coisas foram mais certinhas, se calhar. Se calhar se me surgisse algum para eu ter uma grande paixão, se calhar também ia de cabeça!

[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);

Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

Nós acampávamos muito na altura, nas férias, nos fins de semana, com grupos de amigos... Agora, ir viver juntos era complicado e eu penso que era por causa da sociedade. Mesmo eu, que não era de Lisboa e não conhecia cá muita gente... Penso que os vizinhos e tudo... Eu, à minha família, conseguia não dizer a verdade, conseguia ocultar. Se bem que eu tinha cá um irmão que era muito penalizador, que era mais velho e que é muito mais conservador do que eu, é assim a antítese.(...) Como era mais nova e porque eu não queria que ele dissesse aos meus pais tudo o que se passava e então tinha assim uma atitude de fugir um bocado dele e de não lhe dizer nada do que se passava.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Quer dizer, a questão não se colocava. Eram outros tempos. Não que nos tenham imposto o casamento, os meus pais ou os dele. Mas não era suposto ser de outro modo... Se calhar com os meus filhos já não vai ser assim. Mudou tanta coisa, e nós já nem sequer temos aquela relação com os filhos como os pais tinham connosco!

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;  
Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

Casámos, porque era impensável vivermos juntos! Para os meus pais, era impensável! Não casei por pressão. Nem pensar nisso! Mas viver juntos é que era impensável, está a ver? Eu venho de uma família muito tradicional...

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;  
José, 55 anos, engenheiro civil - construção de estradas; dois filhos]

Nessa altura não se usava como agora! (*riso*). Eu acho que era impensável! Se eu fizesse isso punham-me fora! Não, mas eu acho que não... Pelo menos no meio que eu frequentava não era... Agora a grande maioria das pessoas vivem um ano ou dois juntas antes de casarem. Na altura, isso pelo menos não era muito frequente, ainda. As pessoas podiam ter relações eventualmente antes de casar, mas viver juntos acho que não era muito frequente.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;  
Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Se fosse a sério, era uma vida conjugal, uma vida a dois. O casamento podia não ser formalizado, como contrato... mas os meus pais e os pais dele fizeram questão, sobretudo os pais dele. Mesmo assim conseguimos esquivar-nos do casamento religioso (*riso*), mas não conseguimos evitar o casamento no registo civil.(...) Por isso é que casar, casar, partiu dele. Ai, eu não proporia jamais casar. Não estava nos meus objectivos casar. Eu viveria juntamente com outra pessoa se a pessoa me propusesse isso, está a ver?"

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Por outro lado, deparamos com entrevistadas que reclamam para si a intenção de iniciar a vida a dois exclusivamente pela via da formalização do vínculo: para Genoveva “foi muito claro” que “queria casar, não queria juntar trapinhos”; Irene não viveu junto com Horácio porque não tinha “vontade”, para além de o casamento sem precedente coabitação ser aquilo que lhe “fazia sentido”; Felícia não tem “nenhum preconceito”, mas “viver juntos”, para ela, significava casar com Fernando; já Ivone “era um pouco nessa linha”, que era a “linha” dos seus pais, para quem o facto de a sua filha iniciar a vida conjugal sem casar seria “o maior desgosto”, apesar de fazer “mais sentido” para Henrique a coabitação como experiência anterior ao casamento; e finalmente Leonor, que “era muito convencional”, ao ponto de se regozijar ter conservado a virgindade até ao dia do casamento - “queria dar esse presente a mim” - apesar de Eduardo, que “queria avançar para outro tipo de relação”.

Não vivi junto com ele antes de casar, nem tinha vontade. É uma situação que eu à partida... É assim: namorava e a seguir era o casamento, quer dizer... O meu projecto era casar e constituir uma família, porque tinha uma boa relação e porque achávamos que fazia sentido.

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas;  
um filho]

Nós tínhamos desde o princípio do namoro aquela coisa que queríamos casar, queríamos viver juntos. Eu era estar com o meu marido e ter um projecto a dois, que é aquilo que temos agora.

[Felicía, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;

Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Só fomos viver juntos quando nos casámos. Mesmo em termos dos meus pais, os pais dele não sei, mas em termos dos meus pais isso seria o maior desgosto deles se eu fosse juntar-me com alguém e não casasse. E eu também era um pouco nessa linha. Eu fui, se calhar, alimentando de tal maneira essa ideia que eles me transmitiam que eu própria também não... Então, quando pensámos em viver juntos, foi para casar... Essa questão foi comentada por ele. Naquela altura, fazia-lhe mais sentido nós irmos viver juntos e depois ver se enfim..., se nos ajustávamos, e depois então aí casar. Mas a ideia não me agradou de todo. Fomos andando ali e depois ele disse "Vamos casar", e casámos. Quer dizer, ele não foi obrigado por ser essa a minha ideia, até mesmo porque foi um casamento religioso. Senti que não o estava a obrigar a fazer isso. Nesse aspecto, estava à vontade.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Eu era muito convencional: casei virgem! Naquela altura, sim. O meu marido, digamos, queria avançar para outro tipo de relação, mas eu disse que não, porque eu era muito convencional e disse-lhe que queria dar esse presente a mim, porque naquela altura não havia assim... Já havia muita gente que tinha relações sexuais antes do casamento, mas também não era assim como é hoje, não é? Eu concordo, eu concordo que não sejam só relações, mas que as pessoas tenham uma vivência. Portanto, foi assim e ele aceitou.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Casámos e vivemos juntos. Tudo como uma menina responsável. Tem que se corresponder às expectativas da família. (...) Fui eu que o obriguei. *(risos)* Fui eu que o obriguei, eu já não aguentava mais namorar, já não tinha idade para namorar. Queria ter o meu espaço, a minha casa, queria viver junto com ele. Sabes aquela coisa de, "ai, 'tá na hora, tenho que me ir embora". Ir embora?! Comecei-me a chatear com aquilo. Eu já não tinha idade para namorar ou bem que tinha um amante ou bem que me casava. Mas aquele estatuto de namorar já não, e então disse: "Olha, vamos casar!". Por mim, estava fora de questão viver junto. Eu acho que tem a ver com a minha formação. Não é que eu tenha alguma coisa contra as pessoas que se juntam! Não tem nada a ver com isso? Tenho imensos amigos que não são casados oficialmente. *(risos)* Não era o que eu queria para mim. Eu sou católica, eu queria fazer o sacramento do matrimónio. Só depois de estarmos casados é que tivemos juntos sobre o mesmo tecto. Eu acho que isso tem a ver com a minha formação católica, com a minha ideia. Aliás, muitos amigos perguntaram-me isso na altura: "Por que é que vocês não se juntam, é muito mais fácil, muito mais barato"... São opiniões. Eu sempre achei que eu queria casar. Casar pela igreja católica, queria ter um casamento como um sacramento era. Por que é que eu ia fazer diferente? E ele também. Ele é católico. Embora nós não sejamos seguidores das leis católicas *(risos)*, mas também era essa a ideia dele. Não como uma tradição ou porque os pais esperassem isso. Eu acho que os meus pais esperavam isso de qualquer forma, mas na altura em que eu casei, eu já tinha idade suficiente para perceber se era isso que eu queria, ou se ia de acordo com os meus pais. Eu acho que coincidiu, era realmente a ideia que eu tinha. Eu queria vestir um vestido de noiva, era isso que eu... eu não vou dizer que eu sonhei, mas era isso que eu queria. Casar na igreja, receber o sacramento do matrimónio, o ritual. Eu queria fazer esse ritual! Era importante para mim! Por que é que eu não havia de fazer?! E foi o dia mais feliz da minha vida, só foi suplantado pelo nascimento do meu filho. Eu adorei o dia do meu casamento.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

### 6.1.2 O namoro abreviado e as lógicas de coabitação

No que respeita às entrevistadas que prolongaram o namoro por três ou mais anos, mais de metade tinha, no máximo, vinte anos de idade quando começou a namorar o cônjuge (quadro 6.1): Amália e Teresa tinham quinze anos; Felícia, Filomena e Filipa, dezassete; Elsa e Anabela, dezoito; Susana, dezanove; e Marta, vinte. A título de exemplo, os namoros mais longos - de

Felícia com Fernando (oito anos) e de Teresa com Tomás (nove anos) - tiveram início quando as entrevistadas ainda frequentavam o ensino secundário. De resto, também Filipa começou a namorar Filipe na adolescência, tinha então dezassete anos de idade. Contudo, resultando no casamento, quando a entrevistada tinha vinte quatro anos, o namoro ficou efectivamente reduzido a cinco anos, na medida em que a relação foi interrompida por dois anos no final do primeiro. Filipa invoca as diversas actividades em que estava envolvida, para além dos estudos, da sua personalidade "independente" e do facto de serem "muito miúdos" para justificar o interregno do namoro, mas sempre vai confessando que Filipe, "entretanto, teve outra namorada e, pronto, nós afastámo-nos um bocadinho".

Nós namorámos aí um ano e pouco depois acabámos. Acabou porque eu tinha a faculdade, medicina é difícil. Eu jogava voleibol e jogava andebol e namorava. *(riso)* Portanto, tinha que conciliar todo o tempo para todas as coisas, e eu havia certas coisas que não abdicava, não é? Eu também sempre fui um bocadinho independente e sou uma pessoa que não me importo de estar só, está a perceber? Também ainda éramos muito miúdos, tínhamos para aí uns vinte anos nessa altura. Eu também era muito amiga dele, portanto nós dávamo-nos muito e claro que ele depois afastava-se. Entretanto, teve outra namorada e pronto nós afastámo-nos um bocadinho. Eu também não tinha muito tempo, mas víamo-nos com uma certa regularidade, mas não nos falávamos muito e pronto e depois, passado para aí uns dois anos, recomeçámos. Depois casámos, uns quatro anos depois de termos voltado a namorar.

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

Ao contrário dos namoros mais prolongados, quer os namoros com duração que oscila entre um e dois anos, quer os mais curtos, com uma duração inferior a um ano, não só correspondem a inícios mais tardios - das seis entrevistadas que namoraram entre um e dois anos, só Olívia tinha uma idade inferior a vinte anos, e nenhuma das cinco entrevistadas que namoraram menos de um ano tinha uma idade inferior a vinte e três anos – como revelam formas de entrada na vida conjugal alternativas ao casamento, ainda que apenas no caso de Sara a coabitação tenha substituído deliberada e definitivamente o casamento.

Sara é, por outro lado, a única a confessar ter tido reticências em prescindir da sua "liberdade" para partilhar a vida quotidiana com outra pessoa, tinha então trinta e um anos e acabava de sair de uma relação longa sem partilha de uma vida conjugal. Esta união de facto é, assim, excepcional no conjunto das mulheres entrevistadas, resultando de um processo difícil, marcado por abdicções à vida quotidiana em casal, abdicções essas de uma mulher que encontra nesta lógica conjugal não tanto um substituto simbólico do casamento, mas sobretudo a única forma de, sem deixar de viver a dois, renunciar à imposição de regras exteriores à própria relação que a figura do casamento é suposta representar. No entanto, filha de "pais supercatólicos", Sara assume, não sem ambivalência, que não "tem nada contra o casamento", mas que este não lhe "diz coisa nenhuma". Uma vez que "as crianças institucionalizam de facto

as relações e as uniões de facto”, o casamento não é assim “uma questão que esteja posta de lado”, mas, a consumir-se, “tem que ser um casamento religioso”. De resto, refira-se que ao fim de um ano cedeu na relutância – “Eu prezo muito a minha liberdade” - em iniciar uma vida a dois, no receio de que esta lógica viesse interferir com a sua vida profissional ou “introduzir limitações e mudanças de ritmo de trabalho”.

Eu achei é que viver junto com ele me ia introduzir limitações e mudanças de ritmo de trabalho e portanto nem queria experimentar. (...) Eu prezo muito a minha liberdade...e quando se tem uma vida muito intensa do ponto de vista profissional, que era o meu caso e o caso dele, voltar cada um para sua casa era voltar a ter mais tempo. (...) Fomos viver juntos para aí passado um ano, mas entretanto passávamos os fins de semana juntos. Quer dizer, quando uma pessoa tem uma casa e está sozinha e se tem a idade que a pessoa tem, já não se fala propriamente nesse tipo de coisas (*risos*). É assim, na altura foi precisamente ao contrário porque achámos um bocado ridículo, só porque íamos ter um filho irmos como dois adolescentes a correr para casarmos! Não faz sentido! Achámos nós que não fazia sentido. Agora o que nós temos é de facto uma situação de casamento, porque o Sérgio na minha família passou a ser designado de outra forma desde que o nosso filho nasceu, passou a marido, passou a genro, a cunhado, passou a tio, passou a ter todas essas designações que o casamento confere. Os meus amigos, as minhas amigas passaram a falar do meu “marido”! Portanto acho que as crianças institucionalizam de facto as relações e as uniões de facto. Mas eu não vejo, pela forma como vivemos, nenhuma diferença. Às vezes falamos nisso. Quer dizer, não é uma questão que esteja posta de lado, mas se casarmos tem que ser um casamento religioso, mas é uma coisa que a mim não me diz coisa nenhuma. Mas para além disso nenhum de nós tem nada contra o casamento. (...) Os meus pais são super católicos, mas verdadeiramente católicos e o facto de eu viver numa união de facto é menos bem visto. Nós somos recebidos lá em casa como se fossemos casadíssimos, não é? Mas é uma coisa que tem importância, eu sei que para a minha mãe tem muita importância.  
[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;  
Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

Por outro lado, é entre as mulheres cujo namoro foi mais curto que encontramos as restantes e escassas situações de coabitação. Apenas quatro entrevistadas coabitou com o seu companheiro antes de este ser formalmente seu marido. Nestas quatro situações, podemos distinguir a coabitação mais prolongada de Olívia com Tiago das situações mais fugazes de Joana, Adelaide e Helena, correspondendo a primeira à denominada “experimentação”, e as demais à lógica de “pré-casamento” (Aboim, 2005), se bem que quase todas as entrevistadas sublinhem que a coabitação resultou da necessidade de experimentar uma vida a dois sem o compromisso inerente à formalização do vínculo, sendo a coabitação de Helena, que se casou dois meses após o nascimento da sua primeira filha, tão fugaz como o período “entre a notícia da gravidez e o casamento”. *Grosso modo*, estamos perante situações transitórias e, neste sentido, em nada semelhantes à opção de Sara e Sérgio. Contudo, quer Adelaide, quer Joana partilham com Sara o facto de habitarem em casa própria. Com vinte e nove e vinte e oito anos, respectivamente, bem como com autonomia financeira e logística, convidaram o companheiro a partilhar a sua habitação a título de experiência, que seria curta até ao casamento. Inclusivamente, Joana teve o apoio do seu pai, que “achou positivo”, ainda que a mãe se tenha limitado a “aceitar” a decisão da filha em experimentar “estar num sítio onde partilha o seu

espaço físico, com as suas características, com os seus gostos, com os seus hábitos, sei lá, de higiene, de arrumação...”.

Nós primeiro tivemos um ano de vida em conjunto, fizemos essa experiência porque eu própria quis. Morámos juntos uns meses, e depois acabámos por casar passado esse tempo... O meu pai achou positivo, achou que era assim que devia ser, mas acabou por não ter reacção nenhuma, porque faleceu antes disso. A minha mãe aceitou... Decidimos fazer isso porque eu acho que uma coisa é a pessoa namorar e ter o seu próprio espaço e não partilhar o seu dia a dia, as suas comodidades, os seus hábitos. É completamente diferente do que estar num sítio onde partilha o seu espaço físico, com as suas características, com os seus gostos, com os seus hábitos, sei lá, de higiene, de arrumação...

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

Por sua vez, Olívia viveu com Tiago quatro anos antes de se casarem. Já namoravam há dois anos quando a entrevistada, então com vinte anos de idade, recebeu parte da herança paterna, aplicando-a num apartamento, que adquiriu e partilha ainda hoje com Tiago. O início da coabitação revelou-se, todavia, irregular e sobretudo difícil, devido a “uma grande crise de adaptação” entre os membros do casal, “crise” essa que “tinha a ver com hábitos quotidianos, mas muito a ver com o dinheiro”. Olívia era estudante, não exercia profissão, pelo que a mãe lhe disponibilizava uma mensalidade que pagava a faculdade, mas que, segundo a entrevistada, “mas era baixa”, levando-a a reclamar de Tiago uma contribuição financeira em relação à qual ele não estava de acordo. Apesar de “ainda não ter arranjado um emprego fixo”, ao fim de quatro anos juntos, decide casar com Tiago. Contudo, a contradição entre o conflito incessante e a decisão de casar não é senão aparente, porquanto é precisamente a procura frustrada de uma fonte de rendimento pela via da profissão que conduz Olívia ao desejo de se realizar pela maternidade.

A minha mãe começou a ter várias crises ligadas com a menopausa, ligadas com os problemas com os meus irmãos, etc. A dependência em relação a mim estava insuportável! Entretanto deixou de trabalhar, vendeu a farmácia e com esse dinheiro ela distribuiu o dinheiro que nos competia, que era mais ou menos o resto da herança do meu pai, e eu comprei uma casa e fui morar sozinha. Aos vinte anos, quando eu vim morar sozinha o Tiago aparecia cá de vez em quando, basicamente era a companhia, a companhia e uma relação de grande amizade entre duas pessoas da mesma idade, isso era muito importante para mim que ele tivesse a mesma idade que eu, que faziam coisas que gostavam de fazer juntas, que não era as coisas que eu fazia com a minha mãe, depois passaram a ser tipo o *ski*, passou a ir fazer *ski* comigo, que era uma coisa que eu gostava muito de fazer. Era fazer com alguém, era isso mesmo, era isso que eu gostava! Ir à praia com alguém, fazer passeios... Claro que o Tiago era a pessoa que se enquadrava e que também gostava das mesmas coisas, mas era isso que eu esperava do casamento, era esse viver a dois, viver com uma pessoa com quem eu tivesse muitos pontos em comum. (...) O Tiago morava em minha casa tipo mês sim, mês não, porque nós discutíamos o tempo todo, mas basicamente já estávamos a morar juntos. Tivemos uma grande crise de adaptação ao facto de eu estar a morar sozinha: como se gere uma relação? Foi aquela crise dos primeiros anos de casados. Nós tivemo-la antes. Eu acho que é sempre difícil as pessoas adaptarem-se a morar juntas. Mas basicamente a questão era: a casa era minha e como é que se gere uma relação quando a casa é só de um e o outro parece que é o parente pobre. Ele sentia-se mal, eu sentia-me mal. (*riso*) Tinha a ver com hábitos quotidianos, mas muito a ver com o dinheiro. A questão do dinheiro nessa altura foi dramática! Tinha vinte anos e estava a estudar e a minha mãe pagava-me tudo o que tinha a ver com a faculdade, dava-me uma mensalidade, mas era baixa. E o grande drama na altura era que eu achava que para o Tiago viver lá em casa tinha que contribuir com *x* e ele achava que não. Foi um período de adaptação complicado! Portanto, isso foi uns quatro anos antes de nós casarmos mesmo. (...) Depois de casarmos, ele estava a trabalhar mas eu ainda não tinha arranjado um emprego fixo, aliás eu ainda não tenho um emprego fixo. (*riso*) De vez em quando era professora substituta assim durante três meses, porque todos os anos ia para os mini concursos.

Escrevi uns artigos para umas revistas em que às vezes pagavam mas outras vezes não, mas não tinha de maneira nenhuma um rendimento fixo. Então, os filhos tornaram-se a prioridade. Praticamente era "já que eu não consigo fazer nada ao menos vou ser mãe", porque era um dos meus objectivos.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

### 6.1.3 O início da vida conjugal e o primeiro filho

Entre as mulheres que responderam ao inquérito *FPC*, estão em clara minoria as que iniciaram a vida conjugal com uma idade superior a vinte e quatro anos. São óbvias as razões pelas quais esta modesta proporção - menos de um quinto - cresce junto das mulheres mais escolarizadas, pois o prolongamento dos estudos conduz mais frequentemente ao adiamento de uma vida a dois. Assim aconteceu com as mulheres que entrevistámos, cuja maioria iniciou a vida conjugal com vinte e cinco anos ou mais, reduzindo-se a quatro as entrevistadas que o fizeram com idades inferiores a vinte e três anos: Elsa, com vinte e dois; Filomena com vinte e um; Olívia, com vinte; e Amália, com dezoito. Destas entrevistadas, apenas Elsa e Filomena, que casaram relativamente mais tarde, tinha já concluído a licenciatura - a primeira, médica, fazia a especialização; a segunda, foi trabalhar para o balcão de um estabelecimento bancário - enquanto Olívia detinha, através dos pais, as condições materiais e logísticas para coabitar com Tiago durante a licenciatura, e Amália deve à sua rede familiar a prossecução dos estudos após uma gravidez inesperada com dezassete anos de idade.

Quinze das vinte e sete mulheres entrevistadas têm dois filhos com o actual cônjuge no momento em que concederam a entrevista (quadro n.º 6.1). Quanto às restantes, dividem-se entre as seis que se limitaram a ter um filho e as cinco que, pelo contrário, se caracterizam pela descendência mais numerosa de três filhos, restando apenas uma entrevistada - Anabela - com quatro filhos à data da realização da entrevista. Esta distribuição das diferentes descendências não é surpreendente, se tivermos novamente em linha de conta os resultados do inquérito *FPC*: se a maioria das inquiridas (54,2%) tinha uma descendência de dois filhos à data da aplicação do inquérito, essa proporção é significativamente superior (63,4%) entre as que possuíam uma licenciatura ou grau superior, sendo a descendência média entre as mais escolarizadas de 1,99 filhos (Cunha, 2005: 416). Surpreendente não é também o facto de metade das mulheres que entrevistámos ter tido o primeiro filho com idades compreendidas entre os vinte e cinco e os vinte e nove anos, na medida em que é praticamente essa proporção observada entre as mulheres mais escolarizadas que responderam ao inquérito *FPC* (Cunha, 2005: 423). Contudo, no que toca às mulheres que tiveram o primeiro filho mais cedo, a amostra das entrevistadas destoa da amostra representativa para o país: mais de um quinto das mulheres muito escolarizadas que

responderam ao inquérito teve o primeiro filho com vinte quatro anos ou menos, enquanto essa situação é apenas identificada em três entrevistadas - Elsa, Teresa e Amália - sendo que as duas primeiras foram mães pela primeira vez aos vinte e quatro, e o primeiro filho da última é fruto de uma gravidez adolescente não planeada.

Em suma, no que toca ao início da vida conjugal e à chegada do primeiro filho, as mulheres entrevistadas demonstram genericamente os comportamentos que caracterizam os meios mais escolarizados. Confirma-se enfim que a aposta em diplomas escolares com vista ao desempenho de uma profissão exigente em recursos educacionais adia, com efeito, a formação do casal e da família.

## 6.2 Profissões qualificadas e condicionamentos à escolha do cônjuge

Quais as origens sociais destas mulheres que apostaram numa escolaridade elevada para vir a exercer uma profissão qualificada? Em que medida se inclinaram para casar com um homem proveniente do mesmo meio social e com uma posição sócio-profissional semelhante à sua? E qual o papel das circunstâncias e dos locais na escolha do cônjuge? A resposta a estas questões implica necessariamente uma caracterização dos perfis sociais dos casais, que as entrevistadas representam.

### 6.2.1 Da aposta na escolaridade ao condicionamento da origem social

No seu conjunto, o perfil social das entrevistadas não deixa de reflectir as transformações da sociedade portuguesa nas últimas décadas: nasceram predominantemente nas décadas de cinquenta e sessenta e quase metade é filha de mulheres que não exerciam uma actividade profissional (quadro n.º 6.2). No que toca à aposta nos recursos educacionais, apenas cinco destas vinte e sete mulheres com uma licenciatura ou um grau de escolaridade mais elevado são filhas de licenciadas, reduzindo-se a quatro aquelas cuja mãe terminou o liceu. Por outro lado, a amostra reparte-se entre aquelas que são provenientes de meios sociais favorecidos e as que prefiguram percursos ascendentes em relação aos seus pais.

No que toca às entrevistadas provenientes de meios sociais favorecidos, destacam-se, desde logo, as situações de Amália, Anabela, Felícia, Ana e Leonor, cujos percursos profissionais seguiram o exemplo dos seus pais: **Amália** e **Anabela** são médicas filhas de médicos; docente do ensino superior, **Ana** é filha de professor catedrático; **Leonor** é engenheira civil filha de engenheiro civil (quadro n.º 6.1). Já os percursos de Manuela, Joana, Laura, Maria, Adelaide,



Mafalda e Olívia desviaram-nas das áreas profissionais dos seus pais: **Manuela**, docente do ensino secundário, é filha de quadro superior da administração pública; **Joana**, médica, é filha de arquitecto; **Laura**, docente do ensino superior, é filha de oficial do exército; **Maria**, física e docente do ensino superior, é filha de médico; **Adelaide**, arquitecta, é filha de docente do ensino secundário; **Mafalda**, é advogada filha de economista; e **Olívia**, historiadora, é filha de farmacêutica. De resto, os percursos de **Sara** e **Elsa** - psicóloga e médica, respectivamente, e ambas filhas de grandes proprietários agrícolas - resultam da aposta dos seus pais, com apenas a quarta classe, na obtenção de diplomas escolares, revelando, enfim, situações típicas de reconversão do capital económico em capital escolar.

As restantes mulheres, que perfazem a outra metade da amostra, têm origens sociais claramente menos favorecidas, sendo assim protagonistas de percursos de mobilidade ascendente. A ascensão é particularmente notável nos percursos de **Lurdes** (psicóloga, filha de costureira e motorista), **Ivone** (médica, filha de camponeses), **Filipa** (médica, filha de pequeno comerciante), **Raquel** (docente do ensino superior, filha de motorista de táxi), **Genoveva** (docente do ensino secundário, filha de operário), **Marta** (docente do ensino secundário, filha de pequeno comerciante), **Irene** (psicóloga, filha de proprietário de frota de táxis) e **Júlia** (chefe de divisão na função pública, filha de pequenos comerciantes). Contudo, a ascensão social de pais para filhas também não deixa de estar presente nas situações de **Filomena** (hoje docente do ensino superior, filha de funcionários de estabelecimentos bancários sem ensino superior), **Susana** (engenheira, filha de funcionários públicos sem ensino superior), **Teresa** (docente do ensino superior, filha de monitora de ocupação de tempos livres e funcionário de estabelecimento bancário, ambos sem ensino superior) **Felícia** (técnica superior da função pública, filha de funcionários públicos, ambos sem ensino superior), **Vanda** (chefe de divisão na função pública, filha de funcionária pública e funcionário de estabelecimento bancário, ambos sem ensino superior) ou mesmo **Helena** (socióloga e docente do ensino superior, filha de secretária com uma licenciatura incompleta e de um editor não licenciado).

Pese embora o grupo de entrevistadas se reparta entre a mobilidade ascendente e a reprodução social, na maioria dos casos a escolha do cônjuge não deixa de ser condicionada pela origem social. Assim, como pode observar-se no quadro n.º 6.2, dezoito das vinte e sete mulheres entrevistadas casou com um homem oriundo do mesmo meio social (*homogamia de origens restrita*) ou de um meio social próximo do dos seus pais (*homogamia de origens alargada*). Entre estas entrevistadas, destaque-se, por um lado, aquelas que, sendo oriundas dos meios sociais mais favorecidos - empresários e dirigentes (ED) ou profissões intelectuais e científicas (PIC) -, casaram com um homem com uma origem social idêntica ou próxima da sua:

filha de médico, Amália casou com António, filho de alta patente do exército; o pai de Manuela exercia um alto cargo na administração pública, sendo que o pai de Manuel possuía e dirigia uma empresa de construção civil; também o pai do marido de Laura, ela própria filha de oficial do exército, possuía e dirigia uma empresa de construção civil; Maria e Mário são filhos de médicos; Leonor e Eduardo são filhos de engenheiros, ainda que com diferentes situações sócio-profissionais; e o pai do marido de Mafalda é contabilista, sendo a entrevistada filha de economista.

Por outro lado, deparamos com mulheres provenientes de diversos segmentos da classe média - profissões técnicas de enquadramento intermédio (PTEI) e trabalhadores independentes e pequenos proprietários (IPP) -, cujos maridos tem uma origem social idêntica ou semelhante. É o caso: de Júlia e Filipa, filhas de pequenos comerciantes e casadas com filhos de pequenos comerciantes; de Adelaide, filha de professora do ensino secundário, casada com Alexandre, filho de desenhador; de Vanda e Vitor, filhos de chefes de secção da administração pública; de Filipa e Filipe, filhos de pequenos comerciantes; de Filomena, filha de bancários, casada com Frederico, filho de topógrafo; de Susana, filha de funcionários públicos, casada com Paulo, filho de pequeno comerciante; de Teresa, filha de bancário e monitora, casada com Tomás, filho de comerciante; de Irene, filha de proprietário de frota de táxis, e Marta, filha de comerciante, ambas casadas com filhos de funcionários públicos.

Finalmente, as mulheres oriundas de meios sociais pouco favorecidos que casaram com um homem de origem social semelhante à sua. Filha de serralheiro mecânico, Genoveva casou com Nuno, filho de electricista. Já no que respeita a Lurdes, os pais (motorista e modista) e os sogros (costureira e montador de automóveis) têm perfis sócio-profissionais praticamente idênticos.

Ainda que a homogamia de origem seja a situação mais frequente, os casamentos desiguais no que toca às proveniências sociais dos cônjuges estão longe de representar uma minoria residual. Entre as nove situações heterogâmicas, é curioso observar que os casamentos em que a mulher tem uma origem social claramente mais favorecida do que o homem (hipogamia) prevalecem sobre as situações inversas (hipergamia). De resto, são poucas as uniões fortemente desiguais. Entre essas situações mais desiguais encontram-se casamentos hipogâmicos: Olívia, filha de farmacêutica, casou com Tiago, filho de operária industrial não qualificada; Elsa e Joana, filhas de proprietários agrícolas e arquitecto, respectivamente, estão casadas com filhos de pequenos comerciantes; Ana, filha de professor catedrático casou com Alfredo, filho de comerciante; e Helena, filha de secretária de direcção e editor é casada com Herculano, cuja mãe era modista.

Quadro N.º 6.2 Perfil sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge (*mulheres entrevistadas*)

	<i>Posição sócio-profissional</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional da mãe</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do pai</i> Situação profissional (código)	<i>Classe social dos pais</i>	<i>Posição sócio-profissional da sogra</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do sogro</i> Situação profissional (código)	<i>Classe social dos sogros</i>	<i>Perfil socio-profissional do casal à escolha do cônjuge</i>
Amália	PIC Médica imunohemoterapeuta - hospital público (222)	Doméstica	ED Médico - cirurgião - consultório próprio (222)	ED	Doméstica	ED General, director geral - exército (112)	ED	Homo-gamia restrita
Manuela	PIC Ciências Naturais e Matemática, docente do ensino secundário (232)	Doméstica	ED Director geral - administração pública (112)	ED	Doméstica	ED Proprietário e director de empresa de construção civil (122)	ED	
Laura	PIC Relações Públicas, docente do ensino superior (231)	Doméstica	ED Coronel da Infantaria - oficial do exército (114)	ED	Doméstica	ED Proprietário e director de empresa de construção civil (122)	ED	
Maria	PIC Física e docente do ensino superior (211/231)	Doméstica	ED Médico cardiologista - consultório próprio (222)	ED	Doméstica	ED Médico cirurgião - consultório próprio (222)	ED	
Júlia	ED Economista, chefe de divisão - administração pública (112)	IPP Proprietário comerciante - talho, papelaria e loja de roupa (131)	IPP Proprietário comerciante - talho, papelaria e loja de roupa (131)	IPP	IPP Proprietário comerciante - mercearia (131)	IPP Proprietário comerciante - mercearia (131)	IPP	
Filipa	PIC Médica internista - clínica privada (222)	Doméstica	IPP Proprietário de papelaria (523)	IPP	IPP Proprietária comerciante - loja de vestuário (131)	IPP Proprietário comerciante - loja de vestuário (131)	IPP	
Adelaide	PIC Arquitecta, técnica superior - administração pública (214)	PIC Professora do ensino secundário (232)	EE Ajudante familiar (513)	PIC	Doméstica	PTEI Desenhador (311)	PTEI	
Vanda	ED Consultora jurídica, Chefe de divisão - administração pública (112)	PTEI Chefe de secção - administração pública (343)	PTEI Gerente - estabelecimento bancário (341)	PTEI	Doméstica	PTEI Agente de polícia, chefe de secção - administração pública (343)	PTEI	
Genoveva	PIC Ciências Naturais, docente do ensino secundário (232)	Doméstica	OIQ Serralheiro mecânico (722)	OIQ	Doméstica	OIQ Electricista (724)	OIQ	
Leonor	PIC Engenheira civil, técnica superior - administração pública (214)	Doméstica	PIC Engenheiro civil, técnico superior - administração pública (214)	PIC	Doméstica	ED Engenheiro civil, director de serviços - administração pública (112)	ED	
Mafalda	ED Advogada - consultório próprio (242)	Doméstica	ED Economista, proprietário e director de pequena empresa (244)	ED	PIC Docente do ensino secundário (232)	PIC Contabilista (241)	PIC	Homo-gamia alargada
Filomena	PIC Geógrafa e docente do ensino superior (231)	EE Caixa de banco (421)	PTEI Gerente - estabelecimento bancário (341)	PTEI	244 Tradutora	PIC Topógrafo, técnico superior - administração pública (311)	PIC	
Susana	ED Engenheira civil, directora comercial (123)	PTEI Finanças, técnica profissional - administração pública (344)	PTEI Finanças, chefe de secção - administração pública (343)	PTEI	Doméstica	IPP Proprietário comerciante - mercearia (131)	IPP	
Teresa	PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	EE Monitora - ocupação de tempos livres (514)	PTEI Gerente - estabelecimento bancário (341)	PTEI	Doméstica	IPP Proprietário comerciante mobiliário de escritório (131)	IPP	
Irene	PIC Psicóloga clínica - hospital público (244)	Doméstica	IPP Proprietário de frota de taxis (131)	IPP	PTEI Chefe de secção - administração pública (343)	PTEI Chefe de secção - empresa de distribuição de produtos alimentares (343)	PTEI	
Marta	PIC Inglês/alemão, docente do ensino secundário (232)	Doméstica	IPP Proprietário comerciante - churrasqueira (131)	IPP	Doméstica	421 Funcionário em repartição das finanças	PTEI	
Lurdes	ED Psicóloga e empresária em nome individual (244)	IPP Modista (743)	OIQ Motorista de automóveis ligeiros - passageiros (832)	IPP	OIQ Costureira - vestuário por medida (743)	OIQ Montador da construção veiculos (828)	OIQ	
Raquel	PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	ENQ Empregada doméstica (913)	OIQ Motorista de táxi (832)	ENQ+OI	EE Secretária (411)	EE Caixa de banco (421)	EE	

Quadro N.º 6.2 | Perfil sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge (*mulheres entrevistadas*)  
(*continuação*)

	<i>Posição sócio-profissional</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional da mãe</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do pai</i> Situação profissional (código)	<i>Classe social dos pais</i>	<i>Posição sócio-profissional da sogra</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do sogro</i> Situação profissional (código)	<i>Classe social dos sogros</i>	<i>Perfil sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge</i>
Olivia	PIC Historiadora e docente do ensino superior (244/231)	ED Farmacêutica - farmácia própria (222)	PTEI Gerente de pequena empresa (131)	ED	OINQ Trabalhadora não qualificada da indústria transformadora – conservas (932)	OA Agricultura de subsistência (621)	OINQ	Hipo-gamia
Joana	PIC Médica imunohemoterapeuta - hospital público (222)	PTEI Chefe de secção – administração pública (343)	PIC Arquitecto, técnica superior – administração pública (214)	PIC	ENO Empregada doméstica (913)	IPP Proprietário comerciante – mercearia (131)	IPP	
Elsa	PIC Médica imunohemoterapeuta - hospital público (222)	ED Proprietário e director de exploração agrícola (122)	ED Proprietário e director de exploração agrícola (122)	ED	513 Ajudante familiar Doméstica (ajudava na loja do marido)	IPP Proprietário comerciante – retrosaria (131)	IPP	
Ana	PIC Historiadora e docente do ensino superior (244/231)	Doméstica	PIC Antropólogo e docente do ensino superior (244/231)	PIC	Doméstica	IPP Proprietário comerciante – têxteis (131)	IPP	
Helena	PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	PIC Secretária de direcção (343)	PTEI Editor (245)	PIC	IPP Modista (743)	-	IPP	
Anabela	PIC Médica patologista clínica - hospital público (222)	ED Médica patologista clínica – laboratório próprio	231/222 Médico e docente do ensino superior	ED	IPP Ajudante familiar (513)	IPP Proprietário e director de fábrica (pequena empresa) de confecção de vestuário (131)	IPP	
Sara	PIC Técnica de relações públicas – estabelecimento bancário (241)	Doméstica	ED Proprietário e director de exploração agrícola (122)	ED	Doméstica	PTEI Mediador (angariador de seguros) (341)	PTEI	
Felícia	PIC Gestora de projecto, técnica superior – administração pública (247)	PTEI Chefe de secção – administração pública (343)	PTEI Desenhador, técnico profissional – administração pública (311)	PTEI	PTEI Finanças, técnica profissional – administração pública (344)	ED Editor, director geral de empresa (121)	ED	Hiper-gamia
Ivone	PIC Geóloga, técnica superior – administração pública (211)	Doméstica	C Agricultor (611)	C	Doméstica	PTEI Chefe de secção – administração pública (343)	PTEI	

Quanto a Sara, filha de grande proprietário agrícola, e a Anabela, filha de médicos, também elas fizeram uma escolha hipogâmica, casando respectivamente com Sérgio, filho de mediador de seguros, e com Alexandre, filho de proprietário e director de pequena produção têxtil, mas devemos reconhecer que a desigualdade social entre as origens dos cônjuges não é aqui tão pronunciada como nas situações anteriores. Esta desigualdade mais atenuada entre as origens sociais dos cônjuges caracteriza igualmente os casamentos hipergâmicos, reduzidos de resto aos casos de Felícia, filha de funcionários públicos, casada com Fernando, filho de um proprietário de empresa de edição, por um lado, e de Ivone, filha de agricultor isolado, casada com Henrique, filho de funcionário público, por outro.

Em suma, pese embora estejamos na presença de alguns casamentos desiguais, a verdade é que *a proximidade das origens sociais dos cônjuges é claramente o padrão que predomina no conjunto das mulheres entrevistadas*. Vejamos agora até que ponto a “escolha” destas mulheres foi condicionada pela proximidade sócio-profissional do parceiro.

### 6.2.2 Escolha do cônjuge e o peso da posição sócio-profissional

Tal como demonstraram os resultados do inquérito *FPC*, os condicionamentos sociais na escolha do cônjuge estão longe de se limitar à proximidade das origens sociais dos parceiros. Na realidade, a posição sócio-profissional e a escolaridade actuam como critérios preponderantes para a maioria das portuguesas (capítulo 3 e 4), que, tal como as mulheres entrevistadas, viviam à data da aplicação do inquérito em conjugalidade com filhos em idade escolar. O inquérito revela, de resto, que estes condicionamentos sociais actuam mais fortemente junto dos meios mais escolarizados, pelo que não se estranha que a homogamia sócio-profissional seja a situação mais frequente no conjunto das mulheres entrevistadas. Posicionadas maioritariamente no grupo das profissões intelectuais e científicas (PIC), é verdade que nem todas as entrevistadas casaram com homens pertencentes ao mesmo grupo sócio-profissional (*homogamia sócio-profissional restrita*), porém, como pode observar-se no quadro n.º 6.3, a amostra reparte-se, com a excepção de um único caso de hipergamia, entre os casamentos de indivíduos inseridos no mesmo grupo sócio-profissional (*homogamia sócio-profissional restrita*), por um lado, e os casamentos entre indivíduos com posições sócio-profissionais vizinhas (*homogamia sócio-profissional alargada*), por outro. Ora, esta prevalência da proximidade sócio-profissional não é, afinal, surpreendente, se recordarmos que *grosso modo* as mulheres entrevistadas já ocupavam as posições (PIC ou ED) nas quais, segundo os dados do inquérito *FPC*, se observa a tendência mais acentuada para a homogamia sócio-profissional (capítulo 3).

No que toca à importância da escolaridade na escolha do cônjuge, sublinhe-se que apenas três entrevistadas está casada com um homem que não frequentou o ensino superior: os maridos de Olívia, Genoveva e Felícia não frequentaram o ensino superior; Marta é casada com Bernardo, bacharel; e os cônjuges de Sara e Susana não concluíram a licenciatura. No que diz respeito aos recursos educacionais, a proximidade entre cônjuges é assim a situação preponderante, não se estranhando que a grande maioria das mulheres entrevistadas tenha casado com um homem que exerce uma profissão que, como a sua, é exigente em escolaridade e qualificações.

**Quadro N.º 6.3** Perfil escolar e sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge  
(mulheres entrevistadas)

	<i>Escolaridade</i>	<i>Escolaridade do cônjuge</i>	<i>Situação sócio-profissional da mulher</i>	<i>Situação sócio-profissional do cônjuge</i>	<i>Perfil da escolha do cônjuge segundo a posição sócio-profissional</i>
Leonor	Licenciatura	Licenciatura	PIC Engenheira civil, técnica superior – administração pública (214)	PIC Engenheiro civil, técnico superior – administração pública (214)	
Ivone	Licenciatura	Licenciatura	PIC Ciência Naturais, docente do ensino secundário (232)	PIC Direito, docente do ensino superior (231)	
Anabela	Licenciatura	Licenciatura	PIC Médica, especialização (222)	PIC Médico, especialização (222)	
Manuela	Licenciatura	Licenciatura	PIC Ciências Naturais e Matemática, docente do ensino secundário (232)	PIC Médico – clínica geral – em hospital público (222)	
Elsa	Licenciatura	Licenciatura	PIC Médica - especialização (222)	PIC Médico - especialização (222)	
Ana	Licenciatura	Licenciatura	PIC História, docente do ensino secundário (232)	PIC Desporto, docente do ensino secundário (232)	Homogamia sócio-profissional restrita
Helena	Licenciatura	Licenciatura	PIC Socióloga (244)	PIC Advogado, sem consultório próprio (242)	
Marta	Licenciatura	Bacharelato	PIC Inglês/alemão, docente do ensino secundário (232)	PIC Contabilista (241)	
Adelaide	Licenciatura	Licenciatura	PIC Arquitecta e enfermeira (214/223)	PIC Geografia, docente do ensino secundário (232)	
Maria	Licenciatura	Licenciatura	PIC Física e docente do ensino superior (211/231)	PIC Físico e docente do ensino superior (211/231)	
Sara	Licenciatura	Licenciatura incompleta	PIC Assistente social, técnica superior - administração pública (244)	PIC Jornalista - editor (245)	
Amália	Licenciatura incompleta	Licenciatura incompleta	Estudante, licenciatura	Estudante, licenciatura	
Lurdes	Licenciatura	Licenciatura incompleta	PIC Psicóloga, técnica superior – administração pública(244)	Concluiu licenciatura	
Mafalda	Licenciatura	Mestrado	ED Advogada - consultório próprio (242)	PIC Engenheiro químico, investigador e docente do ensino superior (221/231)	
Filomena	Licenciatura	Licenciatura incompleta	PIC Geógrafa, docente do ensino superior (231)	PTEI Caixa de banco (421)	
Susana	Licenciatura incompleta	Licenciatura incompleta	PIC Matemática, docente do ensino secundário (232)	PTEI Caixa de banco (421)	
Olivia	Licenciatura	Secundário	PIC História, docente do ensino secundário (232)	PTEI Técnico de vendas – informática (341)	
Joana	Licenciatura	Licenciatura	PIC Médica imunohemoterapeuta - hospital público (222)	PTEI Técnico de vendas – imobiliário (341)	
Genoveva	Licenciatura	Secundário	PIC Ciências Naturais, docente do ensino secundário (232)	PTEI Técnico profissional – administração pública (344)	Homogamia sócio-profissional alargada
Vanda	Licenciatura	Licenciatura	PIC Consultora jurídica, técnica superior – administração pública (242)	ED Economista, director geral de empresa (121)	
Júlia	Licenciatura	Licenciatura	PIC Economista, técnica superior – administração pública (244)	ED Engenheiro civil, chefe de divisão – administração pública (112)	
Filipa	Licenciatura	Licenciatura	PIC Médica – interno – hospital público (222)	ED Gestor, assessor (consultor) (122)	
Irene	Licenciatura	Licenciatura	PIC Psicóloga clínica estagiária - hospital público (244)	ED Engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas (122)	
Teresa	Licenciatura incompleta	Licenciatura	Estudante, licenciatura	ED Engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública (112)	
Raquel	Licenciatura	Secundário	PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	PTEI Programador – informática (312) Cumprira serviço militar obrigatório	
Felícia	Licenciatura	10º ano	PIC Gestora de projecto, técnica superior – administração pública (247)	ED Editor, director geral de empresa (121)	
Laura	Licenciatura	Licenciatura	EE Guia-intérprete (511)	PIC Engenheiro civil – geotécnico (214)	Hipergamia sócio-profissional

Com efeito, quase metade das entrevistadas casou com um homem com o mesmo perfil sócio-profissional que o seu, tendo mesmo cinco delas casado com alguém que exerce uma profissão no mesmo ramo de actividade. No início da vida conjugal, Leonor e Eduardo eram engenheiros químicos; Maria e Mário eram físicos; tal como Alfredo, Ana era professora do ensino secundário; as médicas Elsa e Anabela casaram com médicos; e Amália e António

iniciavam a licenciatura em Medicina. Mas, se a homogamia sócio-profissional, no seu sentido *alargado*, abrange o conjunto dos casamentos entre posições sócio-profissionais próximas, então acrescenta-se neste perfil os casamentos de Mafalda, Filomena, Susana, Olívia, Joana, Genoveva, Vanda, Filipa e Irene, ainda que no caso destas últimas três entrevistadas se possa entrever já uma superioridade social do elemento masculino, posicionado no grupo dos empresários e dirigentes (ED): Vanda, consultora jurídica, técnica superior na função pública casou com Vitor, economista, director de uma grande empresa; Filipa, médica, fazia o internato num hospital público quando casou com Filipe, gestor e consultor por conta própria; e Irene, psicóloga estagiária num hospital público casou com Horácio, engenheiro civil e director de uma grande empresa de construção.

Salvaguardando a excepção destes três casamentos, onde a proximidade não deixa de ser marcada pela diferença a favor do homem, a homogamia sócio-profissional, *restrita* ou *alargada*, constitui a configuração dos casais prevalecente no momento da sua formação, restando apenas uma situação claramente à margem deste padrão: o casamento hipergâmico de Laura, guia-intérprete, licenciada em Relações Públicas, com Luís, engenheiro civil geotécnico.

### 6.2.3 Locais de ensino, amizades, trabalho e lazer: as circunstâncias do encontro

Se é indiscutível que a proximidade social é a situação prevalecente na escolha do cônjuge, também é verdade que a influência da origem social e da posição sócio-profissional não é alheia aos contextos da interacção e ao percurso de uma relação que entremeia o primeiro encontro e a decisão de viver a dois. Assim, começamos por fazer uma breve caracterização das circunstâncias em que as entrevistadas conheceram o seu marido, observando as idades ao namoro e as suas diferenças etárias, a sua condição perante o trabalho, a duração da relação amorosa antes de uma vida em casal, que na maioria dos casos se formalizou antes da coabitação. De seguida, passamos a analisar o processo de escolha do cônjuge de acordo com as circunstâncias do encontro.

As situações em que as entrevistadas, mulheres com profissões qualificadas, conheceram o cônjuge circunscrevem-se, *grosso modo*, aos locais de ensino ou de trabalho e aos contextos de amizade ou lazer. Por um lado, esta constatação não é surpreendente, porquanto, como foi possível demonstrar a partir dos resultados do inquérito *FPC*, são sobretudo a escola, o liceu ou a faculdade, bem como as *redes de amizades* e os *contextos de lazer* os cenários do encontro junto dos grupos sócio-profissionais mais favorecidos ou qualificados (capítulo 5). Com efeito, oito das vinte e sete mulheres entrevistadas conheceram o cônjuge num contexto de ensino ou

formação - Felícia e Filomena conheceram o marido no liceu, Marta, Elsa, Susana, Anabela na faculdade, Vanda foi aluna de Vitor numa pós-graduação e Raquel teve Rogério como monitor numa acção de formação -, dez conheceram-no no local de trabalho - Ana, Maria, Sara e Leonor - ou através de amigos - Lurdes, Irene, Júlia, Adelaide, Laura e Filipa -, e três conheceram-nos em contextos de lazer – Mafalda (discoteca), Amália (férias), Olívia (bar de convívio da adolescência).

Quanto às *redes de amizades*, deve observar-se que, pese embora o vínculo da amizade não tenha sido decisivo em determinados contextos onde algumas entrevistadas conheceram o marido - o homem pode simplesmente ser primo da melhor amiga (Lurdes), pertencer ao mesmo círculo de amigos da adolescência (Irene e Filipa), ser amigo da colega de quarto (Júlia) ou estar presente no mesmo jantar de amigos do curso (Adelaide) - a intervenção desse vínculo é bastante mais directa noutras situações, sendo os amigos de um ou de ambos os cônjuges, os elementos-chave para que estes se dêem a conhecer mutuamente: Bernardo era amigo da irmã de Marta, que conhece no baile de caloiros; Elsa e Bruno frequentavam faculdades diferentes, mas foi no meio universitário que se conheceram porque tinham amigos comuns; Felícia ainda frequentava o ensino secundário quando uma amiga fez com que ela “reparasse” naquele que viria a ser seu marido; Amália encontrava-se de férias quando os amigos da adolescência a apresentaram a António; e Olívia conheceu Tiago no bar onde se reuniam os amigos que tinham em comum.

No que toca ao local de trabalho, segundo o inquérito, conhecer o cônjuge nestas circunstâncias é um fenómeno relativamente transversal aos diversos grupos sócio-profissionais, e que tende a impor-se à medida que aumenta a idade no momento da escolha do cônjuge, ainda que seja sobretudo apanágio de profissões menos qualificadas como as empregadas dos serviços (EE ou ENQ). No caso das mulheres entrevistadas, como pode observar-se no quadro n.º 6.4, com a excepção da situação de Laura - que fazia a licenciatura e trabalhava, quando, com vinte e um anos, começou a namorar Luís, que conheceu numa reunião de trabalho - as demais entrevistadas cujo encontro se circunscreveu ao local de trabalho, exerciam já uma profissão muito qualificada. Estas entrevistadas tinham já concluído a licenciatura e idades compreendidas entre os vinte e quatro anos e os trinta, ou seja, idades superiores à maior parte das entrevistadas, que tinha uma idade inferior a vinte e três anos quando começaram o namoro: cinco mulheres tinham idades compreendidas entre os quinze e os dezassete anos; e nove mulheres tinham idades compreendidas entre os dezoito e os vinte e dois anos. Contudo, sublinhe-se que *grosso modo* as entrevistadas começaram o namoro mais tarde do que a generalidade das mulheres que responderam ao inquérito *FPC*, em média, com 19,2 anos, o que



não surpreende, pois os dados do inquérito também revelam que as mulheres que exercem as profissões mais qualificadas tendem a iniciar mais tarde a relação amorosa que antecede a vida a dois.

Finalmente, apenas três entrevistadas conheceram o marido em circunstâncias pouco frequentes nos meios mais qualificados: através das relações de proximidade que são próprias da interacção familiar (Helena) ou entre famílias amigas (Manuela); num partido político (Teresa); num local público, como pode ser classificada a companhia ocasional de um desconhecido numa viagem de autocarro, ou a ocasional partilha da companhia durante a viagem num autocarro de carreira (Genoveva); ou por ocasião da prestação de um serviço a propósito da aquisição de uma habitação (Joana).

A maioria das mulheres entrevistadas estava a estudar quando conheceu o marido, ainda que Laura já trabalhasse como guia-intérprete enquanto concluía a licenciatura em Relações Públicas, e Adelaide trabalhasse como enfermeiro enquanto frequentava o curso de Arquitectura. De resto, estão em minoria (9) as mulheres que tinham concluído a licenciatura e já exerciam profissão à data do encontro, ao contrário das situações maioritárias (15) em que o homem já trabalhava. Além disso, enquanto em todos os casos em que as mulheres já exerciam uma profissão quando conheceram o seu marido, também este já trabalhava, um número considerável de situações (6) caracteriza-se pelo facto de a mulher ainda estar a estudar, enquanto o homem já estava no mercado de trabalho. O facto de o homem já ter assegurada a sua autonomia financeira pode ter sido, nestes casos, um factor importante na escolha do cônjuge, mas na realidade todas estas situações fazem supor que a atracção feminina não se circunscreve simplesmente ao estatuto de autonomia individual do homem. Com efeito, estamos perante dois tipos de situações. Por um lado, aquelas em que o homem, no exercício da sua actividade profissional tem por discente a mulher, acumulando portanto dois requisitos de supremacia: autonomia e estatuto. Por outro lado, as situações em que o homem, financeiramente autónomo, é mais velho dois anos (Irene e Olívia), três anos (Mafalda) ou mesmo seis anos (Júlia) do que a mulher, articulando-se aqui a superioridade etária com a autonomia financeira masculina.

Quadro N.º 6.4 | Circunstâncias do encontro, idade ao namoro e diferença de idades  
(mulheres entrevistadas)

	<i>Circunstâncias do encontro</i>			<i>Idade ao namoro (anos)</i>	<i>Diferença de idades (anos)</i>
	<i>Local</i>	<i>Condição perante o trabalho</i>	<i>Condição do cônjuge perante o trabalho</i>		
Marta	<b>Escola, liceu ou faculdade</b> (Faculdade – baile do caloiro)	Estudante	Estudante	20	2 - homem mais velho
Elsa	<b>Escola, liceu ou faculdade</b> (Faculdade – em anos diferentes)	Estudante	Estudante	18	1 - homem mais velho
Susana	<b>Escola, liceu ou faculdade</b> (Faculdade - Coimbra)	Exercia profissão/ estudante	Exercia profissão/ Estudante	19	1 - homem mais velho
Anabela	<b>Escola, liceu ou faculdade</b> (Faculdade)	Estudante	Estudante	18	Idades iguais
Felícia	<b>Escola, liceu ou faculdade</b> (liceu - turmas diferentes)	Estudante	Estudante	17	1 - homem mais velho
Filomena	<b>Escola, liceu ou faculdade</b> (liceu - viagem de finalistas)	Estudante	Estudante	17	2 - mulher mais velha
Vanda	<b>Escola, liceu ou faculdade</b> (pós- graduação: homem era o professor)	Estudante	Exercia profissão	26	1 - mulher mais velha
Lurdes	<b>Redes de amizades</b> (primo de melhor amiga)	Estudante	Estudante	24	8 - mulher mais velha
Irene	<b>Redes de amizades</b> (círculo de amigos)	Estudante	Exercia profissão	21	2 - homem mais velho
Júlia	<b>Redes de amizades</b> (amigo de colega de quarto)	Estudante	Exercia profissão	22	6 - homem mais velho
Adelaide	<b>Redes de amizades</b> (jantar de amigos de curso)	Exercia profissão/ estudante	Exercia profissão	29	5 - mulher mais velha
Filipa	<b>Redes de amizades</b> (amigos da adolescência)	Estudante	Estudante	17	A mesma idade
Laura	<b>Redes de amizades</b> (amiga e colega de trabalho)	Exercia profissão	Exercia profissão	21	4 - homem mais velho
Ivone	<b>Local de trabalho</b> (Homem trabalhava temporariamente na no mesmo local de trabalho da mulher)	Exercia profissão	Exercia profissão	23	4 - mulher mais velha
Ana	<b>Local de trabalho</b> (reunião de professores)	Exercia profissão	Exercia profissão	24	2 - mulher mais velha
Maria	<b>Local de trabalho</b> (universidade)	Exercia profissão	Exercia profissão	25	A mesma idade
Sara	<b>Local de trabalho</b> (Estágio da licenciatura)	Exercia profissão	Exercia profissão	31	6 - homem mais velho
Leonor	<b>Local de trabalho</b> (colegas de trabalho)	Exercia profissão	Exercia profissão	28	10 - homem mais velho
Mafalda	<b>Lazer</b> (discoteca)	Estudante	Exercia profissão	22	3 - homem mais velho
Amália	<b>Lazer</b> (férias)	Estudante	Estudante	15	1 - homem mais velho
Olívia	<b>Lazer</b> (bar de convívio da adolescência)	Estudante	Exercia profissão	18	2 - homem mais velho
Helena	<b>Relações de proximidade</b> (homem afilhado da madrastra)	Estudava	Estudava	24	2 - mulher mais velha
Manuela	<b>Relações de proximidade</b> (famílias amigas)	Estudante	Estudante	23	1 - homem mais velho
Teresa	<b>Partido político</b> (formação partidária: homem dirigia núcleo de juventude partidária)	Estudante	Estudante	15	3 - homem mais velho
Raquel	<b>Formação profissional</b> (curso CEE - homem era o monitor)	Estudante	Exercia profissão	22	Idades iguais
Genoveva	<b>Local público</b> (transporte público)	Exercia profissão	Exercia profissão	40	Idades iguais
Joana	<b>Prestação de serviços</b> (compra de habitação)	Exercia profissão	Exercia profissão	26	8 - homem mais velho

Em geral, a diferença entre homens e mulheres ao nível da condição perante a actividade económica no momento do encontro não é efectivamente alheia ao facto de a diferença de idades a favor do homem ser a situação prevalecente. A amostra reparte-se entre os casamentos hipergâmicos e os casamentos homogâmicos (idades iguais ou diferença de idades não superior a um ano), restando apenas uma minoria de situações (5) em que a mulher é dois ou mais anos mais velha que o homem. Mas a inclinação para a hipergamia etária é mais acentuada do que esta breve caracterização permite vislumbrar, porque das cinco entrevistadas

que casaram com homens mais novos, apenas Lurdes tem uma diferença de idade em relação ao marido superior a seis anos, enquanto os dez casamentos hipergâmicos se repartem quase equitativamente entre as uniões em que o homem é dois a cinco anos mais velho que a mulher e as uniões em que o homem é seis ou mais anos mais velho que a mulher.

### 6.3 As *trajectórias conjugais*

Pese embora a propensão para casar com um homem proveniente do mesmo meio social e uma posição sócio-profissional próxima ou idêntica, *qual o impacto subsequente da vida conjugal e familiar na actividade e projectos profissionais destas mulheres* que protelaram a formação do casal e da família, apostando em diplomas escolares com vista ao desempenho de uma profissão exigente em recursos educacionais? Esta questão prende-se com o derradeiro objectivo desta tese: *identificar os processos que explicam os distanciamentos ou as aproximações na estrutura social entre os elementos de um casal*. Como se demonstra nos próximos capítulos, as *trajectórias conjugais*, ou seja, as configurações que assume o conjunto dos processos que actuam na articulação entre a vida profissional e a vida familiar no decurso da conjugalidade, pressupõem identificar a diversidade de *estratégias* que as mulheres entrevistadas elaboram no sentido da conciliação família-trabalho, bem como a divisão sexual do trabalho enquanto elemento caracterizante do funcionamento familiar e a própria dinâmica de interacção conjugal. Vejamos entretanto os diferentes rumos que o perfil social dos casais, na sua esmagadora maioria inicialmente homogâmicos, tomou.

A partir da avaliação das situações sócio-profissionais dos cônjuges no início da vida conjugal e no momento de realização das entrevistas aplicadas ao elemento feminino do casal, por um lado, e da análise das entrevistas - que se expõe nos capítulos seguintes - foi possível identificar quatro tipos de *trajectórias conjugais* com lógicas distintas no que toca à construção da distância social no casal. Um primeiro tipo refere-se à *trajectória de hipergamia prioritária*, que se distingue pela emergência da distância sócio-profissional a favor do homem num casamento homogâmico, por um lado, e pela prioridade que a mulher concede à família e à carreira do homem, por outro. Um segundo tipo designa-se de *trajectória de hipergamia progressiva* e caracteriza-se pela crescente distância social a favor do elemento masculino em casais onde a mulher, apesar de investir fortemente na sua carreira profissional e procurar um equilíbrio na conciliação família-trabalho, sempre vai atribuindo prioridade à carreira profissional do homem. Um terceiro tipo diz respeito à *trajectória homogâmica* e envolve ora uma lógica de dupla ascensão social no casal, ora uma lógica de perpetuação da proximidade das situações sócio-

profissionais dos cônjuges. Nalguns casais com este tipo de *trajectória* as mulheres concedem a mesma, quando não maior, importância à vida profissional face à vida familiar. Um último tipo refere-se à *trajectória hipogâmica*. Aqui, a distância social instala-se gradualmente no casal em virtude de a mulher apostar mais na profissão do que o homem, ora concedendo mais prioridade à carreira profissional, ora investindo de igual modo na vida profissional e na vida familiar.

Fazemos agora uma avaliação das situações sócio-profissionais do cônjuges no início da vida conjugal e no momento de realização das entrevistas, avaliação essa que permite, desde logo, identificar: *trajectórias hipergâmicas* (*hipergamia prioritária* e *hipergamia progressiva*), onde a distância social produzida no decurso da vida conjugal privilegia o homem; *trajectórias homogâmicas*, onde, pelo contrário, a vida em casal permite conservar ou mesmo acentuar a proximidade social ao casamento; e, enfim, *trajectórias hipogâmicas*, onde se observa uma crescente distância social a favor do elemento feminino do casal. Esta avaliação tem por base o quadro n.º 6.5, onde expomos os elementos fundamentais na caracterização social das entrevistadas e dos seus cônjuges, pais e sogros.

Quadro N.º 6.5 Tipos de *trajectória conjugal* e perfil sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge e no momento actual (*mulheres entrevistadas*)

<i>No início da vida conjugal</i>				<i>Actualmente</i>		
	<i>Posição sócio-profissional</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do cônjuge</i> Situação profissional (código)	<i>Perfil sócio-profissional da escolha do cônjuge</i>	<i>Posição sócio-profissional</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do cônjuge</i> Situação profissional (código)	<i>Tipo de trajetória conjugal</i>
Filipa	PIC Médica – internato – hospital público (222)	ED Gestor, assessor (consultor) (122)		PIC Médica internista – clínica privada (222)	ED Gestor, assessor (consultor) (122)	
Irene	PIC Psicóloga clínica estagiária - hospital público (244)	ED Engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas (122)	Homogamia alargada a favor do homem	PIC Psicóloga clínica - hospital público (244)	ED Engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas (122)	
Felícia	PIC Gestora de projecto, técnica superior – administração pública (247)	ED Editor, director geral de empresa (121)		PIC Gestora de projecto, técnica superior – administração pública (247)	ED Editor, director geral de empresa (121)	
Leonor	PIC Engenheira civil, técnica superior – administração pública (214)	PIC Engenheiro civil, técnico superior – administração pública (214)		PIC Engenheira civil, técnica superior – administração pública (214)	ED Engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor) (122)	
Amália	Estudante, licenciatura	Estudante, licenciatura		PIC Médica imunohemoterapeuta - hospital público (222)	ED Médico cirurgião - consultório próprio (222)	Hiperгамia prioritária
Ivone	PIC Ciências Naturais, docente do ensino secundário (232)	PIC Direito, docente do ensino superior (231)	Homogamia restrita	PIC Geóloga, técnica superior – administração pública (211)	ED Advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior (242/231)	
Anabela	PIC Médica, especialização - hospital público (222)	PIC Médico, especialização - hospital público (222)		PIC Médica patologista clínica - hospital público (222)	ED Médico estomatologista – consultório próprio (222)	
Manuela	PIC Ciências Naturais e Matemática, docente do ensino secundário (232)	PIC Médico, especialização - hospital público (222)		PIC Ciências Naturais e Matemática, docente do ensino secundário (232)	ED Médico – clínica geral – consultório próprio (222)	
Joana	PIC Médica imunohemoterapeuta - hospital público (222)	PTEI Técnico de vendas – imobiliário (341)	Homogamia alargada a favor da mulher	PIC Médica imunohemoterapeuta - hospital público (222)	PIC Ex-consultor jurídico (242). Estudante, Ordem dos Advogados	
Laura	EE Guia-intérprete (511)	PIC Engenheiro civil – geotécnico (214)		Hiperгамia	PIC Relações Públicas, docente do ensino superior (231)	ED Engenheiro civil – geotécnico, director de construção civil (122)
Vanda	PIC Consultora jurídica, técnica superior – administração pública (242)	ED Economista, director geral de empresa (121)			ED Consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública (112)	ED Economista, director geral de empresa (121)
Júlia	PIC Economista, técnica superior – administração pública (244)	ED Engenheiro civil, chefe de divisão – administração pública (112)	Homogamia alargada a favor do homem	PIC Economista, chefe de divisão – administração pública (112)	ED Engenheiro civil director de serviços – administração pública (112)	
Teresa	Estudante, licenciatura	ED Engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública (112)			PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	ED Engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública (112)
Elsa	PIC Médica, especialização - hospital público (222)	PIC Médico, especialização - hospital público (222)	Homogamia restrita	PIC Médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público (222)	ED Médico reumatologista - consultório próprio (222)	
Raquel	PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	PTEI Programador – informática, (312) - Cumpria serviço militar obrigatório		Homogamia alargada a favor da mulher	PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	IPP Programador – informática, director e gerente de pequena empresa (312)
Olívia	PIC História, docente do ensino secundário (232)	PTEI Técnico de vendas – informática (341)			PIC Historiadora e docente do ensino superior (244/231)	PTEI Técnico de vendas – informática (341)

Quadro N.º 6.5  
(continuação)

Tipos de *trajectória conjugal* e perfil sócio-profissional do casal à escolha do cônjuge e no momento actual (*mulheres entrevistadas*)

<i>No início da vida conjugal</i>			<i>Actualmente</i>			
	<i>Posição sócio-profissional</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do cônjuge</i> Situação profissional (código)	<i>Perfil sócio-profissional da escolha do cônjuge</i>	<i>Posição sócio-profissional</i> Situação profissional (código)	<i>Posição sócio-profissional do cônjuge</i> Situação profissional (código)	<i>Tipo de trajectória conjugal</i>
María	PIC Física e docente do ensino superior (211/231)	PIC Físico e docente do ensino superior (211/231)	Homogamia restrita	PIC Física e docente do ensino superior (211/231)	PIC Físico e docente do ensino superior (211/231)	Homogamia
Sara	PIC Assistente social, técnica superior - administração pública (244)	PIC Jornalista - editor (245)		PIC Técnica de relações públicas - estabelecimento bancário (241)	PIC Jornalista - editor (245)	
Adelaide	PIC Arquitecta e enfermeira (214/223)	PIC Geografia, docente do ensino secundário (232)		PIC Arquitecta, técnica superior - administração pública (214)	PIC Geografia, docente do ensino secundário (232)	
Marta	PIC Inglês/alemão, docente do ensino secundário (232)	PIC Contabilista (241)	Homogamia alargada a favor da mulher	PIC Inglês/alemão, docente do ensino secundário (232)	PIC Contabilista (241)	Homogamia
Susana	PIC Matemática, docente do ensino secundário (232)	PTEI Caixa de banco (421)		ED Engenheira civil, directora comercial (123)	PIC Gerente - estabelecimento bancário (341)	
Filomena	PIC Caixa de banco (421)	PTEI Caixa de banco (421)		PIC Geógrafa e docente do ensino superior (231)	PIC Gestor, gerente - estabelecimento bancário (341)	
Mafalda	ED Advogada - consultório próprio (242)	PIC Engenheiro químico, investigador e docente do ensino superior (221/231)	Homogamia alargada a favor da mulher	ED Advogada - consultório próprio (242)	PIC Engenheiro químico e docente do ensino superior (221/231)	Homogamia
Lurdes	PIC Psicóloga, técnica superior - administração pública (244)	Estudante, licenciatura		ED Psicóloga e empresária em nome individual (244)	PIC Geógrafo, técnico superior - administração pública (244)	
Genoveva	PIC Ciências Naturais, docente do ensino secundário (232)	PTEI Técnico profissional - administração pública (344)		PIC Ciências Naturais, docente do ensino secundário (232)	PTEI Técnico profissional - administração pública (344)	
Ana	PIC História, docente do ensino secundário (232)	PIC Desporto, docente do ensino secundário (232)	Homogamia restrita	PIC Historiadora e docente do ensino superior (244/231)	PIC Desporto, docente do ensino secundário (232)	Homogamia
Helena	PIC Socióloga (244)	PIC Advogado, sem consultório próprio (242)		PIC Socióloga e docente do ensino superior (244/231)	ED Advogado - consultório próprio (242)	

### 6.3.1 As *trajectórias hipergâmicas*

O distanciamento masculino é, sem dúvida alguma, a dinâmica de construção da distância social no casal mais observada, caracterizando as situações de dezasseis entrevistadas, incluindo-se aqui as *trajectórias* conjugais definidas pela *hipergamia prioritária* e pela *hipergamia progressiva*. Todas as mulheres que representam um casal com uma *trajectória* de *hipergamia prioritária* não demonstram progressões significativas na carreira profissional, tornando-se, pelo contrário, evidente o distanciamento social dos respectivos cônjuges, que se destacam pela incessante progressão na carreira. Este dado é tanto mais significativo quanto, no plano da escolha do cônjuge a *homogamia sócio-profissional restrita* revela-se a configuração mais frequente na formação do casal. Com efeito, cinco das nove mulheres com esta *trajectória conjugal* eram

casamentos homogâmicos no sentido *restrito* que atribuímos ao termo, o que significa que a distância social no casal, com previsível desequilíbrio nos rendimentos económicos a favor do homem, foi construída *após* o início da vida conjugal: Leonor, engenheira civil, técnica superior da função pública, já tinha este estatuto no início da vida conjugal, enquanto Eduardo, também engenheiro civil e técnico superior da função pública no início da vida conjugal, trabalha hoje por sua conta, fazendo consultoria para empresas; Amália, médica num hospital público, era no início da vida estudante de Medicina, tal como António, hoje cirurgião com consultório próprio; Ivone, geóloga, professora do ensino secundário quando se casou, é actualmente técnica superior da função pública, enquanto Henrique veio acumular a profissão de advogado com a professor universitário, que já exercia no início da vida conjugal; Anabela e Álvaro faziam a especialização em patologia clínica e estomatologia, respectivamente, mas hoje ele trabalha no seu próprio consultório, enquanto ela circunscreve a sua actividade a um hospital público; e Manuela, licenciada em Geologia, é professora no ensino secundário desde que começou a trabalhar, enquanto Manuel, que fazia a especialização quando casou, é hoje médico de clínica geral com consultório próprio.

Quanto às restantes situações que se enquadram na *hipergamia prioritária*, ainda que a homogamia sócio-profissional caracterize a escolha do cônjuge, estes casamentos realizaram-se entre indivíduos com posições vizinhas. Das quatro entrevistadas que representam estas uniões - Filipa, Irene, Felícia e Joana - apenas Joana, médica, casou com João, que era à época técnico de vendas no ramo imobiliário, ocupando uma posição sócio-profissional menos qualificada que a sua. À data da entrevista, João, consultor jurídico, preparava-se para o exame na Ordem dos Advogados. Hoje, com consultório próprio, exerce advocacia, enquanto Joana permanece com a mesma posição profissional que ocupava num hospital público no início da vida conjugal. Já Filipa, Irene e Felícia casaram com homens com uma posição mais confortável do que a sua: Filipa fazia o internato no hospital público onde hoje é médica, enquanto Filipe fazia já consultoria por conta própria em gestão; Irene, psicóloga, fazia o estágio no hospital público onde viria a enquadrar-se profissionalmente, enquanto Horácio, engenheiro civil, ocupava já um cargo de direcção numa empresa de construção; e Felícia, gestora de projecto, ocupava a mesma posição – técnica superior - que hoje tem na função pública, enquanto Fernando, que ocupava um cargo de directoria na empresa de edição do pai, dirige hoje a sua própria editora.

Por sua vez, as *trajectórias conjugais* que se enquadram na designada *hipergamia progressiva* definem-se, ao invés das situações anteriores, pela maior aposta da mulher na sua própria carreira profissional, pese embora o seu casamento também se caracterize pelo progressivo distanciamento social do homem. Aqui, a *homogamia sócio-profissional restrita* é,

pelo contrário, a situação excepcional, apenas representada por Elsa, que, tal como o marido, fazia a especialização no mesmo ramo da Medicina, que ambos viriam a exercer. A maior parte das entrevistadas que se enquadram neste tipo de *trajetória conjugal* casaram com um homem que ocupava uma posição sócio-profissional que, no início da vida conjugal, era já mais confortável que a sua: Vanda, consultora jurídica, então técnica superior na função pública é hoje chefe de divisão, enquanto Vitor, economista, era já director de empresa; de igual modo, Júlia, economista, então técnica superior na função pública é hoje chefe de divisão, enquanto José, engenheiro civil, director de serviços numa empresa do Estado, tinha no início da vida conjugal o estatuto que a entrevistada hoje tem; Teresa, socióloga e docente do ensino superior, concluía ainda a licenciatura quando casou com Tomás, engenheiro zootécnico, então já director de serviços da administração pública; e, de igual modo, Laura, hoje mestre e docente do ensino superior, concluía a licenciatura em Relações Públicas e exercia a profissão de guia-intérprete quando casou com Luís, engenheiro civil assalariado na empresa onde hoje ocupa um cargo de directoria. De resto, a posição e o percurso profissional do homem em relação à mulher podem traduzir-se exclusivamente em rendimentos mais avultados e prosperidade económica, dando origem a contradições no tipo de recursos em que os dois elementos do casal estão apostados. Aqui se enquadram as situações de Raquel, socióloga e docente do ensino superior, casada com Rogério, director e gerente de uma pequena empresa de informática, por um lado, e de Olívia, historiadora e docente do ensino superior, casada com Tiago, técnico de vendas de equipamento informático, por outro. A ambivalência no distanciamento social dos parceiros, que no plano dos rendimentos favorece o homem, é óbvia, uma vez que, contrastando com uma progressão na carreira feminina que é devida ao investimento em diplomas escolares, o percurso profissional dos cônjuges destas entrevistadas - menos escolarizados que elas - é essencialmente marcado pela prosperidade económica.

### **6.3.2 As trajetórias homogâmicas**

Algumas mulheres entrevistadas são, porém, representantes de casais onde a proximidade social entre os cônjuges foi preservada ou mesmo reforçada ao longo do período que cobre a vida conjugal desde o início da vida a dois até ao momento da entrevista. Na medida em que estamos perante casamentos que resultam de uma escolha homogâmica - ora *restrita*, ora *alargada a favor da mulher* -, trata-se então de casais onde a lógica da homogamia se perpetua ou se acentua. Entre estes casais, mais do que uma perpetuação da homogamia, predomina uma lógica de aproximação ou convergência. Com efeito, na maioria dos casos recolhidos, a



proximidade social entre os cônjuges no início da vida a dois acentua-se ao longo da vida conjugal, distinguindo-se aqui, por um lado, uma aproximação feminina - tal é a situação de Sara, cujo percurso profissional ascendente de assistente social licenciada a técnica de relações públicas com um mestrado a coloca lado-a-lado com o estatuto profissional de Sérgio, jornalista editor - e, por outro, de uma aproximação masculina: Susana, hoje engenheira civil e directora comercial numa empresa, era professora do ensino secundário quando casou com Paulo, então caixa de banco e actualmente gerente de balcão; Filomena, caixa de banco tal como o marido, mas já licenciada, é hoje docente do ensino superior e ele gerente de balcão; e, enfim, Mafalda, que já exercia advocacia com escritório próprio instalado num espaço que herda do seu pai quando casou com Miguel, engenheiro químico e docente do ensino superior, com uma carreira profissional cuja ascensão é feita de um incessante investimento em qualificações.

De resto, Maria e Mário constituem aqui a excepção, na medida em que, com profissões altamente exigentes em qualificações - físicos, investigadores e docentes do ensino superior - têm percursos de ascensão paralelos, ao contrário das demais situações, que se pautam pela conservação dos estatutos profissionais que os cônjuges assumiam no início da vida conjugal: Marta sempre foi professora do ensino secundário e Bernardo sempre foi contabilista; Adelaide trocou a profissão de enfermeira pela de arquitecta, enquanto Alexandre sempre foi professor no ensino secundário.

### **6.3.3 As *trajectórias hipogâmicas***

No que toca ao último tipo de *trajectória conjugal*, fica desde logo evidente nos elementos de caracterização expostos no quadro n.º 6.5 que o homem não só não aposta tão fortemente na carreira profissional quanto a mulher, como o seu percurso não se pauta pela ascensão nem pela prosperidade económica. Já a mulher se destaca por uma progressão na carreira feita de esforços mais ou menos incessantes na obtenção de diplomas escolares: Alfredo, marido de Ana, era e é professor do ensino secundário, enquanto esta, professora do ensino secundário quando casou, é hoje doutorada e docente do ensino superior; Herculano, marido de Helena, é advogado, mas o facto de hoje exercer a sua actividade profissional livre da situação de assalariamento que o caracterizava no início da vida conjugal não alterou o seu empenhamento na profissão, que, segundo a entrevistada, mestre em Sociologia, investigadora e docente do ensino superior, sempre foi reduzido; Genoveva foi progredindo na carreira de docente no ensino secundário, enquanto Nuno, com apenas o ensino secundário, permanece com o mesmo cargo; e, enfim, Lurdes, psicóloga e empresária em nome individual, terminava já a licenciatura quando

conheceu Sebastião, ainda ele frequentava o ensino secundário, tendo vindo a licenciar-se bastante mais tarde em Geografia e trabalhando hoje como “técnico superior” da função pública.

\*\*\*

Antes de analisarmos em profundidade as configurações que assumem os processos da distância social no casal no decurso da conjugalidade, concluímos o presente capítulo com um quadro de síntese da tipologia das *trajetórias conjugais* (quadro n.º 6.6).

	TRAJECTÓRIA DE HIPERGAMIA PRIORITÁRIA	TRAJECTÓRIA DE HIPERGAMIA PROGRESSIVA	TRAJECTÓRIA HOMOGÂMICA	TRAJECTÓRIA HIPOGÂMICA			
<b>Distância social no casal</b>	No início da vida conjugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina proximidade sócio-profissional</li> <li>• Predomina proximidade etária</li> <li>• Predominam iguais condições perante a actividade económica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina distância sócio-profissional a favor do homem</li> <li>• Predomina proximidade etária</li> <li>• Predominam diferentes condições perante actividade económica: homem trabalha/mulher estuda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina proximidade sócio-profissional</li> <li>• Diferença etária variável</li> <li>• Predominam iguais condições perante a actividade económica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina proximidade ou distância sócio-profissional a favor da mulher</li> <li>• Diferença etária variável</li> <li>• Predominam iguais condições perante a actividade económica</li> </ul>		
	No momento actual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina distância sócio-profissional a favor do homem</li> <li>• Desigualdade de rendimentos a favor do homem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina distância sócio-profissional a favor do homem</li> <li>• Desigualdade de rendimentos a favor do homem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina proximidade sócio-profissional</li> <li>• Desigualdade de rendimentos atenuada (diferença inferior a 50%)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina distância sócio-profissional a favor do homem</li> <li>• Desigualdade de rendimentos a favor da mulher</li> </ul>		
	No decurso da vida conjugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulher com atenuada progressão na carreira</li> <li>• Homem com forte progressão na carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulher com atenuada progressão na carreira</li> <li>• Homem com forte progressão na carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambos os cônjuges com (forte) progressão na carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulher com (forte) progressão na carreira</li> <li>• Homem com atenuada progressão na carreira</li> </ul>		
<b>Atitude da mulher face à vida familiar e à vida profissional</b>	<i>Estratégia de conciliação família-trabalho</i>	<b>Familiarista</b> <i>Prioridade atribuída à família e à carreira profissional do homem</i>	<b>Maximalista Concessora</b> <i>Forte aposta na vida profissional e familiar, concedendo prioridade à carreira do homem</i>	<b>Carreirista</b> <i>Primazia da carreira profissional sobre vida familiar</i>	<b>Maximalista</b> <i>Forte aposta na vida profissional e familiar sem conceder prioridade à carreira do homem</i>	<b>Maximalista</b> <i>Forte aposta na vida profissional e familiar sem conceder prioridade à carreira do homem</i>	<b>Carreirista</b> <i>Primazia da carreira profissional sobre vida familiar</i>
	Orientação perante a vida familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maternidade é o principal domínio de gratificação</li> <li>• Exigências da vida familiar têm prioridade sobre a vida profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maternidade é um dos principais domínios de gratificação</li> <li>• Exigências da vida familiar têm prioridade equivalente às da vida profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maternidade é um domínio de gratificação entre outros</li> <li>• Exigências da vida profissional têm prioridade sobre a vida familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maternidade é um dos principais domínios de gratificação</li> <li>• Exigências da vida familiar têm prioridade equivalente às da vida profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maternidade é um dos principais domínios de gratificação</li> <li>• Exigências da vida familiar têm prioridade equivalente às da vida profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maternidade é um domínio de gratificação entre outros</li> <li>• Exigências da vida profissional têm prioridade sobre a vida familiar</li> </ul>
	Orientação perante profissão e carreira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolha de uma posição adaptável à conciliação</li> <li>• Forte valorização da actividade profissional</li> <li>• Atenuada aspiração de carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão é um dos principais domínios de gratificação</li> <li>• Aspiração de carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão é o principal domínio de gratificação</li> <li>• Forte aspiração de carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão é um dos principais domínios de gratificação</li> <li>• Aspiração de carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão é um dos principais domínios de gratificação</li> <li>• Aspiração de carreira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão é o principal domínio de gratificação</li> <li>• Forte aspiração de carreira</li> </ul>
	Orientação perante profissão e carreira do homem	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primazia da carreira profissional do homem sobre a carreira profissional da mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primazia da carreira profissional do homem sobre a carreira da mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão do homem não assume primazia sobre a da mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão do homem não assume primazia sobre a da mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão do homem não assume primazia sobre a da mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Profissão do homem não assume primazia sobre a da mulher</li> </ul>
<b>Divisão familiar do trabalho</b>	Divisão do trabalho profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duplo emprego a tempo inteiro</li> <li>• Carga horária da mulher muito inferior à do homem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duplo emprego a tempo inteiro</li> <li>• Carga horária da mulher inferior à do homem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duplo emprego a tempo inteiro</li> <li>• Carga horária da mulher semelhante à do homem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Duplo emprego a tempo inteiro</li> <li>• Carga horária da mulher igual ou superior à do homem</li> </ul>		
	Cuidados à criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobretudo mulher e familiares</li> <li>• Alguma participação masculina</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobretudo mulher e familiares</li> <li>• Alguma participação masculina</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina partilha igualitária</li> <li>• Apoio de familiares/ama</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Predomina partilha igualitária</li> </ul>		
	Tarefas domésticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobretudo mulher, com delegação em empregada e/ou familiares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobretudo mulher, com delegação em empregada e/ou familiares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade com delegação em empregada e/ou familiares: sobretudo mulher com participação do homem: partilha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sobretudo mulher, com delegação em empregada e/ou familiares</li> </ul>		
<b>Dinâmica conjugal</b>	Comunicação conjugal e vida profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação dominada pela vida profissional do homem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação não dominada pela vida profissional do homem</li> <li>• Mulher exige comunicação emocional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação centrada na vida profissional de ambos os cônjuges</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação mais centrada na vida profissional da mulher</li> <li>• Mulher exige comunicação emocional</li> </ul>		
	Apoio do homem à actividade profissional da mulher	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Latente e pontual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Latente e pontual, ou inexistente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifesto e intenso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifesto e intenso</li> </ul>		
	Organização do dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolo comum, com ou sem contas individuais</li> <li>• Homem tutela maior fatia</li> <li>• Organização do dinheiro reflecte ou aumenta desigualdade económica no casal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Separação total ou bolo comum com ou sem contas individuais</li> <li>• Predomina organização do dinheiro que reflecte ou aumenta desigualdade económica no casal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolo comum com ou sem contas individuais</li> <li>• Tutela partilhada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolo comum ou contas individuais</li> <li>• Tutela partilhada</li> </ul>		
	Integração externa e tempo do casal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fechamento ou fraca abertura</li> <li>• Fusão do tempo do casal com o tempo em família</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura</li> <li>• Procura de tempo exclusivamente dedicado ao casal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura</li> <li>• Procura de tempo exclusivamente dedicado ao casal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca abertura</li> <li>• Fusão do tempo do casal com o tempo em família</li> </ul>		
	Focos de tensão/conflicto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia da mulher: homem considera profissão da mulher um entrave à disponibilidade para a família</li> <li>• Individualismo do homem: consumo individualizado; distância face aos assuntos familiares</li> <li>• Tarefas domésticas: desvinculação do homem</li> <li>• Ausência de afinidades: no plano dos gostos, lazeres e/ou consumo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia da mulher: homem considera profissão da mulher um entrave à disponibilidade para a família</li> <li>• Apoio do homem: falta de apoio geral</li> <li>• Individualismo do homem: atitude "egoísta": consumo individualizado; falta de disponibilidade para a família</li> <li>• Falta de tempo para o casal</li> <li>• Falta de comunicação</li> <li>• Personalidades incompatíveis</li> <li>• Tarefas domésticas: desvinculação do homem</li> <li>• Cuidados à criança: desvinculação do homem</li> <li>• Ausência de afinidades: no plano dos gostos, lazeres e/ou consumo</li> <li>• Dinheiro: exigência recíproca da contribuição nas despesas correntes</li> <li>• Competição: competição entre cônjuges no plano profissional e pela liderança na família</li> <li>• Dimensão da descendência</li> <li>• Grandes decisões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho doméstico: desvinculação do homem relativamente às tarefas domésticas e aos cuidados à criança</li> <li>• Trabalho profissional: críticas ao trabalho do outro cônjuge; excesso ou falta de diálogo em torno de actividade profissional</li> <li>• Relação pais-filhos: desacordo no plano da relação com os filhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização do homem com profissão: défice de realização do homem através da profissão; mulher discorda da atitude do homem face à sua própria profissão/carreira</li> <li>• Relação pais-filhos: desacordo no plano da relação com os filhos</li> <li>• Trabalho doméstico: desvinculação do homem relativamente às tarefas domésticas</li> </ul>		

## 7 A *hipergamia prioritária*: o primado da família e a assunção da distância social no casal

Designamos de *hipergamia prioritária* o tipo de *trajectória conjugal* que, em traços largos, se caracteriza pela emergência da distância sócio-profissional a favor do homem num casamento homogâmico, por um lado, e pela prioridade que a mulher concede à família e à carreira do homem, por outro. A *hipergamia prioritária* define-se assim, em primeiro lugar, pelo distanciamento social entre a mulher e o homem no decurso da vida conjugal, distanciamento esse que é devido a uma ascensão social desigual entre os membros do casal. Esta desigualdade entre os membros do casal favorece o homem, uma vez que a mulher atenua a sua aposta na carreira profissional. Neste sentido, a proximidade sócio-profissional que contribui na escolha do cônjuge vai-se desfazendo, dando crescentemente lugar a uma união conjugal de contornos hipergâmicos. Em segundo lugar, esta hipergamia emergente não é, todavia, alheia à dinâmica da vida conjugal e, sobretudo, ao modo como a mulher procura conciliar a vida profissional com os encargos familiares.

Nos casais com este tipo de *trajectória*, a mulher concede uma prioridade à família que, efectivamente, não deixa de se traduzir em prioridade reconhecida à carreira profissional do cônjuge, sendo que esta lógica de prioridades está comprometida com uma a dinâmica de funcionamento familiar e conjugal própria. Sem nunca questionar o significado e o valor do seu trabalho, nem mesmo interromper o exercício da sua actividade profissional, a mulher reduz a carga horária e escolhe um lugar ou uma especialidade que, precisamente, lhe permita conciliar a profissão<sup>1</sup> com uma disponibilidade tanto mais próxima quanto possível da total entrega à família e, sobretudo, aos cuidados e acompanhamento dos filhos. A este esforço acrescenta-se a contenção do desejo de um número de filhos que é quase sempre superior à descendência possível a uma mulher que não abdica da realização pessoal que retira do exercício de uma actividade profissional qualificada, apesar da prioridade que concede à família e à carreira masculina, prioridade essa manifesta, enfim, na tutela dos encargos familiares - desde os cuidados com a criança às tarefas domésticas - contribuindo para uma divisão do trabalho diferenciada que liberta o homem para a concretização dos seus projectos e ambições profissionais.

---

<sup>1</sup> No caso das entrevistadas que, sendo médicas, dão precedência aos encargos com a família, as decisões no que toca ao exercício da actividade profissional assemelham-se aos comportamentos observados por Crompton e Harris junto de médicas no contexto britânico: "The period of training required of doctors means that the domestic career also has to be planned, and many women doctors choose medical specialities that enable them to continue in professional practice" (2003: 134).

Enfim, nestes casais, cuja dinâmica da interacção se caracteriza mais pelo fechamento face ao exterior e pela ausência de uma procura de momentos exclusivamente partilhados pelos cônjuges, os *focos de tensão conjugal* não abundam e tendem a concentrar-se em torno da dicotomia individual/colectivo, ora sendo a mulher acusada de não estar tão presente na vida familiar quanto seria desejável ao homem, ora criticando ela própria no homem as atitudes individualistas no plano do consumo ou das responsabilidades familiares, ora ainda demonstrando ressentimento com a desvinculação do homem face ao trabalho doméstico. Contudo, uma atitude de resignação da parte da mulher contribui, nos casos analisados, para que estas tensões não evoluam para o conflito.

### 7.1 Da proximidade inicial ao distanciamento do homem

A distância social que caracteriza actualmente os casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* contrasta com a proximidade social que caracterizou a escolha do cônjuge, se bem que apenas dois casais com este tipo de *trajectória*, em que os parceiros têm idades semelhantes, se definia por uma proximidade sócio-profissional *restrita*, como é o caso de Amália e António, que, com dezoito e dezanove anos de idade, ingressavam em Medicina quando casaram devido a uma gravidez involuntária; ou dos médicos Anabela e Álvaro, que faziam, respectivamente, as especializações para a patologia clínica quando decidiram casar, tinham ambos vinte e três anos de idade. Nestes casos, seria mais difícil prever que a proximidade sócio-profissional se iria desfazer no decurso da vida conjugal do que no caso de Manuela, que leccionava no ensino secundário quando, com vinte sete anos, se casou com Manuel, um ano mais velho, médico de clínica geral estagiário num hospital público, ou com Ivone, também ela professora do ensino secundário quando, com vinte e seis anos de idade, casou com Henrique, que, sendo quatro anos mais velhos, era já assistente estagiário na universidade.

Por outro lado, na maior parte dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, a escolha do cônjuge definiu-se pela *homogamia sócio-profissional alargada* a favor do homem, senão vejamos: Felícia era gestora de projecto num organismo do Estado quando, com vinte e cinco anos de idade, casou com Fernando, um ano mais velho, que foi convidado a colaborar na direcção da empresa de edição do pai; Filipa, médica internista, fazia o estágio num hospital público quando, com vinte e quatro anos, casou com Filipe, que, com a mesma idade, exercia já consultoria em gestão por conta própria; Irene, psicóloga clínica, estagiava num hospital público quando, com vinte e seis anos, se casou com Horácio, engenheiro civil, que, sendo apenas dois

anos mais velho que a entrevistada, ocupava já um cargo de direcção numa empresa de construção; e Leonor, engenheira civil, já tinha conseguido um emprego enquadrado na função pública quando, tinha então trinta e um anos, casou com um homem dez anos mais velho, também ele engenheiro civil, trabalhando porém desde “sempre” por conta própria no seu “*atelier*”. A excepção vai para a situação de Joana, que com vinte e oito anos de idade, exercendo já a actividade de médica imunohemoterapeuta num hospital público, casou com João, então técnico de vendas numa agência imobiliária. Oito anos mais velho que Joana, João estava em processo de divórcio da sua primeira mulher quando conheceu a entrevistada. A ascensão que caracteriza o seu percurso fazia, porém, adivinhar que a *homogamia sócio-profissional alargada* a favor da mulher que caracterizou o casamento de João com Joana viria a dar lugar a uma hipergamia emergente.

Finalmente, os casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* diversificam-se no que toca à importância que a proximidade das origens sociais exerceu na escolha do cônjuge, repartindo-se entre aqueles com origens sociais próximas (Irene e Horário; Leonor e Eduardo) ou idênticas (Amália e António; Manuela e Manuel), por um lado, e aqueles em que ora a mulher tem uma origem social mais favorecida que a do homem (Joana e João; Anabela e Álvaro), ora o homem tem uma origem social mais favorecida que a da mulher (Felicía e Fernando; Ivone e Henrique), por outro. Passamos a expor e a analisar em profundidade o processo de escolha do cônjuge, elegendo, em primeiro lugar, a situação de homogamia social que caracterizou o casamento de Amália com António, ambos médicos com origens sociais semelhantes, e, em segundo lugar, a situação de homogamia sócio-profissional que definiu o casamento de Ivone com Henrique, provenientes de diferentes meios sociais. Se no primeiro caso o próprio projecto de conjugalidade, acelerado por uma gravidez adolescente, não é questionado - “Esperava casar-me mais tarde *com este marido*” -, em virtude da forte proximidade social, na segunda situação são destacadas as qualidades individuais do parceiro como forma de compensar as diferentes origens sociais.

### 7.1.1 “Esperava casar-me mais tarde com este marido”

Tal como a irmã, dois anos mais nova, Amália nasceu em Coimbra “por acidente”. “O meu pai é médico”, explica-nos, “e na altura estava a tirar o curso em Coimbra. Casou-se novo e os meus pais viveram em Coimbra três anos e eu nasci nesse período. Porque são do norte, mais do norte, numa aldeiazinha perto de Aveiro”. A relação “conflituosa” entre o pai e a mãe, que, com apenas a quarta classe, não exercia profissão, fez com que Amália fosse viver, desde os cinco

anos de idade com outras pessoas da família da mãe. Durante a escola primária, a entrevistada vive num primeiro período com a avó na aldeia onde os pais nasceram. No início da quarta classe, foi viver de novo com os pais, desta vez para os Açores, mas depressa a difícil relação se reacendeu afectada pelo conflito conjugal, o que fez com que Amália ficasse a cargo de uma tia que vivia no Porto, onde então terminou o ensino primário. Os restantes anos até à faculdade foram passados já em Lisboa num colégio interno exclusivamente para raparigas. Mais uma vez, foi um familiar do lado da mãe – “uma tia minha solteira, irmã da minha mãe” - que assegurou o apoio logístico em Lisboa, sempre que lhe eram autorizadas as saídas do colégio. O casamento dos pais é, sem dúvida, apontado por Amália como o grande responsável pelo seu afastamento dos pais.

Aos cinco anos eu comecei a ter comportamentos estranhos quando o meu pai entrava em casa, chorava e tinha um bocado de medo do meu pai... Porque os meus pais davam-se muito mal. Era um relacionamento muito conflituoso e tinham muitas discussões e havia um tio meu que era médico e aconselhou, quando eu comecei a manifestar esses comportamentos, que eu fosse afastada... Eu já estava casada quando eles se separaram, deram-se sempre muito mal, muito mal.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Do colégio para raparigas só saiu para ingressar na universidade. Até aos dezassete anos, desabafa, tinha “pouca liberdade”: “era um colégio com normas muito rígidas. Só saíamos aos fins-de-semana e nas férias”. Mas é precisamente num desses períodos de liberdade proporcionada pelas férias e o convívio de adolescentes que conhece António, tinha então quinze anos de idade, também ele filho de médico e doméstica. Os pais estavam fora e Amália passava essas temporadas extra-escolares na casa da sua tia. Sem o controlo parental, e através do convívio dos amigos, o primeiro contacto com António estabelece-se.

Os meus pais nessa altura não estavam cá sequer, quando eu conheci o meu marido. Eu saía todos os fins de semana para casa dessa minha tia solteira. (...) Eu tinha quinze anos quando o conheci. Conheci-o durante umas férias da Páscoa.... aqui em Lisboa. Através de amigos, naquelas festinhas que se faziam. Uma amiga minha do colégio fez anos e convidou-nos para irmos lá a casa, e conheci-o nessa altura.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Ao quadro de conflito *entre* os pais e *com* os pais acrescia uma educação de controlo, que Amália considera apertado - “não me deixavam sair, punham-me horas de entrada...” – pelo que a reacção parental quando tiveram conhecimento do namoro foi “péssima”. “Não queriam que eu namorasse”, remata. Mas o namoro tinha na sua origem o súbito encantamento por António – “gostei logo muito dele” – e a admiração pelas suas qualidades intelectuais – “era muito inteligente”. O namoro, porém, não tinha dois anos de duração quando Amália, com então

dezassete anos de idade, vivendo novamente com os pais e iniciando os seus estudos na universidade, engravidada “acidentalmente”. Esta gravidez foi uma contrariedade vivida como “vergonha”, numa família onde é o casamento que *institui* os papéis e, portanto, *legítima* a gravidez. A vivência familiar deste acontecimento é diversa, desde a aceitação da ideia de aborto por parte da mãe de Amália - tão ilegítima considera ser a gravidez fora do casamento como importante a prossecução dos estudos da filha - à renúncia de Amália a uma interrupção da gravidez, que só anuncia aos pais quando esta é já irreversível.

Quer dizer, como eu estava grávida foi uma grande vergonha para a família... Está a ver, isto foi há vinte e nove anos. Para mim não se punha a questão do aborto. Para a minha mãe sim. Se ela tivesse sabido mais cedo, e foi um dos motivos pelos quais eu não lhe disse mais cedo, ter-se-ia posto, sem dúvida. (...) Quer dizer, engravidei por acidente, mas depois de saber que estava grávida nunca pus a hipótese de fazer um aborto.  
[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Esta gravidez acidental dá assim origem a um casamento que, de igual modo, “não foi planeado”. “Esperava casar-me mais tarde com este marido”, confessa Amália, “e viver com ele a vida inteira, é o que pensa uma miúda dessa idade”. Mas se o primeiro filho e, conseqüentemente, o casamento vieram antes de tempo, também implicaram a possibilidade de um afastamento definitivo em relação à casa dos pais, que acabaram por vir a separar-se mais tarde. Este afastamento implicou obviamente uma necessidade de autonomia financeira, que levou Amália e António a procurarem empregos compatíveis com os estudos: “na altura arranjei trabalho no Totobola, era escrutinadora e só trabalhava às segundas de manhã, e ele trabalhou na Câmara como desenhador”.

Em suma, na escolha do cônjuge estão, por um lado, subjacentes razões de natureza sociocultural, como a identificação de Amália com as origens sociais de António - ambos filhos de médico com doméstica - ou a afinidade cultural implícita na valorização da “inteligência” do parceiro e, sobretudo, na expressão subliminar “gostei logo muito dele” para se referir ao rapaz que surge numa festa de amigos em férias, ou seja, num dos contextos mais propícios à vontade de descoberta na adolescência. Por outro lado, a escolha é pressionada antes do tempo - “Esperava casar-me mais tarde com este marido” - por razões de natureza normativa em relação à vida familiar - o casamento impõe-se perante uma gravidez - articuladas com razões conjunturais, como o desejo de afastamento do contexto de interacção familiar de origem, desejo esse que irresistivelmente transformou uma gravidez acidental em oportunidade de autonomia.



### 7.1.2 “Olhando para ele, não dizia que era mais novo”

Ao contrário de Amália, Ivone sempre teve “uma relação normal” com os seus pais, “sem grandes conflitos em casa”, como precisa esta entrevistada que viveu até aos dezoito anos de idade com os pais e quatro irmãos - “duas meninas mais velhas e dois rapazes mais novos” - numa aldeia que fica nas proximidades de Caldas da Rainha. Filha de camponeses, Ivone recorda a divisão diferenciada do trabalho entre o pai, que “andava com os homens no campo e, portanto, em casa vinha para comer e não ajudava muito”, e a mãe, a quem cabia a organização da casa e o trabalho, mas que não deixava de auxiliar o marido na vindima ou na apanha da fruta. Em casa, a mãe podia contar com a ajuda das filhas, mas Ivone faz questão de sublinhar que era ela quem “talvez até ajudasse mais, porque eu própria”, justifica, “era mais interessada em estar ali na cozinha com ela e ajudar as minhas irmãs”.

O meu pai era de manhã e chegar à noite. As terras eram próximas da casa, mas era desse género. Ele estava pouco tempo em casa. Nós íamos ajudando, de facto, a minha mãe. Eu talvez até ajudasse mais porque eu própria era mais interessada em estar ali na cozinha com ela e ajudar as minhas irmãs, eu sempre estive com ela até porque depois as minhas irmãs saíram e portanto eu sempre fui ajudando muito a minha mãe, quer nas lidas de casa... O meu pai andava com os homens no campo e portanto em casa vinha para comer e não ajudava muito. Era capaz de levar um jarro de água para a mesa e pouco mais, naquela altura... Hoje é capaz de fazer mais do que naquela altura. Quer dizer, o pai não fazia muito em casa... Só em algumas épocas do ano em que por exemplo são as vindimas, a apanha da fruta, pronto, nessas alturas da colheita que são mais específicas e tem que haver uma intervenção rápida e então a minha mãe por vezes ia. Ia também com outras pessoas... Lá está, com outras senhoras dali e portanto iam ajudar e ela também entrava nessa altura. Mas a maior parte das vezes não, ela estava em casa e os criados é que andavam com o meu pai e que o ajudavam. A maior parte das vezes ela estava em casa, dava-nos o apoio quando vínhamos da escola. Não era o habitual diário andar com ele.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

O gosto pela cozinha e pelo apoio prestado à mãe nas tarefas domésticas não foi impedimento, no entanto, para sair de casa, como saíram as irmãs, rumo a Lisboa com o pretexto de ingressar no ensino superior. Ivone recorda o “difícil” esforço que os pais faziam para que todos os filhos pudessem frequentar a universidade na capital, pelo que ela e os irmãos trabalharam sempre enquanto, simultaneamente, estudavam. Ela, que não tinha conseguido a avaliação necessária para ingressar em Geologia, não deixou de vir para Lisboa, pois entretanto a irmã mais velha conseguiu-lhe trabalho numa empresa de estudos de mercado. No ano seguinte, Ivone entrou finalmente em Geologia. Todavia, permaneceria na mesma empresa até concluir a licenciatura, uma vez que os seus superiores hierárquicos permitiram que o tipo de trabalho e o horário se fossem progressivamente adaptando às exigências dos seus estudos universitários.

Eu, naquele ano que não entrei para a faculdade, vim na mesma, porque a minha irmã conseguiu-me cá um trabalho numa empresa de estudos de mercado e eu vim para cá e fui ganhando algum dinheiro. Os meus pais deixaram-me vir para cá trabalhar, sabiam que vinha só trabalhar, e pronto. Os meus pais, até pela situação, terem estes filhos todos na faculdade era difícil, e então disseram-me “Se conseguires ir trabalhando melhor ainda, vais pagando o teus estudos e nós vamos-te ajudando também”. (...) Permaneci sempre na mesma empresa sem fazer o mesmo trabalho. No primeiro ano, eu andava a fazer entrevistas pelo país inteiro, e depois, quando entrei na faculdade, comecei só a fazer na área de Lisboa por pouco tempo. Depois, já era um trabalho mais de gabinete, em que as chefias autorizaram-me a ficar ali mais no gabinete e fazer um trabalho mais pós-laboral. Eu ia para ali trabalhar até um pouco mais tarde, fazer umas horas de trabalho, porque ganhava a recibos verdes... Eu ia fazer o máximo de horas que eu precisava, ganhava à hora. Eu começava a escola logo às oito da manhã e, à hora de almoço, às vezes ainda lá ia até as [aulas] práticas começarem, e assim que acabavam as [aulas] práticas saía logo de lá para o trabalho. Nisso tudo, ia tentando estudar. Eu, nesse primeiro ano, nem acompanhei muito os meus colegas da faculdade porque nem tinha tempo, eu ia lá às aulas e saía rapidamente para ir trabalhar. No segundo ano já comecei a gerir melhor as coisas. Depois, no segundo ano, também consegui gerir melhor as coisas porque depois soube que podia candidatar-me à bolsa, e então concorri e consegui uma bolsa que me ajudou ali a fazer um pouco menos de horas lá.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;  
Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Foi neste contexto profissional, que, ainda estudante, conheceu Henrique, que então tinha apenas dezanove anos de idade. Henrique acabava de entrar na faculdade, enquanto Ivone, quatro anos mais velha, frequentava já o terceiro ano. Um “trabalho de férias” de Henrique na empresa onde Ivone trabalhava levou a que se conhecessem. Da mesma forma que a atracção de Ivone por Henrique não foi imediata - “eu chamei-lhe mais a atenção a ele do que ele propriamente a mim” - não houve da parte da entrevistada a percepção de que se tratava de um homem mais novo. “Eu soube que ele era mais novo uns dois anos depois”, recorda a entrevistada, “porque não me interessou muito a idade, mesmo olhando para ele, não dizia que era mais novo...”. O confesso “desinteresse” pela idade do homem tem subjacente, já se vê, o facto de não aparentar ser mais novo que a mulher. Mas ao reconhecimento desta aparente proximidade etária acrescenta-se uma valorização da “dedicação ao estudo” que Ivone encontra em Henrique, a quem apelidava “marrão”, qualidade pela qual se deixou contagiar: “Eu até digo que comecei a estudar mais depois que o conheci.”.

Conheci o meu marido nessa empresa onde eu estava, e já estava a passar para o terceiro ano da faculdade. Ele é mais novo. Ele estava a entrar para a faculdade e eu estava no terceiro ano, ele estava a entrar para a faculdade nessa altura. Eu soube que ele era mais novo uns dois anos depois, porque não me interessou muito a idade, mesmo olhando para ele, não dizia que era mais novo... Nessa empresa, eu conheci-o porque ele foi lá fazer um trabalho de férias, e conhecemo-nos. Havia uma pessoa que trabalhava lá, uma amiga nossa que trabalhava lá e que o conhecia, foi ela que o tinha chamado para vir fazer esse trabalho de férias. Conheci-o lá e depois mais tarde voltámos a nos encontrar e passado aí um ano começámos a namorar, foi qualquer coisa assim. Às vezes até comento que nessa altura não lhe liguei nenhuma. Vi-o lá, cumprimentei-o e tal... Naquela altura estavam lá outras moças, isto é uma empresa de estudos de mercado onde existem muitos jovens, as chefias são mais velhas, mas tem muitos miúdos, uns ainda na faculdade... Pronto, todos dentro assim do mesmo género, e naquela altura eu nem me meti muito com ele, nem nada. E até pensava que ele tinha engraçado com uma outra moça, porque mais tarde essa minha amiga recebe um telefonema e ele diz “Como é que está a lourinha?” E ela virou-se para mim, mas eu nem liguei, quer dizer, eu chamei-lhe mais a atenção a ele do que ele propriamente a mim e depois, lá está, fomos conversando, e depois aí é que surgiu... O primeiro impacto foi normal. Depois, há uma série de pormenores em que a pessoa vai conversando e vai vendo que têm coisas em comum, pronto, há uma certa empatia logo de imediato, uma certa afinidade, porque eu acho que de facto as pessoas não têm que ter todas os mesmos interesses, mas têm que ter umas certas afinidades, senão eu acho que não há ali uma ligação. Nós sentimos essa tal empatia logo... Achava-o simpático, atencioso e dedicado ao estudo, que era uma coisa que ele gostava, muito até, eu até o chamava de marrão, porque ele passava os dias a estudar. Porque eu apesar de gostar do estudo e estudava e tudo, mas tentava também divertir-me um pouco e ele às vezes preferia não sair para estar ali a estudar. Eu até digo que comecei a estudar mais depois

que o conheci. Juntávamo-nos me minha casa ou em casa dele e passávamos as tardes a estudar. Isso sem dúvida era uma das qualidades. Basicamente foi isso.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Apesar da “afinidade” no que toca à importância dos estudos, Ivone e Henrique não partilhavam as mesmas origens sociais. Filho de um chefe de secção num organismo da administração pública com o antigo quinto ano do liceu, a origem urbana de Henrique contrasta socialmente com a origem camponesa de Ivone. No entanto, a entrevistada não identifica quer no pai, quer na mãe de Henrique – doméstica, com a quarta classe – o investimento nos estudos do filho que reconhece aos seus pais: “Eu da minha parte senti muito o apoio da parte dos meus pais, ele foi naquela consequência ‘Vais entrar, está bem e tal’. Não foi uma coisa ‘Agora tens que ir estudar’”. Sem o isolamento de quem sempre viveu no campo e tendo o pai de Henrique uma escolaridade mais elevada, a atitude dos sogros de Ivone só podia surpreendê-la: “não entendiam o dinheiro que ele gastava a nível de livros, não estavam sensibilizados para isso”. Assim, o trabalho remunerado que Henrique ia conseguindo realizar enquanto estudava funcionava como um complemento que, segundo a entrevistada, não era fruto da necessidade - “Não era para poder frequentar a faculdade” - mas de uma lacuna de “sensibilidade” para o investimento que a aposta nos estudos exige, salvaguardando os custos inerentes à autonomia própria da idade, pois Henrique “estava numa idade que queria algum dinheiro e os pais não lhe davam dinheiro”.

Durante o curso, ele ia sempre tentando trabalhar, sempre que havia oportunidade... Trabalhava até com um amigo jornalista no Diário de Notícias, ele fazia algumas traduções e trabalhos que lhe dessem algum dinheiro para ele ter. Estava numa idade que queria algum dinheiro e os pais não lhe davam dinheiro. Até para roupas dele, pronto, estava numa idade que precisa, já tem outros interesses, as coisas que os pais gostavam já não era o que ele gostava, e então foi mais ou menos nesse sentido. Ele tentava sempre arranjar uns trabalhos para ter para ele. Não era para poder frequentar a faculdade. Era para poder ter mais. Auxiliou-o em muito para poder comprar livros. Os pais não entendiam o dinheiro que ele gastava a nível de livros, não estavam sensibilizados para isso. Eles nunca lhe disseram “Não vás estudar”, isso não... Eu da minha parte senti muito o apoio da parte dos meus pais, ele foi naquela consequência “Vais entrar, está bem e tal”. Não foi uma coisa “Agora tens que ir estudar”. Não! Ele próprio é que também quis e que disse aos pais que ia estudar, mas sentia que não tinha da parte dos pais o dinheiro suficiente para adquirir os livros que lhe eram necessários.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

O que sobretudo importa reter, afinal, é que este relativo alheamento na atitude dos pais de um homem que, afinal, possui uma origem mais qualificada funcionou, junto de Ivone, como pretexto de sobrestima da própria atitude de Henrique, sempre muito empenhado em estudar, como se a ausência de proximidade das origens sociais fosse compensada com a valorização de uma vontade individual - “Ele próprio é que também quis e que disse aos pais que ia estudar” - que, como vimos, contagia e, precisamente, aproxima o outro.

## 7.2 Estratégias familiaristas na conciliação família-trabalho

Se os processos que acabamos de analisar ilustram o modo como a escolha do cônjuge recai sobre um parceiro socialmente próximo, a homogamia social que caracteriza o início da vida conjugal não permite antever um percurso de desigualdade crescente no plano das carreiras profissionais dos membros do casal. A emergência da hipergamia a partir de um casamento homogâmico, com o subsequente desfasamento de rendimentos a favor do homem, está, no entanto, longe de poder ser explicada, como padrão, por uma lógica que remeta exclusivamente as razões das conquistas profissionais dos membros de um casal para as suas capacidades individuais. Na verdade, os compromissos entre o género e a família evidenciam-se desde logo no facto de, num casal com filhos em idade de escolar, ser mais frequentemente sobre a mulher que se impõe a elaboração de uma *estratégia* que permita a articulação entre a vida profissional e a vida familiar. Nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, deparamos com o mesmo tipo de *estratégia* que *grosso modo* se equipara à atitude identificada por Crompton e Harris (2003) junto de algumas mulheres com profissões muito qualificadas para quem a vida familiar tem precedência - "*domestic life first*"<sup>2</sup> (capítulo 2). A *estratégia familiarista* define-se então fundamentalmente pela prioridade que, face à sua vida profissional, a mulher concede à maternidade e a todos os encargos com a família, sendo que, em virtude de uma ordem de prioridades bem definida, a conciliação não implica a tensão que encontraremos noutros tipos de *estratégia de conciliação família-trabalho*. A primazia da família não deixa de se observar sistematicamente nas opções tomadas no decurso da relação a dois, por vezes logo desde o momento em que a mulher inicia a relação amorosa com o seu futuro cônjuge. Esta *estratégia* é de tal forma assumida que se manifesta directamente no próprio discurso de algumas *familiaristas*.

É assim: tem que se fazer opções na vida! Simplesmente a partir do momento em que uma pessoa casa e tem filhos, tem de começar a pensar o que é que há-de começar a fazer. Quer dizer, ou vai fazer uma grande carreira a nível profissional, o que é quase incomportável quando se quer filhos ou então não lhes liga nenhuma! Eu conheço muita gente assim, têm uma vida profissional muito bonita, mas depois a nível familiar é zero! Eu optei que não queria isso. Se os tenho, é para os criar.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;  
Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Tinha a ideia de ter filhos e de ter a minha vida dedicada a eles.  
[Felicía, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;  
Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

---

<sup>2</sup> De notar que, entre as mulheres médicas e bancárias, que foram objecto de estudo das investigadoras, a prioridade concedida à vida familiar é mais frequente junto das primeiras, que "were far more likely to have altered their work-life biographies as a response to changes over the family cycle - for exemple, taking up part-time work or a less demanding job." (Crompton e Harris, 2003: 140).

Se tivesse que optar entre profissão e família, quer dizer, se a família, de alguma forma, impedisse-me de trabalhar, eu deixava imediatamente de trabalhar. Portanto, para mim a família está à frente de tudo, de tal maneira que me mete impressão quando perguntam às outras pessoas e elas dizem que as duas coisas são importantes, ou que a profissão está à frente. Isso mete-me uma confusão doida! Para mim a família é o mais importante, sem dúvida! Espero não ter uma grande desilusão no final da vida.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Ensombrado pela prioridade à família, o significado do exercício da actividade profissional está longe, porém, de se diluir, ainda que este exercício seja reduzido tendo precisamente em linha de conta que a sua continuidade depende dessa atenuação, pois a mulher quer-se, ela própria, muito disponível para a vida familiar. Com efeito, a *estratégia familiarista* implica que a mulher atenua o investimento na sua actividade profissional, renunciando ou adiantando os projectos relacionados com a carreira e, particularmente, reduzindo a carga horária de trabalho. Reveladora do modesto lugar, ainda que considerado fundamental e imprescindível, que o exercício da profissão e os projectos profissionais ocupam na realização pessoal, esta contenção traduz-se, particularmente, na opção feminina por lugares que não venham questionar o equilíbrio entre o exercício da actividade profissional e uma forte disponibilidade para a família. Associada a uma prioridade concedida à carreira masculina, a *estratégia familiarista* implica assim uma carga horária do trabalho profissional da mulher sempre bastante inferior à da profissão do homem. Por outro lado, a mulher escolhe uma via profissional ou um lugar na hierarquia organizacional que não implique, ou venha a implicar, a liderança e subsequentes responsabilidades ou preocupações que ela considera excessivas.

Entre as entrevistadas com *estratégias familiaristas* encontramos médicas que optaram por trabalhar num hospital público em regime de exclusividade para poderem dar prioridade aos encargos familiares (Anabela, Amália, Joana), uma geóloga (Ivone) e uma psicóloga (Irene) a quem os filhos e a prioridade que eles representam obrigam a pôr de lado, no mínimo temporariamente, a aposta numa formação académica suplementar, licenciadas em Relações Internacionais (Felícia) e em Geologia (Manuela) que valorizam acima de tudo a segurança material de um emprego na função pública, e finalmente uma engenheira (Leonor) cujo exercício de uma profissão para a qual não se sente vocacionada contribui para justificar a prioridade que concede aos encargos com a família. Antes, porém, de analisarmos o modo como a *estratégia familiarista* se repercute nos percursos profissionais das mulheres e dos respectivos cônjuges, observe-se como a primazia da família e da maternidade não é livre de estar comprometida com o exercício de uma profissão, que entre estas entrevistadas não deixa de assumir o seu valor primordial.

### 7.2.1 Maternidade, desejos e constrangimentos

Ainda que as entrevistadas em uniões conjugais com *trajectórias de hipergamia prioritária* não se distingam das restantes pela dimensão da sua descendência – apenas Anabela e Amália, com três e quatro filhos, respectivamente, têm afinal uma descendência acima da média – quase todas comungam do sentimento de terem ficado aquém do seu desejo. Por um lado, a adversidade ou outros constrangimentos fora do controlo da mulher contribuíram, nalguns casos, para limitar o número de filhos. Por outro lado, ainda que atenuem a aposta na carreira, o importante significado que o trabalho profissional adquire junto destas mulheres implica que a descendência fique limitada às possibilidades da conciliação dos encargos familiares com a vida profissional.

No entanto, os entraves materiais e logísticos, os impedimentos relacionados com a saúde e o calendário da mulher ou com os próprios planos de paternidade do homem, mas também os constrangimentos - impostos pelo tempo de quem, afinal, não abdica da realização pessoal que obtém do próprio exercício da sua actividade profissional - representam limitações distintas dos entraves resultantes de um forte investimento na carreira profissional. Neste sentido, não é surpreendente que algumas *familiaristas* não se demonstrem compreensivas pelas mulheres que vão adiando os projectos relacionados com a maternidade consoante as exigências da sua ambição profissional. É o caso de Anabela, mãe de quatro filhos, que invoca os vinte e cinco anos de idade à primeira gravidez – “não queríamos ser pais velhos” – e uma ausência de ambição para se distanciar dos exemplos das colegas de trabalho que, precisamente, adiam a maternidade em função da concretização de objectivos profissionais.

Acho que era incapaz de não ter filhos e acho que, vendo as coisas para trás, o que é engraçado, nós quando começámos a pensar casar e essas coisas todas, sem pensar nos efeitos práticos da vida, no dinheiro, isto e aquilo, sempre pensámos ter três filhos seguidos porque não queríamos ser pais velhos... E acho que apesar de podermos ter sido, enfim, um bocadinho aventureiros, nesse sentido dos filhos, acho que foi tudo muito bom. Profissionalmente acabei por ter sorte, portanto... Porque há pessoas que não têm filhos que esperam por ter... Não têm filhos no internato geral para poder estudar para o exame, não têm filhos no internato complementar para poder estudar para o exame, depois não têm não sei quê e eu, também como não sou muito ambiciosa, acho que estar aqui no quadro dum hospital central a fazer uma coisa que gosto muito, onde tenho um bom ambiente dentro do laboratório e dentro do hospital, acho que tenho muita sorte. Faço o que gosto.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Já se vê que, pese embora a mulher se entregue a uma profissão que “gosta” de exercer, a *estratégia de conciliação família-trabalho* tende a traduzir-se numa invocação da situação tradicional em que a posição maternal estabiliza a mulher numa configuração identitária definida, despojando-a, no plano simbólico, da sua singularidade ao associar-lhe unicamente

representações preexistentes, e condicionando assim a sua autonomia e o tempo necessários aos compromissos fora da família, como aqueles que uma profissão com carreira exige. É essa a interpretação que fazemos ora da “incapacidade” sentida por Anabela para conceber-se como mulher sem a maternidade - “acho que era incapaz de não ter filhos” - ora da ausência de ambição profissional, até certo ponto reveladora de uma relativa relutância em assumir-se como “sujeito social susceptível de compromissos fora da família” (Commaille, 1993: 78) abraçando um estatuto pré-definido atribuído de acordo com o lugar da mulher na configuração familiar. O quarto filho, uma rapariga, ainda que estivesse entre os desejos da entrevistada, já não estava nos planos do casal. Nasce quando Anabela tinha quarenta e um anos, com uma diferença de doze anos em relação ao seu terceiro filho, ou seja, muito tempo depois de, com pena sua, ela e o marido terem decidido que “era impensável continuar” por razões de espaço: “quando chegou ao terceiro, acabou, teve mesmo que parar, porque a casa era uma sala, um quarto e o quarto dos miúdos, que era mínimo, e não havia espaço para mais nenhum e tinha mesmo que parar. Portanto, aí parou-se mesmo. *(riso)* Mas eu tinha pena.”

Se Anabela pôde ver concretizado o seu desejo de ter mais filhos para além do que, em casal, tinha planeado, outras mulheres *familiaristas* viram o seu desejo de descendência limitado por constrangimentos de ordem diversa, desde a pesada logística com a assistência prestada a outros familiares, às razões relacionadas com a sua saúde ou com o próprio sofrimento associado à gravidez e ao parto, passando ainda pelas limitações impostas pelo calendário. Assim, se Joana, mãe de uma rapariga, alega estar longe de poder realizar o seu desejo de ter um segundo filho por razões de saúde, e muito mais longe de ter três filhos devido aos cuidados que tem que prestar à sua mãe numa “família onde não existe praticamente ninguém”, Irene, mãe de um rapaz, explica a contenção do seu desejo de aumentar a descendência - “nunca pensei ter só um filho” - pelo “tormento enorme” que representou a gravidez e o parto do seu único filho: “não queria passar por essa situação outra vez”. Já Leonor, mãe de duas raparigas, sentiu que, após o nascimento da sua segunda filha, tinha então trinta e oito anos de idade, não podia, por razões de calendário, avançar para um terceiro filho, como era seu desejo: “achei que já era tarde para outro, já estava perto dos quarenta, já estava com trinta e oito”. A entrevistada explica o desejo gorado com a adversidade de um aborto espontâneo na segunda gravidez, que fez dilatar demasiado o intervalo entre a primeira e a terceira.

Gostava de ter mais [filhos]. O meu objectivo era ter dois pelo menos, como sou filha única e não gostei muito da experiência porque sempre gostei de ter irmãos. Quando era ela ainda pequenita fartava-se de me pedir irmãos, só que na altura eu pensei... tinha ela três anitos, ter um segundo filho seria uma complicação de circulação [sanguínea] que me impede de engravidar. Não posso engravidar, isso ia acarretar uma complicação muito grande em termos de..., por causa do crescimento do bebé e então... Era ter mais uma. O meu objectivo era esse, ter dois filhos. Três já

era um bocado mais complicado até porque tenho outros encargos, a minha mãe é velhota... É uma família onde não existe praticamente mais ninguém.

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

Gostava, só que a gravidez e o parto foi tudo uma grandessíssima confusão. Foi um tormento enorme e eu pensei que até quando me lembrasse de tudo o que tinha passado não queria passar por essa situação outra vez. Como ainda não me esqueci de nada, olhe, cá estou... nunca pensei ter só um filho. Sempre pensei ter mais que um filho e o meu marido também pensava igual. Mas o meu marido entende por que é que eu não quero passar outra vez pelo que passei.

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;  
Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

Eu tive três gravidezes, mas uma é que não foi avante. Mas a minha intenção até era ter tido mais do que dois. Foi mesmo um aborto espontâneo. Depois tive a terceira [gravidez], mas como demorou muito tempo entre a segunda e a terceira, achei que já era tarde para outro, já estava perto dos quarenta, já estava com trinta e oito...

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;  
Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Por outro lado, salvaguardando a diversidade dos constrangimentos que interferem na concretização do desejo da mulher no que toca ao número de filhos, importa sobretudo sublinhar que a dimensão da descendência é, à partida, circunscrita à capacidade de articulação entre vida profissional e vida familiar, pois, ainda que prioritária, a família e, em particular, a maternidade *não pode exigir da mulher uma disponibilidade total, ou seja, a abdicação do exercício da sua actividade profissional*. Se a prioridade à família não interfere com o forte significado que o exercício da profissão tem junto de todas estas mulheres, como veremos nos pontos seguintes, algumas entrevistadas justificam precisamente que o número de filhos ficou apenas limitado às suas capacidades de conciliação do trabalho profissional com a família. Amália foi surpreendida quer pela primeira gravidez, quanto tinha apenas dezoito anos de idade, quer pela terceira, dezassete anos mais tarde. Mãe de três filhos, confessa que “só tinha pensado ter dois, porque”, como explica, “não tenho vida para dar atenção. Se tivesse outras condições de vida, porque eu gosto, gosto imenso de crianças e teria tido mais filhos”. De referir que essas condições se prendem menos com a logística doméstica - ela e o marido podem contar com duas empregadas - do que com o tempo que a sua actividade profissional - médica imunohemoterapeuta - necessariamente lhe ocupa. Por sua vez, Ivone, mãe de um rapaz e de uma rapariga, acrescenta que o desejo não concretizado de um terceiro filho foi - para além de uma “opção” tomada com o marido, que “sente que não tem tempo para eles” - o resultado da assunção da sua própria recusa em abdicar da actividade profissional que exerce - “sinto falta do trabalho” - em troca de uma dedicação que, se decidisse avançar para uma terceira criança, significaria “ficar com os três filhos em casa”.

Eu gostava de ter mais um [filho], porque eu sempre tive aquela ideia de ter três filhos. Mas não tenho outro por opção, portanto foi decidido entre os dois porque a vida não permite. Eu sempre pensei em ter três filhos. O meu marido já não tanto assim, porque depois sente que não tem tempo para eles, mas eu foi uma das coisas que pensei,



se eu tiver o terceiro filho então não o vou dar a outro para o educar, eu vou ficar com os três filhos em casa, isso era uma das coisas. Mas como isso também pesou, a tal coisa... eu também sinto falta do trabalho e depois tinha que optar e há decisões que a pessoa tem que ter. Um segundo filho eu tinha que ter, porque só um filho eu acho que é péssimo, mesmo para mim e para a própria criança.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Em suma, a descendência fica, no limite, circunscrita às capacidades femininas de articulação entre a vida familiar e a vida profissional, já que, enquanto *estratégia de conciliação família-trabalho*, a prioridade à vida familiar não se traduz num défice de significado do trabalho profissional para a mulher, mesmo que, como veremos nos pontos que se seguem, se valorize um emprego que permite “organizar a vida”, se prefira uma posição que não acarrete as responsabilidades de um posto de chefia ou direcção, se vá adiando os projectos relacionados com a formação profissional, se subestime a noção de “carreira profissional”, se procure sobretudo um emprego pela “estabilidade” que proporciona ou, simplesmente, se exerça uma profissão sem estar vocacionada.

### 7.2.2 A recusa da liderança e o receio da responsabilidade

Nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, a primazia que a mulher concede à vida familiar traduz-se invariavelmente numa atenuação das suas exigências com a carreira. Nalguns casos, essa atenuação manifesta-se na recusa de lugares de chefia ou direcção, que implicam uma responsabilidade indesejada. É o caso de Anabela, médica patologista clínica, mãe de quatro filhos, ela própria filha de médicos, que começa por trabalhar no laboratório de análises da sua mãe. Desde cedo, porém, que evita a situação profissional da mãe, em seu entender incompatível com a actividade que virá a exercer num hospital público. Na realidade, à luz do exemplo do pai, Anabela deixou de exercer medicina para se dedicar ao ensino universitário, considerando que gerir um laboratório privado de pequena dimensão é uma actividade pouco estimulante face à “riqueza” dos casos patológicos, aos contactos profissionais e à aprendizagem que o contexto hospitalar proporciona.

[Por comparação com um laboratório privado] um laboratório de um hospital tem uma patologia, infelizmente para os doentes, tem uma patologia rica, e é estimulante trabalhar num hospital, porque se contacta com os colegas. Vê-se este caso, aprende-se isto: todos os dias se aprende coisas novas. (...) Uma das coisas que não gostava era, para já, sentia-me isolada profissionalmente se trabalhasse num [laboratório] privado pequeno. Não digo os grandes privados, que têm muita gente, mas um privado pequeno, que era o caso da minha mãe. Era a minha mãe a única médica, o resto eram técnicos. Isso, profissionalmente, a pessoa está um bocadinho isolada. (...) Ela tinha amigas e isso tudo, colegas com quem falava. Na altura, havia muito mais essa coisa de as pessoas terem o seu laboratorinho, mas no fundo o seu convívio do dia-a-dia era com as empregadas, e pronto. Eu não queria isso e a pessoa pára um bocadinho no tempo.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

No entanto, tão ou mais fortes que estas razões, outros factores surgiram para que Anabela tenha preterido a herança profissional e o “sonho” da mãe, optando por trabalhar como funcionária num laboratório de um hospital público. Com efeito, alega uma ausência de “feitio de líder” e de gestão de pessoal como a razão decisiva para tal opção.

A minha mãe tinha o sonho eventualmente, ou achava naturalmente que eu iria ficar com o laboratório dela, só que entretanto as coisas evoluíram e os laboratórios são como tudo. (...) Antes os laboratórios eram de um médico, o médico é que era o dono do laboratório... Quer dizer, a gestão era relativa no sentido que não havia propriamente concorrência, não havia problemas: abria-se a porta, faziam-se análises, faziam-se as contas, tinha-se um contabilista. Hoje em dia, a gestão é no sentido de conseguir... A concorrência neste momento entre laboratórios... Quer dizer, uma pessoa tem um laboratório pequenino e chega ali ao lado... É como os supermercados e as mercearias, não é? Tem mais possibilidade e oferece mais rapidez, faz trinta mil mais análises... Quer dizer, há uma série de medidas de gestão que se tem que ter a nível de gestão comercial mesmo, que eu odeio, não é? (...) As coisas hoje em dia são muito pela concorrência. Os laboratórios começaram a ser geridos, regra geral, até por pessoas não médicas, ou pelo menos por médicos que tinham que ter coisas de gestão. E então eu não tinha minimamente jeito para gerir, nem me apetecia nada ter a mesma vida que ela eventualmente teve. Eu detesto tudo o que seja gerir, não tenho feitio nenhum de líder, de gerir empregadas, gerir pessoal ou conflitos de pessoal. Então, se eu fosse para lá, elas já estavam habituadas a tratar-me por Belinha. Se elas já não tinham respeito pela minha mãe, muito menos teriam respeito a mim. Por isso, eu nunca quis, não tinha jeito para gerir, nem me apetecia fazer esse género de vida.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Contudo, a assumida ausência de um “feitio de líder” não deixa de revelar-se igualmente quer nos seus próprios objectivos profissionais, quer na relação que a entrevistada mantém com os seus superiores hierárquicos. No que toca ao seu percurso profissional, a ascensão a directora de serviço esteve ao alcance de Anabela, mas a responsabilidade e o teor profissional próprio das direcções dos laboratórios particulares, ou seja, as competências de gestão financeira são, em seu entender, incompatíveis com o exercício do ofício de patologista clínica. Quanto à relação com os superiores hierárquicos, Anabela é tão crítica quanto se sente injustiçada e pouco estimulada, revelando, precisamente ao invés do perfil de liderança no qual não se revê, a necessidade de “chefes que puxassem” por si.

Eventualmente eu poderia chegar ao lugar de directora, mas não é esse o meu objectivo e isso não ia acontecer. Mas podia chegar a directora do laboratório. Até este momento os directores de laboratório, mesmo de outros serviços, têm tido um papel perfeitamente passivo, erradamente passivo. Segundo a nova lei de gestão hospitalar, e bem, os directores vão ter que passar a ser responsabilizados, no fundo, se a lei for cumprida, os novos directores terão que funcionar como se isto fosse uma espécie de laboratório privado, porque um dono de um laboratório tem que chegar ao fim do mês e ter dinheiro para pagar os ordenados. Actualmente, os directores dos hospitais não têm que se preocupar com isso, portanto acaba por haver este gasto desnecessário, supérfluo e não sei quê. (...) É assim, a minha chefe pode-se dizer que é uma pessoa que está-se nas tintas para isto. Portanto, é muito simpática, muito correcta, muito educada, mas não cumpre horário, não cumpre nada, está-se ... Assina de cruz... O que tem consequências, porque na prática somos três e o trabalho não está minimamente dividido por três... Não é dizer que sou melhor ou pior que os outros, mas sobrecarrega em mim. O que eu acho é assim, comparativamente com os outros, obviamente que sou muito melhor, mas acho que se tivesse uns chefes que puxassem por mim seria muito melhor do que sou e estou... sinto falta de estímulo, sinto às vezes um bocado injustiça... Às vezes dizem assim "Por que é que tu também não te baldas?"... Eu acho que as pessoas sabem, o funcionalismo público é assim: as pessoas quando menos fazem menos chatices têm. Quando os outros não fazem, os colegas já não lhe vêm pedir nada, quer dizer, se os outros colegas têm um problema de um caso vão pedir a quem sabem que faz, portanto quanto menos fazem menos têm que fazer.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Mãe pela primeira vez aos vinte cinco anos de idade, a disponibilidade para a família que o horário de trabalho no hospital público lhe proporciona foi, por outro lado, um factor decisivo para que Anabela tenha recusado a possibilidade de gerir o laboratório da mãe. Contrapondo ao horário profissional que a esperava se herdasse o lugar materno, sublinha: “Não saio daqui tão tarde. Termino às três e meia. Portanto não é nada que seja grave, porque o facto de termos banco permite, depois, nos dias da semana trabalharmos menos horas. Portanto acho que, em tempo de acompanhamento das crianças, chegar a casa às quatro é perfeitamente adequado, não é?”.

De um modo semelhante, Amália, médica imunohemoterapeuta, mãe de três filhos, invoca o seu “mau feitio” como uma das razões que a levaram a recusar o cargo de directora de serviço que, em seu entender, implica “um monte de preocupações”. “O director de serviço daqui saiu”, explica, “e nessa altura fomos chamadas, as três [médicas] assistentes graduadas, à administração para ver qual de nós seria directora de serviço, mas antes disso já tínhamos conversado entre nós - duas de nós somos mais velhas: eu e a actual directora - e eu disse logo que não podia ser directora de serviço. De maneira nenhuma!”. Para além do assumido “mau feitio”, razões mais fortes ditaram, no entanto, a escolha de Amália. Conservar intacta a disponibilidade para a família e, em particular, para a sua filha mais nova foi critério decisivo, confessando o receio de, ao invés, vir a “ter conflitos com a família”. Assim, o “*stress*”, a “responsabilidade” e o “movimento” do quotidiano profissional ultrapassam frequentemente o limite daquilo que esta médica *familiarista* considera tolerável, não se estranhando por isso que, “quando tiver direito”, Amália reclame “ser libertada” dessa responsabilidade.

Não podia ser directora de serviço, porque ia deixar de ter tempo para a família e, além disso, é uma responsabilidade enorme ser directora deste serviço. E eu com o mau feitio que tenho iria ter um monte de preocupações e iria dedicar-me muito mais ao serviço e passaria a ter conflitos a nível familiar, e não estou interessada. É sobretudo tempo para a minha filha mais nova, mas também tempo para o meu marido. É uma responsabilidade enorme que eu não quis assumir de maneira nenhuma. Mesmo assim, a minha [responsabilidade] já não é nada pequena (*riso*). Sabe, a mim o que me cansa não é tanto o trabalho é mais a responsabilidade, este *stress*, saber em todos os minutos há algum doente que está a ser transfundido, porque isto é tanto, tanto movimento... (...) De maneira que eu saber que está sempre um doente, vários doentes a fazerem transfusões com normas que são escritas por mim, porque está tudo escrito e decidido, a responsabilidade se alguma coisa... Eu já me habituei a viver com isto, só sofro quando alguns destes casos são complicados, mas acho que quando tiver direito a isso é uma responsabilidade que eu mereço libertar-me! Ser libertada!

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

A renúncia feminina às posições profissionais que impliquem as responsabilidades consequentes da liderança contrasta fortemente com a atitude dos cônjuges destas médicas, também eles médicos que desde cedo apostaram numa carreira no sector privado, hipótese impraticável no caso de Amália, uma vez que “imunohemoterapeuta é uma especialidade

essencialmente hospitalar”. No entanto, esta entrevistada valoriza este condicionamento, que foi decisivo na escolha da sua profissão. Afinal, a sua carga horária semanal de quarenta horas, tirando o dia em que faz banco, é repartida por apenas seis horas diárias, o que contrasta com as onze horas diárias que o seu marido, António, dedica à cirurgia, incluindo o próprio sábado.

Entrámos aqui para o internato para a especialidade, e o meu marido logo desde muito cedo começou a fazer privada. Esta é uma especialidade que não tem privada, a imunohemoterapia é uma especialidade essencialmente hospitalar, só há o serviço de sangue privado. E nós escolhemos... Escolhi esta especialidade exactamente por esse motivo, de eu poder dar mais apoio à família. Portanto, sempre só fiz medicina hospitalar e durante a tarde, tinha as tardes mais ou menos livres, tirando os períodos de urgência, para estar com eles. Ele começou a trabalhar na privada muito cedo, não sei se no fim do primeiro ano ou já se foi no segundo ano da especialidade, mas de interno da especialidade, portanto começou muito, muito cedo. (...) O consultório mais antigo é o de Xabregas, foi convidado a ir para lá. Depois foi convidado também por uma colega a ir aos Olivais. Vai uma vez por semana aos Olivais. E trabalha, que também é dele, num Instituto. Isto é mais recente, desde há uns seis anos. Foi por isso que ele também saiu dos hospitais, e porque saiu um grupo de médicos do serviço de oftalmologia do hospital e cada um, dentro da sua área de oftalmologia... Está a perceber? O meu marido faz cirurgia de segmento, outros colegas dedicam-se à retina, outros à diabética e compraram aquele espaço e pronto. O espaço é dele. É tudo deles.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Também Álvaro, marido de Anabela, deixou o hospital público logo após ter terminado a especialidade para continuar a exercer a sua actividade em clínicas privadas, onde entretanto já trabalhava. “Melhor aluno” que Anabela, este homem reparte actualmente o seu dia de trabalho entre a clínica dentária de um amigo e as consultas no seu próprio consultório. No que toca à carga horária dos membros do casal, a situação é semelhante à de Amália e António, com a diferença de que o marido de Anabela não trabalha ao sábado.

Ele era melhor aluno, mas estudava menos que eu. (*riso*) Nós sempre fomos médios e ele tinha melhor média que eu. Por isso é que ele ficou em Lisboa e eu fui para fora. Não é assim nada que fosse muito diferente, talvez um ponto de diferença, uma coisa assim, mas regra geral tinha sempre melhores notas nos exames que eu. (...) A especialidade são quatro anos, portanto os dois fizemos os quatro anos de especialidade sempre a trabalhar nos hospitais... Ele começou a trabalhar em clínicas... Portanto, ele fazia estomatologia e começou a trabalhar numa clínica privada e fomos fazendo a especialidade assim. Hoje tem um consultório dele, onde trabalha às tardes fundamentalmente. Ele entretanto acabou a especialidade, o internato complementar, nunca ganhou nada no hospital, portanto fez sempre sem ganhar e quando fez o exame saiu e nunca voltou. Portanto trabalha actualmente... Já passou por vários lados, mas trabalha actualmente numa clínica de um amigo, tem uma clínica dentária e várias coisas, portanto ele trabalha lá de manhã e à tarde trabalha no consultório dele.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;  
Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

### 7.2.3 Adiado projectos

A prioridade concedida à família e a atenuação do envolvimento da mulher com a carreira podem, por outro lado, traduzir-se num adiamento de projectos, sobretudo de projectos de formação relacionada com a actividade profissional. A primazia atribuída à vida familiar não implica que algumas entrevistadas que adoptam este tipo de *estratégias* não alimentem projectos e ambições relacionados com a sua actividade profissional, mas estes implicam que estas

mulheres ponderem a melhor solução para que a sua concretização não questione a sua disponibilidade e, assim, a conciliação que consideram adequadas às necessidades da vida familiar. Na verdade, quando a ambição profissional paira sobre as mulheres cuja *estratégia de conciliação família-trabalho* dá primazia à família, a sua disponibilidade para a vida familiar implica o adiamento de apostas mais ousadas na carreira. A *estratégia familiarista* supõe assim que a mulher só estará, de facto, disponível para investir na actividade profissional e projectos a esta associados quando, enfim, se sentir mais liberta dos encargos com a família, nomeadamente dos encargos com os filhos.

A situação de Ivone, mãe de dois filhos, ilustra bem este traço da *estratégia familiarista*. Ivone é geóloga e trabalha no gabinete de Geologia de uma instituição pública, estando encarregue de fazer a análise e apreciação de projectos de escavação de obras particulares, que também acompanha na fase de execução. Começou por dar aulas no ensino secundário, quando ainda não tinha concluído a licenciatura, mas “já tinha um determinado número de cadeiras que o Ministério exigia que a pessoa fizesse para começar a dar aulas”. Ao contrário de Felícia ou Manuela, Ivone não se satisfaz apenas com a segurança económica que um emprego lhe proporcionava.

Eu gostei de dar aulas [no secundário], mas achava que não era para mim o melhor. Não estava satisfeita, porque a Geologia nos currículos de liceu são cadeiras opcionais. E já nos últimos anos e até, se calhar, por falta de conhecimentos anteriores das outras cadeiras, a Geologia não era muito procurada. Era mais a Biologia, que dava depois acesso a quem queria tirar Medicina, e muito menos a Geologia. Portanto, eu, enquanto estive a dar aulas nunca dei Geologia, dava umas cadeiras de ciências da natureza, de biologia, noções básicas de saúde. (...) E os miúdos de uma maneira geral..., e eram escolas onde estiveram miúdos muito problemáticos, com uma educação que deixava um bocadinho a desejar e nós passávamos a maior parte do tempo no fundo a ensinar regras de boa educação, e não tanto o ensino. Portanto, se fosse só ensinar, eu até nem tinha saído. Mas não. Era de facto um desgaste imenso!

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

A incapacidade de se realizar profissionalmente na docência foi, então, critério decisivo para, quando já licenciada, agarrar a oportunidade que lhe surgiu de fazer um “estágio de aperfeiçoamento profissionalizante” na instituição pública onde actualmente trabalha. Foi então que deu início ao seu percurso: “Entro primeiro como prestação de serviços, geóloga, mas prestação de serviços... Depois então começo a fazer os contratos por concurso, portanto de Geóloga Estagiária, mas já da carreira. Entro na carreira e depois, passado o trabalho de estágio venho para Segunda Classe, passado um tempo Primeira Classe e, entretanto, estou a fazer concurso para Principal.”. Ivone recorda que só quando celebrou o primeiro contracto é que deixou a docência, que até então tinha conservado porque, como ela própria reconhece, “eu tinha que ter uma forma de ter dinheiro, a minha garantia estava ali”.

Esta procura por uma via profissional que considera mais adequada - pese embora a segurança económica já alcançada e que, como vimos, preenche as expectativas de outras mulheres - só foi superada pela prioridade que a família passou a representar com a chegada do primeiro filho, tinha Ivone trinta anos de idade. Para esta entrevistada, “chegou a determinada altura que era mais importante ter os miúdos e lhes dar o apoio que [...] lhes queria dar”. Ivone sublinha que exerce a profissão que gosta - “Nunca estive assim: ‘Não, o que eu gostava de fazer era aquilo e tenho pena de não fazer’.” - e admite que não se deixou seduzir pela carreira académica, porque “a investigação é difícil” e tinha que estar ligada também ao ensino ao nível da faculdade: “Eu não queria nunca trabalhar em Geologia só em termos de gabinete, porque é um curso essencialmente prático e era isso que eu gostava e aqui [neste emprego] vi essa componente. Portanto, fui sempre ficando, fui sempre aceitando ficar e candidatava-me a esses concursos.” Mas este desinteresse pela via académica não se traduz em desinteresse na aposta numa formação suplementar. Ivone não deixa, com efeito, de investir na sua própria formação, mas sempre na medida do que considera ser possível - “cursos mais curtos, portanto, que não me ocupam durante tanto tempo” – mas, tal como outras mulheres com *estratégias familiaristas*, vai confessando que o facto de exercer uma actividade enquadrada na função pública permite uma disponibilidade para a família de outra forma pouca tangível.

Eu mesmo que estivesse no privado, eu nunca iria optar por nunca ter os miúdos, quer dizer, para mim era fundamental ter filhos... Eu iria de facto pensar muito bem, porque o que eu gosto de facto é de estar com os miúdos e de ter tempo para eles, e isso, se assim fosse, implicava eu não estar, mas estar alguém por mim. E isso eu não ficaria bem comigo própria.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Ainda assim, não deixa de exprimir o desejo de “voltar” à universidade para se inscrever num mestrado cuja concretização vai sendo protelada para o dia em que “estiver um pouco mais liberta”. Mas, assumindo a prioridade que concede à família, não se deixa convencer totalmente por essas expectativas que ela própria cria e alimenta: “quando eu digo ‘liberta’, se calhar nunca vou estar”.

Talvez eu consiga voltar... Vou fazer novos cursos de pós-graduação... Gostava de fazer o mestrado, gostava. Vou tentando fazer e vou a vários cursos de formação, mas é tudo mais em termos do curso pós-graduação, cursos de especialização... São cursos mais curtos, portanto, que não me ocupam durante tanto tempo. A ideia de facto é essa. Se eu, depois, entretanto pensar nisso, talvez um pouco mais tarde quando estiver um pouco mais liberta, quando eu digo ‘liberta’ se calhar nunca vou estar, mas quando ele [o marido] já possa dar um apoio diferente aos miúdos e eu possa... Os miúdos também já estão mais crescidos e em que ele consiga aí também apoiar e que eu consiga.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

O adiamento dos projectos de formação não é alheio ao sentimento de que se realizou menos pela via profissional do que o seu marido, Henrique, que vem acumulando a carreira de professor universitário com a advocacia. O forte desejo de maternidade de Ivone não encontrou eco no fraco entusiasmo de Henrique, quatro anos mais novo, com a ideia de paternidade - "Para ele não tanto, talvez..." -, apesar do esforço da entrevistada em reconhecer a importância dos filhos para o marido - "...mas depois de ter os filhos eu acho que sim, que depois já não passava sem eles". O que importa sublinhar é que esta diferença de atitude em relação a um projecto de parentalidade implicou que Ivone, e só Ivone, tivesse que tomar "opções" - "eu tinha que optar" - no sentido de privilegiar a vida familiar em detrimento da carreira, enquanto a prioridade à profissão do homem não só autorizou a sua libertação dos encargos quotidianos com a família como implicou que a entrevistada sacrificasse as suas poupanças com os investimentos necessários ao exercício da advocacia, actividade paralela à carreira universitária de Henrique: "Vamos juntar algum dinheiro e vamos adquirir uma coisa para nós", e foi nessa altura que comprámos o escritório que ele mantém até hoje". O tempo que cada membro deste casal despense na sua actividade profissional - Ivone conta com uma carga horária diária de sete horas, enquanto Henrique trabalha onze horas por dia - é, assim, o efeito da prioridade que esta mulher concedeu à família e à carreira do marido.

Profissionalmente eu penso que ele é mais realizado que eu, talvez, talvez eu me tenha realizado menos, mas por opção minha. Isso para mim é importante, mas chegou a determinada altura que era mais importante ter os miúdos e portanto eu tinha que optar e fui optando por ter os miúdos e lhes dar o apoio que eu lhes queria dar. Para mim é importante ser mãe. Eu era incapaz de pensar manter o casamento sem ter filhos e também sempre discutimos isso, caso não pudesse ter filhos adoptaríamos de certeza alguma criança, isso era importante para mim e para ele também. Para ele não tanto, talvez, mas depois de ter os filhos eu acho que sim que depois já não passava sem eles... (...) Portanto, no fundo, ele foi avançando em termos de carreira, de faculdade e tudo mais. Ele começou a trabalhar como monitor na faculdade, que nunca se desligou, portanto, depois de monitor passou a assistente estagiário, depois fez o mestrado..... E portanto ele foi tirando também toda a preparação para ficar e para conseguir advogar, não é? Fez o exame da Ordem. Depois entretanto conseguiu trabalhar com uma outra pessoa conhecida um pouco num escritório. Esteve em Bissau, na Faculdade de Direito de Bissau pela faculdade porque tinha um acordo de cooperação com a Faculdade de Direito de Bissau, ele foi para lá dois anos e depois entretanto nessa fase optámos "Vamos juntar algum dinheiro e vamos adquirir uma coisa para nós" e foi nessa altura que comprámos o escritório que ele mantém até hoje... Eu acho que para ele próprio é difícil decidir, ele gosta muito das duas coisas. Há alturas em que na advocacia, enfim, quando as coisas não correm tão bem e ele diz "Eu vou desistir disto, eu não consigo" porque ele anda sempre em *stress*, há aqueles prazos, é tudo em cima dos acontecimentos, há várias situações, ouvir as pessoas... É muito difícil, é muito *stressante*, está sempre em *stress*. A faculdade acho que o compensa noutra parte porque ele está sempre a estudar, está sempre a ler e gosta de ensinar também e vai escrevendo enfim alguns artigos, também alguns livros que vai publicando, e eu acho que dessa maneira ele sente-se reconhecido. Eu acho que ele se sente reconhecido, dentro da área dele sente-se bastante reconhecido... Tem mais trabalho do que aquilo que recebe e como não é certo também...Uma das razões que o levou, também porque gosta muito, a manter sempre a faculdade porque no fundo era também uma fonte certa e a advocacia não. (...)

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Para além da prioridade atribuída à família, algumas entrevistadas declaram abertamente ter renunciado a "fazer carreira". Irene, psicóloga clínica num hospital público, justifica essa renúncia pelo benefício que uma aposta desigual dos membros do casal na profissão acarreta para a

própria vida familiar - “acho que é bom um fazer carreira e o outro não faz” - da mesma forma que defende que a família é importante para o exercício da sua profissão. O facto de considerar que, ao contrário do seu marido, “abdicou” de fazer carreira confere a esta mulher a função de provedora de uma vida familiar “saudável” e “equilibrada”, que entende ser condição necessária ao próprio desempenho da sua profissão: “Eu acho que nesta minha profissão, se a pessoa não está bem do ponto de vista pessoal e familiar também não consegue ser capaz de estar disponível para ver os outros”.

E eu acho bom um fazer carreira e o outro não faz. Eu acho que nesta minha profissão, se a pessoa não está bem do ponto de vista pessoal e familiar também não consegue ser capaz de estar disponível para ver os outros porque está preocupada ou está chateada, está péssima ou não sei o quê, portanto não está bem para ajudar as outras pessoas, não é? E eu penso que isso na minha vida tem sido uma coisa muito importante, a minha vida lá fora ser saudável, ser equilibrada, e isso é muito bom...

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

Não preenchendo os critérios necessários para frequentar o curso de Biologia, para o qual se sentia inclinada na adolescência, ingressou em Psicologia aconselhada por terceiros: “achei que devia experimentar”, mas “na altura não se sabia muito bem o que é que era”. Admite que só no terceiro ano começou a sentir-se entrosada com o curso: “comecei a achar imensa graça, empenhei-me imenso e fazia-me imenso sentido o que estudava”. Hoje exerce a profissão de psicóloga com gosto - “gosto imenso daquilo que faço” - e com “a maior dignidade que posso”, ainda que confessando que as oportunidades lhe surgiram com um convite por parte dos médicos do hospital onde trabalha logo após terminado o estágio profissional. “Numa altura em que não havia psicólogos nos hospitais”, aceitou o convite, mas não sem que pudesse prescindir da sua rede social de contactos: “eu meti montes de cunhas, porque estar aqui a mostrar o que a pessoa vale e nunca mais...”. Da mesma forma que foi motivada pelos seus colegas médicos a enquadrar-se na instituição hospitalar onde trabalha, tem sido incentivada a investir na sua formação académica, mas estes são projectos que, tal como Ivone, Irene tem vindo a adiar, conservando-se disponível para a família: “eu há imensos anos que me picam para fazer mestrado, para fazer doutoramento na minha faculdade, e sempre fui adiando porque sempre pus em primeiro lugar o meu filho e a minha família porque tinha que estar disponível”.

Não consegui ir para Biologia, porque tinha que ter a química e a física, de modo que fui ver quais eram os cursos que me davam e era no ISEF, que era Educação Física - está a ver eu? (riso) - e era Psicologia, que na altura não se sabia muito bem o que é que era. Então falei com umas pessoas e achei que devia experimentar. Pronto, foi assim. Depois, até ao terceiro ano não achava piada nenhuma naquilo, era uma pastilha, era uma coisa..., aqueles professores, aquelas cadeiras horríveis tipo epistemologia e eu detestava aquilo. Depois a partir do terceiro ano comecei a achar imensa graça, empenhei-me imenso e fazia-me imenso sentido o que estudava. Depois sempre tivemos cadeiras muito ligadas à biologia, que era a embriologia, a biologia genética, e tudo isso me entusiasmava imenso. A partir do terceiro ano, é como lhe disse, integrei-me um bocado no espírito da coisa e realmente... Pronto, a



minha profissão faço-a com a maior dignidade que posso e gosto imenso daquilo que faço... Foi surgindo porque eu fiz estágio numa altura em que não havia psicólogos no hospital, nos hospitais, e comecei a ver meninos da neurologia, que tinham doenças que na altura os obrigavam a ter internamentos muito prolongados e ficavam muito mal e ficavam muito inchados e muito deprimidos e aquilo era uma coisa horrível. Eu então comecei a seguir do ponto de vista psicológico essas crianças e tive uma muito boa relação com os médicos dessa equipa da neurologia e antes de eu terminar o estágio convidaram-me para eu vir para cá, "Se eu não gostava de abrir uma consulta de psicologia ligada à neurologia?". E, pronto, e eu achei o máximo, era uma coisa que eu gostava mesmo de fazer, era uma coisa nova, foi assim um Bom enorme que me deram. Não sabia, mas eu adorava isto, tinha muitos miúdos às minhas costas e já viu o que era eu ir-me embora? Depois os directores diziam "não vá, não vá que vamos ver se conseguimos arranjar um contrato"... E ao fim de um ano conseguiram realmente. Conseguiram porque eu meti montes de cunhas, porque estar aqui a mostrar o que a pessoa vale e nunca mais... Meti meia dúzia de cunhas e resolvi Infelizmente neste país se calhar ainda hoje em dia as coisas funcionam assim. Depois de uma semana tinha o contrato para assinar. Agora eu há imensos anos que me picam para fazer mestrado, para fazer doutoramento na minha faculdade, e sempre fui adiando porque sempre pus em primeiro lugar o meu filho e a minha família porque tinha que estar disponível. Porque entendia que não o podia ir buscar ao colégio nem às sete, nem às oito e tinha que ir às quatro e porque... Está a ver? Isso sempre foi o meu lema.

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

Casada com Horácio, engenheiro civil e director de uma empresa de construção civil, Irene corrige-se quando afirma que o seu marido fez "*mais* carreira" que ela: "reconheço que, em termos de carreira, o meu marido *fez* carreira e que eu *não fiz* carreira". Quando casaram, Horácio já trabalhava como engenheiro na empresa que viria a dirigir. O seu percurso profissional exigiu-lhe muito mais disponibilidade que o de Irene. A entrevistada recorda as ausências prolongadas do marido no início da vida conjugal, quando era solicitado a pretexto de obras de construção nas mais diversas regiões do país: "quando era uma escola secundária ou um centro de saúde, pronto, tinha que ficar lá durante a semana e só vinha aos fins-de-semana, e estava cá para reuniões à segunda-feira". Actualmente, a posição de director de empresa implica uma carga horária - onze horas por dia, sábado incluído - que contrasta consideravelmente com a da actividade profissional de Irene. Este contraste é, só por si, elucidativo de que a abdicação, no plano profissional, coube apenas a Irene.

Em termos profissionais, ele não abdicou de coisa nenhuma. Acho que ele fez mais carreira que eu. Disso eu tenho consciência e reconheço que, em termos de carreira, o meu marido fez carreira e que eu não fiz carreira. Mas isso foi uma opção minha.

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

#### 7.2.4 "Carreira hospitalar, para quê?"

Mais do que recusar as responsabilidades inerentes a posições de chefia ou direcção que colocariam em causa a conciliação procurada através de uma *estratégia* que dá prioridade à família, mais do que adiar projectos de formação com vista a "subir" de posto e, sobretudo, mais do que renunciar a "fazer carreira", há mulheres com *estratégias familiaristas*, como Filipa, que desvalorizam a própria noção de "carreira profissional" e, particularmente, o estatuto dos lugares

de chefia e direcção. Médica internista e mãe de dois filhos, Filipa exerce a profissão que sempre desejou exercer. “Eu sempre quis ser médica”, esclarece, sublinhando que também “sempre” pôde contar com o apoio dos seus pais, que a “incentivaram” e “apostaram” nela. Filha de proprietário de papelaria e doméstica, reconhece a ausência de quaisquer constrangimentos económicos na escolha da actividade profissional que pretendia exercer.

Eu sempre quis ser médica, sempre fui boa aluna e desde pequena que eu falei que queria ir para medicina e os meus pais sempre apostaram nisso. Sempre me incentivaram: se eu quisesse ir para a faculdade podia contar com eles.” Deram-me as condições. Também nós nunca tivemos dificuldades financeiras em casa, portanto sempre foi uma coisa fácil, não é? Foi uma coisa que sempre foi fácil e nunca houve problemas. Nessa altura eu tive que comprar muitos livros e eu nunca tive problemas em comprar livros. Eram tudo livros ingleses e eram muito caros, e continuam a ser caros, e eu nunca tive problemas.”

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

Filipa terminou a sua formação em Medicina fazendo a “especialidade” no hospital público onde permaneceu até aos trinta e cinco anos, porque, desabafa, “estava farta do Estado até à raiz dos cabelos, trabalhava que nem uma louca...”. Um ano após ter casado com Filipe, tinha então Filipa vinte e oito anos de idade, nasceu o primeiro filho do casal: “casei-me com vinte e sete anos e não queria ter os filhos muito tarde”. A partir de então as exigências da vida familiar foram progressivamente dominando a ordem de prioridades desta entrevistada, que “sempre” considerou serem seu o “dever” de “estar mais em casa e acompanhar os filhos”. Filipa trocou o lugar no hospital público pela clínica privada onde ainda hoje exerce actividade, precisamente pelas “condições de trabalho”, que lhe permitiam estar mais disponível para a família, acrescentando ainda que, se pudesse, diminuía a sua carga horária de trabalho.

Eu sempre achei que deveria estar mais em casa e acompanhar os filhos. Não tenho necessidades financeiras de precisar de trabalhar mais fora do hospital para além das quarenta horas, portanto outra das coisas que me fez sair do Estado foi estar muito mais disponível para eles. Não é que eu esteja lá em casa a aparicá-los, mas pronto, estou presente. Se for necessário estou ali, não é? Portanto, acho que isso é importante, os filhos não virem da escola e estarem em casa até à noite sozinhos...Se eu pudesse mudar para o horário de trinta e cinco horas em que eu ficaria com mais horas livres por semana, passaria de quarenta para trinta e cinco. Fazia isso, fazia isso. Não posso fazer porque eu estou inserida num grupo de médicos cujo funcionamento desta unidade e do serviço da parte do internamento da medicina da enfermaria precisa do meu horário das quarenta horas.

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

A carga horária de Filipa, que por vontade sua diminuiria, é contudo bastante inferior à de Henrique, que faz consultoria em Gestão por conta própria, dez horas por dia, incluindo sábados, o que elucidativo da prioridade que as necessidades da família assumem junto da entrevistada encontra o seu reverso na primazia que o homem concede não apenas à sua actividade profissional, mas à própria formação académica em que, sistematicamente, vai investindo, como um recente “mestrado em Gestão de Unidades Hospitalares”. O exercício de uma actividade por

conta própria permitiu que Henrique, hoje possuindo uma empresa de consultoria, pudesse trabalhar logo desde o início da sua carreira sobretudo a partir de casa - "o escritório dele é em casa" - ausentando-se praticamente apenas quando "começa um novo trabalho".

O meu marido trabalha muito em casa, porque ao fim e ao cabo o escritório dele é em casa. Ele tem uma empresa. Ele também já tem quarenta e três anos e já conhece muita gente e portanto as pessoas sabem. Ele durante muito tempo trabalhou especificamente para algumas empresas de consultoria que lhe faziam um contrato para certo tipo de trabalhos, mas ele era independente, não como trabalhador dessas empresas, está a perceber? Portanto vai conhecendo e depois tem outras pessoas com quem já trabalhou ou dentro das empresas onde já trabalhou e depois falam. Mas ele trabalha muito a partir de casa, só quando tem realmente... só nos inícios dos trabalhos, quando ele começa um novo trabalho, é que ele tem que ir para a empresa e está lá durante umas semanas a ver como é que aquilo funciona e para montar lá o esquema, mas ele trabalha muito em casa. Ele tem experiências de muitas coisas porque ele já trabalhou em muitas fábricas disto ou daquilo. Eles como consultores trabalham em muitos ramos, não é? Ele começou a trabalhar para o Ministério da Educação mas agora acho que faz parte do Ministério da Saúde. Ele foi para lá como consultor e já lá está para aí há uns dois anos na área da toxicod dependência, a trabalhar com os psiquiatras. Foi a partir daí que ele se começou a interessar um bocado pelos problemas da saúde, ele foi para lá para tentar resolver certos problemas e começou a ver como é que as coisas funcionavam. E, portanto, isso foi o primeiro caminho e depois as polémicas todas... e claro, aqueles problemas do dinheiro e dos défices disto, "não há dinheiro para isto", "não há dinheiro para aquilo" e pronto. E depois começou a gostar daquela área, que era uma coisa que ele nunca tinha trabalhado. Começou lá em casa a falar comigo "Por que é que...? Como é que achas...? Por que é que acontece isto?"... E, pronto, foi assim. Acho que foi um bocado isso, mas o que o motivou realmente foi esse trabalho de consultoria ligado ao Ministério da Saúde com a toxicod dependência. Isso realmente foi o que o motivou. Depois começou a gostar.

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

Tal como nos restantes casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, é a mulher que assume como dever a conciliação da profissão com os encargos familiares, o que explica o receio de incompetência no caso de uma aposta feminina na carreira - "acho que depois acabamos por não fazer bem nem uma coisa nem outra" - e a recusa da carreira profissional como "projecto de vida", porquanto a feminilidade é sobretudo construída em fusão com a família: "Há pessoas com carreiras com êxito, mas depois se calhar faltava mais qualquer coisa".

Ou se é solteiro e quer-se fazer uma carreira e faz-se a carreira, ou se é casado e se tem filhos, acho que pensar numa carreira... não sei, acho que depois acabamos por não fazer nem uma coisa, nem outra. Há pessoas com carreiras com êxito, mas depois se calhar faltava mais qualquer coisa. Portanto a carreira nunca foi nenhum projecto de vida para mim. Se fosse sozinha, era capaz até de o fazer, de ter pensado de outra maneira, mas dá-me ideia que não. Eu prezo muito a minha liberdade, gosto muito do meu tempo livre e portanto acho que uma carreira, às vezes, já implica pouco tempo livre.

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

Ora, esta recusa da "ambição" ou da assunção da carreira profissional como "projecto de vida" traduz-se numa atitude de desvalorização - "a carreira hospitalar, para mim, não tem qualquer significado" - e, particularmente, num desprezo pelos lugares de chefia - "sempre achei que aquilo não valia nada" - que motivam muitos colegas seus e cujos critérios de acesso considera pouco transparentes - "a pessoa sabe que aquela pessoa é muito mais valiosa e que trabalha muito mais do que a outra que está a denegrir". Acrescenta, em jeito de provocação e desabafo,

que “essa coisa de dizer que sou chefe de serviço ou director de serviço (...) aqui em Portugal nós não somos chefes de nada”. Às ambições relacionadas com a carreira na qual não se revê contrapõe o gosto pelo trabalho e a satisfação de “ir para casa descansada a achar que fiz as coisas como deviam de ser”.

Eu não sou muito ambiciosa em termos de carreira. Eu gosto de trabalhar e gosto daquilo que faço, mas eu nunca fui muito ambiciosa do tipo de querer ser directora, chefiar isto ou aquilo... Eu gosto de trabalhar e de fazer aquilo que eu gosto, de ir para casa descansada a achar que fiz as coisas como deviam de ser, que não deixei nada por fazer. Isso chega-me perfeitamente! Nunca pretendi ser muito conhecida. Não tenho muitas ambições... Sinto-me realizada! Nunca pretendi ser chefe de nada, porque aqui em Portugal nós não somos chefes de nada, não é? Os chefes não mandam nada, portanto acho que aquilo não serve para nada (*riso*). Tal como seguir a carreira hospitalar, como muitos colegas... A importância da carreira hospitalar! Carreira hospitalar, para quê? Depois eu assisti a montes de exames para chefes de serviço, director de serviço, em que as pessoas, às vezes, à frente de toda a gente são ali ridicularizadas quase e, às vezes, de uma forma indigna. Às vezes, nós conhecemos as pessoas e “como é que é possível?!” , “e o trabalho delas?!”. Quem está a avaliar o outro, a pessoa sabe que aquela pessoa é muito mais valiosa e que trabalha muito mais do que a outra que está a denegrir... É como eu às vezes digo, com quarenta e tal anos, já não somos nenhuns meninos para estarmos ali a sermos expostos em público, às vezes a ouvir certas coisas como eu já ouvi muita gente falar. Portanto, sempre disse que a carreira hospitalar para mim não tem qualquer significado, essa coisa de dizer que sou chefe de serviço ou director de serviço ou tenho o grau de não sei o quê, eu nunca tive grandes... Eu sempre achei que aquilo não valia nada.

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

### 7.2.5 O critério da “estabilidade” e “a carreira bem feita”

Outras entrevistadas confessam que, no sentido de dar prioridade à família, elegeram a “estabilidade” que a sua profissão na função pública oferece em detrimento da realização profissional que poderiam vir a obter numa profissão onde realmente pudessem aplicar as competências de que as investiu a sua formação académica. É o caso de Felícia, técnica superior da função pública e licenciada em Relações Internacionais. Felícia admite o sentimento de falta de incentivo na sua actividade profissional, que considera pouco exigente no que toca à carreira. “A minha carreira não é uma carreira que exija grande dedicação. Aliás, gostava até que exigisse mais, mas acho que não.”. Mas a verdade é que a aposta na vida profissional está longe de ter precedência perante a família e, sobretudo, a maternidade: “Acabei o curso já casada e no ano seguinte engravidei e tive os filhos, que são a minha prioridade.”. O marido de Felícia pretendia seguir os passos do próprio pai. Editor com empresa própria sediada em Espanha, o sogro de Felícia desafiou o filho a ir trabalhar consigo. Uma vez aceite, a proposta implicava apressar a decisão de casamento antes de o casal se estabelecer neste país, onde permaneceu cinco anos. “O pai dele”, explica, “queria que nós fôssemos para Espanha, porque arranjava emprego ao filho e então, pronto, resolvemos casar”. Foi durante este período que nasceram os dois filhos do casal, a quem Felícia dedicou todo o seu tempo nos primeiros anos do casamento, precisamente porque pôde optar por não trabalhar até regressar a Portugal.

Só não continuei a trabalhar porque o meu emprego estava aqui, não queria deixar a função pública. Eu primo mais a estabilidade económica do que ter um ordenadão numa empresa privada, ou seja, numa coisa que não é certa. Então eu não quis deixar a função pública. Foi mais por uma questão geográfica que eu deixei de trabalhar. (...) Eu a única coisa que senti falta de não trabalhar foi a minha independência económica e de ter a cabeça ocupada noutros assuntos, foi um pouco mais por isso. Eu não gostei de não trabalhar, mas não há dúvida nenhuma que foi um período útil para a criação dos filhos, não é? Porque eu gosto [de trabalhar]. Para já, deixei de saber conviver com as pessoas. Era terrível! Eu preciso mesmo de conviver, eu gosto de ter amigos, eu gosto de ter programa para sair, eu gosto muito de conviver. Quando fui para Espanha, passava os dias em casa, não conhecia ninguém. Foi um horror quando lá estive, porque eu não sou uma pessoa que me deixe ir abaixo! Mas depois engravidei e andei muito triste. E só quando comecei nas aulas de preparação para o parto é que comecei a conhecer pessoas, mas mesmo assim não me preenchia o suficiente. Eu sentia que precisava de me enriquecer culturalmente, porque eu acho que o trabalhar também nos obriga mentalmente a... Mas abdiquei voluntariamente e confesso que me soube bem na altura. Soube-me bem desligar um pouquinho.

[Felicía, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;

Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Independentemente da situação financeira favorecida que os rendimentos do marido proporcionam, a actividade profissional de Felícia não deixa nunca de representar a sua “estabilidade económica”, o que explica não ter procurado emprego em Espanha: dessa forma, foi-lhe possível conservar o lugar na função pública em Portugal. Na verdade, a preocupação com a estabilidade financeira e o receio de “uma coisa que não é certa”, tal como “um ordenadão numa empresa privada” são-lhe incutidos desde cedo pelos pais, ambos funcionários públicos, a quem paradoxalmente não deixa de criticar pela ausência de orientação no sentido de uma formação superior com “boa saída profissional”, ou seja, com retorno económico, limitando-se a “ver o lado do *status*” que lhe está associado. Mas nem por isso deixa de sublinhar que o exercício de uma profissão é “muito importante”, na medida em que proporciona “autonomia económica no sentido de me valorizar”, para além de um contacto social quotidiano, valorizado por “abrir os horizontes”.

É isso que eu só talvez critique nos meus pais. Por um lado, que é eles queriam que eu tirasse um curso, mas deram-me liberdade total para escolher aquilo que eu quisesse. E eu, talvez, com os meus filhos vou ser mais pragmática. Eu acho que os meus pais quiseram mais ver o lado do *status*, um filho com um curso superior, e não tanto o lado económico. E eu claro que também não vou negar que gostava de dizer que “o meu filho é engenheiro e está muito bem”, também sei que vou gostar de dizer isso, tenho que ser franca. Mas se calhar prefiro um filho sem um curso superior mas com um bom nível económico, como o meu marido, do que se calhar o contrário desde que seja boa pessoa sempre. (...) Se pudermos conciliar as duas coisas, aquilo que gostamos e uma profissão que tenha uma boa saída profissional é óptimo, senão talvez ainda privilegiar primeiro uma profissão que tenha uma boa saída e depois então... (...) Ter uma profissão foi muito importante, pela autonomia económica no sentido de me valorizar... Ajudou-me a abrir os horizontes, porque todos os dias são diferentes aqui, conheço pessoas diferentes e convivo muito, porque tenho parte das relações públicas e gosto muito, muito, de conhecer pessoas novas, conhecer as experiências de vida, os seus pontos de vista. Acho que há muito a aprender, não é?

[Felicía, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;

Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

O critério da segurança e “estabilidade” económica também se revelou decisivo para Manuela. Licenciada em Geologia Aplicada à Construção, acaba por optar pela docência no ensino secundário. Manuela “também” gostaria de ter feito Biologia ou Medicina, mas alega que não

conseguia enfrentar as agruras do ofício - “Também gostava de Medicina, mas depois quando via o sangue ficava toda tonta e então...” - o que explica ter, finalmente, concretizado o desejo do pai, que ocupava um alto cargo no Governo do Ultramar: “O meu pai queria que eu tirasse o curso. Ele gostava de Geologia, não sei porquê, mas ele tinha lá uma coisa com a Geologia”. Porém, desabafa que a via da docência, onde foi “parar”, não se tratou propriamente de uma escolha, mas do último recurso de quem, sem desejo de prosseguir os estudos e fazer carreira académica, sentiu não ter outra opção numa área, “naquela altura”, dominada pela Engenharia.

Quando fui para Geologia, não era muito para ir para professora. Mas Geologia naquela altura... Até os engenheiros geólogos, nas construções de edifícios, não chamavam os geólogos, como devia ser. Eram os engenheiros, portanto. Uns ficavam como assistentes na faculdade e os outros iam para o ensino. (...) Gosto da minha profissão. Inicialmente esta não era a minha ideia, mas pronto (...) Fui parar ao ensino e já que cá estou vou fazer o melhor que posso, não é?

[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);  
Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

Este sentimento de resignação face a uma formação e a uma profissão que, afinal, representam segundas escolhas não é, todavia, vivido como frustração, porquanto a actividade profissional representa *sobretudo* uma garantia de sustento económico, e a licenciatura essencialmente uma ferramenta que facilitava “arranjar emprego”. É, com efeito, prevalecente esta função económica atribuída a uma escolaridade elevada, que, no entender de Manuela, assegura as “possibilidades de arranjar emprego para sustentar os filhos”.

Eu era para Biologia, Geologia ou Medicina, sempre pensei isso, não foi preciso aquela coisa “tens que tirar um curso”... É como hoje, a gente pretende estudar para obter conhecimentos para mais tarde, se quiser formar família, ter possibilidades de arranjar um emprego, não é? Já naquela altura uma pessoa que não tivesse determinados estudos era mais difícil, agora está mais difícil ainda, mesmo com licenciaturas e tudo andam, às vezes, aí aflitos para arranjar emprego, não é? Mas já naquela altura os nossos pais diziam-nos “meninos, têm que estudar porque depois quando crescerem e forem constituir família têm que arranjar emprego para sustentar os filhos”. Era nessa base. Eu penso que é mais ou menos sempre isso...

[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);  
Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

Não seria pois neste retorno económico que espera dos recursos escolares e do exercício da profissão que Manuela iria encontrar pretexto para, após concluída a licenciatura, apostar mais na sua formação académica. Assim, a actividade profissional tem, quando muito, uma função terapêutica, permitindo “a cabeça estar arejada” para quem também não gosta de se descobrir circunscrita ao universo doméstico: “só os trabalhinhos aqui de casa não dá”.

Na altura não fiz mais nada, mestrado ou isso. E depois agora... Eu tive colegas que fizeram e que ainda estão a fazer, mas agora já não me apetece fazer mais nada. Pode-me apetecer é fazer outras coisas diferentes. E até quando me reformar tenho que arranjar alguma coisa para fazer. Ainda não sei bem, porque ficar sozinha em casa, a pessoa já não se habitua muito e até para contactar com outros e a cabeça estar arejada. Eu acho que até faz bem à cabeça, porque quando uma pessoa fica em casa começa... Eu, para mim é importante, tenho que fazer qualquer

coisa, só os trabalhos aqui de casa não dá. Eu aliás quando acabo as aulas e entro em férias os primeiros quinze dias ando assim meia...acho que falta qualquer coisa e ando nervosa, fico ansiosa, mas acho que isso deve acontecer com toda a gente, não é só comigo. Depois quando já me sinto bem nas férias, acabam-se as férias. (risos) Nos primeiros tempos ando ansiosa, falta-me qualquer coisa.

[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);

Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

O critério da segurança e “estabilidade” económica foi decisivo para o rumo que a carreira profissional de Manuela tomou, pelo que a entrevistada contrasta um certo constrangimento que caracteriza a adaptação que o seu percurso obrigou - “sou uma pessoa que me adaptei àquilo que estava a fazer” - com o gosto pela profissão e a realização que observa no marido. Médico de clínica geral, Manuel faz consultas no seu próprio consultório e, simultaneamente, em clínicas privadas. No que toca à vida profissional, o gosto pela actividade que exerce evidencia-se numa carga horária, cujo volume, que não é fruto da necessidade, contrasta fortemente com a de Manuela. Ainda que o exercício da docência no ensino secundário não se esgote, como é sabido, nas trinta e cinco horas semanais, o tempo que Manuela dedica à sua profissão está muito longe das onze horas diárias, sábados incluídos, que Manuel dedica às suas consultas.

Eu acho que ele está a fazer aquilo que gosta. Mais do que eu! Eu sou uma pessoa que me adaptei àquilo que estava a fazer, e ele, à partida, está a fazer o que gosta e depois ainda dentro da especialidade - que ele é de gastro - ainda pode escolher aquilo que mais gosta. Ele dedica-se mais à parte do fígado, embora trabalhe em tudo, mas depois é mais especialidade nos problemas de fígado, etc. Portanto, eu acho que ele tem mais é que estar realizado.

[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);

Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

A este respeito, Felícia é mais precisa do que Manuela no que toca a comparar a sua realização como profissional com a situação do seu marido, que considera “mais realizado, nem que seja porque tem um negócio próprio”, admirando-o por ela própria se declarar “incapaz de arriscar economicamente como ele arrisca”. A “pessoa muito independente, muito criativa, muito dinamizadora” que exalta em Fernando contrasta com a sua necessidade de “estabilidade económica”, ou seja, de um contexto profissional que a isente de riscos financeiros.

Admiro o Fernando pelo seguinte: eu seria incapaz de arriscar economicamente como ele arrisca! Eu seria incapaz! Eu não sou nada empreendedora nesse sentido, prefiro o seguro... Eu sou dinâmica noutro sentido, desde que não envolva risco para a minha estabilidade. Eu valorizo muito a vida profissional dele, porque acho que ele se revelou uma pessoa muito independente, muito criativa, muito dinamizadora, pronto. Valorizo-o por isso. Às vezes achava que ele era demasiado preguiçoso, no sentido de se encostar muito ao pai. Eu também tive a minha vida muito facilitada por causa da minha mãe claro, a minha mãe é que me chamou a atenção para os concursos [para a função pública]. (...) Ele é mais realizado, nem que seja porque tem um negócio próprio.

[Felícia, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;

Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Esta percepção da diferença face ao seu marido reflecte de forma fiel a autonomia, associada ao estereótipo do homem, e o “ser situacional”, associado ao estereótipo da mulher (Amâncio,

1994), cuja “dinâmica” está, neste caso, dependente da “estabilidade” que o contexto profissional proporciona: “Eu sou dinâmica noutra sentido, desde que não envolva risco para a minha estabilidade”. Todavia, nem por isso Felícia confunde a realização pessoal através da profissão com a “estabilidade económica” que o seu emprego na função pública proporciona. A “sensação” de que, na profissão que exerce, não explora as competências que adquiriu na universidade não a autoriza a considerar-se plenamente realizada pela profissão. Apesar de se considerar “realizada profissionalmente” por ter alcançado o lugar que pretendia e de ter “a carreira bem feita” - “atingi a categoria que quero, estou no topo da carreira” - sente que lhe falta o gosto para a profissão que exerce, gosto esse que identifica em Fernando e que, aos seus olhos, justifica que o marido trabalhe o dobro do tempo - dez horas diárias - que dedica à sua actividade profissional.

Eu tenho a estabilidade económica e não é tanto nesse sentido que não sou realizada, mas é no da realização pessoal. Tenho a sensação que o curso de relações internacionais que aqui mal o aplico, tenho a sensação que aqui não me realizo profissionalmente no sentido em que tenho consciência que não trabalho o suficiente para aquilo que ganho. É nesse sentido. Não quer dizer que os funcionários sejam assim, há quem trabalhe muito e ganhe pouco. Aqui no Centro não se trabalha muito e eu não quero continuar assim para sempre. Eu estou realizada profissionalmente no sentido em que atingi a categoria que quero, estou no topo da carreira, eu já estou na carreira máxima da função pública que é ser técnica superior, daí sei que tenho a carreira bem feita, agora, no sentido de fazer aquilo que eu gosto, não.

[Felícia, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;  
Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

### 7.2.6 “Ser engenheira não é a minha verdadeira vocação”

A prioridade que estas mulheres com *estratégias familiaristas* concedem à carreira do homem pode finalmente prender-se com os objectivos gorados no que toca ao desenvolvimento da sua “verdadeira vocação” profissional. Casada com Eduardo, com quem tem dois filhos, Leonor é, também ela, engenheira civil e exerce a sua actividade no departamento de fiscalização de obras de um organismo do Estado. Leonor lamenta não ser médica, actividade profissional para a qual sempre sentiu “vocação”. Apesar de ter tido o êxito escolar necessário para ingressar no curso de Medicina em Coimbra, teve de respeitar a interdição dos pais de ir para fora de Lisboa: “o que eles diziam era o que se fazia”. Iguamente em vão, o segundo esforço para conseguir frequentar Medicina em Lisboa foi a derradeira tentativa de Leonor, que acabou por ingressar no curso de Engenharia Civil. Importa aqui observar em que medida a sua decisão resultou da vontade paterna. Ainda que Leonor tente justificar a permanência em Lisboa, junto dos pais, com a recíproca dependência emocional - “eu era muito agarrada aos meus pais... Pronto, havia muita dependência entre nós” - a sua “escolha” foi o fruto do exercício de autoridade de um pai que a conduziu, finalmente, a enveredar pela sua própria formação em Engenharia Civil, ainda que



Leonor prefira sublinhar as crescentes dificuldades de acesso a Medicina em Lisboa: “Não podia esperar mais, porque eu não podia estar anos assim nestas brincadeiras”.

Eu tinha média de dezoito e qualquer coisa, só que no ano em que eu pretendi entrar em Lisboa só havia vaga em Coimbra, a média em Lisboa era de dezanove e entretanto, como eu era muito agarrada aos meus pais... Pronto havia muita dependência entre nós e eles não me deixaram ir para Coimbra e eu não fui... Por mim tinha ido, mas eles disseram que não e o que eles diziam era o que se fazia, não fui. Fiz o tal ano cívico, aquelas coisas todas que existiram na altura, e aumentei a nota para dezanove. Estive um ano a trabalhar e depois, quando vou para entrar em Medicina em Lisboa, a média passou de dezanove para dezanove e meio, e eu tinha dezanove! Mais uma vez, tinha entrado em Coimbra. Outra vez, não fui. Não podia esperar mais, porque eu não podia estar anos assim nestas brincadeiras, como tinha uma média muito alta de ciências e de matemática, o meu pai disse “Vai para engenharia, eu ajudo-te”. Portanto, foi assim o meu curso. Os meus pais hoje reconhecem e estão arrependidos de não me terem deixado ir, porque eu acho que tenho é vocação para medicina, aliás o meu *hobby* é estudar Medicina. Mas pronto, tirei Engenharia e hoje faço-o com muito gosto, mas ser engenheira não é a minha verdadeira vocação. Mas pronto, agora já está, já está.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Doravante, no plano profissional, Leonor seguiria as pegadas do seu pai, também ele engenheiro civil e técnico superior na função pública. Três anos após ter estado a estagiar num “*atelier*” e a leccionar Matemática no ensino secundário, aceitou contrato no departamento onde hoje trabalha, mas não sem que antes tivesse sido confrontada com a discriminação pelo facto de ser mulher num universo profissional dominado por homens: “Não queriam saber mais nada, não queriam saber se eu tinha tirado o curso com vinte ou se com dez: ‘É mulher, não vale a pena inscrever-se!’. Era quase explícito!”. Mas, se nem todas as empresas lhe “barravam logo o caminho à entrada”, uma vez aberta a possibilidade de se enquadrar num emprego na função pública - à semelhança, de outras entrevistadas com *estratégias familiaristas* - pôs termo aos seus esforços, declinando as oportunidades que entretanto lhe surgiram no sector privado: “quando fui chamada, já não me interessava, porque já tinha entrado no quadro, porque realmente estar no quadro na função pública...” .

Eu acabei o curso e estive a dar aulas de matemática no secundário...durante três anos. Fazia ao mesmo tempo, estagiava aqui e dava aulas... Quer dizer, também porque uma pessoa quando acaba o curso onde é que vai? Eu não quis estar sem fazer nada, estar sem fazer nada não dava muito com o meu feitio, tinha que arranjar uma ocupação qualquer. Como sabe os estágios não têm um horário pré-destinado, faz-se o horário como se quiser e estive assim quase três anos, a estagiar sem remuneração nenhuma. Portanto, está a ver se eu não estivesse a dar aulas?! Depois entrei aqui com vínculo e então desisti das aulas. Pronto, foi assim até agora. (...) Eu concorri a muitas empresas, mas só pelo facto de ser mulher, a maior parte das empresas barravam-me logo o caminho à entrada. Não queriam saber mais nada, não queriam saber se eu tinha tirado o curso com vinte ou se com dez: “É mulher, não vale a pena inscrever-se!”. Era quase explícito! Eu inscrevi-me em quase todas as empresas e só fui chamada para duas, está a ver? E nessas duas, quando fui chamada, já não me interessava, porque já tinha entrado no quadro, porque realmente estar no quadro na função pública...

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Foi já no contexto profissional onde hoje trabalha, a pretexto de uma acção de formação, que conheceu Eduardo. Também ele engenheiro civil, Eduardo é filho de um director de

departamento de um organismo estatal que está na dependência daquele onde Leonor trabalha. Eduardo, porém, pôde sempre optar por trabalhar “em função liberal” como consultor. Dez anos mais velho que Leonor, Eduardo trabalhava já no seu próprio “*atelier*” quando se conheceram, tinha a entrevistada vinte e oito anos de idade.

O pai já era director de um departamento, portanto começou a trabalhar com o pai, depois foi subindo, subindo, depois mudou... Era outro organismo, mas também pertencia a este... Ele estava noutra departamento. Depois veio também para a gestão e depois foi para os projectos. Nós fizemos o PDM, tanto ele como eu tivemos na formação do PDM e pronto. Mas sempre trabalhou em função liberal. Enquanto eu estava no *atelier* por conta de outrém e ele esteve sempre num *atelier* dele próprio. Era uma casinha mais uns amigos e juntaram-se todos para fazer umas coisas e pronto, e foi assim que ele foi começando e hoje tem uma coisa dele.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

À convicção de que exerce uma profissão de segunda escolha veio acrescentar-se o sentimento de “estagnação” na carreira, uma vez que, segundo Leonor, não são abertas vagas no seu departamento para que possa progredir nos estatutos da função pública, pelo que desabafa: “A minha ideia não era estar onde estou.”. Esta acumulação de intenções e tentativas frustradas não deixa assim de ser cúmplice na elaboração de uma *estratégia de conciliação família-trabalho* que secundariza a vida profissional da mulher - “já não é essa a minha luta (...) já não vale a pena fazer nada disso” - para que se concentre mais, e sobretudo, na vida familiar - “Agora sinto que tenho que dar às minhas filhas a atenção que elas precisam”.

Aqui só abrem quando há vagas. E se não há vagas, não abrem, e então passamos a vida nisto. Há quase vinte anos que estou estagnada. A minha ideia não era estar onde estou, mas pronto! Se não chegar a minha vez, também já não me preocupa muito. É mais ou menos essa ideia. Agora, também já não é essa a minha luta, não é essa a minha luta. Neste momento, estou com quarenta e quatro anos e acho que já não vale a pena fazer nada disso, está a ver? Profissionalmente não me vou valorizar em muito, vou perder tempo para estar com as pessoas que quero para fazer isso e não vou ter grandes vantagens nisso, nem a nível aqui de serviço, nem a outro nível... Agora sinto que tenho que dar às minhas filhas a atenção que elas precisam. Para estar com elas e para os estudos e isso tudo, tenho que estar livre e se fizesse isso tudo, se calhar não estava. Há que fazer opções.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

É no contexto de uma sucessão de condicionamentos que se prendem com a desigualdade entre os homens e as mulheres que deve ser enquadrado o discurso de Leonor, quando afirma “Há que fazer opções”, “opções” essas que, obviamente, Eduardo não foi conduzido a tomar, uma vez que a prioridade, no contexto deste casal, é sem dúvida atribuída à sua carreira profissional. Resta referir que, tal como outras entrevistadas com *estratégias familiaristas*, Leonor encontra na profissão sobretudo razões terapêuticas - “como qualquer pessoa, é bom ter a vida ocupada e a cabeça ocupada, e não ser só com problemas de casa” - que, no entanto, não deixam de ser questionadas perante uma visão racionalista que reduz o valor do trabalho feminino ao seu salário, aqui obviamente muito inferior ao do homem, para efeitos de

comparação com os custos de substitutos funcionais da mulher nalguns encargos com a família. Afinal, ela própria não deixa de reconhecer que “ele se calhar até preferia que eu não trabalhasse, porque o que eu ganho não vem contribuir em nada”.

Porque repare, uma pessoa quando tem filhos... a escola, os infantários, tudo isso é tanto dinheiro que uma pessoa, se calhar, se pensar bem o que ganha aqui praticamente não dá para pagar as despesas todas inerentes ao filho, não é? Pronto, eu pago a escola, mais o infantário, mais o comer, mais a empregada para os ir buscar, para os ir trazer e não sei o quê, e o que eu ganho aqui não dá para isto tudo. Portanto, se eu não tivesse empregada podia tê-los, ir buscá-los, está a ver? Gerir o dinheiro de outra maneira. Portanto, ele se calhar até preferia que eu não trabalhasse porque o que eu ganho não vem contribuir em nada. Pago algumas despesas, mas se não trabalhasse também não as tinha, portanto acaba por ser... Mas acho que é essencial exercer a profissão, como qualquer pessoa, é bom ter a vida ocupada e a cabeça ocupada, e não ser só com problemas de casa.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

### 7.2.7 A possibilidade de “organizar” e “programar a vida”

A *estratégia familiarista* supõe, enfim, que a actividade profissional possibilite à mulher “programar”, mais do que “organizar”, a vida do casal e da família, à qual dá, como a própria designação da *estratégia* indica, prioridade. A título ilustrativo, veja-se o percurso de Joana. Mãe de um filho, Joana é médica imunohemoterapeuta num hospital público. Sublinha que a transferência do Instituto de Sangue, onde começou por trabalhar logo após ter feito o internato na especialidade, para um hospital do Estado ficou a dever-se não apenas ao carácter menos “enriquecedor” desse contexto profissional, mas também, e sobretudo, à incompatibilidade de uma actividade profissional demasiado intensa para quem pretende assegurar, acima de tudo, o tempo para a família. Fora do hospital, as exigências de uma carga horária mais pesada revelaram-se incompatíveis aos olhos desta médica que se impõe “organizar” e “programar a vida” familiar.

Fiz o internato na especialidade. Depois fui para o Instituto de Sangue, onde estive cerca de dois anos e meio, e depois voltei para cá, porque não gostei do tipo de actividade, porque era um tipo de actividade que, para já, em termos profissionais não me enriqueceu tanto, porque eram só vendedores. E depois era uma situação que não conseguia organizar a minha vida. Eu tinha só urgências de doze horas, mas depois tínhamos brigadas que acabavam por ser quase todos os fins de semana e tínhamos os fins de semana, quase todos, ocupados. Conclusão, não conseguíamos programar a vida, e isso acabou por ser mau, porque eu, dentro do possível, queria ter um fim-de-semana com a família e queria programar os meus tempos livres com a minha filha que precisa do nosso convívio, porque quando ela for adolescente vai ter a vidinha dela e vai ter direito a ela, mas precisa de se sentir apoiada e então eu acabei por voltar para cá e pelo menos já consegui orientar a minha vida, em termos de uma escala de serviço, em que eu pudesse programar a minha vida particular, de família. Portanto acabei por sair de lá.

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

As decisões que levam a restringir a actividade profissional ao limite tolerado pelos encargos com a vida familiar não são, assim, explicadas pela contenção de uma ambição ou pela abdicação de uma realização pessoal por determinado tipo de carreira. De facto, Joana assume

a opção de regressar a uma actividade hospitalar que exige menos de si, pese embora o incentivo e o apoio logístico do próprio cônjuge, sobretudo substituindo a sua presença junto da filha.

Entretanto quando estive no Instituto de Sangue tirei um curso também, que foi o meu marido que me incentivou, um curso de administração hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública. Foi um ano em que ele deu imenso apoio à minha filha. Porque eu trabalhava de manhã e tinha aulas à tarde, chegava a casa à noite... Foram dois anos assim.  
[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

Deste modo, o significado da actividade profissional de Joana é fortemente contrastante com o percurso profissional do seu marido, cuja progressiva ascensão social é motivo de admiração e orgulho para esta mulher. Na verdade, é a própria *estratégia feminina de articulação* que privilegia a vida familiar em detrimento da actividade profissional que permitiu a concretização dos objectivos profissionais de João, em particular o próprio “objectivo” de se “licenciar em Direito”. A morte do pai, tinha João quatro anos de idade contribui para que começasse a trabalhar logo desde criança, com onze anos, tornando-lhe a “vida muito difícil”. Filho mais novo de pais idosos, João “tomou a responsabilidade da mãe”, o que o deixou sem “estabilidade para seguir os estudos”. De acordo com a entrevistada, a vida de João “complicou-se” ainda mais quando se casou com a ex-mulher, passando a ter de “sustentá-la”, bem como a sua mãe e a sua filha. “Muito complicada, muito conflituosa”, a primeira relação conjugal nunca teria permitido a este homem concretizar a ascensão social que só o casamento com Joana, que deu prioridade à família e à carreira masculina, veio possibilitar: “eu não pus a fasquia muito alta, porque optei por ter uma vida familiar”. Oito anos mais nova do que o marido, Joana “estava a fazer o internato” quando conheceu João. Procurava adquirir um apartamento com o montante que resultou da alienação do património agrícola dos pais e João trabalhava na empresa de mediação imobiliária à qual se dirigiu.

O meu marido quando o conheci trabalhava numa agência imobiliária e tinha só o antigo sétimo ano... Não, o antigo quinto ano da comercial. (...) O objectivo dele, e ele tem imenso jeito, era licenciar-se em Direito. Foi um conhecimento fluido, quer dizer, ele mostrou-me a casa, achei-o simpático, mas nada de especial. Depois com o contacto mais continuado, o processo ainda demorou algum tempo até se fazer o contrato, aliás até se fazer a escritura. Entretanto como a empresa era ali próxima eu acabava por ir *n* vezes pedir para ir mostrar a casa a amigas, e depois ele acabava por me telefonar. Houve uma vez que me convidou para ir tomar um café, depois começámos a ter uma certa afinidade e, pronto, acabámos por começar a namorar. Ele estava a sair do segundo casamento, estava ainda na fase de divórcio nessa altura. (...) A relação do primeiro casamento dele foi muito complicada, muito conflituosa... Praticamente era ele que sustentava a família, o meu marido trabalhava de noite e de dia. Foi uma vida muito difícil e ele não tinha estabilidade para seguir os estudos. Porque entretanto ele era para continuar os estudos mas teve que ir para a tropa, depois da tropa foi o 25 de Abril e ficou desempregado e entretanto depois casou-se e continuou a ter que dar apoio à mãe e à mulher, depois nasceu a filha... Foi uma vida muito complicada. Ele nunca conseguiu ir mais além.  
[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

Enquanto esteve casado com a sua ex-mulher, João “trabalhava de noite e de dia”. Com Joana, foi possível a João não apenas concluir a licenciatura em Direito como concentrar-se na progressão numa carreira, o que não se traduziu necessariamente na atenuação da carga horária de trabalho, mas no modo como este homem passou a aplicar o tempo dedicado ao trabalho profissional. A prova está em que João tem uma carga horária de onze horas nos dias úteis, reservando os fins-de-semana para se preparar para o exame da Ordem dos Advogados, carga horária essa muito superior às quarenta horas semanais que Joana dedica à sua actividade profissional. A entrevistada não deixa, portanto, de confessar que, “inconscientemente, abdiquei mais do que o meu marido”.

Acho que a fasquia dele é mais alta, mas ele consegue atingi-la. Como lhe disse eu não pus a fasquia muito alta, porque optei por ter uma vida familiar... Quando começámos a ter uma vida mais estável, eu insisti com o meu marido para se ir inscrever no ensino secundário. Depois entrou para a Faculdade Clássica, não foi para nenhuma privada... Estudou de noite, tirou o curso de noite, a trabalhar. Portanto, acabei por ser eu a dar mais apoio... Quando eu estava grávida, ele estava no segundo ano de direito. Isto foi em três anos que ele conseguiu entrar para a faculdade. (...) Ele trabalhou na função pública, primeiro como motorista da Câmara, depois como fiscal e agora como jurista.. A função dele era em termos dos contratos de empreitada, que são feitos aos proprietários dos imóveis em estado de degradação, a situação dos arrendamentos, tentar resolver os problemas às vezes de pessoas que contratavam empreiteiros para recuperação dos imóveis e depois os empreiteiros não faziam as coisas, regulamentar esses processos, situações de pessoas que não participavam, que não queriam sair de casa, porque eles têm que ter durante uns tempos... Alojamos as pessoas em casas provisoriamente até serem recuperadas... Ele agora está reformado, porque entretanto começou a trabalhar aos onze, começou a descontar aos catorze, depois juntou as duas coisas. Reformou-se agora quando saiu esta nova lei, esta proposta de lei do ano passado, pediu os papéis... Ele era para continuar como jurista mas agora está a tirar o estágio de advocacia... Portanto ele ficou só como jurista... uma coisa que eles agora têm que fazer que dantes não era, mas agora na Ordem dos Advogados têm que fazer treze meses de aulas. Ele já está num escritório de um amigo dele que foi professor dele na faculdade e que ficámos amigos... já está a fazer o estágio e ao mesmo tempo conseguiu um contrato de avença com ele, porque gostaram muito do trabalho dele na zona de reabilitação... A história de fazer estes treze meses para a Ordem vai ser tudo à noite, vai voltar a estudar à noite que é para ter esta disponibilidade. Mas a minha filha já está mais autónoma... Onde já começou foi no escritório, já está no escritório a trabalhar. Já tem ido a julgamentos, a dar apoio, a ver processos. Está a fazer o estágio com o colega dele e ao mesmo tempo tem ido voluntariamente à câmara, porque há ali uma série de problemas que ficaram por resolver no serviço onde ele esteve... Contrataram-no como avençado. Ele está a fazer trabalho de consultadoria. Porque eles não têm lá juristas e eles gostaram muito do trabalho dele e às vezes são pincéis que são um bocado complicados de resolver e ele tem muito jeito para aquilo e resolve aquilo muito bem, mesmo a Directora Municipal gostou imenso do trabalho dele. Ele é uma pessoa que é muito competente e muito responsável...

[Joana, 42 anos, médica imuno-hemoterapeuta - hospital público;  
João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

### 7.3 Uma divisão diferenciada do trabalho doméstico

Nos casais com *trajectória de hipergamia prioritária*, a mulher procura conseguir uma disponibilidade à semelhança, tanto quanto possível, de uma total entrega à família e, sobretudo, aos cuidados e acompanhamento dos filhos, reduzindo a carga horária, sem, ainda assim, questionar o significado e o valor do seu trabalho nem tão-pouco interromper o exercício da sua actividade profissional. Ora, este esforço no sentido da conciliação do trabalho profissional da mulher com a vida familiar é proporcional a um desejo feminino por uma descendência que ultrapassa quase sempre o número de filhos possível num casal numa situação de duplo

emprego. Por outro lado, este desejo traduz uma forte fusão da mulher com a maternidade e a família, fusão essa que, consubstanciada no controlo que a mulher exerce sobre a gestão da vida familiar, desde os cuidados com a criança às tarefas domésticas, se traduz numa divisão sexual do trabalho diferenciada que liberta o homem para os seus próprios projectos e ambições profissionais. Por outras palavras, a realização da mulher através da maternidade vai de par com uma libertação do homem em relação aos encargos com o acompanhamento quotidiano dos filhos, ainda que estas entrevistadas reconheçam a participação masculina quando os filhos eram bebés. Planeados ou não, os filhos são tão desejados como implicam uma dedicação proporcional a esse desejo. *Grosso modo*, estas mulheres tanto reclamam para si a tutela da logística afecta aos cuidados com a criança e às tarefas domésticas como empolam a pontual participação do homem, porquanto sobrevalorizam qualquer atitude que demonstre a sua colaboração no trabalho doméstico.

### 7.3.1 A desvinculação do homem

A carga horária da profissão do homem é invariavelmente bastante superior à carga horária da profissão da mulher nos casais cuja *trajectória* se define pela *hipergamia prioritária*.<sup>3</sup> Os casos mais extremados são o de Manuela e o de Felícia, cujas profissões têm uma carga horária que perfaz cerca de metade da carga horária da profissão dos seus cônjuges. Com uma profissão que lhe consome apenas cinco horas diárias, Felícia, por exemplo, tem “tempo suficiente para estar com eles [filhos] e sobra”, enquanto Fernando, empresário, “trabalha imenso”, ou seja, dez horas por dia. Mas nos restantes casais com *trajetórias de hipergamia prioritária*, a mulher tem também uma actividade profissional que lhe ocupa muito menos horas por dia que a do cônjuge. Nalgumas situações, a carga horária da profissão feminina não representa mais do que dois terços da da profissão masculina (Amália, Ivone, Filipa e Irene) sendo que, nos casos de maior proximidade, o horário profissional da mulher representa quase três quartos do horário profissional do homem (Joana, Anabela e Leonor). Assim, a título de exemplo, Ivone reconhece que *as profissões* do seu marido, docente universitário e advogado, ocupam-lhe “bastante mais” horas por dia do que a sua própria actividade profissional.

---

<sup>3</sup> Ainda que o horário de trabalho possa, na prática, extravasar o horário formal, sobretudo nas profissões mais exigentes em recursos educacionais, onde parte do trabalho é frequentemente executado em casa, ou seja, fora do horário e do local de trabalho, o número de horas que cada cônjuge está ausente de casa por razões profissionais consiste, em nosso entender, num indicador eficaz para revelar os modos de divisão familiar do trabalho profissional em todas estas situações de duplo emprego.

Ele não vai cedo a não ser algum dia que tenha que levar o miúdo ou os miúdos à escola, mas também se levanta um pouco mais tarde, vai para o escritório - isto, agora que não está a dar aulas - ou fica em casa a trabalhar na tese. Em alturas de aulas, ele também sai mais tarde. Nunca está antes das dez e meia, onze horas, a não ser casos excepcionais, no escritório, está no escritório e depois no final do dia vai para a faculdade dar as aulas e depois é que regressa a casa... À vontade mais de dez horas, contando com as horas que ele depois está em casa também a trabalhar, sem dúvida...Trabalha muitas horas por dia e vai tentando, de facto, ajustar as coisas do escritório e a faculdade. Neste momento, está de licença para o doutoramento, não está a dar aulas, mas tem estado sempre. Dá aulas à noite e está no escritório durante o dia.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Semelhante é também a situação das médicas Amália, Anabela - casadas com médicos que optaram pela carreira no sector privado - e Joana - casada com um jurista reformado que frequenta as aulas na Ordem dos Advogados com o propósito de vir a exercer advocacia. Estas médicas têm de reservar um dia por semana para estar de banco no hospital, mas os restantes dias da semana são apenas preenchidos com seis horas diárias de carga horária. Já no que toca ao horário de trabalho dos cônjuges, a carga diária eleva-se para onze horas, com a particularidade de o marido de Amália trabalhar seis dias por semana, e o de Joana reservar, antes de se reformar, o fim-de-semana para trabalhar por sua própria iniciativa, tendo na reforma aplicado os mesmos horários de trabalho ao estudo para o exame da Ordem de Advogados.

Ele despachava muita coisa ao fim-de-semana, mas por ele querer, porque não era obrigado. Ele aproveitava o tempo livre para estudar, de maneira que despachava trabalho ao fim-de-semana, nunca teve processos atrasados. E depois durante a semana, organizava o processo que tinha em mãos... Ele vinha e à noite ia estudar para a faculdade... Sentíamos mais, e até era mais eu quando eu estava no Instituto e deu-se aquela situação de não ter os fins-de-semana, isso era mais complicado. No fundo, não era pelo trabalho, era pela imprevisibilidade de organizar a vida, era mais isso.

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

O meu marido trabalha pelo menos dez horas por dia. Muito mais do que eu e trabalha todos os sábados. Porque repare, ele faz muitas cirurgias e nos dias de cirurgias... O que dá dinheiro na Medicina é isso, não são as consultas. E não tem comparação, ele ganha muitíssimo mais do que eu.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Com um horário de trabalho mais pesado, o homem está logicamente menos disponível do que a mulher para a vida familiar, mas a sua indisponibilidade extravasa o horário em que está ausente de casa. Como sublinha Irene, "o meu marido nunca achou muita piada fazer muita coisa em casa... o meu marido não tem tempo, ele trabalha imenso. Ele não faz muito, não tem tempo... É a empregada e sou eu também". Quando muito ocasional e geralmente circunscrita aos momentos em que está livre dos encargos profissionais, qualquer iniciativa de apoio do homem não deixa de ser, nalguns casais, valorizada pela mulher. De sublinhar que, com óbvias repercussões na disponibilidade para a vida familiar, esta divisão de encargos profissionais sexualmente diferenciada desenvolve-se desde o início da vida em casal. As palavras de Amália,

médica casada com médico, ilustram bem o acordo que os membros do casal estabelecem originalmente no sentido desta divisão sexual do envolvimento profissional no casal: “Essa opção foi tomada no início. Portanto, ele ia para uma especialidade com privada, e eu não. Portanto, eu nunca o acusei de não ter tempo para a família.”. Ainda assim, esta mulher sentiu as consequências da partilha diferenciada do trabalho doméstico num período particular da vida familiar, marcado pela ausência do desafogo económico de que hoje a família goza. Ou seja, quando não havia possibilidade de pagar a empregadas, Amália “tinha que trabalhar mais em casa”, enquanto “ele nunca assumiu”. Todavia, esta desvinculação do marido, médico absorvido com a sua actividade, parece-lhe compensada por pequenos gestos do homem - como fazer a cama de manhã ou lavar a loiça em férias - que, pela excepção que representam, merecem a atenção e o reconhecimento da entrevistada.

Mas mesmo quando sobrava, ele nunca assumiu. Quando éramos mais novos e eu tinha que trabalhar mais em casa, não tínhamos dinheiro para pagar uma empregada... Ele em casa não fazia nada. Se bem que tenha piada, quando vamos de férias, por exemplo, ele ajuda-me imenso e é uma pessoa organizada, faz muitas coisas... Por exemplo, eu quando me levanto e enquanto vou tomar banho, ele faz a cama e arruma o quarto, manda os miúdos fazerem as camas deles... Eu gosto de cozinhar e sempre que eu cozinho é ele que lava a loiça, mas em férias. Quando estamos cá, não. Dantes, quando havia necessidade de ele fazer isso, ele não fazia. Portanto, por rotina, não faz.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Noutros casais, o trabalho doméstico constitui, de facto, um *foco de tensão*, sendo a desvinculação do homem encarada com mais ressentimento pela mulher. Leonor, por exemplo, aponta a “partilha que não existe”, referindo-se à própria desvinculação de Henrique em relação às tarefas domésticas, como o único ponto de atrito entre os dois, na medida em que considera trabalhar tanto como o seu marido - “Se uma pessoa trabalha tanto como o outro parceiro” - apesar da desigual carga horária das actividades profissionais.

Não, é só o facto de ele não ajudar nada. Pronto, mas isso não vale a pena. É a tal partilha que não existe. Já não vale a pena. Chega a uma certa altura que não vale mais a pena, está a ver? Claro que isso acaba sempre por ter implicações, não é? Se uma pessoa trabalha tanto como o outro parceiro e chega a casa e ele pode contribuir em alguma coisa e nada, começa aí a haver um bocadinho... Mas não é nada que seja insustentável. É controlável, claro. Já está, e não vale a pena.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;  
Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Nalguns casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, o homem participa ou substitui mesmo a própria mulher quando as circunstâncias não lhe deixam alternativa, ainda que a sua intervenção, em geral, seja invariavelmente atenuada, como se houvesse um acordo tácito no casal em relação à tomada de iniciativa, que é suposta partir da mulher. Assim acontece com Joana e o marido, que só “ajuda quando é preciso”, como por exemplo “passar uma semana com



os miúdos fora, na altura de férias, para eu poder estudar”, o que demonstra que, se a elaboração de uma *estratégia familiarista* não é totalmente antagónica à negociação conjugal, porém, não só não faz da negociação a regra de funcionamento do casal e da família, como não pode ser confundida com aquilo que, afinal, deve ser definido como uma cedência masculina excepcional perante cenários que dificultam a habitual intervenção feminina. No entanto, na medida em que se trata de uma mulher cuja prioridade que concede à família vai de par com uma situação de duplo emprego em que o homem é suposto estar muito mais disponível para o trabalho profissional, não se estranha que, no que toca ao trabalho doméstico, Joana sublinhe que, “quando ele pode não fazer, não faz”. O que acontece por regra, porque por regra “não é preciso”, ou não recaísse também sobre a entrevistada aquilo que a empregada não executa, como a preparação das refeições e a arrumação da casa.

O meu marido é assim: ele ajuda quando é preciso, quando não é preciso, não ajuda muito! Ele é uma pessoa extremamente prática, se eu agora estivesse uma semana fora ou isso... Por exemplo, quando eu fiz o primeiro exame e saí do internato complementar, ele por exemplo foi passar uma semana com os miúdos fora, na altura de férias, para eu poder estudar. Os miúdos na altura eram pequeninos, portanto isto foi em 92, o mais novo nasceu em 89, portanto, teria dois, três anos. Era um de dois, um de cinco e o outro com sete, e ele esteve uma semana com eles sozinho. Portanto, ele é muito eficiente, muito prático e consegue fazer essas coisas todas, mas quando ele pode não fazer, não faz.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Ainda que o ideal de divisão igualitária das tarefas domésticas seja partilhado por estas mulheres, só Felícia se manifesta empenhada em marcar a sua posição na defesa desse ideal. Bastante mais jovem que as demais, e casada há apenas nove anos, esta entrevistada diz esforçar-se por tentar levar à prática o ideal de divisão partilhada.

Deve-se dividir completamente as tarefas de casa. Eu acho que a casa é uma coisa dos dois... Eu tenho a certeza que se lhe disser “desculpa, mas tens que começar a passar a ferro, porque eu não aguento”, eu tenho a certeza que ele passava a ferro. Mas eu nunca lhe peço. Temos tarefas muito divididas, a não ser o passar a ferro e as refeições. A cozinhar, eu já lhe disse, “tens que cozinhar algumas vezes por semana, porque custa-me imenso cozinhar e já me custa ter criatividade para inventar novos pratos”. E então, muitas vezes, é ele que cozinha. Acho que é muito importante dividir.

[Felícia, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;

Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Todavia, uma vez que, face à sua própria actividade profissional, dá prioridade à família e à profissão do marido, cujo horário de trabalho – dez horas diárias – não deixa muito tempo à participação masculina idealizada por esta mulher, não surpreende que as atitudes desta sejam ambivalentes. Por um lado, Felícia sublinha o seu esforço em fazer com que o marido, uma vez presente, participe no trabalho doméstico. Por outro lado, de entre todas as entrevistadas, é Felícia quem tem a menor carga horária - cinco horas diárias -, o que lhe proporciona uma

disponibilidade para a família e a logística da casa que a inibe de recorrer ao auxílio de empregadas. É, portanto, inevitável que, sem outros apoios familiares, sobre ela pese a grande maioria das tarefas domésticas, sendo a alegada procura pela partilha obviamente limitada, quando muito, ao tempo que resta ao homem para a vida familiar. Em suma, Felícia parece encerrada na contradição de provar a si própria ser capaz de levar à prática o *ideal de partilha*, abdicando ela própria da sua actividade profissional a pretexto de uma *maior disponibilidade para os filhos* e para a casa. Só assim se explica a inibição na procura do apoio de uma empregada, apenas considerado justificável se Felícia não estivesse tão disponível.

Ele arruma muitas vezes o quarto deles, arruma o nosso quarto, limpa a casa de banho... Mas mesmo assim eu tenho sempre um bocadinho mais de carga, porque eu também trabalho menos horas. Tem a ver com isso, senão, se eu trabalhasse as mesmas horas que ele, eu tinha uma empregada. No fundo as refeições sou eu que faço, e como optei por não ter empregada e como trabalho menos horas em casa faço mais eu. Também não é uma grande diferença, porque passar a ferro sou eu que faço, as refeições sou muito mais eu, ele também faz algumas, mas sou muito mais eu. Se eu trabalhasse tantas horas...

[Felícia, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;  
Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Noutros casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, uma participação masculina mais activa representou a etapa inicial de uma diferenciação paulatina da divisão do trabalho, caracterizada pela progressiva desvinculação do homem face ao conjunto dos encargos domésticos. A situação de Ivone pode ilustrar este processo. Segundo esta entrevistada, uma maior repartição das tarefas não justificava inicialmente o recurso a uma empregada, mas Ivone foi "libertando" o seu marido "para ele se dedicar mais às coisas", o que se reverteu numa atenuação da participação do homem no trabalho doméstico. A atitude da mulher não se caracterizou por uma negociação perante os desafios de carreira com que ambos os membros do casal foram confrontados, porque, como sublinha, "era impossível para nós estarmos os dois a dedicarmo-nos ao mestrado". Ivone não abdica de um investimento na sua formação e na sua carreira profissional, mas esta é uma aposta adiada sem data prevista - "Um dia mais tarde, se eu me sentir com forças, vou fazer [o mestrado], já estão os miúdos mais crescidos e depois logo se vê." - uma vez que esta mulher dá prioridade à carreira profissional do marido, dispondo-se prestar mais acompanhamento aos dois filhos do casal e a assumir os restantes encargos domésticos.

Aquelas pequenas coisas de levantar a mesa, tentamos nós todos, até já o miúdo e a miúda vão ajudando a pôr a mesa e tirar a mesa. Sou mais eu, mas ele quando está, tenta também ajudar... Mas trabalho mais eu dentro de casa, sem dúvida. Isso tenho consciência... Quando nos casámos, as tarefas nesse aspecto eram mais repartidas... Entretanto o volume de trabalho no escritório e toda a dedicação depois ao mestrado e etc., eu fui libertando-o para ele também se dedicar mais às coisas. As coisas ou se fazem ou não se fazem, e não há tempo para tudo. Eu fui também deixando e sempre incentivando para ele ir avançando porque os dois... Em determinada altura, também pensei em fazer mestrado, mas era impossível para nós estarmos os dois a dedicarmo-nos ao mestrado, e depois não

tinhamos tempo para os miúdos, quer dizer, tinha que haver ali divisão das coisas e eu disse "Não, vai avançando, já estás nesse ritmo e vai avançando". Um dia mais tarde, se eu me sentir com forças, vou fazer [o mestrado], já estão os miúdos mais crescidos e depois logo se vê. Mas não me sinto mal com isso.  
[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;  
Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

No que toca aos cuidados com as crianças, a participação do homem está também obviamente circunscrita aos interstícios de tempo da sua pesada carga horária. Contudo, ao contrário das tarefas domésticas, a reduzida presença masculina nos cuidados às crianças é compensada com uma disponibilidade elogiada pela mulher que, a este respeito, é especialmente reconhecadora da dedicação do homem nos primeiros anos da vida dos filhos do casal. Cada gesto do homem é, assim, sobrevalorizado, porque entendido como resultado de um esforço para conseguir disponibilidade. Manuela refere que "senti que ele ajudou, ele sempre ajudou, ajudou de noite e tudo, levantava-me eu, levantava-se ele...", enquanto Ivone sublinha que "o meu marido não tem tanto tempo, mas tem tentado". Por sua vez, Felícia faz questão de sublinhar que, apesar de uma carga profissional diária de dez horas, o seu marido participa nos cuidados: "o dar o banho, de manhã, é ele que trata deles, é ele que lhes dá o leite, que os veste, lava-lhes os dentes, é ele que os arranja totalmente de manhã. Depois, à tarde, é também ele que lhes dá o banho". E também Irene, cujo marido, por motivos profissionais, estava ausente de casa "durante a semana", só podendo participar nos cuidados com o bebé aos fins-de-semana. Com pais e sogros a residir no Algarve, Irene terminava o seu horário de trabalho às dezasseis horas, só podia contar com o auxílio da empregada, pelo que desabafa: "era uma grande complicação para mim, porque estava cá sozinha!". A situação deste casal nos primeiros anos de vida do seu filho é elucidativa de como a prioridade que assume a profissão do homem nos casamentos com este tipo de *trajectória* implica que recaiam sobre a mulher os sacrifícios no sentido de conciliar a sua actividade profissional e os encargos com a criança, neste caso, unicamente partilhados nos fins-de-semana. A entrevistada faz, no entanto, questão de sublinhar que "quando ele estava, tinha uma óptima relação com o filho e fazia... Dava banho e fazia o *biberon* e o que fosse preciso".

Olhe, o meu marido sempre foi uma pessoa muitíssimo ocupada. Portanto, na altura, quando o meu filho nasceu... Ele era engenheiro civil e, pronto, quando as pessoas começam, sabe como é! De modo que foi para fora de Lisboa construir uma escola secundária e um centro de saúde e, pronto, tinha que ficar lá durante a semana e só vinha aos fins-de-semana e estava cá para reuniões à segunda-feira. De modo que - está a ver? - era uma grande complicação para mim, porque estava cá sozinha! A partir da altura em que a empregada se ia embora e eu ficava cá sozinha com o bebé. Eu trabalhava praticamente até às quatro, mais ou menos, das nove às quatro. Quando ele estava, tinha uma óptima relação com o filho e fazia... dava banho e fazia o *biberon* e o que fosse preciso.  
[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;  
Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

À medida que os filhos crescem e os encargos profissionais do homem aumentam, diminui a sua disponibilidade para estar com a família. A situação de Anabela e Álvaro é exemplo de que a crescente indisponibilidade do homem para a vida familiar não é alheia à divisão sexual dos papéis na educação. Com efeito, Anabela reconhece que o seu marido “acabou por ficar um bocado à parte disso tudo porque, pelo facto de não acompanhar [os filhos], está um bocado mais à margem”, mas ao mesmo tempo refere que é precisamente a sua progressiva “marginalização” no acompanhamento quotidiano dos quatro filhos do casal que lhe confere a “autoridade” que falta à entrevistada: “quando as pessoas estão mais, todos os dias, com os filhos acaba por haver mais uma abertura que dá eventualmente menos autoridade”.

De um modo geral é uma postura. Ele acabou por ficar um bocado à parte disso tudo porque, pelo facto de não acompanhar [os filhos], está um bocado mais à margem... Eu às vezes nem tenho sequer paciência para lhes pedir as coisas porque tenho que andar ali “faz e faz”, e ele às vezes diz que eu lhes facilito muito as coisas, que eu reconheço que é mau, não é? E quando ele manda, eles fazem e acabou. Por isso também há um respeito que eles têm por duas razões: para já porque acho que as mães é mais natural, ou quando as pessoas estão mais, todos os dias, com os filhos acaba por haver mais uma abertura que dá eventualmente menos autoridade. Também por uma questão de feito, porque eu sou muito menos autoritária do que ele.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Noutras situações, a participação do homem no acompanhamento dos filhos, sempre circunscrita aos interstícios da sua actividade profissional, passa sobretudo pela orientação intelectual e o apoio nos estudos sobre assuntos que a mulher não domina, como acontece com Irene e Horácio. É sobretudo nesta dimensão dos cuidados à criança que o homem revela ser mais participativo. No caso de Irene e Horácio, os filhos têm vindo a adquirir competências que só o homem está preparado para acompanhar, enquanto a mulher, a esse respeito, confessa ser “completamente ignorante ao pé deles”, apesar da sua permanente disponibilidade: “Estou ali em casa, estou disponível para eles.”. Com efeito, nos primeiros anos de escola, foi Irene quem acompanhou os filhos nos trabalhos escolares, tendo também sido ela quem os preparou, tentando “ensiná-los”, uma vez terminada a escola primária, “como é que se deve estudar”.

Eu tive uma coisa que foi, eu achei que quando eles saíram da escola primária. O que eu fiz foi tentar ensiná-los como é que se deve estudar e claro que nessa altura, até porque aquilo é uma transição grande passar de uma professora para cinco professoras ou sete professoras, e aí nessa altura ajudei-os mais, não é? Mas depois, à medida que eles foram ganhando autonomia, fui-os deixando e eles também só falam comigo a nível de problemas escolares quando têm alguma dúvida ou quando precisam que eu os ajude por causa de alguma pesquisa em alguma enciclopédia por causa daquele tema que eles têm. (...) Não estou em cima deles. Estou ali em casa, estou disponível para eles. Hoje, nos estudos, o pai dá-lhe mais acompanhamento do que eu, porque aquilo que é preciso tirar dúvidas, físico-químicas, matemática, e o meu marido lembra-se disso tudo, dos pormenores todos da matéria, de modo que dava-lhe muito apoio e pronto. Eu às vezes era com a história e com... Este ano foi com a filosofia porque ele odeia aquilo, acha tudo uma estupidez, de modo que toca de estudar um bocado com ele... O meu marido adora informática, adora tudo o que é nova tecnologia e eu sou muito aselha para essas coisas. Ele é uma pessoa muito autodidacta, compra imensas revistas, estuda imenso para ele. O miúdo é muito nessa base, nessa linha, portanto desmancha tudo e sabe pôr tudo lá em casa, é uma coisa que eu de facto sou completamente ignorante ao pé deles e portanto é uma área que eu... E a música também.

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

Já Ivone está mais presente no acompanhamento quotidiano dos estudos dos filhos do que o marido, apesar de Henrique “tentar” dar um apoio escolar “mais próximo” do dia dos testes. Ivone também recorda que “era mais eu na primária”, sendo que neste casal o homem começa, de igual modo, a acompanhar mais os seus filhos quando as matérias de estudo entram mais no seu domínio de competências - “O meu marido tem o domínio das línguas melhor, dá-lhe mais apoio do português e do inglês”.

Quem acompanha mais sou eu agora em determinadas áreas. Era eu mais na primária e agora eu mais em determinadas áreas e o meu marido vai tentando dar apoio noutras áreas. O meu marido tem o domínio das línguas melhor, dá-lhe mais apoio do português e do inglês, e eu dou-lhe mais apoio dentro das outras áreas. Estou com ele diariamente, vimos todas as matérias. Quando ele tem testes tentamos que ele estude, e depois vamos no fundo aprofundar um pouco as coisas e estou com ele.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;  
Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Resta referir que há casais onde o homem se arroga a uma imunidade no que toca a quaisquer que sejam os encargos familiares, evitando assim sentimentos de preocupação adicionais. A título de exemplo, é sobre Amália que recaem as decisões relativas ao universo da família, não propriamente em consequência de uma repartição sexual de domínios de poder, mas por uma desvinculação masculina consubstanciada em consenso – “ele está sempre de acordo com tudo” – desvinculação essa que a entrevistada resume, em jeito de desabafo, numa frase que atribui ao seu marido: “Eu já tenho muitos problemas, não me sobrecarregues!”.

Há coisas que sou eu que planeio e que faço e se tenho algum problema tento resolver sempre e não sobrecarregar [o meu marido]. Aliás, é uma frase do meu marido (...), ele diz “Eu já tenho muitos problemas, não me sobrecarregues!” Eu tento sempre resolver as coisas, e só se há alguma dúvida ou se tem algum interesse a escolha dele em determinado assunto é que eu lhe pergunto, senão resolvo e não... Com os filhos, com a casa, viagens, e eu decido e eu faço. Por exemplo, de há uns tempos para cá, desde que temos mais disponibilidade económica, costumamos ir viajar. Eu é que trato das coisas todas com a menina, das viagens... Eu é que decido, eu é que escolho.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

### 7.3.2 Dos apoios exteriores à assunção feminina do trabalho doméstico

Se, nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, a desvinculação do homem contribui para que sobre a mulher pesem quase todos os encargos com a família e a casa, não deixa, enfim, de ser importante sublinhar as ajudas e os apoios dados pela rede de familiares com que algumas entrevistadas puderam contar, sobretudo quando os seus filhos eram bebés. Ivone, por exemplo, residiu com o marido em casa dos pais até ao primeiro ano de vida do seu primeiro filho, que confiava à empregada da sua mãe. Mas Amália tem razões ainda mais fortes para reconhecer a importância de uma rede de apoio - “tive um vida facilitadíssima” – que foi

fundamental para reduzir o impacto da gravidez adolescente na prossecução dos seus estudos universitários.

Depois que nasceu o meu primeiro filho, a minha sogra disponibilizou-se para ficar com ele. Era uma pessoa que também estava em casa, também tinha empregada e ficava com o bebé todos os dias. Nós íamos para a faculdade, à noite jantávamos em casa dela. Portanto - está a ver? - se não fosse a minha sogra nem sei se teria conseguido fazer as coisas, pelo menos da maneira como fiz. Tive a vida facilitadíssima. O bebé ficava lá em casa e à noite jantávamos lá, ficávamos lá depois de jantar a brincar com ele até ele adormecer, vínhamos para casa e durante a semana ele dormia lá. Fazíamos isto todos os dias e ao fim de semana, à sexta à noite, traziamo-lo para passar o fim de semana connosco e nas férias também. Isto durante todo o tempo da faculdade.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Por sua vez, Filipa, também ela médica, declara que pôde sempre contar com o apoio da mãe e das irmãs da mãe, cuja proximidade residencial propiciou a troca de apoios, sobretudo no período em que a chegada dos seus dois filhos - tinha então a entrevistada vinte e oito e trinta anos – coincidiu com o internato. O apoio, sobretudo, da mãe explica que Filipa tenha prescindido do recurso a infantários nos primeiros três anos de vida dos seus dois filhos.

Sempre tive o apoio da minha mãe e das minhas tias, porque moram aqui perto. Portanto, sempre que eu precisava, tinha o apoio delas. O internato são cinco anos, o da minha especialidade. Acabei para aí com trinta e dois ou assim. Portanto acabei com essa idade e nessa altura é uma altura em que nós temos muito que fazer e estudar e apresentar coisas. Portanto é uma altura muito trabalhosa." "De manhã ia-os deixar com a minha mãe, porque eles só foram para o colégio com três anos de idade. Portanto até aos três anos, os dois, portanto quando o meu filho tinha três anos, a minha filha ainda tinha um e quando ele vinha da escola a carrinha ia levá-lo lá a casa da mãe, e depois eu ia lá buscá-los, ou eu ou o meu marido. Nessa altura, tivemos bastante apoio da parte dela, sobretudo com os filhos, não é?

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;  
Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

No entanto, nem todos os casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* puderam contar com o apoio logístico de familiares, ainda que, convém sublinhá-lo, estejamos perante mulheres cujas condições materiais permitem, no caso de uma ausência da rede familiar de apoio, o acesso a soluções de substituição nos cuidados aos filhos no seu horário de trabalho. A título ilustrativo, veja-se o caso de Ivone. Após ter residido em casa dos pais de Ivone durante o primeiro ano de vida do seu primeiro filho, o casal mudou-se para casa própria. A entrevistada recorda que, doravante, perante a indisponibilidade dos pais, das suas irmãs e dos sogros, "não tinha ninguém por perto que ficasse" com os seus filhos, pese embora dispusesse de uma empregada para a "limpeza da casa e de roupas". Em lugar de deixar os seus filhos com uma ama, optou por um infantário "ao pé de casa", justificando que, num infantário, "a probabilidade de lhes acontecer alguma coisa era menor". A preferência de um infantário observa-se também no caso de Leonor: "ter uma ama estava fora de questão (...) tem-se visto tanta coisa ultimamente que a gente às tantas desconfia um bocadinho daqueles ambientes tão fechados,

está a ver?”. Com os pais a residirem fora de Lisboa e “uma sogra muito velhota”, Leonor optou por colocar, “logo com cinco meses”, os seus dois filhos no infantário da Câmara, que ficava próximo da residência do casal. Já Irene, com os pais e os sogros a residir no Algarve, tinha que deixar o seu único filho com a empregada durante o seu horário de trabalho. Mas, se os pais só podiam vir “uma vez por mês” a Lisboa enquanto o seu filho era bebé, mais tarde - “desde para aí os cinco anos dele, ou quatro anos” – Irene pôde contar com o seu apoio, dispondo-se os avós a ficar com o neto no Algarve durante longos períodos de “quinze dias”, que proporcionaram à entrevistada experiências libertadoras: “isso para mim era excelente, porque permitia-me eu sair daqui e desanuviar, não ter que estar a fazer o jantar, porque tinha que ir a correr, porque não sei o quê, e pronto, era muito bom.”.

Os meus sogros estavam a trabalhar e não se mostraram também muito disponíveis a ficar com a criança. Os meus pais, como estavam longe, também... As minhas irmãs estavam a trabalhar e também não ficavam. Não tinha ninguém por perto que ficasse... Na altura já tinha uma pessoa em casa, mas era para ajudar nas questões de limpeza da casa e de roupas, não propriamente com a criança. A criança, eu achava que quem tinha que tratar era eu e mais ninguém. (...) Eu já conhecia o infantário, já lá tinha ido e etc. e tinha o exemplo de casais amigos que tinham lá as crianças e por isso eu fiquei completamente descansada. Eu preferia assim do que ficar numa ama, porque uma ama é uma pessoa que está ali com um número reduzido de crianças, sem dúvida, mas eu achava que ali o facto de serem mais... a probabilidade de lhe acontecer alguma coisa era menor. Achei que eram pessoas mais experientes talvez até para ficar com os bebés, e foi nesse sentido. O infantário também era ao pé de casa...

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Não tinha ajuda, porque os meus pais continuam a viver em Setúbal e eu vivo em Lisboa, portanto não dá muito jeito ir pô-los a Setúbal e ir buscá-los ao fim do dia, não é? Foi para o infantário logo com cinco meses. Eu tinha o infantário da Câmara, é um serviço de infantário próprio e era exactamente ao pé da minha casa, quer dizer, era talvez a uns cento e cinquenta metros. Não havia outra hipótese. A minha sogra era muito velhota, os meus pais não podiam e ter uma ama estava fora de questão, por tudo aquilo que as amas, em geral... Pronto, é uma figura que eu não simpatizo muito. E depois tem-se visto tanta coisa ultimamente que a gente às tantas desconfia um bocadinho daqueles ambientes tão fechados, está a ver? Eu preferi pô-los numa creche, onde há mais gente. Tenho mais confiança nisso do que realmente estar a entregar a uma pessoa que não conheço de lado nenhum. Então escolhi a creche e não estou nada arrependida, porque ela foi sempre muito bem tratada e começou desde pequenina a partilhar a vida dela com outras crianças e hoje é uma miúda extrovertida.

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Eu tinha uma empregada na altura e quando ele nasceu ficou com ele em casa e depois aos três anos foi para o colégio. Os meus pais vinham cá com muita regularidade... Não se pode vir a Lisboa do Algarve uma vez por semana, não é? Vinham por exemplo uma vez por mês e estavam cá uma semana, pronto, era desse género... Ah, e depois havia uma coisa muito boa e vivida sem culpa nenhuma, que foi desde para aí os cinco anos dele, ou quatro anos, que era capaz de passar quinze dias com os avós no Algarve e isso para mim era excelente, porque permitia-me eu sair daqui e desanuviar, não ter que estar a fazer o jantar, porque tinha que ir a correr, porque não sei o quê, e pronto, era muito bom.

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

Contudo, recorde-se que, independentemente dos apoios exteriores que estas entrevistadas possam, ou não, ter usufruído nos cuidados à criança, é sempre sobre a mulher que recaem os principais encargos com os filhos. Como sublinha Ivone, “A criança, eu achava que quem tinha que tratar era *eu e mais ninguém...*”. A presença do homem, a cuja carreira profissional estas mulheres dão precedência, é assim ténue quando os filhos são bebés, ainda que, neste plano, a

participação masculina tenha sido muito mais activa do que no plano das tarefas domésticas. Como refere Amália, “só era preciso ficar um, e ele trabalhava e eu não”. Quando necessário, é sempre a mulher quem toma a dianteira nos cuidados à criança, tendo sempre presente a função de “compensar” a ausência do homem. “O meu marido está menos tempo com eles durante o dia e eu”, reconhece Ivone “tento, de facto, compensá-los”.

O banho era eu que lhe dava quando chegava ao fim do dia. Mas a minha sogra ficou com ele todos os dias. O meu marido ajudava-me em tudo, mas quando o meu primeiro filho estava doente, por exemplo, a minha sogra não ficava com ele, porque tinha medo, e eu trazia-o e era eu que ficava em casa. Mas era a única altura! Também só era preciso ficar um, e ele trabalhava e eu não.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Tentava sair daqui o mais cedo que eu podia (...), sempre um pouco mais cedo para poder acompanhar a criança (...), para ir buscar o miúdo. E quando foi a miúda foi a mesma coisa, também saía mais cedo e chegava um pouco mais tarde para poder amamentar... Porque eu tenho que estar com eles, porque eu gosto de dar acompanhamento aos miúdos e, no fundo, nesta fase tento estar mais tempo com eles, porque o meu marido está menos tempo com eles durante o dia e eu tento, de facto, compensá-los, dar o apoio na escola necessário, etc. O meu marido não tem tanto tempo, mas tem tentado, esteve durante o ano sempre... E tentava saber quando é que ele tinha os testes. Depois, mais próximo dessa altura, tentava também lhe dar umas luzes e estar um pouco com ele.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Com ou sem apoio de familiares nos cuidados à criança, estas entrevistadas defrontam um complexo de encargos provenientes quer da manutenção de uma casa, quer do acompanhamento dos filhos na idade escolar, quer ainda do exercício de uma actividade profissional, de que elas, como vimos, não estão dispostas a abdicar, pelo que a maioria não dispensa o recurso a empregadas. A título de exemplo, quando Ivone e o marido saíram de casa dos pais da entrevistada para ir viver com o seu primeiro filho, ainda bebé, para casa própria, sentiram necessidade de contratar uma empregada, que vinha então substituir os serviços anteriormente prestados pela empregada da mãe, quer nos cuidados ao bebé, quer nas tarefas domésticas.

Enquanto estava em casa da minha mãe não precisava de empregada, porque a minha mãe já tinha empregada. A partir do momento em que passei a ter a minha casa deixou de haver propriamente *baby-sitter*: era a empregada que tomava conta das crianças. (...) Eu tinha depois que arrumar a casa e preparar as refeições. Muitas vezes estão semi-preparadas, mas há sempre aquela última preparação que é preciso fazer, não é? (...)

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

No entanto, a avaliação que estas entrevistadas fazem das empregadas é tanto mais crítica quanto mais competentes elas próprias se consideram no que toca ao desempenho das tarefas domésticas, por um lado, e quanto maior o volume de tarefas não realizadas, uma vez terminado o horário de trabalho da empregada, e que assim recaem sobre a mulher, por outro. “A casa nem



sempre está muito limpa”, porque “elas já de si são moles”, são expressões utilizadas por Anabela.

A empregada neste momento tem a miúda em casa. Elas já de si são moles, e com a miúda em casa tem a desculpa de não fazer. E também os miúdos vão almoçar a casa. Portanto, ela teoricamente faz as camas, lavas as casas de banho e faz a comida... Fica muita coisa para eu fazer, muita coisa, desde a roupa... A roupa é a coisa mais complicada, porque nasce todos os dias roupa para lavar e para engomar. E, portanto, eu chego a casa e devia pelos menos arrumar a roupa e pôr a roupa na máquina, uma série de coisas que eu não consigo fazer e que devia fazer, a casa nem sempre está muito bem limpa.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Mesmo quando se trata de empregadas que já trabalhavam em casa dos pais, o cunho crítico não deixa de estar presente no seu discurso, como é o caso de Joana, que contudo reconhece e valoriza as “muitas qualidades humanas” e o “grande apoio” no auxílio que ela própria tem de prestar à sua mãe doente. Se os filhos são ainda mais prioritários do que a logística da casa, fica então explicado que a exigência cresça quando se opta pela empregada como substituto da mulher na sua ausência. Assim o revela o discurso de Joana, que lamenta uma empregada “limitada de inteligência” e “analfabeta”, a quem portanto não delega o cuidado da filha.

Temos uma empregada que a gente já considera da família, porque mora em frente à casa dos meus pais. Já me conhece desde bebé e é já uma pessoa com sessenta e oito anos e eu gostava que fosse ela... Continua a ser nossa empregada. Sempre. Tem sido um grande apoio, agora para a minha mãe também e com a minha filha, também. Nós pensámos falar com ela para ela ficar com a menina e, digo-lhe, ainda bem que não ficou, porque é uma pessoa que tem muitas qualidades humanas, mas é analfabeta. Mas não é por falta de oportunidade! É porque não consegue aprender a ler. Deve haver ali um problema, e é uma pessoa um bocado limitada de inteligência. E então, para a minha filha, ter ficado em casa com esse apoio acho que era mau...

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

Quase todas as entrevistadas na amostra contam com o apoio de empregadas, mas nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, o que a empregada deixa por fazer, ou não é suposta fazer, fica invariavelmente a cargo da mulher. A título de exemplo, Manuela pode contar com uma “mulher-a-dias” para realizar as tarefas mais pesadas, mas cabe-lhe a si assegurar que o jantar seja servido, mesmo “se cada pessoa chega à sua hora”.

É a minha mulher-a-dias que faz as tarefas mais pesadas, e eu faço o resto. (...) O meu filho está em arquitectura, mas mandou uns currículos e foi chamado. Fez um curso e agora está a vender seguros das seis da tarde às dez da noite. Ele vai para lá todas as noites e só chega a casa às dez e meia. É outro que vem jantar, de maneira que eu às onze da noite ainda estou a arrumar as coisas na cozinha, porque cada pessoa chega à sua hora. Eu já disse

[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);

Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

Ainda assim, em função das possibilidades do casal, a empregada realiza as tarefas que a mulher não aprecia ou aquelas que considera mais pesadas. Nalgumas situações, a delegação das tarefas domésticas em empregadas é bastante abrangente, ao ponto de à mulher restar uma orientação da logística doméstica. É o caso de Amália, cujas tarefas que actualmente desempenha se confinam ao fim-de-semana na cozinha, porque “gosta” de cozinhar, considerando já quase dispensável a orientação da logística da casa, dada a antiguidade das duas empregadas com quem pode contar: “já são tão antigas que eu quase já não dou ordens”. Para além dos apoios familiares de que pôde usufruir para prosseguir os seus estudos universitários após ter sido surpreendida por uma gravidez adolescente que não interrompeu, há muitos anos que Amália não prescinde do auxílio destas empregadas. É por entre as duas que vai repartindo as diversas tarefas, desde a limpeza ao tratamento da roupa, e também é aos seus cuidados que deixa quer a sua filha mais nova, com doze anos de idade, quer o filho, ainda bebé, do seu filho mais velho.

Tenho um grande apoio, porque tenho empregadas todos os dias. Uma já me deixa o jantar adiantado, e eu faço o jantar. E aos fins-de-semana também cozinho, que é aquilo que eu gosto de fazer, de cozinhar. As limpezas e essas coisas, não faço nada. Tenho duas empregadas, só que já são tão antigas que eu quase já não dou ordens. Tenho uma que considero a empregada da minha filha, que agora também toma conta do bebé e que faz as limpezas da casa, e tenho outra que cozinha e que trata da roupa. Essa que cozinha e que trata da roupa, quando o meu filho mais velho saiu, passou a ser menos uma pessoa lá em casa. E ele tinha falta de uma empregada e esta era de confiança. Portanto, em vez de estar lá todas as manhãs vai duas manhãs para casa do meu filho. Mas sou eu que continuo a pagar as empregadas!

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

A possibilidade de usufruto de duas empregadas, uma das quais é também remunerada para trabalhar em casa do filho, revela desde logo um desafogo económico apenas próprio dos meios sociais favorecidos. Este desafogo, que permite uma preservação do desgaste físico quotidiano com a execução das tarefas domésticas, possibilita de igual modo libertar a mulher para a família, designadamente, para o acompanhamento dos filhos e do cônjuge, mas também para o tempo de que necessita ter só para si. “Quando chegava a casa”, sublinha Filipa, mãe de dois filhos, “também tinha que ter algum tempo para eles, e portanto tinha as empregadas: assim libertava-me, não é?”. As palavras desta entrevistada, médica internista, demonstram explicitamente a necessidade de tempo para si - “tempo para o meu tempo livre” - e para a família: “Eu acho que isso é fundamental, uma pessoa ter tempo para trabalhar, para os filhos, para o marido e para ela”. Contudo, nas suas palavras está implícita uma aversão pelas tarefas domésticas em geral, de cujo desempenho prescinde na quase totalidade, com a excepção das compras para a casa, fazendo recurso de duas empregadas. Se ao apoio das empregadas acrescentarmos o apoio da mãe e das tias, com que Filipa sempre pôde contar, compreende-se

melhor as suas palavras, quando afirma “Eu consigo ter tempo para tudo” ou “não há assim muitas tarefas lá em casa”, porquanto a prioridade que a entrevistada concede à vida familiar contempla, no plano dos encargos com a casa, a tutela das tarefas domésticas, e não propriamente a sua execução. As tarefas domésticas que restam resumem-se às compras, que a própria entrevistada faz questão de fazer: “normalmente vou às compras, porque eu gosto”.

Eu comecei por ter uma empregada quando o meu [primeiro] filho nasceu, porque eu precisava. Nessa altura, estava a fazer internato da especialidade e tinha um filho pequenino e já estava grávida de outro. Portanto, a pessoa ter que fazer as compras, fazer comidas, dar banhos, as roupas, passar roupa e não sei quê, é um bocado complicado, não é? Ainda tinha a minha vida, porque fazia bancos de noite, e portanto havia uma empregada que fazia a limpeza das escadas do prédio e eu falei com ela para ela ir lá duas ou três vezes por semana também para me cuidar da casa e para passar a ferro: aquelas coisas, aquelas tarefas mais chatas de casa. Portanto ela foi para lá nessa altura. Depois, cada vez as coisas a complicarem-se um bocadinho mais, nasceu a minha filha. Portanto, eram dois e eu comecei a achar que se calhar se arranjasse alguém que me fosse lá para me adiantar o jantar, que era uma boa ideia. Portanto, arranjei essa empregada para me ir lá duas horas por dia para me fazer isso, para me deixar já as coisas arranjadas, para me fazer a sopa... O Filipe também não é grande coisa de comidas e nessa altura, por vezes, estava algumas semanas fora. Nessa altura, trabalhou bastantes vezes no Norte e às vezes ia à segunda de manhã e voltava à quinta-feira à tarde. Portanto, eu arranjei essas duas empregadas e entretanto mantive-as, porque me sabe bem (*riso*), e porque normalmente têm férias fora uma da outra, portanto quando não, tenho uma tenho a outra e portanto tenho a vida facilitada, tenho a vida facilitada. Quando eu chego a casa, eu tenho as camas feitas, tenho as casas-de-banho arrumadas, se deixei alguma roupa a lavar, ela estende-a, tenho o jantar já meio feito. Até porque eu continuo a fazer desporto e é menos uma coisa em que eu perco tempo, não é? Tenho mais tempo para o meu tempo livre, não é? Eu acho que isso é fundamental, uma pessoa ter tempo para trabalhar, para os filhos, para o marido e para ela...Eu consigo ter tempo para tudo. Não temos as tarefas divididas. Normalmente, as compras, sou eu que faço. Eu saio do Hospital e, normalmente, vou às compras, porque eu gosto. Basicamente o que eu faço é ir às compras e decidir o que é que é para fazer de comida. E, portanto, não há assim muitas tarefas lá em casa.

[Filipa, 43 anos, médica internista – clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

Mas a maior parte das entrevistadas, não só não pode usufruir das ajudas com as quais contam Amália e Filipa, como não considera que, salvo algumas tarefas, o trabalho doméstico represente uma “perda de tempo”. É o caso de Irene, que faz “imensa coisa” que a empregada poderia realizar, insistindo em desempenhar determinadas tarefas porque se sente mais competente e, sobretudo, porque gosta. Com efeito, esta entrevistada não se circunscreve apenas à realização das tarefas mais leves. Mãe de um rapaz que, como ironiza, “tem a função de desarrumar”, Irene gosta “imenso” de “lavar alguma roupa à mão”, passar a ferro, para além de cozinhar, porque não gosta “nada de comer coisas feitas por outros”, ou “arranjar peixe”, que é “uma coisa que ninguém gosta”, admite, “e eu adoro tirar as escamas ao peixe e arranjá-lo”. Não lhe desagradam assim essas tarefas domésticas que, afinal, só desempenha porque tem “prazer nisso”, mas lamenta a tutela do trabalho doméstico, que a obriga a uma orientação constante da sua empregada: “Eu gostava era de ter uma empregada que não tivesse de lhe dizer o que é que ela tinha que fazer, percebe?”.

O meu filho tem a função de desarrumar (*riso*). Pronto, o meu filho... é andar atrás dele para fazer a cama e para arrumar o quarto, aquelas coisas que a gente diz aos filhos. Eu faço imensa coisa, porque há coisas que eu gosto de fazer. Para a empregada fica o que eu decido, não porque sobra. Por exemplo, gosto de cozinhar, não gosto nada de

comer coisas feitas por outros. Gosto de lavar alguma roupa à mão, isso lavo, e gosto de passar a ferro, gosto imenso de fazer essas coisas. Gosto imenso de arranjar peixe, é uma coisa que ninguém gosta e eu adoro tirar as escamas ao peixe e arranjá-lo... Eu gostava era de ter uma empregada que não tivesse de lhe dizer o que é que ela tinha que fazer, percebe? Ela tinha que saber o que é que era e se tivesse uma assim era fantástico, mas pronto... o lavar a roupa à mão e fazer algumas tarefas assim desse género prefiro ser eu a fazer porque acho que fica melhor e pronto e gosto mais. Agora há outras que faço porque eu gosto e tenho prazer nisso...

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

Assim, salvaguardando sempre o importante significado do exercício da actividade profissional, a maioria das mulheres que vivem em uniões conjugais com *trajectórias de hipergamia prioritária* assumem ter uma forte inclinação para determinados trabalhos domésticos, ainda que o manifestem reconhecendo a necessidade de empregadas para executar as tarefas menos apreciadas ou, simplesmente, mais pesadas. O trabalho doméstico, com a excepção de tais tarefas, é objecto de um "gosto" efectivamente manifesto no discurso destas mulheres, sendo apenas suplantado, como ilustram as palavras de Joana, pela atenção que os cuidados com a criança requerem.

Eu gosto da vida de casa, mas não me imaginava só a ser dona-de-casa. Mas gosto muito... Há pessoas que detestam a vida doméstica, e eu sempre gostei. Se eu lhe disser que não me custa nada a vida doméstica, o tratar da casa... Desde miúda que gostava, não me importava nada de limpar a casa, de arrumar as coisas... A coisa que eu gostava menos de fazer era aspirar. O trabalho doméstico, o cozinhar, gosto imenso de cozinhar, de tratar das coisas... Não é um grande sacrifício. Agora tenho menos disponibilidade porque, lá está, a minha filha precisa de mais apoio, e eu opto por ela. Mas são trabalhos que não faço sacrifício.

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

Esta assumida inclinação pelo desempenho das tarefas domésticas estende-se aos encargos com os filhos, sendo de resto utilizada como elemento de diferenciação entre a mulher e o homem. Por exemplo, Ivone reconhece que, "por ser mulher", é *mais* "arrumada" e também "uma mãe *mais* galinha", colocando-se inclusive *mais* à disposição por ter "*mais* jeito" do que o seu marido, que não faz "tão bem", porque é "*mais* brusco ou tem *menos* paciência". Numa tentativa de explicação espontânea da diferença sexual, Ivone acrescenta o "tipo de educação" à diferença natural que, em seu entender, explica este "ser mulher". Assim, uma ausência de controlo parental na educação do homem serve de argumento tanto para a maior capacidade de "autonomia" e "eficiência" de Henrique - contrastando com a educação de Ivone, que confessa ter sido "criada" por "pais superprotectores", enquanto "as pessoas que são criadas no 'deixa andar' desenrascam-se muito mais" - como para a sua "preguiça" em "ajudar", quer no que toca aos cuidados com as crianças, quer no que respeita à casa, que "desarruma".

Eu disponho-me mais em certas coisas, porque talvez ache que tenha mais jeito. Algumas coisas acho que [ele] talvez não faça tão bem, ou porque ele é mais brusco ou tem menos paciência, ou porque eu sou uma mãe mais galinha, não só por ser mulher, por ser feitiço, mas também pelo tipo de educação que ambos tivemos. Os meus pais foram

sempre superprotectores e os pais dele foram sempre... É o "deixa andar", portanto, nesse aspecto eles sempre foram... As pessoas que são criadas no "deixa andar" desenrascam-se muito mais, são muito mais autónomas, muito mais eficientes, mas também muito menos... Pronto, ele é muito mais dorminhoco que eu, entre aspas. Portanto, às vezes, quando os bebés choravam... Ele, ajudar no dia-a-dia, não ajuda muito, até porque chega tarde, regra geral. Às vezes arruma a cozinha, outras vezes não... No quotidiano, para já, ele é muito desarrumado. Eu, que era uma pessoa arrumada, neste momento a minha casa é uma confusão, porque os miúdos também são todos relativamente desarrumados. Eu reconheço que a partir de determinada altura não podia ser tão arrumada, tinha que assumir a desarrumação com uma certa naturalidade que durante muito tempo fez-me um bocado de confusão. Não quer dizer que não me sinta constringida quando as pessoas vão lá a casa, porque a casa está desarrumada. Mas, pronto!

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;  
Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

#### 7.4 Do predomínio masculino à diluição do casal na família

Nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, alguns aspectos da dinâmica de funcionamento conjugal são bastante reveladores da precedência que a mulher atribui à carreira do homem e à família, precedência esta que vai de par com uma tensão conjugal menos frequente do que aquela que se observa em casais com outro tipo de *trajectória hipergâmica* (capítulo 8). Uma comunicação conjugal dominada pelos assuntos relacionados com a actividade profissional masculina, uma organização dos recursos económicos em que a tutela da fatia maior dos rendimentos e da poupança está delegada no homem e a diluição do tempo de casal na família são aspectos do funcionamento familiar que distinguem os casais com este tipo de *trajectória*. Sendo relativamente pouco invocados pelas entrevistadas os pretextos para o desacordo ou o confronto entre os cônjuges, a prioridade que as mulheres com este tipo de *trajectória conjugal* atribuem à maternidade, aos encargos familiares e à carreira profissional do homem não deixa, ainda assim, de conviver com alguns *focos de tensão conjugal*, como sejam: o questionamento da própria autonomia da mulher implícito nas atitudes do cônjuge; a crítica de determinados comportamentos do homem, que a mulher considera individualistas ou "egoístas"; a desvinculação do homem dos encargos familiares; ou a falta de afinidades "culturais" no casal.

##### 7.4.1 Profissão do homem, profissão da mulher: o (ir)relevante na comunicação conjugal

Nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, algumas dimensões da dinâmica conjugal são particularmente reveladoras da importância atribuída à carreira profissional do homem. Este aspecto pode observar-se, em primeiro lugar, nalguns traços da comunicação conjugal subordinada aos temas relacionados com as actividades profissionais dos membros do casal. Assim, por um lado, nalguns casais predomina uma ausência de diálogo em torno do quotidiano profissional, ausência essa que funciona como sintoma de uma divisão mais ou menos rígida entre público e privado, ou seja, entre trabalho profissional e vida familiar que ora é assumida e

ostentada por ambos os membros do casal - "ele não discute nem traz os problemas para casa, nunca foi hábito dele, nem eu quero!" (Ivone) – ora é contrariada pela mulher, que, sendo defensora de "que as coisas eram para dividir e para conversar", só encontra reacção na devolução do silêncio: "como ele não fala do dele, eu também não falo do meu!" (Manuela).

Ele até, muitas das coisas do que faço, tem uma ideia, mas não sabe, como eu não saberei muitas dele, com certeza. Portanto, ele não discute nem traz os problemas para casa, nunca foi hábito dele, nem eu quero! Nem mesmo falarmos muito a nível de casos particulares de serviço, uma situação ou outra... Depende de um caso ou de outro, uma situação particular, mas nunca entramos muito no problema.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;

Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

Falamos muito pouco em casa. Ele diz que só as coisas boas é que deviam ser trazidas para casa e que os problemas ficam na rua, mas eu acho que não, eu acho que tudo deve ser partilhado. Eu aí também não concordo com ele. É assim, isso é uma das coisas que ele tem má e que lhe estou sempre a dizer desde o princípio. Ele sempre achou logo de início que não tinha nada... A posição dele é assim, "eu não tenho que vir para casa incomodar-te com as coisas que estão lá fora, os problemas são meus". E eu achava que não, achava que as coisas eram para dividir e para conversar, e assim. Continuo a achar, acho que sim, mas ele achava que não! Então, a partir daí "não queres, tudo bem", ele fica com a dele e eu fico com a minha! Acabou-se! Ele, por exemplo, em relação a doentes, não fala, porque ele diz que é sigilo profissional, portanto nem que seja pessoas amigas. E eu pergunto "o que é que a fulana tem?", nunca me diz nada, diz que eu não tenho nada que saber. Eu às vezes vou saber pelos próprios, porque ele não conta nada, nada desses assuntos. Como ele não fala do dele, eu também não falo do meu!

[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);

Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

Por outro lado, quando surge como tema de conversa, a actividade profissional masculina tende a impor-se à própria actividade profissional da mulher, revelando a atribuição - partilhada pelos membros do casal - de uma importância à profissão do homem que remete para segundo plano a actividade profissional da mulher. Assim, os cônjuges podem "falar muito sobre trabalho", mas "pouco" sobre o trabalho profissional da mulher, porque, explica-nos Amália, "ele não gosta", "tem pouca paciência" para uma actividade que não lhe "desperta interesse", ao contrário da profissão do homem, que "interessa" a esta mulher, ciente de que o homem "tem mais necessidade de falar sobre isso". A precedência da actividade profissional do homem enquanto tema de conversa deriva, já se vê, da importância central que a profissão deste assume no casal. Esta precedência aplica-se claramente à actividade profissional da mulher, mas também aos assuntos relacionados com o universo da casa, dos cuidados com os filhos e da educação. Amália, por exemplo, confessa que "evita aborrecer" o marido: "Ainda agora o meu filho do meio teve um problema de saúde, assim uma coisa e eu não lhe disse para não o aborrecer (...) estas coisas que eu acho que se vão resolver e que é melhor ele nem saber, porque lhe vão pesar, não digo.". Refira-se que, na ausência de um interesse e conhecimento da mulher em relação à profissão do homem, há também que dissimular tal desinteresse, adoptando precisamente uma postura atenta num contexto de comunicação em que "é mais ele a falar dos problemas dele" (Joana).

Falamos muito sobre trabalho, mas sobre o meu pouco, porque ele desinteressa-se e conta muito é coisas dele. Falamos muito mais sobre o dele do que sobre sangue. Acho que é uma coisa que ele não gosta. Quer dizer, nesta especialidade há muito poucas pessoas a gostarem de transfusão sanguínea (*risa*) e ele tem pouca paciência para ouvir falar de transfusões, do assunto em si. O que não quer dizer que não tenha boa impressão sobre mim, porque eu acho que tem sinceramente, mas pela forma como eu exerço a minha actividade. (...) Ele tem mais necessidade de falar sobre isso [o seu trabalho] ou então, se calhar, eu ouço-o melhor porque também me interessa. É ao contrário, a minha profissão a ele não desperta interesse e a dele a mim desperta-me, portanto gosto de o ouvir falar, de descrever aqueles casos. Por exemplo, quando começou a cirurgia, ele filmava as cirurgias e passava os vídeos lá em casa e eu gostava de ver, está a perceber? (...) Eu acho que posso falar sobre tudo e de tudo com ele, não evito falar de nada. O que eu evito é dizer-lhe determinadas coisas que eu sei que o podem aborrecer e que o vão aborrecer. (...) Por exemplo, há coisas que eu acho que se vão resolver e que é melhor ele nem saber, porque lhe vão pesar, não digo.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Sobre o trabalho, falamos, mas é mais ele a falar dos problemas dele. Da minha actividade em si, sabe, mas não está por dentro de como é que as coisas se processam. Está dentro da minha rotina, mas não está por dentro da actividade em si. Eu também não estou muito por dentro da dele, os processos e essas coisas, às vezes lá me explica as coisas, mas eu sinceramente não percebo nada daquilo. Ele sabe o que eu faço, qual é a minha actividade aqui. Não sabe as indicações clínicas e não sei quê, sabe que eu estou lá e o que faço, sabe mais ou menos o quotidiano que eu tenho, o meu dia-a-dia.

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

Como se observa, o desinteresse do homem pela actividade profissional da mulher não deixa de ser tolerado por esta - "há muito poucas pessoas a gostarem de transfusão sanguínea" (Amália) - podendo mesmo ser, de certa forma, partilhado por ambos os membros do casal. A este respeito, Felícia confessa que o seu marido "muitas vezes chega a casa e conta-me muitas coisas, conta mais ele do que eu, também porque aqui passa-se menos". Esta compreensão da mulher face ao desinteresse do homem pela sua profissão, e particularmente o reconhecimento da própria de que a sua actividade profissional é menos dinâmica e exigente do que a do cônjuge - "mais activa" e que "exige mais trabalho" (Felícia) - não se desenquadra de uma *estratégia de conciliação família-trabalho* que dá prioridade à vida familiar. Isso não significa que algumas entrevistadas não lamentem a ausência de apoio quotidiano e a "atitude passiva" do homem (Felícia), que pode ter na sua origem uma relativa desconsideração da actividade profissional da mulher - "acho que ele não dá tanta importância ao meu trabalho" (Anabela) - ou mesmo uma imagem depreciativa - "é a tal imagem da funcionária pública que não faz nenhum" (Felícia). Porém, enquanto Felícia absolve a postura do marido cuja "atitude de respeito", reveladora de quem a tem em "bom conceito", vai de par com o sentimento feminino de um "apoio latente" - transferindo responsabilidades para o estereótipo da "funcionária pública", já Anabela aponta a desconsideração irreflectida que o marido manifesta pela sua actividade profissional - "Não estou a dizer que ele veja isso" - como uma atitude confortável à desvinculação das tarefas domésticas.

Ao longo da minha vida, e desde que ele faz parte da minha vida, ele teve uma atitude muito passiva em relação aos meus estudos e em relação ao meu emprego. Eu acho que ele gosta de saber que eu estudei e tenho um curso, que tenho uma boa categoria profissional. Acho que ele gosta. Enquanto estudávamos eu tive que ter uma grande força de vontade para não deixar de estudar, porque ele faltava imenso, ele ia-me pôr à escola e buscar e muitas vezes por ele eu faltava à escola, no trabalho não. É assim, ele não me prejudicou, mas não me incentivou por aí além, teve uma atitude passiva, uma atitude de respeito. Eu não considero negativa a atitude dele. (...) A profissão dele é mais activa, exige mais trabalho. Ele não me apoia muito. Ele acha que, como sou funcionária pública... É a tal imagem da funcionária pública que não faz nenhum. O apoiar, de achar que eu sou uma boa profissional... Eu acho que ele me tem em bom conceito, porque eu às vezes tenho-o ajudado no escritório quando ele está mais aflito e ele... Eu sei que sou, quando quero, uma boa profissional, e eu acho que ele me tem em bom conceito, mas agora apoiar, apoiar, não noto nada assim...

[Felicía, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;  
Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Eu acho que ele não dá tanta importância ao meu trabalho, enquanto eu... Apesar de sermos os dois colegas, pronto, temos as especialidades... Não estou a dizer que ele veja isso, estou a dizer que acho que ele vê o trabalho dele como mais importante que o meu. Eu não digo que ele sinta isso, mas como... Eu acho que é mais cómodo para ele pensar assim, porque assim permite-lhe não ajudar tanto em casa (*riso*). Não sei. Acho. Se lhe fizer essa pergunta, ele deve dizer que é óbvio que não.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;  
Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Refira-se, enfim, que à quase ausência de diálogo sobre o trabalho profissional feminino - invocando, nalguns casos, o estatuto secundário que essa actividade assume no casal face à importância da profissão do homem - algumas mulheres contrapõem o apoio do cônjuge em situações críticas. A ausência de um incentivo masculino parece ser compensada com o apoio pontual no desabafo e partilha de ressentimentos com o estado das relações no trabalho. Felícia, por exemplo, sublinha que o apoio do seu marido está em estado "latente", para só se revelar nos "maus momentos", quando surgem "problemas" não propriamente relacionados com a actividade profissional em si, mas com as relações e as situações que no contexto desta se formam. De resto, também pode acontecer que a ausência de troca de ideias sobre aspectos relacionados com a profissão entre os membros do casal se fique simplesmente a dever à heterogamia profissional. Veja-se o caso de Ivone. Esta geóloga casada com um advogado admite que um desconhecimento profundo do conteúdo da actividade profissional do marido, e vice-versa, faz restringir o diálogo quotidiano sobre os acontecimentos nesse contexto ao simples desabafo. Ainda assim, vai sublinhando a importância de "ter ali alguém com quem eu chego à noite e possa falar", ou seja, de um apoio que não sendo dirigido às matérias relacionadas com a profissão - "eu não falo muito, como disse, do serviço, deste aspecto ou daquele, até porque há coisas que ele não entende, como eu não entendo algumas coisas da área dele" - que nem por isso deixa de se "reflectir" no seu desempenho profissional. No entanto, faça-se a ressalva de que, entre os casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, Ivone é a única entrevistada a reconhecer que o marido está pronto a incentivá-la numa aposta mais empenhada na sua carreira profissional.



Sinto que há um apoio latente, mas talvez eu também não necessite de... Eu se tiver algum problema... Ainda no Natal passado discuti com o meu chefe. Nós somos extremamente amigos, foi daquelas discussões entre as pessoas que se querem. E ele [o meu marido] apoiou-me imenso, imenso e, talvez nesse sentido, apoia. Nos maus momentos, apoia.

[Felicía, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;  
Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

É um certo apoio que a pessoa encontra ali, discute determinados assuntos com ele, não muito no aspecto profissional, reflecte-se é depois no aspecto profissional. Quer dizer, porque eu não falo muito, como disse, do serviço, deste aspecto ou daquele, até porque há coisas que ele não entende, como eu não entendo algumas coisas da área dele. (...) Discutir o aspecto mais profissional não o podia fazer, porque eu também não o saberia discutir com ele, porque não conheço a matéria. Assim como eu não lhe conto determinados assuntos meus, porque ele não conhece a matéria. (...) Mas, pronto, sei que ele está ali para eu poder discutir um pormenor ou outro. Pelo menos, dá-me outra visão da situação, e eu gosto de ter outra pessoa mesmo... Isso, para mim, é importante. Eu gosto de estar rodeada de pessoas e portanto se não sentisse esse apoio da parte dele se calhar, não estaria casada. É importante para mim ter ali alguém com quem eu chego à noite e possa falar. Isso, sem dúvida.

[Ivone, 41 anos, geóloga, técnica superior - administração pública;  
Henrique, 37 anos, advogado - consultório próprio - e docente do ensino superior; dois filhos]

#### 7.4.2 O poder e a negociação difícil

Para além do plano comunicativo, onde se revela o desequilíbrio da importância respectivamente atribuída à actividade profissional de cada membro do casal, o *familiarismo* que caracteriza as *estratégias de conciliação família-trabalho* adoptadas pela mulher nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* manifesta-se também a pretexto das tensões provenientes dos diversos pontos de desacordo que surgem no âmbito da relação conjugal. As *estratégias de conciliação família-trabalho* não só resultam de opções mais ou menos afectadas por um conjunto de constrangimentos, como interferem, elas próprias, na interacção conjugal e familiar. Assim, a prioridade feminina concedida à família explica, de certa forma, uma valorização desequilibrada das profissões dos cônjuges, prioridade essa que vai de par com um sentimento feminino de incapacidade no que toca à negociação conjugal.

Estando de acordo de que não faz sentido defender a existência de uma associação mecânica entre a capacidade de negociação conjugal e os recursos de que é detentor cada membro do casal, como defendiam os adeptos da designada *teoria dos recursos* em voga na década de sessenta, não podemos também cair no erro de que Tilly e Scott acusavam “a maior parte das teorias dos anos 70”, que, insistindo em associar a melhoria do estatuto da mulher à entrada no mercado de trabalho, não consideravam que, “historicamente, o salário não tinha sido suficiente para conferir a autonomia ou um estatuto mais elevado aos trabalhadores” (2002/1987: 11). O que significa que se, por um lado, fizéssemos a associação mecânica entre autonomia feminina e exercício de uma actividade profissional - em todos os casos analisados, com possibilidade de carreira - tornar-se-ia difícil identificar até que ponto está, de facto, sujeita a autonomia individual à complexidade do “enredo conjugal” (Kaufmann, 2002/1992).

Neste trabalho, verificamos precisamente que, entre outros aspectos, estão em jogo na negociação conjugal quer as desigualdades ao nível dos recursos dos membros do casal, quer as *estratégias de conciliação família-trabalho*. Com efeito, algumas das nossas entrevistadas com *estratégias familiaristas* confessam sujeitar-se ora à desvinculação do homem dos encargos domésticos e familiares - como já tivemos oportunidade de verificar, justificada por uma indisponibilidade do homem que deriva do exercício da actividade profissional que, na lógica da própria *estratégia de conciliação família-trabalho*, tem prioridade sobre a da mulher - ora a determinadas atitudes e exigências do homem, que podem apoiar-se no facto de este auferir e gerir a maior parte dos recursos financeiros da família, como parece acontecer nas situações de algumas entrevistadas. Na verdade, ainda que a modalidade típica de organização do dinheiro - a partilha total das contas bancárias - não exclua os casos em que os cônjuges conservam individualmente ou com terceiros, prevalece a situação em que a mulher delega no homem a tutela sobre a maior fatia dos recursos económicos. Aliás, algumas situações revelam desacordos e intrigas onde a mulher acata a vontade do homem em virtude de uma forte desigualdade económica no casal que não joga a seu favor.

O caso de Amália é, a este respeito, exemplar. Ambos os cônjuges são titulares de todas as contas do casal, mas a entrevistada sublinha que é o marido quem “trata dos dinheiros todos a prazo”, confessando que ela própria acaba por tutelar neste uma gestão pela qual não demonstra interesse: “não quero saber, nem me interessa”. No entanto, este homem, a quem Amália exalta a “generosidade” material para com o próximo e que insiste em partilhar consigo a gestão do dinheiro, é também quem lhe reclama a sua “atenção”, reclamação essa que a entrevistada interpreta como uma “cobrança” da parte de alguém que, não obstante, “nunca se queixou por eu ganhar menos”. Em lugar de se processar pela simples associação entre os recursos do indivíduo e a sua capacidade de negociação, como levaria a acreditar a teoria dos recursos (Blood e Wolfe, 1960), a dinâmica conjugal revela-se insidiosa. Já a identificação da *estratégia de conciliação família-trabalho* contribui para revelar que a “opção” da mulher em dar prioridade à família não é tomada tão livremente como poderíamos supor. Com efeito, as críticas do homem quando sente faltar-lhe a dedicação da mulher, são interpretadas por esta como acusações à sua própria actividade profissional, que supostamente lhe retira o tempo em falta. É pois a própria autonomia da mulher que, quando questionada pelo homem, se traduz num *foco de tensão* entre os membros do casal.

Sempre tivemos as contas todas em comum, sempre, mas o meu marido é que trata dos dinheiros todos a prazo e que orienta as finanças, se bem que esteja tudo em nome dos dois, ele às vezes até insiste em me dizer coisas que eu não quero saber, nem me interessa. Depois na conta à ordem, que é a conta do ordenado dos dois, eu mexo,

ponho e disponho, faço o quero e me apetece. (...) O dinheiro nunca foi um ponto de conflito entre nós. Eu acho que o meu marido é uma pessoa muito generosa. Por exemplo, os meus sogros vão mudar de casa para um andar ao pé de nós, que nós comprámos... Quando eu digo que nós comprámos, se não fosse o meu marido nunca o teríamos comprado. Portanto, não era com o meu ordenado no hospital que eu ia comprar um andar para os meus sogros! Mas, portanto, é uma pessoa que se preocupa com os amigos e com as pessoas que tem à volta e que ajuda, do ponto de vista monetário. (...) Ele nunca se queixou por eu ganhar menos ou porque achava... Só que, às vezes, quando nos zangamos, o que ele cobra é o eu não lhe dar tanta atenção em relação a ele ou em relação à família ou porque... Por isso é que eu escolhi essa especialidade. É raro acontecer, mas de vez em quando diz isso. E eu, sim, poderia dar-lhe mais tempo, mas era se não fosse a nossa filha. Não por causa do serviço! E também por causa das minhas urgências de vinte e quatro horas, ele é muito contra e eu também... Só que isso prejudicaria tanto os colegas aqui e estamos em igualdade de circunstâncias, que eu acho que não tenho direito de o fazer.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

O desfasamento de rendimentos no casal a favor do homem pode contudo traduzir-se muito simplesmente em desigualdades materiais entre os cônjuges, que se evidenciam desde logo na própria organização do dinheiro. A situação de Anabela é paradigmática da forma como rendimentos profissionais fortemente desiguais bastam ao homem para justificar as despesas de carácter mais individual, ou seja, laterais às necessidades do colectivo familiar. Este consumo individual, lateral às necessidades colectivas da família, revela um individualismo do homem que constitui frequentemente um *foco de tensão* nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, ou seja, nos casais em que, para a mulher, a família tem precedência sobre a sua própria carreira profissional. Entre as entrevistadas com *estratégias familiaristas*, Anabela distingue-se pelo facto de o rendimento do marido não ir para uma conta comum. Esta ausência de fusão económica, que não deixa de chocar com o exemplo da família de origem de Anabela - "Os meus pais sempre puseram tudo em comum, todo o dinheiro que ganhavam punham tudo em comum, e não havia 'este dinheiro é meu e este é teu'" - tem como consequência a absorção familiar do próprio salário da mulher: "O meu dinheiro está todo gasto para os colégios, para as explicações, para o supermercado. (...) Eu vou gastando o meu dinheiro e quando não tenho mais dinheiro digo, 'Olha, já não tenho mais dinheiro'". E a total entrega do seu salário à disposição das necessidades da família - insinuando a fusão da feminilidade com a família subjacente na própria *estratégia de conciliação família-trabalho* - distingue esta mulher do seu marido, cujos recursos só estão ao dispor dos encargos familiares quando os rendimentos de Anabela são insuficientes. O que significa que, no plano dos recursos, as prioridades do homem parecem estar aqui nos antípodas das prioridades da mulher. Para aferirmos o contraste de género entre a atitude fusional da mulher e individualismo do homem, vale a pena atendermos ao discurso da própria entrevistada, que, aproveitando a oportunidade de desabafo, se alonga nas palavras, interpretando como "egoísmo" a atitude do cônjuge mais orientada para um consumo individualista - "barcos" ou "antiguidades" - do que para um consumo colectivo em função da família e do casal. Em particular, a aquisição de um espaço destinado ao exercício da

profissão do marido, com uma área superior à da própria habitação familiar, revoltou Anabela pelo facto de a dimensão desta, já de si considerada insuficiente, limitar o desejo manifestado pela entrevistada em aumentar a sua descendência: “a casa tinha três divisões e era impensável continuar”.

Ele inicialmente, quando começou a ter mais dinheiro, começou a gastar, porque nós praticamente não comprávamos roupa e ele começou a comprar roupa para se vestir melhor. *Blazers* e essas coisas. Eu sempre fui muito mais terra-a-terra. Fazia-me confusão aquele dinheiro... Nem em carpetes, nem nada! Quer dizer, as coisas práticas da casa, ele não liga nenhuma! Só quer é coisas antigas! (...) Eu acho que o dinheiro era muito mais preciso para outras coisas, e às vezes penso que é um egoísmo da parte dele essas coisas, mas não sei explicar. Antiguidades, barcos sem ser barcalhões, um barco a motor, um barco à vela que é sempre uma pechincha (*riso*)... A casa de férias de um tio, que já foi um disparate. Ele gosta muito da casa e comprou a casa com mais três sócios e ele diz que vai fazer um projecto em breve. Tem sempre trinta mil ideias na cabeça! Fala de um projecto de pôr aquilo para qualquer coisa. Como é que se diz? Fazer um turismo rural! (...) Acho que é um vício que é superior a ele. Ele não faz aquilo por uma questão de me chatear. Eu até percebo a intenção dele, mas discutimos sempre. Eu apresento-lhe os meus pontos de vista e ele diz que eu tenho razão, mas compra. Por isso, não lhe sei bem explicar. Acho que o pai dele e a mãe dele também são bastante diferentes. Acho que tem muito a ver, o pai dele também era supergastador e a mãe era superpoupada. (...) Eu não digo que ele faça isso com o intuito de vir a investir. Portanto, as antiguidades compra porque gosta, não é? Enquanto os nossos amigos vão viajar para o Brasil e para não sei quê... Uma viagem são quinhentos ou mil contos.. Não sei. Ele compra uma caixinha, a viagem desapareceu e a caixinha está lá! Pronto, o consultório [dele] reconheço que o comprou barato. Na altura, também discutimos muito, porque o consultório era maior do que a nossa casa e nós já vivíamos numa casa de três divisões há anos. Mas ele quis comprar um consultório ali num prédio que era bom. Era de facto ao pé de casa e eu hoje reconheço que foi um bom investimento e que dá muito jeito ter o consultório ao pé de casa, porque se surge alguma coisa com os miúdos ele está ali ao pé, portanto reconheço. Reconheço que algumas coisas acabaram por ser boas. Na altura custou-me muito a história do consultório por ser precisamente maior do que a nossa casa. (...) O meu marido gasta tanto dinheiro... Mesmo quando tínhamos pouco dinheiro, ele gastava dinheiro em antiguidades. E, portanto, se as coisas fossem orientadas, se fosse eu a orientar as coisas, teria feito as coisas de outra maneira e teríamos vivido noutra estilo de casa, teria dado prioridade à casa que ele não dá. (...) Obviamente que ele pode-se dar ao luxo de, neste momento, comprar as coisas, mas continuamos a fazer uma vida do dia-a-dia com poucos gastos, entre aspas. Talvez por hábito... Pronto, não temos o hábito de ir a restaurantes caros, como há pessoas que têm... Eu acho que sempre fui educada assim. Também era outra mentalidade, não se gastava dinheiro. Os meus pais nunca fizeram uma viagem, talvez por mentalidade, não propriamente porque tivessem necessidades. Os meus pais tudo o que ganharam pouparam e nunca... Hoje em dia até me faz confusão, à luz da nossa mentalidade! Nunca fizeram viagens ao estrangeiro, nunca se jantava fora! E isso era tudo natural! Talvez fosse natural para a época, as pessoas talvez vivessem assim. Portanto, a mim não me faz confusão nenhuma porque fui educada assim, mas às vezes pensava “os meus amigos vão ao Brasil, vão aqui e acolá” e eu tinha um bocado pena de não ir. (...) Não sei bem explicar por que é assim. Às vezes penso que só se me divorciasse é que ele deixava de ser... Não sei, porque às vezes penso assim: se eu pusesse os pés mesmo à parede e dissesse assim “Se fizeres isso, vou-me embora de casa”, será que ele voltava atrás?

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

A diferença de rendimentos no casal a favor do homem, que enfim não se estranha quando a primazia que a mulher concede à família é acompanhada pela prioridade que reconhece à carreira do cônjuge, dá assim lugar nestes casos a uma autoridade masculina que se evidencia ora no carácter “dócil” e “submisso” de Amália – “Eu sou uma pessoa muito mais dócil, muito mais submissa, e ele é uma pessoa muito mais agressivo e autoritário” -, ora no consentimento contrariado de Anabela. No caso desta entrevistada, se é de facto na interpretação que esta mulher faz das decisões do cônjuge em dar um destino individualista aos *seus* recursos económicos que reside a raiz das principais desavenças no casal, a vontade do homem sai sempre incólume da negociação conjugal: “Eu, por um lado, sou uma pessoa que aceito as

coisas com naturalidade. Aceito naturalmente. Não estou a dizer que deva ser assim ou não. Às vezes, discutimos coisas que não estamos de acordo e ele acaba sempre por fazer o que quer em certas coisas, sobretudo nessas partes de gestão de dinheiro”.

No caso das outras entrevistadas com *estratégias familiaristas*, também elas delegam no cônjuge a tutela das contas onde está colocada a grande fatia do dinheiro da família, sendo transversal um relativo desconhecimento feminino dessa gestão que o homem exerce. Como confessa Manuela, “quanto é que ele tem não sei, porque nunca lá fui ver, nem vejo os extractos dele; se precisar peço, e muitas vezes ele diz ‘já estás a gastar muito dinheiro’”. De resto, apenas Felícia manifesta algum receio em colocar todo o seu dinheiro à disposição do casal, permanecendo com uma conta bancária apenas no seu nome e no do seu pai, opção esta que é interpretada pela própria como fruto de uma necessidade de autonomia que diz ter surgido após a ruptura na relação com o seu marido quando ainda namoravam: “A minha conta está a meias com o meu pai desde o namoro, e não quero mudar, porque penso sempre em termos práticos. Eu acho que teve a ver com esta fase do namoro em [19]92, quando nós terminámos quinze dias, e eu desde aí pensei ‘eu vou ter o máximo de autonomia em tudo, em ter um grupo de amigas, autonomia financeira, para que se houver outra ruptura eu não ficar de mãos a abanar’”. Por outro lado, tal interpretação sai reforçada com a sua confissão dos sentimentos de humilhação que, de certa forma, experimentou quando, no início da conjugalidade, viveu na total dependência económica do marido.

Eu, quando já trabalhava aqui, não ganhava muito. Ele é que já tinha um bom ordenado e nas férias, que fazíamos juntos, o jantar fora - passávamos a vida a jantar fora! - esta vida que fazíamos no namoro, era ele que pagava tudo. Eu pagava aquilo que podia, não é? (...) Quando [eu] não trabalhava, ele dizia que eu era muito gastadora. Talvez fosse (*riso*). E eu compreendo, porque há sempre a sensação que me estás a gastar o dinheiro nalgumas coisas, não nos bens essenciais e nem para as crianças. Mas, por exemplo eu gosto muito de levar os miúdos ao cinema, ao teatro, conhecer tudo, museus, tudo! Ele achava que não era preciso fazer isso todos os fins-de-semana e durante a semana. Como não trabalhava, também queria fazer isso durante a semana. Ele, algumas vezes, mandou-me à cara isso! Algumas vezes! Eu agora estou mais calma, mas eu era muito intempestiva. Reagia muito mal, ficava danada, furiosa, e dizia que o meu trabalho não era remunerado, mas também havia uma remuneração para o meu trabalho, porque eu trabalhava em casa. É o tal trabalho não remunerado economicamente, não é?

[Felícia, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;

Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Deste modo, o significado de conservar uma conta bancária que partilha apenas com o pai como forma de precaução identifica-se com o sentido de autonomia atribuído ao exercício de uma actividade profissional, mesmo quando os rendimentos do homem são suficientes para sustentar a família. Acautelada, a atitude de Felícia demonstra que *a fusão da mulher com a família não se concretiza a qualquer preço*, o que explica que a prioridade atribuída aos encargos familiares e domésticos não pode, enfim, traduzir-se num défice intolerável da sua autonomia.

### 7.4.3 A integração no exterior e a *familiarização* do tempo do casal

A *estratégia familiarista* manifesta-se quer no plano da interacção da família com o exterior, quer no espaço que o casal reclama como seu. Na realidade, pode dizer-se que a abertura da família ao exterior, concretizada na saída ou recepção de amigos, não só tende a ser pouco individualizada, como está dependente da própria lógica familiar dos amigos. Ou seja, as saídas ou as recepções não só não são individualizadas - as mulheres com *estratégias familiaristas* confessam que privam pouco com as “suas” próprias amigas, que geralmente são amigas do casal - como parecem estar muito dependentes do ciclo de vida da família dos amigos, geralmente casais com filhos com idades próximas das das entrevistadas. Por outro lado, apesar de serem diversos os sentimentos face ao tempo que resta para desfrutar da relação conjugal sem a família, o esvaecimento dos momentos privados a dois, quando não é já uma realidade, paira como ameaça sobre o casal.

A integração no exterior faz-se sobretudo de forma colectiva, ou seja, “há mais amigos do casal”, refere Ivone, do que amigas individuais. O que não significa que algumas entrevistadas não procurem cultivar individualmente algumas amigas, ainda que o façam de forma pontual. Tal como esclarece Felícia, não “sinto necessidade disso”. Casada com um homem, segundo afirma, “mais ligado à família”, também ela faz questão que as suas amigas sejam absorvidas pelo colectivo familiar e vividas numa lógica de família, ou seja, como amigas *da* família e *com* a família. A expressão de Anabela “juntos com amigos que tinham filhos como nós” é elucidativa desta lógica de integração da família no exterior, que vai confessando ser “sempre” o fruto de “iniciativas dele”. Também Ivone sublinha precisamente que “temos mais amigos na mesma situação que nós, porque têm miúdos...”. A prioridade à família, e particularmente à criança, é enfim flagrante no “investimento para as crianças” que esta forma de convívio entre amigos representa para Felícia.

Ele é muito ligado à família e eu já sou mais a espalha-brasas, gosto muito de sair com os amigos, mas também saímos sempre juntos. Eu tenho algumas amigas que não são em comum. Tenho uma com quem fui ao teatro aqui há uns meses, ela foi jantar a minha casa e fomos as duas ao teatro com os filhos. Mas a maioria são em comum. Eu se faço alguma amizade trago-a logo para o convívio dos dois, não fico com ela só para mim e nem sinto necessidade disso. (...) Muitas vezes temos fins-de-semana que não paramos. Levamos os miúdos e os nossos amigos também têm filhos... Eu gosto porque acho que é um investimento para as crianças, o aprenderem a conviver...

[Felícia, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;

Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Normalmente são sempre iniciativas dele. Eu sou mais acomodada. Portanto eu reconheço que às vezes vou cansada, mas vou porque acho que... É assim, depois gosto sempre de ter ido, mas às vezes vou a pensar “A última coisa que me apetecia era ir para aqui ou acolá”. Mas percebo que isso faz falta e vou. Durante muito tempo, os filhos eram pequenos e não fazíamos isso. Mas também sempre tivemos um grupo de amigos, que é uma coisa que eu acho boa e que hoje em dia se passa pouco. Um grupo de amigos com filhos em idades parecidas com as dos meus filhos. Portanto, muitas vezes organizamos coisas em grupo. (...) Eu acho que sempre tivemos a sorte de sair com

amigos que saiam com filhos. Portanto, fizemos muito vida social em conjunto, não propriamente só em família, mas com amigos que têm o mesmo estilo de vida que nós. Nesse aspecto de deixarmos de nos dar com as pessoas porque tínhamos filhos, nunca aconteceu. Depois, naturalmente a pessoa procura dar-se com as pessoas que têm os mesmos interesses que nós. Portanto, íamos juntos com amigos que tinham filhos como nós.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Outra é a situação de Amália, cuja família se caracteriza sobretudo por um fechamento face ao exterior. Os amigos do casal são “muito poucos” e as relações que mantêm são individualizadas, se bem que pontuais. Os encontros desta mulher com as suas amigas são, com efeito, muito pouco frequentes - “para festejar alguma coisa de alguma delas, ou isso” - pois a possibilidade de cultivar essas amizades depara-se amiúde com o obstáculo do marido. O facto de Amália “evitar” sair com as suas amigas, para ir ao teatro esporadicamente revela bem como a sua *estratégia* que dá primazia à família é também fruto das fronteiras à individualização desta mulher que a própria relação conjugal vai erguendo.

Temos muito poucos amigos. Aquele género de convivência com muitas pessoas, isso não. O meu marido tem muito poucos amigos e sai com os amigos dele e eu tenho as minhas amigas e saio com as minhas amigas. Assim, como existe em muitos casais que saem muito, não acontece. (...) Gosto de ir ao teatro e ele não gosta, não vai. Vou de vez em quando, muito raramente, com as minhas amigas. Muito raramente. Ele fica sempre zangadíssimo, sempre que eu vou. Ele fica em casa, e por isso é que eu evito. É muito, muito raro, a não ser assim para festejar alguma coisa de alguma delas, ou isso.

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

A dinâmica familiar associada a uma *estratégia de conciliação família-trabalho* que dá prioridade à vida familiar pode, enfim, caracterizar-se por um fechamento progressivo da família face ao exterior. Mais velha e com um casamento de maior duração que as restantes entrevistadas, Manuela conta-nos que, com o tempo, ela e o marido foram ficando “mais caseiros”. A “vida social” do casal, inexistente durante a semana, reservava-se noutros tempos para o fim-de-semana, mas uma segunda habitação, adquirida num local onde habita a família mais alargada e com o objectivo de reunir a própria família conjugal, contribuiu para atenuar fortemente o convívio com o “círculo de amigos”. Este fechamento da família sobre si não deixa de encontrar exemplo no próprio “círculo de amigos”, já “quase todos” com uma segunda habitação para onde vão nos fins-de-semana. De resto, note-se o desalento desta *familiarista* ao ver, de certa forma, gorado o objectivo de estar com os filhos que pesou na aquisição da segunda habitação - “agora nunca vão connosco” – e assim reunir a família nuclear, que sente estar fragmentada.

Só ao jantar é que nós nos juntamos... e aos fins-de-semana. Agora os moços já têm as namoradas, já têm outros interesses e não sei quê. Nós temos ali uma casita em São Pedro de Moel e, no princípio, era um grande interesse comprarmos lá, também porque temos lá família. Mas, é claro, foi só o primeiro ano! Entretanto, agora os meus filhos nunca vão connosco, ou porque têm que estudar ou não sei quê, arranjam sempre aquelas desculpas... É próprio da

idade. Já outras colegas minhas e amigas me tinham dito “vais comprar casa, então vais ver as vezes que eles vão com vocês. Vocês vão sempre sozinhos, e eles só lá vão nas férias”, e é verdade. Depois gostam é de ir sozinhos com os grupos deles (*risos*). É fases, é assim. (...) Já houve uma altura em que a gente recebia mais e que íamos mais a casa das pessoas. Agora acho que as pessoas estão... Por exemplo, eu acho que é assim: o nosso ciclo de amigos já têm quase todos uma casinha de fim-de-semana, e então, o que é que acontece, durante a semana ninguém vai a casa de ninguém e aos fins-de-semana cada um vai para a sua casa. E então é raro. Se eu vou para São Pedro de Moel, vou-me encontrar só com os que lá estão, com a família e com os primos, que também vão para lá, e pronto encontramos-nos lá. (...) Agora estamos mais caseiros... Durante a semana não tenho vida social nenhuma, é só ao fim-de-semana, e quando é, porque já chegamos tão cansados ao fim-de-semana e quando passo o fim-de-semana cá em casa ao domingo, vou sempre passar o domingo com os meus sogros e com os irmãos do meu marido.  
[Manuela, 53 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais e Matemática);  
Manuel, 54 anos, médico - clínica geral - consultório próprio; dois filhos]

No que toca à relação conjugal, é modesto o tempo que estes casais lhe reservam. Com efeito, não é surpreendente que a chegada de crianças se traduza numa menor disponibilidade do casal para si próprio, mas as entrevistadas com *estratégias familiaristas* distinguem-se pelo seu esforço na consubstanciação dos momentos em família em tempo do casal como forma de compensar o défice de tempo exclusivamente dedicado ao casal que a maioria delas sempre vai confessando sentir. Deste modo, pode dizer-se que a *estratégia familiarista* também se caracteriza por uma *familiarização* do tempo do casal. O caso de Anabela é ilustrativo desta atitude, sublinhando que, à exceção das “saídas” do casal para uma ida ao cinema ou de uma pontual viagem “os dois sozinhos sem filhos”, a relação conjugal é absorvida pela relação com os filhos, que estão sempre presentes, ou como ela própria faz questão de sublinhar, “aceitámos sempre os miúdos como uma coisa muito natural e nunca fizemos grandes complicações”.

Há pessoas que têm depressões pós-parto, essas coisas, e eu acho que nunca passámos muito por esses problemas porque aceitámos sempre os miúdos como uma coisa muito natural e nunca fizemos grandes complicações... Sempre levámos os miúdos daqui para acolá, e não deixámos de fazer as coisas por termos os miúdos... Foi só na Expo de Sevilha, que fomos os dois sozinhos sem filhos para fora. De resto, férias sempre fizemos com eles. Agora assim, depois disso, cinco dias, uma semana... Não, acho que nunca estivemos sozinhos uma semana, mas pronto sempre os levámos para férias. Mas saíamos, íamos ao cinema, arranjavamos *baby-sitter* e íamos ao cinema, saíamos... Nunca fizemos nada assim, pelo menos drasticamente que me lembre, de ter deixado de fazer isto porque tínhamos filhos. Também nunca tivemos assim grandes ambições de fazer muitas coisas radicais ou muito fora do normal, portanto sempre o que fizemos foi sempre com os miúdos.  
[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;  
Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

Já Felícia reconhece abertamente que, no que toca à distribuição do tempo de lazer, ela e o marido não só dão prioridade aos filhos – “privilegiamos os filhos” – como não procuram momentos privados, dedicados em exclusivo ao casal: “tentamos pouco, não fazemos por estar...”. Esta prioridade da maternidade sobre a conjugalidade pode simplesmente enquadrar-se nos traços marcantes da *estratégia familiarista* que temos vindo a identificar na primazia atribuída pela mulher à família e, em particular, à maternidade sobre a carreira profissional, ela própria, de certa forma, ensombrada pela carreira profissional do homem. No entanto, quando a entrevistada se demonstra ressentida com a falta de tempo destinado ao casal - “se saíssemos



mais sozinhos, talvez a relação fosse ainda mais sólida” - revelam-se outros factores que não deixam de contribuir para que homem e mulher se refugiem nos filhos como principal elo de ligação do casal.

Com efeito, Felícia reconhece o *foco de tensão conjugal* que constitui a ausência de afinidades “culturais” entre ela e o marido: “Eu acho que a diferença cultural entre o casal também é um foco de tensão, não é?”. Mas o homem com quem casou é sistematicamente comparado com a figura “cultu” do pai na qual Felícia se revê: “O meu marido é uma pessoa que não tem tantos anseios culturais como o meu pai. O meu pai era uma pessoa, tal como eu sou, que gostava muito de nos levar ao cinema, de nos falar sobre história”. O pai, com quem partilha uma conta bancária - opção que, recordemos, é devida à necessidade de salvaguardar a sua autonomia em caso de ruptura conjugal - surge assim como representante da família de origem e das expectativas sociais presentes na escolha do cônjuge, expectativas de alguma forma goradas, como se depreende das palavras de Felícia: “Eu gostava que o meu marido tivesse um curso superior, no fundo acho que tem a ver com isso”. Mas esta expectativa frustrada é compensada com as condições económicas proporcionadas pela situação profissional do homem, que afinal parecem ter sido decisivas na escolha do cônjuge, como indiciam as expectativas que Felícia deposita nos seus filhos: “prefiro um filho sem um curso superior, mas com um bom nível económico, como o meu marido, do que se calhar o contrário, desde que seja boa pessoa”.

Por outro lado, se a figura do pai serve na avaliação de Fernando pelo seu estatuto social, também não deixa de ser um instrumento de medida para aferir as suas qualidades paternais: “De resto é muito parecido com o meu pai, no apoio aos filhos, o ir à escola e falar com as professoras, está sempre presente nas reuniões”. Em suma, a *estratégia familiarista* revela-se aqui precisamente num complexo balanço de vantagens e desvantagens que esta mulher vê no homem com quem casou. Salvaguardando algum ressentimento da falta de procura de tempo para a relação conjugal à qual a ausência de afinidades “culturais” não é alheia, sempre tem “consciência” de que “privilegia” os filhos em detrimento do casal. No limite, a *estratégia familiarista* consubstancia-se aqui nesta entrega à maternidade que actua ora como a *razão*, ora como a *compensação* de uma relação conjugal, ainda que “sólida”, alegadamente pouco concretizada.

[No que toca à relação conjugal] Aí é que é pouco, temos consciência disso, porque privilegiamos os filhos... A relação não se ressent, a nossa relação é sólida, mas tenho a certeza que, se saíssemos mais sozinhos, talvez a relação fosse ainda mais sólida. Eu noto quando vamos ao cinema juntos, somos muito mais brincalhões, sentimo-nos muito mais unidos. Eu olho para ele com outros olhos. Ele, não sei. Eu tenho altos e baixos e digo sempre, porque tenho alturas que não estou apaixonada. E ele, não. Ele diz que está sempre apaixonado, e isso faz-me um bocado

confusão. (...) O meu marido é uma pessoa que não tem tantos anseios culturais como o meu pai. O meu pai era uma pessoa, tal como eu sou, que gostava muito de nos levar ao cinema, de nos falar sobre história, sobre... Eu acho que o meu pai é uma pessoa mais intelectual em relação ao meu marido, o meu marido é uma pessoa inteligente, mas não é intelectual, no sentido que prefere muito mais ir para a praia ou ir dar um passeio do que meter-se num museu. As actividades culturais não são tão importantes para ele. De resto, é muito parecido com o meu pai, no apoio aos filhos, o ir à escola e falar com as professoras, está sempre presente nas reuniões. Basicamente, é isso. Eu gostava que o meu marido tivesse um curso superior, no fundo acho que tem a ver com isso. Eu admiro muito uma pessoa que goste de ler! Ele não é uma pessoa que goste muito de ler livros... Se eu vou enriquecendo e ele não, depois também há aí uma diferença. Eu acho que a diferença cultural entre o casal também é um foco de tensão, não é? Eu acho que também tem muito a ver com isso.

[Felicía, 34 anos, gestora de projecto, técnica superior – administração pública;  
Fernando, 35 anos, editor, director geral de empresa; dois filhos]

Todavia, no que toca ao défice de afinidades no casal, Felícia não é a única entrevistada que se ressentida. Amália invoca a mesma razão para justificar o facto de os tempos do casal estarem quase circunscritos às refeições, que assim funcionam de único pretexto para homem e mulher se encontrarem. Assim, da mesma forma que vai sublinhando que “quando estamos muito tempo sem isso [jantar a dois] acontecer, incomoda-nos aos dois”, lamenta que o marido não partilhe o seu gosto pelo teatro ou pelo cinema – “uma coisa que eu adoro” - ao ponto de a acompanhar. Por outro lado, o nascimento da sua filha, a última de três, veio provocar uma crise na relação conjugal. Segundo Amália, esta última gravidez, tal como a primeira há dezoito anos, não foi planeada. Só que as posições dos cônjuges dividiram-se, desta vez considerando o homem que a vinda de outro filho significaria “uma grande prisão”, ao que Amália se opôs por “uma questão de princípio”. Apesar da assumida descrença religiosa de Amália, pode ser tentador especular, à luz da sua formação em Medicina, sobre esta aversão à ideia de interromper uma gravidez, mas interessa-nos mais interpretar a sua atitude - contrária aos “motivos” do seu marido, “que têm a ver com a comodidade da pessoa” - convocando a sua *estratégia de conciliação família-trabalho*, que se alicerça, precisamente, na prioridade à família e à maternidade. Se a entrevistada não pode deixar de estar de acordo com o seu marido, no seu receio de que “já habituados a sair à noite”, ambos teriam de “deixar de sair”, também vai desvalorizando as queixas do cônjuge, para quem o tempo do casal é significado de uma dedicação da mulher ao homem.

Eu gosto imenso de ir ao cinema e o meu marido não gosta. Então, é raríssimo... Não vou com as minhas amigas. Ou vou com a minha filha ver filmes infantis... Eu não me lembrava de ir com o meu marido ao cinema. Quer dizer, havemos de ter ido, mas desde estar grávida, lembro-me de ir grávida com ele ao cinema e é uma coisa que eu adoro. Nunca mais fui. (...) De vez em quando, vamos jantar só os dois sozinhos e quando estamos muito tempo sem isso acontecer, incomoda-nos aos dois. E como ainda não deixamos a minha filha mais nova sozinha, e como o do meio nem sempre está em casa, eu chego a telefonar-lhe a dizer “Vê lá se amanhã podes vir para casa e ficar, porque eu e o pai queremos ir sair os dois sozinhos?”. Sinto necessidade de estar sozinha com ele... De vez em quando acho que é normal. Se ele puder telefonar-me para ver se é possível almoçarmos juntos, telefona. (...) Nós tivemos um problema grave. Aliás, acho que foi uma das nossas piores fases do casamento, senão a pior! E foi quando eu fiquei grávida do terceiro, porque o meu marido não queria, porque os outros já eram grandes... Eu estava a fazer prevenção e tinha o intra-uterino colocado. E quando ele soube que eu estava grávida, quis que eu fizesse um aborto! E eu não fiz e assumi a gravidez sozinha! O que foi horrível, porque ele esteve o tempo todo, enquanto possível, a tentar dissuadir-me. E eu, convicta que não, não era capaz! Eu nem sou católica, nem religiosa, nem nada! É uma questão de princípio! Monetariamente, ter mais um filho é uma despesa, mas não fazia diferença, está a perceber? O meu marido achava que era uma grande prisão, que íamos voltar ao princípio. Portanto, eram motivos mais de disponibilidade de

tempo, que nós estávamos já habituados a sair à noite e tínhamos de deixar de sair. Tudo motivos que têm a ver com a comodidade da pessoa, e para mim esses motivos não eram motivos suficientes. Mas foi até ao fim da gravidez! E mesmo depois de ela nascer, ele só a começou a aceitar com um mês ou isso. Sempre a rejeitou e agora, claro, acha que foi a melhor coisa que aconteceu na vida, não é? Ele já nem se lembra dessa fase e eu já nem lhe falo nisso. É evidente que é uma coisa para esquecer. (...) Mas claro que veio tirar tempo. Ainda hoje tira tempo! O meu marido vai todos os sábados para o Norte de madrugada, vai porque trabalha lá, vai todos os sábados trabalhar ao Norte e eu iria com ele se não fosse a minha filha. Isso, o tempo da profissão dele, não é mexido com nada. Isso não. Mas... o meu marido ainda hoje reclama. O meu marido diz "Não tens tempo nenhum para mim".

[Amália, 48 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
António, 49 anos, médico cirurgião - consultório próprio; três filhos]

Finalmente, convém referir que o tempo do casal pode ressentir-se de uma forma mais indirecta, a saber através de uma indisponibilidade que se explica pela ausência de rede de apoio. "Uma simples ida ao cinema", lamenta Ivone, "deixámos de fazer, porque não tínhamos ninguém de confiança ou alguém que mostrasse disponibilidade para ficar com os miúdos e para nós sairmos". Mas a forma como os constrangimentos ao tempo do casal se associam à *estratégia de conciliação* que dá prioridade à família é notável na situação de Joana. Assumindo-se "muito protectora" dos pais, Joana teve de prestar apoio durante vários anos quer à sua mãe, após o falecimento do pai, quer à sua sogra. "Eu, à minha sogra, também dava apoio, portanto tivemos sempre ora uma, ora outra", desabafa. Ao *tempo* para o apoio acrescenta-se a *proximidade* quotidiana da mãe - "tudo era sempre com a minha mãe" - que afecta a *privacidade* do casal, ao ponto de conduzir a um decisivo alerta do marido - "talvez mais ele me tenha aberto os olhos a mim" - que Joana interpreta como o "despertar para que eu não devia dar tanto apoio assim à minha mãe".

A minha mãe passava os fins-de-semana todos connosco, ia connosco para todo o lado, ia lá comer a casa. A partir da morte do meu pai, em vez de ser aquela coisa que os casais têm que vão a casa da sogra, nós não: a sogra [referindo-se à sua própria mãe] é que vinha a nossa casa! Era tudo ao contrário! E depois, entretanto, tinha a minha sogra. Ela faleceu há seis anos. E eu, à minha sogra, também dava apoio. Portanto, tivemos sempre ora uma, ora outra. (...) Houve uma altura que foi um bocado complicada, porque apanhou a fase de depressão da minha mãe, a fase de grande queda da minha sogra, queda no sentido físico, de envelhecimento, a morte dela e a depressão do meu marido e aí tínhamos que... Mas o que é facto é que estes factores foram muito prolongados e nós, por exemplo, férias e tudo era sempre com a minha mãe, percebe? E aí havia pouco... Começámos a sentir necessidade, e aí talvez mais ele me tenha aberto os olhos a mim, porque eu sempre fui muito protectora dos meus pais e eu não estava descansada se não estivesse com a minha mãe quase debaixo das mãozinhas, coitadinha, percebe? Isso foi um processo que nós conseguimos fazer, foi um despertar para que eu não devia dar tanto apoio assim à minha mãe, quer dizer, quando ela estava bem e dar mais... Quer dizer, conseguimos depois arranjar mais espaço para nós. Portanto acho que foi um crescimento que nós fizemos na nossa relação familiar com estas complicações peculiares que tivemos de família, porque quer um quer outro tínhamos pais velhotes... E agora temos conseguido organizar as coisinhas de forma a que tenhamos o tempo que passamos mais como casal, tem sido uma coisa mais recente porque ele entretanto também acabou o curso, tem mais disponibilidade, eu acabei a especialidade, tudo isto foram uma série de factores... O facto é que fomos construindo também este processo, tomando consciência de que havia coisas que tínhamos que ter para nós. E temos feito isso.

[Joana, 42 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;  
João, 50 anos, estudante, Ordem dos Advogados; um filho]

#### 7.4.4 Da resignação à subestima da carreira profissional e do tempo para si

Por fim, nas situações de *hipergamia prioritária*, ao desequilíbrio de poder no casal, e, particularmente, à preponderância de uma desigualdade no plano da capacidade de gerar rendimento e de reivindicar a tutela partilhada dos recursos financeiros do casal acrescentam-se sentimentos de abdicação que a mulher reclama só para si. A ausência de uma lógica conjugal mais assente na negociação alarga-se assim ao universo dos encargos com a família e com a casa, ausência essa frequentemente acompanhada pela atitude de *resignação* da mulher. A título ilustrativo, Leonor lamenta um quotidiano em contra-relógio que lhe retira tempo para si, considerando que a vida em casal “limita sempre mais a mulher do que o homem”.

Tenho um bocadinho de tempo e às vezes ainda vou fazer umas ginásticas, umas natações, umas coisas... Mas o que eu sinto é que não consigo programar mais o meu tempo, está a ver? Quase que durmo com o tempo contado. Isso é complicado. Sinto falta de estar sozinha, está a ver?... A nossa vida limita muito mais a mim! Aliás, limita sempre mais a mulher do que o homem! Pronto, está tudo dito... Mas eu aceito, porque não vale a pena. Aceito, senão passava a vida enrugada, está a ver? Não pode ser, a pessoa tem que aceitar as coisas. Se não há outra hipótese de mudá-las é aceitá-las, senão a pessoa fica sempre uma infeliz. E eu não sou infeliz! (*riso*)

[Leonor, 44 anos, engenheira civil, técnica superior – administração pública;

Eduardo, 54 anos, engenheiro civil – construção de edifícios – assessor (consultor); dois filhos]

Também Anabela, médica tal como o seu marido, sublinha que “pensar na dinâmica da casa” constituiria um entrave se pretendesse realizar alguma actividade fora do seu horário profissional - como, por exemplo, participar num congresso de Medicina -, tal como a chegada do quarto filho a privou de tempo para si, designadamente, de fazer ginástica. Esta entrevistada sublinha que tais entraves nunca se colocaram ao seu marido.

Ele ainda hoje se quer ir a um congresso vai, e eu ainda hoje se tenho que ir a um congresso, tenho que pensar na dinâmica da casa, das refeições, deixar as refeições escritas e não sei quê, é um bocadinho... E agora, com a bebé, voltou tudo a complicar-se, não é? Nunca fiz ginástica, comecei a fazer ginástica há dois anos. Gostava imenso de fazer, nunca tive muito tempo para essas coisas. Quando larguei a Associação e passei a ter mais tempo resolvi ir para a ginástica, mas depois... entretanto, fiquei grávida e depois deixei a ginástica.

[Anabela, 42 anos, médica patologista clínica - hospital público;

Álvaro, 42 anos, médico estomatologista - consultório próprio; quatro filhos]

A maior parte destas mulheres coloca o tempo de que necessita para si na mesma categoria que o investimento necessário para fazer carreira profissional, na medida em que estas são dimensões de que sente ter abdicado. Assim, Irene repara que “hoje em dia as pessoas têm imensa dificuldade de abdicar e de perder coisas que tinham - não é? - conquistadas em prol de um interesse da família”, num exercício de valorização não apenas da sua *estratégia de conciliação família-trabalho* - que privilegiou a vida familiar em detrimento da carreira profissional -, mas igualmente da forma como descurou a sua vida pessoal, na medida em que a

disponibilidade para a família, que nela “surgiu muito naturalmente” e “de uma forma consciente”, tem sido feita de inúmeras e sistemáticas abdições.

Abdiquei de ir a festas, abdiquei de ir ao cinema, abdiquei - sei lá! - de  $n$  coisas em função da família. E fi-lo de uma forma consciente e por achar que era uma coisa boa para mim e para todos lá em casa. Por exemplo, imagine que uma pessoa não tem filhos, sexta e sábado vai sair à noite, vai para a discoteca, vai para aqui e para ali. Eu não ia! Eu não ia, porque não podia e porque não me apetecia. Quer dizer, abdiquei disso. Havia um concerto, e eu não ia, porque tinha um bebé pequenino e entendia que não o ia levar para lá. Hoje em dia, vê-se imensos pais com os meninos todos, às cavalitas... Quer dizer, eu acho que hoje em dia as pessoas têm imensa dificuldade de abdicar e de perder coisas que tinham - não é? - conquistadas em prol de um interesse da família. E eu acho que não fiz isso. Isso surgiu muito naturalmente.

[Irene, 42 anos, psicóloga clínica - hospital público;

Horácio, 44 anos, engenheiro civil, director - construção civil e obras públicas; um filho]

A resignação ou a subestima dos sentimentos de abdição são, em suma, as atitudes mais frequentes, ainda que nem todas estas entrevistadas tenham vivido da mesma forma o facto de terem atenuado as aspirações de carreira, por um lado, e renunciado ao tempo para si, por outro. Neste sentido, Filipa constitui, de certa forma, a excepção. Médica internista, rejeita, como vimos, a própria ideia de fazer carreira profissional, mas a prioridade que concedeu à família - pese embora os inúmeros apoios de familiares e empregadas com que desde o início da vida conjugal pôde contar - teve como reverso um sentimento de abdição do tempo para si, sobretudo, do tempo para a preparação de que necessita para poder fazer triatlo, a sua actividade desportiva de eleição.

Eu gostava de ter mais tempo para fazer outras coisas que eu gosto... coisas minhas. Para a família eu tenho tempo suficiente, acho que sim. Mas não era tanto o tempo para a família, era mais tempo para mim, eu ter mais tempo para fazer outras coisas que eu gosto de fazer, sobretudo coisas desportivas. Até porque eu gosto de correr, gosto de andar de bicicleta e gosto muito do ar livre e há uma coisa que eu gostava muito de fazer. De fazer não é em termos de competição. Participar! Eu gostava muito de fazer triatlo, porque realmente é feito ao ar livre, faz-se em zonas muito bonitas, a pessoa sai de fins-de-semana, não é? Aquilo, ao fim e ao cabo, as provas são feitas normalmente fora de Lisboa, são em serras, são em zonas de rios, porque aquilo tem a componente da natação. E, portanto, eu para poder fazer uma coisa dessas tinha que ter mais tempo livre para poder ir treinar a uma piscina. Eu não tenho tempo realmente, portanto, eu não tenho tempo para ir nadar. Porque nessas provas para fazer setecentos ou mil e quinhentos metros de natação num rio ou no mar ou num lago ou não sei quê, eu tenho que ter preparação, eu tenho que treinar. (...) E mesmo às vezes a minha filha pede-me para ir jogar ténis e, às vezes, não tenho tempo ou essas coisas, não é? Gostaria de ter mais tempo para outras coisas. Até podia haver alguma coisa que me interessasse fazer entretanto, mas eu gostava de ter mais tempo para essas actividades que eu gosto de fazer, porque me dão prazer e não posso assim.

[Filipa, 43 anos, médica internista - clínica privada;

Filipe, 43 anos, gestor, assessor (consultor); dois filhos]

## 8 A *hipergamia progressiva*: dupla aposta da mulher e intangível proximidade social no casal

Um segundo tipo de *trajectória conjugal* caracteriza-se pela crescente distância social a favor do elemento masculino em casais onde a mulher, apesar de investir fortemente na sua carreira profissional, não deixa de atribuir prioridade à carreira profissional do homem. Neste tipo de *trajectória conjugal*, que designamos de *trajectória de hipergamia progressiva*, a crescente distância social no casal que favorece o homem não está, com efeito, associada ao facto de a família se assumir como prioridade entre as prioridades da mulher - tal como é próprio dos casais com *trajetórias de hipergamia prioritária* -, mas a uma *estratégia de conciliação família-trabalho* que, implicando uma aposta tão forte na vida profissional quanto na vida familiar, assenta no princípio de que a carreira profissional do homem tem primazia sobre a da mulher.

Apesar de a vida familiar não ter aqui precedência sobre a vida profissional, estas mulheres evitam comprometer o equilíbrio entre uma disponibilidade *máxima* para a profissão e para a família. No sentido de preservar esse equilíbrio entre as apostas *máximas* nos dois universos, as mulheres que vivem em uniões conjugais com *trajetórias de hipergamia progressiva* podem tomar atitudes diversas: algumas *moderam* a sua ambição profissional, enquanto outras se regem pelo princípio da *polivalência*. Sendo verdade que não obstante possam contar na maioria das vezes com o apoio de empregadas ou familiares às tarefas domésticas e aos cuidados à criança, cumpre-nos sublinhar que o trabalho doméstico remanescente recai também aqui sobre a mulher. Ora *moderando* a sua ambição profissional, ora assumindo uma atitude *polivalente*, todas estas mulheres *concedem* prioridade à carreira profissional do cônjuge, o que não se traduz apenas na desvinculação do homem no que toca ao trabalho doméstico, mas também numa gradual desigualdade económica entre os cônjuges, desigualdade esta que os modos de organização do dinheiro, *grosso modo* pouco fusionais ou redistributivos, não atenuam. Porém, com menos recursos materiais do que o homem, nem por isso estas mulheres deixam de reclamar mais a negociação na relação conjugal do que as mulheres com *trajetórias conjugais de hipergamia progressiva*, uma vez que a vida familiar concorre agora, não apenas com a prioridade que a vida profissional representa, mas também com o espaço e o tempo que se pretendem exclusivamente reservados ao casal. A abertura ao exterior e a procura por um tempo apenas destinado ao casal são, assim, aspectos da dinâmica conjugal que sugerem uma atitude mais modernista e, precisamente, mais exigente no que toca à própria vida a dois. Dessa exigência é sintomática a proliferação dos *focos de tensão conjugal*, particularmente abundantes e diversos nestes casais com *trajetórias de hipergamia progressiva*.

## 8.1 Explicar o distanciamento social do homem: os limites da escolha do cônjuge

Ambos apostados nas suas profissões e carreiras, a mulher e o homem nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* distanciam-se socialmente no decurso da vida conjugal em virtude, tal é a nossa tese, da interacção de um conjunto de factores. Entre estes factores encontra-se, desde logo, nalguns casais com este tipo de *trajectória*, a própria superioridade social do homem na escolha do cônjuge, não obstante a proximidade das origens dos parceiros.

É o caso de Vanda, que tinha vinte e seis anos de idade quando conheceu Vitor, um ano mais novo. Com origens sociais próximas das de Vitor - ela filha de chefe de secção na função pública e gerente bancário; ele filho de doméstica e chefe de polícia - Vanda, licenciada em Direito, era então jurista num gabinete da função pública, enquanto Vitor, licenciado em Economia, ocupava já um cargo de direcção numa empresa privada. Também licenciada em Economia, Júlia, por sua vez, conheceu José, licenciado em Engenharia Civil, quando tinha vinte e dois anos. Filhos de pequenos comerciantes, ambos estavam já enquadrados na função pública quando começaram a namorar, mas a diferença de idades entre os dois - seis anos - explica que a diferença hierárquica dos estatutos do homem e da mulher favoreça o primeiro: Júlia era então técnica superior, e Nuno chefe de divisão. Já Teresa é apenas três anos mais nova do que Tomás, mas uma primeira gravidez, não planeada, levou ao casamento ainda esta entrevistada concluía a licenciatura em Sociologia, enquanto o marido, licenciado em Engenharia Zootécnica, era já director de serviços na administração pública. De resto, Teresa e Tomás têm origens sociais semelhantes: ela é filha de monitora em ocupação de tempos livres e gerente de estabelecimento bancário; ele é filho de doméstica e proprietário e comerciante de mobiliário de escritório. Finalmente, Laura e Luís têm também origens sociais próximas, ainda que mais favorecidas que as dos casais anteriores: ela é filha de doméstica e coronel da infantaria; ele é filho de doméstica e proprietário e director de empresa de construção civil. Quatro anos mais nova que Luís, Laura tinha vinte e um anos quando o conheceu. Laura só viria a ingressar no ensino superior para se licenciar em Relações Públicas com vinte e sete anos de idade, cinco anos após estar casada, mas ainda sem filhos. Com efeito, quando conheceu Luís, Laura trabalhava como guia-intérprete para uma empresa que organizava excursões turísticas nacionais e internacionais, enquanto Luís exercia já uma profissão mais exigente em recursos escolares, trabalhando como engenheiro civil geotécnico na empresa privada onde viria a exercer um cargo de directoria.

Os limites da escolha do cônjuge enquanto factor explicativo da *trajectória de hipergamia progressiva* são, no entanto, manifestos nas uniões onde a proximidade ou a distância entre os

cônjuges, quer no plano das posições ocupadas na estrutura sócio-profissional e da escolaridade, quer no plano das origens sociais, nunca permitiriam entrever os contornos da *trajectória conjugal*. Por exemplo, Raquel e Rogério têm a mesma idade, mas as origens sociais deste homem são mais qualificadas que as da mulher: ele é filho de secretária e caixa de banco; ela é filha de empregada doméstica e motorista de táxi. Esta desigualdade nas origens sociais, favorecendo mais o homem, não impediu contudo que Raquel tivesse apostado mais do que Rogério na escolaridade. Raquel e Rogério conheceram-se com vinte e um anos de idade, num “curso daqueles financiados pela CEE, de seis meses, onde aprendíamos informática, contabilidade e fiscalidade” e no âmbito do qual Rogério era “monitor de informática”. O tipo de aposta nos estudos de cada um contrastava, todavia, com os papéis de “monitor” e de “aluna” definidos na circunstância do encontro: Raquel frequentava o terceiro ano do curso de Sociologia, enquanto Rogério não prosseguiu os estudos após concluir o décimo segundo ano de escolaridade. Três anos depois, quando se casaram, já a entrevistada era assistente universitária, enquanto Rogério cumpria o serviço militar obrigatório. Esta homogamia sócio-profissional *alargada* que assenta numa superioridade escolar da mulher não fazia prever que, no futuro, fosse Rogério, hoje director de uma pequena empresa de informática, a contribuir mais para os rendimentos do casal. A este respeito, a situação de Raquel e Rogério é muito semelhante à de Olívia e Tiago, com a excepção de que este casal se define pela forte heterogamia de origens sociais.

Com dezoito anos de idade, Olívia conheceu Tiago, dois anos mais velho, no “café” que costumava frequentar com os colegas da escola: “ele era amigo das pessoas da minha escola”. O pai de Olívia trabalhava na empresa do avô, enquanto a mãe, licenciada em Farmácia, possuía a sua própria farmácia numa das zonas mais “bem frequentadas” da capital. Pelo contrário, os pais de Tiago subsistiam do reduzido salário agrícola do pai até este abandonar a família, forçando a mãe a vir com o filho para Lisboa, onde encontrou emprego como operária numa fábrica de conserva de peixe. Olívia casou com vinte e quatro anos, mas entretanto já vivia em conjugalidade com Tiago há quatro anos, coabitação essa possibilitada pelo facto de ter herdado uma casa da avó, entretanto falecida. As condições materiais das famílias de origem de Olívia e Tiago eram assaz contrastantes. De facto, enquanto coabitou sem estar casada com o marido, a entrevistada dispunha da mesada da mãe para se concentrar apenas na licenciatura em História, que terminou antes de se casar. Por sua vez, confrontado com a ausência de condições económicas para continuar a estudar sem trabalhar, Tiago empregou-se quando terminou o décimo segundo ano como técnico de vendas numa empresa de produtos de informática. Tal como no caso de Raquel e Rogério, a *homogamia sócio-profissional alargada*



que caracterizou este casal na sua formação não permitia entrever que a diferença de rendimentos entre Tiago e Olívia esteja a favor do homem.

De resto, a *homogamia sócio-profissional restrita* que caracterizou o casamento dos médicos Elsa e Bruno contrasta com a actual desigualdade sócio-profissional e económica entre os cônjuges que beneficia o homem. Filha de proprietários agrícolas, o trajecto de Helena, médica imunohemoterapeuta e directora de serviço num hospital público, ilustra sobretudo a reconversão intergeraccional de capital económico em capital escolar, enquanto o percurso de Bruno, médico reumatologista com consultório próprio, filho de proprietários de uma retosaria em Lisboa, é o exemplo de um percurso de mobilidade ascendente. No ponto seguinte, analisamos o processo que caracterizou a aproximação entre Elsa e Bruno, na medida em que não só são representativos dos casais que, definindo-se hoje pela distância social, se caracterizavam no momento da sua formação pela proximidade, como ainda contribuem para elucidar sobre a importância das afinidades e dos contextos de interacção na escolha homogâmica. De seguida, será abordado o encontro entre Vanda e Vitor, cuja distância social que já caracterizava o casal no momento da escolha - não obstante, homogâmica - veio crescendo no decurso da vida conjugal. Ilustrando a paixão entre a aluna e o professor, este caso revela tanto a importância dos papéis sociais de género na atracção entre a mulher e o homem como, simultaneamente, corrobora a função dos locais de encontro - neste caso, uma pós-graduação que decorria na faculdade - na escolha homogâmica entre os meios mais escolarizados.

### 8.1.1 “Estávamos na mesma luta”

Médica imunohemoterapeuta, Elsa tem uma origem social bastante mais modesta do que a posição sócio-profissional que alcançou, designadamente no que respeita aos recursos educacionais dos seus pais. Filha e neta de proprietários agrícolas, Elsa nasceu numa aldeia, partilhando na infância o mesmo tecto com os seus seis irmãos, os avós e os pais, que abandonaram a escola após terem concluído a quarta classe. Como outras entrevistadas, Elsa herda o desejo de apostar fortemente na escolarização, mas este desejo é herança da mãe, que projecta nas filhas uma realização pessoal pela via dos estudos, realização pessoal essa da qual, ela própria, se viu privada desde a infância por vontade do avô materno.

A minha mãe queria era que nós estudássemos para nos desenvolvermos, para sabermos falar, saber estar, saber... Ela achava que as pessoas que estudavam tinham outra capacidade de diálogo, de conversação, de inteligência e fez tudo por isso, porque ela própria já queria ter estudado no tempo dela e só não estudou por causa do meu avô materno... Como o filho mais velho foi mau aluno, o meu avô já não deixou a minha mãe estudar, e então a minha mãe ficou sempre revoltada de não ter estudado.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Com admiração, Elsa retrata a mãe como “uma pessoa muito inteligente” e cujas capacidades de trabalho, que permitiam orientar a casa e quase todo o trabalho no campo, se contrapunham às do pai, “muito preguiçoso, mesmo no campo e tudo”. Todavia, sob a égide do regime de Salazar, eram de antemão atribuídos ao homem o direito e o dever da última palavra na família, uma autoridade suprema que, no caso do pai de Elsa, se traduzia em autoritarismo, já que o poder de facto, no quotidiano, estava nas mãos da mãe: “o meu pai era mais autoritário, mas a minha mãe mandava muito”. E foi, com efeito, esse poder que permitiu realizar o desejo de “desenvolver” as filhas através dos estudos, apesar da resistência do pai, “que achava que o que precisava era de pessoas para ficarem nas terras”.

Acho que o meu pai era mais autoritário, mas a minha mãe mandava muito. Por exemplo, sei que o meu pai não queria que nós estudássemos porque achava que o que precisava era de pessoas para ficarem nas terras e a minha mãe disse que nós tínhamos que estudar e que pôs isso quase como uma imposição. O meu pai não apoiava tanto a opção de nós estudarmos e portanto para ele ter terras era muito mais importante do que ter um filho formado. (...) Mas ela fez a quarta classe em três anos. Era uma pessoa muito inteligente e podia ter estudado muito mais e queria ter estudado muito mais e o pai não a deixou. Então ela dizia “A mim não me deixaram, mas os meus filhos vão”. Portanto, eu sei que lá em casa ela mandava nesse aspecto. Nisso, tinha algum poder, mas pelo resto acho que o poder do meu pai se sobrepunha. (...) Ele mandava, mas como era muito preguiçoso, mesmo no campo e tudo, a minha mãe é que orientava, porque ele não ia sempre. Os trabalhadores iam e ele ficava em casa, aparecia lá a meio da manhã. Era a minha mãe e o meu avô, o pai do meu pai que também vivia lá em casa, e portanto eles os dois é que orientavam.”

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Não é, pois, ausente de revolta o discurso despiciente de Elsa em relação à atitude do pai, de resto, “muito mais distante com os filhos” do que a “pessoa muito meiga” que a entrevistada encontra na mãe. Com uma descendência extensa e um marido demitido da participação no trabalho quotidiano, a mãe de Elsa foi forçada a delegar nas filhas mais velhas grande parte da tutela sobre os filhos mais novos. As palavras de Elsa são suficientemente elucidativas da importância das irmãs - “Também acho que fui filha da minha irmã, que era mais velha do que eu” - considerando-as mesmo as “referências maiores” na sua educação, porventura devido à maior proximidade etária com estas do que com a sua mãe.

Somos sete irmãos e vivíamos todos juntos. E também os avós. Numa casa grande. Portanto, isto até aos dez, onze anos. Nós é que éramos mães e pais uns dos outros, nós apoiávamo-nos muito... Eu, por exemplo, tratava da minha irmã mais nova, foi assim quase uma filha... A minha mãe orientava a casa e nós todos tínhamos que participar, nós tínhamos que fazer tudo, desde fazer a nossa roupa, coser à máquina, fazer as nossas cuequinhas... Com essas máquinas manuais fazíamos as nossas roupas, os nossos bibes. (...) Todas nós éramos também tuteladas, se calhar

pela irmã mais velha, porque a irmã mais velha depois em casa tinha mais aquele papel de uma faz isto e outra faz aquilo. O meu pai era muito mais distante com os filhos. (...) Com a minha mãe, a relação era boa. Com a minha mãe, sim. A minha mãe era uma pessoa muito meiga, dava-me bem com ela. Também acho que fui filha da minha irmã, que era mais velha do que eu. Filha não sei, mas é assim a minha irmã com quem eu tenho assim maior afinidade, a irmã a seguir a mim. Sinto que fui educada pela mãe e pelas irmãs. As minhas referências maiores são com as irmãs.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

No contexto desta educação exclusivamente feminina, a delegação materna da educação da entrevistada na filha mais velha assentava numa confiança entre mãe e filhas que foi ao ponto de, após ter concluído a quarta classe, Elsa partir rumo a Tomar, a cidade mais próxima da aldeia dos pais, onde habitou com a sua irmã mais velha, professora primária, enquanto fez o liceu. Ainda que forte a sua ligação com a mãe, esta transição não deixou de representar uma primeira etapa de libertação face à obediência aos pais e ao fechamento opressivo da aldeia. Recorrendo à distância e a “mentiras”, Elsa foi paulatinamente conquistando a sua autonomia e, sobretudo, consolidando uma consciência política reprovadora do contexto conservador em que vivia, marcado pela ideologia do Estado Novo. Terminado o liceu, não tinha dúvidas de que a cidade “muito opressiva, muito elitista, muito conservadora” que a acolheu se lhe tornara insuportável, pelo que o ingresso no ensino superior, mais do que a concretização das expectativas maternas, passou a significar uma possibilidade de evasão como qualquer outra que, tal como desabafa, “me permitisse sair dali”: “qualquer curso, isso para mim na altura não era importante, era tão inconsciente quanto isso, queria era sair dali.”. Fortemente identificada com a oposição ao regime salazarista, opta assim por concorrer a uma faculdade na capital, “porque Lisboa para mim era o centro, era cá que se passava tudo na altura, eram as lutas estudantis...”. No que toca à família de origem, a vinda sozinha para Lisboa significou, enfim, a sua “liberdade total”.

Eu poderia ter ido para Coimbra, porque Coimbra fica muito mais perto, mas eu quis mesmo vir para Lisboa, porque Lisboa para mim era o centro, era cá que se passava tudo na altura, eram as lutas estudantis... Eu era muito contra o regime salazarista e Tomar é uma sociedade muito opressiva, muito elitista, muito conservadora e eu tinha que sair daquele ambiente. E, portanto, qualquer coisa que me permitisse sair dali, qualquer curso, isso para mim na altura não era importante, era tão inconsciente quanto isso, queria era sair dali. (...) Já estava um bocado afastada da minha mãe, porque entretanto o liceu era sete anos e eu vivi sete anos longe da minha mãe, com algumas mentiras pelo meio, porque para sair da aldeia nas férias implicava ter que dar algumas mentiras, porque senão ela não me deixava sair. Os meus pais não me davam liberdade e não compreendiam, porque eles viviam na aldeia, que apesar de tudo é um ambiente mais fechado do que Tomar. Tomar é uma cidade! (...) Eu vim de Tomar para cá sozinha e tinha liberdade total! Ia para todo o lado com mais mentiras, menos mentiras, ou mais telefonemas a dizer ou mais a ocultar do que a mentir, e tinha muita, muita liberdade!

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Foi precisamente o ingresso no ensino superior e a frequência do universo académico que proporcionou o seu encontro com Bruno, funcionando a adesão às ideologias políticas de

oposição ao regime como afinidade electiva por excelência, regime esse que permitia o jugo do homem sobre a mulher que ela revê no contexto da sua família de origem e, em particular, na situação materna. Alunos de faculdades diferentes, Elsa e Bruno foram apresentados por amigos que tinham em comum. Bruno era membro de um dos “grupos que pertenciam a determinadas facções de oposição ao regime”, grupo esse ao qual Elsa acabaria por aderir.

Andava noutro ano e andava noutra turma e noutra faculdade. Com ele não foi nada através das aulas, porque estávamos em anos diferentes, foi através de amigos comuns. (...) Mais do que agora a juventude, tínhamos ideais, lutávamos com determinados ideais e quando eu cheguei à faculdade havia determinados grupos que pertenciam a determinadas facções de oposição ao regime e ele pertencia a um desses grupos, onde eu depois me vim inserir porque eu estava noutro grupo. Inicialmente comecei a ter aulas na Faculdade de Ciências, nós tínhamos aulas em duas faculdades. Depois tínhamos grupos de discussão: “Por que é que não há liberdade?” (...) Pensei que era uma pessoa que tinha as mesmas ideias que eu tinha, estávamos na mesma luta, a mesma ideologia política, os mesmos pontos de vista e estávamos lado a lado, não é?”

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Se o contexto universitário proporcionou o encontro de duas pessoas com destinos profissionais muito qualificados e ideologias semelhantes, mais dificilmente explica a proximidade dos percursos de Elsa, com uma origem camponesa, com o percurso de Bruno, cujo pai explorava uma pequena retosaria em Lisboa. Ora, não será por se identificar com Bruno numa origem igualmente pouco favorecida em recursos educacionais que a valorização de um percurso<sup>1</sup> de ascensão em relação aos progenitores está ausente das suas palavras? Por outro lado, não será pela carência, na sua família de origem, de exemplos masculinos de afecto - que a entrevistada só encontra na mãe e nas irmãs - que Elsa valoriza tanto a atitude afectuosa de Bruno? Igualmente, não terá realmente funcionado como referência na escolha do cônjuge a “inteligência” da mãe que, de resto, nunca encontrou no pai?

O meu marido é muito meigo, muito meigo, muito meiguinho. Acho que é assim a principal característica dele. Depois é muito inteligente, também.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

### 8.1.2 “Foi assim aquela paixão de aluna-professor”

Vanda é a entrevistada que assume mais abertamente a importância do estatuto superior do seu marido na escolha do cônjuge. Vanda nasceu e viveu parte da infância em Angola e não deixa de recordar a vida privilegiada da família no país africano: “Era África, tínhamos três empregados

---

<sup>1</sup> Percurso esse marcado pela dureza de quem necessita trabalhar para poder sustentar os seus próprios estudos: durante a licenciatura, Elsa trabalhava como dactilógrafa na associação de estudantes, enquanto Bruno dava explicações de Matemática a estudantes do ensino secundário.

no mínimo!”. Ainda criança, contudo, veio para Portugal acompanhada pela mãe, os seus avós e o irmão, mais velho. O pai de Vanda permaneceu em Angola - só “vinha nas férias, no Natal” - tendo somente retornado “muito depois”, quando já Vanda entrava na adolescência. A transformação do contexto da infância foi marcada pela separação espacial da família. Em Portugal, a entrevistada passa a viver exclusivamente com os pais e o irmão, sem já coabitar com os avós maternos: “cada um arranhou os seus próprios locais para habitar”. Mas esta transformação do modo de vida familiar em nada afectou os seus laços com os avós maternos, e particularmente com a avó, sobretudo devido à tutela familiar que desde sempre Vanda conheceu e reconheceu na matriarca. Com efeito, segundo o relato da entrevistada, a sua família de origem pode definir-se por uma forma de matriarcado onde o homem só assume a tutela familiar quando supera as mulheres na idade. Assim, a mãe sucede à falecida avó materna, que “mandava em tudo”, assumindo o papel de “ pilar congregador da família”

Vivi a minha infância em África, em Angola, no interior, na terceira maior cidade de Angola. Vivía com os meus pais e com os meus avós e com o meu irmão, que é três anos mais velho. Os meus pais trabalhavam e quem tomava conta de nós em casa era a minha avó, que foi a autoridade principal da família até morrer. Era a minha avó que geria o pessoal. Tínhamos muitos empregados. A minha avó mandava em tudo! Mandava na casa, no meu pai, na minha mãe, em nós... Ela é que decidia tudo! (*riso*). Houve um sucessor: foi a minha mãe. O meu avó sobreviveu e, de certa forma, continuou a ser o pilar congregador da família, mas assim que faleceu o meu avó a minha mãe assumiu aquele papel - não é? - de manter a família unida e à volta dela, como figura central da família, o que é uma coisa extremamente difícil!

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Esta configuração familiar alargada, definida pela existência de uma hierarquia com base na idade e no sexo e na centralização do poder de decisão sobre a família, incorpora igualmente mecanismos de género que, por outro lado, condicionam a liberdade da mulher na adolescência. Vanda reconhece que “havia uma discriminação” - “o meu irmão podia sair à noite, porque era rapaz e porque era mais velho” - e ainda que considere que “tinha muita liberdade para ir a casa dos amigos”, era sobretudo em sua casa que se reunia com os amigos, sendo que “por regra” não lhe era permitido sair à noite. Este condicionamento da liberdade que não é aplicado no irmão revoltava-a, mas nunca o suficiente para que Vanda levasse a sua reivindicação junto dos pais às últimas consequências, pois outros princípios impunham-se a quem, como ela, era “muito importante não desiludir” os pais e “corresponder às expectativas deles”, designadamente no que toca ao seu próprio futuro que só a obtenção de diplomas escolares parecia assegurar. As experiências que os contextos de sociabilidade da adolescência poderiam proporcionar eram assim relegadas para um segundo plano na realização pessoal de Vanda, que acatava as palavras da mãe - “a tua vida é estudar” - como um gesto “incentivador” perante o qual “não queria falhar”.

Quando era adolescente, os meus pais impunham regras. Tinha muita liberdade para ir a casa dos amigos. Ou de os amigos virem a minha casa, sobretudo isso! As festas faziam-se em minha casa... Não tinha era muita liberdade para andar à noite. Por regra, não devia sair à noite. Isso por regra. Havia uma discriminação: o meu irmão podia sair à noite, porque era rapaz e porque era mais velho. Eu não gostava muito dessa discriminação e ainda me manifestei contra isso, mas não ganhei nada com isso (*riso*). Eu não podia ficar fora até uma determinada hora, tinha que regressar a casa, salvo erro, às onze horas da noite. Se quisesse ir a um sítio que se prolongasse para além dessa hora, tinha que telefonar a meio a dizer que estava tudo bem e qual era a hora previsível de regresso a casa. (...) Era importante eu corresponder às expectativas da minha mãe e do meu pai, e isso fazia-me andar. Na adolescência, isso era importante. Era incentivador! Para mim era muito importante não desiludir os meus pais e, minimamente, corresponder às expectativas deles! A minha mãe dizia-me uma coisa que era assim "Tu és estudante, a tua vida é estudar, não precisas de fazer mais nada e eu garanto-te tudo aqui em casa, portanto só tens que ter boas notas, ter sucesso nos estudos". E eu não queria falhar perante uma coisa desta, e lá fui fazendo. Ela ajudava-me, até no estudo ela me ajudava, portanto... O meu pai era uma vertente mais de ordem prática, vá lá. Ele fornecia o dinheiro... "O que tu quiseres eu dou-te. Queres estudar nesta faculdade ou naquela? Queres ir para o estrangeiro? Isto eu arranjo".

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;

Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

É neste regime de concentração nos estudos que Vanda prolongou um namoro desde a adolescência e que só terminaria passados oito anos. Após concluída a licenciatura, durante o estágio na Ordem dos Advogados, ingressou num curso intensivo de especialização em gestão de empresa no âmbito do qual o seu actual marido, Vitor, economista e director de empresa, leccionou um módulo com a duração de apenas uma semana. Vanda tinha então vinte seis anos e confessa que, com Vitor, "foi uma espécie de amor à primeira vista", ou dramatizando ainda mais, "foi aquela paixão de aluna-professor, em que a aluna entra na sala e o professor passa a dar as aulas para ela!", súbito enamoramento esse que precipitou a escolha do cônjuge: "Nessa semana tudo se compôs" e "ao fim de um mês de eu namorar com o Vitor, de eu conhecer o Vitor, já tínhamos combinado casar".

O Vitor foi meu professor num curso de especialização que eu fiz depois da licenciatura. Ele era um dos formadores. Era um curso de gestão de empresas e eu como não conseguia arranjar emprego.... Estava a fazer o estágio de advocacia, mas estava a ver que não tinha saída na advocacia, porque eu não tenho tradição familiar... Fiz um estágio de dezoito meses para a Ordem dos Advogados e durante o estágio fiz um curso de especialização em Gestão de Empresas, um curso intensivo de seis meses e foi nesse curso que conheci o Vitor. (...) Ele só deu formação durante uma semana. Foi uma espécie de amor à primeira vista (*riso*). Foi assim aquela paixão de aluna-professor, em que a aluna entra na sala e o professor passa a dar as aulas para ela! Foi assim, literalmente! Nessa semana tudo se compôs. Foi mesmo daquelas paixões assim à primeira vista.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;

Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Vanda reconhece que Vitor, um ano mais novo, preenchia todos requisitos de um candidato a cônjuge, desde os atributos físicos e estéticos - "Gostei da aparência dele, era um homem bonito que se vestia de uma forma alegre, muito bem parecido, com uma aparência diferente, porque ele tem olhos claros..." - à eloquência - "a forma como dava as aulas, a facilidade de expressão, de comunicação". Por outro lado, a entrevistada não deixa de assumir de forma explícita que outros traços, como sejam as elevadas qualidades de afirmação enquanto sujeito condensadas no eufemismo "grande maturidade intelectual", funcionaram como atributos masculinos. Denegados pelo ideal do amor romântico, esses traços adquirem contudo valor e significado

particulares junto de quem desde sempre se habituou a delegar em terceiros - a avó e a mãe - a autoridade para tomar decisões: “apercebi-me que tinha uma característica para mim muito importante que era um grande poder de decisão, ele sabia exactamente o que queria e seguia a decisão, fazia para a atingir. Portanto, uma grande maturidade intelectual!”.

Gostei da aparência dele, era um homem bonito que se vestia de uma forma alegre, muito bem parecido, com uma aparência diferente, porque ele tem olhos claros... E gostei da forma como dava as aulas, a facilidade de expressão, de comunicação, uma grande facilidade de comunicação e depois apercebi-me que tinha uma característica para mim muito importante que era um grande poder de decisão! Ele sabia exactamente o que queria e seguia a decisão, fazia para a atingir. Portanto, uma grande maturidade intelectual! (...) Não acreditavam que ele fosse o meu namorado e que ele fosse casar comigo, porque ao fim de um mês de eu namorar com o Vitor, de eu conhecer o Vitor, já tínhamos combinado casar (*riso*). Ao fim de um mês! A minha mãe achou que não, que aquilo era tudo uma grande brincadeira(...) Depois, quando o conheceu, gostou muito dele, achou que era uma pessoa agradável, muito interessante, sobretudo porque era licenciado! (*riso*)

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Resta, enfim, referir que, com uma origem social semelhante à de Vanda – filho de chefe de polícia e doméstica - Vitor possui as qualidades mais valorizadas não só pela própria, como pela sua mãe, cuja reacção parece que só podia ter sido positiva perante alguém que à cortesia acrescentava a escolaridade que tanto desejou para a filha, o exercício de uma profissão qualificada e o estatuto social de um director de empresa. A consonância das apreciações da mãe e da filha terão certamente contribuído para o arrebatamento de Vanda, que no final do primeiro mês de namoro já tinha “combinado casar”.

## 8.2 *Estratégias maximalistas concessoras na conciliação família-trabalho*

A análise que levámos a cabo acerca de processos de escolha do cônjuge elucida-nos quanto à diversidade de mecanismos da homogamia. Que a proximidade social no momento da escolha do cônjuge seja por vezes marcada, nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, pela relativa superioridade social do homem é resultado de uma diferença de género, precisamente consubstanciada numa valorização mais ou menos assumida pela mulher dessa superioridade do homem. Nos casais com este tipo de *trajectória*, onde a superioridade do homem tende a acentuar-se no decurso da conjugalidade, outros factores muito para além das diferenças entre os cônjuges no momento da escolha intervêm, contudo, no crescimento da distância social no casal, sendo aqui decisiva a *estratégia* que a mulher elabora no sentido de articular a vida profissional e a vida familiar.

Com efeito, os casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* distinguem-se, desde logo, dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* pelo facto de a mulher, em lugar de

conceder primazia à vida familiar, investir fortemente na sua carreira profissional, constituindo esta um domínio de realização e uma prioridade equiparada à vida familiar, na qual a aposta é elevada, como o demonstra, entre outros aspectos, uma descendência sempre igual ou superior aos dois filhos. Tendo em linha de conta esta tensão de prioridades, a mulher é constantemente levada a encontrar soluções que lhe permitam *maximizar* a sua realização nos dois universos. Da mesma forma que a *estratégia familiarista*, caracterizante da *hipergamia prioritária*, se assemelha ao modo como certas mulheres com profissões muito qualificadas, tal como identificaram Crompton e Harris, gerem a vida familiar e a vida profissional - "domestic life first" - , nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, a *estratégia* prevalecente encontra fortes afinidades com as atitudes das mulheres que as investigadoras britânicas designam de "*maximizers*", que "procuram maximizar os seus objectivos simultaneamente no que toca à carreira profissional e à vida familiar" (1999: 137).

Em suma, é fácil perceber que a *concessão* da primazia à carreira profissional do homem que caracteriza esta *estratégia de conciliação família-trabalho* contribua para explicar *trajectórias conjugais* marcadas pela *progressão* da distância social no casal a favor do elemento masculino, mesmo sabendo-se que a mulher procura, através de uma *maximização* dos seus esforços, encontrar um equilíbrio entre a ambição profissional e a disponibilidade para a vida familiar. As palavras de Teresa retractam bem a tensão que deriva desta atitude de dupla e forte aposta na carreira profissional e na vida familiar.

Dou por mim, umas vezes, a achar que me falta vida familiar e, por outro lado, que me falta apostar em coisas que me valorizem profissionalmente.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

Com efeito, nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, este princípio *maximalista*, simultaneamente aplicado à profissão e à família, não deixa de se conjugar com uma atitude *concessora* face à carreira profissional do homem, atitude essa alicerçada na assunção de que *o homem tem precedência sobre a mulher no que toca à aposta na actividade profissional*. A respeito deste tipo de *trajectória conjugal*, não seria correcto afirmar que essa precedência tem na sua origem o primado da carreira masculina, tal como acontece junto dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*. Para a maior disponibilidade que a mulher *concede* ao homem para a sua actividade profissional - como sugerem, desde logo, as diferentes cargas



horárias no casal<sup>2</sup> - é, por um lado, decisivo um quadro normativo, assimétrico no plano do género, que estipula como requisito identitário para a mulher a aposta máxima na vida familiar e na vida profissional. Por outro lado, a própria homogamia sócio-profissional, nalguns casos com contornos hipergâmicos - *homogamia sócio-profissional alargada* a favor do homem -, também contribui para que, nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* o princípio *maximalista* que rege a *estratégia de conciliação família-trabalho* se alie a uma atitude *concessora* da mulher face à carreira do homem.

Para as mulheres em casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, a precedência do homem no que toca à aposta na actividade profissional pode, de resto, significar um investimento numa actividade profissional que, sem ter necessariamente em vista a construção de uma carreira, lhe proporciona os rendimentos mais elevados do que os da mulher, conferindo-lhe assim o estatuto de ganha-pão principal do agregado. Nos casais com este tipo de *trajectória*, deparamos com algumas situações em que a distância social a favor da mulher no plano dos recursos escolares e das posições sócio-profissionais é compensada com uma desigualdade de rendimentos a favor do homem. Podendo ou não ser vivida por estas entrevistadas como contradição, esta situação não as impede de reconhecer e valorizar o forte investimento do marido na profissão, que o rendimento auferido, afinal, parece atestar. É o caso de Raquel e de Olívia, socióloga e historiadora, respectivamente. Ambas casaram com homens que não investiram tanto nos estudos, mas cuja actividade profissional por conta própria (marido de Raquel) ou por conta de outrém (marido de Olívia), lhes proporcionam rendimentos superiores aos auferidos por estas entrevistadas.

### 8.2.1 Carreira profissional e as consequências da maternidade

Nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, as mulheres manifestam frequentemente o sentimento de terem ficado aquém dos seus objectivos profissionais em virtude das solicitações familiares, ainda que algumas declarem que a concretização dos objectivos nos dois universos esteve sempre ao seu alcance. Entre a maioria das entrevistadas que se ressentem com as implicações que os encargos familiares tiveram na sua carreira, destaca-se Elsa, médica cujo primeiro de dois filhos veio quando tinha vinte e quatro anos sem que ela e o marido tivessem “pens[ado] muito nas consequências”. As solicitações da maternidade revelaram-se-lhe desde

---

<sup>2</sup> Em praticamente todos os casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, o horário de trabalho do homem oscila entre as cinquenta e as sessenta horas semanais, enquanto o da mulher oscila entre as quarenta e as quarenta e cinco horas semanais.

logo um problema não apenas porque coincidiram com os períodos em que a entrevistada esteve a prestar serviço em hospitais fora ou mesmo distantes de Lisboa, onde estava a rede familiar de apoio do casal, mas porque, sempre que uma empregada doméstica não podia dar apoio, sobretudo nos dias de “banco hospitalar”, Elsa “quase que morria” pensando nos dissabores de uma eventual falta ao trabalho profissional.

Éramos obrigados a fazer a periferia e a saúde pública. Então tínhamos que ir para fora dos centros, dos grandes centros, fazer exames. Mas eles não nos davam condições nenhuma, não tínhamos casa, não tínhamos quem nos ficasse com os filhos, não havia creche, não havia amas e nós éramos obrigados a concorrer e chegávamos a uma cidade de província e não conhecíamos ninguém e tínhamos que ir trabalhar no dia seguinte. (...) Fui para São Brás de Alportel e fiquei a viver em Faro. O meu marido estava em Portimão, na altura. Eu fui um mês à frente e ele depois foi lá ter. Eu estava a amamentar a minha filha mais velha, que tinha dois meses. (...) Uma vez, tive que falar com o meu chefe, que era um velhote simpático. Na altura disse: “Eu não posso vir trabalhar, não tenho a quem deixar a minha filha e a situação está muito complicada, e a criança nasceu há dois meses”. Nós na altura não tínhamos direitos, nem sequer a mãe, e ele disse: “Faça como quiser, mas tem que vir trabalhar, isso agora é problema seu”. Então isso foi um problema tão grande que eu fiquei assim de repente sem leite. Fiquei sem leite de um dia para o outro, porque o sistema nervoso ficou de tal maneira alterado.... Fiquei de repente com esse problema acrescido. E depois, pronto, lá faltei um dia ou dois, mas *consegui arranjar uma mãe de uma colega minha que me ficou...* Lá conseguimos ter sempre alguém conhecido, em casa de uns colegas que estavam a viver lá já, fiquei lá uns tempos enquanto não arranjei casa. Depois lá conseguimos arranjar uma empregada. (...) Cada vez que me faltava uma empregada quase que morria, porque quando a pessoa está de banco... Nós temos bancos de vinte e quatro horas, agora até já se pode fazer bancos de doze horas, mas antes não, tínhamos que fazer bancos de vinte e quatro horas e um médico não pode faltar a um banco, porque se faltar vai prejudicar a equipa toda e a equipa toda fica-lhe com um pó se ele falta, percebe? Não se suporta que uma pessoa falte, não tem coragem para faltar mesmo que um filho fique doente. Porque é muito complicado faltar a um banco e depois saber que toda a gente vai ficar a trabalhar mais e que toda a gente nos vai ficar a odiar.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

O peso dos encargos com a maternidade foi tanto maior quanto uma “interrupção de funções” com esse pretexto estava fora dos “planos” de Elsa, pois isso implicaria, como declara, “atrasar toda a minha carreira”, carreira esta, por outro lado, construída num contexto profissional cujas exigências não fossem comprometedoras do tempo que a entrevistada gostava de ver reservado à família. Dividida entre a entrega aos dois universos, Elsa ocupa hoje, contudo, um lugar de directora de serviço no hospital onde trabalha, não demonstrando pois a contenção face à carreira de outras entrevistadas, médicas com *estratégias familiaristas*, que não aceitaram cargos desta responsabilidade por questionarem a sua disponibilidade para a família e, assim, o princípio de que esta tem prioridade sobre a sua actividade profissional (capítulo 7).

Em Faro foi só um ano, depois estive outro ano a trabalhar no Barreiro, ia e vinha todos os dias, numas corridas loucas, com uma barriga enorme, porque entretanto estava grávida da segunda filha e andava sempre atrasada. Por acaso é terrível e tenho pena de ser assim. Eu andava sempre a correr, fazia uma ginástica enorme com os filhos todos e era novíssima, tinha vinte e sete anos na altura. Portanto, podia perfeitamente correr, levava apertões no metro para conseguir apanhar o barco. Estava a morar em Lisboa e ia e vinha todos os dias, mas foi só um ano, porque nós éramos obrigados a ir para a província, naquela altura era dois anos, mas um ano de cada vez. Um ano, mal acabávamos, e depois éramos obrigados a ir outra vez. Eu aí consegui ficar no Barreiro, foi muito bom... Depois estive sempre em Santa Maria e depois quando acabei a especialidade, não tinha vaga em Santa Maria e vim para aqui. Nunca parei, porque nem isso me passava pela cabeça. Se parasse, podia pedir interrupção de funções, mas isso nunca me passou pela cabeça, porque depois se pedisse interrupção de funções ia atrasar toda a minha carreira e isso também não estava nos meus planos. Não considerei isso prioritário, não considerei que isso prejudicasse tanto as minhas filhas.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Esta atitude perante a maternidade, onde se conjugam os sentimentos contraditórios de gratificação e limitação é também particularmente evidente no caso de Teresa, socióloga e mãe de dois filhos. Como Elsa, Teresa foi mãe pela primeira vez com vinte e quatro anos, mas o não planeamento da primeira gravidez explica que a entrevistada tenha engravidado antes de concluir a tese de licenciatura. Teresa voltou a confrontar-se com este sentimento de “atraso” na sua formação, imprescindível para a progressão na carreira académica, quando voltou a engravidar - seis anos após a gravidez do seu primeiro filho - iniciava então a sua tese de mestrado. No entanto, tratando-se de uma mulher que, a par da sua carreira profissional, aposta fortemente na vida familiar, este sentimento de “atraso” dá menos aso ao ressentimento do que à ironia: “Eu costumo dizer que cada vez que faço uma tese aparece-me um filho. Daí talvez não fazer o doutoramento para não aparecer o terceiro (*risos*).”.

Atrasei um ano a tese de licenciatura. Tentei fazer, eu tentei ir fazendo alguma coisa, mas obviamente... ainda cheguei a ir para a empresa onde estava a fazer estágio para a tese com um grande barrigão! O estágio fiz, mas a tese, em si, não! Depois, o meu filho nasceu e estive uma série de meses que não consegui pegar naquilo, e só acabei a tese no fim de 96. Eu deveria acabar no fim de 95... Se não tivesse ficado grávida, não teria atrasado este tempo todo! Eventualmente, teria atrasado uns seis meses ou uma coisa assim, porque eu estava numa fase cheia de genica, estava numa fase... Quando eu acabei o quarto ano, eu estava naquela altura em que tu achas que és capaz de tudo. Enfim, atrasou tudo. Atrasou-me a licenciatura e, agora, também me atrasou o mestrado indirectamente, embora o mestrado quem me atrasou agora foi a minha filha, não foi o meu filho. Eu costumo dizer que cada vez que faço uma tese aparece-me um filho. Daí talvez não fazer o doutoramento para não aparecer o terceiro (*risos*). Mas foi assim, eu inscrevi-me no mestrado, tinha acabado o primeiro ano de mestrado, ia novamente começar a tese de mestrado quando surgiu a notícia da minha filha.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

Todavia, as implicações da maternidade na vida profissional destas mulheres vão obviamente muito para além do período de gravidez, sendo notória a consciência das entrevistadas de que a sua disponibilidade profissional, e *não a do seu marido*, ficou condicionada pelos encargos com os filhos. Por exemplo, Vanda, mãe de três filhos, jurista e funcionária pública, tem consciência de que, ao contrário do seu marido, Vitor, economista com um cargo de directoria numa grande empresa, não pode “aventurar[-se] muito para uma empresa privada em que eu tinha de trabalhar dez horas por dia”. De igual modo, Raquel, também ela mãe de três filhos, socióloga e docente universitária, tem a “perfeita noção” de que as suas ambições na carreira académica estão ajustadas à “existência de crianças”, ao contrário do seu marido, a quem o horário de trabalho na empresa de informática de que é sócio impede de estar mais disponível do que a entrevistada.

Eu sinto que não me posso aventurar muito neste momento para uma empresa privada em que eu tinha de trabalhar dez horas por dia. Não, nem pensar! Quer dizer, se entretanto os meus filhos tiverem problemas na escola ou de saúde e que me impeçam de seguir essa estratégia definida, então vou ter que dar prioridade à família em vez de dar à carreira.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;

Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Tenho a perfeita sensação que se quisesse investir mais na minha carreira, ter feito um percurso diferente, aí teria sido um pouco travada, nomeadamente pela existência de crianças. Por exemplo, as reuniões que se fazem são ao fim do dia e eu ao fim do dia não posso estar presente porque às cinco horas vou buscá-las à escola. Eu tenho essa flexibilidade de horário, mas o Rogério não tem tanto. Apesar de a empresa em parte ser dele, ele não pode sair de lá às cinco da tarde, porque há uma série de coisas que estão dependentes dele, enquanto que aqui não. Posso perfeitamente sair às cinco da tarde e ir buscar as miúdas.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

Quase todas as entrevistadas cuja *trajectória conjugal* se define pela *hipergamia progressiva* comungam deste sentimento de adequação das ambições profissionais à conciliação dos dois universos. Todavia, para algumas destas mulheres a *estratégia maximalista concessora* significa uma aposta incondicional na vida profissional, recusando a hipótese de que a família tenha colocado obstáculos à plena concretização dos seus objectivos relacionados com a carreira. Com efeito, Laura e Olívia comungam do sentimento de que a conciliação entre a profissão e os encargos com a família não implicou qualquer contenção da sua aposta na carreira. O primeiro filho de Laura, que decidiu apostar numa formação superior quatro anos já depois de casada, nasceu quando a entrevistada frequentava o terceiro ano da licenciatura em Relações Públicas, na qual decidiu ingressar conservando a sua actividade profissional de guia-intérprete, que até então fazia com que esta mulher tivesse que se ausentar do país para fazer “circuitos de viagens no estrangeiro”. Casada com Luís, engenheiro civil geotécnico e director de obra numa grande empresa de construção, Laura protelou a maternidade até decidir engravidar aos vinte e oito anos, porque, como desabafa, “não tínhamos vida para isso”. Com efeito, Laura, hoje mãe de dois filhos, só avançou para a primeira gravidez quando considerou “que conseguia conciliar tudo”, não tendo, no entanto, terminado “o curso ao mesmo ritmo dos meus colegas”, tomando a “opção assumida” de “ir fazendo as cadeiras” que restavam para concluir a licenciatura. A atitude de Laura perante a maternidade afasta-se da da maioria das mulheres entrevistadas, pressupondo por sua vez uma presença da mãe junto da criança relativamente menos assídua e mais apoiada em substitutos funcionais, como se depreende da dinâmica descrita por Laura: “trabalhava de dia, estudava à noite e tinha uma criança”.

Eu casei com vinte e três mas, por opção, durante cinco anos não tivemos filhos até porque não tínhamos vida para isso, o Luís era director de obra... só que o meu filho nasceu estava eu no terceiro ano. Porquê? Porque eu achei que já tinha vinte e oito anos e achei que não valia a pena esperar muito mais e achei também que conseguia conciliar tudo. Portanto trabalhava de dia, estudava à noite e tinha uma criança. (...) A licenciatura dura quatro anos e dura das sete às onze da noite. Portanto, eu continuei a trabalhar durante o dia, às vezes trabalha-se à noite, muitas vezes até faltava às aulas e decidi licenciar-me nessa altura. Os guias-intérpretes decidem quando trabalham, ou seja, são contactados por agências ou por grupos e decidem se aceitam, ou não. Portanto, o que eu fazia era nunca aceitava trabalho de guia nos dias em que tinha mais aulas, o que ainda faço hoje, nem nos dias em que tinha aulas. (...) Eu estava no terceiro ano e ele nasceu em Janeiro, tive que guardar cadeiras e não acabei o curso ao mesmo ritmo dos meus colegas. Eu acho que para as fazer todas, e eram oito, eu ia ter uma média baixinha e não estava lá para acabar o curso, estava lá por curiosidade e porque me queria enriquecer e porque queria aprender, portanto decidi ir fazendo as cadeiras, fiquei a marcar passo. Mas foi uma opção assumida e estou contente por a ter feito. (...) Fazia um serviço local, Lisboa e arredores, mas nunca deixei de trabalhar porque era incapaz. Fiz cinco cadeiras no ano em que ele

nasceu e fiz as restantes no ano seguinte e depois fiz o quarto ano. Eu quando acabei foi em noventa e tinha trinta anos e um filho de ano e meio.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Por sua vez, Olívia sublinha que “sempre” considerou os encargos com a família e uma carreira profissional não apenas aspecto “conciliável”, mas também “desejável” enquanto mulher. “Ser só mamã”, confessa, “deixava[-a] um bocado frustrada”. Porém, a atitude positiva de Olívia face à conciliação família-trabalho necessita ser enquadrada no seu percurso de vida. Na realidade, a experiência da maternidade surgiu-lhe pela primeira vez quando Olívia se confrontou com a situação de não conseguir trabalho como historiadora, funcionando assim como uma compensação em que a entrevistada apostou, engravidando dos três filhos do casal no espaço de quatro anos. Olívia sublinha que “foi uma satisfação muito grande ser mãe, porque realizava um dos meus sonhos, já que não estava a conseguir realizar o outro”. Só aos poucos, Olívia foi reencontrando o rumo pretendido como historiadora, ora trabalhando em projectos financiados por bolsas de investigação, ora investindo mais na sua formação académica, sem sentir que os encargos com os seus filhos constituíssem um “impedimento” para agarrar as oportunidades profissionais que foram surgindo ou cumprir com as exigências relacionadas com a sua formação académica. “Eu podia perfeitamente ter um bebé em casa e estar a escrever ao mesmo tempo”, esclarece Olívia, acrescentando que os filhos constituíram, pelo contrário, uma mais-valia na sua própria formação, porque “obrigaram-me a trabalhar com ritmos, com rotinas e, portanto, eu não me perdi em divagações”.

Tendo em conta que vivemos num país com este tipo de hipóteses, que são muito baixas, e que eu não posso lutar muito contra isso, não é? Posso apenas batalhar, estar em todas, mexer-me e nesse aspecto eu tenho feito. A minha vida familiar nunca foi um impedimento para isso. Eu fiz o mestrado, eu escrevi a tese de mestrado com um bebé minúsculo em casa e estava grávida de outro, e isso não me impediu. Eu sempre achei que era conciliável. Conciliável, complementar e desejável! Isto é, uma vez que ser só mamã me deixava um bocado frustrada... Naquela altura não abdiqueei de nada, porque realmente não estava a conseguir fazer nada. Portanto eu não abdiqueei de nada. Aliás, foi uma satisfação muito grande ser mãe, porque realizava um dos meus sonhos já que não estava a conseguir realizar o outro. (...) Foi um estímulo, mas também tem a ver com sorte, tenho crianças saudáveis, nunca me deram assim grandes problemas e isso também tem a ver com isso. Como eram crianças calmas, saudáveis, eu podia perfeitamente ter um bebé em casa e estar a escrever ao mesmo tempo, porque os miúdos dormiam bem, comiam bem e, portanto, era uma coisa que se conjugava perfeitamente. Eu acho que o facto de eu ter crianças em casa e, depois, na escola, obrigaram-me a trabalhar com ritmos, com rotinas e, portanto, eu não me perdi em divagações. Portanto, tendo bebês, eu sabia que o bebé estava a dormir a sesta e que ia dormir durante duas horas. Eu, naquelas duas horas, trabalhava imenso, talvez mais do que uma pessoa o dia inteiro que não tivesse nada para fazer. Agora que as crianças estão na escola, eu sei que eles estão na escola das nove às cinco e que eu só tenho aquelas horas para trabalhar, não tenho mais horas nenhuma. Portanto, o facto de eu ter que cumprir o horário da criança obrigava-me a mim, nessas horas, talvez a trabalhar mais...

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Em suma, no que toca à maternidade e ao impacto desta sobre a vida profissional, as entrevistadas com uma *trajectória conjugal* caracterizada pela *hipergamia progressiva* sentem ou

receiam mais frequentemente, ainda que nem sempre, como acabámos de verificar, o “atraso” na carreira que advém do facto de serem mães. Esta reacção ao impacto da maternidade tende obviamente a reflectir-se na própria atitude face à conciliação família-trabalho, atitude essa que, sendo marcada pela *maximização* das apostas nestas duas dimensões, adquire variantes no conjunto das entrevistadas com *trajectórias conjugais* definidas pela *hipergamia progressiva*. Assim, a *estratégia maximalista concessora* pode, por um lado, elaborar-se com base numa *moderação* das prioridades profissionais e familiares, optando a mulher por definir os limites máximos da sua aposta na carreira, podendo mesmo sentir-se forçada a renunciar a cargos superiores, ainda que nem sempre o faça sem arrependimento. Neste caso, o princípio *maximalista* em que assenta a *estratégias de conciliação família-trabalho* nem sempre encontra eco nas decisões da mulher, que não são obviamente tomadas isoladamente, ou seja, sem constrangimentos e compromissos. Por outro lado, apesar de estarmos perante *trajectórias conjugais* marcadas pela diferença no plano das disponibilidades profissionais dos membros do casal, diferença essa que joga sempre, nestes casos, a favor do homem, algumas mulheres recusam o princípio da necessidade de uma *moderação* das ambições profissionais para o equilíbrio na conciliação família-trabalho, defendendo, pelo contrário, uma *atitude polivalente* e, assim, *investindo numa aposta simultânea na vida profissional e na vida familiar*. Nos pontos que se seguem abordaremos estas duas variantes da *estratégia maximalista concessora* que, *grosso modo*, caracterizam as formas de articulação família-trabalho das mulheres com *trajectórias conjugais* caracterizadas pela *hipergamia progressiva*.

### 8.2.2 A moderação da ambição profissional e a primazia da conciliação

A *estratégia maximalista concessora* pressupõe que a vida familiar e a vida profissional assumem valores máximos e equiparados como domínios de gratificação pessoal. Todavia, pese embora a elevada importância de ambos os universos na realização pessoal, algumas entrevistadas com este tipo de *estratégia moderam* a sua ambição profissional, pois partem precisamente do princípio de que, ao contrário do que acontece com a disponibilidade profissional do homem, à qual é *concedida* precedência, as suas exigências com a carreira não podem questionar o equilíbrio família-trabalho. Com efeito, estas mulheres ponderam e ajustam a ambição e a disponibilidade profissionais com a chegada dos filhos, pese embora a sua atitude não possa ser confundida com a prioridade atribuída à família que é própria das entrevistadas com *estratégias familiaristas*. A ponderação e a contenção perante a vida profissional que se observa junto das entrevistadas com *estratégias maximalistas concessoras* significa que a

*conciliação família-trabalho, que invariavelmente recai sobre a mulher, tem a primazia sobre as suas ambições profissionais ou familiares. Ora, esta primazia atribuída à conciliação vai de par com a ideia de que o homem é suposto estar mais disponível para a sua actividade profissional ou, simplesmente, estar mais bem posicionado na carreira do que a mulher.*

*“Chegar a directora de serviço nunca foi um objectivo”*

O caso de Elsa constitui um primeiro exemplo desta atitude perante a conciliação e a actividade profissional do marido. Médica imunohemoterapeuta, Elsa é, hoje, responsável pela direcção do serviço de transfusões sanguíneas no hospital público onde trabalha, tendo por isso deixado de se relacionar directamente com pacientes. Ao contrário de outras entrevistadas médicas, que, atribuindo prioridade à vida familiar, abdicam dos lugares de direcção com receio de que a acrescida responsabilidade profissional funcione como um constrangimento à sua disponibilidade para a família (capítulo 7), Elsa aceitou o cargo de “directora de serviço”, sem que tal tenha, no entanto, significado uma prioridade atribuída à carreira. Na verdade, Elsa não deixou de orientar as suas “opções” profissionais, como ela própria sublinha, “em função da família”, admitindo mesmo que “chegar a directora de serviço nunca foi um objectivo”. Estamos, todavia, perante uma mulher que não deixa de *maximizar* a sua aposta na carreira profissional quando considera assegurada uma disponibilidade que é suposta ser a adequada para os cuidados aos dois filhos do casal. A ascensão a um cargo de carácter mais administrativo não faz esquecer Elsa, sempre que recebe elogios pela “qualidade” do serviço que dirige, de que o seu trabalho é realizado em equipa: “Não posso dizer isso como reconhecimento meu, porque é a equipa toda, não é?”. Esta renúncia em individualizar o reconhecimento profissional vai de par com o desgaste que, para Elsa, representa lidar com pessoas doentes ou, pior, em risco de vida - “Eu quase que morro quando um doente morre” - encontrando, por isso, vantagens no cargo que exerce, que precisamente a afasta mais deste tipo de contacto: “por isso agora não me importo muito de não ter doentes”. Este cargo de directora resulta assim num lugar de compromisso, na medida em que, por um lado, permite a Elsa resguardar-se da tensão inerente à “relação afectiva muito forte” que tende a estabelecer com os doentes e, por outro, não a obriga a adoptar a atitude demasiado política de quem pretende ascender mais na carreira hospitalar, pois como esclarece a entrevistada, “não consigo simular nada e isso tem me trazido alguns dissabores”. De resto, cumpre sublinhar que Elsa aceitou o cargo de directora precisamente porque se sentiu mais liberta dos encargos familiares. Mãe de dois filhos com vinte e um e vinte cinco anos de idade, a

entrevistada admite que “dedicava mais aos filhos” o tempo que hoje tem para a profissão, recordando o “*stress*” que implicava a conciliação da família com o trabalho.

Agora aqui sou reconhecida, porque o serviço está bem visto, de uma forma genérica. Estamos fartos de levar elogios, mesmo da administração que são os meus superiores e as pessoas que vêm cá gostam do serviço, de uma forma geral.... Na área da qualidade, o meu serviço está muito bem posicionado cá no hospital. (...) Não posso dizer isso como reconhecimento meu, porque é a equipa toda, não é? Porque se não tivesse esta equipa espectacular, não tinha este trabalho que eu tenho feito. (...) Eu sou muito, muito frontal, eu não consigo não gostar de alguém e não lhe dizer. Quer dizer, não consigo simular nada e isso tem me trazido alguns dissabores. Chegar a directora de serviço nunca foi um objectivo. Eu quase que morro quando um doente morre, choro, é uma coisa horrível! De maneira que agora não tenho doentes, e até acho que me está a fazer bem, porque aqui não tenho doentes. Quando estava em Santa Maria tratava os doentes que vivem só com transfusões. É uma doença crónica e depois os doentes estabelecem com o médico uma relação afectiva muito forte, com os médicos que o permitem. E, por isso, agora não me importo muito de não ter doentes. Mas os meus doentes ainda me vêm ver, ainda me vêm dar essas tristes notícias. E ainda fico muito triste. E agora já nem são meus doentes! (...) Faço quarenta e duas horas por semana, portanto isso aumenta mais um bocadinho o ordenado e faço também prevenções a determinados dias da semana, estou de chamada, mas agora já não faço bancos, porque aqui, neste hospital, não tenho doentes... Quer dizer, agora é com menos *stress*... Mas também acho que tinha menos tempo porque, se calhar, dedicava mais aos filhos. Agora tenho mais tempo para estar a dedicar-me à profissão.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Ainda que a *moderação* da ambição profissional não tenha impedido que esta entrevistada, muito disponível para a família até à adolescência dos filhos, se dedicasse mais à profissão e assumisse um cargo de maior responsabilidade quando ficou mais liberta dos encargos familiares, a verdade é que esta atitude vai de par com uma orientação específica face à actividade profissional do homem, a saber *a assunção de que o homem é suposto apostar mais do que a mulher na carreira profissional*. Tal assunção traduz-se desde logo na aceitação de uma divisão do trabalho profissional em que cabe ao homem funcionar como o principal provedor dos rendimentos económicos do agregado. Com efeito, Elsa “queria fazer só medicina hospitalar para ter mais tempo para a família”, mas, por outro lado, esta “opção em função da família” acompanha um modelo de divisão familiar do trabalho em que “um tem que ganhar dinheiro, para termos dinheiro, e o outro tem que se dedicar à família”. Elsa acrescenta o seu “relacionamento com o doente” e a dificuldade em converter um serviço médico em mercadoria - “era muito complicado para mim receber dinheiro de uma consulta” - às repercussões na disponibilidade para a família que o exercício da medicina fora do hospital acarretaria: “a pessoa, depois do hospital, sai e ainda vai para o consultório”. Esta atitude não deixa de se fazer acompanhar por uma autodesvalorização no que toca ao seu “mérito” na conquista da profissão - “como há menos pessoas, tive menos concorrência e foi mais fácil, não foi por mérito” - e na própria “opção” profissional - “Eu não sei se, no meu caso, se soube exactamente aquilo que queria ser logo” - para a qual considera ter sido determinante o “aconselhamento” do irmão.



O ser humano tem uma capacidade muito grande de adaptação e depois nós também não sabemos... Eu não sei se, no meu caso, se soube exactamente aquilo que queria ser logo. Quer dizer, eu também não sabia muito bem e depois pensei "Isto é capaz de ser giro". Foi o meu irmão que me aconselhou a vir para medicina. Depois os testes disseram que eu deveria ser era psicóloga (*riso*). Mas depois o meu irmão falou com o psicólogo e o psicólogo achou que não era uma má opção. (...) Esta foi a opção que eu fiz, porque esta especialidade [imunohemoterapeuta] não é possível fazer no privado. No privado, ninguém dá sangue. Isto é um serviço de colheitas de sangue, para tratar os doentes hemofílicos, os clientes que vivem com transfusões. Portanto, isto não é possível fazer no privado. Então eu escolhi esta especialidade com hipóteses de ficar em Lisboa, em termos de vagas, e porque também não dava hipóteses de fazer medicina privada, porque eu à partida queria fazer só medicina hospitalar para ter mais tempo para a família. Nesta especialidade eu sabia que havia mais vagas, há menos pessoas a quererem. Portanto, tinha mais hipóteses de ficar no hospital central e isso foi uma opção pensada. E depois, pronto, como há menos pessoas, tive menos concorrência e foi mais fácil, não foi por mérito. (...) Com esta especialidade podia ficar em Lisboa, é uma opção em função da família. Eu queria, o meu marido ficava por cá, as minhas filhas estavam cá e eu queria ficar por cá e fiquei porque me permite ficar cá. Ele é mais velho, ele estava um ano à frente, portanto já tinha escolhido. (...) Eu não me via muito bem a fazer privada... Eu tenho a impressão que era muito complicado para mim receber dinheiro de uma consulta, prestar um serviço e "agora pague-me", percebe? Eu tenho impressão que chegava ao fim e tinha prejuízo (*riso*), porque é muito complicado. (...) Inicialmente pensámos assim: um tem que ganhar dinheiro, para termos dinheiro, e o outro tem que se dedicar à família, então eu fui para uma especialidade que à partida não há na privada e para me dedicar eu à família. Depois o meu relacionamento com o doente... É complicado fazer-se privada. É que se fizer privada a pessoa, depois do hospital, sai e ainda vai para o consultório e então...  
[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Sem ter de se confrontar com os constrangimentos de Elsa na conciliação da vida profissional com a vida familiar, Bruno, o marido da entrevistada, pôde dedicar-se à actividade médica por conta própria, suplementar, portanto, às funções que cumpria num hospital do Estado até se reformar. Bruno iniciou a carreira no mesmo hospital público que Elsa, mas "decidiu ir para os médicos militares, quando foi para tirar a especialidade". Hoje, Bruno trabalha mais dez a quinze horas por semana do que Elsa, uma diferença de carga horária que se estabeleceu desde praticamente o início da vida conjugal, quando "começou a trabalhar mais, porque", como esclarece a entrevistada, "decidimos que eu ficaria mais para dar apoio à família, ele foi fazendo aquilo que ele pensou que era melhor". O percurso profissional de Bruno caracterizou-se por uma repartição entre o hospital público, onde "foi progredindo na carreira", e os "tratamentos de reumatologia" numa clínica privada que criou juntamente com colegas de profissão, mas, como sublinha a entrevistada, "a ele interessou-lhe sempre mais a medicina privada, porque na privada ganha-se o que se quer".

Começou por trabalhar no Santa Maria e depois é que decidi ir para os médicos militares, quando foi para tirar a especialidade. Não tinha vaga na especialidade... Os médicos militares são muito mal pagos e aquilo é tudo uma hierarquia muito complicada, e ele lá conseguiu sobreviver. Depois começou a trabalhar mais, porque decidimos que eu ficaria mais para dar apoio à família, ele foi fazendo aquilo que ele pensou que era melhor também. Logo cedo, logo cedíssimo, abriu um consultório. Os consultórios é assim: eles alugam o espaço por uma tarde. Uma tarde é cinquenta contos por mês, ou cem contos por mês, não lhe sei dizer ao certo agora. E um médico que quer trabalhar aluga um espaço, e é xis por mês e esse espaço já tem, normalmente, as infra-estruturas. Tem uma pessoa para atender os telefones, para receber os pagamentos, para não sei quê, portanto o médico dá as consultas e com o dinheiro das consultas depois tem que pagar. Quando se começa nunca se tem doentes suficientes para pagar o aluguer do consultório porque as pessoas não são conhecidas e têm poucos clientes. Eles depois juntaram-se, uma série de reumatologistas, e fizeram uma clínica só de reumatologia e então cada um entrou com uma determinada quantia de dinheiro e alugaram o espaço, arranjaram empregadas e começaram a fazer tratamentos de reumatologia para os doentes reumáticos nesse local. Depois pôde sair da Academia, ficando com uma reforma qualquer e assim tem liberdade para fazer tudo. Aquilo é um esquema muito hierarquizado e depois ele começou a fartar-se e depois conseguiu sair. Foi progredindo na carreira, mas embora a ele interessou-lhe sempre mais a medicina privada, porque

na privada ganha-se o que se quer, na medida em que as consultas o médico pode pôr o preço que quiser. Com certeza, que se puser muito caro os doentes podem não ir, mas também podem ir, porque há doentes que só acham que são bem vistos quando a consulta é muito cara.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

### *“A carreira não é de todo o mais importante”*

De igual modo, também Raquel assume como uma “opção” sua que a maternidade tenha implicado limitações na sua disponibilidade para apostar mais na carreira profissional. Socióloga e docente universitária, Raquel confessa ter sempre renunciado à carreira como a prioridade da sua vida e desejado os três filhos que tem com Rogério, programador de informática e director de uma pequena empresa de formação, três filhos esses cujos encargos, como reconhece a entrevistada, a teriam “travado” se ela “quisesse investir mais na [sua] carreira” ou “ter feito um percurso diferente”.

A carreira não é a prioridade. Nunca foi! Tenho a perfeita sensação que se quisesse investir mais na minha carreira, ter feito um percurso diferente, aí teria sido um pouco travada, nomeadamente pela existência de crianças.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhos]

De facto, Raquel comunga da atitude de Elsa quer em relação à sua própria profissão e à profissão do marido, quer em relação à maior disponibilidade da mulher para a família. Esta atitude é desde logo evidente no rumo que tomou o seu percurso profissional, sendo a sua actual situação, aparentemente menos resultante de um projecto pessoal do que da oportunidade para trabalhar como monitora na faculdade, que surgiu com a proposta dos seus docentes de licenciatura. A frequência do ensino superior estava nos planos de Raquel quando concluiu o décimo segundo ano de escolaridade, contudo, perante uma primeira tentativa de ingresso falhada e os limitados recursos económicos do pai, motorista táxi, e da mãe, empregada doméstica, Raquel sentiu-se no dever de sair da dependência dos progenitores. “Não queria ficar à conta dos meus pais”, desabafa, mas o “curso de dactilografia” em que entretanto apostou não lhe permitiu outro emprego que não numa “loja de malas e sapatos”, além de que esta primeira decisão rumo à independência financeira dos pais contrária ao desejo dos progenitores, que “sempre tinham feito muita força para que eu estudasse”. A experiência de um ano a trabalhar atrás do balcão de uma sapataria contribuiu para o sentimento de que tinha de “voltar a estudar, porque estar a fazer isto uma vida inteira não gostaria”. Com efeito, ainda Raquel não tinha terminado a licenciatura e já era convidada para dar aulas como monitora universitária. O gosto que, desde logo, descobriu na docência fê-la enveredar pela carreira académica, ainda que esta

lhe tenha implicado dissabores, pois Raquel assume ter sempre estado mais interessada na docência do que na investigação e nos títulos académicos fundamentais na prossecução deste tipo de carreira. Tal como desabafa, “tive que fazer o mestrado como agora é o doutoramento, foi só por isso que o fiz, se não fosse obrigada, não o fazia”.

Eu concluí o décimo segundo ano e achei que não queria estudar mais. Por descargo de consciência candidatei-me, mesmo assim, a um só curso de Comunicação Social. Na altura, achei que, para fazer alguma coisa, tinha que ser Comunicação Social. Na altura era a única coisa a que eu achava piada. Não entrei por não sei quantas décimas. Não consegui. Como não tinha escolhido mais nenhum [curso], fiquei à porta da universidade e, então, fui trabalhar. Fiz um curso de dactilografia e depois fui à procura de emprego, de qualquer coisa, porque tinha que trabalhar, porque não queria ficar à conta dos meus pais, então fui trabalhar para uma loja, uma loja de malas e sapatos. Depois de lá estar a trabalhar durante um ano decidi voltar a estudar, porque estar a fazer isto uma vida inteira não gostaria. Vivía ainda em casa dos meus pais, mas já era diferente. Já tinha muito mais autonomia, já tirei a carta e passei a ter direito a fazer mais coisas... Os meus pais acharam ótimo eu continuar a estudar, porque eles sempre tinham feito muita força para que eu estudasse. Eu penso que pelo facto de eles terem poucos estudos davam muita importância a que eu continuasse uma carreira... uma carreira não, que tivesse uma formação superior. Para eles, isso era importante. (...) Acabei a licenciatura em Dezembro de 89 e comecei a dar aulas em Janeiro de 90. Foi em 89/90, no ano lectivo 89/90. Eu iria entrar, sem ter a licenciatura concluída como monitora, depois como se atrasou tudo, os alunos e os professores fizeram greve por causa da PGA, o ano lectivo aqui começou só em Janeiro e então eu nessa altura já tinha feito a tese da licenciatura e entrei já como assistente estagiária. Como assistente estagiária tinha prazos para fazer o mestrado, para subir como assistente, senão não me renovavam o contrato. O mestrado acabei-o em 95, tinha 29 anos. O meu mestrado foi de dois anos de parte lectiva e depois mais uns meses. (...) Na altura em que foi isso, não estava interessada, o que me interessava eram as aulas, eu gostava era das aulas, queria investir nas aulas e não me apetecia nada naquela altura ir fazer investigação, ou melhor, não me apetecia fazer investigação para mestrado. Eu até estava a participar em trabalhos e em projectos mas não queria ir fazer uma coisa obrigada, não me apetecia ir fazer o mestrado, porque achava que o mestrado não me ia trazer nada de novo, porque não ia aprender no mestrado, achava que era uma perda de tempo... Foi essa a sensação que eu tive. Eu acabei o mestrado com a sensação que podia não o ter feito, não me acrescentou nada! Tive dois anos de parte lectiva onde achei que não aprendi rigorosamente nada, nada! Não me deu prazer nenhum fazer o mestrado. Deu-me prazer fazer o trabalho de investigação, mas isso eu já o estava a fazer. (...) Tive que fazer o mestrado como agora é o doutoramento, foi só por isso que o fiz, se não fosse obrigada, não o fazia. (...) Eu gosto muito de dar aulas efectivamente, isso sempre foi o mais importante para mim. A docência é a parte mais importante, é aquilo que eu gosto efectivamente de fazer.  
[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhos]

A eleição da docência como actividade profissional por excelência vai de par com uma renúncia da dispersão que observa na “maioria” das suas colegas de trabalho, sublinhando que “não me meto em muitas coisas ao mesmo tempo”. O que significa que a premente necessidade de alcançar o grau de doutora fez com que Raquel solicitasse a “dispensa de serviço”, para que pudesse dedicar exclusivamente as oito horas diárias de trabalho profissional à realização da sua tese de doutoramento. Se levarmos em linha de conta que o marido de Raquel, Rogério, tem uma carga horária profissional de dez horas diárias, trabalhando além disso ao fim-de-semana, é fácil compreender que os constrangimentos da articulação entre uma vida familiar com três filhos e a profissão, aliados ao princípio de que a conciliação família-trabalho tem primazia sobre a prioridade à vida profissional ou à vida familiar, obrigam esta mulher a concentrar os seus esforços temporariamente apenas na concretização da tese de doutoramento, título indispensável quer para progredir na carreira académica, quer para assegurar a sua função de docente universitária.

Eu há uns anos atrás - talvez depois do mestrado, não sei exactamente quando, mas penso que foi depois do mestrado e principalmente depois de ter a segunda miúda - tomei uma decisão que foi: não levar trabalho para casa. Eu não levo trabalho para casa. Chega à sexta-feira, deixo as coisas aqui e não levo nada... Pronto, pode haver uma situação excepcional em que levo uma coisita para ler, mas por norma não levo trabalho para casa. Eu sou diferente da maioria das minhas colegas. Não me meto em muitas coisas ao mesmo tempo. Quando decidi ir fazer o doutoramento, acabei com tudo o resto, acabei com projectos e assim. Acabei tudo! Estou com dispensa de serviço e, então, o meu tempo é para isto, e mais nada. Como sou uma pessoa organizada, desta vez comecei pelo princípio, fiz as coisas com princípio, meio e fim. Portanto, a coisa correu muito bem.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhos]

O facto de Raquel se dedicar à concretização do doutoramento apenas como obrigação traduz evidentemente uma atitude *moderada* face à carreira, atitude essa que tem subjacente uma renúncia, que é partilhada com Rogério, em “dar prioridade ao trabalho”.

Nenhum de nós dá prioridade ao trabalho, nenhum de nós considera que o mais importante na vida é o trabalho e, portanto, se tiver que tomar uma decisão do género trabalhar menos para estar mais tempo em casa ganhando menos, é essa a decisão que se toma. Nem é preciso perguntar ao outro, porque sabe-se que o outro está de acordo... Para nós é mais importante estar bem afectivamente, com os amigos e com a família, do que estar bem profissionalmente. Portanto, a carreira não é de todo o mais importante, nem para um, nem para outro.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhos]

No entanto, a forte diferença de cargas horárias de trabalho no casal e, assim, a reduzida disponibilidade do marido para a família não deixam de contrastar com a crença de Raquel, mas, se analisarmos bem as palavras da entrevistada, talvez “trabalho” mais não seja do que um eufemismo da prioridade à “carreira”. Por outras palavras, talvez seja esta preocupação com a “carreira”, e não com o “trabalho”, a real afinidade entre a entrevistada e o marido, implicando a “carreira” um investimento em títulos escolares ao qual atribuem pouco sentido. Na verdade, se para Raquel a obtenção de graus académicos posteriores à licenciatura é simplesmente considerada uma obrigação, para Rogério não só “nunca lhe interessou o diploma” como a própria licenciatura implicava um “esforço muito grande” para quem, como ele, “adquiria os conhecimentos na própria empresa” dirigida com outro sócio. Quando se casou com Raquel, Rogério ingressou no ensino superior em horário nocturno enquanto, simultaneamente, fazia o serviço militar obrigatório e criava uma empresa de formação na área de informática, pelo que nunca chegou a concluir a licenciatura. A este respeito, Raquel não só compreende como apoia a atitude de Rogério, não apenas porque considera que “quem está a gerir uma empresa própria tem sempre mais coisas para fazer”, mas igualmente porque encontra uma justificação plausível para o desinteresse do marido pelo tipo de conhecimento - “era só teoria” - transmitido na faculdade: “sempre vi uma licenciatura como uma aprendizagem, não encaro como um meio de arranjar emprego”. Esta justificação é-lhe, aliás, tanto mais legítima porquanto Raquel se revê,

como já observámos, na atitude do marido, confessando que “eu acabei o mestrado com a sensação que podia não o ter feito, não me acrescentou nada!”.

De início, quando nós tínhamos casado, estávamos no início do casamento e ele pediu os ingressos e ficou no Técnico e tinha aulas à noite. Nós, na altura, morávamos na Ajuda e aquilo, para já, exigia um esforço muito grande da parte dele, porque ainda estava na tropa e depois quando saía ia para a licenciatura. E depois foi quando eles começaram a empresa, ainda estava no início e era um esforço muito grande. (...) A empresa é dele e de outra pessoa e, neste momento, venderam uma parte a uma outra empresa. Inicialmente eram dois sócios, tinham cotas em partes quase iguais. Havia um que tinha mais, porque tinha entrado com mais dinheiro, portanto ele tinha uma cota superior. Depois à medida que os anos foram passando as cotas ficaram iguais, como fazia parte do contrato inicial. E depois venderam parte da empresa. Neste momento são sócios mais essa outra empresa. Ele faz parte da administração da empresa. (...) Nunca lhe interessou o diploma. Mesmo mais tarde, quando já tinha mais disponibilidade em termos de tempo... se bem que ele tem sempre pouco tempo. Eu acho que quem está a gerir uma empresa própria tem sempre mais coisas para fazer. Só para concluir, mesmo quando ele poderia retomar talvez com uma disponibilidade diferente, nunca achou que o diploma lhe acrescentava nada, e conhecimentos também não, porque ele adquiria os conhecimentos na própria empresa. Ele achou que o contacto que teve com o Técnico, que aquilo era só teoria e que não lhe interessava rigorosamente nada e como não lhe interessava foi-se embora. Eu sempre vi uma licenciatura como uma aprendizagem, não encaro como um meio de arranjar emprego e, portanto, se a pessoa não está a adquirir conhecimentos, não está a sentir que aquilo lhe pode trazer uma mais-valia, de facto não vale a pena andar ali. É preferível ir fazer outra coisa qualquer.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhos]

A aposta empresarial de Rogério implicou uma disponibilidade muito inferior do que a de Raquel para a família, tendo no entanto como contrapartida uma inversão na diferença de rendimentos no casal, que no início da vida conjugal estava do lado da mulher. Porém, deve sublinhar-se que a inversão progressiva na diferença de rendimentos no casal não se deve aqui apenas à aposta empresarial do homem e concomitante maior disponibilidade deste para se dedicar à actividade profissional do que a mulher, tendo também subjacente, precisamente, a “estabilidade” financeira assegurada pelo salário de Raquel, estabilidade essa que a entrevistada considera ter sido fundamental na criação do projecto empresarial do marido: “como havia alguma segurança do meu lado é que ele se atreveu a avançar para aquilo”.

No início, o meu marido ganhava menos, mas actualmente é ele que contribui mais. Inicialmente era eu, porque ele estava na tropa. Depois, quando começou a trabalhar e quando formaram a empresa, também durante bastante tempo era eu. Aliás, na altura, se eu não estivesse a trabalhar, ele não tinha partido para a formação da empresa, porque havia alguma estabilidade do meu lado, portanto foi uma iniciativa de risco mas... houve empréstimos e uma dívida muito grande a certa altura para pôr a empresa a funcionar, mas como havia alguma segurança do meu lado é que ele se atreveu a avançar para aquilo. Durante os primeiros anos de funcionamento da empresa o ordenado dele nem sempre vinha, ou vinha quando havia. Primeiro eram os funcionários e depois os sócios e o dinheiro vinha à medida que havia. Depois começou a crescer e ter mais trabalho, a tornar-se mais conhecida, e a certa altura a situação mudou e hoje é ele que contribui mais, cerca do dobro.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhos]

*“Para ter uma carreira como a dele, tinha que ter muito mais disponibilidade”*

Tal como Raquel e Elsa, também Vanda, mãe de três filhos, declara que o equilíbrio que procura na conciliação família-trabalho implica *moderar* as suas ambições profissionais. Esta *moderação*

torna-se tanto mais evidente quanto a entrevistada tem consciência dos seus encargos familiares, que lhe retiram a “disponibilidade” de que o seu marido, Vitor, usufrui: “Para ter uma carreira como a dele, tinha que ter muito mais disponibilidade”. Vanda é jurista e ocupa hoje o lugar de chefe de divisão num instituto público. Licenciada em Direito, foi desde cedo que se apercebeu de que “a advocacia como prestação de serviços, como profissional liberal, não me parecia que estivesse ao meu alcance”. Até chegar ao cargo que hoje ocupa, Vanda fez um percurso profissional pouco linear. Quando terminou a licenciatura, e enquanto estagiava na Ordem dos Advogados, verificou que “o mercado de trabalho na altura absorvia os gestores de empresa e os economistas assim num ápice”, decidindo-se então apostar numa formação complementar em Gestão de Empresas, formação essa no âmbito da qual viria a conhecer Vitor (ponto 8.1.2). Com vinte e seis anos de idade e apenas oito meses de namoro, Vanda casou-se com Vitor, um ano mais novo que a entrevistada. Licenciado em Economia, Vitor ocupava já um cargo de directoria numa empresa privada quando o casal se conheceu, representando assim para Vanda a prova em pessoa de que a “formação em Direito é muito mais longa do que em Economia”. A aposta numa formação suplementar em Gestão de Empresas não impediu, contudo, que Vanda, uma vez terminado o estágio na Ordem dos Advogados, se confrontasse com o desemprego: “Eu estive desempregada, já casada, durante quase um ano”.

A formação em Direito é muito mais longa do que em Economia e o mercado de trabalho na altura absorvia os gestores de empresa e os economistas assim num ápice, não é? Eram logo integrados em grandes organizações ou pequenas. E os de Direito, não. De maneira que eu tentava arranjar saídas especializando-me aqui e acolá para depois também arranjar um emprego numa organização, já que a advocacia como prestação de serviços, como profissional liberal, não me parecia que estivesse ao meu alcance. (...) Acabei de fazer o estágio da Ordem dos Advogados e depois não conseguia arranjar emprego... Eu estive desempregada, já casada, durante quase um ano.  
[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Vanda deixou de estar desempregada quando foi admitida como assessora jurídica numa delegação regional do instituto público onde a sua mãe ocupava o lugar de chefe de secção. A entrevistada só viria a engravidar com trinta anos, quando, como ela própria recorda, “estava relativamente cómoda na profissão”, pois entretanto já “dirigia a assessoria jurídica”. Importa sublinhar que Vanda reclamando para si a própria criação da assessoria jurídica da delegação regional que a contratou - “fui eu que fiz aquela assessoria, portanto que a criei e desenvolvi e estava comodamente instalada ali” -, “ao fim de onze anos” viria a ser demitida desse cargo a pretexto de um desacordo com “determinadas formas de trabalho” que “um dos novos delegados regionais”, com quem se incompatibilizou, “queria impor”. Na entrevista, Vanda preferiu não revelar mais detalhes deste processo de incompatibilização que a levou à sua demissão da direcção da assessoria jurídica e, deste modo, a “um recuar da minha situação profissional”, já

que se viu “relegada para um cargo técnico” nos “serviços centrais” do Instituto. Fica, no entanto, claro o sofrimento com que Vanda viveu todo este processo, que não só implicou um retrocesso na sua carreira profissional, como veio perturbar o equilíbrio entre uma actividade profissional em que esta mulher sentia que já “dominava tudo” e os encargos com a família e, particularmente, os três filhos do casal. Reencaminhada para o “núcleo que tratava das relações laborais” e perante a constatação de que “nenhum dos meus colegas era especializado em Direito de Trabalho”, Vanda apostou numa pós-graduação nessa área para mais tarde poder ocupar um lugar de liderança, uma vez que não era suposta, de início, possuir mais conhecimentos – “eu era nova naquele meio e, à partida, eu devia saber menos” - do que os seus colegas já instalados no posto, ainda que, como sublinha, se confrontasse com as dificuldades provenientes da falta de competências: “eles sabiam muito pouco e eu não conseguia articular com eles, por causa dessa diferença de conhecimentos”.

Eu, no momento em que tive filhos, estava relativamente cómoda na profissão, no desenvolvimento profissional. Eu dirigia uma assessoria jurídica numa delegação regional aqui no Instituto. E fui eu que fiz aquela assessoria, portanto que a criei e desenvolvi e estava comodamente instalada ali. Eu dominava absolutamente aquilo e, portanto, os filhos vieram numa forma que também se foi compatibilizando com essa minha mais-valia naquele órgão, num órgão puramente técnico em que eu sabia que dominava tudo. (...) Eu era uma dirigente, dirigia um dos órgãos daquela delegação regional, um órgão fixo que era um órgão de *staff*, um órgão de consulta e de assessoria. O meu único chefe era o chefe máximo, que era o Delegado Regional, que naturalmente não acompanhava o meu trabalho, mas confiava absolutamente nos meus pareceres, nos pareceres que saíam daquela assessoria jurídica, sobre os quais eu dava a palavra final. Portanto, não havia ali chefias intermédias ou dirigentes intermédios: era eu e o delegado regional. E se o delegado regional queria decidir um dia implementar uma coisa na delegação, eu dava o meu parecer jurídico e ele acolhia aquilo, está a ver a ideia? (...) Depois tive um problema e fui demitida do cargo ao fim de onze anos a dirigir a assessoria jurídica, lá o delegado regional, um dos novos delegados regionais queria impor determinadas formas de trabalho. Eu não aceitei e demiti-me do cargo. (...) Fui mesmo demitida! Eu disse logo: “Eu não me demito, porque eu sei que faço bem as minhas funções. Portanto, se querem que eu saia, demitam-me”. E foi isso que fizeram: demitiram-me! (...) Houve um recuar na minha situação profissional. Tinha dirigido sempre, nunca tinha sido dirigida, tinha plena autonomia, tinha poder de decisão, tinha tudo, e, de repente, fui relegada para um cargo técnico aqui dentro do Instituto. Saí da delegação e vim para os serviços centrais com um cargo técnico. (...) Foi muito mau! Muito, muito mau! Eu fiquei instável, tive uma pequena depressão, tive que ser medicada para superar isso! Mas, pronto, lá fui arranjando maneiras de resolver o assunto. (...) Nessa altura eu tive que decidir o que é que ia fazer, não é? Já tinha os três filhos quando isto aconteceu, e eu, aí, tive que fazer uma série de opções. Eu fui colocada aqui no núcleo que tratava das relações laborais. Portanto, era um núcleo jurídico também. E eu apercebi-me que nenhum dos meus colegas era especializado em Direito de Trabalho, que tinham um nível de conhecimentos muito básicos, muito rudimentar, e eu achava que aquilo era inaceitável. A nível de conhecimentos, eu estava muito distante deles, muito, muito distante! Eles sabiam muito pouco e eu não conseguia articular com eles, por causa dessa diferença de conhecimentos. Eu não queria demonstrar isso, eu não queria dizer “eu é que sei”, porque eu era nova naquele meio e, à partida, eu devia saber menos. Eles é que deviam saber tudo, não é? Deviam ser eles a ensinar-me, mas eu senti ao contrário. E, então, foi quando fiz a minha pós-graduação em Direito do Trabalho.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;

Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Apesar das contrariedades, é notória a persistente ambição de Vanda com vista à ascensão na carreira profissional. Se a importância atribuída à maternidade e a forte aposta na família podem ser compreendidas à luz de um contexto familiar de origem onde a mulher - particularmente a avó, na figura da matriarca (ponto 8.1.2) - tem um papel dominante, já a ambição profissional revela uma transposição para o contexto profissional do papel de liderança

exercido em família, processo este accionado e alimentado pela atitude incentivadora e expectante da mãe de Vanda em relação ao êxito profissional da filha. Parece, enfim, óbvio que esta atitude de uma mãe que “teve esperanças que [a filha] tivesse um sucesso maior, [se] tornasse numa figura pública ou fosse reconhecida por uma especial capacidade”, e para com quem Vanda se sente em dívida - “O que eu sou hoje devo muito à minha mãe” - não será alheia à intensidade do impacto da despromoção profissional de uma mulher que, no contexto profissional, “tinha dirigido sempre, nunca tinha sido dirigida”.

O que eu sou hoje devo muito à minha mãe. É muito importante para ela a minha vida profissional, ainda por cima sendo ela minha colega, também. A minha mãe manifestou várias vezes o desejo que eu tivesse uma profissão, que estudasse, que tivesse uma profissão. Portanto, que tivesse o conhecimento de uma área e que pudesse desenvolver com isso capacidades que me garantisse uma vida boa. Era essencialmente isto. Houve uma altura em que ela teve esperanças que eu tivesse um sucesso maior, me tornasse numa figura pública ou fosse reconhecida por uma especial capacidade... Ela sempre pensou que eu tinha grandes capacidades de escrita e que poderia ser alguém, uma jornalista de renome, uma escritora romancista, alguém assim que ela idealizava que estaria num lugar especial na sociedade, está a ver? Mas depois deixou de falar nisso e eu também nunca senti isso como um peso, como uma responsabilidade, como um objectivo meu. (...) Penso que ainda assim ela espera que eu consiga mais. Quer dizer, ela acha que eu ainda posso avançar muito. E eu também!

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;

Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Entretanto, das elevadas expectativas face à carreira profissional e, simultaneamente, à vida familiar resulta um compromisso de conciliação que, no entender da própria entrevistada, se consubstancia numa atitude exigente, mas *moderada*, sobretudo quando se compara com o marido, cuja disponibilidade total para a actividade profissional nunca questionou. “Profissionalmente muito cotado”, Vitor exerce um cargo de directoria numa empresa privada, pelo que a sua remuneração é bastante superior - “muito mais do dobro” - à de Vanda. Se esta distância social no casal a favor do homem já era por demais evidente quando se casaram, ainda Vanda não estava empregada, a verdade é que três filhos com diferenças de idades próximas - não superiores a dois anos - constituem um encargo, neste caso, decisivo para explicar a *hipergamia progressiva*, porquanto a sobrecarga familiar foi evidentemente sempre recaindo sobre ela, como evidencia bem a diferença de cargas horárias profissionais no casal: Vanda tem uma carga horária de oito horas diárias; Vitor só regressa a casa doze horas após ter saído para trabalhar. Esta disparidade no casal ao nível da disponibilidade profissional não deixa de se reflectir no próprio percurso de cada um dos cônjuges, que no entender de Vanda não podem ser comparados, não só pelo facto de a entrevistada trabalhar no sector público e o marido no sector privado, mas também porque “ele está numa carreira internacional e eu estou numa carreira nacional”. Vanda sublinha a enorme realização de Vitor através da profissão - “Ele realiza-se muito no trabalho, muito mesmo” - ao mesmo tempo que lhe reconhece uma superioridade que a dissuade de “competir” com o marido - “Eu não posso competir com o meu



marido, é impossível, não dá para competir com ele” - ainda que ocasionalmente sinta necessidade de afirmar, junto dele, as suas qualidades como profissional - “Eu, de vez em quando, também digo que sou a melhor na minha profissão”. Neste casal com uma *trajectória* caracterizada pela *hipergamia progressiva*, a mulher aposta tanto na carreira profissional quanto lhe permite o equilíbrio entre a aposta na família e a aposta na profissão, não se autorizando a si própria, pese embora as suas ambições profissionais, à disponibilidade para a profissão e a carreira que concede ao marido, com o qual não pode, nestas circunstâncias, rivalizar. Para esta evidente contradição entre a prioridade da conciliação família-trabalho, por um lado, e a ambição profissional, por outro, Vanda encontra “conforto” num desafogo económico que lhe retira grande parte da tensão inerente à conciliação, desafogo esse que resulta precisamente do facto de estar casada com alguém que ela própria aceita poder dedicar-se mais e ter mais êxito profissional: “O sucesso dele dá-me até conforto mesmo a este nível, de poder fazer as coisas com calma.”

Não acho que os nossos objectivos profissionais sejam comparáveis. A minha carreira não é comparável com a dele, logo à partida porque ele está no meio privado e eu estou no público, não é? Ele está numa carreira internacional e eu estou numa carreira nacional... O meu marido é profissionalmente muito cotado e ganha muito mais do dobro do que eu ganho. Ele realiza-se muito no trabalho, muito mesmo! Eu não posso competir com o meu marido. É impossível! Não dá para competir com ele! De vez em quando, por graça, comentamos que... Sobretudo, ele é muito vaidoso... em relação à sua profissão, à sua personalidade. É uma pessoa vaidosa. Acha-se o melhor do mundo! (*riso*) E eu, de vez em quando, também digo que sou a melhor na minha profissão, aqui no meu meio de trabalho. Quando comparo, eu também digo que sou a melhor. Mas é só nesses termos de... sei lá, de auto-elogio, não é? Eu, para a carreira, não podia ter outros afazeres. (...) Não me sinto para trás! Sinto-me bem assim. Ainda bem que ele tem sucesso e que ganha muito dinheiro (*riso*), porque assim eu posso estar confortavelmente a evoluir na minha profissão. O sucesso dele dá-me até conforto mesmo a este nível, de poder fazer as coisas com calma.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Todavia, o “conforto” e a “calma” que o empenho e sucesso profissional de Vitor representa para Vanda, designadamente através de um desafogo económico que reverte a favor da família, traduzem, mais do que um abrandamento, uma contenção no que toca à ambição profissional da entrevistada. Com efeito, a entrevistada sente-se “aliciada” com “cargos de direcção”, que estão para além de uma carreira cujo “topo” já atingiu: “Eu tenho muita iniciativa e sou muito criativa e é um cargo destes que me convém”. No seu discurso antevê-se que Vanda prepara terreno - “através da conquista de espaço aqui” - e prepara-se, ela própria, “através da aquisição de mais conhecimentos”, para conquistar um desses “cargos de dirigente”. Estes lugares que considera ao seu alcance são tanto mais plausíveis quanto considera que não questionam - como não questionou no passado o cargo de direcção de uma assessoria jurídica - o equilíbrio das apostas no trabalho e na família, já o mesmo não se aplicando a outro tipo de apostas profissionais igualmente alicientes para Vanda, como “trabalhar para uma empresa qualquer”, que considera importante para “enriquecer os meus conhecimentos no âmbito da Gestão dos Recursos

Humanos". Com efeito, está consciente de que esta via profissional no sector privado não só implicaria um horário de trabalho mais pesado, e necessariamente uma redução da disponibilidade para a família, como representaria um "impedimento" à "estratégia" de ascensão no instituto público onde trabalha. Ainda que Vanda recuse utilizar os encargos familiares como justificação para não enveredar por este percurso profissional, "opção" essa que, como esclarece, "tem a ver com a estratégia aqui dentro", é de sublinhar que não deixa de ser peremptória ao afirmar que "se entretanto os meus filhos tiverem problemas na escola ou de saúde e que me impeçam de seguir essa estratégia definida, então vou ter que dar prioridade à família em vez de dar à carreira aqui dentro".

Eu agora estou num cargo de chefia na terminologia e no conceito que se tem disso aqui dentro. Neste momento, tenho um cargo de chefia. Antes, tinha um cargo de direcção. Uma vez que estou no topo da carreira - em termos de carreira aqui dentro, já não tenho mais expectativa nenhuma, já atingi o topo - portanto, agora só mesmo cargos de direcção, que poderão ser uma coisa aliciante para mim e eu espero lá chegar (...) Não são cargos de carreira, mas são cargos de dirigente que são aliciantes para mim, não em termos remuneratórios, mas pela realização, por seguir um projecto, por poder fazer coisas novas... (...) É muito difícil, mas acho que através da aquisição de mais conhecimentos e através da conquista de espaço aqui... No ano passado, por exemplo, fiz uma pós-graduação em Direito do Trabalho... Não dá equivalência a um mestrado. É apenas uma especialização. Queria evitar a vida académica, quer dizer, é assim... é muito penoso, obriga-me a grandes sacrifícios com poucas contrapartidas no local de trabalho. É um esforço que não me rende aquilo que eu quero. (...) Agora a minha via é na gestão. Já não quero cá mais cargos de assessorias jurídicas, cargos puramente técnicos já não aliciam. Quero conjugar os aspectos técnicos do mundo do Direito também com os da Gestão. Eu tenho muita iniciativa e sou muito criativa e é um cargo destes que me convém. Não posso estar muito tempo num cargo técnico. (...) É possível que venha a fazer pequenas especializações no âmbito da Gestão de Recursos Humanos, formações específicas para ir aprofundando e alargando os conhecimentos, porque me parece ser a melhor e a forma mais rápida e mais eficaz de utilizar aqui no trabalho. (...) Uma das hipóteses que pus foi deixar o Instituto onde trabalho e ir trabalhar para uma empresa qualquer... Gostaria muito de fazer essa experiência, mas sem deixar aqui o meu lugar. Portanto, com uma licença, e ir experimentar isso, porque acho que ia enriquecer os meus conhecimentos no âmbito da Gestão dos Recursos Humanos. Mas eu sinto que não me posso aventurar muito neste momento para, por exemplo, para uma empresa privada em que eu tinha de trabalhar dez horas por dia... Não, nem pensar! Não tem a ver com os miúdos. Tem a ver com a estratégia aqui dentro. Quer dizer, se entretanto os meus filhos tiverem problemas na escola ou de saúde e que me impeçam de seguir essa estratégia definida, então vou ter que dar prioridade à família em vez de dar à carreira aqui dentro.  
[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

*"Eu não quis nada e hoje estou o mais arrependida possível"*

À semelhança de Vanda, Júlia, licenciada em Economia, ocupa hoje o lugar de chefe de divisão numa Secretaria de Estado e, também ela, assume ter moderado as suas ambições no que toca à carreira profissional em função da família. Porém, enquanto Vanda se prepara para alcançar um "cargo dirigente", Júlia, ainda que igualmente insatisfeita com o seu estatuto na carreira, recusou propostas para exercer cargos de direcção com receio de comprometer a sua disponibilidade para a família. Ao contrário de Vanda, Júlia não deve a sua ambição profissional aos pais, que nunca a incentivaram a estudar, sublinhando mesmo que "não tinha com quem falar sobre a escola". Filha de pequenos comerciantes, Júlia recorda-se de sentir "vergonha" da origem social denunciada pelas suas roupas, que a "bata branca" do liceu "onde era quase tudo

filhos de doutores e engenheiros” ocultava. A entrevistada refere, porém, as visitas pontuais a casa da madrinha da sua irmã, que “tinha uma vida espectacular e (...) uma casa brutal num arranha-céus no Areeiro, em que tinha três ou quatro salas de estar”. Esse breve contacto com um meio social que contrastava com o seu não só contribuiu para o assumido sentimento de “vergonha” - “eu tinha, faz de conta, uma barraca, é mais ou menos esta a dimensão” - como despoletou a ambição social em Júlia: “foi isso que despoletou em mim qualquer coisa”.

Antigamente, o liceu era a escola dos meninos de elite, sem falar nos colégios, mas havia muitos poucos colégios antigamente, então eu fui para o liceu, onde era quase tudo filhos de doutores e engenheiros e os meus pais eram pequenos comerciantes e eu lembro-me que tinha vergonha. Lembro-me também de mentir, que os meus pais eram não sei quê, já não sei o que é que dizia mas lembro-me de mentir. Tinha vergonha das roupas, o que valia é que se vestia uma bata branca, e pronto. (...) Tanto quanto eu me lembro, a madrinha da minha irmã era uma senhora que estava em casa, eu penso que foi isso que despoletou em mim qualquer coisa...ela estava em casa e o marido era engenheiro civil. Eu às vezes ia lá a casa porque ela dava-me uns lamirés no francês e eu achava que ela tinha uma vida espectacular e tinha uma casa...bem ela tinha uma casa brutal num arranha-céus no Areeiro, em que tinha três ou quatro salas de estar, já viu o que é três ou quatro salas de estar, umas a seguir às outras? Era uma casa lindíssima, aquilo era um autêntico palácio e eu tinha, faz de conta, uma barraca, é mais ou menos esta a dimensão.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

O seu percurso de vida foi assim inicialmente marcado pelo objectivo de investir nos estudos no sentido de conseguir um nível de vida que permitisse satisfazer os desejos “materialistas” de uma mulher que na infância “nunca tinha nada que gostasse”. No entanto, a essa ambição social não era alheio o desejo de se libertar do jugo paterno, porquanto o pai não só pretendia que a filha auxiliasse em casa, substituísse os empregados nas “lojas” e, enfim, viesse a dar continuidade ao pequeno negócio familiar, como exercia sobre Júlia e a família uma autoridade com frequente recurso à violência física.

Havia uma grande violência em casa! O meu pai chegava a casa, por exemplo, e não nos queria ver, a mim e à minha irmã. Queria nos ver já deitadas, porque ele vinha muito estafado, trabalhava muito. Muitas vezes ele entrava em casa, à meia-noite, e dizia para a minha mãe que não nos queria ver. Tratava também muito mal a minha mãe, batia-lhe todos os dias: murros e gritos e pratos pelo ar! E, portanto, eu via aquilo e encolhia-me muito, com muito medo, fazia tudo o que ele me mandava e a minha mãe também. Tinha que estar sempre a ajudar os meus pais e, como o meu pai era muito repressivo e queria muito que eu estivesse a trabalhar e pronta ajudar, eu não tinha tempo para brincar sequer, e mesmo na escola... Portanto, como não brincava cá fora e não tinha amigas cá fora e na escola também não brincava. Fazia os trabalhitos [da escola] quando vinha para casa e, pronto, tinha que ajudar, porque ele me obrigava, porque o meu pai não devia querer... Quer dizer, as coisas antigamente davam muito pouco lucro e o meu pai sempre pensou muito no dinheiro. O objectivo dele era ser rico, coisa que não conseguiu, as coisas correram-lhe muito mal durante a vida toda a nível financeiro e a nível da saúde, com roubos a nível dos empregados... Mas o meu pai sempre foi um homem que pensou muito, muito, muito, no dinheiro! E então provavelmente foi isso: não queria ter encargos. Portanto se podia resolver o assunto assim...

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Neste contexto familiar de subjugação e violência sobre a mulher, e quando ainda frequentava o ensino secundário, já a entrevistada encontrava uma oportunidade de autonomia no rendimento proveniente de “lições” a colegas de anos anteriores e uma justificação para

prossequir os estudos ao arrepio da vontade paterna. Júlia desejava então vir a ser “professora”, mas esse desejo foi-se dissipando com o crescimento e, quando mais tarde conseguiu empregar-se “por cunha” como tarefeira num Gabinete de um “ex-Ministério”, tinha então concluído o primeiro ano da licenciatura, a “ideia” de ser professora já se tinha esvanecido: “Eu não sabia bem o que é que queria fazer”. Foi, aliás, com esta incógnita perante as suas inclinações profissionais que optou por Economia, porque esta licenciatura não só “tinha matemática e eu sempre gostei de matemática” e a faculdade “era quase em frente a uma das lojas dos meus pais”, mas sobretudo porque uma licenciatura em Economia proporcionaria a esta “mulher muito materialista” um futuro mais desafogado do que um curso em Belas Artes, como haviam sugerido alguns dos seus professores do liceu, curso esse que, precisamente segundo lhe “dizia” a sua “intuição”, “não me ia dar dinheiro nenhum”. Júlia recorda assim a dureza que implicou empregar-se ainda no primeiro ano da licenciatura: “Quando eu me empreguei era todo o dia a trabalhar, estava na escola até à meia noite, muitas vezes estudava até às três da manhã...”. Todavia, a entrada no mundo do trabalho não só representou uma abertura ao mundo exterior - “eu não tinha nem amigos, nem amigas” - e, assim, uma alteração total da sua “maneira de ser”, como também foi decisiva para ganhar mais confiança para enfrentar o pai.

Eu sempre fui extremamente madura e então, com dez anos, eu dizia que queria ser professora. Porquê não me pergunte, porque aí não me lembro. Eu sempre disse que queria ser professora. Cheguei ao quinto ano e no dia em que soube que tinha dispensado numa área qualquer das ciências, julgo eu, disse ao meu pai que queria seguir o ensino e não sei quê, e o meu pai... Isto à hora de almoço, lembro-me perfeitamente, e o meu pai disse: “Não, não vais seguir, vais mas é trabalhar numa das lojas, e não vais”. Mas dizer ao meu pai que... Eu tive muita força nessa altura! Devo ter dito aquilo com muita doçura, porque senão levava logo uma sova. Mas disse: “Não, pai, eu quero ir estudar. Então eu vou dar lições”. Portanto, no meu sexto ano, eu dava lições até ao quinto ano às pessoas, à excepção de Física, que eu detestava, não percebia nada daquilo. (...) Eu fui-me inscrever no sexto ano para tirar Belas Artes, mas não sabia o quê. Queria qualquer coisa de artes, porque os professores do liceu achavam que eu tinha muito jeito para a arte. Eu de facto inscrevi-me por influência deles, mas no dia seguinte vou logo à escola muito alarmada, porque eu também tinha aquela coisa que o meu pai também tem do dinheiro. (...) Eu nem sabia o que era isso da “economia”. Eu escolhi o curso de Economia, porque era ao pé... era quase em frente a uma das lojas dos meus pais. Tinha matemática, e eu sempre gostei de matemática também... Ninguém falou comigo, eu não falei com ninguém, porque não tinha com quem falar sobre a escola: o que é que era melhor ou o que era pior... Nunca ninguém me explicou, mas era a minha intuição, porque eu sou uma pessoa extremamente intuitiva, que me dizia que tirar um curso de pintura, que era a minha ideia antes de entrar na faculdade, não me ia dar dinheiro nenhum e então... Eu sou uma mulher muito materialista. Já está a decrescer um pouco, mas foi doentio. Se calhar porque posso comprar coisas. Eu nunca tinha nada que gostasse, tinha as coisas que a minha mãe me vestia. (...) Eu não sabia bem o que é que queria fazer. Talvez ser professora não era a minha ideia porque eu empreguei-me como funcionária pública e depois para ser professora já era complicado. No primeiro ano do curso eu ainda ajudava em casa, depois é que no fim do primeiro ano, eu empreguei-me. Então aí é que não havia qualquer hipótese porque estava todo o dia a estudar, todo o dia a trabalhar (...) Resumindo e concluindo, quando eu me empreguei era todo o dia a trabalhar, estava na escola até à meia noite, muitas vezes estudava até às três da manhã... Eu trabalhava com uma senhora extremamente exigente, eu às vezes tinha que ir trabalhar ao sábado, porque ela fazia muitos trabalhos para o Ministro, era um gabinete de apoio ao Ministro e como eu tinha a confiança completa do director geral, porque eu era amiga de uma das filhas do director geral, foi ele que me arranjou para lá, eu nem sabia que ele estava lá, portanto, digamos que entrei por cunha. (...) Eu mudei completamente a minha maneira de ser. Se me conhecesse antes e depois de me empregar, dizia: “É impossível, isto!”. Até eu própria! Porque eu não tinha nem amigos, nem amigas, porque o meu pai... Se algum dia eu dissesse “pai, deixe-me ir a casa desta ou daquela”, ele respondia logo: “não senhora, há muito para fazer em casa”. Ou então: “pai, gostava tanto de ir ver um filme, diz-me-me que é tão bonito”. Mas eu tinha sempre a mesma resposta. Não valia a pena. Eu só aos vinte e um anos é que soube o que era um galão! Dá vontade de rir. Eu digo sempre que fui uma anormal. Durante a faculdade, eu andava já no segundo ano e

um colega uma vez convidou-me para ir a um comício, eu nem sabia o que era um comício. Fui então com esse colega, que era um colega de emprego, cheguei a casa era meia noite em ponto. Eu entrei, o meu pai chamou-me e disse: "nunca mais entras a esta hora, senão levas uma sova". Eu tinha, portanto, vinte e dois anos. Eu depois disse-lhe... Já era empregada, não é? Eu senti que ele tinha que ter uma resposta, nem que levasse uma grande sova, porque o meu pai era de me dar uma sova que eu até saltava pela janela. Mas eu disse-lhe: "Desculpe, mas eu trabalho, eu estou empregada e é assim". Isto foi no quarto, lembro-me perfeitamente: "É assim, se o pai me bater, eu saio imediatamente pela porta onde acabei de entrar, porque é meia-noite e fique a saber que a partir de agora eu vou passar a sair". E ele não me bateu a partir daí.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

A ambição social de Júlia tem assim subjacente uma orientação estritamente racional dos seus objectivos profissionais, levando-a a esquecer as suas vocações em virtude de uma vida independente do pai e, sobretudo, mais desafogada do que aquela que a sua família lhe tinha proporcionado. Todavia, esta racionalização das suas decisões aplica-se igualmente na própria escolha do cônjuge. Júlia conheceu o seu marido, José, através de uma colega da faculdade a quem os pais da entrevistada alugavam um quarto da casa. A intenção da colega de Júlia era óbvia: juntar a entrevistada com José. Mais velho cinco anos, José tinha um "ar pesado" e, sobretudo, o "ar do meu pai" que, já se vê, não agradou a Júlia no primeiro encontro do casal, mas a sua posterior insistência transformou-o num candidato entre "muitos" outros. Júlia sublinha que a licenciatura era o seu "primeiro objectivo" e que não "queria" um namorado, porque "já era muita coisa, o curso, emprego", todavia, cedeu à insistência de diversos pretendentes - "eu tinha muitos homens atrás de mim" - tendo, assim, sido levada a "escolher".

A "escolha" desta mulher "muito regrada, muito metódica, muito organizada" foi, também nesta dimensão, assumidamente orientada pela racionalidade, pois, tal como confessa Júlia, "eu sou uma mulher extremamente emotiva, mas também sou extremamente racional, e aqui jogou o racional, vamos lá deixar de emoções". José foi assim "escolhido" porque, de acordo com o "modelo" de Júlia, foi "quem reuniu mais pontos", ainda que "emocionalmente" não fosse ele o pretendente de quem ela "gostava mais", não prefigurando mesmo, aliás, entre as suas "grandes paixões": "Eu tive duas grandes paixões na minha vida e não foi com o meu marido". Entre os "requisitos" da entrevistada estava a formação superior, o que obviamente jogou a favor de José, que possuía já a licenciatura em Engenharia Civil, enquanto Júlia frequentava ainda o quarto ano da faculdade. Júlia apresenta, mais uma vez, uma justificação racional para esta exigência, defendendo - "era o que eu tinha na cabeça, e ainda hoje penso assim também" - que um casamento heterogâmico entre uma mulher licenciada e um homem sem ensino superior "causava desequilíbrios a nível, por exemplo, das conversações e a nível, até, social". No entanto, também vai explicando que o próprio enamoramento não se coaduna com a heterogamia, se bem que o seu marido, recorde-se, nunca tenha estado entre as suas "grandes paixões": "Eu não estava a ver eu ter um curso superior e o meu marido ser não-sei-o-quê. Eu

não conseguia apaixonar-me por uma pessoa assim". De resto, sem apaixonar Júlia, José revelou-se-lhe "sério", "responsável", "boa pessoa", "poupado" - "isso era importante" - e, sobretudo, "respeitador" - "muito importante" - ao "aceitar" o facto de Júlia ser "muito convencional": "casei virgem".

Eu não tinha namoro, nem queria. Tinha muitos homens atrás de mim, mas nunca tinha namorado, porque não queria. Já era muita coisa, o curso, emprego e o meu objectivo era... Eu queria casar, tinha isso na cabeça, e ter filhos, mas primeiro o meu objectivo era tirar o curso... Eu sempre fui assim muito regrada, muito metódica, muito organizada. Portanto, o José surge como? Uma dessas moças que lá estive em casa disse-me uma vez: "Olha, Júlia, eu hoje vou sair com o não-sei-quantos e, se tu quiseres, vem também. Há um amigo dele que não namora, e vens conhecer". E eu disse: "Desculpa lá, mas eu não preciso que me arranjes namoros. Eu tenho aí montes de namorados, se quiser. Só que eu não quero". E ela disse: "Mas vem lá, anda sair um bocado". Então o que é que acontece? Eu fui, e lembro-me que eram três, era o namorado dela, era o meu marido e ia um outro. Eu não gostei nada do meu marido! Não gostei nada, porque achei que ele tinha ar do meu pai... É mais velho [que eu] cinco anos e meio, mas tinha um ar pesado relativamente às outras pessoas todas que eu conhecia. Quer dizer, não houve empatia. Eu não ia para arranjar namorado, ia só para sair um bocado e até porque no outro dia eu tinha um teste, mas ele no outro dia já me estava a ligar para o emprego (...) Bem nunca mais me largou e, pronto, foi muita insistência... Mas não foi só pela insistência como é obvio, não é? Eu tinha muitos homens e então o meu marido foi escolhido por um modelo. As pessoas riem-se muito quando eu digo isto. (...) Eu tinha um papel com os homens todos que andavam atrás de mim e de quem eu também gostava na altura, e fiz uma tabela de dupla entrada. (*risos*) Então tinha os nomes e os requisitos e quem reuniu mais pontos foi o meu marido. E foi assim que foi escolhido. Eu sou uma mulher extremamente emotiva, mas também sou extremamente racional, e aqui jogou o racional, vamos lá deixar de emoções (...), porque emocionalmente não era dele que eu gostava mais, era de um colega com quem mantenho, ainda hoje, alguma ligação. Ele gostava muito de mim e eu dele, mas nunca... Eu tive duas grandes paixões na minha vida e não foi com o meu marido. (...) Eu já tinha metido na cabeça, naquela altura, que não casava com ninguém que não tivesse um curso superior, porque achava que isso causava desequilíbrios a nível, por exemplo, das conversações e a nível, até, social. Se a pessoa quer ir sair e a outra pessoa não consegue acompanhar, a pessoa sente-se mal, era o que eu tinha na cabeça, e ainda hoje penso assim também. (...) Eu não estava a ver eu ter um curso superior e o meu marido ser não-sei-o-qué. Eu não conseguia apaixonar-me por uma pessoa assim. (...) Eu percebi que era bom rapaz, bom homem... era responsável, era boa pessoa. Sei lá, não parecia cabeça no ar, era poupado e isso era importante. Parecia-me ser sério. Aceitou aquilo que eu quis dizer ao nível que eu era convencional. E, pronto, respeitou-me, e isso também era muito importante. Eu era muito convencional, casei virgem. Naquela altura sim. O meu marido, digamos, queria avançar para outro tipo de relação mas eu disse que não porque eu era muito convencional e disse-lhe que queria dar esse presente a mim. (...) Portanto, foi assim e ele aceitou.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

A ambição social da entrevistada e a sua atitude racional nas decisões quanto ao seu futuro profissional sugerem, à partida, que estamos perante uma mulher que dá prioridade à carreira. Contudo, a vida conjugal e familiar de Júlia e a sua *estratégia* para articular a vida profissional com a vida familiar revelam um perfil distante das mulheres *carreiristas*, na medida em que a entrevistada não só tenta *maximizar* as apostas nos dois universos, como acaba por ter de assumir uma atitude mais *moderada* do que desejava no que toca à sua carreira profissional. A preocupação com a carreira profissional é desde logo evidente nos esforços que empreendeu no sentido de conseguir "uma certa independência" da sua superior hierárquica no início da vida profissional, tendo no final de seis anos "passado" do Gabinete do Ministério para a Direcção Geral da Segurança Social, precisamente "porque as promoções foram sempre muito difíceis".

É assim, com vinte e um anos eu comecei a trabalhar num Gabinete de Estudos e Planeamento no ex-Ministério das Corporações, em [19]74, onde estive aí uns seis anos. Depois passei para a Direcção Geral da Segurança Social,

perencia ao mesmo Ministério e por uma questão de promoção, porque as promoções foram sempre muito difíceis. Andei sempre por Organismos que não promoviam muito as pessoas, e também por incompatibilidade com a minha chefe, porque eu, depois de tirar de curso, ela via-me sempre como uma menina técnica auxiliar e eu queria ter uma certa independência como via os outros técnicos terem na apresentação dos trabalhos e ela não me deixava ter essa independência, então eu aí comecei a não gostar daquela história e quis sair. Ela não queria nada que eu saísse, porque [eu] era muito boa funcionária... Portanto, depois passei para a Segurança Social, pronto aí também quantificava projectos, etc.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Depois de concluir a licenciatura e de dois anos de namoro, Júlia casou-se com José e, após um ano, engravidou do primeiro filho do casal. Ao longo dos anos, porém, Júlia foi-se desiludindo com um homem que a duração do namoro não permitiu conhecer melhor ou “privar com ele”, pelo que hoje assume-se infeliz no casamento.

Nós fomos sempre incompatíveis, eu não dei conta disso no namoro. Porquê? Porque namorámos pouco tempo. Foi durante dois anos, mas durante muito pouco tempo, porque eu estudava e trabalhava ao mesmo tempo, e depois tive muito poucas oportunidades, a partir daí, de privar com ele.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Entre a falta de comunicação que se foi instalando, o conflito crescente e o desencontro no plano das afinidades, destaca-se uma dinâmica marcada pela divisão das tarefas muito diferenciada e uma subordinação da mulher à autoridade do homem que ecoa a infância de Júlia subjugada ao pai. Com efeito, a entrevistada refere que, quando os seus filhos eram crianças, a empregada de que dispunha “não chegava” para que pudesse prolongar a sua jornada de trabalho, pois “tinha que, na maioria das vezes, fazer o jantar” e “eu própria também achava que deveria dar apoio aos meus filhos”, mas sobretudo não deixa de sublinhar que o seu marido “não gostava nada que eu chegasse tarde, portanto, queria que eu chegasse às cinco e meia”. Perante uma logística familiar absorvente e a exigência da sua presença que reconhece ao cônjuge, Júlia foi recusando os sucessivos convites para cargos de direcção “por causa da vida familiar”, assumindo entretanto que “hoje estou o mais arrependida possível”.

Estou na Segurança Social e convidam-me para chefe de divisão, eu não aceito por causa da minha vida familiar, tinha as minhas crianças muito pequeninas. Saio da Segurança Social, porque eventualmente era eu que seria a Directora, mas eu não queria por causa da vida familiar... Mas ainda na Segurança Social, isto é muito importante, ainda lá eu tive a oportunidade, porque fui convidada, para ir para o Gabinete do Secretário de Estado de então, mas não quis, fui convidada para Sub-Directora Geral de vários organismos e não quis... por causa da vida familiar. Os meus filhos eram muito pequeninos... Tinha ajudas da empregada que eu tinha em casa, era a única ajuda, mas não chegava porque eu tinha que, na maioria das vezes, fazer o jantar, o meu marido não gostava nada que eu chegasse tarde, portanto queria que eu chegasse às cinco e meia. Eu própria também achava que deveria dar apoio aos meus filhos. (...) A partir dessas premissas eu não poderia ir para um Gabinete do Secretário de Estado... esse senhor que foi Secretário de Estado convidou-me para o Gabinete dele para Ministro, porque passou-se para Ministro e eu mais uma vez digo que não. É-me dada a possibilidade para ir para Directora de Serviços de Santa Maria, porque era a área hospitalar, portanto, primeiro foi a área da Segurança Social e depois a área hospitalar e eu não quis nada e hoje estou o mais arrependida possível.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Por outro lado, Júlia não questionou que o seu marido aceitasse o convite para um cargo de direcção no instituto onde exerce a sua actividade profissional, o que não só veio aumentar para dez horas diárias a carga horária de José, que anteriormente, tal como a entrevistada, trabalhava quarenta horas por semana, como consolidou a eterna diferença de rendimentos no casal a favor do homem. Engenheiro civil, o marido de Júlia fez de igual modo carreira na administração pública, porém, em virtude da diferença de idades entre os dois, José teve desde sempre um estatuto mais elevado que a entrevistada, ocupando já o cargo de “chefe de divisão” quando casaram: “tinha uma categoria sempre superior, porque tinha acabado o curso primeiro e depois, também, ele muito novo foi chefe”. Esta distância desde o início instalada no casal veio a crescer progressivamente em virtude da desigualdade no plano da (in)disponibilidade profissional dos cônjuges. Estamos aqui, então, perante um casal cuja *hipergamia progressiva* que define a sua *trajectória* se deve menos à diferença etária - traduzida no início da vida conjugal numa desigualdade hierárquica ao nível dos estatutos da carreira - do que à *indisponibilidade da mulher para aceitar cargos de direcção que hoje a colocariam em plano de igualdade sócio-profissional com o homem*. “Arrependida” das decisões que tomou no plano profissional, mas também já sem os encargos familiares do passado, Júlia aguarda agora uma nova “oportunidade” na “carreira de dirigentes”, pois como faz questão de sublinhar, “tenho imenso jeito para coordenar e para liderar”.

É assim, tecnicamente eu já atingi o máximo que podia atingir. Eu sou assessora principal, mas nós na função pública temos uma carreira paralela, que é a carreira de dirigentes. Podemos ser dirigentes, ou não, não podemos ser todos dirigentes. Só que eu tenho imenso jeito para coordenar e para liderar. Gosto muito! Com a experiência que eu tenho, eu acho que sou capaz de ter alguma oportunidade.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

### 8.2.3 O princípio da *polivalência*

Outras mulheres que vivem em união conjugal cuja *trajectória* se define pela *hipergamia progressiva* rejeitam *moderar* as suas ambições profissionais, assumindo uma atitude *polivalente* face à conciliação da vida profissional com a vida familiar. Sem se identificarem com o princípio da necessidade de uma *moderação* das ambições profissionais para o equilíbrio na conciliação família-trabalho, estas entrevistadas defendem, efectivamente, uma aposta simultânea na vida profissional e na vida familiar.



*“Era uma coisa que conjugava perfeitamente”*

Olívia constitui um primeiro exemplo dessa atitude *polivalente* face à conciliação família-trabalho. Ter muitos filhos e uma carreira profissional são os “sonhos” pelos quais Olívia sempre lutou. Historiadora de formação e profissão, esta entrevistada constatou que o encargo com os três filhos que teve no espaço de quatro anos “era uma coisa que conjugava perfeitamente” com o investimento numa formação académica posterior à licenciatura e a sua actividade profissional. Esta atitude não significa que os seus objectivos profissionais e de carreira tenham sido alcançados, no entanto, Olívia encontra em cada resultado do seu trabalho uma etapa ultrapassada e, assim, um motivo de realização pessoal que hoje acredita compensar não apenas as dificuldades do seu percurso profissional, mas também a contradição de o homem menos escolarizado com quem casou auferir rendimentos superiores aos seus e que, paulatinamente, vão ampliando a discrepância económica no casal. Contraditória com a hipogamia escolar - Olívia já estava quase doutorada à data da entrevista, enquanto o seu marido, técnico de vendas, possui o ensino secundário - a sucessiva desigualdade no plano dos recursos financeiros dos cônjuges não é sinónimo de uma distância social a favor do homem, como é frequente nas uniões conjugais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, contudo, essa desigualdade crescente que favorece economicamente o elemento masculino num casal onde a mulher não abdica de uma aposta forte na carreira profissional aproxima mais este caso da *hipergamia progressiva* do que dos demais tipos de *trajectória conjugal* identificados.

Filha de pais licenciados, Olívia, é proveniente de uma família em que “há sempre a ideia de que é obrigatório estudar, é obrigatório tirar uma licenciatura, porque a pessoa tem que se sustentar”, Olívia já estava praticamente doutorada quando concedeu a entrevista. A entrevistada recorda que este princípio de autonomia, ou “pragmatismo”, já tinha sido inculcado na educação da sua avó materna, que “foi tirar um curso porque não era suficientemente rica para não trabalhar”, pelo que a sua própria mãe não teve outra “escolha” que não licenciar-se em Farmácia: “Puseram-na a estudar, escolheram-lhe o curso”.

A minha avó foi tirar um curso porque não era suficientemente rica para não trabalhar. Nos meios rurais pequenos, uma menina não precisava de estudar ou de trabalhar quando era rica. Agora a minha avó era de uma família que tinha dinheiro suficiente para a pôr a estudar, mas não tinha dinheiro suficiente para a sustentar e para ela ter uma boa vida sem trabalhar. Portanto, nesta família há sempre a ideia de que é obrigatório estudar, é obrigatório tirar uma licenciatura, porque a pessoa tem que se sustentar, porque nenhum de nós tem rendimentos suficientes para a pessoa viver assim sem trabalhar como viviam os ricos, tipo os agricultores que podiam viver sem trabalhar porque o dinheiro caía-lhes das árvores, não é? Portanto, já a minha avó tinha esse pragmatismo, e a minha mãe também. Puseram-na a estudar, escolheram-lhe o curso. Ela nem teve grande coisa a dizer e foi “vais tirar farmácia, porque uma farmácia é que dá dinheiro, e vai ser assim”. E ela tirou lindamente.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Os pais de Olívia eram proprietários de uma farmácia numa zona nobre de Lisboa, o que desde logo revela o forte contraste entre a origem social da entrevistada e a do seu marido, Tiago, que desde criança ficou apenas ao cuidado da mãe, operária numa fábrica de conservas. Muito diferentes são também os seus percursos profissionais. Olívia sublinha que a sua carreira obriga a um investimento permanente em títulos académicos, conquanto a considere mais como um resultado das oportunidades que lhe vão surgindo “de um dia para o outro” do que o produto de um planeamento: “tudo o que tem surgido na minha vida, não quer dizer que seja sorte, mas tem vindo de um dia para o outro, não é uma coisa que eu tenha planificado”. Quando terminou a licenciatura em História, Olívia confrontou-se com a desilusão - “um balde de água fria muito grande” - de não encontrar emprego na investigação ou na “via diplomática”, como inicialmente pretendia. “Começou tudo a descambar e a correr mal”, recorda, “porque não conseguia fazer nada, nem nada que gostasse”. A entrevistada encontrou então uma solução temporária para escapar ao desemprego concorrendo para docente no ensino secundário, porém, refere que não só esta era “uma profissão que eu percebi que não me satisfazia”, como não lhe proporcionava o “emprego fixo” que tanto desejava, desejo esse, aliás, ainda por concretizar: “eu ainda não tenho um emprego fixo”. Não obstante, recorda que nunca se sentiu tão desorientada - “estava completamente perdida” - como nos primeiros anos após terminar a licenciatura.

Tudo o que tem surgido na minha vida, não quer dizer que seja sorte, mas tem vindo de um dia para o outro, não é uma coisa que eu tenha planificado. Eu sempre esperei muito, depois levei um balde de água fria muito grande e portanto passei a não esperar nada... Quando acabei a licenciatura e aquilo começou tudo a descambar e a correr mal, porque não conseguia fazer nada, nem nada que gostasse. O mercado de trabalho naquela altura, que foi em 1990, estava completamente fechado. E, portanto, as minhas expectativas, que eram altíssimas, ficaram baixíssimas. E a partir daí comecei a aceitar o que aparecia como uma coisa bem vinda, isto é, eu sempre achei que havia de chegar a algum lado, só que estava tão perdida que já achava que não chegava a lado nenhum. (...) Eu, entretanto, acabei a licenciatura, não consegui ser colocada como professora [do ensino secundário]. Depois andei nos mini-concursos. Nunca dei um ano inteiro de aulas. Dava só três meses aqui, três meses ali... E, de qualquer maneira, era uma coisa que eu não estava a gostar nada! Era uma profissão que eu percebi que não me satisfazia. Também tinha tentado o concurso para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a via diplomática, e também não tinha conseguido. E, portanto estava numa fase em que as coisas não estavam, de facto, profissionalmente a correr nada bem. (...) Escrevi uns artigos para umas revistas em que às vezes pagavam, mas outras vezes não, mas não tinha de maneira nenhuma um rendimento fixo. Eu, nessa altura, tinha muito poucos projectos profissionais, porque estava completamente perdida.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Se a confrontação com a realidade do mercado de trabalho foi suficiente para esvair as “altíssimas” expectativas de Olívia - “passei a não esperar nada” -, nem por isso levou a que desistisse de apostar fortemente numa carreira na investigação científica, pois, como sublinha, “eu sempre achei que havia de chegar a algum lado”. No entanto, o facto de Olívia “ainda” não ter, ao contrário de Tiago, “arranjado um emprego” com vinte e quatro anos foi decisivo para que casasse e engravidasse de três filhos. O casamento e a maternidade surgem assim

simultaneamente como a realização de um dos “objectivos” da entrevistada e a compensação de uma frustração profissional: “Já que não consigo fazer nada, vou ter filhos”. No entanto, se esta reacção à frustração profissional implicou uma aposta elevada - três filhos no espaço de quatro anos - também revelou que a prioridade então concedida à família foi temporária e transitória, se se quiser, pois não demorou muito tempo para que a entrevistada recuperasse novamente a ambição profissional - “Quando a minha filha mais velha tinha um ano e meio, eu decidi que tinha que avançar” - decidida então a investir na carreira académica e numa formação suplementar à licenciatura, recorrendo a uma bolsa de mestrado.

Eu tinha vinte e quatro quando casei. O Tiago estava a trabalhar, mas eu ainda não tinha arranjado um emprego fixo, aliás eu ainda não tenho um emprego fixo (*riso*). Andei dois anos a tentar fazer qualquer coisa, não arranjava emprego, estive em imensos concursos e não encontrava nada. Comecei a meter-me nos mini-concursos para dar aulas, mas também achava aquilo horrível. Então achei: “Estou a perder tempo, não vou ficar mais tempo parada!”. Então resolvi: “Já que não consigo fazer nada, vou ter filhos”. E então pensei: “Com quem é que vou ter filhos? Com quem já tenho uma relação, com quem está ali ao lado”. Para já, a relação com o Tiago já estava bastante sólida. Já tinham passado quatro anos, não é? As pessoas a certa altura tornam-se parte do dia-a-dia, como as escovas de dentes. (...) Os filhos tornaram-se a prioridade. Praticamente era: “Já que eu não consigo fazer nada, ao menos vou ser mãe”, porque era um dos meus objectivos. Quando a minha filha mais velha tinha um ano e meio, eu decidi que tinha que avançar, não podia ficar só como uma mãe em casa sem fazer nada. Então decidi-me meter no mestrado.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

A *estratégia maximalista concessora* começa por se manifestar na decisão em apostar numa carreira muito exigente, porquanto implica investir incessantemente numa formação académica para além da licenciatura, decisão essa tomada por uma mulher para quem a maternidade é uma forma de realização pessoal insuficiente - “não podia ficar só como uma mãe em casa sem fazer nada”- ainda que necessária - “ao menos vou ser mãe”. Com efeito, a concretização do mestrado funcionou como rampa de lançamento para Olívia integrar “projectos de investigação” em que participou no decurso da sua tese de doutoramento. Confrontada com a impossibilidade de um apoio quotidiano do marido, dez horas por dia ausente de casa, aos cuidados com os três filhos - “O Tiago trabalha numa empresa que tem um horário, e aí nem eu nem ele podemos fazer nada contra isso” - a entrevistada sublinha a dureza que implica a sua atitude *polivalente* na conciliação família-trabalho, atitude essa da qual, contudo, nunca abdicou, sobretudo no início do doutoramento, quando as exigências da investigação, da tese e da família se elevaram conjuntamente: “Eu trabalhava que nem uma louca!”. Como recorda, “percebi que eu conseguia ter um ritmo excelente”, pelo que a atitude *moderada*, identificada nos casos já analisados, face à aposta na actividade profissional e na carreira não se aplica a esta mulher, “finalmente” satisfeita com uma profissão que gosta de exercer. Sendo verdade que a crença na sua *polivalência* é, em parte, devida a poder “compatibilizar [a profissão] com o facto de ser mãe, porque tenho flexibilidade de horários”, Olívia sublinha que a actividade como investigadora

"sobretudo é importante, porque é uma coisa que eu estou a fazer para mim, enquanto que toda a minha vida é feita para outros: para a minha família, para os meus filhos, para o meu marido". Ou seja, a profissão e a carreira significam para esta mulher a única oportunidade de se realizar como indivíduo.

A partir do mestrado é que veio a bolsa e os projectos onde eu comecei a ter um rendimento mais ou menos certo. (...) Eu já considero o mestrado actividade profissional, uma vez que passei a viver da bolsa. Desde aí tenho tido sempre um rendimento fixo do meu trabalho, portanto, mal acabei a bolsa de mestrado entrei para projectos de investigação, como também tinha...aquilo, não é? Mas era um rendimento fixo. E depois entrei logo para o doutoramento, onde também tive bolsa durante quatro anos. Portanto, a minha actividade profissional tem sido contínua desde aí. Eu trabalhava que nem uma louca! Eu tinha que fazer muitas horas para ganhar mais dinheiro além de ter que fazer o doutoramento. Eu nessa altura que contabilizei as horas de trabalho, eu trabalhava imenso, nem perdia cinco minutos, eu não fazia intervalos e percebi que eu conseguia ter um ritmo excelente. (...) A minha profissão é importante porque me realiza. É uma coisa que eu estou a gostar muito de fazer. Finalmente encontrei uma coisa que eu gosto muito de fazer, que eu posso compatibilizar com o facto de ser mãe, porque tenho flexibilidade de horários. E é sobretudo importante porque é uma coisa que eu estou a fazer para mim, enquanto que toda a minha vida é feita para outros: para a minha família, para os meus filhos, para o meu marido.  
[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Perante uma constante situação profissional sem enquadramento, ilustrativa de uma "geração" que "anda aos caídos" - "Consegue-se uma bolsa aqui, depois tem que ir batalhar uma bolsa noutro lado qualquer" - Olívia não perdeu o incentivo para apostar fortemente na carreira, consciente dos seus recursos e "reconhecidas" capacidades - "Tenho boas habilitações e boas qualidades de trabalho" - e do valor do seu percurso - "o que eu já fiz, já acho que é muito bom". No entanto, sublinha que "ainda" não "considera" ser "uma pessoa realizada", apesar de cada "pormenor", como um "livro onde tenho um texto", ser "realmente uma coisa que me deixa realizada". Olívia faz assim questão de diferenciar a carreira, que lhe permitirá realizar-se como "pessoa", dos resultados do seu trabalho, que lhe proporcionam pontualmente sentimentos de realização.

Eu acho que poderia ter chegado muito mais longe! Neste momento continuo um bocado na mesma, tudo o que vier será bom, porque as perspectivas também não são assim tão brilhantes. (...) A minha geração anda aos caídos! Consegue-se uma bolsa aqui, depois tem que ir batalhar uma bolsa noutro lado qualquer. Tenho boas habilitações e boas qualidades de trabalho e essas qualidades de trabalho têm sido reconhecidas, só que não tenho as mesmas hipóteses que a geração anterior teve. Isso fez com que me tornasse uma pessoa com muito menos expectativas do que tinha antes, não é? Ainda não me considero uma pessoa realizada, mas por outro lado o que eu já fiz, já acho que é muito bom. Hoje deram-me outro livro onde eu tenho um texto. Cada pormenor destes deixa-me muito feliz, é realmente uma coisa que me deixa realizada. Eu tenho muita noção do currículo, enriquecer o currículo, fazer qualquer coisa que faça o meu currículo estar mais perfeitoinho.  
[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Todavia, é na importância atribuída à carreira profissional para a realização pessoal que Olívia identifica um dos aspectos fundamentais da ausência de afinidades entre ela e Tiago. O emprego como técnico de vendas assalariado numa empresa de material informático,

proporcionou a Tiago uma prosperidade económica que, segundo Olívia, serve de argumento suficiente para desvalorizar a necessidade de uma carreira para a realização pessoal: “o Tiago não tem esse sentimento do que é uma carreira (...), ele continua a achar que um licenciado não vale mais do que ele, porque tem a prova: ele ganha bem”. Fica evidente que o retorno financeiro que satisfaz Tiago seria insuficiente para Olívia, para quem o contributo dos resultados da actividade profissional, dos “artigos publicados” e do “currículo” na realização pessoal não se imiscuem com os rendimentos auferidos: “Mesmo que esse artigo não me dê dinheiro nenhum, sinto-me muito feliz”.

O Tiago não tem licenciatura e ele continua a achar que um licenciado não vale mais do que ele, porque tem a prova: ele ganha bem. Ele ganha mais que eu e não tem licenciatura e eu tenho. Eu acho é que a pessoa tem que encontrar o que gosta de fazer. Eu penso que uma licenciatura é importante, porque deve dar acesso a mais coisas, em termos de realização, em termos de uma carreira porque o Tiago não tem esse sentimento do que é uma carreira. Ele é realizado, porque não tem esse sentimento. Para ele o que interessa, como interessa ao mundo inteiro, é trazer um ordenado no fim do mês, isso é que o realiza. E quanto maior for o ordenado que ele trazer no fim do mês, mais feliz ele fica! Isso é que o realiza! Enquanto que eu tenho um sentimento de carreira, o que me realiza é o meu artigo que foi publicado na revista tal. Mesmo que esse artigo não me dê dinheiro nenhum, sinto-me muito feliz, porque é aquilo que é a minha carreira, é aquilo que me faz construir o meu currículo. É claro que tenho a intenção de que com isso possa concorrer a uma coisa onde possa ganhar mais, mas a realização eu já a tenho.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Olívia encontra na origem social de Tiago a explicação para este contraste na importância que atribui ao dinheiro. Concluído o décimo segundo ano de escolaridade, Tiago começou por empregar-se como “ajudante” na fábrica de conservas onde a mãe trabalhava, pelo que a sua prioridade foi sempre “ganhar dinheiro para ajudar a mãe”. Ora, ao recordar que, por esta razão, o marido “não fez esforço nenhum para ir para a faculdade”, a entrevistada assume que nos primeiros anos de um namoro iniciado na adolescência “não o via como um potencial marido, via-o simplesmente como um namorado”. A esta atitude pouco investida na relação com Tiago associava-se assim a atenção exclusiva da entrevistada para com o próprio “futuro”, que “estava muito bem concretizado” - “eu ia para a faculdade”, já que “as perspectivas de futuro para ele não me interessavam muito”. Olívia tinha, com efeito, sido educada para casar com um homem de “craveira intelectual...”, isto são palavras da minha mãe, ‘semelhante ou maior do que a minha’. No entanto, a entrevistada reconhece que as dificuldades em encontrar um emprego após terminar a licenciatura e o desafogo económico que os rendimentos de Tiago, que entretanto “já tinha uma posição profissional que seria equivalente a uma pessoa com um curso de Gestão”, levaram a que olhasse para ele com outros olhos, “como uma coisa potencial para o meu futuro”.

Quando nos conhecemos, o Tiago tinha acabado o décimo segundo há um ano ou dois... Ele trabalhava na fábrica onde a mãe dele também trabalhava, uma fábrica que faz conservas, várias coisas de dietas... Ele naquela altura estava só lá tipo ajudante, fazia tudo, no armazém, nas camionetas, às vezes andava de um lado para o outro. Ele nessa altura estava a pensar o que é que havia de fazer na vida, porque ele acabou o décimo segundo e não foi estudar mais... Eu acho que ele queria trabalhar e ganhar dinheiro para ajudar a mãe. (...) Quando comecei a namorar estava-me nas tintas, na altura, porque eu não estava nada interessada no que é que o Tiago podia fazer ou não, porque não via o futuro assim... O meu futuro estava muito bem concretizado, eu ia para a faculdade e etc. Mas o dele não me interessava particularmente, por isso... Isto é, eu não o via como um potencial marido, via-o simplesmente como um namorado, por isso perspectivas de futuro para ele não me interessavam muito. Considerando a maneira como eu fui educada e as expectativas que havia para mim e o facto de eu ter atingido este supremo nível de estar a fazer o doutoramento... Para as gerações antigas chegar ao doutoramento parece que é assim uma coisa fora deste mundo! Portanto, face a essas expectativas que havia em relação a mim, eu deveria aspirar a "um marido com uma craveira intelectual...", isto são palavras da minha mãe, "semelhante ou maior do que a minha", porque também está implícito que a mulher seja, na educação que tive... Mais tarde, ele começou... logo a seguir, ele começou a trabalhar em empresas de computadores e especializou-se naquilo mesmo sem ter estudado e começou a ter um percurso profissional bastante razoável e... bem sucedido. E aí quando eu comecei a ver que ele poderia ser uma coisa potencial para o meu futuro, já ele tinha uma posição profissional que seria equivalente a uma pessoa com um curso de Gestão. (...) Para a minha mãe foi uma decepção profunda em relação à vida, em relação às expectativas: "Como é que a minha filha tão inteligente, tão dotada, tão isto, tão aquilo, não só não arranja emprego como com as perspectivas de emprego que ela tem há-de sempre ganhar menos que o Tiago! Que desgraça!!" Frustração total! "Como é que um homem tão burro consegue ganhar tanto?" (*riso*) Coitada, levou uma martelada na cabeça!

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Em suma, confrontada com as dificuldades iniciais do seu percurso profissional e as condições económicas proporcionadas pela profissão de Tiago, Olívia optou por quebrar o tabu da heterogamia escolar no sentido de corresponder às suas elevadas expectativas face à maternidade e em relação a uma carreira, podendo assim conciliar a profissão com três filhos de acordo com uma *estratégia maximalista concessora*, mas, ao contrário de outras entrevistadas, sem *moderar* as suas ambições profissionais.

*"Achei que conseguia conciliar tudo"*

Ilustrativa do princípio da *polivalência* é também a atitude de Laura perante a conciliação família-trabalho. Docente do ensino superior, esta entrevistada tem um percurso profissional muito menos linear do que o de Olívia. Mãe de dois filhos, Laura teve o primeiro filho com vinte e nove anos de idade, quando ainda não tinha terminado a licenciatura em Relações Públicas. Um ano depois de ter o segundo filho, com trinta e três anos de idade, e já docente do ensino superior, inscreveu-se num mestrado. A entrevistada ostenta orgulho na sua capacidade de ser *polivalente*: "Eu fiz o mestrado com dois filhos já e a trabalhar e a dar aulas!". Ainda que repartida entre a docência no ensino superior e a actividade de guia-intérprete, Laura defende a sua capacidade para "acompanhar muito" os seus filhos e ostenta simultaneamente uma atitude *polivalente*: "Estou em casa com eles a preparar as minhas aulas", demarcando-se "de outras mães que não têm estas atribuições profissionais".

Ao contrário de outras mães que não têm estas atribuições profissionais, sou eu que tiro os meus filhos do colégio todos as tardes. Isso vale muito! Eu é que estudo com eles, eu é que, ao fim-de-semana, os ajudo, por exemplo, neste momento, a estudar para as frequências. Eu é que os vou levar ao ténis e eu é que os vou tirar das actividades deles. (...) Estou em casa com eles a preparar as minhas aulas, porque é assim: tudo o que eu faço ocupa-me parcelas do tempo, não é um horário contínuo, e tudo o que faço permite-me gerir o tempo. Por exemplo, eu consigo preparar aulas depois de os deitar. Consigo, por exemplo, trabalhar e fazer leituras enquanto eles estão a fazer os trabalhos de casa e a estudar para os testes. Muitas vezes estamos os três sentados na secretária, cada um a fazer a sua coisa mas estamos os três a estudar em simultâneo. E é uma coisa que me dá muito gozo e eu acho que se calhar há poucos miúdos que têm isso. Eles sempre perceberam que a mãe tinha direito a ter o espaço dela e a vida dela.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Antes de frequentar o ensino superior e enveredar pela carreira de docente universitária, Laura tinha já um percurso profissional na área do turismo, exercendo desde os dezanove anos de idade a profissão de guia-intérprete, uma actividade profissional que “para aí com quinze anos, percebi que era o que queria fazer na vida”. Esta actividade proporcionou-lhe o desafogo económico suficiente para poder deixar a casa dos pais, que “foram sempre muito distantes” e cujo casamento se foi progressivamente deteriorando ao ponto de a entrevistada desejar “sair dali o mais depressa possível”. A entrevistada confessa assim que a degradação do casamento dos pais, envolvendo “violência física e ameaças psicológicas” foi decisiva para que procurasse a sua independência, antes sequer de ter pensado em frequentar o ensino superior: “isto influenciou muito as minhas opções de vida”. Quando conheceu o marido, Laura, então com vinte e um anos de idade, já habitava sozinha, ainda que só viesse a coabitar com ele depois de casada, dois anos mais tarde. Com efeito, se deixar a casa dos pais sem casar “foi uma guerra, foi uma batalha muito má” que teve de travar com os progenitores, viver junto sem formalizar o vínculo conjugal implicaria, por sua vez, “magoar os pais” de Luís, pelo que ambos decidiram casar.

Os meus pais foram sempre muitos distantes... Lembro-me uma vez de tratar a minha mãe por tu e levei um estalo. E ela perguntou-me se eu achava que ela era da minha idade. O meu pai era completamente controlador, o mais possível. (...) Quando o meu pai estava cá, era horrível. A partir de determinada altura as coisas começaram a complicar-se. Quando eu era miúda não me dava conta, mas a partir da minha adolescência... Ele voltou da Guiné quando eu tinha doze e as coisas complicaram-se muito. (...) Mas eu acho que eles acharam que não deveriam destruir a família, porque tinham dois filhos e, portanto, enquanto nós estivemos em casa, ficaram juntos. (...) Quando ele passou à reserva, que ainda era relativamente novo, porque começou muito cedo a carreira, as coisas estavam já a atingir uma dimensão, já ia pela violência física e ameaças psicológicas e tudo! E eu a certa altura tive que intervir e dizer: “Para meu descanso, cada um para seu lado, por amor de Deus”. Depois acabaram por se separar. Se calhar deveriam ter-se separado trinta anos antes, mas, pronto, a mentalidade naquela altura não era a de hoje, não é? Pronto, agora estão melhor, quer um quer outro estão muito mais equilibrados do que nessa fase, mas isto influenciou muito as minhas opções de vida, porque o que eu queria era sair dali o mais depressa possível. (...) Querer ser guia-intérprete foi decisão cedo. Para aí com quinze anos, percebi que era o que queria fazer na vida. Eu tirei o curso de turismo e comecei a trabalhar com dezanove anos... Hoje em dia é o equivalente a um bacharelato, mas era um curso intensivo na altura, com quatro semestres e com doze cadeiras por semestre que se tirava no Instituto de Novas Profissões e depois fiz o exame de guia-intérprete e comecei a trabalhar no dia a seguir ao exame. Portanto, foi um processo muito rápido. Eu comecei a trabalhar aos dezanove e ganhava muito mais dinheiro que o meu pai, porque é uma profissão muito bem paga, ganhava muito mais dinheiro do que ganho aqui a dar aulas, e sobretudo quando ia para o estrangeiro e fazia muitas excursões que não estavam no programa. E todo o lucro era para mim e para o motorista! Portanto, ganhava mesmo muito dinheiro. Muito dinheiro, equivale a cinquenta contos limpos numa noite há vinte anos. É muito dinheiro! E portanto decidi sair de casa dos meus pais assim que me foi possível, e fi-lo ainda eles não sabiam, tenho impressão, da existência do Luís. Ou seja, quando assumi e casei, já não estava com os meus

pais, vivia sozinha, o que para a minha geração não era muito vulgar. A filha, sobretudo no meio social como o meu, sair de casa dos pais sem ser para casar! Mas foi uma guerra, foi uma batalha muito má! [Os meus pais] levaram muito a mal, tiveram vergonha do que é que as pessoas iam achar de eu sair de casa sem me casar. Foi muito complicado! Acharam que as pessoas iam achar que eu saía de casa deles para ter um tipo de vida que na casa deles não podia ter, e aquelas parvoíces todas. (...) Eu vivia sozinha nesse tempo, ganhava o suficiente e tinha uma casa alugada, ganhava o suficiente para pagar a casa, tinha o meu automóvel que eu tinha comprado, tinha mobilado a casa com o meu dinheiro, portanto, era completamente independente deles. E um dia disse ao Luís por que é que ele não ia lá para casar viver. E ele disse que se fizesse isso ia magoar os pais e não iam perceber... Por isso é que eu me casei.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Laura casou então com vinte e três anos com um homem que conheceu através de uma “amiga” e colega de trabalho. Recorda que a atracção entre os dois surgiu na própria ocasião em que foram apresentados. Luís despertou-lhe desde logo “um sentimento de firmeza, de determinação”, pois era já “muito maduro, alguém que se dava ao respeito, quer dizer, alguém cuja presença transmite muita segurança, mas também muito respeito”. O conjunto de atributos pessoais que a atraíram em Luís parecem-lhe indissociáveis das qualidades profissionais que também lhe reconhece: “muito responsável, nunca deixou ninguém ficar mal, de pés assentes na terra, muito confiável”. Ora, esta “atracção” pela “firmeza” e “determinação” da atitude do homem, simultaneamente aplicadas ao universo profissional e à relação conjugal, insere-se num quadro normativo em que ao homem é concedida prioridade à vida profissional, prioridade esta à qual, como se pode adivinhar, não é alheio o rumo *hipergâmico* que a *trajectória* do casal tomou.

Quando o conheci (...) eu fazia fundamentalmente viagens para fora daqui. Começava em Março a fazer circuitos ao Norte. Depois, no Verão, ia para o estrangeiro com portugueses e brasileiros. E depois, no Outono, fazia viagens em Portugal. E depois parava, porque a vida de guia-intérprete é muito sazonal. Trabalhava nessa altura como intérprete para uma agência onde uma empregada da agência o conhecia, telefonou e perguntou-me: “Queres ir sair comigo e com uns amigos meus logo?”. E eu disse: “Está bem”. Fui buscá-la a casa, e saímos com o namorado dela e com ele. E foi assim tão simples como isto. (...) O Luís era muito maduro, alguém que se dava ao respeito, quer dizer, alguém cuja presença transmite muita segurança, mas também muito respeito. Não sei bem como explicar melhor, mas houve desde logo um sentimento de firmeza, de determinação, que é o que ainda hoje mais me atrai nele. Quando o conheci, ele já tinha acabado a licenciatura, e começou logo a trabalhar também. Era director de obra e estava a fazer as fundações de um hotel em Vilamoura. Ele sempre teve responsabilidades deste tipo desde que acabou o curso, desde muito novo, mas ele é muito responsável, é de pés assentes na terra, muito confiável, muito certo. Acho que nunca deixou ninguém ficar mal. Apesar de muito novo, acho que sempre correu tudo muito bem. Se calhar por isso é que o cargo que ele tem hoje, de administrador, já o tem há vários anos.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Dessa prioridade que a vida profissional do homem assume é, desde logo, elucidativa a indisponibilidade de Luís para estar em família no quotidiano. “Se ele jantar connosco uma vez por semana é muito”, esclarece Laura, acrescentando que Luís “sempre chegou a casa muito tarde, não tem horários de todo” e sublinhando mesmo, em tom de desabafo, a sua total desvinculação no que toca à logística familiar: “É horrível! Não posso contar com ele para nada!”. Mas a prioridade atribuída à carreira do homem revela também os seus efeitos nos projectos profissionais de Laura, mesmo antes de ela ter engravidado do primeiro filho do casal. De facto,



desde o casamento que o percurso profissional da entrevistada se pautou pela transição progressiva de uma profissão como o correio turístico, que é “sazonal” e obriga a ausências do país - “eu e o Luís víamo-nos muito esporadicamente” - para actividades que permitissem conciliar o trabalho e a vida familiar. A entrevistada recorda que “viver na mala semanas a fio e ter que jantar com desconhecidos todas as noites e dormir fora foram razões que pesaram muito na minha decisão de parar”, no entanto, não deixa também de referir o manifesto desconforto de Luís – que, recorde-se, “sempre chegou a casa muito tarde” - com o horário da actividade profissional da própria: “nunca cheguei a ter o tal trabalho das nove às cinco que o meu marido queria”. Ao cansaço inerente ao correio turístico e ao desejo do homem numa presença mais assídua da mulher acrescenta-se o desejo de voltar a estudar e, simultaneamente, ser mãe: “Eu casei com vinte e três mas, por opção, durante cinco anos não tivemos filhos, até porque não tínhamos vida para isso”.

Em suma, este conjunto de factores foi razão suficiente para que Laura deixasse de “viajar para o estrangeiro”. A exclusiva dedicação profissional à actividade de guia-intérprete permitiu-lhe, desde logo, frequentar a licenciatura em Relações Públicas num regime pós-laboral: “Quando comecei a licenciatura deixei de fazer essas viagens para poder ir para as aulas, já só fazia Lisboa e arredores”. Laura foi então mãe pela primeira vez quando frequentava o terceiro ano da licenciatura, porque “não valia a pena esperar muito mais e também achei que conseguia conciliar tudo, portanto, trabalhava de dia, estudava à noite e tinha uma criança”. Pese embora esta atitude *polivalente*, as características de uma profissão que a obrigava a estar ausente do país e a prioridade atribuída à carreira de Luís levaram-na assim a alterar a sua vida profissional em função de um compromisso entre os encargos com a chegada de uma criança e a necessidade de investir numa formação superior.

Antes fazia circuitos de viagens dentro e fora do país. Dentro do país chama-se ser “guia-intérprete”, e fora do país chama-se “correio turístico”. Comecei a fazer correio turístico, isto é, viajar para o estrangeiro com grupos de portugueses e brasileiros. Portanto, eu própria também não estava sempre cá, fazia muitas viagens sobretudo para o Norte com grupos em trabalho. E, portanto, eu e o Luís víamo-nos muito esporadicamente. (...) Era cigana de luxo. E eu acho que há idades para tudo e foi uma experiência muito boa correr o mundo sem gastar dinheiro para isso, antes pelo contrário, ganhar, conhecer outras culturas, travar conhecimentos e fazer amizades com pessoas diferentes de nós, é o meu lado curioso, e gostei imenso durante anos a fio e nem questionava sequer, não punha a possibilidade de parar, gostava imenso do que estava a fazer, mas depois há rotinas em tudo, até nisso pode haver rotinas, e portanto fazer a mala, que é uma coisa que ainda hoje odeio, e saber que ia viver na mala semanas a fio e ter que jantar com desconhecidos todas as noites e dormir fora, foram razões que pesaram muito na minha decisão de parar. (...) Houve uma altura, quando tinha oito ou nove anos de carreira, que eu percebi que por mais que insistisse, por mais que soubesse, o espaço de tempo que eu dispunha para comunicar com os meus turistas era tão limitado que não valia mais fazer investimentos por ali. (...) Acho que é uma boa profissão para se ter até aos vinte e sete anos, porque é muito cansativo e exige muito de nós enquanto se trabalha, o facto de ser sazonal nunca se sabe o que é que se vai ganhar. (...) Como comecei a pensar seriamente que aquilo não era profissão para se ter até à idade da reforma decidi estudar outra vez. Como é que aparece a licenciatura? Eu tinha andado nas Novas Profissões e aí havia uma licenciatura pós-laboral chamada Relações Públicas e Publicidade... A licenciatura dura quatro anos e dura das sete às onze da noite. Portanto, eu continuei a trabalhar durante o dia, às vezes trabalha-se à noite, muitas vezes até faltava às aulas e decidi licenciar-me nessa altura. (...) Quando eu decidi licenciar-me eu achava que ia arranjar

um emprego girríssimo numa agência de comunicação e que ia fazer imensas coisas óptimas na área da comunicação, só que nunca arranjei. Ou seja, nunca cheguei a ter o tal trabalho das nove às cinco que o meu marido queria. Quando eu acabei a licenciatura houve um professor que me convidou para trabalhar com ele, para dar aulas com ele e ser assistente e eu aceitei e portanto eu comecei a conciliar as aulas no Instituto, que chegaram a ser doze por semana, porque entretanto fui dando outras cadeiras com o trabalho de guia. (...) Eu casei com vinte e três mas, por opção, durante cinco anos não tivemos filhos, até porque não tínhamos vida para isso. Só que o meu filho nasceu estava eu no terceiro ano [da licenciatura]. Porquê? Porque eu achei que já tinha vinte e oito anos e achei que não valia a pena esperar muito mais e também achei que conseguia conciliar tudo, portanto trabalhava de dia, estudava à noite e tinha uma criança.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

A actividade de docente no ensino superior surgiu então através de um convite de um professor. Laura aceitou o convite não apenas pelo gosto manifesto em ensinar, mas também tendo em consideração a dificuldade de encontrar emprego numa “agência de comunicação” ou na “área de comunicação”. A docência passou então a representar a sua principal fonte de rendimento, e a actividade de guia-intérprete apenas “um complemento”, ainda que a entrevistada confesse que abdica de bom grado de outras funções - como “ter assento no Conselho Científico” - sobretudo exigidas aos docentes que, ao contrário dela, fazem parte do “quadro”: “Gosto muito de dar aulas, mas o resto dispenso”. Assim, ao prazer de ensinar acresce uma rejeição dos encargos próprios da “carreira” de docente, permitindo que a entrevistada tenha conservado a actividade de guia-intérprete, que tanto a realiza: “no meio disto tudo, eu descobri que o que gostava era de ser guia e de aturar os turistas”.

No meio disto tudo, eu descobri que o que gostava era de ser guia e de aturar os turistas e que podia fazer isso cá sem me ausentar, era só durante o dia, ficando aqui por perto, e achei que era a combinação ideal dar aulas e continuar a manter essa actividade, porque dar as aulas permitia-me ter um rendimento mais ou menos garantido e a outra actividade, que fazia com muito gosto, era quase um complemento, não é? E foi aí que eu comecei a dar aulas sem nunca ter planeado ser professora, antes pelo contrário, achei sempre que não ia sê-lo. Descobri que gostava imenso porque os conteúdos são diferentes, mas eu dou aulas de uma maneira muito parecida como mostro Lisboa aos turistas! (...) As compensações do mundo académico estão apenas relacionadas com o reconhecimento do conselho directivo ou dos alunos. É assim, a única coisa que eu gosto - e isto sendo muito sincera - no mundo académico é dar aulas, não gosto de mais nada. Aconteceu-me, por exemplo, a semana passada, entrar na sala de aula e uma aluna minha do ano passado que me disse “professora, já fiz a sua cadeira, mas chumbei a três. Estou cá a fazer só três cadeiras e como não tenho nada para fazer, posso assistir às suas aulas outra vez?”, isto para mim é muito mais importante que qualquer elogio do conselho científico, que também nos faz, graças a Deus, mas isto para mim é muito... Dá sentido a eu vir cá! Faz sentido! (...) Isso é mais importante que o ordenado ao fim do mês, porque a pessoa sente que está a fazer qualquer coisa que vale a pena. (...) Gosto muito de dar aulas, mas o resto dispenso. Eu já estive na direcção de departamento e já me demiti, ainda bem que sou professora adjunta, para não ter assento no Conselho Científico. E não me dou mal com o poder, atenção! (...) Há uma coisa que eu gostava muito de ser, de ter feito, se calhar ainda vou fazer, que é ser jornalista, mas isto fica entre nós (*r/so*). Jornalista, escrever coisas. Gostava de ser jornalista de viagens, escrever para uma publicação especializada na área do turismo. (...) Era um desafio que gostava ainda de aceitar, até porque eu não sei se continuo cá, porque de dois em dois anos esta casa pergunta-me... Eles decidem se precisam de mim, e eu digo se estou disponível, ou não. Eu não estou no quadro, na carreira, o que não me faz confusão nenhuma, porque posso fazer outras coisas, se quiser, além de dar aulas.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Posteriormente, Laura decidiu apostar num mestrado, embora sublinhe que a sua decisão não foi tomada “a pensar na carreira académica”, mas “para aprender para além do que eu sabia”. A este respeito, é notória a forma como a atitude desta entrevistada se demarca de uma

*moderação* da ambição profissional, por exemplo, observada junto de Raquel (ponto 8.2.2), uma docente universitária para quem o mestrado e o doutoramento são apenas títulos nos quais investiu por “obrigação”. Na conciliação família-trabalho, Laura leva a cabo a *estratégia maximalista concessora* com uma atitude *polivalente*, frisando que o mestrado foi uma “paixão” - “nunca fiz sacrifícios” - ainda que, para concretizar tal “paixão”, a entrevistada considere ter sido importante o incentivo de duas amigas: “Está bem que fiz o mestrado, mas tive duas amigas que me puxaram!”. As consequências da concretização da tese de mestrado sobre a vida familiar vêm, no entanto, revelar que *à actividade profissional de Laura, particularmente à sua aposta na formação académica, não é concedido um estatuto de prioridade equivalente ao da carreira profissional do marido*. Esta mulher recorda-se “de muitos serões e de muitos fins-de-semana a trabalhar para a tese” e de que “ninguém refilou, ninguém disse ‘larga isso’, mas disseram todos: ‘Mais não!’”.

Deste modo, o impacto familiar com a experiência do mestrado pesa na decisão de não avançar para o doutoramento, sendo que Laura considera esta decisão o resultado de uma “opção” de quem “prefere” a família: “cá está a história de optar: prefiro a família, claramente”. Por outro lado, diz sentir-se vencida pela “preguiça” e argumenta que um doutoramento não traria mais-valias para quem, como ela, não só não está “na carreira” como não tem “de todo essa postura”. Não se trata de retrair a sua ambição profissional, traindo assim o princípio da *polivalência* face à conciliação família-trabalho, mas de encontrar maior realização pessoal no desempenho da actividade profissional do que na escalada dos estatutos da carreira docente: “fazia [o doutoramento] se achasse que o meio académico é o meu futuro e onde eu me sinto bem e onde quero fazer carreira e ser alguém, querer ter poder e etc.”. Em suma, correndo “de dois em dois anos” o risco de não voltar a ser contratada como docente, Laura reparte-se entre as aulas e a actividade de guia-intérprete – “tenho um pé no mundo empresarial, porque não sei qual é o meu futuro” - sem que o “desenquadramento” na carreira académica lhe provoque qualquer “angústia”, que considera apenas própria de quem não conhece “mais nada na vida”.

Não consigo parar de deixar, por curiosidade, saber uma série de coisas, e o mestrado não foi a pensar na carreira académica, foi muito para aprender para além do que eu sabia. Portanto eu nunca fiz sacrifícios, é uma paixão. (...) Eu licenci-me numa altura em que fiz muitas amizades durante o curso, inclusive uma amiga que tem trajectos de vida paralelos. Portanto, também teve um filho no terceiro ano, também acabou um ano mais tarde como eu, e tinha também uma colega de turma que era *baby-sitter* do meu filho e quer uma quer outra decidiram fazer o mestrado, e no momento em que elas decidiram fazer perguntaram-me: “Por que é que não fazes tu também?”. E eu disse que sim. (...) Eu fiz o mestrado com dois filhos já e a trabalhar e a dar aulas. Quando eu penso no que foi fazer aquela tese, foi tanto trabalho, tanto trabalho, tanto trabalho! Eu sei que tive a particularidade de ter dois orientadores e que várias vezes um mandou-me fazer uma coisa e o outro mandou-me desfazer e começar de novo. Portanto eu tive muito trabalho e demorei muito. Mas eu empenho-me muito nas coisas. Para já, só faço aquilo para que me sinto motivada, mas depois empenho-me muito. Eu lembro-me de muitos serões e de muitos fins-de-semana a trabalhar para a tese. Ninguém refilou, ninguém disse “larga isso”, mas disseram todos: “Mais não!”. E eu percebo. (...) Mas cá está a história de optar: prefiro a família, claramente. Se estivesse sozinha se calhar... Está bem que fiz o mestrado, mas tive

duas amigas que me puxaram! Uma delas está agora a fazer o doutoramento e eu bem vejo o que ela está a passar e eu não quero passar por isso outra vez. Ai também é um bocado preguiça minha. Eu não vejo nenhuma vantagem em fazer o doutoramento, não há nenhuma razão, não há nenhuma vantagem que decorra desse sacrifício, não há nenhuma razão válida para fazer apesar de aqui na casa insistirem muito connosco para o fazer. Eu estou na eminência de sair, se no próximo Novembro não me renovarem o contrato... Para ser guia-intérprete não preciso de ser doutorada, é tão simples quanto isto. (...) Era pedir muito, além de que não me apetece investir... Era capaz de fazer uma pós-graduação numa área gira, que gostasse. Isso sim. Agora, para quê o doutoramento? Para ter mais um título académico? Isso não me fascina, porque eu nem sequer sei se o meu futuro é a carreira académica... Eu tenho um pé no mundo empresarial, porque não sei qual é o meu futuro aqui dentro. Eu como só comecei a dar aulas numa determinada fase da minha vida e posso fazer outras coisas. Isso também não me angustia. Se não conhecesse mais nada na vida, se calhar era deslumbrada, mas não sou de todo. Portanto, doutoramento se calhar fazia se achasse que o meio académico é o meu futuro e onde eu me sinto bem e onde quero fazer carreira e ser alguém, querer ter poder e etc., só que não tenho de todo essa postura.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

### *“Fazer isto tudo ao mesmo tempo é complicado de gerir”*

Com trinta e dois anos, Teresa, mãe de dois filhos, representa um último exemplo de quem empreende uma *estratégia maximalista concessora* face à articulação família-trabalho adoptando uma atitude *polivalente*. Socióloga, investigadora científica e docente do ensino superior, esta entrevistada recusa adoptar a atitude que identificamos noutras mulheres que, sem atribuírem prioridade à família ou à profissão, tal como é característico das *estratégias maximalistas*, solucionam o problema da conciliação *moderando* a sua ambição profissional.

Teresa é casada com Tomás, engenheiro zootécnico e cuja origem social - filho de comerciante de móveis e doméstica - não é distante da da entrevistada - filha de gerente bancário e monitora em ocupação de tempos livres. Como verificámos (ponto 8.1), Teresa e Tomás viram-se confrontados com uma gravidez inesperada quando a entrevistada, três anos mais nova do que o marido, não tinha ainda concluído a licenciatura. Este “imprevisto” despertou sentimentos contraditórios - de gratificação com a maternidade e limitação no que toca a uma aposta mais acelerada nos estudos e na carreira profissional - que perseguem Teresa e se manifestam, por diversas vezes, ao longo da entrevista. Assim, decorridos seis anos engravidava do segundo filho do casal, quando iniciava a tese de mestrado, voltando, deste modo, a sentir que se “atrasava” na sua formação, imprescindível para a progressão na carreira académica. Este sentimento de “atraso” é, no entanto, vivido com alguma ironia, não fosse Teresa uma mulher que atribui à maternidade importância equivalente à vida profissional e à carreira. Na verdade, o segundo filho de Teresa não foi, ao contrário do primeiro, fruto do “imprevisto”. A entrevistada inclui esta gravidez entre as “opções familiares que eu própria faço”, referindo-se ao conjunto de encargos com a família para os quais Tomás, ocupando um cargo de directoria numa empresa do Estado, muito raramente contribui. Teresa assume que “já poderia ter feito há imenso tempo” o mestrado, porém, “optou” por ficar em casa para poder dar o apoio que

desejava à filha: “conseguia vê-la o tempo todo”. Mas se o carácter *maximalista* da sua *estratégia* divide a entrevistada entre a enorme vontade de dar o máximo apoio aos seus filhos e apostar fortemente na vida profissional, os “encargos económicos” do casal que a mudança para “uma casa muito maior” implicou levam Teresa a desdobrar-se noutras actividades - como sejam traduções de obras científicas - para cumprir com essas “obrigações financeiras”.

Fazer isto tudo ao mesmo tempo é complicado de gerir e acaba por ser sempre assim. Um dos meus dramas ultimamente era: tenho o mestrado para fazer que já poderia ter feito há imenso tempo se não fossem estas opções familiares que eu própria faço, por exemplo, se eu há muito tempo já me tivesse decidido a vir para o Instituto trabalhar no mestrado, em vez de ter ficado lá em casa, porque tinha a minha filha e conseguia vê-la todo o tempo, eu se calhar já tinha adiantado muitíssimo mais, não teria estes problemas. Por outro lado quis escrever artigos porque achei que ia fazer uma falta danada, uma sujeita que dá aulas, que é docente, tem o mestrado e não tem nada publicado. Mas escrever artigos implicava tempo para os realizar, pelo menos dentro daquilo que são os meus critérios de qualidade, por outro lado tinha também as questões das obrigações financeiras ou económicas, os encargos económicos que temos, não é? Porque mudámos para uma casa muito maior, porque só na casa vai o meu ordenado todo e então eu tinha que ao mesmo tempo aceitar um conjunto de coisas apenas para ganhar dinheiro, para ganhar mais dinheiro. Por exemplo, as traduções eu só aceitei porque realmente precisava de fazer um conjunto de coisas lá em casa e precisava desse dinheiro a mais para poder suportar esses custos e para não andar sempre com a corda ao pescoço, não é?

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

No momento em que concedeu a entrevista, os encargos profissionais de Teresa repartiam-se assim entre o mestrado, as aulas em dois institutos superiores, os projectos investigação e as traduções científicas. Ainda que “gost[e] mais de ser investigadora do que docente”, confessa sentir-se “mais segura financeiramente” com esta última actividade. Os “encargos económicos” do casal levam-na a encarar o mestrado apenas como “ferramenta útil, material, imediata”, na medida em que o título confere-lhe “a possibilidade de subir de escalão e de ganhar mais”, menosprezando assim o conjunto de conhecimentos ou competências que advêm da concretização de uma tese: “eu posso esclarecer-me sozinha, não preciso de fazer mestrados para isso, para aprender mais, para saber mais”.

Neste momento estou a dar aulas [em dois institutos politécnicos] e estou a fazer o mestrado. Gosto mais de ser investigadora do que docente (...) se é que se pode chamar emprego trabalhar na faculdade em projectos, porque eu nunca fiz outra coisa a não ser isso. (...) Mas ser docente tem outras vantagens, não é? Digamos que me sinto mais segura financeiramente como docente. (...) Faço o mestrado por questões muito objectivas, porque eu posso alargar os meus conhecimentos... Nesta altura tenho ferramentas suficientes para alargar os meus conhecimentos, estou em mundos de investigação, estou em mundos de docência, eu posso esclarecer-me sozinha, não preciso de fazer mestrados para isso, para aprender mais, para saber mais. Agora preciso do mestrado como uma ferramenta útil, material, imediata que é, ao fazer o mestrado eu tenho a possibilidade de subir de escalão e de ganhar mais, é mesmo por uma questão materialista (*riso*).

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

Em jeito de balanço, dividida entre o gosto pela investigação e a necessidade de cumprir com as “obrigações financeiras” de “uma casa maior” – “Uma coisa é aquilo que eu faço, outra é aquilo que eu gosto de fazer” - Teresa considera-se menos realizada do que Tomás “em termos

de objectivos materiais” e, ao mesmo tempo, mais realizada profissionalmente do que o marido, que “não gosta tanto da profissão dele”, pois “faz aquilo porque é o que lhe surgiu”. Quando Teresa engravidou inesperadamente do primeiro filho do casal, já Tomás ocupava um cargo de directoria, e desde então sempre “ganhou mais” e “teve um cargo de maior responsabilidade, de maior *status*” e “mais responsabilidades em termos de competência profissional” do que a entrevistada. No entanto, o “conjunto de privilégios” inerentes à posição de directoria que Tomás ocupa não compensam a realização pessoal que não retira com o exercício desse cargo, pelo que Teresa refere a necessidade do marido em fazer “tantas outras coisas”, como é o caso da “intervenção directa nas Juntas de Freguesia com as pessoas”. Como membro do partido político no contexto do qual conheceu Teresa, Tomás exerce assim um conjunto de actividades na “área política e social” sem qualquer retorno económico, pois “o dinheiro das Juntas vai para o Partido”.

Do meu ponto de vista o Tomás em termos de objectivos materiais realizou-se mais do que eu, ou seja, tem um cargo de maior responsabilidade, de maior *status*, ganha mais, tem um conjunto de privilégios que eu não tenho e tem um conjunto de responsabilidades que eu não tenho, mais responsabilidades em termos de competência profissional, etc. Ele está num sítio em que administra uma empresa que tem muitos trabalhadores e tem que tomar decisões. (...) Uma coisa é aquilo que eu faço, outra é aquilo que eu gosto de fazer. Eu acho que estou melhor porque trabalho numa área que eu gosto, trabalho com pessoas de quem gosto, estudo, investigo os assuntos que me interessam, gosto mesmo da minha profissão e acho que ele não gosta tanto da profissão dele porque ele faz aquilo porque é o que lhe surgiu. Por isso é que eu acho que ele faz tantas outras coisas, ele trabalha depois na outra área política e social, faz intervenção directa nas Juntas de Freguesia com as pessoas. Ele trabalha nestas coisas todas sem ganhar dinheiro nenhum. Ele não ganha dinheiro nas Juntas, o dinheiro das Juntas vai para o Partido, o dinheiro que supostamente formalmente recebem nas Juntas é dinheiro que ele não fica com ele, é dinheiro que ele entrega ao Partido, porque ele acha importante fazer aquilo pelas pessoas, pelo Concelho, pela Freguesia. (...) Portanto ele trabalha na área da acção social pelo gozo que isso lhe dá, mas depois tem que trabalhar naquela coisa de administrador, fechado num gabinete, a tomar decisões da área de gestão, não é? É aquilo que lhe dá o estatuto, é aquilo que lhe dá o dinheiro, mas não é aquilo que lhe dá prazer, daí ele ir buscar outras actividades.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

Pese embora os rendimentos auferidos e os “privilégios” associados à profissão que exerce, estas actividades políticas em que Tomás se envolve no horário pós-laboral são assim fundamentais, na medida em que, segundo Teresa, lhe devolvem a realização pessoal. O empenho deste homem na actividade política é, no entanto, como veremos mais adiante (ponto 8.4.4), um *foco de tensão* no casal, uma vez que contribui para acentuar a diferença entre os cônjuges no que toca à disponibilidade para a família: Teresa está todos os dias ausente de casa durante seis horas; Tomás “sai às nove da manhã e chega, quando tudo corre bem, às oito da noite”, mas, como sublinha a entrevistada, “isso é quando chega, porque duas ou três vezes por semana ele chega tipo onze, meia noite”.

### 8.3 A divisão diferenciada das tarefas e o sentimento de ausência do pai

É prática frequente, tal como acontece com a maioria das entrevistadas, o recurso à delegação do trabalho doméstico ora em empregadas, ora em familiares nestes casais cuja *trajectória hipergâmica* não é alheia a um quadro normativo onde a mulher, ainda que não dê primazia à família face à sua actividade profissional, concede prioridade à profissão e à carreira do homem. A desvinculação do homem face ao conjunto de tarefas domésticas que não são executadas por elementos exteriores ao casal pode, nalguns casos, constituir um *foco de tensão* entre os cônjuges. Contudo, são particularmente os cuidados à criança que constituem amiúde um dos principais *focos de tensão* identificados junto dos casais com *trajectórias* de *hipergamia progressiva*.

#### 8.3.1 Trabalho doméstico: a delegação em terceiros e a (in)tolerância à desvinculação do homem

À semelhança da maioria das entrevistadas, não falta às mulheres com *trajectórias conjugais* caracterizadas pela *hipergamia progressiva* o apoio de familiares - por norma os pais e, em particular, a mãe da mulher, que a auxilia nos cuidados à criança - e de empregadas, nas quais são frequentemente delegadas as tarefas domésticas mais pesadas, e/ou "*baby-sitters*" nos cuidados à criança. Na elaboração das *estratégias de conciliação família-trabalho* destas mulheres, que apostam tanto na vida familiar como na vida profissional, foi decisiva essa rede de apoio, na medida em que é sobre o elemento feminino do casal que recaem as tarefas domésticas remanescentes. Não se estranha assim que se observem diferenças ao nível das atitudes face à conciliação - isto é, entre as entrevistadas que procuram um equilíbrio família-trabalho *moderando* a sua ambição profissional e aquelas que acreditam na sua *polivalência* - que se reflectem no próprio recurso aos apoios disponíveis.

A título de exemplo, para a contenção da ambição profissional de Júlia (ponto 8.2.2) contribuiu a ausência de apoios de familiares nos cuidados aos filhos - "eu não tinha ninguém com quem os deixar" - que então permaneciam "muito tempo no colégio", até a entrevistada e o marido poderem ir buscá-los, às dezanove horas. Já a atitude *moderada* de Raquel parece aplicar-se tanto à sua ambição profissional como à solicitação de apoios nos cuidados à criança - "coitada da minha mãe, então agora vou-lhe pedir também o fim-de-semana para ficar com ela?!". Pelo contrário, no caso de Olívia o apoio da mãe possibilitou que a vida do casal não se alterasse no plano do lazer até chegar o segundo filho: "como tinha o apoio da minha mãe não parámos de

fazer férias, de viajar, de fazer tudo o que fazíamos antes". A atitude *polivalente* desta entrevistada face à conciliação família-trabalho não é, deste modo, alheia às ajudas da sua mãe, que "sempre foi o pilar": "eu comecei logo a fazer os trabalhos do mestrado, depois a investigação para o mestrado e foi tudo com o apoio da minha mãe". Com o enorme apoio de familiares também puderam sempre contar as entrevistadas que apostam tanto na vida familiar como na vida profissional com uma atitude *polivalente* (ponto 8.2.3). Neste sentido, Teresa considera ser "uma privilegiada" por ter "muita ajuda dos meus pais e muita ajuda dos meus sogros". A entrevistada reconhece ter "sempre uma pessoa a substituir", pois, "está lá [em casa] a minha mãe sempre". Também Vanda, no que toca aos cuidados à criança, pode contar com o apoio da mãe, que "vai dormir a minha casa para eu poder dormir a noite toda". Ainda que esta entrevistada sublinhe ter "a minha vida organizada de forma a não depender dos favores familiares", essa "organização" está obviamente dependente de uma "baby-sitter". Enfim, Laura confessa que o apoio dos pais foi fundamental para que pudesse conciliar, nos primeiros anos do primeiro filho do casal, a vida familiar com a sua vida profissional de guia-intérprete e as aulas da licenciatura que lhe faltava terminar. De resto, pôde igualmente contar quer com os serviços de uma "mulher-a-dias", que fazia o "serviço da casa", quer com "uma pessoa o dia inteiro quando nasceu o meu filho mais novo".

Quando eram crianças, não havia ainda aquela história dos tempos livres, na altura dos meus filhos. E então era para terem onde darem almoço e para estarem o máximo de tempo ali com alguém, porque eu não tinha ninguém com quem os deixar... Eles passavam muito tempo no colégio, desde as oito da manhã até às quatro, cinco da tarde. Nós íamos só buscá-los às seis, sete, mas mesmo em tempo útil de aulas era até às quatro, cinco da tarde. Era muito violento!

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Dos meus sogros nunca tivemos [apoio] quando elas eram bebés. A minha sogra, eu penso que ela tem alguma dificuldade de relacionamento com bebés, não sabe como agir e tratar deles. (...) Nós não tínhamos coragem de dizer: "Tomem conta dela que a gente vai ao cinema". As pessoas ficavam aflitas: "O que é que agora a gente faz com esta criança que passa o dia inteiro a chorar!?". A minha mãe tomava-me conta dela durante a semana. Ao fim-de-semana, nem pensar! Coitada da minha mãe, então agora vou-lhe pedir também o fim-de-semana para ficar com ela?! Trabalhávamos durante a semana, e ao fim-de-semana ficávamos com ela, porque não tínhamos coragem para pedir a ninguém que ficasse com ela, porque era uma dose forte.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

Na questão do lazer, mesmo assim, como tinha o apoio da minha mãe, não parámos de fazer férias, de viajar, de fazer tudo o que fazíamos antes. Com a primeira criança! Porque com as duas outras a seguir já mudou a panorâmica. Deixar uma criança com a avó é uma coisa, deixar três é muito mais complicado. Era uma questão de resistência física da minha mãe... porque a minha mãe com uma aguentava-se muito bem. Na primeira criança eu estava em casa, não estava a trabalhar, por isso eu tomava conta e não tinha empregada. Logo a seguir quando ela tinha para aí um ano e meio, eu meti-me no mestrado no Instituto. Ora o mestrado, não me lembro bem, mas acho que tinha aulas todos os dias, mas não era muitas horas, a carga horária era para aí três horas por dia. Portanto, nessas horas eu deixava-a com a minha mãe, mas nunca o dia inteiro. No resto das horas, a criança estava comigo. (...) Eu comecei logo a fazer os trabalhos do mestrado. Depois, a investigação para o mestrado e foi tudo com o apoio da minha mãe. A minha mãe sempre foi o pilar.

[Olivia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]



Quando é preciso, a minha mãe vai dormir a minha casa para eu poder dormir a noite toda (*riso*), quando estou muito cansada. Ela fica a dormir com os miúdos... apesar de a minha mãe ser também uma trabalhadora e não tem essa disponibilidade de tempo. Eu tenho a minha vida organizada de forma a não depender dos favores familiares. Quem leva e trás os meus filhos da escola é a carrinha do colégio. Quando eles têm actividades extra escola, quem anda com eles é uma *baby-sitter* que contratei para esse efeito, para ir buscá-los e para ir levá-los a casa e nesse dia avançar com os banhos para quando eu chegar... Por exemplo, hoje eu vou chegar a casa lá para as oito horas, telefonei à rapariga para ela ir hoje para minha casa para eu poder estar aqui e ela foi buscar o meu filho do meio ao *karaté*, os outros já estão em casa. Chega a casa dá banho aos três, veste os pijamas e eu só vou ter que preparar o jantar e jantar com eles. Eu organizo sempre tudo de forma a que não esteja dependente de ninguém. A minha mãe socorre-me mais para eu descansar, para eu poder ir a um cinema ou a um concerto, teatro...

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;

Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Na altura em que o meu [primeiro] filho era bebé, vinham os dois, porque a minha mãe não conduzia e o meu pai trazia-a. Portanto, às aulas que eu ia, porque não tinha as cadeiras todas, mas às aulas a que eu ia eles vinham os dois, ficavam com a criança até eu chegar da escola e, depois, iam-se embora. Sem esse apoio, não sei como é que tinha conseguido. (...) Na altura tinha uma mulher a dias para fazer a lida da casa mas era durante o dia. Ficava com ele quando lá estava, limpava, passava a ferro, o serviço da casa era ela que fazia. As coisas só mudaram, só passei a ter uma pessoa o dia inteiro quando nasceu o meu filho mais novo.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Pese embora o volume dos apoios ao trabalho doméstico, a expressão de Vanda “eu organizo sempre tudo”, ao referir-se à vida familiar, é bastante elucidativa do modo como as mulheres nos casais com *trajectórias* de *hipergamia progressiva* assumem a própria gestão dos encargos domésticos, cabendo ainda sobretudo a elas as tarefas domésticas que não são delegadas na empregada, pois, na maior parte dos casos, o homem, mesmo quando presente, resiste em colaborar. Júlia representa o único exemplo em que, num casal com *trajectória* de *hipergamia progressiva*, a mulher reparte algumas tarefas domésticas com o cônjuge: “Ele vai às compras. Eu tenho uma hérnia neste pulso e daí ser ele a ir mais às compras... Depois, faz as camas de manhã e trata da roupa, tira da máquina, mete na máquina, e pronto.”. No entanto, é de questionar se as tarefas estariam assim repartidas se não fosse essa limitação física da mulher, porquanto já verificámos que esta entrevistada foi sempre renunciando às promoções quando lhe foram propostos lugares de direcção que ela própria - casada com um homem a quem não agradava que permanecesse no local de trabalho para além do horário estipulado - considerou condicionantes à sua disponibilidade para a família.

Com a excepção de Júlia, as demais entrevistadas com este tipo de *trajectória conjugal* alegam que à indisponibilidade do cônjuge para estar mais presente na vida familiar acresce uma relutância em colaborar nas tarefas que a empregada não executa. Não obstante, estas mulheres revelam-se divididas entre uma atitude condescendente em relação à reduzida participação do cônjuge nas tarefas domésticas e a crítica à forma como o homem tende a desvincular-se destas mesmo quando presente em casa. Assim, por exemplo, Olívia, que assume uma atitude *polivalente* face à conciliação família-trabalho, entende que, tal como ela, o marido “deve participar, mas só no que gosta e no que sabe fazer” - “Ele gosta mais de fazer a

parte de *bricolage*, de pôr uma lâmpada e aspira a casa. Eu gosto mais de cozinhar” - pelo que as tarefas de que nenhum dos dois “gosta” - como engomar ou limpar a casa – ou são delegadas em terceiros ou, simplesmente, ficam por executar: “agora já não temos outra vez empregada e, por isso, a casa está um nojo”. Já Vanda, assumindo igualmente uma atitude *polivalente*, defende que Vitor “também tem uma grande parte” nos encargos domésticos, mas o facto de este assumir uma carga horária de trabalho de doze horas diárias evidencia bem as suas prioridades, pelo que não se estranha que a entrevistada reclame: “As minhas exigências familiares são muito maiores, muito maiores!”. De igual modo, Raquel, apesar de uma “partilha dos papéis em casa” que passa essencialmente por deixar para o marido a tarefa de cozinhar “coisas complicadas”, considera “que por muita partilha que haja em casa, mesmo assim, há diferenças ao nível das prioridades”, “diferenças” essas que se manifestam desde logo na maior carga horária de trabalho de Rogério e, em particular, na atitude *moderada* desta mulher face à sua própria carreira profissional. Raquel não se surpreende assim com o facto de ser “mais solicitada que ele”, mas apercebe-se de que, como mulher, “vamos deixando menos coisas para eles [homens] fazerem e eles vão ocupando o tempo de outra maneira”. Enfim, ao contrário desta entrevistada, Teresa recusa *moderar* a sua ambição profissional, sendo ao mesmo tempo muito mais crítica, mas porventura mais ambivalente no que toca à participação do marido nas tarefas domésticas. Assim, por um lado, considera ter “menos ajuda do que a que devia” da parte de Tomás, que acusa de ter “pouco espírito de iniciativa”. Por outro lado, defende o marido ao justificar que os “problemas de participação do Tomás na família não têm a ver com falta de vontade dele”, mas “com o envolvimento que ele tem noutras coisas, noutras actividades”.

O Tiago participa, mas ele participa... Aqui há uma divisão por gostos e, portanto, é uma divisão que se vai fazendo... Acho que ele deve participar, mas só no que gosta e no que sabe fazer. Assim como eu não faço... Não ponho candeeiros... Ele gosta mais de fazer a parte de *bricolage*, de pôr uma lâmpada, e aspira a casa. Eu gosto mais de cozinhar, e as tarefas estão divididas por gostos. É basicamente por o que um mais gosta ou menos gosta de fazer. (...) Tipo passar a ferro, agora mandamos uma empresa vir cá buscar a roupa a casa e trazer. Eu não passo a ferro, ele não tem tempo para passar a ferro, então ninguém passava a ferro. Mas depois a divisão das tarefas cá em casa faz-se naturalmente por necessidade, por gostos. Agora já não temos outra vez empregada e, por isso, a casa está um nojo.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

As minhas exigências familiares são muito maiores, muito maiores! Ele também tem uma grande parte, também participa nos afazeres domésticos e familiares, mas em princípio sou eu que tenho a maior carga dos trabalhos familiares.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Vamos deixando menos coisas para eles fazerem e eles vão ocupando o tempo de outra maneira. Por exemplo, o Rogério não se lembra que é preciso pôr a roupa a lavar e secar. Esquece-se! E, portanto, se eu não me lembrar dessa parte, não temos roupa lavada. Mas, por exemplo, cozinhar, e se forem coisas complicadas, já é com ele, eu não gosto, não tenho jeito, faço o trivial. Mas depois é basicamente cada um, quem chega a casa primeiro começa a adiantar as coisas para os banhos, para o jantar. Apesar desta partilha dos papéis em casa, mesmo assim, eu sou mais solicitada que ele, por norma elas solicitam-me a mim e então como sou professora sempre que precisam de

perguntar alguma coisa, pergunta-se à mãe. (...) Quando chego a casa obviamente que não me ponho a corrigir testes, a primeira coisa que eu vou fazer é ver o que é que há para fazer para despachar a miudagem, comidas e essa coisa toda. O Rogério chega a casa e é capaz de primeiro ir ligar o computador para ver se o *mail* de não sei quem já chegou, ou para responder a não sei quem e, portanto, pôr tudo operacional ou pôr um programa qualquer a correr ou uma coisa qualquer a fazer... Apesar de tudo há diferenças entre homem e mulher, acho eu. Acho que por muita partilha que haja em casa, mesmo assim, há diferenças ao nível das prioridades. Portanto, eu acho que, mesmo assim, na gestão diária do tempo há prioridades. E ele chega a casa e vai primeiro despachar aquelas coisinhas, aquelas pontas que ficaram por rematar da profissão e só depois é que vai ver o que é que há para fazer em casa. Eu funciono ao contrário, primeiro despacho tudo o que é de casa e depois então, no fim, se houver tempo, vou fazer essas outras coisas, mas se calhar porque eu posso deixar para amanhã e ele não pode. São actividades muito diferentes, não sei até que ponto é que ele poderia deixar para amanhã as respostas que deu naquela altura.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

Gostava que ele tivesse ajudado mais e... Mas ele não faz... Todos estes problemas de participação do Tomás na família não têm a ver com falta de vontade dele, têm a ver com o envolvimento que ele tem noutras coisas, noutras actividades. Ele, além do emprego, está sempre em mais duas ou três coisas que ocupam-lhe completamente o tempo. (...) Quando ele está em casa tem normalmente pouco espírito de iniciativa de “ok, é preciso limpar, não sei quê, ou organizar a garagem”. Ele é capaz de estar a dizer três dias antes que “não se consegue entrar na garagem”, que “aquilo está uma confusão desgraçada”, mas tomar a iniciativa de o ir fazer, tem que ser a puxar. E depois, entretanto, se passar o vizinho fica meia hora a falar com ele, em vez de despachar o vizinho para nós acabarmos aquilo. (...) Do Tomás acho que tenho menos ajuda do que a que devia, mas se calhar são “pontos de vista”, como ele diz, porque ele acha que ajuda bastante, que ajuda mais que a maioria dos outros pais. Eu acho que não, eu acho que ajuda pouco.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

### 8.3.2 Um pai mais presente reclamado ao cônjuge

Pode assim dizer-se que as mulheres cuja *trajectória conjugal* se define pela *hipergamia progressiva* se distinguem *grosso modo* daquelas cuja *trajectória conjugal* assume os contornos da *hipergamia prioritária* (capítulo 7) por serem mais ambivalentes no que toca à sua reacção face à desvinculação do homem das tarefas domésticas. Esta diferença, contudo, não é tão marcada como a que se observa ao nível dos cuidados à criança, onde a escassa presença do homem parece ser menos tolerada pela mulher nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* do que nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*. A verdade é que os cuidados à criança surgem mais frequentemente como um *foco de tensão no casal* do que a divisão das tarefas domésticas. O facto de nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* encontrarmos apenas mulheres cuja *estratégia de conciliação família-trabalho* atribui tanta prioridade à vida familiar como à vida profissional não será alheio à menor tolerância destas face à desvinculação do homem dos cuidados da criança.

Deste modo, Teresa, por exemplo, é peremptória e insistente na crítica que dirige à desvinculação do seu marido em relação aos cuidados às crianças, sobretudo antes de nascer o segundo filho do casal: “Desde que a nossa filha nasceu, ele foi obrigado pelas circunstâncias a tomar para si algumas tarefas, porque anteriormente ele tinha poucas incumbências em relação aos filhos, ao filho, neste caso”. Ainda que “pontuais”, esta entrevistada refere os “conflitos” a propósito da disponibilidade do marido - “tens que vir para casa mais cedo para estares com os

miúdos" - ou da falta de participação - "tens que ajudar mais" - do marido nos cuidados às crianças. Teresa reclama que Tomás se limita a "ajudar o meu filho a arranjar-se e levá-lo à escola", mas os "conflitos" e as suas "reivindicações" têm, por outro lado, produzido resultados positivos, pois a entrevistada reconhece que o marido "tem sido muito mais presente, consegue orientar o nosso filho, consegue levá-lo a fazer aquilo que ele quer", precisamente, "porque eu o responsabilizei em algumas tarefas". No âmago destes "conflitos", enfim, não está eventualmente tanto uma sobrecarga da mulher com os cuidados às crianças, uma vez que, como verificámos (ponto 8.3.1), Teresa tem "sempre uma pessoa a substituir" em sua casa, mas a constatação da própria entrevistada de que a paternidade não adquire junto de Tomás o mesmo estatuto de prioridade que a maternidade representa para si: "eu não sou capaz de ficar tantas horas sem os meus filhos, eu tenho que ver os meus filhos todos os dias."

De há quatro anos para cá, o Tomás tem sido muito mais presente, consegue orientar o nosso filho, consegue levá-lo a fazer aquilo que ele quer... Porque eu o responsabilizei em algumas tarefas, porque eu fazia tudo ao meu filho, dava-lhe banho, dava-lhe de comida, de manhã vestia-o e tudo. Quando a nossa filha nasceu eu só tinha duas mãos e não podia estar a vesti-la, arranjar-me a mim, dar de comer, e fazer a mesma coisa ao meu filho. Então, eu disse: "temos que dividir tarefas, um dos miúdos fica sob a tua responsabilidade de manhã". (...) A chegada dos filhos (...) é algo que nós partilhamos com muito fervor, consideramos que é o mais importante das nossas vidas e aproxima-nos. Obviamente que quando os filhos começam a constituir mais problemas, a criar..., é mais tarefas, é mais responsabilidades, é mais tempo que ocupam, às vezes surgem alguns conflitos à conta disso, de eu dizer "tens que ajudar mais, eu não consigo tudo e tens que vir para casa mais cedo para estares com os miúdos", mas são coisas assim pontuais. (...) Eu acho que ele podia participar mais mesmo no pouco tempo que está em casa. Desde que a nossa filha nasceu, ele foi obrigado, pelas circunstâncias, a tomar para si algumas tarefas, porque anteriormente ele tinha poucas incumbências em relação aos filhos, ao filho, neste caso. Desde que a minha filha nasceu - até porque eu só tenho duas mãos, e temos dois filhos, e temos que sair os dois de manhã - o que ele faz é de manhã vestir, enfim, ajudar o meu filho a arranjar-se e levá-lo à escola. De resto, não faz mais nada. (...) Muitas vezes reivindiquei que ele tinha que assumir mais tarefas do filho, por exemplo dar-lhe banho, à noite era ele quem se levantava para fazer o biberão, mas depois era eu quem ficava a dar. Eu acho que ele participou pouco nas tarefas que exige ter um bebé, ter uma criança. (...) E eu cobro-lhe muitas vezes isso, eu digo-lhe que se eu fizesse o mesmo que ele, não eram nossos filhos, eram filhos dos avós, não é? Porque se eu de facto, por exemplo, se aceitasse uma série de coisas ou participasse numa série de coisas, conferências disto ou seminários daquilo, provavelmente eu quase não via os meus filhos ou os meus filhos nos veriam muito pouco. Eu acho que ele também faz isto porque sabe que eu lá estou, sabe que eu não sou capaz de ficar tantas horas sem os meus filhos, eu tenho que ver os meus filhos todos os dias. Por exemplo, eu venho para aqui dar aulas de manhã e tenho aulas à noite também, eu não fico cá o dia inteiro, o certo era eu ir para o Instituto e trabalhar e depois ia para as aulas à noite e só ia para casa à meia noite, porque saio às onze, onze e tal, e chego a casa à meia noite. Mas não, eu vou a casa dar banho para jantar com os meus filhos, para os ver, para estar com eles e volto outra vez para dar as aulas da noite.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

Noutros casos, porém, a tensão em torno dos cuidados à criança e da relação com os filhos está longe de ser atenuada através de uma alteração na atitude de desvinculação do homem. Laura, por exemplo, é casada com um homem cuja dedicação à profissão, o longo horário de trabalho e as consecutivas ausências de Lisboa ou do país são evidentemente decisivas para que a entrevistada, mãe de dois filhos, "não poss[a] contar nunca com ele" nos cuidados às crianças. A tensão neste casal agravou-se quando, perante a recusa de Laura, ainda o seu primeiro filho era bebé, em viajar para Angola na "altura dos grandes tumultos", Luís ainda assim

decidiu ausentar-se do país pelo período de três meses. A desvinculação do homem nos cuidados às crianças faz com que, para esta mulher, o apoio de familiares – sobretudo, os pais e a irmã da mulher - e de uma “*baby-sitter*” sejam elementos essenciais na conciliação família-trabalho. Já no caso de Júlia, apesar de o marido estar mais presente em casa do que acontece na maioria dos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, a desvinculação do homem traduz-se persistentemente numa “ausência” no que toca à relação com os filhos - “O não brincar com os filhos, não falar com os filhos...” - e caracteriza-se *grosso modo* pela autodemissão. Tal como desabafa, “é esta a posição do meu marido: se eu resolvo sempre tudo, então para quê é que ele se vai incomodar?”. Que a relação entre pai e filhos constitui um *foco de tensão* no casal evidencia-o claramente o facto de Júlia responsabilizar José pelos “muitos problemas, de integração na escola e na faculdade, de saberem o que querem ser” que os filhos do casal, com vinte e dezasseis anos de idade, hoje enfrentam. Júlia lastima a lacuna de uma “posição masculina” na socialização dos filhos: “Eles sempre ouviram a vertente da mãe, mas nunca a do pai, porque não fala nada”.

Ele esteve três meses em Angola e queria que eu fosse para lá e eu não quis. Foi a altura dos grandes tumultos, dos ataques da UNITA a Luanda onde ele estava, e eu achei que se fosse para lá com um bebé e se acontecesse alguma coisa ia-me recriminar para o resto da vida, e não me imaginava lá, portanto ele voltou. O bebé nasceu em Janeiro e ele foi-se embora quando o bebé tinha para aí sete meses. Mas mesmo quando voltou ele teve muitas coisas para fazer fora de Lisboa que o obrigavam a estar fora, portanto aí entraram os meus pais. Para poder ir às aulas à noite os meus pais vinham para minha casa, ficavam com o bebé... (...) O meu filho mais velho tem treze anos e o pai nunca o foi buscar ao colégio. Por exemplo, amanhã tenho uma reunião aqui na Escola até muito tarde e lá vai outra vez o avô ou a *baby-sitter* ou a tia...porque não posso contar nunca com ele, porque nunca sabe se está cá.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;  
Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Ele estava sempre presente, mas sempre ausente. O não brincar com os filhos, não falar com os filhos... Hoje eu tenho os meus filhos com muitos problemas, de integração na escola e na faculdade, de saberem o que querem ser... É esta a posição do meu marido: se eu resolvo sempre tudo, então para quê é que ele se vai incomodar? Se eu já digo tudo! Eu estou farta de lhe mostrar que a posição feminina é diferente da posição masculina. Quer dizer, com certeza que não temos as mesmas ideias. É com as nossas experiências, com a transmissão das nossas experiências, com os nossos ensinamentos, entre aspas, podem não ser ensinamentos, mas com as nossas experiências boas ou más, isso pode ser enriquecedor para a formação de uma personalidade. Eles sempre ouviram a vertente da mãe, mas nunca a do pai, porque não fala nada.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão – administração pública;  
José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Ainda que a desvinculação masculina nos cuidados à criança seja bastante menos tolerada pela mulher nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* do que nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, neste sentido constituindo mais um *foco de tensão conjugal*, as entrevistadas não deixam de encontrar justificações plausíveis para essa desvinculação precisamente naquilo que é o resultado da própria prioridade conferida à carreira do homem, a saber a indisponibilidade para a família inerente a uma actividade profissional mais absorvente. Assim, Olívia reclama que “profissionalmente” o seu marido “não abdicou de nada”, referindo-se

aos encargos com os filhos, que recaem sobre si, o que a entrevistada considera, todavia, “uma coisa contra a qual nem eu nem ele podemos lutar, porque ele não tem uma alternativa”. Esta divisão não significa pois a situação ideal para Olívia - “É claro que eu gostava que ele estivesse também em casa às seis da tarde” - mas é “uma coisa que se aceita” no quadro normativo de um casal onde se a mulher dá maior prioridade à actividade profissional do marido - que “sempre ganhou mais” - não concede, todavia, uma prioridade à vida familiar sobre a sua própria vida profissional. De igual modo, Raquel sublinha que, em geral, pode “sair a meio da tarde para ir tratar de qualquer coisa que tenha a ver com as miúdas” ou alterar previamente o horário com os seus alunos, ao contrário do seu marido, cuja profissão não permite a mesma “flexibilidade”: “ele tem reuniões marcadas e desmarcá-las à última da hora é muito mais complicado”. Finalmente, Vanda assume ser sobre ela que recaem “o acompanhamento dos meus filhos, as idas ao médico, as idas à escola, os trabalhos de casa, a administração de medicamentos e o acompanhamento em relação à saúde”, mas o facto de Vitor auferir rendimentos “cinco vezes” superiores aos seus faz com que esta divisão diferenciada seja “assumida” como “uma coisa natural”. Resta sublinhar que tal aceitação da desvinculação masculina na vida familiar tendo em linha de conta as maiores exigências e/ou o retorno económico da sua vida profissional são, neste caso, suficientes para que a mulher sobrevalorize, à semelhança do que acontece amiúde nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, as atitudes que, pontualmente, demonstrem - “Quando eu não posso, ele atende” - ou apenas revelem competências parentais consideradas extraordinárias num homem - “O primeiro banho dos filhos, por exemplo, foi ele que deu (...), e ele sabia fazer aquilo com uma simplicidade (...) Ele é que me deu a segurança para eu lidar com o bebé”.

No dia-a-dia as decisões são tomadas basicamente por mim. Isto é, tudo o que tem a ver com escola, com o dia-a-dia das crianças, sou eu que decido. Decido porque é mais prático, porque eu estou mais disponível. Sou eu que vou às reuniões da escola, sou eu que sou a encarregada de educação das crianças, sou eu que tomo as decisões todas. Depois não há assim muito mais decisões que sejam importantes. Profissionalmente, o Tiago não abicou de nada. No máximo, pode ter diminuído a intensidade de lazer, mas de trabalho ele não abdicou de nada. (...) Ele só tem um mês de férias e as crianças têm intervalos escolares, duas semanas no Natal, duas semanas na Páscoa, dois meses no Verão... Sou sempre eu que fico com eles. É claro que ele reparte o mês dele por vários bocados e tenta estar presente e tenta fazer fins de semana alargados com os miúdos, mas ele não consegue tirar as férias quando lhe apetece como eu, mas isso é uma coisa contra a qual nem eu nem ele podemos lutar porque ele não tem uma alternativa, ele tem que trabalhar naquilo porque é o que ele sabe fazer, portanto ele tem que cumprir o horário das nove às oito. É claro que eu gostava que ele estivesse também em casa às seis da tarde, mas não está e não é realmente uma coisa com muito para dizer, não é uma coisa que se gosta ou não se gosta, é uma coisa que se aceita. [Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior; Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Eu posso sair a meio da tarde para ir tratar de qualquer coisa que tenha a ver com as miúdas, para ele é muito mais complicado até porque pode estar em reuniões: ele tem reuniões marcadas e desmarcá-las à última da hora é muito mais complicado. Eu posso inclusive combinar com os meus alunos “Amanhã não posso vir dar aulas, depois combinamos quando vos der jeito ou combinamos uma aula extra”, há uma flexibilidade que ele não tem. [Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior; Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

O acompanhamento dos meus filhos, as idas ao médico, as idas à escola, os trabalhos de casa, a administração de medicamentos e o acompanhamento em relação à saúde... sou eu que faço tudo isso. Ele está menos disponível, está menos tempo com os filhos. Não chegamos a falar sobre isto, porque é uma coisa natural, quer dizer, está assumido que é assim: ele ganha cinco vezes mais do que eu! (...) À noite, quando está cá em Portugal, janta connosco normalmente. Há dias que não. Portanto participa no jantar, conversa com os filhos... Se, porventura - mas é muito raro! - eles não têm o pijama vestido, é ele que os veste, depois conta uma história ao fim da noite para eles se deitarem. Há dias, de manhã, quando eu tenho que vir mais cedo, quando eu tenho que estar aqui às sete e meia, oito horas, é ele que prepara os filhos para o colégio, é ele que os veste, dá de comer. Quando eu não posso, ele atende. (...) O primeiro banho dos filhos, por exemplo, foi ele que deu. Mudar a fralda, não gostava muito, mas também fazia. Vestir o bebé e essas coisas, se estivesse em casa fazia ele. Ele fazia questão de fazer. Aquela coisa de lidar com o bebé, de brincar com o bebé, isso ele gostava muito de fazer. Dar papa não, coisas com comida não, mas... Aliás, a mim o primeiro banho fez-me muita impressão, porque ele era muito pequenino e fazia-me impressão pegar nele! Constrangia-me, tinha medo, ficava ansiosa e ele fazia aquilo com a maior das simplicidades (*riso*). Ele é que me deu a segurança para eu lidar com o bebé! "Isto afinal parece muito fácil!". Ele foi quem deu o primeiro banho, aquela coisa do umbigo estar ainda com a molinha e tudo aquilo me fazia muita impressão, porque era preciso ter muitos cuidados. A cabeça, o bebé não aguenta a cabeça, não é? Tem que se segurar na cabeça e ele sabia fazer aquilo com uma simplicidade...

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;

Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

#### 8.4 A diversificação das dinâmicas conjugais e a expectativa face à vida em casal

Uma análise de alguns aspectos da dinâmica conjugal dos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* revela-nos marcadas diferenças face aos casais que, pese embora o carácter *hipergâmico* da sua *trajectória*, se caracterizam pela *prioridade* que a mulher concede à família. Junto destes últimos casais, a *estratégia familiarista* prevalecente aponta para uma contenção da própria autonomia da mulher na precedência atribuída à maternidade sobre a sua vida profissional e alguns aspectos do funcionamento conjugal sugerem uma subordinação ao casamento enquanto instituição, como sejam uma comunicação mais centrada nos assuntos profissionais (do homem) do que nos afectos, uma diferenciação dos papéis de género, uma limitada redistribuição dos recursos económicos ou o escasso tempo exclusivamente reservado ao casal. Já nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, sendo verdade que a crescente distância social fica, em parte, explicada à luz de um quadro normativo onde a carreira do homem tem prioridade sobre a da mulher, tal como é próprio da *estratégia maximalista concessora*, a comunicação entre os cônjuges deixa de ser, todavia, dominada pelos assuntos relacionados com a actividade profissional do homem, os modos de organização dos recursos económicos diversificam-se e a delegação da tutela da fatia maior dos rendimentos e das poupanças no homem está longe de ser a situação preponderante. De resto, uma renúncia generalizada à familiarização do tempo para o casal, expressa na exigência de um tempo e de um espaço exclusivamente destinados à relação conjugal evidencia bem, desde logo, exigências face à conjugalidade mais acentuadas daquelas que observámos junto dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*.

Dessas exigências face à relação conjugal é, enfim, sintomática a proliferação de desabafos das entrevistadas no que diz respeito às tensões entre cônjuges. Ao trabalho doméstico - particularmente os cuidados à criança - acrescentam-se diversos *focos de tensão conjugal* para além do questionamento da autonomia da mulher, das atitudes individualistas apontadas ao homem ou do défice de afinidades no casal, *focos* estes, aliás, de igual modo observados nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*. Nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, com efeito, multiplicam-se os pretextos de conflito. A *estratégia de conciliação família-trabalho* aqui preponderante assenta numa lógica *maximalista* manifesta na aposta tão forte na vida familiar quanto na vida profissional. Ora, o facto de se observar muito mais *focos de tensão* entre estas mulheres com *trajectórias conjugais de hipergamia progressiva* do que entre aquelas que vivem em conjugalidades com *trajectórias de hipergamia prioritária* parece explicar-se pelo quadro normativo em que assenta o próprio carácter *maximalista* da *estratégia de conciliação família-trabalho*, pois a própria vida conjugal é assumida como domínio de gratificação tão importante quanto a maternidade ou a vida profissional. Como veremos nos pontos seguintes, são diversos os motivos para o conflito conjugal apontados por estas, desde os desacordos relativos a uma gravidez da mulher e ao dinheiro, à falta de afinidades no plano dos gostos e estilos de vida, passando pela competição profissional ou pela disputa de um papel de liderança na família, pelas grandes decisões, pelo tempo que poderia ser passado em casal, pela ausência de comunicação ou, tão simplesmente, pela incompatibilidade das personalidades dos cônjuges.

#### 8.4.1 As ausências na comunicação e a exigência emocional da mulher

Não obstante a prioridade que a carreira do homem assume sobre a da mulher nos casais com *trajectórias conjugais* caracterizadas pela *hipergamia progressiva*, a comunicação entre os cônjuges não é predominantemente dominada pelos assuntos relacionados com a actividade profissional do membro masculino do casal. Entre estas entrevistadas, apenas Elsa considera que o marido “fala mais do que eu sobre o trabalho propriamente dito” e “pede ajuda para resolver assim coisas pontuais”. *Grosso modo*, podemos distinguir, em primeiro lugar, as entrevistadas que declaram falar sobre qualquer assunto com o cônjuge, ainda que os assuntos profissionais possam constituir um *foco de tensão*. Assim, Laura considera que, por ser mais “extrovertida” do que o marido, toma a “iniciativa” de falar, mas vai sublinhando que “se eu perguntar ele não se recusa” e que “conversamos sobre tudo aquilo que é preciso”. Deste sentimento de resposta por parte do cônjuge é também testemunha Teresa, que para além de



falar “bastante sobre problemas que ele tem no trabalho e que eu tenho” e das próprias “aspirações”, refere o “apoio moral” do marido. E, enfim, Raquel, cujo diálogo sobre as vidas profissionais de cada membro do casal é somente travado pelo cônjuge quando este considera que o assunto, frequentemente um *foco de tensão conjugal*, pode dar origem ao confronto emocional.

Se tem disponibilidade sim, e acha piada e conversamos sobre tudo aquilo que é preciso. Se eu perguntar, ele não se recusa... É assim, eu falo porque tomo a iniciativa de o fazer, porque sou mais extrovertida. E ele, como é mais introvertido, fala se eu lhe perguntar. Se os dois lá em casa falassem tanto como eu, era complicado, tínhamos que tirar a senha da vez. (*risos*)

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Falamos bastante sobre problemas que ele tem no trabalho e que eu tenho, as aspirações, mas o incentivo, o apoio, é mais em termos morais, é mais em termos de ele dizer: “Deixa para lá isso e tal, temos que organizar as coisas até tu acabares a tese e não sei quê. Tens que publicar um artigo, vou ver se falo com o não sei quantos para conseguir”.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

Há assuntos em que estamos em desacordo, nomeadamente ao nível da gestão das empresas. Ele, enquanto patrão, tem uma perspectiva que eu não tenho, de todo! Portanto, agora nestas questões, ele não percebe por que é que nós fazemos greve. Por exemplo, eu faço greve. A certa altura eu começo a exaltar-me e ele, aí, pura e simplesmente cala-se. E eu não consigo discutir com ele. Eu quero discutir, mas não consigo, porque ele não me dá troco. É a única altura em que, de facto, há ali uma quebra na comunicação.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

Em segundo lugar, encontram-se as entrevistadas cuja comunicação conjugal se restringe, quando muito, aos assuntos considerados menos emocionais ou aos esclarecimentos mútuos sobre a actividade profissional de cada membro do casal, sendo nestes casos o ressentimento da mulher com os défices de comunicação bastante elucidativo das expectativas face à vida conjugal, claramente mais acentuadas do que entre as entrevistadas com *trajectórias conjugais* caracterizadas pela *hipergamia prioritária*. Vanda, por exemplo, realça que, no que toca à dimensão profissional, a comunicação conjugal adquire, “por vezes”, os contornos de uma simbiose – “funcionamos quase complementarmente quando discutimos assuntos de trabalho” -, mas não deixa de ser muito crítica ao facto de a “grande maturidade intelectual” não se reflectir no campo das emoções, acusando Vitor de “falta de maturidade emocional”, que se reflecte numa recusa em “abordar assuntos que o sensibilizem mais (...), assuntos que o afectem emocionalmente”. De igual modo, Júlia lastima que o seu marido, para além do “emprego”, de que este “gosta muito de falar”, não fale “das outras coisas”, recusando-se a “conversas assim profundas”, “porque ele não consegue”, como desabafa a entrevistada, “chateia-se e continua a ler o jornal e a ver a televisão”. Júlia encara este “enorme” défice comunicativo com grande ressentimento, na medida em que, por um lado, se estende à própria relação entre o pai e os

filhos, por outro, contrasta fortemente com a capacidade de este ser muito sociável - "se estiver aqui a falar connosco ele monopoliza a conversa" - junto de estranhos à família.

É uma característica... não sei como é que hei-de dizer, é um aspecto também da formação do Vitor que me cativa, porque me interessa por áreas de conhecimento diferentes e trocamos muitas ideias. Por vezes funcionamos quase complementarmente quando discutimos assuntos de trabalho.... Por exemplo, a semana passada... O Vitor está a fazer projectos para o Governo e precisava de saber com é que nasce um instituto público, como é que se define um estatuto de criação de um instituto ou de serviço e falou comigo e eu dei-lhe algumas indicações. (...) Portanto uma grande maturidade intelectual, não direi emotiva porque aí acho que lhe faltam algumas coisas. (*riso*) Acho que lhe falta vivência, experiência vivencial em, por exemplo não querer abordar assuntos que o sensibilizem mais, prefere não falar em assuntos que o afectem emocionalmente. Quando morreu o pai foi um dos casos, ele não queria falar com ninguém sobre o falecimento do pai e eu achava que era bom para ele falar, mas não falou, e outras coisas, mesmo quando nós temos problemas entre nós os dois, em vez de ele abordar o assunto, não: põe para trás das costas e tenta ir para a frente! Eu acho que isso é falta de maturidade emocional! (...) É uma característica dele, porque não foi nunca habituado a falar das coisas. Ele quando foi integrado na minha família, como casou comigo e passou a viver a maior parte do tempo no meio da minha família, admirava-se com conversas que tínhamos no seio familiar, como por exemplo conversas sobre sexo que tínhamos abertamente e ele nunca teve com os pais dele e não era capaz de falar naquilo, agora já é. (*riso*) O casamento serve para isso, não é? Para uma pessoa se ir harmonizando e ir evoluindo. (...) As vezes consigo que ele fale, outras vezes prefere não falar e eu aí depois de insistir não volto a tocar no assunto também, se ele prefere assim.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

O meu marido fala muito do emprego. Não fala nada das outras coisas mas do emprego gosta muito de falar... conversas assim profundas não pode haver porque ele não consegue, chateia-se e continua a ler o jornal e a ver a televisão. Ele é assim. É muito estranho, o meu marido é muito divertido, conta muitas anedotas e se estiver aqui a falar connosco ele monopoliza a conversa. Em casa comigo e com os filhos ele tem uma dificuldade enorme, enorme, ele não fala com os filhos e comigo.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão - administração pública;  
José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Por último, deparamos com a situação conjugal de Olívia, para quem o acentuado défice comunicativo na relação com o marido, em lugar de representar um *foco de tensão* no casal, constitui, pelo contrário, uma solução encontrada num quadro normativo onde as regras de "boa convivência" parecem predominar - "Há coisas que nós realmente ultrapassámos por desistência de ambas as partes" - sobre as elevadas, mas goradas, expectativas de gratificação face à vida conjugal. Neste sentido, antes mesmo de se constituir como um *foco de tensão conjugal*, a ausência generalizada de comunicação, tal como, aliás, o desinteresse recíproco pelos assuntos individuais e, designadamente, profissionais de cada um dos cônjuges - "é uma coisa que não me interessa muito o que se passa no escritório dele e ele não lhe interessa muito o que se passa na minha profissão" -, deve ser entendida como um claro sintoma da existência de diversos pontos de conflito na relação conjugal, pois, tal como Olívia reconhece, "sabemos ambos que, se voltarmos à discussão, nunca mais vamos sair dela".

Ele de facto de vez em quando desabafa, conta partes do seu dia, as coisas boas e as coisas más, mas as decisões que...e eu também, eu às vezes faço comentários sobre o que se passou comigo e sobre o que eu estou a fazer, mas sinceramente é uma coisa que não me interessa muito o que se passa no escritório dele e ele não lhe interessa muito o que se passa na minha profissão, é uma coisa que está perfeitamente entendida entre nós os dois. É muito separado, a nossa vida já tem problemas suficientes para ainda trazer os problemas profissionais para casa. Não tenho grande interesse na profissão que ele possa ter, não o admiro como profissional, porque estou completamente

fora da profissão dele. Acho que é uma profissão útil e tal, mas não é isso que tem nada a ver, nem que influência a nossa relação. A nossa relação está lá, independentemente de ele agora sair daquele emprego e ir dedicar-se à carpintaria ou à construção civil ou a outra coisa qualquer. (...) Não são propriamente tabus, mas face aos problemas que nós tivemos no passado, um período de adaptação muito difícil, discussões sobre tudo e mais alguma coisa, parece que há um entendimento de que não vale a pena discutir sobre algumas coisas que continuam latentes, porque nenhum de nós mudou a maneira de ver as coisas, mas que sabemos ambos que, se voltarmos à discussão, nunca mais vamos sair dela. Há coisas que nós realmente ultrapassámos por desistência de ambas as partes, mas nem eu o convenci a ele nem ele me convenceu a mim. Não são propriamente assuntos tabus mas são assuntos que nós evitamos por uma questão de boa convivência. Dantes qualquer coisinha nós íamos discuti-la até ao fim e deu muito mal resultado.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

#### 8.4.2 Dinheiro: fusão, separação, desigualdade e conflito

Nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, a entrega da tutela da maior fatia dos rendimentos do casal ao homem deixa de ser a norma, como acontece junto dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, e as modalidades de organização do dinheiro diversificam-se, desde a modalidade mais fusional e redistributiva - ou seja, o bolo comum sem contas individuais - à divisão total dos rendimentos dos cônjuges sem partilha - a existências de contas individuais sem conta colectiva. Só o caso de Elsa constitui aqui a excepção, colocando os seus rendimentos num bolo comum cuja tutela, contudo, está a cargo do marido, justificando esta delegação da tutela no homem com uma atitude de renúncia ao cálculo: "não quero estar preocupada com os dinheiros". Também segundo o princípio do bolo comum são organizados os recursos económicos em casa de Raquel, porém a finalidade desta forma de organização é, de facto, fusional - "o dinheiro é da família" - cumprindo uma função redistributiva dos recursos, função esta tanto mais significativa quanto estamos num contexto de *hipergamia progressiva*, onde justamente a desigualdade de rendimentos a favor do homem vai crescendo no decurso da vida conjugal. Raquel e Rogério constituem assim o único casal onde a organização fusional do dinheiro atenua a desigualdade dos rendimentos a favor do homem que é transversal às *trajectórias conjugais de hipergamia progressiva*. Uma terceira modalidade de organização do dinheiro, como a que se observa no caso de Teresa e Tomás - duas contas individuais e uma conta comum onde a diferença dos contributos financeiros é proporcional à diferença dos ordenados - visa já somente impedir que as despesas comuns ou com a família aumentem a discrepância dos rendimentos auferidos pelos cônjuges.

Temos uma conta comum e os dois somos titulares. Depois cada um tira o que quer. Passo os cheques todos que eu quero, compro tudo o que eu quero. Só como não quero estar preocupada com os dinheiros... Porque eu não preciso: ele trata-me disso.(...) A parte económica tem o meu marido, eu não sei sequer o dinheiro que temos, o que não temos. Quando quero comprar assim uma coisa mais importante pergunto-lhe se posso, porque eu sou distraída, porque não quero, por isso é que ele toma conta disso. Dos impostos, não sei os impostos que pago. Não

sei se posso gastar dinheiro, para o dia a dia sei que posso, mas se me perguntassem assim "Agora podes comprar um carro?", eu não sabia, eu tinha que lhe ir perguntar.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Nós não temos contas separadas. Nunca! Vai todo para o mesmo bolo. Portanto, o dinheiro é da família."

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

Temos uma conta em comum onde cada um passa para lá uma parte do seu ordenado e temos duas contas individuais, que ficam para os gastos pessoais de cada um. Na primeira conta comum temos tudo aquilo que são os gastos normais da casa, água e luz... Metemos conforme o ordenado. É proporcional ao ordenado e aos gastos pessoais de cada um. Por exemplo, ele tem carro e gasolina por conta da empresa, parecendo que não o gasto do carro nas estradas e também em peças e em mecânica não existem para nós e ele em gasolina não gasta nada, não gasta um escudo. Eu gasto mil escudos por dia em gasolina, mais portagens... É um gasto meu, por isso eu contribuo menos para a conta conjunta porque tenho esse gasto adicional.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

As restantes formas de organização do dinheiro multiplicam, na prática, a desigualdade económica no casal criada pela diferença de rendimentos auferidos pelos seus membros, uma vez que se pautam pela total ausência de uma prática de fusão desses rendimentos. Da ampliação da desigualdade económica do casal são suficientemente elucidativos os casos de Laura e Olívia. Casada com um director geral de uma grande empresa, Laura não partilha nenhuma conta com o seu marido, que "todos os meses" lhe "dá uma quantia para gerir a casa", uma vez que o ordenado desta mulher derivado da docência fica, desde logo, reduzido para metade devido às despesas com a "mulher-a-dias". A entrevistada não contesta esta divisão do dinheiro, em que o homem apenas contribui com o seu rendimento para "as coisas da casa", "coisas" essas que "são essenciais para se viver", ao contrário daquelas que são "importantes para o meu bem estar e para eu estar bem comigo própria", mas que, ainda assim, a entrevistada considera "supérfluas", aceitando não ter necessidade de "*lhe pedir* dinheiro para essas coisas". Num contexto de duplo emprego neste casal de profissionais qualificados, importa observar o modo como a separação total do dinheiro confere ao homem um poder enquanto detentor do estatuto de principal ganha-pão, poder esse que não é sequer questionado - "Ele trabalha imenso e também ganha muito bem, mas também tem o direito de fazer com o dinheiro o que bem entender fazer" - por uma mulher que, no entanto, encontra nas consequências dessa divisão porventura o motivo que a "faz trabalhar". De modo diferente, mas com consequências semelhantes no que toca à ampliação da desigualdade económica no casal, Olívia e Tiago têm cada um conta individual, sem recorrerem a uma conta comum. Esta entrevistada esclarece que, à parte das "despesas comuns", que "são divididas absolutamente a meias", os rendimentos são propriedade de quem os auferiu: "o resto cada um gasta da maneira que lhe apetece sem dar explicações, nem nada".

Temos contas separadas e ele todos os meses me dá uma quantia para gerir a casa, porque só a minha mulher-a-dias leva-me metade do meu ordenado daqui da escola... É uma quantia exacta porque eu sei que ele no fim do mês dá-me aquela quantia exacta e eu pago a empregada, pago o telefone, comida, detergentes, a lavandaria, a farmácia, prendas de anos das crianças, aquilo que faz falta. O dinheiro que eu ganho não chega. É assim, o que ele dá chega para as coisas da casa, não dá é para as minhas. Não é suficiente para eu comprar umas botas italianas de quarenta contos, nem para ir ao cabeleireiro as vezes que me apetece, mas eu entendo que não tenho que lhe pedir dinheiro para essas coisas, porque eu até posso prescindir delas, não é? Não são... São supérfluas, se quiser. São importantes para o meu bem-estar e para eu estar bem comigo própria e etc., mas não são essenciais para se viver. Portanto, são... Se calhar é um bocado o que me faz trabalhar - apesar de eu gostar de trabalhar - eu pensar "isto dá-me autonomia, dá-me liberdade para ter uma série de coisas". E eu acho que não tenho o direito de lho pedir. Ele trabalha imenso e também ganha muito bem, mas também tem o direito de fazer com o dinheiro o que bem entender fazer.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

É completamente separado, cada um tem o seu dinheiro, cada um tem as suas contas e depois as despesas da casa e as despesas dos filhos e todas as despesas comuns são divididas absolutamente a meias. O resto cada um gasta da maneira que lhe apetece, sem dar explicações nem nada.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Uma nota é, enfim, devida à situação conjugal de Olívia, pois a forma de organização do dinheiro não apenas amplia a desigualdade económica no casal - com rendimentos muito superiores aos de Olívia, Tiago limita-se a contribuir com a mesma quantia para as "despesas comuns" sem que precise de justificar como aplica o remanescente - como é um claro sintoma da tensão em que está envolta esta relação conjugal. Entre os casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, os pretextos de conflito conjugal tendem a proliferar, sugerindo exigências mais elevadas para com a vida em casal, mas Olívia e Tiago constituem o único exemplo onde o dinheiro se impõe como *foco de tensão conjugal*. Assim, tal como Olívia desabafa, não é propriamente a forma de organização do dinheiro - ou seja, o facto de uma divisão das "despesas comuns" não proporcional aos rendimentos de cada membro do casal contribuir para a desigualdade económica no casal - que tem motivado o conflito conjugal, mas a própria relação que ambos os cônjuges têm com o dinheiro. Com efeito, Tiago sempre exigiu que Olívia assegurasse metade destes encargos, mesmo no período em que a entrevistada esteve desempregada, porque sabia do dinheiro que ela herdara do pai. Olívia, por sua vez, "achava que (...) não devia estar a gastar esse dinheiro", da mesma forma que defendia que Tiago devia "contribuir mais para a casa, uma vez que a casa era minha e ele não estava a pagar renda". Em suma, a partilha do dinheiro é aqui declaradamente mais receada do que a própria separação conjugal: "o que me faz impressão é ter alguma coisa com ele, não é isto poder acabar a qualquer minuto".

Os nossos primeiros... talvez dez anos de vida comum, era numa perspectiva que esta relação pode acabar de um momento para o outro: “Que se lixe, não faz mal, não há nada que nos prenda...”. A casa, o dinheiro, o que é meu é meu e o que é dele é dele. Era porque nós realmente vivíamos numa relação que podia acabar a qualquer minuto. Mas ainda hoje o que me faz impressão é ter alguma coisa com ele, não é isto poder acabar a qualquer minuto. (...) De vez em quando era professora substituta assim durante três meses, porque todos os anos ia para os mini-concursos. Escrevi uns artigos para umas revistas em que às vezes pagavam mas outras vezes não, mas não tinha de maneira nenhuma um rendimento fixo. Isso tinha um impacto negativo. Eu achava que ele tinha que contribuir mais para a casa uma vez que a casa era minha e ele não estava a pagar renda... Houve algumas alturas em que ele teve que contribuir mais do que eu, aí ultrapassou os cinquenta por cento dele, o que gerou problemas de ele a pressionar-me para eu conseguir um emprego, arranjar dinheiro. Ele achava que eu poderia ir fazer qualquer coisa, nem que fosse secretária de administração de alguma coisa... (...) A questão era: ele achava que eu devia contribuir com metade das despesas. Eu ainda tinha os restos de dinheiro que tinha herdado do meu pai, então eu ia gastando esse dinheiro, mas achava que eu não devia estar a gastar esse dinheiro, portanto o conflito era basicamente esse.  
[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

#### 8.4.3 Em busca do tempo do casal e da abertura ao exterior

Sintomático da elevação das expectativas face à relação conjugal é também o tempo que os casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* reservam para o casal, predominando aqui, precisamente ao contrário do que acontece junto dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, uma renúncia em deixar que esse tempo seja absorvido no tempo dedicado à família. Novamente, apenas Elsa constitui a excepção, confessando ter sempre concedido mais prioridade à relação com as filhas do que à relação com o seu marido. Já Raquel lastima que seja “quase impossível ir ao cinema” em casal, porque “tudo é regido em função” dos filhos, lamento este que diz partilhar com marido: “Deixámos de fazer muita coisa que gostávamos de fazer, nomeadamente sair à noite, ir ao cinema...”.

Como eu me dediquei sempre mais às filhas e, às tantas, um casamento muito novo como o nosso, a pessoa até se esquece que estamos casados, estamos ali os dois e, às tantas, a vida entra numa rotina muito grande e, às vezes, é complicado.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Eu e o Paulo conversamos várias vezes sobre isso e ele tem exactamente o mesmo sentimento que eu. Deixámos de fazer muita coisa que gostávamos de fazer, nomeadamente sair à noite, ir ao cinema... Tão simples quanto isso, é quase impensável ir ao cinema, a menos que arranjemos alguém que fique com três crianças. Mas é difícil. Nos dois primeiros anos da Mafalda, nós não fomos para lado nenhum nos fins-de-semana... (...) Depois, passados dois anos e um mês, nasceu a Margarida, nós não fomos para lado nenhum porque já eram duas. Não queríamos pedir a ninguém para ficar com duas crianças, embora a segunda fosse um bocadinho melhor, mas também não era um bebé muito fácil. Tudo é regido em função delas. Mesmo ao nível do fim-de-semana, podemos ir a algum lado este sábado, mas há uma festa de anos, temos sempre que as ir levar a algum lado, portanto elas é que regulam o funcionamento da família.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

A maior parte destes casais não abdica, no entanto, dos momentos apenas destinados ao casal, momentos que merecem o seu “respeito” (Olívia), ainda que sejam o resultado de um esforço para não deixar que a vida conjugal se amesquinhe perante os encargos familiares quotidianos, sendo por isso frequente sentirem “saudades do tempo em que as crianças não

existiam” (Olívia) e “não havia a prisão da criança” para refrear “hábitos francamente egoístas” (Laura). Assim, Vanda e o marido procuram aproveitar o “pouco tempo” que têm para “namorar”, conseguindo por vezes “um fim-de-semana alargado juntos fora sem os miúdos”. De igual modo, Olívia e Tiago não prescindem das “caminhadas” ou de um fim-de-semana na Serra da Estrela, “os dois sozinhos”, e Laura e Luís partem frequentemente para Madrid à sexta-feira “sem crianças e com amigos” ou já foram de férias “uma semana e meia” apenas acompanhados por “um casal amigo”. Enfim, Teresa e Tomás, reservam “quase sempre” as “sextas e sábados à noite” para “só nós os dois”. O exemplo de Teresa é particularmente interessante na medida em que a entrevistada se sente repartida entre, por um lado, o elevado domínio de gratificação que a vida conjugal representa e, por outro, “uma cultura familiar muito grande que vem de gerações anteriores” que se traduz num “culto de estar com a família”. Resta referir que as exigências destes dois universos originam frequentemente sentimentos contraditórios na própria mulher, dividida entre, por um lado, a vontade em estar a sós com o marido e, por outro, a “preocupação” e o “sentimento de responsabilidade” para com a criança que, pese embora, é sempre deixada ao cuidado de familiares ou outras pessoas da sua confiança. Assim, muitas vezes o tempo do casal não consegue libertar-se da lógica familiar, como ilustra a comemoração do aniversário de casamento de Teresa e Tomás - projectada como momento apenas destinado ao casal, mas finalmente transformado num compromisso com o tempo da família, permitindo assim a esta mulher “não ficar dois dias sem os meus filhos” – ou “as viagens para fazer *ski*” de Olívia e Tiago, que “eram feitas a dois, mas agora deixaram de ser”.

Temos pouco tempo, mas fazemos por isso. Algumas épocas do ano procuramos ir passar um fim-de-semana alargado juntos fora sem os miúdos, deixamos os meus filhos com a avó e vamos os dois namorar para um sítio qualquer. Tentamos fazer isso.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

Temos os nossos momentos para nós próprios e respeitamo-los, porque também nos faz falta. Mesmo não tendo tantas oportunidades de passarmos momentos a dois fora de casa como fazíamos dantes. As viagens para fazer *ski* eram feitas a dois, mas agora deixaram de ser, o ir sair à noite, o ir jantar fora, ir fazer aquelas coisas que os namorados fazem... Neste momento, isso tornou-se quase impossível. Sinto falta, tenho saudades do tempo em que as crianças não existiam e eu fazia isso descansada. Neste momento se eu o fosse fazer, ia tão preocupada de os deixar cá que já não teria o mesmo prazer que tinha naquela época. (...) Tipo estas caminhadas, vamos passar este fim-de-semana à Serra da Estrela os dois sozinhos, vamos deixá-los com a mãe do Tiago. Eu vou mais ou menos descansada, porque é só um fim-de-semana, são só dois dias, não é grave.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

É assim, às vezes temos muito tempo. Sei lá, sexta-feira vamos para Madrid sem crianças e com amigos e vimos domingo à noite. Nas férias fizemos uma semana e meia de viagem com mais um casal amigo, mas cinco anos sem crianças significa que o casal se habituou a fazer uma data de coisas. Tínhamos muitos hábitos francamente egoístas. Quer de cada um, quer de casal. Sei lá, dormir a manhã inteira na cama ao fim-de-semana se bem nos apetecesse. Não havia horários para nada. Viajávamos sempre que podíamos, íamos para aqui e para ali. Não havia a prisão da criança, não havia horários para cumprir, e por aí fora. E deu tudo uma grande volta com o meu [primeiro] filho, claro, mas eu acho que isso acontece sempre. (...) Quer dizer, tem que haver rotinas, tem que haver horários. Não, em termos da gestão do quotidiano muda muita coisa, para além do sentimento de

responsabilidade, há toda uma gestão do quotidiano que tem que ser diferente, tem que ter horários de refeições, de levantar, mesmo de sextas, de tudo, não é?

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Nós, normalmente, às sextas e sábados à noite estamos, quase sempre, só nós os dois. Nós os dois ou com amigos, também. Sem pais, sem filhos, sem família. O constrangimento, os problemas que advêm profissionalmente para mim da relação com os meus filhos, não é só a existência deles, não é só os encargos, a responsabilidade, mas é também emocional. Não é só em termos profissionais, em lazer. Por exemplo este fim-de-semana vou para Peniche e vou com o Tomás. E era suposto ser a comemoração do nosso casamento, do oitavo aniversário, e eu poderia ir sozinha com ele. Inicialmente, planeámos ir sozinhos, mas agora já desisti de irmos sozinhos. Vou levar os meus filhos e arranjei um estratagema para não ficar dois dias sem os meus filhos, que é: nós vamos todos e, ao fim da noite de sábado, a minha mãe vai lá buscá-los para depois nós ficarmos um dia sozinhos. Eu tenho uma cultura familiar muito grande que vem de gerações anteriores. A minha avó, mãe da minha mãe, era uma verdadeira matriarca, era quem dominava a família toda, tinha os netos e os filhos sempre atrás dela, impôs uma norma que é: todos os fins-de-semana a família junta-se, há sempre uma almoçarada da família. Todos os santos fins-de-semana! E continua a ser assim, depois da morte dela. Nós, todos os fins-de-semana - os primos, os tios, tudo! - arranjam sempre maneira. Ou é em casa de um ou em casa de outro, mas almoçamos sempre juntos. O culto de estar com a família... Acho que essa cultura familiar acabou por me ser inculcada. Eu gosto, também, então faço isso mesmo em relação aos meus filhos.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Quando a vida conjugal se degrada, porém, o tempo que, ao invés, estaria destinado ao casal, funciona como mais um *foco de tensão conjugal*. É o caso de Júlia, que identifica na diferença de hábitos entre si e o seu marido mais um sintoma de uma relação que considera muito deteriorada.

No fim-de-semana estamos sempre em casa! Ele passa o dia a ver televisão ou a dormir. Agora dorme imenso! Não vamos a lado nenhum! Eu aqui há um mês é que já comecei, uma vez ou outra já fui ao cinema sozinha. Mas, depois, a pessoa fica aborrecida. Quer dizer, não aceito isto bem. Não saímos, não temos amigos lá em casa, não vamos a casa de ninguém. Eu acho que o conceito de amizade é extremamente restrito, mas eu dou muito valor às relações humanas e, de qualquer dos modos, nós temos muitas pessoas conhecidas.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão - administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Neste caso, não é simplesmente, como se vê, o tempo passado em casal que constitui um *foco de tensão*, mas o próprio desacordo face à dinâmica conjugal marcada pelo fechamento em relação ao exterior. Júlia e José constituem, de facto, a única excepção entre os casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, cuja dinâmica de funcionamento revela uma abertura consideravelmente maior do que a que observámos junto dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*. Mesmo no caso de Elsa, que considera haver "casais que têm muito mais actividade social" do que ela e o marido. Os depoimentos das diversas entrevistadas evidenciam a abertura que predomina nos casais com este tipo de *trajectória*.

Eu tenho mais facilidade em fazer amigos que o meu marido. Temos alguns amigos em comum, mas eu não acho muita graça a alguns amigos dele e ele também, se calhar, não acha muita graça aos meus.

Recebemos alguns amigos. Fazemos alguns passeios, mas eu gosto muito mais de sair do que o meu marido, aí está outro ponto de discórdia. De tal modo que eu agora já me decidi a ir sozinha. Mas depois ele acaba por ir, não quer ficar em casa sozinho. (...) Eu acho que há casais que têm muito mais actividade social. Mas eu também não exijo muito e o meu marido ainda menos, ele adora estar em casa a ouvir música e está no mundo dele assim



rodeado de discos por todo o lado, e é capaz de passar ali um fim-de-semana só com a música. Eu preciso mais de sair... entretanto não saía porque nós habituámo-nos a irmos os dois, onde vai um vai o outro e depois se ele não vai eu não vou e depois anda-se ali no ram-ram. Às tantas penso assim "Se eu gosto, por que é que eu não vou?"  
[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;  
Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

Do mundo do turismo, as minhas grandes amigas guias-intérpretes são grandes amigas sem passar por ele e tenho...e tenho grandes amigas minhas. Depois temos amigos comuns, ex-colegas dele ou colegas dele, e agora sou amiga das mulheres. Do género das festas de anos lá em casa terem trinta pessoas e a cortar...do género de semana sim, semana não, estarmos em casa de alguém. Agora vamos para Madrid com mais dez, somos dez. O mais possível, mas ele é o mais sociável.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Há não sei quantos meses que a gente não vai ao cinema, mas vamos saindo, mas temos sempre amigos em casa. Somos mais aquele tipo de ir para casa de amigos, receber os amigos em nossa casa.... Eu sei que ele sente muita falta de sair à noite, porque era uma coisa que nós fazíamos muito antes de ter crianças. Eu não tanto, porque nunca foi uma coisa muito importante para mim, gosto de sair, mas se não sair... O ir a um concerto... ele sente muita falta disso. Para ele isso sempre lhe deu mais prazer do que a mim. Eu, se estiver em casa com os amigos ou num bar, é-me indiferente. Gosto mais de estar com pessoas do que estar num sítio específico.

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

Vão lá a casa, vamos quase todas as sextas-feiras ou sábados a casa deles ou vice-versa, estamos juntos todas as semanas.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços – administração pública; dois filhos]

Temos alguns amigos em comum, que tal como nós também têm crianças pequenas, portanto o efeito é o mesmo. (...) Há aqueles eventos necessários, tipo as festas de anos das criancinhas, de vez em quando vamos todos jantar fora, mas geralmente com as crianças todas atrás. O grupo realmente inclui as crianças de cada um, por isso também já não é a mesma relação que havia dantes, mas também tem essa componente agradável. Isso tem mais a ver com a disponibilidade e com o trabalho, não é que não queiramos porque de vez em quando falamos nisso e põe-se essa hipótese mas isso eventualmente acontece mais ao fim-de-semana. Dia de semana está completamente fora de questão, porque toda a gente trabalha e temos que nos levantar cedo no dia a seguir, e sair com crianças à noite é impensável! (...) No Verão também estamos muito juntos com os amigos, passamos sempre dias de praia juntos, e é basicamente isso.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

#### 8.4.4 Da multiplicação dos *focos de tensão conjugal* ao inconformismo da mulher

Os dois com crianças e carreiras não é pacífico.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

A expressão de Laura resume em poucas palavras a forma como, nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, a vida conjugal, a vida profissional e os encargos parentais formam um triângulo propício a confrontos ou conflitos entre os cônjuges. À multiplicação dos *focos de tensão* no casal acresce um forte sentimento de abdicação, perante o qual estas mulheres se manifestam inconformadas, quando não revoltadas. À desvinculação do homem das tarefas domésticas ou dos cuidados à criança acrescentam-se aqui diversos *focos de tensão*, como é o caso, desde logo, da *autonomia da mulher*, podendo esta ser *positivamente* questionada pela própria mulher - quando ela reclama dar mais apoio ao marido na sua profissão do que o

contrário, como é o caso de Teresa - ou *negativamente* questionada pelo homem, como é o caso de Laura - quando ele contesta a pertinência da própria actividade profissional da mulher.

Assim, Teresa é lapidar no que toca à diferença entre o “apoio directo” que presta a Tomás – “eu estou com os meus filhos e crio as situações para que ele possa ir e envolver-se num conjunto de actividades” - apoio esse que implica que recaia sobre ela a conciliação família-trabalho e que, deste modo, não é, no entender da entrevistada, recompensado pelo “apoio moral” que esta não deixa de reconhecer ao marido . As “actividades” de Tiago a que Teresa se refere são de natureza política, mas fazem parte dos encargos profissionais fora do horário formal de trabalho deste homem, pelo que a entrevistada, pese embora o “apoio directo” que proporciona ao marido, não as aceita de modo pacífico - “às vezes é quase como uma relação de ódio” - não apenas porque representam “um espaço que *ele* rouba à família”, mas também porque não tem “paciência” para acompanhá-lo nas “inaugurações”. Proporcionando ao homem uma disponibilidade que os filhos retiram a si própria, Teresa não deixa de ser tão apostada na sua profissão como avessa a prestar o “apoio” que é próprio das mulheres que, sem uma actividade profissional, estão inteiramente disponíveis para os filhos e para participar nos eventos sociais associados à profissão do homem, como fazem as “esposas”<sup>3</sup> dos directores das empresas familiares de pequena e média dimensão (Guerreiro, 1996).

Eu acho que o apoio mais, porque permito que ele possa ir a um conjunto de coisas. Apoio em termos efectivos, no sentido que eu estou com os meus filhos e crio as situações para que ele possa ir e envolver-se num conjunto de actividades. É um apoio directo. Por outro lado, não participo. Ou seja, se ele me convidar para ir com ele a uma das inaugurações não sei do quê, e convida-me várias vezes, eu raramente vou, porque não tenho paciência para aquelas coisas, não tenho paciência para estar ali a fazer aquela figura para pessoas que não conheço, e fazer conversa. Não gosto daquilo, e para já porque acho que aquilo me ocupa o meu próprio espaço. Essas actividades dele são um espaço que ele rouba à família e, às vezes, é quase como uma relação de ódio porque eles estão-nos a tirar o espaço que ele tem na família.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Laura, por sua vez, vê-se questionada como profissional pelo seu marido, de quem lamenta a incompreensão para a sua “área” profissional - “ele acha que a minha área é toda muito abstracta” - e a quem critica ter a “mentalidade do pai dele, em que a mulher tem que ir atrás do marido”. Em jeito de balanço, não só recorda que “nunca foi ele que me mandou para a frente”, como faz questão de sublinhar “as tentativas que ele fez de me cortar as vazas”, como seja a

---

<sup>3</sup> No seu estudo sobre empresas familiares de pequena e média dimensão, M. D. Guerreiro caracteriza o perfil das “esposas” dos directores de pequenas e médias empresas familiares como as “mulheres sem ocupação profissional, que estão em casa e cuidam dos filhos, que dão apoio emocional aos maridos, que participam nos encontros sociais em que a sua presença, de certo modo emblemática, valoriza a empresa e cujo *status* depende, em grande parte, de serem mulheres de empresários” (1996: 144).

“pressão no sentido de eu deixar de fazer viagens, etc. e de abrandar um bocado o ritmo”. A entrevistada confessa ter ficado “muito infeliz, quase zangada, revoltada” com essas atitudes do marido, reveladoras do seu “lado machão de se querer impor” e de torná-la “mais caseira, mais sedentária” e “mais parecida com a mãe dele”, sobretudo porque “nunca lhe tinha dado esperanças nenhuma que um dia ia ser dona-de-casa e mãe e não fazer mais nada”.<sup>4</sup> Por fim, o questionamento por parte do homem da autonomia da mulher é igualmente decisivo para as dificuldades de comunicação entre Olívia e Tiago, que “não compreende como é que alguém consegue viver” da actividade profissional que a mulher exerce. Olívia queixa-se de que o marido, técnico de vendas de material informático, “não considera” a actividade profissional de uma historiadora “um trabalho a sério” e, muito pelo contrário, entende que se trata de “uma divagação, uma tontice qualquer”, pelo que esta entrevistada lastima que a gratificação que retira dos frutos do seu trabalho seja “uma satisfação que eu partilho comigo própria”, ou seja, “independente do Tiago”.

É assim, ele acha que a minha área é toda muito abstracta, porque os engenheiros vêm as paredes a crescer e a cimentar tijolo e são muito mais materialistas, portanto as ciências humanas para eles são tudo assim umas coisas, não lhes faz muito sentido. (...) Não posso dizer que o Luís me apoia e que me empurra e me manda para a frente, mas já se mentalizou que é assim e acho que tenta ver as coisas pelo lado melhor e tirar algum partido disso. (...) Nunca foi ele que me mandou para a frente. Pelo contrário! As tentativas que ele fez de me cortar as vazas, como eu digo, deixaram-me muito infeliz, e eu acho que ele percebeu. (...) A mãe dele, tal como a minha, esteve sempre em casa e viveu para a família e eu acho que lá no fundo ele gostava muito que eu fosse assim, ou que pelo menos fosse mais caseira, mais sedentária, acho que o tinha agradado. Só que não teve sorte nenhuma, não é? Agora já está mentalizado, mas houve muita pressão no sentido de eu deixar de fazer viagens, etc, e de abrandar um bocado o ritmo. (...) Quando tentou que eu tivesse outro ritmo, se calhar ficar mais parecida com a mãe dele e com a minha, fiquei muito infeliz, quase zangada, revoltada, porque achei que tinha sido sempre assim, nunca lhe tinha dado esperanças nenhuma que um dia ia ser dona-de-casa e mãe e não fazer mais nada. (...) Por exemplo, ele teve um convite para ir para Macau ganhar muito dinheiro, e as crianças eram muito pequenas e eu disse-lhe: “Eu não vou para Macau sem primeiro ir a Macau ver como é que é Macau, onde eu nunca estive, e ver se é ambiente para criar filhos”. Por exemplo, isso ele nunca aceitou, levou a mal, porque tem um bocado aquela mentalidade do pai dele em que a mulher tem que ir atrás do marido e fazer o que o marido quer fazer, não é? Mas eu não disse que não ia, disse que primeiro tinha que ir ver como é que é, porque as crianças eram mínimas e eu ia desenraizá-las e afastá-las dos avós, porque são os únicos netos. Portanto, queria ir lá primeiro ver, mas ele acabou por não aceitar a proposta que lhe estavam a fazer e, portanto, houve uma fase quase de conflito, porque os dois com crianças e carreiras não é pacífico: isto tem que ser gerido! Mas eu fiquei muito infeliz e zangada com essas tentativas quase de eu desviar um bocadinho aquela que era a minha trajectória. Ele não tem nada de burro e percebeu rapidamente que cada um é como é e que cada um tem que seguir o seu caminho. (...) Acho que ele tem um lado machão de se querer impor mais um lado muito civilizado, muito educado de perceber as coisas.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luís, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Eu sei perfeitamente que o dia do meu mestrado foi um dos dias mais felizes da minha mãe, o dia do lançamento do meu livro, também. Portanto, esse tipo de coisa eu fazia e tinha satisfação nela por ver também a satisfação que ela retirava disso. De tal maneira que, quando a minha mãe morreu, uma das coisas que eu me questionei foi: “Para quê é que eu vou continuar a fazer uma coisa que ninguém liga nenhuma e que só ela é que ligava?”. Porque realmente os meus filhos são demasiado pequeninos para perceberem o conceito. Para o meu marido, ele até tem uma atitude de atirar abaixo um bocado, porque realmente não compreende como é que isto é importante. Então eu questionei-

---

<sup>4</sup> Inspirado no exemplo da mãe, o desejo do marido de Laura, filho, recorde-se, de um empresário da construção civil, vai ao encontro do sentido atribuído à vida profissional nalguns contextos empresariais onde “a possibilidade de deixar de exercer uma actividade profissional é sentida não só como uma libertação de um esforço penoso, mas também como um símbolo de *status*, um sinal de que a respectiva família atingiu, pelo sucesso da actividade empresarial, uma posição de maior bem-estar e respeitabilidade social” (Guerreiro, 1996: 173-174).

me mesmo: “Para quê continuar a trabalhar se ninguém me dá valor?”. É claro que eu continuo a trabalhar para a minha satisfação e porque, é a tal história, o doutoramento é uma ferramenta e nós temos que investir na nossa carreira para alcançar uma posição melhor e tal. (...) Ele continua a achar que eu não trabalho. Um dia, quando eu tiver um emprego, vou saber o que é que é trabalhar e não sei quê. Ele não compreende como é que alguém consegue viver disto. (...) Não, não, ele não percebe! Não é só ele, a maior parte do mundo não percebe! (...) não considera isto um trabalho a sério, acha que isto é uma divagação, uma tontice qualquer. Por isso, esta minha satisfação é independente do Tiago. Aliás, nem posso partilhá-la muito com ele, porque como ele não a compreende é uma satisfação que eu partilho comigo própria.

[Olivia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos

Outro *foco de tensão* observado junto dos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* prende-se com determinados comportamentos do homem que revelam atitudes individualistas criticadas pela mulher. Assim, Luís não questiona apenas a necessidade da actividade profissional de Laura, como possui o “hábito” semanal de sair com os “amigos dele de solteiro” para “os bares de meninas”. A entrevistada desabafa que “não é muito fácil lidar” com este comportamento, que “já deu azo a conflitos, porque eu não acho graça ele entrar às seis da manhã cheio de álcool e o filho ver”. Eventualmente por sentir pudor, Laura não interpreta as incursões do marido com os amigos “a todos os sítios onde não vão connosco” como um problema conjugal, mas como um problema “de consideração e de respeito” pela família: “quando isto acontece várias vezes ao longo da semana (...) e depois pede para eu levar as crianças ao colégio para ele dormir mais um bocadinho”. A tensão instala-se, neste caso “porque”, como Laura explica, “não falamos a mesma linguagem e porque ele entende-se no direito de, e eu entendo que há limites”. Por sua vez, Teresa critica Tomás pelo facto de o marido se empenhar menos na vida familiar do que na “actividade política dele”, considerando que esta “rouba muito tempo para estarmos um com o outro e para estarmos com os nossos filhos”. De resto, Elsa reconhece que o seu casamento tem “fases” - “há fases que sim e há fases que não” -, criticando também a atitude individualista do marido, que considera “muito egoísta”, porque “pensa muito nele”.

É assim cada um de nós tem um lado da vida que é seu. Ele tem, por exemplo, um hábito com o qual às vezes não é muito fácil lidar, que é a segunda sexta-feira de cada mês, ele e todos os amigos dele de solteiro, todos os amigos de solteiro vão jantar e vão para a paródia a noite inteira, e isso já deu azo a conflitos porque eu não acho graça ele entrar às seis da manhã cheio de álcool e o filho ver, porque acho que não é exemplo que se dê a um filho de treze anos, porque daqui a nada quer começar a sair à noite. Quando há comportamentos deste tipo... Não é por eu estar em casa e não fazer igual. Se me apetecer, também faço! Não passa por aí, mas comportamentos deste tipo sucessivos... Quer dizer, eu acho que não é exemplo que um pai dê a um filho na geração actual, um miúdo que está agora a entrar na adolescência e ver o pai que saiu para trabalhar na sexta de manhã e entrar às seis da manhã de sábado! É mais o exemplo de vida, o modo de vida que me perturba. Acho que ele tem o direito de se divertir, com certeza, mas com conta, peso e medida, pode vir às duas ou às três, não é preciso vir com o sol a nascer. Mas os outros fazem igual, portanto, aquilo é o mundo deles. Antes nós [as respectivas mulheres] fazíamos parte e íamos também jantar, mas era uma seca, porque não tínhamos nada a ver umas com as outras e um belo dia uma disse: “Se vocês fossem só os homens, sem nós?”. Isto dura para aí há uns quinze anos, e todos eles na data de aniversário deles... Há sempre um ou outro que não vai, mas aquele núcleo mantém-se. E claro que vão para os *strip-tease* e para os bares de meninas, para todos os sítios onde não vão connosco. Eu sei e elas sabem, é público e, pronto, tenho que viver com isso. Mas aí, às vezes, há dificuldades de comunicação, porque não falamos a mesma linguagem e porque ele entende-se no direito de, e eu entendo que há limites. O que mexe comigo é

quando isto acontece várias vezes ao longo da semana (...) e depois pede para eu levar as crianças ao colégio para ele dormir mais um bocadinho. Eu aí também achei que era um bocado falta de consideração e de respeito. Era viver como se não tivesse família quase, e aí magoou-me e disse-lhe.

[Laura, 42 anos, Relações Públicas, docente do ensino superior;

Luis, 46 anos, engenheiro civil - geotécnico, director de construção civil; dois filhos]

Há aquilo que nos cria problemas que é, às vezes, as concepções de vida, porque eu tenho um sentimento familiar muito forte, gosto de estar com a família, de estar com os meus filhos... Ele vive muito, muito a questão política e isso ocupa-nos muito o nosso espaço à conta disso. (...) A actividade política dele rouba-nos muito tempo para estarmos um com o outro e para estarmos com os nossos filhos. Quando se trata da actividade política dele, ele faz por chegar a horas, tem tudo organizado. Quando é aquela fase do entretenimento, organização de viagens, arrumar as malas, chegar a horas para ir ter com os amigos, enfim, ele vai ficando, é capaz de perder horas a ler um jornal e as pessoas à espera dele. Já perdemos teatros, inícios de teatros, comboios, essas coisas assim, à conta dessa forma de ele estar.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Ao longo da nossa vida toda temos tido fases, e há fases que sim e há fases que não. Fases em que a pessoa está bem e procura. Quando está zangada, procura afastar-se. Há certas coisas, ele é muito egoísta, pensa muito nele, no sentido de que quer uma coisa e até se esquece que os outros existem. Às vezes deixo-me ir para não estar a discutir, e isso também não deve ser assim. Ele não é só qualidades, é boa pessoa, mas também tem defeitos. (...) Ele, por exemplo aguentou a estrutura [do hospital] militar não sei quantos anos e eu sempre quis que ele saísse... Porque depois para se vir embora, se tiver uns anos já tem uma determinada reforma, senão perde tudo. Mas às tantas a gente não precisava daquele dinheiro para nada... O que me afectava, porque eles [médicos] são muito mandados.

[Elsa, 49 anos, médica imunohemoterapeuta, directora de serviço - hospital público;

Bruno, 50 anos, médico reumatologista - consultório próprio; dois filhos]

As grandes decisões podem também constituir um *foco de tensão* entre cônjuges, mesmo que sejam “sempre dialogadas”, como no caso de Teresa. A entrevistada recorda a discórdia que teve com Tomás a propósito da aquisição de um “jipe”, aquisição essa “absolutamente descabida”, segundo Teresa, que se “tivesse que tomar a decisão sozinha, não comprava”. Ainda que a tutela do dinheiro delegada no homem não seja, na maioria dos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, desde logo evidente entre a diversidade de modos de organização dos recursos económicos do casal, no caso de Teresa a delegação deste tipo de controlo económico no marido é uma realidade obviamente vivida pela mulher como libertação de um encargo familiar: “eu deixo um pouco isso para não me incomodar, deixo aquelas decisões de empréstimos de casas, de contratos, sei lá, aquelas discussões de preços, de valores, com outras pessoas, é ele normalmente que trata disso”. Mas se Teresa prefere não se incomodar com as grandes decisões que vão contra a sua vontade, já Olívia recorda a “crise desgraçada” em que se transformou a discórdia com o seu marido, defensor da aquisição de um monte no Alentejo, para onde já se tinham habituado a viajar até ficarem sem a segunda habitação, que não foi herdada pela entrevistada após a morte da mãe. A pretensão de adquirir um monte revelava que Tiago não pretendia renunciar ao “estilo de vida” a que já se tinha habituado, mas Olívia sublinha que só cedeu à pressão do marido em nome do interesse dos filhos: “para os meus filhos também terem um sítio onde brincar”.

As grandes decisões são sempre dialogadas. Normalmente, antes de tomar qualquer decisão chegamos sempre a um acordo, embora às vezes seja um bocado puxado a ferros. Por exemplo, esta compra agora do jipe, eu achei que era absolutamente descabida e só acedi porque ele apresentou-me um conjunto de argumentos que eu achei... Não eram bem demolidores, mas tinham alguma razão de ser. O facto de o jipe estar com um preço muitíssimo bom para o carro que é, foi um deles. Mas de qualquer maneira se eu tivesse que tomar a decisão sozinha, não comprava. De resto, eu deixo um pouco isso para não me incomodar, deixo aquelas decisões de empréstimos de casas, de contratos, sei lá, aquelas discussões de preços, de valores, com outras pessoas, é ele normalmente que trata disso, mais porque eu não me estou para chatear com essas coisas e depois também porque confio nele, porque como ele trabalha na área da administração, essas coisas do IRS ele tem mais competências do que eu.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços - administração pública; dois filhos]

O monte no Alentejo foi uma crise. O monte foi a resolução de uma crise. O monte foi porque nós criámos um estilo de vida... Ele entrou no meu estilo de vida, ele sempre tinha ido para os avós dele, para a terra. Eu toda a vida fui para o Alentejo passar os meus fins-de-semana. Eu tinha aquela casa no Alentejo, que era a casa da minha mãe e eu fiz lá a minha vida toda: fins-de-semana, férias, festas, tudo. Ele foi uma pessoa que insistiu muito em mantermos isto depois de casados. Eu não me importava nada de passar os meus fins-de-semana em Lisboa, e ele sempre quis continuar a ir para a minha casa. Era mais ele a querer ir do que eu. Quando a minha mãe morreu, a casa ficou para a minha irmã e ele entrou em pânico, porque agora já não tinha para onde ir ao fim-de-semana. Ele não era capaz de ficar em Lisboa no fim-de-semana. Foi uma crise desgraçada. Entretanto, ele tinha quatro cães, a tralha toda dele, tinha duas motas mais a mota do filho e ele tinha que manter aquele estilo de vida de ter um monte no Alentejo. Aquilo era uma obsessão, não era pelo Monte em si, era para exercer os seus *hobbies* (...) Sinceramente eu comprei o monte para que o Tiago se calasse, para não me chatear mais, porque ele queria o monte, ele tinha que ter um sítio para ir aos fins-de-semana. Sinceramente, esta decisão foi tomada para os meus filhos também terem um sítio onde brincar e andar de mota. Foi tomada por causa dos meus filhos e por causa da minha estabilidade. Não que tivesse sido um desejo meu.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

A relação entre Olívia e Tiago é, de resto, muito propícia à proliferação de *focos de tensão* conjugal, de entre os quais a entrevistada destaca, sem esconder o ressentimento, a discórdia do marido face ao seu desejo de aumentar a descendência, discórdia essa interpretada como “embirração pura” face ao terceiro filho do casal: “ele não queria, mas não queria mesmo!”. À falta de apoio demonstrada por Tiago, que, durante a segunda gravidez de Olívia, “foi-se embora, desapareceu”, pois, segundo a entrevistada, “não aguentou o facto de eu estar doente e de eu estar grávida ao mesmo tempo”, soma-se uma quebra de comunicação no casal que perdurou durante um ano - “estive um ano sem me falar” - como forma de retaliação deste homem à terceira gravidez de uma mulher que foi contra a sua vontade. Olívia recorda que, por essa razão, “a gente não se sente muito casados”, mesmo que Tiago tenha alterado a sua atitude: “depois passou-lhe a neura”. Assim, sublinha que actualmente as “grandes divergências” entre os dois se evidenciam, sobretudo, ao nível dos “gostos muito diferentes” e, assim, dos momentos de lazer, reflectindo uma ausência de afinidades no casal: “Nós continuamos a ter muito pouco a ver um com o outro”. Sintomáticas dos traços hipogâmicos são assim múltiplas as dissonâncias culturais que se observam neste casal, tal como evidenciam bem as palavras da própria entrevistada: “sou uma intelectual, eu sou uma pessoa que gosto de estar sentada a ler um livro, gosto de discutir ideias, gosto de ver um filme e comentar (...) O Tiago é uma pessoa

mecânica, é uma pessoa muito física, ele não concebe a actividade intelectual como uma coisa importante, o que lhe interessa realmente é a actividade física”.

Na segunda criança eu fiquei doente e ele não aguentou o facto de eu estar doente e de eu estar grávida ao mesmo tempo e foi-se embora: desapareceu! Depois, na terceira criança, ele não queria, mas não queria mesmo! Não queria a terceira! A segunda ele ainda queria, mas não aguentou muito a ideia de eu ter ficado doente durante a gravidez e, então, foi-se embora, saiu de casa, esteve seis meses noutra sítio. Eu tive a criança e depois ele voltou, voltou depois de eu a ter, quando ela tinha para aí três meses. Por isso é que eu digo que a gente não se sente muito casados... Ele voltou porque eu fui buscá-lo (*riso*). Estava a viver noutra casa, tinha alugado outra casa num sítio qualquer. Eu fui buscá-lo e disse-lhe que isto não podia continuar assim e, depois, ele quis voltar e, pronto, recomeçámos! Depois eu fiquei grávida outra vez e ele não queria a criança, então esteve um ano sem me falar, isto é, estávamos a viver juntos, mas falávamos o mínimo indispensável. Portanto a nossa relação foi muito afectada pela segunda e pela terceira criança, mas depois passou-lhe a neura. Esteve um ano sem me falar depois que a criança nasceu... Foi praticamente um ano! Foi uma birra. Com os outros [filhos], era fantástico. Com a terceira, não lhe ligava nenhuma... Agora já liga, mas continua a embirrar um bocado com ela. Ele tem paixão pelos outros dois e pela terceira é embirração pura. (...) Há séculos que eu não tenho roupa nova, vou usando as roupas de uns anos para os outros, porque prefiro sinceramente não comprar nada o ano inteiro senão o que comemos e, depois, fazer umas férias muito caras na Suíça. É assim que eu vejo as coisas. Ele entretanto vai gastando mais dinheiro em caçadas, em espingardas, nos *hobbies* dele. Nas caçadas, ele vai sozinho, eu não vou. Ele faz mais esforço do que eu. Para ele, é um sacrifício enorme ver um filme do princípio ao fim. Para ele é um sacrifício! Isto é, a caça eu não vou, não depeno as perdizes, não esfolo os coelhos e agora, as nossas grandes discussões neste momento é a casa do monte, que é a casinha do Tiago, ele está a construir a casa...O ideal dele para um fim-de-semana é a passar lá a partir lenha, a martelar, a desmanchar uma parede aqui e faz ali. No outro dia, fez janelas mas depois ficaram todas mal feitas, desmanchou-as todas e agora já fez segunda dose de janelas. Portanto, este não é o meu ideal de fim-de-semana. São as nossas grandes divergências de agora, isto é, ele diz: “Mas é a tua casa também, devias estar contente e participar mais nisto”. Eu compreendo que ele gostaria muito que eu tivesse lá ao pé dele de serra em punho a fazer uma janela, mas eu não faço janelas, não faço (*riso*), não tenho prazer nenhum naquilo, não sei fazer, não quero saber como é que se faz uma janela, não me interessa! (...) Importo-me na medida em que ele vai passar o fim-de-semana a fazer janelas em vez de estar a fazer uma coisa comigo, outra coisa qualquer, não é? Mas aí também chegámos a um entendimento. (...) Neste momento estamos numa de fins-de-semana separados, ele vai para o monte fazer janelas e pôr chão e partir paredes e não sei quê e eu fico em Lisboa a fazer as coisas que eu gosto de fazer. (...) Os filhos tentam-se integrar no meio destas duas coisas, às vezes vão para o monte com ele e participam nessas coisas. (...) Há aqui uma grande diferença de gostos e de actividades. Tentamos ambos conjugar e tentamos ambos fazer o que gostamos de fazer juntos, mas também continuamos a fazer separados o que cada um gosta de fazer. (...) Aos vinte anos quando eu vim morar sozinha o Tiago aparecia cá de vez em quando. Basicamente, era a companhia, a companhia e uma relação de grande amizade entre duas pessoas da mesma idade. Isso era muito importante para mim, que ele tivesse a mesma idade que eu, que faziam coisas que gostavam de fazer juntas, que não era as coisas que eu fazia com a minha mãe. Depois passaram a ser tipo o *ski*, passou a ir fazer *ski* comigo, que era uma coisa que eu gostava muito de fazer. Era fazer com alguém, era isso mesmo, era isso que eu gostava. Ir à praia com alguém, fazer passeios... Era isso que eu esperava do casamento, era esse viver a dois, viver com uma pessoa com quem eu tivesse muitos pontos em comum. Foi uma questão de que realmente duas pessoas muito diferentes tinham que se adaptar a viver uma com a outra e cada uma a puxar para o seu lado. Pessoas muito diferentes, com gostos muito diferentes e que tinham muito pouco a ver uma com a outra, mas muito pouco mesmo. Nós continuamos a ter muito pouco a ver um com o outro. (*riso*) (...) Isto pode parecer um bocado presunçoso, mas eu sou uma intelectual, eu sou uma pessoa que gosto de estar sentada a ler um livro, gosto de discutir ideias, gosto de ver um filme e comentar, essas coisas que os intelectuais gostam de fazer, apesar de parecer uma coisa um bocado presunçosa. O Tiago é uma pessoa mecânica, é uma pessoa muito física, ele não concebe a actividade intelectual como uma coisa importante, o que lhe interessa realmente é a actividade física.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Outras entrevistadas salientam ainda os desacordos e os conflitos que têm origem naquilo que consideram ser o choque entre personalidades no casal. Aqui encontramos essencialmente dois *focos de tensão conjugal*. O primeiro refere-se à concorrência entre os cônjuges pela liderança, quer no plano profissional, quer no plano familiar, concorrência essa que, precisamente, é interpretada como confronto de duas personalidades com qualidades

semelhantes, como é o caso de “dois egos grandes” como Teresa e Tomás. Teresa assume que “o grande problema das incompatibilidades em termos de personalidade é se calhar mais aquilo que nos faz parecidos do que aquilo que nos faz diferentes”, referindo-se em particular à “competição” que caracteriza a sua relação com o marido, “competição” essa que tem precisamente a “desvantagem” de se traduzir em “problemas graves”, como sejam os “problemas de liderança no seio familiar quando quero ser eu a mandar e a desmandar e a definir as regras para os meus filhos e ele também”. O segundo *foco de tensão conjugal* diz simplesmente respeito à “incompatibilidade” geral das personalidades dos cônjuges. A relação conjugal de Júlia e José é suficientemente ilustrativa de uma degradação para a qual foi decisivo, segundo a entrevistada, o choque entre as personalidades dos cônjuges. Júlia considera que não só o seu marido “é *muito* incompatível comigo”, como sobretudo “nós *somos* sempre incompatíveis”.

O grande problema das incompatibilidades em termos de personalidade é se calhar mais aquilo que nos faz parecidos do que aquilo que nos faz diferentes. Eu e o Tomás somos muito competitivos um com o outro. Esta competição entre nós tem vantagens e tem desvantagens. A vantagem é eventualmente nós tentarmos superarmos e fazer várias coisas bem, superar a nós próprios e dar o máximo de nós. (...) Ele inicialmente não viu muito bem o meu mestrado por uma questão, esta é a minha visão das coisas: eu acho que ele ficou um bocado ameaçado, sentiu-se um bocado ameaçado de ficar para trás, tanto que agora, e já nessa altura, ele quis imediatamente inscrever-se no mestrado ou numa pós-graduação. Na altura, ele tinha inúmeras coisas e não o fez, mas continua a pensar, e agora está outra vez a recolher uma série de coisas, porque eu estou a acabar o meu. A desvantagem é que às vezes a competição resulta em problemas graves, por exemplo, em problemas de liderança no seio familiar quando quero ser eu a mandar e a desmandar e a definir as regras para os meus filhos e ele também. Há uma certa disputa na orientação dos nossos filhos, de regras, de comportamentos, etc., e também entre nós próprios na liderança da casa. Eu quero impor a minha forma de vida, a minha forma de viver a casa e de viver a família, ele também quer impor a dele. Competimos muito em relação às famílias. Nós temos um problema de incompreensão e de incompatibilidade entre a minha família e a dele, os meus pais e os pais dele não se dão lá muito bem, até porque têm estilos de vida completamente diferentes, formas de ver a vida... (...) É um problema de personalidade, são egos grandes demais, a ideia de que nós temos a razão, as coisas devem-se fazer como nós queremos, que a nossa forma de ver a vida, de ver as coisas é que é a correcta. E queremos impor a nossa vontade ao outro.

[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Está mal há vinte e três anos e sobretudo agora, porque eu sempre fui muito madura, mas agora estou mais. As pessoas vão amadurecendo com a vida. Portanto, ele é muito incompatível comigo, eu não quero que ele se modifique com aquele padrão que eu tenho na cabeça como é óbvio: eu não posso ser ele nem ele pode ser eu! Nós somos sempre incompatíveis!

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão - administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Por último, resta referir que a multiplicação dos *focos de tensão conjugal* vai de par, nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, com uma atitude da mulher face às suas abdições que contrasta com a atitude resignada ou a subestima da carreira profissional e do tempo para si observadas junto das entrevistadas que vivem em conjugalidade com *trajectórias de hipergamia prioritária*. Em primeiro lugar, não se estranha que uma forte aposta na vida profissional, como é próprio do carácter *maximalista* da *estratégia de conciliação família-trabalho* que predomina nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, se traduza num forte sentimento de abdição num contexto conjugal em que a mulher, por um lado, não deixa de



*conceder* a prioridade à carreira profissional do homem e, por outro, luta pela disponibilidade *máxima* para a vida familiar. Nas declarações de Teresa e de Júlia pode observar-se com particular clareza a atitude inconformada com que é vivido esse sentimento de abdicação face à carreira profissional, abdicação essa que, afinal, tem origem num quadro normativo que divide a mulher entre a fusão com a família e realização através da profissão e da carreira.

Ainda que ostente uma atitude *polivalente* face à conciliação família-trabalho, Teresa é peremptória no que toca à preservação da sua disponibilidade para a vida familiar e, em particular, para os seus filhos: “Entre determinado tipo de coisas que me podem valorizar profissionalmente e os meus filhos, se isso significar roubar muito tempo do que eu tenho disponível para os meus filhos, eu prefiro abdicar da parte profissional”. Esta atitude de preservação da disponibilidade para a família convive, no entanto, com um ressentimento aplicado ao plano profissional, ou seja, face àquilo que considera ser uma “desvantagem objectiva relativamente às pessoas com quem trabalho, que continuam a ter a mesma situação privilegiada que eu considero a minha situação privilegiada anterior, ou seja, trabalham, têm os seus ordenados e não têm responsabilidades sobre nenhuns filhos e podem-se dedicar inteiramente à sua profissão e à sua formação académica”. A sua atitude *polivalente* face à conciliação família-trabalho coloca-a, porém, nos antípodas da resignação observada junto das mulheres com *trajectórias conjugais de hipergamia prioritária*. A abdicação profissional é, portanto, vivida como uma inevitabilidade apesar do esforço da mulher, pois tal como Teresa reconhece, “acho que tenho conseguido manter uma balança relativamente estável entre as duas situações, embora ache que a profissão perde mais, acaba sempre por perder um pouco mais”.

Se estivesse noutra situação, poderia ter agarrado mais projectos, mais ocasiões. Podia ter trabalhado com outras pessoas e não me ter fechado neste universo em torno do meu coordenador, que é muito pequeno. Aí acho que foram oportunidades que me foram escapando, porque entretanto surgiram outras pessoas associadas aos projectos que também me convidaram para ir trabalhar com eles, e se eu tivesse maior disponibilidade, se calhar fazia aquelas coisas, que era uma perninha aqui e uma perninha ali. Mas eu achei que também não podia abandonar os meus filhos noites inteiras ao cuidado dos avós, mesmo tendo essa possibilidade, porque havia também um papel de mãe a cumprir. (...) Eu sinto uma desvantagem objectiva relativamente às pessoas com quem trabalho, que continuam a ter a mesma situação privilegiada que eu considero a minha situação privilegiada anterior, ou seja, trabalham, têm os seus ordenados e não têm responsabilidades sobre nenhuns filhos e podem-se dedicar inteiramente à sua profissão e à sua formação académica. Eu acho que eu, na mesma situação que elas, eu tinha me despachado muito mais cedo e tinha agarrado algumas oportunidades que se calhar não agarrei. (...) Se o Tomás estivesse mais disponível, eventualmente uma vez ou outra, eu se calhar aproveitava a oportunidade para ir a um seminário que eu achasse interessante ou a uma reunião qualquer à noite, mas por sistema não! Por sistema, iria continuar a abdicar de um conjunto de coisas para estar com os meus filhos. Entre determinado tipo de coisas que me podem valorizar profissionalmente e os meus filhos, se isso significar roubar muito tempo do que eu tenho disponível para os meus filhos, eu prefiro abdicar da parte profissional. (...) É uma dualidade. O meu grande problema é mesmo: como é que se consegue ser aquilo que eu tenho como uma mãe ideal com aquilo que eu tenho como uma profissional ideal? Eu acho que tenho conseguido conciliar devido às ajudas que tenho da minha mãe e da minha sogra, tenho conseguido conciliar as duas coisas, tenho conseguido equilibrar, mas obviamente que perco muita coisa em termos profissionais, como perco muita coisa em termos familiares. Para manter esse equilíbrio vou perdendo pedaços

importantes de cada um, mas apesar de tudo acho que tenho conseguido manter uma balança relativamente estável entre as duas situações, embora ache que a profissão perde mais, acaba sempre por perder um pouco mais.  
[Teresa, 32 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Tomás, 35 anos, engenheiro zootécnico, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Por sua vez, também Júlia considera que a sua vida profissional “poderia ter sido muito melhor por causa da vida familiar”, consideração esta que adquire um significado bastante negativo junto de uma mulher que, apesar de assumir ter *moderado* a sua ambição profissional para não comprometer a sua disponibilidade para a família, não deixa de sublinhar que atribui “muito valor também à vida profissional”, o que explica que hoje não se sinta “realizada”, lastimando, em jeito de balanço, todas as “oportunidades” profissionais que não agarrou: “essas oportunidades todas que eu tive, que foram muitas, já não as volto a ter com certeza”. A relação infeliz de Júlia com José, “um homem que se acomoda” e com quem casou, em seu entender, ainda pouco madura - “Andava com ele, ia lanchar e dar uma volta, e era melhor que aquela referência que eu tinha do meu pai, porque eu também não tinha contactos com mais ninguém” - e cuja total disponibilidade para a profissão foi sempre assegurada pela natureza *concessora* que caracteriza a própria atitude desta mulher face à conciliação família-trabalho, é contudo decisiva para que o sentimento de “privação” provocado pelos encargos familiares se torne hoje pouco tolerável: “Eu quero fazer imensas coisas, eu quero ver tudo e mais alguma coisa, quero ir para todo o lado e não posso”. Todavia, a entrevistada não reage a esse sentimento de forte abdicação com a resignação das mulheres em conjugalidade com *trajectória de hipergamia progressiva*, mas com a revolta de quem se arrepende de ter estado tão presente junto dos filhos, presença essa que hoje considera poder ter sido substituída por um maior recurso a empregadas ou aos seus próprios pais. Júlia desabafa que não tem “nada a ver” com as funções que exerce no seu cargo profissional, pois considera-se “uma mulher muito dinâmica e pragmática”, fazendo questão de sublinhar, inconformada com a sua frustração, que vai “lutar” e, quando surgir a “oportunidade”, largar um emprego que não a realiza.

A minha vida profissional tem tido ascensão, mas poderia ter sido muito melhor por causa da vida familiar, que entrou a minha vida profissional. Senão, eu hoje não estaria aqui, seria uma vida completamente diferente, porque eu dou muito valor também à vida profissional, e essas oportunidades todas que eu tive, que foram muitas, já não as volto a ter com certeza. Se calhar, tinha conseguido... Se calhar, com o reforço de empregadas e pedir aos meus pais para ajudarem mais nos meus filhos. (...) O Chefe de Gabinete dizia-me que me punha um motorista e que eu estava em casa às cinco e meia da tarde. Eu não acreditei, porque não me estava a ver a sair às cinco e meia da tarde, porque ninguém sai do Gabinete do Ministro e do Secretário de Estado a essa hora, nem sequer de uma Direcção Geral. Então, eu não aceitei. (...) Hoje não me sinto realizada, de longe! Eu não tenho nada a ver com isto! Se tiver oportunidade de me vir embora, é óbvio que venho. Vou lutar! Aliás, estou a lutar por isso. Eu sou uma mulher muito dinâmica e pragmática e gosto de fazer coisas e ver as coisas... O meu marido também é brilhante, mas é um homem que se acomoda. O meu marido é de rotina. Eu não, eu sou anti-rotina. (...) Eu digo-lhe uma coisa: se soubesse bem o que era o casamento e ter filhos, eu estaria hoje sozinha. Claro, nós nunca sabemos, porque é impossível termos esse conhecimento e a dureza que a vida nos proporciona, nos dá. Eu nunca teria casado, porque me cortou, digamos assim, em grande parte, a minha liberdade. Sinto-me muito, muito privada. Eu quero fazer imensas coisas, eu quero ver tudo e mais alguma coisa, quero ir para todo o lado, e não posso. Eu,

como nunca namorei ninguém, eu nem sabia bem... Quer dizer, como vê eu não tive muito tempo para pensar, não tive pontos de referência. Portanto, o único ponto de referência era ele ou o meu pai, não é? Ele seria melhor que o meu pai, para mim. Andava com ele, ia lancha e dar uma volta, e era melhor que aquela referência que eu tinha do meu pai, porque eu também não tinha contactos com mais ninguém.

[Júlia, 49 anos, economista, chefe de divisão - administração pública;

José, 55 anos, engenheiro civil, director de serviços - administração pública; dois filhos]

Em segundo lugar, em comparação com os casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, entre as mulheres com *trajectórias conjugais de hipergamia progressiva* é claramente mais acentuada a tensão entre a autonomia - em particular, as possibilidades de auto-realização - e a fusão com a família, como indica a manifesta consciência de que os constrangimentos inerentes à própria conciliação família-trabalho as levam a subtrair, quando não a anular, um tempo que consideram só para si. Por exemplo, Raquel desabafa que “sinto muita falta de tempo para mim própria (...) mesmo quando estou em casa aparentemente sem nada para fazer”, da mesma forma que os “*hobbies*” de Olívia, desde o nascimento do seu primeiro filho, “foram um bocado postos na prateleira”. Por sua vez, Vanda sublinha que “tenho para mim própria um espaço, um tempo de vida muito reduzido neste momento, porque eu tenho que conciliar as outras coisas todas”.

Os desabafos de Raquel ilustram o mal-estar com que é vivida a tensão entre, por um lado, a fusão com a maternidade - “de repente, há uma [criança] que chama: ‘Mãe!’” - e, por outro, a assunção de que ter um tempo só para si é uma necessidade elementar - “É talvez a coisa que sinto mais falta!”. No mesmo sentido, mas não sem renunciar a uma atitude *polivalente* face à conciliação família-trabalho, como faz Raquel, Vanda demonstra, por sua vez, um ressentimento mais acentuado nos seus desabafos - “Foi uma das coisas que me custou mais em relação à maternidade, foi ver o meu espaço pessoal reduzido a quase zero por cento. Houve uma altura em que eu só era mãe e profissional, e mais nada!” - convivendo menos bem com a clara consciência de que a maternidade lhe retirou a individualidade, reduzindo-a a uma identidade de papéis: “Houve um ano que eu quase desesperei, porque eu já não era a Vanda, era a mãe do Rodrigo, era a mãe do Guilherme e a mãe do Afonso. E desapareceu a Vanda! Até para a minha mãe eu desapareci!”. Tanto Vanda como Raquel atribuem a perda do seu “espaço pessoal” à maternidade, sem nunca associar essa perda à desvinculação do homem - que nos casais com este tipo de *trajectória* tem prioridade no que toca à disponibilidade para a vida profissional - face aos encargos familiares, como, no entanto, o faz Olívia, para quem a gratificação com o acompanhamento que dá aos filhos compensa “temporariamente” - “Eu acho que estou a ganhar em acompanhar mais a vida dos meus filhos e a prescindir das outras coisas” - o tempo que lhe retira para os “lazer”, para a “ginástica”, no quotidiano, ou para “ler na praia” e “passar na praia”, nas férias, pois, como justifica, “tenho que estar a dar atenção às crianças”. Na verdade,

enquanto Raquel e Vanda responsabilizam a maternidade pela usurpação de um tempo e de um espaço só para si - "A maternidade custou-me isso" (Vanda) - Olívia, que tal como Vanda recusa *moderar* a sua ambição profissional, não deixa de sublinhar que o acompanhamento que dá aos filhos contrasta fortemente com a atitude do seu marido, que, "se calhar, não tem tanto interesse em estar ao pé das crianças como eu tenho" e que, por essa invocada razão, "não abdicou de nada: ele continua a ter as suas caçadas, vai à caça, vai fazer o seu desporto, a sua mota, os seus passeios, ele continua a fazer tudo".

Sinto muita falta de tempo para mim própria. É talvez a coisa que sinto mais falta! Mesmo quando estou em casa aparentemente sem nada para fazer, como seja, um domingo à tarde em que elas estão cada uma a fazer as suas coisas, mesmo assim sinto que não é um tempo meu, porque, de repente há uma que chama: "Mãe!"

[Raquel, 36 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Rogério, 36 anos, programador – informática, director e gerente de pequena empresa; três filhas]

Tenho *hobbies*, mas não tenho muito tempo para eles. Esses foram um bocado postos na prateleira, eu espero que temporariamente, porque gostava de retomá-los. Por exemplo, eu sempre fiz imensa ginástica e já não tenho tempo para fazer ginástica. Não tenho tempo na medida em que acho e quero que o meu tempo que não estou a trabalhar, quero estar com os meus filhos e também, neste momento, não tenho a quem os deixar para ir para uma aula de ginástica ou para uma coisa dessas, não é? Por isso, eu podia ir buscá-los à escola mais tarde e ir a uma aula de ginástica, mas não quero fazer isso, porque acho que eles têm que estar aquele bocado do dia comigo, e também quero estar com eles. Quero partilhar e participar da vida deles. (...) Abdi quei dos meus lazeres, abdi quei das minhas férias que eu gostava de fazer neste momento para estar com eles. Tanto que quando me perguntam se tive umas boas férias, eu digo sempre: "Eu não tive férias, porque as minhas férias são com os meus filhos". Mas isso é uma coisa cansativa e é uma coisa que eu faço para eles. Por exemplo, ler na praia, passear na praia é uma coisa que se tornou impossível, porque tenho que estar a dar atenção às crianças. Mas é como eu digo, eu espero que seja temporário, para que, mais tarde ou mais cedo, possa voltar a fazer. (...) O Tiago não abdicou de nada: ele continua a ter as suas caçadas, vai à caça, vai fazer o seu desporto, a sua mota, os seus passeios, ele continua a fazer tudo. Mas ele vai porque ele quer e porque ele não tem tanto... Se calhar, não tem tanto interesse em estar ao pé das crianças como eu tenho. Por isso, aqui, é uma questão de liberdade (*riso*). Mas eu também era livre para despejar as crianças em qualquer lado e ir, só que não quero. Ele não quer prescindir das coisas que gosta de fazer por isso continua a fazê-las. Agora não vou dar juízos de valor, nem a ver quem é que fica a perder ou a ganhar. Eu acho que estou a ganhar em acompanhar mais a vida dos meus filhos e a prescindir das outras coisas.

[Olívia, 34 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Tiago, 36 anos, técnico de vendas; três filhos]

Sinto mais falta para actividades muito minhas, que mais ninguém tem, não é? E também tenho que arranjar um espaço para isso. Essa é a componente mais difícil, porque, é assim: para termos um pedacinho de tudo, de mãe, mulher, profissional e pessoa, normalmente a pessoa fica sempre com um espaço muito reduzido. Eu, Vanda, tenho para mim própria um espaço, um tempo de vida muito reduzido neste momento, porque eu tenho que conciliar as outras coisas todas. Eu, Vanda, gosto de desenhar. Eu, Vanda, gosto de fazer desporto. Eu, Vanda, gosto de ler, de ouvir música descansada e quase não tenho possibilidade nenhuma de desenvolver estes gostos pessoais. Tenho tantas mais coisas... Agora já vou tendo um mínimo de tempo. É uma coisa que requer muita disciplina e muita organização, mas que só passei a ter recentemente, porque quando os miúdos foram... Foi uma das coisas que me custou mais em relação à maternidade, foi ver o meu espaço pessoal reduzido a quase zero por cento. Houve uma altura em que eu só era mãe e profissional, e mais nada! Custou-me muito! A maternidade custou-me isso. Custou-me, porque eu tive três filhos seguidos. Eles são todos próximos e eu não tive tempo para descansar. Eu tive dois filhos de colo ao mesmo tempo. Repare, eu tenho um filho com seis e o outro com sete anos, a amamentar, a mudar fraldas e, de repente, passados dois anos tive mais o terceiro. Todos eles bebés, todos eles de colo, todos eles a precisarem de acompanhamento nocturno. Durante a noite, eu dormia pouco e sempre a chamarem por mim! A mãe em primeiro lugar e só depois o pai, não é? De maneira que eu via o meu espaço pessoal reduzidíssimo. Houve um ano que eu quase desesperei, porque eu já não era a Vanda, era a mãe do Rodrigo, era a mãe do Guilherme e a mãe do Afonso. E desapareceu a Vanda! Até para a minha mãe eu desapareci! A minha mãe telefonava para casa e perguntava pelos netos, já não perguntava por mim e tudo isso me sensibilizava muito, eu achava: "Então e eu?". Fui perdendo referências... Doeu, não é? Tudo o que possa imaginar do mundo doeu, não é só a disponibilidade de tempo, o espaço, sossego para nós em casa, não era só isso, porque, às tantas, eu já não sabia o que é que queria e o que andava a fazer de tantas coisas que tinha para fazer sem pensar. Era mecânico. Eu não posso deixar de ler os meus romances, porque adoro ler romances. Se eu fico um período muito grande sem ler fica um vazio, não é?

Eu gosto de fazer desporto, eu faço natação, mas faço natação de competição e isso obriga-me a ir a treinos... Isso só aconteceu com o terceiro filho. Com o terceiro filho houve um acréscimo tal de tarefas que no conjunto tornou-se insuportável.

[Vanda, 39 anos, consultora jurídica, chefe de divisão - administração pública;  
Vitor, 38 anos, economista, director geral de empresa, três filhos]

## 9 *Trajectórias homogâmicas: da perpetuação da proximidade social à dupla ascensão*

O terceiro tipo de *trajectória conjugal* - que designamos de *trajectória homogâmica* - define-se pela persistência da proximidade social nos casais em que ambos os cônjuges investem de igual modo nas suas carreiras profissionais. Nos casais com este tipo de *trajectória* a proximidade sócio-profissional observada no momento da escolha do cônjuge - na maioria dos casais, o início da vida conjugal caracteriza-se pela *homogamia sócio-profissional restrita* - conserva-se no decurso da vida conjugal, verificando-se em qualquer dos casos um ajustamento entre as apostas da mulher e do homem nas respectivas carreiras profissionais. Tal ajustamento não se revela alheio às *estratégias* que estas mulheres elaboram no sentido de articular a vida profissional com a vida familiar, observando-se na maioria dos casos analisados uma primazia atribuída à sua própria carreira profissional, na qual a mulher aposta fortemente evitando tanto quanto possível que as exigências da vida familiar se transformem em obstáculos à sua disponibilidade para a vida profissional. Contrastando de certa forma com as *estratégias carreiristas* destas mulheres, as *estratégias maximalistas* de outras - em minoria nos casais com *trajectórias homogâmicas* - revelam a procura de uma maximização das apostas na vida familiar e na vida profissional sem trair um princípio de equilíbrio, ou seja, sem deixar que as exigências de um universo se consubstanciem em obstáculos para o outro. Devemos, todavia, sublinhar que a lógica *maximalista* presente nas *estratégias* destas mulheres em casais com *trajectórias homogâmicas* não se associa, como acontece nos casais com *trajectórias* caracterizadas pela *hipergamia progressiva*, à concessão de uma prioridade à carreira profissional do homem.

No que toca às orientações face à maternidade, a descendência nos casais com *trajectórias homogâmicas* apresenta uma dimensão mais contida, entre um e dois filhos. Nos casais com estas *trajectórias*, as mulheres com *estratégias maximalistas* estão em minoria face às entrevistadas com *estratégias carreiristas*, destacando-se destas por atenuarem as aspirações de carreira em função de um ideal de conciliação família-trabalho com que se identificam e que exaltam. Muito marcadas entre as mulheres com *estratégias carreiristas*, as aspirações de carreira não são questionadas - com a excepção, nalguns casos, apenas para os primeiros anos de vida da criança - em função da vida familiar, sendo entre estas mulheres que deparamos frequentemente com descendências de um filho. Com a excepção das mulheres com *estratégias maximalistas*, nos casais com *trajectórias homogâmicas* a elevada carga horária de trabalho de ambos os cônjuges só é atenuada temporariamente logo após o nascimento dos filhos, podendo amiúde estes casais - onde o homem se revela, a este respeito, participativo - contar com o

apoio de familiares ou uma ama. Sem os constrangimentos financeiros das famílias em meios sociais menos favorecidos, o grosso das tarefas domésticas é delegado numa empregada ou noutro tipo de serviços exteriores à família, conquanto no que respeita à divisão das tarefas remanescentes - bem como à gestão da logística do trabalho doméstico - seja sobre a mulher que recai a maior parte dos encargos. Por outro lado, o facto de a mulher apostar tanto como o cônjuge na carreira profissional vai frequentemente de par com um manifesto sentimento de companheirismo da parte do homem, sendo difícil afirmar se esse sentimento é o resultado de um poder de negociação conjugal alicerçado numa paridade entre os cônjuges no plano dos capitais que resultam de apostas profissionais equivalentes - como sublinhariam os defensores de uma teoria dos recursos (Blood e Wolfe, 1960) - ou, pelo contrário, uma demonstração evidente de que a dinâmica conjugal tem uma *autonomia relativa* face aos condicionalismos exteriores, actuando aqui como um factor decisivo nas apostas profissionais de cada elemento do casal, e neste sentido transformando-se num argumento válido para refutar a perspectiva economicista subjacente na teoria dos recursos. De resto, sem a frequência de *focos de tensão conjugal* observada nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, os casais com *trajectórias homogâmicas* destacam-se *grosso modo* pela procura em conservar a abertura ao exterior e o tempo do casal, na medida em que as entrevistadas reconhecem que estes universos tendem a ser monopolizados pela vida familiar.

### 9.1 Homogamia, herança e ascensão

Os casais com *trajectórias homogâmicas* distinguem-se, desde logo, daqueles que analisámos nos capítulos anteriores pela predominância de uma proximidade sócio-profissional que, no momento da escolha do cônjuge, em nenhum dos casos favorece mais o homem. Com efeito, a escolha do cônjuge caracteriza-se aqui mais frequentemente pela *homogamia sócio-profissional restrita*, e só em dois casais a proximidade não é tão acentuada, favorecendo um pouco a mulher no que toca à posição sócio-profissional: Mafalda exercia já advocacia num consultório próprio quando casou com Miguel, engenheiro químico, docente do ensino superior; e Filomena já possuía uma licenciatura, ao contrário de Frederico, apesar de ambos ocuparem o mesmo tipo de lugar - caixa de banco - em estabelecimentos bancários. *Grosso modo*, junto dos casais com este tipo de *trajectória* marcada pela *proximidade* social (percursos paralelos), ou mesmo pela *aproximação* (percursos convergentes), entre os cônjuges deparamos com mulheres que ora apostam em recursos escolares e profissões qualificadas tal como os seus pais, ora fazem um percurso de mobilidade ascendente em relação ao seu meio social de origem, sendo que a

lógica homogâmica também parece aplicar-se ao tipo de percurso intergeraccional de cada um dos cônjuges.

Ilustrativos da herança dos recursos educacionais e da reprodução social são os percursos de Maria, Mafalda ou Adelaide, que casaram com homens igualmente oriundos de meios muito escolarizados. Maria é filha de médico (cardiologista) com consultório próprio, já investigadora em física e docente do ensino superior quando casou com um colega de profissão, Mário, também ele filho de médico (cirurgião) com consultório próprio. Por sua vez, quando casou com Miguel, engenheiro químico e docente do ensino superior, Mafalda já exercia advocacia no escritório instalado num andar que o seu pai, economista e director de uma pequena empresa, colocou à sua disposição. De igual modo, também os pais de Miguel exerciam profissões qualificadas, sendo a mãe docente do ensino secundário e o pai contabilista. Já Adelaide, filha de professora do ensino secundário, exercia arquitectura num departamento da administração pública quando casou com Alexandre, um professor de Geografia do ensino secundário cujo pai trabalhava como desenhador numa câmara municipal.

Por outro lado, deparamos com os percursos de mobilidade ascendente de Marta, Sara e Filomena. Quando casou com Bernardo, contabilista assalariado, Marta já exercia a sua actividade actual de docente de inglês e alemão no ensino secundário. Ambos são provenientes de meios sociais menos qualificados: o pai dela possuía uma churrascaria; sem um curso superior, o pai dele era funcionário numa repartição de finanças. Por sua vez, o percurso de ascensão de Sara faz-se particularmente pela via de uma reconversão de capitais, consubstanciada numa aposta em recursos escolares. Filha de proprietários agrícolas, Sara trabalhou como assistente social na função pública muito antes de ser técnica de relações públicas num estabelecimento bancário, quando casou com Sérgio, jornalista editor filho de mediador de seguros, ou seja, também ele com um percurso de mobilidade ascendente. Quanto a Filomena e Frederico, ambos começaram a sua carreira profissional como caixa de banco. O momento da escolha do cônjuge revela a forte proximidade entre origens, mas não deixa de ocultar uma *trajectória conjugal homogâmica* marcada pela ascensão intergeraccional, distanciando das suas origens sociais Filomena e Frederico, hoje docente do ensino superior e gerente de estabelecimento bancário, respectivamente: a mãe da entrevistada era caixa de banco e o pai gerente de um estabelecimento bancário; a sogra era tradutora e o sogro topógrafo com enquadramento na administração pública.

No ponto seguinte, analisamos os processos de escolha do cônjuge que estão na origem de dois casais com *trajectórias homogâmicas*. Por um lado, partilhando a origem social, a profissão e a idade, Maria e Mário possuem fortes afinidades culturais e ideológicas, representando



porventura o exemplo mais elucidativo do peso da proximidade social na escolha do cônjuge. Por outro lado, a análise do encontro do casal Marta e Bernardo será igualmente reveladora da importância da proximidade social quando ambos homem e mulher traçam percursos de ascensão social face às suas origens sociais.

### 9.1.1 “Por causa do trabalho houve logo uma aproximação”

Maria é a única rapariga e a mais nova de três irmãos. Nascida num núcleo familiar com “pouca ligação com o resto da família”, onde “os homens não faziam nada e as mulheres é que faziam tudo” e no qual sentia uma “grande opressão” do pai sobre a mãe, a entrevistada não deixa também de revelar através das suas próprias palavras o modo como, no seu contexto de origem, era exercida a violência simbólica sobre a mulher numa relação em que o homem dominava sem que tal se manifestasse sob a forma de uma figura masculina “autoritária”<sup>1</sup>: “Portanto, o meu pai não era autoritário. Quer dizer, obviamente que ele dizia uma coisa e a minha mãe achava que tinha que obedecer. Não é que ele fosse autoritário”. Define o pai, com quem aliás não teve “muita relação” porque “era tipicamente médico de família, portanto, ele recebia chamadas, ia a casa das pessoas”, como alguém “extremamente trabalhador”, mas de igual modo “muito conservador” e que contribuiu para que a mãe, que “teve uma educação que achava que tinha que obedecer ao homem”, ficasse circunscrita ao universo do lar: “para ele, a mulher tem que estar em casa”. A forma como Maria recorda o núcleo familiar onde cresceu revela de imediato uma consciência da diferenciação rígida dos papéis sexuais e da ausência de uma autonomia pela via do exercício de uma profissão, que a maioria das mulheres portuguesas conheceu num passado ainda recente. Esta percepção da desigualdade entre homens e mulheres torna-se particularmente óbvia quando Maria esclarece que, tendo a sua mãe, tal como o seu pai, concluído “o curso de Medicina e, de facto, tinha muito jeito”, os valores inculcados levaram-na a dar prioridade à família e à vontade do homem sobre os demais domínios de realização pessoal: “ela punha isso por cima e só a seguir é que vinham as suas ambições”.

Vivia com os pais sim, mais dois irmãos, portanto éramos três. Apesar da minha família ser grande havia pouca ligação com o resto da família. (...) Os homens não faziam nada e as mulheres é que faziam tudo. A minha mãe sempre protegia muito os meus irmãos. (...) O meu pai era extremamente trabalhador, portanto não havia muita relação connosco, porque de facto ele dedicou-se imenso ao trabalho e naquela altura ele era tipicamente médico de

---

<sup>1</sup> De acordo com Bourdieu, “a violência simbólica institui-se por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando não dispõe para o pensar e para se pensar ou, melhor, para pensar a sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que tem com ele em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem com que a relação em causa pareça natural”. (1999: 30).

família, portanto ele recebia chamadas, ia a casa das pessoas... (...) A minha mãe fez os estudos todos em Medicina, mas o meu pai era muito conservador e na altura... Para ele, a mulher tem que estar em casa! Portanto, ela tirou o curso de Medicina e, de facto, tinha muito jeito, porque ainda hoje, às vezes, tenho uma dúvida qualquer e telefono e ela... Quando estava a fazer o doutoramento em Paris, tive uma crise de apendicite e ela, pelos meus sintomas, diagnosticou-me. (...) A minha mãe não tinha autonomia. Portanto, o meu pai dava-lhe o dinheiro para governar a casa, mas era sempre tudo muito contabilizado e, portanto, sentia-se uma grande opressão, não é? Mas ela teve uma educação muito... Andou numa escola de freiras, num colégio de freiras, portanto, teve uma educação que achava que tinha que obedecer ao homem, etc. E, portanto, ela punha isso por cima e só a seguir é que vinham as suas ambições. Portanto, o meu pai não era autoritário. Quer dizer, obviamente que ele dizia uma coisa e a minha mãe achava que tinha que obedecer. Não é que ele fosse autoritário.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;

Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

A atitude do pai, que Maria, aliás, enquadra na própria família - "A minha família era muito conservadora, portanto, em princípio as pessoas tinham que se casar virgens" - traduziu-se obviamente numa relação de controlo e autoridade na adolescência da entrevistada, pois "de maneira nenhuma as filhas, sobretudo, saíam sozinhas". Maria dependia assim da companhia do irmão se quisesse sair para uma festa de amigos, pois o seu pai "tinha muito pouco tempo, não tinha disponibilidade de nos ir buscar", se bem que o seu "espírito independente" a tenha levado a "aproveitar" a oportunidade de sair de casa e ficar "autónoma" com vinte e dois anos, quando os seus pais "resolveram dar um andar a cada um dos filhos". Sair de casa dos pais consolidava o seu projecto de autonomia, pois nesse mesmo ano Maria começou a trabalhar como docente do ensino secundário. Ainda que subordinada à obediência ao marido, foi a mãe quem demonstrou desgosto pelos planos da filha rumo à autonomia, ainda que a sua reacção não tenha deixado de se traduzir no apoio: "obviamente não gostou (...), mas, apesar de tudo, a minha mãe deu-me uma mobília que não usava".

O meu pai também era completamente contra saídas e isso tudo... A minha família era muito conservadora, portanto, em princípio as pessoas tinham que se casar virgens e, portanto, de maneira nenhuma as filhas, sobretudo, saíam sozinhas, por exemplo. Portanto, quando me falou das festas e de isso tudo, eles não gostavam muito e quando, de vez em quando, nós íamos, o meu irmão ia como pau de cabeloira. O meu pai, como tinha muito pouco tempo, não tinha disponibilidade de nos ir buscar. (...) Eu tinha um espírito independente, mais independente em relação mesmo aos meus irmãos, comparando com os meus irmãos... Quando eu tinha vinte e dois anos e, nessa altura, houve uma contingência, que era: a minha mãe, lá por causa da tal tia que vivia cá, ela tinha-lhe dado por herança duas propriedades em Benfica e num dos terrenos os meus pais construíram um prédio, em [19]75. Foi mesmo a seguir ao 25 de Abril, naquela crise de habitação e etc. E como os meus irmãos estavam para casar, os meus pais resolveram dar um andar a cada um dos filhos. Então eles obviamente que me deram também a mim, e eu aproveitei isso, também, para viver, porque então ficava autónoma. E saí de casa. Já tinha vinte e dois anos, mas a minha mãe obviamente não gostou. Mas não foi assim matemático. Quer dizer, comecei a arranjar um bocadinho de mobília, depois, na altura era muito difícil, porque os salários eram muito baixos, mas, apesar de tudo, a minha mãe deu-me uma mobília que não usava. Até que depois comecei mesmo a viver lá de todo.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;

Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

Com uma educação marcada pela rigidez normativa e um controlo apertado, Maria só viria a namorar seriamente com vinte e cinco anos de idade, já depois de estar a viver fora de casa dos pais, quando começou a dar aulas como assistente numa instituição de ensino superior. Maria viria a casar, tinha então vinte e sete anos de idade, com Mário, um ano e meio logo após terem

iniciado o namoro, tal como é frequente observar-se nos namoros mais tardios. Conheceu o marido no instituto de investigação onde ainda hoje trabalham, precisamente como “colega”, sublinhando que “por causa do trabalho houve logo uma aproximação”. Se o local de trabalho foi decisivo enquanto circunstância do encontro, outros factores, segundo declara, encarregar-se-iam de aproximar os dois, como sejam: o facto de Maria ser colega de um amigo de Mário; a “simpatia” e a atitude “muito cooperante” deste, que já trabalhava como assistente no instituto onde a entrevistada tinha começado a trabalhar; a “proximidade política”, que identificou Mário com a ideologia que a família de Maria lhe transmitiu, pois “em casa também havia proximidade para a esquerda”; e, enfim, a atracção que os “olhos muito francos” deste homem sobre ela exerceram.

Já foi no instituto. Portanto, conheci-o já como colega... Quando entrei para o instituto, entrei para uma cadeira... Foi um ano em que havia muitos alunos e tudo, foi uma cadeira de primeiro ano, de Mecânica Geral, que tinha um corpo docente muito grande, e no meio desse corpo docente estava ele também... Fui como assistente e ele também estava como assistente. E, pronto, houve uma necessidade de entrada de várias pessoas e para essa cadeira entrou também um outro colega, que esse tinha sido colega do meu marido. Nós entrámos a meio praticamente do segundo semestre. Significa que, para rapidamente termos o material e etc., o meu marido disponibilizou o material, até porque conhecia o outro. Portanto, éramos dois novos e ele deu-nos material a nós os dois e etc. Por causa do trabalho houve logo uma aproximação, percebe? (...) Por acaso lembro-me que tinha uns olhos muito francos, e isso atraiu-me. Do ponto de vista intelectual, foi não só muito cooperante, muito simpático nisso, mas também de facto ajudou ali bastante, porque tinha o seu *dossier* todo preparado e isso tudo... Essas coisas é difícil explicar (*riso*). Deixe cá ver... Era várias coisas, porque de facto também em relação à política, eram anos de muita política, não é? Porque ainda era perto do 25 de Abril e ele estava ligado a uma organização política. E, portanto, também houve a proximidade política, porque eu nunca estive activa politicamente... Portanto, não estive verdadeiramente ligada à associação [de estudantes], mas apercebia-me disso... E isso em casa também havia proximidade para a esquerda. Portanto, o meu pai por razões históricas e por causa do irmão mais velho, que todos admiravam muito, os irmãos eram todos do PC, por exemplo.  
[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;  
Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

À propensão da interacção no local de trabalho para propiciar o encontro e às afinidades ideológico-políticas acresce uma forte proximidade das origens sociais, uma vez que também Mário é filho de médico e doméstica. É, no entanto, importante sublinhar que esta forte homogamia não é, contudo, alheia às diferenças de género. Maria procurou um compromisso entre o seu “espírito independente” e uma atitude moderna face à família, por um lado, e a vontade dos pais no que toca à formalização do laço conjugal e à sua reprovação de um casamento precedido de coabitação, por outro: “Eu facilitava, porque implicava não ter problemas familiares em relação à minha mãe e em relação ao estatuto, não é?”. O compromisso de Maria com valores mais tradicionais ligados à ideia de família como instituição impôs-se - “a decisão de casar foi minha” -, pese embora quer as convicções opostas de Mário - “ele na altura ainda estava muito ligado ao partido de extrema esquerda, que achava mal o casamento” -, quer a experiência familiar deste homem - “os pais separaram-se quando ele tinha doze anos e foi muito litigioso” - e os próprios valores transmitidos pela sua família - “por parte da

mãe dele, ela aceitava tudo, porque as outras namoradas iam lá a casa e passavam a noite lá em casa no quarto dele e isso tudo, por isso tudo não se opunha”.

Não vivemos juntos, não, porque sei que a minha mãe achava mal. *(riso)* Por parte dele, os pais separaram-se quando ele tinha doze anos e foi muito litigioso. E por parte da mãe dele, ela aceitava tudo, porque as outras namoradas iam lá a casa e passavam a noite lá em casa no quarto dele e isso tudo, por isso tudo não se opunha. (...) A decisão de casar foi minha. *(riso)* Foi minha, porque ele na altura ainda estava muito ligado ao partido de extrema esquerda, que achava mal o casamento e, portanto, que as pessoas não se devem casar, etc., e portanto ele achava que a pessoa vivia sem casar. Eu facilitava, porque implicava não ter problemas familiares em relação à minha mãe e em relação ao estatuto, não é? Foi no civil mas não houve festa, nem nada. Nós no fundo limitámo-nos a convidar os pais, foram eles as testemunhas, e pronto.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;

Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

### 9.1.2 “Foi aquela coisa de aprender a gostar”

Docente do ensino secundário, Marta não frequentou a universidade em Lisboa, mas na cidade onde cresceu e que só deixou quando veio trabalhar para um colégio na capital. Cresceu com duas irmãs mais novas numa família que, no que toca à divisão profissional do trabalho, se caracterizava pelo modelo “ganha-pão masculino”: o pai explorava uma churrascaria e a mãe não exercia profissão. Segundo a entrevistada, o desejo de estudar foi efectivamente vivido pelos próprios pais, mas a vida não permitiu que estudassem para além do quinto ano do liceu, pelo que esse desejo acabou projectado nas filhas. A mais velha de três irmãs, Marta fez por corresponder à expectativa dos pais de, no que toca aos estudos, “ser melhor que eles”. Ainda que a família vivesse sem constrangimentos económicos, a entrevistada entendia que os tempos tinham mudado e “quem não tivesse um curso universitário tinha um emprego muito pior”. Que não se conclua das suas palavras, todavia, uma simples instrumentalização do diploma em função das oportunidades de emprego, pois Marta “também tinha ideias muito definidas do que queria fazer”.

O que os meus pais quiseram sempre é que nós fossemos melhores que eles, essencialmente que eu continuasse a estudar, porque eles não tiveram oportunidade de o fazer, mas dentro do continuar a estudar, eu fui completamente livre para escolher o curso, aquilo que eu queria fazer. Não argumentaram, sequer! Eu também tinha ideias muito definidas do que queria fazer, portanto... Na altura em que eu andava a estudar quem não tivesse um curso universitário tinha um emprego muito pior ou tinha muito piores condições do que quem não tivesse. Hoje não, hoje é ao contrário porque há excesso de licenciados, se calhar ganham muito melhor...ainda outro dia estive a conversar isso, de uma pessoa que eu conheço que costuma vir cá a casa que me disse que conhece um electricista que ganha o triplo de nós. Antigamente, isso era completamente impensável. Essas profissões de electricista, de mecânico - sei lá! - eram pessoas que ganhavam muito pouco, porque a licenciatura, os senhores doutores... havia muito poucos, não é?

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);

Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Para a concretização da expectativa de aposta na escolaridade que os seus pais depositavam em si e nas suas irmãs contribuíram as condições materiais da família, como revela um desafio

económico que permitia libertar a mãe das tarefas domésticas, relegadas em duas, quando não em três, empregadas domésticas. Esta libertação da mãe das tarefas domésticas traduzia-se, obviamente, numa disponibilidade total para acompanhar as filhas no quotidiano.

Éramos cinco: o meu pai, a minha mãe e nós as três. Como a minha mãe estava em casa, nós não fazíamos nada, e como na altura os meus pais tinham uma situação económica que permitia, a minha mãe chegava a ter duas empregadas. Houve uma altura que até teve três! Portanto, não precisávamos de fazer nada, o meu pai nada fazia também e a minha mãe geria mais a casa do que outra coisa. (...) Lembro-me por exemplo que andava no ténis e a minha mãe ia-me levar ao ténis e ficava no carro a fazer malha à espera que acabasse. Era hora e meia, duas horas, depois trazia-me para casa e depois ia levar a minha irmã ao basquete. A minha mãe, no fundo, era um chofer nosso. A minha mãe estava disponível para nós desde que se levantava até se ir deitar. Para nos dar a refeição e por exemplo, se eu ia de um sítio para outro sem ir a casa lanchar, ela levava-me uma sandes no carro para eu comer qualquer coisa. Portanto, estava sempre lá. A minha mãe é o que se chama "mais à terra" como se costuma dizer, mas depois... quando eu queria qualquer coisa a minha mãe dizia "vai perguntar a opinião do teu pai" e eu respondia "diz-me tu que sim porque com o meu pai entendo-me bem" (*risos*). O meu pai nunca foi capaz de nos dizer muito que não, como éramos três meninas...

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Se na infância a assistência quotidiana da mãe é contraposta com a permissividade paterna, esta realidade viria a traduzir-se em autoridade e controlo na adolescência de Marta, que lutava para conseguir "autorizações" para sair à noite. Mais velha que as irmãs, considera, no entanto, que foi abrindo precedentes no sentido da conquista de uma atitude parental mais permissiva e que só elas, adolescentes já depois do 25 de Abril de 1974, viriam realmente a desfrutar: "a minha irmã [mais nova] teve uma vida que eu nunca tive!". Ainda assim, Marta defende que viveu pacificamente a adolescência, devido à sua personalidade pouco conflituosa e compreensiva perante a atitude autoritária e controladora dos pais - "havia coisas que eles não me deixavam fazer, mas eu compreendia. Eu sou uma pessoa muito de não arranjar muitos conflitos, eu tento compreender as pessoas" -, atitude essa que se reflectia indirectamente numa vigilância recíproca entre as irmãs, quando saíam à noite.

Noto que o papel mais difícil foi o meu, porque eu abri caminho e as minhas irmãs depois só tiveram que ir atrás. Ou seja, eu sou a mais velha, eu abri o caminho, eu conseguia as autorizações, portanto quando chegava a vez das minhas irmãs fazerem aquilo que eu estava a fazer, não tinham que lutar por nada, porque se me autorizaram a mim elas também já tinham autorização. Claro que foram sempre um ou dois passos mais à frente. Os tempos iam mudando e, entretanto, a minha irmã mais nova já não teve qualquer problema, teve uma liberdade... A diferença de idade em relação à minha irmã mais nova são cinco anos, o que nesta altura é bastante, e naquela altura foi bastante. A minha irmã teve uma liberdade que eu nunca sonhei sequer em ter... Foi naquela altura depois do 25 de Abril em que houve muito mais liberdade, as pessoas começaram a ter outro tipo de vivências e a minha irmã teve uma vida que eu nunca tive. Eu já estava casada e ela não, e portanto eu via a diferença da vida que ela levava em relação à que eu tinha levado antes. (...) Na adolescência, havia sempre aqueles conflitos, havia assim algum atritozinho, mas nunca foi nada assim digno de grande registo. Os tempos eram outros, é muito complicado. Nunca houve assim grandes conflitos, havia coisas que eles não me deixavam fazer, mas eu compreendia. Eu sou uma pessoa muito de não arranjar muitos conflitos, eu tento compreender as pessoas... As primeiras vezes que saía tinha que estar às nove e meia, dez horas em casa, a não ser que fosse a um cinema ou assim, mas isso eles também sabiam. Agora, a minha irmã, que só tem um ano a menos que eu, ia comigo. Mas depois eu acho que o que fazia com que as mulheres tivessem maior liberdade é que, por exemplo, se eu estava até às nove e meia e se eu queria chegar um pouco mais tarde, eu telefonava para casa e pedia para ficar um pouquinho mais. Portanto, eles estavam sempre sossegados. Não era daquele tipo de dizer às nove e aparecer às dez. Como eles sabiam que eu cumpria, entrávamos em negociação...

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

No contexto de uma destas saídas nocturnas com a mais velha das suas irmãs mais novas, Marta, que então frequentava os últimos anos da licenciatura, conheceu Bernardo, num baile de caloiros da faculdade. Amigo de um amigo da irmã que a acompanhava, Bernardo foi incentivado a substituir o rapaz alcoolizado que dançava com Marta. O contacto físico e a dinâmica em que a dança é suposta envolver um casal foram importantes na aproximação dos dois, mas o amor que viria a nascer não foi a consequência de uma paixão imediata - "Acho que foi aquela coisa de aprender a gostar" -, se bem que, tal como sublinha a entrevistada, "a ideia dele era outra".

Conhecemo-nos na faculdade, no baile do caloiro, mas não era o nosso baile. Quer dizer, o baile era dos caloiros, mas nós íamos na mesma. Ele conhecia um amigo da minha irmã. Ele estava com um amigo da minha irmã e eu estava com a minha irmã. Foi engraçado, porque eu estava a dançar com um rapaz que já tinha bebido imenso... e a minha irmã disse para o Bernardo "vai dançar com a minha irmã, para ver se a tiras daquele chato!". E foi assim. Acho que não foi nada... Quer dizer, não foi assim! Acho que foi aquela coisa de aprender a gostar. A ideia dele era outra, mas a minha, na altura, não. Começámos a sair normalmente com um grupo de amigos, começámos a conversar, a sair juntos...

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Bernardo nasceu num país africano, ex-colónia portuguesa, cujo processo de independência da metrópole obrigou, ainda que de forma compulsiva, a que este homem, então adolescente, adquirisse autonomia. Veio sem os pais para Portugal com apenas quinze anos, tendo sido assim, desde cedo, forçado a adquirir um sentido de responsabilidade, sobretudo para com o seu próprio futuro. Quando Marta o conheceu, Bernardo tinha praticamente terminado o bacharelato em Contabilidade. Os anos passados no país africano onde nasceu e viveu a infância, por um lado, e a dupla ruptura dos contextos nacional e familiar ocorrida na adolescência, por outro, consubstanciaram-se, no entanto, em atributos electivos na escolha do cônjuge, traduzidos respectivamente, segundo a entrevistada, numa "perspectiva de vida muito mais aberta" e na "tal maturidade dele". É de sublinhar, contudo, que Marta eleja a diferença entre os dois no plano das atitudes e dos comportamentos - a cortesia do homem *versus* a retracção da mulher - como mecanismo de atracção: "os pólos atraem-se".

O Bernardo veio de lá, lá está, com uma perspectiva de vida muito mais aberta, muito mais permissiva, com muito menos preconceitos sociais e tudo mais. Depois, quando houve a independência, ele veio sozinho de lá para cá, e lá está a tal maturidade dele, porque ele aos quinze anos já estava a viver sozinho numa instituição universitária. Portanto já tinha que saber gerir o seu dinheiro, tinha que regular tudo, porque os pais ficaram lá e então ele tinha que saber viver sozinho. A vivência dele era muito diferente da minha. No fundo ele tinha mais maturidade em relação aos outros, os homens são mais criançaças com a mesma idade ou com idade semelhante. Naquela fase, são sempre muito mais infantis que as mulheres. Eu notei que nele não. Tinha uma maturidade completamente diferente, interessava-se imenso por política... Pronto, discutia coisas que só com pessoas muito mais velhas é que se podia discutir! Sabia, interessava-se e metia-se, pronto, acho que foi isso, porque conversávamos. Não era aquelas coisas idiotas, próprias da idade, que às vezes davam secas e a pessoa ficava morta para se despachar deles. Não, era outro tipo de conversas muito mais como eu também era. Julgo que eu tinha uma maturidade um bocadinho também... Não sei, eu sempre fui muito certinha... A responsabilidade, já uma certa consciência do que se quer, do que é a vida, a responsabilidade...e depois já estávamos perto do fim dos cursos, eu acho que isso começava a preocupar, as profissões, a estabilidade, tem a ver com isso... Os meus pais simpatizaram com o Bernardo, porque ele consegue

cativar as pessoas extraordinariamente. Acho que não há ninguém que não goste dele! Ele é extremamente simpático, extremamente dado, muito sociável. Muito, muito! Em todo o lado ele consegue fazer amizades com uma facilidade. Eu já não! Sou muito mais retraída. E ele não. Nós somos muito diferentes, aliás somos completamente diferentes, às vezes na brincadeira até digo "como é que eu casei contigo?", porque somos completamente diferentes. Mas eu acho que é mesmo isso, os pólos atraem-se...

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Filho de doméstica e funcionário numa repartição de finanças, ambos com a escolaridade dos pais de Marta, não tardou para que Bernardo começasse a exercer a profissão de contabilista. "Consciência do que se quer, do que é a vida", "menos preconceitos" e uma cortesia generalizada foram assim qualidades masculinas indispensáveis à escolha do cônjuge, mas que, sublinhe-se, são fruto do percurso de um homem que, ainda assim, não deixa de ter uma origem social e projectos profissionais próximos dos de Marta.

## 9.2 *Estratégias carreiristas e estratégias maximalistas na conciliação família-trabalho*

Ao contrário das *trajectórias conjugais* analisadas nos capítulos anteriores, as *trajectórias homogâmicas* não se caracterizam apenas por um tipo de *estratégia de conciliação família-trabalho*. Na maioria dos casais com *trajectórias homogâmicas* que analisámos, as mulheres apostam mais fortemente nas suas profissões e carreiras - significando tal aposta um condicionamento no plano da disponibilidade para a família - revelando assim a elaboração de *estratégias carreiristas* na articulação entre a vida profissional e a vida familiar. No entanto, algumas entrevistadas revelam-se divididas entre esses dois domínios, apostando tanto quanto a sua ideia de equilíbrio entre a dedicação à profissão e à família lhes permite. Nestes casos, trata-se pois de mulheres que elaboram *estratégias maximalistas*, sem contudo atribuírem uma prioridade à vida profissional do cônjuge sobre a sua, como se observou junto dos casais com uma *trajectória* caracterizada pela *hipergamia progressiva*, nos quais as mulheres elaboram *estratégias maximalistas concessoras* na articulação entre a vida profissional e a vida familiar (capítulo 8). Nos casais com *trajectórias homogâmicas*, já se vê que o facto de estarmos perante entrevistadas com diferentes *estratégias de conciliação família-trabalho* supõe orientações distintas face à maternidade, à sua própria actividade profissional e carreira, bem como à profissão e à carreira do homem.

### 9.2.1 Entre o “custo” profissional da maternidade e a procura do equilíbrio

Os casais com *trajectórias homogâmicas* distinguem-se por uma dimensão mais contida da descendência, sendo que em nenhum dos casos observados essa dimensão ultrapassa os dois filhos. As diferentes *estratégias de conciliação família-trabalho* que observamos nos casais com este tipo de *trajectória* revelam-se, desde logo, no significado que a maternidade adquire na realização pessoal da mulher, significado este que parece contribuir para a própria dimensão da descendência, uma vez que as mulheres com *estratégias carreiristas*, com no mínimo quarenta e dois anos de idade à data da entrevista, são geralmente mães de filho único - apenas Filomena é mãe de dois filhos - enquanto todas as entrevistadas com *estratégias maximalistas* são mães de dois filhos. Esta diferença no plano da dimensão da descendência junto dos casais com *trajectórias homogâmicas* é, afinal, sintomática da diferenciação que observamos na orientação perante a vida familiar, designadamente, no significado atribuído à maternidade, cuja valorização que adquire junto das mulheres com *estratégias carreiristas* se demarca do valor atribuído pelas mulheres com *estratégias maximalistas*.

Entre as mulheres com *estratégias carreiristas*, a maternidade adquire um significado que é relativizado perante as exigências profissionais de quem manifesta ao longo das entrevistas fortes aspirações de carreira. Esta relativização é bastante evidente e transversal nos discursos destas entrevistadas, que em lugar de enfatizarem tanto os dilemas da conciliação, atitude sobretudo característica das mulheres com *estratégias maximalistas*, identificam na maternidade - designadamente na sobrecarga e exigências que acarreta - um obstáculo à sua própria disponibilidade para a vida profissional. A maternidade é assim um desejo que não deixa de ser vivido como uma interferência, tendo em linha de conta os projectos relacionados com uma carreira profissional que é suposta exigir “total” dedicação. Por isso, a “adaptação” às exigências inerentes ao papel de mãe foi “muito difícil” e mesmo “chocante” para Maria, física e docente do ensino superior, pelo “custo” que representou: “essa adaptação custou-me no primeiro ano, porque eu tive que deixar de ter doze horas diárias para a investigação”. Nas palavras de Maria, para quem as aspirações de carreira são indissociáveis do exercício de uma profissão que considera ser a sua “paixão” - “a minha paixão era a investigação” -, é bastante evidente a forma como as consequências da maternidade, precisamente por ter sido desejada, são vividas com sentimentos contraditórios: “também senti falta de dedicação de tempo para o meu filho”.

Engravidei em França, em [19]86. Significa que, quando chego [a Portugal], comecei a dar aulas e pouco depois - portanto, em Maio de [19]87 - nasce o meu filho. E aí foi muito difícil! Essa adaptação custou-me no primeiro ano, porque eu tive que deixar de ter doze horas diárias para a investigação, para passar a ter o quê? Se calhar seis horas... Foi difícil porque obviamente a minha paixão era a investigação e eu passo cinco anos, em que me dediquei



cem por cento à investigação, em ter que dividir ser professora e manter a investigação e ser mãe. Portanto, aí dos tais cem por cento passar a cinquenta por cento foi difícil.... Foi um bocado chocante, lá está, o horário reduzido, é menos tempo de trabalho disponível para a investigação.. Foi falta de tempo, foi falta de tempo. Portanto, dar aulas implica a pessoa dedicar uma parte do tempo a estudar e a ajudar, etc. Portanto, logo aí tem que se retirar tempo... Retira tempo à investigação obviamente. Portanto, repare, eu também dedico muitas horas do dia à investigação. Aí retirava, depois o meu filho... Também a pessoa tinha que dedicar e tinha que tentar não chegar muito tarde a casa quando por exemplo já era época escolar, para o acompanhar e ver... Portanto o acompanhamento escolar do André na primária houve, portanto eu via exactamente tudo o que ele dava e não dava e etc. e isso tudo. Depois também o facto de ele não ser independente, mas eu gostava de ver quais eram os trabalhos que ele tinha tido ou os testes por exemplo, lia os testes integralmente, as perguntas e as respostas, eu gostava de saber tudo o que se passava. Portanto tinha que haver um bocado de tempo para estar com ele e para fazer isso... Recuperei um bocadinho, porque depois as aulas acabaram... O facto de a pessoa também passar a professora auxiliar, também levou à redução de horário, porque como nós tivemos que pedir equivalência de doutoramento, mantivemos esse horário de assistente até ter equivalência. Depois aí há redução de horário e depois a pessoa começa a ter mais calma também. (...) Eu falei que sentia muita falta de tempo para a investigação, mas também senti falta de dedicação de tempo para o meu filho.  
[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;  
Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

Já Sara, licenciada em Serviço Social e com uma pós-graduação em Ciências da Comunicação quando engravidou do seu único filho, refere que “o meu filho não veio alterar a minha vida profissional”, mas sempre vai sublinhando que “podia ter afectado a minha carreira”. Quando engravidou, com trinta e seis anos de idade, Sara trabalhava num “gabinete ministerial de assessoria de imprensa”, e recorda que a vinda do seu filho só não “afectou” a sua carreira devido à compreensão da pessoa “com quem trabalhava”: “ele disse para não me preocupar, porque quando voltasse estava bem a tempo para fazer as coisas”. Esta “compreensão” dos superiores hierárquicos - de resto, mais frequentemente observada entre as profissões qualificadas do que entre as profissões pouco qualificadas (Crompton *et al.*, 2003) - traduziu-se na possibilidade de ter um horário mais flexível (permitindo-lhe ficar de manhã em casa e não regressar do emprego tão tarde) e de permanecer no país: “Deixei de acompanhar o membro do Governo a Bruxelas e a Luxemburgo”. Ou seja, na possibilidade de “reestruturar a vida” sem que, precisamente ao contrário de Maria, a maternidade entrasse em conflito com os seus projectos profissionais e de carreira. Tal como Sara reconhece, “naquela altura não senti que abdicava da minha carreira”.

O meu filho não veio alterar a minha vida profissional. Quando ele nasceu estava e continuei a estar no gabinete ministerial de assessoria de imprensa... Mas podia ter afectado a minha carreira, podia ser até porque eu, a uma semana dele nascer, a pessoa com quem eu trabalhava saiu do Governo e a pessoa que o substituiu poderia... Aliás, seria da maior normalidade não me convidar, até porque para aquela função as pessoas escolhem por questões de confiança, até pessoal... E, portanto, não havia nenhum constrangimento em ficar com uma pessoa que ia ficar fora de funções dentro de dias. Aliás, quando me convidou, eu disse “olhe para mim” [referindo-se ao facto de estar grávida], e ele disse para não me preocupar porque quando voltasse estava bem a tempo para fazer as coisas. (...) Naquela altura não senti que abdicava da minha carreira, até porque eu tinha a minha vida estruturada. Eu estruturei a minha vida nessa altura para me manter disponível no trabalho e ao mesmo tempo conseguir acompanhar o meu filho. (...) Eu consegui amamentar o meu filho até aos oito meses. Para amamentar significa que não se pode ausentar. Portanto na última fase da amamentação a pessoa dá duas vezes, à noite e uma de manhã. Significa que tem que dormir em casa, isto quer dizer que até aos oito meses de idade, apesar de eu ter uma actividade profissional extremamente exigente, dormi sempre em casa. Mesmo que chegasse muito tarde, ou mesmo que saísse cedo de manhã, foi sempre possível. A primeira vez que eu dormi fora de casa desde que o Bernardo nasceu, apesar de ter aquela actividade, ele tinha oito meses, e tive que ficar no Algarve. Portanto, articulei de forma a isto ser possível, tive a sorte de trabalhar com uma pessoa que percebia este tipo de coisas, que também não gostava de dormir fora de casa e,

portanto, vínhamos sempre que possível. O que é que eu deixei de fazer nesse período? Deixei de acompanhar o membro do Governo a Bruxelas e a Luxemburgo, aos Conselhos ia outra pessoa e não ia eu porque também não era absolutamente necessário porque na representação permanente em Bruxelas temos sempre elementos que podem fazer isso. Consegui até aos oito meses fazer isso, significa que estive presente. Por outro lado, eu não tinha de trabalhar de manhã, a não ser alguns dias, ou por alguma circunstância, em que tinha de estar a correr. Aliás, os primeiros tempos que trabalhei ia a seguir ao almoço, mas comecei a trabalhar quando ele tinha... não fiz os quatro meses que a maioria das pessoas fazem, fiz para aí uns três meses.

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;  
Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

Por sua vez, Filomena, geógrafa e docente do ensino superior, não ironiza propriamente quando afirma que “todos os nossos percursos têm a ver entre filhos e cursos”, para se referir ao facto de os dois filhos do casal terem nascido de forma articulada com as aspirações de carreira de ambos os pais. Quando casaram, só a entrevistada era licenciada, estando ainda Frederico a frequentar uma licenciatura em Medicina que acabou por não concluir, uma vez que após o casamento se empregou num banco, tal como, de resto, Filomena. O primeiro filho nasce um ano após o casamento, ou seja, num período de alegada desorientação de ambos no que respeita às suas aspirações profissionais e de carreira, mas sendo já Frederico “funcionário do banco”, tal permitia o acesso a um conjunto de regalias - “assistência médica para todos e segurança” - que justificaram a gravidez de Filomena, levando-a contudo a interromper o mestrado em que, entretanto, se inscrevera mais por “curiosidade” e pela insatisfação com o seu emprego como bancária. Oito anos depois, o nascimento do segundo filho do casal já foi fruto de um planeamento de acordo com a carreira académica pela qual Filomena viria a enveredar, tendo precisamente em vista, “a seguir, ter tempo para fazer todo o outro percurso do doutoramento”.

Entretanto, eu comecei a fazer o mestrado, que não acabei porque nasceu o miúdo mais velho. (...) Depois do meu filho mais velho nascer, o meu marido já era funcionário do banco. Portanto, tudo o que significava créditos, o que é um aspecto importante no início de vida das pessoas, assistência médica para todos e segurança, ele podia assegurar. (...) Depois achámos lá em casa que, se queríamos ter outra criança, que devia nascer outra criança para eu, depois, ter tempo para o doutoramento, não é? Portanto, tivemos a segunda criança para eu, a seguir, ter tempo para fazer todo o outro percurso do doutoramento académico. (...) Portanto, digamos que todos os nossos percursos têm a ver entre filhos e cursos (*riso*), mas temos tido isto relativamente bem organizado.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;  
Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

Marta, docente do ensino secundário, recorda que é mãe de dois filhos “muito programados, muito até ao milímetro”, sublinhando que o calendário profissional foi decisivo nesse planeamento - “como professora, interessava-me que eles nascessem em determinado mês” - não apenas no sentido de os primeiros meses da maternidade alterarem o mínimo possível o seu ritmo de trabalho, mas sobretudo para adiar tanto quanto possível a entrega das crianças a um infantário: “nasceram sempre em meses normalmente que eu depois juntava - juntando os três

meses, ou os três meses e meio juntava às férias grandes - para eles depois não irem para o infantário com três meses; iam só com quatro ou cinco”.

Os meus filhos foram, os dois, muito programados, muito até ao milímetro. Foi tudo programado. Até como professora, interessava-me que eles nascessem em determinado mês, porque depois... Nasceram sempre em meses normalmente que eu depois juntava - juntando os três meses, ou os três meses e meio juntava às férias grandes - para eles depois não irem para o infantário com três meses; iam só com quatro ou cinco. (...) Quando eles são pequenos também, faz-se o mínimo que se tem que fazer para ser competente e não prejudicar ninguém, agora não se entra em voos, isso é impossível. O que se faz, faz-se com muito sacrifício, porque por exemplo ir dar aulas com duas horas de sono é complicado. Numa noite dormir quatro horas, mas de um quarto em quarto de hora acordar é complicado. Cheguei a ir dar aulas com uma directa! Quando isso acontece o humor é outro, a disposição muda, as birras, o ter que cumprir horários, aquilo que o adulto mais detesta é ter rotinas, é ter que jantar a esta hora, almoçar a esta hora e ter horas para ir para a cama... (...) É evidente que uma pessoa passa de não ter que cumprir horários a ter que ter horários para comer, o ir dar banho, ir para a cama, deixar de sair com amigos, deixar de sair à noite.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Por outro lado, da mesma forma que sublinha a contenção profissional que os primeiros tempos da maternidade implicam - “não se entra em voos, isso é impossível” - a entrevistada considera que uma dedicação excessiva à vida familiar pode “prejudicar” os próprios filhos: “A minha mãe tinha esse problema, dedicava-se cem por cento aos filhos, e há muitas vezes que eles são prejudicados com isso!”. Esta cautela face a uma dedicação aos filhos que considera excessiva articula-se precisamente com as suas fortes aspirações profissionais - neste caso para além da própria actividade na escola, como a participação em projectos pedagógicos, a elaboração de um “manual escolar” ou as acções de formação - que, uma vez não concretizadas, podem projectar-se de forma negativa na sua relação com os filhos. Marta encontra justificação na sua própria realização pessoal para recusar que as exigências da vida familiar se sobreponham ao seu “projecto” profissional: “Se eu achar que eles estão a exigir demais, imponho limites... (...) Eles são prejudicados obviamente, mas eu não vou abdicar desse projecto por causa deles, porque eu acho que se eu não estiver contente, se eu não estiver satisfeita também não sou uma boa mãe”. Em suma, o desempenho dos papéis de “mãe”, “mulher” ou “esposa” está dependente da realização profissional desta mulher, cujas aspirações estão muito para além da progressão na carreira como professora do ensino secundário: “Para ser boa mãe ou boa mulher, boa esposa, eu acho que tudo tem que estar bem comigo e tudo tem que estar realizado porque eu abdicar de mim, da minha profissão, daquilo que eu gosto de fazer.. (...) se eu me anulo deixo de ser eu, então deixo de ser aquela mãe; eles passam a ter outra pessoa”.

Para ser boa mãe ou boa mulher, boa esposa, eu acho que tudo tem que estar bem comigo e tudo tem que estar realizado, porque eu abdicar de mim, da minha profissão, daquilo que eu gosto de fazer... Eu abdicar até certo ponto, mas agora não posso abdicar de maneira que me anule, porque se eu me anulo deixo de ser eu, então deixo de ser aquela mãe; eles passam a ter outra pessoa. (...) Se eu achar que eles estão a exigir demais, imponho limites... Por

exemplo, se eu estiver a fazer o manual escolar... Agora, muitas vezes, estou a fazê-lo durante o fim-de-semana e, muitas vezes, eles pedem-me para sair. Eu sei que os prejudica um bocado, mas eu não posso ir, e tento compensá-los depois noutros fins-de-semana. Eles são prejudicados, obviamente, mas eu não vou abdicar desse projecto por causa deles, porque eu acho que se eu não estiver contente, se eu não estiver satisfeita também não sou uma boa mãe. Se eu estiver com eles e a pensar que devia estar a fazer outra coisa, não pode ser. Eu tenho é que saber jogar e gerir o meu tempo de maneira a poder fazer aquilo que é importante para mim e ao mesmo tempo ser mãe, obviamente. A minha mãe tinha essa problema, dedicava-se cem por cento aos filhos, e há muitas vezes que eles são prejudicados com isso... Por exemplo, eu lembro-me que, quando estou mais satisfeita, quando faço uma acção de formação que me corre bem e eu venho satisfeita, eu chego a casa... eu venho contente, eu venho satisfeita! Até sou capaz de brincar com o mais pequeno ou... Tudo é diferente! Agora, se deixasse de o fazer por exemplo só para os ir buscar a horas ao colégio, eu acho que isso não os beneficiaria porque ia estar a pensar que gostaria de ter feito aquilo.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (Inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Nos casais com *trajectórias homogâmicas*, outras mulheres assumem-se mais divididas entre as suas aspirações de carreira e a aposta na vida familiar, revelando, por sua vez, *estratégias maximalistas* na conciliação família-trabalho. A maternidade constitui, de igual modo, um domínio que não pode sobrepor-se à concretização das aspirações de carreira, mas exactamente na mesma medida em que tal concretização não deve estar desajustada ou representar um obstáculo ao exercício da maternidade. Desta combinação entre a aposta *máxima* na carreira e na família e a procura de um equilíbrio no modo de investir nos dois universos resulta uma descendência cuja dimensão - dois filhos - não deve questionar tal equilíbrio, da mesma forma que o trabalho profissional e o “*stress*” não podem constituir obstáculos à realização dos desejos de maternidade. Tal é o caso de Adelaide, arquitecta e técnica superior da função pública, para quem o segundo filho, uma rapariga, nasceu quatro anos após o primeiro, precisamente devido à “situação de *stress*” profissional em que a entrevistada se encontrava: “custou um bocadinho mais a ser feita”. Por outro lado, quando confrontada com a hipótese de um terceiro filho, Adelaide contrapõe que “está tudo muito caro para uma pessoa tomar uma opção dessas”, depreendendo-se das suas palavras que, sem a segurança económica que outra “situação em termos laborais” lhe asseguraria - “eu não sou do quadro” - uma terceira criança implicaria maiores exigências familiares sem a possibilidade de recorrer a serviços exteriores remunerados.

A segunda era para ter vindo um bocadinho mais cedo, mas eu como andava em situação de *stress*, a correr de trabalho para trabalho, custou um bocadinho mais a ser feita. (...) Para ter mais um [filho] a vida está muito complicada, está tudo muito caro para uma pessoa tomar uma opção dessas. E de qualquer das maneiras também estas situações em termos laborais, o meu marido é do quadro mas eu não sou do quadro, portanto a pessoa às vezes tem um bocado de medo de arriscar por isso.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;  
Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

A ideia de equilíbrio entre as exigências da vida profissional e da vida familiar é transversal aos discursos destas mulheres com *estratégias maximalistas*, equilíbrio esse que se considera alcançar quer através de uma descendência cuja dimensão não implique demasiadas

exigências, ao ponto de questionar as aspirações de carreira, quer através de uma “gestão” das apostas nos dois universos. A maternidade não traz assim associada a ideia de “custo” profissional que observámos junto das mulheres *carreiristas* nos casais com *trajectórias homogâmicas*, na medida em que, entre as mulheres com *estratégias maximalistas*, trata-se, pelo contrário, de *maximizar* ambas as apostas profissional e familiar evitando que as exigências dos universos se atropelem mutuamente.

No caso de Mafalda, advogada com consultório num gabinete herdado do pai, para quem a chegada dos dois filhos do casal, adiada até “chegar a idade” dos trinta e um anos, foi uma “decisão muito complicada”, não propriamente pela contenção da sua aposta na profissão, mas porque “a nossa vida era óptima como casal sem filhos”. Entre o desejo de uma descendência numerosa - “éramos um casal que falávamos em ter quatro filhos” - e a salvaguarda da disponibilidade para o tempo do casal resulta um compromisso que não ultrapassa os dois filhos, que ainda assim representaram uma “perda da liberdade” para uma mulher que “dava muito valor à minha liberdade”, mais uma vez se observando esta ambivalência - “perdi a liberdade”; “não estou arrependida, adoro os filhos” - que é vivida como tensão - muito observada junto das mulheres com *estratégias maximalistas* - entre o desejo de serem mães e a preocupação com o equilíbrio das realizações nos domínios da vida profissional e/ou da vida conjugal.

Nós ao princípio éramos um casal que falávamos em ter quatro filhos. Ora bem, foram quatro anos e meio que vivemos como casal sem filhos (*riso*). Foi muito tempo e foi difícil a decisão de ter filhos, porque nós começámos a ter uma vida... E quer ele, quer eu, éramos umas pessoas que detestávamos regras e horários e coisas assim e, portanto, a nossa vida era óptima como casal sem filhos. Tanto que os filhos é que nos fazem... Eu costumo dizer uma coisa a toda a gente, quando veio um filho perdi a liberdade. Eu não estou arrependida, adoro os filhos mas era uma pessoa que dava muito valor à minha liberdade, porque mesmo casada não a perdi. Nós respeitamo-nos perfeitamente e a nossa liberdade manteve-se. Veio o filho e eu perco a minha liberdade no sentido em que o meu tempo deixa de ser o meu tempo. E, por isso, a decisão de ter filhos foi muito complicada. Nós tivemos uma vida de viagens e de poder fazer viagens, tínhamos liberdade pronto (*riso*). Chega a idade... Eu tive o meu primeiro filho aos trinta e um. Portanto chego aos trinta anos e nós queríamos ter dois filhos no mínimo e tem que ser agora. Foi um bocadinho racionalizar a questão e dizer “Tem que ser agora”. Claro que depois de os filhos nascerem a gente adorou... Mas foi mais pela idade. Em parte, sim.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

### 9.2.2 A mulher e a conciliação no contexto de duas fortes aspirações de carreira

Nos casais com *trajectórias homogâmicas* observamos dois tipos de *estratégia de conciliação família-trabalho*. Um primeiro tipo refere-se à *estratégia carreirista*, que pode sumariamente ser definida pela prioridade que a mulher concede à sua carreira profissional sobre os restantes domínios de realização. O percurso profissional, conjugal e familiar de Filomena constitui um primeiro exemplo da elaboração deste tipo de *estratégia de conciliação família-trabalho*.

*A descoberta da possibilidade de uma carreira académica: “achava que era uma coisa escolhida”*

Filomena, quarenta e cinco anos de idade, é doutorada em Geografia e exerce actividade profissional como docente do ensino superior. Tem uma origem social relativamente desafogada quando comparada com as origens de outras entrevistas. Ambos os pais trabalhavam, o pai como gerente de balcão de um banco, e a mãe como caixa de banco. Menos escolarizada que o pai, bacharel em Contabilidade, a mãe de Filomena possuía ainda assim o quinto ano do liceu. Apostar na escolaridade e, sobretudo, exercer uma actividade profissional é uma dimensão identitária que Filomena sublinha ter herdado da sua mãe, que por sua vez já tinha herdado da avó. Esta componente identitária é de tal forma estruturante que a entrevistada não se imagina sem exercer uma profissão: “o ‘ficar em casa’ só se eu fosse tonta ou doente; era uma coisa que estava completamente fora do meu horizonte e do meu imaginário”.

Isto só para ter uma ideia, na minha família da parte da minha mãe, mesmo a geração anterior à dela já exercia uma profissão. Portanto, as mulheres da família da minha mãe, da geração da minha avó foram enfermeiras, três delas, e só uma, que tinha um problema de saúde, é que não exercia uma profissão. E outra trabalhou, mas depois ficou em casa, porque tinha vários filhos. A ideia que eu tenho daquilo que me lembro era as mulheres trabalharem. Portanto, o “ficar em casa” só se eu fosse tonta ou doente; era uma coisa que estava completamente fora do meu horizonte e do meu imaginário”

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

A este legado da família da mãe - o exercício de uma profissão - veio acrescentar-se uma forte aspiração de carreira que, contudo, só tomou forma no decurso de uma trajectória profissional cujo início foi tão marcado pela necessidade de encontrar uma fonte estável de rendimento como pela desorientação e questionamento sobre a vocação para um percurso académico. Com efeito, a carreira académica de Filomena não teve início logo após concluir a licenciatura. A entrevistada começou por leccionar numa escola secundária, mas confessa ter-se “fartado” da docência nesse contexto, que abandonou para ir trabalhar num banco. O início da vida profissional coincidiu com o seu casamento. Filomena casou-se com vinte e cinco anos de idade, logo após terminar a licenciatura ao fim de oito anos de namoro com Frederico, que conheceu na viagem de finalistas do liceu. Dois anos mais velho, Frederico tem uma origem social qualificada - filho de uma tradutora licenciada e de um topógrafo bacharel - mas desistiu da licenciatura em Medicina quando casou com Filomena, que entretanto se refere à própria relação conjugal como uma alavanca fundamental para o encontro das vocações profissionais dela e do marido e para o desenvolvimento das aspirações de carreira de ambos. De facto, da mesma forma que a entrevistada deixou a docência no ensino secundário, também Frederico “desistiu de estudar Medicina” para começar a trabalhar em empresas como assalariado sem

formação superior. Por sua vez, Filomena confessa que, perante a desistência do marido, a sua transição profissional para o sector da banca teve também origem na procura por “mais segurança económica”: “Eu só deixei o ensino e entrei na banca depois de ele ter desistido de Medicina”. Em suma, o questionamento da própria vocação profissional do homem contribui para uma primeira transição profissional desta mulher, que “tinha organizado a [...] carreira [de docente do ensino secundário] no pressuposto que ele ia ser colocado [como médico] em vários sítios, no chamado serviço à periferia”.

Eu casei-me depois de acabar a licenciatura, portanto, já dava aulas, já era professora. Sabia que tinha sempre emprego no ensino secundário, se quisesse. Depois deixei o ensino, porque me fartei, e fui trabalhar para um banco. (...) O meu marido quando casou, desistiu de estudar Medicina (...). Quando eu casei era suposto que, passados dois anos, ele fosse médico. Só que ele parou com o curso. Eu só deixei o ensino e entrei na banca depois de ele ter desistido de Medicina, porque eu também tinha organizado a minha carreira no pressuposto que ele ia ser colocado em vários sítios, no chamado serviço à periferia, portanto iria acompanhá-lo. Não era complicado como professora pedir e, sendo ele funcionário do Estado, havia legislação que se pode invocar para que as pessoas estejam sempre juntas. Portanto, não era esse o problema. Eu penso é que aquela parte final do curso o desinteressou e a partir do momento em que ele já não ia ser médico... E eu também não gostava muito de ser professora do ensino secundário. Portanto, optei por outro tipo de trabalho que me dava mais segurança económica.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

Todavia, não levou muito tempo para que Filomena, descobrindo-se sem vocação para trabalhar num banco, novamente se “fartasse” - “qualquer trabalho de funções burocráticas é uma coisa chata” -, decidindo inscrever-se num mestrado que viria a suspender com o nascimento do primeiro filho do casal. A entrevistada não se manifesta arrependida por ter interrompido o mestrado, um sentimento que radica na própria intenção que a levou a desenvolver a sua formação pós-licenciatura. A este respeito, Filomena reconhece ter sido sobretudo levada pela curiosidade, que considera própria de uma licenciada no início da década de oitenta: “era mais ver o que era um mestrado”. Não se tratava ainda de planear o início do que viria a ser a sua carreira académica: “Não tinha nenhum objectivo muito particular”; “não melhorava a minha carreira por causa disso, mas era interessante”.

Entretanto eu comecei a fazer o mestrado, que não acabei porque nasceu o miúdo mais velho. O mestrado surgiu porque eu já estava farta: qualquer trabalho de funções burocráticas é uma coisa chata. Era mais para ir arejar ao fim da tarde porque eu saía às quatro e meia, tinha um horário que me permitia ir até lá e era uma forma de manter algum contacto com a geografia e de ir evoluindo. Não tinha nenhum objectivo muito particular, era mais ver o que era um mestrado, ninguém sabia muito bem o que era o mestrado, aquele era o primeiro, ainda não havia praticamente mestrados, estamos a falar de...entrei para o mestrado em [19]81, portanto foi mesmo no início de um novo grau académico que ninguém sabia o que era. Como era novo e queria experimentar como era e não tinha nenhuma obrigação... Não melhorava a minha carreira por causa disso, mas era interessante.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

O primeiro filho do casal chegou quando já Frederico trabalhava como caixa num banco. Frederico agarrou a oportunidade de trabalhar num banco porque se “fartou de trabalhar em

algumas empresas”, mas se este emprego permitia ao casal usufruir de um conjunto de regalias que levaram à decisão de ter um filho, já ser “funcionário de um banco com o que era correspondente ao sétimo ano” foi uma experiência decisiva na formação das aspirações de carreira de Frederico, então consciente da necessidade de possuir uma licenciatura “para subir no banco”. Frederico regressou à universidade, mas desta vez para frequentar uma licenciatura em Gestão, ou seja, “um curso de acordo com aquilo que ele fazia no banco” que só terminou “depois de o filho mais novo ter nascido, tinha já trinta e seis, trinta e sete.”. Filomena orgulha-se do marido, quer por ele ter aceite o “desafio” de voltar à universidade para daí regressar com uma licenciatura, quer pela “diferença” que efectivamente hoje faz em relação aos colegas de trabalho que não apostaram numa licenciatura: “neste momento, nota-se a diferença entre quem aceitou e quem não aceitou esse desafio”.

O meu marido, entretanto, foi trabalhando em empresas, fartou-se de trabalhar em algumas empresas e depois começou a trabalhar num banco. (...) Quando eu fui para o banco foi quando o meu marido também verificou que trabalhar num banco era melhor do que trabalhar noutro tipo de empresas e, portanto, concorreu e ficou. Entretanto, nasceu o nosso filho mais velho. (...) Era funcionário de um banco com o que era correspondente ao sétimo ano e depois de estar a trabalhar no banco e de ver que, para subir no banco, precisava de ser licenciado, foi então que decidi tirar um curso de acordo com aquilo que ele fazia no banco. Ele disponibilizou-se a ir estudar outra vez, mas só acabou o curso de Gestão depois de o filho mais novo ter nascido, tinha já trinta e seis, trinta e sete. A iniciativa partiu só dele, porque ele é que viu que precisava disso para alcançar uma melhor posição no banco. Aliás, eu penso que foi dito a ele e aos outros com quem ele trabalha expressamente que se não se licenciassem não podiam subir a partir de determinado escalão. Portanto, houve uns que aceitaram e outros, não. E, neste momento, nota-se a diferença entre quem aceitou e quem não aceitou esse desafio.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

Porém, ainda que ambas as carreiras profissionais de Filomena e Frederico se enquadrem no tipo de “carreira organizacional” (Handy, 1994), no caso de Frederico as expectativas de promoção nascem da confrontação directa com os requisitos exigidos para ascender na hierarquia da própria organização empresarial onde trabalha, enquanto a aspiração de carreira, no caso de Filomena, resulta de uma auto-descoberta das suas capacidades académicas. Com efeito, a entrevistada recorda que o mestrado, frequentado até ao nascimento do primeiro filho do casal, foi decisivo para que despertasse o que viria a ser uma forte aspiração de carreira, confessando que seguir um percurso académico não era, até então, o seu “objectivo de vida, porque achava que havia alunos melhores do que eu, achava que era uma coisa escolhida e não fazia assim muita questão”. A frequência do mestrado foi então decisiva, pois permitiu que Filomena questionasse e ultrapassasse as suas inseguranças intelectuais, designadamente a “comparação com as capacidades” de uma colega revelou-se decisiva para que esta mulher adquirisse uma nova confiança e enveredasse pela carreira académica - “tinha uma colega nesse primeiro mestrado, que eu achava que era hiperestúpida e era assistente, e depois eu a



conversar com o meu marido dizia: 'se aquela é assistente e é estúpida, eu que até sou menos estúpida que ela também posso ir'."

Eu quando entrei para a faculdade iria a pensar num bacharelato, numa licenciatura que não ficasse como assistente na faculdade, porque não era o meu objectivo de vida, porque achava que havia alunos melhores do que eu, achava que era uma coisa escolhida e não fazia assim muita questão. Acabei por ir parar ao mestrado, como lhe disse, por curiosidade, para estar entretida e porque achava graça, portanto, sem nenhum objectivo daí para a frente. E depois acabei por optar concorrer à carreira universitária porque tinha uma colega nesse primeiro mestrado que eu achava que era hiperestúpida e era assistente e depois eu a conversar com o meu marido dizia: "se aquela é assistente e é estúpida, eu que até sou menos estúpida que ela também posso ir". Portanto, foi nessa comparação com as capacidades da minha colega que eu abri a perspectiva de entrar para ir dar aulas numa universidade. E depois de já lá estar dentro uma pessoa faz a carreira que tem que fazer. Anda-se para a frente.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

O desenvolvimento desta aspiração de carreira surge, por outro lado, num contexto que foi tão favorável à maternidade de Filomena quanto a uma mudança de profissão. Na verdade, a entrevistada sublinha que as condições "associadas" à profissão do marido tanto contribuíram na decisão de avançar para a primeira gravidez como proporcionaram que ela estivesse "outra vez disponível para mudar de profissão". Filomena reconhece, de resto, não ter tido grande dificuldade em ser colocada como assistente estagiária na faculdade onde hoje é docente: "Como tinha feito uma parte do mestrado e ainda não havia mestrados (...), quando concorri à faculdade, fiquei à frente das outras pessoas, que eram só licenciadas". Era já assistente na faculdade quando, em lugar de realizar as provas pedagógicas, decidiu então frequentar outro mestrado, que desta vez terminaria. Entre a conclusão do mestrado e o doutoramento, o casal decidiu, oito anos após a primeira gravidez de Filomena, ter o segundo filho para que, posteriormente, a entrevistada pudesse estar mais liberta para o doutoramento. Depois de se doutorar, Filomena afirma que foi "andando conforme os prazos da faculdade", faltando-lhe à data da entrevista fazer as provas de agregação para ascender ao estatuto de professora associada. É de sublinhar que o seu percurso profissional e a formação de uma forte aspiração de carreira são indissociáveis não apenas da estabilidade profissional de Frederico, mas, de igual modo, de uma relação que, de acordo com Filomena, assenta na compreensão mútua, concretamente manifesta "no apoio que damos um ao outro". Ainda que o horário de trabalho de Filomena seja mais difícil de contabilizar, a entrevistada afirma que ela e o marido têm hoje cargas horárias muito semelhantes, de cerca de dez horas diárias, "e não há problema nenhum".

Depois de o meu filho mais velho nascer, com as condições associadas à profissão do meu marido, eu já estava outra vez disponível para mudar de profissão. Como tinha feito uma parte do mestrado e ainda não havia mestrados, com essa parte do mestrado quando concorri à faculdade fiquei à frente das outras pessoas que eram só licenciadas e que não tinham partes de mestrado. Portanto, fui para a faculdade e fiquei como assistente. Depois na faculdade, para a pessoa passar de assistente estagiária a assistente, tem duas hipóteses: ou faz o mestrado ou fazia provas pedagógicas e eu achei que ia fazer outro mestrado: já sabia o que a casa gastava (*riso*), só que em vez de ir fazer o

mesmo, achei que era mais interessante fazer o mestrado em Planeamento Regional e Urbano, que também era o segundo mestrado. Também, só tinha havido um! Portanto, mais uma vez vou iniciar quase outro tipo de mestrado, e fiz. Fiz outro mestrado, que concluí, e depois de ter concluído esse mestrado correspondeu a decidirmos ter outra criança, a irmos morar para Lisboa, a ele tirar o curso e eu depois a concluir o doutoramento. Fui fazendo a carreira, e a partir do doutoramento fui andando conforme os prazos da faculdade e aquelas coisas todas. (...) Agora sinto-me ainda mais motivada. Em termos de trabalho há pelo menos uma agregação a fazer, pelo menos chegar a professora associada. Pronto, isso é a carreira, não é mais nem menos, é aquilo que tem que ser, temos que andar para a frente e não ficar para trás. (...) Penso que o meu marido pensa o mesmo que eu em relação ao apoio que damos um ao outro, porque como às vezes acontece comigo, ele sai do banco e chega a casa às dez, onze horas da noite, e não há problema nenhum. Eu na faculdade tenho que dar nove horas por semana, não me parece assim uma coisa demasiado violenta... Mas se eu tiver que dar só uma aula por semana, teria o mesmo trabalho em casa. Porque eu quando dou as nove horas por semana, basicamente dou duas cadeiras, o trabalho que eu tenho tanto é para nove como seria para quatro horas. Portanto não posso dizer assim "uma cadeira dá-me duas horas", não posso.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

A compreensão que Filomena diz ter de Frederico estende-se, por outro lado, à própria experiência de “discriminação” que declara ter vivido ao longo da sua carreira na própria faculdade onde exerce docência. Em jeito de balanço, a entrevistada sublinha que “o meu trabalho lá na escola podia ser mais agradável se não fosse a questão dessa discriminação que se faz para as mulheres que fazem doutoramentos”. A “sintonia” no casal assenta, neste caso, na partilha da “compreensão de uma desigualdade”, demonstrando-se Frederico sensível à experiência de discriminação vivida por Filomena, sensibilidade essa que se deve ao facto de ele próprio “reconhecer” aquilo que, afinal, são “factos relativamente óbvios”. Reagindo com “um certo desprezo pela escola”, esta mulher não deixa de se emocionar - “porque é uma situação muito desagradável e que, a mim, me irrita particularmente” - quando relata a forma como se confrontou com o facto de ser “a própria escola que, de uma forma sub-reptícia, dá mais apoio ao homem do que à mulher na carreira”.

O meu marido afinal seguiu o caminho que escolheu, porque deixou a Medicina... Hoje penso que é uma pessoa realizada. Se é mais do que eu... não sei. Sei que o meu trabalho lá na escola podia ser mais agradável se não fosse a questão dessa discriminação que se faz para as mulheres que fazem doutoramentos. (...) Estou convencida que ao nível da escola, os meus colegas homens são mais apapricados. Não lhe sei dizer exactamente de que maneira, mas tenho essa sensação. No primeiro ano que pedi dispensa de serviço... penso que todos os homens tiveram dispensa e que as mulheres não tiveram. É melhor não entrar muito por aí, porque é uma situação muito desagradável e que, a mim, me irrita particularmente. Mas é um facto que a pessoa tem perfeitamente a noção que é a própria escola que, de uma forma sub-reptícia, dá mais apoio ao homem do que à mulher na carreira. Não me parece que há um tratamento igual. (...) Na altura não reagi. Isto é uma evidência que não vale a pena fazer nada... A reacção é um certo desprezo pela escola! (...) Eu acho que a escola não merece nada, não merece que me sacrifique! (...) Em termos dos aspectos legais ligados ao doutoramento, fizeram o que puderam para me dificultar a vida, tentaram ultrapassar os prazos todos. Isto é uma coisa que é tão simples como isto. Um assistente estagiário quando passa a assistente tem um contrato de seis anos que se prolonga por oito e deverá ter dentro dos seis anos, pelo menos no início, uma dispensa de serviço para o doutoramento, e portanto os dois anos de prolongação do prazo é já para acabar o doutoramento com três anos de dispensa do serviço que deverá ter. Há um decreto-lei que só foi utilizado pela primeira vez por uma colega minha, também mulher, que diz que a escola, se durante oito anos não nos dá a dispensa, terá que nos dar a dispensa nos três anos seguintes, e isso é invocado pela primeira vez por uma colega minha de geografia, três anos antes de eu entrar em dispensa, e que eu tive que invocar também. Enquanto que aos meus colegas homens foi-lhes dado sempre a dispensa dentro desses oito anos. Portanto, eu manifestamente fui prejudicada em três anos pela escola porque só me deram a dispensa de acordo com um decreto-lei que eles procuraram. Foi necessário o sindicato intervir para eles cumprirem! Portanto, este tipo de coisas... É óbvio que não posso provar que é porque eu sou mulher. Nada se pode provar! Agora, que é um sentimento que a pessoa tem de que foi prejudicada em relação a colegas que entraram na mesma altura, que pediram dispensa, que a tiveram, portanto doutoraram-se primeiro e que fazem carreira assim. (...) O meu marido reconhece isso, diz que é verdade...

Ele próprio reconhece, porque isto são factos relativamente óbvios. A nossa sintonia passa também pela noção de igualdade, os direitos... a compreensão de uma desigualdade... Mas isso, no fundo, é a pessoa perceber que tem direito a uma igualdade que depois muitas vezes é óbvio que ela não existe. (...) A gente não quer ter a mania da perseguição, mas se começarmos a olhar para um leque de histórias, a gente vê que os problemas, por acaso, são sempre com mulheres.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

*“Sempre quis ligar-me ao laboratório, à investigação e isso tudo”*

Ao contrário de Filomena, em lugar de destacar propriamente a realização que retira do elevado estatuto académico adquirido que resulta do seu empenho na profissão, Maria, investigadora em física e docente do ensino superior, sublinha que “a realização profissional está no prazer intelectual” e que este “prazer intelectual está em a pessoa construir coisas”. Esta exaltação da realização que retira do “trabalho de investigação” não significa que Maria menospreze as suas fortes aspirações de carreira - “quando uma pessoa ingressa numa carreira universitária, obviamente que quer repercussão, isso sem dúvida” - nem tão-pouco o reconhecimento que o estatuto entretanto adquirido representa: “É porque a pessoa tem qualidades para chegar e consegue orientar um grupo e etc. Isso a pessoa sente-se satisfeita, sem dúvida”. A exaltação da realização que retira da investigação é, contudo, um sintoma da tensão com que vive a gestão, por um lado, das suas funções de direcção no laboratório onde exerce actividade como investigadora que, crescentemente, a sobrecarregam - “a pessoa está cada vez mais chefe e é uma chatice” - e, por outro, do trabalho científico, pelo que não se estranha o desabafo: “eu sinto-me muito melhor nos anos sabáticos de facto, porque vejo que eu consigo dar seguimento à tarefa mesmo de investigação”. À difícil gestão entre as funções de direcção ou administração e a investigação acrescenta-se ainda a docência, conquanto Maria valorize especialmente esta componente da sua actividade profissional, pela abertura que proporciona a alguém que, de outra forma, se veria “circunscrita” ao trabalho de investigação no laboratório.

Nós, com as aulas, temos relação com a juventude e com pessoas potenciais novas, etc. E isso é muito estimulante também, percebe? No laboratório, se eu visse aqui uma direcção ligada a *staff* permanente do laboratório, eu acho que se tornava muito mais circunscrito, porque é um ambiente mais fechado. Hoje é por outros motivos que sinto falta de tempo para a investigação, que são inerentes à evolução... Portanto, a pessoa está cada vez mais chefe e é uma chatice porque... É uma pena porque tudo o que vai para a administração... Porque, de facto, eu gosto mesmo do trabalho de investigação e agora muito é comido por causa da administração... Por exemplo, eu sinto-me muito melhor nos anos sabáticos, de facto, porque vejo que eu consigo dar seguimento à tarefa mesmo de investigação. Agora, a minha tarefa de investigação está no prazer intelectual, como é óbvio. Portanto a realização profissional está no prazer intelectual. E o prazer intelectual está em a pessoa construir coisas e, portanto, obviamente toda a parte de administração... Há pessoas que gostam, mas a mim não me dá assim prazer, de facto. Se eu tenho muita coisa ligada administrativamente não tenho tempo para o desenvolvimento das coisas. Obviamente que mantenho o prazer intelectual, porque tenho que seguir o trabalho de doutoramento dos jovens todos do grupo e nesse sentido a pessoa a discutir com eles faz o seu desenvolvimento intelectual e acompanha e isso tudo. E isso gosto. Mas eu acho que a minha realização máxima era eu manter o meu trabalho próprio de investigação. (...) Obviamente que quando uma pessoa ingressa numa carreira universitária, obviamente que quer repercussão, isso sem dúvida. Obviamente que se me dissessem se queria escolher entre ser chefe de projecto e não ser, obviamente que a pessoa... Apesar de eu ter

dado o aspecto negativo administrativo, sempre a pessoa vê que é uma coisa positiva, não é? É porque a pessoa tem qualidades para chegar e consegue orientar um grupo e etc. Isso a pessoa sente-se satisfeita, sem dúvida.  
[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;  
Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

Ao invés de Filomena, cuja aspiração surgiu mais tarde - com a frequência de um mestrado - uma forte aspiração de carreira foi desde “sempre” presente em Maria. “Eu sempre quis ligar-me ao laboratório, à investigação e isso tudo”, esclarece esta mulher, filha de uma licenciada em Medicina que não chegou a exercer profissão e de um médico para quem “a mulher tem que estar em casa”. Com efeito, Maria herdou dos pais a forte aposta nos estudos, mas o seu “espírito independente” e uma consciência da condição da mulher subordinada à vontade do homem no próprio seio familiar leva-a a romper com o legado “muito conservador” e ter sempre presente a elementar necessidade de autonomia através do exercício de uma profissão. Esta preocupação com a autonomia e a paixão por uma actividade profissional muito exigente em qualificações resultam na forte aspiração de uma carreira que, com efeito, Maria concretizou, ainda que no início do percurso profissional, após terminar a licenciatura, a “crise do 25 de Abril” a tenha forçado a exercer docência no ensino secundário: “as faculdades estavam todas fechadas, não havia vagas”. Este desvio não planeado do início de uma carreira académica - “nunca me tinha visto como professora do ensino secundário” - resumiu-se, contudo, apenas ao período de dois anos, desvio esse de que ainda assim lhe proporcionou um “estágio pedagógico”. Após “entrar” para o instituto onde ainda hoje é docente, foi então o próprio contexto universitário a funcionar como incentivo à investigação científica a que Maria tanto desejava dedicar-se: “a pessoa, obviamente, estando ligada à universidade, tem tempo e é, digamos, incentivada a ter um trabalho de investigação científica”. No entanto, sublinha a importância de ter conhecido precisamente no início da sua carreira académica o homem com quem viria a casar, frisando “que também por causa do meu marido comecei a ter um trabalho de investigação”. Maria e Mário conheceram-se nesse contexto profissional e namoraram apenas um ano e meio. Com a mesma idade e formação académica que Maria, Mário não só já trabalhava no instituto no qual Maria acabava de ser admitida, como “estava ligado a outro instituto de investigação”, pelo que, tal como recorda a entrevistada, “ele, estando lá, apresentou-me às pessoas, aos físicos que lá trabalhavam e, portanto, também comecei a ter iniciação da investigação lá”.

Eu fiz os estudos, o curso de Física, e depois estive dois anos, mais ou menos, porque no fundo quando eu acabei o curso foi dois anos a seguir ao 25 de Abril e, portanto, houve assim um bocadinho de dificuldade, porque eu sempre quis ligar-me ao laboratório, à investigação e isso tudo. Nunca me tinha visto como professora do ensino secundário. Com a crise do 25 de Abril não havia outro remédio, portanto, tive que concorrer para o ensino secundário e estive

dois anos. Portanto, foi o primeiro ano e assim que me vi lá aproveitei para fazer o estágio pedagógico e profissionalizei-me no ensino secundário, no segundo ano. Entretanto, porque as faculdades estavam todas fechadas, não havia vagas, e assim que o instituto abriu vagas concorri. Portanto, foi dois anos depois, e entrei. A pessoa, obviamente estando ligada à universidade tem tempo e é, digamos, incentivada a ter um trabalho de investigação científica. Nesse sentido começámos a fazer esse tipo de trabalho, também por causa do meu marido comecei a ter um trabalho de investigação, porque ele na altura estava ligado a outro instituto de investigação. (...) Portanto, ele, estando lá, apresentou-me às pessoas, aos físicos que lá trabalhavam e, portanto, também comecei a ter iniciação da investigação lá.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;

Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

O percurso académico de Maria é então indissociável do de Mário, pois “trabalham em equipa” desde que se conheceram. O único filho do casal nasceu cerca de um ano após a entrevistada ter defendido a tese de doutoramento, tinha então trinta e quatro anos de idade. Observando o seu empenho na actividade profissional até engravidar, compreende-se bem a “dificuldade” que Maria confessa ter sentido “em ter que dividir ser professora e manter a investigação e ser mãe”. Tal como Mário, Maria dedicou-se a “cem por cento” à investigação durante vários anos em que foi dada ao casal a oportunidade de investir numa formação pós-licenciatura fora do país, tendo ambos os cônjuges terminado os doutoramentos quase em simultâneo. Entretanto, mesmo perante as dificuldades sentidas por Maria com a chegada do único filho do casal após concluir o doutoramento, esta mulher não deixou de progredir na carreira lado-a-lado com Mário, mesmo que recorde ter diminuído bastante a sua disponibilidade para a investigação logo após o nascimento do filho. Dado o carácter pioneiro em Portugal da área em que ambos se especializaram, Maria e Mário juntaram-se ao seu orientador e a outros dois colegas na formação de um novo laboratório associado ao instituto onde exerciam a docência. Desde então, têm horários de trabalho muito semelhantes, partilhando inclusive o carro na deslocação para o laboratório, três dos cinco dias da semana, quando nenhum dos dois tem aulas no instituto universitário. Como veremos mais adiante, é Maria quem gere a logística da casa, executando ainda antes de sair de casa para o trabalho as tarefas que não delega na empregada: “como chego tarde, as pequenas coisas que tenho que fazer em casa e como estou cansada prefiro fazer de manhã”. Apesar da maior sobrecarga doméstica, a sua carreira académica não deixou de progredir paralelamente à de Mário, que, de resto, não alcançou ainda, ao contrário dela, o estatuto de professor associado. Maria, porém, esclarece que o marido “ficou fora [do primeiro concurso] porque a selecção foi péssima”. Tal discrepância de estatutos alarga-se ao laboratório onde trabalham em equipa, mas também a este respeito a entrevistada faz questão de esclarecer que se trata de uma diferença unicamente formal: “o Mário participa também nas actividades administrativas e em tudo. Quando nós temos reuniões de chefes de projecto, ele está incluído. Portanto, aí é igual”.

Através da embaixada francesa tivemos um estágio no CERN, um mês no Verão, e adorámos todos. Aí o nosso orientador só dizia que havia um [lugar], mas encostámo-lo à parede e dissemos: "Ou vamos os três, ou não vai ninguém!". E, então, ele conseguiu. Ele conseguiu através do Ministério dos Negócios Estrangeiros Franceses, aqui em Portugal. E, através da França, conseguimos uma bolsa, porque, no fundo, sendo aquilo um laboratório internacional... Foi em [19]79, exacto, foi no Verão de [19]79. Depois tivemos um outro estágio, em Fevereiro, de outro mês. Entretanto, logo no Outono de [19]79, houve o nosso outro colega que teve a bolsa para fazer durante vários anos o doutoramento. Depois, no ano seguinte, fui eu que fui, em [19]80. (...) A partir de [19]80 comecei o doutoramento e estive cinco anos em França. O meu marido juntou-se no ano seguinte também, com bolsa, para fazer o doutoramento. Nós tínhamos no estatuto da carreira de docente como assistentes. Ao fim de dois anos, podíamos pedir dispensa do serviço de docente para fazer o doutoramento e, portanto, tínhamos que esperar por esse tempo, percebe? Eu, no Outono de [19]85 já tive que vir dar aulas, porque, como éramos assistentes, tivemos que pedir dispensa de serviço docente e era um período limitado. Portanto, concentrei as aulas e, depois, voltei para França e aí, como queria, voltei para lá. Foi nesse ano que escrevi a tese. Portanto, no fundo, estive mais do que cinco anos, porque depois estive lá praticamente mais o ano de [19]86 - estive sete meses de [19]86. Eu e o Mário concluímos o doutoramento praticamente ao mesmo tempo. Portanto, eu defendi a tese em Junho e ele defendeu três meses depois. (...) O nosso orientador, aí, aproveitou o facto de já ter tido nós os três doutorados mais ele, que, entretanto tinha tido ele próprio o orientando que fez um doutoramento misto, já ligado ao CERN. Digamos que o nosso orientador, nós os três, cinco anos mais novos que ele, e o outro, que é sete ou oito anos mais novo que ele, portanto, com este conjunto de cinco pessoas tivemos uma massa mínima crítica para abrir o laboratório. E nessa altura já tinha havido o chamariz de outros docentes de outra faculdade, que eram duas colegas que estavam ligadas um bocado à nossa área, porque isto aqui, as técnicas, algumas técnicas, são comuns e, portanto, e foi fácil para elas rodarem. E, aí, cria-se o laboratório. No fundo, nós todos somos professores no Instituto, não é? O salário é ganho lá, mas a investigação está aqui toda. Este laboratório, no fundo, não tendo sido um laboratório do Estado, foi criado com o título de uma associação sem fins lucrativos. Há uma obrigação da pessoa mostrar trabalho de investigação. Portanto, a pessoa todos os cinco anos tem que fazer um relatório e o relatório não pode ser meramente pedagógico. Há uma obrigatoriedade de se fazer investigação. (...) Os nossos percursos são semelhantes, se bem que quando houve o primeiro concurso do instituto para professor associado, quem entrou fui eu. Quer dizer, ele ficou fora porque a selecção foi péssima, foi uma coisa incrível! A partir daí, eu passei a ter mais categoria do que ele, porque entretanto os quadros não abrem. Portanto, é uma dificuldade muito grande. Ele hoje ainda é professor auxiliar. Portanto, aí eu fiquei associada e ele está como auxiliar. E aqui, no laboratório, também. Aqui, quem assume, no papel, as funções de chefia dos projectos sou eu. Se bem que obviamente nós trabalhamos em equipa. Portanto, o Mário participa também nas actividades administrativas e em tudo. Quando nós temos reuniões de chefes de projecto, ele está incluído. Portanto, aí é igual.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;

Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

### *"Aqui as pessoas vestem a camisola"*

Funcionários numa repartição de finanças, os pais de Susana são menos qualificados que os de Maria. Ambos com o ensino secundário, o pai de Susana detinha, porém, um estatuto mais elevado - chefe de repartição - do que a sua mãe, que sempre trabalhou no atendimento ao balcão. A entrevistada, por sua vez, frequentou a universidade, licenciando-se em Engenharia Civil, embora confesse que o curso, concluído aos vinte e sete anos de idade, foi "arrastado". O seu único filho nasceu tinha Susana vinte e seis anos de idade, e já estava casada com Paulo há mais de três anos. Com apenas um ano de diferença, Susana e Paulo conheceram-se no contexto universitário de Évora. Frequentavam então a mesma licenciatura em Engenharia Civil e namoraram durante três anos e meio, casando-se pouco depois de conseguirem transferência para Lisboa. Entretanto, Paulo aceitou uma proposta de emprego num banco enquanto ainda frequentava a licenciatura. Menos escolarizados que os pais dela, os pais dele não estudaram para além da quarta classe, retirando os seus rendimentos da exploração de uma mercearia. A diferença de origens sociais no casal consubstanciou-se desde logo no facto de Susana, já

casada e com um filho, ter sempre podido contar com a ajuda dos seus pais para terminar a licenciatura sem nunca ter que a “interromper” para exercer uma actividade económica, licenciatura essa que, ainda assim, só concluiria “um ano e tal depois do meu filho nascer”: “nunca interrompi completamente, ia fazendo umas cadeiras, mas assim devagarinho, bastante devagar”. O apoio dos pais da entrevistada estende-se ainda, e talvez sobretudo, a essa “ajuda grande” que representou a oferta de uma casa quando a entrevistada se casou.

Com a vinda para Lisboa, entretanto, casei-me, tive o primeiro filho e, portanto, eu não acabei logo o curso. Eu só acabei um ano, um ano e tal depois do meu filho nascer. Portanto, foi um curso arrastado. Nunca interrompi completamente, ia fazendo umas cadeiras, mas assim devagarinho, bastante devagar... No início do casamento, tenho que reconhecer que tive uma ajuda grande dos meus pais... Não era uma mesada, eu não tinha nenhuma mesada, mas na altura em que eu casei, já não me recordo já do ordenado do meu marido, mas... Não havia um compromisso, está a ver? Mas houve uma ajuda grande. Para já a casa tinha sido oferecida por eles. Portanto, logo aí não havia aquela... Era uma ajuda ótima, portanto, logo aí era um contributo bom, não é? Depois havia sempre o almoço lá em casa, jantar lá em casa, quando iam para nossa casa levavam sempre qualquer coisa. Portanto, era este tipo de ajuda. Não havia uma mensalidade, mas havia uma ajuda grande, houve sempre, ao longo dos anos.

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;  
Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

Enquanto Susana se dedicou à maternidade e aos estudos sem ter que procurar uma actividade económica, Paulo foi-se “desmotivando” de estudar, “desistindo” da licenciatura com apenas o terceiro ano concluído, pois a actividade no banco - no qual se empregou quando casaram - foi-lhe retirando a disponibilidade para estudar: “ele ficava tão ocupado no banco que, realmente, o tempo disponível era muito pouco para estudar”. Ao contrário, porém, de casos como o de Frederico, marido de Filomena, em que a ascensão na hierarquia dependia da posse de uma licenciatura, Paulo não se deparou com tais requisitos para realizar as suas aspirações de carreira, tendo sido a própria entidade empregadora a fornecer-lhe a formação necessária à progressão na hierarquia. Susana sublinha que a oportunidade de “trabalhar para o grupo BCP na altura em que eles estavam praticamente a começar” foi decisiva, pois “as pessoas eram muito motivadas para subirem na carreira”, o que explica que hoje, com “doze ou catorze pessoas a cargo”, Paulo esteja num patamar da carreira que a entrevistada considera “equivalente” ao seu: “o cargo que o Paulo ocupa é praticamente equivalente àquilo que eu recebo aqui na empresa, também, falando de valores, apesar de não ter acabado o curso”.

O ele ter deixado o curso não levou a conflitos, portanto, o eu querer acabar, também não. Até porque nunca pus as coisas dessa forma “eu tenho que acabar”. Não... Ele fez três anos do curso, não fez mais que isso. Surgiu uma oportunidade de emprego num banco e ele acabou por aceitar. O que acontecia é que, depois, ele ficava tão ocupado no banco que realmente o tempo disponível era muito pouco para estudar. Portanto, foi por isso que ele desistiu. Desmotivou-se... Ele, apesar de não ter acabado o curso dele, foi trabalhar para o grupo BCP na altura em que eles estavam praticamente a começar e, portanto, as pessoas eram muito motivadas para subirem na carreira e foi isso que aconteceu com ele. Ele tem vindo a subir. Lá no banco dão muita formação e, como eram inicialmente muito poucos, eles tiveram mais facilidade em subir. Portanto, eram poucos na altura, hoje as pessoas... Ele já entrou no patamar médio, mas era mais fácil de subir nessa altura. Ele, neste momento, o cargo que o Paulo ocupa é praticamente equivalente àquilo que eu recebo aqui na empresa também, falando de valores, apesar de não ter

acabado o curso. Hoje tem umas doze ou catorze pessoas a cargo. É um balcão grande, portanto, tem muita gente. (...) Não acho que ele esteja assim contrariado com alguma coisa e acho que gosta também daquilo que faz, acho que é essencialmente isso. Sente-se bem também com aquilo que faz... Ele faz também qualquer coisa que gosta e, aliás, isso tem-se mostrado na carreira dele, porque ele tem subido, tem trabalhado bastante.

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;

Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

Deste modo, Susana só começou a trabalhar com vinte e sete anos de idade, após ter concluído a licenciatura. A entrada no mercado de trabalho não representou, contudo, o início da sua carreira como engenheira, porquanto a entrevistada começou por leccionar, durante dois anos, Matemática no ensino secundário. Esclarece que “o dar aulas foi para não estar parada”, sem que, no entanto, tenha propriamente “procurado” oportunidades para exercer a profissão para a qual se formou e com a qual sempre se “identificou: “Eu sempre me identifiquei bastante com a Engenharia Civil. (...) Acho que estou naquilo que gostava de fazer”. Ao fim de dois anos surgiu-lhe a oportunidade para trabalhar como engenheira na empresa de fundações onde à data da entrevista exercia funções como directora comercial. Congratula-se de ter agarrado a oportunidade, fazendo um balanço muito positivo da sua carreira: “ao fim de doze anos de carreira, acho que foi bem escolhido, acho que escolheria exactamente o mesmo, sinto-me bastante realizada”.

Tirei o curso e comecei a dar aulas, estive dois anos a dar aulas, ainda, no secundário, matemática. O dar aulas foi para não estar parada, mas não posso dizer que tenha andado assim tão à procura, porque as oportunidades surgiram também, até porque, na altura, tinha umas colegas que tinham acabado também e tinham começado a dar aulas. E, portanto, eu achei que podia começar também por ali. E, depois, quando surgiu a hipótese de emprego, mudei imediatamente... Só depois é que surgiu, por intermédio de uma pessoa conhecida que trabalhava para uma empresa e, então, mudei. A partir daí estive sempre a trabalhar em Engenharia Civil. Quer dizer, a partir do momento em que a pessoa tira um curso de Engenharia Civil é para trabalhar no ramo, não é? Eu sempre me identifiquei bastante com Engenharia Civil. Hoje, ao fim de doze anos de carreira, acho que foi bem escolhido, acho que escolheria exactamente o mesmo, sinto-me bastante realizada. Acho que estou naquilo que gostava de fazer. (...) Esta empresa é uma empresa que faz parte de duas grandes empresas de construção. Esta empresa trata essencialmente de problemas de fundações, portanto, tudo o que é fundações de edifícios é feito aqui. Nesta empresa há a administração e a seguir à administração há uma série de directores, directores que estão separados por actividades, por áreas de actividades. Dentro das fundações há várias formas de se fazerem determinados trabalhos, portanto cada área tem um director comercial e eu estou na parte comercial.

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;

Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

O ritmo da actividade profissional quer de Susana, quer de Paulo, significa uma carga horária equivalente de dez horas diárias, pelo que a hipótese de um segundo filho foi sendo progressivamente afastada com as crescentes exigências relacionadas com as carreiras profissionais de ambos. No caso de Susana, o pesado horário de trabalho resulta, por um lado, da prioridade que atribui às suas aspirações de carreira - “Acho que nunca quis ficar para trás e, portanto, obriguei-me um bocadinho a este horário.” - sem que tal signifique, contudo, relegar totalmente para segundo plano as exigências relacionadas com a vida familiar. Na verdade, o bem-estar e a realização que retira da actividade profissional que exerce - “Se me disser ‘custa-



lhe ter este horário?', não me custa nada, porque eu acho que já cheguei a uma fase em que estou tão embrenhada no trabalho que não me custa e gosto de fazer aquilo que estou a fazer e das pessoas com quem trabalho" - não deixa de conviver com o sentimento de falta de tempo, que durante a semana é absorvido pela sua actividade profissional e, mais recentemente, por "uma pós-graduação em gestão para executivos", que frequenta "às sextas feiras à tarde e aos sábados de manhã". De facto, Susana ressent-se com a falta de disponibilidade para a família, que tenta ressarcir nos fins-de-semana, e com a falta de tempo para si própria, que este compromisso de *compensação da vida familiar* não autoriza - "eu acho que é mais importante estar com eles do que ir fazer uma hora de ginástica" - o que acaba por resultar num sentimento contraditório de *descompensação pessoal* - "acho que me falta essencialmente tempo para mim, gostava muito de ter tempo para fazer um bocado de ginástica, para ir mais vezes ao cabeleireiro, para ir mais vezes às compras, enfim, para estas coisas...".

Aqui o ritmo de trabalho que eu tenho é terrível! A minha hora de chegada aqui ao escritório é entre as nove e as nove e meia... e nunca saio antes das oito horas, o que é muito! Depois tenho uma hora e tal para o almoço, depende se tenho que fazer alguma coisa ou não.... O meu horário de dez horas, como o do Paulo. (...) Acho que nunca quis ficar para trás e, portanto, obriguei-me um bocadinho a este horário. Se me disser "custa-lhe ter este horário?", não me custa nada, porque eu acho que já cheguei a uma fase em que estou tão embrenhada no trabalho que não me custa e gosto de fazer aquilo que estou a fazer e das pessoas com quem trabalho e, portanto, não me custa. Agora, sou capaz de ir para casa e pensar "devia ter marcado uma consulta, mas esqueci-me; devia ter ido à lavandaria e, afinal, só vou amanhã". É claro que há esta parte que eu sinto que é prejudicada, porque estou aqui a trabalhar. Mas o que é certo é que eu tenho dias em que estou aqui a trabalhar e nem me lembro depois do que tenho que fazer, só mesmo quando vou para casa e vejo que me esqueci de determinadas situações e aí, então, é que acho que preciso de mais tempo. (...) Eu ainda estou a fazer agora uma pós-graduação em gestão para executivos... Funciona às sextas-feiras à tarde e aos sábados de manhã, portanto, está a ver, eu tenho que tirar meio dia da empresa e meio dia da família... Mas tenho momentos em que sim, em que acho que teria sido óptimo ter um emprego de sair às quatro horas, por exemplo. (...) Acho que me falta essencialmente tempo para mim, gostava muito de ter tempo para fazer um bocado de ginástica, para ir mais vezes ao cabeleireiro, para ir mais vezes às compras, enfim, para estas coisas... É isso que me tem custado. O bocadinho que eu tenho para mim são realmente as minhas horas de almoço. Às vezes, até almoço sozinha. (...) Eu no fim-de-semana, como disse, ligo muito à família. Portanto, eu não abduco... Pode ser um bocadinho de desarrumação na minha cabeça, mas ainda não consegui tirar uma hora para ir fazer... quer dizer, não tirei porque eu acho que é mais importante estar com eles do que ir fazer uma hora de ginástica, por exemplo.... Nem sequer me inscrevi porque tenho consciência que é um horário que eu depois posso não conseguir cumprir. Também para estar enervada a pensar que tenho que ir... É claro que ao fim do dia era sempre ideal, mas o que acontece é que eu gosto da minha vida em casa também, o arrumar as coisas, dá-me muito gosto. Portanto, ao mesmo tempo que eu estou muito bem aqui a trabalhar, eu gosto muito de ir para casa também, arrumar... E depois há a família...

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;

Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

Por outro lado, o pesado horário laboral de Susana deve-se ao facto de esta mulher estar inserida num contexto profissional com uma cultura organizacional própria. Sendo reconhecido que as actividades relacionadas com a engenharia são ainda sobretudo exercidas por homens (Bagilhole *et al.*, 2000), parece-nos indiscutível que a prevalência do princípio de entrega incondicional à empresa - "isto é uma empresa onde as pessoas não têm um horário (...) Aqui as pessoas vestem a camisola" - não contempla os constrangimentos daqueles sobre quem recai a sobrecarga da vida familiar, por norma as mulheres. Susana não deixa, pois, de constituir um

exemplo da desigualdade entre os sexos no que toca aos efeitos deste tipo de exigência normativa num local de trabalho onde predominam os homens. A este propósito, a entrevistada recorda a mágoa que guardou dos comentários de colegas seus que, em jeito de “brincadeira”, não deixaram de reparar no facto de ela ter que sair mais cedo para ir buscar o filho ao colégio: “isso tinha dias que me magoava muito”.

É assim, isto é uma empresa onde as pessoas não têm um horário, têm mais ou menos para entrar, mas para sair não têm. Quer dizer, desde que eu consiga fazer o meu trabalho, mas o que acontece é que eu tenho sempre muitos assuntos para tratar e, portanto, eles nunca ficam... Não há dia nenhum... porque o trabalho vai-se sempre acumulando... nunca se chega ao fundo do cesto, como eu costumo dizer. Há sempre muita coisa para tratar. (...) Eu noto que é uma empresa onde as pessoas estão, porque estão mesmo a trabalhar, não estão aqui só para passar o seu tempo. Porque há determinados sítios onde as pessoas estão para fazer horas ou para serem vistas. Não é o caso daqui da empresa. Portanto, aqui na empresa as pessoas estão porque estão a trabalhar e porque a maior parte faz aquilo que gosta mesmo de fazer. Aqui as pessoas vestem a camisola. (...) É claro que, aqui na empresa, hoje em dia, já há mais mulheres, muitas mulheres até, mas eu durante muito tempo fui das únicas, pelo menos como técnica, fui a única mulher e, portanto, isso obrigava-me um bocadinho... Isto para não ficar atrás, não é? Se os meus colegas tinham aquele horário eu também vou tentar ter. Mas já saí daqui, não digo a chorar, mas com lágrimas nos olhos, porque havia um comentário que me ofendia imenso, que era eu sair... Portanto, o meu filho esteve durante muito tempo num colégio e eu tinha que o ir buscar até às sete horas, que tinha dias em que saía daqui às cinco para as sete porque o colégio era relativamente perto e ouvia comentários de colegas tipo “Já vai sair?”, “Ainda é muito cedo!”... E isso tinha dias que me magoava muito. O meu marido nunca deve ter ouvido um comentário desses, e isso ofendia-me muito. Foi assim das coisas que mais me custou aqui. Até acredito que os colegas que o diziam não o faziam com alguma intenção: até era uma brincadeira!

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;  
Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

### *“Prefiro o stress”*

No conjunto de oito filhos, Sara, quarenta e seis anos de idade, tem apenas dois irmãos mais novos. Mãe de um único filho, vive em Lisboa, onde exerce a função de técnica de relações públicas num banco. Todavia, cresceu no campo, numa família “verdadeiramente” católica. Filha de um grande proprietário agrícola, recorda a infância feliz num contexto familiar onde a mãe “sempre achou que nós devíamos ajudar a fazer as coisas”, pelo que todos colaboravam no trabalho doméstico - “até o meu pai, tanto quanto possível, até porque éramos muitos” - da mesma forma que a progenitora não se limitava à esfera doméstica, intervindo sempre que necessário na própria gestão da lavoura, como de resto se observa junto das famílias no campo (Wall, 1998).

Contudo, “nas famílias grandes os irmãos mais velhos têm uma autoridade próxima da autoridade dos pais”, pelo que Sara não escapou a essa regra, mas sempre vai sublinhando que a mãe “não abdicava do seu papel”: “Nunca achei que a minha irmã fosse a minha mãe, portanto, a minha mãe foi sempre a minha mãe; a minha mãe manda sempre”. A verdade é que a delegação parcial do papel parental nos filhos mais velhos – “os meus irmãos mais velhos eram adultos” - foi porventura um pouco mais longe do que é usual, porquanto a segunda irmã mais velha assumiu “formalmente” um papel central na educação de Sara até esta concluir a

quarta classe: “No jardim de infância, a minha educadora era a minha irmã; a minha professora primária era minha irmã”. Uma vez que a irmã “leccionava habitualmente fora do sítio onde nós morávamos”, Sara acompanhava-a, tendo por isso vivido sob sua tutela durante os quatro anos do ensino primário.

Relativamente à escolaridade primária, a minha irmã leccionava habitualmente fora do sítio onde nós morávamos, portanto fazia com que nós nos deslocássemos para essa localidade e, durante o tempo em que havia aulas eu ficava com a minha irmã e vínhamos no fim-de-semana ou vínhamos de férias, dependendo um bocado dos locais, porque eu fiz num sítio a primeira e a segunda e a terceira noutra, e a quarta noutra local diferente. (...) Nunca achei que a minha irmã fosse a minha mãe, portanto, a minha mãe foi sempre a minha mãe; a minha mãe manda sempre. (*risos*) Não abdicava do seu papel, mas nas famílias grandes os irmãos mais velhos têm uma autoridade próxima da autoridade dos pais, é uma autoridade que nós não questionamos, eles tomam conta de nós como tomam os pais. Portanto, não é uma autoridade que me lembre de se contestar, mas também não me lembro que isto me causasse alguma confusão de todo.

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;  
Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

A delegação parental na irmã mais velha e o facto de ter vários irmãos bastante mais velhos contribuíram, segundo a entrevistada, para que adquirisse logo na adolescência um grande sentido de “responsabilidade”, que se revelou decisivo para que os pais a autorizassem a vir estudar para um liceu em Lisboa: “A minha mãe pediu muito para nos responsabilizarmos (...) Eu lembro-me quando tinha dezasseis, dezassete anos, tinha amigos rapazes que tinham horas para chegar a casa, era o normal. Eu estipulava as minhas próprias horas de chegar a casa porque sabia que tinha aulas no dia seguinte”. Os pais não lhe transmitiram apenas confiança, mas simultaneamente um sentimento de “liberdade para sermos o que nós quisermos”, uma atitude que Sara explica pelo facto de os pais poderem “realizar as expectativas (...) através dos vários filhos”. E, na verdade, enquanto ela e os irmãos mais novos frequentaram o ensino superior, alguns dos seus irmãos mais velhos, pelo contrário, não estudaram para além do nono ano do liceu. Sara sublinha assim que a “formação” ou o “dinheiro” não são valores pelos quais os progenitores “pautam a avaliação que fazem dos filhos”, destacando pelo contrário orientações normativas - os “princípios” que os filhos devem “seguir” - que são obviamente indissociáveis do facto de serem pais “supercatólicos”. A título de exemplo, Sara vive com Sérgio, o pai do seu filho, em união de facto e, ainda que sejam “recebidos lá em casa como se fôssemos casadíssimos”, a entrevistada reconhece alguma insatisfação, sobretudo notória na atitude da mãe, para quem o casamento “tem muita importância”.

Eu aos dezasseis anos, como tinha irmãs mais velhas, de irmãos também rapazes, tinha essa vantagem: acabava por poder ir a sítios que eles iam e, como não ia sozinha, tinha essa liberdade, beneficiava do facto de ter irmãos mais velhos. A minha mãe também percebeu que se eu estava aqui [em Lisboa] a estudar sozinha com a minha irmã, que era quatro anos mais velha que eu e que não ia tomar, com certeza, conta de mim, não é verdade? A minha mãe pediu muito para nos responsabilizarmos, e disse: “Meninas, eu não estou lá para tomar conta, és tu que tens que tomar conta de ti, portanto, o que fizeres, nós podemos ficar muito tristes ou contentes, mas a pessoa que vai sofrer

as consequências, boas ou más, és tu". E eu lembrei-me disso! A liberdade era grande, mas também a responsabilidade era enorme e, portanto, isso dá de facto limites. Dá limites e, também, todo um conjunto de normas que a pessoa foi interiorizando e que numa situação em que não tenha desculpa, de não deixaram ou deixaram, a pessoa tem que ser mesmo responsável por isso. Eu lembro-me quando tinha dezasseis, dezassete anos, tinha amigos rapazes que tinham horas para chegar a casa, era o normal. Eu estipulava as minhas próprias horas de chegar a casa, porque sabia que tinha aulas no dia seguinte, tinha que fazer as coisas e, portanto, isso dava-me os limites daquilo que eu poderia fazer. (...) Acho que os meus pais tinham a vantagem de não nos dar propriamente "tens que ser isto ou fazer isto". Quer dizer, é uma das vantagens de ser de uma família grande, em que os pais podem realizar as expectativas que tenham através dos vários filhos e, portanto, nós não sentimos essa pressão de corresponder a expectativas. Tínhamos uma maior liberdade para sermos o que nós quisermos. Sempre senti que tinha essa liberdade. (...) Os meus irmãos mais novos estudaram talvez mais que eu, quer dizer, fizeram o mestrado, mas digamos que não é nem por pressão dos pais... Eu atribuo mais às características dos pais que são mais importantes do que o resto. Eles são supercatólicos, mas verdadeiramente católicos, ou seja, não dão muita importância a uma pessoa que tem muito dinheiro ou pouco dinheiro, tem mais formação ou menos formação. Não é exactamente por esse tipo de coisas que eles pautam a avaliação que fazem dos filhos. Quer dizer, estão muito mais satisfeitos com o filho que corresponda a isto e que siga estes mesmos princípios... Se quiser, o facto de eu ter uma união de facto é menos (*riso*)... Nós [Sara e Sérgio] somos recebidos lá em casa como se fôssemos casadíssimos, não é? Mas é uma coisa que tem importância, eu sei que para a minha mãe tem muita importância.

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;  
Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

Sara licenciou-se em Serviço Social e, ainda nos primeiros anos do seu percurso profissional, sentiu necessidade de apostar mais em formação académica, inscrevendo-se numa pós-graduação em Ciências da Comunicação, cujo estágio a levaria a conhecer Sérgio, tinha então a entrevistada trinta e um anos de idade. A recuperação de uma longa relação de namoro recentemente desfeita implicava canalizar toda a concentração para o trabalho e, mais ainda, para a pós-graduação: "Naquele momento não estava interessada em ninguém, fosse quem fosse, estava muito mais interessada em viver a minha vida". No entanto, a "persistência", o "interesse", a "permanência", a "constância" de Sérgio foram qualidades às quais Sara se descobriu receptiva. Seis anos mais velho, casado e com um filho bebé, este homem, com uma origem social urbana - filho de mediador de seguros - trabalhava na empresa de edição onde Sara estagiou. Face ao carácter extra-conjugal da relação em que Sara se viu envolvida, evita falar dos primeiros anos que viveu com Sérgio, porventura pelo pudor a que obrigam os "princípios" que herdou da sua família de origem. Desse período conturbado informa-nos apenas que o litígio com a ex-mulher e a idade do filho contribuíram para que Sérgio só viesse a divorciar-se nove anos depois de se terem enamorado.

Quando conheceu Sara, Sérgio trabalhava como jornalista numa empresa de "produtos mediáticos". No momento da entrevista, ocupava o cargo de editor. A sua carreira não deixa de contrastar com a da entrevistada, na medida que revela mais os traços da "carreira organizacional" (*organizational career*) que, segundo C. Handy (1994), tem vindo a dar lugar, nos países ocidentais, à "carreira porta-fólio" (*portfolio career*). Mais individualizado, o percurso profissional de Sara desenvolveu-se sem estar dependente de uma única organização, revelando-se muito próximo do tipo de "carreira porta-fólio" identificado por Handy (1994). De facto, a entrevistada mudou por diversas vezes de emprego consoante as suas aspirações, a

sua formação e as oportunidades que lhe foram surgindo. Durante a licenciatura, empregou-se temporariamente em diversas empresas de serviços para atenuar a despesa dos pais com os seus estudos. Terminada a licenciatura, começou por trabalhar nos “serviços sociais” de um organismo do Estado onde acabou por ser integrada como quadro da função pública, no entanto, após a conclusão da pós-graduação em Ciências da Comunicação optou por “trabalhar na área da comunicação”, aceitando o convite que lhe foi dirigido, por intermédio da universidade, para ocupar o cargo de assessora de imprensa na Presidência do Conselho de Ministros. Esta mudança implicou um ritmo de trabalho muito mais acelerado. Tal como esclarece a entrevistada: “é estarmos num sítio onde as coisas acontecem, o que se faz pode mexer com o que vai acontecer”. No entanto, não deixa de sublinhar a importância da formação em Serviço Social na sua nova área de actuação, sobretudo na “forma como me relacionava com os jornalistas, [n]a forma como me relacionava com os membros do gabinete”. Ao fim de seis anos, deixou a assessoria de imprensa para ter mais disponibilidade para o seu filho, ainda bebé. Sara pretendia então atenuar o seu “ritmo de gabinete”, mas, ainda que se “realizasse” na área de serviço social, não regressou ao seu lugar anterior na função pública - “eu era do quadro da administração pública” -, tendo optado por “experimentar uma empresa” e o “ritmo empresarial”, aceitando o convite para o cargo de técnica de relações públicas num banco do Estado, pois também pretendia “continuar na área da comunicação”.

Quando fiz a pós-graduação, já trabalhava. Aliás, já no meu curso de Serviço Social estava a trabalhar. Fiz assim. (...) Depois comecei por trabalhar nos serviços sociais, onde era responsável por uma área que era o apoio social, tinha pessoas a trabalhar comigo. E depois fiz o curso de pós-graduação de Ciências da Comunicação e houve um ministro que pediu uma pessoa à universidade e a universidade perguntou-me se eu queria e eu disse que sim. Portanto, tive aquela experiência, trabalhei com o Governo. Depois o Governo seguiu convidou-me e o outro também me convidou e fiz esse percurso. Portanto passei a trabalhar na área da comunicação. Mas a formação no serviço social foi muito útil para a formação seguinte, porque a forma como me relacionava com os jornalistas, a forma como me relacionava com os membros do gabinete, seguramente era muito diferente, atendendo à formação anterior que tinha. Foi uma vantagem! Digamos que é um caminho. (...) Também me realizava antes, durante o tempo do serviço social, também me realizava. Depois quando terminou, eu voltei... Aliás eu era do quadro da administração pública, voltei, mas depois de ter estado seis anos de fora tudo é diferente e eu não queria voltar ao serviço social, mas continuar na área da comunicação. Vim para o banco porque queria continuar na comunicação. Experimentar uma empresa é uma coisa interessante. Agora, para quem vem de um ritmo de um gabinete e entra num ritmo empresarial a diferença é... Não tem qualquer comparação! Na actividade e de tudo! Quer dizer, é estarmos num sítio onde as coisas acontecem, o que se faz pode mexer com o que vai acontecer, não é? A vida institucional não é nada assim com grandes ritmos, as coisas passam-se doutra maneira. Uma coisa é estar sempre nesse ritmo e outra coisa é conhecer outros ritmos, experimentar outros ritmos.

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;  
Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

O desejo de um abrandamento do ritmo de trabalho nos primeiros anos de vida do filho é assim justificado quer pela curiosidade de “experimentar novos ritmos”, quer pelo desejo de evitar a indisponibilidade de tempo para a vida familiar que o cargo de assessora de imprensa do Governo implicava: “tinha uma actividade muito preenchida e que não termina no momento em

que se vai para casa". No entanto, para esta mulher "habitu[ada] sempre a fazer muita coisa, a ter desafios intelectuais, a ter desafios académicos", o emprego no banco é vivido com ambivalência. Por um lado, no plano da vida familiar, as "vantagens" de um horário de função pública, tão valorizado pelas mulheres com *estratégias familiaristas* (capítulo 7): "do ponto de vista do meu filho, eu saber que posso sair à hora *x*, que o posso acompanhar, posso marcar a consulta". Por outro, um emprego "muito mais monótono, menos preenchido", comparativamente com a sua função de assessora de imprensa e, sobretudo, considerado pouco enriquecedor ao nível das competências e dos conhecimentos - "senti-me um pouco a não aprender nada" - levou Sara, à medida que o seu filho foi precisando menos da sua presença, a procurar outras fontes de estímulo intelectual e, em particular, a frequentar um mestrado em Psicologia. A frequência deste mestrado retirou-lhe obviamente "disponibilidade" para o seu filho, mas tal como confessa a entrevistada, "preciso dessa realização (...) prefiro o *stress*, prefiro fazer coisas e estar a aprender do que assim". Esta atitude demonstra bem que a mudança de uma profissão muito exigente em tempo e disponibilidade para uma profissão com "ritmo empresarial" é fruto de uma concessão temporária à prioridade dos cuidados com a criança, não demorando muito para que Sara procurasse satisfazer a sua "necessidade de estar mais activa". A entrevistada sublinha, contudo, que a sua inscrição num mestrado não tem como propósito "a expectativa de melhorar a minha posição", porquanto defende que "já estou numa fase em que sou convidada para uma coisa, já não estou em idade para me candidatar".

Fiz os meus cursos a trabalhar, habituei-me sempre a fazer muita coisa, a ter desafios intelectuais, a ter desafios académicos. Em relação ao mestrado em Psicologia, eu quero é ir aprender! Não é só fazer coisas, é aprender, é estar dentro das matérias! (...) Durante o tempo em que fiz assessoria de imprensa, não tinha tempo para pensar neste tipo de coisas, não é? Porque tinha uma actividade muito preenchida e que não termina no momento em que se vai para casa. Pode-se chegar a casa e ter que gerir uma coisa qualquer, ou ter que voltar ao gabinete de assessoria de imprensa. Aprendi muito em exercício e, quando vim para aqui, digamos que senti-me um pouco a não aprender nada! Apesar de tudo, eu gosto de vir para aqui todos os dias, não faço um esforço. Digamos que só isto para mim seria muito pouco, mas isto permite-me ter outras coisas. Há outras coisas que seriam mais que isto, mas que não me permitiam ter outras áreas de realização, não é? (...) Eu reconheço muitas vantagens, até do ponto de vista do meu filho, eu saber que posso sair à hora *x*, que o posso acompanhar, posso marcar a consulta e não me acontece como acontecia quando estava no gabinete, eu sentava-me na cadeira do dentista e ligavam-me a dizer "precisamos de si para decidir isto ainda de manhã, vamos aí buscá-la". Mas este trabalho é muito mais monótono, menos preenchido. Obriga a uma grande permanência e, portanto, começo a ter necessidade de mais coisas, não é? Daí o mestrado. Não tenho de todo a expectativa de melhorar a minha posição cá dentro, porque quando se tem um determinado currículo e uma determinada idade e experiência, digamos que isso é mais determinante do que ter mais a habilitação *x* ou *y* ... Eu já estou numa fase em que sou convidada para uma coisa, já não estou em idade para me candidatar. Alguém que sabe que eu existo, que precisa de alguém com o meu perfil, com as minhas competências... Tem a ver com esta necessidade de estar mais activa. Eu preciso dessa realização, de estar assim nesta situação, porque estar aqui estava a ficar... Prefiro o *stress*, prefiro fazer coisas e estar a aprender do que assim, não é? Aliás o meu filho aqui há uns tempos percebeu que eu passei a estar menos disponível, não é? Quando comecei o mestrado tinha mais trabalhos para fazer e ele queria ir brincar, ir sair, e começou a perceber. É sobretudo realização. Para mim estava a ser terrível olhar para trás e pensar... Olhar para trás e ver "o que é que eu estou a aprender? Eu não estou a aprender nada", percebe? Eu no dia-a-dia não aprendo nada, não enriqueço nada. Quer dizer, pelo menos assim olho para trás e posso pensar "aprendi aqui umas coisas a fazer isto".

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;

Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

Revelando claramente uma *estratégia carreirista* no modo como articula a vida profissional e a vida familiar, sublinhe-se que esta entrevistada não menospreza a importância dos diferentes domínios de realização pessoal: “eu também me realizo muito com outras coisas que faço”. “A realização é uma coisa de conjunto”, observa em jeito de balanço, pelo que “há fases em que obviamente a nossa realização tem que se transferir para outras áreas”.

Eu acho que a realização não é só a profissão, quer dizer, a realização é uma coisa de conjunto e por isso é que se investe mais numa coisa do que noutras e numa fase da vida investe-se mais numa coisa do que noutras. Porque eu também me realizo muito com outras coisas que faço. Realizo-me muito em ir buscar o meu filho ao futebol, sei lá... Porque os ritmos de crescimento das crianças também determinam uma data de coisas a esse nível, não é? Há fases em que eles precisam de nós e há fases em que eles não precisam de nós, há fases em que obviamente a nossa realização tem que se transferir para outras áreas, não é?

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;

Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

### *“Estou sempre a trabalhar”*

Marta representa um último exemplo da elaboração de uma *estratégia carreirista* num contexto conjugal com *trajectória homogâmica*. Docente de Inglês e Alemão no ensino secundário, Marta casou com Bernardo, contabilista. Ambos protagonizam percursos de ascensão social em relação aos pais, cuja escolaridade não foi além do quinto ano do liceu: o pai de Marta explorava uma churrascaria; o pai de Bernardo, retornado de África, foi integrado na função pública numa repartição de finanças. Marta sublinha que não estudou por “pressão” dos seus pais, mas porque “era extremamente exigente comigo própria”. Confidencia-nos que, de início, o seu desejo era seguir Medicina, culpando contudo a adversidade, designadamente o 25 de Abril de 1974, “que veio a estragar tudo”, uma vez que tinha aderido a uma “experiência [pedagógica] a nível nacional” que foi interrompida, deixando-a muito menos preparada do que os seus colegas para as disciplinas necessárias ao ingresso em Medicina: “eu tinha que estudar quatro vezes mais que os outros, porque tudo era diferente”. Habituada a “notas altas”, Marta trocou o desejo de seguir Medicina pela sua já comprovada prestação em “letras”: “eu estas notas não quero, então eu desisto e vou para letras”. Recorda esta decisão com um sentimento ambivalente de expiação - “foi uma estupidez, na altura” -, conformismo e satisfação: “Hoje não me queixo, porque gosto do que estou a fazer”.

O curso que eu queria tirar era Medicina, estupidamente não fui... Nunca foi por pressão dos meus pais, porque eles nunca fizeram qualquer pressão. Eu sempre tive, eu sempre busquei o perfeito e, para mim, uma nota que fosse abaixo de um catorze ou de um quinze era, para mim, uma miséria. Portanto, eu era extremamente exigente comigo própria. Só que, até se dar o 25 de Abril, eu estava integrada numa experiência a nível nacional que se chama mesmo “Experimental”, em que eles escolhiam setenta e cinco alunos em cada capital de distrito para a experiência e tinham que ser voluntários. (...) Foi extraordinariamente interessante, basta dizer que eu no primeiro ano nunca tive livros, nós aprendíamos era pela experiência directa, pelo contacto directo e o Ministério é que mandava umas fichas... Era

extremamente interessante. Depois o que veio a estragar tudo, neste caso, foi o 25 de Abril. (...) Quando se dá o 25 de Abril, tudo o que estava para trás foi considerado errado! Então, agarraram em nós, que não tínhamos livros, que não dávamos as mesmas disciplinas – nada! - e deixaram-nos no sistema normal. Portanto, eu dei comigo no que é agora o décimo ano a ter físico-química, sem nunca ter tido na vida, enquanto que os outros tinham físico-química desde o sétimo. Eles já estavam no quarto ano de físico-química e eu nunca tinha tido e fui inserida nessas turmas. Resultado, eu tinha que estudar quatro vezes mais que os outros, porque tudo era diferente. A única coisa que, de facto, não era diferente era, por exemplo, português, inglês, francês... Resultado: as minhas notas altas vieram por aí abaixo, porque de facto eu não conseguia... Era impossível! Então eu pura e simplesmente disse: "eu estas notas não quero, então eu desisto e vou para letras", porque eu, aí, tinha grandes facilidades nas letras e as minhas notas já podiam subir um bocadinho. Foi uma estupidez, na altura. Aí os meus pais não me deviam ter deixado desistir, mas eles não me quiseram pressionar... Hoje não me queixo, porque gosto do que estou a fazer. Eu agora gosto, mas de facto não era para aqui que eu queria ir, não era professora que eu queria ser, mas acabei por ser, e hoje estou satisfeita. Quer dizer, acho que gostava das duas coisas [de Medicina e da docência], porque eu lembro-me de obrigar, era um tormento para a minha irmã, eu ensinava a minha irmã mais nova, eu ensinava-lhe francês, fazia-lhe fichas... Obrigava-a coitada, e ela não queria. (riso) Eu julgo que já gostava muito, só que talvez ainda não tivesse percepção disso.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Marta cresceu em Évora, tendo vindo viver para Lisboa já casada e depois de ter nascido o primeiro filho do casal. Após três anos de namoro, casou-se assim que, concluída a licenciatura, conseguiu colocação como docente do ensino secundário, tinha então vinte e três anos de idade. Três anos após o casamento, nasceu o primeiro filho do casal. Surgiu então nessa altura a oportunidade de Bernardo vir trabalhar para a empresa de um tio de Marta sediada em Lisboa, pelo que, sublinha, "mudámos para Lisboa por questões de trabalho, do trabalho dele". Se a alteração de residência devido à profissão do homem não foi problemática no que toca à própria inserção profissional da mulher - "Eu, como professora, é fácil concorrer" - já no que se refere à sua disponibilidade para a vida profissional, Marta ressentiu-se com a mudança, uma vez que se descobriu sem os apoios familiares com que, em Évora, podia contar: "foi uma mudança tremenda na minha vida, porque eu estava habituada a viver numa cidade onde tinha os meus pais, as minhas irmãs, tinha toda a família". Trata-se pois de alguém para quem a família, uma vez próxima, constitui uma verdadeira rede de entajuda nos diversos planos – logístico, material e emocional - pelo que Marta reagiu com uma "depressão" a essa "mudança radical".

Fiz a licenciatura em Évora. Eu casei em Évora, eu vivi em Évora, eu tive o meu primeiro filho em Évora... Mudámos para Lisboa por questões de trabalho, do trabalho dele. Eu, como professora, é fácil concorrer. A minha vida a partir do momento em que vim viver para cá foi uma mudança tremenda na minha vida, porque eu estava habituada a viver numa cidade onde tinha os meus pais, as minhas irmãs, tinha toda a família, tinha tudo, qualquer opinião, tinha pai, tinha mãe, irmãs, tinha cunhado, tudo, e de repente vim viver para aqui completamente sozinha, sem ninguém, foi uma mudança radical que eu digo que se aguentei isso aguento tudo. Eu dantes ia ao supermercado e telefonava à minha mãe e dizia "mãe, o que é que eu compro? Como é que eu faço?". (riso) Foi terrível, aliás eu na altura quase que apanhei uma depressão, porque foi realmente terrível...

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Todavia, a reacção negativa à mudança para Lisboa não é explicada simplesmente pela ausência súbita da rede familiar, mas também, e talvez sobretudo, pelos efeitos de tal ausência sobre a própria disponibilidade profissional desta mulher, que se projecta muito para além das



exigências relacionadas com a docência no ensino secundário. Da forte aspiração profissional de Marta é desde logo sintomática a expressão “eu sempre busquei o perfeito”, quando se refere ao modo como se empenha nos projectos profissionais em que se lança e que caem fora do exercício da docência. Definindo-se como alguém que está “sempre a trabalhar”, ocupa sobretudo os fins-de-semana com os projectos pedagógicos pelos quais tem “enveredado”, sublinhando que “nos fins-de-semana, por exemplo, é quando eu trabalho mais”. A intensa actividade profissional explica, de certa forma, que o segundo filho tenha sido adiado, chegando oito anos após o primeiro filho do casal, quando Marta tinha trinta e cinco anos de idade. Confessa que a decisão de ter um segundo filho foi sobretudo o resultado do incentivo das suas irmãs, que tinham acabado de engravidar. A sua actividade profissional já era então intensa – “dentro de ser professora tento enveredar por vários projectos, por várias coisas que me agradem” -, uma vez que, para além das aulas, se dedicava todos os anos a vários projectos e, designadamente, à elaboração de um manual escolar. É nesta lógica que começa por participar, logo após um ano ter nascido o segundo filho do casal, num projecto pedagógico “galardoado pelo Conselho Europeu de Qualidade”. Em suma, esta intensa actividade em que se envolve é suficientemente elucidativa das suas fortes aspirações de carreira, sendo óbvio que a vida profissional desta mulher ocupa um lugar cimeiro no conjunto de dimensões importantes para a sua realização pessoal, um lugar tão primordial que a própria realização por via da profissão não pode encontrar obstáculos na vida familiar, com o risco de comprometer o seu desempenho do papel de mãe: “se eu não estiver [profissionalmente] satisfeita também não sou uma boa mãe”.

Eu comecei por enveredar por projectos em [19]95. Eu meti-me num projecto a nível de desenvolvimento curricular e meti-me num projecto novo, que até depois foi galardoado pelo Conselho Europeu de Qualidade. Eram coisas completamente diferentes. Eu estava a trabalhar até às três da manhã, a fazer coisas para entregar às oito, e às oito e meia tinha que estar na sala de aula, a dar aulas. Mas, pronto, lá está, valeu a pena! Foi um desgaste físico tremendo, mas valeu a pena, porque fiz uma coisa que gostava! Agora, neste momento, teve que terminar porque não há alunos, os alunos estão a diminuir todos os anos, quando eu fui para a minha escola há oito anos tínhamos mil e tal alunos e neste momento tenho seiscentos e tal ou setecentos e todos os anos diminuí, e portanto não há possibilidade de continuar com o projecto por falta de alunos, porque o projecto requeria que fosse um certo número de turmas com um certo número de alunos, até para que a turma pudesse ter dois professores em aula. Mas faço também outras coisas, estive num projecto europeu, agora estou de novo com o manual.... Vou diversificando o mais que posso para não entrar na rotina. (...) Eu normalmente tento tirar partido em vez de me sentar a chorar sobre o leite derramado. Eu tento tirar partido, de maneira que dentro de ser professora tento enveredar por vários projectos, por várias coisas que me agradem.... Eu acho que estou sempre a trabalhar, nunca estou aqui nos meus sofás sentada, porque eu não me sento sequer, estou sempre muitas horas. Nos fins-de-semana, por exemplo, é quando eu trabalho mais porque trabalho com a minha colega. Hoje por exemplo não estou a trabalhar, porque desmarquei para estar aqui, porque senão já estava a trabalhar. Eu durante a semana tento-me dedicar à escola, a projectos que tenho na escola, à planificação de aulas, enfim, tudo o que tem a ver com a escola e com as actividades que tenho na escola sem ser as lectivas. De resto ,no fim-de-semana, trabalho no manual.  
[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Neste sentido, o balanço que faz da sua carreira é muito positivo, pese embora as “coisas que ficaram para trás”, como o mestrado que ainda pensa vir a frequentar - “não sei é quando” -

ainda que menospreze a importância do grau para a progressão na sua carreira: “tinha cá os papéis, estava a preenchê-los, quando surgiu outra coisa e como era impossível fazer as duas coisas tive que optar (...) e eu não vou fazer um mestrado apenas para subir dois anos na carreira”. Em suma, pode dizer-se que a *estratégia carreirista* de Marta revele uma mulher que, inserida numa “carreira burocrática” (*bureaucratic career*) enquanto docente do ensino secundário, investe paralelamente num “projecto curricular”, construindo assim também uma “carreira porta-fólio” (Handy, 1994).

Realizei-me até mais do que aquilo que eu estava a pensar, nunca no meu horizonte profissional, nunca me lembrei, nunca me passou pela cabeça, que fosse uma editora a telefonar-me para casa para fazer um projecto com eles. Tem sido extremamente interessante, enriquecedor, motivador e tudo, esse projecto nunca esteve nos meus planos. Convidaram-me, por exemplo, para fazer um programa de televisão, o que já fiz também a propósito desse tal projecto e saiu nos jornais e nas revistas e depois fiz uma entrevista e ia começar a fazer uma série de programas na televisão sobre isso e um deles foi comigo. Isso também não estava nos meus horizontes, nunca pensei nisso. Portanto há situações que tenho ido mais além do que estava a pensar. Mas há outras coisas que ficaram para trás, por exemplo, o mestrado...tinha cá os papéis, estava a preenchê-los, quando surgiu outra coisa e como era impossível fazer as duas coisas tive que optar... digamos que o mestrado, a única coisa que me pode vir a trazer é satisfação a nível pessoal, porque a nível profissional apenas subo dois anos a nível da carreira. Quer dizer, subir dois anos na carreira é muito bom, mas também não é nada e eu não vou fazer um mestrado apenas para subir dois anos na carreira. Quer dizer, não me passou isso pela cabeça. O mestrado está protelado, porque estes projectos para mim neste momento estão em primeiro lugar, mas acho que o vou fazer, não sei é quando...

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Marta confessa que tem dificuldade em contabilizar as horas de trabalho semanais, uma vez que trabalha inclusive aos fins-de-semana, mas alvitra que a carga horária se situe nas dez horas diárias, um horário, de resto, semelhante ao de Bernardo. A dedicação de Bernardo ao trabalho desde a adolescência contribuiu para que não prosseguisse os estudos para além do bacharelato. Marta recorda que o marido “podia ter transitado para [a licenciatura em] Economia e só tinha que fazer o quarto e o quinto ano”, tendo mesmo chegado a “inscrever-se para uma transferência para Economia, mas entretanto arranjou um emprego e acabou por desistir”. Nos últimos anos, de resto, o ritmo de trabalho de Bernardo intensificou-se quando o tio de Marta, que o emprega, abriu uma empresa no Algarve, tornando-se “absolutamente impossível” para este homem, que “também faz consultoria e formação (...) continuar a estudar”. De resto, Marta sublinha que, ao contrário da sua vontade em apostar na formação académica, “também não o estou a ver assim interessado”.

Ele foi para Évora, porque quando ele veio de África foi para uma residência universitária em Évora e porque tinha uns amigos em Évora. Depois quando os pais vieram, vieram para Setúbal, mas ele estava em Évora... Ele depois acabou por entrar para contabilidade e depois deve ter gostado também, suponho eu, e ficou. Depois chegou a inscrever-se para uma transferência para Economia, mas entretanto arranjou um emprego e acabou por desistir. Ele tinha cadeiras semelhantes e podia ter transitado para Economia e só tinha que fazer o quarto e o quinto ano, mas depois com o emprego acabou por desistir, ele entrou e tudo mas acabou por desistir... Quando nos casámos, o Bernardo já estava neste ramo, trabalhava numa empresa ligada a contabilidade e finanças, as áreas já eram estas, nunca mudámos de área... O Bernardo não tem tempo para continuar a estudar, é absolutamente impossível, porque ele agora também

faz consultoria e formação. Portanto, com o trabalho que ele tem é impossível e não tem tempo absolutamente nenhum. Nem lhe traria alguma vantagem. Também não o estou a ver assim interessado.  
[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

### 9.2.3 Entre a maximização das apostas e a procura do “equilíbrio”

Um segundo tipo de *estratégia de conciliação família-trabalho* que observamos nos casais com *trajectórias homogâmicas* assenta num princípio de *maximização* dos esforços da mulher no sentido de encontrar um equilíbrio entre a ambição profissional e a disponibilidade para a vida familiar. Este tipo de *estratégia* tem na sua génese o mesmo princípio de *maximização* das apostas nos dois universos em que assenta a *estratégia maximalista concessora*, que se observa nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* (capítulo 8), contudo, enquanto as mulheres nos casais com este tipo de *trajectória conjugal concedem* prioridade à carreira profissional do cônjuge sobre a sua própria carreira, nos casais com *trajectórias homogâmicas*, a mulher não atribui qualquer prioridade à carreira do marido.

*“Mais trabalho não, porque eu não quero estar a tirar o tempo da família”*

Mafalda constitui um primeiro exemplo de uma mulher que, num contexto conjugal com uma *trajectória homogâmica*, desenvolve uma *estratégia maximalista* na conciliação família-trabalho. Com quarenta anos de idade, é mãe de dois filhos e exerce advocacia como profissional liberal no seu próprio consultório, no espaço da empresa de serviços de contabilidade e fiscalidade do pai. Filha de um empresário licenciado em economia e de dona-de-casa, Mafalda é oriunda pois de um meio social favorecido, frequentou um colégio católico e guarda memória de uma infância feliz.

A minha infância foi ótima, como a adolescência, porque eu tenho uns pais ótimos. Aos quatro anos fui para um colégio porque me dava mal com a minha irmã, éramos cão e gato e fiquei nesse colégio desde os quatro até aos dezasseis, portanto toda a minha infância e adolescência no Externato São José, ali no Restelo, nos Irmãos Dominicanos. Mas tinha uns pais ótimos. Passeávamos imenso, viajávamos imenso, portanto tenho umas ótimas recordações de infância.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;  
Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Mafalda tinha vinte e sete anos de idade quando, após quatro anos e meio de namoro, casou com Miguel. Conheceu-o numa discoteca que habitualmente frequentava com os amigos, tinha então vinte e dois anos de idade. Mafalda sublinha que este foi o seu primeiro amor e um amor à primeira vista: “Eu era um bocado namoradeira, mas nunca tinha estado apaixonada e, de facto,

a primeira paixão que eu tive na vida foi pelo meu marido e conheci-o na discoteca, tipo cupido. Ele entra na discoteca - é um homem bonito, fisicamente - eu olho para ele e viro-me para a minha melhor amiga que está ao meu lado e digo assim: 'Inês, foi desta!'. Nós não nos conhecíamos, nem tínhamos amigos em comum!". Três anos mais velho, Miguel já se tinha licenciado em Engenharia Química e era assistente na faculdade, enquanto ela ainda frequentava a licenciatura em Direito. Uma vez casados viveram durante cinco anos como casal sem filhos, mas o adiamento da gravidez não se deveu a qualquer prioridade relacionada com a carreira profissional, mas tão-somente ao receio de perturbar a felicidade encontrada numa vida conjugal sem filhos: "a nossa vida era óptima como casal sem filhos". Com efeito, desde que iniciou a sua vida profissional, Mafalda nunca se viu forçada a procurar trabalho em escritórios de advogados para além do estágio, reconhecendo que desde sempre a angariação de "clientes", feita por via dos contactos do seu pai, nunca constitui um problema: "Eu durante o estágio já trabalhava, portanto já tinha os meus clientes, mais na área de solicitação, portanto fazia escrituras, registos, essa área assim, e portanto facilitou-me o caminho o facto de estar ligada ao meu pai.". Desde então, orgulha-se de poder prescindir de um "leiteiro" na porta que anuncie que estamos num escritório de advocacia, porquanto "os clientes gostam e trazem outros".

O meu percurso profissional foi facilitado por ter um pai que me arranjou logo clientes. Eu acabo o curso, estou a fazer o estágio, porque para ser advogado a pessoa tem o curso de cinco anos e depois mais dois. Eu, durante o estágio já trabalhava, portanto já tinha os meus clientes, mais na área de solicitação, portanto fazia escrituras, registos, essa área assim, e portanto facilitou-me o caminho o facto de estar ligada ao meu pai. Depois é um crescer, isto é uma vida difícil. Eu não tenho leiteiro lá fora, portanto eu de facto tenho conseguido clientes, porque os clientes gostam e trazem outros, portanto isto é uma bola de neve, não é?

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Não se trata assim de uma mulher que assuma ter uma forte aspiração de carreira, como acontece com as entrevistadas anteriores, reconhecendo mesmo alguma falta de "ambição" - "não sou muito ambiciosa (...) Sou uma pessoa que não me comparo com ninguém, nem estabilizo metas em termos profissionais" - que se reflecte numa atitude menos adequada a algumas exigências da profissão: "Em direito nós temos que estar sempre a trabalhar, a estudar a parte processual, porque as coisas mudam... e eu sou extremamente mandriona para pegar nos códigos e estudar.". Todavia, do seu auto-exame resulta uma avaliação positiva, em particular devido às suas "características humanas" que "acabam por dar fruto, nomeadamente [em] questões familiares, de partilhas, de acordos". De resto, a expressão que utiliza para se definir a propósito do empenho na vida profissional e das aspirações de carreira - "acho que sou q.b." - remete obviamente para a ideia de maximização da sua aposta profissional numa perspectiva de equilíbrio, tão exaltada pelas mulheres com *estratégias maximalistas* na

conciliação família-trabalho. A preocupação com a disponibilidade para a família revela-se, desde logo, quando refere o facto de acumular com a actividade profissional o apoio jurídico em regime de voluntariado à Comissão de Protecção de Menores do município em que reside e a função de deputada na Assembleia Municipal, considerando que esta actividade, por lhe ocupar “duas noites por mês (...) está a mexer com a minha família”, ainda que “pouco”.

Eu sou uma pessoa relativamente... não sou muito ambiciosa. Acho que sou q.b.. Sou uma pessoa que não me comparo com ninguém, nem estabilizo metas em termos profissionais. Vou vivendo o meu dia-a-dia e faço o meu melhor no dia-a-dia. Se depois eu passasse, o que não me aconteceu, mas se passasse por uma situação de impasse ou em que eu me questionasse, aí teria que estabelecer metas, mas como a minha evolução na minha carreira foi sempre positiva e sempre a melhorar eu nunca me questioneei, eu vou fazendo o meu trabalho o melhor que posso no dia-a-dia e isso tem-se repercutido sempre na positiva. (...) Em direito nós temos que estar sempre a trabalhar, a estudar a parte processual, porque as coisas mudam... e eu sou extremamente mandriona para pegar nos códigos e estudar, isso sou. Não gosto. Muitas vezes telefonava a umas colegas minhas: “Olha, há aqui esta questão não sei quê” e elas respondiam-me ao principio, até que começaram a dizer assim: “Olha, já foste à lei? Vai à lei primeiro e depois fala comigo.” E isto diz tudo. Eu aprendi porque levando assim sapatadas ao longo dos anos... Portanto eu tenho aqui um grande defeito, eu sou mandriona para pegar nos códigos e estudar a parte processual. (...) Eu sou uma pessoa que as minhas características humanas, pessoais, não se enquadram muito no papel de advogada, mas estas qualidades, depois, acabam por se repercutir em bons resultados em determinadas áreas profissionais porque repare, eu sou uma pessoa muito sensível, muito emotiva, muito pela conciliação, muitas vezes o advogado tem um papel mais duro, mais frontal, mais frio, distante, e eu com estas minhas características, embora nalgumas situações não sejam as melhores, noutros casos, acabam por dar fruto, nomeadamente questões familiares, de partilhas, de acordos, sou uma pessoa que muitas vezes consigo a conciliação, o que é bom. Hoje em dia com as demoras que os tribunais têm, as pessoas conseguem resolver os seus assuntos por acordo, acabo por ter frutos nesse aspecto. (...) Eu tenho mais coisas, espere lá. Eu agora sou deputada também. Sou deputada na Assembleia Municipal e estou a dar apoio jurídico de uma forma voluntária, que me está a saber muito bem, à Comissão de Protecção de Menores. Ofereci-me e estou lá um dia a fazer esse apoio. O trabalho como deputada na Assembleia Municipal é feito à noite. Esta actividade de facto está a mexer com a minha família, mas pouco e ainda bem porque senão eu tinha que ponderar e sair. Porque as reuniões na Assembleia são à noite, as reuniões de Assembleia há uma por mês. Eu faço parte de duas comissões de trabalho, numa delas sou coordenadora. (...) Isto tira-me duas noites por mês. Embora os meus filhos queixem-se, é óbvio, quando eu tenho que sair de casa às oito e meia para ir para a Assembleia, eles dizem-me “Vais outra vez à Câmara?”. Quer dizer eles vêm a Câmara como um patrão que tira a mãe à noite um bocadinho para não estar com eles. Mas como lhe digo, é muito pouco.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

A contenção da “ambição” profissional que é assumida por Mafalda aplica-se assim igualmente às suas actividades extra-profissionais, contenção essa que é explicada à luz de uma *estratégia maximalista* na conciliação família-trabalho. Com efeito, o receio de que a actividade profissional possa interferir com a vida familiar e conjugal está muito presente no discurso da entrevistada, desde logo quando afirma: “não quero muito mais, eu quero acima de tudo ter o tempo para a família e não crescer demais em termos profissionais e depois começar a descuidar a parte familiar”. Sem as vicissitudes inerentes às situações dos seus colegas de profissão, nem tão-pouco as exigências de um “escritório que é assim quase o número um da advocacia” para o qual foi convidada - tendo reflectido (“ainda vacilei”) e recusado -, a sua situação profissional vai precisamente ao encontro das suas moderadas aspirações de carreira e do desejo de conservar a disponibilidade para a vida familiar.

Tenho vindo sempre a melhorar na minha vida profissional, mas no seu ritmo, porque eu também não quero muito mais, eu quero acima de tudo ter o tempo para a família e não crescer demais em termos profissionais e depois começar a descuidar a parte familiar. (...) Eu estou no escritório do meu pai e, portanto, tenho todo o apoio de secretariado, de logística, tudo ligado e dado pelo meu pai, tenho essa ajuda. É uma vantagem minha de eu estar aqui por minha conta, porque eu é que faço o meu horário, estabilizo as minhas regras. Uma coisa era se eu estivesse ligada a uma sociedade de advogados ou uma firma, onde há metas a atingir. Eu tenho essa liberdade que me permite fazer essa tal fronteira: "A partir daqui, mais trabalho não, porque eu não quero estar a tirar o tempo da família". Penso que esta minha atitude é cada vez mais bem vista, comparando com aquelas profissões em que as pessoas quase que são escravas, não têm tempo. Isso depois tem um preço caro. (...) Eu já não me adaptava. Olhe, eu fui convidada por duas colegas de curso, com quem eu me dou muito bem, para fazer uma sociedade com elas. Ainda vacilei, mas depois não fui, acima de tudo por questões financeiras, elas tinham que fazer um grande investimento e eu na altura não podia. Mas ainda a semana passada tive uma reunião... Uma familiar minha foi Bastonária da Ordem dos Advogados, todas as pessoas da família vão para o escritório dela. Está a ver, eu poder trabalhar num escritório que é assim quase o número um da advocacia aqui! Eu tive uma reunião com ela por questões familiares e onde ela me pergunta: "Então Mafalda e a tua advocacia", e não sei quê, "Não te estavas a ver assim num escritório destes?". E eu disse que não. Na altura, quando lhe disse até pensei: "esta gente deve pensar que sou louca". E ela diz-me "Mafalda, eu compreendo-a perfeitamente. Eu cheguei onde cheguei" - estamos a falar da única mulher Bastonária na Ordem dos Advogados! - "e eu fiz o que fiz à conta de não ser mãe, mulher, avó, tudo!". Eu até achei graça, porque ela entendeu-me perfeitamente.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Ao contrário das mulheres com *estratégias maximalistas concessoras*, que atribuem uma prioridade à carreira profissional do cônjuge (capítulo 8), a disponibilidade para a vida familiar que Mafalda se impõe a si própria não deixa de exigir, também, a Miguel. Docente e investigador em Engenharia Química, Miguel é, tal como Mafalda, "profissionalmente realizadíssimo". Sem uma origem social tão desafogada como a da entrevistada, Miguel é filho de uma professora de Contabilidade no ensino secundário e de um contabilista empregado numa empresa petrolífera, tendo também crescido num contexto qualificado. Mafalda não poupa elogios ao marido no que respeita à sua competência profissional - "Ele é um ótimo professor! Muito, muito metódico, muito cuidadoso, ele faz sebatas para os alunos! Bem, ele no trabalho é uma coisa espectacular, é muito exigente com ele. Defeitos como profissional, não encontro. Ele é tão exigente!" - e sublinha sobretudo o reconhecimento de que este desfruta no meio académico: "Nessa parte da investigação, ele é muito bem visto. Quando é preciso qualquer coisa, sabem que o trabalho que vem das mãos dele é muito bom". No entanto, culpa Miguel por aplicar a sua "coerência" ao campo das relações, criticando-o por "leva[r] as regras até ao extremo", não fazendo "um esforço para o relacionamento mínimo existir": "se, em termos de relacionamento, uma pessoa lhe faz uma ou duas que ele não gosta, ele arruma de vez a pessoa". Mafalda exalta, então, o "papel do companheirismo marido-mulher" para se referir ao facto de o ter "ajudado imenso", pois considera-se, ela própria, "uma pessoa muito mais condescendente, muito mais da paz, de fazer as pazes e de reconciliação".

Ele fez a carreira de professor. Acabou o curso e foi convidado para assistente. Depois, faz as pós-graduações, o doutoramento, o pós-doutoramento. Ele é um ótimo professor! Muito, muito metódico, muito cuidadoso, ele faz sebatas para os alunos! Bem, ele no trabalho é uma coisa espectacular, é muito exigente com ele. Defeitos como profissional, não encontro. Ele é tão exigente! Mas o problema é que é muito coerente. Ele leva as regras até ao

extremo! Se em termos de relacionamento, uma pessoa lhe faz uma ou duas que ele não gosta, ele arruma de vez a pessoa. Tem esse defeito. Depois, não faz um esforço para o relacionamento mínimo existir. Eu tenho-o ajudado imenso e lá está aí o papel do companheirismo marido-mulher, os defeitos atenuam-se quando se vive com uma pessoa que é diferente e a minha sogra já me tem dito isso e as pessoas amigas dizem: "Tens feito muito bem ao João", porque eu sou uma pessoa muito mais condescendente, muito mais da paz, de fazer as pazes e de reconciliação. (...) Ele estava ligado a um antigo professor dele, mas depois zangaram-se e agora ele está um bocado sozinho na investigação, que é, em parte, o que ele mais gosta. (...) No relacionamento com os superiores, se está tudo bem, muito bem. Mas quando começou a haver fricção, ele não cedeu minimamente. Com os outros colegas, dá-se muito bem. Ele esteve quatro meses na Irlanda aqui há três anos atrás e foi convidado por um cientista irlandês que sabia que ele naquela área era muito bom. Ele faz um trabalho de investigação fabuloso. Como ele é muito, muito rigoroso, metódico e dedicado. Nessa parte da investigação, ele é muito bem visto. Quando é preciso qualquer coisa, sabem que o trabalho que vem das mãos dele é muito bom. Agora está difícil é as parcerias, a investigação neste momento está reduzida a zero. Portanto, ou há ali ligações com o estrangeiro, ou cá... A área dele também é muito específica. Depois na investigação a pessoa acaba por se especializar numa área tão, tão mínima em relação às outras todas, que depois ou há alguém que faz o mesmo ou então...

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Ora, este "companheirismo marido-mulher" tem aqui subentendido uma disponibilidade para a família que esta mulher tanto exige de si como do cônjuge. Esta exigência alicerça-se na ideia de que a própria coesão familiar está dependente de regras para a preservação de determinados momentos, regras essas cujo incumprimento da parte de Miguel não é tolerado por Mafalda, invocando que "o fim-de-semana é sagrado e a noite é sagrada para estar com a família". Os cônjuges têm cargas horárias aproximadas, mas Miguel trabalha oito horas por dia, mais uma hora do que Mafalda, pelo que o sentimento de incumprimento de tais regras surge, concretamente, quando ele trabalha em casa - "critico-o por estar a trabalhar dentro de casa" - para além das "situações esporádicas", ou seja, "quando tem relatórios para ler, testes a mais para ver". Miguel aceita trabalhos extra-universitários sem que haja, no entender de Mafalda, uma justificação económica para tal, pelo que a entrevistada não esconde o seu desapontamento: "o meu marido está a entrar no esquema de fazer serões e eu estou passada, porque se houve regra que eu estabeleci com ele, e ele agora está a violar, era não haver trabalho em casa".

Trabalho sete horas por dia, e fui eu que me impus. Acho que está ótimo, no equilíbrio. E o meu marido está a entrar no esquema de fazer serões e eu estou passada, porque se houve regra que eu estabeleci com ele, e ele agora está a violar, era não haver trabalho em casa. Nós temos o nosso trabalho no escritório que nos ocupa a maior parte da nossa vida e, portanto, o fim-de-semana é sagrado e a noite é sagrada para estar com a família. Eu não faço, não levo. (...) Ele está na faculdade até às seis, entra às nove e meia, dez, é oito horas no total. Às vezes ele leva para casa... Vamos lá a ver, ele também só faz isso em situações esporádicas, é quando tem relatórios para ler, testes a mais para ver, é mais nesse sentido. Critico-o por estar a trabalhar dentro de casa! Porque ele tem uma vida... Os professores... Se calhar vai-me dizer que eu sou injusta, mas o professor também, mesmo em termos de ocupação mesmo a sério, tem o horário que lhe é imposto. Ele mostra-me sempre o horário e depois lá na faculdade tem o tempo livre para fazer investigação. Ele agora abraçou uma outra actividade que é fazer traduções. Ele dava aulas na Academia Militar e fazia-o num dia de semana, no horário de semana, e habituou-se a ter aquele extra de dinheiro. Quando acabaram as aulas na Academia e ele tinha que ter aquele extra de dinheiro. Nós criticámos amigos que, pelo dinheiro, perderam a qualidade de vida em termos de tempo, e ele por um pouco mais de dinheiro - um extra para mais viagens, sem impacto no nosso orçamento do dia-a-dia - acaba por estar a fazer um trabalho que acorda às seis da manhã! Porque eu pedi-lhe para não trazer as traduções quando a família está acordada e quer tê-lo aqui ao pé dela. Claro que, à noite, às onze horas, está ele assim meio pisca-pisca... Eu aí sou crítica, mas é o que ele diz, está a cumprir com este horário, não está a mexer com as horas da família, mas é mais trabalho, mais preocupação.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Em suma, ao invés do que observámos nos casais com *trajectórias* caracterizadas pela *hipergamia progressiva* (capítulo 8), neste casal com uma *trajectória homogâmica* a mulher elabora uma *estratégia maximalista* na articulação entre vida profissional e vida familiar sem *conceder* qualquer prioridade à carreira profissional do homem. E, da mesma forma que não aceita tal *concessão*, a mulher procura, neste caso, que o cônjuge partilhe e leve a cabo, tal como ela, o princípio *maximalista* na conciliação família-trabalho. Destas orientações normativas face à conciliação família-trabalho são, enfim, suficientemente elucidativas as palavras de Mafalda: “Eu não queria ter um marido que fosse advogado, nem ele diz que gostaria de ter uma mulher como ele. É que há o risco de se trazer para casa muito mais os problemas do trabalho”.

*“Não tinha isto em mente, o que faço hoje”*

Adelaide e Alexandre constituem um segundo exemplo de casais com *trajectórias homogâmicas* em que a mulher elabora uma *estratégia maximalista* no que toca ao modo de conciliação família-trabalho. Com trinta e sete anos de idade, Adelaide tem dois filhos e trabalha como arquitecta num organismo do Estado, conquanto as suas qualificações profissionais não se circunscrevam à arquitectura. Proveniente de uma família em que a mãe - licenciada em Línguas Românicas e professora do ensino secundário - era muito mais escolarizada do que o pai - com o quinto ano do liceu, trabalhava na mercearia da avó materna da entrevistada - Adelaide começou por fazer um bacharelato em Enfermagem, com vinte e dois anos de idade. Esta não era a área profissional que mais pretendia: “não era bem isso que eu queria fazer (...); queria Medicina, mas não entrei”. Porém, Adelaide procurava “ter poder económico e ser independente o mais rapidamente possível”, não por desejar sair de casa dos pais, mas por “uma questão de princípio”, empregando-se como enfermeira num hospital logo após a conclusão do bacharelato. O início da vida profissional foi assim marcado por uma ausência de um sentimento de vocação e, neste sentido, de aspiração de carreira, mas Adelaide foi então confrontada com a necessidade de procurar outro tipo de formação, numa área profissional onde pudesse realizar-se. “Mal terminei o curso, decidi logo que tinha que tirar outra coisa”, recorda.

Acabei o curso em Dezembro de [19]87, porque os cursos de enfermagem tinham uma forma de funcionar diferente do resto, era um ano inteiro e tínhamos um mês de férias, no mês de Agosto. Eu terminei o curso em Dezembro e em Janeiro comecei a trabalhar. Depois parei meio ano... Porque tive que esperar... Porque mal terminei o curso, decidi logo que tinha que tirar outra coisa... Não era uma questão de estar desiludida, mas não era bem isso que eu queria fazer de facto. Eu queria Medicina mas não entrei, entrei em biologia na via de ensino o que não me interessava, portanto depois optei por Enfermagem para poder ter poder económico e ser independente o mais rapidamente possível. Eram três anos e era uma coisa relativamente fácil de acabar e de arranjar emprego...

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]



Desiludida com a profissão de enfermeira - "era um trabalho muito desgastante e frustrante, porque lida quase que diariamente com a morte" - decide então frequentar em regime pós-laboral, numa universidade privada, o curso de Arquitectura - "a ver o que é que dá" -, depois de ter afastado as hipóteses de estudar Pintura ou Escultura, uma vez que "isso não dá dinheiro nenhum". Adelaide esclarece que a ideia de ingressar em Arquitectura surgiu "porque aquilo que eu gostava, e continuo a gostar muito, são coisas manuais". Esta opção implicou regressar ao ensino secundário "para poder ter as cadeiras exigidas para ingressar na Arquitectura". Para frequentar Arquitectura numa universidade privada, Adelaide não prescindiu da ajuda da sua tia materna, que "em termos económicos sempre teve poder e sempre ajudou nessas coisas", sublinhando que foi também a sua tia quem a "ajudou a comprar o andar", a sua "primeira casa".

A enfermagem era um trabalho muito desgastante e frustrante, porque lida quase que diariamente com a morte, não é? O sofrimento das pessoas e tudo isso. Não dá muito gozo, não é?... De qualquer das maneiras quis levar o curso de Enfermagem até ao fim até porque não sabia muito bem o que é que queria fazer... A arquitectura vem porque aquilo que eu gostava, e continuo a gostar muito, são coisas manuais. Eu tinha pensado primeiramente um curso de pintura ou de escultura, mas depois disso não dá dinheiro nenhum. O que é que eu ia ser? Portanto fui para Arquitectura a ver o que é que dá... (...) O primeiro sítio onde trabalhei foi no Hospital de Santa Cruz, em que apanha a época em que eu tenho que voltar a trás para fazer o décimo, décimo primeiro e o décimo segundo, para poder ter as cadeiras exigidas para ingressar na arquitectura, em que faço tudo num ano, não é? Portanto nesse período trabalho no Hospital e entro para arquitectura passados uns meses e mudo do Hospital para o Sindicato dos Bancários, para ter um horário melhor. Estudava à noite. Fiz numa privada porque a oficial não tinha ensino nocturno, e estudava à noite e trabalhava de dia. (...) Foi a minha tia que me pagou o curso. Foi ela que me pagou... depois quando acabei o curso de arquitectura aí saí mesmo para longe de casa dos meus pais e também foi a minha tia que me ajudou a comprar o andar. Ela, em termos económicos, sempre teve poder e sempre ajudou nessas coisas - na primeira casa - já fora aí daquele núcleo apertadinho da família. E isso [a casa] acontece estava no final, estava no quarto ano do curso de arquitectura.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

Adelaide conheceu o seu marido, Alexandre, num jantar de amigos, por ocasião do aniversário de uma colega da licenciatura em Arquitectura, quando frequentava já o último ano, tinha então vinte e nove anos de idade. Em Alexandre atraiu-lhe particularmente a "serenidade" deste licenciado em Geografia. Cinco anos mais novo que ela, as origens sociais de Alexandre - o pai desenhador assalariado; a mãe doméstica - não deixam, no entanto, de ser próximas das suas. Tal como a mãe de Adelaide, Alexandre é professor no ensino secundário. Estava colocado bastante longe da capital, em Paços de Ferreira, quando se conheceram num jantar de amigos do curso. Namoraram pouco menos de um ano, pois quando Alexandre conseguiu ser colocado perto de Lisboa, em Vila Franca de Xira, decidiram casar. Um ano após casarem nasceu o seu primeiro filho, no mesmo ano em que Adelaide estagiou e começou a trabalhar para um organismo do Estado. Quando terminou a licenciatura, não estava entre os seus "objectivos" exercer Arquitectura na função pública. Com efeito, a sua situação profissional actual resulta do constrangimento de quem, por um lado, deseja ser mãe e, por outro, não querendo

“ser explorada por ninguém”, se depara com a dificuldade de encontrar uma fonte de rendimentos segura como profissional liberal. “Não tinha isto em mente”, desabafa. “O objectivo era fazer projectos”, mas, ao contrário das mulheres *carreiristas*, as aspirações de carreira desta mulher são adaptadas à realização por via da maternidade. Adelaide abandonou assim o próprio investimento numa “carreira porta-fólio” - “investe-se muito e depois aquilo que as pessoas pagam, às vezes não pagam, e o que pagam nunca é o valor real da coisa (...) não valia a pena, porque de facto era um desgaste muito grande e para mim não compensava monetariamente o esforço” -, adaptando-se à realização profissional no âmbito de uma “carreira burocrática” (Handy, 1994): “curiosamente, não me sinto menos realizada por não estar metida nesse tipo de projectos”. Ainda assim, não se coíbe de manifestar a sua frustração, tendo em linha de conta as suas aspirações de carreira, uma vez que, à data da entrevista, trabalhava a “recibo verde”.

Quando acabei a Arquitectura, não tinha isto em mente, o que faço hoje. O objectivo era fazer projectos, de facto. Tinha um espaço com uns colegas de curso e trabalhei lá por conta própria. Mas pessoas com pouca experiência é complicado. Eventualmente, está-se a perder dinheiro. Mas nunca quis trabalhar para ninguém, porque eu mantive a enfermagem quando fiz o curso, mas tinha colegas que trabalhavam em *ateliers* e eu sempre achei que os patrões eram exploradores, portanto nunca quis ser explorada por ninguém, não estava para aí virada. E o emprego na função pública foi uma hipótese que surgiu. Mas, curiosamente, não me sinto menos realizada por não estar metida nesse tipo de projectos. Ainda trabalhei como enfermeira uns meses quando já tinha acabado o curso de arquitectura, trabalhei... Depois vim para aqui e fiz o estágio não remunerado e depois acharam graça ao trabalho que eu tinha feito e decidiram pagar e pronto. Enquanto estive a trabalhar aqui sem ser remunerada exerci enfermagem. Agora estou aqui naquele sistema que é o recibo verde, desde [19]96... (...) Eu gosto daquilo que faço. Em termos de trabalho lá fora, quer dizer, projectos de arquitectura já fiz, perdi muito dinheiro e não estou para perder mais, opto também por não fazer... Os concursos e não só, mesmo encomendas de trabalho, é complicado... Investe-se muito e depois aquilo que as pessoas pagam, às vezes não pagam, e o que pagam nunca é o valor real da coisa. Já estava aqui e ainda fiz alguns concursos fora. Eram coisas que não tinham nada a ver com este emprego. Estive nesse esquema para aí durante dois anos, três anos, assim. Depois achei que não valia a pena, porque de facto era um desgaste muito grande e, para mim, não compensava monetariamente o esforço.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

Quatro anos depois do primeiro nasce o segundo filho do casal, uma rapariga, sem que se altere a situação desta mulher no que toca à progressão na carreira da função pública. Contudo, ao recordar a “situação de *stress* a correr de trabalho para trabalho”, Adelaide sublinha a necessidade que sentiu de atenuar o ritmo de trabalho, o que se traduziu, com a chegada do segundo filho, no abandono das suas actividades como arquitecta fora do âmbito da função pública face à perspectiva de enquadramento na carreira: “abriram outro concurso quando eu tive a minha criança e eu, entretanto, passei agora às listas definitivas”. Com efeito, até então Adelaide repartiu-se entre o emprego como funcionária pública, por um lado, e os projectos e as encomendas do *atelier*, por outro. À data da entrevista ainda não tinha conseguido o enquadramento num emprego ao qual, entretanto, circunscreveu toda a sua actividade profissional, pelo que lamenta ser “explorada” e a falta de reconhecimento do seu trabalho manifesta quer na remuneração, quer na “forma como são feitos os concursos” que afastam

sistematicamente a hipótese de um enquadramento: “Não me sinto reconhecida é pela forma como sou paga, pela forma como são feitos os concursos, as pessoas que eu vejo que entram, não sei se é por conhecimentos”.

Ganho pouco, ganho mal. Ganho mal e sou explorada aqui em vários aspectos. É claro que sinto que o meu trabalho não é reconhecido. Com os superiores também tenho uma boa relação. E sou reconhecida em termos de superiores directos, eles reconhecem o meu trabalho e o meu esforço, mas estas questões... Não me sinto reconhecida é pela forma como sou paga, pela forma como são feitos os concursos, as pessoas que eu vejo que entram, não sei se é por conhecimentos. Houve aqui um concurso há relativamente pouco tempo que eu não entrei, e há colegas que entraram... Nem é uma questão... Foi pelo trabalho provado, o sistema... Eles têm que ter um sistema qualquer de avaliação, a mim parece-me é que... para a Câmara foi o primeiro concurso que concorri. Em [19]99 eles abriram um, mas anularam e abriram outro concurso quando eu tive a minha criança e eu, entretanto, passei agora às listas definitivas. São muito poucos, são muito poucas vagas, o mercado de trabalho está péssimo e, neste caso, eram vinte e cinco vagas para quase quatrocentos candidatos. Portanto, é assim uma coisa! Os concursos são públicos, qualquer pessoa pode-se candidatar.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

O sentimento de injustiça resulta da ambivalência entre a falta de reconhecimento, por um lado, e a forma como se dedica ao trabalho, por outro. Uma carga horária de trabalho situada entre as nove e as dez horas diárias - “já tenho saído daqui às oito da noite, depende da quantidade de trabalho que se tem para fazer” - não deixa de questionar o equilíbrio entre vida profissional e vida familiar procurado por esta mulher com uma *estratégia maximalista*, criticada pelo próprio marido, que se “sente sobrecarregado, porque acha que eu estou pouco tempo com ele e com as crianças”. No cômputo total, Alexandre trabalha afinal o mesmo número de horas que Adelaide, porém, o seu horário de trabalho reparte-se entre as aulas na escola, “fazer e ver os testes” em casa e, ainda, a frequência de um mestrado tendo em vista “uma progressão mais rápida” na carreira. Em suma, a maior presença do marido em casa e as suas observações - “o meu marido acha que eu dou tempo demais aqui [no local de trabalho] e que não devia” - acentuam o sentimento de injustiça no local de trabalho, por um lado, e a percepção de que a entrega à vida profissional compromete a sua disponibilidade para a vida familiar, por outro.

Eu agora trabalho menos horas do que trabalhava antigamente. Tinha arquitectura aqui, *atelier* e depois juntava não sei quantas coisas e era uma correria infernal... Trabalho aqui tipo nove, nove e meia, dez horas. Já tenho saído daqui às oito da noite, depende da quantidade de trabalho que se tem para fazer. Se eu estou com o trabalho muito atrasado, às vezes... (...) O meu marido acha que eu dou tempo demais aqui e que não devia. Eu acho que não devo deixar de dar, não é? Porque isto é assim, quem precisa sou eu. Portanto tenho que me garantir de alguma maneira... Provavelmente porque se sente sobrecarregado, porque acha que eu estou pouco tempo com ele e com as crianças. Se calhar acha que estou a batalhar por uma coisa que não vou ter. Ele trabalha menos, quer dizer, trabalho de professor, não é tanto quanto eu porque ele tem aquelas horas que trabalha em casa, não é? Fazer e ver os testes. Ele está efectivo em Alenquer, portanto há também a questão da distância, e às vezes tinha assim intervalos de três horas mas não vinha a Lisboa, portanto ficava o dia todo, havia dois dias por semana que ficava o dia todo e chegava tipo seis horas. Ele está sempre a tentar aproximar-se da área de residência, todos os anos tentando, mas já está para aí há uns dois ou três anos... Ele está agora a fazer o mestrado, vai agora defender a tese. Porque até tem a ver com a progressão na carreira, é uma progressão mais rápida, acho que tem a ver basicamente com isso.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

### 9.3 A partilha dos cuidados à criança e a desvinculação masculina das tarefas domésticas

Os casais com *trajectórias homogâmicas* distinguem-se *grosso modo* dos demais pela diversidade de lógicas de divisão familiar do trabalho doméstico. Nalguns destes casais já se observa a adesão, na prática, a uma participação mais activa do homem, não apenas nos cuidados e no acompanhamento dos filhos, mas também no que respeita às tarefas domésticas.

#### 9.3.1 Os apoios e a orientação para uma partilha igualitária nos cuidados à criança

À semelhança da maioria, não faltam também aos casais com *trajectórias homogâmicas* um conjunto de fortes apoios aos cuidados à criança, tanto mais fundamentais, deve sublinhar-se, quanto nos confrontamos aqui mais frequentemente com situações conjugais de dupla carreira. Assim, por um lado, as *trajectórias homogâmicas* vão invariavelmente de par com uma divisão do trabalho doméstico que, no que se refere aos cuidados à criança - em particular, durante os seus primeiros anos de vida -, se alarga a familiares do casal, sobretudo aos pais da mulher, contando por vezes com o apoio de uma ama: “tenho perfeitamente a noção, fiz o doutoramento nesta fase porque tive sempre o apoio dos meus pais, os meus pais tomaram conta dos miúdos quando eram pequeninos” (Filomena); “tive a sorte de os meus filhos ficarem com a avó e portanto acabava por ter muito apoio e só estive parada um mês” (Mafalda); “eu tive muita ajuda, mas também falta aí um outro factor que ainda não abordei, quando disse que recorri à *baby-sitter*, é claro que na altura *baby-sitter* para mim dizia-me actividade cultural, sair à noite, qualquer coisa” (Maria); “eu tinha a minha sobrinha, filha da minha irmã, que esteve desde o primeiro mês até agora” (Sara); “eu tive uma ajuda imensa da minha mãe, muito grande, o bebé ia para casa deles” (Susana); “a minha mãe deixou de ter as filhas, mas passou a ter os netos e há dias que ela tem lá sete netos em casa para dar de comer, para tratar, para lavar” (Marta).

Vivo desta profissão apenas, e se eu falto aqui mais ninguém trabalha por mim, portanto eu não podia prejudicar o meu trabalho. (...) Tive a sorte de os meus filhos ficarem com a avó e portanto acabava por ter muito apoio e só estive parada um mês. De maneira nenhuma. Não alterei nada. É uma gestão de tempo. (...) Muitas vezes trazia o meu filho comigo e dava-lhe o leitinho aqui durante o segundo e terceiro mês. Depois ele ficou com a minha mãe. (...)

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Hoje, os meus pais vão pôr o mais novo à escola, vão buscá-lo à escola, dão-lhe jantar, cuidam dele. O mais velho quando era mais novo também ficava, agora fica sozinho em casa e vai jantar com os avós se quiser, se não quiser janta sozinho. (...) Tenho perfeitamente a noção, fiz o doutoramento nesta fase porque tive sempre o apoio dos meus pais, os meus pais tomaram conta dos miúdos quando eram pequeninos, quando eu tive que ir para Inglaterra, fui lá várias vezes, era em casa deles que eles ficavam, porque não podia deixar o meu marido sobrecarregado com os dois miúdos, ele ficava às vezes com o mais velho e os meus pais com o mais novo, portanto, eu acho que estas carreiras são possíveis porque há o apoio do marido, da família nuclear e no meu caso porque tive o apoio dos meus pais. Não

tive apoio de mais ninguém, também não precisava, mas se não tivesse uns pais disponíveis e em quem eu pudesse confiar os meus filhos é óbvio que a carreira não se podia fazer, isso não tenho a mais pequena dúvida.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

*Baby-sitter* também recorremos, obviamente... Eu tive muita ajuda, mas também falta aí um outro factor que ainda não abordei, quando disse que recorri à *baby-sitter*, é claro que na altura *baby-sitter* para mim dizia-me actividade cultural, sair à noite, qualquer coisa. Ora, acontece que os meus pais já tinham muita idade, nessa altura era o último neto, portanto o primeiro neto tem uma diferença de idade do meu filho de onze anos e o meu filho foi o último neto. Era um bocado pesado para eles. No quotidiano, sim, houve apoio. O primeiro ano e meio do meu filho, ele ficava sempre em casa dos meus pais, depois, lá está, um bocado fadiga da minha mãe e do meu irmão mostrar que era um bocado pesado para ela, resolvi metê-lo numa creche. (...)Tive, sem dúvida, muito apoio dos meus pais. Aí com o meu filho é em absoluto, não é? Com o meu filho, ia mais cedo para casa, aí tem razão, eu ia mais cedo para casa, aí pelas sete horas. Quando ele não estava na escola ia buscá-lo a casa dos meus pais, chegava às sete meia, mais ou menos. Quando foi o tempo da creche ia buscá-lo à creche e era mais cedo que íamos para casa, quando depois entrou no colégio, o colégio acabava às cinco horas... Quando acabava às seis, quando eles permitiam acabar às seis, eu ia buscá-lo ao colégio e portanto íamos para casa a essa hora, quando eles anteciparam e disseram que só acompanhavam as crianças até às cinco, aí era muito cedo e então eu meti-o na carrinha e ia para casa dos meus pais e aí novamente rondou ir buscá-lo às sete e meia.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;

Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

Eu tinha a minha sobrinha, filha da minha irmã, que esteve desde o primeiro mês até agora, só que entretanto como ela estava a estudar, cada vez teve menos tempo, e portanto eu fui deixando que esta situação fosse acontecendo porque também cada vez fui precisando menos dela... Foi assim até agora. Digamos que ela teve toda esta disponibilidade até ao meu filho ter uns quatro anos, se tanto. Claro que eu tenho uma pessoa até ao fim do dia, mas às oito já estou em casa, às oito estou sempre em casa. (...) Eu tinha uma infra-estrutura de apoio, tinha alguém com quem podia contar para dormir se fosse caso disso ao fim do dia. Eu percebi que se quisesse aceitar o desafio de ter um filho tinha que reorganizar tudo. Porquê? Porque a vida profissional do meu marido não lhe permite... Depois, quando vim para aqui, fui abandonando essa estrutura, porque ela deixou de se justificar, deixou de ser necessária.

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;

Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

Com a vinda para Lisboa... entretanto casei-me, tive o primeiro filho e portanto eu não acabei logo o curso... Na altura, tinha ajuda. Na altura os meus pais ainda viviam em Lisboa e portanto eu tive uma ajuda imensa da minha mãe, muito grande, o bebé ia para casa deles...

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;

Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

Tivemos *baby-sitter* um período muito curto, até os meus sogros irem buscar o meu filho a nossa casa. Durante dois anos não estive no infantário, tinha essa senhora que ficava com ele pouquinho tempo, até os meus sogros irem apanhar o meu filho... A minha filha, não. Ela ficou com a minha tia e com a minha mãe. A minha tia ajuda monetariamente, e ajuda por exemplo a tomar conta da minha filha mais pequena para ela não ter que ser... Já se reformou portanto, dá-lhe algum gozo estar com a pequenita... Tem ajudado a tomar conta da minha filha, é uma ajuda preciosa, e nós temos ajuda monetária mensal da minha tia e da minha mãe, porque elas têm rendimentos... É menos de um ordenado, é menos do que aquilo que a gente põe de lado. Não é que não desse para pagar as contas, dava com certeza, mas isso dá para as extravagâncias. (...) A minha tia toma conta da pequenita, enquanto nós estamos a trabalhar... E a minha sogra tomou conta do meu filho até aos três anos... Depois, a minha tia ou a minha mãe ficavam com a pequenina.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

A minha mãe deixou de ter as filhas, mas passou a ter os netos e há dias que ela tem lá sete netos em casa para dar de comer, para tratar, para lavar. Agora faz o mesmo que fez connosco, vai levá-los ao colégio... Ela hoje tem momentos em que se sente cansada, porque fica com os sete. Mas ela gosta, porque senão tiver isso ela sente-se infeliz, começa a ficar triste, ela pode-se queixar mas gosta de os ter lá todos. (...) Sempre gostámos de crianças, sempre pensámos em ter filhos. A questão foi que achámos que, já que estávamos em casa da minha mãe... Primeiro não quis ter filhos logo, mas depois como estávamos em casa da minha mãe achámos que era preferível, porque não sabia, como era o primeiro filho e não sabia que dúvidas é que poderia vir a ter e como estava em casa da minha mãe... Mesmo a nível de casa, de como gerir uma casa, etc. Acho que optámos nessa altura por causa disso. (...)

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);

Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

É de sublinhar que, nos casais com *trajectórias homogâmicas*, o homem revela-se grosso modo bastante mais presente e participativo nos cuidados e no acompanhamento dos filhos do que nos casais anteriormente analisados (capítulos 7 e 8), participação essa, aliás, frequentemente exaltada pelas entrevistadas: “ele é um pai como uma mãe no verdadeiro sentido, fazia tudo” (Mafalda); “o Bernardo não é machista, vê sempre tudo em termos de igualdade nunca vê as coisas tipo ‘mas tu é que és a mãe’, nunca aconteceu isso, ele não vê as coisas nessa perspectiva. Os deveres são iguais, é sempre por aí. (...) É evidente que me apoia, até com os miúdos” (Marta). De resto, ainda que o homem seja mais participativo no acompanhamento dos filhos, algumas entrevistadas referem que, a este respeito, surgem *focos de tensão conjugal*, ora porque se considera que o cônjuge poderia ter uma “parte mais activa” - “uma vez numa aula do meu filho houve qualquer coisa que eu acho que o professor não reagiu bem ou que não sei quê, ou determinadas coisas que eu acho que depois se devia falar com a directora de turma, e o Mário deixa protelar e não liga e acha que não é preciso falar” (Maria) - ora porque se discorda da atitude “permissiva” do homem na relação com os filhos - “até na maneira de educar os miúdos discordamos, mas arranjam os é sempre uma maneira de não haver conflito, de gerir isso. (...) O pai tem menos paciência e como eu sou professora deixa tudo para mim, também porque eu estou muito mais dentro do assunto. O pai é muito permissivo, eles sabem que o pai é muito permissivo. Eu acho que ele é permissivo, ele dá-se ao luxo de ser permissivo porque sabe que eu sou menos, eu acho que é isso” (Marta).

O Miguel faz imenso. Ele é pai galinha, pai galo, pai tudo. (*riso*) Posso-lhe dizer que o primeiro banho foi ele que deu, o segundo e o terceiro foi ele que deu, portanto isto diz tudo. Ele é um pai como uma mãe no verdadeiro sentido, fazia tudo. Quer dizer, há aquela desigualdade física inultrapassável, eu tinha que acordar para dar a maminha, não é? Mas, de resto era companheiro a cem por cento. (...) Eu acompanho nos estudos. O meu marido, não. Acompanhar os estudos, sou eu que faço isso. Eu acompanho, o meu marido não. Pronto, aí nessa parte... Os trabalhos escolares eu faço... Tento, tento. Quando chego a casa perguntar-lhe que matérias é que ele deu, o que é que ele aprendeu, olhar para os trabalhos de casa. Acompanhar os estudos sou eu que faço isso. O meu marido chega sempre um pouco mais tarde e como eu já fiz...

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Quando o miúdo mais velho nasceu estávamos os dois a trabalhar no banco, portanto tal como os meus pais tinham tido, nós chegávamos à mesma hora e saíamos à mesma hora. Tínhamos um carro e morávamos no outro lado, portanto, saíamos de manhã, íamos pôr o miúdo ao infantário depois cada um ia para o seu sítio e à tarde encontrávamo-nos, pegávamos no miúdo e depois íamos para casa. Nessa fase, o processo era muito parecido com aquilo que tinha sido o dos meus pais, que é se saímos à mesma hora e se chegamos à mesma hora, todo o trabalho tem que ser partilhado, se um faz uma coisa o outro faz outra coisa. Portanto, todo o cuidado do miúdo na altura era muito partilhado. (...) Apoiámos os dois nos trabalhos da escola. Sempre que um não pode, vai o outro, mas é raro, até porque eles, aí, são auto-suficientes.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Federico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

Quando era bebé ele mudava a fralda, também dava o banho, a comida... Houve simbiose... Quando ele era pequeno apoiávamos normalmente os estudos, só que ele ficou bastante independente nos estudos, ficou com uma autonomia, até porque nós estivemos dois anos, isso também é importante ver, dois anos já de licença sabática que passámos

inteiramente em Genebra, portanto foi a família... Fomos os três. (...) Na educação do meu filho é em determinados pontos. Nos pontos precisamente sociológicos, lá está, e psicológicos, portanto ele é... Ele não sabe para que é que existe a psicologia e um bocadinho a sociologia também, e aí eu considero-o perfeitamente um zero à esquerda e, de facto... Porque há determinados aspectos que eu acho que são importantes e portanto... Ele nunca tomou parte activa para se tentar fazer ou aliviar, melhorar a inserção social, nunca toma parte activa. Mas aí, lá está, porque é aí também um bocadinho a personalidade, como eu disse há pouco, que se reflecte um bocadinho, não é? Uma vez numa aula do meu filho houve qualquer coisa que eu acho que o professor não reagiu bem ou que não sei quê, ou determinadas coisas que eu acho que depois se devia falar com a directora de turma, e o Mário deixa protelar e não liga e acha que não é preciso falar. É nesse sentido. Também pode haver divergências também em atitudes dele para outras coisas que possam não ter a ver com o meu filho. Aí há um bocadinho de problema, porque se são determinadas atitudes que eu acho que ele não percebeu bem, ele não aceita críticas e reage muito mal.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;

Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

Nessa altura, nestes primeiros tempos, portanto, nós tínhamos que suprir, nós ou a empregada, o tempo em que a minha sobrinha tinha aulas. Ela nessa altura estava a fazer duas cadeiras do décimo segundo e tinha que ir às aulas. Eu lembro-me que tinha aulas à quinta-feira de manhã o que não era um dia muito mau porque eu estava sempre em Lisboa, era o dia de Conselho de Ministros, portanto eu poderia estar em casa, mas de qualquer forma nem era eu que estava nessas manhãs, era sempre o Sérgio que assegurava, eu só assegurava se ele não pudesse. Portanto ele, ao longo desse ano lectivo em que ela tinha essas aulas, ficava ele e fazia o que fosse preciso fazer, mudar as fraldas, dar *biberon*, fosse o que fosse. (...) Porque uma pessoa que se habitua a estar rodeada de pessoas à volta e tem sobrinhos e que sempre viu crianças pequenas e que... não é? Habitua-se mais ao ter uma criança, é uma coisa mais natural. É uma aprendizagem, não é? Portanto para mim o contacto com as crianças é uma coisa desde sempre, é normal, não é? Ele não tem essa experiência, não tinha essa experiência!

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;

Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

O pai participou sim, ajudou bastante também... Quer dizer, quando chegava a casa não ajudava muito, mas ajudava...

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;

Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

O meu marido é que usou a licença de maternidade, ou seja, de paternidade da minha filha, que aqui não me concederam. Portanto, eu estive só quatro semanas com a minha filha quando ela nasceu. Foi nessa altura que ele fez a parte escrita do mestrado. Nesta fase está a fazer as rectificações e vai defender a tese. Aquilo que levou mais tempo foi feito na licença de paternidade. (...) No meu filho tive a licença de maternidade, os quatro meses... O meu filho vai entrar agora para a primeira classe portanto ainda não houve aquela história de ensinar os números e as letras, mas de qualquer forma sei que o meu marido vai dar muito mais assistência do que eu de facto... (...) O meu filho, eu ainda trabalhava com colegas no *atelier* e ainda trabalhava como enfermeira... Saía de manhã, estava às oito da manhã no hospital e chegava às muitas da manhã a casa. Isso terá durado para aí... sei lá, dois, três anos do meu filho. Era o meu marido que ficava. (...) Sou eu sempre que o trago e levo. Levar. Às vezes vem o Alexandre buscá-lo. Depende se eu tenho que ficar até muito tarde. Já tem acontecido o meu filho ficar aqui comigo e leva aqui umas secas de primeira.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

O Bernardo não é machista, vê sempre tudo em termos de igualdade nunca vê as coisas tipo "mas tu é que és a mãe", nunca aconteceu isso, ele não vê as coisas nessa perspectiva. Os deveres são iguais, é sempre por aí. O que já fizemos por exemplo, é ele ir ao cinema num dia e eu ir noutra com uma amiga! Agora, por exemplo, o mais velho já fica com o mais pequeno. Agora, já estamos na fase em que voltámos a sair juntos. Mas já houve alturas em que ele ia ao cinema sozinho e eu ia ao cinema sozinho, mas não deixávamos de ir ao cinema. Mas claro que era diferente, não é? Ou então aproveitávamos ir a Évora e os miúdos ficarem com a minha mãe e aí sim era a desbunda total, íamos para o cinema, íamos para todo o lado, eram dias de desforra. (...) Tanto mudar fraldas como dar banho, dar de comer, era igual, era a disponibilidade, era conforme, não havia...de noite ia mais eu do que ele, não que ele não quisesse ir, mas ele não conseguia acordar. Ele dizia-me: "Mas acorda-me, esta noite sou eu que vou lá". Só que o trabalho que me dava a acordá-lo era tão grande que eu demorava menos tempo a ir lá e voltar para a cama. Porque eu dizia-lhe "Acorda! Vai lá!" e ele dizia "está bem, eu vou" e depois virava-se e quando eu pensava que se estava a levantar estava-se a virar na cama e voltava a adormecer e eu voltava a acordá-lo. Quer dizer, perdia a paciência, e ia lá eu.. É evidente que me apoia até com os miúdos. Por exemplo se eu estou numa reunião e não os posso ir buscar, ele muitas vezes como não tem horário propriamente dito, vai ele... Embora tivesse ficado eu de os ir buscar, vai ele, para não me prejudicar naquilo que eu estou a fazer. (...) Até na maneira de educar os miúdos discordamos, mas arranjam os sempre uma maneira de não haver conflito, de gerir isso... Sabem se hão-de ir primeiro à mãe ou ao pai, conforme o assunto, conforme a questão. Se o assunto é da esfera...sou um bocadinho mãe-galinha também, ou seja, o

facto de ser professora tem os seus perigos e ser professora de miúdos com idades de dezasseis, dezassete anos, tem os seus perigos porque eu sei o tipo de questões que existem e então isto torna-se um bocado protector em relação a ele... É mais coisas tipo ligadas à escola porque o pai tem menos paciência e como eu sou professora deixa tudo para mim, também porque eu estou muito mais dentro do assunto. O pai é muito permissivo, eles sabem que o pai é muito permissivo. Eu acho que ele é permissivo, ele dá-se ao luxo de ser permissivo porque sabe que eu sou menos, eu acho que é isso.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

### 9.3.2 Da participação do homem à delegação das tarefas domésticas em terceiros

Nos casais com *trajectórias homogâmicas*, é menos frequente observar-se a desvinculação do homem face às tarefas domésticas. O apoio de terceiros às tarefas domésticas está bastante presente. Por exemplo, Marta refere que “os meus pais, quando vêm cá passar o fim-de-semana, ajudam-me em tudo o que é possível fazer cá em casa”, enquanto Adelaide e Alexandre contam com uma “empresa para apanhar a roupa e passar a ferro”. No que diz respeito à divisão conjugal das tarefas domésticas, entre os casais com *trajectórias homogâmicas* não se observa a prevalência de um modelo normativo único. Na verdade, verifica-se uma diversidade de modos de divisão do trabalho desde os casos em que a participação do homem é bastante activa (Marta) ou mesmo mais activa do que a própria mulher (Adelaide), às situações de divisão mais diferenciada (Mafalda, Sara) ou muito diferenciada (Susana).

Assim, a forte consciência das desigualdades entre homens e mulheres que Filomena manifesta - “estou convencida quando um homem está a fazer o doutoramento diz à família ‘estou a fazer o doutoramento, não me chateiem que não faço mais nada’” - não deixa de se reflectir na própria divisão das tarefas domésticas: “trabalhamos tanto um como o outro. Ambos não gostamos de tarefas domésticas, o que fica por fazer acaba por se dividir o mal pelas aldeias”. Também Marta refere que “nós temos as coisas muito divididas cá em casa (...) nunca me passaria pela cabeça fazer coisas ao meu marido que a minha mãe faz porque achava que isso era normal, quer dizer, não lhe arrumo a roupa, não lhe faço nada disso (...) o meu trabalho cá em casa termina no momento em que ponho o jantar na mesa, a partir daí eu levanto-me da mesa e não quero saber de mais nada. Ele arruma a cozinha, lava, arranja e tudo mais”. Por sua vez, Adelaide, reconhece que “é mais ele que faz” com a excepção de “um dia ou outro”: “O meu marido é muito colaborante, ele ajuda muito. Aliás, só pode, tem mesmo que ajudar, porque eu estou muitas horas fora de casa e há tarefas que são quase só feitas por ele”.

Trabalhamos tanto um como o outro. Ambos não gostamos de tarefas domésticas, portanto o que fica por fazer acaba por se dividir o mal pelas aldeias. (...) Nessa fase em que estar a fazer o doutoramento, mesmo em termos da família, estou convencida que, não posso provar, mas estou convencida quando um homem está a fazer o doutoramento diz à família “estou a fazer o doutoramento, não me chateiem que não faço mais nada”. Uma mulher, não! E estive três anos a fazer o doutoramento mas continuei a levar os filhos à escola, continuei a ir ao supermercado e a tratar das



coisas, não quer dizer que quando me irritava e dizia assim "não faço nada, tenho mais que fazer" a família dizia "pronto, tudo bem", mas eu tinha a sensação que era esperado que toda essa componente se mantivesse, e aquilo que eu vejo nos meus colegas homens fazerem não é nada disso. Entram numa redoma de vidro porque são uns seres que estão em alta meditação e isso eu acho que não é só no meu caso porque tenho conversado com as minhas colegas todas que estão a fazer o doutoramento ou que já fizeram e todas temos essa sensação, é que o doutoramento é mais valorizado pela família, pela escola na fase de preparação de um homem do que numa mulher, e esquecem-se que... É mais valorizado quando é feito por um homem do que por uma mulher... Também, não conheço caso nenhum, que eu me lembre, em que haja um casal em que são os dois doutorados, ou seja, conheço um caso em que eles se divorciaram logo a seguir. Portanto, quando os dois precisam do mesmo tipo de apoio e começam a exigir do outro o apoio que deram, isso acaba sempre em...tanto quanto eu conheço, dá sempre para o disparate, porque de facto o homem quando está a fazer o doutoramento acha que aquilo é o trabalho da vida dele, a mulher acha que é o trabalho da vida dela mas reconhece que os filhos continuam lá, que o jantar tem que se fazer, se os miúdos adoecerem tem que se ir ao médico, toda essa parte.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

Os meus pais, quando vêm cá passar o fim-de-semana, ajudam-me em tudo o que é possível fazer cá em casa, no sentido de...preciso de mudar de cortinados então aproveito que eles estão cá e a minha mãe ajuda-me com isso e o meu pai também, são pequeninas coisas. Agora a nível monetário já aconteceu ajudarem... não podem muito é evidente, mas eu sei que se precisar na medida em que eles puderem, eu posso contar com isso... É evidente que qualquer uma das minhas irmãs se eu estivesse numa situação qualquer que precisasse e se elas pudessem eu sei que me ajudariam de certeza, não tenho dúvidas nenhuma. (...) Eu acho que, mesmo assim, as mulheres dedicam-se sempre muito mais. Muitas vezes eu digo cá em casa "onde é que está escrito que eu tenho que fazer isto, onde?" e pronto aí as pessoas param e percebem que isso acontece porque é costume, é tradição, não é?... Não é muito o meu caso mas eu sinto o peso dessa responsabilidade em coisas tão simples como, por exemplo, se eu não me lembrar de comprar pão deixa de haver pão cá em casa. (...) a ideia que eu tenho do que é uma mulher, uma mulher esposa que se casa, não tem nada a ver com aquilo que a minha mãe pensa. Eu, pelo menos, nunca me passaria pela cabeça fazer coisas ao meu marido que a minha mãe faz porque achava que isso era normal, quer dizer, não lhe arrumo a roupa, não lhe faço nada disso, nunca lhe fiz uma mala, vamos juntos para qualquer sítio e eu nunca lhe fiz a mala. A minha mãe é que escolhe a roupa do meu pai, ela é que faz a mala, ela sabe onde é que está a roupa dele, ela arruma a roupa passada a ferro, basta isto. Portanto, as nossas perspectivas do que é ser mulher eram diferentes. Logo que na minha casa obviamente que ia ser diferente, eu ia ter uma vida diferente do que a minha mãe tinha, além disso a minha mãe estava em casa e eu não iria estar, portanto era uma vida muito mais...eu acho que...embora a minha mãe goste, ela gosta de se dedicar às pessoas, até porque não teve nunca uma profissão mas eu acho que é um bocado escravatura estar sempre pronta para atender às necessidades das pessoas e eu sou completamente diferente. Mesmo com os meus filhos, os meus filhos arrumam a roupa toda, fazem a cama deles, põem a mesa, lavam a loiça, fazem tudo porque eu digo sempre "eu não sou empregada de ninguém, eu sou mãe". Mas eles já sabem e nem preciso dizer.... nós temos as coisas muito divididas cá em casa, por exemplo o Bernardo detesta cozinhar, não sabe mas também não quer aprender, ou seja, sou eu que tenho que fazer. Esperto! Se ele tivesse experiência eu pedia-lhe para fazer e por isso ele não tem, mas o meu trabalho cá em casa termina no momento em que ponho o jantar na mesa, a partir daí eu levanto-me da mesa e não quero saber de mais nada. Ele arruma a cozinha, lava, arranja e tudo mais. Como eu também não gosto dessa parte dividimos assim. Eu com os miúdos também divido... Como ele nunca cozinha, então tem que lavar a loiça, mas há alturas em que ele tem uma disponibilidade maior e ele é que dá banho ao mais pequeno, enquanto eu vou fazer outra coisa qualquer. Ele vai, por exemplo, às compras, mas normalmente sou sempre eu que vou às compras, ele já tem ido, ainda ontem foi às compras. Eu vou às compras simplesmente porque sou mais económica. Eu faço-lhe uma lista com dez coisas e ele trás sempre mais, trás umas quinze... (*risos*) Eu acho que tenho uma atitude que depois acaba por resolver a situação. No outro dia eu cheguei cansada e estava a dar um jogo de futebol às sete e meia da tarde e eu cheguei cansada e estava pai e filhos tudo aqui no sofá a ver o jogo e eu fui para a cozinha começar a fazer o jantar e a pôr a mesa e pensei: "Mas o que é que eu estou aqui a fazer? Mas eu sou criada de alguém?". Então, não disse nada e fui-me sentar aí onde está, e eles: "Então o jantar?". E eu disse: "Quando quiserem ir fazer, vamos!". Perceberam logo e fomos todos para a cozinha, uns foram pôr a mesa e outros puseram a sopa a aquecer. Portanto, eu tento resolver as coisas... Uma boa esposa para mim não é empregada, uma boa esposa para mim não é aquela que põe a sopa na mesa nem que põe as peúgas e as cuecas na gaveta, isso era antigamente o conceito de boa esposa em que os homens chegavam a casar para ter cama, comida e roupa lavada, não é? Antigamente esse era o conceito de esposa, para mim esse não é o conceito. Para mim tem que ser companheira, alguém com quem se partilha as nossas preocupações, as nossas satisfações, os nossos sucessos, os nossos insucessos, os filhos, o crescimento dos filhos... Não estou à espera de um marido que traga mais dinheiro para casa, que ponha o dinheiro cá em casa e que se sente aqui com pantufas até à hora do jantar. O bom marido é aquele que leva o carro à oficina (*risos*), isso é outra coisa que eu não faço, pode andar a cair de podre.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);

Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

E neste momento não tenho empregada. Tenho aquelas empresas... Pronto, limpezas fazemos nós, depois vai lá a empresa para apanhar a roupa e passar a ferro. Só engomar. É aquilo que eu não gosto muito de fazer. Embora não

mande tudo porque senão era incomportável, porque eles têm uns preços assim um bocadinho esticados, mas as coisas fáceis de passar isso faço eu. Portanto eu fico com essa tarefa da roupa dos meninos, o resto vai para a lavandaria. Fico com a ala dos quartos e ele fica com a outra, que tem a sala e a cozinha em termos de limpezas e a comida é pertença dele, e pronto, é assim mais ou menos... Comidas é mais com o Alexandre tirando assim um dia ou outro, por exemplo ontem fui eu que fiz o jantar, mas é mais ele que faz. É de tal modo que ele é que se lembra de tirar a comida do congelador, eu não me lembro disso, portanto, está a ver o sistema? Nas limpezas é metade da casa para um e a outra metade para outro. Como eu digo na brincadeira eu fico com a ala dos quartos e ele fica com a outra. O meu marido é muito colaborante, ele ajuda muito. Aliás, só pode, tem mesmo que ajudar, porque eu estou muitas horas fora de casa e há tarefas que são quase só feitas por ele: por exemplo, a comida é quase sempre ele que faz e ajuda-me também a arrumar a casa e dar apoio aos miúdos... É fundamental, porque ele está mais tempo com eles...

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;

Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

Já noutros casais com *trajectórias homogâmicas*, a divisão das tarefas revela uma participação mais atenuada, quando não uma atitude de desvinculação masculina. Assim, Sara esclarece que Sérgio “foi educado por uma mãe que estava sempre em casa e para o seu casamento transferiu a mesma maneira de estar”, pelo que o casal acomodou-se a um “sistema de compensações” que não deixa de assentar na tradicional lógica de divisão de competências entre o homem e a mulher na família: “Se uma pessoa não tem muito jeito para fazer uma coisa ou outra, não vale a pena estar a insistir”. Esta acomodação aplica-se igualmente aos casos de Maria e Mário e de Mafalda e Miguel: “Ele deixa-se ir um bocadinho no ram-ram das coisas em certa medida. Iniciativas, por exemplo, agora que as férias estão à porta, iniciativas para se fazer férias, isso tem que partir de mim” (Maria); “Sou eu que faço mais, sem qualquer problema em assumir isso. (...) Eu não digo que o meu marido não me ajude, porque ele era mesmo companheiro de divisão. Agora há uma certa ideia, e isso é culpa minha, eu açambarco as coisas, portanto, eu chego primeiro, eu preparo o jantar, eu ponho a mesa, eu avanço com os banhos dos miúdos, porque eu sou uma pessoa activa, eu não estou à espera dele para fazer e não lhe vou pedir, há coisas para fazer e eu faço. É lógico que há tarefas, ele faz a sopa, ele gosta de fazer a sopa, ele arruma a loiça na máquina porque se eu arrumo ele diz que dá mais trabalho, porque ele diz que eu arrumo mal e depois ele tem que tirar para arrumar ele, portanto tem a tarefa de arrumar a loiça. Mas lá está, o lavatório fica com gordura, a mesa fica com a gordura, isso depois as limpezas são comigo” (Mafalda). Mas a divisão das tarefas domésticas pode ainda assumir os contornos mais frequentemente observados nas *trajectórias hipergâmicas* (capítulos 7 e 8). Susana reconhece que “procur[a] sempre não entrar em conflitos nem arranjar problemas” com Paulo, cuja alegada atitude de desvinculação face à vida familiar alarga-se às tarefas domésticas. Manifestando uma *estratégia carreirista*, a entrevistada procura, apesar do pesado horário de trabalho “fazer o jantar e ter a casa, enfim, arrumada como eu gosto”.

Claro que o que se aplica no apoio que ele deu a cuidar do bebé aplica-se menos às tarefas domésticas. (riso) É assim, também aos cuidados com o filho, se eu estiver, sou mais eu do que ele e as tarefas domésticas também sou

mais eu... Mesmo assim...olhe, quando eu o conheci ele não sabia fazer rigorosamente nada. Ele foi educado por uma mãe que estava sempre em casa e para o seu casamento transferiu a mesma maneira de estar... mas também isso não gera qualquer desconforto, porque o que ele não tinha aprendido com a mãe, foi aprendendo comigo. É assim, se eu saio de casa e nesse dia não há empregada ele faz a cama, faz mesmo, não é? Se vai almoçar com o filho, porque nós tentamos almoçar com ele - eu almoço alguns dias e o Sérgio almoça outros - e se vai almoçar é evidente que deixa as coisas arrumadas, quer dizer, põe a loiça na máquina, não deixa a casa desorganizada. Todos nós temos que manter o espaço organizado e fazemos isso. Mas se eu estiver, faço eu... Também se preocupa com as roupas e se eu fizer uma lista para ele ir às compras, ele vai, mas eu tenho que fazer a lista, tenho que me preocupar se há água ou não... Ele fez um esforço porque como eu lhe disse ele não sabia fazer rigorosamente nada, não fazia mesmo e não sabia fazer, nem queria saber fazer imagino eu, dos tempos anteriores. Eu normalmente saio mais cedo, ele sai mais tarde, quando vem almoçar a casa está tudo em ordem, isso está sempre, mas no princípio não estava e eu aborrecia-me e passou a estar, passou a fazer. É evidente que se eu estiver e eu fizer ele não faz questão, mas se eu introduzir ali um factor de "vamos lá a ver", ele faz. Só que eu depois também aproveito, não vou pôr o carro à oficina, também não faço uma série de coisas que lhe peço para fazer e que me demito voluntariamente, propositadamente. Eu acho que as coisas devem ser partilhadas. Por exemplo, a minha declaração de imposto eu fazia, mas deixei de fazer. Portanto cria-se um sistema de compensações. Se uma pessoa não tem muito jeito para fazer uma coisa ou outra, não vale a pena estar a insistir. Por exemplo, imagine que me atraso, ele é capaz de preparar o jantar dentro de determinadas limitações, mas prepara e eu chego e as coisas estão a avançar, portanto...

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;

Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

Sou eu que faço mais, sem qualquer problema em assumir isso. Numa fase inicial eu acho que talvez dividíssemos mais. Agora como esta fase de rotina doméstica entra com coisas que implicam crianças, não é? E eu chego mais cedo... Pronto, se me perguntasse se eu não gostava de chegar a casa e estar a mesa posta e o jantar feito? Eu adorava, mas isso é uma parte que também faço eu, não é? A pergunta era se eu faço mais ou menos? Faço mais! (...) Eu não digo que o meu marido não me ajude, porque ele era mesmo companheiro de divisão. Agora há uma certa ideia, e isso é culpa minha, eu açambarco as coisas, portanto eu chego primeiro, eu preparo o jantar, eu ponho a mesa, eu avanço com os banhos dos miúdos, porque eu sou uma pessoa activa, eu não estou à espera dele para fazer e não lhe vou pedir, há coisas para fazer e eu faço. É lógico que há tarefas, ele faz a sopa, ele gosta de fazer a sopa, ele arruma a loiça na máquina porque se eu arrumo ele diz que dá mais trabalho, porque ele diz que eu arrumo mal e depois ele tem que tirar para arrumar ele, portanto tem a tarefa de arrumar a loiça. Mas lá está, o lavatório fica com gordura, a mesa fica com a gordura, isso depois as limpezas são comigo. Eu tenho empregada todos os dias, todas as manhãs, portanto já adianta comida, roupa, casa limpa, portanto isso aí eu chego a casa e já não tenho muito para fazer. Mas o que há para fazer de rotina doméstica cabe-me a mim de facto. Eu sou responsável por isso mas faço-o sem qualquer peso porque é coisa mínima, ele faz a sopa e arruma a loiça na máquina. Ah! trata das plantas, é o jardineiro lá de casa, do terraço, das lavagens das coisas e dos carros, mecânica, ele é bricoleiro até mais não, ele faz *bricolage* em tudo o que é preciso, arranja tudo. Pronto, já é uma divisão de tarefas aceitável.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

Realmente são é muitas horas e eu não gostaria que fossem, mas é mais eu do que ele, porque ele acaba por não reclamar. Eu acho que tenho também conseguido organizar-me e fazer o jantar e ter a casa, enfim, arrumada como eu gosto. Ele não reclama. (...) Neste momento, e ao fim destes anos todos de casada, acho que estamos muito mais organizados. Mas realmente não era assim, eu ficava muito aborrecida quando ele ia, nos primeiros anos de casamento ao futebol com amigos. Mostrava o meu desacordo mas ficava por aí, não havia qualquer chantagem sequer nessa ida. Eu preferia sempre que ele não fosse, mas...ele é que devia não querer ir. Mas isso é do passado. .. Hoje ele vai. Mas hoje em dia, quando ele vai ao futebol eu geralmente também saio ou vou às compras. O filho vai também com o pai ao futebol portanto logo aí fico muito mais disponível... para ir às compras. (*riso*) As mulheres são assim nestas coisas. Mas é essencialmente isso. Enquanto que aqui há uns anos atrás, ou porque tinha que ficar com o filho, depende também de várias situações, mas aí já não via a ida dele ao futebol da mesma forma. Isso é verdade, não via realmente. Tem um bocadinho a ver com o fim-de-semana, como eu lhe tinha dito, era a família, nós os três portanto. O ele ir ao futebol achava que ele estava a comprometer o tempo para nós estarmos em família... O meu filho era pequeno e não podia levá-lo. Acho que ele estava a fugir um bocadinho ao fim-de-semana que devia ser dos três... se calhar porque me obrigava a ficar em casa com ele, também dependia da idade dele, mas hoje em dia já não. Se ele vai ao futebol eu estou disponível para ir a outro sítio. Não gosto de ir ao futebol, senão poderia ir também. Mas tem a ver com isso, o estar... não sei, mas o ele levar o meu filho, eu acho que é um bocadinho por aí, portanto já não é uma actividade que ele faça sozinho, não é? Portanto, já há aqui um envolvimento da família também. Mas não foi sempre assim. (...) Eu procuro sempre não entrar em conflitos, nem arranjar problemas, tento que as coisas vão andando por si, quer dizer, andando por si, mas contribuindo para que elas corram bem, não é? Portanto, não gosto muito de entrar em conflitos, nem em discussões. Em relação a isso acho que da parte dele há também um bocadinho essa forma de estar, claro que tenho dias em que chego muito mais cansada, há dias que não me apetece fazer determinadas coisas em casa, até porque estou irritada, e eu acho que ele percebe isso e então sabe também quando é que pode brincar ou não brincar...

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;

Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

## 9.4 Companheirismo, partilha de recursos e abertura ao exterior

Os casais com *trajectórias homogâmicas* demarcam-se significativamente dos casais com *trajectórias hipergâmicas* (capítulos 7 e 8) pelo papel do homem no incentivo à actividade profissional e à carreira da mulher, um apoio que se evidencia amiúde numa comunicação intensa em torno da vida profissional de ambos os elementos do casal. Por outro lado, não se observa a atribuição da tutela ao homem da maior fatia dos rendimentos. As diversas modalidades de organização do dinheiro não têm efeitos, porém, na redistribuição dos rendimentos auferidos pelos cônjuges, porquanto não existe propriamente uma diferença acentuada ao nível dos recursos económicos no casal. De resto, é praticamente transversal o princípio de que os rendimentos auferidos pelos cônjuges são para usufruto do colectivo familiar.

### 9.4.1 Dupla carreira e mútuo apoio no casal

Os casais com *trajectórias homogâmicas* distinguem-se sobretudo pelo papel que a mulher reconhece ao cônjuge no incentivo à sua actividade profissional e aspirações de carreira, alicerçando-se numa comunicação intensa centrada na vida profissional de ambos os cônjuges.

A este respeito, Sara, por exemplo, sublinha que “se eu estou frustrada no meu trabalho ele sabe, ele sabe perfeitamente as razões que me levam a fazer o mestrado e percebe”. Maria considera que “a pessoa estar na mesma profissão [que o cônjuge] tem a vantagem que o outro percebe exactamente as necessidades do outro”, ainda que, “às vezes, a pessoa estar a viver coisas conjuntamente pode cansar, pode às vezes levar um bocadinho à saturação”. Já Mafalda refere o valor que adquire como “mulher no todo” junto de Miguel pelo facto de exercer a sua actividade profissional: “É importantíssimo a minha actividade ser advogada para ele me valorizar como mulher no todo. O meu marido nunca imaginava estar casado com uma mulher que não tivesse uma profissão, porque ele acha que uma mulher tem que ser independente”. Marta, por sua vez, reconhece o incentivo de Bernardo, referindo que “ele sempre me apoiou em tudo, qualquer passo que eu queira dar eu digo que sim e ele diz duas vezes que sim”. E, enfim, Filomena afirma que “ninguém faz uma carreira se tiver a família a chatear o tempo todo ou a desestabilizar ou a inviabilizar tempos de trabalho”, referindo, a este respeito, o “grande apoio” de Frederico, que sempre foi “impecável”, acompanhando-a ora nos desafios relacionados com a progressão na carreira universitária, ora no seu confronto com a “discriminação em relação à

mulheres no local de trabalho”, e que “talvez por isso ainda valorize mais a minha profissão, porque sou eu, que sou mulher, a exercê-la”.

Acho que em qualquer carreira é indispensável haver apoio, ninguém faz uma carreira se tiver a família a chatear o tempo todo ou a desestabilizar ou a inviabilizar tempos de trabalho, disso eu não tenho dúvidas nenhuma. Ele nisso foi sempre impecável, porque além de tomar conta daquilo que achava que tinha de tomar quando eu tinha que estudar ou quando tinha que fazer as teses, sei lá, ele dispôs-se a ler a tese de mestrado, de doutoramento, a traduzir coisas, a acompanhar em algumas viagens, portanto sempre houve um grande apoio. (...) O meu marido reconhece que há discriminação em relação às mulheres no local trabalho. Diz que é verdade. E claro que me apoiou muito, estava sempre a incentivar-me, porque isto apesar de tudo são coisas [referindo-se à discriminação de que alega ter sido alvo no próprio local de trabalho] que deitam muito abaixo uma pessoa. (...) Ele reconhece que há desigualdade entre homens e mulheres, diz que é verdade... Ele próprio reconhece, porque isto são factos relativamente óbvios. Tem consciência das desigualdades entre homens e mulheres, de como é mais difícil para nós mulheres fazer as coisas com o mesmo *timing* que os homens no meio académico. Talvez por isso ainda valorize mais a minha profissão, porque sou eu, que sou mulher, a exercê-la.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;

Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

Entre os casais com *trajectórias homogâmicas*, apenas Susana e Paulo demonstram ser pouco comunicativos, sobretudo no que toca ao trabalho - “Não falamos muito e de trabalho não falamos nada” - uma característica da dinâmica conjugal que Susana prefere atribuir ao seu próprio cansaço - “saio daqui tão cansada de tudo o que trato que não tenho necessidade nenhuma de ir levar isto para casa” - do que propriamente a um alheamento do marido face à sua actividade profissional em relação à qual este não coloca quaisquer obstáculos: “ele por vezes queixa-se que eu falo muito pouco do meu trabalho (...) Há um empenhamento meu [na profissão] e há também um não levantar problemas da parte dele”.

Parece que não, mas cinco anos fazem alguma diferença, somos também de gerações diferentes mas eu acho que isso não é problemático, não é o suficiente para estarmos em zonas muito diferentes, quer dizer, podemos falar das mesmas coisas com muita proximidade por ter vivenciado mais aqui ou mais ali as mesmas coisas... Há assuntos muito mais polémicos obviamente mas também não é por isso que deixamos de falar. Falamos muito, falamos bastante. Até porque digamos que o trabalho dele é uma área que me interessa, não é? A área da comunicação, do jornalismo, interessa-me bastante. A formação teórica, experiência nessa área, conheço muitas das pessoas que trabalham lá porque quando fazia assessoria de imprensa eram os meus interlocutores, não é? Nós conhecemo-nos exactamente porque ele é jornalista e eu estou a fazer uma formação que tem a ver com a comunicação. Eu sou técnica de comunicação, faço coisas que têm a ver com isso e portanto... Aquilo é um meio que me interessa, interessa-me mesmo. Portanto não faço nenhum esforço, nem ao contrário, para falarmos desse tipo de coisas. Falamos do que se passa nesse meio, da empresa onde ele trabalha e portanto se eu estou frustrada no meu trabalho ele sabe, ele sabe perfeitamente as razões que me levam a fazer o mestrado e percebe... Não acho que isso aproxime nem afaste. O meio profissional em que ele se move é muito diferente do meio profissional em que eu me movo. É um meio profissional muito mais informal, muito mais... é um estatuto que do conhecimento não advém nada, esse tipo de coisas.

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;

Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

Há maneiras de trabalhar diferentes, mas desse ponto de vista de preocupações e disso tudo é igual, é o mesmo. A maneira de nós abordarmos o ponto de vista profissional é bastante diferente... A maneira de atacar problemas e disso tudo. Ele pode estar muito tempo, para mim demais, a tentar agilizar as coisas e eu vou mais para a frente, portanto eu sou mais prática, ele é mais racional. Nesta maneira de ver ele concorda comigo, absolutamente. (...) Às vezes a pessoa estar a viver coisas conjuntamente pode cansar, pode às vezes levar um bocadinho à saturação, isto é, a pessoa pode achar que se calhar estar sempre a dizer conjuntamente... seria mais fácil e mais arejado se não estivesse. Há prós e contras e eu não sei qual é a melhor situação sinceramente. (...) De facto a pessoa estar na mesma profissão tem a vantagem que o outro percebe exactamente as necessidades do outro, etc. e às vezes um não

tem tempo para o trabalho ou o outro não vem e isso percebe-se. Portanto a pessoa sabe, e não vai dizer "Pois, eu vou e tu não", isso não. Ambos têm igual envolvimento. Portanto aí é importante a actividade ser igual, porque se percebe.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;  
Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

Acho que estas carreiras são muito engraçadas, mas têm alturas muito depressivas e uma pessoa sozinha quando se deprime, deprime muito porque há muitos problemas, há muitos conflitos, há muitas dúvidas e o ter uma pessoa que nos apoia e nos ajuda e que diz "vá, tu consegues" e que dá apoio financeiro, porque quer dizer dois ordenados quando é preciso comprar mais livros ou fazer isto ou aquilo, é óbvio que é melhor que um só e a pessoa sabe que se falhar tem a ajuda do outro. Há também uma segurança para, se houver algum azar, a pessoa saber que tem ali uma retaguarda que segura as pontas. Isso é importantíssimo! (...) O que a gente costuma dizer dele é que tem o curso de acompanhamento, porque o curso de Geografia tem uma componente com muitas visitas de estudo e muito trabalho de campo e portanto ele acompanhava-me muito, se fosse preciso ir para a Serra da Arrábida ver as rochas e não sei quê, mesmo enquanto namorados ele ia comigo, íamos sozinhos ou se eu tinha uma ou duas colegas de grupo íamos todos. Portanto ele tem... não digo que tem o curso de geografia mas gosta muito e percebe muito da matéria, acha graça e gosta de passear a pé, gosta de ver aqueles sítios, portanto eu acho que isso nos aproximou. Por isso é que eu digo que acho que temos gostos comuns, que fomos criando nesse percurso que apesar de tudo é bastante bom, nós conhecemo-nos no fim da adolescência e acabámos por crescer juntos. Quer dizer, nós não nos encontramos como dois adultos independentes mas enquanto ainda muito jovens e portanto crescemos juntos a saber os gostos um do outro. Como eram gostos compatíveis eles vão-se mantendo e vamos muitas vezes, agora nas férias se vamos a alguma cidade ele diz-me "vê lá se queres ir lá acima para veres a cidade de cima, para teres uma ideia das ruas e olhar o mapa", portanto ele sabe exactamente quais são os meus interesses e ele por exemplo gosta muito de pintar e eu às vezes tenho convites para exposições e digo-lhe "olha está aqui um convite para uma exposição, vamos lá os dois porque tu deves gostar mais do que eu", portanto eu penso que criámos uma boa organização por termos já quase gostos que eram compatíveis, mas também porque crescemos juntos, aprendemos um com o outro.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;  
Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

É importantíssimo a minha actividade ser advogada para ele me valorizar como mulher no todo. O meu marido nunca imaginava estar casado com uma mulher que não tivesse uma profissão, porque ele acha que uma mulher tem que ser independente. A parte da realização pessoal parte mais da profissão do que de uma relação estável do casamento. Ele não poderia interessar-se por uma dondoca. Porque ele quer uma pessoa que, do ponto de vista intelectual, seja estimulante. Eu tinha que ter o apoio dele e saber que ele estava lá se fosse preciso, porque eu sou uma pessoa muito dependente emocionalmente. Eu sou uma mulher muito independente no sentido que sempre contei comigo e nunca quis estar dependente dos outros em termos de ter que pedir. Eu comecei a dar explicações enquanto estudava porque queria ter o meu dinheiro. Mas estou farta de dizer que não consigo viver sozinha, não conseguia, eu preciso de ter uma pessoa com quem partilhar, porque quando tenho um problema tenho que o pôr cá para fora. (...) Valorizo imenso. Eu sou como ele. Tinha que ter um marido que estivesse bem, que fizesse aquilo que gostava, que fosse bom naquilo que faz. Acho que também valorizo muito a parte profissional dele. (...) Há coisas que são próprias de mulheres. Há coisas que, se calhar, gosto mais de falar com uma amiga. Mas aquilo que eu quero falar com ele, falo. Não, "é q.b." Há assuntos em que ele precisa da minha opinião, e aí a gente partilha, partilhamos o q.b., porque sabemos que aí nos podemos ajudar. Mais do que isso, não. Tendo nós profissões tão especializadas, acaba por ser muitas vezes o apoio do colega, da colega, da amiga. Agora, nas questões que mexem connosco, decisões que temos de tomar e mexem com os nossos sentimentos, falamos um com o outro. Não falamos só de trabalho, mas eu geralmente partilho com ele coisas que às vezes mexem mais comigo. Só quando preciso de uma opinião ou do apoio dele. E ele também. (...) Eu com o meu marido temos um diálogo que é positivo, não é levado ao exagero, não falamos só do trabalho, mas eu geralmente partilho com ele coisas que às vezes mexem mais comigo. Mas com a família no geral não, só quando me perguntam. Confesso que nunca tomo a iniciativa de falar. Este trabalho também é muito sigiloso, está a ver? Também não dá para partilhar, para estar a falar. Por minha iniciativa não. Se a pergunta é se eu falo com a família do trabalho? A resposta é negativa.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;  
Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

O Bernardo incentiva-me... porque mesmo eu agora estou a fazer outros projectos e tenho que ir para fora e ele diz-me para ir, ele só me pergunta quando é que é para tentar ver com os miúdos como é que vai fazer. Ele sempre me apoiou em tudo, qualquer passo que eu queira dar eu digo que sim e ele diz duas vezes que sim, portanto... eu não parei de estudar. Só a nível da formação, isso tenho feito imensos estudos. Formação a nível de ensino e agora já estou numa fase em que faço acções também, faço divulgação, faço acções, neste momento já fiz o manual... Porque a rotina mata-me. Ao fim de dois anos ser apenas professora, no sentido de estar ali na sala de aula com os alunos, eu não suportava mais, eu tinha que enveredar... é assim, não dispensei ir dar aulas e estar com os alunos... é assim, é sempre diferente, todos os anos é diferente, os alunos são diferentes. Eu nunca utilizo a mesma planificação, nem sequer os mesmos testes, um teste quando é dado, está dado e acabou... Muitas vezes o cansaço com que a pessoa chega a casa, a pessoa pode-se dar conta que ao fim de uma semana só trocou meia dúzia de palavras, porque o

cansaço é tanto quando se chega a casa e o tempo é tão pouco e as pessoas mal se vêm, e depois há os filhos, os trabalhos de casa, os problemas na escola, é muito complicado, tem que se gerir muito bem. É preciso muita maturidade, um grande grau de tolerância, de aceitação.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);  
Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Às vezes levo questões daqui e falo com ele. Mas acho que nunca me dei assim com nenhuma situação dessas assim tão graves, tão complicadas que... às vezes falamos até porque a tese dele tem um bocado a ver com uma área que eu trabalhei aqui na Câmara que é planeamento urbano, portanto às vezes falamos e pergunta coisas...

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;  
Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

Há dias em que a pessoa se sente mais irritada, mas isso o melhor é ir ler um bocadinho e adormecer por si e pronto, é isso que eu faço para não estar a arranjar conflitos onde não vale a pena haver. Mas isso tem a ver com a maneira de estar de cada um. Eu não tenho necessidade nenhuma de falar do que se passa aqui, não tenho, não sei... Não sei se há muita gente assim, mas falamos muito pouco de trabalho, ou seja, e sobre isso já temos falado, porque o que acontece... Eu acho que ele percebe que há um empenho meu também e que me sinto bem em trabalhar. Eu penso que há as duas coisas. Há um empenhamento meu e há também um não levantar problemas da parte dele, não é? Penso que se calhar haverá homens que... eu já tenho ouvido alguns comentários aqui de alguns colegas que me dizem "se a minha mulher chegasse a casa todos os dias às oito da noite, eu não ia aceitar muito bem", foi um comentário assim qualquer deste género, eu fiquei um bocadinho baralhada... Mas o Paulo aceita e não tem levantado problemas... ele por vezes queixa-se que eu falo muito pouco do meu trabalho. E é verdade, eu falo muito pouco do meu trabalho, ou nada... Quer dizer, não se queixa... Não sei se é por querer saber. Eu acho que ele nota tanto que por vezes me diz... Da minha parte eu acho que é porque eu saio daqui tão cansada de tudo o que trato que não tenho necessidade nenhuma de ir levar isto para casa... Porque ele já não é assim. Portanto, ele faz determinados comentários ao jantar ou ao serão, que aconteceu.... Ele acha que é uma forma de estar minha, mas não falamos muito, portanto, isto para lhe responder à sua pergunta "se falamos muito?" Não falamos muito e de trabalho não falamos nada. (riso)

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;  
Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

#### 9.4.2 A ausência de uma tutela individualizada do dinheiro e o princípio da redistribuição

Nos casais com *trajectórias homogâmicas*, não se observa situações em que cabe ao homem a tutela da maior fatia dos rendimentos do casal, tal como é frequente acontecer junto dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* ou nalguns casos caracterizados pela *hipergamia progressiva*. As modalidades de organização do dinheiro são diversas, desde a mais fusional e redistributiva - ou seja, o bolo comum com ou sem contas individuais (Marta) - à divisão total dos rendimentos dos cônjuges sem partilha dos rendimentos de cada um para além das contas comuns (Adelaide). Nessas diversas modalidades coexistem dois traços fundamentais. Em primeiro lugar, nos casais com *trajectórias homogâmicas* os rendimentos auferidos através da actividade profissional são muito aproximados, pelo que não se verifica propriamente uma desigualdade de recursos económicos entre o homem e a mulher que as modalidades de organização do dinheiro possam contribuir para reproduzir, reforçar ou, pelo contrário, atenuar. Em segundo lugar, entre as diversas modalidades de organização do dinheiro ressalta o princípio praticamente transversal de que os rendimentos auferidos ora pelo homem, ora pela mulher são redistribuídos para usufruto de todos.

A título de exemplo, Filomena refere que “nunca houve foi a questão se eu ganho mais... quer dizer, se eu ganho mais dinheiro podemos os dois gastar mais dinheiro, quer um quer outro”. Marta, por sua vez, esclarece com alguma ironia, e precisamente ao invés da maioria de muitas situações observadas entre os casais com *trajectórias hipergâmicas*, que o dinheiro do marido é o único a estar sujeito ao usufruto da família: “A conta dele tem o meu nome e a minha só tem o meu, não há digamos assim uma conta comum, ou por outra a comum é a dele, o meu dinheiro é meu e o do Bernardo é nosso!”. De resto, Adelaide e Alexandre são o único casal cuja organização dos rendimentos auferidos é individualizada: “temos uma conta os dois e é a conta da casa, portanto cada um mete a mesma quantidade de dinheiro para essa conta e depois cada um tem a sua conta à parte. Uma parte do ordenado é para essa conta comum e depois há outra que fica connosco”.

Os ordenados é ela por ela. No ano passado um bocadinho mais do que ele. Nos primeiros anos ele ganhava mais do que eu, eu só dava explicações. (...) Eu tenho a minha conta e ele tem a conta dele, ou seja, eu tenho o meu dinheiro e ele nem sabe quanto dinheiro é que eu tenho, quanto dinheiro é que eu gasto. Ele tem o dinheiro dele e eu não sei quanto dinheiro é que ele tem... Quer dizer, ambos temos os cartões das nossas contas e ambos podemos... Eu tenho a despesa do colégio dos miúdos e da empregada e ele tem a despesa da renda da casa e da alimentação. Porque nós dividimos despesas, temos despesas a cargo de cada um. Dois para mim e dois para ele... Inicialmente até era ao contrário, eu tinha a despesa da alimentação, só que eu era mais descuidada, não controlava, não punha dinheiro naquela conta para a alimentação e ele disse: “Então ficas com coisas que são certas, que é a escola e a empregada”. O meu marido sabe que ao fim do mês recebe aquele ordenado, e eu não, eu posso receber num mês uma fortuna e no mês a seguir não ter dinheiro nenhum. Portanto eu tenho que ter uma gestão do meu dinheiro muito grande. (...) Não há uma última palavra. A discussão é até à exaustão, a decisão é sempre dos dois. A compra do carro é sempre a dois, a compra da casa é sempre a dois.

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]

É assim, é engraçado, o meu dinheiro é meu e o do Bernardo é nosso! (*risos*) O meu é meu e o dele é nosso... Nós depois vimos quem é que paga o quê. Ele paga o colégio, eu pago a empregada, ele paga os telemóveis e os telefones de toda a gente, eu pago outra coisa qualquer, mas não vamos ver quem é que paga mais... porque se um não tiver dinheiro para pagar digo: “Olha, este mês não tenho dinheiro para pagar isto”. E ele dá-me e eu dou-lhe. Porque... é engraçado, não há razão nenhuma para isso porque a conta dele tem o meu nome e a minha só tem o meu, não há digamos assim uma conta comum, ou por outra a comum é a dele, pronto, a comum é a dele. Nós não fazemos questão... no fundo é dos dois... Não sei, se calhar há pessoas que têm problemas com isso, chegam a dever dinheiro ao marido e ele a ela, isso para mim é incompreensível, mas as pessoas são diferentes e têm maneiras diferentes de gerir isso, cada um é que sabe obviamente. Mas sempre foi assim... Já houve alturas em que eu ganhei muito mais e não trouxe qualquer problema, períodos de mudança de profissão dele, de maior instabilidade, trabalhar para outro e começar a trabalhar para si, houve uns meses... Quando a pessoa deixa de trabalhar numa empresa e vai ter a sua própria empresa e deixa de ter clientes podem surgir situações problemáticas, mas nunca houve problemas desses por causa de dinheiro.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);

Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Nós já corremos as várias modalidades, desde termos uma conta única que depois era uma trapalhada, porque obrigava todos os dias a fazer uma gestão muito cuidada da conta, a dividirmos com mais rigor. Eu penso que esse tipo de gestão tem muito a ver com a relação entre o rendimento que se tem e as despesas que se têm. A pessoa que vive muito no limite tem que ter uma gestão muito cuidada, isso depois há várias modalidades. Quando se começa a ter algum desafogo, pelo menos as coisas não estão tão limitadas, também nos permitimos não ser tão rígidos na preocupação. Nunca houve foi a questão se eu ganho mais... quer dizer, se eu ganho mais dinheiro podemos os dois gastar mais dinheiro, quer um quer outro. (...) Hoje ele paga umas coisas e eu pago outras. Ele paga aquilo que se pode pagar facilmente no banco, já que lá está, pode-se entreter na caixa multibanco. (*riso*) E eu pago as outras coisas e depois, se achar que estou com menos dinheiro, digo-lhe. E já é assim há tantos anos que nunca tivemos o problema de deixar o dinheiro acabar antes do mês. Mais ou menos os dois vamos tendo dinheiro e não há uma organização muito rígida e temos a preocupação de que ninguém fique sem dinheiro na conta. Portanto, há duas



contas e se eu paguei muitas coisas, digo: "Olha, estou a ficar sem dinheiro" e ele diz "Toma lá um cheque meu", nunca foi uma questão que se pusesse de uma forma muito rígida.  
[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;  
Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

São contas separadas e depois temos, mais ou menos, as despesas também separadas. Cada um paga as despesas. Ele paga mais as relacionadas com a casa e eu com o meu filho. É mais ou menos assim.  
[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;  
Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

Não, é a mesma coisa mais ou menos. Eu sou capaz de na teoria parecer que ganho mais, mas depois tenho que devolver aqueles IVAs ao Estado e tenho que fazer os descontos para a Segurança Social, portanto na prática vai dar ela por ela. (...) Nós temos uma conta os dois e é a conta da casa, portanto cada um mete a mesma quantidade de dinheiro para essa conta e depois cada um tem a sua conta à parte. Uma parte do ordenado é para essa conta comum e depois há outra que fica connosco.  
[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;  
Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

### 9.4.3 A abertura procurada

Finalmente, no que toca à integração no exterior, a dinâmica de funcionamento dos casais com *trajectórias homogâmicas* não se afasta da dos casais com *trajectórias* definidas pela *hipergamia progressiva* (capítulo 8), como evidencia a propensão generalizada para a abertura ao exterior: "saímos bastante ou tentamos sair, passar fins-de-semana fora com casais de amigos meus (Susana); "tentamos conviver e manter o convívio" (Maria); "não tenho propriamente amigos novos, são os da faculdade e continuam, sempre ficámos amigos, eles vão lá a casa nos fins-de-semana em que há menos trabalho, ou somos nós que vamos a casa deles, ou então combinamos um jantar, um cinema, um programa (Marta). Essa propensão para a abertura pode, nalguns casos, ter vindo a ressentir-se ao longo da vida conjugal: "Nesta fase do campeonato não. Eu já fui muito assim de convidar pessoas para ir lá a casa e jantaradas (...) Eu acho que vai voltar, necessariamente." (Adelaide).

Por outro lado, ao invés do que observámos junto dos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* (capítulo 7), constatamos aqui a procura de um tempo exclusivamente dedicado ao casal, sinónimo de expectativas mais elevadas face à vida conjugal como dimensão que está para além da vida familiar. A título de exemplo, Sara e Sérgio constituem um caso elucidativo de como a procura de um tempo do casal - as férias - tem por vezes de se confrontar com as exigências dos próprios filhos quando estes "crescem": "Nós tentávamos sair sempre, continuámos a jantar, a ter o namoro, quisemos continuar a fazer isso e é muito mais fácil quando as crianças são pequenas do que quando eles crescem mais, até porque depois há o momento em que eles passam a acompanhar-nos, não é? E a ficarem muito aborrecidos, porque nós vamos de férias e não os levamos." (Sara).

Saimos bastante ou tentamos sair, passar fins-de-semana fora com casais de amigos meus. Estar com amigos acaba por ser um bocadinho o que fazemos hoje. Nas férias, fins-de-semana, almoços e jantares, um bocadinho à volta da mesa... Ele é muito mais expansivo que eu talvez, pensando num grupo de amigos ele é muito mais bem disposto, participativo, gosta de dizer umas piadas. Tem uma forma de estar diferente. Eu sou muito mais calada. Não quer dizer que... isto depois também tem a ver com os grupos com que estamos, se estamos mais à vontade ou não, mas eu sou muito mais reservada, mais calada, envergonhada. (...) Eu sempre fui, até por uma questão de educação, muito mais ligada à casa, o gostar de limpar a casa e ele não, era o contrário, ele sempre gostou muito de sair e portanto o que aconteceu é moldarmo-nos ali um bocadinho. Portanto conseguimos... Temos conseguido organizarmo-nos assim, não é? Não sei... dedicando a um e a outro. Se me perguntar se hoje quando saio, saio contrariada, eu digo-lhe que não, não saio nada contrariada, acho que saio até hoje em dia com muito gosto e ele se calhar, quando fica em casa, também não acho que fique contrariado. Acho que foi uma forma de vivermos que conseguimos.

[Susana, 42 anos, engenheira civil, directora comercial;  
Paulo, 43 anos, gerente - estabelecimento bancário; um filho]

Como eu comecei a namorar no início do curso a maior parte dos meus amigos foram os meus colegas de licenciatura e conhecem o meu marido desde essa altura, portanto nós criámos um grupo de amigos ligados à minha área científica relativamente forte e ele por ter desistido do curso dele perdeu, digamos, os amigos da área dele, só veio a refazer um grupo de amigos mais estável no Banco, portanto a nossa envolvente de amizades passa muito pelos meus amigos da geografia. (...) Faz todo o sentido dizer que sim, mas agora não lhe sei dizer como é que alterou porque a pessoa não tem outra comparação. (...) Obviamente que deve ter alterado, em vez de dois somos três e depois quatro, agora não sei em que medida é que alterou porque não sei como é que ela seria se os filhos não existissem. Podia ser melhor, ser pior, ser de outro género. É obvio que temos menos tempo... mas se calhar em vez de estarmos preocupados um com o outro, estamos preocupados com os miúdos, mas quando estamos os dois preocupados com os miúdos também é uma forma de estarmos juntos face a terceiros, não é? Ao fim destes anos todos já não sei como é que era estarmos só os dois. (riso) E depois é também devido à pessoa estar muito num processo de construção. (...) Conseguimos ter o tempo para nós, ainda este Verão estivemos uma semana sozinhos em Roma e obviamente que temos saudades dos miúdos, mas pensámos: "se a gente tivesse trazido os miúdos tinha sido uma seca porque eles não gostam". Os miúdos ficaram com os meus pais.

[Filomena, 45 anos, geógrafa e docente do ensino superior;  
Frederico, 47 anos, gestor, gerente – estabelecimento bancário; dois filhos]

Os amigos de um tornaram-se amigos do outro. Eu diria que saímos... Tentamos conviver e manter o convívio mas está muito diminuído mesmo assim. Quando éramos mais novos saía-se e convivia-se muito mais. Quer dizer, o facto de a pessoa estar muito empenhada em termos profissionais, lá está, abdica um bocadinho de relacionamento com amigos também, a pessoa também tem que ter muito mais tempo disponível para se relacionar com os amigos, para poder ter mais actividade cultural. Se não nos impomos, por exemplo, comprar bilhetes com antecedência para um concerto, etc. é muito fácil a pessoa dizer "Não me calha muito bem esta semana" e depois protela as actividades culturais, aí tenho.. (...) Só em casal, pouquinho. Agora um bocadinho mais porque, como o nosso filho já está a ficar independente... Não vejo muita procura, não. Não há muita procura da parte dos dois, mas praticamente zero da parte dele. Não se pensa muito.... Se nós não estivéssemos tão empenhados na nossa profissão talvez pudesse haver mais relaxamento, mas também não acredito muito que por terem mais tempo vão conviver mais, também não é isso. As pessoas depois ficam cada uma para o seu lado, num casal tenho impressão que fica cada um para o seu lado, mesmo se tivesse possibilidade de ter mais tempo.

[Maria, 50 anos, física e docente do ensino superior;  
Mário, 50 anos, físico e docente do ensino superior; um filho]

Tenho os meus [amigos] e ele tem os dele e temos em comum. Nesta fase do campeonato não. Eu já fui muito assim de convidar pessoas para ir lá a casa e jantaradas... Antes das crianças. E mesmo depois do meu filho nascer nós ainda fazíamos isso, mesmo com a família e tudo, mas neste momento eu acho que estou de tal maneira esgotada que não quero mesmo meter ninguém, até me incomoda quando as pessoas ao fim-de-semana me aparecem em casa. Eu acho que vai voltar necessariamente. Eu aliás tenho que me organizar nesse sentido. Isto também não é vida. (...) Se calhar mais o Alexandre do que eu. O Alexandre é muito romântico. E, às vezes, conseguimos estar sós. Mas já conseguimos mais, claro.

[Adelaide, 37 anos, arquitecta - técnica superior da função pública;  
Alexandre, 32 anos, docente do ensino secundário (Geografia); dois filhos]

Os nossos amigos também não eram os mesmos. Quer dizer, é assim, muitas vezes estávamos mais ele com os meus amigos do que eu com os dele, acho que ele estava muito menos com os dele. Mas depois é claro que comecei a conhecer os amigos dele e ele os meus. Alguns passaram a ser amigos dos dois. Mas mais do meu lado para ele do que os dele para mim... São os mesmos os amigos que se mantiveram, não tenho propriamente amigos novos, são os

da faculdade e continuam, sempre ficamos amigos. Eles vão lá a casa nos fins-de-semana em que há menos trabalho, ou somos nós que vamos a casa deles, ou então combinamos um jantar, um cinema, um programa... Aqueles [amigos] que a gente conhece há mais tempo e falamos de outros tempos, coisa que a gente não precisa de dizer nada, a pessoa olha para a outra porque vê qualquer coisa e ri-se em conjunto, pronto, a pessoa não precisa quase de falar porque nos conhecemos desde os dezoito anos. (...) Os meus filhos muitas vezes vão de férias para Évora, para casa dos meus pais. Nós fazemos tudo o que quisermos, nós não temos horários, aproveitamos e saímos à noite, pronto muda tudo logo completamente. Eu acho que isso é muito bom. As minhas irmãs por exemplo, como estão em Évora e os meus sobrinhos não vão para casa da minha mãe porque eles estão lá a viver perto, eles não vão assim...podem ir lá passar a tarde mas não vão como os meus que não os vejo durante quinze dias e fico aqui em lua de mel, eu acho que isso tem sido importante.

[Marta, 42 anos, docente do ensino secundário (inglês/alemão);

Bernardo, 44 anos, contabilista; dois filhos]

Eu acho que neste momento já não tenho que fazer, porque as coisas vão por si, mas quando uma criança nasce de facto introduz tanta mudança que é preciso ter algum cuidado. Eu acho que de facto deve-se ter cuidado, porque altera sempre... Por mais esforços que se façam no sentido de não alterar, e nós fizemos isso, procurámos fazer isso. Nós tentávamos sair sempre, continuámos a jantar, a ter o namoro, quisemos continuar a fazer isso e é muito mais fácil quando as crianças são pequenas do que quando eles crescem mais, até porque depois há o momento em que eles passam a acompanhar-nos, não é? E a ficarem muito aborrecidos, porque nós vamos de férias e não os levamos. Eu lembro-me uma vez que fomos à Grécia, ele foi em trabalho e eu fui com ele, e deixei o meu filho. O meu filho adora ir para a Serra, ir lá para os avós, ele adora, quando é ele que está de férias e nós estamos a trabalhar vai todo feliz. Ali não ficou nada contente, ele bem tentou "mãe, os aviões caem e tal", tanto que quando nós regressámos, quando ele regressou da Serra... via-se bem que ele não tinha gostado de ter sido posto de lado... (...) Quer dizer, deixa-se de ter algumas coisas e passa-se a ter outras, portanto uma criança também é um factor de ligação. Ter um projecto comum também liga as pessoas, não é? Também cria outro tipo de laços, de afecto inclusive. Parte de um conjunto que já não é um conjunto de dois mas é um conjunto de três... Reconheço que uma criança tem esse potencial de ligar e de desligar. Quer dizer, não é que seja uma escolha, mas pode-se ir por um lado ou pelo outro. A criança trás tudo, está lá tudo, pode afastar e pode aproximar. (...) Durante a semana eu acho que há um cansaço grande e depois há um... no meu caso, falando no meu caso, nele também há alguns assuntos que tem que tratar e tarefas que tem que fazer em casa, pronto, e faz. Portanto há um bocadinho o silêncio, isso há, pelo cansaço e por aquilo que ainda se tem que fazer até ao serão e depois há um sentar no sofá e a pessoa está tão cansada que cai para o lado, não é?... Eu acho que respeitamos também o silêncio de cada um, eu acho que tem dias que realmente não me apetece falar...Ao fim de vinte anos de casada tem sido mesmo isso que acontece, se não já não estaríamos com certeza juntos, ao fim de vinte anos se não fosse assim... Hoje temos fins-de-semana que passamos só os dois, isso é. Mas isso é aos fins-de-semana. (...) É assim, é também da forma como cada um gosta de viver e eu achei sempre que a semana era para trabalhar e o fim-de-semana tinha que ser para a família. E a família sou eu, ele e o nosso filho, não é? Às vezes também estamos com os pais. Portanto isso foi sempre, se calhar mais da minha parte, quase uma exigência para que fosse assim. Nós, em termos de trabalho no dia-a-dia e durante a semana, não interferimos muito no trabalho um do outro, portanto tentamos organizarmo-nos de maneira a que nos possamos dedicar cada um de nós ao seu trabalho e depois, ao fim-de-semana, é só mesmo para nós. O que é que nós costumamos fazer? Saímos bastante ou tentamos sair, passar fins-de-semana fora com casais amigos. Aqui há uma semana ou duas... temos um jipe, e fomos fazer um percurso todo o terreno, vamos com casais amigos passar férias que têm também crianças da mesma idade... agora o meu já é mais velho mas... Portanto tentamos arranjar sempre programas para nós, não há actividades separadas. Eu não gostava que houvesse e da parte dele felizmente, acho que da parte dele também, tem acontecido isso e portanto temos conseguido os fins-de-semana para nós e para aquilo que gostamos de fazer. (...) Depois há uma altura com o crescimento que começa a ser mais difícil ter esta separação de família, começa a ser mais difícil, mas conseguem-se outras formas de estar. Mas de facto também procurámos isso porque um dos mitos que existia nesta geração dos electrodomésticos e dos filhos é que os filhos tiravam de facto muito espaço, portanto a pessoa tem isto na cabeça e faz todo um esforço no sentido de preservar ali a relação, não ter essas coisas todas... Mesmo com todo esse cuidado, as coisas alteram-se, tem-se menos espaço para improvisar, porque há tudo aquilo dos cuidados à criança, porque se não se leva a criança tem que se ter pelo menos alguém que fique com a criança. O espaço da improvisação, então com profissões em que a pessoa tanto se pode despachar às dez como às oito, portanto em que a rotina não existe. Há situações que são mais rotineiras e aí é mais fácil encaixar outras rotinas, mas quando não é rotineiro, que é o caso, não se podem fazer grandes planos porque tudo aquilo muda, as coisas vão mudando. Se essa rotina não existe no trabalho, também não a tem no espaço privado, não é? Uma criança obriga de facto a introduzir rotinas, porque uma criança precisa de rotinas, o ritmo da criança não é o mesmo que o nosso e portanto o espaço de improvisar num contexto de uma relação é muito menor.

[Sara, 46 anos, técnica de relações públicas – estabelecimento bancário;

Sérgio, 52 anos, jornalista – editor; um filho]

No princípio, a vida dele era ótima, tinha poucas aulas, nós estávamos naquela fase, foi depois do casamento, foi assim uma coisa... Nós vivíamos imenso os dois e eu tinha muita liberdade de tempo e nós estávamos muito tempo juntos. Nós tomávamos o pequeno almoço num cafézinho aí às nove e meia, dez, depois apanhávamos o comboio, porque quando casei não tinha carro. Era assim uma vida... Vivíamos muito a nossa relação com muito tempo.(...)

Uma pessoa com os filhos, aquilo passa a ser àquela hora. Quebra-se a loucura. A pessoa acaba por ter essas loucuras quando vai para férias sozinho. Eu digo mesmo aos meus filhos "Eu vou sair com o papá uma semana, vou namorar com o papá". O casal também precisa ter tempo para si. (...) No ponto de vista sexual. Não sei se isto é um tipo de resposta que depois se enquadra no seu estudo. Nós tínhamos uma vida sexual muito activa e de facto essa parte foi-se muito abaixo...Mais pela minha posição. Acabei por gastar muitas energias com... Disponibilidade, falta de energia, nesse sentido. Foi o que alterou mais para além depois da parte do nosso quotidiano, nós éramos umas pessoas sem regras, não tínhamos horas nem para almoçar, nem para jantar, nem para... E a partir daí, como há horas para mamar, há horas para a saída, há horas para deitar, passou a haver horas na nossa vida que até aí não havia. Depois é ultrapassado perfeitamente. Isto depois é simultâneo, não é? Para já, por dois pontos: o ponto das horas da nossa vida, existe na minha e na dele, pronto isso adaptámo-nos, isso está ultrapassado. E o ponto de vista também depois da falta... Porque é fácil imaginar um casal que está sozinho em casa, que não tem crianças, que não tem ninguém, que tem a casa toda para eles, tem uma liberdade de movimentos, isto do ponto de vista sexual, que fica... Aliás eu já falei com o meu médico de família e tudo e é normalíssimo. Uma pessoa com os filhos... aquilo passa a ser àquela hora, entra-se na cama e não sei quê. Quebra-se a loucura, e isso é natural que se quebre com os filhos. A pessoa acaba por ter essas loucuras quando vai para férias sozinho, por isso é que eu digo é bom a gente ter férias sozinho sem os miúdos, porque é o que eu digo "Deixem os pais irem namorar um bocadinho". Quando eu digo aos meus filhos "Eu vou sair com o papá uma semana", vou para férias para aqui ou para ali, eu digo mesmo aos meus filhos "Eu vou namorar com o papá". Eu acho que aí o casal também precisa de ter tempo para si. Há amigos meus que não fazem isso e depois a relação sente-se muito mais. (...) Numa fase inicial eu desliguei-me um pouco dos meus amigos para os amigos dele, mas agora, como casal, temos amigos que vieram da infância dele e amigos que vieram da minha juventude. Nós somos um casal a quem muitos amigos nossos vêm ter connosco tipo "ajudem-nos lá", problemas que eles têm. Nós somos um bocadinho conselheiros matrimoniais, acabamos por funcionar assim. Nós somos os dois muito sociáveis"

[Mafalda, 40 anos, advogada - consultório próprio;

Miguel, 43 anos, engenheiro químico e docente do ensino superior; dois filhos]



## 10 *Trajectórias hipogâmicas: a aposta na carreira como exclusividade da mulher*

Um último tipo de *trajectória conjugal* define-se pela distância social que se estabelece nos casais em que a mulher investiu mais na profissão do que o homem. Nalguns casais com este tipo de *trajectória* - que designamos de *trajectória hipogâmica* - a *homogamia sócio-profissional restrita* que caracterizou a sua formação não permitia antever a distância social que, afinal, resultaria de uma aposta mais forte da mulher na sua carreira, ainda que uma análise mais aprofundada revele uma superioridade social da mulher que, noutras dimensões que não a posição sócio-profissional, já se evidenciava na escolha do cônjuge. Noutros casais, a *trajectória hipogâmica* inscreve-se claramente no momento de uma escolha do cônjuge caracterizada pela hipogamia sócio-profissional.

Em qualquer dos casos, a *trajectória hipogâmica* não é, todavia, alheia à *estratégia* que a mulher elabora no sentido de articular a vida profissional com a vida familiar, ora concedendo primazia à sua própria carreira profissional, ora jamais atribuindo uma prioridade definitiva a um ou a outro universo de realização. Para estas mulheres, ser mãe nunca implica abdicar de uma aposta forte na carreira profissional, pelo que é transversal uma predisposição mais ou menos acentuada da mulher para a negociação conjugal no sentido da conciliação família-trabalho, sobretudo quando sentem a sobrecarga de uma divisão menos "igualitária". Grande parte das tarefas é delegada em terceiros, sendo que a divisão do restante trabalho doméstico oscila entre a partilha igualitária e a desvinculação do homem. Todavia, mesmo quando a divisão do trabalho doméstico se afasta da partilha igualitária, o apoio e o incentivo do homem aos projectos profissionais e de carreira da mulher são exaltados pelas entrevistadas que apostaram mais fortemente na carreira profissional. Sendo então de sublinhar que, quando a mulher aposta mais na carreira que o seu cônjuge, tal aposta se consubstancia aqui num reforço da sua posição na negociação conjugal, ainda que, porventura em virtude do próprio apoio, estímulo e incentivo que exaltam no cônjuge, esse reforço não se traduza num desequilíbrio de poderes nestes casais, que se caracterizam por dinâmicas muito fusionais às quais se associa uma fraca abertura ao exterior. De resto, nos casais com *trajectórias hipogâmicas* o tempo passado em família tende a sobrepor-se ao tempo destinado à relação conjugal, mas observam-se claramente menos *focos de tensão conjugal* do que nos casais com outros tipos de *trajectória*.

## 10.1 Da proximidade à distância a favor da mulher

Fruto de apostas desiguais na carreira profissional, o distanciamento social da mulher em relação ao homem que caracteriza os casais com *trajectórias hipogâmicas* contrasta com a proximidade sócio-profissional *restrita* que caracterizou a escolha do cônjuge. No entanto, para que seja a mulher quem mais investe na profissão contribui uma superioridade social feminina que, sob diferentes formas, era já evidente no momento da escolha do cônjuge.

Por um lado, deparamos com os casos de Helena e de Ana, ambas com origens sociais claramente mais favorecidas do que os seus cônjuges. Ainda que por razões diferentes, tanto Helena, socióloga, como o marido, Herculano, advogado, não puderam contar com o acompanhamento do pai na infância. Divorciado da mãe, o pai de Helena nunca esteve presente na sua vida quotidiana - “eu nunca vivi com o meu pai” - enquanto o pai de Herculano morreu era este ainda criança. As origens sociais dos dois não contrastam apenas pela adversidade, mas também, e talvez sobretudo, pelas diferenças do ponto de vista das qualificações das respectivas mães dos elementos do casal: enquanto a mãe de Helena, com uma licenciatura em Matemática quase concluída, era secretária de direcção, os estudos da mãe de Herculano, modista, não foram para além da quarta classe. Quanto às respectivas mães de Ana e Alfredo, ambos docentes do ensino secundário quando se conheceram, são domésticas, mas também neste casal a mulher tem uma origem social muito mais qualificada do que a do homem, sendo o pai dela professor catedrático, enquanto o pai dele, com apenas a quarta classe, era comerciante de têxteis.

Por outro lado, Lurdes e o marido, Sebastião, são ambos provenientes de meios sociais pouco qualificados: Lurdes é filha de uma modista casada com um motorista de automóveis ligeiros; e Sebastião é filho de costureira casada com operário industrial, montador de construção de veículos. Ambos licenciados - ela em Psicologia e ele em Geografia - e com um percurso de mobilidade em relação às suas origens sociais, têm, no entanto, uma diferença de idades à qual não são indiferentes as situações sócio-profissionais de Lurdes e Sebastião. Oito anos mais velha que Sebastião, Lurdes concluiu a licenciatura em Psicologia quando conheceu o marido, que ainda não tinha ingressado no ensino superior. Quando decidiram casar-se, apenas Lurdes exercia actividade profissional, como psicóloga numa instituição pública, enquanto Sebastião ainda estava a terminar a licenciatura. Como veremos, em virtude de uma aposta desigual nas respectivas carreiras profissionais, como é característico dos casais com *trajectórias hipogâmicas*, esta distância social a favor da mulher que, no início da conjugalidade,

era necessariamente fruto do avanço etário que Lurdes leva sobre Sebastião, consolidar-se-ia no decurso da vida conjugal.

De resto, ao contrário das outras situações que se enquadram neste tipo de *trajectória conjugal*, a distância social entre Genoveva e Nuno, caracterizada pela hipogamia sócio-profissional e escolar, cristalizou-se desde a formação do casal. Sendo verdade que o seu casamento evidencia uma forte proximidade de origens sociais - ambos filhos de mulheres domésticas, o pai de Genoveva era serralheiro mecânico e o pai de Nuno electricista -, a entrevistada, com a mesma idade que o marido, prolongou muito mais os estudos, tendo-se licenciado em Biologia, enquanto Nuno, trabalhador-estudante desde o segundo ano do ciclo preparatório, não estudou para além do ensino secundário. Entre as situações das mulheres entrevistadas, o casal constitui assim o único caso de hipogamia à escolha do cônjuge, quer no plano das posições dos membros do casal na estrutura sócio-profissional, quer no plano dos seus recursos escolares: Genoveva é docente de Biologia no ensino secundário; Nuno trabalha “a contrato” como classificador arquivista numa empresa do Estado.

Nos pontos que se seguem, analisamos o processo de escolha, elegendo para o efeito a relação de Ana com Alfredo e a relação de Lurdes com Sebastião. O primeiro casal representa o exemplo de uma escolha que, pese embora a proximidade sócio-profissional assegurada pelo encontro no local de trabalho, recai sobre um parceiro não apenas fora da rede de sociabilidades, como com uma origem social afastada. O segundo representa o exemplo de uma escolha cujo carácter excepcional da diferença etária da mulher é compensado quer pela proximidade da origem social, quer pela “maturidade” que, face ao pretendentes da sua idade ou mais velhos, Lurdes reconheceu em Sebastião.

### **10.1.1 “Não era alguém com quem estivesse habituada a andar”**

Os locais de trabalho colocam evidentemente em interacção indivíduos com actividades profissionais próximas ou idênticas, mas, com as devidas excepções – como aquelas em que a família e o local de trabalho se diluem - também se definem pela ausência de uma intervenção mais directa da rede familiar ou amical. Oriundos de meios sociais contrastantes, Ana e Alfredo constituem um exemplo da forma como a interacção entre colegas de trabalho – sobretudo num sector com forte presença de mulheres como é o caso do sector do ensino - proporciona a descoberta de afinidades electivas e a aproximação dificilmente concebíveis noutra contexto



onde esta mulher e este homem pudessem cruzar-se.<sup>1</sup> Doutorada em História, Ana tem uma origem social claramente privilegiada. Tendo estudado num colégio particular desde a primeira classe, só veio a ingressar numa escola pública nos últimos anos do liceu. Como filha de professor catedrático, desde cedo soube, que, tanto ela como a sua única irmã, teriam de prosseguir os estudos para além do liceu.

Nunca se pôs a hipótese que uma de nós não tirasse um curso superior. Eu venho de uma família - sei lá? - desde há não sei quantas gerações, as pessoas ou não tinham escolaridade porque nunca trabalharam - porque eram proprietárias e eram ricas e não precisavam de trabalhar - ou então porque de facto sempre houve tradição desde juizes, licenciados em Direito... Portanto, sempre houve uma tradição a este nível.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Com um pai extremamente ocupado, em virtude do seu empenhamento na profissão, e uma relação que considera “distante” com a mãe, Ana preferiu ficar com os avós maternos que até então moravam numa casa no centro de Lisboa, próxima da dos seus pais, quando estes decidem mudar-se para um bairro novo na periferia, tinha então a entrevistada oito anos de idade. Doravante, passou a viver entre a casa dos avós - durante os dias da semana - e a dos pais - durante os fins-de-semana. O contacto com os progenitores permaneceu “quase diário”, pelo que Ana continuou dependente do seu “consentimento”, mas a partilha da educação e formação entre pais e avós ganhou espessura com o tempo, tal como o enraizamento da entrevistada à casa dos últimos: “Ainda hoje vivo na casa que era dos meus avós!”. Ana considera que os pais contribuíram de forma decisiva na sua formação, mas não deixa de lamentar que o pai, “uma pessoa muito virada para a carreira”, não tenha estado mais “presente”, ressentindo-se, por outro lado, da distância que caracteriza a sua relação com a mãe. No que toca ao seu avô materno, sublinha que este foi decisivo no apoio que sempre - “mesmo doente” antes de morrer - lhe prestou nos estudos, não hesitando em compará-lo com o pai na “figura de referência” que também representou. Contudo, frisa que o seu pai, sempre “extremamente exigente” com Ana, permaneceu como “encarregado de educação”.

O meu avô, mesmo doente, na parte de ciências porque nós, eu e a minha irmã, sempre fomos mais para as ciências humanas, tínhamos sempre maior dificuldade nas ciências ditas “exactas”. E o meu avô foi uma pessoa excepcional que, mesmo doente, ajudou-me a estudar e fez-me perceber aquelas coisas, geometria e assim, como nunca mais percebi e ainda hoje bloqueio quando penso nisso. (...) Penso que o meu pai podia ter estado mais presente. Repare, uma pessoa que acaba o curso com vinte e três anos, que foi a idade que ele tinha quando eu nasci, aos vinte e nove é doutorado, aos trinta e cinco é catedrático, é natural que não tenha a disponibilidade que eu considero ideal para ser

---

<sup>1</sup> Tal como observaram Bozon e Héran, locais de trabalho muitos “feminizados” e menos hierarquizados como as escolas revelam ser mais propícios à escolha homogâmica: “Les rencontres sur le lieu de travail (...) prennent une signification particulière dans des cas des professeurs ou des instituteurs, dont l’univers de travail, peu différencié (puisque les distinctions entre catégories ne définissent pas des subordinations hiérarchiques), réalise mieux qu’ailleurs les conditions de l’homogénéité social et, par là, de l’homogamie” (1988: 124).

pai. O meu pai foi sempre uma pessoa muito virada para a carreira, ainda hoje tem sessenta e sete anos e diz que um catedrático não se reforma mas jubila-se! Portanto, ele vai até ao fim. Muito exigente em termos de educação! Portanto, o meu pai foi sempre o meu encarregado de educação, foi sempre ele que pagou tudo, só que foi sempre uma figura muito exigente. Eu lembro-me que já com sete, oito anos, tinha que saber o nome de todas as organizações internacionais, para que é que serviam e os países a que pertenciam!

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Se o pai e o avô são “figuras de referência” na vida de Ana, a mãe e a avó definem-se, ao abrigo de um modelo convencional de divisão dos papéis de género, como as figuras “presentes”, que fornecem os cuidados, o apoio e o acompanhamento no quotidiano, ainda que a “presença” da mãe, “talvez por ser mais frágil emocionalmente”, “com um feitio muito especial” e “um bocado egoísta e distante” se circunscrevesse à integração das filhas no exterior – “saía sempre connosco, íamos lanchar...” - incentivando-as, desde a infância, às práticas culturais mais legítimas - “Sempre gostei muito de ópera, de bailado e de teatro, e a minha mãe levava-nos” - enquanto é na avó, “mais mãe”, que Ana identifica a “figura materna”.

A minha mãe é uma pessoa com um feitio muito especial. É um bocado egoísta e distante, com um feitio muito especial. A minha mãe é incapaz.! Sei lá? Ainda hoje se me avariasse agora a máquina de lavar a roupa ou a da loiça ela dizia “ai, coitadinha, agora tens que lavar a roupa à mão!”. A minha avó era incapaz disso, ou era capaz de me dar o dinheiro para comprar a máquina. O meu pai dava-me logo o dinheiro para comprar a máquina, mas a minha mãe é uma pessoa muito egoísta, ela diz “quando morrer, é para vocês”, e sempre foi assim. É uma pessoa presente, saía sempre connosco, íamos lanchar... Sempre gostei muito de ópera, de bailado e de teatro e a minha mãe levava-nos. Foi uma pessoa que esteve sempre presente, mas talvez por ser mais frágil emocionalmente, não tem, nem teve, aquele peso que teve a minha avó. (...) Talvez a minha mãe verdadeira, ou mais mãe, e a minha figura materna tenha sido a minha avó com quem eu vivi sempre. Ambos os meus pais e os meus avós foram importantes para mim. Mas talvez os meus avós tenham sido extremamente importantes, talvez das pessoas mais importantes na minha vida!

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Ao contrário da maioria das mulheres entrevistadas, a adolescência de Ana foi vivida com muito mais autonomia, essencialmente por três razões. Por um lado, a avó, a figura mais presente no seu quotidiano era, apesar da idade, “sensacional” na cumplicidade que estabelecia com a neta, porque possuía “uma juventude de espírito” e “uma abertura” que esta não encontrava em mais ninguém na sua família. Por outro lado, salvaguardando a aversão do pai aos “namoros” da filha, Ana pôde contar com a “imensa confiança” que ambos os pais nela depositavam. Por último, a conjuntura da revolução de 25 de Abril de 1974 e as concomitantes transformações no plano dos comportamentos propiciaram, tendo em conta a relação de “confiança” com os pais e de cumplicidade com a avó, uma precocidade das práticas adolescentes de Ana.

Eu lembro-me que comecei a sair à noite com catorze, quinze anos. É evidente que com catorze, quinze anos não ia para as discotecas... Apanhei aquela altura do 25 de Abril. Os meus pais sempre tiveram imensa confiança em mim: aos onze, doze anos tive a chave de casa dos meus avós. Comecei a sair quando queria sair “Oh pai, vou sair”, e ele dizia-me “vai, tudo bem, mas se fores para fora de Lisboa quando acabar a festa diz-me que eu vou-te buscar”, e lá ia

o desgraçado do meu pai às seis da manhã buscar-me. Quando não era o meu pai, era o pai das amigas. Na altura não havia tanto a fase das discotecas como há agora. Isso já foi para aí para os dezoito anos, mas sempre tive uma certa liberdade. O meu pai nunca reagiu muito bem foi aos namoros. Eu tive um namoro mais a sério aos quinze anos e o meu pai ia-se passando, porque ele dizia assim: “amigos podes ter, mas não te prendas com namorados”. E ele nem nunca quis que os apresentasse como namorados... A minha mãe não se importava. O meu avó nessa altura já estava mais em baixo e a minha avó era sensacional. A minha avó era de 1903, mas tinha uma juventude de espírito, uma abertura que o meu pai nunca teve até hoje (*riso*). Ela recebia o meu namorado em casa, dava-lhe almoço, dava-lhe lanche, e o meu pai furioso! Eu comecei a fumar aos catorze anos às escondidas dos meus pais e um dia, tinha os meus quinze anos, e quando cheguei a casa do liceu a minha avó tinha uma cigareira de pele muito bonita e um isqueiro e disse-me: “Toma!”. Eu fiquei muito corada, e ela disse-me: “Toma! Isto é para não andares a fumar às escondidas, para não perderes os cigarros na carteira. Eu não digo nada ao teu pai, mas toma!”. Eu achei excepcional, a minha avó era uma pessoa sensacional. Aliás os meus amigos iam lá a casa e ficavam a falar mais com a minha avó do que comigo. Foi uma senhora que foi criada para estar numa sala, para fazer sala... Os meus pais só souberam que eu fumava oficialmente quando fumei à frente deles, com dezoito anos!

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

À autonomia da primeira adolescência acrescentou-se a necessidade de se libertar da dependência financeira dos pais e dos avós, pelo que começou a trabalhar com dezanove anos. Terminada a licenciatura, inscreveu-se num mestrado e desdobrou-se em trabalho, tendo sido nesse intervalo da sua formação académica, após ter concorrido a docente do ensino secundário e ter sido colocada no Seixal, que conhece Alfredo, numa reunião de professores.

A origem social de Alfredo dificilmente contrastaria mais com a de Ana: os seus pais tiveram que deixar a escola terminada a quarta classe, sendo a mãe doméstica, e o pai comerciante de tecidos. A hipogamia de origens não deixa de se reflectir nos modos de vida de Ana e Alfredo, que para além do local onde leccionavam dificilmente teriam oportunidade de se conhecerem. Não será pois por acaso que às origens e aos modos de vida contrastantes Ana contraponha insistentemente um conjunto de traços electivos que encontrou, de uma forma “fluída”, num homem que “não era alguém com quem estivesse habituada a andar”. Não se incluindo na “fin-flor”, nos “meninos-bem”, nos “meninos da linha” com quem Ana se “dava”, Alfredo revelou-se-lhe, a propósito da organização de eventos culturais numa reunião de professores, “uma pessoa extremamente sensível, culta, muito observadora”. Poderia especular-se sobre esta mulher que se descobre atraída por um homem desenquadrado do seu contexto social, sugerindo que a atracção também passa pela estranha conjugação entre afinidades das atitudes e dos comportamentos e a dissemelhança dos modos de vida, mas será mais acertado determo-nos no facto de a “sensibilidade”, a “cultura” e a capacidade de “observação” valorizadas por Ana a *surpreenderem* num homem “diferente” dos seus amigos - “mais engravatadinhos, menos descontraídos, mais à direita” – e que, sobretudo, “apanhou todas as [suas] seguranças e inseguranças”.

Foi assim uma coisa fluída (*riso*). Ele não era nada o meu estilo! Não era o meu género! Não era alguém com estivesse habituada a andar. Na altura eu dava-me com a chamada fina-flor, os meninos-bem, os meninos da linha. E Alfredo e os professores de educação física não andam de fatinho, nem de *blazer*, mas ele era uma pessoa extremamente sensível, culta, muito observadora. Pronto, apanhou todas as minhas seguranças e inseguranças... eu tremo das mãos... Pronto, observou-me. Estávamos os dois na secção cultural, que era um grupo de professores que estava incumbido de organizar eventos, e na secção cultural estávamos mais em contacto directo, e lembro-me que na altura conheci o Luís Represas e quis levar os *Trovante* à escola. Mas eu estive lá de Outubro a Janeiro, meteram-se as férias de Natal pelo meio. Pronto, os meus amigos eram mais engravatadinhos, menos descontraídos, mais à direita. Nesse aspecto, o Alfredo era diferente.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Perante uma pessoa com a origem e o estatuto social de Alfredo, a reacção do pai de Ana, já de antemão avessa aos “namoros” da filha, mas que hoje “gosta imenso do Alfredo”, não foi previsivelmente positiva. Porém, a opção só podia ser tomada por Ana, então com vinte e quatro anos de idade, pelo que o seu pai, como ironiza a entrevistada, “não teve outro remédio”.

Penso que é um bocado normal os pais terem ciúmes das filhas, e os pais querem sempre os príncipes encantados para as filhas. E, de todos os meus amigos, namorados, pessoas com quem eu saí, o meu pai só gostou de um, que mais tarde vim a saber que era *gay*. (*risos*) Mas o meu pai gosta imenso do Alfredo! Na altura, eu já tinha outra idade, e fui sempre muito independente. Lembro-me da festa dos meus vinte e quatro anos e eu tinha começado a namorar com o Alfredo em Fevereiro. Fiz anos em Maio e juntei alguns dos meus amigos. O meu pai é conservador - embora seja e não seja - e viu aquele homem barbudo, e talvez não fosse aquele o príncipe encantado que ele queria para a filha dele. (*risos*) Talvez um advogado, um médico, engenheiro, talvez um dos meus amigos, que eram quase todos advogados, mais engravatados. Ele aceitava muito bem conhecer as pessoas como amigos, só não aceitava conhecer as pessoas enquanto namorados. Mas, na altura, com o Alfredo, não teve outro remédio.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

De resto, a escolha de Ana surpreendeu-a ainda pelo par que ela e Alfredo compunham, quebrando com a representação simbólica que fazia de um casal, em que o homem deveria ser mais velho e bastante mais alto que a mulher. Sendo mais alto, a estatura de Alfredo não faz, na realidade, muita diferença da de Ana, segundo lamenta ironicamente a entrevistada. Quanto à idade, se quando conheceu Alfredo ele “pareceu-[l]he] muito mais velho”, já depois de namorarem é que Ana veio a “descobrir” que se tratava de um homem dois anos mais novo que ela. A reacção que teve quando se confrontou com a verdadeira idade de Alfredo - “ia-me passando” - ilustra bem, por um lado, a importância da superioridade etária do homem e, em particular, a forma como assegura a mulher quanto à “maturidade” do homem, e, por outro, o facto de os reais sintomas dessa “maturidade” - que a própria Ana observou em Alfredo, “o mais responsável possível” e “muito mais sério” que a própria entrevistada - envelhecerem positivamente o homem em relação à mulher.

Eu gostava de dançar descontraída, de ir para as discotecas e abanar o capacete! E o Alfredo não é nada disso! É muito mais sério que eu, apesar de ser mais novo. O mais responsável possível! Uma pessoa muito mais séria! Aliás, pareceu-me muito mais velho! No dia em que descobri a idade que ele tinha, ia-me passando! A minha mãe sempre disse “Que horror, homens mais novos, não!”. E eu sempre gostei de homens altos, no mínimo com 1 metro e 85, e o meu marido tem 1 metro e 73! (*riso*) Quer dizer, não tem nada a ver! Tem barbas, e eu nunca tinha andando com ninguém com barbas. Mas,

principalmente a altura. Eu dizia à minha mãe "Nunca hei-de arranjar um homem com menos de 1 metro e 85", e a minha dizia "Tens que andar de fita métrica!" (*riso*). Quer dizer, abaixo disso, não!  
[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Em suma, se é certo que uma circunstância como o local de trabalho não garante a aproximação entre indivíduos com origens sociais semelhantes e afinidades asseguradas pelo *habitus*, também é verdade que o escrutínio não se dilui, ou não fizesse Ana questão de frisar a exceção de Alfredo enquanto professor de Desporto – “os professores de educação física não andam de fatinho, nem de *blazer*, *mas* ele era uma pessoa extremamente sensível, culta, muito observadora” – e oriundo de um meio social pouco escolarizado – “Os meus sogros são pessoas que não têm curso superior, *mas* são pessoas cultas”. O que demonstra bem que *a escolha do cônjuge fora dos padrões da homogamia não é tão significativa pela exceção estatística que representa, mas pela forma como é vivida como exceção.*

#### 10.1.2 “Para estar ao meu lado, tinha que ter um curso superior”

O convívio entre amigos propicia frequentemente o encontro amoroso não apenas pela aproximação menos formal que proporciona, mas também porquanto o contexto da amizade pode avaliar a credibilidade de um desconhecido, tanto mais se à amizade acrescerem os laços familiares. Assim aconteceu com Lurdes, quando Sebastião, primo da sua amiga mais próxima, começou a frequentar o círculo de amigos da entrevistada.

Lurdes nasceu numa aldeia alentejana, mas era ainda muito pequena quando se mudou com os pais para os arredores de Lisboa. A mãe, costureira, e o pai, até então empregado na padaria do avô paterno, decidiram procurar uma “melhor situação financeira” na capital, tinha Lurdes apenas três anos de idade. “A vida no Alentejo”, recorda, “era muito difícil em sessenta, antes dos anos setenta, as oportunidades de trabalho são as mesmas que há agora, não havia oportunidades de trabalho!”. Com apenas a quarta classe, a mãe de Lurdes conservou a sua actividade de costureira. Já o pai, com o quinto ano do liceu, empregou-se como motorista de administradores numa empresa na periferia de Lisboa. A curta infância vivida na aldeia natal marcou suficientemente a memória de Lurdes, de certo modo reprovadora da mudança para Lisboa.

As memórias que eu tenho dessa altura foram muito marcantes. Às vezes, tenho mais memórias dos três anos, porque foi uma altura que eu gostei particularmente. Primeiro, porque estava perto dos meus avós. Depois, porque era uma moradia, tinha um quintal, tinha bichinhos (*risos*). E, portanto, são coisas que marcam uma infância, porque eu mudei de uma situação dessas para um prédio. (...) A vida mudou, mas não para melhor, porque nós ficámos mais isolados, os meus pais tinham lá na aldeia os amigos de infância. A vida deles estava lá! As pessoas conhecidas... Conhecia-se todas as pessoas da rua. Aqui não tínhamos amigos, não é? Em termos de crianças da minha idade,

havia dois no prédio! O meu pai tinha os amigos do trabalho, não é? Os amigos do trabalho que eram algumas pessoas que moravam na nossa rua ou moravam perto. E, portanto, era com essas pessoas que ele podia juntar-se no café depois do trabalho. Mas mudou no sentido de termos sido afastados da família, não é? Porque eu lembro-me perfeitamente de conviver muito com os meus avós, e de o meu avô me ir buscar lá a casa, ir-me passear na rua e de eu estar na rua a brincar. Era completamente diferente. Essa vida até aos três anos era uma vida de boémia (*risos*). Depois, foi muito complicado.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Nos aspectos negativos que salienta quando faz o balanço desta mudança de vida pode facilmente vislumbrar-se a importância da rua na aldeia, que propicia a proximidade entre as pessoas - “lembro-me particularmente, quando chegámos [a Lisboa], de chegar à janela e não conseguir ver a rua” - mas, sobretudo, da família de origem e, assim, do impacto, vivido como ruptura, que o êxodo para Lisboa provocou no vínculo afectivo de Lurdes com os avós, sobretudo com a avó paterna. Apesar de mais próxima dos avós maternos, é com a avó paterna e a sua atitude insubmissa - “não lhe pisavam os calos!” - com quem se “identifica” e de quem mais sente “orgulho”, depreendendo-se nas suas palavras o peso da referência da anciã na construção da identidade feminina da neta. Na realidade, só no final da adolescência é que Lurdes pôde estreitar os laços com a avó paterna - “começou a contar-me a sua vida” - aquando do agravamento da doença que a levaria à morte, mas a “identificação” surgiu desde cedo por iniciativa dos seus familiares: “sempre houve essa identificação com a minha avó paterna nesse sentido, de as pessoas me chamarem Ana Margarida, que era o nome da minha avó”.

Os avós sempre foram muito importantes. O meu avô paterno e a minha avó eram padeiros, tinham a padaria da localidade. E o meu avô e a minha avó maternos eram donos de uma loja também lá. E o meu avô materno era aquilo que se chamava na altura o regedor da terra. Portanto ocupava um estatuto importante numa terra tão pequeninha. (...) A minha avó materna ajudava o meu avô na loja e tinha quatro filhas e, portanto, tinha a lida da casa. Embora a presença da minha avó materna sempre fosse muito forte, o meu avô materno era um homem de pulso, era o homem da casa, era o homem que ditava as ordens, que mandava marchar, enquanto nos meus avós paternos não era assim: era a minha avó que mandava, embora o meu avô espalhafatasse. A última palavra era da minha avó! E a minha avó dizia: “Faz-se assim!”. E fazia-se assim. Era assim com o marido e era assim com os filhos. Aliás, eu lembro-me de contarem que a minha avó deu uma tarefa no meu avô (*risos*). Eu acho que ele tentou agredi-la. Está a ver o género da minha avó (*risos*). Era um bocado assim: não lhe pisavam os calos! Ah, eu tenho muito orgulho na minha avó que deus tem! (...) Não sou uma pessoa reservada, sou tal e qual como me apresento, mas no sentido de ser muito frontal de dizer as coisas que penso. A minha avó não se importava se magoava as pessoas ou não. Eu já sou um bocado mais polida, tenho um bocado cuidado nessas coisas. Também, é diferente, mas sempre houve essa identificação com a minha avó paterna nesse sentido, de as pessoas me chamarem Ana Margarida, que era o nome da minha avó. Quando eu dizia qualquer coisa, “pronto, lá vem a Ana Margarida”. E portanto eu habituei-me a ouvir essa identificação com a minha avó paterna e a nossa ligação só se estreitou mais porque a minha avó, entretanto... Não sei dizer que idade é que eu tinha, mas ela morreu com a doença de Crohn. Isso começou eu já estava na faculdade. E, portanto, ela começou a ter uma atitude diferente em relação à vida e às pessoas que a rodeavam. Portanto, também nós começámos a aproximar-nos mais. Ela começou a passar umas temporadas lá em casa, começou a contar-me a sua vida. Muitas das coisas da infância dela, do nascimento dos filhos, da relação dela com o marido, ela começou a partilhar com os filhos. E, portanto, começámos a estreitar mais os laços nessa altura e eu comecei a ter uma outra perspectiva da minha avó. Ficámos mais íntimas, digamos assim.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

À “atitude perante a vida” da avó paterna, com a qual se identifica, Lurdes contrapõe a “atitude” da sua mãe, “uma pessoa muito fechada, muito desconfiada (...) muito triste com a vida,

muito ressentida com a vida”, porque “dá, mas também espera receber”. A entrevistada compara também a mãe com o pai, não apenas no que toca à forma como a sancionavam - “A minha mãe já era diferente, agora o meu pai nunca me lembro de ele ter levantado a mão” - mas também no próprio “controlo” que a mãe exercia sobre a filha, ainda que coubesse ao pai, mais “respeitador” do “espaço” de Lurdes, a “última palavra”.

Falando assim alto, em termos de modelo, se eu tenho que escolher entre a minha mãe, a minha avó materna e a paterna: a minha avó paterna, sem dúvida! A atitude dela perante a vida é mais próxima da minha: ela não achava que a vida lhe devesse alguma coisa! A vida era aquilo que a vida era! Já a minha mãe tem uma atitude muito diferente perante a vida. A minha mãe é uma pessoa muito generosa, mas também é uma pessoa muito exigente. Portanto, ela dá, mas também espera receber. Uma pessoa muito triste com a vida, muito ressentida com a vida. E eu acho que isso a minha mãe herdou pelo lado dela. É uma pessoa muito fechada, muito desconfiada. Eu não sou uma pessoa desconfiada, sou uma pessoa de coração aberto. (...) A última palavra era sempre do meu pai. Embora a minha mãe esmifre muito, mas a última palavra é sempre do meu pai. Mas o meu pai sempre foi uma pessoa de respeitar o meu próprio espaço. Eu nunca lembro de o meu pai me ter levantado a mão. A minha mãe já era diferente, agora o meu pai nunca me lembro de ele ter levantado a mão. O meu pai era assim do género de fazer as vontades à menina, embora não me sentisse uma menina mimada, mas no sentido de me respeitar o meu espaço. Já a minha mãe sempre foi muito controladora. Sempre foi uma mãe muito controladora a todos os níveis.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

“Muito *low-profile*”, como gosta de se definir, a entrevistada recorda ter tido uma adolescência “pacífica”. Se a mãe era “controladora”, também é verdade que Lurdes não questionava a ordem, por exemplo, com os malabarismos a que muitos adolescentes recorrem para conseguir sair à noite, sobretudo para locais como as discotecas, que não exerciam atracção sobre a entrevistada. Isto antes do seu ingresso no ensino superior, que então representou uma passagem de estatuto na relação com os seus pais, como recorda com alguma ironia: “Com a entrada na faculdade ganhei um estatuto diferente”. Com o ingresso no ensino superior esvaneceram-se os laços de amizade do liceu, fazendo um novo círculo de amigos e, em particular, uma “grande amiga”, da qual o seu marido, Sebastião, é primo direito e através da qual Lurdes o conheceu.

A minha adolescência foi pacífica. Eu sou muito *low-profile*. (*risos*) A primeira vez que eu saí de casa à noite já estava na faculdade, já estava na faculdade. Com a entrada na faculdade ganhei um estatuto diferente (*risos*). No primeiro ano da faculdade é que eu disse [aos meus pais]: olha vou a uma festa e saí depois de jantar à noite. Já estava na faculdade! Mas antes ainda não se tinha proporcionado e eu também ainda não tinha um grupo de amigos que fosse de sair à noite. Mas também sair à noite, eu acho que não era bem a minha natureza. Aliás, como hoje também ainda não é. Eu gosto de sair à noite se me convidarem para tomar um copo, conversar, tudo bem. Agora essa coisa de ir para a discoteca e ‘tar lá e dançar, não é bem... Não é que não goste de dançar, mas gosto mais de outras coisas, gosto de ‘tar com os amigos e beber um copo até às tantas. Isso eu gosto, tenho muito prazer nisso. Agora o teco-teco, a musica ali “nhã, nhã”... Isso é mais o género do meu marido. (...) Com a entrada no antigo 7º ano, os amigos da escola começaram a ter mais importância que a amiga da rua. Portanto comecei a aproximar-me mais deles, mas não foi ninguém comigo para a faculdade, então aí fiz outro grupo de amigos. Não faço muitos amigos com muita facilidade, mas um grupo de umas três pessoas, para mim já ‘tá bem assim. Eu tinha uma grande amiga nessa altura, começámos a relação de amizade e depois ficámos juntas durante muito tempo. Eu conheci o Sebastião por intermédio dela, que era prima dele.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

A nova amiga de Lurdes começou por trazer o primo para o círculo de amigos da faculdade, um universo novo para Sebastião, que, com apenas dezasseis anos de idade, ainda frequentava o liceu. Mas foi no dia que os três combinaram ir à praia que Sebastião despertou o interesse de Lurdes, interesse este que foi crescendo para vir a manifestar-se de uma forma mais assumida quando novamente se encontraram os três na queima das fitas: com vinte e três anos de idade, a entrevistada era já finalista do curso de Psicologia. Mas o namoro só viria a ter início um ano mais tarde, quando passaram férias juntos com outros amigos.

Durante os anos em que durou a amizade, eu nunca o conheci. Conhecia-o por fotografia. Ela mostrava-me as fotografias da família a propósito de uma festa ou outra e eu conheci-o na fotografia. E houve uma altura, nós fomos para a praia juntos, ela apresentou-me. Simpatizámos logo muito um com o outro. Ele, entretanto, fazia já parte do grupo de amigos quando foi a minha queima. O Sebastião entrou na minha vida eu tinha vinte e quatro anos e ele tinha dezassete. Eu estava na faculdade, mas estava no último ano da faculdade. Portanto, estava na altura do estágio e da monografia. Ele foi à minha queima das fitas, ele foi à bênção... A prima dele acompanhava-me na queima das fitas, apesar de na faculdade não ser finalista. E portanto ele foi por arrasto, também foi convidado e também foi. Eu já nessa altura achava-lhe muita piada. (...) Depois continuámos a encontrar-nos esporadicamente. Depois, no ano a seguir, fomos todos passar dois, três dias de férias juntos com outros amigos. E nessa altura começámos a aproximar-nos mais, a falar mais, aqueles olhares, aquelas coisas assim "tás a olhar para aonde", a olhar para o infinito. (*risos*) As coisas são tão transparentes! Começámos a achar muita piada um ao outro e a ficar muito juntos.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Bastante mais novo e ainda a viver a plena adolescência, Sebastião agradou a Lurdes não apenas porque a "divertia", mas, na realidade, pelo "sentido de humor" que lhe revelava um homem com quem sentia poder comunicar: "Eu aprecio homens com sentido de humor (...) Se é para falar para a parede, não vale a pena". Mas o "sentido de humor" era apenas um dos traços que o diferenciava dos homens do círculo de Lurdes e, sobretudo, dois pretendentes seus, mais velhos que Sebastião: um deles, com a idade da entrevistada, não lhe agradava propriamente, porque "gostava de pular"; já pelo outro, mais velho, viúvo e pai de dois filhos, apesar da "grande empatia e uma atracção", Lurdes sentia que "havia ali qualquer coisa que também não tinha pernas para andar". Descobrimo naquele que viria a ser seu marido alguém "muito meigo", a entrevistada apercebeu-se da importância destes traços que faziam de Sebastião um homem "diferente" daqueles que a rodeavam.

Eu na altura que conheci o Sebastião tinha duas pessoas que estavam na minha vida por razões diferentes, embora os homens que eu conheci na altura não era propriamente da faculdade, eram amigos de fora, porque a minha faculdade é uma casa de mulheres. Tinha um homem da minha idade, em que nós conhecemo-nos através de amigos e éramos amigos e saíamos juntos, mas a atitude dele perante a vida não era bem a minha praia. Era um género mais fadista, não era bem a minha praia, porque eu já sabia a história dele, gostava de pular e eu não gostava de pessoas que pulavam. Não era o meu género e, portanto, a relação não podia ter pernas para andar por aí. A outra pessoa que também estava na minha vida na altura, já era um homem viúvo com dois filhos e que também tínhamos uma boa empatia. Mas também não era por aí. Tinha assim uns interesses, mas nada com substância. Nós tínhamos uma relação profissional, mas depois tínhamos uma grande empatia e uma atracção. Eu sentia essa atracção, mas também havia ali qualquer coisa que também não tinha pernas para andar. O Sebastião divertia-me, tinha sentido de humor. Eu aprecio homens com sentido de humor, não consigo 'tar ao pé de uma pessoa com uma cara sempre igual. É uma coisa que me faz impressão! Se é para falar para a parede, não vale a pena. E era meigo, era muito meigo e isso eu lembro-me que isso foi uma das coisas que me atraíram nele em comparação com



homens que faziam parte do meu círculo de amigos, com a minha idade, já com também o meu estatuto académico. Ele era diferente. E eu achava que devia ir de encontro com a minhas necessidades, provavelmente.  
[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Mas para além do modo como se processou a interacção que propicia o encontro, dois factores concorreram mais estruturalmente para o enamoramento de Lurdes. Por um lado, não devemos esquecer a importância da proximidade das origens e das condições sociais. Ambos eram estudantes e filhos de costureira, sendo o pai de Sebastião operário industrial - montador de construção veículos - e o pai de Lurdes motorista de ligeiros. Por outro lado, o exemplo feminino indomável e dominador da avó paterna - “a última palavra era da minha avó!” - não foi alheio à inclinação de Lurdes por um homem que, ainda adolescente quando começaram a namorar, lhe deve, segundo a própria entrevistada, a prossecução dos estudos universitários. Decisiva foi, assim, a forma como a superioridade etária desta mulher, sete anos mais velha que o homem, funcionou no sentido da construção, entre os parceiros, quer da aproximação dos percursos ascendentes de pais para filhos, quer da proximidade sócio-profissional. Com efeito, Lurdes alega ter sido determinante para que Sebastião tenha frequentado e terminado a licenciatura - “o Sebastião dizia sempre que acabava de estudar, de fazer o secundário e que ia trabalhar” - pois a entrevistada sublinha que “para estar ao meu lado tinha que ter um curso superior”, ainda que, simultaneamente, denegue a proximidade social - “não pelo facto de eu ter um curso superior” - como motivo da sua determinação.

A minha mãe falava-me nisso muita vez: “Mas tu estás a ver uma doutora, tu andas com um puto, tu não te importas com aquilo que as pessoas dizem!?”. Quer dizer ela nunca me devia fazer estas perguntas assim porque ela sabia a resposta. Eu estava no último ano e ele estava a fazer o 10º ou o 11º. Não tinha nada a ver, não tinha nada a ver! E o Sebastião dizia sempre que acabava de estudar, de fazer o secundário e que ia trabalhar. O Sebastião dizia, ele verbalizava isso, que ele não gostava de estudar! Um completo cábula! E eu achava que o Sebastião para estar ao meu lado tinha que ter um curso superior, não pelo facto de eu ter um curso superior mas porque achava, e acho sinceramente, que ele tem, ele é uma pessoa extremamente inteligente e acho que era uma pena ele não aproveitar e ter outras oportunidades de trabalho e outras oportunidades que se abrem pelo facto de ter outro estatuto académico.  
[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Foi aliás o papel de orientadora e incentivadora na concretização da licenciatura de Sebastião que explica o facto de esta mulher, excepcionalmente mais velha do que o parceiro, ter agradado tanto aos pais daquele que viria a ser seu marido: “eu fiz o que podia e o que não podia pelo filho deles”. Sendo que ambos os pais de Sebastião só puderam concluir a quarta classe, o ingresso do filho no ensino superior representava uma conquista familiar para os progenitores, compreendendo-se bem a sua simpatia pelo namoro do filho com Lurdes, pois como recorda, “Sebastião sempre foi um grande cábula”, sublinhando que “se ele tem uma licenciatura, vale aquilo que vale, foi porque eu o obriguei a estudar!”.

A reacção dos meus sogros não foi muito negativa, porque não tinham muito argumento. Até porque estava-lhes a sair a sorte grande! Eu estava a acabar o meu curso, quer dizer nessa altura já tinha terminado, portanto tinha uma licenciatura, tinha carro à porta, tinha uma vida completamente independente, tinha trabalho. O que é que eles queriam melhor para o filho, não é? Eu fiquei a trabalhar no Santa Maria, estava a estagiar. Portanto era a sorte grande para eles. Até porque eu era uma pessoa excelente, eles adoraram-me. E porque eu fiz muito pelo filho deles, no sentido em que o Sebastião sempre foi um grande cábula, não queria estudar. Eu é que o amarrei durante aquele tempo todo, e se ele tem uma licenciatura, vale aquilo que vale, foi porque eu o obriguei a estudar! Portanto, os meus sogros adoram-me, eu fiz o que podia e o que não podia pelo filho deles.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Todavia, apesar da proximidade assegurada pelas origens e condições sociais, complementada com os esforços de Lurdes para que Sebastião, tal como ela, concluísse uma licenciatura - neste caso em Geografia – quer os pais da entrevistada, quer a “grande amiga” que apresentou o casal tiveram reacções reprovadoras da relação. Se a amiga foi sentindo esvair-se o lugar central que até então ocupara na vida de Lurdes à medida que se consolidava a relação entre esta e o primo, já os pais da entrevistada também se revelaram “complicados nessa altura”, porque reprovadores da diferença de idade no casal, não tanto pelo facto de a filha ser mais velha do que Sebastião, mas por considerarem que este ainda era muito jovem, como revela a inquisidora pergunta da mãe: “Tu não me vais dizer que estás a namorar com um miúdo?”. Porém, ao contrário da reacção da mãe, à qual já Lurdes estava habituada, a reacção do pai foi “enfrentada” como um desafio por esta mulher que, pela primeira vez, sentia que não tinha correspondido às expectativas do patriarca. Mas, mais uma vez, ainda que abalado e apreensivo com a notícia, o pai não retirou a confiança que sempre depositou nas decisões da filha, limitando-se a perguntar: “Tu sabes o que é que estás a fazer?”. De resto, enquanto a reacção negativa e intromissiva da prima de Sebastião – “tentou meter água entre nós os dois, tentou virar a minha sogra contra mim e contra o namoro, tentou espernear por todo lado para nos separar” - com quem Lurdes “tinha uma amizade muito sólida”, teve consequências irreversíveis, provocando um afastamento definitivo entre as duas, o tempo e a consolidação da relação do casal dissipou a reacção avessa dos pais.

Entretanto eu comecei-me a afastar da prima dele porque eu tinha uma relação de amizade muito sólida com ela, estávamos sempre juntas, fazíamos tudo juntas e ela não achou piada à ideia de me estar a partilhar com o primo em termos de interesses porque eu comecei a sair com o primo em vez de sair com ela. E portanto houve aí um afastamento e ela tentou meter alguma água nessa situação. Tanto que nos separámos. Os ciúmes foi o que nos separou para sempre. Foi uma situação muito complicada, muito descabelada mas é assim ela pôs-me perante a situação em que eu tinha que optar! E eu optei pelo amor da minha vida. Por mais que gostasse, não era bem uma opção. Depois o Sebastião começou a ir lá a casa e aí foi quando se deu a ruptura com a prima dele. Quem tinha o privilégio de ir lá a casa e estarmos a conversar era a prima. Portanto ela chega lá um dia e estava lá ele, entornou-se o caldo. Fez uma cenassa, e depois tentou meter água, tentou. Aquilo foi uma parvoíce da cabeça dela mas pronto tentou meter água entre nós os dois, tentou virar a minha sogra contra mim e contra o namoro, tentou espernear por todo lado para nos separar. (...) Com os meus pais as coisas foram complicadas nessa altura. Eu lembro-me de tentar com pézinhos de lã chegar à minha mãe e lembro-me de a minha mãe dizer. “Tu não me vais dizer que estás a namorar com um miúdo?”. Foi a frase da minha mãe. Que era um miúdo! E eu disse: ‘Pois olha, mas estou.’. Portanto

ela esmifrou, berrou, berrou, disse o que tinha a dizer e eu: 'Ok, tudo bem'. Entrou e saiu. No caso com o meu pai custou-me mais. E o embate com o meu pai! Mas também só foi uma vez. O meu pai chamou-me com um ar muito solene. E o meu pai só me perguntou assim: "Tu sabes o que é que estás a fazer?". E eu disse: "Eu sei. Eu tenho absoluta certeza daquilo que estou a fazer.". "Ok", diz ele assim. Porque a minha mãe grita muito, fala muito "ta, ta, ta". Mulher italiana, mas, pronto, aquilo espremido... Agora o meu pai como é uma pessoa de poucas palavras e nunca foi uma pessoa de me perguntar qualquer coisa sobre... Sempre confiou nas minhas decisões. Sempre! Sempre me deu espaço, nunca me pediu satisfações. Eu acabei o curso e ele ofereceu-me um carro. Eu sempre fui uma menina muito responsável. E ele sempre foi consentâneo com essa responsabilidade. E portanto o embate com o meu pai para mim foi mais frio no estômago, porque foi mais sério. Enquanto a minha mãe grita e não sei quê, aquilo depois não se leva muito a sério. O meu pai, ter que olhá-lo nos olhos e dizer: "Sim, eu tenho a certeza". Aquela frase, para mim, foi mais complicada de ouvir e de dizer! É mais fácil de ouvir 'nhaa, nhaa, nhaa' do que aquelas frases curtas e grossas. Mas, pronto, a partir daí ele não me perguntou mais nada.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

## 10.2 *Estratégias maximalistas e estratégias carreiristas* na conciliação família-trabalho

Entre os casais com *trajectórias hipogâmicas* deparamos com situações em que a mulher, mais apostada na carreira do que o seu cônjuge, pode atribuir igual prioridade à vida familiar, mas os encargos com a maternidade e a família não assumem, como é próprio das *familiaristas*, a primazia sobre os demais domínios de gratificação. Entre os casais com este tipo de *trajectória conjugal* deparamos, assim, com situações em que a mulher dá sobretudo prioridade à sua carreira profissional (*estratégia carreirista*) ou, quando muito, consideram que a família e a maternidade podem ter uma prioridade pontual sobre a sua profissão (*estratégia maximalista*). Já se vê que o facto de estarmos perante entrevistadas com diferentes *estratégias de conciliação família-trabalho* supõe orientações distintas face à maternidade enquanto domínio de gratificação que, no entanto, se conjugam com uma recusa da mulher em abdicar de apostar fortemente na sua carreira profissional. Com efeito, se para algumas entrevistadas a carreira não é o domínio máximo de gratificação, nem por isso deixa de ser *um* desses domínios, pelo que a mulher tanto pode desdobrar-se nos dois universos, transferindo para a vida profissional o seu empenho na maternidade e lidando com a sua profissão e carreira "quase como se fosse um filho" (atitude *polivalente*), como pode ver-se obrigada a assumir uma postura simplesmente mais contida face à conciliação família-trabalho (atitude *moderada*) ou a adiar a maternidade, reconhecendo que não consegue "fazer as duas coisas ao mesmo tempo", porque "um filho é uma coisa que necessita de muita atenção" (atitude *alternada*).

### 10.2.1 Entre o significado contido da maternidade e a prioridade dos primeiros anos da criança

Os casais com *trajectórias hipogâmicas* não se definem propriamente pela dimensão da descendência - que, nos casos analisados, varia entre um (Lurdes) e três filhos (Ana) - mas pelo significado que a maternidade adquire na realização pessoal da mulher. Este significado é

manifesto na própria *estratégia de conciliação família-trabalho* entre a vida familiar e a vida profissional. Com efeito, se nestes casais deparamos com mulheres que, no que toca à articulação família-trabalho, elaboram ora *estratégias carreiristas*, ora *estratégias maximalistas*, seria de esperar diferenças ao nível do significado da maternidade.

Por um lado, deparamos com a *estratégia carreirista* de Ana, que manifesta uma valorização atenuada da própria experiência da maternidade, dando, pelo contrário, prioridade à sua carreira profissional. Mãe pela primeira vez aos vinte e nove anos de idade, Ana não tinha qualquer experiência com bebés, porque, como confessa, “nunca gostei muito de bebés”, comparando o encargo familiar de cuidar do bebé com a cozinha, a única tarefa doméstica que gosta de realizar. A comparação é, só por si, elucidativa do significado contido que a experiência da maternidade, sobretudo nos primeiros anos da criança, assumiu para esta entrevistada. O facto de ter ficado “muito doente com o nascimento” do primeiro filho não terá certamente contribuído para contrariar as expectativas que Ana tinha em relação à experiência de ser mãe, mas também não funcionou como impedimento para que o casal planeasse o segundo filho, que nasceu logo após dois anos.

O primeiro bebé que eu tive nas mãos foi o meu filho. Eu nunca gostei muito de bebés. Gosto muito de cozinhar. Foi com as empregadas dos meus avós que aprendi o gosto pela cozinha. Portanto, talvez os tachos e as panelas sejam mais importantes para mim do que os bebés.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

O facto de Ana confessar nunca ter tido simpatia pelos cuidados ao bebé não deve pois ser confundido com um sentimento de resignação, pois os filhos não deixaram de ser desejados. Mas, ao contrário da maioria das entrevistadas, os encargos com a criança são interpretados como uma sobrecarga penosa que é compensada pela forma como o seu marido, Alfredo, se tem entregue aos filhos desde o nascimento destes, pois, como sublinha a entrevistada, “ainda hoje, quando estão muito aflitos com qualquer coisa, chamam o pai, em vez de chamar a mãe”. Esta inversão dos papéis tradicionais de pai e de mãe não deixa de ser vivida por Ana, apesar do seu *riso*, com algum desconforto ao sublinhar a desadequação da “primeira palavra” do seu filho, que, “dirigindo-se ao pai, chamou-lhe ‘mãe’”.

Quando o mais velho nasceu, eu estive muito doente, e o Alfredo foi pai e mãe, e a primeira palavra que o meu filho disse foi “mãe!” (*riso*). Dirigindo-se ao pai, chamou-lhe “mãe!”. Ainda hoje quando estão muito aflitos com qualquer coisa, chamam o pai, em vez de chamar a mãe. Lá vai o pai, sempre a refilar. Refila, refila, refila... Mas ele é extraordinário com filhos!

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Por sua vez, sem dar prioridade à carreira profissional, Genoveva manifesta, no entanto, uma atitude *moderada* em relação à conciliação família-trabalho que não deixa de transparecer na sua perspectiva sobre a maternidade, destacando menos a importância desta como domínio de gratificação da mulher do que a “intrusão” que os filhos representam, ainda que não se “culpe” por ser mãe, considerando-os “intrusos que nós quisemos”.

Eu acho que um filho é sempre um intruso, claramente um filho é um intruso. São intrusos que nós quisemos. Portanto, imediatamente a vida de duas pessoas, de um casal, se altera, mas é imediato, é no dormir, é nisto, é muita coisa. Eles são intrusos, mas foram muito desejados. Portanto não posso culpar-me, não posso começar a pensar... Mas há tantas coisas boas que os filhos trazem, mesmo nesta idade trazem alegria para casa, trazem tanta coisa boa. Claro os filhos vieram porque... nós não casámos com a tal ânsia de ter filhos, pensámos “se vierem, nós queremos muito, mas não se vai fazer disso um cavalo de batalha”.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Por outro lado, deparamos com entrevistadas cuja *estratégia maximalista* implica atitudes mais ambiciosas face à vida familiar e à vida profissional, pelo que a maternidade assume aqui um significado bastante diferente, claramente evidenciado na importância central que a experiência de ser mãe assume, mas sobretudo, como veremos mais adiante, na tutela dos cuidados à criança que a mulher reclama para si. No que se aplica ao significado da maternidade, nos casais com *trajectórias hipogâmicas* deparamos com duas manifestações diferenciadas da *estratégia maximalista*. Uma primeira manifestação tem a ver com o facto de o forte significado da experiência de ser mãe se traduzir no desejo de uma descendência numerosa e, tal como acontece junto das mulheres com *estratégias familiaristas*, superior ao número de filhos que a mulher considera que pode ter. É o caso de Helena, mãe de três filhos não planeados. Tinha vinte e seis anos de idade quando foi mãe pela primeira vez, e trinta e três quando deu à luz o terceiro. Confessa que, “se tivesse tido oportunidade, teria tido mais”, considerando que, com quarenta anos de idade, já não vai a tempo de engravidar pela quarta vez. Este seu desejo contrastou fortemente com o do seu marido, Herculano, defensor, antes de ser pai, de que “este mundo não era um mundo bom para se viver e que ter filhos era uma responsabilidade grande demais”. Helena considera que, a este respeito, o marido “mudou” com a experiência da paternidade, mas entre esta mudança e o forte desejo manifesto nas palavras da entrevistada vai eventualmente uma distância considerável, sobretudo se recordarmos que nenhum dos filhos do casal foi planeado.

Nenhum dos meus filhos foi planejado. Não foram programados, mas foram sempre desejados. O Herculano achava que ter filhos... Achava que este mundo não era um mundo bom para se viver e que ter filhos era uma responsabilidade grande demais. Mas, depois, a partir do momento em que teve o primeiro, ou em que soube que ia ter, acho que isso mudou. Eu não me importava de ter mais! Se tivesse tido oportunidade, teria tido mais. Agora, já não, até porque a idade já não permite.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

Não planejado foi também o filho de Lurdes. No entanto, o forte significado da experiência maternal e a aposta na vida familiar de Lurdes, mãe de um filho, revela uma outra manifestação do carácter *maximalista* da *estratégia de conciliação* família-trabalho, porquanto em lugar do desejo de uma descendência numerosa, esse significado traduz-se numa prioridade máxima que a criança assume nos primeiros anos de vida. Neste caso, a chegada de um filho implicou que a entrevistada, até então totalmente entregue à sua carreira profissional, passasse a atribuir prioridade à criança nos seus primeiros anos de vida. Com efeito, equiparadas à importância central que a profissão ocupa na realização pessoal, a família e a maternidade não têm, no âmbito de uma *estratégia maximalista*, uma prioridade sobre a vida profissional, como acontece juntos das mulheres com *estratégias familiaristas*, todavia, esta entrevistada - que dava prioridade à carreira até engravidar inesperadamente com trinta e quatro anos de idade - passou a dar prioridade ao seu filho, perante uma entrega simultânea, que considera insustentável, à família e à profissão nos primeiros anos da criança. Apesar de o filho de Lurdes ter sido "desejado" pelo casal - "nós sempre tivemos aquela ideia de gostar de ter uma menina, até tínhamos nome para a menina se nascesse uma menina em vez do meu filho" - a entrevistada foi surpreendida pela gravidez, porque um "problema em termos hormonais" não fazia supor que pudesse engravidar sem recorrer a tratamentos.

Não vou dizer que foi uma questão que não tínhamos já colocado. Eu e o Sebastião já tínhamos pensado, até porque nós sempre tivemos aquela ideia de gostar de ter uma menina. Até tínhamos nome para a menina se nascesse uma menina em vez do meu filho! Essas coisas estavam muito definidas. Mas há muitas coisas que me movem e eu não me posso entregar a muitas coisas ao mesmo tempo. De maneira que o meu filho não foi planejado. Eu costumo dizer a brincar, não sei como é que foi feito. Embora muita gente me diga 'eu explico-te como é que foi'. Mas não, eu não sei em que altura foi sequer. Foi desejado, mas não foi planejado. Eu já estava grávida de oito semanas quando soube que estava grávida! Eu tinha um problema em termos hormonais. Tinha que fazer tratamento para ter filhos e, portanto, não fiz o tratamento, mas tive o filho. Nem sequer estava a tentar! Quando pensasse em ter um filho, eu fazia o tratamento. Eu tenho uma incompatibilidade com a pílula, portanto, fazia-se contas de somar e dividir no calendário e as coisas correram muito bem durante muitos anos. Mas o meu filho decidiu escolher-nos, e pronto! Ele veio quando decidi. Bate tudo certo! Eu pensei que estava mal do fígado, fui ao meu mestre de acupuntura dizer "olhe, eu estou sempre só a vomitar, tou mal do fígado. Ele pôs as agulhas pôs, mas eu continuei a vomitar. Até que achei, comeciei a ouvir os outros dizer 'tu não achas melhor ir ver'. 'Não, não'. Quando eu olhei para aquilo, para o frasquinho quando ele mudou de cor. "Ai que merda!", foi o que eu disse. (*riso*) Foi um choque!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo - técnico superior da função pública; um filho]

Lurdes não deixa de justificar o carácter *alternado* da forma como se entrega fortemente ora à vida familiar, ora à vida profissional: "há muitas coisas que me movem e eu não me posso

entregar a muitas coisas ao mesmo tempo". Daí que a chegada do seu filho tenha implicado "ser mãe a tempo inteiro até ele ir para a escola", uma atitude, já se vê, contrastante com a de uma mulher *carreirista* como Ana, cujo acompanhamento dos filhos em bebé esteve sobretudo a cargo do marido. Refira-se também que, a este respeito, o carácter *maximalista* da *estratégia* de Lurdes se distingue das *estratégias familiaristas* de outras entrevistadas, pois, à semelhança das atitudes e comportamentos observados noutros países europeus (Wall, 2007a), Lurdes faz questão de ser ela própria a cuidar do seu filho nos primeiros anos. Para além da sua mãe, sublinha que "nunca o deixei com outra pessoa para outra pessoa o criar". Para este acompanhamento sistemático foi decisiva a flexibilidade do seu horário de trabalho como psicóloga num organismo do Estado. Seis meses após o nascimento do seu filho, Lurdes regressou ao emprego, mas só para trabalhar de tarde. De resto, esclarece que "também não trabalhava todos os dias, tentava juntar as consultas para ter tempo disponível para voltar para casa e estar com ele".

E no tempo em que o meu filho nasceu, ele teve sempre comigo, eu fui sempre mãe a tempo inteiro até ele ir para a escola. Até ele ter entrado o ano passado para a pré, ele teve sempre comigo. Nunca o deixei com outra pessoa para outra pessoa o criar. Até aos seis meses, eu vivi única e exclusivamente para ele. Portanto foi os meses a que se tem direito, depois juntei com o mês das férias. Depois voltei a trabalhar, mas trabalhava *part-time*, tinha essa possibilidade. Voltei, mas só trabalhava durante a tarde, as manhãs estava com ele e as tardes estava com a minha mãe e com o meu pai. Também não trabalhava todos os dias, tentava juntar as consultas para ter tempo disponível para voltar para casa e estar com ele. Portanto durante estes cinco anos, agora quando ele está mais velhinho já ia para casa da minha mãe ou então ficava lá em casa, brincávamos juntos e depois ele queria ver um *dvd*, eu aproveitava esse tempo e voltava para o meu trabalho.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

O estatuto de prioridade que o acompanhamento da criança, nos primeiros anos de vida, adquire junto desta entrevistada vai de par com o valor máximo que a chegada do seu filho representou, constatação esta que não se estranha, se recordarmos que "o nascimento dos filhos é um momento marcante por excelência para a esmagadora maioria" das portuguesas que vivem em união conjugal com filhos em idade escolar (Aboim *et al.*, 2005: 80).

O nascimento do filho é qualquer coisa de miraculoso! O casamento foi especial, foi um dia especial, mas foi suplantado pelo nascimento do meu filho, porque eu acho que o nascimento de um filho é uma coisa... Começa-se a pensar que não há-de ser só um espermatozóide e um óvulo que fazem aquilo! Não pode nascer só da matéria! Tem que haver qualquer coisa e quando vemos o filho a sair de nós, nada pode suplantá-lo, acho eu.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

No entanto, esta gratificação máxima que Lurdes retirou do nascimento do seu filho está longe de atenuar a elevada importância que atribui à sua carreira profissional, o que aqui explica a necessidade de uma dedicação *alternada* aos dois universos. Com efeito, da mesma forma que

a chegada do seu filho caiu fora dos seus planos, a hipótese de um segundo filho parece afastada, pois Lurdes considera que uma criança “absorve muito tempo”, quando “há muitos interesses que falam um bocadinho mais alto”, referindo-se designadamente aos “interesses” pessoais com a profissão e a carreira. Também no discurso desta entrevistada é possível depreender um sentimento de culpa de quem, por dar prioridade aos seus “interesses” pessoais no que toca à hipótese de engravidar, questiona, afinal, a fusão da mulher com a maternidade e família. Tal como desabafa, “são interesses que talvez possam ser considerados um pouco egoístas”.

Entre o querer [ter mais filhos] e o poder há muitas coisas que pesam na balança. Mas eu acho que eu estou numa fase da minha vida em que há muitos interesses que falam um bocadinho mais alto. Também acho que a paciência... Eu vejo aquelas revistas que as mães dos quarenta anos, não sei quê, que é muito melhor altura, tem muito mais paciência, porque estão muito mais no auge financeiro e profissional... Isso é uma bela treta. Eu não acho nada disso, eu acho que tenho outros interesses, neste momento. Não vejo o interesse maternal aumentar com a idade! Pelo contrário! Eu acho que apetece-me fazer outras coisas. E o meu filho é uma coisa que absorve muito tempo. São interesses que talvez possam ser considerados um pouco egoístas. Eu acho que não. Eu acho que para nós estarmos em pleno, mas ouve-se muito isso, sabe? Ouve-se muito isso! Até as pessoas à minha volta.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

### 10.2.2 A carreira como domínio máximo de gratificação da mulher

Tal como entre os casais com *trajectórias homogâmicas*, um primeiro tipo de *estratégia de conciliação família-trabalho* que encontramos nos casais com *trajectórias hipogâmicas* define-se pela prioridade que a mulher concede à sua carreira profissional sobre a vida familiar. Com quarenta e três anos de idade, Ana é docente no ensino superior, tendo-se recentemente doutorado em História. Ana casou com Alfredo, professor de Desporto no ensino secundário, com quem tem dois filhos. Filha de professor catedrático, a entrevistada é proveniente de um meio social claramente mais favorecido do que o de Alfredo. Filho de um comerciante de têxteis, Alfredo “gostava”, segundo Ana, “de ter tirado o curso de Direito”, mas os constrangimentos financeiros levaram-no a “ficar” pela licenciatura em Desporto. Não obstante, a entrevistada sublinha que o marido “gosta daquilo que faz e é um excelente profissional”. Ao contrário de Alfredo, Ana podia optar por uma das licenciaturas mais longas e dispendiosas como é Medicina, tal era o desejo do seu pai, mas acabou por se licenciar em História, que frequentou simultaneamente com outra licenciatura, em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho. Terminada a licenciatura em História, Ana inscreveu-se no mestrado em Ciência Política. Tinha então vinte e dois anos e tinha ainda a segunda licenciatura por terminar. “No meio disto tudo, divertia-me, saía à noite”, recorda ao mesmo tempo que lamenta as



consequências negativas – “podia ter médias mais elevadas” – de ter frequentado duas licenciaturas em simultâneo.

Fui eu que decidi para onde é que devia ir. Eu pensei duas vezes para ir para medicina porque tinha de fazer exame a físico-química e a ciências e eu a ciências era boa aluna mas a físico-química era uma desgraça, de maneira que aí pensei duas vezes e decidi ir para as ciências sociais. Fui para história, na Faculdade de Letras. O meu pai ficou passado, achou um escândalo e dizia “andas a estudar para quê? Para seres professora toda a vida?” Mas fiz aquilo que queria. (...) Acabei o curso em 1981, tinha vinte e dois anos e ao mesmo tempo estava a fazer um curso de gestão de recursos humanos e de psicologia de trabalho, estava a fazer dois cursos ao mesmo tempo. Depois acabei a licenciatura e depois de ter a licenciatura acabada fui fazer o quarto ano de gestão de recursos humanos e inscrevi-me também no primeiro mestrado que houve em Ciência Política. Portanto, estive um ano assim em que fiz tudo, fiz sondagens, fiz montes de coisas. O facto de ter tirado dois cursos ao mesmo tempo talvez me tenha prejudicado, porque podia ter médias mais elevadas: tive 15 num e 14 noutra. Podia ser melhor. No meio disto tudo, divertia-me, saía à noite. Agora, quando olho para trás, se calhar já não era capaz, mas fui.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

No que toca à *estratégia de conciliação* família-trabalho, Ana distingue-se claramente pela prioridade que concedeu à actividade profissional, como demonstra o seu percurso profissional, iniciado muito antes de ter terminado a licenciatura em História e marcado por uma intensa actividade. O “saneamento” da universidade levou o seu pai, cientista social, a criar uma empresa de sondagens, onde Ana começou por trabalhar enquanto estudava, tinha então dezanove anos de idade. Desde então, Ana “nunca parou de trabalhar”. Enquanto frequentava o mestrado, um ano após terminar a licenciatura em História, concorreu para leccionar no ensino secundário. Foi colocada numa Escola Secundária nos arredores de Lisboa, onde conheceu Alfredo. Descontente com o ensino secundário, aceitou a oportunidade de exercer docência no ensino superior, tendo assim feito “a opção de seguir a carreira académica”.

Aos dezanove anos já trabalhava num projecto financiado pela GNICT. Como o meu pai foi saneado após o 25 de Abril, o que foi muito complicado, e como eu já não gostava de estar dependente quer dos meus pais, quer dos meus avós. E comecei a trabalhar na área da sociologia em 1977-78, porque o meu pai tinha sido saneado e criou uma empresa de sondagens, das primeiras empresas de sondagens. Aí eu trabalhei em sondagem política, fiz de tudo, os trabalhos de gabinete, apliquei os questionários, fiz tudo. A partir daí, nunca parei de trabalhar. (...) O que eu gosto de fazer é aquilo que faço, embora às vezes me apeteça bater com a cabeça nas paredes. Mas, não era capaz de não trabalhar. E, quando fiz a opção de ir dar aulas e vi as secretárias todas à minha frente e mais os livros de ponto eu disse “Não, não, não, não! Não é isto que eu quero”. O que quero é isto, é dar aulas na faculdade. Gosto muito do contacto com os alunos. Com os alunos do secundário há o problema da disciplina, e eu acho que me fartava logo. (...) O que eu queria mesmo era seguir a carreira académica. Eu comecei o mestrado antes de dar aulas, naquele ano em que eu estive parada e resolvi continuar e fazer a segunda licenciatura e o mestrado em Ciência Política. Depois, no ano seguinte, em que fui colocada para dar aulas ao secundário, começam a surgir hipóteses de trabalho na universidade. E eu tive que fazer a opção e fiz a opção de seguir a carreira académica.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Em jeito de balanço, Ana lamenta não ter terminado a licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, o que não a impede de elogiar a sua “polivalência” no que toca aos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, mas, desabafa, “já não aguento fazer o que fazia há vinte e cinco anos atrás, que era estudar pela noite dentro”. A dedicação de Ana à sua formação, actividade

profissional e carreira não é tão condicionada, como acontece noutros casos, pelos encargos com a família - ainda que a entrevistada vá recordando que “tenho também que tomar conta dos meus filhos” - como pelo cansaço que, com os anos, a vai vencendo. A um horário superior em cinco horas às trinta e cinco horas semanais de Alfredo, Ana acrescenta ainda o tempo que despende fora da universidade com a preparação das aulas em cinco licenciaturas diferentes, a correcção de trabalhos, testes e exames, etc. Mas recorda que o seu horário de trabalho já foi superior, quando estava a terminar a tese de doutoramento. Como verificaremos mais adiante, à disponibilidade desta entrevistada para a sua formação e profissão não é alheia uma divisão do trabalho doméstico que inverte o padrão tradicional.

A segunda licenciatura, não acabei por terminar. Ou seja, o meu tema era Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, num curso de gestão de recursos humanos, que funcionava à noite. Na altura, eu queria fazer a segunda licenciatura e o mestrado, e não tenho a segunda licenciatura, mas tenho o equivalente a um bacharelato. Tirei o três primeiros anos, e ainda fiz o quarto. Portanto, daí a minha polivalência, que vai desde a história, à psicologia, passando pela sociologia do trabalho, sociologia. Estas coisas todas sempre estiveram cá dentro. Agora passo aqui cerca de oito horas por dia com as aulas, enquanto que quando estava a fazer a tese era tipo doze horas por dia. Já não aguento fazer o que fazia há 25 anos atrás, que era estudar pela noite dentro. E tenho também que tomar conta dos meus filhos, coitadinhos! Eu trabalho mais horas do que ele. Em termos das horas de aulas, tenho menos, mas depois tenho o resto. Tenho que dar a cinco licenciaturas cadeiras diferentes, em licenciaturas diferentes!

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

À elevada dedicação à actividade profissional corresponde, enfim, um enorme leque de interesses extra-profissionais que exigem o tempo e o dinheiro de que Ana, hoje, não dispõe. Por outro lado, esta mulher, para quem a actividade profissional e a carreira constituem o domínio máximo de gratificação não deixa, por vezes, de ser invadida por um sentimento de “grande frustração” de quem considera exercer uma actividade profissional mal remunerada num “meio muito mesquinho, muito invejoso”.

Por que é que eu gosto de ler? Por que é que eu gosto de estudar? Por que é que eu gosto de livros? Por que é que eu gosto de música? Por que é que eu gosto de cinema? Por que é que eu gosto de viajar? Eu não posso fazer tudo isto como gostava de fazer, por razões económicas! E é horrível! Sinto que me vou realizando de alguma maneira, mas às vezes com uma grande frustração, porque, repare, eu estou com quarenta e três anos mas ainda só agora é que entreguei a tese de doutoramento, percebe? Este meio é um meio muito mesquinho, muito invejoso. Há processos muito complicados! E isso leva, de facto, a pessoa a questionar por que é que faz isto que nem sequer é bem pago.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

### 10.2.3 A carreira e a família como domínios máximos de gratificação da mulher

Entre os casais com *trajectórias hipogâmicas* deparamos com outro tipo de atitudes perante a *conciliação* família-trabalho, como evidenciam as *estratégias maximalistas* de Helena e de Lurdes, para quem a vida profissional e a vida familiar são ambas prioridades de ordem

equivalente enquanto domínios de gratificação. Com efeito, estas mulheres esforçam-se por apostar o *máximo* possível nos dois universos, ora acreditando, tal como algumas entrevistadas que vivem em conjugalidades com outro tipo de *trajectórias* (capítulo 8), no princípio da *polivalência*, ora sentindo-se na necessidade de *alternar* as prioridades no decurso da vida conjugal. Apesar destes diferentes princípios que se observam para levar a cabo uma aposta forte na vida profissional e na vida familiar, a atitude destas mulheres face à conciliação família-trabalho não é alheia ao significado que atribuem à carreira do cônjuge. Em lugar de concederem primazia à carreira profissional do homem, como acontece nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária* (capítulo 7), estas mulheres declaram-se profissionalmente mais ambiciosas do que o seu parceiro, que não deixam de criticar, incentivando-o a uma mudança de atitude.

#### *A actividade profissional "quase como se fosse um filho"*

Sem considerar que a sua carreira profissional tem prioridade sobre a família, e vice versa, Helena evidencia o carácter *maximalista* da *estratégia* para articular o seu trabalho com a vida familiar e, assim, uma orientação normativa que coloca em pé de igualdade os dois universos como domínios de realização pessoal. Se a importância na vida familiar é desde logo evidente numa descendência de três filhos, para Helena a entrega à sua actividade profissional e à sua carreira de investigadora e docente universitária esteve sempre longe de ser condicionada pelas exigências e os encargos com a família.

Com quarenta anos de idade, Helena é casada com Herculano, advogado, dois anos mais velho que a entrevistada. Filha de pais divorciados, na infância só estava com o pai, editor, unicamente aos fins-de-semana. Helena vivia com a mãe, secretária de direcção com uma licenciatura incompleta em Matemática. "Rígida" e simultaneamente "liberal", a mãe de Helena é apresentada como uma pessoa "muito conflituosa" que "geria com pouco equilíbrio o autoritarismo e a liberdade". Para a entrevistada, a elevada "exigência" materna nas regras de decoro - "Era rígida nas regras à mesa, era rígida nas horas de entrar e sair de casa (...) Era rígida nos rituais familiares" - e, "principalmente", nas regras de cortesia - "no relacionamento com os outros" - era extensível às "questões de cidadania", ao "interesse que nós devemos ter pelas coisas", às "notas" e ao "estudo", mas não se coadunava com a autonomia que sempre concedeu a Helena: "as decisões eram minhas [...], a vida era minha e [...] ela não mandava em mim". A tensão entre mãe e filha acentuou-se quando aquela tomou conhecimento da relação desta, então adolescente, com um homem de quarenta anos de idade, ao ponto de a

entrevistada ter saído de casa com apenas dezassete anos para ir iniciar uma vida conjugal que durou cinco anos: “era tão complicado conjugar os dois mundos que tive que optar por um dos lados, e na altura optei por uma paixão!”. Mas a tensão que esteve na origem da ruptura da relação com a mãe permaneceu: “Eu cortei relações com a minha mãe para aí aos dezassete, dezoito anos... Era não falar, assim como estou hoje.”.

Até aos meus doze anos, havia uma empregada interna a tomar conta de mim porque a minha mãe trabalhava, mas de resto não havia mais rede familiar nenhuma. A minha mãe geria com pouco equilíbrio o autoritarismo e a liberdade (*riso*). Era rígida nas regras à mesa, era rígida nas horas de entrar e sair de casa, era rígida numa série de coisas, mas em contrapartida sempre me disse que eu fazia o que me apetecesse e que as decisões eram minhas e que a vida era minha e que ela não mandava em mim. Isto também foi só até para aí os meus catorze anos. (...) Era rígida nos rituais familiares e principalmente no relacionamento com os outros, nalgumas questões de cidadania, no interesse que nós devemos ter pelas coisas, devemos estar informados... Nas notas, no estudo... Muito exigente! E muito conflituosa! A minha mãe dava a tal liberdade de vez em quando. Eu era capaz de chegar às três da manhã a casa e isso não havia problema mas ter a loiça em cima da cama porque estava mal limpa. Portanto, o ambiente era bastante tenso. Lembro-me uma vez perfeitamente que cheguei e que tinha a estante toda despejada e a dizer “Uma estante não se arruma assim”. Portanto, por um lado deixava-me sair, aos catorze anos eu podia já não dormir em casa, mas depois a vida em casa era mais complicada. Nem podia levar amigos lá a casa, tinha que ser eu a sair. (...) Eu cortei relações com a minha mãe para aí aos dezassete, dezoito anos... Era não falar. Assim como estou hoje. Eu, aos dezassete anos, sai de casa para ir viver com um namorado. Ele tinha quarenta anos. Foi durante cinco anos e depois acabou.. (...) Quer dizer eu poderia perfeitamente não ter saído de casa, mas era tão complicado conjugar os dois mundos que tive que optar por um dos lados, e na altura optei por uma paixão! (...) O tal namorado com quem eu vivia tinha idade para ser meu pai. Portanto, para já foi isto: foi uma pessoa que tinha uma visão do mundo um bocadinho diferente, apesar de me ter ajudado muito, por exemplo, sempre me proibiu de trabalhar, porque o que eu tinha era que estudar.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

Distanciada da mãe, Helena foi viver, quando terminou a sua primeira relação conjugal, para casa da ex-mulher do seu pai, madrinha do seu actual marido e que viria a ser madrinha do casamento dos dois. O casal conheceu-se, de facto, num contexto familiar de co-residência temporária, pois Herculano residiu algumas “temporadas” em casa da madrinha. Da proximidade da co-residência foi nascendo a atracção e o enamoramento entre os dois. Helena tinha vinte e quatro anos de idade quando começou a namorar com Herculano e vinte e seis quando casou. Ficou grávida do primeiro filho, uma rapariga, dois anos depois, já então trabalhava na investigação há três anos, tendo iniciado a actividade profissional, por convite de um professor na universidade, quando ainda frequentava o segundo ano da licenciatura em Sociologia. Os convites para colaborar em projectos de investigação sucederam-se desde então no instituto onde ainda hoje trabalha. Após o nascimento da primeira filha do casal, “decidiu” inscrever-se num mestrado, mas, concluída a parte lectiva, a tese viria a prolongar-se por alguns anos. Sem enquadramento na instituição, Helena só podia passar três “recibos verdes” por ano, o que, como desabafa, “não era uma situação nada adequada a quem tinha uma família para sustentar”. Tentada pela possibilidade de assinar um contrato de trabalho fora do universo académico, Helena aceita, incentivada pelo seu próprio orientador, sensível às suas condições

familiares, se bem que Herculano quase tenha conseguido demovê-la. “A única pessoa que no meio disto tudo me desaconselhou, mesmo precariamente, a sair do instituto e a ir fazer aquilo foi o Herculano”, recorda Helena, que após um ano regressaria ao instituto de investigação para trabalhar e se reinscrever no mestrado, cuja tese viria a defender um ano antes de facultar a entrevista.

Fui fazendo coisas, fui fazendo biscates, mas a verdade é que nunca deixei, nunca estive sem trabalho, porque aqui no instituto, como sabes, as pessoas vão-se aconselhando e há sempre coisinhas que a gente pode ir fazendo. Entretanto decido fazer o mestrado, isto em 92, se não me engano, e decido fazer o mestrado no instituto e começo a trabalhar num projecto do meu orientador (...). Entretanto não consigo, porque aí estou a recibos verdes e a situação aqui no instituto era que a gente só podia passar três recibos verdes por ano, portanto não era uma situação nada adequada a quem tinha uma família para sustentar. Precisava de receber todos os meses e então faço a parte lectiva do mestrado e entretanto não consigo entregar a tese. (...) Entre várias coisas porque arranjo um trabalho também no Gabinete nos Bairros de Lisboa, é a gestão dos Bairros de Lisboa, onde estive também seis meses... Tinha esse problema e foi o meu próprio orientador o primeiro a dizer-me “Se tens a possibilidade de ter um contrato não tens que pensar nem duas vezes, portanto vais”. A única pessoa que no meio disto tudo me desaconselhou, mesmo precariamente, a sair do instituto e a ir fazer aquilo foi o Herculano! (...) Entretanto o mestrado fica por fazer. O contrato entretanto acabou e eles não renovaram o contrato. Vim de lá toda contente, aliviadíssima. No fim de semana seguinte encontro o meu orientador na Gulbenkian que me diz “andam à procura de uma pessoa para trabalhar num projecto novo”, que é este em que estou agora. (...) Entretanto, o mestrado reinscrevi-me, consegui reinscrever-me no mestrado e acabei agora, foram dois anos, (...) Consegui conciliar porque também tive todas as condições, quer da parte do meu orientador, quer da parte do coordenador do projecto para fazer a tese.”

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

O percurso profissional de Helena é ilustrativo da tensão a que as mulheres com *estratégias maximalistas* estão particularmente sujeitas quando faltam os apoios ou as condições necessárias para que as elevadas expectativas para com a vida familiar e a vida profissional se concretizem. Helena nunca colocou a família como prioridade sobre a sua carreira, mas a instabilidade financeira a que um percurso profissional na investigação científica pode sujeitar os seus protagonistas levou-a a suspender temporariamente os objectivos como investigadora, privilegiando um emprego com contrato de trabalho fora do universo académico. A oportunidade de leccionar numa universidade privada e, assim, ter um ordenado estável, a compreensão do seus superiores no instituto de investigação - orientador e coordenador - e o incentivo do seu marido, que a tinha “desaconselhado” a abandonar a investigação científica foram factores decisivos para o regresso da entrevistada ao seu percurso original. É, no entanto, com algum sacrifício que ainda hoje se reparte entre a docência e a investigação, mais uma vez porque a família exige que tenha uma fonte de rendimento mais estável do que a actividade de investigação no instituto proporciona. Dado o volume de trabalho que as suas duas actividades profissionais implicam não se estranha que Helena lamente a falta de condições para trabalhar em casa. À progressiva falta de espaço em casa acrescentam-se as “solicitações” dos seus três filhos em idade escolar, solicitações essas a que Helena tem dificuldade em furtar-se, porque, como justifica, “também não vou abdicar desses momentos com eles para estar a trabalhar”.

Gosto muito da minha actividade profissional, desta, da investigação. Não gosto, não morro de amores por dar aulas. Dou porque a situação que eu tenho aqui não é uma situação estável. Portanto, a qualquer momento eu posso deixar de trabalhar neste instituto. Portanto, há que manter sempre uma outra hipótese e dou porque apesar de tudo são muitos filhos, é muita gente. Tanta gente, aliás, que é impensável trabalhar em casal! Não é possível, pelo menos quando eles estão. Às vezes, é mau para o meu trabalho, principalmente quando se está a conciliar ter que prestar trabalho num projecto como é aqui e depois ter que fazer o mestrado ou ter que dar aulas, ter que preparar aulas... Precisava de um espaço em casa para trabalhar! Não só não tenho o espaço fisicamente, quer dizer, não há condições logísticas para eu entrar e fechar a porta e dizer "Agora estou a trabalhar!". Por outro lado, também quando estou com eles há solicitações que eu não vou recusar. Desde as ajudas para os trabalhos de casa, desde eles querem brincar um bocadinho, quererem estar com a mãe, quererem ir ver a cassetete e eu também não vou abdicar desses momentos com eles para estar a trabalhar.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

O *carácter maximalista da estratégia de conciliação família-trabalho* é, enfim, particularmente evidente nas palavras da entrevistada quando compara a realização que retira da profissão com a gratificação da maternidade: "o que eu invisto nesta profissão é quase como se fosse um filho!". Este empenho é assim levado às últimas consequências - "dou tudo por tudo para que as coisas corram o melhor possível" - pelo que Helena não interpela o marido quando este critica a sua reacção ao insucesso.

O sentido de responsabilidade e o empenho, o que eu invisto nesta profissão é quase como se fosse um filho! Quer dizer, dou tudo por tudo para que as coisas corram o melhor possível. O meu marido acha que eu reajo mal aos insucessos, quando as coisas não correm bem, e que me deixo vir abaixo com muita facilidade... Quer dizer, em termos profissionais, quando as coisas não correm bem.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

A crítica de Herculano à forma como Helena reage quando, na sua profissão, "as coisas não correm bem" não é alheia à realização que ele próprio não retira da sua actividade profissional. Licenciado em Direito, Herculano é advogado por conta própria, mas o ritmo com que exerce a sua actividade profissional é atenuado quando comparado com Helena, o que serve para explicar, ainda que de uma forma insuficiente, a *trajectória hipogâmica* deste casamento homogâmico. Na verdade, Helena reconhece, em jeito de balanço, que sobre Herculano foram pesando determinadas responsabilidades para com a própria família do marido. Perante a dependência de uma mãe idosa e de um primo co-residente de quem Herculano tinha responsabilidades como tutor, foi, neste caso, o homem "quem se sentiu mais obrigado a dar mais apoio". Mas a entrevistada não deixa de sublinhar que "aí senti que eu não ia abdicar da minha profissão para dar apoio em casa".

Quando as nossas vidas foram mais complicadas em casa era quando a minha sogra estava lá em casa, e ainda com o Vasco estava lá em casa, quer dizer, quem se sentiu mais obrigado a dar mais apoio era ele portanto até, se calhar, quem abdicou mais foi ele. Por exemplo, a nível profissional numa altura em que era importante para ele trabalhar mais e que não o pôde fazer porque era a mãe dele e era o primo dele, eu aí senti que eu não ia abdicar da minha profissão para dar apoio em casa.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

No entanto, aos constrangimentos que pesaram sobre Herculano acrescenta-se, de acordo com Helena, uma actividade profissional que é exercida sem gratificação pessoal, o que não deixa de se reflectir no próprio rendimento económico deste homem, desde sempre inferior ao rendimento da mulher – “sempre ganhei mais do que ele” - o que acaba por explicar a incessante preocupação da entrevistada em assegurar uma fonte estável de rendimento para a família. Mas Helena só encontra justificação para a ausência de gratificação do marido com a sua actividade profissional na “inércia” de uma atitude que a entrevistada resume na expressão: “Pronto, agora deixa estar, vamos trabalhar com aquilo que se tem”. Esta lacuna na realização pessoal através da profissão transformaram Herculano numa “pessoa que está constantemente constrangida e ansiosa e de mau humor quando está em períodos de tensão”.

Ele é uma pessoa que está constantemente constrangida e ansiosa e de mau humor quando está em períodos de tensão. Acho que ele teria muito melhores resultados se aplicasse, chamemo-lhe a sua “inteligência”, o seu gosto ou a sua capacidade de trabalho em coisas que gosta em vez de estar a investir em coisas que lhe custa fazer. Portanto eu acho que foi inércia, foi “Pronto, agora deixa estar, vamos trabalhar com aquilo que se tem” e agora com quarenta um para quarenta e dois anos também já não é altura de virar.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

Realizada profissionalmente, Helena não só auferir rendimentos superiores aos de Herculano como também se alarga mais no horário de trabalho. Enquanto Herculano termina a sua jornada ao fim de oito horas de trabalho, Helena, por sua vez, trabalha nove a dez horas por dia. Por “exigências”, mas também por “gosto”, a entrevistada não abandona o local de trabalho quando “está na hora”, ficando frequentemente “no Instituto até às oito da noite a trabalhar, porque as coisas têm que ser feitas”, sendo que nalguns dias da semana a docência exige que se apresente às oito da manhã na universidade. De resto, os fins-de-semana podem também ser preenchidos com trabalho, particularmente nos períodos em que teve que dedicar-se à tese de mestrado, ou, como define, “trabalhar para mim”. De resto, importa sublinhar que o pesado horário de trabalho não é vivido como constrangimento no tempo para a família ou para si própria, pois como Helena faz questão de sublinhar, “eu trabalho no que gosto, portanto, nem é demais nem é de menos, é o que eu quero!”.

Há dias em que eu começo a dar aulas às oito da manhã... Talvez trabalhe nove, dez horas por dia. Nos últimos sete anos trabalho muito mais do que dantes, por exigências e porque, como gosto, também não digo “Está na hora de me ir embora, vou-me embora”. Frequentemente fico no instituto até às oito da noite a trabalhar, porque as coisas têm que ser feitas. Principalmente na parte da redacção da tese porque nas aulas não. Estava cá sempre até às oito, conseguia fazer alguns períodos, havia alguns dias ou parte de dia em que eu estava aqui a trabalhar para mim, mas tinha também que investir muito nos sábados e domingos aqui para a tese. Dantes tinha mais tempo assim entre as seis e as oito. Eram mais aquelas duas horas por dia. Não que isso implicasse estar mais tempo com eles. Por exemplo, eles têm a natação nos dois dias em que eu tenho aulas e portanto acabamos por nos encontrar quando todos nós acabamos as nossas actividades. Tinha era mais tempo para mim, mas também não lhe sinto muita falta. Eu, como ainda por cima gosto do que faço, eu trabalho no que gosto; portanto, nem é demais nem é de menos, é o que eu quero!

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

### *“Não consigo fazer as duas coisas ao mesmo tempo”*

Entre os casais com *trajectórias hipogâmicas* deparamos também com uma atitude *alternada* no quadro da *estratégia maximalista*. Esta *estratégia* pressupõe que a vida familiar e a vida profissional assumem valores equiparados como domínios de gratificação e que a mulher aposta mais fortemente na sua profissão do que o cônjuge, contudo, a elevada importância que esses domínios assumem na sua realização pessoal pode, perante a adversidade, levar a mulher a separar os tempos das apostas, ora na vida profissional, ora na vida familiar. Damos conta desta atitude quando, ao longo da vida conjugal, o trabalho e a família vão adquirindo *alternadamente* o estatuto de prioridade. Neste sentido, fazendo recordar a prioridade concedida à família que é exclusiva das mulheres com outro tipo de *trajectória conjugal* (capítulo 7), sem contudo desvirtuar a sua *estratégia maximalista*, Lurdes assume uma atitude perante a conciliação família-trabalho que a diferencia das restantes entrevistadas com *trajectórias conjugais hipogâmicas*, que, como verificámos apostam fortemente na vida familiar e na vida profissional sem que nalgum momento um destes universos tenha tido prioridade sobre o outro.

Com quarenta e um anos de idade, Lurdes, mãe de um filho, é casada com Sebastião, que exerce a profissão de geógrafo numa câmara municipal, e actualmente conjuga no plano profissional as suas competências como psicóloga com a actividade de empresária em nome individual. Trabalha no ramo da Psicologia Educacional, repartindo-se entre consultas, acções de formação e a concepção de “produtos” no âmbito da psicologia, que coloca à venda na *Internet* ou em congressos. Estes “produtos”, explica-nos, consistem em “*software* educativo para crianças com necessidades educativas especiais e programas estruturados para ajudar os professores a fazer os programas educativos individuais no domínio das competências numéricas, na aprendizagem da leitura, fichas de actividades”. Lurdes orgulha-se do seu percurso profissional e de formação, no qual sempre se esforçou por seguir a sua própria vontade. Com “alguma incompatibilidade em ter padrões”, afirma que “sempre fui eu, um bocado,



que quis fazer o meu caminho em termos profissionais, o que é que eu queria fazer, para onde é que eu queria ir”, sublinhando que, “neste momento, eu estou muito bem com aquilo que eu faço”.

Esta apresentação abreviada da sua actividade profissional oculta, porém, especificidades reveladoras, por um lado, de um percurso profissional interrompido e alterado pela adversidade e, por outro, uma adaptação à mudança que não deixa de encontrar explicações na dinâmica conjugal e familiar. Com efeito, no que toca à actividade de consultório, a sua situação profissional é particular, pois Lurdes não dispõe actualmente de um espaço próprio para fazer consultas, explicando que “vai onde as pessoas estão, a casa das pessoas, ou então é pelo telefone”. Já no que toca à sua actividade empresarial, Lurdes trabalha totalmente a partir de casa, mas a colocação dos “produtos” que ela própria elabora na *Internet* está dependente da intervenção do seu marido: “eu faço os conteúdos teóricos, os objectivos, depois o Sebastião, o meu marido, que é o homem da informática, põe aquilo em termos de programa de *software* e depois nós vendemos *online*”. É importante sublinhar que a esta situação profissional é recente e resulta de um ponto de inflexão decisivo no percurso profissional da entrevistada que passamos a expor.

Imigrados de um meio aldeão alentejano para vir exercer em Lisboa profissões pouco qualificadas, os pais de Lurdes - ele motorista, ela costureira - “tinham o sonho de a filha ter uma formação superior”, “sonho” esse que viram concretizado em 1991, quando Lurdes concluiu a licenciatura em Psicologia. Os objectivos profissionais da entrevistada começaram, no entanto, a delinear-se anteriormente, durante o curso. Com efeito, antes de ser licenciada já participava na fundação de uma associação para portadores de trissomia 21. Tendo começado por trabalhar com essa associação quando terminou a licenciatura, Lurdes viria assim a especializar-se no acompanhamento de crianças portadoras desta doença. A opção pelo estágio num hospital público foi tão invulgar - num contexto em que “as colegas faziam estágio em escolas e faziam teses de licenciatura ligadas a competências académicas” - como reveladora do objectivo de dar acompanhamento a “crianças com perturbações no desenvolvimento”, objectivo este em torno do qual se estruturou a sua carreira profissional. A opção pelo estágio no hospital teve efeitos negativos nas suas relações no contexto da universidade - “fiquei a ser não muito querida no departamento educacional” - mas, entre a experiência que ganhou no hospital, Lurdes destaca o desafio lançado pelo pai de uma criança doente para ela estagiar em Inglaterra, desafio esse que a entrevistada acabou por aceitar.

Na altura, todas as colegas faziam estágio em escolas e faziam teses de licenciatura ligadas a competências académicas. Mas eu não, eu não gosto! (*risos*) E foi logo muito complicada a minha relação com as pessoas do departamento, porque eu fui buscar um professor de psicologia clínica para fazer orientação da minha tese e logo assim fiquei a ser não muito querida no departamento educacional e disse que não queria ir estagiar para uma escola porque não era isso que eu queria. E então fui buscar o estágio. Fui com a cunha da cunha do amigo do não sei quê, fui lá com a cara e com a coragem e disse: "Eu quero estagiar aqui!". E depois por portas e travessas fui para a unidade de desenvolvimento do serviço de pediatria. A unidade de desenvolvimento é que trata com crianças com perturbações no desenvolvimento, ou crianças de alto risco ou crianças prematuras. Portanto, tudo passa pela unidade de desenvolvimento para ver como é que está o desenvolvimento da criança e depois os psicólogos lá se as crianças precisam de apoio traçam um plano de intervenção e portanto nós ajudamos as crianças a desenvolverem-se, achamos nós! E portanto eu queria ir estagiar para lá e fui para lá. Na altura de acabar o estágio, conheci o pai já de uma menina com trissomia 21, com síndrome de Down, e na altura... Ele é visionário aquele homem, é impressionante... E na altura ele lançou-me o repto de ir estagiar para Inglaterra, porque ele dizia que "psicólogos há muitos e vocês têm que fazer a diferença!". E na altura, eu fui fazer um estágio em Inglaterra. Em Inglaterra, já desde os anos oitenta se ensinava crianças com síndrome de Down a ler e eu fui lá para aprender como é que se fazia e portanto todas as minhas ideias relacionadas com a minha profissão começaram-se a ligar, a afunilar para a trissomia 21.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Concluídos os dois estágios, Lurdes, com então vinte e cinco anos de idade, decidiu alugar um consultório juntamente com uma amiga que conheceu após ter entrado na universidade, e com quem viria a ter uma relação de amizade e de parceria profissional que tem perdurado. "Essa minha amiga que conheci no primeiro dia da faculdade", esclarece, "tem-me acompanhado até hoje e é a madrinha do meu filho".

A Associação não tinha um espaço físico portanto eu tinha um consultório. Eu trabalhava por conta própria, mas em nome da instituição. Só comecei a ter recibos da instituição, ou seja, com contrato de trabalho para aí em 1995. O que eu tinha na ideia era realmente ter o consultório e depois de ter o consultório nós realmente conseguimos ter um espaço da associação e trabalhar na associação e fazer consultas, e atender os clientes e as crianças, e avaliar as crianças e fazer os programas de intervenção, era o meu percurso profissional passava por aí embora eu tivesse muito latente a minha ideia da psicologia de investigação. Mas depois não havia investigação em Portugal ou quem fazia investigação em Portugal tem que estar sempre ligado à faculdade e eu desliguei-me da faculdade. Porque é assim, achei que "aquela parte já está feita, já está feita. Ali [na faculdade] já me ensinaram o que tinham para me ensinar e portanto eu precisava de qualquer coisa diferente. "Agora vamos a outra fase". E portanto eu nunca mais consegui voltar para a faculdade para estudar, embora estão-me sempre a chatear a cabeça - "Mas por que é que tu...?" - porque eu já tenho material suficiente para fazer uma tese de doutoramento! Mas não é isso que eu quero e, portanto, não há volta a dar! Uma tese de doutoramento já não está nos meus planos, porque eu não consigo estar parada a fazer a mesma coisa durante muito tempo e estar confinada a qualquer coisa. É uma ideia que pus de parte.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Nos primeiros anos da sua carreira, esteve totalmente entregue à actividade e formação profissional, tendo casado, com trinta e um anos de idade, com Sebastião, que então, com vinte e quatro anos, terminava ainda a licenciatura. Um ano após o casamento, viria a revelar-se o que Lurdes designa de "o *turn point* da minha vida", tendo a entrevistada sido confrontada com uma doença fortemente debilitante – designada de espondilite anquilosante - cujos sintomas, já antes manifestados, não tinham sido valorizados. A partir do momento da entrevista em que Lurdes nos revela tal adversidade, o seu discurso passa a sublinhar sistematicamente a mudança radical que os efeitos da doença lhe impuseram. Pelas consequências no funcionamento da sua vida quotidiana, a doença representou, literalmente, um ponto de inflexão no percurso profissional e familiar de Lurdes. O modo como recorda e descreve a adversidade é tão

elucidativo da necessidade de alterar todos os seus projectos - designadamente os projectos profissionais - como da importância que a própria actividade e a carreira profissional assumem junto desta entrevistada. Num primeiro momento, às dores físicas acrescenta-se uma “depressão” e a incapacidade para, como recorda Lurdes, “fazer a minha vida autónoma”, incapacidade essa que se prolongaria por um ano. Todavia, após a primeira confrontação com um quadro clínico revelador de que a doença “pode ter melhoras e pode não ter melhoras, e tem crises!”, a recuperação foi sendo feita “aos poucos, muito lentamente”.

O que me fez mudar de ideias foi um bocado aquilo que foi o *turn point* da minha vida. Foi em [19]98, eu tinha trinta e dois anos. É assim: eu nessa altura comecei a ter muitas dores e, portanto, tinha uma doença, que é a espondilite anquilosante, que já se devia estar a desenvolver há muito tempo, porque tinha tido sintomas que não tinham sido valorizados. É uma doença do campo da reumatologia, auto-imune, e portanto, o que é que aconteceu: eu ataquei-me a mim própria, virei as minhas defesas contra mim própria. E então chegou uma altura em que o meu corpo disse “agora tens mesmo que olhar para mim, não há maneira, olha mesmo!”. Eu entrei em depressão, porque deixei de fazer a minha vida como fazia. Portanto eu não conseguia estar sentada aquelas horas todas, não é, no consultório. Não conseguia conduzir. Agora eu conduzo, mas pequenos trechos. Deixei de fazer grandes viagens... É uma doença extremamente debilitante em termos de cansaço físico, em termos de dores! Dores vinte e quatro horas por dia! E como eu recuso-me a estar medicada, aguento as dores. Dores na coluna, e perdi mobilidade na anca! Em termos de cartilagem, inflama, perde-se a mobilidade, e portanto todas as juntas ficam firmes e hirtas. É o que eu costumo dizer quando chego à natação: “hoje estou firme e hirta como uma barra de ferro!”. Mas é muito complicado! Principalmente à noite, as dores são horríveis! E nessa altura eu deixei de fazer a minha vida autónoma. Eu tive uma crise um ano em que até nos olhos eu fiquei dez dias sem abrir os olhos. É uma doença quando se está em crise é uma doença muito incapacitante porque é uma doença que tem um quadro clínico muito completo, ela ataca também os órgãos. E portanto o organismo fica em auto-gestão. Não fazes digestão, o fígado não quer funcionar. É muito complicado! É a falência, é falência total! (*risos*) Fui confrontada com uma doença crónica, extremamente incapacitante que pode ter melhoras e pode não ter melhoras, e tem crises! Era isso que me era dado e “toma lá os medicamentos”!. Parei durante um ano. Recuperei aos poucos, muito aos poucos, muito lentamente. Isto tem sido um processo lento!  
[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Lurdes insiste tanto na exposição das consequências da doença na vida profissional como na descrição dos seus sintomas. A vida quotidiana e, em particular, a actividade profissional deixaram de ser aquilo que até então tinham sido, porquanto a capacidade de dar resposta às diversas solicitações tinha ficado à mercê da imprevisibilidade do mal-estar provocado pela doença. Como sublinha a entrevistada, “eu estava no topo da carreira e não me podia dar ao luxo de ter este tipo de comportamento”. Ao sofrimento físico decorrente da própria doença, foi sentindo uma sobrecarga adicional com a impossibilidade de continuar a acompanhar aqueles que, em virtude da própria natureza da sua actividade profissional, dependiam da intervenção de Lurdes.

Eu acordava de manhã momentaneamente bem e passado meia hora tinha que telefonar às pessoas para desmarcar os clientes porque não conseguia ir. O cansaço era extremo! E nunca sabia como é que acordava, se ia ter dores se não ia ter dores, se ia conseguir estar sentada, se não ia conseguir estar sentada. E, quer dizer, não se aguenta este *stress*! Era um *stress* para as famílias porque eu não estava a providenciar aquilo que era necessário para as crianças e era um *stress* para mim porque eu sentia-me culpada. Não conseguia conviver com esta culpabilidade de não me sentir bem e de não poder fazer as consultas e corresponder às expectativas que as pessoas tinham. Porque é assim eu estava no topo da carreira e não me podia dar ao luxo de ter este tipo de comportamento, fazia consulta depois não fazia consulta, depois ia naquele mês depois já não ia no outro mês. Então já não tinha só o *stress* que era causado

pela própria dor da doença mas tinha o *stress* de não conseguir corresponder àquilo que era esperado de mim. Quer dizer, não, esta parte tem que se cortar. Também foi uma parte muito dolorosa porque havia crianças que eu segui desde que nasciam, desde o seu nascimento, e foi uma parte muito dolorosa cortar esse cordão umbilical. Mas fez-se. Mas também foi difícil, tinha crianças que eu seguia desde o nascimento!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Todavia, a entrevistada afirma ter “aprendido a conviver com a doença”, que hoje não “amaldiçoa”. O “lento” processo de recuperação não deixou de ser acompanhado pelo esforço na descoberta de regressar a um percurso profissional que, doravante, teve de tomar outro rumo. Em lugar de encarar a doença como um obstáculo que se interpôs no seu percurso, passou progressivamente a interpretá-la como um “sinal”, uma “mensagem” de que, “inconscientemente”, a sua vida profissional tinha ficado presa nas malhas da “rotina”.

Mudei de vida por constrangimento da doença, porque eu estava bem na vida, não é? Aparentemente, eu estava bem na vida, fazia aquilo que eu gostava, embora tivesse a ficar rotineiro e eu não percebi o sinal, eu não percebi o sinal. Na altura era isso que eu queria fazer. Eu não estava obrigada a fazer nada. Mas depois porque é que eu ia fazer outra coisa diferente eu até gostava daquilo que estava a fazer, ganhava um bom dinheiro, tinha uma casa, tinha um carro, tinha um homem que eu amava. Estava tudo bem. Mas não. Havia...eu acho que na altura que o meu corpo me foi dizer isso, foi-me lembrar. Era o meu horário de trabalho. Era a coisa de ver crianças, de fazer sempre a mesma coisa, fazer sempre a mesma coisa! Aquilo começou ali nhã, nhã, nhã, nhã. Acho que houve uma parte de mim que eu tentei esquecer, de coisas que eu queria fazer e que eu gostava de fazer e tinha esse sonho na adolescência, e aquela coisa das oito às oito começou a deixar de fazer sentido, aquela corrida... Só depois desse constrangimento é que eu comecei a perceber que afinal não era bem assim. Não era bem assim, porque aquilo tinha-se tornado uma rotina e eu não convivo bem com a rotina. Só que aquilo era um ritual. Mas eu acho que foi isso que a doença me trouxe, porque eu tive tempo para pensar, para parar, porque eu não estava a parar. Eu fazia aquela vida, que era uma vida de corrida. Mas as doenças servem para isso. Hoje é minha convicção de que as doenças servem para nos dizer qualquer coisa. E se nós aprendermos o que elas têm para nos dizer melhor é. Eu não amaldiçoo a doença! (risas) A doença traz sempre uma mensagem!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Ao reconhecimento dos aspectos negativos do curso que a sua vida profissional havia tomado antes de lhe ser diagnosticada a doença segue-se um projecto de empresária em nome individual, que lhe permitiu simultaneamente trabalhar a partir de casa e ir ao encontro de “soluções dentro da mesma área” que substituíssem a “rotina” pela “criatividade”. Entre o ano destinado à convalescença - durante o qual esteve sem exercer qualquer actividade profissional - e a criação da “sua empresa”, Lurdes regressou à associação para a qual desde sempre tinha trabalhado, tendo doravante passado a “gerir” o seu próprio horário e fazendo “poucas consultas”. Entretanto, nascia o único filho do casal de uma gravidez não planeada. Ainda que desejada, a gravidez inesperada de um filho contribuiu para contrabalançar uma dinâmica profissional obviamente atenuada face ao passado, e veio então a revelar uma atitude *alternada* no contexto de uma *estratégia maximalista*. O nascimento do seu filho aconteceu num momento em que Lurdes, até então exclusivamente dedicada à sua carreira profissional, planeava uma nova vida profissional, pelo que, como desabafa, “parece que tenho muitos filhos ao mesmo

tempo". Com efeito, Lurdes reconhece que, de igual modo, "um filho é uma coisa que necessita de muita atenção, que solicita muito", tendo por isso dado claramente prioridade ao seu filho nos primeiros anos de vida. As palavras de Lurdes são bastante elucidativas de que após o nascimento de um filho, a carreira profissional da mulher pode, com efeito, deixar de ser *a prioridade*, transformando-se numa *prioridade adiada*.

Um filho é uma coisa que necessita de muita atenção, que solicita muito. Eu não consigo fazer as duas coisas ao mesmo tempo, porque também aquilo que eu faço é um acto de criação, percebe? Então parece que tenho muitos filhos ao mesmo tempo, tenho que cuidar, tenho que estar disponível, porque se fosse um trabalho tipo das oito às nove em que tu fazes o trabalho, deixa-lo lá e voltas e não sei quê, não sei quê... Mas não, mas aquilo que eu faço, eu quando eu estudo eu preciso de estar enfiada naquilo. Ou bem que estou a criar essa criança ou bem que estou a cuidar da outra criança.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Em 2003, Lurdes cessou o contrato de trabalho, pois com quatro anos de idade, o seu filho solicitava-a cada vez menos, deixando-a finalmente mais liberta para se dedicar a tempo inteiro à actividade de empresária. Para a concretização do seu projecto como empresária foram decisivos o apoio e a participação do seu marido. Sebastião começou por trabalhar numa empresa privada um ano após o casamento. No mesmo ano em que nasceu o filho do casal, já Lurdes tinha adaptado a sua vida profissional às limitações da doença, Sebastião mudou de emprego, passou a trabalhar para a Câmara Municipal do Barreiro, trocando a estabilidade de um lugar de "quadro superior na empresa" por uma situação "sempre a contratos" que perduraria apenas três anos, mas que, segundo Lurdes, era "muito mais consentâne[a] com a criatividade dele". Ainda que tenha recebido sempre "o ordenado por completo do subsídio de desemprego", foram necessários dezoito meses para que então surgisse nova oportunidade de trabalho, desta vez na Câmara Municipal de Setúbal, situação profissional essa que conservou até hoje e que Sebastião complementa com a sua participação na empresa da entrevistada. A respeito desta participação do marido, Lurdes sublinha que a "sua" empresa "é uma coisa muito intrincada desde o início", estando Sebastião responsável pela adaptação para suporte informático dos "produtos" concebidos pela entrevistada.

Eu gosto da área das necessidades educativas. A partir do momento em que eu me confrontei com a doença, eu comecei a ter ideias para fazer os *softwares*, eu procurei subsídios, procurei parcerias. Procurei desenvolver materiais para ajudar os professores a ultrapassar dificuldades, a ter ideias de trabalho. A última ideia que eu tive foi fazer um *cd* de fichas de actividade. (...) Comecei a achar soluções dentro da mesma área, portanto fazia formação de professores, comecei a desenvolver os produtos que era uma coisa que era essencial na altura e continua a ser. E continuava a fazer consultas à medida das minhas necessidades, mas saí da rotina. Saí da rotina, mas continuei a trabalhar na mesma área. (...) Os produtos vendo nas formações ou nos congressos onde vou, mas sobretudo na Internet. É o meu marido que faz a parte informática toda, é ele que trata da contabilidade porque eu números eu odeio e, portanto, não tenho aptidão nenhuma para fazer essas vendas Internet. Ele foi tirar um curso de formação de seis meses de gestão para gerir as vendas dos meus produtos. É uma coisa muito intrincada desde o início. Porque eu tinha duas mãos esquerdas para o computador. Agora já estou melhorzinha, mas ainda não o trato por "tu", ainda é

por “você”, ainda tenho assim um certo distanciamento com o computador. E o Sebastião é “tu cá, tu lá” com o computador. Portanto juntou-se um bocado o leite com o creme. Os produtos já foram apresentados no estrangeiro, porque eu vou sempre fazer apresentação no congresso e depois temos possibilidade, ou de dar folhetos ou de ter uma banca para vender produtos.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Em suma, hoje bastante mais liberta das “solicitações” do que nos primeiros anos de vida do seu filho, Lurdes pôde enfim apostar fortemente numa actividade profissional que teve de adaptar às limitações da sua doença. Abençoando esta libertação parcial dos encargos com a maternidade - “Bendita escola!” - recusa planear outra criança, recusa essa que não se estranha tendo em linha de conta que a prioridade à maternidade tem um impacto forte, ainda que temporário, no envolvimento com a actividade profissional: “Se agora vier outro filho, eu tenho que parar outra vez aquilo que eu estou a fazer para me envolver com esse filho”. E é precisamente esta consciência de que a *estratégia de conciliação família-trabalho* adoptada implica colocar num segundo plano a profissão nos primeiros anos da maternidade - “ou bem que se é mãe ou bem que se está a trabalhar, a fazer as coisas” - que demove esta mulher de partir para um segundo filho.

Ou bem que se é mãe ou bem que se está a trabalhar, a fazer as coisas. Torna-se difícil para mim gerir. Embora as necessidades do meu filho já não sejam tantas, porque ele tem seis anos e agora a maior parte do tempo está na escola. Bendita escola! Portanto esse tempo que ele está na escola, eu já tenho aquele tempo para mim, que eu necessito, percebe? Mas se vier outro filho... Porque eu vi o que aconteceu com o meu filho pelo facto de ele ter sido a minha prioridade, pelo facto de eu me ter envolvido tanto com ele. Se agora vier outro filho, eu tenho que parar outra vez aquilo que eu estou a fazer para me envolver com esse filho. Não quer dizer que, se ele aparecer da mesma maneira que apareceu o meu filho, isso não aconteça, mas, deliberadamente, não estou à procura disso. Se viesse mais outro filho era complicado nesse sentido. Um dá para gerir bem, um dá para gerir bem.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

### *“Encontro a tranquilidade na aula”*

Os casais com *trajectórias hipogâmicas* definem-se fundamentalmente pelo facto de a distância social entre os cônjuges ser a favor da mulher. Na maioria dos casos analisados, a distância social é fruto de uma maior aposta da mulher na profissão ou na carreira, mas a *trajectória hipogâmica* de um casal pode ficar, desde logo, definida pelo facto de a mulher ter conquistado uma escolaridade superior à do homem, permitindo-lhe o acesso a uma profissão mais exigente em recursos escolares. Nestes casos, perante a imobilidade sócio-profissional do homem, os contornos hipogâmicos da escolha do cônjuge conservam-se no decurso da vida conjugal. O caso de Genoveva ilustra esta situação.

Com quarenta e nove anos de idade e docente de Biologia no ensino secundário, Genoveva é casada com um homem da sua idade, que exerce uma profissão menos qualificada que a sua.

Nuno deixou de estudar quando concluiu o décimo segundo ano de escolaridade, tendo trabalhado enquanto estudava a partir do segundo ano do ciclo preparatório. Hoje é classificador arquivista numa empresa do Estado. Já se vê que, com posições sócio-profissionais contrastantes - ela incluindo-se no grupo das Profissões Intelectuais e Científicas (PIC); ele incluindo-se no grupo dos Empregados Executantes Qualificados (EEQ) -, Geneveva e Nuno são exemplo de um casamento socialmente hipogâmico. Ao contrário do que observámos nos restantes casais com este tipo de *trajectória conjugal*, os contornos hipogâmicos desta união não surgiram no decurso da conjugalidade, tendo, pelo contrário, ficado desde logo estabelecidos no momento da escolha do cônjuge. Após Geneveva ter ingressado na carreira de docente do ensino secundário, o seu percurso profissional foi-se construindo sem que dela fossem exigidas iniciativas ou projectos individuais - como, por exemplo, a procura de uma formação académica suplementar - com vista à ascensão na carreira. Com efeito, a *trajectória hipogâmica* não se associa aqui a uma *estratégia carreirista*, própria das mulheres que, apostando fortemente na carreira, dão prioridade à vida profissional sobre a vida familiar, pois Geneveva não investe na sua profissão mais do que o seu estatuto como docente lhe exige. Filha de doméstica e serralheiro mecânico, Geneveva foi, desde cedo, incitada pela mãe a estudar - "uma pessoa que me disse: 'tens que estudar!'" - tendo concluído a licenciatura em Biologia, que lhe permitiu o acesso à profissão qualificada, com enquadramento na função pública, de docente do ensino secundário, profissão essa para a qual se sente "vacionada". Por outro lado, esta entrevistada não concede uma prioridade à vida familiar, como fazem as mulheres com *estratégias familiaristas*.

Perante um quotidiano familiar agitado, que desdobra Geneveva entre as solicitações de uma mãe doente e os cuidados aos seus dois filhos em idade escolar, a entrevistada desabafa que "encontr[a] tranquilidade" no seu trabalho profissional. A entrevistada sublinha que, em virtude da evolução nos escalões da carreira de docente, a sua carga horária tem vindo a diminuir - com a excepção de sobrecargas de trabalho pontuais como ter sido nomeada para a coordenação das provais globais -, permitindo-lhe efectivamente responder às solicitações da maternidade, que, de outro modo, seriam, em seu entender, excessivas para uma mulher da sua idade: "a exigência é muito grande, porque eu tenho quarenta e nove anos e tenho um filho com onze anos e uma filha com oito". À semelhança da forma atenuada como Geneveva, uma vez licenciada, investiu na carreira profissional, esta atitude reactiva face às exigências da família tem subjacente uma dificuldade em ultrapassar um quotidiano familiar que considera "violento de obrigações, de deveres". De resto, esta dificuldade explica a contenção de Geneveva no que toca à descendência, considerando que a vinda de um terceiro filho seria "um embate muito

pesado”, ao recordar que esteve grávida pela terceira vez, gravidez essa interrompida por um aborto espontâneo.

Eu ainda fiquei grávida uma terceira vez e para mim, realmente, três filhos era um embate muito pesado. Eu andei muito enervada nessa altura. Foi em Junho. Foi numa altura do final do terceiro período, no final do ano, e eu julgo que aqueles nervos, aquela tensão nervosa toda... Quando eu já estava mentalizada que ia ter o terceiro filho e vou fazer a primeira ecografia, não se via o embrião. No entanto, fui marcar a amniocentese à maternidade como fiz com os outros, e tudo isso. Mas dois dias depois estava a abortar espontaneamente. Portanto, o meu sistema nervoso deve ter desencadeado tudo aquilo.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);  
Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Para esta mulher, casada e mãe de dois filhos, que apostou na escolaridade e exerce uma profissão qualificada, a conciliação entre o trabalho e a família orienta-se assim pelo princípio da *moderação*, podendo pois dizer-se que estamos perante uma atitude *moderada* no contexto de uma *estratégia maximalista*. Genoveva sente ter encontrado na actividade profissional não apenas a realização pessoal, mas sobretudo, hoje, uma compensação para a azáfama quotidiana, que é fruto dos seus encargos com os filhos e a casa, mas também, em certa medida, com a sua família de origem. A actividade profissional é, desta forma, tão compensadora como terapêutica - “Dá-me equilíbrio, a profissão” - pelo que Genoveva receia o agravamento dos problemas na coluna vertebral, que começaram por se manifestar na infância e podem vir a impedi-la de continuar a trabalhar num futuro próximo.

Eu experimentei o ensino quando ainda não tinha feito as [disciplinas] pedagógicas, nem o estágio, e achei que gostava: A investigação não me seduziu nem pouco mais ou menos. Eu fiz depois em forma de tese, num ambiente completamente diferente, um tema diferente em Agronomia. Entrei na parte científica, mas não sou uma pessoa demasiado paciente para o trabalho científico. Eu tenho de comunicar e ver reacções rápidas, não gosto de trabalhos que demorem muito tempo. Perco o entusiasmo! Eu tenho que começar e acabar alguma coisa rapidamente porque senão, pelo meio, perco-me. (...) Eu julgo que se sair da minha profissão também vou sofrer muito, se eu neste momento tiver que me afastar, porque ando com muitos problemas de coluna. Se, por um lado, fisicamente eu ficaria mais descansada, e até mentalmente, porque deixava de ter a preocupação disto e aquilo, eu também venho aqui colher muito, porque eu, às vezes, chego à segunda-feira e eu digo “Agora parece que vou descansar”, porque eu encontro a tranquilidade na aula. Equilíbrio! Dá-me equilíbrio, a profissão! A manhã, a vida é tão intensa: levantar os miúdos, fazer uma viagem na cidade toda, perguntar todo o caminho, fazer perguntas sobre o teste que o meu filho vai ter... Acaba por ser violento de obrigações, de deveres. Eu não sei se é mais exigente que as aulas, mas a exigência é muito grande, porque eu tenho quarenta e nove anos e tenho um filho com onze anos e uma filha com oito. Mas também estou numa fase da carreira que me permite isso!

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);  
Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Entre os factores que contribuem para explicar esta *moderação* face à vida familiar e à vida profissional destacam-se, sobretudo, os constrangimentos associados ao seu núcleo familiar de origem, particularmente, a subjugação a uma mãe controladora na adolescência e, cada vez mais, doente e solicitadora, que condicionou a liberdade e a disponibilidade de Genoveva para conhecer pessoas, prendendo-a de certa forma a uma vida familiar com os pais que perdurou até a entrevistada se casar, tinha então trinta e oito anos de idade. Genoveva e Nuno



conheceram-se apenas um ano antes de se terem casado, numa viagem de autocarro que os trazia de regresso de férias a Lisboa.

Eu estive com pessoas, com amigas à volta, não é? Não houve... Acho que nunca aconteceu assim nada de importante que pudesse ter levado a um namoro. (...) Aqui na escola tinha um colega que eu sei que gostava imenso de mim, um colega de História. Mas eu não gostava! Acho que, concretamente, com este colega não houve o eco porque, pronto, é preciso gostar! (...) Eu e o Nuno, nós conhecemo-nos numa viagem, ele nem sequer vinha ao meu lado e quando regressámos... Foi um acaso, mas foi numa viagem em que ele vinha de férias, e eu por acaso também vinha de férias. Mas nem sequer nos sentámos um ao lado do outro. Havia bichas enormes quase a chegar a Lisboa e, quando o autocarro virou para o Montijo e não veio pelo percurso habitual, eu tive que dizer ao motorista que me deixasse em Alcântara. Mas é claro que me disse que não, que só podia sair no Campo Pequeno. E era quase meia-noite! Portanto, aí o Nuno realmente aproximou-se. Eu até comentei para mim: "Mas tantas perguntas!". Quer dizer, ele estava-me a questionar de onde é que eu vinha, onde é que eu tinha passado férias e não sei quê, e depois pediu-me o número de telefone. Quando ele me pediu o número de telefone, eu ainda disse: "não sei se devo". Mas depois dei-lho e, mais ou menos quinze dias depois, ele telefonou-me e começou realmente aí o nosso conhecimento. [Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais); Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Conhecer o cônjuge num local público - como, neste caso, numa viagem de autocarro - é, como verificámos (capítulo 6), pouco comum entre as mulheres com profissões mais qualificadas. Apesar de absorvida pela vontade da mãe, Genoveva faz questão de sublinhar que não lhe faltaram oportunidades, sobretudo no contexto das suas amizades, para iniciar um namoro - tendo no próprio local de trabalho "um colega que eu sei que gostava imenso de mim" - mas nunca se tinha interessado particularmente por nenhum desses pretendentes. O facto de ter conhecido o seu marido numa circunstância pouco frequente entre os meios mais qualificados demonstra que a associação entre os locais de encontro e os meios sociais está, pois, longe de ser mecânica. Mas o caso de Genoveva também não deixa de ser ilustrativo de que a heterogamia - neste caso, a hipogamia sócio-profissional e escolar - é, precisamente, mais provável nos locais de encontro mais improváveis, ou seja, que estão associados a outros meios sociais. De resto, sublinhe-se que a atracção de Genoveva foi determinante, ainda que tenha sido vivida como sentimento desadequado às circunstâncias da interacção - uma viagem de autocarro - e, assim, um desvio à regra - "não sei se devo".

Para o facto de Nuno ter sido o primeiro namorado de Genoveva quando já, ela própria, tinha trinta e sete anos terão contribuído o controlo apertado que a mãe exerceu sobre a liberdade da entrevistada na sua adolescência e a sobrecarga emocional que o agravamento do estado de saúde da matriarca passou a representar para a filha. Tal como o retardamento do namoro e de uma vida conjugal com filhos, a atitude *moderada* de Genoveva em relação à sua profissão pode encontrar explicação na relação com uma mãe que, sendo "mais inteligente que o pai", "vê mais longe", mas, sobretudo, cuja vontade predominou sempre no núcleo familiar de origem. A atitude dominante da mãe é particularmente evidente nas críticas que faz à profissão de Genoveva, profissão essa com a qual nunca concordou pela disponibilidade que retira à filha para estar

consigo em casa: “toda a profissão que ocupa muito os filhos, neste caso a filha, que a tira de casa”. Mas a subjugação de Genoveva face a uma mãe “preocupada” e “com uma perspectiva de vida e de educação de que eu agora realmente orgulho-me e aprecio, mas na altura não gostava muito”, é de igual modo notória na procura de razões menos incómodas para as atitudes de uma mãe obviamente controladora, autoritária, desconfiada e possessiva em relação à filha - “ela tinha confiança em mim, mas ela queria apurar os factos todos”; “a minha mãe não batia por bater, sofria mais do que o outro que tinha levado”; “a mãe sente sempre pela ligação que tem à filha neste caso, que a filha está muito cansada, que é uma profissão muito pesada”- e dominante na relação com o pai - “não era porque era a minha mãe e porque tinha que mandar, era porque era o mais correcto”.

Sou filha única. Sempre vivi com os meus pais até casar, tinha trinta e oito anos. Nessa altura, éramos nós os três, éramos muito unidos, não sei se demais, a viver os problemas dos três. Com uma mãe que, apesar de ter a quarta classe, era muito preocupada, com uma perspectiva de vida e de educação de que eu agora realmente orgulho-me e aprecio, mas na altura não gostava muito. A minha mãe via o [meu] caderno, a minha mãe sabia os dias dos testes, a minha mãe sabia quando é que eu ia receber as notas, o que é que eu tinha tido! Portanto, uma pessoa que me disse: “tens que estudar!”. Portanto, tudo fez para isso. Eu tive uma educação em que havia regras, principalmente pela minha mãe. Eu fui à minha primeira festa de colegas de escola, no sexto ano, com quinze anos, (...) Eu vim um bocadinho mais tarde (...), lembro-me perfeitamente, era meia noite e eu apanhei uma sova, porque eu tinha ultrapassado todas as regras. No outro dia de manhã, como a minha mãe não batia por bater, sofria mais do que o outro que tinha levado, ela ouviu a minha versão e no outro dia de manhã, eram oito e tal da manhã, a minha mãe saiu da cama e vai a caminho da casa da minha colega, e a minha mãe foi perguntar, que era para ver se era verdade. Ela tinha confiança em mim, mas ela queria apurar os factos todos. (...) Com o nervosismo a minha mãe, a vontade dela prevalecia, porque era a mais inteligente, também. Era a decisão mais inteligente e, por vezes, as tensões são... O meu pai é muito mais... eu não posso dizer limitado, mas, como não é tão preocupado, parece que não vê tão longe. O meu pai não era tão activo, nem pouco mais ou menos, porque a minha mãe é muito mais preocupada em termos de vida. Sempre foi. E as variadíssimas tensões que se tiveram, tiveram a ver com isso. A vontade da minha mãe prevalecia, não porque era da minha mãe, mas porque depois de ser muito bem entendido, era aquela que era a mais inteligente. Não era porque era a minha mãe e porque tinha que mandar, era porque era o mais correcto. (...) Em termos de faculdade, eu segui, eu quis seguir a via pedagógica. Ela não gostava que eu fosse professora, mas eu acho que, aí, tem a ver com a mentalidade da minha mãe, porque toda a profissão que ocupa muito os filhos, neste caso a filha, que a tira de casa e que a vê preocupada e que faz muito trabalho em casa, pronto, a mãe sente sempre pela ligação que tem à filha neste caso, que a filha está muito cansada, que é uma profissão muito pesada, e pronto. (...) Ela trabalhou naquilo que pôde, desde ir lavar roupa em casa até ser “mulher-a-dias”, como se chamava na altura. Ela fez isso, só que o organismo dela não era muito saudável e quando eu era pequena, eu lembro-me sempre da minha mãe bastante doente. Ela tem problemas de intestinos, tratou-se em oncologia se bem que não era nada canceroso, e a doença também a obrigou a não trabalhar. Com a menopausa minha mãe ficou com umas depressões um bocadinho crónicas se bem que ajuda e tudo isso, mas agora é o meu pai que cozinha. O meu pai, como o pai dele morreu muito novo e ele tinha uma mãe doente também, ele estava habituado.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Entre o final da adolescência e o namoro com Nuno, Genoveva só esteve distante dos pais a pretexto do estágio profissional fora de Lisboa. “Com vinte e dois anos”, recorda, “eu estive meses sozinha, a fazer estágio e a dar aulas em Alcochete e, nessa altura, era apenas um simples telefonema para Lisboa”, sublinhando que só então conseguiu isolar-se do controlo da mãe. Quando começou a namorar com Nuno, um homem então divorciado e que não tinha frequentado a universidade, Genoveva recorda que teve de enfrentar alguma resistência da

parte da mãe, resistência essa menosprezada pela confiança da entrevistada na sua “escolha”:  
“Eu fui desmontando o drama”.

Comuniquei que tinha conhecido o Nuno e que gostava muito dele, também. E, portanto, ele foi lá a casa e a minha mãe gostou. Mas depois, como o meu marido era divorciado se bem que não tinha filhos... Claro, a minha mãe, vendo isso tudo, começa a ponderar e a ver que ele era divorciado, não tem um curso superior... Aquelas coisas tradicionais! Eu fui desmontando o drama, e depois casei.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, encarregado de armazém; dois filhos]

Seis meses após o casamento, Genoveva deu à luz o primeiro filho do casal: “eu casei em Julho e portanto acabei por ficar grávida em Janeiro do ano seguinte”. Nuno trabalhava então como verificador de qualidade num representante de uma marca de automóveis. Quando o primeiro filho do casal tinha apenas três meses de idade, Nuno foi incluído no conjunto de empregados que foram dispensados das suas funções na empresa onde trabalhava. De acordo com Genoveva, o marido nunca chegou a viver no desemprego, porque “entrou imediatamente no emprego que tem agora, porque estava como que guardado aquele lugar a prazo”, pelo que o único problema que se colocou ao casal esteve relacionado com os atrasos no pagamento da indemnização e com o facto de este homem ter passado, desde então, a trabalhar “a contrato”, pelo que Nuno é hoje encorajado por Genoveva a permanecer no local de trabalho para além das oito horas diárias previstas no seu contrato de trabalho sempre que “é preciso em termos de serviço”, de tal modo para sobre o casal o receio de um despedimento. De resto, Genoveva e Nuno têm um horário de trabalho semelhante: “as aulas, mais as reuniões e o trabalho que eu trago para casa dá o mesmo número de horas por dia que ele trabalha”.

Dispensado, quer dizer, foi um despedimento! Palavras doces! Esse despedimento foi feito quando o nosso [primeiro] filho tinha três meses. O Nuno nunca esteve em casa, porque ele saiu de lá e entrou imediatamente no emprego que tem agora, porque estava como que guardado aquele lugar a prazo. Também não tinha garantias nenhuma! Era a contrato! Mas teve essa sorte! Mas com certeza que, se calhar, não gostou muito, porque até a própria indemnização não foi dada de uma vez - foi dada em três vezes - e ele até foi dos que teve muita sorte, porque a teve! Acho que não houve assim problemas de um desequilíbrio, quer dizer, não houve assim uma mudança em casa. (...) As aulas, mais as reuniões e o trabalho que eu trago para casa dá o mesmo número de horas por dia que ele trabalha, mas, às vezes fica um pouco mais, porque é preciso em termos de serviço. Eu realmente apoio-o, porque eu digo-lhe que ter uma profissão é mais importante, é muito melhor do que estar no desemprego. Mas, na verdade, ele podia ter ficado, como muitos colegas, sem emprego, não ter conseguido. Portanto, eu acho que estar no banco dos desempregados é bem pior do que conseguir algo, não é?

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Se a *trajetória hipogâmica* se define pela distância social no casal a favor da mulher, o despedimento deste homem, menos escolarizado e com uma profissão menos qualificada que a da mulher, bem como a transição para uma situação profissional “a contrato” são factores que só contribuem para acentuar a distância social no casal. Além disso, a actividade profissional de

Genoveva não se distingue apenas pela remuneração superior e pela estabilidade financeira, maior flexibilidade de horário e demais regalias que um emprego devidamente enquadrado na função pública assegura, mas também pelo sentimento pleno de realização pessoal que a profissão proporciona a esta mulher. Pelo contrário, filho de electricista e doméstica, Nuno foi forçado a trabalhar - "foi fazendo biscates" - e, assim, a estudar à noite a partir do segundo ano do ciclo preparatório por um pai que, entretanto, "já reconheceu que, em relação a este filho, errou". O facto de se rodear de adultos nas aulas em horário escolar pós-laboral "foi mau" e "deixou as marcas" em Nuno, que, na opinião de Genoveva, era "dos três filhos" aquele que "podia ter agarrado mais facilmente um curso", porque "gostava de ter continuado". Contudo, ainda que não seja "nada que lhe levante o ânimo", o facto de o marido não se realizar numa actividade profissional relativamente pouco qualificada e distante do universo da Arqueologia, licenciatura que desejava ter frequentado, não interfere, de acordo com Genoveva, na relação do casal, ao contrário do que acontece noutros casais com este tipo de *trajectória conjugal*, em que a insatisfação do homem com a profissão é uma fonte de tensão entre os cônjuges.

É difícil, neste momento, resolver-se aquilo que está muito ligado ao passado. Houve um tempo em que ele era, dos três filhos, o que podia ter agarrado mais facilmente um curso, mas o pai, no segundo ano do preparatório, foi pô-lo à noite! Ele era um garoto à noite no meio de adultos! Foi mau! O mau foi no sentido de ele perder possibilidades. O pai já reconheceu que, em relação a este filho, errou. Às vezes as pessoas pensam mais no que é necessário em termos de dinheiro e não tanto em termos de formação, e eu julgo que isso lhe deixou as marcas porque ele gostava de ter continuado. Ele gosta imenso de Arqueologia, tem um gosto de encontrar coisas, tem uma paciência maluca! E eu não tenho dúvidas que sou realizada profissionalmente, e ele não. Não falo desse modo com ele "Eu sou realizada, e tu não és"! Antes pelo contrário! Também não é propriamente atitude de pena. Tem que ser uma atitude realista. Eu julgo que isso não tem implicações na nossa relação, mas nele próprio não é nada que lhe levante o ânimo. É uma coisa que o machuca um bocado a pessoa não ser exactamente aquilo que quer. É um bocado o pássaro querer voar e ter as asas cortadas! Ele realizava-se muito mais se fosse arqueólogo, pronto, se seguisse um caminho diferente. Não propriamente por ter um nome - não é? - mas porque fazia uma coisa que gostava. Ele tem um jeito para pedras e aquilo tudo... Não perde um programa de História.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

### 10.3 Divisão do trabalho doméstico: da participação do homem à delegação em terceiros

Nos casais com *trajetórias hipogâmicas*, a divisão do trabalho doméstico oscila entre a partilha igualitária, por um lado, e a delegação da maioria das tarefas em familiares e uma desvinculação do homem, por outro. Apesar dessa oscilação, nos casais com este tipo de *trajetória* é transversal uma predisposição da mulher para a negociação no que toca à divisão do trabalho doméstico, predisposição essa que os distingue claramente de casais com, por exemplo, *trajetórias de hipergamia prioritária*.

#### 10.3.1 A ausência de apoios e a participação do homem

Caracterizados pela mulher apostar mais na sua actividade profissional do que o homem, os casais com *trajectórias hipogâmicas* distinguem-se pelo pressuposto de que os encargos domésticos não podem recair sobretudo sobre a mulher, fortemente empenhada na sua carreira profissional, pelo que a partilha igualitária ou a delegação das tarefas domésticas em terceiros impõe-se. Perante a ausência da delegação de tarefas em empregadas e dos cuidados com o bebé a uma ama ou do ténue apoio da rede familiar, o homem é solicitado, quando não se disponibiliza por sua iniciativa, a partilhar os encargos domésticos com a mulher. Por exemplo, Ana, docente universitária, sublinha que, no que toca aos encargos domésticos, “Fomos sempre os dois”. Docente do ensino secundário, Alfredo, marido da entrevistada, tomou a dianteira logo nos encargos com o primeiro filho, cujo parto deixou Ana doente - “Estive muito mal!”. Ana descreve Alfredo como “uma pessoa muito afectiva”, qualidade essa manifesta na proximidade que o marido sempre teve na relação com os dois filhos do casal. Por outro lado, foi também Alfredo quem acabou por assegurar a logística familiar quando Ana teve de se ausentar do país para fazer pesquisa no âmbito da sua tese de doutoramento. Com uma carreira profissional menos exigente e uma origem social menos favorecida que a sua, Alfredo tem a admiração de Ana, que não se coíbe em exaltar as qualidades do marido no contexto da vida familiar, qualidades essas que utiliza como termo de comparação com o seu próprio pai, que tanto a influenciou a ser exigente para com a sua formação e a carreira profissional como, precisamente ao contrário de Alfredo, “nem sempre estava presente” no acompanhamento quotidiano da filha.

Ao contrário do meu pai, que nem sempre estava presente pela vida profissional dele, eu e o meu marido estamos sempre presentes! O Alfredo é uma pessoa muito afectiva. Aliás, foi o Alfredo que me ensinou a pôr as fraldas. Como eu estive doente com o nascimento do meu primeiro filho, o Alfredo passou mais um bocadinho, porque eu levantava-me e caía logo. Estive muito mal! Mas, de resto, sempre dividimos tudo muito bem. Fomos sempre os dois. Inclusive, passei algumas temporadas em Inglaterra sozinha, para fazer investigação para a tese, e o Alfredo ficou com os miúdos durante três semanas. A primeira vez que fiz isto, o mais pequenino tinha dois ou três anos. Foi muito duro para o Alfredo, coitado!

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Sem terem recorrido a uma ama, nem tão-pouco a uma empregada, Ana e Alfredo mal puderam contar com a rede familiar no auxílio aos cuidados com os seus filhos enquanto bebés ou crianças. A distância do casal em relação à sogra, entretanto falecida, e ao sogro de Ana não proporcionou a criação de laços de solidariedade consistentes, apesar de o casal visitar o pai de Alfredo com frequência: “É raro o fim-de-semana em que não vamos vê-lo”. Quanto à sua própria mãe, Ana recorda a condição privilegiada de “dona-de-casa”, sublinhando a incompetência da

progenitora no que toca à execução de qualquer tarefa doméstica - “Eu nunca vi a minha mãe a estrear um ovo!” – que não é alheia a uma falta de preparação para cuidar dos netos.

Quando eu tive o meu primeiro filho, às vezes, para nós podermos ir ao cinema ou ir às compras, o Alfredo ia buscar a minha mãe ao Restelo para ela ficar com ele em nossa casa. Mas ela limitava-se a ficar com eles, porque, normalmente, quando chegávamos, ele dizia “Ainda bem que chegaram, porque está aqui um que precisa mudar de fralda!”. Era dona-de-casa, não é doméstica! Já a minha sogra, também não. São donas-de-casa! Eu nunca vi a minha mãe a estrear um ovo! A mãe dele entretanto morreu, mas eu nunca tive relação praticamente nenhuma com minha a sogra. O pai teve sempre uma relação um bocado distante com o filho, mas pronto. A relação com o meu sogro é mais ou menos. É raro o fim-de-semana em que não vamos vê-lo, mas ele é uma pessoa muito independente e tem uma relação mais distante com o filho, mais fria.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Com uma profissão mais exigente em formação académica, Ana tem menos tempo que Alfredo para acompanhar os filhos no quotidiano. “Às vezes”, exemplifica, “eu sou mais pragmática, não estou para me chatear, não me ralo, porque não vale a pena, enquanto ele vai ver se eles apertam bem os sapatos, se vão com os sapatos bem apertados, ou é porque vão despenteados para a rua ou porque não apertaram bem os sapatos”. Por outro lado, faz questão de acompanhar de perto os filhos nos estudos, considerando-se uma referência “cultural”, tal como, no passado, os seus pais e avós representaram para si. O sentimento de complementaridade de papéis está aqui muito presente, mesmo que se trate de uma situação inversa ao modelo mais tradicional em que cabe à mulher assegurar a logística da casa e o acompanhamento quotidiano dos filhos.

Os meus pais e avós sempre me deram responsabilidade e liberdade. Assim como eu dou responsabilidade e liberdade aos meus filhos: eu não estou a estudar com os meus filhos, estou a estudar ao lado dos meus filhos, e se eles precisam da minha ajuda, eu estou e dou-lhes a ajuda, dou-lhes os instrumentos para poderem trabalhar. Eles vivem rodeados de livros, têm o tempo à disposição deles, têm uma discoteca com uma discografia de todas as áreas que podem escolher. Tento, de facto, mostrar-lhes, na música, o que é que fica e o que é não fica. Tento mostrar-lhes que a vida não é só facilidades, mas a profissão do Alfredo permite-lhe um horário melhor, e ele acaba por estar mais tempo com os nossos filhos. Ele entende perfeitamente, sempre entendeu, e acha bem que eu que eu precise de fazer as teses e estudar para progredir nesta carreira. Ele sempre foi assim, ajudou-me muito, compreendeu sempre que eu tinha feito esta opção.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;  
Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Também Helena admite uma divisão “igualitária” dos cuidados com os filhos quando eles eram bebés. Pais de três filhos, Helena e Herculano ainda puderam contar pontualmente com o apoio da sogra da entrevistada e da madrinha do casal. Com a entrada dos filhos na idade escolar, porém, Helena sente que é mais ela quem acompanha os filhos do que Herculano. Tendo que dar assistência a uma mãe idosa dependente, acamada nos últimos anos de vida, e acompanhar um familiar deficiente de quem é tutor, Herculano tem menos “paciência” do que Helena, que assim é “mais solicitada” pelos filhos do casal. Mas esta diferença na proximidade

quotidiana com os filhos não implica que os dois não se repartam no que toca ao acompanhamento dos filhos nos seus estudos: “eu vou mais para a matemática, para as ciências, para a geografia, sou eu que dou apoio, depois o Herculano dá mais para a história, para o português...”.

A única coisa que ele não fazia era dar de mamar, por razões óbvias, mas de resto era perfeitamente... Não havia divisão sequer. Era completamente igualitário. Tínhamos ajuda da minha sogra que às vezes ia lá a casa para... A madrinha trabalhava portanto também tinha alguma dificuldade, dava mais ao fim de semana ou... eu ia dizer à noite mas à noite nós também não saíamos. O mais novo ainda é muito pequenino e normalmente sou eu que o vou pôr de manhã à escola e depois é o meu marido que o vai buscar ao fim do dia, ou então, como é perto de casa, é a Catarina, a irmã mais velha que vai até buscá-lo à escola. Hoje sou mais eu que os acompanho. Ai, muito mais eu! Acho que tenho um bocadinho mais de paciência. Também porque sou eu mais solicitada e isto depois começa a ser um bocadinho... Elas pedem-me é a mim, não pedem ao pai. Mas se lhe pedirem a ele também... Neste momento, já começamos a ter áreas científicas específicas cada um, quer dizer, eu vou mais para a matemática, para as ciências, para a geografia, sou eu que dou apoio, depois o Herculano dá mais para a história, para o português...  
[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

No que toca à divisão das tarefas domésticas, Helena reconhece que “hoje todos trabalham o mesmo”, mas sublinha que esta “igualdade” foi conquistada apenas a partir do momento em que a entrevistada reclamou a delegação das tarefas domésticas mais pesadas, com que até então foi sobrecarregada, apesar de ser ela o membro do casal mais apostado na vida profissional e assim a quem a profissão exigia mais tempo. Hoje, enfim, conquistou uma divisão mais partilhada das tarefas que a empregada não faz: Herculano vai às compras e cozinha; Helena trata da roupa e dá mais acompanhamento aos filhos. O casal está obviamente distante de uma ausência de divisão das tarefas domésticas, mas a delegação dos trabalhos mais pesados na empregada não deixa de mascarar as dificuldades que a entrevistada sentiu para conseguir do cônjuge uma maior participação quando não havia possibilidades de recorrer a serviços exteriores.

Tivemos uma empregada quando tivemos a minha sogra [dependente] lá em casa. Antes da minha sogra estar lá, não tínhamos, porque não havia dinheiro para isso. Depois, deixámos de ter e agora temos outra vez. Hoje todos trabalham o mesmo, mas, nas alturas em que não tínhamos empregada, era mais eu, porque o limpar era eu. Mas a certa altura, eu exigi mulher-a-dias. Dentro de casa a cozinha é mais com ele. Quer dizer, não se importa tanto de fazer! Em contrapartida, a roupa é mais comigo. Bem vistas as coisas, preferia não ter que fazer nada, mas prefiro tratar da roupa do que ter que ir fazer as compras. Para a cozinha não me importo de ir, mas quando está ele a tratar do jantar, estou eu a dar assistência aos trabalhos de casa, portanto... A empregada vai três vezes por semana, quatro horas. Desde o limpar a casa, passar a ferro, e é um sossego chegar a casa e ter a casa limpa.  
[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

### 10.3.2 A delegação em familiares e a desvinculação masculina

As dificuldades de Helena na negociação no sentido de uma maior partilha do trabalho doméstico são, contudo, relativas quando comparadas com a resistência que Lurdes ou

Genoveva encontram junto dos seus cônjuges. Por outro lado, ao contrário de Helena ou de Ana, estas duas entrevistadas podem contar com o apoio dos pais, particularmente da mãe, para atenuar a sobrecarga do trabalho doméstico.

Com a exceção dos assuntos administrativos, Lurdes encontra no seu marido uma resistência quase total à participação nas tarefas domésticas, refugiando-se no humor quando confessa ter “desistido” de levar Sebastião, a quem acusa de ser “preguiçoso”, a partilhar as tarefas domésticas: “Não tem partilha: o rapaz não faz nada!”. Perante um parceiro cuja atitude na participação das tarefas domésticas é tão incerta - “faz um fim-de-semana e no outro já não faz” - como desatenta, esquecendo a doença fisicamente incapacitante da mulher - “Quando ele chega, eu já fiz e estou no sofá com dores nas costas” - a atitude de desistência da entrevistada poupa o casal do “conflito”: “Não é um ponto de conflito porque eu já desisti”.

Qual partilha, qual partilha! (*risos*). Não tem partilha: o rapaz não faz nada! Pois se o rapaz não faz nada, sou eu que faço! Só que é uma conversa que eu já não estou para ter essa conversa com ele. Sou eu que faço a gestão das coisas, porque o preguiçoso não faz. Por acaso, quando é para por a louça na máquina, eu digo-lhe quando são poucas coisas faço eu. A roupa, ponho eu na máquina, porque ele não percebe qual é a diferença entre a roupa escura e a roupa branca. Quem passa a ferro é a minha mãe. Quem limpa a casa sou eu. Eu queria que ele partilhasse e nós conversamos imenso sobre isso e ele depois faz um fim-de-semana e no outro já não faz. Não é um ponto de conflito, porque eu já desisti. É assim, eu já tirei o aspirador para ir aspirar e ele vai e diz: “Por que é que não esperaste por mim?”. Portanto eu já desisti! É pegar no aspirador e aspirar! E depois ele faz o papel dele: “Por que é que tu foste fazer isto e não esperaste por mim?”. É um ritual que a gente tem e convivemos bem assim. Malucos! Quando ele chega, eu já fiz e estou no sofá com dores nas costas e ele: “Por que é que não esperaste por mim?”.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Deve, no entanto, sublinhar-se que Lurdes, a quem a desvinculação de Sebastião sujeita esta sobrecarga, pode contar com o forte apoio dos seus pais, sobretudo com o apoio da sua mãe. Com efeito, é a própria mãe da entrevistada quem se dispõe a tratar de toda a roupa da família e fazer as duas refeições principais - almoço e jantar - invariavelmente servidas em casa dos pais da entrevistada, que habitam no mesmo edifício que Lurdes e Sebastião. O que significa que Lurdes não só não tem que preocupar-se com o tratamento da roupa e as refeições, como não tem que arrumar a cozinha após o almoço e o jantar.

Nós temos possibilidade de ter empregada, mas eu sou picuinhas para ter outra pessoa lá em casa, ir lá limpar... A minha mãe é que faz a ajuda, fazia, agora já não consegue, mas fazia a ajuda das coisas caseiras, digamos domésticas. Ainda hoje é ela que me passa a roupa, por exemplo, porque quer passar a roupa - “Mãe, isto leva-se para a lavandaria! Hoje em dia, eles vem buscar a casa, levam, trazem!” - Mas não! Ela quer! Ela quer participar! Agora a casa, quem cuida da casa sou eu (*risos*). O meus pais fazem as refeições, que vou lá eu comer. Almoço e jantar! Quando eles não estão, quando vão para o Alentejo, eu vou buscar já feito (*risos*). Os meus pais fazem a comida para nós os três. É, é! Fazem, fazem! Adoro cozinhar, mas não dá tempo, não dá tempo! Entre as coisas que tenho para fazer e o meu filho a solicitar, e se é um fim-de-semana que eles vão para o Alentejo... Quer dizer, não me vou pôr a cozinhar num fim-de-semana! (...) Nós todos os meses damos uma quantia aos meus pais por causa da alimentação mas a quantia - eu tenho noção - é só porque sim, porque nem de longe nem de perto cobra o trabalho que a minha mãe tem a passar-a-ferro, se fosse para a lavandaria e também a alimentação. É uma quantia simbólica!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]



O apoio logístico da mãe de Lurdes não se limita, contudo, à execução de tarefas domésticas, mas também aos cuidados com o filho do casal. Era, de facto, a mãe de Lurdes quem ficava com o bebé quando as “reuniões” ou as “formações” obrigavam a entrevistada a ausentar-se de casa - “Quando o meu filho era bebé e eu tinha que sair, tinha reuniões, tinha formações, era a minha mãe que cuidava dele”- sendo inclusive os pais de Lurdes quem ainda hoje possibilita que a entrevistada e o marido, possam sair com amigos, ainda que estes o façam esporadicamente: “Se queremos sair à noite, o meu filho fica com os meus pais. Eles estão sempre a oferecer-se!”.

Enfim, poderíamos questionar-nos se, na ausência do enorme apoio logístico da mãe de Lurdes - que assume ser “picuinhas para ter outra pessoa lá em casa” e, simultaneamente, muito apostada na sua actividade profissional após a criação de uma empresa em nome individual - a desvinculação de Sebastião não levaria, com efeito, a entrevistada a recusar abdicar de uma divisão partilhada das tarefas domésticas, mesmo correndo esta mulher o risco de a resistência do homem transformar a negociação num “ponto de conflito”. A verdade é que, também no que diz respeito aos cuidados com o filho se aplica a mesma atitude de desvinculação de Sebastião, ainda que, neste aspecto da divisão do trabalho doméstico, Lurdes faça questão de reconhecer que a “prioridade” do filho implica uma predisposição da sua parte - forçada pela doença a trabalhar a partir de casa - que reverte, inadvertidamente, a favor da desvinculação do homem. Neste sentido, a entrevistada reconhece que “abdiquei mais do que o Sebastião, mas foi consciente”, sentindo que o filho, ao contrário do que sucede consigo, “nem sempre” é a “prioridade” do marido. Em suma, com a excepção das pontuais visitas ao médico - “o Sebastião gosta de ir, também” - e dos banhos ao filho quando ele era bebé - “A figura de pai é dar banho!” - é Lurdes quem cuida da criança do casal: “o resto sou sempre eu”.

É assim eu acho verdadeiramente que o meu filho é a minha maior prioridade! É a minha prioridade, o bem-estar dele, as necessidades dele... É a minha prioridade! Do Sebastião, eu acho que nem sempre. Mas não sei se é por eu ser picuinhas, se calhar exagero, se calhar sou eu que exagero em pequenas coisas. Eu abdiquei mais do que o Sebastião, mas foi consciente. Sem dúvida! Ao médico nós tentamos levar os dois. Porque o Sebastião assim pede justificação no trabalho, mas ele gosta de ir também. Mas é raro o meu filho ir ao médico. Eu telefono para a minha amiga que é médica homeopata “olha ele tá com isto, isto e aquilo”, “então compra este, este e aquele” e ele toma os medicamentos. Portanto ele só vai à médica, à pediatra tradicional para fazer o rastreio (*risos*). Só vai lá de ano a ano! Mas o resto sou sempre eu. O meu marido faz a figura de pai, então! A figura de pai é dar banho! As refeições é essencialmente a mãe. Sou eu que tomo conta de tira lá, põe lá, senta-te lá. É, é essencialmente a mãe que faz figura de mãe. Adormecer é a mãe essencialmente, e a acordar é a mãe essencialmente, porque o Sebastião não acorda (*risos*). Mesmo que ele solicite de noite, o Sebastião não acorda! Já era assim em bebé, dava as mamadas, tirava a cagada e o Sebastião rrrr! (*risos*) Não acordava. Eu nunca mais tive uma noite descansada, desde que ele nasceu. Já não há aquele sono profundo, parece que está sempre um ouvido alerta. Ele tosse, mexe-se na cama e há sempre um ouvido alerta. É terrível! A primeira vez que eu me separei dele, que eu tive que ir fazer uma formação, foi um fim-de-semana, ele devia ter para ai uns dois anos. Eu não dormi, estava sempre a ouvi-lo durante a noite. Estava sempre a achar que ele estava ali ao meu lado.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo - técnico superior da função pública; um filho]

Liberta de algumas das tarefas domésticas mais rotineiras e trabalhando a partir de casa, não se estranha que Lurdes seja incessantemente “solicitada” pelo seu filho na vida quotidiana. Na verdade, perante a desvinculação do homem no trabalho doméstico, acabou por ser a própria reconversão da sua actividade profissional aliada a uma forte rede de solidariedade familiar que permitiu que a prioridade ao filho não colidisse com a importância que concede ao exercício da profissão e à sua carreira, que gradualmente vai, por sua vez, retomando o estatuto de prioridade, à medida que decrescem as “solicitações” da maternidade. Para uma caracterização mais detalhada do modo como Lurdes gere o seu dia-a-dia com o filho e o trabalho, vale a pena determo-nos nas suas próprias palavras.

Quando estou a trabalhar, ele solicita ou para irmos fazer um jogo juntos ou está a fazer um desenho para a mãe e a mãe tem que ir ver o desenho. E eu interrompo. Mas ele também respeita bastante esse espaço, porque ele também foi criado assim. De manhã, o dia normal - agora o meu filho está em casa - é 'o pai sai de casa para o trabalho, ele aproveita e vem-se enfiar na cama. Depois, acordamos os dois aos beijinhos. Depois, ele vai para a sala, liga a televisão porque está a dar os desenhos animados que ele gosta. Depois, vai tomar o pequeno almoço. Eu tomo o pequeno almoço e vou ligar o computador. É o dia normal. Às vezes, não me apetece, não tenho ideias para ligar o computador. Então vou brincar com ele, vamos fazer desenhos, vamos fazer actividades como ele chama ou vamos ver qualquer coisa na televisão. Pomos um *dvd* e vimos juntos, vamos à rua, vamos comprar qualquer porcaria que não tem interesse, mas só para sairmos. Ontem fomos aos correios portanto tentamos fazer assim um planeamento. É um ritual, é mais ou menos um ritual. Às vezes, ele quer fazer qualquer coisa sozinho ou ver o *dvd*, que não precisa da mãe, e então eu volto para computador. Às vezes, ele “oh mãe, anda cá ver não sei o quê”. Eu desligo o computador e vou outra vez. Ou então eu estou a trabalhar no quarto dele, o quarto dele é quarto e escritório! À noite, não trabalho. À noite, estou com o meu filho, depois de jantar estou com ele. Ou vamos ver um *dvd* os dois ou então vamos os dois para a cama fazer ronha. O Sebastião está a fazer a minha parte do trabalho no computador ou está a procurar coisas para ele, para o trabalho dele e então nós vamos os dois para a minha cama, para a cama grande como ele lhe chama, e ele leva livros de histórias e começamos a ler livros de histórias e a fazer cócegas um ao outro. Parvoíces!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

As palavras de Lurdes não são apenas elucidativas do modo como gere o seu dia de trabalho, os cuidados e a relação com o seu filho, mas também da interacção diferenciada que o membro do casal estabelecem com a criança. Pelo reduzido tempo que o quotidiano reserva à relação entre o pai e o filho, não surpreende que Lurdes afirme “gosto que eles estejam o mais tempo possível juntos”. Neste sentido, quando vão para “fora”, para locais que propiciam as actividades ao ar livre, a entrevistada aproveita esse tempo para si, para as suas leituras. Nesses momentos, são as próprias limitações da doença, que a impedem de acompanhar um filho “muito enérgico” e se coadunam a uma divisão tradicional dos papéis na relação com o filho, cabendo ao homem proporcionar uma interacção mais física do que emocional.

Agora estivemos uma semana fora e a maior parte do tempo ele esteve com o pai. Eu gosto que eles estejam o mais tempo possível juntos. Há determinadas actividades que eu não consigo, o meu filho é muito energético, e eu não consigo acompanhar e, com o pai, é diferente. É tipo lutas de homens! Passaram o dia na piscina enquanto eu estou ao sol a ler os meus livros (*risos*). E ele adora a piscina e é capaz de estar ali todo encarquilhado horas! E o pai também! E, portanto, é uma actividade que eles adoram os dois!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Tal como Lurdes, também Genoveva acusa o marido de ser “preguiçoso” no que toca ao trabalho doméstico. Ao contrário dos seus sogros, que vivem próximo da residência do casal mas longe do local de trabalho de Genoveva, os pais da entrevistada vivem próximo do seu local de trabalho, apesar de longe da sua residência, pelo que esta mulher optou, “até porque eu sou filha única”, pelo auxílio dos seus pais, aos cuidados de quem entregava, durante o seu horário de trabalho, os seus filhos quando eram bebés. Mas no caso da sua filha, o segundo filho do casal, a mãe de Genoveva deslocou-se quotidianamente durante o primeiro mês da bebé a casa da entrevistada para prestar apoio à filha.

Os meus pais estão mais próximos, até porque eu sou filha única. Eu estive em casa uns três meses e tal. Os miúdos estiveram sempre em casa dos meus pais até aos três anos, eu ia amamentar ali a casa... Os pais dele vivem perto de nós e, portanto, é evidente que eu estava mais próxima dos meus. A minha mãe, no caso da minha filha [segundo filho], acabou por ir durante um mês aqui no Alto de Santo Amaro todos os dias porque o meu pai estava aqui, ia todos os dias lá para casa para me ajudar, pronto, aquele apoio normal.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);  
Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Todavia, ao contrário de Lurdes, é óbvio que a distância fez com que este apoio “normal” não se estendesse às tarefas domésticas, pelo que Genoveva se viu forçada a recorrer, duas vezes por semana, ao serviço de uma empregada. A este recurso forçado a uma empregada não é alheia a postura do seu marido, que se desvincula das tarefas domésticas da mesma forma como sempre participou pouco e pontualmente nos cuidados às crianças. Com a excepção do banho, que “até não há muito tempo o banho era ajudado por ele”, os cuidados às crianças sempre estiveram a cargo de Genoveva, que encontra no teor da sua profissão e no horário de trabalho do seu marido, que o obriga a estar mais tempo ausente de casa, a explicação para a diferença entre ela e o cônjuge no acompanhamento aos filhos. De resto, a entrevistada considera que o marido tem o papel de “brincar” com os filhos, papel esse tanto mais “fundamental”, pois, como observa Genoveva, “se o pai fosse da qualidade da mãe, era mau, porque só trabalhavam!”.

Eu trago-os à escola, levo-os da escola e quando chego a casa vamos começar a trabalhar. O pai vem mais tarde... é natural que eu os acompanhe mais, até porque tem a ver com a profissão e por tudo isso. Eu vejo isso, só que eu estou menos elástica. Já são quarenta e nove anos! (...) O pai brinca com eles. Ele brinca mais, muito mais, e isso é fundamental para eles brincarem. Eu tenho isso muito claro na minha cabeça. Ainda bem, e até estou, muito sinceramente, isso descansa-me um bocado, porque senão tivessem ninguém, se o pai fosse da qualidade da mãe, era mau, porque só trabalhavam! Mas o que é verdade é que o outro lado também não nos dá segurança só, só o brincar, não é? É o outro lado do meu marido, o brincar só. Eu vejo que se não houver um bocadinho o travão e responsabilizar e saborear o gosto de conseguir pelo trabalho as coisas, mesmo ficando muito cansado e tal, mas depois saber que teve um bom mais, como ele agora teve a português. Portanto, foi muito estudado e preparado, aquelas análises todas e aquilo tudo... Isto demora tempo e pronto e dá desgaste.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);  
Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

A esta divisão de papéis na relação entre pais e filhos que sobrecarrega exclusivamente a mulher acrescenta-se uma divisão das tarefas domésticas de igual modo diferenciada. Ao contrário das mulheres que, com outro tipo de *trajectória conjugal – hipergamia prioritária* - dão prioridade à vida familiar sobre a vida profissional, Genoveva não se poupa nas acusações que dirige ao marido no que toca à forma como este se desvincula do trabalho doméstico, “porque”, como sublinha, “sou verdadeira na relação”, pelo que o trabalho doméstico constitui um dos *focos de tensão conjugal*. Genoveva culpa-se a si própria por tomar sempre a iniciativa, da mesma forma que não deixa de responsabilizar a sogra, que “deve ter tipo culpa” no facto de ser “um bocado preguiçoso” e não ter iniciativa no que toca às tarefas domésticas, mas não deixa de concluir que a “dose de egoísmo” e o “comodismo” de Nuno, que “quando chega a casa, vai ver o telejornal”, “tem a ver com a pessoa”.

Eu faço mais! É indiscutível que eu faço mais! Mas também protesto, passo a vida a falar: “Parece que tenho três filhos! Tenho que acordar três em vez de acordar dois!”. Mas isso eu tenho a culpa, porque às vezes nós temos a mania que fazemos as coisas melhor e depois apanhamos mesmo. Eu acho que, aí, também tenho culpa, porque se eu deixasse por fazer tinha que ser feito, mas às vezes a pessoa vai arrastando querendo fazer as coisas todas e depois é claro, depois apanha. Quer dizer, é culpa minha e é culpa dele! Quando chega a casa, vai ver o telejornal, porque dá muita importância... Eu também dou! Mas eu tenho prioridades, e portanto o telejornal... As prioridades de cada um... Não significa que a pessoa é egoísta, mas eu acho que há uma dose de egoísmo... não sei se é egoísmo que se pode chamar, mas a pessoa a pensar nos seus gostos primeiro do que nos gostos dos outros... Vamos lá a ver, eu quando chego a casa apetecia-me sentar no sofá, se calhar com os miúdos, a ver qualquer coisa que gostasse! Eu sei que há aquele ritmo e que é preciso tê-lo, senão fica tudo... Se vamos nas calmas fazer as coisas e fazer tudo em tempos que não são continuados, depois às tantas não sai nada e à meia noite ainda estão as coisas a meias. Os jantares, os trabalhos de casa deles, a preparação dos testes... É essa coisa toda. (...) Normalmente, eu, quando tenho reunião venho mais tarde e dava-me um certo jeito... Mas ele faz isto um bocado por comodismo, mas dava-me um certo jeito que ele pensasse.... Aí, aí está o motivo de eu barafustar. Posso barafustar, porque sou verdadeira na relação e não vou dizer para outra pessoa. Mas o que é que ele faz? Às vezes eu chego e, em vez de ele estar à volta dos tachos, ou não sei quê, não está porque foi correr, porque precisa daquela escapadela, foi fazer qualquer coisa relacionada com alguma coisa que precisava de fazer e eu disse “Bem bonito, não é? Cheguei e não tinha nada feito”, mas se eu pedir “Descasca aí umas batatas e vai buscar um frango”, isso ele faz.(...) Barafustei porque não sou ajudada, na medida em que, às vezes, precisava. Se for preciso... Não é que ele desenvolva muito o trabalho nesse sentido. Não é uma pessoa que... Ele se quiser... Mas é um bocado preguiçoso, porque quando vivia sozinho ele fazia os cozidos e as sopas, ele comia em casa. Às vezes, ia comer à mãe. Mas comia em casa, até o fazia, não é? Ele lavava a casa dele e encerava e não sei quê... Eu acho que é assim também um bocado pelo passado, e aqui a mãe deve ter tido culpa. Mas, se calhar, ele também tem, porque ele tem mais dois irmãos e um até passa a ferro, até vinca as calças melhor que certas mulheres, não é? Portanto, tem a ver com a pessoa.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

O trabalho doméstico não constitui contudo o único *foco de tensão conjugal*. Uma divisão fortemente diferenciada ao nível dos papéis na relação entre pais e filhos, que reparte o casal entre a relação lúdica do pai com os filhos e uma relação mais séria e austera entre mãe e filhos faz prever, no entender de Genoveva, o conflito entre ela e o marido, que “vai ser muito mais liberal que eu”, quando os filhos entrarem na adolescência. Mas a relação pais-filhos constitui, de facto, no presente um ponto de tensão, não apenas pela relação diferenciada com os filhos de que Genoveva acusa o marido - “nós às vezes brincamos e às vezes é um bocadinho a sério, porque eu acho que ele é mais carinhoso com a filha do que com o filho (...) ele é capaz de

passar a vida a chamar a filha de princesa, o que me irrita!" -, mas também, e talvez sobretudo, pela possibilidade de Nuno ser fisicamente violento com os filhos: "Ele não bate, mas se lhe 'apetece', entre aspas". Provavelmente, é esta sombra da violência física com o filhos que cria a maior tensão na relação com o marido.

Eu não vou conseguir, isso eu sei, que eu não vou conseguir dormir uma noite inteira tendo o meu filho numa discoteca até às cinco da manhã ou a minha filha, por exemplo. Aí, eu e o meu marido, vamos ter problemas, nós vamos ter problemas, porque eu acho que ele vai ser muito mais liberal do que eu e vamos entrar em conflito. (...) O meu marido é assim: ele é capaz de passar a vida a chamar a filha de princesa, o que me irrita! Está tudo muito bem, muito bem, mas quando lhe chega a mostarda ao nariz, ele é capaz de tomar atitudes de... Ele não bate, mas se lhe "apetece", entre aspas, ou se se descontrolar, no sentido de que atingiu o limite dele, que nós não sabemos, às vezes, onde é que é! E é raríssimo acontecer! Raríssimo, felizmente! Ele fica sem controlo! É capaz de bater sem pensar no que está a fazer, porque já atingiu o limite! Em relação à filha, e nós às vezes brincamos e às vezes é um bocadinho a sério, porque eu acho que ele é mais carinhoso com a filha do que com o filho. É por ser rapariga...

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);  
Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

#### 10.4 O apoio do homem, o poder da mulher e a fusão conjugal

No que toca à dinâmica conjugal, os casais com *trajectórias hipogâmicas* destacam-se, desde logo, pela exaltação que as entrevistadas fazem do apoio que o cônjuge representa na prossecução dos seus objectivos relacionados com a formação e a carreira profissional, num contexto conjugal onde a comunicação tende a desviar-se para os assuntos referentes à profissão da mulher. Por outro lado, o facto de estas entrevistadas apostarem claramente mais na sua carreira do que os cônjuges traduz-se num reforço da sua posição na negociação conjugal, ainda que este reforço não resulte em desequilíbrio de poder nestes casais cuja reduzida abertura ao exterior reforça a dinâmica fusional. Sendo verdade que as conjugalidades com *trajectórias hipogâmicas* não se destacam por uma proliferação de *focos de tensão*, como acontece nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, o apoio mais activo do homem no que toca à autonomia e à realização pessoal da mulher através da profissão e da carreira, uma comunicação mais centrada na actividade profissional desta e a sua maior capacidade de negociação conjugal são factores que convivem com alguns conflitos que derivam quer da recorrente desvinculação do homem no que respeita ao trabalho doméstico, quer dos desacordos no plano da relação pais-filhos, quer ainda, e muito particularmente, da própria realização pessoal que, com frequência, a profissão do homem - muito menos decidido, nestes casais com *trajectórias hipogâmicas*, em apostar na vida profissional do que a mulher - não lhe proporciona.

### 10.4.1 O apoio necessário

Os casais com *trajetórias hipogâmicas* distinguem-se pela forma como a mulher valoriza o apoio que o cônjuge representa na prossecução da sua carreira profissional. Ao contrário dos casais com *trajetórias de hipergamia prioritária*, a comunicação conjugal tende aqui a centrar-se mais na actividade da mulher, ainda que as entrevistadas sublinhem o incentivo à profissão do marido e declarem uma abertura para os assuntos profissionais do companheiro. Helena, por exemplo, é peremptória em assinalar a extrema importância do “apoio de estímulo, de motivação” do marido, que “valoriza muito” a sua profissão. “Sem o apoio dele”, sublinha, “eu não tinha conseguido!”, reconhecendo que os dois falam frequentemente mais sobre a actividade profissional da entrevistada do que sobre o trabalho dele.

Falamos mais sobre o meu trabalho, porque se calhar eu falo com mais entusiasmo do meu trabalho. Portanto, eu domino mais, puxo mais o assunto - eu falo bastante sobre o meu trabalho - e porque ele também se interessa pelo meu trabalho. Eu vou para casa contar sempre coisas que aconteceram. Desde as relações com os colegas, à mudança de instalações do Instituto, ao projecto que tem que se fazer, à comunicação, aos relatórios, quer dizer, fala-se de tudo sobre o meu trabalho. (...) Eu sem o apoio dele não tinha conseguido! Completamente! (...) Para ter uma ideia da preocupação dele, o Herculano alertou-me alertou para não sair do local onde estou [como investigadora] para ir trabalhar para um bairro social. As coisas correram mal lá, e foi quase ele dizer-me “Eu bem te avisei!”, e que esperava que me tivesse servido de emenda. Em causa era eu estar a desperdiçar uma oportunidade de poder ter um percurso profissional neste instituto, apesar de não ser um percurso seguro, financeiramente seguro, mas de eu estar a desperdiçar uma oportunidade de fazer aquilo que eu gostava. Ele valoriza muito o meu trabalho. Tanto que este apoio também é o apoio de estímulo, de motivação, exactamente porque acredita em mim e acredita no meu trabalho e está sempre a picar-me no bom sentido, para eu andar para a frente.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

Helena sublinha que o apoio do seu marido não deixa de ser retribuído pela própria, porém, recorda que Herculano exerce advocacia contrafeito, uma actividade profissional que “não gosta” de exercer. Consciente desse desgosto, Helena confronta-se com as suas consequências, pois o facto de Herculano, com quem tem “vindo a aprender a lidar”, exercer a sua actividade profissional contrariado “mina”, segundo a entrevistada, “o relacionamento com os outros à volta”. Neste sentido, disponível para aceitar uma mudança radical – “eu continuo a achar que em qualquer idade se pode mudar de vida desde que se tenha vontade” – distingue o “valor” que atribui ao marido enquanto profissional, porquanto “se esforça por fazer o melhor que pode”, da “crítica” que lança à sua “opção”: “não valorizo no sentido em que acho que teria feito melhor se tivesse mudado”.

Claro que valorizo a actividade profissional dele. Uma coisa é a actividade profissional dele, outra coisa é a opção dele. Valorizo a actividade profissional dele porque acho que ele se esforça por fazer o melhor que pode, mas não valorizo a opção dele. Ou seja, não valorizo no sentido em que acho que teria feito melhor se tivesse mudado. Quer dizer, ele nunca está satisfeito com ele próprio, não se sente realizado, o que tem efeitos pontuais... Está difícil e o meu apoio é... Sinto-me um bocado incapaz, impotente. (...) Tenho vindo a aprender a lidar com ele mas continua a

ser um problema, porque o facto de ele fazer uma coisa que ele não gosta mina o relacionamento com os outros à volta, porque é natural que isso transpareça, porque está irritado, porque quando está a trabalhar não se pode fazer barulho... Mas eu continuo a ser crítica e eu continuo a achar que em qualquer idade se pode mudar de vida desde que se tenha vontade.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

Por sua vez, Ana recorda o desejo do seu marido de ter “seguido Direito”, mas não encontramos nas suas palavras qualquer crítica ao percurso profissional de Alfredo, por ventura pelo facto de este homem se sentir realizado como professor de Desporto no ensino secundário. Pelo “suporte familiar” e “emocional” que representa, Ana é talvez a entrevistada que menos elogios poupa ao cônjuge - “sempre me ajudou em tudo” – elogiando a presença e a intervenção do seu marido nas “fases complicadas” que, “em vez de afastar”, como reconhece orgulhosa, “só serviram para nos aproximar”. Quando, por exemplo, a avó da entrevistada, que de certa forma sempre assumiu grande parte do papel de mãe, se tornou dependente em virtude do estado avançado da doença de Alzheimer, Ana recorda que Alfredo compensou a ausência da própria mãe da entrevistada, que “não fez nada pela minha avó!”.

O Alfredo tem sido um bom suporte familiar e o meu suporte emocional, e é isso que me tem ajudado imenso! Eu só tive vantagens, porque o Alfredo é uma pessoa excepcional, é uma companhia, ajudou-me imenso, porque eu estava com a minha avó doente... É fantástico! Ele sempre me ajudou, sempre me ajudou na minha carreira, sempre me ajudou em tudo! (...) Mas o Alfredo ajudou-me imenso com a minha avó doente, com Alzheimer, não podia sair à rua... A minha avó tinha uma filha, e a minha mãe não fez nada pela minha avó! Isso coincide com os primeiros anos de casamento. Em 1987, ela começou a entrar na fase terminal e teve de ser internada. Eu, entretanto, já estava grávida quando deixei de tomar conta da minha avó, só ao fim de três anos. As fases complicadas da nossa vida só serviram para nos aproximar, em vez de afastar.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Se nos casais com *trajectórias hipogâmicas*, as entrevistadas valorizam o apoio do cônjuge no seu percurso profissional e na sua formação, este apoio pode circunscrever-se, para além de uma atitude incentivadora, a uma intervenção decisiva nos próprios projectos profissionais da mulher. É o caso de Lurdes, que reconhece abertamente que Sebastião “participa muito” e “sempre se envolveu na minha parte profissional”. Desde o tempo em que namoravam, Lurdes recorda o importante auxílio de Sebastião em todas as componentes que tinham de ser informatizadas. Hoje, com uma empresa em nome individual, Lurdes sublinha que não se trata apenas de uma questão de Sebastião “respeitar aquilo que eu gosto de fazer”, mas de um apoio “fundamental”, pois o seu marido sempre confiou nas suas decisões. “Mesmo quando eu lhe disse ‘olha não quero mais disto, quero sair da Associação’”, recorda Lurdes, “ele disse que estava bem, disse que estava bem!”: “Nós sabíamos que era um risco, embora a empresa tenha dado lucro no primeiro ano, graças a Deus! Mas era um risco!”. Sebastião tem uma “participação” activa que, com entusiasmo e iniciativa - “ele próprio procura coisas!” - permite

assegurar um conjunto de componentes decisivas, conquanto fora do alcance das competências da entrevistada, no funcionamento da empresa: “E mesmo nos materiais, é ele que faz a parte informática toda, é ele que trata da contabilidade porque eu números eu odeio e portanto não tenho aptidão nenhuma para fazer essas vendas pela Internet”. A ausência de apoio de Sebastião, como vimos anteriormente, no que toca ao trabalho doméstico parece ser aqui compensada com o seu incessante envolvimento - apesar da enorme diferença ao nível da formação profissional e das competências profissionais entre os membros casal - nos projectos profissionais da entrevistada.

Ele sempre se envolveu na minha parte profissional. Quando nós nos conhecemos e eu tive que fazer a tese, tinha que fazer gráficos e porcarias. Foi ele que fez, foi ele que fez tudo no computador. Portanto desde muito cedo. Depois eu fui para a Associação e é ele que gere a página da Internet da Associação ainda hoje! Foi ele que a colocou no ar! Percebe? Há uma coisa tão intrincada entre nós os dois que, por exemplo, se por obra do sino nós tivéssemos de nos divorciar era um deus nos acuda, porque há coisas que eu preciso que ele faça que eu não sei fazer! Isso dava muito trabalho! Nem pensar numa coisa dessas! Era muito complicado! Nós estamos muito... Eu respeito o caminho dele, e o caminho de desenvolvimento pessoal dele não é o mesmo que o meu. Ele costuma dizer que nós não estamos na mesma vibração. Mas ele respeita a minha vibração e eu respeito a vibração dele. Ele além de respeitar aquilo que eu gosto de fazer, ele próprio procura coisas! “Olha já viste isto? Isto interessa-te?”. É muito esse género, muito esse género! Ai, ele participa muito! Completamente! E mesmo nos materiais, é ele que faz a parte informática toda, é ele que trata da contabilidade porque eu números eu odeio e portanto não tenho aptidão nenhuma para fazer essas vendas pela Internet. (...) A ideia parte de mim. Agora, as coisas que eu tive a idealizar comecei logo a partilhar. Ou então ele também me pode lançar um repto e eu vejo se pego ou não pego. Ele, por acaso, lançou-me um, mas eu não peguei (*risos*). Desenvolver um programa sobre “a sexualidade nos défices cognitivos”? Hum, não, não pego! Mas já fiz o delineamento por exemplo de outro *cd* de fichas de actividades em que já lhe mostrei o delineamento e ele depois também dá ideias ‘olha, então se calhar podíamos fazer assim, assim, de outra maneira’. E pronto a ideia já tá toda no papel, já pus as progressões, já pus os objectivos, já fiz aquilo tudo e depois na roupagem é ele que entra. Eu faço o conteúdo e depois ele harmoniza aquilo, como é que aquilo deve aparecer num *cd*, com que cores, com que *design*, com que apresentação: o resto faz ele!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

No entanto, o facto de Sebastião ser “completamente” participativo nos projectos profissionais da mulher não contribui apenas para que a sua desvinculação do trabalho doméstico não se transforme, porventura, num “ponto de conflito” entre os membros do casal, mas também para alimentar o próprio sentimento de fusão conjugal.

Nós temos uma ligação tão forte! Não quer dizer que nós nos damos sempre bem. Às vezes um puxa para a esquerda, outro puxa para a direita, pelo facto de nós estarmos a dividir terreno, não é? É uma coisa territorial. E nós temos os dois personalidades muito fortes, mas acaba sempre por ficarmos juntos. Não tem volta a dar! Nós em termos emocionais, afectivos, profissionais temos uma coisa tão intrincada que é difícil deslindar esta relação.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

De resto, o apoio do homem parece resumir-se a colaborações pontuais quando a *trajectória hipogâmica* do casal se define menos pela distância construída no decurso da vida conjugal do que pelas suas características desde logo definidas na escolha do cônjuge, tal é caso do



casamento hipogâmico de Genoveva com Nuno, que, apesar da distância social, se aproximam pela imobilidade dos seus percursos profissionais.

Ele é colaborante se eu precisar. Por exemplo agora sou coordenadora das provas globais, não é? Se houver telefonemas mais longos por essa razão, pode-se mostrar às vezes um bocadinho incomodado, mas ele sabe muito bem que eu fiquei muito aborrecida de ser [coordenadora], mas tinha que ser e que isto, em termos de família, vai tirar um bocado de tempo com as reuniões, telefonemas e tudo. Eu digo-lhe "Vou ter a prova global de não sei de quê e sou sozinha", e se é preciso alguma fotocópia ou alguma coisa ele faz-me, ele colabora. Não está a ver se... como quem diz "Tu és e eu não sou". Portanto, roer as unhas de inveja, entre aspas, isso não.  
[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);  
Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

#### 10.4.2 Da consciência da desigualdade ao poder da mulher no casal

No que toca à negociação conjugal, a dinâmica nos casais com *trajectórias hipogâmicas* distingue-se pelo poder que uma maior aposta na profissão confere à mulher. O crescente distanciamento social da mulher em relação ao homem é acompanhado ora pela recusa em cuidar de familiares dependentes para além dos filhos (Helena), ora pela renúncia à sobrecarga feminina com as tarefas domésticas (Ana) ou ora ainda por uma atitude feminina de orientação do próprio percurso profissional do homem nos casos em que a superioridade social da mulher vai de par com uma superioridade etária (Lurdes).

Pese embora seja Helena quem aufera de maiores rendimentos e quem se dedique e passe mais horas no local de trabalho, a distância social no casal que resulta da sua maior aposta na profissão não se traduz numa inversão do modelo tradicional, que conferia a autoridade ao homem. Ou seja, o facto de Helena apostar mais na carreira profissional do que o seu marido contribui para o poder desta mulher na negociação conjugal, no sentido de uma divisão do trabalho doméstico mais "igualitária" que, por exemplo, a desvincula de qualquer dever para com a sua sogra, quando dependente. De resto, a entrevistada sublinha que "não há nunca uma decisão sem discussão, discussão no sentido de conversa, desde a decisão do que é o almoço à decisão se os meninos vão para a música ou para a nataçao!".

Também Ana defende que em sua casa, são ambos marido e mulher quem toma as decisões mais importantes, mas sempre vai referindo que, a este respeito, o seu marido não está de acordo consigo: "Geralmente ele diz que eu é que tomo as decisões, mas é em conjunto". Sendo certo que, a este respeito, ficamos sem saber de que lado está a razão, não deixa de ser importante destacar a forte consciência das desigualdades de género presente no discurso de Ana. Por um lado, quando lamenta que a sua mãe - "uma pessoa cultíssima" que "não seguiu carreira profissional" - não tenha "ido mais longe", em parte devido à sua educação - "Não quis porque foi sempre uma menina mimada e o meu avô era um homem muito rico" -, mas sobretudo

porque “o meu pai achava que era impensável a mulher do catedrático, a mulher do professor, trabalhar”. Por outro lado, quando recorda que a sua avó, um modelo decisivo na sua educação, viveu “à sombra da personalidade que o meu avô tinha” até “renascer” após a morte do patriarca, quando “tomou as rédeas, o poder nas mãos”; e, enfim, demonstra ter muito presente, ainda que não se considere “feminista”, que a sociedade em que vive é fortemente marcada pela desigualdade entre homens e mulheres, consciência da desigualdade esta que foi adquirindo no seu percurso profissional anterior à docência na faculdade.

A minha mãe é uma pessoa culta, é uma pessoa cultíssima! Como lhe digo, poderia ter ido mais longe, mas não quis. Não quis, porque foi sempre uma menina mimada e o meu avô era um homem muito rico! Depois não seguiu carreira profissional, porque o meu pai achava que era impensável a mulher do catedrático, a mulher do professor, trabalhar na altura e portanto a minha mãe acabou por ficar um bocado... (...) Eu tinha dezoito anos quando o meu avô faleceu. A partir de uma certa altura quando estava um bocado mais fragilizado, a minha avó tomou as rédeas, o poder nas mãos e renasceu praticamente, porque foi sempre uma pessoa que viveu, de alguma forma, à sombra da personalidade que o meu avô tinha. (...) Na minha profissão actual, nunca senti discriminação. Quando quis entrar para a profissão e sobretudo quando tentei entrar para outras áreas, aí... Se não fosse esta carreira, se fosse outra, eu teria problemas. Até porque quando eu comecei a concorrer para uma série de áreas, via os meus colegas com habilitações inferiores às minhas ou com as médias inferior à minha a entrarem, porque eram homens... E também fiz a selecção de pessoal, também assisti à cena do outro lado: tudo quanto é mulheres vai para o caixote do lixo! Ou então faziam aquela coisa horrorosa que se fazia que era: se era solteira, era porque ia casar; se era casada, era porque ia ter filhos... Era tudo para o caixote do lixo! Com o meu mau feitio, achei sempre um horror! Eu sou contra! Quer dizer, não é o ser feminista, porque eu até sou contra o facto de haver um dia da mulher. Por que é que há um dia da mulher?! Pressupõe que todos os outros dias são do homem! Essas coisas, para mim... Uma pessoa tem capacidades ou não tem! Como eu estive no outro lado, fiz provas de selecção de pessoal, via que, de facto, havia discriminação. Pessoalmente, nunca a senti. A não ser naqueles momentos, quando se acaba o curso e se concorre aos primeiros locais de trabalho e ver que os colegas, que tinham médias mais baixas, e entravam porque eram homens. Portanto, tinha que haver algum critério que levasse a que eles fossem admitidos e que eu não fosse.

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

Já Lurdes, também ela apologista de que as decisões importantes devem ser tomadas em conjunto, revela ter tido sempre uma atitude de orientação muito interventiva na formação e no próprio percurso profissional do seu marido. Herdando declaradamente a atitude insubmissa da sua avó paterna – “era a minha avó que mandava” - Lurdes orgulha-se de nunca ter tido patrões ou trabalhado com alguém que lhe desse “ordens” e, neste sentido, de o seu percurso profissional, pese embora a adversidade, ter sido sempre o resultado da sua vontade: “fui eu um bocado que quis fazer o meu caminho em termos profissionais, o que é que eu queria fazer, para onde é que eu queria ir”.

Eu nunca tive patrões! Não é que me dê mal com a autoridade, mas com a autoridade dos outros para os outros! Nunca tive patrões! Mesmo quando comecei a trabalhar na Associação, nós tínhamos um director clínico, mas ele não dava ordens! A mim não me dava ordens! Não sei lidar bem com isso. E portanto sempre fui eu um bocado que quis fazer o meu caminho em termos profissionais, o que é que eu queria fazer, para onde é que eu queria ir.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

A dinâmica do casal deve hoje muito à própria relação profissional entre Lurdes e Sebastião, onde mais do que nunca se evidencia a diferença entre as personalidades e as competências profissionais de cada um. A entrevistada define-se pela incessante inquietude e um comportamento dinâmico, empenhado e persistente.

Eu não consigo estar parada. Estou sempre a ruminar, é a palavra para isso. Eu tenho uma mente ruminante! Eu continuo sempre a estudar, eu preciso sempre de estudar, eu preciso sempre de criar. Estudar e criar. Tenho que fazer obra. Recolho muita informação mas depois tenho que fazer qualquer coisa. Eu sou muito chata quando eu encontro qualquer coisa nova que me satisfaz eu tenho que a estudar até à exaustão e tenho que a estudar em todas as perspectivas. Tenho de perceber se ela de facto faz sentido para mim e para as outras pessoas a quem eu vou recomendar. Envolve-me muito naquilo que estou a estudar e depois tenho que ter uma aplicação daquilo.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Por sua vez, Sebastião é apresentado como alguém a quem os próprios pais, no que toca aos estudos superiores, “davam como perdido”, até conhecer Lurdes, que começou por impedir que ele desistisse de uma formação universitária. Após confrontar-se com a doença e ter-se consciencializado da necessidade de uma actividade profissional não rotineira e que lhe permitisse ser “criativa”, Lurdes fez aplicar as suas novas convicções ao próprio percurso profissional do marido, levando-o a evitar empregos que não lhe permitissem, segundo ela, explorar a sua “criatividade”. Geógrafo de formação e profissão, sete anos mais novo que Lurdes, Sebastião auferiu desde sempre rendimentos inferiores à entrevistada, sendo o desfasamento máximo precisamente quando se casaram, pois ele ainda estava a concluir a licenciatura, enquanto ela já trabalhava há sete anos. No ano em que nasceu o filho do casal - já Lurdes tinha adaptado a sua vida profissional às limitações da doença que a atingiu - Sebastião é levado pela entrevistada a aceitar a oportunidade de mudar para um emprego, no entender desta, mais desafiante, na Câmara Municipal do Barreiro, trocando, contrariado, a estabilidade de um lugar de “quadro superior na empresa” por uma situação “sempre a contratos” que duraria apenas três anos, mas que, insiste Lurdes, era “muito mais consentâne[a] com a criatividade dele”.

Eu fiz força para ele ir para a câmara do Barreiro porque eu vi que a criatividade dele, olhar para a cartografia todos os dias, não sei quantas horas por dia...! Eu já estava cheia de pena dele! Está a ver o que é que é aquela linha de montagem, em vez de ser sapatos é de computadores e todos virados na mesma direcção a olhar para os mapas?! Eu acho que endoidecia, eu acho que ensandecia, se tivesse a fazer aquele trabalho! Coitado do meu marido! E depois surgiu a possibilidade, porque um amigo dele estava lá num gabinete no Barreiro e ele convidou-o. E o Sebastião já estava no quadro da empresa e quando surgiu aquela possibilidade ele estava com um bocado de receio: “Então eu vou sair do quadro da empresa?”. E eu disse: “Vais, vais! Vais para o Barreiro, vais!”. Ele já era quadro superior na empresa, e ele foi para lá para o Barreiro como geógrafo estagiário, porque eles não tinham lugar no quadro. Havia a possibilidade depois de abrir concurso... Mas eu achei que ele ia estar muito mais livre, tinha que fazer coisas diferentes, não é sempre a mesma coisa! Tinha solicitações diferentes, projectos diferentes! E eu achava que isso era muito mais consentâneo com a criatividade dele. Eu tinha imensa pena dele!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Mas nem sempre a atitude interventiva de Lurdes no que toca ao percurso de Sebastião chegou a bom porto. Mais recentemente, quando se tornou empresária em nome individual, estava Sebastião desempregado, Lurdes propôs-lhe que fosse trabalhar “para ela”, mas a proposta foi declinada por razões diversas, para além do facto de a família não ficar apenas dependente da empresa criada por Lurdes, entre as quais se destacam o “temperamento” que o marido aponta à entrevistada enquanto “patroa”, o gosto do homem pela sua profissão de geógrafo e, enfim, a necessidade de, fora da alçada profissional da mulher, este encontrar o “seu espaço”.

Eu já tentei depois de criar a empresa, chamá-lo para ao pé de mim ‘ele diz que não porque eu sou má patroa, sou muito temperamental (risos) Não quer vir trabalhar para mim. (risos) Eu acho sinceramente que ele gosta daquilo que está a fazer. Ele gosta da participação que ele tem nos meus trabalhos, mas ele gosta daquilo que está a fazer. É o seu espaço também, sabe? Eu acho que são várias circunstâncias, também eu acho que monetariamente não ser tudo a depender da mesma coisa. Ah, mas também se junta o facto de ele gostar daquilo que está a fazer, de ter o seu espaço, de ter que sair de casa de manhã, o seu ritual, de almoçar lá com os amigos, o seu cafézinho. Ele não pode estar muito confinado, não pode estar muito confinado que ele começa a esparvalhar. É por isso que eu gosto que ele saia!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

O sentimento de superioridade que a diferença de idade em relação ao cônjuge confere a esta mulher é muito evidente quando Lurdes recorda a necessidade de, com a gravidez, delegar no homem a preocupação de administrar as “contas” do casal, preocupação essa que, como ironiza, tem contribuído para o amadurecimento de Sebastião: “Quando descobri que estava grávida, entreguei-lhe o *dossier* das contas e assim se conserva até hoje: ‘Agora vais tu administrar as contas!’. E ele agora administra as contas. Tem-se feito um homenzinho! (risos) Dá responsabilidade!”.

Finalmente, é de sublinhar que em todos os casais com *trajectórias hipogâmicas*, a organização do dinheiro permite uma redistribuição dos rendimentos auferidos pelos dois parceiros, o que contraria, no plano económico, a distância social no casal. Helena e Herculano tiveram “sempre uma conta onde se vai metendo o dinheiro e de onde se vai tirando à medida que se precisa”. Também Lurdes e Sebastião, depositam os seus ordenados numa conta comum, fazendo por levar à prática a figura jurídica do “casamento com comunhão de bens”, pelo qual optaram. A crença nos princípios fusionais desta forma de organização do dinheiro é de tal ordem que leva Lurdes a questionar a própria vida conjugal sem essa gestão comunitária dos rendimentos.

Temos uma conta. É tudo da mesma carteira. Mesmo quando só eu ganhava, ele tinha o cartão. O dinheiro era dos dois! E nós pagamos na conservatória para ter comunhão de bens, porque por defeito é comunhão de adquiridos. Agora não sei como é. Nós pagamos para ter comunhão de bens. Eu tenho amigos... Eu tenho uma amiga que me diz: "eu já pedi dinheiro emprestado ao meu marido". Eu acho aquilo tão estranho e digo em tom de brincadeira: "Então vocês, à noite, partilham fluidos, mas o dinheiro, não?!". O dinheiro é mais importante que a intimidade!? Na intimidade partilha-se tudo, mas o dinheiro, não! Está cada um na sua conta. Mas se vivem bem com isso, então, oh pá, está tudo certo!

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;

Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Por sua vez, talvez seja Genoveva quem de todas estas entrevistadas mais defende a colocação dos rendimentos num bolo comum como princípio inerente à própria vida conjugal e familiar: "o dinheiro é único em casa para duas pessoas". Genoveva invoca a forma como foi educada para justificar esta gestão fusional onde "não há cá divisão de dinheiros, não há divisão de nada", mas a existência de uma desigualdade entre os cônjuges a favor da mulher - desde a diferença no plano dos recursos educacionais e das profissões que os cônjuges exercem à forte desigualdade ao nível dos rendimentos, auferindo esta mulher um salário que representa mais do dobro do auferido pelo seu marido - parece reforçar a necessidade de que a própria dinâmica de funcionamento do casal e da família anulem a distância social no casal. Todavia, sublinhe-se que esta necessidade tem subjacente uma diferença de género no que toca à imagem social da heterogamia, imagem essa que é negativa quando a distância social no casal joga a favor da mulher. Tal como observa a entrevistada, "em termos da nossa sociedade, o homem e a mulher, todos em geral, ou alguns em especial, ainda têm muito aquela imagem do homem ser o líder em termos económicos na família".

Foi ponto assente, desde sempre, que nunca haveria comparações. Mas assumido, dito pelos dois e vivido inteiramente por mim. Eu nunca fiz comparações! Eu digo-lhe: "Tu ganhas o que podes, o que te dão, aquilo que é possível, e eu ganho aquilo que posso". Portanto, o que interessa é que somado dá  $x$ . Não há um inferno em casa porque ele ganha menos e eu ganho mais. Não acontece nada disso. Para mim, não há cá divisão de dinheiros, não há divisão de nada. Como fui habituada, o dinheiro é único em casa para duas pessoas. É evidente que um ponto assente entre nós é que a diferença de curso não ia pesar nunca. Ele conheceu-me e não tinha nenhum curso. Eu tinha o meu curso, mas não foi isso que nos aproximou. Portanto, se isso não nos aproximou, também não era isso que nos ia afastar. O facto de haver aí diferenças em termos monetários... É evidente que há uma diferença grande nos salários: eu ganho mais do dobro que o meu marido ganha. Mas isto, em termos da nossa sociedade, o homem e a mulher, todos em geral, ou alguns em especial, ainda têm muito aquela imagem do homem ser o líder em termos económicos na família.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, técnico profissional – administração pública; dois filhos]

Já Ana e Alfredo colocam respectivamente os seus ordenados em contas individuais, mas, como precisa a entrevistada "quando os dois têm pagam os dois, quando um não tem, paga o outro". Na verdade, a separação dos ordenados em contas bancárias individuais poderia dar aso a consumos separados, se os rendimentos auferidos por estes dois professores fosse suficiente para gastos mais supérfluos ou ambiciosos, tais são as "discrepâncias" no casal no que toca às

preferências de consumo, mas este é um problema que não se coloca, pois, como ironiza a entrevistada, “geralmente ficamos os dois ‘tesos’ na mesma altura”.

Ele tem a conta dele, do ordenado, e eu tenho a minha. Quando os dois têm pagam os dois, quando um não tem, paga o outro. Mas geralmente ficamos os dois “tesos” na mesma altura. (*risos*) Eu é assim: chapa ganha, chapa gasta. E gasto muito dinheiro em livros e em discos e nessas coisas. E ele prefere investir mais em imóveis, na casa, em obras, pequenas obras; porque comprar uma casa, neste momento, não faz sentido; porque a pagar 200 contos de colégio, não dá. Mas, pronto, assim estas discrepâncias, mas conseguimos conciliar, porque no dia em que eu não puder comprar o jornal todos os dias, não puder comprar os meus discos, não puder comprar os meus livros, aí acho que está mesmo mal. Prefiro isso a ter um sofá!

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

### 10.4.3 O casal com os filhos e o exterior

Nos casais com *trajectórias hipogâmicas* não se observa a procura por um tempo exclusivamente destinado ao casal. Helena sublinha explicitamente que ela e o marido, como casal, não só “raramente estamos sozinhos” como não “procuramos estar sozinhos”, considerando com humor que, como casal, são “daquela raça que gosta de andar sempre com os filhos atrás”. Sendo óbvio que o facto de terem três filhos não é alheio a esta quase ausência de tempo exclusivamente destinado ao casal, Helena faz um balanço positivo do sentimento ambivalente em relação à chegada dos filhos. A progressiva “perda de espaços, de intimidade, de estarmos sozinhos um com o outro” vai de par com “uma maior cumplicidade, uma maior proximidade”, porque “os filhos criam, geram laços novos entre as pessoas”, que neste caso resultam numa fusão do casal com a família e, nas palavras de Helena, numa “união ou um carinho, um sentimento de ninho muito forte”.

Acho que os nossos filhos alteraram os modos de vida. Tivemos muito menos tempo um para o outro porque, pronto, temos três para tomar conta. Mas, por outro lado, acho que também os filhos criam, geram laços novos entre as pessoas. Portanto, o facto de termos ali três seres que foram feitos de nós os dois, e que já estamos juntos há dezasseis, dezassete anos, cria uma união ou um carinho, um sentimento de ninho muito forte. Portanto, altera positivamente! As alterações também podem ser positivas nesse sentido! Há uma maior cumplicidade, uma maior proximidade. Por outro lado altera de uma forma negativa, que é uma perda de espaços, de intimidade, de estarmos sozinhos um com o outro... Raramente estamos sozinhos um com o outro, também porque somos daquela raça que gosta de andar sempre com os filhos atrás. Não procuramos estar sozinhos, porque gostamos de estar com eles. E não vamos sair os dois sem levar os filhos! Não nos passa pela cabeça ir de férias sem os filhos! Connosco, os filhos vão sempre atrás!

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;

Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

Entre Helena e Herculano “não há assim grandes divergências” no plano dos gostos individuais, mas já Ana e Alfredo “tentam conciliar”, procurando nalgumas afinidades um pretexto de fusão: “Ouvimos em conjunto a música que gostamos em conjunto”. Esta professora universitária confessa que existem múltiplas divergências entre os seus gostos e os gostos do

marido, professor de Desporto no ensino secundário, mas os “interesses comuns” e “o facto de sermos ambos professores e lidarmos com os filhos dos outros” são factores de “conciliação” do casal. De resto, à semelhança de Helena e Herculano, Ana considera que ela e o marido são “muito pai-galinhas e, portanto, os tempos que temos passamos em conjunto”.

Há interesses comuns. E o facto de trabalharmos em educação... O facto de sermos ambos professores e lidarmos com os filhos dos outros... Isso acho que nos aproxima. Ele muito, muito arrumado. E eu sou muito desarrumada. Eu adoro música clássica, adoro ópera. Ele detesta ópera. Eu gosto de alguma música brasileira, algum jazz, mais dos *standards*, jazz mais clássico. Agora, a música clássica não é com ele. Eu sou melómana, passo-me da cabeça com os discos, chego a comprá-los às escondidas. Os discos estão a ficar um bocado encavalitados e a ocupar muito espaço. Mas tentamos conciliar. Somos muito pai-galinhas e, portanto, os tempos que temos passamos em conjunto. Ouvimos em conjunto a música que gostamos em conjunto. Nem ele me impõe as coisas que ele gosta, nem eu lhe imponho as que gosto. E cinema, gostamos muito de cinema vamos, às vezes, ao teatro. Na leitura temos gostos muito parecidos, embora eu gosto muito de policiais e ele não gosta tanto, mas partilhamos o gosto pela leitura, pela poesia...

[Ana, 43 anos, historiadora e docente do ensino superior;

Alfredo, 41 anos, docente do ensino secundário (Desporto); dois filhos]

No caso destas entrevistadas, a falta de tempo dedicado ao casal é fruto de uma opção pelo tempo em casal com os filhos, mas no caso de Nuno e Genoveva, uma invocada falta de tempo justifica, no entender desta mulher, que o desejo de momentos mais prolongados apenas com o marido não passem hoje de desejos que, precisamente em virtude de não se poderem concretizar, devem ser reprimidos: “eu não alimento as coisas nem penso nelas quando não as posso ter”.

Na verdade, eu não vejo grande viabilidade em ter tempo livre sem os filhos. Quando eu estava grávida da minha filha, fomos à Grécia os dois. Foi a última vez que estivemos assim verdadeiramente sozinhos. Não é fácil. Não é fácil, nem é possível, porque durante o dia eu estou ausente e o meu marido também, quando nós estamos um pouco os dois é à noite depois de os miúdos se deitarem, porque, de contrário, não há hipótese. Ao fim-de-semana, eles estão presentes sempre. Eu não vou despejar os filhos em casa dos avós, nem nada disso. Nem sou do género de ir despejar a casa dos amigos. Eu não alimento as coisas nem penso nelas quando não as posso ter. Portanto, eu sei que não é possível. Porque eu não vou entregar os meus filhos aos meus sogros, porque não tenho confiança com eles. Não vou entregar aos meus pais, porque não pode ser. Porque na minha mãe tenho mais confiança do que em mim própria, mas não pode ser por questões de saúde - nem é tanto da idade, ela tem setenta e um anos... Porque eles são teimosos e a minha mãe é uma pessoa preocupada, e pronto.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);

Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]

Já Lurdes considera que “há sempre essa possibilidade” de passar tempo sozinha com o marido. Para além da sua profissão de geógrafo, Sebastião trabalha com a entrevistada na empresa dela, o que permite, segundo Lurdes, que o casal passe bastante tempo junto, sobretudo quando têm de se ausentar para promover os produtos da empresa. O contexto de colaboração profissional entre cônjuges não contribui aqui apenas para a própria fusão conjugal, mas acaba também por realçar - porquanto essa colaboração se alimenta da complementaridade de aptidões e competências - as diferenças ao nível dos gostos e das preferências individuais de uma forma positiva.

Sempre que procuramos temos o nosso tempo. Há sempre essa possibilidade. Mas nós também procuramos... Ele vai sempre acompanhar-me nas formações e, então, aproveitamos esse tempo para estar juntos. Ele vai sempre comigo! Por exemplo, quando foi no Canadá, ele foi comigo. (...) Ele acha que está um bocadinho lá atrás, porque há coisas que eu falo e ele "quê?", "diz lá isso em português". E no entanto são termos e são livros que ele vê em cima da mesa... Por exemplo, é muito complicado para o Sebastião pegar num livro e ler. Eu já desisti, ao fim de dez anos de casamento eu já desisti, quando ele solicitar eu dou-lhe os livros para ler. Mas é muito difícil para ele. Eu leio até à exaustão, ele ontem eu estava com uma enxaqueca até aos pés, uma coisa, mas ele trouxe-me eu pedi-lhe para imprimir uma coisa que eu tinha pedido da *net* e eu li setenta páginas ali num ápice. Eu preciso daquilo! É droga! Eu preciso daquilo! E ele estava no computador a fazer o que tinha para fazer. Quer dizer, se lhe der qualquer coisa no computador, qualquer coisa que ele tenha que fazer, é tipo o filho: precisa de mexer! Eu preciso de ler, o meu alimento é de outra maneira. Mas nós respeitamo-nos um ao outro e nisso ele é um apoio fundamental.

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

Finalmente, a abertura fraca da família ao exterior é uma característica dos casais com *trajetórias hipogâmicas*, contudo, alguns casais são mais fechados do que outros. Entre estes encontram-se Genoveva e Nuno, cujo fechamento em relação ao exterior é sobretudo fruto de constrangimentos com os encargos familiares: "Tenho algumas pessoas muito amigas que estão sempre disponíveis e, por serem amigas, sabem que a disponibilidade dá para a pessoa estar dois ou três meses sem falar, mas entendem". A este respeito, se Genoveva e Nuno convivem esporadicamente com os "poucos" amigos que têm, também é verdade que existe uma diferença entre os dois que é resultante de uma divisão sexual do trabalho muito diferenciada. Ao contrário do marido, que sai com os filhos aos fins-de-semana para passear, Genoveva não se sente autorizada para acompanhá-los, pois "o dia-a-dia é muito intenso e ao fim-de-semana eu tenho que organizar a minha vida, senão fico descontrolada eu própria em termos de compras, em termos de comida". Por sua vez, Helena e Herculano, pais de três filhos, estão quase sempre com os filhos em lugar de saírem para conviver ou receber amigos, ainda que Helena, ao contrário de Genoveva, confesse que se trata de uma "preferência": "preferimos estar em casa com os filhos". Contudo, deve notar-se que esta "preferência" não é tomada sem o constrangimento da inexistência de "condições logísticas" inerentes à co-residência de familiares dependentes, ou mesmo das "vidas complicadas com filhos" dos amigos com quem, de outra forma, conviveriam.

Eu não tenho muitas pessoas amigas mesmo, não tenho muitas... Tenho algumas pessoas muito amigas que estão sempre disponíveis e, por serem amigas, sabem que a disponibilidade dá para a pessoa estar dois ou três meses sem falar, mas entendem. Quando eu falo com a Alexandra ou com o Jorge, ou mesmo com outras pessoas, eu sei que não estão magoadas... O meu marido também é assim, mas gosta imenso de conviver. Não é por gosto próprio. (...) O sair todos os fins-de-semana com eles eu não saio. É uma tontice, só que o dia a dia é muito intenso e ao fim-de-semana eu tenho que organizar a minha vida, senão fico descontrolada eu própria em termos de compras, em termos de comida, e portanto aquela saída às vezes ao sábado e ao domingo, de ir andar de bicicleta e estar calmamente a ler o jornal eu tenho dificuldade em tê-la, porque depois eu estou lá mas não estou, quer dizer, não sinto satisfação nenhuma nisso.

[Genoveva, 49 anos, docente do ensino secundário (Ciências Naturais);  
Nuno, 49 anos, classificador arquivista; dois filhos]



Nunca fomos muito de sair. Quer dizer, sempre preferimos estar em casa com os nossos filhos. Ir lá a casa é complicado porque a nossa vida... Quer dizer, por causa do primo do meu marido, que vive connosco. Se não fosse isso, sairíamos mais e receberíamos mais pessoas lá em casa. Há dois anos atrás não só vivia o primo do meu marido como também vivia a minha sogra, que estava acamada e esteve lá um ano e meio. Portanto, nós não temos muitas condições logísticas para receber pessoas em casa. Por outro lado, ir a casa das pessoas também é complicado porque temos que levar o primo do meu marido atrás, porque não vamos deixá-lo sozinho! Por outro lado, os nossos amigos também têm vidas complicadas, com filhos, com profissões. É tudo um bocadinho difícil.

[Helena, 40 anos, socióloga e docente do ensino superior;  
Herculano, 42 anos, advogado - consultório próprio; três filhos]

Já no caso de Lurdes e Sebastião, há uma maior abertura da família, mas apenas circunscrita à recepção de familiares ou amigos da entrevistada - "lanches ao fins-de-semana em que podem vir os meus sogros ou os meus pais, a madrinha do meu filho e a mãe e os meus amigos" - sendo quase exclusivas do homem as saídas para conviver com os amigos. Em virtude de trabalharem juntos fora do horário de trabalho de Sebastião, é a própria entrevistada a promover a sociabilidade masculina junto do marido como "uma coisa que lhe faz imenso bem": "eu não tenho que andar sempre a tiracolo dele!". Mas este incentivo de Lurdes não deixa de demonstrar, mais uma vez, a sua iniciativa na formação de Sebastião como "homem" e, sobretudo, o "homem" que pretende de um marido ainda "muito familiar".

Ele, com os amigos dele, como são homens, não me convidam para os copos. Também não levam as esposas, as respectivas. São os amigos do trabalho ou os amigos do Montão que também já eram amigos dele e que também costumam sair, fazer jantaras ou tomar um copo. E também é uma coisa que eu promovo muito, porque eu acho que o Sebastião trabalha imenso e eu não tenho que andar sempre a tiracolo dele! Gosto que ele saia com os amigos. Gosto porque acho que lhe faz bem, porque nós acabamos por estar sempre juntos, mesmo nas formações ele vai sempre comigo e embrenha-se muito no meu trabalho e acho que aquele tempo é um tempo dele, de homens, de conversas de homens, de mulheres. Mas acho que é uma coisa que lhe faz imenso bem e que eu sempre promovi muito, porque ele é muito familiar. Depois os meus amigos também são amigos dele (*risos*). Os homens de lá são os homens de lá. Quando fazem coisas em que eles levam as respectivas, eu também vou, com certeza! Agora, quando é para beber um copo em que eles vão falar parvoíces, quer dizer, não tem cabimento! (*risos*)

[Lurdes, 41 anos, psicóloga e empresária em nome individual;  
Sebastião, 33 anos, geógrafo – técnico superior da função pública; um filho]

## Conclusões

O presente trabalho de investigação sociológica confrontou-se com dois principais desafios, ambos convergindo numa análise consistente sobre o papel do casamento e da vida conjugal nos processos de diferenciação social.

O **primeiro desafio** prendia-se com **uma avaliação da escolha do cônjuge enquanto momento decisivo na cristalização das clivagens sociais em Portugal**. Tendo por base os resultados do inquérito *Famílias no Portugal Contemporâneo* que nos proporcionou uma abordagem extensiva e estatisticamente representativa de famílias portuguesas com filhos, foi possível auscultar uma diversidade de critérios que intervêm na escolha do cônjuge.

Este primeiro desafio implicou assumir uma posição crítica face às propostas teóricas e aos trabalhos empíricos (capítulo 1) sustentados naquilo que, em lugar de um pressuposto teórico, consideramos tratar-se de uma crença - radicada na esperança de que a escolha do cônjuge se libertaria dos condicionalismos de natureza social - desde logo implícita nas propostas de Burgess (1963/45), para quem a família representava um espaço crescentemente dominado por lógicas afectivas, protegendo os indivíduos das lógicas de competição exteriores à vida familiar. A crença numa escolha livre foi também partilhada por Parsons (1971/1949). Sustentando que a estrutura cultural regula normativamente a acção sobretudo por via dos constrangimentos resultantes da codificação das normas, o funcionalismo parsoniano menosprezou o peso das diferenças sociais no momento da escolha do cônjuge. Assim, ao privilegiar os constrangimentos exercidos pelos processos de institucionalização no plano normativo, anteviu na progressiva perda de uma intervenção directa dos pais ou da família na escolha do cônjuge o esvaecimento da "função" do casamento na diferenciação social. De resto, são diversos os estudos que, adoptando perspectivas psychologizantes da escolha do cônjuge, se contradizem nos seus resultados (Adams, 1979), reduzindo os seus objectivos à procura de explicações de preferências individuais ou traços de personalidade, sem tomarem em atenção que as escolhas dos indivíduos se exercem no contexto de realidades sociais e são, necessariamente, tecidas por articulações complexas entre factores de níveis micro e de níveis macro.

À medida que estes trabalhos proliferaram, outros investigadores - entre os quais se destacam Girard (1981/1964), Bozon e Héran (1987) - vieram questionar tal crença numa escolha livre de condicionalismos sociais, reafirmando ao invés, por via de pesquisas estatisticamente sustentadas, a persistência dos critérios de natureza social na escolha do cônjuge, em particular, critérios de proximidade social e cultural, que indiciavam a importância decisiva do casamento na diferenciação social. Todavia, entre as diversas interpretações da

homogamia social, escasseiam os autores e os trabalhos - com a devida exceção das propostas críticas de Singly (1987) e de Delphy e Leonard (1992) - que questionam o facto de, invariavelmente, as análises sobre o papel do casamento na diferenciação social se circunscreverem ao momento da escolha do cônjuge, sendo a este respeito evidente o alheamento generalizado face às cumplicidades e aos compromissos entre o trabalho e a família subjacentes nos fenómenos de mobilidade social, como se o posicionamento dos indivíduos na estrutura sócio-profissional, as suas aspirações de carreira e, sobretudo, a concretização de tais aspirações (Levy *et al.*, 2007) fossem refractários das dinâmicas familiares que os envolvem e, em particular, das complexidades de que se reveste a própria articulação entre a vida profissional e a vida familiar.

Nesta primeira etapa da pesquisa, respeitante à formação do casal e à homogamia, avançámos três **hipóteses** equacionadas no quadro da interpelação aos pressupostos teóricos apriorísticos de uma escolha do cônjuge liberta de condicionalismos sociais. Uma primeira hipótese, mais geral, prendeu-se justamente com *a existência de diversos constrangimentos estruturais e condicionalismos radicados na diferença sexual que se impõem na escolha do cônjuge*. A segunda hipótese surgiu do pressuposto de que *os constrangimentos estruturais e condicionalismos radicados na diferença sexual presentes na escolha do cônjuge se consubstanciam mais frequentemente em critérios de proximidade social, resultando assim na prevalência de um conjunto de padrões matrimoniais homogâmicos e hipogâmicos*. A terceira hipótese relacionou-se com o pressuposto de que *os contextos de interacção, ao proporcionarem o encontro entre indivíduos socialmente próximos, funcionam como mecanismos na mediação entre a estrutura social e as escolhas individuais*.

O **segundo desafio** consistia então em **questionar tal circunscrição da análise do papel do casamento na diferenciação social ao momento da escolha do cônjuge**, propondo em alternativa uma abordagem dinâmica capaz de conceber a distância social entre os cônjuges como um processo que se desenvolve para além da formação do casal, por um lado, e captar os modos como diversos factores interagem e intervêm nesse processo, por outro (capítulo 2). Perante os limites heurísticos do conceito de homogamia, sobretudo quando se trata de averiguar o contributo do casamento na diferenciação sexual por via do funcionamento da vida conjugal, revelou-se então necessário formular outro conceito, que possibilitasse explicar a homogamia como um processo de distanciamento ou aproximação social no casal.

Nesta segunda etapa da pesquisa, enunciámos um conjunto de **hipóteses** que se consubstanciam nos eixos de desenvolvimento de uma abordagem alternativa e dinâmica da homogamia social. Em primeiro lugar, partimos da hipótese de que *a configuração homogâmica*

do casal no momento da sua formação, sendo reveladora do peso da proximidade social na escolha do cônjuge, tende a dar lugar durante a vida conjugal à distância social no casal. Em segundo lugar, partimos do pressuposto de que a distância social no casal emergente ao longo da vida conjugal favorece mais frequentemente o elemento masculino. Em terceiro lugar, presumimos que as estratégias elaboradas pela mulher no sentido da articulação entre a vida profissional e a vida familiar contribuem de forma decisiva para explicar a distância social no casal construída no decurso da vida conjugal. Em quarto lugar, colocámos como hipótese o condicionamento das estratégias de conciliação família-trabalho pelos constrangimentos e vicissitudes com que se deparam as mulheres que as empreendem. Por último, partimos da hipótese de que a explicação da distância social no casal resulta sobretudo do modo como as estratégias de conciliação família-trabalho interagem com a própria dinâmica de funcionamento do casal e da família e a divisão familiar do trabalho.

Propusemos então um **conceito dinâmico**, designado de *trajectória conjugal*, que permitiu, com efeito, identificar as alterações da distância social no casal, bem como dar conta dos factores que estão na origem de tais transformações. Por *trajectória conjugal* entendemos a configuração que assume o conjunto dos processos que actuam na articulação entre a vida profissional e a vida familiar no decurso da conjugalidade. Entre esses processos destacam-se as **estratégias de conciliação família-trabalho**. Reportando-se às “escolhas” das mulheres tomadas de acordo com as suas orientações normativas no que se refere à aposta na vida profissional, à disponibilidade para a maternidade e a família e à eventual prioridade da carreira profissional do homem, as estratégias de conciliação família-trabalho resultam assim das atitudes face à necessidade de articular a vida profissional e a vida familiar. A partir da análise do conteúdo de vinte e sete entrevistas a mulheres casadas, com filhos, detentoras de um grau de ensino superior, com profissões qualificadas e residentes na Área Metropolitana de Lisboa, observámos quatro tipos de *trajectória conjugal* - **trajectórias de hipergamia prioritária** (capítulo 7), **trajectórias de hipergamia progressiva** (capítulo 8), **trajectórias homogâmicas** (capítulo 9) e **trajectórias hipogâmicas** (capítulo 10) - consoante a distância social entre cônjuges que, entretanto, se produziu no decurso da vida em casal, demonstrando-se que tal distância não é alheia à divisão familiar do trabalho, à dinâmica conjugal e, enfim, aos modos de articulação entre a vida profissional e a vida familiar. Que as *estratégias de conciliação família-trabalho* se tenham revelado decisivas, de par com as lógicas de divisão familiar do trabalho e a própria dinâmica conjugal, na configuração de *trajectórias conjugais* de tipos diversos não constitui surpresa, uma vez que partimos do pressuposto de que um dos aspectos que mais desafiam a vida familiar e conjugal - sobretudo num país onde a grande maioria das mulheres

com filhos dependentes trabalha a tempo inteiro (Wall, 2007) - consiste no facto de a actividade profissional das mulheres implicar aspirações de realização para além do desempenho de papéis familiares, conduzindo-as necessariamente à reformulação da sua relação com a família.

As conclusões acerca dos resultados produzidos por *Escolha do Cônjuge e Modos de Construção da Distância Social no Casal* desenvolvem-se então em torno de **cinco eixos** descritivos, analíticos e interpretativos: o **eixo de análise da proximidade social no momento da formação do casal e interpretação dos padrões homogâmicos** em «*Escolha do cônjuge e proximidade social*»; o **eixo de descrição e interpretação da distância social no casal construída no decurso da vida conjugal** em «*Os pressupostos no estudo da distância social no casal*» e em «*Da distância emergente à conservação da proximidade social*»; o **eixo de análise das estratégias de conciliação família-trabalho** em «*Prioridades e constrangimentos na conciliação família-trabalho*»; e, finalmente, o **eixo de análise e reflexão em torno das complexidades que se tecem na origem das trajetórias conjugais** em «*Explicando as trajetórias conjugais*».

### **Escolha do cônjuge e proximidade social**

A avaliação da homogamia social que levámos a cabo na Parte II («Escolha do cônjuge e locais de encontro») deste trabalho, com base na informação estatisticamente representativa do inquérito às *Famílias no Portugal Contemporâneo*, permitiu confirmar a prevalência dos critérios de proximidade social e cultural - posição sócio-profissional (capítulo 3), escolaridade, origem social, origem geográfica e religião (capítulo 4) - na escolha do cônjuge, resultando num conjunto de padrões matrimoniais homogâmicos. Deve referir-se que, a este respeito, Portugal (Rosa, 2005; 2004) não se afasta assim de países tão diversos como a França (Bozon e Héran, 1987; Vanderschelden, 2006), os Estados Unidos da América (Kalmijn, 1994), a Suíça (Kellerhals *et al.*, 1982; Widmer *et al.*, 2003), a Noruega (Birkelund e Heldal, 2003) ou a Espanha (Esteve e Cortina, 2005). *Na sociedade portuguesa são, com efeito, excepcionais os casais em que os cônjuges nasceram em meios sociais ou geográficos distantes, sem partilharem crenças ou práticas religiosas, bem como excepcionais são os casos em que, no momento da escolha do cônjuge, a mulher e o homem ocupavam posições distantes na estrutura sócio-profissional ou possuíam recursos educacionais muito díspares.* De resto, deve sublinhar-se que a inclinação homogâmica se observa em todos os grupos sócio-profissionais, acentuando-se, no entanto, junto dos meios mais qualificados ou favorecidos e junto dos meios agrícolas não assalariados.

Poderíamos questionar-nos se o papel do casamento na diferenciação social é igualmente aplicável a alguns padrões heterogâmicos, como sucede com as uniões hipergâmicas entre mulheres e homens em diversos segmentos qualificados da classe média ou entre operários da indústria com diferentes qualificações (capítulo 3). No entanto, sintomáticas do peso da diferença sexual na escolha do cônjuge, estas tendências hipergâmicas são, sobretudo, reveladoras das articulações entre o género e a distribuição dos indivíduos na estrutura sócio-profissional, sugerindo, no caso dos segmentos qualificados da classe média, uma forma de “dominação consentida” (Bozon, 1990) na valorização feminina de um homem mais bem posicionado e, no caso do operariado da indústria, os constrangimentos do mercado matrimonial, uma vez que as mulheres estão mais presentes do que os homens nos postos menos qualificados do sector secundário.

Por outro lado, a constatação de padrões hipergâmicos no que toca às posições sócio-profissionais vai de par com *uma propensão generalizada para a diferença de idades no casal a favor do homem, em média quase três anos, diferença essa que se atenua progressivamente à medida que cresce a escolaridade da mulher* (capítulo 4). Deve referir-se que, entre as mulheres que já possuíam uma licenciatura ou um grau de escolaridade superior, a diferença média de idades reduz-se praticamente a um ano, mas permanece a favor do homem. Em suma, a hipergamia etária não representa apenas um padrão matrimonial, porquanto associado à valorização feminina de um cônjuge financeiramente autónomo, junto dos meios menos privilegiados, ou de um homem com estatuto profissional superior (Bozon, 1990a), junto dos meios mais qualificados, tal padrão sugere o peso decisivo da diferença sexual na constituição de uma distância social relativa no casal, desde logo no momento da escolha do cônjuge.

Para além de permitir demonstrar a prevalência de uma diversidade de critérios de proximidade social na escolha do cônjuge e de sugerir articulações entre as diferenças sociais, por um lado, e a diferença sexual, por outro, na emergência de padrões matrimoniais hipergâmicos, o conceito de homogamia não permite dar conta dos processos que estão na origem dessa escolha, revelando assim um dos seus principais limites heurísticos. Recorrendo-se ao levantamento dos locais e situações de encontro (capítulo 5) pretendeu-se, de certa forma, ultrapassar tal limite, observando-se que *os quadros de interacção, fortemente condicionantes das probabilidades de uma aproximação amorosa, intervêm de forma decisiva na escolha do cônjuge no sentido da homogamia*, tal como confirma o facto de as circunstâncias do encontro se revelarem, à semelhança dos resultados da pesquisa de Bozon e Héran (1987; 1988), associadas aos diversos grupos sócio-profissionais. Deste modo, não se estranha que três em cada dez mulheres tenha conhecido o seu cônjuge no baile, no bairro, na aldeia ou na

associação recreativa, desportiva ou cultural - que designámos de *sociabilidades locais* - porquanto observamos que, num país onde prevalecem ainda as profissões pouco qualificadas, este tipo de local, conjuntamente com circunstâncias como os eventos familiares ou os namoros de infância - que designámos de *parentesco e relações de proximidade* - estão associados aos grupos menos favorecidos. Locais ou situações de outra natureza, como é o caso da escola, da faculdade, dos *contextos de lazer* (o local de férias, um bar, uma discoteca, uma ida ao cinema, ao teatro, a um concerto, etc.) e das *redes de amigos* (uma festa ou reunião de amigos), são privilegiados pelos grupos sócio-profissionais mais qualificados e pelas mulheres mais escolarizadas.

Entre os múltiplos aspectos observados e analisados a respeito das circunstâncias do encontro amoroso, pretendemos destacar, em jeito de balanço, *o modo como a natureza de tais circunstâncias está comprometida com o tipo de proximidade social que se observa no casal no momento da sua formação*. Com efeito, os contextos das *sociabilidades locais*, do *parentesco e relações de proximidade* promovem encontros entre um tipo de proximidade social caracterizada não apenas pelas reduzidas qualificações dos cônjuges, mas de igual modo pelas suas origens sociais mais desfavorecidas e geograficamente mais circunscritas. Este tipo de proximidade não deixa, de facto, de contrastar com o tipo de afinidade que os potenciais candidatos podem eventualmente partilhar quando são dados a conhecer-se em cenários de interacção como os locais de ensino e *contextos de lazer* ou através de redes de amigos dissociadas de colectivos de pertença circunscritos às suas origens sociais e geográficas.

Contribuindo na explicação dos processos da homogamia, *a análise das circunstâncias em que os cônjuges se conheceram revelou uma associação entre locais de encontro e grupos sócio-profissionais*, associação esta que não deixou de se constatar no próprio estudo qualitativo que levámos a cabo (Parte III) no sentido de ultrapassar a visão estática do papel do casamento na diferenciação social a que ficaríamos circunscritos com a abordagem do momento da escolha do cônjuge. Com efeito, mais de metade das mulheres que entrevistámos, todas elas possuindo uma licenciatura ou um grau académico superior, conheceu os cônjuges na faculdade, no liceu, através de um círculo de amigos ou num contexto de lazer (capítulo 6). Entretanto, *a análise em profundidade* permitiu observar ***a homogamia como processo que se traduz numa trajectória conjugal*** (capítulos 7, 8, 9 e 10). Por um lado, confrontou-nos com a diversidade de factores que actuam e comprometem a escolha do cônjuge, permitindo corroborar o papel decisivo dos locais de encontro nesses processos. Por outro lado, clarificou-nos quanto ao significado da *individualização da escolha do cônjuge*, evidente na ausência de uma intervenção directa dos pais, na valorização explícita de determinados atributos sociais no cônjuge ou na exaltação de

traços de personalidade socialmente capitalizáveis. Não se estranha, portanto, que também constituíssem exceção entre estas mulheres, com formação superior e profissões qualificadas, os casos caracterizados por uma distância social significativa no momento da escolha do cônjuge.

### **Os pressupostos no estudo da distância social no casal**

A análise dos percursos profissionais e familiares das entrevistadas veio, no entanto, confirmar a nossa suspeita inicial em torno da circunscrição do papel do casamento na diferenciação social ao momento da escolha do cônjuge, a saber a suspeita de que *a proximidade social - em particular, a proximidade sócio-profissional - tende a alterar-se gradualmente no decurso da vida conjugal*. Se a proximidade social no casal no momento da sua formação demonstra que a escolha do cônjuge não é alheia aos condicionalismos de natureza social, esses condicionalismos insurgem-se com maior vigor junto dos meios mais qualificados, onde se incluem as mulheres com o perfil das entrevistadas. De acordo com a análise quantitativa que levámos a cabo na Parte II da presente tese, *é junto dos meios mais escolarizados que as mulheres - em virtude de um prolongamento dos estudos - casam mais tarde e com um homem cuja idade, ainda que na maioria dos casos superior, está mais próxima da sua*. Entre outros aspectos observados estas constatações demonstram claramente que a distância social no casal e a diferença sexual implícita na valorização de um homem muito mais velho tendem a atenuar-se à medida que se elevam os recursos educacionais. Por outras palavras, a atenuação da diferença de idades nos meios mais escolarizados sugere que *a inclinação feminina para casar com um homem muito mais velho esbate-se à medida que as mulheres apostam em títulos escolares que, devidamente aplicados no mercado de trabalho, permitem ampliar a sua autonomia*. Todavia, no que toca à distância social no casal - mais excepcional ainda nos meios mais qualificados, onde se acentua a inclinação para a homogamia sócio-profissional, pese embora a observação de padrões hipergâmicos entre alguns segmentos qualificados da classe média - cumpre-nos questionar *as razões pelas quais os percursos profissionais dos cônjuges transformam a proximidade social observada no momento da formação da família*.

### **Da distância emergente à conservação da proximidade social**

A primeira conclusão que se retira do estudo qualitativo desenvolvido na Parte III («Vida conjugal e distância social no casal») é de que *a vida conjugal e familiar funciona mais frequentemente*



como cenário favorável à emergência da distância social entre o homem e a mulher. Esta constatação não poderia ir mais ao encontro da nossa interpelação à usual circunscrição das análises sobre o papel do casamento na diferenciação social à escolha do cônjuge, porquanto se revela que num dos contextos sociais mais propensos à homogamia - os grupos sócio-profissionais qualificados nos quais se enquadram as mulheres entrevistadas - a vida conjugal funciona como cenário da transformação dessa proximidade inicial em distância social no casal.

A análise do conteúdo das entrevistas revela-nos, com efeito, uma diversidade de tipos de *trajectória conjugal* que apontam para diferentes evoluções da distância social no casal, entre as quais, deve sublinhar-se, se destacam algumas situações caracterizadas pela consolidação da proximidade social no casal, desde logo estabelecida na sua formação por via de um casamento homogâmico. Mas a verdade é que, para a maioria das mulheres entrevistadas - que, refira-se, protagonizou um casamento homogâmico, tendo por cônjuge um homem com idêntico ou semelhante grau de escolaridade e uma posição sócio-profissional equivalente à sua - os "tempos" da vida conjugal traduziram-se em apostas diferenciadas na carreira profissional, abrindo caminho a uma distância social no casal que, no momento da entrevista, favorecia claramente o homem.

Dos **quatro tipos de *trajectória conjugal*** identificados no estudo qualitativo desenvolvido no âmbito desta pesquisa, somente um tipo - a ***trajectória homogâmica*** (capítulo 9) - representa a conservação de uma proximidade social no casal, precisamente em virtude de um investimento equivalente de ambos os cônjuges nas suas carreiras profissionais, sendo estas *trajetórias homogâmicas* protagonizadas por apenas **sete** entrevistadas e respectivos cônjuges. Na maioria dos casais que as entrevistadas representam, a proximidade sócio-profissional foi, todavia, cedendo gradualmente lugar à distância social devido a apostas diferenciadas, por parte dos cônjuges, nas respectivas carreiras profissionais. Ora, esta maioria é sobretudo constituída por casais em que a distância social entretanto emergente ao longo da vida conjugal favorece o homem: **dezasseis** mulheres entrevistadas são representantes de casais com ***trajetórias hipergâmicas***. De acordo com a análise dos processos que estão na origem de *trajetórias conjugais* caracterizadas pela distância social a favor do homem, deparamos com as configurações típicas ora de uma ***trajetória de hipergamia prioritária*** (capítulo 7), ora de uma ***trajetória de hipergamia progressiva*** (capítulo 8), consoante a prioridade que a mulher reconhece à vida familiar sobre a sua aposta profissional. De resto, no âmbito dos percursos conjugais caracterizados pela distância social no casal, são apenas **quatro** as entrevistadas que, apostando mais na sua carreira profissional do que o cônjuge, representam casais com ***trajetórias hipogâmicas*** (capítulo 10).

## Prioridades e constrangimentos na conciliação família-trabalho

A análise em profundidade dos diversos factores que interagem e intervêm no processo de aproximação e distanciamento no decurso das vidas conjugais estudadas permitiu observar que tanto a conservação da proximidade social caracterizante da maioria dos casais no momento da sua formação como o advento e o alargamento de uma distância social entre os cônjuges no decurso da vida conjugal estão dependentes do tipo de atitude da mulher perante a necessidade de articular a vida profissional e a vida familiar com filhos em idade escolar. Neste sentido, propusemo-nos identificar as diversas *estratégias de conciliação família-trabalho* a partir de um balanço das atitudes das mulheres face aos imperativos desta articulação ao longo da vida conjugal, atitudes essas reveladoras de orientações normativas no que respeita à sua aposta na vida profissional, à sua disponibilidade para a maternidade e a família e à prioridade que eventualmente atribuem à carreira profissional do homem.

Foram identificados **quatro tipos de estratégia de conciliação família-trabalho**.

Um **primeiro tipo** de *estratégia de conciliação família-trabalho* identificado - a *estratégia familiarista* - não deixa de encontrar afinidades com os modos de "gestão emprego/família" (*employment/family management*) identificados por Crompton e Harris (1999), de acordo com os quais as mulheres com profissões qualificadas - neste caso, médicas e bancárias - atribuem prioridade aos encargos domésticos sobre a vida profissional (*domestic life first*). Ora, junto das entrevistadas com *estratégias familiaristas*, à prioridade atribuída à família, em particular, e à maternidade acresce ainda *uma prioridade reconhecida à carreira profissional do homem*. Ainda que não se retratando nas situações de "hiperconjugalidade" identificadas por Nicole-Drancourt (1989), onde a família é totalmente mobilizada em função da carreira masculina, os casais em que as mulheres elaboram *estratégias familiaristas* distinguem-se, com efeito, pela renúncia destas em abdicar do exercício de uma actividade que valorizam, conquanto as aspirações de carreira sejam atenuadas não apenas face às dos homens com quem casaram, mas também em relação às das outras entrevistadas. Associada a ténues aspirações de carreira e ao reconhecimento da prioridade à vida familiar e à carreira profissional do homem, não se estranha que a proximidade social que caracterizava os casais representados por estas mulheres se tenha, ao longo da vida conjugal, transformado em distância social a favor do homem. Todos esses casos em que *o percurso do casal se caracteriza pela emergência de uma distância social entre os cônjuges associada a estratégias familiaristas* na articulação da vida familiar com a vida profissional, assumiram a designação de *trajectória de hipergamia prioritária* (capítulo 7).

Um **segundo tipo** de *estratégia de conciliação família-trabalho* identificado - a ***estratégia maximalista*** - define-se essencialmente pela *recusa que algumas mulheres manifestam em atribuir uma prioridade à vida familiar sobre a sua vida profissional, ou vice-versa, antes entendendo que a aposta nos dois universos deve ser equivalente e maximizada tanto quanto possível*. Este tipo de atitude face aos imperativos de conciliação família-trabalho foi identificado sobretudo nos casais com ***trajectórias hipogâmicas*** (capítulo 10), ou seja, nos casais em que *a distância social entre os cônjuges tende a acentuar-se no decurso da vida conjugal a favor da mulher*, não deixando também de se observar, todavia, junto dos casais com ***trajectórias homogâmicas*** (capítulo 9) - *nas situações em que a proximidade social no casal persiste ao longo da vida conjugal*. À semelhança do que observaram Crompton e Harris (1999), as mulheres com *estratégias maximalistas* ("maximizer") manifestam ambições de carreira evidentemente mais acentuadas do que as mulheres com *estratégias familiaristas*, pelo que não se estranha, afinal, que este tipo de atitude face à conciliação família-trabalho não esteja associado à emergência de uma distância social no casal a favor do homem.

No entanto, diversas são as entrevistadas que se revelam empenhadas na construção ou progressão na carreira, lutando, em simultâneo, pela maior disponibilidade possível para a família, mas, todavia, distinguindo-se daquelas que elaboram *estratégias maximalistas* pelo facto de, à semelhança das mulheres com *estratégias familiaristas*, *concederem* prioridade à carreira profissional do homem sobre a própria carreira. A este **terceiro tipo** de *estratégia de conciliação família-trabalho* designámos de ***estratégia maximalista concessora***. Atribuindo uma primazia aos projectos profissionais do homem e tentando apostar tanto na vida familiar como na actividade profissional e na carreira, não surpreende que estas mulheres estejam envolvidas em trajectórias conjugais caracterizadas pela emergência de uma distância social a favor do homem. Esforçando-se para que a prioridade que atribuem à vida familiar não se sobreponha aos seus projectos profissionais, que consideram igualmente prioritários, as mulheres com *estratégias maximalistas concessoras* apostam assim mais na sua própria actividade profissional do que as mulheres com *estratégias familiaristas*, mas *a concessão que conferem às exigências relacionadas com os projectos profissionais do homem explica que a progressão deste na carreira seja bastante mais acelerada*. Às *trajectórias conjugais* em que a distância social a favor do homem está associada a *estratégias maximalistas concessoras*, que a mulher elabora na conciliação família-trabalho, designámos de ***trajectórias de hipergamia progressiva***.

Um **quarto tipo** de *estratégia de conciliação família-trabalho* identificado - a ***estratégia carreirista*** - caracteriza-se desde logo pela *assunção de fortes aspirações de carreira, assunção essa que, sem implicar uma renúncia à aposta na vida familiar* (todas as entrevistadas são mães,

tal era um dos critérios de selecção da amostra), *se manifesta numa imposição de limites à sua disponibilidade para os encargos com a família, sempre que estes se insurgem como obstáculos à prossecução da actividade profissional ou à concretização das ambições relativas à carreira*. Sem concederem qualquer prioridade à carreira profissional do homem, nem tão-pouco aceitarem atenuar as suas aspirações de carreira em função de uma maior disponibilidade para a vida familiar, as mulheres com *estratégias carreiristas* estão sobretudo associadas aos casais em que ambos os cônjuges apostam de igual modo nas suas carreiras. Estas situações de dupla carreira em que ambos os cônjuges demonstram estar igualmente empenhados nas respectivas actividades profissionais tendo em vista a concretização de fortes aspirações de carreira resultam, nos casos estudados, na *consolidação da proximidade social presente na formação do casal*, enquadrando-se também, pois, no tipo de *trajectórias conjugais* que designámos de *trajectórias homogâmicas* (capítulo 9).

Resta-nos sublinhar que a diversidade de *estratégias de conciliação família-trabalho* identificadas não se explica unicamente à luz dos quadros normativos que, sob a forma de disposições (Lahire, 2003/1998), orientam as escolhas destas mulheres. Na verdade, a análise das entrevistas demonstra, de igual modo, que *as estratégias de conciliação família-trabalho*, à semelhança dos modos de “gestão emprego-família” observados por Crompton e Harris (1999), também vão sendo com frequência elaboradas de acordo com os constrangimentos que se colocam à concretização das apostas na vida profissional ou na vida familiar, contrariando assim teses como a de Hakim (2000), alicerçadas na ideia de que as escolhas resultam de “preferências”, ou seja, decisões subjectivas alheias às condições objectivas (Dubet, 1994) que, necessariamente, estão na sua origem (capítulo 2). A título ilustrativo, por um lado, uma gravidez não planeada tanto pode surgir como condicionamento à concretização dos planos profissionais (Ana, capítulo 10) como activar as disposições latentes para dar prioridade aos encargos da vida familiar, questionando dessa forma a disponibilidade para a vida profissional (Amália, capítulo 7). Por outro lado, as dificuldades de um enquadramento profissional tanto podem traduzir-se em sentimentos de frustração face às aspirações de uma “carreira burocrática” (Handy, 1994) por concretizar (Adelaide, capítulo 9) como ser encarado como uma oportunidade para satisfazer os desejos relacionados com a maternidade (Olívia, capítulo 8).

### **Explicando as *trajectórias conjugais***

Da associação entre os tipos de *trajectória conjugal* observados, por um lado, e as diversas *estratégias* que as mulheres elaboram no sentido de articularem encargos com a família e a

actividade profissional, por outro, não pode presumir-se uma relação de causalidade directa, que identificaria nas atitudes das mulheres face à conciliação família-trabalho a resposta para a distância social no casal produzida no decurso da vida conjugal. Tal como revela o estudo qualitativo levado a cabo no âmbito deste trabalho, as mulheres, mesmo com carreiras profissionais muito exigentes em recursos educacionais, tempo e disponibilidade, permanecem no centro da vida familiar, em resposta à expectativa social - reconhecida e vivida por *todas* as entrevistadas - de que é sobretudo à mulher a quem cabe elaborar *estratégias de conciliação família-trabalho*. Ora, não serão essas *estratégias* afectadas, para além de moldadas pelos constrangimentos e a adversidade, pela própria dinâmica do funcionamento da família e, em particular, pelos modos de divisão familiar do trabalho e pela natureza da relação conjugal?

Era nosso pressuposto que a resposta fosse afirmativa, em recusa assim de qualquer explicação cuja natureza redutora e simplista conduz a esquecer que as opções dos indivíduos não são alheias à adversidade e aos constrangimentos estruturais dos diversos sistemas sociais, nem tão-pouco deixam de ser culturalmente afectadas por quadros normativos que orientam as escolhas e as relações sociais entre os agentes e, em particular, as relações nos contextos da família e da conjugalidade. Se partimos de um primeiro pressuposto de que o papel do casamento na diferenciação social não se esgota no momento da escolha do cônjuge, consistindo, muito para além de tal momento, num processo que só uma observação mais aprofundada do curso da vida conjugal pode trazer à luz do dia, deveríamos estar então atentos à complexidade da trama causal de que se revestem necessariamente as interacções entre os diversos factores intervenientes na construção da distância social no casal ao longo da vida conjugal. E, com efeito, foi esta interpelação a toda a perspectiva teórica indiferente ao modo como múltiplos factores interagem no palco de condicionalismos sociais diversos - sobretudo, no palco dos condicionalismos radicados na construção social da diferença sexual - que nos levou a formular uma última hipótese de pesquisa, a saber de que *a explicação da distância social no casal resulta sobretudo do modo como as estratégias de conciliação família-trabalho interagem com a própria dinâmica conjugal e a divisão familiar do trabalho*.

De acordo com este pressuposto, para dar conta do papel do casamento na diferenciação social para além da escolha do cônjuge, e assim do **papel da vida conjugal na diferenciação social entre os homens e as mulheres**, não podemos, deste modo, limitar-nos à simples constatação da distância social no casal emergente no decurso da vida conjugal, nem tão-pouco à identificação das *estratégias* que as mulheres elaboram tendo em vista a articulação entre a vida familiar e a vida profissional. Na verdade, se a elaboração das *estratégias de conciliação família-trabalho* está sujeita a condicionalismos sociais e culturais de índole diversa, nem por

isso tal sujeição é imune ao funcionamento da vida conjugal e familiar, podendo sugerir-se, a título ilustrativo, que, da mesma forma que algumas entrevistadas lamentam a sobrecarga que a desvinculação do cônjuge das tarefas domésticas representa, uma relação conjugal fortemente comunicativa e radicada numa lógica de “companheirismo” e mútuo apoio (Kellerhals *et al.*, 1982; Widmer, *et al.*, 2003; Aboim, 2006) pode contribuir para atenuar o impacto de uma experiência de discriminação sexual no próprio local de trabalho (Filomena, capítulo 9).

Passamos agora a *enunciar os modos como as estratégias de conciliação família-trabalho se entrelaçam com a dinâmica conjugal e a divisão familiar do trabalho na explicação da distância social no casal que emerge no decurso da vida conjugal*. Deve recordar-se que as mulheres que entrevistámos - em virtude das posições que ocupam na estrutura sócio-profissional - possuem globalmente um desafogo económico suficiente para que possam recorrer ao apoio de empregadas, amas ou outro tipo de serviços especializados na execução do trabalho doméstico, pelo que na grande maioria dos casos fomos confrontados com situações em que o casal conta com efectivos apoios exteriores, aos quais se acrescenta a própria rede de apoio que a família mais alargada representa, situação esta pouco vulgar num país onde não abundam os apoios em geral prestados pelas redes sociais de entajuda (Vasconcelos, 2005). Ora, no cenário de fortes apoios - que em diversos casos estão longe de se circunscrever aos apoios prestados no trabalho doméstico - que caracteriza a maioria das situações das mulheres entrevistadas, nem por isso deixa de se constatar que, no que se refere ao trabalho doméstico, é no plano das tarefas domésticas, muito mais do que no dos cuidados à criança, que mais frequentemente se observa uma atitude de desvinculação do homem.

Com efeito, as tarefas domésticas remanescentes - ou seja, todo o trabalho que o casal não delega em terceiros - tendem, com as devidas excepções, a ser executadas pela mulher, independentemente das soluções que ela encontra para articular a vida profissional e a vida familiar. O homem só é, de facto, o elemento mais sobrecarregado em apenas dois dos casos observados: ora numa situação em que o horário de trabalho da mulher a obriga a estar ausente de casa mais horas do que o homem (Adelaide, capítulo 9); ora curiosamente numa configuração conjugal em que, escapando à regra, surgem, de certo modo, invertidas as apostas dos cônjuges, sendo sem dúvida a mulher quem mais investe na carreira profissional (Ana, capítulo 10). No entanto, deve referir-se que a reduzida divisão do trabalho doméstico não executado por terceiros se acentua mais entre as mulheres que assumem *estratégias familiaristas*. Sem nunca questionarem o significado e o valor do seu trabalho, nem mesmo interromperem o exercício da sua actividade profissional, estas mulheres reduzem a carga horária e escolhem um lugar ou uma “especialidade” que, precisamente, lhes permita conciliar a

profissão com uma disponibilidade tanto mais próxima quanto possível de uma entrega incondicional à família e, sobretudo, aos cuidados e acompanhamento dos filhos. Se recordarmos que a este esforço acresce a prioridade que reconhecem à carreira do cônjuge, não se estranha que seja entre estas mulheres que se observa a divisão do trabalho doméstico mais diferenciada, libertadora do homem para a sua vida profissional.

Por oposição, entre os casais com *trajectórias homogâmicas* e *hipogâmicas*, a elevada carga horária de trabalho da mulher só é atenuada, na maioria dos casos, temporariamente logo após o nascimento dos filhos. Nestes casais o homem revela-se, a este respeito, mais participativo. Em particular, no caso dos casais com *trajectórias homogâmicas* - sem os constrangimentos financeiros das famílias em meios sociais menos favorecidos - o grosso das tarefas domésticas é delegado numa empregada ou noutro tipo de serviços exteriores à família, conquanto *nalguns casos* as tarefas remanescentes, bem como a gestão da logística do trabalho doméstico, restem sobretudo à mulher, mesmo quando esta revela uma atitude face à conciliação família-trabalho - *estratégia carreirista* - que compromete, de uma forma assumida, a sua disponibilidade para a vida familiar.

Tal como demonstram a generalizada desvinculação masculina das tarefas domésticas e as diversas formas de participação do homem nos cuidados à criança, as lógicas de divisão do trabalho doméstico articulam-se com as *estratégias de conciliação família-trabalho* na explicação das *trajectórias conjugais*. Neste sentido, por exemplo, para as *trajectórias homogâmicas* ou *hipogâmicas* contribui a forma como *estratégias carreiristas* ou *maximalistas* são elaboradas num quadro de divisão do trabalho doméstico um pouco mais igualitário - ainda que tal partilha se aplique, na maior parte dos casos, mais aos cuidados à criança - do que se observa nos casos de *hipergamia prioritária* ou *hipergamia progressiva*, em que a primazia atribuída à carreira do homem vai de par, quando não legitima, uma divisão familiar do trabalho mais diferenciada.

Finalmente, *se se observa uma interdependência relativa entre as estratégias de conciliação família-trabalho e a divisão familiar do trabalho na explicação das trajectórias conjugais, deve referir-se que estes factores não são alheios à própria dinâmica conjugal*. A análise do papel do casamento na diferenciação com enfoque na distância social no casal emergente no decurso da vida conjugal sairia empobrecida sem se observar as dinâmicas de funcionamento conjugal, que nem sempre são atravessadas pela lógica do "companheirismo" apregoada por Burgess (1963/45), que acreditou, como discutimos no início deste trabalho (capítulo 1), numa libertação da escolha do cônjuge face a condicionamentos de natureza social, antevendo em tal libertação o esvaecimento do papel do casamento na diferenciação social. A verdade é que não só os condicionamentos sociais prevalecem na formação do casal, como

grande parte das entrevistadas não testemunha esse “companheirismo”, sobretudo quando se refere ao apoio e ao incentivo que (não) recebe da parte do cônjuge, ora na prossecução da sua actividade profissional, ora no estímulo às aspirações relacionadas com a carreira e sua efectiva concretização.

Num contexto marcado pela diversidade de transformações no plano das orientações normativas e das práticas familiares (Wall, 2005; Aboim, 2006), não se estranha que os casais evidenciem dinâmicas conjugais múltiplas. Se alguns aspectos da dinâmica conjugal podem ter auxiliado numa caracterização mais afinada das lógicas em que se inscreve a própria relação entre os cônjuges - como seja a integração da família no exterior ou o próprio facto de alguns casais se caracterizarem mais pela procura de um tempo exclusivamente destinado ao casal do que outros, para os quais esse tempo se dilui nos momentos passados em família - foi sobretudo o plano da comunicação e da negociação que se revelou mais esclarecedor quanto ao papel que a dinâmica conjugal assume, de par com a atitude da mulher face à articulação entre a vida familiar e a vida profissional, na explicação das *trajectórias conjugais*.

Assim, nos casais com *trajectórias de hipergamia prioritária*, onde a mulher tende a adoptar *estratégias familiaristas*, a comunicação surge dominada pela vida profissional do homem, que lhe presta apenas um apoio latente e pontual no que respeita ao exercício da sua profissão. Nestes casais onde impera uma desigualdade no plano dos rendimentos auferidos pelos seus membros e cabe ao homem a tutela da maior fatia dos recursos económicos, a organização do dinheiro reflecte e amplia tal desigualdade. Os *focos de tensão conjugal* não abundam, mas tendem a concentrar-se em torno da dicotomia individual/colectivo, ora podendo a mulher ser acusada de não estar tão presente na vida familiar quanto seria desejável para o homem, ora criticando ela própria as atitudes individualistas do homem no plano do consumo ou das responsabilidades familiares, ora ainda demonstrando ressentimento para com a desvinculação do cônjuge face ao trabalho doméstico. Contudo, deve referir-se que é a atitude de resignação da parte da mulher que contribui, nos casos analisados, para que estas tensões não evoluam para o conflito.

Nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva* a mulher atribui também prioridade à carreira profissional do cônjuge - *estratégia maximalista concessora* -, o que se traduz numa gradual desigualdade económica entre os cônjuges, desigualdade essa que os modos de organização do dinheiro, *grosso modo* pouco fusionais ou redistributivos, não atenuam. Porém, com menos recursos materiais do que o homem, nem por isso estas mulheres deixam de reclamar mais a negociação na relação conjugal do que as mulheres com *trajectórias conjugais de hipergamia prioritária*, uma vez que a vida familiar concorre agora, não apenas com a



prioridade que a vida profissional representa, mas também com o espaço e o tempo que se pretendem exclusivamente reservados ao casal. A abertura ao exterior e a procura por um tempo apenas destinado ao casal são, assim, aspectos da dinâmica conjugal que sugerem um perfil mais moderno e, precisamente, mais exigente no que toca à própria vida a dois. Dessa exigência é sintomática uma proliferação dos *focos de tensão conjugal*, particularmente abundantes e diversos nestes casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*.

Já nos casais com *trajectórias homogâmicas*, o facto de a mulher estar tão apostada quanto o homem na carreira profissional vai frequentemente de par com um manifesto sentimento de companheirismo da parte do homem, sendo difícil afirmar se esse sentimento é o resultado de um poder de negociação conjugal alicerçado numa paridade entre os cônjuges no plano dos *capitais* que resultam de apostas profissionais equivalentes - como sublinhariam os defensores de uma teoria dos recursos (Blood e Wolfe, 1960) - ou, pelo contrário, uma demonstração evidente de que a dinâmica conjugal tem uma autonomia relativa face aos condicionalismos exteriores, actuando aqui como um factor decisivo nas apostas profissionais de cada elemento do casal, e neste sentido transformando-se num argumento válido para refutar a perspectiva economista subjacente na teoria dos recursos. De resto, sem a frequência de *focos de tensão conjugal* observada nos casais com *trajectórias de hipergamia progressiva*, os casais com *trajectórias homogâmicas* destacam-se *grosso modo* pela procura em conservar a abertura ao exterior e o tempo do casal, na medida em que as entrevistadas reconhecem que estes universos tendem a ser monopolizados pela vida familiar.

Por fim, nos casais com *trajectórias hipogâmicas*, para a mulher, que investiu mais na profissão do que o homem, ser mãe nunca implica abdicar de uma aposta mais ou menos forte na carreira profissional, pelo que é transversal uma predisposição relativamente acentuada da mulher para a negociação conjugal no sentido da conciliação família-trabalho, sobretudo perante a sobrecarga de uma divisão do trabalho doméstico menos igualitária. Todavia, mesmo quando a divisão do trabalho doméstico se afasta da partilha igualitária, o apoio e o incentivo do homem aos projectos profissionais e de carreira da mulher são exaltados pelas entrevistadas que apostaram mais fortemente na carreira profissional. É então de sublinhar que, nestes casos em que a mulher aposta mais na carreira do que o homem, tal aposta se consubstancia num reforço da sua posição na negociação conjugal, ainda que, porventura em virtude do próprio apoio, estímulo e incentivo que exaltam no cônjuge, esse reforço não se traduza num desequilíbrio de poderes no casal, nestes casos claramente menos marcado por *focos de tensão conjugal* do que os casais com outros tipos de *trajectória conjugal*.

\*\*\*

O conjunto de resultados que este trabalho permitiu alcançar proporciona pistas de reflexão para o debate e aprofundamento da problemática do *Casamento e Desigualdade* em Portugal. Confirmados os pressupostos de que as *estratégias de conciliação família-trabalho* se articulam com a divisão familiar do trabalho e a própria dinâmica da vida conjugal na produção da distância social no casal, resta-nos sublinhar que, desde logo alegando uma forte consciência do valor do exercício da actividade profissional na realização pessoal, a maioria das entrevistadas - com profissões exigentes em qualificações - manifesta, de uma forma clara, nas suas atitudes face ao imperativo da conciliação família-trabalho, a crítica do papel assumido pelas mulheres totalmente dedicadas à vida familiar. Todavia, se tal manifestação demonstra que estas mulheres pretendem demarcar-se da situação de todas aquelas que estão reduzidas aos papéis exercidos no âmbito da família, nos casos observados, com apenas uma única excepção (Ana, capítulo 10), *as soluções encontradas no sentido da articulação entre a vida profissional e a vida familiar nunca questionam a fusão da mulher com a família e a maternidade como elemento fundamental na construção da identidade feminina.*



## Bibliografia

- Aboim, Sofia, Vanessa Cunha, e Pedro Vasconcelos, P. (2005), "Um primeiro retrato das famílias em Portugal", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-81.
- Aboim, Sofia (2005), "A formação do casal: formas de entrada na vida conjugal", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 85-116.
- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Adams, Bert (1979), "Mate selection in the United States: a theoretical summarization", em Wesley Burr, Ira Reiss, Reuben Hill e Ivan Nye (eds.), *Contemporary Theories About the Family*, vol. 1, Nova Iorque, Free Press, pp. 259-267.
- Alcañiz, Mercedes (2004), "Conciliación entre las esferas públicas y privada. ¿ Hacia un nuevo modelo en el sistema de géneros?", *Sociología – Problemas e Práticas*, n.º 44, pp. 47-70.
- Almeida, Ana Nunes (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares", *Análise Social*, vol. XXII (85), pp. 7-44.
- Almeida, Ana Nunes (1986), "Entre o dizer e o fazer: A construção da identidade feminina", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), pp. 493-520.
- Almeida, Ana Nunes (1998/1993), *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes (2003), "Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis", em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses Valores Sociais 5. Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 50-86.
- Almeida, Ana Nunes, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 45-78.
- Almeida, Ana Nunes, José Manuel Sobral e João Ferrão (1997), "Destinos cruzados: estruturas e processos de homogamia", *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), pp. 875-898.

- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1986), "Da teoria à investigação empírica: problemas metodológicos gerais", em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 55-78.
- Almeida, João Ferreira (1999/1986), *Classes Sociais nos Campos*, Oeiras, Celta.
- Almeida, João Ferreira, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", em António Reis (coord.), *Portugal - 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Almeida, João Ferreira, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (2006), "Social classes and values in Europe", *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 5 (2), pp. 95-117.
- Almeida, Miguel Vale (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.
- Amâncio, Lígia (1992), "As assimetrias nas representações do género", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, pp. 9-23.
- Amâncio, Lígia (1993), "Níveis de análise no estudo da identidade social", *Análise Psicológica*, vol. XI (2), pp. 213-221.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto, Afrontamento.
- Amâncio, Lígia (2001), "O género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas", *Psicologia*, vol. XV (1), pp. 9-26.
- Araújo, Helena (1990), "As mulheres professoras e o ensino estatal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 29, pp. 81-103.
- Arrondel, Luc e Cyril Grange (1993), "Logiques et pratiques de l'homogamie dans les familles du Bottin Mondain", *Revue Française de Sociologie*, n.º 34, pp. 597-626.
- Audirac Pierre-Alain (1982), "Cohabitation et mariage: qui vit avec qui ?", *Économie et Statistique*, n.º 145, pp. 41-59.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Bagilhole, Barbara, Andrew Dainty e Richard Neale (2000), "Women in the construction industry in the UK: a cultural discord?", *Journal of Women and Minorities in Science and Engineering*, vol. 6 (1), pp. 73-86.

- Barrère-Maurisson, Marie-Agnès, Françoise Battagliola e Anne-Marie Daune (1983), "Trajectoires professionnelles des femmes et vie familiale", *Consommation – Revue Socio-Économie*, n.º 4, pp. 23-53.
- Barrère-Maurisson, Marie-Agnès (1992), *La division Familiale du Travail*, Paris PUF.
- Barreto, António (org.) (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999 (Volume II)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Battagliola, Françoise (1984), "Employés et employées. Trajectoires professionnelles et familiales", em Marie-Agnès Barrère-Maurisson *et al.* (eds.), *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- Battagliola, Françoise (2000), *Histoire du Travail des Femmes*, Paris, La Découverte.
- Bawin-Legros, Bernadette (1996), *Sociologie de la Famille. Le Lien Familial sous Questions*, Bruxelles De Boeck Université.
- Bawin-Legros, Bernadette (2004), "Intimacy and the new sentimental order", *Current Sociology*, vol. 52 (2), pp. 241-250.
- Becker, Gary (1973), "A Theory of Marriage: Part I", *Journal of Political Economy*, vol. 81 (4), pp. 813-846.
- Becker, Gary (1991), *A Treatise on the Family*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Benavente, Ana, Jean Campiche, Teresa Seabra e João Sebastião (1994), *Renunciar à Escola. O abandono escolar no Ensino Básico*, Lisboa, Fim de Século.
- Bennett, Claude (1971), "Marital agreement as a function of status-related agreement", *Social Forces*, vol. 50 (2), pp. 249-255.
- Berger, Peter e Luckmann, Thomas (1999/1966), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro.
- Berger, Peter e Hans Kellner (1975/1964), "Marriage and the construction of reality", em Martin Anderson (org.), *Sociology of the Family: Selected Readings*, Harmondworth, Penguin Education, pp. 302-323. Texto original publicado em *Diogenes*, 1964, pp. 1-23.
- Bertaux, Daniel (1977), *Destins Personnels et Structure de Classe*, Paris, PUF.
- Bertaux, Daniel (1980), "L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, n.º 69, pp. 197-225.

- Bertaux, Daniel (1991), "Familles et mobilité sociale. La méthode des généalogies sociales comparées", em GREF (org.), *Familles et Contextes Sociaux - Les Espaces et les Temps de la Diversité. Actes du Colloque de Lisbonne*, Lisboa, CIES, pp. 281-293.
- Bertilson, Margareta (1991), "Love's Labour Lost? A Sociological View", em Mike Featherstone, Mike Hepworth e Bryan Turner (eds.), *The Body. Social Process and Cultural Theory*, Londres, Sage, pp. 297-324.
- Björnberg, Ulla (2002), "Ideology and choice between work and care: Swedish family policy for working parents", *Critical Social Policy*, vol. 22 (1), pp. 33-52.
- Björnberg, Ulla (2004), "Making agreements and managing conflicts: Swedish dual-earner couples in theory and practice", *Current Sociology*, vol. 52 (1), pp. 33-52.
- Biebl, William e Denise Biebl (1992), "I will follow him: family ties, gender-role beliefs and reluctance to relocate for a better job", *American Journal of Sociology*, vol. 97 (5), pp. 1241-1267.
- Birkelund, Gunn Elisabeth e Johan Haldal (2003), "Who marries whom? Educational homogamy in Norway", *Demographic Research*, vol. 8 (1), pp. 1-30.
- Blackwell, Debra (1998), "Marital homogamy in the United States: the influence of individual and parental education", *Social Science Research*, n.º 27, pp. 159-188.
- Blanchet, Alain e Anne Gotman (1992), *L'Enquête et ses Méthodes: L'Entretien*, Paris, Nathan.
- Blair-Loy, Mary (1999), "Career patterns of executive women in finance: an optimal matching analysis", *American Journal of Sociology*, vol. 104 (5), pp. 1346-1397.
- Blau, Peter e Dudley Duncan (1967), *The American Occupational Structure*, Nova Iorque, Wiley.
- Bloch, Françoise (1988), "Mobilité professionnelle et géographique et socialisation familiale", *Cahiers de Recherche*, Numéro Spécial, pp. 21-34.
- Bloch, Françoise, Monique Buisson e Jean-Claude Mermet (1990), "Activités féminines et obligations familiales", *Dialogue*, n.º 110, 4º trimestre, pp. 75-90.
- Blood, Robert e Donald Wolfe (1960), *Husbands and Wives: The Dynamics of Married Living*, Nova Iorque, Free Press.
- Blossfeld, Hans-Peter e Johannes Huinink (1991), "Human capital investments or norms of role transition? How women's schooling and career affect the process of family formation", *American Journal of Sociology*, vol. 97 (1), pp. 143-168.

- Blossfeld, Hans-Peter, Sonja Drobnič e Götz Rohwer (1998), "Les trajectoires professionnelles des couples en Allemagne. Une étude longitudinale de long terme de carrières des époux en Allemagne de l'Ouest", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXIX (2), pp. 305-351.
- Blossfeld, Hans-Peter e Andreas Timm (2003), "Who marries whom in West Germany", em Hans-Peter Blossfeld e Andreas Timm (eds.), *Who marries whom? Educational Systems as Marriage Markets in Modern Societies*, vol. 12, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, pp. 19-36.
- Boigeol, Anne e Jacques Commaille (1974), "Divorce, milieu social et situation de la femme", *Economie et Statistique*, vol. 53 (1), pp. 3-21.
- Boltanski, Luc (1982), *Les Cadres. La Formation d'un Groupe Social*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1964), *Les Héritiers*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1971), "Le marché des biens symboliques", *Année Sociologique*, n.º 22, pp.49-126.
- Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'une Théorie de la Pratique, Précédé de Trois Études d'Ethnologie Kabyle*, Genebra, Droz.
- Bourdieu, Pierre (1972a), "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction", *Annales*, n.º 4-5, pp. 1105-1127.
- Bourdieu, Pierre (1979), "Les trois états du capital culturel", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 30, pp. 3-6.
- Bourdieu, Pierre (1979a), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1980), "Le capital social", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 31, pp. 2-3.
- Bourdieu, Pierre (1986), "L'illusion biographique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 62-63, pp. 69-72.
- Bourdieu, Pierre (1987), *Choses Dites*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1994), "Stratégies de reproduction et modes de domination", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 105, pp. 3-12.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta.
- Bozon, Michel (1984), "La famille-object", *Revue française de Sociologie*, n.º 25, pp. 120-134.



- Bozon, Michel e François Héran (1987), “La découverte du conjoint, I”, *Population*, n.º 6, pp. 943-986.
- Bozon, Michel e François Héran (1987a), “L’aire de recrutement du conjoint”, *Donnés Sociales*, n.º 5, pp. 338-347.
- Bozon, Michel e François Héran (1988), “La découverte du conjoint, II”, *Population*, n.º 1, pp. 121-150.
- Bozon, Michel (1990), “Les femmes et l’écart d’âge entre conjoints. Une domination consentie. I – Types d’union et attentes en matière d’écart d’âge”, *Population*, n.º 2, pp. 327-360.
- Bozon, Michel (1990a), “Les femmes et l’écart d’âge entre conjoints. Une domination consentie. II – Modes d’entrée dans la vie adulte et représentations du conjoint”, *Population*, n.º 3, pp. 565-602.
- Bozon, Michel (1991), “Mariage et mobilité sociale en France”, *European Journal of Population*, n.º 7, pp. 171-190.
- Bozon, Michel (1991a), “Evolution ou déclin du rituel matrimonial? Une analyse par catégorie social”, in GREF (org.), *Familles et Contextes Sociaux - Les Espaces et les Temps de la Diversité, Actes du Colloque de Lisbonne*, Lisboa, CIES.
- Bozon, Michel (1991b), “Le choix du conjoint”, em François de Singly (ed.), *La Famille: l’état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- Bozon, Michel (1991c), “Les femmes plus âgées que leur conjoint sont-elles atypiques?”, *Population*, n.º 1, pp. 152-159.
- Bozon, Michel (1992), “Sociologie du rituel du mariage”, *Population*, n.º 2, pp. 409-434.
- Bozon, Michel e François Héran (2006), *La formation du couple*, Paris, La Découverte.
- Bradley, Harriet (1989), *Men’s Work, Women’s Work. A Sociological History of the Sexual Division of Labour in Employment*, Cambridge, Polity Press.
- Brandt, Berit e Elin Kvande (2001), “Flexible work and flexible fathers”, *Work, Employment & Society*, vol. 15 (2), pp. 251-267.
- Bridges, William e Robert Nelson (1989), “Market in hierarchies: organizational and market influences in gender inequality in a state pay system”, *American Journal of Sociology*, vol. 95, n.º 3, pp. 616-658.

- Burgess, Ernest e Harvey Locke (1963/1945), *The Family. From Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book Company.
- Cabral, João Pina (2003), *O Homem na Família. Cinco Ensaios de Antropologia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cabral, Manuel Villaverde (2001), “Prática religiosa e atitudes sociais dos portugueses numa perspectiva comparada”, em José Machado Pais, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses 2. Religião e Bioética*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 21-71.
- Carapinheiro, Graça (1993), *Saberes e Poderes no Hospital. Uma Sociologia dos Serviços Hospitalares*, Porto, Afrontamento.
- Carapinheiro, Graça e Maria de Lurdes Rodrigues (1998), “Profissões: protagonismos e estratégias”, em José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 147-164.
- Chan, Tak Wing (2004), “Demographic trends and educational homogamy in Britain”, *presented at the annual meeting of the American Sociological Association*, [retirado em 15/05/2007 de <http://users.ox.ac.uk/~sfos0006/papers/trend2.pdf>].
- Chaudron, Martine (1984), “Sur les trajectoires sociales des femmes et des hommes. Stratégies familiales de reproduction et trajectoires individuelles”, em Marie-Agnès Barrère-Maurisson *et al.* (eds.), *Le Sexe du Travail. Structures Familiales et Système Productif*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, pp. 17-28.
- Cherkaoui, Mohamed (1992), “Mobilité”, em Raymond Boudon (ed.), *Traité de Sociologie*, Paris, PUF, pp. 153-193.
- Coenen-Huther, Josette, Jean Kellerhals e Malik Von Allmen (1994), *Les Réseaux de Solidarité dans la Famille*, Lausanne, Réalités Sociales.
- Cohen, Philip (2004), “The gender division of labour. Keeping house and occupational segregation in the United States”, *Gender & Society*, vol. 18 (2), pp. 239-252.
- Commaille, Jacques (1993), *Les stratégies des femmes. Travail, famille et politique*, Paris, La Découverte.
- Collins, Randall (1986), *Weberian Sociological Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Connell, Robert (1987), *Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics*, Cambridge, Polity Press.

- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino, Rosário Mauritti, Susana Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 34, pp. 9-46.
- Costa, António Firmino (2003), "Estilos de sociabilidade", em Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta, pp. 121-130.
- Crompton, Rosemary (1993), *Class and Stratification*, Cambridge, Polity Press.
- Crompton, Rosemary (1997), "Diferença sexual e análise das classes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 23-43.
- Crompton, Rosemary (1999), "The decline of the male breadwinner: explanations and interpretations", em Rosemary Crompton (ed.), *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-25.
- Crompton, Rosemary e Fiona Harris (1999), "Employment, careers and families: the significance of choice and constraint in women's lives", em Rosemary Crompton (ed.), *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press, pp. 128-149.
- Crompton, Rosemary, Nicky Le Feuvre e Gunn Elisabeth Birkelund (1999), "The restructuring of gender relations within the medical profession", em Rosemary Crompton (ed.), *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press, pp. 179-200.
- Crompton, Rosemary (2006), *Employment and the Family. The Reconfiguration of Work and Family Life in Contemporary Societies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Crompton, Rosemary e Clare Lyonette (2007), "Introduction: the unravelling of the 'male breadwinner' model and some of its consequences", em Rosemary Crompton, Susan Lewis e Clare Lyonette (eds.), *Women, Work and Family in Europe*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 1-16.

- Crompton, Rosemary e Clare Lyonette (2007a), "Occupational class, country and the domestic division of labour", em Rosemary Crompton, Susan Lewis e Clare Lyonette (eds.), *Women, Work and Family in Europe*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 116-132.
- Crompton, Rosemary, Susan Lewis e Clare Lyonette (2007), "Continuities, change and transformations", em Rosemary Crompton, Susan Lewis e Clare Lyonette (eds.), *Women, Work and Family in Europe*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 230-244.
- Crow, Graham, Allan Graham e Marcia Summers (2002), "Neither busybodies nor nobodies: managing proximity and distance in neighbourly relations", *Sociology*, vol. 36 (1), pp. 127-145.
- Cunha, Vanessa (2005), "A fecundidade das famílias", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS, pp. 395-464.
- Cunha, Vanessa (2005a), "As funções dos filhos na família", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS, pp. 465-497.
- Davis, Kingsley (1984), "Wives and work: consequences of the sex-role revolution", *Population and Development Review*, n.º 10, pp. 397-417.
- Dechaux, Jean-Hugues (1990), "Les transformations de la famille. Une revue de la littérature française: 1980-1989", *La Revue Tocqueville*, vol. 10, pp. 135-165.
- Delamont, Sara (1987/1983), *Interação na Sala de Aula*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Delphy, Christine e Diana Leonard (1992), *Familiar Exploitation. A New Analysis of Marriage in Contemporary Western Societies*, Cambridge, Polity.
- Desplanques, Guy (1993), "Activité féminine et vie familiale", *Économie et Statistique*, n.º 261, pp. 23-32.
- Desrosières, Alain (1978), "Marché matrimonial et structure des classes sociales", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 20-21, pp. 97-107.
- Deville, Jean-Claude (1981), "Mariage et homogamie", *Données sociales*, INSEE, Paris, pp. 21-30.
- Dionizio, Sandra e Maria Johanna Schouten (2007), "Conciliação da vida familiar e actividade profissional: o caso português", *Sociedade e Trabalho*, n.º 33, pp. 81-100.

- Dubar, Claude (1991), *La Socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- Dubar, Claude (2001/2000), *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris, PUF.
- Dubet, François (1994), *Sociologie de l'expérience*, Paris, Seuil.
- Dubet, François (2003), "Domination et socialisation", *Recherches Sociologiques*, vol. 34, n.º 2, pp. 13-21.
- Duncan, Simon, Rosalind Edwards, Tracey Reynolds e Pam Alldred (2003), "Motherhood, paid work and partnering: values and theories", *Work, Employment & Society*, vol. 17 (2), pp. 309-330.
- Durkheim, Émile (1975/1921), *Textes III. Fonctions Sociales et Institutions*, Paris, Minuit.
- Durkheim, Émile (1977/1902), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença.
- Duru-Bellat, Marie (1995), "Educação, uma conquista, mas para quê? ", em Georges DUBY e Michelle Perrot (eds.), *As Mulheres e a História*, Lisboa, Dom Quixote, pp. 145-156.
- Duru-Bellat, Marie, Annick Kieffer e Catherine Marry (2001), "La dynamique des scolarités des filles: le double handicap questionné", *Revue Française de Sociologie*, vol. 42 (2), pp. 251-280.
- Edgar, Don e Helen Glezer (1994), "Famille et intimité : 'carrières' familiales et reconstruction de la vie privée", *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n.º 139, pp. 141-165.
- Elder, Glen (1981), "History and the family: the discovery of complexity", *Journal of Marriage and the Family*, vol. 43 (3), pp. 489-519.
- Elias, Norbert (1987), "The changing balance of power between the sexes – A process-sociological study: the example of the ancient roman state", *Theory, Culture & Society*, vol. 4, pp. 287-316.
- Elias, Norbert (1989/1939), *O Processo Civilizacional* (1º vol.), Lisboa, Dom Quixote.
- Elias, Norbert (1990/1939), *O Processo Civilizacional* (2º vol.), Lisboa, Dom Quixote.
- Elias, Norbert (2004/1987), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Dom Quixote.
- Emslie, Carol, Kate Hunt e Sally Macintyre (1999), "'Gender' or 'job' differences? Working conditions amongst men and women in white-collar occupations", *Work, Employment & Society*, vol. 13 (4), pp. 711-729.

- England, Paula (1997), "Dependência sexual, dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América: para onde apontam as tendências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 45-66.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um Estudo Comparativo*, Porto, Afrontamento.
- Esping-Andersen, Gøsta (1996), *Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Esteve, Albert e Robert McCaa (2007), "Homogamia educacional en México y Brasil, 1970-2000" [retirado de [http://www.hist.umn.edu/~rmccaa/esteve\\_mccaa\\_alap.pdf](http://www.hist.umn.edu/~rmccaa/esteve_mccaa_alap.pdf) em 15/04/2007].
- Esteve, Albert e Robert McCaa (2006a), "Educational homogamy of Mexicans in Mexico and in the USA: what difference does gender, generation, ethnicity, and educational attainment make in marriage patterns?", em *Annual Meeting Program, Population Association of America* [retirado de <http://paa2006.princeton.edu/download.aspx?submissionId=60557> em 15/04/2007].
- Esteve, Albert e Clara Cortina (2005), "Homogamia educativa en la España contemporánea: pautas y tendencias", *Papers de Demografia*, n.º 257, pp. 1-22.
- Esteve, Albert e Clara Cortina (2006), "Changes in educational assortative mating in contemporary Spain", *Demographic Research*, vol. 14 (17), pp. 405-428.
- Evans, Mary (2004), "A critical lens on romantic love: a response to Bernadette Bawin-Legros", *Current Sociology*, vol. 52 (2), pp. 259-264.
- Ferrão, João (1996), "Três décadas de consolidação do Portugal demográfico", em António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995 (Volume I)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 165-190.
- Flandrin, Jean-Louis (1975), *Les Amours Paysannes. Amour et Sexualité dans les Campagnes*, Paris, Gallimard/Julliard.
- Flandrin, Jean-Louis (1994), *Famílias, Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Lisboa, Estampa.
- Forsé, Michel e Louis Chauvel (1995), "L'évolution de l'homogamie en France. Une méthode pour comparer les diagonalités de plusieurs tables", *Revue Française de Sociologie*, vol.36 (1), pp. 123-142.
- Forste, Renata (2002), "Where are all the men? A conceptual analysis of the role of men in family formation", *Journal of Family Issues*, vol. 23 (5), pp. 579-600.

- Frisby, David (1998), "Introduction to Georg Simmel's 'On the Sociology of the family'", *Theory, Culture & Society*, vol. 15 (3-4), pp. 277-281.
- Garlick, Steve (2003), "What is a man? Heterosexuality and the technology of masculinity", *Men and Masculinities*, vol. 6 (2), pp. 156-172.
- Gerson, Kathleen (2002), "Moral dilemmas, moral strategies and the transformation of gender. Lessons from two generations of work and family change", *Gender & Society*, vol. 16 (1), pp. 8-28.
- Gerstel, Naomi e Sally Gallagher (2001), "Men's caregiving. Gender and the contingent character of care", *Gender & Society*, vol. 15 (2), pp. 197-217.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1992/1978), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta.
- Giddens, Anthony (1989/1984), *A Constituição da Sociedade*, Oeiras, Celta.
- Giddens, Anthony (1992/1989), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- Giddens, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love & Eroticism in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1997/1991), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta.
- Girard, Alain (1981/1964), *Le Choix du Conjoint*, Paris, PUF.
- Giraud, Christophe e Jacques Rémy (2008), "Les choix des conjoints en agriculture", *Revue d'Études en Agriculture et Environnement*, vol. 88 (3), pp. 21-46.
- Goffman, Erving (1993/1959), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Goldman, Noreen, Charles Westoff e Charles Hammerslough (1984), "Demography of the marriage markets in the United States", *Population Index*, n.º 50, pp. 5-26.
- Goldscheider, Kobrin e Linda Waite (1986), "Sex differences in the entry into marriage", *American Journal of Sociology*, vol. 92 (1), pp. 91-109.
- Goldthorpe, John e Lucienne Portocarero (1981), "La mobilité sociale en France, 1953-1970. Nouvel examen", *Revue Française de Sociologie*, vol. 22 (2), pp. 151-166.
- Goode, William (1959), "The theoretical importance of love", *The American Journal of Sociology*, vol. 24, pp. 38-47.
- Goode, William (1970), *World Revolution and Family Patterns*, Nova Iorque, The Free Press.

- Goody, Jack (1997), *Família e Casamento na Europa*, Oeiras, Celta.
- Goux, Dominique e Eric Maurin (1997), "Destinées sociales : le rôle de l'école et du milieu d'origine", *Économie et Statistique*, n.º 306, 13-26.
- Gucht, Daniel Vander (1994), "La religion de l'amour et la culture conjugale", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 97, pp. 328-353.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Guerreiro, Maria das Dores, Inês Pereira e Maria Abranches (2003), *Conciliação entre Vida Familiar e Vida Profissional – Políticas e Práticas dos Agentes em Contexto Empresarial*, Lisboa, CIES.
- Guerreiro, Maria das Dores e Inês Pereira (2007), "Women's occupational patterns and work-family arrangements: do national and organisational policies matter?", em Rosemary Crompton, Susan Lewis e Clare Lyonette (eds.), *Women, Work and Family in Europe*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 190-209.
- Guillaume, Jean-François (2002), "Professional trajectory and family patrimony", *Current Sociology*, vol. 50 (2), pp. 203-211.
- Halpin, Brendan e Tak Wing Chan (2003), "Educational homogamy in Ireland and Britain: trends and patterns", *British Journal of Sociology*, vol. 54 (4), pp. 472-495.
- Handy, Charles (1994), *The Empty Raincoat*, Londres, Hutchinson.
- Hareven, Tamara (1982), *Family Time and Industrial Time*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Heinz, Walter e Helga Krüger (2001), "Life course: innovations and challenges for social research", *Current Sociology*, vol. 49 (2), pp. 29-45.
- Héran, François (1983), *La Formation des Couples. Réflexions de l'Enquête de l'INED de 1959*, Ronéo, INED.
- Héran, François e Marie-Laurence Lamy (1983), *La Formation des Couples. Le Mécanisme Social de l'Homogamie*, Ronéo, INED.
- Héran, François (1988), "Un monde sélectif: Les associations", *Économie et Statistique*, n.º 208, pp. 16-31.
- Héritier, Françoise (1998), *Masculino/Feminino. O Pensamento da Diferença*, Lisboa, Piaget.



- Herpin, Nicolas (2003), "La taille des hommes: son incidence sur la vie en couple et la carrière professionnelle", *Économie et Statistique*, n.º 361, pp. 71-90.
- Hertz, Rosanna (1999), "Working to place family at the centre of life: dual-earner and single-parent strategies", *The Annals of the American Academy*, n.º 562, pp. 16-31.
- Holmes, Mary (2004), "The precariousness of choice in the new sentimental order: a response to Bawin-Legros", *Current Sociology*, vol. 52 (2), pp. 251-257.
- Homans, Georges (1961), *Social Behaviour: Its Elementary Forms*, Nova Iorque, Brace & World.
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Nova Jérsea, Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald e Wayne Baker (2000), "Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values", *American Sociological Review*, vol. 65 (1), pp. 19-51.
- Jacobs, Jerry e Frank Furstenberg (1986), "Changing places, conjugal careers, and women's marital mobility", *Social Forces*, n.º 64, pp. 714-732.
- Jarvis, Helen (1999), "The tangled webs we leave: household strategies to co-ordinate home and work", *Work, Employment & Society*, vol. 13 (2), pp. 225-247.
- Jefferson, Tony (2002), "Subordinating hegemonic masculinity", *Theoretical Criminology*, vol. 6 (1), pp. 63-88.
- Jenkins, Richard (2000), "Categorization: identity, social process and epistemology", *Current Sociology*, vol. 48 (3), pp. 7-25.
- Jonhson, David e Alan Booth (1998), "Marital quality: a product of the dyadic environment or individual factors?", *Social Forces*, vol. 76 (3), pp. 883-904.
- Kalmijn, Matthijs (1991), "Status homogamy in the United States", *American Journal of Sociology*, vol. 97 (2), pp. 496-523.
- Kalmijn, Matthijs (1993), "Trends in black/white intermarriage", *Social Forces*, n.º 72, pp. 119-146.
- Kalmijn, Matthijs (1994), "Assortative mating by cultural and economic occupational status", *American Journal of Sociology*, n.º 100, pp. 422-452.
- Kalmijn, Matthijs (1998), "Intermarriage and homogamy: causes, patterns, trends", *Annual Review of Sociology*, n.º 24, pp. 395-421.

- Kalmijn, Matthijs e Henk Flap (2001), "Assortative meeting and mating: unintended consequences of organized settings for partner choices", *Social Forces*, vol. 79 (4), pp. 1289-1312.
- Kane, Emily e Laura Sanchez (1994), "Family status and criticism of gender inequality at home and at work", *Social Forces*, vol. 72 (4), pp. 1079-1102.
- Kaufman, Gayle (2000), "Do gender role attitudes matter?", *Journal of Family Issues*, vol. 21 (1), pp. 128-144.
- Kaufmann, Jean-Claude (2002/1992), *O Labirinto Conjugal. O Casal e o seu Guarda-Roupa*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Kaufmann, Jean-Claude (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, PUF.
- Kaufmann, Jean-Claude (1994), "Rôles et identité: l'exemple de l'entrée en couple", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 97, pp. 301-328.
- Kaufmann, Jean-Claude (1996), *L'Entretien compréhensif*, Paris, Nathan.
- Kellerhals, Jean, Pierre-Yves Troutot e Geneviève Wirth (1981), "Ambiguïtés normatives de l'échange conjugal: le problème de la norme d'équité", *Revue Suisse de Sociologie*, vol. 7 (3), pp. 311-326.
- Kellerhals, Jean, Jean-François Perrin, Geneviève Steinauer-Cresson, Laura Vonèche e Geneviève Wirth (1982), *Mariages au Quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Lausanne, Pierre-Marcel Favre.
- Kellerhals, Jean, Noëlle Languin, Jean-François Perrin e Geneviève Wirth (1985), "Statut social, projet familial et divorce", *Population*, n.º 6, pp. 811-823.
- Kellerhals, Jean e Louis Roussel (1987), "Les sociologues face aux mutations de la famille: quelques tendances des recherches 1965-1985. Présentation", *L'Année Sociologique*, n.º 37, pp. 15-43.
- Kellerhals, Jean (1989/1984), *Microssociologia da Família*, Mem Martins, Europa-América.
- Kertzer, David (1991), "Household history and sociological history", *Annual Review of Sociology*, n.º 17, pp. 155-179.
- Korpi, Walter (2000), "Faces of inequality", *Social Politics*, vol. 7 (2), pp. 127-191.
- Lahire, Bernard (1999), "Champ, hors-champ, contrechamp", em Bernard Lahire (ed.), *Le Travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques*, Paris, La Découverte, pp. 23-57.

- Lahire, Bernard (2002), *Portraits Sociologiques. Dispositions et Variations Individuelles*, Paris, Nathan.
- Lahire, Bernard (2003/1998), *O Homem Plural*, Lisboa, Piaget.
- Lahire, Bernard (2004), *La Culture des Individus, Dissonances Culturelles et Distinction de Soi*, Paris, La Découverte.
- Lahire, Bernard (2005), "Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 49, pp. 11-42.
- Leal, Isabel (1986), "A mulher e o amor no século XVI: afectividade, sexualidade, casamento – uma abordagem do tema", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), pp. 769-778.
- Le Feuvre, Nicky (1999), "Gender, occupational feminization, and reflexivity", em Rosemary Crompton (ed.), *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press, pp. 210-229.
- Lebrun, François (1960), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Rolim.
- Lee, Gary e Lorene Stone (1980), "Mate-selection systems and criteria: variation according to family structure", *Journal of Marriage and the Family*, vol. 42 (2), pp. 319-327.
- Lemaire, Jean (2002), "Le choix amoureux se transforme-t-il avec l'évolution culturelle?", *Dialogue*, n.º 155, pp. 68-79.
- Lemennicier, Bertrand (1988), *Le Marché du Mariage et de la Famille*, Paris, PUF.
- Levy, René, Dominique Joye, Olivier Guye e Vincent Kaufmann (1997), *Tous Égaux ? De la Stratification aux Représentations*, Zurich, Seismo.
- Levy, René, Eric Widmer e Jean Kellerhals (2002), "Modern family or modernized family traditionalism? Master status and the gender order in Switzerland", *Electronic Journal of Sociology*, vol. 6 (4), (s.p.).
- Levy, René, Felix Bühlmann e Eric Widmer (2007), "Dual and single career couples in Switzerland: exploring partners' trajectories", *Zeitschrift für Familienforschung*, vol. 19 (3), pp. 263-289.
- Lewis, Suzan e Janet Smithson (2001), "Sense of entitlement to support for the reconciliation of employment and family life", *Human Relations*, vol. 54 (11), pp. 1455-1481.

- Lewis, Suzan, Maria das Dores Guerreiro e Julia Brannen (2006), "Case studies in work-family research", em Macie Pitt-Catsouphes, Ellen Ernst Kossek e Stephen Sweet (eds.), *The Work and Family Handbook*, Nova Jérsea, Erlbaum, pp. 489-502.
- Liao, Tim Futing e Gillian Stevens (1994), "Spouses, homogamy, and social networks", *Social Forces*, vol. 73 (2), pp. 693-707.
- Lichter, Daniel (1990), "Delayed Marriage, Marital Homogamy, and the Male Selection Process among White Women", *Social Science Quarterly*, vol. 71 (4), pp. 802-811.
- Lichter, Daniel, Felicia LeClere e Diane McLaughlin, (1991), "Local marriage markets and the marital behavior of black and white women", *American Journal of Sociology*, vol. 96 (4), pp. 843-867.
- Lima, Antónia Pedroso (2003), "Relações familiares na elite empresarial de Lisboa", em António Costa Pinto e André Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta, pp. 151-180.
- Lima, Pedro, António Pedro Dores e António Firmino da Costa (1991), "Classificações de profissões nos Censos 91", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10, pp. 43-66.
- Lloyd, Kim e South Scott (1996), "Contextual influences on young men's transition to first marriage", *Social Forces*, vol. 74 (3), pp. 1097-1119.
- Lollivier, Stefan (1988), "Activité et arrêt d'activité féminine. Le diplôme et la famille", *Économie et Statistique*, n.º 212, pp. 25-30.
- Lopes, João Teixeira (1996), *Tristes Escolas: Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lopes, Margarida Chagas e Heloísa Perista (coord.) (1999), *Práticas Laborais e Igualdade de Oportunidades*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Lorga, Catarina (1999), "Educação e formação profissional", em Alexandra Figueiredo, Catarina Lorga e Vitor Sérgio Ferreira, *Jovens em Portugal. Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960-1997*, Oeiras, Celta/Sej, pp. 97-116.
- Lorga, Catarina e Rodrigo Rosa (prelo), *Mediá e Representações do Género*.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria*, Lisboa, Fragmentos.
- Lourenço, Nelson (1992), "Masculin-féminin. L'assymétrie de rôles et de trajectoires professionnelles", em GREF (org.), *Familles et Contextes Sociaux - Les Espaces et les Temps de la Diversité, Actes du Colloque de Lisbonne*, Lisboa, CIES.

- Lucal, Betsy (1999), "What it means to be gendered me. Life on the boundaries of a dichotomous gender system", *Gender & Society*, vol. 13 (6), pp. 781-797.
- Luhmann, Niklas (1991), *O Amor como Paixão: para a Codificação da Intimidade*, Lisboa, Difel.
- Luzzi, Giovanni Ferro e Yves Flückiger (1998), "Position hiérarchique et ségrégation sexuelle verticale: le cas du canton de Genève", *Revue Suisse de Sociologie*, vol. 24 (1), pp. 59-77.
- Mac an Ghail, Máirtín e Chris Haywood (2007), *Gender, Culture and Society. Contemporary Feminities and Masculinities*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Machado, Fernando Luis e António Firmino da Costa (1998), "Processos de uma modernidade inacabada", em José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- Mare, Robert (1991), "Five decades of assortative mating", *American Sociological Review*, vol. 56 (1), pp. 15-32.
- Marks, Gillian e Diane Houston (2002), "Attitudes towards work and motherhood held by working and non-working mothers", *Work, Employment & Society*, vol. 16 (3), pp. 523-536.
- Marry, Catherine, Irène Fournier-Mearelli e Annick Kieffer (1995), "Activités des jeunes femmes: héritages et transmissions", *Économie et Statistique*, n.º 283-284, pp. 67-80.
- Marry, Catherine, Annick Kieffer, Hildegard Brauns e Susanne Steinmann (1998), "France-Allemagne: inégales avancées des femmes. Évolutions comparées de l'éducation et de l'activité des femmes de 1971 à 1991", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXXIX (2), pp. 353-389.
- McManus, Kelly, Karen Korabik, Hazel Rosin e Kevin Kelloway (2002), "Employed mothers and the work-family interface: Does family structure matter?", *Human Relations*, vol. 55 (11), pp. 1295-1324.
- McNay, Lois (1999), "Gender, habitus and the field. Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity", *Theory, Culture & Society*, vol. 16 (1), pp. 95-117.
- Medick, Hans e David Sabean (1984), *Interest and Emotion – Essays on the Study of Family and Kinship*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Menaghan, Elizabeth (1991), "Work experiences and family interaction processes: the long reach of the job?", *Annual Review of Sociology*, vol. 17, pp. 419-444.
- Menahem, Georges (1988), "L'activité professionnelle des mères a augmenté les chances de réussite de leurs enfants", *Économie et Statistique*, n.º 211, pp. 45-47.

- Menahem, Georges (1988a), "Activité féminine, la marque de la famille du conjoint", *Économie et Statistique*, n.º 211, pp. 49-56.
- Mendes, José Manuel (1997), "Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 127-156.
- Merlié, Dominique (1985), "Comment vous êtes-vous connus ? Une expérience de codification multiple", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 57-58, pp. 89-92.
- Merton, Robert (1965/1950), *Éléments de Théorie et de Méthode Sociologique*, Paris, Plon.
- Merton, Robert (1979/1976), *A Ambivalência Sociológica e Outros Ensaios*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Merton, Robert (1987/1949), *Teoría y Estructura Sociales*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Merton, Robert (1941), "Intermarriage and the social structure", *Psychiatry*, n.º 4, pp. 361-374.
- Michel, Andrée (1978), *Les Femmes dans la Société Marchande*, Paris, PUF.
- Moen, Phyllis, Donna Dempster-McClain e Robin Williams (1992), "Successful aging: a life-course perspective on women's multiple roles and health", *American Journal of Sociology*, vol. 96 (6), pp. 1612-1638.
- Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological Theory. What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, Londres, Routledge.
- Murphy, Peter (2003), "The dance of love", *Thesis Eleven*, n.º 72, pp. 65-90.
- Nicole-Drancourt, Chantal (1989), "Stratégies professionnelles et organisation des familles", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXX (1), pp. 57-80.
- Nock, Steven e Peter Rossi (1978), "Ascription versus achievement in the attribution of family social status", *American Journal of Sociology*, vol. 84 (3), pp. 565-590.
- Nock, Steven (2001), "The marriages of equally dependent spouses", *Journal of Family Issues*, vol. 22 (6), pp. 756-777.
- Nunes, João Arriscado (1992), "As teias que a família tece: alguns problemas da investigação de campo em sociologia da família", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, pp. 39-64.
- Nunes, João Sedas (1999), "Capital cultural: uma noção em final de carreira?", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 31, pp. 69-82.

- Oechsle, Mechtild e Birgit Geissler (2003), "Between paid work and private commitments", Women's perceptions of time and life planning in young adulthood", *Time & Society*, vol. 12 (1), pp. 79-98.
- Oppenheimer, Valerie-Kincade (1988), "A theory of marriage timing", *American Journal of Sociology*, vol. 94 (3), pp. 563-591.
- Oppenheimer, Valerie-Kincade (1994), "Women's rising employment and the future of the family in industrial societies", *Population and Development Review*, vol. 20 (2), pp. 293-342.
- Pais, José Machado (1986), *Artes de Amar da Burguesia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (1986a), "A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal", *Análise Social*, vol. XXII (92-93), pp. 751-768.
- Pais, José Machado (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala (2001), *Atitudes Sociais dos Portugueses (2) – Religião e Bioética*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Parsons, Talcott (1955), *Eléments pour une Sociologie de l'Action*, Paris, Plon.
- Parsons, Talcott (1971/1949), "A estrutura social da família", em Ruth Ashen (coord.), *A Família: Sua Função e Destino*, Lisboa, Meridiano, pp. 286-289.
- Parsons, Talcott e Robert Bales (1968/1956), *Family, Socialization and Interaction Process*, Londres, Routledge.
- Patel, Sujata (2000), "Modernity: sociological categories and identities", *Current Sociology*, vol. 48 (3), pp. 1-5.
- Pestana, Maria Helena e João Nunes Gageiro (2003), *Análise de Dados*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Pfau-Effinger, Birgit (1999), "The modernization of family and motherhood in Western Europe", em Rosemary Crompton (ed.), *Restructuring Gender Relations and Employment. The Decline of the Male Breadwinner*, Oxford, Oxford University Press, pp. 60-79.
- Pfau-Effinger, Birgit (2004), "Socio-historical paths of the male breadwinner model – an explanation of cross-national differences", *British Journal of Sociology*, vol. 55 (3), pp. 377-400.
- Pillorget, René (1979), *La Tige et le Rameau – Familles Anglaises et Françaises XVI-XVIII Siècles*, Paris, Calmann-Levy.

- Pinto, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Afrontamento.
- Pinto, José Madureira (1991), “Considerações sobre a produção social de identidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, pp. 217-231.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Pires, Rui Pena (2007), “Árvores conceptuais. Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 53, pp. 11-50.
- Pitt-Catsoupes, Macie, Ellen Ernst Kossek e Stephen Sweet (2006), “Charting new territory: advancing multi-disciplinary perspectives, methods and approaches in the study of work and family”, em Macie Pitt-Catsoupes, Ellen Ernst Kossek e Stephen Sweet (eds.), *The Work and Family Handbook*, Nova Jérсия, Erlbaum, pp. 1-16.
- Plantenga, Janneke (2002), “Combining work and care in the polder model: an assessment of the Dutch part-time strategy”, *Critical Social Policy*, vol. 22 (1), pp. 53-71.
- Quéniart, Anne e Roch Hurtubise (1998), “Nouvelles familles, nouveaux défis pour la sociologie de la famille”, *Sociologie et Sociétés*, vol. 30 (1), pp. 133-143.
- Redman, Peter (2001), “The discipline of love. Negotiation and regulation in boys’ performance of a romance-based heterosexual masculinity”, *Men and Masculinities*, vol. 4 (2), pp. 186-200.
- Rémy, Jean e Liliane Voyé (1997/1994), *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto, Afrontamento.
- Rodrigues, Maria João (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal – Crise e Mutações*, Lisboa, Dom Quixote.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1989), “As mulheres na função empresarial: problemas e hipóteses”, *Organizações e Trabalho*, n.º 1, pp. 122-134.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1998), *Os Engenheiros em Portugal: Profissionalização e Protagonismo*, Oeiras, Celta.
- Rosa, Rodrigo (1997), *O Divórcio dos Pais. A Experiência da Ruptura na Adolescência*, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (policopiado).



- Rosa, Rodrigo (2004), “Escolha do cônjuge e locais de encontro”, em APS, *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia – «Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção»*, Lisboa, APS, pp. 130-138.
- Rosa, Rodrigo (2005), “A escolha do cônjuge”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 117-161.
- Ross, Catherine (1996), “Economic and interpersonal work rewards: subjective utilities of men’s and women’s compensation”, *Social Forces*, vol. 75 (1), pp. 223-246.
- Roussel, Louis (1975), *Le Mariage dans la Société Française*, Paris, PUF-INED.
- Roussel, Louis (1976), *La Famille après le Mariage des Enfants. Étude des Relations entre Générations*, Paris, PUF-INED.
- Roussel, Louis (1992), “La famille en Europe occidentale: divergences et convergences”, *Population*, n.º 1, pp. 133-152.
- Roussel, Louis (1992a), “O futuro da família”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 11, pp. 165-179.
- Ruquoy, Danielle (1997/1995), “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador”, em Luc Albarello *et al.* (eds.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 84-116.
- Sainsaulieu, Renaud (1977), *L’Identité au Travail*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Saltiel, John (1985), “A note on models and definers as sources of influence in the status attainment process: male-female differences”, *Social Forces*, vol. 63 (4), pp. 1069-1075.
- Sandefur, Gary, Sara McInahan e Roger Wojtkiewicz (1992), “The effects of parental marital status during adolescence on high school graduation”, *Social Forces*, vol. 71 (1), pp. 103-121.
- Saraceno, Chiara (1995/1992), *Sociologia da Família*, Lisboa, Estampa.
- Saraceno, Chiara (2007), “Introduction to the special issue: Dual-career couples”, *Zeitschrift für Familienforschung*, vol. 19 (3), pp. 255-262.
- Sardon, Jean-Paul (1991), “Mariage et divorce en Europe de l’Est”, *Population*, n.º 3, pp. 547-598.

- Sardon, Jean-Paul (1992), "La primo-nuptialité féminine en Europe: éléments pour une typologie", *Population*, n.º 4, pp. 855-892.
- Schaeffer, Jacqueline (2002), "La dynamique du couple ou la co-création du masculin et du féminin", *Dialogue*, n.º 155, pp. 3-15.
- Schutz, Alfred (1979), *Fenomenologia e Rela es Sociais* (colect. org. por Helmut Wagner), Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Schwartz, Christine e Robert Mare (2005), "Trends in Educational Assortative Marriage from 1940 to 2003", *Demography*, vol. 42 (4), pp. 621-646.
- Segalen, Martine e Alain Jacquard (1971), "Choix du conjoint et homogamie", *Population*, n.º 3, pp. 487-498.
- Segalen, Martine (1980), *Marie et Femme dans la Société Paysanne*, Paris, Flammarion.
- Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.
- Shorter, Edward (1995/1975), *A Forma o da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se – Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Simmel, Georg (1993), *Filosofia do Amor*, São Paulo, Martins Fontes.
- Singly, François (1977), "Mobilité féminine par le mariage et dot scolaire: l'exemple nantais", *Economie et Statistique*, n.º 91, pp. 33-44.
- Singly, François e Claude Thélot (1986), "Racines et profils des ouvriers et des cadres supérieurs", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXVII (1), pp. 47-86.
- Singly, François (1987), "Théorie critique de l'homogamie", *L'Année Sociologique*, n.º 37, pp. 181-205.
- Singly, François (1997/1987), *Fortune et Infortune de la Femme Mari e*, Paris, PUF.
- Singly, François (1991), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan.
- Singly, François (1992), "Contribui o para uma sociologia dos interesses pessoais e colectivos na família ocidental", *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 11, pp. 153-164.
- Smits, Jeroen, Jan Lammers e Wout Ultee (1998), "Educational homogamy in 65 countries: an explanation of differences in openness using country-level explanatory variables", *American Sociological Review*, vol. 63 (2), pp. 264-285.

- Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Sobral, José Manuel (1999a), "Da casa à nação: passado, memória, identidade", *Etnográfica*, vol. III (1), pp. 77-86.
- Stevens Gillian, Dawn Owens e Eric Schaefer (1990), "Education and attractiveness in marriage choices", *Social Psychology Quarterly*, n.º 53, pp. 62-70.
- Stier, Haya e Noah Lewin-Epstein (2000), "Women's part-time employment and gender inequality in the family", *Journal of Family Issues*, vol. 21 (3), pp. 390-410.
- Strathdee, Rob (2001), "Changes in social capital and school-to-work transitions", *Work, Employment & Society*, vol. 15 (2), pp. 311-326.
- Teachman, Jayd, Karen Polonko e Geoffrey Leigh (1987), "Marital timing: race and sex comparisons", *Social Forces*, vol. 66 (1), pp. 239-268.
- Terrail, Jean-Pierre (1992), "Destins scolaires de sexe: une perspective historique et quelques arguments", *Population*, n.º 3, pp. 645-676.
- Thélot, Claude (1982), *Tel Père, Tel Fils?*, Paris, Dunod.
- Thélot, Claude (1983), "L'évolution de la mobilité sociale dans chaque génération", *Economie et Statistique*, n.º 161, pp. 3-21.
- Thévenot, Laurent (1977), "Les catégories sociales en 1975 : l'extension du salariat", *Economie et Statistique*, n.º 91, pp. 3-31.
- Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta.
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento - A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta.
- Torres, Anália (2002), *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta.
- Torres, Anália, Francisco Silva, Teresa Líbano Monteiro e Miguel Cabrita (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, CITE.
- Torres, Anália (2004), *Vida Conjugal e Trabalho*, Oeiras, Celta.
- Turner, Victor (1974/1969), *O Processo Ritual. Estrutura e Anti-Estrutura*, Petrópolis, Vozes.
- Tyrkkö, Arja (2002), "The intersection between working life and parenthood: A literature review", *Economic and Industrial Democracy*, vol. 23 (1), pp. 107-123.

- Udry, Richard (2000), "Biological limits of gender construction", *American Journal Review*, vol. 65, pp. 443-457.
- Ultee, Wout e Ruud Luijkx (1990), "Educational heterogamy and father to son occupational mobility in 23 industrial nations: general societal openness or compensatory strategies of reproduction?", *European Sociological Review*, n.º 6, pp. 125-149.
- Valiente, Celia (2002), "An overview of research on gender in Spanish society", *Gender & Society*, vol. 16 (6), pp. 767-792.
- Vallet, Louis-André (1986), "Diplôme féminin et carrière masculine: le sens d'une corrélation", *Revue Française de Sociologie*, vol. 36 (1), pp. 143-169.
- Vallet, Louis-André (1995), "Activité professionnelle de la femme mariée et détermination de la position sociale de la famille. Un test empirique: la France entre 1962 et 1982", *Revue Française de Sociologie*, vol. 27 (4), pp. 655-696.
- Vanderschelden, Mélanie (2006), "Homogamie socioprofessionnelle et ressemblances en termes de niveau d'études: constat et évolution au fil des cohortes d'unions", *Économie et Statistique*, n.º 398-399, pp. 33-58.
- Vanderschelden, Mélanie (2006a), "Position sociale et choix du conjoint: des différences marquées entre hommes et femmes", *Données sociales*, INSEE, Paris, pp. 33-42.
- Vanderschelden, Mélanie (2006b), "L'écart d'âge entre conjoints s'est réduit", *Insee Première*, n.º 1073, (s.p.).
- Vasconcelos, Pedro (1998), "Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses", em José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral (coord.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras, Celta, pp. 215-305.
- Vasconcelos, Pedro (2005), "Redes sociais de apoio", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 599-632.
- Véron, Jacques (1988), "Activité féminine et structures familiales", *Population*, n.º 1, pp. 103-120.
- Vogler, Carolyn (1998), "Money in the household: some underlying issues of power", *The Sociological Review*, vol. 46 (4), pp. 687-713.
- Wakil, Parvez (1973), "Campus mate selection preferences: a cross-national comparison", *Social Forces*, vol. 51 (4), pp. 471-476.

- Wall, Karin (1995), "Apontamentos sobre a família na política social portuguesa", *Análise Social*, vol. 30 (131-132), pp. 431-458.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no Campo – Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Dom Quixote.
- Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha e Pedro Vasconcelos (2001), "Families and informal support networks in Portugal: the reproduction of inequality", *Journal of European Social Policy*, vol. 11 (3), pp. 213-233.
- Wall, Karin (2005), "Introdução", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-49.
- Wall, Karin e Maria das Dores Guerreiro (2005), "A divisão familiar do trabalho", em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 303-362.
- Wall, Karin, Sofia Aboim e Sofia Marinho (2007), "Fatherhood, family and work in men's lives: negotiating new and old masculinities", *Recherches Sociologiques et Anthropologiques*, n.º 2, pp. 105-122.
- Wall, Karin (2007a), "Main patterns in attitudes to the articulation between work and family life: a cross-national analysis", em Rosemary Crompton, Susan Lewis e Clare Lyonette (eds.), *Women, Work and Family in Europe*, Hampshire, Palgrave Macmillan, pp. 86-115.
- Warren, Tracey, Karen Rowlingson e Claire Whyley (2001), "Female finances: gender wage gaps and gender assets gaps", *Work, Employment & Society*, vol. 15 (3), pp. 465-488.
- Westermarck, Edward (1998/1929), *Marriage*, Nova Iorque, Jonathan Cape and Harrison Smith.
- Widmer, Eric, Jean Kellerhals e René Levy (2003), *Couples Contemporains – Cohésion, Régulation et Conflits*, Bienne, Seismo.
- Wiederman, Michael (2001), "Gender differences in sexuality: perceptions, myths and realities", *The Family Journal: Counselling and Therapy for Couples and Families*, vol. 9 (4), pp. 468-471.
- Williams, Susan (2002), "Trying on gender, gender regimes and the process of becoming women", *Gender & Society*, vol. 16 (1), pp. 29-52.
- Windebank, Jan (2001), "Dual-earner couples in Britain and France: gender division of domestic labour and parenting work in different welfare states", *Work, Employment & Society*, vol. 15 (2), pp. 269-290.

Weber, Max (1993/1922), *Economía y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.

Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts*, Cambridge, Cambridge University Press.

Wright, Erik Olin (1997a), "Um menu conceptual para o estudo das conexões entre a classe e a diferença sexual", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 5-21.

**ANEXOS**





**Anexo I - Inquérito por Questionário**  
**«Famílias no Portugal Contemporâneo: Momentos de Transição, Interações Familiares e Redes Sociais»**

Q01. Nesta casa reside uma senhora nascida entre 1950 e 1974 e que vive em casal?

Sim  SE SIM, passar à Q02.  
 Não  SE NÃO, acaba aqui o inquérito.

Q02. E essa senhora tem pelo menos um filho nascido entre 1983 e 1993 a viver nesta casa?

Sim  SE SIM, passar à Q1.  
 Não  SE NÃO, acaba aqui o inquérito.

Q1. Gostaria que me dissesse quantas pessoas vivem **actualmente** nesta casa (incluindo a senhora. \_\_\_\_\_ pessoas. **INTRODUZIR UM NÚMERO ENTRE 3 E 20**

Quem são essas pessoas (laço de parentesco com a senhora)? / Qual o estado civil? / Qual o ano de nascimento? (Nº ENTRE 1900 e 1999)

	Laço com Ego	Estado civil	Ano de nascimento
<b>Pessoa 1</b>	<b>Ego</b>	NS/NR	NS
<b>Pessoa 2</b>			
<b>Pessoa 3</b>			
<b>Pessoa 4</b>			
<b>Pessoa 5</b>			
....			

*ano nasc. de ego  
entre 1950 ou 1974*

**Q1a ENTREVISTADOR: Trata-se de uma família nuclear (só pais com filhos)?**

**SIM**  **NÃO**

*(Se SIM, passar à Q 2)*

Q1.1. Em relação a essas pessoas que **actualmente** vivem consigo, fazem vida em comum ou em separado (refeições, convívios)?

1. Em comum	
2. Em separado	
3. Outra situação	
NS	

Q1.2. Por que razão vive com essas pessoas?

---

Q2. Este é o seu primeiro casamento/união?

Q2.1. E o do seu marido?

	Q2	Q2.1
1. SIM	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. NÃO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NS/NR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

*(Se respondeu SIM ou NS/NR NA Q2, passar à Q4;  
Se respondeu SIM ou NS/NR NA Q2.1, passar à Q4.1)*

Q3. Quantas vezes é que a senhora já viveu em casal, incluindo o seu actual casamento/união?

Q3.1. Quantas vezes é que o seu marido já viveu em casal, incluindo o actual casamento/união? **INTRODUZIR UM NÚMERO ENTRE 2 E 10.**

	Ego	Cônj
Nº de vezes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NS/NR	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Q4. A senhora teve filhos de uniões ou relações anteriores?

Q4.1. E o seu marido?

SIM	Ego	Cônj
NÃO		
NS/NR		

(Se respondeu SIM na Q4, passar à Q5 e Q5.2;

Se respondeu NÃO ou NS/NR passar à Q6)

Q5. Algum desses seus filhos vive actualmente com a senhora?

1. SIM, vivem todos comigo
2. NÃO, nenhum vive comigo
3. Uns vivem comigo e outros não

NS/NR


(Se respondeu 1 ou NS/NR não fazer a Q5.1. e a TB7.1.;

Se respondeu 2 ou 3 fazer a Q5.1. e a TB7.1.;

Q5.2. A senhora teve filhos do seu actual casamento/união?

SIM  
NÃO  
NR


(Se respondeu SIM, fazer a Q 6;

Se respondeu NÃO ou NS/NR, não fazer a Q6)

Q6. Os filhos que a senhora teve (DO ACTUAL CASAMENTO/UNIÃO) residem todos consigo actualmente?

SIM  
NÃO  
NS/NR


(Se respondeu SIM ou NS/NR, passar à Q 8;

Se respondeu NÃO, fazer a Q6.1. e TB7.2)

Q5.1. N° DE FILHOS ANTERIORES AO ACTUAL CASAMENTO QUE NÃO VIVEM COM EGO \_\_\_\_\_ (MÁXIMO

10)

Q7.1. Gostaria que me dissesse o ano de nascimento, o sexo e o nível de ensino (que frequentam ou máximo que frequentaram) dos filhos anteriores ao actual casamento/união que não vivem actualmente consigo (começando pelo filho mais velho, caso seja mais do que um).

	Ano Nasc.	Sexo	Nível de ensino	Razão por que não vivem com Ego
filho 1				
filho 2				
filho 3				
filho 4				
filho 5				

Q6.1. N° DE FILHOS DO ACTUAL CASAMENTO QUE NÃO VIVEM COM EGO \_\_\_\_\_ (MÁXIMO 10)

Q7.2. Gostaria que me dissesse o ano de nascimento, o sexo e o nível de ensino (que frequentam ou máximo que frequentaram) dos filhos do actual casamento/união que não vivem actualmente consigo (começando pelo filho mais velho, caso seja mais do que um).

	Ano Nasc.	Sexo	Nível de ensino	Razão por que não vivem com Ego
filho 1				
filho 2				
filho 3				
filho 4				
filho 5				

#### GRELHAS

Razões		Nível Ens. Concl.
1. Vive com o pai		1. 1º/2º ano
2. Vive com os avós		2. 3º/4º ano
3. Vive com outros familiares		3. 5º/6º ano
4. Saiu de casa e vive independente		4. 7º/8º/9º ano
5. Faleceu		5. 10º/11º/12º ano
6. Vive alternadamente em casa dos pais e de outros familiares		6. Ensino médio
7. Outros motivos		7. Ens. Superior
NS/NR		8. Ens. pós-licenciatura
Sexo 1-masc 2-fem		NA (não se aplica)
		NS/NR

Q8. Gostaria que me falasse das pessoas que nos momentos que lhe vou referir viviam consigo na mesma casa.

Q8.1. **Nos primeiros tempos do seu casamento/união**, quantas pessoas viviam consigo (incluindo a senhora)? \_\_\_\_\_ pessoas. **INTRODUZIR UM N° ENTRE 1 E 20**

Quem eram essas pessoas (laço de parentesco com a senhora)? / Qual o estado civil? / Qual o ano de nascimento? (N° ENTRE 1900 e 1999)

	Laço com Ego	Estado civil	Ano de nascimento
<b>Pessoa 1</b>	<b>Ego</b>	NS/NR	NS
<b>Pessoa 2</b>			
<b>Pessoa 3</b>			
<b>Pessoa 4</b>			
....			

*ano nasc. de ego entre 1950 ou 1974*

	Laço com Ego	Estado civil	Ano de nascimento
<b>Pessoa 1</b>	<b>Ego</b>	NS/NR	NS
<b>Pessoa 2</b>			
<b>Pessoa 3</b>			
<b>Pessoa 4</b>			
<b>Pessoa 5</b>			
....			

*ano nasc. de ego entre 1950 ou 1974*

**Q8.2a ENTREVISTADOR: Trata-se de uma família nuclear (só casal ou pais com filhos)?**

**SIM**  **NÃO**

*(Se SIM, passar à Q 10.)*

Q9.2. Em relação a essas pessoas que viviam consigo quando nasceu o vosso primeiro filho, faziam vida em comum ou em separado (refeições, convívios)?

4. Em comum	
5. Em separado	
6. Outra situação	
NS	

Q9.3.2. Por que razão vivia com essas pessoas?

\_\_\_\_\_

**Q10 A Q11...**

Agora gostaria que me dissesse onde nasceu (**concelho, ou país no caso de ser no estrangeiro**). E o seu (**actual**) marido?

Ego \_\_\_\_\_ Cônj. \_\_\_\_\_

Gostava que me dissesse onde morava...

**(concelho ou país, no caso de ser no estrangeiro)**

		<b>Concelho (ou País)</b>
<b>Antes de viver com o seu marido</b>	Ego	
	Cônj.	
<b>Nos primeiros tempos do vosso casamento/união</b>	Ego	
	Cônj.	
<b>Quando nasceu o vosso 1º filho</b>	Ego	
	Cônj.	

**Q8.1a ENTREVISTADOR: Trata-se de uma família nuclear (só casal ou pais com filhos)?**

**SIM**  **NÃO**

*(Se SIM, passar à Q 8.2.)*

Q9.1. Em relação a essas pessoas que viviam consigo nos primeiros tempo do seu casamento, faziam vida em comum ou em separado (refeições, convívios)?

1. Em comum	
2. Em separado	
3. Outra situação	
NS	

Q9.3.1 Por que razão vivia com essas pessoas?

\_\_\_\_\_

Q8.2. **Quando nasceu o vosso primeiro filho**, quantas pessoas viviam consigo (incluindo a senhora)? \_\_\_\_\_ pessoas. **INTRODUZIR UM N° ENTRE 1 E 20**

Quem eram essas pessoas (laço de parentesco com a senhora)? / Qual o estado civil? / Qual o ano de nascimento? (N° ENTRE 1900 e 1999)

Q12. Onde, ou em que situação, conheceu o seu (actual) marido?

1. No liceu ou faculdade	
2. No trabalho	
3. No local de férias	
4. Numa discoteca ou bar	
5. Num baile	
6. Numa festa entre amigos	
7. Numa festa de família	
8. Numa reunião de família	
9. Em casa de amigos	
10. Numa ida ao cinema, ao teatro, a um concerto, etc.	
11. No bairro ou aldeia onde viviam	
12. Numa associação recreativa, desportiva ou cultural	
13. Num clube reservado	
14. Num local público	
15. Sempre se conheceram	
16. Noutra situação ou local	
NS/NR	

Q13. E que idade é que a senhora tinha quando começou a namorar com ele? (entre 10 e 49 anos)

Idade \_\_\_\_\_ anos      NS/NR

Q13.1. A senhora e o seu marido começaram a viver juntos sem casar?

SIM  NÃO  NS/NR

(Se Ego respondeu NÃO, passar à Q13.2.)

Q13.1.1. E que idade é que tinha na altura?

Idade \_\_\_\_\_ anos      NS/NR

Q13.2. A senhora e o seu marido...

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| 1. Nunca casaram   | <input type="checkbox"/> |
| 2. Casaram só pelo civil   | <input type="checkbox"/> |
| 3. Casaram pela Igreja   | <input type="checkbox"/> |
| 4. Casaram primeiro pelo civil e passado algum tempo pela Igreja | <input type="checkbox"/> |
| NS/NR  | <input type="checkbox"/> |

(Se Ego respondeu 1 ou NS/NR, passar à Q14)

(Se Ego respondeu 2 ou 3, passar à Q13.2.1.)

(Se Ego respondeu 4, passar à Q13.2.2.)

Q13.2.1. Que idade tinha na altura?

anos

Q13.2.2. Que idade tinha quando casou pelo civil?

anos

Q13.2.3. E que idade tinha quando casou pelo religioso?

anos

Q14. Do ponto de vista da religião, a senhora considera-se....

Q14.1. E o seu (actual) marido?

	Ego	Cônj.
1. Sem religião		
2. Católica praticante (ir à missa, participar em actividades religiosas)		
3. Católica não praticante		
4. De outra religião		
NS/NR		

14a. Qual?(ego)

\_\_\_\_\_

14.1a Qual? (conj)

\_\_\_\_\_

Q15(INTRO). Agora gostaria que me dissesse qual o seu grau de escolaridade e o do seu marido nos diferentes momentos que lhe vou referir.

Qual o seu grau de escolaridade quando..... Qual o grau de escolaridade do seu marido quando....

	Começou a viver com marido?		Nascimento do vosso 1º filho ?		Actualmente?	
	Ego	Cônj.	Ego	Cônj.	Ego	Cônj.
1.Não sabia ler nem escrever						
2.Sabia ler e escrever						
3.Ensino básico primário ou equivalente(4ª classe)						
4.Ensino básico preparatório ou equivalente						
5.Ensino básico unificado ou equivalente						
6.Ensino secundário complementar ou equivalente						
7Curso pós-secundário (curso médio, bacharelato, licenciatura incompleta)						
8.Curso superior (licenciatura completa)						
9.Formação pós-licenciatura (mestrado, doutoramento)						
NS/NR						

Q16. Gostava de lhe fazer algumas perguntas sobre a vossa vida profissional: sobre o que faziam (se trabalhavam, estudavam...) e a vossas profissões.

Q16.1. a Q23.4

A SENHORA...

	Condição perante o trabalho	Profissão (ou profissões) (explicitar bem)	Situação na profissão (principal)	Horas de trabalho profissional (entre 1 e 20 horas por dia)
Quando começou a namorar com o (actual) marido qual era...	NS		NS	
Nos primeiros tempo do vosso casamento/união qual era...				NS
Quando nasceu o vosso 1º filho qual era...				
Actualmente qual é...				

O SEU MARIDO

	Condição perante o trabalho	Profissão (ou profissões) (explicitar bem)	Situação na profissão (principal)	Horas de trabalho profissional (entre 1 e 20 horas por dia)
Quando o seu marido começou a namorar com a senhora qual era...				
Nos primeiros tempo do vosso casamento/união qual era...				
Quando nasceu o vosso 1º filho qual era...				
Actualmente qual é...				

Grelhas

Condição perante o Trabalho	Situação na profissão (principal)
1. Estudante	1. Assalariado por conta de outrem
2. Exerce uma profissão	2. Isolado/trabalhador por conta própria
3. Trabalhador e Estudante	3. Patrão (com menos de 5 pessoas ao serviço)
4. Desempregada/o	4. Patrão (com 5 ou mais pessoas ao serviço)
5. Doméstica/o	5. Trabalhador familiar não remunerado
6. Doméstica/o com algum trabalho remunerado	6. Outra
7. Reformada(o)/pensionista(o)	
8. A cumprir o serviço militar obrigatório	
9. Incapacitada/o permanentemente para o trabalho	
10. Emprego temporário (biscates)	
12. Outra situação	

Q24 Vamos falar agora do início da sua vida de casal e do que era muito importante para a senhora, na altura. Das frases que lhe vou ler, gostava que me fosse dizendo o que é que era realmente fundamental, para si, nos primeiros tempos do seu casamento/união.

MOSTRAR GRELHA 1

Era muito importante.... SIM ou NÃO?	SIM	NÃO	NS/ NR
Q24. Ter um lar e uma casa a seu gosto			
Q25. Alcançar um bom nível financeiro e progredir na vida			
Q26. Ter uma pessoa para não ficar sozinha, em caso de necessidade (doença, velhice...)			
Q27. Viver um amor intenso			
Q28. Ter uma pessoa para poder enfrentar melhor as dificuldades económicas da vida			
Q29. Ter filhos			
Q30. Ter uma pessoa com quem pudesse partilhar os seus projectos de vida profissional			
Q31. Sentir que a sua família estava contente por a senhora estar casada			
Q32. Ter uma pessoa que realmente a compreendesse e com quem pudesse dialogar			
Q33. Ter uma vida sexual gratificante			
Q34. Sentir-se mais independente face à sua família			
Q35. Ter uma pessoa e um lugar que a fizessem sentir alguém			
Q36. Ter uma pessoa ao seu lado para sempre e poder sentir-se segura afectivamente			
Q37. Tomar conta de uma família			
Q38. Fazer como as outras mulheres, porque se chega uma altura em que é natural casar			
Q38.1. Ter uma pessoa com quem se pudesse partilhar gostos e ideias semelhantes			

(Q39 só para mulheres que tenham filhos, que não são do actual casamento, a viver com elas)

Q39 Os seus filhos terem um pai/uma figura masculina no dia-a-dia			
Q40 ...mais alguma coisa? Q40a O quê?			

Q41(intro). Gostava agora falasse da maneira como a senhora tem procurado viver em família. P/ exemplo: MOSTRAR GRELHA 2

Q41. *Na vossa relação a dois, a senhora tem tentado sobretudo...*

1. Manter uma relação de respeito pelo casamento e pelos deveres que ele implica	
2. Manter uma relação de amigos e companheiros um do outro	
3. Manter, sobretudo, uma relação de amor e paixão	
NS/NR	

Q42. *Na vossa relação a dois, a senhora tem tentado ...*

1. Conversar/dialogar sempre sobre todos os assuntos	
2. Conversar/dialogar sobretudo quando há problemas para resolver	
3. Não perder muito tempo a conversar/dialogar	
NS/NR	

Q43. *Muitos casais conhecem hoje a experiência do divórcio/separação. No seu caso pessoal sente que se houvesse problemas no seu casamento/união...*

1. Não aceitaria o divórcio/separação, a não ser que fosse obrigada	
2. Teria muita dificuldade em aceitar o divórcio/separação	
3. Aceitaria o divórcio/separação como uma situação difícil, mas necessária quando há motivos sérios	
4. Aceitaria o divórcio/separação como a melhor solução	
NS/NR	

Q44. *Na sua vida, independentemente da atenção que dá a todos, sente que tem tentado pôr à frente...*

1. A sua relação com o seu marido/companheiro	
2. A sua relação com os seus filhos	
3. A vossa relação (sua e do seu marido) com os filhos	
4. A vossa relação (sua, do seu marido e dos seus filhos) com outros parentes (pais, sogros, tios, primos, etc...)	
NS/NR	

Q45. *Na relação que tem com o seu marido, tem tentado sobretudo...*

1. Partilhar com ele todos os momentos, gostos, amigos de forma intensa	
2. Partilhar uma vida em comum com ele, mas guardar certos momentos, gostos, amigos para si	
3. Sobretudo cada um ter os seus momentos, gostos e amigos	
NS/NR	

Q46. *No que respeita à participação do seu marido no trabalho doméstico, a senhora tem tentado ...*

1. Poupar o seu marido às tarefas domésticas	
2. Dividir todas as tarefas domésticas com o seu marido	
3. Fazer as tarefas domésticas com alguma ajuda do seu marido	
NS/NR	

Q47. *E agora pensando nos casais em geral, acha que...*

1. O casal deve dividir todas as tarefas domésticas	
2. O marido deve dar uma ajuda e a mulher fazer a maior parte do trabalho	
3. A mulher deve fazer tudo sozinha	
NS/NR	

Q48. *Continuando a pensar nos casais em geral acha que...*

1. Deve ser só o marido a trabalhar fora de casa para garantir o sustento da família	
2. Deve ser sobretudo o marido a trabalhar fora de casa e a mulher a dar uma ajuda se for preciso	
3. Ambos devem trabalhar fora de casa e contribuírem para o sustento da família	
NS/NR	

Q49. *No que respeita à participação do seu marido nos cuidados com os filhos (levá-los à escola, levá-los ao médico, etc.), a senhora tem tentado ...*

1. Cuidar sozinha dos filhos	
2. Partilhar com o seu marido os cuidados com os filhos	
3. Cuidar dos filhos, procurando, de vez em quando, a ajuda no seu marido	
NS/NR	

Q50. *No que respeita à participação dos seus filhos (a partir de uma certa idade) nas tarefas domésticas, a senhora tem tentado ...*

1. Dividir com os seus filhos todas as tarefas domésticas	
2. Fazer as tarefas domésticas com alguma ajuda dos filhos	
3. Que eles sejam poupados às tarefas domésticas	
NS/NR	

Q51. *E agora, na relação da sua família com outros parentes, a senhora e o seu marido têm tentado...*

1. Manter contactos muito frequentes com as vossas famílias	
2. Manter contactos relativamente frequentes com as vossas famílias	
3. Manter contactos pouco frequentes com as vossas famílias	
NS/NR	

Q52. *Na escolha da casa onde vivem hoje, a senhora e o seu marido procuraram...*

1. A proximidade à família	
2. Um certo afastamento da família	
3. A família não foi um motivo importante na escolha da casa	
NS/NR	

Q53. No que respeita à relação com parentes próximos (pais, sogros, irmãos...), na sua família têm tentado...

1. Apoiarem-se sempre uns aos outros	
2. Apoiarem-se sobretudo em momentos de necessidade	
3. Bastarem-se a si próprios sem apoio uns dos outros	
NS/NR	

Q54. Na relação com a vida do vosso bairro/lugar e da vizinhança, a senhora e o seu marido têm tentado...

1. Participar intensamente na vida do bairro/lugar	
2. Dar-se bem com a vizinhança, mas sem grandes intimidades	
3. Evitar contactos com os vizinhos e a vida do bairro/lugar	
NS/NR	

Q55. No que respeita às saídas e aos convívios com outras pessoas (amigos, colegas...), a senhora e o seu marido têm tentado ...

1. Passar os tempos livres sobretudo sozinhos sem os amigos	
2. Passar os tempos livres às vezes sozinhos, às vezes com amigos	
3. Passar os tempos livres sobretudo com amigos	
NS/NR	

Q56. No que respeita à gestão do dinheiro na sua família, a senhora e o seu marido têm tentado...  
(Escolher até 3 respostas)

1. Ter sempre algum dinheiro de reserva	
2. Usar o dinheiro na compra de coisas novas e em actividades que dêem prazer (roupas, restaurantes...)	
3. Conseguir ir vivendo o dia-a-dia garantindo sobretudo o sustento de todos	
4. Aplicar o dinheiro na compra de uma casa própria para habitação.	
5. Aplicar o dinheiro na compra de outras casas, terrenos...	
6. Investir em negócios / montar um negócio	
7. Aplicar o dinheiro em estudos e formação profissional (sua ou do seu marido)	
8. Aplicar o dinheiro em estudos e formação profissional dos seus filhos	
9. Aplicar o dinheiro em equipamentos (carro, máquinas agrícolas, aparelhos domésticos)	
10. Aplicar o dinheiro em actividades e bens que permitam à família informar-se e conhecer melhor o mundo à sua volta	
11. Aplicar algum dinheiro em jogos de sorte (totoloto, jackpot, lotaria...)	
12. Outras Q56a Especifique)	
NS/NR	

Q56.1. No que respeita à organização do dinheiro em sua casa, a senhora e o seu marido têm tentado ...

1. Ter o dinheiro num bolo comum e os dois irem tirando para o que é preciso	
2. Ter uma parte do dinheiro num bolo comum e cada um ter algum dinheiro em separado	
3. Cada um ter o seu dinheiro em separado e irem contribuindo à medida das despesas	
4. Ser apenas um de vós a ter o dinheiro nas suas mãos e ir dando para o que é preciso	
NS/NR	

(Se Ego respondeu 4 responder à Q56.2)

Q56.2.. E quem tem o dinheiro?

Ego  Cónj.  outra  NS/NR

(Se Ego respondeu 2 ou 3 responder à Q56.3)

Q56.3. De acordo com os vossos rendimentos, como é que a senhora e o seu marido contribuem para as despesas? **MOSTRAR GRELHA 3**

1. Contribui mais a senhora porque tem mais rendimentos	
2. Contribui mais o seu marido porque tem mais rendimentos	
3. Contribuem os dois com a mesma quantia, apesar de terem rendimentos diferentes	
4. Contribuem os dois com a mesma quantia, sendo os vossos rendimentos semelhantes	
5. É a senhora quem mais contribui, apesar de terem rendimentos semelhantes	
6. É o seu marido quem mais contribui, apesar de terem rendimentos semelhantes	
NS/NR	

**Q57. O casamento pode introduzir alterações na vida de uma pessoa. Gostaria que me dissesse se, no seu caso, o facto de ter começado a viver com o seu actual marido provocou alguma das alterações que abaixo se indicam e se acha que essas alterações foram para si *positivas, negativas* ou *indiferentes*: **MOSTRAR GRELHA 4****

Acha que o seu casamento alterou...	E acha que isso foi para si:						
	Para mais	Para menos	Ficou igual	positivo	negativo	indiferente	NA
Q57.1. a quantidade de tarefas domésticas que passou a realizar		NS/NR		NS/NR			
Q57.2. a sua vontade de estudar/investir na sua formação (estudos)							
Q57.3. a importância que tinha para si o seu trabalho fora de casa / a sua profissão							
Q57.4. a sua relação com a casa, ou seja o tempo que passou a estar em casa							
Q57.5. os contactos com os seus familiares (pais, irmãos...)							
Q57.6. as suas saídas a espaços de lazer (café/jardim/centro comercial...) e o contacto com os seus amigos							
Q57.7. a sua imagem pessoal (o cuidar de si: roupa, cabelo, corpo...)							
Q57.8. a sua saúde (física e mental)							
Q57.9. o seu tempo pessoal para fazer o que lhe apetecia							
Q57.10. a sua relação íntima com o seu marido (o sentir-se desejada/querida por ele)							
Q57.11. o diálogo, a conversa sobre o seu dia-a-dia com o seu marido							
Q57.12. a sua independência (nas decisões, na gestão do seu quotidiano)							
Q57.13. o seu sentimento de ser adulta							

**Q58(intro) Vamos agora falar acerca das tarefas domésticas em sua casa. Relativamente aos diversos momentos que lhe vou referir diga-me quem fazia ou participava sempre ou muitas vezes nas seguintes tarefas.**

**NOS PRIMEIROS TEMPOS DO VOSSO CASAMENTO QUEM.....**

	NA	NS/NR	Ego	Cônj	Filhos	Filhas	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Fazia as compras para a casa sempre ou muitas vezes?																
Tratava das refeições																
Lavava a loiça/ punha a loiça na máquina																
Tratava da roupa																
Tratava da limpeza da casa																
Fazia pequenas reparações em casa																
Tratava das tarefas administrativas																



Q59. QUANDO NASCEU O VOSSO PRIMEIRO FILHO QUEM....

	NA	ns/nr	Ego	Cônj	Filhos	Filhas	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Fazia as compras para a casa sempre ou muitas vezes?																
Tratava das refeições																
Lavava a loiça/ punha a loiça na máquina																
Tratava da roupa																
Tratava da limpeza da casa																
Fazia pequenas reparações em casa																
Tratava das tarefas administrativas																
Dava o jantar ao bebé																
Dava banho ao bebé																
Adormecia o bebé à noite																
Se levantava à noite para cuidar do bebé																

Q60. ACTUALMENTE QUEM....

	NA	ns/nr	Ego	Cônj	Filhos	Filhas	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Faz as compras para a casa sempre ou muitas vezes?																
Trata das refeições																
Lava a loiça/ põe a loiça na máquina																
Trata da roupa																
Trata da limpeza da casa																
Faz pequenas reparações em casa																
Trata das tarefas administrativas																
Ajuda os filhos nos trabalhos escolares																
Leva os filhos à escola																
Leva os filhos ao médico																
Está com os filhos na hora de deitar																

**Q61(intro). Vamos agora falar das conversas em sua casa. Queremos saber quem conversa com quem sobre alguns assuntos. REFIRA TODAS AS PESSOAS QUE ESTÃO UMAS COM AS OUTRAS A FALAR SOBRE ESSES ASSUNTOS.**

- ✓ Quem costuma conversar com quem sobre assuntos profissionais em sua casa?
- ✓ E quem mais da sua casa costuma conversar sobre este assunto?
- ✓ E há mais alguém?

	NA	NS/NR	Ego	Cônj	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Assuntos profissionais ( <i>vida de trabalho</i> )																

- ✓ Quem costuma conversar com quem sobre assuntos escolares em sua casa?
- ✓ E quem mais da sua casa costuma conversar sobre este assunto?
- ✓ E há mais alguém?

	NA	NS/NR	Ego	Cônj	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Assuntos escolares ( <i>a escola e os estudos</i> )																

- ✓ Quem costuma conversar com quem sobre assuntos domésticos em sua casa?
- ✓ E quem mais da sua casa costuma conversar sobre este assunto?
- ✓ E há mais alguém?

	NA	NS/NR	Ego	Cônj	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Assuntos domésticos ( <i>a casa, as despesas, as tarefas, a comida</i> )																

- ✓ Quem costuma conversar com quem sobre assuntos desportivos em sua casa?
- ✓ E quem mais da sua casa costuma conversar sobre este assunto?
- ✓ E há mais alguém?

	NA	NS/NR	Ego	Cônj	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Assuntos desportivos																

- ✓ Quem costuma conversar com quem sobre assuntos culturais e de actualidade política e social em sua casa?
- ✓ E quem mais da sua casa costuma conversar sobre este assunto?
- ✓ E há mais alguém?

	NA	NS/NR	Ego	Cônj	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Assuntos culturais ( <i>livros, cinema, jornais, espectáculos...</i> ) e de actualidade política e social																

- ✓ Quem costuma conversar com quem sobre problemas pessoais em sua casa?
- ✓ E quem mais da sua casa costuma conversar sobre este assunto?
- ✓ E há mais alguém?

	NA	NS/NR	Ego	Cônj	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	Fam.M	Fam.F	N.Fam.M	N.Fam.F	Emp.R	Emp.NR
Problemas pessoais																

**Depois de termos falado do seu casamento e da sua vida familiar, gostaria que falássemos um pouco mais acerca dos seus filhos e do que foi e é para si ter filhos.**

Q62. Antes de ter o seu primeiro filho...

1. Queria ter filhos, mas não sabia quantos	
2. Queria ter filhos e sabia quantos	
3. Não queria ter filhos	
4. Não sabia se queria ter filhos	
NR	

*(Se respondeu 1 na pergunta 1, responder à Q62.1.)*

*(Se respondeu 2 na pergunta 1, responder à Q62.2 e Q62.3.)*

*(Se respondeu 3 na pergunta 1, responder à Q62.4.)*

*(Se respondeu 4 na pergunta 1, responder à Q62.5.)*

Q62.1. Por que é que queria ter filhos mas não sabia quantos? \_\_\_\_\_

Q62.2. Quantos filhos? \_\_\_\_\_

Q62.3. Por que é que queria ter esse número de filhos? \_\_\_\_\_

Q62.4. Por que é que não queria ter filhos? \_\_\_\_\_

Q62.5. Por que é que não sabia se queria ter filhos? \_\_\_\_\_

**(SE EGO SÓ TÊM FILHOS DA UNIÃO ACTUAL, PASSAR À Q64)**

Q63. Quando começou a viver com o seu actual marido, queria ter filhos?

1. Sim, mas não sabia quantos	
2. Sim e sabia quantos	
3. Não queria	
4. Não sabia	
NR	

*(Se respondeu 1 na pergunta 1, responder à Q63.1.)*

*(Se respondeu 2 na pergunta 1, responder à Q63.2 e Q63.3.)*

*(Se respondeu 3 na pergunta 1, responder à Q63.4.)*

*(Se respondeu 4 na pergunta 1, responder à Q63.5.)*

Q63.1. Por que é que queria ter filhos mas não sabia quantos? \_\_\_\_\_

Q63.2. Quantos filhos? \_\_\_\_\_

Q63.3. Por que é que queria ter esse número de filhos? \_\_\_\_\_

Q63.4. Por que é que não queria ter filhos? \_\_\_\_\_

Q63.5. Por que é que não sabia se queria ter filhos? \_\_\_\_\_

Q64. Quantos filhos teve até agora? \_\_\_\_\_ NS/NR

TB64. Agora relativamente a todos os filhos, gostaria que nos dissesse se eles foram ou não planeados. **INDICAR OS FILHOS DO MAIS VELHO PARA O MAIS NOVO.**

Filhos	1. Planeado (procurou engravidar)	2. Não Planeado (aconteceu)	NS/NR
1º			
2º			
3º			
4º			
...			

Q65. Pretende vir a ter mais filhos?

1. SIM  2. NÃO  NS

Q65.1. Porquê? \_\_\_\_\_

*(Se respondeu SIM na pergunta anterior, responder à Q65.2.)*

Q65.2. E quantos filhos pretende ter?

\_\_\_\_\_ NS

Q66. E para si qual é o número ideal de filhos numa família?

\_\_\_\_\_ NS

Q67(intro). Os filhos são muito importantes na nossa vida. Das razões abaixo indicadas, e pensando concretamente nos seus filhos, gostaria que me dissesse porque é que hoje eles são importantes para si.

**MOSTRAR GRELHA 5**

OS SEUS FILHOS SÃO IMPORTANTES PORQUE...	SIM	NÃO	NS/NR
Q67.1 são uma fonte de alegria na sua vida			
Q67.2 são uma ajuda em casa e no trabalho			
Q67.3 são o símbolo do amor entre os pais			
Q67.4 são uma companhia para toda a vida			
Q67.5 tratar deles no dia-a-dia é um prazer			
Q67.6 poderão realizar sonhos que a senhora não conseguiu realizar – estudos, profissão, bom nível de vida			
Q67.7 são o único amor que dura para toda a vida			
Q67.8 poderá contar com eles em caso de doença e de necessidade económica			
Q67.9 ser mãe realiza-a plenamente como mulher			
Q67.10 são uma fonte de alegria para os familiares (avós, tios...)			
Q67.11 darão continuidade à família (aos costumes, ao nome, ao património)			
Q67.12 com eles pode aprender coisas novas			
Q67.13 são bons companheiros com quem gosta de se divertir			
Q67.14 são alguém que lhe tem respeito e que pode educar à sua maneira			
Q67.15 Os seus filhos são importantes por mais alguma razão?			
Q67.15a (especifique)			

Quando teve o primeiro filho do seu actual casamento, com quem ou onde é que ele ficava **durante o dia** entre os 3 e os 6 meses? E entre os 7 e os 12 meses? E entre 1 e 2 anos? SE HOUVER MAIS DO QUE UMA SITUAÇÃO HABITUAL INDIQUE AS 2 PRINCIPAIS.

	Q69.1	Q69.2	Q69.3
Soluções de guarda	3 a 6 meses	7 a 12 meses	1 a 2 anos
1. Em casa com a senhora (ego)			
2. Em casa com uma empregada			
3. Com a mãe de ego			
4. Com uma irmã de ego			
5. Com a sogra			
6. Com uma irmã do cônjuge			
7. Numa creche/jardim de infância			
8. Numa ama			
10.Outra situação (especifique)			

Q68. Das razões que assinalou, gostaria que me dissesse quais as duas fundamentais para que eles sejam hoje tão importantes na sua vida:

**Q70. O nascimento de um filho pode introduzir alterações na vida de uma pessoa.** Gostaria que me dissesse se o nascimento do seu primeiro filho do actual casamento provocou alguma das alterações que abaixo se indicam e se essas alterações foram para si *positivas, negativas* ou *indiferentes*:

**MOSTRAR GRELHA 6**

Acha que o nascimento do seu primeiro filho do actual casamento alterou...	Para mais	Para menos	Ficou igual	E acha que isso foi para si:			
				positivo	negativo	indiferente	NA
Q70.1. a quantidade de tarefas domésticas que passou a realizar							
Q70.2. a sua vontade de estudar/investir na sua formação (estudos)							
Q70.3. a importância que tinha para si o seu trabalho fora de casa / a sua profissão							
Q70.4. a sua relação com a casa, ou seja o tempo que passou a estar em casa							
Q70.5. os contactos com os seus familiares (pais/irmãos)							
Q70.6. as suas saídas a espaços de lazer (café/jardim/ c. comercial) e o contacto com os seus amigos							
Q70.7. a sua imagem pessoal (o cuidar de si: roupa, cabelo, corpo...)							
Q70.8. a sua saúde (física e mental)							
Q70.9. o seu tempo pessoal para fazer o que lhe apetecia							
Q70.10. a sua relação íntima com o seu marido (o sentir-se desejada/querida por ele)							
Q70.11. o diálogo, a conversa sobre o seu dia-a-dia com o seu marido							
Q70.12. a sua independência (nas decisões, na gestão do seu quotidiano)							
Q70.13. seu sentimento de ser adulta							

(SE EGO NÃO TIVER FILHOS DE UNIÕES/RELAÇÕES ANTERIORES – SE RESPONDEU NÃO À QUESTÃO 4– PASSAR À Q74)

**Q71.** Considerando que o seu actual marido é padrasto dos seus filhos do casamento/união anterior, diga como classifica o relacionamento entre eles.

1. Bom	
2. Às vezes bom, às vezes difícil	
3. Difícil	
NS/NR	

**Q72.** Os seus filhos tratam o padrasto por:

1. Pai ou diminutivo de pai (papá, paizinho...)	
2. Apelido	
3. Padrinho	
4. Tio	
5. Nome próprio ou diminutivo	
6. Outro	
NS/NR	

**Q73.** E como é que eles consideram o padrasto?

1. É o marido/namorado da mãe, a quem não se sentem ligados	
2. É um amigo	
3. É um segundo pai	
4. É uma pessoa aparentada (tio...)	
5. Outro (especifique)	
NS/NR	

NUMFIL. Quantos filhos vivem consigo actualmente (incluindo enteados) com 6 anos ou mais? \_\_\_\_\_

- ✓ Q74intro. Gostaria agora que me falasse acerca desses filhos, começando pelo mais velho.
- ✓ Qual é o nível de ensino que o seu filho frequenta ou qual o máximo que frequentou?
- ✓ O que faz actualmente (estuda, trabalha...)?
- ✓ Tem rendimentos próprios (salário, bolsa...)?
- ✓ Contribui para as despesas da casa da senhora?

Filhos por ordem decrescente de idades	Nível de ensino	O que fazem?									Têm rendimentos próprios (salário, bolsas...)?*		Contribuem para as despesas da casa da senhora?	
		1. Só estuda	2. Trabalha	3. Ajuda emp. familiar	4. Estuda e trabalha	5. Estuda e ajuda em empresa familiar	6. Desemp. ou à procura do 1º emp.	7. Não tem ocupação	8. Doméstica/o	9. Outra	1.SIM	2. NÃO	1.SIM	2.NÃO
1º														
2º														
3º														
4º														
5º														

GRELHA NÍVEL DE ENSINO DOS FILHOS
1. 1º/2º ano
2. 3º/4º ano
3. 5º/6º ano
4. 7º/8º/9º ano
5. 10º/11º/12º ano
6. Ensino médio
7. Ens. Superior
8. Ens. pós-licenciatura
NA (não se aplica)
NS/NR

**Q75. Gostava que falássemos sobre os apoios ou ajudas que a senhora e a sua família costumavam receber ...**

NOS PRIMEIROS TEMPOS DO VOSSO CASAMENTO... INDICAR ATÉ 3 HIPÓTESES											
TIVERAM ALGUÉM QUE...	E QUEM ERAM AS PESSOAS/		E ESSAS PESSOAS MORAVAM ONDE? MOSTRAR GRELHA 7								
	NÃO	INSTITUIÇÕES QUE VOS DAVAM ESSE APOIO?  E TIVERAM ESSE APOIO DE MAIS ALGUÉM?	1.Mesma casa/apartamento	2.Mesmo prédio ou edifício	3.prédio/casa vizinho	4.mesma rua	5.mesmo bairro ou lugar	6.mesma cidade ou locais próximos	7. mesma região	8.noutra região	9.noutro país
<b>VOS DESSE APOIO FINANCEIRO</b> - dar ou emprestar dinheiro; - pagar contas, despesas											
<b>VOS DESSE APOIO MATERIAL</b> - dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa											
<b>.VOS DESSE APOIO NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b> - fazer tarefas domésticas - dar comida feita para levar											
<b>VOS DESSE APOIO NOUTROS SERVIÇOS</b> pequenas reparações na casa; - transporte a pessoas, recados											
<b>VOS DESSE APOIO MORAL</b> - desabafar; - conversar sobre problemas											

<b>Q75.2. NA ALTURA EM QUE NASCEU O VOSSO PRIMEIRO FILHO... INDICAR ATÉ 3 HIPÓTESES</b>										
<b>TIVERAM ALGUÉM QUE...</b>	<b>E QUEM ERAM AS PESSOAS/INSTITUIÇÕES</b>		<b>E ESSAS PESSOAS MORAVAM ONDE? MOSTRAR GRELHA 7</b>							
	<b>NÃO</b>	<b>QUE VOS DAVAM ESSE APOIO?  E TIVERAM ESSE APOIO DE MAIS ALGUÉM?</b>	<b>1. Mesma casa/apartamento</b>	<b>2. Mesm o prédio ou edifício</b>	<b>3. prédio/c asa vizinho</b>	<b>4. mesm a rua</b>	<b>5. mesmo bairro ou lugar</b>	<b>6. mesma cidade ou locais próximos</b>	<b>7. mesm a região</b>	<b>8. noutra região</b>
<b>VOS DESSE APOIO FINANCEIRO</b> - dar ou emprestar dinheiro; - pagar contas, despesas										
<b>VOS DESSE APOIO MATERIAL</b> - dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa										
<b>VOS DESSE APOIO NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b> - fazer tarefas domésticas, - dar comida feita para levar										
<b>VOS DESSE APOIO NOUTROS SERVIÇOS (não contar com serviços às crianças)</b> - transporte a pessoas, recados - pequenas reparações na casa;										
<b>VOS DESSE APOIO MORAL</b> - desabafar; - conversar sobre problemas										
<b>VOS DESSE APOIO NOS CUIDADOS ÀS CRIANÇAS</b> - tomar conta de dia ou de noite - levar ao médico, à escola										



Q75.3. ACTUALMENTE... TÊM ALGUÉM QUE...	E QUEM SÃO AS PESSOAS/INSTITUIÇÕES		E ESSAS PESSOAS MORAVAM ONDE? MOSTRAR GRELHA 7								
	NÃO	QUE VOS DÃO ESSE APOIO?	1. Mesma casa/aparta mento	2. Mesmo prédio ou edifício	3. prédio/ casa vizinho	4. mesma rua	5. mesmo bairro ou lugar	6. mesma cidade ou locais próximos	7. .mesma região	8. noutra região	9. noutro país
		E TÊM ESSE APOIO DE MAIS ALGUÉM?									
<b>VOS DÊ APOIO FINANCEIRO</b> - dar ou emprestar dinheiro;- pagar contas, despesas											
<b>VOS DÊ APOIO MATERIAL</b> - dar roupa, objectos e alimentos para a família e para a casa											
<b>VOS DÊ APOIO NOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b> - fazer tarefas domésticas, - dar comida feita para levar											
<b>VOS DÊ APOIO NOUTROS SERVIÇOS (não contar com serviços às crianças)</b> - pequenas reparações na casa; - transporte a pessoas, recados											
<b>VOS DÊ APOIO MORAL</b> - desabafar; - conversar sobre problemas											
<b>VOS DÊ APOIO NOS CUIDADOS ÀS CRIANÇAS</b> - tomar conta de dia ou de noite - levar ao médico, à escola											

Q76. Ao longo da sua vida que outras **grandes ajudas e ofertas** é que teve e por parte de quem?  
*(Indicar apenas as três principais pessoas de quem tenha recebido cada tipo de ajuda/oferta).*

Ajudas	NÃO	QUEM?
Ajudar em grandes festas (casamento, baptizado), teve alguém?		
Dar dinheiro (quantias elevadas) , teve alguém?		
Oferecer ou ajudar na compra de móveis e electrodomésticos, etc. para a casa e para o bebé, teve alguém?		
Dar um carro, teve alguém?		
Deixar uma herança, teve alguém?		
Dar sociedade/oferecer um negócio, teve alguém?		
Emprestar dinheiro / ser fiador de grandes compras, teve alguém?		

TB76.1	NÃO	QUEM?	Em que momento da sua vida familiar? (Quando casou, quando nasceu o vosso 1º filho...)
Dar uma casa, um andar, um terreno ou outros bens imóveis, teve alguém?			
Alojar por um período de tempo mais ou menos longo ou emprestar uma casa, teve alguém?			
Arranjar um emprego, teve alguém?			

76.2. Neste momento, a senhora, ou o seu marido, dão alguma ajuda importante a um familiar, amigo ou vizinho? **SIM**  **NÃO**  **NS/NR**   
*(Se respondeu NÃO ou NS/NR passar à Q77)*

76.3. Quem são essas pessoas? (INDICAR ATÉ 5 PESSOAS)

1.
2.
3.
4.
5.

**Q77INTRO. Falemos agora sobre os vossos convívios e lazeres (seus e das pessoas que vivem consigo).....MOSTRAR GRELHA 8**

**Q77. IR AO CINEMA.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência?

E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência			
	NÃO	Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid		Emp. não resid	1.Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2.De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3.Pouca frequência (algumas vezes por ano)
Ir ao cinema																			

**Q77.2. IR A EXPOSIÇÕES E MUSEUS.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência?

E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência			
	NÃO	Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid		Emp. não resid	1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)
Ir a exposições, e museus																			

**Q77.3. IR A ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS (FUTEBOL, ETC...).**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência?

E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência			
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam. Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid		1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)	
Ir a espectáculos desportivos (futebol, etc.)																				

**Q77.4 PARTICIPAR EM ACTIVIDADES RELIGIOSAS.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência			
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam. Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid		1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)	
Participar em actividades religiosas																				

**Q77.5. PARTICIPAR EM ACTIVIDADES POLÍTICAS E SINDICAIS.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência			
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam. Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid		1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)	
Participar em actividades político-sindicais																				

**Q77.6 FAZER DESPORTO.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência				
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid		1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)		
Fazer desporto																					

**Q77.7. IR AO CAFÉ/PASTELARIA.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência					
		Eg o	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid		1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)			
Ir ao café/ pastelaria																						

**Q77.8. REALIZAR ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior? (Lista)	Frequência					
		E g o	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid		1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)			
Realizar actividades de apoio social																						

**Q77.9. IR AO RESTAURANTE.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior?	Frequência			
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid	(Lista)	1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)	
Ir ao restaurante																				

**Q77.10. COMER EM CASA DE ALGUÉM OU ALGUÉM COMER EM SUA CASA.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior?	Frequência			
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid	(Lista)	1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)	
Comer em casa de alguém ou alguém comer em sua casa																				

**Q77.11. IR A CASA DE ALGUÉM, PASSAR EM CASA DE... ALGUÉM IR A SUA CASA.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior?	Frequência			
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid	(Lista)	1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)	
Ir a casa de alguém, passar em casa de... alguém ir a sua casa.																				

**Q77.12. FICAR A DORMIR EM CASA DE ALGUÉM OU PASSAR ALGUNS DIAS.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	N Ã O	Quem do seu grupo doméstico												Com Quem do exterior?  (Lista)	Frequência				
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.		Emp. resid	Emp. não resid	1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)
Ficar a dormir em casa de alguém ou passar alguns dias																			

**Q77.13. SAIR, DAR UMA VOLTA.**

Há alguém da sua casa que o faça **com alguma frequência**?

Quem o faz e com quem cá de casa? E vão com outras pessoas exteriores à casa (familiares, amigos...)? E vão com que frequência? E há mais alguém cá de casa que o faça?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico												Com Quem do exterior?  (Lista)	Frequência				
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.		Emp. resid	Emp. não resid	1. Muita frequência (todos dias, 1-2 vezes / semana)	2. De vez em quando (15 em 15 dias; 1 vez por mês)	3. Pouca frequência (algumas vezes por ano)
Sair, dar uma volta																			

**Q78.1. ÚLTIMAS FÉRIAS GRANDES.**

Quem, da sua casa, passou em conjunto? E com quem do exterior (amigos, familiares...)? E houve mais alguém?

Convívios/ Actividades	NÃO	Quem do seu grupo doméstico												Com Quem do exterior?  (Lista)				
		Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.		Emp. resid	Emp. não resid		
Últimas férias grandes																		

Q78.2 ÚLTIMO NATAL (Consoada e Dia de Natal).

Quem, da sua casa, passou em conjunto? E passaram-no com quem do exterior (amigos, familiares...)? E houve mais alguém?

Convívios/ Actividades	Quem do seu grupo doméstico														Com Quem do exterior?	
	NÃO	Ego	Cônj.	F <sup>os</sup>	F <sup>as</sup>	Pai	Mãe	Sogro	Sogra	F.am Masc	Fam Fem.	Não F.am Masc	Não Fam. Fem.	Emp. resid	Emp. não resid	(Lista)
Último Natal																

**Lista de pessoas  
do exterior**

- |   |                                   |
|---|-----------------------------------|
| 1.Mãe   | 12.Amigos e namorados dos filhos  |
| 2.Pai   | 13.Colegas de trabalho/estudo     |
| 3.Sogro   | 14.vizinhos                       |
| 4.Sogra   | 15.Ex-marido                      |
| 5. Irmãos de ego e cônjuges   | 16.Ex-sogro                       |
| 6.Irmãos do cônjuge e cônjuges                                      | 17.Ex-sogra                       |
| 7. Tios de ego  | 18.Outros familiares do ex-marido |
| 8.Tios do cônjuge   | 19.Outros                         |
| 9.Familiares de ego (todos os restantes familiares de ego)          | 20. Não, com ninguém              |
| 10.Familiares do cônjuge (todos os restantes familiares do cônjuge) |                                   |
| 11.Amigos   |                                   |



Q79. Da seguinte lista, gostaria que me dissesse os **3** domínios da sua vida que, hoje em dia, mais gosto e satisfação lhe dão. **MOSTRAR GRELHA 9**

ENTREVISTADOR: Não registe ainda a resposta

(Peça agora à pessoas para os indicar POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA e registe essa resposta).

1. As tarefas domésticas, o cuidar do lar	
2. Os seus estudos, os cursos de formação ou diploma	
3. A sua actividade profissional	
4. O convívio com os seus amigos	
5. O convívio com os seus colegas de trabalho	
6. A relação com os seus filhos	
7. A sua relação com os seus parentes mais próximos (pais, irmãos...)	
8. A sua vida em casal	
9. As suas actividades de lazer e de desporto	
10. As suas actividades religiosas (de culto)	
11. A sua actividade político-partidária ou sindical	
12. A sua participação em movimentos ou associações de intervenção social (paróquia, associações não lucrativas...)	
13. Outro(s) domínio(s) de realização Q79a (especifique)	
NS/NR	

Q81. Actualmente quais são os principais **problemas** e **dificuldades** que afectam a sua vida familiar e o seu dia-a-dia?

---

Q82. Agora gostaria que olhasse para a sua vida até hoje e dissesse **3** dos seguintes momentos que a tenham marcado mais significativamente:

**MOSTRAR GRELHA 10**

1. A saída de casa dos seus pais	
2. Casar ou o início da vida conjugal	
3. O nascimento dos filhos	
4. A obtenção de um diploma escolar	
5. O início da vida profissional ou outro momento da vida profissional	
6. A aquisição e o arranjo de casa própria	
7. A alteração do local de residência	
8. A doença ou a morte de uma pessoa próxima	
9. Momentos de grandes problemas com os filhos	
10. Momentos de grandes problemas com o marido	
11. O divórcio ou separação	
12. Ficar viúva	
13. Voltar a casar	
14. Outro(s) Q82a (especifique)	
NS/NR	

**Q83. Gostaria agora de lhe fazer algumas perguntas acerca dos seus pais e dos seus sogros.**

Os seus pais e os seus sogros ainda são vivos? Se **não**, em que ano faleceram?

	SIM	NÃO	Ano de falecimento	NS/NR
Pai				
Mãe				
Sogro				
Sogra				

Q84. Qual o grau de escolaridade do seu pai? E da sua mãe? E do seu sogro? E da sua sogra?

Grau de Escolaridade	Pai	Mãe	Sogro	Sogra
1.Não sabe/sabia ler nem escrever				
2.Sabe/sabia ler e escrever				
3.Ensino básico primário ou equivalente (4ª classe)				
4.Ensino básico preparatório ou equivalente				
5.Ensino básico unificado ou equivalente				
6.Ensino secundário complementar ou equivalente				
7Curso pós-secundário (curso médio, bacharelato ou licenciatura incompleta)				
8.Curso superior (licenciatura completa)				
9.Formação pós-licenciatura (mestrado, doutoramento)				
NS/NR				

Q85.1. a Q85.8. Qual a profissão principal dos seus pais e dos seus sogros? (Se, estão reformados, desempregados ou já faleceram diga a última profissão que tiveram). E qual a sua situação na profissão?

	Profissão (explicitar bem)	Situação na profissão (principal)
Pai		
Mãe		
Sogro		
Sogra		

**Grelha**

Situação na profissão
1. Assalariado por conta de outrem
2. Isolado/trabalhador por conta própria
3. Patrão
4. Trabalhador familiar não remunerado
5. Outra
6. Nunca trabalhou

**SÓ PARA AS MULHERES QUE RESPONDERAM 1 OU 3 NA QUESTÃO 5.**

Q86. Falando agora dos filhos que teve antes do seu actual casamento/união, algum desses filhos é fruto de um casamento/união anterior (ou seja, em que a senhora vivia com o pai desse filho)?

SIM  NÃO  NS/NR

(SE EGO RESPONDEU NÃO OU NS/NR, TERMINAR AQUI O INQUÉRITO)

**Gostava agora que falássemos um pouco acerca do seu casamento/união, anterior ao actual, em que tenham nascido filhos.**

Q87. Nos primeiros tempos do vosso casamento/união, quantas pessoas viviam consigo na mesma casa (contando com a senhora)? \_\_\_\_\_ pessoas.  
Nº ENTRE 1 E 20

Quem eram essas pessoas (laço de parentesco com a senhora)?

Qual o estado civil?

Qual o ano de nascimento?

	Laço com Ego	Estado civil	Ano de nascimento
<b>Pessoa 1</b>	<b>Ego</b>		
<b>Pessoa 2</b>			
<b>Pessoa 3</b>			
<b>Pessoa 4</b>			
<b>Pessoa 5</b>			
....			

ano nasc. de ego  
entre 1950 E 1974

**Q87a. ENTREVISTADOR: Tratava-se de uma família nuclear (só casal ou pais com filhos)?**

SIM  NÃO   
(Se SIM, passar à Q90)

Q88. Em relação a essas pessoas que viviam consigo, faziam vida em comum ou em separado (refeições, convívios)?

1. Em comum	
2. Em separado	
3. Outra	
NS/NR	

Q89. Por que razão vivia com essas pessoas?

---

Q90. Agora gostaria que me dissesse onde nasceu o seu último marido (**concelho, ou país no caso de ser no estrangeiro.**)

---

Q90.1. a Q92.2. Gostava que me dissesse onde moravam...  
(**concelho ou país, no caso de ser no estrangeiro**)

		Concelho (ou País)
Antes de viver com o seu último marido	Ego	
	Cônj.	
Nos primeiros tempos do vosso casamento/união	Ego	
	Cônj.	

Q93 Onde, ou em que situação, conheceu o seu último marido?

17. No liceu ou faculdade	
18. No trabalho	
19. No local de férias	
20. Numa discoteca ou bar	
21. Num baile	
22. Numa festa entre amigos	
23. Numa festa de família	
24. Numa reunião de família	
25. Em casa de amigos	
26. Numa ida ao cinema, ao teatro, a um concerto, etc.	
27. No bairro ou aldeia onde viviam	
28. Numa associação recreativa, desportiva ou cultural	
29. Num clube reservado	
30. Num local público	

31. Sempre se conheceram	
32. Noutra situação ou local	
NS/NR	

Q94. E que idade é que a senhora tinha quando começou a namorar com ele?

Idade \_\_\_\_\_ anos      NS/NR

Q95. A senhora e o seu último marido começaram a viver juntos sem casar?

SIM  NÃO  NS/NR

(Se Ego respondeu NÃO, passar à Q96.)

Q95.1. E que idade é que tinha na altura?

Idade \_\_\_\_\_ anos      NS/NR

Q96. A senhora e o seu último marido...

- |  |  |
|--|--|
| 1. Nunca casaram   |  |
| 2. Casaram só pelo civil   |  |
| 3. Casaram pela Igreja   |  |
| 4. Casaram primeiro pelo civil e passado algum tempo pela Igreja |  |
| NS/NR  |  |

(Se Ego respondeu 1 e NS/NR, passar à Q97.)

(Se Ego respondeu 2 ou 3, passar à Q96.1.)

(Se Ego respondeu 4, passar à Q96.2e Q96.3.)

Q96.1. Que idade tinha na altura?

anos

Q96.2. Que idade tinha quando casou pelo civil?

anos

Q96.3 E que idade tinha quando casou pelo religioso?

anos

Q97. E o vosso casamento/união terminou (*deixaram de viver juntos*) porque....

1. Se separaram ou divorciaram
  2. O seu marido faleceu
- NS/NR


Q97.1. Que idade a senhora tinha na altura? \_\_\_\_\_

Q98. Qual era o seu grau de escolaridade quando começou a viver com o seu último marido?

Q98.1. E o do seu último marido?

	Ego	Cônj
1. Não sabia ler nem escrever		
2. Sabia ler e escrever		
3. Ensino básico primário ou equivalente (4ª classe)		
4. Ensino básico preparatório ou equivalente		
5. Ensino básico unificado ou equivalente		
6. Ensino secundário complementar ou equivalente		
7. Curso pós-secundário (curso médio, bacharelato, licenciatura incompleta)		
8. Curso superior (licenciatura completa)		
9. Formação pós-licenciatura (mestrado, doutoramento)		

Q99.1. Qual era a sua condição perante o trabalho quando começou a viver com o seu último marido?

E a sua profissão principal? E a sua situação na profissão (principal)? E quantas horas trabalhava profissionalmente, por dia, contando com as horas extraordinárias?

E qual era a condição perante o trabalho do seu último marido? E a profissão principal? E a situação na profissão (principal)? E quantas horas trabalhava, o seu anterior marido, profissionalmente, por dia, contando com as horas extraordinárias?

	Condição perante o trabalho	Profissão	Situação na profissão (principal)	Horas de trabalho profissional
Nos 1 <sup>os</sup> tempos do vosso casamento/ união	Ego			
	Cônj.			

### Grelhas

Condição perante o Trabalho	Situação na profissão
1. Estudante	1. Assalariado por conta de outrem
2. Exerce uma profissão	2. Isolado/trabalhador por conta própria
3. Trabalhador e Estudante	3. Patrão
4. Desempregada/o	4. Trabalhador familiar não remunerado
5. Doméstica/o	5. Outra
6. Doméstica/o com algum trabalho remunerado	
7. Reformada(o)/pensionista(o)	
8. A cumprir serviço militar obrigatório	
9. Incapacitada/o permanentemente para o trabalho	
10. Emprego temporário ( <i>biscates</i> )	
11. Outra situação	

(O INQUÉRITO TERMINA AQUI PARA QUEM RESPONDEU 2 NA Q97)

Q106(intro) Para terminar, gostaria que me falasse acerca do seu divórcio/separação do anterior casamento/união em que nasceram filhos.

Q106. É divorciada ou apenas se separou?

1. Divorciou-se	
2. Separou-se	
NS/NR	

(Se é apenas SEPARADA passar à Q108)

Q107. O seu divórcio foi:

1. Por mútuo consentimento	
2. Litigioso	
NS/NR	

Q108. Em termos de guarda das crianças, esta foi concedida:

1. À mãe (guarda única)	
2. Ao pai (guarda única)	
3. A ambos (guarda conjunta)	
4. A outras pessoas (especifique)	
5. Outra situação (especifique)	
NS/NR	

Q109. Mais ou menos com que frequência o seu ex-marido fica com os filhos (no dia-a-dia, sem contar com as férias)?

**MOSTRAR GRELHA 11**

1. Metade da semana e um fim-de-semana de 15 em 15 dias	
2. Durante uma semana, semana sim semana não	
3. Todos os fins-de-semana	
4. Um fim-de-semana de 15 em 15 dias	
5. Um fim-de-semana e/ou alguns dias por mês	
6. Um fim-de-semana e/ou alguns dias por ano	
7. Nunca fica com os filhos, mas vê-os às vezes	
8. Nunca fica com os filhos, nem os vê	
9. Outra	
NS/NR	

Q110. E durante as férias (incluindo todos os períodos de férias do ano), quanto tempo passa com eles?

1. Nunca	
2. Menos de uma semana	
3. 1 semana	
4. 2 semanas (15 dias)	
5. 3 a 4 semanas	
6. Mais de 4 semanas	
7. Outra	
NS/NR	

Q114. E em relação aos filhos, considera que o pai tem sido:

1. Um pai que se interessa bastante pelos filhos	
2. Um pai que se interessa pouco pelos filhos	
3. Um pai que não quer saber dos filhos	
NS/NR	

Q111. Quanto à pensão de alimentos...

1. Recebe-a sempre	
2. Recebeu no início e depois deixou de receber	
3. Recebe às vezes	
4. Quase nunca recebe	
5. Nunca recebe, porque não ficou acordado	
6. Nunca recebe, porque ele não envia	
NS/NR	

**(SE RESPONDEU 2, 5 OU 6 PASSAR À Q113)**

Q112. A pensão de alimentos que recebe para os seus filhos é, para o seu orçamento familiar, uma quantia:

1. Muito importante	
2. Importante	
3. Pouco importante	
NS/NR	

Q113. O relacionamento entre a senhora e o seu ex-marido tem sido:

1. De amizade	
2. Um relacionamento formal (só por causa dos filhos)	
3. Conflituoso	
4. Não há relacionamento	
NS/NR	



## Anexo II

### Construção da variável “grupo sócio-profissional”

Os critérios específicos para classificar os indivíduos em grupos sócio-profissionais a partir da profissão (segundo a Classificação Nacional das Profissões de 1994 – a três dígitos), da situação na profissão e do nível de escolaridade (nomeadamente para os grandes grupos de profissões 1, 2, 3 e 4 da referida classificação de profissões) são apresentados nos quadros que se seguem, tendo apenas em conta as situações empíricas encontradas, e não todas aquelas que são teoricamente possíveis.

#### All.1 | Tipologia dos grupos sócio-profissionais

---

1. Empresários e dirigentes (ED)
  2. Profissões intelectuais e científicas (PIC)
  3. Profissões técnica e de enquadramento intermédio (PTEI)
  4. Independentes e pequenos patrões o secundário e do terciário (menos de 5 empregados) (IPP)
  5. Camponeses (C)
  6. Empregados executantes (EE)
  7. Empregados não qualificados (ENQ)
  8. Operários industriais qualificados (OIQ)
  9. Operários industriais não qualificados (OINQ)
  10. Operários agrícolas
-

Construção dos grupos sócio-profissionais a partir da Classificação Nacional das Profissões (1994)

All.2 | Grupos 1, 2, 3 e 4; variáveis “situação na profissão” e “escolaridade”

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Correcção pela escolaridade	Grupo sócio-profissional				
1. Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	1.1 Quadros superiores da administração pública	111	Ministros deputados, vereadores	Assalariados	Irrelevante	1				
		112	Quadros superiores da administração pública							
		114	Dirigentes e quadros superiores de organizações especializadas							
	1.2 Directores de empresa	121	Directores-gerais	Assalariados	Irrelevante					
		122	Directores de produção, exploração e similares	Grandes patrões						
		123	Outros directores de empresa							
	1.3 Directores e gerentes de pequenas empresas	131	Dirigentes e gerentes de pequenas empresas	Assalariados	Licenciados	2				
					Não licenciados	3				
				Isolados	Irrelevante	4				
		Pequenos patrões								
2. Especialistas de profissões intelectuais e científicas	2.1 Especialistas de ciências físicas, matemáticas e engenharias	211	Físicos, químicos e similares	Assalariados	Pós-secundário	2				
		212	Matemáticos, estatísticos e similares							
		213	Especialistas de informática		Secundário					
		214	Arquitectos, engenheiros e similares	Assalariados			Licenciatura	2		
	Isolados			1						
	Pequenos patrões			1						
	Grandes patrões			1						
	2.2 Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde	221	Especialistas das ciências da vida	Assalariados	Pós-secundário	2				
		222	Médicos e similares	Assalariados		2				
		223	Enfermeiros	Assalariados		1				
	2.3 Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares	231	Professores universitários	Assalariados	Pós-secundário	2				
							232	Professores ens. básico e sec.	Pós-secundário	2
									Secundário	3
									Pós-secundário	2
	235	Outros professores	Assalariados	Secundário	3					
			Assalariados	Pós-secundário	2					
	2.4 Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas	241	Esp. prof. administ. e comerciais	Assalariados	Pós-secundário	2				
				Assalariados	Secundário	3				
		242	Advogados e juristas	Assalariados	Pós-secundário	1				
				Isolados	Secundário	4				
		243	Arquivistas e bibliotecários	Assalariados	Licenciatura	2				
				Assalariados	Secundário	1				
		244	Especialistas das ciências sociais e humanas	Assalariados	Pós-secundário	2				
Assalariados				Secundário	3					
245		Escritores, artistas e execut.	Assalariados	Pós-secundário	1					
			Assalariados	Secundário	4					
246	Ministros de culto não qualificados noutra parte	-	-	-						
247	Out. téc. administ. pública	Assalariados	Pós-secundário	2						
		Assalariados	Secundário	3						
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	3.1 Técnicos das ciências físicas e químicas, engenharia e similares	311	Téc. físicos e químicos	Assalariados	Pós-secundário	2				
				Assalariados	Secundário ou menos	3				
				Isolados	Irrelevante	4				



		312	Programadores e operadores	Assalariados	Pós-secundário	2		
					Secundário ou menos	3		
				Pequenos patrões	Irrelevante	4		
		313	Operad. equip. ópticos e electrónicos	Assalariados	Pós-secundário	2		
					Secundário ou menos	3		
				Isolados	Irrelevante	4		
		314	Oficiais da marinha, pilotos de avião e técnicos de transportes marítimos e aéreos	-	-	-		
		315	Inspectores obras, saúde, trabalho e qualidade	Assalariados	Pós-secundário	2		
3.2 Técnicos das ciências da vida e da saúde		321	Téc. ciências vida e saúde	Assalariados	Secundário ou menos	3		
		322	Profissionais téc. medicina	Assalariados	Pós-secundário	2		
					Secundário ou menos	3		
			323	Parteiras	-	-	-	
		324	Especialistas das medicinas tradicionais	-	-	-		
3.3 Técnicos do ensino		331	Professores primários e pré	Assalariados	Pós-secundário	2		
	Secundário ou menos				3			
			332	Educador de infância	-	-	-	
			333	Docentes de educação especial	-	-	-	
		339	Out. prof. do ensino	Assalariados	Pós-secundário	2		
					Secundário ou menos	3		
						Isolados	Irrelevante	4
3.4 Técnicos não classificados noutra parte		341	Prof. finanças e comércio	Assalariados	Pós-secundário	2		
					Secundário ou menos	3		
						Isolados	Secundário ou menos	4
						Pequenos patrões	Irrelevante	4
		342	Agentes comerc. e corretores	Assalariados	Pós-secundário	2		
					Secundário ou menos	3		
						Isolados	Secundário ou menos	4
						Pequenos patrões	Irrelevante	4
		343	Prof. gestão e administração	Assalariados	Pós-secundário	2		
					Secundário ou menos	3		
						Isolados	Secundário ou menos	4
						Pequenos patrões	Irrelevante	4
		344	Prof. adm. púb., alfand., impostos	Assalariados	Pós-secundário	2		
		345	Inspectores da policia judiciária e detectives	Assalariados	Secundário ou menos	3		
	347	Profissionais da criação artística, do espectáculo e desporto	Assalariados	Pós-secundário	2			
				Secundário ou menos	3			
				Pequenos patrões	Irrelevante	4		
4. Pessoal administrativo e similares	4.1 Emp. de escritório	411	Secretários e similares	Assalariados	Secundário ou menos	6		
								Licenciatura
		412	Emp. contabilidade financeiros	Assalariados	Bacharelato, lic. incompleta	3		
							Secundário ou menos	6
			413	Emp. aprov., planea. e transport.	Assalariados	Irrelevante	4	
			414	Emp. biblio., carteiros e simil.	Assalariados	Secundário ou menos	6	
4.2 Emp. de recepção, caixas, bilheteiros e	421	Caixa, bilheteiros e simil.	Assalariados	Licenciatura	2			
						Bacharelato, lic.	3	

	similares	422	Recepç., informa. e telefonistas	Assalariados	incompleta	
					Secundário	3
				Irrelevante	Menos do que secundário	6
					Pequenos patrões	6
					4	

### All.3 | Grupos 5, 6, 7, 8 e 9; variável "situação na profissão"

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)	Situação na profissão	Correcção pela escolaridade	Grandes grupos
5. Pessoal dos serviços e vendedores	5.1 Pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança	512	Ecónomos e pessoal restauração	Assalariados	6
				Isolados	4
				Pequenos patrões	4
		513	Vigilantes assist. médicos e...	Assalariados	6
				Isolados	4
				Pequenos patrões	4
		514	Out. pess. serv. direct. e particu. (cabeleireiros, barbeiros, animador cultural)	Assalariados	6
				Isolados	4
				Pequenos patrões	4
		515	Astrólogos e similares	Assalariados	6
				Isolados	4
				Pequenos patrões	4
	516	Pessoal serv. protecção e segu. (policías, guarda fiscal...)	Assalariados	6	
			Isolados	4	
Pequenos patrões			4		
5.2 Manequins, vendedores e demonstradores	522	Vendedores e demonstradores	Assalariados	6	
			Isolados	4	
	523	Vendedores quiosque e mercados	Assalariados	6	
			Isolados	4	
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	6.1 Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pesca	611	Agricultores e TQ da agricultura	Assalariados	10
				Isolados	5
				Pequenos patrões	5
		612	Criadores de animais e TQ	Assalariados	10
				Isolados	5
				Pequenos patrões	5
		613	Idem	Assalariados	10
				Isolados	5
				Pequenos patrões	5
		614	Trabalhadores florestais	Assalariados	10
				Isolados	5
				Pequenos patrões	5
	615	Trab. Aquacultura e pescas	Assalariados	10	
			Pequenos patrões	4	
6.2 Agricultores e pescadores de subsistência	621	Agric. e pesca subsistência (só há agricultores na amostra)	Assalariados	10	
			Trab. fam. não remunerados	5	
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	7.1 Operários da indústrias extractivas e da construção civil	711	Mineiros, canteiros, carregadores de fogo e trabalhadores da pedreira	Assalariados	9
				712	Trab. const. civil e obras públicas
		713	Trabalhadores da construção civil – acabamentos	Isolados	
				Assalariados	9
				Pequenos patrões	4
		714	Pintores, limpadores de fachadas e similares	Assalariados	9
				Isolados	4
		7.2 Operários da	721	Soldadores e afins	Assalariados

	metalurgia, metalomecânica e similares	722	Serralheiros mecânicos e afins	Isolados	4	
				Pequenos patrões	8	
		723	Mecânicos e ajustadores de máquinas	Isolados	4	
				Pequenos patrões	8	
		724	Mecânicos e ajustadores de equipamentos eléctricos e electrónicos	Isolados	4	
				Pequenos patrões	8	
		7.3 Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, artes gráficas e similares	731	Mecânicos de precisão metal	Assalariados	8
					Isolados	4
			732	Oleiros e vidreiros	Assalariados	8
					Isolados	4
			733	Artesão madeira, tecido, couro	Assalariados	8
					Isolados	4
	734		Tipógrafos e similares	Assalariados	8	
				Isolados	4	
	7.4 Outros operários, artífices e similares		741	Trabalhadores da preparação e confecção de alimentos e bebidas	Assalariados	9
					Isolados	4
			742	Trabalhadores de madeiras e similares	Assalariados	9
					Isolados	4
		743	Trabalhadores têxteis e confecções	Assalariados	9	
				Isolados	4	
744		Trabalhadores peles, couro e calçado	Assalariados	9		
			Isolados	4		
745		Trabalhadores de artigos de pirotecnia	Assalariados	9		
			Isolados	4		
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem		8.1	811	Operadores e condutores de máquinas de extracção mineira	Assalariados	8
			812	Operadores de instalações de transformação de metais		
	813		Operadores de vidro, cerâmica			
	814		Operadores madeira, cortiça e papel			
	815		Operadores de tratamentos químicos			
	816		Operadores de instalações de produção de energias			
	817		Operadores de cadeias de montagem e robots industriais			
	8.2	821	Operadores máquinas de metais e minérios	Assalariados	8	
				Pequenos patrões	4	
		822	Operadores máquinas produtos químicos	Assalariados	8	
		823	Operadores máquinas de borracha e plástico			
		824	Operadores máquinas fabrico de madeira			
		825	Operadores de máquinas de fabricação de produtos de papel			
		826	Operadores máquinas têxteis , pele, couro			
		827	Operadores máquinas de alimentos			
		828	Trab. montagem			
		829	Outros operadores máquinas	Assalariados	8	
			Pequenos patrões	4		
	8.3	831	Maquinistas de locomotivas e similares	Assalariados	8	
		832	Condutores de veículos a motor	Assalariados	8	
Isolados				4		
833	Operadores de maquinaria	Assalariados	8			

			agrícola móvel e similares	Isolados	4
		834	Mestres, marinheiros e similares	-	-
9. trabalhadores não qualificados	9.1 Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	911	Vendedores ambulantes	Assalariados	7
				Isolados	4
		912	Engraxadores e similares	Assalariados	7
				Assalariados	7
		913	Emp. de limpeza	Isolados	
				Outra situação	
		914	Porteiros, lavadores de vidros e similares	Assalariados	7
	915	Estafetas e porteiros			
	916	Cantoneiros de limpeza			
	9.2 Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	921	Trab. NQ agricult.e pescas	Assalariados	10
	93 Trabalhadores não qualificados das inas,, construção civil e transportes	931	TNQ minas, const. civil	Assalariados	9
				Isolados	
		932	TNQ ind. transformadora	Assalariados	9
Isolados					
933		TNQ transportes	Assalariados	9	
	Isolados				

### Anexo III

#### Questionário de caracterização social das entrevistadas

Este é o seu primeiro casamento? \_\_\_\_\_

Nº de filhos \_\_\_\_\_

Idade dos filhos \_\_\_\_\_

São todos filhos desta união? \_\_\_\_\_

Data de nascimento ( <b>ego</b> )	_____
Profissão ( <b>ego</b> )	_____ _____ _____
Situação na profissão	_____
Escolaridade ( <b>ego</b> )	_____
Naturalidade	_____
Residência actual	_____

Data de nascimento da <b>mãe</b>	_____
Escolaridade da <b>mãe</b>	_____
Profissão da <b>mãe</b>	_____ _____ _____
Situação na profissão	_____

Data de nascimento do <b>pai</b>	_____
Escolaridade do <b>pai</b>	_____
Profissão do <b>pai</b>	_____ _____ _____
Situação na profissão	_____

Data de nascimento do <b>cônjuge</b>	_____
Naturalidade do <b>cônjuge</b>	_____
Escolaridade do <b>cônjuge</b>	_____
Profissão do <b>cônjuge</b>	_____ _____ _____
Situação na profissão	_____

Escolaridade da <b>sogra</b>	_____
Profissão da <b>sogra</b>	_____ _____ _____
Situação na profissão	_____

Escolaridade do <b>sogro</b>	_____
Profissão do <b>sogro</b>	_____ _____ _____
Situação na profissão	_____

## Anexo IV

### Guião de Entrevista

#### *Contexto familiar de origem*

---

Fale-me um pouco do contexto familiar da sua infância:

Quem vivia consigo?

Como era a relação entre os seus pais?

Como partilhavam as tarefas domésticas?

Como era a vida profissional dos seus pais?

Como geriam eles o horário de trabalho com o tempo para a família?

Quem dos dois ganhava mais?

Quem tomava as grandes decisões lá em casa?

Que escolas é que frequentou?

Como caracteriza a forma como foi educada?

Na adolescência, como era sua a relação com os seus pais?

Até que ponto os seus pais lhe davam liberdade?

#### *Formação do casal*

---

Como conheceu o seu marido (onde e em que circunstâncias)?

Que idades tinham os dois quando começaram a namorar?

O que pensou dele da primeira vez que o viu?

Quais as qualidades dele que a atraíram?

Qual foi a reacção dos vossos pais? E dos vossos amigos?

O que faziam quando começaram a namorar?

Quanto tempo namoraram antes de irem viver juntos ou casar?

Com que idade começaram a viver juntos?

Casaram quando começaram a viver juntos?

Como é que foi a decisão de casar e/ou viver a dois?

Quando começaram a viver juntos, o que faziam?

### *Descendência*

---

Planearam os vossos filhos?

Gostava de ter mais filhos?

O seu marido está de acordo consigo?

Voltou a trabalhar logo a seguir ao nascimento dos seus filhos?

Conservou o mesmo lugar de trabalho?

Passou a trabalhar menos?

Que consequências tiveram os nascimentos dos filhos no seu trabalho?

Como resolveram o problema dos cuidados às crianças?

(dar banho, refeições, adormecer, levantar à noite)

Com a chegada dos seus filhos, sente que teve de abdicar mais do que o seu marido?

Em que escola matricularam os vossos filhos?

Qual a razão dessa preferência?

Até onde gostaria que os seus filhos chegassem nos estudos? w

No que toca aos seus filhos, quem costuma:

- acompanhá-los os trabalhos escolares;
- levá-los/trazê-los da escola;
- levá-los ao médico;
- estar com eles ao deitar?



### *Vida profissional de Ego*

---

Em que consiste a sua actividade profissional?

Gosta da sua actividade profissional?

Quando acabou o curso, quais eram os seus projectos profissionais?

Pode traçar-me o seu percurso profissional?

Quando começou a trabalhar, pensou chegar à situação em que actualmente se encontra?

Como são as suas relações com os seus colegas e os seus superiores?

Que pensam os seus colegas e os seus superiores do seu trabalho?

Acha que é bem remunerada e o seu trabalho reconhecido?

Sempre trabalhou ou já teve de deixar a sua actividade profissional?

Quando está no trabalho costuma pensar no que tem para fazer em casa ou em assuntos relacionados com a sua vida familiar?

E quando está com a sua família, costuma pensar nos problemas do trabalho?

Quanto tempo por dia dedica actualmente ao seu trabalho?

Foi sempre assim?

Preferia trabalhar menos?

O seu marido queixa-se de que você trabalha demais?

### *Vida profissional do cônjuge*

---

Pode falar-me um pouco da profissão do seu marido?

Quanto tempo por dia o seu marido dedica actualmente ao trabalho?

Acha que o seu marido trabalha demais?

Foi sempre assim?

Como é o percurso profissional do seu marido?

## *Dinâmica conjugal e divisão do trabalho*

---

Costumam falar sobre assuntos profissionais?

Acha que deviam falar mais?

Costumam falar mais sobre o seu trabalho ou sobre o trabalho dele?

Quais são os principais assuntos em que discordam?

Acha que conversa sobre tudo o que deseja conversar com o seu marido?

Como passam o tempo em casal?

Passam o máximo tempo possível só em casal?

Em que sentido a chegada dos filhos alterou a vossa relação?

Têm amigos em comum?

Como é a relação com eles: vão muito lá a casa, vão muito a casa deles, saem muito com eles?

Quais as vossas principais diferenças/semelhanças nos gostos, nas formas de estar?

E no que toca às personalidades, feitios, quais as vossas maiores diferenças?

De uma forma geral, em que é que os dois mais chocam?

Foi sempre assim?

Em que medida é que isso dá aso a conflito?

Como partilham as tarefas domésticas?

(gestão das tarefas, roupa, loiça, refeições, limpar a casa, reparações, assuntos administrativos)

Há tarefas em casa que o seu marido prefere fazer?

Acha que trabalha mais dentro de casa do que o seu marido?

Foi sempre assim?

Têm e sempre tiveram empregada?

Quando está em causa uma grande decisão (comprar um carro, uma casa, onde passar as férias, onde matricular os filhos, etc), quem tem a última palavra?

Foi sempre assim?

Como organizam o dinheiro (juntam tudo num bolo comum, fica cada um com o que ganha, contribui cada a parte proporcional ao que ganha)?

Foi sempre assim?

Têm ou já tiveram alguma ajuda do exterior?  
Especifique.

### ***Balanço***

---

Até que ponto é importante para si exercer uma profissão?

É fundamental o apoio do seu marido para levar avante os seus projectos profissionais?

Em que medida o seu marido valoriza a sua actividade profissional?

Sente que o seu apoio é fundamental para que ele se realize profissionalmente?

Em que medida valoriza a actividade profissional do seu marido?

Há uma diferença muito grande de rendimentos entre vocês?

Foi sempre assim?

Em medida é que isso tem, ou já teve, consequências na vossa relação?

Como vê o facto de exercerem profissões diferentes/semelhantes?

Do ponto de vista profissional, sente que se realizou menos do que o seu marido?

Desde que casaram, conseguiu sempre dedicar-se à maioria das coisas que gosta de fazer?

E o seu marido conseguiu sempre dedicar-se à maioria das coisas que ele gosta de fazer?

Sente que o casamento, os filhos, a sua vida familiar limitaram a sua vida pessoal, os seus projectos profissionais, os seus estudos?

Sente que limitaram mais a si do que ao seu marido?